# CONTRIBUTOS PARA A CARACTERIZAÇÃO E EXPLICAÇÃO DA INFLAÇÃO EM PORTUGAL

Carlos Pimenta

# Contributos para a caracterização e Explicação da Inflação em Portugal

Carlos José Gomes Pimenta

Tese de doutoramento em Economia pelo ISEG-UL
Escrita entre 1981 e 1985
Defendida em Dez. 1985
Revista em 2011/2016
Disponibilizada electronicamente em 2016

Contactos:
http://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta
cjgpimenta@gmail.com

A tese foi originalmente escrita em computador, com o sistema operativo OASIS. Para a sua redacção foi necessário utilizar os editores de texto disponibilizados pelo sistema operativo e programar em BASIC. A tese ficou gravada em disquetes de 8 polegadas.

Com o sistema operativo então vigente não era possível integrar imagens no texto nem utilizar simbolos, o que fez com que as expressões matemáticas tivessem de ser adaptadas

Poucos anos depois, com o MSDOS e o Wordstar a situação começou a mudar. Conseguiu-se então transferir os ficheiros para texto de MSDOS. O principal custo foi a desformatação, que se procurou remediar.

Com o domínio do Windows, com a possibilidade de combinar texto e imagem, como o aparecimento dos processadores de texto mais evoluídos e programas de composição gráfica resolveu-se reformatar o texto, incluir a linguagem matemática adequadamente e fazer uma edição electrónica. Para tal utilizou-se o Microsoft Word, o PageMager, o InDesign, o Latex e o MathType.

Em 2011 tomou-se a decisão definitiva de concretização do objectivo, tendo-se procedido a uma revisão da tese (mantendo-se a organização do texto base intocável, fazendo alterações de pouca monta no português (provavelmente a correcção tem falhas) e reformantando o que ainda não estava.

Não se procedeu a nenhuma alteração de conteúdo. A história da sociedade mundial desde o momento em que a tese foi entregue e hoje mudou profundamente. Novas matérias teriam de ser abordadas, algumas das leis formuladas tinham que ser revistas. Sobretudo há um ponto crítico que exigiria profunda análise: a articulação produção / moeda / crédito. Apesar de reconhecer esta dificuldade não se alterou nada. Sobre o assunto ver o Postfácio.

Está nos nossos objectivos repensar essa articulação, podendo eventualmente dar lugar a um livro.

# Índice

Introdução [11]
Capítulo 1: Delimitação do conteúdo da investigação. Algumas questões metodológicas [19]
1.1. A importância social da inflação e a situação da investigação temática em Portugal [21]
1.1.1. Importância social da inflação [22]
1.1.2. Situação da pesquisa em Portugal [24]
1.2. Situação actual da economia política. Multidisciplinaridade. [34]
1.2.1. Crise da economia política e inflação [35]
1.2.1.1. Aspectos na crise teórica e explicação da inflação [35]
1.2.1.2. Algumas hipóteses de saída da crise [41]
1.2.2. Multidisciplinaridade [43]
1.2.2.1. A colocação do problema [43]
1.2.2.2. A multidisciplinaridade formalizante [45]
1.2.2.2.1. Com a Lógica [45]
1.2.2.2.2. Com as Matemáticas e a Econometria [47]
1.2.2.2.3. Com a Topologia [50]
1.2.2.2.4. Com a Cibernética [51]
1.2.2.2.5. Com a Epistemologia [51]
1.2.2.3. A multidisciplinaridade operatória [52]
1.2.2.3.1. Com a História [53]
1.2.2.3.2. Com a Sociologia [54]
1.2.2.3.3. Com a Psicologia [55]
1.2.2.3.4. Com a Teoria do Estado, a Antropologia Política e a Política [56]
1.2.2.3.5. Com a Linguística [57]
1.2.2.3.6. Com a Semiótica [57]
1.2.2.3.7. Com a Teoria das Ideologias [58]
1.3. Conclusões [59]
Capítulo 2: Para uma caracterização e periodização da inflação em Portugal [61]
2.1. A caracterização da inflação é controversa [63]
2.1.1. Aspectos da evolução do significado de "inflação" [66]
2.1.2. Leitura rápida de algumas caracterizações vulgares [70]
2.1.3. Algumas caracterizações marxistas [72]
2.2. Definição dos melhores indicadores da manifestação fenomenológica da inflação. Aspectos metodológicos. [77]
2.2.1. Os indicadores principais: os preços e os salários [77]
2.2.1.1. Sua unidade [77]
2.2.1.2. Estrutura de preços e salários. Indicadores [78]

2.2.2. Outros indicadores [79]
2.2.3. Análise de curto, médio ou longo prazo? [81]
2.2.4. Alguns comentários sobre a história dos preços [85]
2.2.4.1. História recente dos preços. Significado [85]
2.2.4.2. Os preços e salários e o movimento global do social [87]
2.2.4.3. Periodização dos preços [91]
2.3. Três elementos interdependentes do movimento dos preços e dos salários: dispersão, generalidade e alta crónica. Sua análise para Portugal [92]
2.3.1. Dispersão dos preços e salários [93]
2.3.1.1. Caracterização [94]
2.3.1.2. Sua importância [95]
2.3.1.3. Algumas referências a trabalhos estrangeiros sobre este problema [96]
2.3.1.4. Algumas hipóteses de linhas de força da dispersão dos preços e salários em Portugal [99]
2.3.1.5. Síntese [105]
2.3.2. A alta geral de preços [106]
2.3.3. Alta crónica dos preços e salários [108]
2.3.3.1. Alta crónica tendencial [110]
2.3.3.2. Alta crónica anual [112]
2.3.3.3. Alta crónica na fase descendente do grande ciclo [113]
2.3.3.4. Alta crónica em crise [114]
2.3.4. Uma visão de conjunto. Periodização [116]
2.3.5. Caracterização e periodização da inflação [118]
Capítulo 2: Anexos [125]
2.A. Justificação dos anexos. Sua apresentação [127]
2.A.1. Justificação da sua existência [127]
2.A.2 Apresentação dos anexos seguintes [128]
2.B. Evolução dos preços antes da segunda metade do [ século XIX [129]
2.B.1. Do século XII ao XV [130]
2.B.1.1. Preços [130]
2.B.1.2. Outros indicadores [131]
2.B.2. A revolução dos preços [136]
2.B.3. Do século XVII ao fim da primeira metade do século XIX [139]
2.B.3.1. Século XVII [139]
2.B.3.2. Século XVIII e princípios do seguinte [150]
2.C. A Evolução dos Preços Internos das Mercadorias Vulgares de 1844 a 1913 [153]
2.C.1. Fontes históricas e metodologias [154]

2.C.1.1. Sobre os preços dos produtos alimentares de 1844 –1899 [156]
2.C.1.2.Sobre os preços dos produtos alimentares 1900-1913 e dos produtos industriais 1844-1913 [158]
2.C.1.3. Índices agregados de preços de produtos alimentares [159]
2.C.2. Análise isolada de cada índice agregado de preços [162]
2.C.2.1. Índice de preços da alimentação popular (1844/1913) [163]
2.C.2.2. Índice de produtos alimentares "total relativo" (1844/1913) [168]
2.C.2.3. Índices de preços da alimentação nobre (1844-1899) [172]
2.C.2.4. Índices de preços de produtos industriais [174]
2.C.3. Apreciação de conjunto [180]
2.D. Os preços após 1914 [180]
2.D.1. Inventário e descrição dos índices. Apreciação crítica. [181]
2.D.2. Apreciações críticas globais [196]
2.D.3. Análise de cada um dos índices [204]
2.D.3.1. Índice do custo de vida (1914/28) e índice de preços de retalho (1929/75) [205]
2.D.3.2. Índice de preços por grosso (1927/1950) e índice de preços por grosso em Lisboa (1948/1980) [209]
2.D.3.3. Índice de preços no consumidor em Lisboa [213]
2.D.3.4. Índice de preços implícitos nas contas nacionais [216]
2.D.4. Visão de conjunto [216]
2.E. O movimento cíclico e os preços [217]
2.E.1. Período 1865-1910 [217]
2.E.1.1. Evolução da conjuntura [218]
2.E.1.2. Evolução dos preços [230]
2.E.2. Crise 1929/33 [232]
2.E.2.1. Evolução da conjuntura [233]
2.E.2.2. Evolução dos preços [240]
2.E.3. A conjuntura após 1955 [242]
2.F. Os preços durante as ondas longas [245]
2.G. Breve comparação com a dinâmica internacional dos preços [248]
2.H. A evolução dos salários desde 1844 e sua comparação com outras variáveis [255]
2.H.1. Crítica das fontes [255]
2.H.1.1. Dos salários do século XIX [256]
2.H.1.2. Dos salários do século XX [265]
2.H.2. Análise isolada de cada um dos índices de salários [266]
2.H.2.1. O índice de salários dos pedreiros no Porto (1844-1898) [266]
2.H.2.2. Índices de salários dos pedreiros no século XX [269]

2.H.2.3. Salários industriais no continente [270]
2.H.2.4. Índice ponderado dos salários nominais industriais em Lisboa (1938-1954) [271]
2.H.2.5. Índice ponderado dos salários industriais em Lisboa (1948 -1954) [273]
2.H.2.6. Índice global de salários (indústria e transportes) em Lisboa (1961/1983) [274]
2.H.3. Uma comparação com os preços [276]
2.H.4. Comparação com a conjuntura [281]
2.H.5. Comparação internacional [282]
2.I. Aspectos da influência da produtividade [283]
2.I.1. Influência sobre os preços [284]
2.I.2. Influência sobre os salários [287]
2.J. Trabalhos estatísticos diversos [289]
2.J.1. Dados e tratamento estatístico relacionado com a dispersão [289]
2.J.2. Caracterização e quantificação dos preços e da inflação [308]
2.J.2.1. Caracterização da alta crónica [308]
2.J.2.2. Quantificação da inflação [310]
Capítulo 3: Análise crítica das teorias da inflação mais relevantes para a política económica [313]
3.1. Uma questão prévia: o primado da teoria e a importância dos modelos operacionais [316]
3.2. O conteúdo da inflação (ou das inflações) nas principais teorias [319]
3.3. Importância relativa das diversas teorias explicativas [321]
3.4. As teorias da procura e dos custos [321]
3.4.1. Introdução [322]
3.4.2. Exposição da teoria da procura [325]
3.4.2.1. "How to pay for the the war?" de Keynes [325]
3.4.2.2. Um exemplo de modelo dinâmico [326]
3.4.2.3. Outras posições [331]
3.4.2.4. Visão de conjunto [332]
3.4.3. Teoria dos custos [338]
3.4.3.1. O modelo de H. Nikaido e S. Koboyashi [338]
3.4.3.2. A tentativa de uma teoria diferente; K.-L. Shea [340]
3.4.3.3. Posição de D. G. Munhoz [341]
3.4.3.4. Um modelo simples apresentado por Trevithick e Ulvey [343]
3.4.3.5. O modelo escandinavo [344]
3.4.3.6. Visão de conjunto sobre a teoria dos custos [345]
3.4.4. Dinâmica salarial [348]

3.4.4.1. A curva de Phillips [349]
3.4.4.2. A luta de classes [352]
3.4.4.3. Movimento da produtividade [354]
3.4.4.4. Salários-lider [355]
3.4.5. Capacidade das teorias da procura e dos custos explicarem a inflação [357]
3.4.6. Análise crítica das duas teorias [361]
3.4.6.1. Críticas comuns [361]
3.4.6.2. Críticas à teoria da procura [367]
3.4.6.3. Críticas à teoria dos custos [369]
3.5. Teoria quantitativa da moeda e monetarismo [371]
3.5.1. Introdução [372]
3.5.2. Exposição da teoria quantitativa da moeda [373]
3.5.2.1. Posição de Irving Fisher [373]
3.5.2.2. A posição de Keynes na "Teoria Geral" [377]
3.5.2.3. Quantitativismo de Don Patinkin [381]
3.5.2.4. O Monetarismo. Posição de Milton Friedman [385]
3.5.2.5. Modelo monetarista global [389]
3.5.2.6. Visão de conjunto sobre a teoria quantitativa da moeda [390]
3.5.3. Capacidade da teoria quantitativa da moeda para explicar a inflação [394]
3.5.4. Crítica desta teoria [397]
3.5.4.1. Algumas análises específicas [397
3.5.4.1.1. A hiperinflação [397]
3.5.4.1.2. Antecipações [399]
3.5.4.1.3. Mercado monetário [404]
3.5.4.2. Crítica global [407]
3.6. Algumas observações sobre a "inflação importada" [409]
3.6.1. Sua apresentação [409]
3.6.2. Observações críticas [411]
3.7. Teorias estruturalistas [412]
3.7.1. Precisões terminológicas [413]
3.7.2. Caracterização do estruturalismo [414]
3.7.3. Sua capacidade para explicar a inflação [415]
3.7.4. Análise crítica [416]
3.8. Muito breve referência a outras teorias não--marxistas da inflação [418]
3.9. Conclusões [419]
3.9.1. Unidade e contradição entre as teorias apresentadas [419]
3.9.2. Eclectismo [422]
3.9.3. Conteúdo ideológico e económico da inflação [423]

3.10. Explicação marxista: continuidade ou ruptura [424]
Capítulo 4: Contributos para a teorização da inflação em Portugal [427]
4.1. O ponto de partida: a teoria do valor-trabalho [431]
4.2 Elementos para a compreensão do hiato valor/preço [445]
4.2.1. Valor (mercadoria e moeda) [449]
4.2.1.1. Leis da "produção mercantil" e leis do capitalismo [450]
4.2.1.2. Mercadorias e lei do valor [453]
4.2.1.2.1. Aspectos gerais [453]
4.2.1.2.2. A Mercadoria [458]
4.2.1.2.3. Quantificação do valor [461]
4.2.1.3. Força de trabalho e valor [478]
4.2.1.3.1. Força de trabalho como mercadoria [479]
4.2.1.3.2. Semelhanças e diferenças em relação com as restantes mercadorias [482]
4.2.1.3.3. Valor de uso da força de trabalho [483]
4.2.1.3.4. Quantificação do valor [484]
4.2.1.4. A moeda [487]
4.2.1.4.1. Aspectos gerais [488]
4.2.1.4.2. Funções da moeda [492]
4.2.1.4.3. Tipos de moeda [502]
4.2.1.4.4. Uma precisão do conteúdo da reprodução do equivalente geral [503]
4.2.1.4.5. Valor da moeda [504]
4.2.1.4.6. Moeda e capitalismo [507]
4.2.1.4.7. Questões polemicas [508]
4.2.1.5. Lei do valor [508]
4.2.2. Movimento do capital [509]
4.2.2.1. Movimento global e leis da acumulação [510]
4.2.2.1.1. Natureza do capital [510]
4.2.2.1.2. Ciclo do capital [516]
4.2.2.1.3. Leis da acumulação [523]
4.2.2.1.3.1. Tendência ao aumento da composição orgânica do capital [524]
4.2.2.1.3.2. Concentração e centralização do capital [530]
4.2.2.1.3.3. Notas sobre a desvalorização [539]
4.2.2.2. Preços e salários em capitalismo [542]
4.2.2.2.1. Taxa média de lucro [542]
4.2.2.2.2. Preços de produção [546]
4.2.2.2.3. Primeira reflexão sobre o conceito de "preço de monopólio" [555]
4.2.2.3. Crédito [559]
4.2.2.3.1. Movimento do capital e credito [559]

4.2.2.3.2. Natureza do crédito [563]
4.2.2.3.3. Capital bancário [564]
4.2.2.3.4. Moeda e credito [565]
4.2.2.3.5. Validação e pseudo validação social das mercadorias [567]
4.2.2.4. Continuidade e ruptura [575]
4.3. Conclusão [579]
Capítulo 4 - Anexo [591]
4.A.1. Justificação do anexo [593]
4.A.2. Introdução [593]
4.A.2.1. Objectivos do trabalho [594]
4.A.2.2. Ponto da situação das pesquisas [595]
4.A.3. Algumas observações teóricas e históricas [596]
4.A.3.1. Considerações teóricas sobre a actividade bancária [596]
4.A.3.2. Considerações históricas sobre a actividade bancária [614]
4.A.3.3. Considerações sobre os bancos centrais [620]
4.A.4. Antecedentes históricos do Banco de Portugal [625]
4.A.5. Aspectos breves do Banco Portugal desde a sua constituição até à reforma de 1887 [638]
4.A.6. Análise do período 1887/1930 [645]
4.A.6.1. Uma visão da actividade bancária por anos [645]
4.A.6.2. Análise por rubricas do balanço [656]
4.A.6.3. Aspectos complementares [675]
4.A.7. Breves notas sobre o período 1931/1974 [679]
4.A.7.1. Referências globais [680]
4.A.7.2. Análise de algumas contas [694]
4.A.7.2.1. Actividade emissora [694]
4.A.7.2.2. Relações externas [700]
4.A.7.2.3. Banqueiro do Estado [708]
4.A.7.2.4. Banco dos Bancos [711]
4.A.7.2.5. Outras actividades [713]
4.A.7.2.6. Síntese [716]
4.A.7.3. Notas para um enquadramento [716]
4.A.8. Notas sobre o período 1975/1982 [717]
4.A.9. Nota final [728]
Postfácio (2016) [731]
Bibliografia [735]

# Introdução

1. Em 1978 apresentava na revista EC (n. 13) um artigo intitulado "Para uma análise marxista da inflação – estudo", no qual procurava enquadrar a explicação da inflação numa nova problemática e apresenta-la com uma certa coerência interna capaz de ultrapassar o fraccionamento em que as teorias interpretativas da inflação à luz do valor-trabalho se encontravam.

Esse artigo era o ponto de chegada de uma caminhada desde o início da minha actividade docente, iniciada com o aprofundamento das questões relacionadas com os sistemas monetário e de crédito. Mas era também o ponto de partida de uma caminhada que então ainda nem sequer suspeitava. Acabávamos o artigo dizendo:

> "A própria existência de inflação em Portugal como problema grave levar-nos-ia inevitavelmente a procurar acabar este artigo com uma análise ainda que breve da realidade portuguesa. (...) Considerando arriscado o tratamento apressado do problema e guardamo-nos para uma análise posterior mais cuidada".

Essa análise mais cuidada e aplicada à realidade portuguesa constituiu o núcleo fundamental do trabalho de investigação que desde então temos vindo a realizar e que tem um novo ponto da situação neste trabalho de tese. E mesmo assim ainda não é o estudo acabado e totalmente articulado com que eventualmente sonharíamos.

A aplicação das nossas teses sobre a inflação à realidade portuguesa obrigou-nos a um duplo esforço: aprofundar muito a teoria – particularmente na reformulação da caracterização da inflação, no encadeamento entre valor-trabalho e preços e no esclarecimento da acção dos monopólios – e a conhecer bastante mais a realidade portuguesa – o estudo da inflação em Portugal, mesmo só no período mais recente, ficava imperceptível se a sua dimensão histórica não estivesse totalmente explicitada.

2. A sequência das matérias apresentadas tem que ver exclusivamente com o encadeamento lógico, diferindo profundamente, como aliás seria de esperar, do método de investigação seguido.

Achámos por bem iniciar o nosso trabalho fazendo um balanço breve da pesquisa sobre o assunto no nosso País e tecendo algumas considerações, muito rápidas sobre a situação actual da Economia Política e dum conjunto de assuntos mais do foro epistemológico. Parecendo tratar-se de temáticas diferentes, surgem profundamente interligadas na revelação dos limites da investigação por nós realizada, na tomada de consciência das condicionantes históricas, sociais e teóricas do trabalho empreendido, do nosso posicionamento, inevitavelmente modesto, no labor científico.

Com uma mais clara consciência do trabalho a realizar e das suas condicionantes impunha-se, por entre as graves confusões terminológicas que reina em assuntos relacionados com a inflação e como aplicação dos princípios por nós defendidos quanto a natureza teórica da leitura da realidade, precisar o conteúdo da "inflação", dar alguns passos no sentido da sua caracterização, tomando como amostra a sociedade portuguesa, mas certos da possibilidade de extravasar o seu conteúdo para áreas geográfico-sociais mais amplas. O que à partida parecia ser simples e rápido constituiu um dos esforços mais longos. A plena compreensão da dimensão histórica da inflação levou-nos a uma precisão de conceitos e à abordagem de novos problemas filosóficos e epistemológicos, a um vasto trabalho de recolha de informação e seu tratamento estatístico, a uma apreciação crítica dos indicadores utilizados. Conduziu-nos à reanálise de conceitos profusamente aceites mas sem a adequada reflexão crítica, que levam à aceitação simultânea de realidades contraditórias sem a percepção de tal. Orientou-nos, finalmente, para a interpenetração da Economia Política com outras ciências, desde a História à Linguística. Esse vasto material de informação e elaboração teórica encontra-se no longo segundo capítulo, constituído por um corpo central, contendo as conclusões, e por um anexo onde está sistematizada uma pequena parte, a essencial já objecto de tratamento, da informação e uma sua primeira leitura.

O capítulo seguinte, dedicado à análise crítica das teorias correntes que procuram explicar a inflação, compila um trabalho realizado bastante antes de ter iniciado o estudo que agora se apresenta, e que aliás foi objecto de múltiplas publicações. Com efeito, só porque verifiquei que nenhuma das explicações correntemente adiantadas satisfazia cabalmente – porque tinham caracterizações da inflação inadequadas, porque apresentavam falhas de coerência interna, porque eram incapazes de abarcar a realidade em todas as suas diversas manifestações, porque se baseavam em princípios teóricos acientíficos – só em tais circunstâncias tinha significado

procurarmos contribuir para uma nova explicação. Se o ponto de partida de redacção do capítulo estava há muito construído foi necessário um esforço de reelaboração à luz dos novos conhecimentos adquiridos e, sobretudo, dada a necessidade de confrontar as diversas teorias com a caracterização da inflação que anteriormente tínhamos esboçado. Diga-se ainda a respeito dessa apreciação crítica que o propósito foi profundamente criador: o ressaltar dos eventuais aspectos positivos e a compreensão da razão de ser dos seus pontos negativos constituíram material importante para as nossas próprias hipóteses explicativas.

Finalmente no quarto capítulo apresentamos os elementos teóricos fundamentais para perceber as nossas hipóteses de explicação da inflação, apresentamo-las e confrontamo-las com alguns aspectos da realidade portuguesa, procedendo-se assim a uma primeira verificação histórica que deve ser continuada por estudiosos da realidade portuguesa. Também aqui se separaram as informações estatísticas, constantes de anexo, da matéria teórica, constante do corpo central do capítulo. Se somos obrigados a reconhecer que este capítulo aborda um vasto conjunto de problemas, fazendo a propósito de muitos uma releitura em relação ao que é frequentemente apresentado, e que foram necessários longos trabalhos de recolha de informação estatística e, sobretudo, de reinterpretação à luz dos nossos conceitos teóricos, também não podemos deixar de dizer que muito mais haveria a fazer. Um estudo completo dos assuntos aí abordados, grande parte deles profundamente polémicos e em outra parcela muitíssimo mal estudados, nomeadamente na sua aplicação à realidade portuguesa, exigiria ainda bastantes anos de investigação. Queremos com isto dizer, com clara consciência das responsabilidades, que estamos certos que neste "ponto da situação" do trabalho de investigação, se avançaram alguns passos em frente, mas estamos longe de uma abordagem completa do assunto. Por isso mesmo intitulamos este trabalho de "contributos".

Em síntese, poderíamos resumir a sequência lógica deste trabalho dizendo que após uma tomada de consciência dos limites objectivos à investigação, caracterizamos a inflação em Portugal e chegamos a uma sua periodização. Verificada a incapacidade das teorias correntes para interpreta-la procuramos avançar algumas hipóteses explicativas assentes na teoria do valor-trabalho e tendo como ponto nevrálgico a articulação da moeda e do crédito, enquanto relações sociais, a pseudo-validação social das mercadorias. Conscientes que o sistema monetário mais não é que o factor permissivo da inflação, mas impossibilitados de analisar pormenorizada e estatisticamente

os factores impulsionadores no quadro da nossa sociedade por insuficiência de estudos que lhe servissem de suporte e por graves lacunas de informação estatística, confrontamos, num primeiro ensaio, as nossas posições teóricas com o concreto através da apreciação da evolução histórica de um dos núcleos fundamentais da articulação entre sistemas monetário e financeiro: o banco central. Encontrada uma certa relação entre a periodização da inflação e a da actividade do Banco de Portugal, que não era o resultado de um simples confronto estatístico mas que tinha o peso de toda a concatenação lógica entre as categorias em jogo, concluímos que as nossas teses eram correctas e capazes de interpretar a inflação portuguesa, numa dimensão macrotemporal que permite reinterpretar os acontecimentos registados em períodos mais curtos.

Diga-se apenas, em complemento do afirmado, que o nosso estudo centra-se quase sempre nas relações de produção internas, embora reconheçamos que estas não são independentes do enquadramento externo do país, assunto que temos abordado amiudadas vezes em múltiplos trabalhos. Aqui e além procuramos enquadrar a nossa realidade no contexto externo, o que sempre se apresentou como aspecto bastante promissor, porque é à escala mundial capitalista que a inflação encontra a sua unidade, porque a dinâmica do sistema monetário interno de um país como o nosso é o resultado conjugado da acção da acumulação capitalista interna e da evolução do sistema monetário internacional. O facto de termos optado por uma análise com incidência nos aspectos internos foi o resultado da aceitação da premissa de que o factor mais importante da relação entre a nossa economia e os restantes países capitalistas é a identidade essencial de relações sociais de produção e de que cada povo é soberano no tipo de relações dominantes a vigorar no seu país. Resultou também de critérios de simplificação da investigação.

E qual é a nossa tese fundamental? Pode ser resumida em muito poucas palavras: a inflação é a expressão ao nível dos preços e salários do funcionamento da lei do valor no quadro de uma generalização da pseudo-validação social das mercadorias, que, no nosso país, é o resultado da acumulação capitalista nacional e da posição subordinada dos nossos sistemas monetário e financeiro na economia mundial. Pseudo-validação social das mercadorias que está intimamente relacionada com novas formas de reprodução do equivalente geral e com uma diminuição do valor da moeda nacional sem que tal se traduza numa homogeneização do espaço de variação dos preços, devido ao papel do capital financeiro (que assume

e sua expressão fenomenológica na contradição entre generalidade do movimento dos preços e dispersão).

Desta interpretação da inflação em Portugal é possível extrair um conjunto de políticas económicas com certo grau de eficiência? A resposta a esta pergunta não surge simples. Por um lado poderemos dizer que a compreensão de um fenómeno como a inflação num dado quadro social permite sempre alguns ensinamentos aplicáveis a uma intervenção política, mas não podemos também deixar de reconhecer que neste caso tal seria um parente pobre: pela própria natureza da inflação esta é inerente ao sistema capitalista numa sua fase histórica e no quadro de um país como o nosso as políticas são sempre limitadas e de desvio de contradições (o mesmo se podendo dizer no plano internacional, onde o desvio pode assumir outras proporções e formas tendo impactos diferentes). Por outro lado reforça a ideia que a única forma de acabar com a inflação e com as contradições que a geram é promovendo um real processo de transição ao socialismo e então os ensinamentos teóricos constantes desta tese podem ser particularmente úteis e servir de base à definição dos pontos nevrálgicos de intervenção e forma de o fazer.

3. Uma tese deve ter a pretensão de apresentar dados e concepções teóricas novas. Concordamos com isso desde que tenhamos a modéstia de reconhecer que o "novo" é sempre a sequência (em continuidade ou ruptura) de um trabalho anterior, quantas vezes secular, e que cada ponto de chegada num trabalho de investigação é sempre ponto de partida para diversos outros estudos. Cada conceito ou conclusão "novos" é trabalho inacabado. Concordamos ainda com a condição de encarar o labor científico como um esforço colectivo institucionalmente organizado, ou não, de apropriação transformadora do real. E não se encare tal como falsa modéstia ou fuga às responsabilidades. Pensamos que algumas das nossas preocupações epistemológicas, o levantamento histórico dos preços e salários e a consideração conjunta destas categorias, a apreciação crítica da actual informação estatística sobre preços, a consideração simultânea das realidades fenomenológica e metafenomenológica na caracterização da inflação, a articulação entre dispersão e generalidade e a precisão do conteúdo desta, a diferenciação dos diversos tipos de alta crónica, a periodização da inflação em Portugal, a sistematização dos elementos essenciais das teorias vulgares sobre a inflação e a sua apreciação crítica, muitos dos aspectos da teoria do valor trabalho nomeadamente o trabalho simples e complexo, a reprodução do equivalente geral, a noção de preço de monopólio

e as formas de acção do capital monopolista, a articulação entre moeda e crédito e a leitura histórica da evolução da acção do banco central respondem pela nossa preocupação de dar passos em frente, de fazermos um esforço de utilização da "dúvida metódica", tanto mais necessária quanto mais fortes são as evidências. Nunca tivemos medo de avançar novas hipóteses interpretativas, sempre que foi necessário apresentarmos a nossa própria interpretação. E nunca o tivemos porque estamos sempre prontos, como alguém bastante ilustre afirmou lapidarmente, a corrigir o erro, porque sabemos que somos apenas um elemento dum esforço colectivo de interpretação da realidade e de luta pela sua transformação.

# Capítulo 1

## Delimitação do conteúdo da investigação
## Algumas questões metodológicas

Qualquer investigação científica tem um conjunto de limitações. Limitações resultantes do grau de desenvolvimento sociocultural da sociedade em que o investigador se insere, do quadro jurídico -institucional em que o trabalho se processa, da maturidade da ciência em causa, do tipo de estudos anteriormente feitos sobre a temática, das deficiências de preparação do investigador.

A clara consciência dessas limitações é condição importante para a viabilização do projecto de estudo. Pode contribuir para elucidar sobre o caminho a trilhar em futuros trabalhos sobre a mesma temática e para evitar os falsos problemas e os caminhos errados.

Neste capítulo procuramos fazer um primeiro inventário dessas limitações. Por isso, num primeiro ponto fazemos o levantamento da situação das pesquisas sobre a inflação portuguesa (o que para além de definir o grau de desenvolvimento científico do ponto de partida elucida sobre o que está já esclarecido e o que se impõe que se esclareça). Num segundo abordaremos de uma forma sintética, dois assuntos que embora epistemologicamente diferentes acabam por se entrelaçarem: a situação actual da Economia Política e os problemas da multidisciplinaridade.

## 1.1. A importância social da inflação e a situação da investigação temática em Portugal

O estudo sobre um determinado problema científico, a tentativa de encontrar respostas para algumas questões previamente formuladas, explícita ou implicitamente, resulta ou do grau de desenvolvimento do corpo científico em que se insere ou de exigências exteriores, isto é, resultantes da própria realidade de transformação das forcas produtivas, da sociedade e do homem, ou ainda da conjugação dos dois aspectos, como o salienta Castro

> "Existe uma objectividade cujo denominador comum é dado pela prática social histórica que na sua índole última os conhecimentos servem e de que servem para por seu turno progredir aonde não chega o

> movimento – aliás importantíssimo – dado pelas suas leis endógenas de movimentação. Porque se o elemento subjectivo é uma das componentes da actividade cognoscitiva, não a define na sua totalidade, como nem sequer a define na sua génese, tanto histórico-social como biopsicológica"[1]
>
> "não existe uma oposição radical entre a actividade subjectiva racional do sujeito nas suas operações mentais (de que a dedução formalizada é um padrão acabado) e os dados da objectividade exterior ao sujeito (e também interior na medida em que o suporte da subjectividade é ele próprio uma realidade que se constrói na objectividade física, biológica social, tanto na perspectiva histórica como na perspectiva actual, sincrónica"[2].

Pensamos que o estudo da inflação resultou fortemente de factores exteriores, da verificação de um comportamento dos salários e dos preços que a própria Economia Política tinha dificuldade em enquadrar no seu corpo teórico. Foi porque a inflação se tornou um fenómeno social "prejudicial" e "rebelde" a uma explicação coerente com correspondentes práticas políticas, que esse tema passou a ser um dos mais abordados na literatura económica, um dos mais estudados, enfim, que passou a ser uma das grandes interrogações de economistas e políticos.[3]

Por isso, neste capítulo, antes de fazermos um ponto da situação do seu estudo no nosso país, procuramos traçar algumas referências sobre a sua importância social.

### 1.1.1. Importância social da inflação

Após a crise de 1929/33 e durante muitos anos o aumento dos preços, muito diferente de país para país, de sector para sector e de produto para produto, foi considerado como um fenómeno benéfico, sobretudo na medida em que tal se traduzisse num estímulo à produção. Mesmo quando em alguns anos esse aumento foi muito intenso e afectava fortemente o "custo de vida", isto é, traduzia -se num aumento de preços no consumidor sem correspondência nos salários da grande maioria da população, tal facto assumia uma relevância limitada pela transitoriedade que lhe era atribuída (justificada *a posteriori* por reduções da respectiva taxa de variação).

1 Em Castro, Teoria do Conhecimento ... Vol. IV pág. 54

2 *Idem*, pág. 79

3 Esclareça-se desde já que designamos por inflação uma realidade muito específica, caracterizada no capítulo seguinte. Se o leitor não tem uma visão histórica da inflação e se encontra ainda ao nível do conhecimento comum – identificando-a com qualquer aumento de preços – aconselhamos uma prévia leitura informativa do ponto 2.4.

Contudo, a partir de 1950[4] começou-se a reconhecer que o aumento de preços começava a ter uma continuidade, provocando um conjunto de tensões sociais que não eram benéficas para o capital. Teve que se começar a encarar tal fenómeno como prejudicial.

A continuidade do fenómeno, a dispersão dos aumentos de preços e salários – impondo uma sistemática repartilha dos rendimentos entre classes e estratos da população muito diferenciados – e, posteriormente, a sua maior intensidade fizeram com que a inflação passasse a ser um problema político central. A testemunhá-lo estão as palavras de ordem contra o aumento do custo de vida, por melhores salários, pela contratação colectiva, etc. durante múltiplas lutas populares durante as décadas de 60 e 70 contra o então regime fascista. A testemunhá-lo está também a frequência com que tal assunto era abordado pelo poder político, em documentos técnicos e políticos, em conferências de imprensa, em "conversas em família". Problema tanto mais importante quanto imbricava com outros acontecimentos políticos de suma importância (ex. ligação da inflação com as despesas militares e a guerra colonial). Situação social objectiva que o próprio Decreto-Lei n.º 196/72 deixava transparecer de uma forma muito clara no seu preâmbulo:

> "Considera-se, com efeito, chegado o momento de iniciar uma acção mais geral e mais genérica. Ao mesmo tempo que se prossegue na adopção e execução de medidas de fundo, com efeitos mais demorados, vai-se imediatamente incrementar a luta no plano do dia a dia, de modo a não deixar progredir a aceleração da alta, nem enraizar o estado de espírito tão perigoso que a julga constante e crescente"[5].

A partir do momento em que a inflação se manifestava lesando múltiplos interesses que se traduziam em práticas sociais de repúdio (mesmo que surdo) a inflação torna-se um problema. Quando aquela deixa de ser encarada massivamente como um fenómeno estranho ao corpo social capitalista e passa a ser vista como algo inerente ao próprio sistema (com consciências dessa inerência, sem dúvida muito diversificada) e o seu fim passa a ser associado ao fim de uma determinada forma de organização social (colonialismo, fascismo, capitalismo) passa a ser um problema muito grave. Passa a exigir uma intervenção política sistemática a dois níveis: atenuação do aumento de preços, esclarecimento ou mistificação sobre a sua natureza. Para as duas tarefas a teoria económica é chamada: fundamentar políticas, elaborar explicações. Dois níveis que se articulam

4 No próximo capítulo explicitaremos melhor este aspecto

5 Esta é a primeira legislação que declaradamente visa combater a inflação e o faz por articulação de um conjunto de medidas.

mas entre os quais é possível encontrar frequentemente pontos de ruptura[6].

Durante a crise de 1973/76 e a dos anos 80 mais uma vez o problema surge internacionalmente com grande relevância dada a evidência (o que não significa que já não se verificasse antes) da coexistência de inflação e desemprego. Relevância internacional que também assumiu um conjunto de expressões nacionais, moldadas pelas diferentes fases de transformação social que, desde então, a sociedade portuguesa atravessou.

Não é, pois, de espantar que seja sobretudo na última metade da década de 60 e nos primeiros anos de 70 que o problema tivesse sido objecto de um mais intenso estudo.

### 1.1.2. Situação da pesquisa em Portugal

Se é desde então que o tema tem sido objecto de uma abordagem mais sistemática, também é verdade que as primeiras investigações são-lhe muito anteriores. Muitas numa fase em que a terminologia actual ainda não era utilizada (cite-se a título de exemplo o livro de Teles[7]), outras quando aquela começava a invadir a linguagem científica económica (como por exemplo alguns artigos de Seabra[8]), outros ainda já numa fase mais recente.

Não temos a pretensão de fazer uma inventariação completa de tais trabalhos e, muito menos, de proceder a análise crítica de cada um. Não o temos dada a grande quantidade desses trabalhos e a sua dispersão[9], dada também a repetição sistemática de ideias e concepções entre muitos deles.

Uma primeira clivagem que existe entre os diversos trabalhos é considerarem a inflação ou como conjuntural (no sentido de passageira) ou como estrutural, o que aliás deu lugar nos fins da década 60 a um artigo de Ribeiro[10], bastante sugestivo pelo seu próprio título: "Inflação - Conjuntura delicada?". Clivagem que se entrelaça estreitamente com uma outra que é a de defesa ou combate da inflação. A consideração do seu carácter conjuntural assumiu ao longo

6 Estes pontos de ruptura serão melhor compreendidos quando no Cap. 3 fizermos a crítica das teorias. Contudo poderemos aqui dizer que por vezes justifica-se a inflação de uma maneira e põem-se em prática políticas assentes noutros princípios.

7 Referimo-nos a Telles, Carestia da vida ...

8 Veja-se o artigo de Seabra publicado pelo INE em 1948

9 Na recolha bibliográfica não fomos exaustivos e, como se pode ver no fim deste trabalho, o número de trabalhos, sobretudo artigos, é grande. Estamos, contudo, convencidos de termos estudado todos os trabalhos mais importantes

10 Ribeiro, S., "Inflação -

do tempo crescente incapacidade explicativa e política, assim como a defesa das suas vantagens surgia, a partir de determinada altura, como socialmente inaceitável, sobretudo se apresentada abruptamente. Daí posições como a de Pinto que numa página afirma

> "em uma economia dinâmica não pode esperar-se que seja dinâmica com preços fixos"[11]

e na anterior tinha afirmado (e para melhor compreender o entrelaçamento das duas frases convirá recordar que no ano da publicação deste livro os preços no consumidor aumentaram 4%)

> "esta luta contra a alta de preços está a assumir, no Ministério da Economia, a primeira prioridade"[12].

A conciliação do reconhecimento do seu carácter estrutural com a necessidade da sua defesa passou, pois, a partir de determinada altura a assumir a forma do reconhecimento da inoperância de uma intervenção nacional, do apelo para o enquadramento internacional em que nos inseríamos, do recurso à explicação do fenómeno em Portugal pela "inflação importada". Aliás esta é a explicação mais constante, perfeitamente visível nos relatórios que de ano para ano mudam os argumentos justificativos[13].

Um segundo tipo de clivagem entre os diversos estudos situa-se na teoria explicativa que consideram mais adequada para o estudo da nossa inflação. E neste campo temos que admitir que na generalidade dos trabalhos não existe significativa originalidade, nem aprofundamento e concretização para a realidade portuguesa. Limitam-se a uma processo de explicitação de algumas relações entre variáveis, mais ou menos quantificadas, ou a uma simples aplicação à realidade portuguesa de lógicas e argumentos mais ou menos em moda pelo estrangeiro. Assim, enquanto uns situam as causas da inflação no excesso de moeda em relação economia "real" (ex. Seabra[14], Ramalheira[15], Seit[16])[17], outros, de uma forma mais ou menos distante em relação a esta, situam a causa do problema no excesso de

11 Pinto, L.M.T., Aspectos da Política pág. 227

12 *Idem* pág. 226

13 Sobre a evolução do tratamento feito pelo Banco de Portugal veja-se o cap. 2

14 Ver Seabra, "Desenvolvimento ...

15 Ver Ramalheira, "Acumulação de Capital...

16 Ver Secretaria de Estado da Informação e Turismo, Alguns Elementos ...

17 A este propósito refira-se que Salazar no seu conhecido livro sobre o ágio do ouro critica severamente a teoria quantitativa da moeda.

procura em relação à oferta (Barbosa[18], Belo[19], Pintado[20],Pinto[21], Cunha[22], Rosas[23]) sendo mais frequente atribuir a principal responsabilidade à excessiva procura, e não à escassa oferta.

Entre os autores que defendem esta posição será de salientar Moura[24] pela maior preocupação em fundamentar as suas posições na crítica teórica às outras teorias explicativas e na observação estatística e sociológica da realidade portuguesa. Assim, por exemplo[25] combate abertamente a teoria quantitativa da moeda dada a sua incapacidade de responder à pergunta "o que faz variar, aumentar a moeda em circulação?" e de seguida baseia-se num conjunto de factores como "acentuação das despesas de investimento", diminuição da produção agrícola devido à emigração e à mobilização militar, remessas dos emigrantes e despesas improdutivas com a defesa para justificar o desequilíbrio entre oferta e procura. Mais, e este parece -nos ser um avanço importante, reconhece também os impactos dos custos salariais mas remete-os para um segundo plano e atribui a responsabilidade aos empresários que não promovem adequados aumentos de produtividade via investimento aduzindo que tanto se pode falar de inflação pelos custos e salários como pelos lucros. De seguida encara a inflação como uma luta entre grupos sociais. Dentro desta concepção considera que cada uma das teorias apenas são aspectos parcelares da mesma realidade.

São raríssimos os autores que defendam que a causa da inflação é, exclusivamente, o aumento dos custos, nomeadamente dos salários, mas este argumento abunda em quase todas as posições eclécticas (como por exemplo em Tribunus[26], Gonçalves[27] e Ramalho), eclectismo que é frequentemente justificado como por este último autor:

> "Como foi sobejamente sublinhado ao longo de todo o trabalho, torna -se difícil, e até afastado da realidade, tentar imputar a duas ou três causas precisas, o aumento geral dos preços que, nos últimos anos, se tem verificado no nosso país. Aliás, nem sequer foi esse o objectivo que orientou a análise feita, por quanto o fenómeno em questão é bastante

18 Ver Barbosa, Na Pasta da Economia
19 Ver Belo, "Inflação e sua medida
20 Ver Pintado, Structure...
21 Ver Pinto, L.M.T., Aspectos da Política
22 Ver Cunha, "Considerações sobre ...
23 Ver Rosas, Rumos da Política ...
24 Chamamos particularmente a atenção para Moura, Por onde vai a Economia Portuguesa ? na sua 4a. edição.
25 A crítica às concepções então vulgarizadas pelo poder não se limita ao aqui referido
26 Ver Tribunus, Problemas
27 Ver Gonçalves, "A oferta de moeda

complexo e nele intervêm demasiados factores para, com um mínimo de segurança, se conseguir delimitar responsabilidades ou graus de influência"[28].

Do conjunto de autores e posições aqui sinteticamente referenciados, com excepção de Moura que embora em trabalhos de reduzida dimensão tentou inserir-se num maior rigor científico e em outras problemáticas que constituíram avanços no panorama português, podemos concluir pela baixa cientificidade de muitos dos trabalhos, pela abordagem apressada do tema de quase todos, e pela ausência de elementos novos capazes de servirem de pontos de partida para estudos subsequentes.

Contudo, no panorama económico anterior ao 25 de Abril de 1974, período em que estas abordagens conheceram o primeiro grande avanço e que se inseriam numa situação cultural e científica muito particular, serão de destacar três trabalhos, que nos merecerão agora uma análise um pouco mais cuidada.

O primeiro desses trabalhos é o livro "O que é a inflação? – porque sobem os preços" de Castro, o que veio dar lugar a uma polémica com Azevedo[29] explanada nas páginas da revista Seara Nova. Escrito numa época histórica de grandes lutas populares contra o aumento do custo de vida, este livro conheceu então uma popularidade invulgar para livros de Economia. A própria polémica desencadeada e que teve repercussões significativas nos meios intelectuais portugueses, infelizmente acontecimento raro nos meios científico -literários nacionais, é mais uma expressão da oportunidade desta obra. Mas se estes são aspectos a ter em conta, a referência que aqui lhe fazemos resulta exclusivamente da relevância científica que apresenta.

Com efeito esta foi a primeira obra daquele período onde se procura fazer uma análise exaustiva da inflação em Portugal, fazendo confluir num corpo único a informação estatística, a percepção do devir histórico e a crítica das diversas teorias explicativas então mais divulgadas e, como expressão da junção de todos estes elementos, a elaboração de uma teoria assente na compreensão do movimento global da sociedade portuguesa, o que lhe implica a referência à realidade fenomenológica e metafenomenológica.

Entre os contributos mais importantes salientaria:

28 Ver Ramalho, Algumas Causas

29 Azevedo, "Porque sobem os preços ? – crítica às teorias clássicas ..." e "Porque sobem os preços ? O que e a inflação ? – ou a propósito ..."

— A diferenciação da inflação em relação a todo e qualquer aumento de preços, identificando aquela apenas com as subidas de preços que apresentam um conjunto de características (embora na nossa opinião não dê a devida relevância ao facto dos aumentos atingirem os diversos bens diferentemente, o que se exprime numa certa homogeneização do seu espaço de manifestação pela identificação de aumento de preços com desvalorização monetária).

— Toma a dinâmica dos preços em relação com a do valor (embora dada a natureza da obra este aspecto seja só ligeiramente aflorado), constatando que aqueles sobem enquanto este, devido ao esforço tecnológico, desce.

— Não se satisfaz com a captação empírica do fenómeno e com o relacionamento quantitativo imediato com outras variáveis económicas e procura encontrar na dinâmica social global as causas do fenómeno. E neste facto se radica a grande diferença em relação ao quantitativismo, que foi frequentemente acusado de perfilhar e que, em certa medida, deu lugar à referida polémica. É certo que esse aspecto quantitativista parece surgir de posições como:

> "Para explicarmos o processo inflacionista colocamos no seu núcleo um fenómeno imediato que as teorias dominantes nem sequer admitem à discussão: a criação de uma massa de meios de pagamento em ritmo cada vez mais elevado em relação à criação de riqueza real, o que também no aspecto imediato resultava numa criação excessiva de moeda escritural através do sistema bancário"[30]

que não deixam de ser passivas de diversas interrogações críticas e observações pertinentes, mas logo de seguida desvanece-se quando se interpreta o que se pretende significar com "fenómeno imediato", ou quando se afirma

> "Todavia, e aqui passamos do aspecto predominantemente descritivo ao aspecto causal, isto é: ao exame dos processos que podem determinar a desvalorização monetária, para que este fenómeno se verifique é indispensável que actuem certas causas capazes de injectar notas em circulação numa escala crescente para além das necessidades normais do crescimento da actividade económica"[31]

e vai localizar as causas da inflação nas despesas de defesa e segurança[32] e

30 De Castro, "Teoria Económica Académica

31 De Castro, O que é pág. 52

32 *Idem*, pág. 63

> "concentração crescente dos lucros capitalistas, dos ritmos elevados a que se processa a acumulação e, por outro lado, sobre tudo aquém 1966 (...), do retardamento da taxa de desenvolvimento económico geral do País"[33],

admitindo igualmente a influência de outros factores como crescimento da dívida, expansão do crédito ao consumo, preço de monopólio[34], tributação, taxas de juro pelos empréstimos.

Uma explicação que reconhece a interferência de diversos factores no processo inflacionista mas que recusa o eclectismo na medida em que encontra na sociedade portuguesa de então, estrutural e superestruturalmente organizada e constituindo um todo, o elemento unificador.

— Faz uma crítica profunda às tentativas de explicação da inflação então mais vulgarizadas, crítica que assenta simultaneamente em pressupostos teóricos e em observações das variáveis económicas.

Sobre esta obra deixemos duas críticas:

— ao recusar o carácter inflacionista (embora reconheça que tem impactos sobre os preços) de fenómenos como as remessas dos emigrantes, o turismo e a crise do sector agro-pecuário – que, sem dúvida, não podem ser considerados isoladamente e como as grandes "causas" – está a subestimar aspectos da interligação deles com o conjunto da economia. Por exemplo, é correcto afirmar

> "No que respeita aos emigrantes, é certo que a amplitude dos bens procurados é muito maior. Todavia incide menos sobre produtos alimentares, vestuário e objectos congéneres (ainda que os seus familiares que ficaram em Portugal elevem o consumo de tais produtos) do que sobre outros bens, como terras, casas de habitação e alguns mais; contudo, não atingirá por exemplo em medida substancial meios de produção industrial, matérias-primas fontes energéticas, etc."[35]

mas não nos podemos esquecer que o aumento de preços caracterizador da inflação é diferenciado, que as remessas dos emigrantes aumenta a liquidez bancária e permite ao sistema financeiro dar uma maior resposta às solicitações da acumulação e do aparelho político, etc.

33 *Idem,* pág. 68/69

34 Embora venha depois a excluí-los da explicação da inflação.

35 De Castro` O que é ..., pág. 86/87

— Subestima o papel dos monopólios, patente em afirmações expressas como

> "Quando se verificam situações deste tipo não estamos em face propriamente de fontes de alta inflacionista, pois os monopólios não elevam os preços gerais e sistematicamente (o que poderia anular até as vantagens que procuram adquirir, excepto se os salários ficarem atrás dos preços), mas estamos em face duma alta relativa, incidindo sobre os preços dos artigos monopolizados e repercutindo-se com uma vastidão maior ou menor sobre os outros artigos (como sucede com matérias-primas, energia, maquinismos)"[36]

que, para além da crítica referente à dispersão, não considera o papel dos monopólios na organização económica nacional e internacional que, ao fim e ao cabo, tinha sido reconhecida como causa da inflação. Mais, não considera o próprio papel dos monopólios e, mais do que isso, dos grupos monopolistas, no capital bancário e financeiro, na própria organização do sistema monetário e de crédito.

Anteriormente tinha afirmado (e agora não nos pronunciamos especificamente sobre isso)

> "A inflação é fenómeno específico do sistema de papel-moeda e não da circulação monetária metálica ..."[37]

mas depois não vê que há muita interligação entre a desmaterialização do sistema monetário e a concentração e centralização do capital.

Significa esta crítica que Azevedo tinha razão?

Sobre isso conviria chamar a atenção para os seguintes aspectos:

— a crítica deste autor é epistemologicamente inferior ao trabalho de Castro

— muitos aspectos da sua crítica acabam por se apoiar em argumentos similares ao do seu opositor (por exemplo, ao caracterizar a inflação como "desvalorização real da moeda" acaba por dizer, por outras palavras, o mesmo que Castro e, na nossa opinião, cair num dos seus erros;

— é correcto chamar a atenção para o facto de os monopólios desempenharem no processo inflacionista uma importância maior do que a que lhe era atribuída no livro criticado, mas quase nada avança sobre o conteúdo e forma dessa acção: basear

36 *Idem*, pág. 102
37 *Idem*, pág. 53

-se nos gastos improdutivos e nas mobilizações de capital resultantes de investimentos sucessivos, é bastante pobre, assim como tem profundo cariz voluntarista (isto é, desinserido de articulação com as leis objectivas do económico), afirmar que

> "A subida de preços é um meio eficaz de redução dos encargos, na medida em que estes, são pagos com uma moeda que vale menos..."[38]

O segundo trabalho é o artigo "Inflação e Desenvolvimento em Portugal" de Sousa.

Os principais contributos, na nossa opinião, trazidos por este trabalho são os seguintes:

— reconhecimento da especificidade da inflação em relação a todo e qualquer aumento de preços e tentativa de definição teórica do fenómeno:

> "É possível encontrar uma dezena de definições para a inflação. Para referência entender-se-á por inflação interna o desequilíbrio entre procura monetária *ex ante*, ou poder de compra activo por parte dos agentes económicos (exterior, empresas, Estado e famílias), e a oferta física dos bens e serviços procurados, tendendo esse desequilíbrio a saldar-se *ex post* por uma subida de preços; por inflação externa, a subida dos preços dos bens ou servidos importados expressos em moeda nacional, que tende a repercutir-se sobre os preços dos bens ou serviços de produção interna"[39]

embora esta contenha incorrecções (decomposição entre interna e externa e teoria em que se baseia) e o autor não seja coerente com ela, nomeadamente quando da escolha dos indicadores apropriados para medi-la.

— explicitação de algumas novas questões como

> "Como se mede então a inflação portuguesa?"

embora consideremos que a resposta encontrada não é a mais adequada.

— apresentação de diversos novos factores relevantes, inserindo -os globalmente numa visão estrutural, sendo a primeira vez que um conjunto de argumentos normalmente utilizados pelos estruturalistas da América Latina é aplicado à nossa realidade nacional:

> "Os focos e factores de inflação atrás identificados são vários e complexos:

38 De Azevedo, "Porque sobem os preços ? – Crítica pág. 22

39 De Sousa, "Inflação e Desenvolvimento ... pág. 318

A – Crescimento rápido da procura, impulsionado pela rápida expansão das remessas de emigrantes, pela subida das remunerações, pelo acréscimo das despesas militares realizadas no mercado interno e, sazonalmente, pelo, crescente montante de despesas turísticas de não residentes.

B – Alteração da estrutura da procura devido ao acréscimo do crédito disponível, à urbanização e concentração da população e aos efeitos demonstração.

C – Subida dos preços salariais e dos preços de alguns inputs importados, por vezes insuficientemente compensados por ganhos de produtividade, nomeadamente na agricultura e em alguns serviços. Rigidez institucional e técnica impede a mais rápida incorporação de progressos tecnológicos ou facilita especulações.

D – Insuficiente adaptação da estrutura da oferta interna à estrutura evolutiva da procura. A rigidez técnico-institucional nas actividades produtivas é agravada pelas deficiências também estruturais na distribuição comercial, com efeito ampliado sobre o preço final dos bens.

E – Aumento substancial de disponibilidades líquidas no mercado monetário, as quais, não se solidificando em investimentos e multiplicadas pelo crédito bancário constituem fontes alimentadoras das novas necessidades de moeda criadas pela inflação e do poder de compra antecipado ao rendimento.

F – Estrutura deficiente do crédito à produção, tanto a médio e longo como a curto prazos, revelando-se ainda o crédito a médio e longos prazos insuficiente absorvedor das disponibilidades imobilizadas em depósitos a prazo.

G – Passividade do mercado de títulos – até recentemente – que absorve poucas disponibilidades, as quais servem em parte para alimentar a sua inflação específica, principalmente no que respeita aos títulos de rendimento variável.

H – Em contrapartida, o mercado imobiliário tem-se mostrado activo, mas com uma absorção de fundos desproporcionada à produção física de habitações."[40]

A inflação é considerada estrutural. Os aspectos da produção (enquanto oferta) são encarados com tanto cuidado como os da procura:

"País pobre que continua pobre, mas acumula dinheiro"[41] (2)

eis o centro nevrálgico da existência de inflação.

40 *Idem*, pág. 355/356
41 *Idem*, pág. 356

O terceiro trabalho é o de Cadilhe, designado "O arranque da inflação portuguesa".

É um estudo com objectivos mais limitados que os anteriores, como o seu próprio autor reconhece

> "Por isso restringi o objecto de estudo ao arranque do processo inflacionário – preocupando-me apenas com as causas que terão provocado a fase impetuosa da sua gestação, isto é, aqueles factores autónomos que surgiram em dado momento do curso de uma inflação-rastejante-latente, e fizeram-na irromper e ganhar força de autentica inflação".[42]

também mais limitado no campo teórico, como o comprovam dois pontos:

— assume uma atitude profundamente ecléctica nos modelos explicativos esboçados;

— a conclusão talvez mais importante do estudo, e sem duvida a de maior relevância política naquele momento, nem resulta de um desenvolvimento teórico nem mesmo dos ensaios econométricos feitos:

> "Pois é convicção pessoal que, no arranque, a inflação portuguesa tenha sido também – e profundamente – uma inflação via lucros sob pretexto de pressões salariais"[43].

O seu principal contributo foi chamar a atenção para a eventual[44] importância da utilização dos métodos econométricos no estudo da inflação.

No período posterior ao 25 de Abril a problemática inflacionista modificou-se, assim como a sua relevância[45] – pela emergência de outros problemas de que urgia dar uma resposta – mas diversos são os estudos abordando este problema. Como dissemos anteriormente após a evidência da coexistência de inflação e desemprego, o próprio conteúdo interno daquela modificou-se.

E quais os novos contributos?

Em primeiro lugar, as posições teóricas reivindicando-se do marxismo, ou contendo posições de convergência parcial com elas, surgem claramente e disputam o espaço teórico-cultural que lhes cabia. O estudo da inflação surge em novos enfoques, em nova

42 Cadilhe, "O arranque ..., pág. 3

43 *Idem*, pág. 20

44 Afirmamo-lo com reservas, porque a utilização feita da econometria é bastante aquém do que a formalização matemática inicial poderia dar a entender

45 Se é certo que essa relevância mede-se fundamentalmente pela luta de classes a que está associada e que muitas das lutas posteriores ao 25 de Abril reflectem aspectos do aumento de preços (ex. explosão de contratação colectiva), a inflação só se tornou alvo directo relevante alguns anos depois do início da Revolução Portuguesa

conceitualização. Para exemplificar estas afirmações poderíamos citar Romão[46] e Bessa[47].

Em segundo lugar, passou-se a ser mais exigente na articulação entre a elaboração teórica e o recurso a modelos econométricos, até pelo reconhecimento da necessidade de uma descodificação dos conceitos teóricos para torna-los operacionais, que exigem o próprio recurso à teoria. A título de exemplo poderíamos citar Barata[48].

Em terceiro lugar, os defensores das teorias vulgares que procuram explicar a inflação desenvolveram bastante o seu instrumental matemático e econométrico, ao mesmo tempo que tal exigia uma importação (quantas vezes acrítica) de novos conceitos, mais precisamente de novas variáveis, a introduzir nos modelos. Como exemplo citemos Mateus[49].

Novos contributos que impõem novas responsabilidades no trabalho a desenvolver, contribuindo simultaneamente para vencer as actuais dificuldades da Economia Política.

## 1.2. Situação actual da economia política. Multidisciplinaridade.

Estes dois temas são bastante vastos, importantes e complexos.

Não tinha significado procurarmos neste ponto fazer a abordagem exaustiva de um assunto que só por si justificaria muitos trabalhos mais extensos e profundos que este a que metemos obra. Aqui e agora visamos apenas aflorar estes problemas, deixar de uma forma bastante clara a nossa posição sobre algumas controvérsias que actualmente trespassam o labor científico dos economistas (e que inevitavelmente surgirão implicitamente ao longo do restante trabalho) e ver em que medida é que estas realidades do foro do desenvolvimento científico da Economia Política interferem com o conhecimento da inflação.

Mesmo com estas limitações temos a consciência de começarmos a pisar um terreno que facilmente foge da nossa especialidade científica, remetendo abruptamente para novas ciências ainda em constituição (ex: Epistemologia) e, aqui e além, para a Filosofia das ciências. Sabemos que este perigo de saída do terreno existe, mas também admitimos que cada vez menos o economista, assim como

46 ver Romão, "Inflação e...

47 Ver Bessa, "O processo inflacionário ...", assim como outros seus trabalhos referidos na bibliografia

48 Ver Barata, Política Monetária

49 Ver Mateus, A., "Inflação ..."

qualquer outro cientista, se possa alhear de tais problemáticas. A complexidade da construção científica actual exige mais que uma "filosofia espontânea do cientista" – exige a ciência da elaboração científica e a sua apropriação pelos seus próprios obreiros.

### 1.2.1. Crise da economia política e inflação

Dizer que a Economia Política está em crise (a sua segunda crise na terminologia de alguns, talvez com um quadro histórico demasiado recente) é hoje uma afirmação demasiado corrente. Ultrapassa o âmbito da literatura da especialidade e invade o senso comum através de comentários pessimistas de incapacidade de resolver os problemas económicos que se colocam às sociedades.

Talvez a crise da teoria seja o reflexo, e o véu diáfano, da crise do próprio sistema social que aquela visa interpretar e transformar, mas aqui tentaremos manter-nos apenas ao nível da ciência.

A diversidade das suas manifestações teóricas e políticas, a complexidade das saídas ensaiadas pelas antigas e novas doutrinas económicas, os problemas filosóficos e epistemológicos que coloca e a ausência, até hoje, de tendências nítidas de caminhos futuros a prosseguir, fazem com que este assunto assuma bastante complexidade. Dentro da vastidão deste tema seleccionamos para tratamento a explicitação de alguns aspectos desta crise teórica relacionados com a explicação da inflação. Apontamos algumas hipóteses de saída desta crise que efectivamente existe.

#### 1.2.1.1. Aspectos na crise teórica e explicação da inflação

Como afirma Rojo

> "La crisis del conocimiento macroeconómico se ha producido bajo la presión de los hechos, (...) pero en el fondo de la crisis está una acumulación de anomalías, fracasos y frustraciones resultantes de la resistencia de los hechos a plegarse a las previsiones derivadas de un cuerpo de análisis"[50].

De tal posição resulta inevitavelmente que a existência de inflação está intrinsecamente ligada à crise da teoria[51]. Aliás, esta é uma posição geralmente aceite por todos aqueles que têm a hombridade

50 De Rojo, "Sobre el Estado..., pág. 51

51 A conjugação da inflação com a crise, depois da persistência daquela, tornou-se para as concepções dominantes um "mistério"

de reconhecer a existência de crise científica. Assim, por exemplo, também Ullmo reconhece

> "En fait les années postérieurs à 1973-74 se sont manifestées comme une période qualitativement nouvelle (...) très vraisemblablement l'apparition d'un nouveau «régime» de l'économie mondiale"[52],

(o que sem dúvida colocaria novas exigências à teoria) e na caracterização desse novo «regime» coloca algumas realidades que estão no centro da nossa problemática:

> "...des stop-go successifs (...); par stagflation (...); une croissance durablement ralentie dont l'inflation ne peut être extirpée dans l'ensemble des pays occidentaux"[53]

Os mecanismos de formação dos preços tornam-se "desconhecidos". A teoria da formação dos preços de curto e longo prazos é posta em causa, exige uma revisão, *lato sensus*.

A variável estratégica de equilíbrio dos mercados deixa de ter (se é que alguma vez o teve) o comportamento esperado pelas doutrinas. O equilíbrio é posto em causa.

Por uns é encarado como um conceito a reelaborar de uma forma mais ou menos complexa no quadro de uma "nova" teoria

> "...les thèmes majeurs du nouveau courant théorique: la prise en compte des déséquilibres et l'information imparfaite comme expression d'une volonté de réalisme, l'opposition de l'économie monétaire et de l'économie de troc, la contamination des marchés hiérarchisés par les déséquilibres transmis, la différence entre demande national et demande effective, la contrainte de viabilité, les prix rigides et les faux -prix, l'ajustement par les quantités, etc."[54]

que continua a referenciar-se pelos modelos anteriores

> "propose d'échapper au dilemme keynésien en le transformant en dilemme Walras-Keynes (...) retenir le marché de Walras et la monnaie de Keynes, mais en les corrigeant l'un et l'autre ..."[55].

Por outros, embora possam não estar em ruptura com a posição anterior, consideram que o conceito de equilíbrio é irrecuperável:

> "Dans ce contexte temporel, le concept primordial ne sera pas celui d'équilibre, mais celui d'évolution dynamique."[56]

52 De Ullmo, "Existe-t-il..., pág. 4
53 *Idem*, pág. 4
54 Barrere, A., Deséquiliibre..., pág. 5
55 *Idem* pág. 3
56 Benassy, "Les fondements pág. 330

Os preços estão no centro da reelaboração teórica. Esta a primeira conclusão, que inevitavelmente desemboca no reconhecimento de que este nosso estudo não pode deixar de reflectir implicitamente essas tensões do corpo teórico.

Vejamos agora algumas tendências recentes da investigação económica e a sua influência sobre os temas ligados à inflação.

A) A crítica do keynesianismo e a influência do monetarismo

Como a crise teórica despontou com a inviabilização da regulação pretendida, seria inevitável a crítica à doutrina económica que servia de suporte à política económica. Crítica que, contudo, é limitada. Mesmo os adversários do keynesianismo são obrigados a considerar algumas das suas conquistas teóricas, ao mesmo tempo que muitos poskeynesianos aceitaram algumas «evidências» das correntes adversárias.

E com a crítica ao keynesianismo despontou com força o monetarismo, cujas bases são o empirismo

> «Friedman abre o seu texto afirmando que a tarefa da economia positiva é fornecer um sistema de generalizações que pode ser usado para fazer previsões correctas a respeito das consequências de qualquer mudança das circunstâncias»[57],

a defesa da liberdade de funcionamento dos mecanismos de mercado, o reconhecimento da inevitabilidade das políticas de estabilização (reconhecimento de que as políticas gerais, não são muito necessárias, negação das políticas fiscal e orçamental, privilégio da política monetária pela manipulação da base monetária, defesa das taxas de cambio flutuantes) e a dicotomia do económico entre economia monetária e economia real (donde deriva que a política económica monetária tem apenas uma influência de curto prazo e que há uma tendência para o equilíbrio à taxa de desemprego normal)[58].

Esta ausência de domínio de uma teoria económica vulgar e o despontar violento do monetarismo (que nos últimos anos também já sofreu um declive) tem grande influência sobre a problemática da inflação:

— as teorias explicativas da inflação durante muito tempo aceites, nomeadamente a explicação da inflação pela procura excedentária, são postas em causa;

57 De Hollis (Aavv), O Homem ... pág. 254

58 Na análise das teorias explicativas da inflação teremos que retomar este tema.

— reabrem-se os debates sobre a teoria quantitativa da moeda, na medida em que o monetarismo mais não é que uma continuação das posições tradicionais daquela, com alguns desenvolvimentos pontuais (função de procura de moeda, antecipações, "articulação" dos comportamentos gerais dos preços com o dos preços relativos, visão sobre o sistema monetário internacional com novos enfoques);
— a teoria monetária é reanalisada[59]

B) As expectativas racionais

As expectativas ou antecipações estão hoje em quase todos os debates económicos[60]. A teoria das expectativas racionais é a que vai mais até às últimas consequências da utilização de tal categoria.

Eis alguns dos elementos de base desta teoria[61]:

i) as economias estão submetidas a processos aleatórios;
ii) há equilíbrio nos mercados;
iii) os agentes têm um comportamento que é guiado por interesses individuais e suas decisões têm por objectivo a maximização da utilidade num determinado quadro de preços relativos;
iv) as antecipações são importantes no comportamento dos agentes que possuírem racionalidade na antecipação, face a uma certa informação adquirida.

E, como é óbvio, estes aspectos têm uma influência sobre os assuntos relacionados com a inflação:

— a posição relativa das variáveis "reais" e "monetárias" e suas articulações:
— dissipação das fronteiras entre o curto e o longo prazo na dinâmica das variáveis, incluindo os preços e os salários;
— uma nova maneira de ver a política anti-inflacionista e a introdução da influência da política sobre os modelos económicos,

para além de outros aspectos já invocados a propósito do monetarismo.

59 Serão nosso objecto de análise no Cap. 3
60 *Idem*
61 Na sua análise, retomamos Rojo` "Sobre el Estado

C) Articulação e compatibilidade entre a macroeconomia e a microeconomia

Este é um problema velho, mas que renasceu no quadro da actual crise teórica, particularmente ligado à teoria do desequilíbrio. Mais do que de uma articulação biunívoca trata-se da fundamentação microeconómica da macroeconomia.

Algumas linhas atrás, citando Barrere, fizemos referência a alguns aspectos deste problema e a racionalidade dos agentes colocada pelas expectativas racionais volta a apelar para o estudo do comportamento dos agentes isolados, mas inseridos numa dinâmica global. Contudo, os problemas da articulação colocam-se também noutras problemáticas. Como afirma Weintraub

> "a study of the micro foundations of macroeconomics is coextensive with general equilibrium analysis"[62].

Basta termos em consideração que as decisões e a dinâmica económicas são descentralizadas, as acções dos agentes baseiam-se numa informação incompleta (o que é inevitável porque a moeda representa uma ruptura de informação) e há limitações (verificadas e antecipadas) ao comportamento dos agentes.

E a consequência destes "novos" problemas sobre o estudo da inflação é relevante:

— a moeda está no centro, simultaneamente, das trocas e da informação;

— a informação e a interpenetração dos mercados e a irreversibilidade do tempo condicionam algumas variáveis que são estratégicas na explicação da inflação: i) estrutura dos mercados e preços; ii) procura de moeda (e teoria da carteira de títulos); iii) procura efectiva

> "On obtient donc tous naturellement la définition de la demande effective sur un marché, comme résultat de la maximisation de l'utilité, soumise à la contrainte de budget, et aux contraintes quantitatives perçues sur les autres marches"[63].

Mais, a teoria do desequilíbrio é já hoje a base de diversas explicações da inflação e temos que reconhecer que trouxeram alguns novos elementos importantes[64]

62 De Weintraub, Fondements pág. 10

63 De Benassy, "Les fondements pág. 773.

64 Assim, por exemplo, Fitoussi em *Inflation* introduz os conceitos de coeficiente de flexibilidade dos preços, a procura excedentária por mercado e de "inflação de equilíbrio".

Para finalizar esta muito breve visão sobre algumas tendências da teoria económica académica actual, recordaria que elas não têm o "oligopólio" dos conhecimentos económicos, que há fortes elementos de ligação entra as diferentes posições invocadas e, finalmente, que algumas questões "novas" são uma nova roupagem de velhas questões (*homo oeconomicus*, agente/economia como expressão de homem/sociedade, neutralidade da moeda, etc.)

E que dizer sobre a Economia Política do capitalismo[65] de orientação marxista?

Em primeiro lugar é de reconhecer que existem algumas razões objectivas para também a Economia Política marxista manifestar sinais de crise, entre as quais destacaria as seguintes:

a. a Economia Política marxista também é uma crítica da Economia académica, no sentido que destas rejeita o que é acientífico e aproveita as suas novas conquistas e avanços, reelaborando-os num corpo teórico que é o seu. Assim sendo, as dificuldades da teoria académica, os seus poucos avanços, os seus falsos problemas, etc. têm que transplantar partes dos sinais da sua crise.
b. O sistema capitalista tem vindo a revelar novos fenómenos (inflação e multinacionais, etc.) e não é fácil explicá-los e teorizá-los.
c. As crises económicas são sempre momentos em que se manifestam também movimentos de afastamento da luta[66] e esta é uma "fonte" de desenvolvimento da Economia Política marxista[67].

E os sinais desta crise manifestam-se frequentemente, salientando entre eles a reanimação de velhos debates (muitos dos quais são tentativas de resposta a falsas questões), nomeadamente sobre o valor, o preço e o salário, tais como o "problema da transformação" e o "erro de Marx", a validade do conceito de força de trabalho e do seu valor. Também é uma expressão de crise a fusão de aspectos do marxismo com outras teorias (keynesianismo, ricardianismo walrasianismo, ...) e as suas repercussões sobre o pensamento marxista em geral[68].

65 Enquanto as teorias anteriores só estudam o capitalismo, a Economia Política marxista também estuda o socialismo. Aqui, obviamente, não abordamos este último aspecto.

66 Com isto pretendemos significar que é um período em que se geram fenómenos de passividade, de imobilismo, embora esta realidade tenha evoluído. A luta de de classes na crise 1929/33 e nas recentes foi muito diferente na totalidade do mundo capitalista e no nosso país.

67 A luta de classes clarifica a realidade, dá-lhe outra dimensão de percepção.

68 Como exemplos deste processo de "fusão" temos Morishima, muitos autores franceses adeptos da "teoria da regulação".

No entanto esta crise tem intensidade menor e apresenta características diferentes, o que também tem razões objectivas, ora ligadas à sua própria estrutura científica – o marxismo sempre explicou melhor o capitalismo que as teorias académicas – ora relacionadas com a sua prática – pela sua própria natureza nunca fez, nem visou fazer, a gestão do capitalismo e das suas contradições internas. A crise é uma confirmação do marxismo.

### 1.2.1.2. Algumas hipóteses de saída da crise

Também aqui não procuramos mais que algumas pistas de orientação para o nosso trabalhos e outros que o completem, patrimónios do esforço colectivo de construção científica e transformação social.

Muito sinteticamente pensamos que algumas das vias de atenuação da actual crise da Economia Política são as seguintes:

A) Recusa do empirismo e defesa do racionalismo

Esta é uma exigência epistemológica[69] na medida em que toda a leitura da realidade é, de imediato, uma interpretação teórica. Isso faz com que a Economia Política deva caminhar sempre para a pesquisa das leis de encadeamento dos conceitos, tomando em primeiro lugar os aspectos qualitativos, sem que tal signifique, obviamente, a recusa da confrontação da teoria com o real e a utilização da informação estatística. O reforço da teorização pode criar condições para a projecção da componente quantitativa.

Simultaneamente esse racionalismo tem que assumir-se como um reflexo, certamente mediatizado, da realidade objectiva. Só será, como veremos oportunamente, adequado se materialista, histórico e dialéctico.

B) Reforço da multidisciplinaridade

Como veremos no ponto seguinte esta é uma via que ajudará a atenuar a crise teórica. Contudo não pode ser entendida como panaceia para todos os males, como surge por vezes.

C) Aprendizagem com as novas conquistas das outras ciências

69 Evidentemente que esta opção também coloca decisões filosóficas que dispensamo-nos de explicitar.

É hoje um dado adquirido que

> "L'économie politique a en effet toujours été une discipline dans laquelle les concepts importés de la physique ont tenu une grande place"[70]

e da Biologia, acrescentaria Passet[71].

E os exemplos são vários:

— a noção de equilíbrio geral é a expresso de certas teorias físicas;

— o aleatório dos processos económicos está em ligação com a teoria dos quantun;

> "La force de travail est donc une énergie; le temps de travail socialement nécessaire une unité imparfaite de thermodynamique, proposée à une époque ou cette science n'avait encore imposée ses normes; la plus-value, un surplus énergique permettant la reproduction élargie et représentant la différence entre une énergie reçue (...) Le modèle thermodynamique marxien est ce lui d'un temps irréversible, désorganisateur et orienté par l'entropie"[72].

Sem dúvida que as novas concepções das vulgarmente designadas ciências da natureza impõem uma reflexão pelos economistas, embora seja de recusar qualquer reducionismo naturalista[73].

D) Reforço das tendências desantropomorfizantes

Como Castro justamente salienta

> "A tendência desantropomorfizante ou de descentração do sujeito epistémico (como sujeito cognoscente individual e simultaneamente sujeito social) constitui uma manifestação necessária da própria produção dos conhecimentos científicas, resultando das condições da sua elaboração e, inclusive, das suas próprias características estruturais"[74]

o que, em Economia Política, exige o reconhecimento do primado do social

> "Las categorías se manifiestan en la experiencia del individuo, se descubren en la acción, en el estudio de los datos de la percepción, pero no en toda la plenitud y complejidad dialéctica de su estructura y concatenación, sino apenas en aspectos abstractos unilaterales. Por eso no pueden extraérselas a la luz de la conciencia con el análisis de la expe-

70 De Di Ruzza, "Quelques questions pág. 92

71 Ver Passet, "L'Evolution ...

72 De Di Ruzza, "Quelques questions ..., p. 94

73 Por exemplo, pensamos que a teoria da relatividade com a sua não independência entre tempo e espaço, tem potencialidades que o economista ainda não usufruiu.

74 De Castro, Teoria do Conhecimento, vol. IV, pág. 52

> riencia de un individuo por separado. Ellas se descubren a través del complicadíssimo proceso de la interacción de una rasa de consciencias individuales, que se corrigen mutuamente una a otra en discusiones, controversias, choques, mediante un proceso francamente dialéctico que, como un colosal separador, al final cabo separa los esquemas de las acciones puramente subjetivas (entendidas como individuales y arbitrarias) y en cuyo resultado toma forma la lógica, el sistema de las determinaciones del pensamiento puramente universal e impersonal en general"[75]

Em síntese, *a crise actual da Economia Política coloca um conjunto de limitações à nossa investigação sobre a inflação, exige uma crítica cuidada das actuais explicações vulgares, coloca novos problemas, mitológicos e epistemológicos, e abordagens novas dos fenómenos em estudo.*

## 1.2.2. Multidisciplinaridade

A interdisciplinaridade é um problema bastante actual, mas também bastante complexo exigindo a intervenção de especialistas, entre os quais não nos incluímos. Por isso limitar-nos-emos a expressar alguns pontos de vista e preocupações.

Em primeiro lugar colocaremos as razões da interdisciplinaridade e os seus diversos tipos, para nos dois pontos seguintes abordarmos alguns dos seus aspectos concretos relacionados com a inflação.

### 1.2.2.1. A colocação do problema

Alguns autores, entre os quais destacaria Godinho[76] interpretam a interdisciplinaridade como o resultado inevitável da "unidade do homem", apesar de reconhecerem, obviamente a existência de algumas dificuldades e a influência de outros factores:

> "A aproximação ao que é humano e social, implica perspectivas diferentes mas não substanciais ou, se quiserem, substantivos diferentes"[77]
>
> "Sem qualquer preocupação de reduzir a pluralidade das ciências humanas à unidade de uma ciência do HOMEM e dos homens, porque isso levaria a escamotear certas dificuldades efectivas, toda a investigação é cada vez mais acentuadamente interdisciplinar"[78]

75 De Llienkov, Lógica ..., pág. 144. Este texto aplica-se à lógica de Hegel, mas tem toda a validade para a Economia.

76 Sem dúvida que poderíamos citar diversos autores estrangeiros representativos da posição seguidamente apresentada, mas preferimos optar por um importante autor português.

77 De Godinho, Introdução ..., paga 253

78 De Godinho, "Sobre a pesquisa ... pág. 6

> "A convergência metodológica, a generalização ou mesmo universalização das noções de base e esquemas operatórios[79].

Esta posição da inevitabilidade da interdisciplinaridade entre as diversas ciências que estudam o homem em resultado da unidade ontológica do objecto de observação, sendo as diversas ciências existentes a expressão de diferentes metodologias e ângulos de visão, é uma posição frequente, mas que consideramos deficiente ou, pelo menos, insuficiente.

Sendo o homem um produto simultâneo da natureza e da sociedade, uma tal maneira de encarar o problema conduziria à unidade de todas as ciências. Mas não é aí que se encontram as maiores dificuldades dessa posição. Elas são as seguintes:

— É um imperativo epistemológico distinguir entre o "objecto teórico" e o "objecto real" de cada ciência, como afirma Castro, que é o resultado duma leitura não-positiva da ciência:

> "A ruptura [a passagem do conhecimento corrente ao científico] abrange, portanto, quer a passagem dum conhecimento fenomenal a um conhecimento das determinantes que lhe subjazem como ainda a emergência dum não-conhecer fenomenal a um conhecimento duplo na sua fenomenalidade e nas conexões que lhe subjazem e o explicam"[80]

ou, como diz Perrin

> "No mundo vivo, como no resto, trata-se sempre de explicar o visível complicado pelo invisível simples"[81]

Por outras palavras, da unidade do "objecto real" de diversas ciências, não se pode deduzir a unidade do "objecto teórico" e é na base deste que se tem que encarar a interdisciplinaridade.

— Há diversos tipos de interdisciplinaridade com metodologias e impactos sobre a história das ciências bastante diferentes. Aceitando a terminologia de Castro, temos as seguintes formas de interdisciplinaridade: polidisciplinaridade metodológica, multidisciplinaridade e interdisciplinaridade propriamente dita[82]. A posição anterior não contempla toda esta complexidade do fenómeno.

79 *Idem*, pág. 15

80 De Castro, Teoria do Conhecimento, vol. III, pág. 126

81 *Idem*, pág., 168, citando o autor referido

82 Ver Castro, "A interdisciplinaridade

Retomando este último aspecto consideramos que o estudo da inflação exige, sobretudo, uma polidisciplinaridade metodológica, resultado do enriquecimento metodológico, e uma multidisciplinaridade, resultado da existência de um espaço de contactos, sendo esta dominante.

Nos pontos seguintes referiremos a multidisciplinaridade nas suas orientações formalizante e operatória.

#### 1.2.2.2. A multidisciplinaridade formalizante

Neste ponto abordaremos em que medida é que certas ciências como a Lógica, as Matemáticas, a Econometria, a Topologia, a Cibernética e a Epistemologia podem contribuir, em articulação com a Economia Política, para um melhor conhecimento da inflação. Certamente que outras ciências, suas agregações ou desagregações, também seriam susceptíveis de serem aqui analisadas. As escolhidas resultaram exclusivamente da interpretação das dificuldades que temos vindo a encontrar no nosso estudo.

##### 1.2.2.2.1. Com a Lógica

Os contributos da lógica para a Economia Política são conhecidos, limitando-nos a fazer referência a dois:

— Dá muito maior rigor é "organização conceptual" e maior precisão aos problemas; uma formalização das soluções contribui para a "economia de energia".

As questões mal colocadas, as respostas desarticuladas em relação ao problema e as deficiências de encadeamento lógico dos raciocínios não são problemas de menor importância.

Para ilustrá-lo, neste último aspecto, recordaria apenas que na implicação lógica C(p,q) (p implica q) temos:

. C(l,l) = C(0,1) = C(0,0) = 1

. C(l,0) = 0

pelo que se p não é verdadeiro e q é-o não poderemos deduzir a falsidade da implicação. Mas não é exactamente o contrário disto a corrente negação da explicação da inflação pela procura, baseada na continuação da inflação durante as crises?

— Ajuda à construção científica.

Se, como recorda Paraire citando Lenine,

> "De l'intuition vivante à la pensée abstraite et d'elle à la pratique, tel est le chemin dialectique de la connaissance de la réalité objective"[83]

é o caminho da construção científica a lógica tem um importante papel a desempenhar (confundindo-se aqui o seu conteúdo com o da teoria do conhecimento)

> "... la lógica no puede ser otra cosa que la teoria que esclarece los esquemas universales del desarrollo del conocimiento y de la transformación del mundo material por el hombre social. Como tal, ella es teoria del conocimiento"[84]

De acordo com alguns autores que têm estudado este aspecto da multidisciplinaridade, as lógicas polacas estão particularmente adaptadas para uma utilização pela Economia Politica, porque atribuem grande importância à teoria das compatibilidades (dedução a partir de axiomas) e à teoria da contingência (aceitando a teoria das compatibilidades):

> "La théorie de la contingence replace au premier plan les problèmes concernant l'interpsychologie des croyances, la coexistence des différentes sortes de hiérarchies et leur aménagement occasionnel, problèmes cachés par une «raison» prétendue conciliatrice et en fait antinomique"[85]

As estas conclusões dos estudiosos do problema acrescentaria que, na medida em que as contradições internas são o «motor» da dinâmica real da acumulação capitalista, com o que a inflação tem muito a ver, e da própria construção científica da Economia Política, um importantíssimo papel cabe à lógica dialéctica (o que não se identifica com o método dialéctico), permitindo dar um importante passo em frente na interpretação dos objectos de estudo:

> "El metafísico, que tropieza con el hecho de la coincidencia de determinaciones opuestas en el concepto, en el juicio sobre la cosa, vera aquí una expresión teórica no verídica y se esforzará para reducir con la contradicción interna a una contradicción exterior de dos cosas, cada una de las cuales, según su opinión, no es contradictoria interiormente, en una contradicción «en relaciones distintas» o «en tiempo distinto». Marx procede exactamente al contrario. Muestra que en la contradicción de orden exterior se manifiesta la contradicción interna oculta en cada una de las cosas mutuamente relacionadas únicamente em forma exterior. (...) La dialéctica obliga siempre a ver tras la relación

83 De Paraire, "Essai sur ...", pág. 375
84 De Llienkov, Lógica ..., pág. 220
85 De Chanier, "Ce que la logique ...", pág. 197

con otro la relación oculta tras el consigo mismo, la relación interna de las cosas"[86].

Eis, pois, algumas ligeiras referências à utilidade que a lógica pode ter para todo o estudioso de Economia Política, e portanto também para nós que temos um objecto particular dentro daquela. Contudo tal não significa, nem nunca pode significar, como alerta Castro, que a Economia Política deva ser moldada pela lógica

> "Significa isto que embora nenhuma teoria possa desrespeitar as regras lógicas, como é óbvio, não só não tem de ser construída de harmonia com as linguagens universais da lógica mas ainda que pode conter – e assim sucede frequentemente elementos extra-lógicos, como de resto se compreende, visto que, de outra maneira, ver-se-ia espartilhada pelos níveis teórico-lógicos disponíveis na altura da sua elaboração, o que constituiria, em alguns casos pelo menos, um bloqueamento dos avanços possíveis à elaboração teórica"[87]

### 1.2.2.2.2. Com as Matemáticas e a Econometria

Este aspecto da multidisciplinaridade formalizante, assim como o que de seguida diremos sobre a topologia e a cibernética, insere-se no longo debate sobre a possibilidade ou não da Economia Política marxista integrar um conjunto de ciências que visam captar o sentido das práticas dos agentes económicos, muitas vezes designadas globalmente de praxeologia, mas hoje com um sentido mais amplo que o atribuído por Lange:

> "Uma vez que a racionalidade é hoje o traço característico de muitos sectores da actividade humana, surgiu um problema: descobrir o que é comum a todos os sectores da actividade racional. Foi assim que nasceu a ciência da atividade racional chamada praxeologia"[88].

A viabilidade destas ciências serem utilizadas pela Economia Política tem sido colocada a dois níveis diferentes, embora interligados pela capacidade da Economia vulgar captar alguns aspectos da prática dos agentes a um nível de superficialidade de observação a que o marxismo frequentemente se escusa:

— possibilidade da Economia Política marxista integrar a «praxeologia clássica» como seja o walrasianismo (para o que é bem conhecido o esforço de Morishima);

86 De Llienkov, Lógica ... pág. 236/7. Sobre a lógica dialéctica veja-se igualmente Apostel, Logique, Joja, A Lógica e Seve, Une Introduction...

87 De Castro, Teoria do Conhecimento vol. IV, pág. 37

88 De Lange, Moderna Economia ..., pág. 173

— possibilidade da Economia Politica marxista integrar as ciências referidas, nomeadamente a econometria, como «técnicas» de aproximação concreta ao objecto de estudo.

Contra tal colocam-se os que consideram impossível qualquer integração, partindo do pressuposto que a Economia Politica marxista tem uma metodologia própria indissociável e é mais completa.

A análise de cada um destes problemas conduzir-nos-ia muito longe, mais longe do que seria de esperar no presente trabalho. Por isso diremos apenas que, embora aceitando a existência de uma metodologia própria da Economia Politica marxista, consideramos viável integrar as ciências «praxeológicas» no seu conteúdo, o que, contudo, exige hierarquização conceptual. Essa integração nunca pode passar pela fusão ou mistura do marxismo com outras correntes do pensamento económico, como alias já deixamos implícito quando consideramos que tal poderia ser entendido como uma manifestação da própria crise da Ciência Económica.

Esclarecido este aspecto geral e o caminho por nós optado, quase parece desnecessário dizer muito sobre a importância das Matemáticas, da Estatística e da Econometria, para a Economia Política. Com efeito, os modelos sempre desempenharam um papel central pois, como afirma Bueno

> "La modelización puede ser caracterizada, en su forma mas general, como una investigación indirecta, práctica y teórica de un objeto (sistema) en la que se manipula directamente no el objeto en cuestión, sino un sistema auxiliar, natural o artificial que
>
> a) Permite establecer algún tipo de correspondencia con el objeto de cognición v/o investigación
> b) Esta capacitado para sustituir al objeto de estudio en determinadas etapas de su conocimiento
> c) Su estudio brinda en fin de cuentas información sobre el propio objeto modelado"[89].

Cada vez mais o desempenham devido à simplicidade, quantificação e possibilidade de comparação que permitem com a realidade.

Além disso os fenómenos sociais apresentam uma grande dose de aleatoriedade a qual resulta da complexidade dos fenómenos e simplicidade dos modelos, da impossibilidade, no actual grau de desenvolvimento científico, de captar determinados aspectos e da própria natureza dos fenómenos. Provem também da «liberdade»

89 De Bueno, "El método de pág. 33

dos intervenientes na sociedade no quadro da «necessidade» social macrotemporal. A aleatoriedade apela desde logo para o recurso à Estatística e, mais recentemente, à Econometria que, aliás, já mostrou frequentemente as suas potencialidades.

Não será difícil deduzir do anteriormente afirmado que a importância destas ciências para o estudo da inflação é grande. Apenas alguns exemplos:

— várias teorias explicativas da inflação, que temos inevitavelmente que conhecer e criticar, têm uma grande formalização matemática[90];

— a expressão fenomenológica da estrutura de preços[91] é um aspecto central da caracterização da inflação e a sua leitura, utilizando para tal os métodos estatísticos, é indispensável;

— a utilização da Econometria permite aprofundar o conhecimento da realidade porque a interferência de vários factores sobre a dinâmica dos preços e salários exige uma selecção hierarquizada das variáveis, impossível sem a utilização das técnicas adequadas; porque a grande quantidade de informação coloca problemas à sua manipulação (e aqui haveria também que fazer -se referências à Informática e à Teoria dos Sistemas); porque a intermediação entre algumas variáveis explicativas (ou com essa potencialidade) e as variáveis explicadas é muito grande, o que impõe a utilização de ciências estocásticas para verificar a sua manifestação real e medir a sua capacidade explicativa (ex. produtividade-preços, concentração-salários).

Para terminar esta abordagem temos, contudo, que chamar a atenção para o facto da formalização matemática colocar alguns problemas. Alguns são inerentes à referida metodologia própria da Economia Política que leva, entre outros aspectos, a ter que se respeitar a prioridade da teoria, da interpretação e articulação das qualidades (as categorias económicas são relações sociais). Outros resultam de más utilizações, como alerta Morales

> "muchos economistas terminan estudiando y empleando cuanta técnica enconarán para medir, calcular, relaciones entre las cosas y se olvidan precisamente de aquello que los. determina"[92]

ou Hendry

90 Sobre tal veja-se Cap. 3.

91 Sobre a sua importância veja-se o cap. 2

92 De Morales, "Las matemáticas pág. 117

> "whether or not econometrics will prove to be more analogous to alchemy than to science depend primarily on the spirit with the subject is tackled"[93].

### 1.2.2.2.3. Com a Topologia

A importância que atribuímos a este ramo das Matemáticas (baseado no estudo das deformações continuas em geometria e nas relações entre a teoria das superfícies e a análise matemática) leva-nos a isolá-lo.

Nós pensamos que algumas das limitações da formalização matemática tradicional e estatística podem ser ultrapassadas parcialmente pela utilização da topologia. parece-nos particularmente útil para as teorias do valor e dos preços porque exige uma maior precisão de conceitos, representa uma economia de esforços – na medida em que já há uma axiomática montada com as respectivas deduções – e permite formalizar alguns aspectos qualitativos e «quantificá-los». A este propósito, estamos em crer que alguns debates sobre a "transformação dos valores em preços" só resultam da imprecisão dos espaços (topológicos) e suas dinâmicas.

O mais conhecido caso de aplicação da Topologia à Economia surgiu com a teoria das catástrofes de Thom[94], que aliás conheceu uma rápida popularidade e utilização em diversas outras ciências. Essa teoria apresenta algumas vantagens (precisa a dimensão dos espaços das categorias, suas propriedades e integração na dinâmica global; caracteriza o próprio movimento como um espaço, clarifica o conceito de tempo, mesmo multidimensional, no quadro das estruturas; formaliza categorias abstractas; reformula a noção de equilíbrio; relaciona as catástrofes com as variações diferenciais) mas é filosoficamente bastante pobre e apresenta alguns inconvenientes, inversos aos apresentados pelas ciências consideradas no ponto anterior, como refere Bruter

> "La théorie des catastrophes, même élémentaires, présente en plus l'inconvénient de se prêter difficilement à l'étude quantitative"[95]

Sem pugnar pelo total abandono da teoria das catástrofes, consideramos que a utilização da Topologia deve processar-se sem tomar aquela como elemento único de referência. A sua utilização é par-

93 De Hendry, "Econometries – pág. 403

94 O seu livro central é "Mathematiques de la Morphologenes".

95 De Bruter, "La Théorie des pág., 455

ticularmente importante para o estudo da inflação, pois, como é sabido, o valor e o preço são categorias centrais[96].

### 1.2.2.2.4. Com a Cibernética

Como é sabido

> "A Cibernética é a ciência que trata de maneira abstracta de um sistema de elementos ligados por relações de interacção recíproca. Estas relações, a Cibernética as decompõe em uma cadeia de causas e efeitos e, assim, estuda o desenvolvimento dos processos de causa e efeito em tais sistemas"[97]

o que permite estudar a aprendizagem da adaptação da acção a modificação das condições.. Por outras palavras, utilizando as de Brender

> "...nous pousse à nous préoccuper des phénomènes d'information – décision que se répètent quotidiennement au sein d'une économie concrète"[98]

Sobre a importância da cibernética para o estudo da inflação basta recordar o papel da informação na teoria do desequilíbrio e na gestação das expectativas, a importância da moeda na informação dos agentes económicos. (como elemento de ruptura entre produtor e consumidor e agente de relacionamento em cadeia) e, por conseguinte, o papel dos intermediários no movimento económico, enfim, a irreversibilidade do tempo no movimento inflacionista dos preços:

> "le temps de la cybernétique n'est pas celui de l'Histoire mais celui des routines"[99].

### 1.2.2.2.5. Com a Epistemologia

Comecemos por precisar o que entendemos por Epistemologia como ciência (e já não como fracção da filosofia), pegando nas palavras de Castro:

> «Em segunda aproximação a Epistemologia Geral é a disciplina que formula tanto as leis gerais, genéticas e transformacionais, do conhecimento científico na sua especificidade cognitiva, como as leis históricas

96 Pensamos que o chamado "problema da transformação" pode ser bastante clarificado com o recurso à Topologia. Contudo, neste trabalho nada avançamos neste campo, embora constitua projecto futuro.

97 De Lange, Moderna Economia ... pág. 175

98 De Brender, "Analyse cybernetique pág. 1604

99 *Idem* p. 1605

> e sociais que intervêm nessa elaboração. No plano gnosiológico estrito enuncia as leis e categorias que de terminam as possibilidades e exigências decorrentes da ultrapassagem da adaptação cognitiva espontânea ao meio externo, elaborando as leis a que tem que obedecer, tanto nessa passagem, nesse «corte» como, por isso mesmo, nas condições a satisfazer na própria dinâmica global, assim explicando o seu dinamismo fundamental, os obstáculos mais gerais a dominar – nomeadamente os que decorrem da própria expressão directa do conhecimento humano como fenómeno de adaptação ao meio (e que é o obstáculo imposto pelas necessidades centrais na adaptação humana espontânea, levando à antropomorfização desse meio ambiente) e as condições a que tem de obedecer na ordem de desenvolvimento necessário de produção dos conceitos inacessíveis ao conhecimento corrente. Por outro lado – e em terceira aproximação – a epistemologia geral constrói ainda as leis e categorias que estrutural e dinamicamente constituem outros denominadores comuns a todo este plano específico de cognição, organizando sistematicamente as propriedades e expressões quantitativas dessa especificidade nas múltiplas manifestações que apresenta no corpo geral das disciplinas científicas»[100]

Como facilmente se deduz, as relações da Economia Política com a Epistemologia não é formalizante no mesmo sentido que pode ser dado no referente às outras ciências analisadas (talvez com excepção, parcial, da Lógica). Esta multidisciplinaridade entronca-se no já antes afirmado sobre a necessidade do cientista ultrapassar a "filosofia espontânea do cientista" e passar a encarar o conhecimento do conhecimento científico como uma ciência capaz de elucidá-lo sobre o caminho percorrido e a percorrer, capaz de permitir evitar rumos errados (nomeadamente acientíficos) e ajudar a orientar conveniente mente a investigação a que se propõe.

### 1.2.2.3. A multidisciplinaridade operatória

Entremos agora neste segundo tipo de multidisciplinaridade que resulta da convergência (parcial) de objectos teóricos.

Também aqui as nossas preocupações são limitadas à aplicação de tal multidisciplinaridade ao estudo da inflação e resulta da nossa própria experiência. Por ordem decrescente de importância surge a multidisciplinaridade com a Historia, com a Sociologia, com a Psicologia, com a Teoria do Estado (assim como com a Antropologia Política e a Política), com a Linguística, com a Semiótica e com a Teoria das Ideologias.

100 De Castro, Teoria do Conhecimento ..., vol. IV, pág. 30/31

### 1.2.2.3.1. Com a História

De uma forma geral é do conhecimento de qualquer estudioso de Economia Política que as relações entre esta e a História Económica são muito estreitas como o afirma Castro[101]

> "Quanto à História Económica, aproveita o sistema de explicação científica que lhe faculta a Ciência Económica das Formações Sociais Históricas (a qual foi elaborada a partir duma observação não empírica da realidade que teoriza; portanto, nela também intervém a produção de dados sistemáticos acerca do passado que constitui a história económica na acepção de etapa de elaboração metodológica) para se elevar a uma explicação mais funda e completa, ao aplicar essa rede teórico -abstracta a um sistema económico concreto"[102]

ou resulta, das seguintes palavras de Niehans, sem dúvida muito comummente aceites

> "The basic problem of economics can thus be described as finding ways and means to explain virtually unique chains of events"[103]

Evidentemente que não se pode afirmar que a Economia Política se reduza à História Económica, mas poder-se-á dizer que aquela sem esta fica esvaziada de uma parte da sua cientificidade porque a Economia Política é uma aplicação, embora não única, do materialismo histórico; estuda as categorias económicas estruturadas num certo modo de produção, sem nunca se poder ignorar a sua dinâmica, seja diacrónica ou sincronicamente, embora, neste caso, a exigência seja menos forte; tem como categorias científicas relações sociais em permanente evolução e à ciência histórica

> "cabe-lhes tratar tudo o que diga respeito à dinâmica transformacional"[104].

Para o estudo da inflação tudo o anteriormente dito mantém validade, diríamos mesmo que se reforça na medida em que a própria inflação é uma realidade social limitada no tempo, correspondente a uma determinada fase do devir da sociedade e, também, porque metodologicamente a determinação dos movimentos de continuidade e de ruptura das variáveis indicadoras e explicativas da inflação é a melhor forma de explicitar as relações de causalidade.

101 Neste capítulo temos vindo a citar frequentemente Castro. Fazemo-lo porque são assuntos muito estudados por esse autor, porque estamos integralmente de acordo com as suas posições e ainda porque tratando-se de temas sobre os quais temos uma posição mas não dominamos integral e profundamente, preferimos recorre, frequentemente as próprias palavras dos especialistas.

102 De Castro, História Económica..., vol. 1, pág. 37

103 De Niehans, "Economica ...," pág. 157

104 De Castro, História Económica ..., vol. I, pág. 40

Mais, a própria história das teorias que tentam explicar a inflação mostra que considerar esta atemporalmente conduz, no mínimo, a absolutizações despropositadas.

Apesar de não termos a veleidade de sabermos fazer Historia e da ausência de estruturas e tradições propiciadoras do usufruto de uma certa colaboração científica, ao longo deste estudo tivemos que frequentemente pisar terrenos de fronteira, o que revela, sobretudo, quão importante é esta multidisciplinaridade entre Economia Política e a História Económica, talvez mesmo com a História, em sentido mais geral.

### 1.2.2.3.2. Com a Sociologia

A utilização de variáveis sociológicas para explicar variáveis económicas é hoje uma situação habitual, bastando recordar Akerman[105], Marchal[106] ou Johansen[107]. Com efeito, como afirma Maier

> "Each economic model usually implies a particular sociological model, but not are useful"[108].

Neste entrelaçamento crescente, imposto pelo grande relacionamento frequente dos objectos das duas ciências, está a razão objectiva para o que podemos considerar duas novas ciências: a Economia Sociológica e a Sociologia Económica.

Entrelaçamento de objectos que, contudo, não podem levar à sua identidade. Existe uma fronteira entre a Economia Política e a Sociologia que, pelo menos, resulta de dois factos: a) o lugar e a dinâmica do «"económico»" tem uma autonomia relativa no quadro do social; b) o "económico" é apenas um dos "níveis" do social.

O desenvolvimento científico da Economia Politica como ciência autónoma e diferenciada entronca com a crescente necessidade de multidisciplinaridade

> "Ao mesmo tempo que os limites precisos da análise económica vão surgindo, definem-se também outras preocupações. Certos problemas mantêm-se ainda, muito frequentemente, na esfera de acção do economista, mas já não são da sua exclusiva competência"[109]

que, respeitando as fronteiras de cada uma, não deixa de criar áreas difusas, como alerta Bancal:

105 Ver Akerman, Structures
106 Ver Marchal, "Sociologia das ..."
107 Ver Johansen, "L'interaction ..."
108 De Maier, "The Politics ..."
109 De Lhomme (Aavv) "Economia Política ..." pág. 509

"Entre ces deux sciences ainsi «contaminées», et présentant de ce fait des problèmes indivis, un «centre» conjoint de traite ment et l'étude est logiquement nécessaire"[110].

Nas temáticas em torno da inflação há, frequentemente, «contaminação», ilustrável através dos exemplos seguintes:

— como afirma Hirschman[111]

"Pero seria difícil encontrar un economista que no estuviese de acuerdo en que ciertas fuerzas sociales y políticas «subyacentes»' desempeñan un papel decisivo en la causación de la inflación y del éxito o el fracaso de las políticas antiflacionarias."[112]

— o processo inflacionista modifica permanentemente o comportamento dos agentes económicos[113]

— a dinâmica conjuntural é um elemento importante na nossa temática, mas as conjunturas só são integralmente perceptíveis num interpretação mais globalizante[114]

— a teoria sociológica da inflação existe e tem uma grande difusão entre economistas e políticos

— várias categorias económicas são muito melhor interpretadas com o recurso também ao conhecimento sociológico: agente/sociedade[115], antecipações[116], para já não falar de outros como estrutura, Estado, etc.

A amplitude das áreas de confluência de objecto no estudo da inflação é de tal maneira vincado que hoje já existem importantes estudos de sociologia da inflação[117].

### 1.2.2.3.3. Com a Psicologia

As relações entre a Economia Política e a Psicologia têm sido, ao longo da elaboração da primeira, tão vincadas que por várias vezes surgiu um abusivo reducionismo daquela a esta, do social ao comportamento dos agentes como realidades individuais atomizadas.

110 De Bancal, L'Economie pág. 329

111 A propósito desta posição recordamos a já anteriormente referida a propósito de Moura sobre os conflitos sociais e a inflação

112 De Hirschman, "La matriz social ..." pág. 679

113 Sobre isto ver o autor agora referido, assim comoMaier, "The Politics...

114 Recordem-se os citados trabalhos de Akerman e de Marchal

115 Veja-se Lhomme (Aavv) "Economia Política ..." paga 477

116 Veja-se Marchal, "Sociologia dos ...", pág. 585 e Bancal Economia pág. 19

117 Não fizemos nenhum estudo desta temática que, aliás, se afastava das nossas preocupações centrais

É o caso da escola austríaca, que acaba, por essa via, por proceder uma antropomorfização do económico e, concomitantemente, a um retrocesso científico.

E, sem se caírem nestes erros, basta recordarmos que os homens são agentes actuantes e moldadores do económico para termos que reconhecer a inevitável existência de áreas de confluência entre a Economia Política e a Psicologia Social, devendo-se ter sempre presente a necessidade de uma hierarquização entre essas duas disciplinas, em função do objecto em estudo, baseado no encadeamento hierarquizado das leis, enfim a importância de

"hierarquia genético-transformacional do real"[118].

A interferência dos temas psicológicos no estudo da inflação é grande, mais não sendo necessário que recordar assuntos como "ilusão monetária", "antecipações", "economia real", para o recordar. Mais, a explicação da inflação entronca com a teoria do valor e a crítica da teoria do valor-utilidade impõe a consideração de aspectos psicológicos (embora os epistemológicos e sociológicos, para além dos inerentes à própria Economia Política, sejam mais importantes).

### 1.2.2.3.4. Com a Teoria do Estado, a Antropologia Política e a Política

Constitui hoje conhecimento adquirido que é não existe em capitalismo (e muito menos noutras formações sociais) uma "economia pura", um conjunto de realidades visualizáveis economicamente, com uma dinâmica própria intrínseca e sem pressupor ou exigir qualquer forma de intervenção estatal, da superestrutura, para falarmos de uma forma mais genérica. Como o mostra Brunhoff[119] e, na sua senda, vários trabalhos mais recentes[120], essa intervenção é permanente (dando lugar a uma gestão económica), não exigindo momentos específicos de agudização das contradições (ocasião em que o seu desvio exige uma política económica). Essa intervenção faz-se sempre, pelo menos ao nível da moeda (categoria central da distribuição e troca) e da força de trabalho (categoria central da produção).

118 De Castro, A Epistemologia pág. 29

119 Sobre este assunto ver Brunhoff, Etat et Capital

120 E o caso de Bidet, Economie et Dialectique

O estudo do económico tem que atender à intervenção do Estado (inclusive do ponto de vista histórico) e a compreensão deste exige o recurso à Teoria do Estado[121] e à Antropologia Política[122].

Esta multidisciplinaridade tem cada vez maiores aplicações, como o mostram os modelos económico-políticos dos ciclos[123] e, porque não, da inflação.

Quase que é desnecessário recordar a importância desta multidisciplinaridade para o estudo da inflação, conhecido que é para tal a importância de categorias como as de moeda, salários, dívida pública, crédito, sistema bancário, etc. E isto para já não falar da relevância das políticas económicas e dos acontecimentos políticos em geral sobre o comportamento de algumas variáveis (ex. câmbios) e a influência da legislação nacional e internacional, o que remete para a multidisciplinaridade com a Jurisprudência[124].

### 1.2.2.3.5. Com a Linguística

De uma maneira genérica, as razões da colaboração científica com a Linguística são: a) A Economia Política e a Política Económica, assim como os agentes que as utilizam, têm um discurso e o estudo deste pode revelar a existência de desvios entre os objectos efectivos e os revelados; b) as ideologias jogam um papel no económico (como veremos) e a Linguística ajuda à sua explicitação

No estudo da inflação sentimos a necessidade da linguística na análise de determinados discursos políticos justificativos e determinadas políticas anti-inflacionistas, na captação da evolução do significado da palavra "inflação" (o que permite elucidar, indirectamente, aspectos da evolução da acumulação capitalista e da importância relativa das diversas teorias explicativas dominantes na política económica) e, também, na crítica de diversas teorias.

### 1.2.2.3.6. Com a Semiótica

As ligações da Economia Política com a Semiótica são recentes e são feitas principalmente em resultado da tentativa de estudar a moeda como símbolo, feito por algumas correntes:

> "En quelque sorte, il apparaissait a ce moment que la valeur de la monnaie ne dépendait pas de son rapport a un objet concret quelconque

121 Veja-se Poulantzas, Poder Politico

122 Veja-se Bonte (Aavv), "Anthropologise..."

123 Veja-se Moura, "Ciclos Polípticos ..."

124 Considerada aqui como uma ciência

(l'or), mais bien de ce que les individus voulaient bien lui reconnaitre comme valeur (...) la monnaie nous apparait comme un «signe»"[125]

Tal caminho é inadequado para o estudo da moeda e, por maior força de razão, da moeda-mercadoria, mas tal não nega o início da existência de uma certa multidisciplinaridade, ainda muito primária.

### 1.2.2.3.7. Com a Teoria das Ideologias

A Economia Política defronta-se com as ideologias a dois níveis:

a. Elas são inerentes as relações económicas, como é salientado por Pinto

> «Referimo-nos a Charles Bettelheim e ao seu *Cálculo Económico e Formas de Propriedade*. Preocupado em definir a propriedade como «relação económica», ou seja, como poder de afectar os meios de produção a determinadas utilizações e de dispor dos produtos obtidos a partir desses meios, Bettelheim não deixa de acrescentar que ela implica «a existência de relações ideológicas»: a propriedade só 'funciona' como 'poder' enquanto é reconhecido como tal, isto é, enquanto não é posta em causa por um processo de lula ideológica de classe» (...) o ideológico não é, pois, para Bettelheim, algo que se «acrescenta» ao económico para assegurar a reprodução deste; corresponde, bem pelo contrário a uma dimensão de análise sem a qual a definição de propriedade perde todo o alcance, teórico»[126]

ou o refere, por outras palavras e noutro contexto, Lepers

> "L'échange est toujours fonde sur les mêmes motivations psycho logiques, ou, pour le dire autrement inconscientes, d'autant plus inconscientes que la société est plus évoluée. Ou pour le dire autrement encore, des motivations «infrastructurelles» conditionnent le jeu des acteurs sociaux sans que ceux-ci en soient conscients. Ou l'on revient toujours à l'idée d'une infrastructure par rapport à laquelle l'idéologie serait superstructurelle"[127].

b. As ideologias surgem nas explicações dos fenómenos económicos.

125 De Lepers, Le Signe pág. 5/6
126 De Pinto, Ideologias ..., pág. 145
127 De Lepers, Le Signe ... pág. 32

Estes dois aspectos surgem no estudo da inflação. Sendo desnecessário abordar, neste caso particular, esta segunda razão, recordemos a propósito da primeira as palavras de Hirsch:

> "Ideologies, as well as particularized interests, have contributed to inflation thought their confrontation and interaction"[128]

## 1.3. Conclusões

De tudo o afirmado anteriormente sobre a multidisciplinaridade, o que nos parece de salientar é que aquela não resulta das dificuldades actuais da Economia Política mas, como dissemos, pode contribuir, para a superação de algumas delas, nomeadamente no estudo da inflação, o que é recordado com optimismo por Vizeu

> "Actualmente, apontam-se também, como vimos, para soluções extra -económicas, talvez seguindo a tendência geral de interdisciplinaridade que hoje se verifica (política, sociologia, história)"[129].

Contudo essa multidisciplinaridade é bastante vasta e complexa, exigindo a existência de uma organização adequada da investigação científica que ainda é inexistente no nosso país (e mesmo em outros ainda não tem a expansão que se exigiria).

E uma conclusão é inevitável: *o estudo que fazemos da inflação em Portugal não pode abordar todos os problemas, apresenta uma visão unilateral de alguns assuntos e tem que admitir como "variáveis exógenas" categorias que não o são*.

128 De Hirsch, "The Ideological ..." pág. 282

129 De Vizeu, Contribuições da Teoria pág. 310

# Capítulo 2

## Para uma caracterização e periodização da inflação em Portugal

Sendo o nosso objecto de estudo a inflação, procurando sempre que possível e necessário descer ao concreto da nossa realidade, é imperioso começarmos por caracteriza-la com precisão.

A utilização corrente, e talvez abusiva, do termo "inflação" poderia induzir à ideia de que existe uma unanimidade de opiniões sobre o seu significado e, contudo, nada é mais falso. Muitos dos debates vazios sobre esta problemática resultam exactamente do facto do mesmo significante ter significados diferentes para o emissor e o receptor.

O significado de "inflação" tem uma história, como iremos constatar, e apresenta hoje um leque muito variado de interpretações e conotações. Por isso começamos este capítulo pelo seu levantamento.

Depois de o mostrarmos impõe-se que precisemos o que entendemos por inflação tendo em atenção a realidade portuguesa num largo período. Depois de definirmos quais os melhores indicadores para captar a sua manifestação fenomenológica analisaremos o núcleo duro desta (dispersão, generalidade e alta crónica de preços e salários) para, finalmente, procedermos à caracterização e periodização da inflação em Portugal.

Dando consistência as afirmações e referências quantificadas, acrescentamos um conjunto de anexos onde está sistematizada toda a informação estatística de base e uma sua primeira leitura. Sem esses anexos muitas das afirmações neste capítulo surgiriam pouco fundamentadas.

## 2.1. A caracterização da inflação é controversa

Olive no seu breve artigo começa por colocar uma interrogação:

> Les dictionnaires devront-ils un jour écrire en face du mot inflation: «vocable très souvent utilisé mais dont le sens varie avec celui qui l'emploie, à tout le moins varie avec le temps»?[1]

1 De Olive, "L'Inflation: ..."

A nossa resposta é negativa, embora reconheça na diversidade de sentidos que tem tido, e certamente continuará a ter, uma plena justificação para a colocação da questão. A nossa resposta exige que a problemática da inflação seja bastante mais estudada e o significado precisado.

Uma caracterização detalhada do que entendemos por inflação é uma exigência da investigação, do trabalho teórico seguinte e a conclusão inevitável da leitura das informações estatísticas obtidas, reorganizadas de acordo com um conjunto de princípios básicos sobre as leis gerais e abstractas de funcionamento da sociedade capitalista, na qual a economia portuguesa se insere durante todo o período histórico mais relevante para o nosso estudo.

É indispensável para uma delimitação e precisão do nosso objecto teórico e para uma clarificação do conteúdo do restante texto. Será não só importante para a plena interpretação das hipóteses explicativas da inflação que avançaremos no capítulo 4 como também para a análise crítica das diversas teorias que tentam explicar a inflação, pois cada uma está implicitamente encerrada, raramente com consciência dessa limitação, numa certa concepção de inflação, tarefa a que nos propomos no capítulo 3. Eis, pois, as razões da nossa preocupação em encontrar caracterizações precisas[2].

Se este esforço teórico assente no concreto e que pensamos conduzir a alguns avanços nesta temática, é importante, não deixa de acarretar alguns inconvenientes, dos quais passamos a explicitar dois:

a. A caracterização da inflação é, de alguma forma, uma sua definição. Se estas são importantes na construção científica:

> "As definições desempenham um importante papel na ciência, constituem uma parte essencial de qualquer teoria científica. Com as definições, introduzem-se na ciência novos conceitos, fixam-se os resultados de uma prolongada investigação científica, simplificam -se as complexas descrições que se encontram na ciência, etc"[3]

apresentam também algumas limitações e perigos para a continuação da investigação científica. Perigos porque uma questão mal colocada ou uma má definição são capazes de desviar os trabalhos subsequentes duma via frutuosa e conduzir a becos sem saída. Limitações porque mesmo uma boa definição

2 Esta preocupação tem-nos acompanhado ao longo do tempo em que temos vindo a publicar artigos sobre a inflação. Compare-se, por exemplo, Pimenta, Monopólios e Política Antimonopolista ... pág. 68/78, "Para uma Análise ...", "Combater a Inflação ..."

3 De Rosenthal (aavv), Dicionário Filosófico ..., entrada respectiva

é incapaz de reproduzir integralmente todos os elementos em presença

> "não podem abranger as conexões omnilaterais dos fenómenos no seu pleno desenvolvimento"[4]

e pode exigir outras definições

> "Não somente é esse um método que não tem e não pode ter fim, uma vez que sua própria natureza postula a existência de identidades indefiníveis que servem de base para as demais definições"[5].

Sobre a primeira insuficiência é preciso desde já elucidar que não estamos armados de nenhum critério epistemológico para podermos afirmar que as questões implícitas a que procuramos dar resposta estejam bem colocadas. E se, parafraseando um grande vulto da nossa cultura, nós não temos medo dos erros porque estamos sempre dispostos a corrigi-los, temos que reconhecer que só estamos armados com a arma da "dúvida metódica". Sobre a segunda insuficiência elucidemos desde já que não nos será possível esclarecer o significado de todas as identidades da caracterização e que importantes "identidades indefiníveis" persistirão, algumas remetendo para matéria de capítulos subsequentes, outras ficando sempre em aberto.

b. Uma caracterização da inflação pode conduzir a círculos viciosos, como é assinalado por Fitoussi:

> "En raison de cette propension à la qualification, l'inflation reste un phénomène mal défini, mais simple à référer car selon un mot que J. Austruy attribué a J. Robinson: 's'il est difficile de définir un éléphant, il est facile de le reconnaître quand on le rencontre. Ainsi, pour nous, en cela nous suivrons la définition adoptée par la généralité des auteurs, l'inflation est synonyme de la hausse du niveau général des prix. Il existe bien sur d'autres définitions de l'inflation, mais elles se heurtent toutes à l'objection suivante: la marge entre la définition et l'explication est si étroite que le raisonnement devient circulaire. On définit l'inflation comme ayant pour cause tel phénomène et on conclut que la cause de l'inflation réside dans ce phénomène. Il faut ajouter qu'aussitôt le phénomène défini, il n'est plus question en général dans le reste du texte que de la hausse des prix"[6]

4 Idem
5 Junior, Dialéctica ... pág. 644
6 Fitoussi, Inflation,... pág. 10

Foram exactamente estas as razões que nos levaram a tomar em determinada altura posição semelhante, antes do conhecimento daquela obra:

> «repudiamos as definições que englobam logo uma tese explicativa porque ou são um impeditivo à livre investigação científica ou começam por restringir um estudo que à partida se deve pretender global»[7].

E se esta preocupação continua válida não podemos esquecer que todas as definições pressupõem uma certa concepção teórica e mesmo as definições "empíricas" e do "senso comum", como a adoptada por Fitoussi, é a expressão de uma certa visão do económico. A diferença entre definições teóricas ou empíricas, científicas ou do senso comum, implícitas ou explícitas residem apenas na explicitação (e adopção consciente) ou não dos pressupostos teóricos do investigador. A construção científica exige ultrapassar o conhecimento vulgar[8]

A nossa caracterização da inflação apoia-se na teoria do valor -trabalho.

Enfim, a comparação das vantagens e desvantagens incita-nos a avançarmos por esta via.

### 2.1.1. Aspectos da evolução do significado de "inflação"

Etimologicamente "inflação" significava empolamento e era utilizado na linguagem corrente. Expressões como "tem inflação na barriga" fazem parte da tradição linguística portuguesa.

De acordo com a informação fornecida pelos dicionários a palavra "inflação" entrou na linguagem económica em 1920. Contudo pensamos que se verificou antes, por duas razões:

— noutras línguas a utilização num sentido económico é prévio (ex. na Revolução Francesa emprega-se essa palavra para designar uma grande quantidade de títulos), embora a herança continuasse a pesar;

7 De Pimenta, "Para uma análise ... pág. 33

8 Não vamos aqui entrar nestes problemas epistemológicos. Contudo, tratando-se de assunto bastante controvertido, queremos dizer que perfilhamos integralmente as posições de Castro em Teoria do Conhecimento Científico

— já em J. Freitas[9] encontrámos referências aos "inflacionistas" americanos, nome que lhes vinha de defenderem (em 1876) a emissão monetária sem qualquer obstáculo.

Mas mais do que estes aspectos interessa-nos captar a evolução mais recente do seu significado e a sua tendência de fixação nos dias de hoje. Para o conseguirmos tentamos ver como é que o Banco de Portugal nos seus relatórios anuais encara o problema, o que está sintetizado no seguinte conjunto de informações:

a) Entre 1931 (data a partir da qual os relatórios passam a englobar uma análise da economia portuguesa) e 1945 nunca se emprega a palavra "inflação" ou qualquer seu derivado. Até 1935 para se referirem aos preços fala do "custo de vida"; em 1936 já o título desse tema é "preços"; em 1940 ressalta já com muita clareza a importância atribuída a estas temáticas:

> "A variação dos preços nos já afastados tempos de tranquilidade política e de relativa prosperidade económica internacionais, que antecederam a Grande Guerra de 1914-1918, era um assunto que só interessava alguns economistas estudiosos. E poucos países possuíam então índices de preços. As profundas alterações provocadas por aquela guerra nos domínios da produção, do consumo, do comércio, das finanças e da moeda geraram desequilíbrios de que as violentas variações dos preços eram os efeitos mais aparentes. Daí a necessidade de medir aquelas variações e de que resultou o estabelecimento em todos os países civilizados de índices de preços. É em épocas de crise aguda que estes índices são perscrutados com atenção por toda a gente, porque eles são de algum modo o aparelho onde cada um vê a medida de um estranho fenómeno económico que o incomoda.
>
> Passa o mundo por uma daquelas crises em que os preços ameaçam preocupar toda a gente"[10]

b) Em 1946 e nos dois anos seguintes é utilizado o substantivo "inflação" no sentido de empolamento, mas aquele é adjectivado: no primeiro ano de "monetária" e nos dois seguintes de "meios de pagamento"[11].

9 Freitas, João A Crise Monetária ...

10 pág. 28/29 do respectivo relatório

11 Embora marginalmente tem interesse recordar o que na sua página 49 é dito sobre as razões do aumento de preços:
"Trata-se de um problema grave este dos preços e cuja solução nos parece que só pode obter-se por uma dupla acção: decidida intensificação da produção nacional de bens de consumo, aliada a uma criteriosa importação de alguns desses bens, tudo com o fim de minorar a sua rarefacção natural, e uma revisão do sistema de circulação e distribuição comerciais tendente a exterminar a rarefacção".

c) Nos quatro anos seguintes não há qualquer utilização deste tipo de terminologia. Quando se referem aos aumentos de preços fazem-no, contrariamente ao que acontecia em períodos anteriores, como tratando-se de algo que é prejudicial. A referência aos aumentos de preços passa a assumir um sentido perjurativo. Note-se, ainda, que em 1952 na análise dos aumentos de preços insiste-se mais na sua diversidade que na sua unidade, o que aliás se repetirá frequentemente durante a década de 60.
d) Em 1953 fala-se apenas de "pressão inflacionista", expressão que, no singular ou no plural, vai ser sistematicamente utilizada até 1969. Por vezes aquela expressão é acompanhada por outras do mesmo tipo como "movimento inflacionista" (1956), "efeitos inflacionistas" (1959), "surto inflacionista" (1962), "tensões inflacionistas" (1967).

Quase sempre o adjectivo "inflacionista" não é utilizado em texto em que o respectivo substantivo seja empregue, mas nestes dezassete anos tal acontece em 1955 (fala-se também de "inflação declarada"), 1962 ("inflação contida"), 1963 ("inflação aberta") e 1968 ("inflação importada").

Enquanto em 1953 não é claro o significado atribuído a tais palavras, em 1955 surge no sentido de empolamento monetário, para a partir de 1956 passar a significar (embora de início sem grande clareza) aumento de preços. É curioso referir que em 1960 a expressão "pressões inflacionistas" é utilizada para expressar algo (indefinido) exterior ao equilíbrio dos preços. É com tal conteúdo que sistematicamente vai ser utilizado a partir de 1960.

Em 1963 os termos substantivos e adjectivos visam referir os diferentes ritmos de aumento dos preços.
e) A partir de 1969 verificam-se algumas modificações terminológicas. A expressão "pressões inflacionistas" é substituída por "tensões inflacionistas", a qual é utilizada até 1976. Este adjectivo é também utilizado para qualificar "processo" (1972, 1973, 1975). O substantivo passa a ser sempre utilizado com adjectivação dirigida à explicitação da causa: "importada" (1970), "por via custos" (1970), "por via especulativa" (1970), "de preços e salários" (1971, 1973). Só neste último ano o substantivo é utilizado uma vez sem qualquer adjectivação.

Quando se fala em "inflação por via especulativa" também se fala, de uma forma rebuscada, no que hoje se exprime por espiral inflacionista.

Sempre se utiliza o substantivo e o adjectivo no sentido de aumento de preços. Em 1972 utiliza-se "tensões inflacionistas" e "processo inflacionista" para designar aspectos mais conjunturais e estruturais, respectivamente. Alias refere-se expressamente

> "interligação de elementos de natureza conjuntural com outros de carácter tipicamente estrutural"[12]

Aliás esta mesma ideia surge mais uma vez no ano seguinte, quando pela primeira vez se fala de "inflação de preços e salários":

> "Por fim, e como aspecto a todos os títulos predominante, julga-se de referir que o problema da luta contra a inflação de preços e salários não pode ser correctamente formulado senão através da articulação, num todo coerente, da execução da política de desenvolvimento com a política de controle da conjuntura, no quadro executivo de uma política económica geral a curto prazo. Deste modo poderão ser criadas as condições para a efectivação de uma acção firme de correcção da conjuntura, enquadrada pela sua própria natureza, na continuação do esforço fundamental de desenvolvimento económico e social"[13]

f) Em 1977 para além de se continuar a falar em "inflação" tendo sistematicamente o cuidado de adjectivá-la, utiliza-se pela primeira vez a expressão "ambiente inflacionista", sempre com o significado de aumento de preços.

g) A partir de 1978 o substantivo "inflação" deixa quase sempre de ser adjectivado e, só por si, significa aumento de preços.

De tudo isto, sem a pretensão de realizar uma análise linguística, que sem duvida revestiria interesse, são evidentes os seguintes aspectos:

— Os termos "inflação" e "inflacionista(s)" só surgiu nos relatórios do Banco de Portugal a partir do fim da segunda grande guerra.

— Os seus significados tiveram uma evolução. Mantendo até à década de 70 o sentido de empolamento, até 1955 pretendia significar um empolamento monetário. Entre 1955 e o início da década de 60 há um período de transição de significado, com uma utilização cujo significado nem sempre é claro. Durante esta década as suas utilizações estão sempre ligadas à de aumento

12 pág. 125 do respectivo relatório

13 pág. 134 do respectivo relatório

de preços, o que se manteve até hoje, mas com acréscimo de "salários".

A frequente referência à dicotomia inflação/deflação até quase aos nossos dias mostra que o empolamento é considerado transitório, mas a partir de 1977 a palavra "inflação" surge mais associada a uma realidade duradoira.

— Até 1977 o substantivo "inflação" exige a presença de um adjectivo, embora o objectivo deste tenha variado. A partir daí passa a adquirir, só por si, um significado.

— Até 1950 os aumentos de preços eram considerados como uma realidade benéfica, sobretudo quando era um aumento de preços no produtor, mas a partir de então as referências aos aumentos de preços, e, portanto, também à "inflação" assumem um carácter pejorativo.

Como interpretar esta evolução de significado?

Não pretendemos responder a esta questão. Chamamos apenas a atenção para o facto que ela resulta da variação do fenómeno real (logo, da acumulação capitalista) e da evolução da hierarquia político-ideológica das diversas teorias que tentam explicar a inflação.

O significado de "inflação" tem que ser precisado[14].

### 2.1.2. Leitura rápida de algumas caracterizações vulgares

Como já tivemos oportunidade de constatar, a definição mais generalizada é a identificação da inflação com a alta do nível geral de preços.

Muitas vezes a adopção desta noção faz-se espontaneamente, sem nenhuma explicitação. Assim, por exemplo, e estes poderiam ser muitíssimos, Barthelemy escreve sobre uma "interpretação sintética da inflação" e começa de imediato por afirmar

> "la hausse du niveau general des prix apparait comme un mécanisme réducteur d'incohérence qui concilie, *a posteriori*, un ensemble de faits

14 Esta preocupação de precisar conceitos para evitar "querelas inúteis" também é partilhado por Barata, Política Monetária .... Contudo as nossas concepções sobre a inflação são diferentes porque consideramos que a inflação é um fenómeno recente, nunca se podendo perder de vista que por detrás de identidades formais, a verificarem-se, existem diferenças qualitativas: "chaque contradiction n'evolue pas seulement selon sa propre essence: elle est aussi fonctionnellement determinée par la logique des autres contradictions avec lesquelles s'interpenetre" (Seve, Une Introductrion ..., p. 498). Além disso fazemos também uma leitura diferente do que Marx diz sobre a moeda.

> et de décisions *a priori* incompatibles relatifs au partage des richesses économiques"[15]

o mesmo se verificando com Moulton

> «...facto de a elevação de preços (inflação) provocar ...»[16]

e tantos outros.

Noutros casos, mais honrosos, há uma opção explícita e consciente, acompanhada de uma certa justificação. Já o constatamos a propósito de Fitoussi e poderemos exemplificar também com Threvithick (aavv):

> "Inflation is probably but defined as a persistent tendency for the general level of prices to rise. This definition is sufficiently elastic to embrace phenomena such as 'hyper-inflation', 'stagflation' and 'creeping inflation' while still remaining simple and precise. Inflation is not exclusively a modern phenomenon. It is well known that inflation was experienced in ancient times. However, we propose to concentraté for the moment on the modern experience of inflation in order to describe the phases of inflation which proceed the wage and price explosion which is presently raging through the non-communist world"[17]

Ligada a esta caracterização simplista de inflação surgem frequentemente alguns complementos, embora não obrigatoriamente, nada despiciendos: identificação da inflação com uma certa homogeneidade de processamento em toda a economia e a simetria da caracterização pelo aumento dos preços (geral) ou pela diminuição do poder aquisitivo da moeda.

Os exemplos poderiam continuar, mas são sobejamente conhecidos para merecerem maior descrição.

Que dizer de estas definições? Elas sugerem-nos dois comentários:

a) Elas não são simples definições empíricas sem nenhuma ligação com as interpretações teóricas da inflação (já o dissemos mas achamos por bem insistir). Barthelemy associa a alta geral de preços com a luta pela partilha do rendimento. Threvithick (aavv) apresenta uma noção a-histórica perfeitamente coerente com a imortalidade do capitalismo (curiosamente não designado pelo seu nome mas como negação do comunismo) e com as explicações caracterizadas pela procura de responsáveis separáveis da dinâmica global do sistema. Quando tem

15 De Barthelemy, "Elements et Hypotèses ... pág. 421

16 De Moulton, Poderá a Inflação ... pág. 9

17 De Trevithick (aavv), The Economics ... pág. 1

necessidade de precisar a sua localização histórica cai na separação entre salários e preços, e sobre a sua articulação, na explicação da inflação actual. É desnecessário voltar a Fitoussi, e ao absurdo do exemplo do elefante, para ilustrar melhor a nossa ideia, que pode ser sinteticamente exposta da seguinte forma: todas as caracterizações da inflação, mesmo as fenomenológicas pressupõem sempre uma certa interpretação teórica da inflação ou do económico; procurar uma definição "imparcial", por outras palavras, a-teórica, aberta a todas as explicações possíveis, conduz ao impasse.

b) Caracterizar a inflação como alta geral de preços é claramente insuficiente e não engloba uma leitura suficiente dos fenómenos económicos e sociais. Uma visão macroeconómica e macrotemporal exige tomar como referência a estrutura dos preços o que é bastante diferente da justaposição de um preço aos restantes. Aquela apresenta um conjunto de características irredutíveis à simples alta dos preços.

Os pontos seguintes deste capítulo dispensa-nos de insistir mais sobre este assunto.

Apesar destas críticas convém não perdermos de vista que estas definições empiricistas têm o mérito de chamar a atenção para um aspecto importante da inflação, a alta de preços, representa uma ruptura, embora muito parcial, em relação as definições que a precederam e que correspondiam à hegemonia teórica da teoria quantitativa da moeda. E cada vez mais os autores insistem na natureza estrutural dessa alta de preços.

### 2.1.3. Algumas caracterizações marxistas

Normalmente entre os Marxistas existe uma maior preocupação em caracterizar a inflação, mas está longe de haver concordância de elementos[18].

Em 1978 afirmávamos[19] que havia uma falência das explicações tradicionais da inflação mas que também não existia uma sua teoria Marxista. Existiam sim contributos, bastante numerosos importantes e válidos, uma compreensão genérica das ligações indissolúveis entre inflação e o sistema capitalista nacional e internacional, mas

18 Isto não significa que não existam diversos pontos comuns. Sobre o inventário das posições Marxistas veja-se Vizeu, "A Inflação das Economias Industriais...

19 De Pimenta, "Para uma análise Marxista..."

faltava a dissecação das razões e canais dessa indissolubilidade. A demonstração daquilo que então afirmávamos encontra-se, ainda hoje, na diversidade de caracterizações da inflação.

Vários Marxistas continuam a utilizar a palavra "inflação" como um substantivo que exige uma qualificação adicional, utilizando uma formulação próxima das definições já ultrapassadas. Assim se ouve falar de "inflação do crédito", "inflação de moeda e crédito". Não tomaremos em consideração estas concepções.

De uma forma implícita ou explícita todos os autores consideram a inflação como um fenómeno histórico típico de uma certa etapa do capitalismo, independentemente das divergências sobre a sua periodização e as leis dessa nova etapa.

Vejamos, adicionalmente, algumas particularidades:

a) Vários autores identificam a inflação como um fenómeno monetário, numa certa continuidade das primeiras posições de que falamos já neste ponto. Os autores do CEPREMAP[20] depois de distinguirem a inflação clássica (de boom) da inflação de crise ("stagflation" e "slumpflation") e integrarem os preços nominais na dinâmica contraditória do capitalismo, dizem que

> "au fond, l'inflation n'est plutôt la baisse continue du pouvoir d'achat de la monnaie, et de la monnaie comme chose (qui s'échange contre d'autres marchandises) et nom comme non (le franc)[21]

e precisam:

> "l'inflation signifie alors soit la baisse de valeur de la monnaie, soit la hausse de valeur des autres biens. Dans les deux cas la inflation signifie que la monnaie s'échange contre une quantité décroissante de travail social"[22]

Recorde-se, sem qualquer nova apreciação crítica, que esta caracterização não é totalmente indissociável da identificação da inflação com o aumento geral (homogéneo) de preços, como já fizemos referência, embora as pesquisas a que dê lugar se possa orientar noutros sentidos.

Varga, num seu trabalho já clássico[23] vai bastante mais longe. Após a referência ao significado dos preços e as suar articulações (determinantes) e desarticulações com os respectivos valores das mercadorias afirma que

20 Veja-se Boyer (aavv), "Approches ..., Englobo nesta designação autores como Benassy, Boyer, Gelpi, Lipietz, Mistral, Munoz e Ominami

21 Idem. Vol.I, pág. 11

22 Idem

23 Varga, Essais sur ...

> "toute hausse des prix n'est pas inflationniste"

e passa à enunciação de quais o são:

> i) "au cours du cycle industriel, les prix de la presque totalité des marchandises augmentent régulièrement dans la phase de reprise, et surtout dans celle de prospérité. Mais ce n'est pas la une hausse inflationniste des prix"[24];
> ii) Também não se podem considerar como inflacionista um aumento dos preços de curta duração provocada, por exemplo, por uma má colheita[25]
> iii) "il existe sous le capitalisme monopoliste una catégorie extrêmement importante de dépassement durable des prix des marchandises sur la valeur, qui n'est pas de nature inflationniste. Ce sont les prix de monopole ..."[26]
> iv) "dans certains pays, la hausse général des prix peut être provoquée par le passif durable de la balance des payements. Dans ce cas aussi on parle souvent d'inflation des prix due à cette cause de leur hausse général observée à l'heure actuelle dans tous les pays capitalistes, y compris dans ceux qui ont un solde actif"[27]

por outras palavras, este autor exclui da noção de inflação todos os aumentos de preços que não se ligam directamente ao valor da moeda (excluindo mesmo alguns ligados à quantidade de moeda).

b) Outros autores procuram distinguir na inflação uma certa «compreensão empírica imediata da inflação» da sua verdadeira essência. Essa é, por exemplo, a posição de Boccara e dos economistas do PCF que começam nos fenómenos conhecidos por todas as pessoas

> "un processus de dégradation de la valeur de la monnaie par la hausse des prix"[28],

no que se identificam com a posição anteriormente citada, para seguidamente entrarem em precisões que exigem a noção de valor:

> "Pourtant, la hausse des prix ne suffit pas à identifier l'inflation. Les prix étant le reflet monétaire (déformé) de la valeur d'échange des marchandises, leur hausse durable peut résulter d'une modification durable dans les conditions moyennes de production soit de la valeur des marchandises elles-mêmes, soit de celle de la matière

24 Idem
25 Idem, referido na pág. 205
26 Idem, pág. 205
27 Idem, pág. 208
28 Boccara (aavv), Le Capitalisme ... Vol.I, pág. 374

monétaire dans laquelle s'exprime les prix, par exemple l'or. Si la valeur de l'or baisse, la valeur des marchandises restant identiques, les prix de ces dernières auront tendance à s'élever, sans que l'on puisse qualifier cette hausse d'inflationniste" [29]

para logo a seguir avançar um pouco mais dizendo que

"l'inflation constitue l'un des principaux processus par le quel est mis en valeur le capitalisme (monopoliste) dans le capitalisme monopoliste d'Etat"[30]

entrando assim em antagonismo com a posição de Varga.

c) Os dois polos antes indicados (caracterização fenomenológica, definição metafenomenológica) serão, para muitos autores, um campo de escolha. Alguns darão mais importância aos aspectos visíveis imediatos ou preferem a sua explicitação. É o que acontece, por exemplo, com os autores da «Critique de l'Economie Politique»[31] e as suas divisões da inflação de acordo com a generalidade e características quantitativas do aumento de preços (inflação rastejante, corrente e galopante) ou com Castro[32] a que já nos referimos no capítulo 1. Outros autores optam antes pelos elementos mais profundos da dinâmica capitalista na caracterização da inflação. É o caso de Brunhoff que afirma que

"l'inflation est une forme spécifique de la crise"[33]

ou Barrere, Ch. que diz que

"l'inflation est une forme de suraccumulation et de dévalorisation structurelle qui caractérise l'ensemble de la reproduction sociale dans le CME"[34]

Os pontos de vista comuns e divergentes na caracterização da inflação entre os Marxistas ressalta, do anteriormente dito.

Gostaríamos apenas de chamar a atenção para os seguintes aspectos que nos parecem particularmente importantes e que correspondem já a algumas opções nossas:

29 Idem, pág. 377

30 Idem, pág. 378

31 Neles englobo Dallemagne, Dubois, Leucate, Mallet, Morain, Elson, Salama, Valier. Ver aavv, L'inflation

32 Castro, O que é ...

33 Brunhoff, Les Rapports ... pág. 120

34 De Barrere, Ch., Crise du Système ... pág. 220

I) É preciso prestar atenção às manifestações fenomenológicas da inflação, que se exprimem por uma certa dinâmica da estrutura dos preços (englobando os salários) que

> "exprime une pluralité de rapports, fondamentaux et secondaires, du mode de production capitaliste (...) Il [prix nominal] joue un rôle actif dans la résolution de ces contradictions qui constitue chacun de ces rapports, et les rapports qu'ils ont entre eux"[35]

Mas ao mesmo tempo é necessário explicitar as determinantes profundas dos preços e da estrutura dos preços, o que exige a introdução de elementos metafenomenológicos e das leis globais e específicas do modo de produção capitalista.

A articulação dialéctica entre os elementos da realidade fenomenológica com os da realidade metafenomenológica é indispensável para a plena caracterização da inflação.

Neste caso concreto isso exprime-se pela ligação dos preços com o valor:

> "c'est donc que le passage du point de vue du prix de la marchandise au point de vue du prix de l'unité de travail est susceptible d'apporter un éclairage radicalement nouveau et de fournir un instrument de mesure du 'niveau des prix' plus authentique"[36].

II) Os aspectos qualitativos são determinantes. As modificações estruturais dos aspectos quantitativos são a expressão de modificações qualitativas.

Para finalizar este ponto queremos deixar bem vincado que não estamos de acordo com as caracterizações demasiado estreitas. Assim, por exemplo, a definição de Varga é demasiado limitativa do ponto de vista teórico. Poderemos mesmo dizer que apresenta algumas separações de categorias e realidades de pendor metafísico dada a consideração isolada de elementos inevitavelmente interligados (sistema monetário/estrutura monopolista/hierarquia na divisão internacional do trabalho).

Por outro lado quase todos os autores dão pouca importância à dispersão dos preços e salários e sua alteração, considerada como elemento neutro face ao aumento dos preços e sem repercussões sociais.

Da apreciação, embora muito sumária, destas caracterizações da inflação fomos retirando, como ficou patente, um conjunto de elementos de referência que nos serão muito úteis mais adiante.

35 De Boyer (aavv), "Approches ..." Tomo I, pág. 4

36 De Lacroix, "Nous ne savons ... pág. 64

## 2.2. Definição dos melhores indicadores da manifestação fenomenológica da inflação. Aspectos metodológicos.

Preços e salários, por um lado, e valor, por outro, são os pólos fundamentais da caracterização da inflação. Desta última categoria apenas podemos, ao nível fenomenológico que agora nos ocupa, captar manifestações indirectas. E além das duas primeiras categorias citadas será igualmente de referir a produtividade, como eventual medidora da sua evolução. Também a intervenção do Estado, expressão da indissolubilidade do «económico» e do «político», interfere na expressão concreta do valor.

Por estas razões, num primeiro ponto diremos alguma coisa sobre os preços e salários, para num segundo fazermos algumas referências à produtividade e à intervenção do Estado.

Coloca-se de seguida o problema de saber qual a dimensão temporal em que a dinâmica destas categorias tem que ser analisada. Daí as nossas reflexões seguintes sobre o curto, médio e longo prazo.

Finalmente, porque a nossa análise entronca com aspectos históricos, que infelizmente não podemos levar mais longe por falta de preparação específica e ausência de interdisciplinaridade, pareceu-nos importante esclarecer alguns assuntos sobre a história dos preços.

### 2.2.1. Os indicadores principais: os preços e os salários

#### 2.2.1.1. Sua unidade

Como já tivemos oportunidade de salientar[37] os salários e os preços são frequentemente encarados como realidades diferentes pela sua inserção no todo social, pela natureza económica, pelos impactos sociais.

Consideramos que um tal ponto de partida pode viciar a análise subsequente Não deixando de reconhecer que entre ambos existe um conjunto de diferenças (a mercadoria força de trabalho, a que esta associada o salário, tem um valor de uso muito particular que é o de criar valor; a ligação psico-biologico-social entre a força de trabalho e o trabalhador impõe mecanismos de reprodução que a diferenciam das restantes mercadorias; a força de trabalho é transaccionada tendo dos dois lados do mercado duas classes sociais antagónicas, etc.), não podemos esquecer que essas próprias

37 Ver, entre outros possíveis, Pimenta, "Salários e Preços ...

divergências, mesmo contradições, são a expressão da sua identidade no essencial. A diversidade fenomenológica que a experiência permite assimilar opõe-se a unidade metafenomenológica das determinantes profundas das referidas categorias.

A unidade entre salários e preços encontra-se na lei do valor -trabalho que, como sabemos, nos diz que as mercadorias são transaccionadas com base na quantidade de trabalho socialmente necessária para a sua reprodução[38].

A unidade entre salários dos trabalhadores e preços das mercadorias comuns encontra-se nesta lei do modo de produção mercantil, que assume toda a sua maturidade e plenitude de manifestação na sociedade capitalista. Ambos são preços, expressões monetárias do valor de troca e da existência de mercadorias: os salários estão para a força de trabalho como os preços estão para as restantes mercadorias.

Aliás esta unidade não é específica da teoria Marxista. Também é referida por outras escolas económicas, sobretudo pelas de raiz ricardiana. Mesmo encarando o preço como um resultado da oferta e da procura esse mecanismo é comummente aplicado para ambas: ponto de encontro de oferta e procura, ora tomando como referência o "preço natural" ora a "maximização" da utilidade dos agentes intervenientes.

### 2.2.1.2. Estrutura de preços e salários. Indicadores

O nosso objectivo não é estudar o andamento deste ou daquele preço em particular mas do seu conjunto, procurando detectar o comportamento específico dessa globalidade. Por isso dizemos que ,ao nível fenomenológico, o que nos preocupa é a estrutura de preços e salários, entendendo por aquele termo a

> "conexão e relação recíproca, estáveis, sujeitos a leis, entre as partes e elementos de um todo, de um sistema."[39].

Impõe-se, pois, conhecer o relacionamento que em cada momento existe entre os diversos preços particulares, entre os diversos salários e entre preços e salários, conhecer a evolução no tempo dos agregados e desse relacionamento, com o objectivo de captar regularidades e rupturas históricas.

Seria impossível analisar todos os preços e todos os salários mesmo que por tal se entendesse o preço de cada grupo de valores

38 Estes aspectos serão aprofundados no cap. 4.

39 Rosenthal (aavv), Dicionário, entrada "estrutura"

de uso idênticos. Há que recorrer a uma amostra e como o que nos interessa fundamentalmente é o movimento temporal, este pode cristalizar-se em índices de preços e salários. A sua escolha tem que obedecer, em primeiro lugar, a exigências teóricas resultantes da própria caracterização da inflação e, em segundo lugar, das disponibilidades estatísticas existentes.

O problema prático maior reside no facto de a análise de alguns aspectos da estrutura de preços e salários exigir um grande grau de desagregação, enquanto outros exigem exactamente o contrário.

Além das disponibilidades estatísticas teremos igualmente que considerar o grau de validade de cada um dos índices, razão pela qual procederemos à sua apreciação crítica.

De uma forma genérica pensamos preferível considerar índices de preços ponderados. A apreciação feita por Ulrich[40] de que os índices não ponderados seriam melhores para quantificar o valor da moeda, enquanto os outros seriam os indicados para medir o poder de compra é irrelevante e incorrecta. Irrelevante porque o que está em jogo é estudar o comportamento dos preços e este não pode ser encarado de forma simétrica em relação à moeda. Incorrecta porque a moeda defronta-se com a mercadoria em cada transacção, e para analisar os referidos aspectos da moeda tanto é necessário considerar os preços das mercadorias correntes como o da força de trabalho, o que coloca não poucos problemas.

Dentro da estrutura de preços preocupar-nos-emos particularmente com duas dimensões sincrónicas interligadas e contraditórias (generalidade e dispersão) e uma especificamente diacrónica (sentido das variações e sua constância).[41]

### 2.2.2. Outros indicadores

Como dissemos, ao nível fenomenológico apenas captamos os preços. Contudo estes não tem significado senão em relação com o valor que os determina.

Se não é possível comparar valor e preço, já o é mais variação de valor com variação de preço. Variação do valor corresponde a variação do tempo de trabalho socialmente necessário[42] e tal pode dever-se à modificação da produtividade média existente no espaço de formação dos valores, à modificação da intensidade média do

40 De Ulrich, Economia Política (Moeda ...

41 Chama-se a atenção para os anexos deste capítulo onde estão inventariados e tratados os índices disponíveis, procedendo-se igualmente a uma crítica do seu conteúdo.

42 Tal assunto será aprofundado no Cap. 4.

trabalho. Dentro deste conjunto de factores será de admitir que as variações da produtividade são aquelas que apresentam maior dinamismo. Mais, estatisticamente é quase totalmente indiferenciável a produtividade e a intensidade de trabalho [43].

No caso do relacionamento variação de valor com a variação de salários já o fenómeno aparece muito menos claro porque existem múltiplos factores que influenciam este último (sendo particularmente importantes, como salientamos noutro local[44] os de carácter moral-historico-social).

Contudo, a esta limpidez teórica opõe-se a obscuridade da prática, sinteticamente referida em anexo, que se traduz na grande dificuldade de definir produtividade com precisão e de encontrar indicadores apropriados (interessaria analisar o valor produzido antes da redistribuição imposta pela concorrência; mais que o valor e preço de uma ou outra mercadoria está em jogo o comportamento dessas variáveis na globalidade social). Além disso, existe um permanente campo de intermediação entre as variações do valor e da produtividade, mesmo em fases históricas não-inflacionistas, que não nos permite isolar o referido hiato como específico do fenómeno em estudo.

Estas observações não significam de forma nenhuma que, do ponto de vista teórico, seja irrelevante ou incorrecto considerar a produtividade, mas tão somente que tal encontra diversos obstáculos que levaram a afastar este indicador da medição da inflação.

Na comparação entre dinâmicas de valores e preços/salários seria igualmente importante considerar a intervenção do Estado. Não só pela simples razão de que não existe economia pura, isto é, um conjunto de relações económicas sem uma intervenção do Estado, mas também porque esta tem uma acção directa sobre as categorias aqui referidas e sua quantificação. O Estado modifica os valores (por exemplo pelo entrave ou facilitação das inovações tecnológicas, pela política aduaneira, redefinindo espaços da sua formação, pela própria intervenção sobre os preços das mercadorias do sector II[45] alterando a formação do valor da força de trabalho), modifica os preços (de múltiplas maneiras, de que apenas salientaremos as chamadas políticas de rendimentos e preços), modifica os salários (pela via atrás referida, pelos sistemas de saúde e segurança social, pelas políticas conjunturais com impactos sobre o desemprego, etc).

43 (2) Sobre este tema veja-se Pimenta, "Força de trabalho ...

44 (3) Sobre este assunto será oportuno ver Pimenta, "Força de trabalho ...

45 Sector produtor de bens de consumo.

A análise do comportamento do Estado é particularmente importante no longo prazo. Quando do estudo da moeda e do crédito do sistema bancário, no Capítulo 4, teremos que entrar de forma muito forte na consideração da acção do Estado, mas ao considerarmos os salários e os preços quase não abordaremos esta componente. Reconhecemos que é uma limitação, mas a sua consideração remeter-nos-ia para labutas que, embora secundárias no corpo do presente trabalho, significariam grande dispêndio de energias.

### 2.2.3. Análise de curto, médio ou longo prazo?

O entrelaçamento entre curto, médio e longo prazo é total e permanente. A sua separação apenas se justifica por razões metodológicas ou de isolamento de alguma faceta da dinâmica de determinadas variáveis.

Dizemos que uma variável tem um determinado comportamento de longo prazo quando determinada variação endógena ou reacção a um conjunto de variáveis explicativas se processa sistematicamente durante um período de tempo vasto, possível de quantificar numa década ou mais. Mesmo que essa variação ou reacção se processe num período de tempo curto (ex. trimestre) não é tal facto que lhe dá a natureza de curto prazo. Por isso dizemos, por exemplo, que a curva de Phillips ao constatar uma relação entre taxa de variação da taxa salarial e o desemprego, que se manifesta sistematicamente durante mais de uma década (embora as variações de salários possam ser trimestrais e reagirem à situação no mercado de força de trabalho então existente) é uma relação de longo prazo.

Feitos estes esclarecimentos, torna-se claro que a análise da inflação é de longo prazo, frequentemente designado por nós de macrotemporal.

E no longo prazo há permanentemente um entrelaçamento entre o que podemos designar por estrutura (em sentido económico estrito) e conjuntura. Ao falarmos de estrutura estamos a referir-nos ao funcionamento global do modo de produção capitalista numa fase (duradoira) do seu desenvolvimento. Ao referirmo-nos à conjuntura estamos a tomar em consideração as formas que esse modo de produção assume num determinado momento.

Estrutura e conjuntura são dois cortes diferentes da mesma realidade ontológica, o modo de produção (capitalista, no nosso caso). A primeira um corte ao longo do tempo do qual ressalta a estabilidade das relações. A segunda um corte num determinado momento, do

qual ressaltam as formas de manifestação das referidas relações, as suas contradições. Assim, por exemplo, estudar as leis de formação, desenvolvimento e desaparecimento das crises de sobreprodução é considerar a estrutura, é fazer uma análise estrutural, enquanto que verificar como as variáveis se comportam numa determinada crise é considerar a conjuntura, é fazer uma análise conjuntural.

Estamos conscientes que a fronteira entre estes dois conceitos, a que correspondem diferentes tipos de estudos, é bastante difusa e que os elementos definidores aqui referidos são francamente insuficientes. Apesar disso, dada a frequência com que utilizamos esta terminologia, considerámos por bem fornecer aqui, e agora, estes esclarecimentos.

Um problema adicional, que apenas afloraremos, pode ser colocado simplistamente da seguinte forma: são as estruturas que moldam as conjunturas ou são estas que determinam aquelas ? Questão que tem a ver com uma certa interpretação da história da humanidade, com uma determinada concepção filosófica, epistemológica e sociológica sobre o entrelaçamento do homem e da sociedade, do objectivo e do subjectivo. Uma questão cuja resposta estará implícita em muitas observações sobre o processo inflacionista, a começar pela sua caracterização e, por isso mesmo, a necessidade de aqui dizer algo sobre o assunto.

Para exemplificarmos este aspecto tomemos as crises de sobreprodução nas suas manifestações concretas, como exemplos vincantes de conjuntura.

Assim, para começar, consideramos que as grandes crises são um resultado da evolução estrutural anterior, são uma explosão violenta das contradições que surgiram e amadureceram anteriormente. E múltiplos testemunhos, oriundos de autores de formações teóricas muitos diferentes, podem ser apresentados como comprovação.

Desde Freitas[46] que ao analisar a crise de 1890 começa por afirmar:

> "O anno funesto de 1890 marca na história portugueza o início de uma profunda crise nacional, cujas causas vinham sendo de longa data accumuladas e cujos aspectos, no domínio da nossa vida económica e financeira, se accentuam nitidamente nos dois annos subsequentes"

a Lenine, que na apreciação crítica de teorias da crise constata como traço de unidade que

46 Freitas, A Crise Monetária ..., cap. I

> "Ainsi, tout en expliquant les crises par une contradiction dans la structure même de la économie" [47]

e a Galbraith[48] que atribui a crise de 1929 a haver muitas coisas erradas, destacando a má distribuição do rendimento, a deficiente estrutura das empresas, a deficiente estrutura bancária, a situação duvidosa da balança de pagamentos e o triste estado da compreensão económica. Há uma grande unanimidade de pontos de vista sobre este assunto.

Utilizando a terminologia de alguns autores franceses[49] as grandes crises seriam a falência do tipo de regulação existente até então e o parto de uma nova forma de regulação.

Contra esta posição se situam aqueles que, como por exemplo Cabral, afirmam

> "ficarei satisfeito se tiver conseguido que o leitor partilhe a minha concepção da história como a acção modeladora permanente das conjunturas sobre as estruturas económicas e sociais da formação nacional"[50]

entre os quais se insere, com especificidades em relação à posição anterior, autores como Aglietta que, partindo da admissão das crises como impossibilidade de uma determinada regulação resolver as suas próprias contradições, afirma

> "Mais l'apurement de la crise financière est un moment de la crise sociale ou les affrontements de classes ne sont plus canalisés par les formes structurelles antérieurs. C'est un moment de création sociale qui peut être favorisé par les déplacements de forces politiques, comme l'a été le New Deal. Les luttes de classes peuvent alors, dans un climat politique et idéologique qui ne met pas en cause le capitalisme lui -même, provoquer les transformations majeurs de organisation sociale du travail qui seules fondent les conditions d'une nouvelle accumulation durable"[51].

Aliás este tipo de posição, a aceitação da conjuntura como elemento de moldagem das estruturas, muitas vezes justificada por métodos mais ou menos sofisticados, mas parcializados no conteúdo, é frequentemente assumida pelas instâncias políticas. É nessa perspectiva que se coloca, por exemplo o Banco de Portugal[52] a

47 Lenine, OC, Vol II, pág. 165

48 Galbraith, The Great Crash

49 A dos autores de CEPREMAP, já referidos, por exemplo.

50 Cabral, Portugal na Alvorada ... pág. XI

51 Aglietta, Regulation ... pág. 309

52 As situações particulares de cada momento justificavam sempre as decisões monetárias, as medidas parcelares, etc. A inconvertibilidade foi imposta e justificada sempre dum ponto de vista das imperiosidades de momento.

propósito da inconvertibilidade da moeda a partir da ultima crise do século passado e de fenómenos mais recentes.

É certo que esta posição não é totalmente desprovida de sentido, por duas razões principais:

a) Não existe um determinismo absoluto entre o desenvolvimento das contradições e as formas do seu desvio ou resolução porque há o entrelaçamento de múltiplos factores, porque alguns deles apresentam pela sua própria natureza uma certa aleatoriedade, porque a resolução das contradições económicas passa também pela luta de classes e pela correlação de forças existente em cada momento (podendo tal levar desde soluções dentro do sistema a mudanças profundas, nomeadamente de cariz socialista [53]), etc.

b) As crises, as conjunturas "difíceis" de uma forma genérica, são momentos de evidenciamento das contradições anteriormente latentes, promovendo alterações de comportamento social, o que entronca no ponto anteriormente referido, mas consideramos que neste entrelaçamento estreito entre estrutura e conjuntura há que estabelecer uma hierarquização, privilegiando aquela em relação a esta.

Assim, por exemplo, aplicando esta lógica genérica ao fenómeno da inflação, quando numa análise macrotemporal se chega a uma determinada periodização do fenómeno e se encontram períodos de transição, estes têm que ser encarados à luz das fases que balizam e não o inverso. Quando neste capítulo abordarmos especificamente este ponto teremos oportunidade de analisar o assunto com mais cuidado.

Procederemos preferencialmente a uma análise macrotemporal, mas não deixaremos de olhar com muita atenção para as situações conjunturais mais importantes.

É um estudo inevitavelmente incompleto devido à complexidade do problema e à necessidade de entrecruzamento com outras ciências, como o refere explicitamente Bancal, que a propósito deste tema mostra, com muita acuidade, a necessidade de ter em consideração a estabilidade ou plasticidade das estruturas, a variabilidade dos ritmos de tempo e a determinação da duração real a partir de "un temps comportemental", para de seguida distinguir três espécies de tempo socio-económico (tempo de projecto, tempo

53 Sobre este assunto veja-se Pimenta, Economia Portuguesa....

de preparação e tempo de realização) e definir as dinâmicas socio-económicas como

> "mouvements traversant les ensembles socio-économiques et leurs éléments (agents, groupes, et plus particulièrement structures et systèmes) considérés dans les forces qui en sont les causes c'est-a-dire dans leur processus, dans leurs conséquences et dans leurs significations"[54] .

### 2.2.4. Alguns comentários sobre a história dos preços

Neste breve ponto continuamos na via de afastar rumos e escolher opções, antes de entrarmos no âmago da problemática. E se consideramos necessário tais prolegómenos é porque ao longo das pesquisas que fizemos fomos sistematicamente chocando com concepções que consideramos menos correctas e que entroncam, sobretudo em termos de utilização de algumas variáveis, com o nosso trabalho. Mais que fazermos apreciações críticas completas dessas posições, que nos conduziriam para problemáticas diferentes, procuramos alertar para a possibilidade de determinado tipo de leituras da informação por nós compilada e orientar aquelas pelos trilhos que nos parecem mais correctos.

Começamos por elucidar que tipo de "história" dos preços é que nos propomos fazer, para de seguida chamar a atenção para alguns aspectos do entrelaçamento entre os preços e o movimento global do social. Finalmente precisamos o que procuramos com uma periodização dos preços.

O que aqui dizemos sobre os preços aplica-se igualmente aos salários. Os anexos a este capítulo obedecem aos princípios referidos neste ponto.

#### 2.2.4.1. História recente dos preços. Significado

Pelas razões já anteriormente apontadas temos que proceder à análise do comportamento dos preços e salários ao longo da história do nosso país, concentrando os esforços no actual século. Logo temos de ser capazes de reconhecer o que nesse período existe de comum e de diferente em relação às épocas anteriores.

Podemos pois dizer, de uma forma muito simplista que, de alguma forma, fazemos uma história dos preços e salários (neste caso de forma mais limitada) no nosso país. Fomos mesmo obrigados, no

54 De Bancal, L'Economie ... pág. 279

estudo do século XIX, a realizar trabalho de historiador na compilação de informações até então inexistentes.

Mas se assim é temos que dizer desde já que o nosso estrito objectivo foi conhecer a evolução quantitativa dos preços e salários e caminhar, tomando como quase exclusiva referência a sua dinâmica "interna", para uma periodização. Esta é depois confrontada com rupturas e continuidades de outras variáveis económicas relacionados com os preços e os salários, permitindo estabelecer relações de causalidade[55]

Nunca pretendemos fazer uma verdadeira história de preços e salários[56], pois para tal não bastava conhecer a sua evolução quantificada. Exigiria explicar porque é que aquelas variáveis assumem determinado montante num certo momento e evoluem de certa forma ao longo do tempo, o que não é viável sem uma história económico-social global, sem a permanente articulação de eventuais modelos econométricos explicativos com a própria história do modo de produção. Exigiria explicar a dinâmica de um período, nas suas componentes qualitativas e quantitativas, pelas características dos períodos anteriores. Exigiria construir leis históricas aplicáveis aos preços e salários. Enfim, exigiria um estudo da sociedade portuguesa com base numa multidisciplinaridade institucionalizada que não existe, embora seja importante que surja.

Comprovando-o basta termos em atenção que

> "L'expression de valeur relative simple d'une marchandise (...) dans la marchandise qui fonctionne déjà comme monnaie (...) est forme prix"[57]
>
> "La marchandise devient inutile, si, une fois jetée dans la cor nue alchimique de la circulation, elle n'en sont pas argent"[58]
>
> "le prix de production de la marchandise s'est développé comme une forme métamorphosée de la valeur"[59]

e qual a natureza da força de trabalho. Tem-se que entrar com múltiplos elementos na explicação global da evolução dos salários e preços: produtividade em geral, por sectores, e na produção de ouro e

55 Essas comparações serão, sobretudo, matéria do Capítulo 4. As relações de causalidade não são detectáveis no quadro empírico mas no de elaboração teórica.

56 Essa foi, por exemplo, a razão de num trabalho anterior para o século XIX termos acentuado o facto de ser uma análise económica. Tal facto não nega a importância da história económica alias permanentemente caminhamos para as fronteiras desse domínio científico mas a impossibilidade desse entrelaçamento se fazer sem uma interdisciplinaridade. Aliás este assunto mais não é do que recordar o que foi dito no capítulo I

57 Marx, Le Capital ... Vol.I, pág. 83

58 (1) Marx, Le Capital ... Vol.I pág. 121

59 Marx, Le Capital ... Vol.VI, pág. 179

prata, intensidade de trabalho nas mesmas áreas económicas, condições da produção em geral, «revoluções» dos valores normalmente associadas a modificações qualitativas nas condições técnicas e/ou nas relações de produção, usos e costumes e impactes nos valores de uso, formas e tipos de moeda e articulação com a usura e o crédito, estrutura de ofertas e procuras e inter-relacionamento de mercados, evolução da acumulação, movimento cíclico da economia, matriz de composições orgânicas do capital e dos custos, velocidade de rotação do capital nas suas múltiplas formas, articulação das economias nacionais, estrutura de consumos, formas e intensidade de intervenção do Estado, sua acção específica na reprodução da força de trabalho e organização do sistema monetário, graus de concentração e centralização do capital, evolução da população e sua aplicação económica, etc.

Se a periodização a que chegamos nos preços tem alguma relação com outras periodizações mais globais da sociedade portuguesa, a que outros investigadores têm chegado, é pela simples razão de que os preços e salários são categorias centrais, presentes em todos os interstícios da malha económica e, portanto, estão conectados com a história global.

E se não pretendemos fazer uma história dos preços, muito menos pretendemos fazer a história através dos preços. São os preços que são um reflexo das forças produtivas e relações de produção, da integração nacional no espaço internacional, dos multifacetados aspectos da sociedade, e não o inverso. Se, por vezes é viável tomar a evolução dos salários e preços como indicadores da situação geral, já não será, pelo menos para a grande generalidade das situações, como causa.

#### 2.2.4.2. Os preços e salários e o movimento global do social

Se não vamos fazer uma integração dos preços na dinâmica global, temos pelo menos que chamar a atenção para três factos:

— os preços têm um conteúdo qualitativo que evolui, o mesmo se passando com os salários;

— *a formação do mercado interno é uma realidade prévia à existência de uma estrutura de preços nacional*;

— a evolução do capitalismo influência a própria estrutura de preços e salários.

Comecemos por tecer algumas considerações sobre o primeiro aspectos, incidindo sobre a *especificidade da categoria preço em capitalismo*.

Em primeiro lugar, quando falamos de preço, estamos a aplicá -lo a uma mercadoria. A universalidade do preço está, pois, ligado à da mercadoria, ao domínio das relações mercantis, ao surgimento da mercadoria não apenas como realidade existente mas como categoria principal. Enquanto

> «a actividade mercantil se colar em parte as estruturas dominantes das relações de produção feudal»[60]

tal não acontece.

Em segundo lugar, quando falamos de salário estamos a fazer alusão à mercadoria força de trabalho e esta só se autonomiza como categoria social numa fase histórica avançada, mais exactamente em capitalismo. Como salientamos noutro lugar[61], após uma caracterização da força de trabalho, esta é inseparável do homem, constitui aspecto essencial da sua própria existência e, contudo, essa permanente existência não lhe confere qualquer essência natural ou imutabilidade. A força de trabalho é essencialmente um produto social como o é o homem. Por um lado nem todo o possuidor de capacidades biológicas e psicológicas é possuidor de força de trabalho pois esta tem que ser encarada como potencialidade de trabalho futuro com realização e, por outro, nem todo o trabalho realizado resulta da aplicação da força de trabalho. É necessário que esta se autonomize como categoria própria e se separe do homem. Para tal é necessário que o seu possuidor tenha liberdade pessoal para transaccioná-la.

Em síntese, a força de trabalho sempre existiu. mas só se autonomizou e se socializou (isto é, assumiu um carácter social) em capitalismo: só é valor de uso porque é valor, apesar de ser valor porque também é valor de uso. A força de trabalho só se tornou mercadoria porque as forças produtivas adquiriram um desenvolvimento que permite que a utilização da força de trabalho crie um valor superior ao seu, condição para existir comprador.

Mesmo em épocas em que já surgem assalariados, os salários ainda não têm o significado que vêm a assumir posteriormente, ora porque constituem fenómenos pouco expandidos, ora porque não existe mobilidade, ora ainda porque assumem formas particu-

60 De Castro, História Económica ... Vol.II, pág. 229

61 Ver Pimenta, "Força de Trabalho ...

lares, como no caso do assalariado compelido que se intensifica em Portugal a partir do século XIV.[62].

Em terceiro lugar a correlação entre valores e preços só assume pleno significado quando aqueles se podem manifestar integralmente e para tal é indispensável a mercantilização da força de trabalho, condição para a plena passagem do trabalho concreto ao abstracto.

Em quarto lugar as formas de concorrência, a amplitude dos seus impactos, os quadros geográficos da sua manifestação, as características do sistema monetário, e muitos outros factores, para já não falar da formação dos mercados nacional e internacional, são outros tantos factores que fazem com que o significado dos preços evolua no tempo e que, sobretudo depois do surgimento do capitalismo e seu amadurecimento, apresentem um conjunto de características próprias.

Como o capitalismo só se torna uma realidade em Portugal a partir do século XIX[63] é a partir de então que tem maior significado considerar a dinâmica dos preços e salários. Mais, mesmo que entre a evolução destas variáveis após o surgimento do capitalismo e antes existam algumas semelhanças formais, não pode ser olvidado o significado diferente da sua natureza e inserção social.

Vejamos agora alguma coisa sobre a formação do mercado interno em Portugal.

Comecemos por considerar a seguinte posição constante de Serrão (aavv)

> "A economia portuguesa foi afectada pela Reconquista, cujos resultados se sobrepuseram as diferenças regionais antes existentes. Por um lado, a acção das ordens militares, dos mosteiros e da nobreza e, por outro, a luta das cidades contra as povoações menos importantes e os campos que as rodeavam, bem como o desenvolvimento dos mesteres, contribuíram para a aceleração da economia monetária (...) parece legítimo explicar as grandes linhas da história de Portugal pelo processo de formação do mercado interno, que foi interrompido a partir do século XV e cuja base praticamente se manteve durante os séculos ulteriores"[64]

62 Ver sobre assunto Castro, História Económica ..., Vol.II, pág. 281 a 296

63 Parece haver entre os historiadores relativa unanimidade sobre este ponto, embora divirjam entre si quanto ao período exacto e suas formas. Sobre o assunto veja-se, por exemplo
Cabral, Portugal na Alvorada ...
Castro, A revolução industrial ...
Pereira, livre-câmbio ...
Serrão (aavv), Dicionário ...
Nós analisamos sobretudo após 1844 porque há maior disponibilidade de dados e porque os primeiros 35 anos do século XIX foram recheados de acontecimentos políticos (Inversões francesas 1807/1811, revolução liberal 1820, independência do Brasil 1822, Guerra Civil 1828/1834).

64 De Serrão (aavv), Dicionário ..., entrada Mercado Interno

dele se depreende que as raízes da formação do mercado interno nacional começou com a própria formação da nacionalidade e que foi assumindo contornos cada vez mais claros com a monitorização da economia, o aparecimento do monopólio natural de alguns produtos (ex. a cortiça), as migrações internas, as feiras e o desenvolvimento do comércio, a procura de assalariados para a realização de trabalhos agrícolas.

Se estes factos têm alguma razão de ser, também teremos que reconhecer que o mercado interno é, essencialmente, um produto do capitalismo, pois só então, como já aludimos, a força de trabalho torna-se uma realidade social autónoma e mercantiliza-se. Por outras palavras

> "foi mesmo o processo de proletarização camponesa e dos artífices autónomos (que se documenta até certo ponto compulsando os números referentes à corrente urbanista (..) que permitiu a formação do mercado interno capitalista"[65]

É um processo complexo que está ligado a vários fenómenos:

a) Os transportes de mercadorias são, obviamente, componente fundamental. A partir das informações fornecidas em Serrão (aavv)[66] e por Castro[67] constata-se que no período 1880 -1890 há um grande aumento no transporte de mercadorias, constituindo componente indispensável no amadurecimento do mercado interno.

b) A unificação do sistema monetário, a existência de uma moeda nacional, homogeneíza o espaço das trocas de mercadorias. Nesse processo as grandes datas são 1846 com a formação do Banco de Portugal, 1887 com o curso legal da moeda de papel em todas as regiões com dependências do Banco de Portugal e 1891 com a unificação do sistema monetário em definitivo.

c) A unificação dos pesos e medidas é indispensável. Como se salienta em Serrão (aavv):

> "Um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do comércio medieval residiu no sistema de pesos e medidas adoptado. De região para região, de cidade para cidade, de aldeia para aldeia, os padrões de aferimento variavam, e variavam de tal forma que exigiam uma constante medição e pesagem das mercadorias, uma interrupção

65 De Castro, A Revolução Industrial, pág. 97

66 De Serrão (aavv), Dicionário ..., entrada Transporte

67 De Castro, A Revolução Industrial,

> permanente da livre circulação dos produtos, um convite ao abuso e ao roubo pela defraudação do consumidor"[68]

É em 1861 que se adopta o sistema métrico a nível nacional, não sem grandes resistências.

d) A intervenção do Estado, impondo algumas regras universais (aliás também foi isso que se passou com alguns dos aspectos anteriormente referidos) também influiu sobre o mercado interno.

Conjugando todos estes aspectos, podemos concordar com Castro quando afirma

> "É só a partir dos meados do século que o mercado interno se consolida, que se torna uno; e a facilidade de circulação das mercadorias levara a fazer coincidir o mercado com o espaço geográfico continental"[69]

mas apenas no sentido de que então começa o definitivo processo de formação do mercado interno.

*É após a crise de 1891 que estão definitivamente amadurecidas as condições para a existência de um mercado interno unificado a nível nacional*.

Isso não significa que exista total igualdade de preços para o mesmo valor de uso, mas tão somente que há grandes possibilidades de circulação das mercadorias promovendo uma tendência para a redução da dispersão dos referidos preços.

A partir daquela data os preços e salários passam a ter um significado qualitativo diferente.

Mais, constatamos que a consolidação do mercado nacional precede as transformações na evolução dos preços caracterizadora da inflação.

Em último lugar queríamos deixar mais uma vez expresso que os salários e preços em capitalismo continuam a ser categorias em evolução.

### 2.2.4.3. Periodização dos preços

O modelo explicativo adoptado por nós neste trabalho visa, em primeiro lugar, captar o qualitativo e, de seguida o quantitativo.

Uma via para o conseguir passava pelo relacionamento dos preços e salários com um conjunto de outras variáveis, estabelecendo

68 Serrão (aavv), Dicionário ..., entradas "Peso e Medidas"

69 De Castro, A Revolução Industrial ..., pág. 105

as correlações com o maior número possível de dados e procurando estabelecer subperíodos com características diferentes. Não a adoptamos por carência de modelos, mesmo parciais, minimamente experimentados, mesmo para a realidade portuguesa contemporânea, e por falta de informação estatística. Não o adoptamos, igual e essencialmente, porque a propriedade do qualitativo impunha a constituição de modelos formalizados de um novo tipo e a recusa, pelo menos parcial, dos modelos matemáticos e econométricos actualmente existentes.

Uma outra via passava pela comparação entre períodos de evolução de preços e salários com o de outras variáveis. Em vez de comparar o maior número de dados consideram-se apenas os grandes conjuntos, que apresentam entre si homogeneidade. Esta opção é menos exigente em modelos formalizados e em quantidade de informação estatística. E, se pode ser menos rigorosa na quantificação, pode apresentar vantagens na articulação com a teoria, no ressaltar dos aspectos qualitativos.

Tendo optado por esta última via impunha-se pois agrupar os anos em conjuntos que tivessem como elementos unificadores um certo comportamento homogéneo da estrutura de preços e salários. Essa é a nossa grande preocupação com a periodização dos preços e salários, a qual tem, por um lado, a componente continuidade – elemento de unificação de cada conjunto de anos que formam um grupo – e, por outro, a de ruptura – passagem de um grupo a outro, elemento demonstrativo das modificações qualitativas.

## 2.3. Três elementos interdependentes do movimento dos preços e dos salários: dispersão, generalidade e alta crónica. Sua análise para Portugal

Na justa medida em que o comportamento dos preços e salários é a única possibilidade de captar a manifestação fenomenológica da inflação e aquela é a única parcela da realidade captável pela informação estatística, o que nos ocupa no presente subcapítulo, constitui o núcleo duro do presente capítulo.

Preocupados com a estrutura de preços e salários e relacionamento das suas subestruturas, a análise temporal da dispersão (alteração dos preços relativos) da generalidade (captação do que é comum entre os diversos preços particulares apesar dos seus comportamentos divergentes) e da alta crónica (formas de manifestação

da sistematicidade do movimento ascensional) são aspectos muito importantes.

Todos estes aspectos estão interligados. Essa indissolubilidade é caracterizadora das estruturas e, portanto, também aqui se verifica. Por razões de facilidade de exposição vamos considerar cada uma *per si*. No final do capítulo procuraremos mais uma vez passar para a síntese. Queríamos, contudo, chamar a atenção para o facto de entre dispersão e generalidade existir mais do que inter-relacionamento: há contradição.

### 2.3.1. Dispersão dos preços e salários

O problema da dispersão dos preços entre si, dos salários entre si e de uns em relação aos outros é dos menos analisados na problemática inflacionista, apesar da escola estruturalista da América Latina há muito teorizar o problema[70] e de nos últimos anos terem recrudescido os estudos sobre este assunto.

No caso da literatura portuguesa uma excepção honrosa cabe, como se viu, a Castro[71], mas que no entanto limitou-se à enunciação dessa característica sem a analisar em pormenor, sem explorar em plenitude todas as suas consequências teóricas.

O maior desenvolvimento que este assunto nos merece neste ponto, quando comparado com a generalidade e o carácter crónico é, em grande medida, a contrapartida dessa ausência de estudos, complementada pela complexidade do problema e a falta de informação estatística para o agarrar em plenitude.[72] Gostaríamos de neste campo podermos contar com muito mais do que um conjunto de indicadores esparsos, eventualmente nem sempre os mais indicados para permitir a sua captação plena, mas a abordagem sistemática deste tema levar-nos-ia para longos rumos, sobretudo devido ao enorme banco de dados que exigiria. O trabalho de Fontaine [73] é paradigmático.

70 Os estruturalistas consideram que a alteração dos preços relativos no quadro de uma certa rigidez da economia leva a aumentos de custos irreversíveis e, como consequência, ao aumento dos preços. Analisaremos muito resumidamente as suas teorias no cap. 3

71 Já o vimos no cap. 1 ao referirmo-nos a Castro, O que é a Inflação ? ...

72 No entanto ao longo dos anexos a este capítulo fomos tentando quantificar o fenómeno.

73 Fontaine, Les Mouvements de Prix...

### 2.3.1.1. Caracterização

Consideremos um conjunto de mercadorias com valores de uso diferentes a que corresponde um outro, de igual extensão, de preços, ambos referidos ao momento t, comum à venda de todas elas. Esses preços estão expressos em moeda e só assim tem existência e significado. Como todos estão na mesma unidade para não colocar o problema cambial vamos admitir uma economia fechada. é possível estabelecer comparações entre eles, dando lugar aos preços relativos:

$$PR_{ij} = P_i / P_j$$

podendo-se construir uma matriz simétrica com diagonal principal unitária.

O preço relativo pode ser lido matematicamente como a medição da quantidade do valor de uso *i* necessário para adquirir uma unidade do valor de uso *j*, mas tal pode não ter significado económico nenhum, quer porque a troca directa esta há muito afastada, e a economia capitalista é necessariamente monetarizável, quer porque os valores de uso em confronto nunca levaram a qualquer relação económico-social entre os seus possuidores.

O mesmo se poderia dizer para os salários (embora o termo salário relativo seja muito menos utilizado na literatura económica) ou para o relacionamento entre preço de uma determinada mercadoria e salário de um determinado tipo de força de trabalho.

Quando falamos em dispersão em termos dinâmicos mais do que a constatação desta diversidade de níveis de preços e salários pretendemos constatar a sua sistemática alteração. Isto é

$$PR_{ij}(t+a) \neq PR_{ij}(t)$$

o que corresponde a dizer que

$$P_i \neq P_j$$

Como salienta Fontaine a intensidade da dispersão e o seu carácter duradoiro ou passageiro

> "n'est pas seulement un teste de précision des índices globaux, mais aussi et surtout une variable économique chargée en elle-même de signification"[74]

74 De Fontaine, Les Mouvements ... pág. 4

### 2.3.1.2. Sua importância

Quando consideramos a teoria clássica do equilíbrio geral, e para ilustrá-lo lembremos a teoria walrasiana, os preços relativos aparecem como variáveis independentes. Dada a reciprocidade de valores entre metade deles e a redução dos vários preços relativos a um, o equilíbrio é sempre encontrado desde que um produto seja considerado como numerário, isto é, todos os preços relativos se exprimam nele.

Existe sempre equilíbrio (sinónimo de funcionamento perfeito do sistema com maximização das utilidades individuais e colectivas na economia) com a adequação entre preços e quantidades. A uma determinada estrutura de preços relativos corresponde uma determinada estrutura de quantidades de mercadorias produzidas e transaccionadas.

Nesta lógica a dispersão seria um fenómeno irrelevante: afectaria as quantidades mas tal não era mais do que a garantia de maximização da satisfação das necessidades individuais, fim último da própria economia.

Contudo as críticas que se podem formular a este tipo de modelos são muitas. O confronto com a realidade é de tal maneira difícil que a própria teoria clássica teve que recapitular alguns dos seus axiomas de partida, de que a teoria do desequilíbrio é uma expressão:

> "In sum, modern disequilibrium theory is mainly based on three suppositions: (71) price is fixed during a planning period but quantity is flexible due to the existence of inventories, (72) transactions are actually made even at disequilibrium prices, and either demand or supply will remain unsatisfied depending upon whether the situation is one of excess demand or excess supply"[75]

Sem termos a preocupação de fazermos uma crítica destas teorias chamaríamos apenas a atenção para a necessidade de também considerar os salários relativos e os seus relacionamentos com o preços, para o facto do equilíbrio sempre encontrado pressupor a plena mobilidade dos "factores produtivos" o que está longe de corresponder à realidade.

De facto a dispersão dos preços e salários é, em permanência, um fenómeno gerador de desequilíbrios, para utilizar esta terminologia, e sobretudo, um foco de tensões sociais: alterador da repartição dos rendimentos, dos níveis de desarticulação entre oferta e

75 De Ott (aavv), Macroeconomie ... pág. 329

procura, dos padrões de consumo; alterador da situação vigente em cada momento.

Com o perigo que comportam as formulações condicionais, na medida em que não correspondem a uma realidade efectiva, se não houvesse dispersão dos preços o poder de compra de todos os trabalhadores e as taxas de lucro de todas as empresas manter-se-iam constantes, a dinâmica ascensional dos preços não era fenómeno social, eventualmente nem seria temática de reflexão da Economia Política.

*O facto da inflação estar também intimamente ligada à dispersão dos preços é, na nossa opinião, a razão principal para o foco de tensões sociais que representa*.

### 2.3.1.3. Algumas referências a trabalhos estrangeiros sobre este problema

A bibliografia sobre a dispersão dos preços é francamente mais pequena que sobre os outros aspectos da sua dinâmica, o mesmo se podendo dizer no referente aos salários. Contudo engloba hoje alguns trabalhos que quase se podem considerar de leitura obrigatória, como o de Marjolin[76] e vários outros, em tal número que não poderíamos aqui pretender ser exaustivos.

O trabalho de Fontaine [77] é um dos pioneiros, tanto pela data em que foi escrito como pela exaustiva análise que faz. Analisa a dispersão dos preços de 1200 produtos em França para o longo período de 1892-1963, mas preocupando-se também em fazer uma análise comparada do longo e médio prazo.

Fontaine começa por sublinhar, como já fizemos referência, que a análise da dispersão é indispensável. Por isso se preocupa em captar, por entre as descontinuidades dos preços relativos as estabilidades mais importantes, salientando três:

a) A dispersão é maior a curto prazo do que a longo prazo;

b) A dispersão dos preços aumenta com o aumento dos preços mas

> "a court terme, ce n'est pas l'ampleur mais la vitesse de dispersion qui est liée au mouvement general das prix" [78];

c) Quanto a dinâmica global

76 Referimo-nos a Marjolin, Prix, Monnaie

77 Fontaine, Les mouvements ...

78 De Fontaine, Les Mouvements ... pág. 69

> "le pourcentage des écarts positifs est supérieur a celui des écarts négatifs lorsque la variation moyenne est négative, inférieur lorsqu'elle est positive".[79]

Além disso constata existirem diversas causas para a dispersão, havendo em cada caso que estabelecer entre elas uma hierarquização. Sem nos ocuparmos desta, recordemos as invocadas pelo autor:

a) o progresso técnico e a sua irregularidade no tempo, no espaço e por sectores, é apontado como a mais frequente causa principal;

b) a desigual sensibilidade dos preços à conjuntura, as flutuações conjunturais, o que pode ser enunciado da seguinte forma:

> "tous les prix evoluent normalement dans le même sens au cours des mêmes phases, sauf décalages dans les inflexions, mais les prix aux consommateurs sont les plus stables; au fur et à mesure que l'on remonte vers les stades les plus élémentaires de la production, la sensibilité des prix aux phases de la conjoncture s'accroît" [80]

c) "des mouvements relatifs durables des revenus" e, também, com mais força

> "ceux des marges bénéficiaires sont un facteur de dispersion à court terme davantage qu'a long terme" [81]

d) as mudanças estruturais de mercados também podem influenciar, assim como a intervenção do Estado e a rigidez das tarifas e dos «preços de catálogo».

e) Além disso

> "l'alignement des prix de vente sur les prix de revient s'effectue souvent avec retard ou que l'influence du précédente (...) est fréquemment bien plus déterminante pour le niveau de prix particuliers qu'une hausse même importante des matières-premières et des salaires, un accroissement substantiel de productivité ou une modification des conditions de marche" [82]

assim como a desorganização da gestão e as deficiências de cálculo económico.

79 Idem pág. 62
80 Fontaine, Les mouvements ... pág. 90
81 Fontaine, Les mouvements ... pág. 93
82 Idem pág. 63

Retomando a alínea a), o que vem ao encontro de aspectos já anteriormente afirmados por nós, a influência do progresso técnico é considerado de tal maneira importante que o autor afirma que

> "l'indice de dispersion est une importante mesure de l'intensité des changements (économiques) entre deux dates déterminées" [83].

Dos aspectos citados por este autor aquele que sem dúvida nenhuma tem a confirmação de todos os estudos é o da existência de uma relação positiva entre aumento global de preços e dispersão, tanto a nível interno, como é focado por Cukierman (aavv)[84] ou Silva, Moura (aavv):

> "Existem associações inequívocas entre a dispersão dos preços relativos, a da taxa de inflação e a sua instabilidade. Quanto maior o nível de inflação, maior o desvio padrão da própria taxa assim como maior o desvio padrão das variações nos preços relativos. Mais importante, ainda, é a observação de que a maior dispersão dos preços relativos esta associada com os surtos inflacionários originados nos choques de oferta. Há também a registar que as associações supra citadas não são episódicas, ou seja, não têm um carácter transitório" "Há uma diferença sistemática de comportamento nas variações dos preços relativos entre sectores. Em primeiro lugar observa-se que os preços dos produtos agrícolas têm uma dispersão inequivocamente maior que a dos preços industriais. Em segundo, dentro do sector industrial, os sectores mais competitivos apresentam uma dispersão de preços relativos maior que a dos sectores concentrados"[85])

como entre países, como o mostram o FMI[86] e Foster [87].

As causas de tal fenómeno além das já enunciadas muitas vezes esquecidas os quantitativistas insistem no erro de previsão (o que entronca com a informação e as expectativas) ou no regime cambial, como o faz, entre outros, Blejer.

Quanto às consequências da dispersão, pouco é focado pelos autores, mais preocupados com a explicitação de relações causais. Entretanto Blejer, num seu outro trabalho, afirma que a variabilidade dos preços relativos, que é reforçada pela inflação, tem efeitos sobre a economia real (para utilizar a sua terminologia): enfraquece o significado dos preços de mercado como "allocative signals" e contribui para o aumento do desemprego e redução da produção.

Destas referências a trabalhos sobre economias estrangeiras ou mundial pensamos que ressalta com muito maior clareza

83 Idem pág. 90

84 Cukierman (aavv), "Relative Price ..

85 Silva, Moura (aavv), "Inflação e ..., pág. 26/27

86 FMI, "Se comprueba el aumento ...

87 Foster, "The Variability ...

a importância da dispersão para o estudo da inflação e as fortes repercussões teóricas que tem. O que tem aparecido com maior clareza nestas controvérsias teóricas é o debate, também aqui, entre estruturalistas (que partem do aumento da dispersão para explicar o aumento geral dos preços pela irreversibilidades de custos e propagação associada a uma certa rigidez da produção e dos mercados) e monetaristas (que partem do aumento geral de preços para o aumento da dispersão explicada por erros de previsão).

Esta causalidade não nos vai ocupar explicitamente. Alias é frequentemente colocada de uma forma incorrecta [88]. O que sobre tal viermos a dizer resulta do posicionamento da dispersão e da generalidade na caracterização da inflação, do que dissemos sobre estrutura e conjuntura, do que diremos sobre as diversas teorias que têm tentado explicar a inflação [89].

### 2.3.1.4. Algumas hipóteses de linhas de força da dispersão dos preços e salários em Portugal

Após estas considerações genéricas atendamos especificamente ao caso português. E como o próprio título deste subponto indica, faremo-lo com a clara consciência do carácter provisório dos nossos estudos.

Para não sobrecarregarmos o texto com quadros estatísticos e econométricos que apresentariam sempre um carácter marginal em relação ao texto, remetemo-los essencialmente, mas não só, para o anexo J.

Para começar, analisemos alguns aspectos da dispersão dos preços.

Começando essa observação pelo século XIX e início do XX, todas as informações apontam para a conclusão de que durante esse período os preços dos produtos industriais e dos bens do sector primário, primeira grande divisão a considerar, tem variações anuais totalmente diferentes e dinâmicas estruturais também significativamente diferentes. Por outras palavras, durante o século XIX e início do seguinte há uma profunda dispersão dos preços destes dois conjuntos de produtos e do preço dos produtos primários entre si.

Diversos resultados podem ser apresentados para demonstrar esta afirmação, tais como:

88 Aqui o debate é sobretudo entre estruturalistas (Dispersão Alta) e monetaristas (Alta Dispersão)
89 Este último ponto será matéria do cap. 3

a) Nenhuma das regressões entre variações centradas de preços dos produtos industriais e dos preços no consumidor de bens alimentares, essencialmente constituídos por produtos do sector primário, sobretudo agrícolas, para o período 1844/1913 é significativa. Os coeficientes de determinação situam-se entre 00 e 0,023.

b) Quando se relacionam taxas de variação dos preços dos produtos industriais com os dos produtos da alimentação popular para cinco subperíodos (1845-1852, 1854-1864, 1866-1871, 1873-1877 e 1879-1909) constatamos que apenas para o último a regressão é significativa, mas apresentando comportamentos inversos.

c) Quando relacionamos as taxas centradas de variação de preços dos grupos de produtos que constituem os diversos índices secundários, por nós construídos para este século[90] , verificamos que para as 36 regressões com 55 observações cada uma o coeficiente de determinação médio é de 0,054; para as 8 regressões com 31 observações temos 0,061 e para as 9 com 33 observações a média é de 0,033 e, finalmente, a regressão com 9 observações tem um coeficiente de 0,248. Mesmo para as 18,5% das regressões com parâmetro da variável explicativa significativamente diferente de zero as similitudes de comportamento são pequenas. Estes resultados são confirmados por resultados para os treze primeiros anos do século seguinte.

Para analisar o período seguinte alguns problemas se colocaram: dificuldade de encontrar séries que dessem continuidade às anteriores, insuficiente desagregação dos índices de preços disponíveis, exigências demasiado onerosas em termos de constituição do banco de dados.

Os ensaios globais por nós realizados nem sempre conduziram aos mesmos resultados, o que ainda dificultou mais a viabilidade de extrair conclusões.

Assim, por exemplo feitas as regressões entre taxas de variação do índice de preços dos produtos alimentares e as taxas de variação dos restantes, com exclusão da habitação, permitiu os seguintes dados:

90 Em observação ao quadro de Anexo C estão indicados quais são os índices secundários por nós construídos

| Índice | Região | Período | n. regressões | Coef. Deter. Médio | P (F>F') |
|---|---|---|---|---|---|
| IPG(I) | Lisboa | 1927-50 | 1 | 0,188 | 0,03874 |
| IPCAOPCL | " | 1938-72 | 1 | 0,199 | 0927 |
| IPG(II) | " | 1948-74 | 4 | 0,337 | 0185 |
| IPC-L | " | 1948-78 | 4 | 0,573 | 0000 |
| IPC-P | Porto | 1950-78 | 4 | 0,593 | 0000 |
| IPC-C | Coimbra | 1953-78 | 4 | 0,530 | 0004 |
| IPC-E | Évora | 1955-78 | 6 | 0,461 | 0037 |
| IPC-V | Viseu | 1955-78 | 6 | 0,424 | 0077 |
| IPC-F | Faro | 1961-78 | 6 | 0,432 | 0498 |

o que parecia apontar para o facto de após 1927 e, sobretudo após a segunda grande guerra, o alinhamento na evolução destes dois tipos de preços ser bastante maior, mas quando se comparam preços com um maior nível de desagregação, já os resultados não são os mesmos. Assim, a título de exemplo, poderemos dizer que quando relacionamos taxas de variação dos preços no consumidor dos bens alimentares em Lisboa com o índice de preços do vestuário na mesma cidade ou as taxas de variação dos preços por grosso dos bens alimentares com o das matérias-primas não alimentares com exclusão dos combustíveis, para diversos subperíodos (três no primeiro caso e quatro no segundo), constatamos que em nenhum caso temos uma regressão significativa.

No sentido de precisar um pouco mais estes aspectos tentamos analisar as variações dos preços e os seus níveis para um conjunto de produtos agrícolas onde a regulamentação estatal fosse mínima ou inexistente e, sobretudo, ver como reagiam à dinâmica geral de preços.

Aproveitando os trabalhos realizados por Alves[91] elaboramos o quadro dos preços do vinho do referido anexo, no qual se constata que

— tomando os valores absolutos para testar as reacções de médio prazo, constatamos que a evolução global dos preços é uma variável explicativa para todos os períodos considerados (o mesmo

91 Alves, "O Mercado do Vinho ...

não se passando com as quantidades produzidas) mas a sua influência marginal muda bastante de período para período;

— considerando as taxas centradas de variação anual as conclusões são diferentes: para o período 1949-79 as variações de quantidade não influenciam as variações de preço do vinho enquanto o andamento global dos preço influencia; é exactamente o contrário do que se passa no período 1949-58, enquanto para 1969 -79 nem as variações de quantidades nem dos preços globais da economia são capazes de explicar as variações dos preços do vinho.

Seguidamente analisámos a influência do andamento global dos preços sobre a batata, a aveia, o grão de bico e o vinho de pasto tinto:

— para as batatas o nível geral de preços influência a médio prazo os preços desse produto, sobretudo a partir de 1961, mas a sua influência a curto prazo é esporádica;
— o nível geral de preços influência o preço da aveia a médio prazo durante muitos dos subperíodos após 1934, mas o mesmo não se passa durante 1944/56 e 1961/74; quanto às reacções de curto prazo a sua influência é rara, mas significativa para 1957-79;
— a médio prazo o preço do grão de bico é determinado pelo nível geral de preços, mas a curto prazo a sua influência é nula;
— para o vinho, confirmando os resultados anteriores, a influência a médio prazo do nível geral de preços sobre o seu é nítida mas a sua influência a curto prazo é rara para os diversos subperíodos, embora para 1927-79 no seu conjunto seja existente.

O conjunto dos resultados analisados podem levar a admitir que o alinhamento entre preços de produtos agrícolas e dos restantes é na segunda metade do presente século maior que no período histórico anterior, mas o que é mais importante e significativo é a *grande dispersão entre os preços desses dois grandes grupos de produtos, dispersão que*, como seria de esperar, *é mais violenta no curto prazo*.

Diga-se, de passagem, que estes resultados são plenamente confirmados por alguns estudos de âmbito mundial[92] e nós próprios

92 Veja-se, a propósito, FMI, "Se comprueba ...

já tínhamos chegado a idênticos resultados em estudo de índole bastante diversa[93].

Aliás a dinâmica de aumento de preços, o seu carácter sistemático, *manifesta-se sobretudo para os produtos exteriores ao sector agrícola*, ainda que admitindo uma influência directa e indirecta entre os preços dos dois blocos de produtos. Como constatava o FMI

> "los precios al por mayor presentan normalmente variaciones menores que las otras medidas de la inflación [para o FMI "inflação" apenas é a alta dos preços] debido a la fuerte ponderación que tienen en ellos los productos alimenticios y las materias-primas asís como a la ausencia de los servicios personales" [94].

E destes factos podemos concluir que *para o estudo da inflação são os preços dos produtos industriais e dos serviços os que apresentam maior relevância*. E se tal resulta do próprio carácter sistemático ou não dos aumentos, resulta também de dois outros factos:

a) a influência dos factores "extra-económicos" sobre a quantidade produzida é uma realidade, particularmente para os produtos agrícolas. A influência do ambiente sobre as quantidades produzidas durante o tempo excedente do tempo de produção em relação ao tempo de trabalho determina de uma forma importante o valor unitário das mercadorias. Para o sector agrícola as mudanças da oferta podem estar ligadas à modificação profunda da quantidade de valor por unidade de valor de uso, o que não se passa com os produtos industriais. É particularmente evidente para o curto prazo.

b) A intervenção do Estado sobre os preços dos produtos agrícolas é antiga. São produtos indispensáveis para a reprodução da força de trabalho.

Esta necessidade de ter em atenção particular os preços dos produtos industriais e dos serviços exige-nos algumas considerações sobre a dispersão no seu interior. Trabalhando com os poucos dados disponíveis para o século XIX [95] somos levados a concluir pela existência então de uma muito grande dispersão, maior para o curto que para o longo prazo.

Para o período 1914-80 os ensaios encontram-se nos quadros seguintes do referido anexo, bastando-nos aqui recordar que para as

93 Ver Pimenta, "Referências a evolução ...

94 De FMI, "Se comprueba ... .

95 O conjunto de series com que trabalhamos é manifestamente insuficiente para a análise da problemática da dispersão, mesmo impossível para os salários.

regressões entre as taxas centradas de variação anual dos preços dos índices gerais e dos índices parciais dão os coeficientes de determinação médios seguintes:

| Tipo de índice | Período | N. Observ. | Coef. Deter. Médio. | P(F>F') |
|---|---|---|---|---|
| IPG(II) | 1947-74 | 26 | 0,327 | 022 |
| IPC L | 1948/61-78 | 30 | 0,419 | 001 |
| IPC P | | 28 | 0,483 | 0 |
| IPC C | | 25 | 0,471 | 002 |
| IPC E | | 23 | 0,385 | 016 |
| IPC V | | 23 | 0,352 | 028 |
| IPC F | | 17 | 0,376 | 089 |

Apesar da heterogeneidade de tipos de produtos incluídos nos índices, os produtos industriais têm um peso importante e são os seus preços que determinam os resultados. Mais uma vez somos levados a formular a hipótese de que a dispersão, a curto e longo prazo, é após a segunda guerra mundial, mais pequena que no século passado e início deste, o que também parece ressaltar de outras informações do referido anexo.

Contudo, e é isso que aqui nos interessa particularmente, a dispersão dos preços é ainda hoje uma importante realidade, mesmo entre os preços das mercadorias que estão no centro da alta de preços.

Analisemos agora o problema da dispersão dos salários. Dada a natureza dos índices construídos para o século XIX, não é viável fazer comparações estatisticamente fundamentadas entre a realidade de então e a actual, tendo que limitar-nos a verificar o que se passa mais recentemente.

Para tal será conveniente começar por fazer uma leitura do anexo J. Nele se constata a existência de uma forte dispersão, apenas atenuada a partir de 1974, imputável a razões políticas.

Constata-se igualmente que para os dois períodos considerados existe uma correlação positiva entre as variações anuais de salários e a dispersão absoluta das variações de salários das profissões, o mesmo já não se passando para a correlação com a dispersão relativa[96].

96 A dispersão absoluta é medida pelo desvio padrão e a dispersão relativa pelo desvio padrão a dividir pela média.

O carácter pouco concludente dos estudos por nós realizados sobre salários líder [97] leva-nos a não avançar mais nesta análise.

O essencial desta curta análise da dispersão já foi dito, mas gostaríamos ainda de juntar as seguintes conclusões da comparação das taxas centradas de variação dos índices globais de preços por grosso e a retalho:

— em geral há entre ambos uma relação significativa;
— até 1960, mais exactamente, durante os anos de 1949/60, as variações dos preços a retalho seguem no tempo as correspondentes variações dos preços por grosso; depois de 1967, isto é, durante 1967/74 a continuidade das variações dos preços torna difícil determinar o desfasamento temporal existente entre ambos, mas parece existir uma simultaneidade de comportamento das taxas de variação dos dois índices;
— durante o período 1960/68 as relações não são significativas, o que coincide com outras informações para esses anos.

### 2.3.1.5. Síntese

Tudo o que foi anteriormente dito pode ser sintetizado em poucas palavras. Existem diferenças de intensidade nas variações dos preços e salários o que conduz, dada a não verificação da teoria do equilíbrio geral, ao agravamento das tensões sociais entre classes sociais e entre múltiplas fracções de cada uma delas.

Se a história conheceu sempre uma constante atenção das classes sociais e dos Estados em relação aos preços, e uma quase permanente intervenção, directa ou indirecta, mais ou menos pontual, tal é, em parte, o resultado da *dispersão*. *Esta é um dos factores que fazem dos movimentos de preços e salários um fenómeno social*.

E sobre essa dispersão constatamos dois aspectos que são importantes:

a) a dispersão dos preços não é um fenómeno típico da actualidade, do período de alta de preços; antes pelo contrário, existe desde há muito é um fenómeno inerente à existência de uma estrutura de preços, passando a adquirir um novo significado a partir do capitalismo e sobretudo, da consolidação do mercado interno. *O período historicamente limitado de alta dos preços*

97 Sobre o assunto veja-se Pimenta "Salários Líder ...

*com as características actuais herdou a dispersão dos preços as suas várias dimensões, impondo-lhe, contudo, algumas modificações qualitativas*.

b) *a dispersão dos preços não é uma categoria autónoma*.

### 2.3.2. A alta geral de preços

A análise da dispersão leva a interrogarmo-nos fortemente sobre o significado da generalidade do aumento de preços. A dispersão não só levanta um conjunto de problemas sobre a viabilidade e significado de sintetizar a informação sobre o comportamento global pela construção de um índice geral, como põe em causa o significado de "alta geral" de preços ou salários.

Que sentido tem falar de alta geral de preços, por exemplo, se os preços dos produtos primários continuam a apresentar, ao mesmo tempo, períodos de baixa, quando altas e baixas de preços continuam a registar-se nos produtos agrícolas? A conclusão de Fontaine sobre a existência de grande percentagem de produtos com baixa de preços nos períodos marcados por aumentos de preços não é a total ruptura com o normal significado atribuído a "generalidade"?

De facto dispersão e generalidade são facetas da mesma realidade. Facetas que apresentam, quando analisadas globalmente e sem grande precisão de fronteiras, algumas contradições. Contudo há várias possibilidades de compatibilização entre os conceitos de dispersão e generalidade do movimento dos preços e salários:

— há altas e baixas de preços individuais (o mesmo se poderia dizer em relação aos salários, com especificidades, mas para ilustrar basta considerar os preços) que se manifestam simultaneamente e poderemos apenas considerar uma tendência como geral se a média de todos os movimentos o indicar ou se a maioria dos preços individuais apresentam uma certa tendência;
— a dispersão manifesta-se através de ritmos diferenciados de preços mas no quadro de um movimento de alta ou de baixa comum a todos os preços de todas as mercadorias.

Formalizemos estas duas hipóteses representando por G o movimento geral de alta ou de baixa e por p(i) os preços individuais de n mercadorias existentes em todas as fases da produção e distribuição.

No primeiro caso teríamos:

$$1)\ \exists G > 0 \Leftrightarrow \frac{\sum_i \dot{p}(i)}{n} > 0 \ \vee \sum_i \dot{p}(j) > 0 \ \text{com}\ j = 1, 2, \ldots, (n/2) + 1$$

e no segundo caso

$$2)\ \exists G > 0 \Leftrightarrow \forall\, \dot{p}(i) > 0 \quad \text{com}\ j = 1, 2, \ldots, n$$

Contudo, na prática nenhuma destas duas condições, aparentemente aceitáveis de um ponto de vista estritamente formal é aplicável. A primeira coloca várias dificuldades pragmáticas (como fazer o inventário de todas as mercadorias e acompanhar as alterações permanentes dos seus preços? como recolher os preços de todas as mercadorias? ...) e conduz directamente ao agnosticismo sobre o assunto. A segunda não corresponde à realidade actual, diríamos mesmo que não corresponde à realidade de nenhum momento.[98]

Apesar destas dificuldades, pensamos poder fazer uma aproximação à articulação dos dois critérios considerando apenas os preços dos produtos industriais nos circuitos de distribuição mais próximos do consumidor. Com efeito, de tudo o que foi dito e das descrições de movimentos de preços que constam dos anexos a este capítulo, parece-nos que para estudar o movimento de alta de preços é vantajoso só considerar os preços no consumidor dos produtos industriais porque eles são o núcleo vital desse movimento.

Se esta opção conduz à escolha de uma amostra mais próxima da segunda condição formulada, temos que ter consciência que, mesmo assim, o problema não fica resolvido, nomeadamente porque também dentro dessa amostra continuam a existir movimentos contraditórios. À redução económica da amostra é necessário acrescentar um critério sociológico: a alta dos preços manifesta-se maioritariamente nas mercadorias que são essenciais à vida das populações.

Enfim, a resolução das contradições entre dispersão e generalidade do movimento dos preços passa pela escolha duma amostra pela aplicação de dois critérios:

— *Critério económico: preços no consumidor dos produtos industriais e dos serviços*[99] ;

98 O facto da hipótese 2) ser irrealista não é apenas uma constatação empírica. Tem que ver com articulação valor/preços-salários

99 Os preços dos serviços foram pouco analisados por nós. Os dados são raros, os seus preços foram pouco contemplados pelos índices no consumidor. No entanto, parece correcto admitir que os preços dos serviços têm as "mesmas" características dos preços dos produtos industriais.

— *Critério sociológico: preços no consumidor dos produtos indispensáveis à vida das populações, utilizados maioritariamente numa certa fase histórica.*

E desta clarificação do conteúdo atribuível ao epíteto de "geral" nos movimentos dos preços, poderemos tirar duas conclusões:

— o movimento geral de preços (actualmente de alta) nunca é um critério "puro" e só tem total sentido quando articulado com a dispersão;
— *O índice de preços no consumidor* é um bom indicador para a generalidade dos preços.

Para a generalidade da dinâmica dos salários há que considerar o maior número possível de profissões representativas de importantes estratos da população activa com profissão. O facto de neste caso ser muito mais frequente a dispersão coincidir com um sentido comum do movimento, conduz-nos muito mais directamente para a primeira condição atrás enunciada.

*O índice de salários dos assalariados da indústria e serviços é um bom indicador.*

O sentido da dinâmica geral dos preços e salários, cuja descrição pormenorizada agora é desnecessária, pode ser vista, com relativo pormenor, nos anexos deste capítulo.

### 2.3.3. Alta crónica dos preços e salários

A natureza crónica da alta dos preços e salários é um elemento importante para caracterizar e periodizar a inflação, na medida em que a relevância social encoberta da dispersão se junta a evidência da sistematicidade do aumento.

Impõe-se, por isso, precisar um pouco o seu significado e, sobretudo, chamar a atenção para o facto de se poder, e dever, considerar diversos tipos de altas crónicas.

As altas crónicas manifestam-se de diversas formas, com qualidades e especificidades que não podem ser esquecidas.

Em primeiro lugar, poderemos falar de alta crónica para exprimir a existência de uma tendência de longo prazo para a alta, independentemente das especificidades de curto prazo, isto é, para significar uma tendência à alta que se manifesta durante vários anos independentemente das variações positivas ou negativas que se manifeste

em cada ano[100] da amostra. Para referir este tipo de alta crónica falamos de alta crónica tendencial, a qual constituirá a matéria do primeiro subponto seguinte.

Poderemos igualmente atribuir-lhe um sentido mais restrito, atendendo tanto ao movimento tendencial como ao comportamento anual. Assim falaremos de alta crónica anual para exprimir o fim da alternância das variações anuais positivas e negativas e a manifestação sistemática das variações positivas. Evidentemente que a alta crónica anual pressupõe a alta crónica tendencial, mas o inverso não é verdade. É este tipo de alta crónica que consta do segundo subponto seguinte.

Além destes aspectos é necessário ter em consideração que é qualitativamente bastante diferente ter uma alta crónica anual de preços durante a fase A ou B do ciclo de Kondratieff, tê-la durante um período de relativa estabilidade conjuntural ou durante os anos de uma grande crise de sobreprodução, mesmo que não se possa estabelecer uma relação directa entre dinâmica dos preços e conjuntura, como veremos. Tendo em atenção que é mais importante um aumento crónico de preços na fase descendente da onda longa ou em crise, falaremos de alta crónica em B e de alta crónica em crise, respectivamente. Estes dois tipos de aumento ocupar-nos-ão os terceiro e quarto subpontos seguintes.

A este respeito será ainda necessário dizer algumas palavras sobre o que se deve entender por agravamento da alta crónica, o que não é a única hipótese viável à partida. Em alta crónica tendencial a existência de agravamento significa que as taxas anuais de variação dos preços tendenciais aumentam ao longo do tempo. Em alta crónica anual significa um aumento a longo prazo das taxas anuais de aumento de preços efectivamente verificadas ou, por outras palavras, uma tendência positiva na evolução das variações anuais de preços. Para os outros dois tipos de alta crónica um agravamento significa uma aceleração da tendência de alta das taxas de variação anual dos preços durante a fase B do grande ciclo ou a crise de sobreprodução, conforme a situação.

O que dissemos sobre os preços aplica-se integralmente aos salários, os quais também serão tratados nos subpontos seguintes.

100 No ponto 1.2.1. dos anexos a este capítulo sintetizamos toda a informação referente à caracterização dos diversos tipos de alta crónica.

### 2.3.3.1. Alta crónica tendencial

Se a caracterização da alta crónica anteriormente formulada parece impor-se com grande evidência, a verdade é que o fenómeno não é de tão fácil leitura quando caminhamos para a sua quantificação.

Para falarmos da existência de uma alta crónica tendencial é necessário considerar uma amostra de anos seguidos que permitam definir uma tendência positiva de evolução no tempo. Mas como escolher a amostra? Como escolher o primeiro e o último ano da amostra? Eis algumas questões importantes que exigem uma resposta para não corrermos o risco de falar de uma alta crónica dos preços desde o início da nacionalidade portuguesa. Apesar da importância da resposta temos que reconhecer que não estamos totalmente armados teoricamente para podermos dar uma resposta cabal.

Evidentemente que a determinação do período de alta crónica tendencial não pode ser vista isoladamente em relação às diferenças qualitativas da categoria preços, por indissolúvel ligação à globalidade do modo de produção, como vimos, mas isso é insuficiente. Uma resposta cabal exigiria um estudo mais aprofundado da categoria preço na sua articulação com a história económica e social, uma medição do tempo em número de ciclos.

Conscientes destas limitações, procuramos uma resposta pragmática baseada nas informações estatísticas referentes à realidade portuguesa[101], pragmatismo que não põe em causa a procura de uma periodização, porque os outros tipos de alta crónica são susceptíveis de uma medição bastante mais rigorosa.

Será de admitir duas hipóteses de periodização:

1. Existência de uma *alta crónica tendencial para o período 1906 -1983*, prolongável até aos dias de hoje.
   Eis a razões que nos levam a adoptar o ano de 1906 como início deste movimento:

   a) durante as cinco décadas antes de 1906 há uma tendência à estagnação dos preços e dos salários, visível pelo índice de preços da alimentação popular e o dos salários do pedreiros;
   b) embora o índice de alimentação popular permitisse recuar alguns anos no início desta tendência (1888) só a partir daquela

101 Embora tendo presente alguns marcos da história económica mundial

data é que esse movimento é acompanhado pelos preços dos produtos industriais;
c) após 1906 só existe um período de 15 anos com uma tendência à baixa dos preços (e salários), em 1924-1939, e que corresponde à grande crise de então.

2. Existência de *uma alta crónica tendencial para o período 1939 -1983*, prolongável até aos dias de hoje.
Esta segunda hipótese não tem as complicações que podem ser levantadas pela última alínea da anterior, mas apresenta duas outras limitações:
a) exclui um dos períodos de mais intensa alta de preços, como é o de 1914-1924;
b) começa logo com uma alta crónica com agravamento, não existindo um período anterior de amadurecimento de condições para tal, como se encontram, em muitos aspectos, na alteração da economia nacional e mundial, forjada nos últimos anos do século passado e início do actual, vislumbrável através de alguns indicadores (ex. formação do mercado interno com tudo o que isso significa).

Com efeito, seja qual for a hipótese adoptada, é bastante claro que a partir de 1939 a alta crónica tendencial dos preços e salários *apresenta a partir de 1939 um agravamento*.

Estas afirmações são plenamente confirmadas pela informação estatística constante nos anexos deste capítulo. Relembremos aqui alguns dos traços gerais intimamente ligados com esta temática:

— existe entre os preços e os salários similitudes de comportamento global para poderem ser considerados em bloco neste processo de periodização;
— no século XIX existe uma sistemática alternância de variações positivas e negativas dos preços (para simplificar falamos apenas destes), a tal ponto que nunca se encontram mais de cinco anos de subida ou descida consecutiva, e a média de duração desses períodos é de 1,7 anos para a descida e 2,5 anos para a subida.
— ainda para a segunda metade do século XIX é possível encontrar uma tendência de crescimento, mas ténue e com uma tendência ao abrandamento. No quadro de grandes alternâncias assiste-se a uma relativa estabilidade, constatável pelo facto do índice de

preços médio para 1855/59 ser 104,9 e para 1890/1893 ser 105,8, o que corresponde a uma taxa centrada de aumento de 0,4%.

— é a partir desta última data que se começa a registar um aumento de preços dos produtos alimentares, mas os preços dos produtos industriais descem até 1906/1910, conforme o índice que se considerar

— o período de 1914-1925 apresenta um aumento violento dos preços com uma taxa média de 33,6% ao ano, sendo de admitir, embora tendo presente o fenómeno guerra, que este aumento de subida é, em alguma medida, a continuação do movimento de alta acentuada que já se vinha verificando anteriormente.

— o período da crise de 1929-1933 foi assinalado por uma alternância de movimentos de subida e descida, com predomínio à baixa, movimento que começou antes da crise.

— 1939-1947 é caracterizado, neste aspecto, por um importante aumento de preços (10% ao ano)

— 1947-50 é o último período que, para a generalidade dos preços, conhece algumas descidas dos preços no consumidor, embora já de reduzida amplitude.

#### 2.3.3.2. Alta crónica anual

No referente à existência de um movimento sistemático de aumento de preços e de salários sem qualquer interrupção anual, podemos considerar que o seu início é diferente num e noutro caso.

*Quanto aos salários, tomando como indicador o índice global, esse movimento inicia-se em 1939.*

*Para os preços poderemos falar de uma alta crónica anual a partir de 1951, prolongando-se até 1983*[102] .

Uma regressão para determinar a tendência de evolução temporal das taxas centradas de variação anual dos preços não é significativa, mas tal facto não impede que afirmemos que a partir daquela data há um agravamento deste tipo de alta crónica.

102 Citamos 1983 porque foi o último ano considerado, mas podemos afirmar com segurança que se estende até aos dias de hoje.

### 2.3.3.3. Alta crónica na fase descendente do grande ciclo

A detecção da existência de movimentos ondulatórios da economia com uma duração de cerca de meio século foi feita, como se sabe, por Kondratieff [103], do qual esse movimento recebeu o nome.

No seu trabalho não existe uma teorização do fenómeno, mas tão somente uma constatação estatística, mas sobre a qual ele afirma que a sua existência é uma realidade objectiva e não um resultado dos métodos estatísticos adoptados:

> "estas ondas se han encontrado en todos los principales elementos estudiados, con los mismos periodos aproximadamente" (...)
> "En aquellos elementos cuyo movimiento no acusa durante el período de observación una determinada o marcada tendência ascendente o descendente (secular trend) como, por ejemplo, en los precios los grandes ciclos se manifiestan en subidas y bajadas de carácter ondulatorio" (...)
> "Las ondas largas, en los distintos elementos examinados, coinciden en el tiempo, só no del todo, al menos con bastante aproximación"[104]

Consideramos que é um fenómeno bastante mal estudado a todos os níveis de abordagem e tudo o que lemos sobre o assunto não nos convenceu cabalmente da sua existência como movimento autónomo, com uma dinâmica interna capaz de hoje determinar a situação de amanhã.

Apesar destas limitações, que conduzem inevitavelmente a considerar este tipo de alta crónica de preços e salários como um mero complemento, pareceu-nos útil nesta abordagem, essencialmente "empírica", fazer-lhe algumas referências, impreterivelmente baseadas numa periodização internacional, de que se admite a participação portuguesa[105]. Integração que tem que ser vista sempre com muito cuidado, porque uma das conclusões que também podemos extrair do tratamento estatístico dos preços em Portugal[106] é a de que *a dinâmica interna dos preços apresenta fortes especificidades, expressão da nossa posição na divisão internacional do trabalho e das especificidades da nossa história*, o que alias dá consistência à hipótese de trabalho, inicialmente colocada, de considerar a inflação como o resultado da dinâmica e das contradições sociais gerais e específicas da sociedade portuguesa, embora uma e outras sejam indissociáveis do contexto internacional em que se movimentam.

103 Kondratieff, "Die langen ... (3) Idem, pág.. 27 e seguintes

104 Idem, pág. 27 e seguintes

105 Veja-se Anexo

106 O único trabalho que encontramos para Portugal foi Godinho, Prix et ... e apenas abrange um período que para nós e secundário.

E nesta matérias podemos explicitar sinteticamente as seguintes evidencias:

a) as fases ascendentes do ciclo de Kondratieff são sempre de tendência ao aumento de preços desde 1848 (início da nossa observação sistemática) até aos nossos dias;
b) antes de 1914-1921 a fase descendente reforçava a tendência para a paralisação do aumento de preços e para a baixa;
c) durante o período seguinte até meados da década de 60 a fase descendente ainda apresenta o mesmo significado mas com comportamentos específicos: há uma primeira subfase caracterizada por uma alta de preços, mas a tendência a descida acaba por se impor, apesar do atraso;
d) após 1967-68 entramos numa fase descendente que parece apresentar [107] consequências sobre os preços totalmente diferentes: não só não há um abrandamento da subida dos preços e, depois disso, o seu estancamento, como parece existir um movimento exactamente contrário.

Atendendo a estes factos poderíamos dizer *que em 1967/68 entramos num novo tipo de alta crónica de preços, registando-se simultaneamente um processo de agravamento do aumento.*

### 2.3.3.4. Alta crónica em crise

Juglar tem uma definição de crise que convém recordar no início da abordagem deste ponto:

> "La crise serait donc l'arrêt de la hausse des prix, c'est à dire le moment ou l'on ne trouve plus de nouveaux preneurs"[108] .

E convém recordá-la por duas razões:

— analisa a existência de crise, momento fundamental do movimento conjuntural, pela dinâmica dos preços, o que é inadequado para os nossos objectivos que exige partirmos da dicotomia dinâmica conjuntural/dinâmica de preços e salários para estudar os seus pontos de encontro e desencontro.
— pressupõe, desde que se analise a dinâmica conjuntural através de outros indicadores, que existe uma total concordância entre ambos os movimentos.

107 Dizemos parece porque os anos actuais são decisivos para uma resposta cabal e porque o que se passa em Portugal e em alguns outros países não é exactamente o mesmo.

108 Juglar , Des Crises, pág. 14

Recordamo-lo ainda porque estas duas posições estão muito generalizadas no pensamento económico e são, frequentemente aceites sem uma reflexão crítica, e contra tal fomos obrigados a lutar.

Quanto ao primeiro aspecto, caberá aqui dizer, embora só venha a ser integralmente justificado num futuro capítulo, que consideramos que as crises analisadas por Juglar são crises de sobreprodução e, portanto, os seus melhores indicadores são os que se referem directamente à produção e imediata distribuição de rendimentos. Foi o que tentamos fazer[109], embora chocando com grande debilidade de informação estatística que o carácter limitado deste estudo não permitia ultrapassar em tempo útil.

Quanto ao segundo aspecto há que dizer que os dados estatísticos só por si são susceptíveis de diversas leituras, sendo a mais afastada da afirmação de Juglar a que se pode apresentar da seguinte forma (particularmente aplicável ao século XIX mas generalizável): existe uma alternância de subidas e descidas de preços que tem um vastíssimo grupo de causas, para além de poder comportar elementos aleatórios, embora naqueles possam estar com um grau de importância maior ou menos conforme as situações, a própria dinâmica conjuntural e só isso permite estabelecer uma relação, mais ou menos estreita, entre conjuntura e variação dos preços, para o qual basta considerar a existência de um desfasamento temporal variável.

Não é esta a posição que partilhamos e consideramos que existe uma influência da conjuntura sobre os preços e salários que sofre diversas intermediações e que não é exclusiva, mas o anteriormente afirmado ilustra a insuficiência de algumas posições assumidas sem reflexão crítica.

Os resultados constam de anexo, mas poder-se-á recordar aqui alguns pontos:

— No século XIX a conjuntura da economia portuguesa apresenta *fortes especificidades* em relação a conjuntura dos restantes países, mesmo daqueles com que apresentávamos relações mais estreitas;

— *Há uma influência do ciclo, tomada a crise como amostra, que nunca é uma justaposição de um ciclo dos preços e salários sobre o ciclo económico global; isto é, quase sempre é possível estabelecer uma relação*

109 Ver anexo

*dos preços e salários com a má conjuntura, mas não é inevitável que tal aconteça e apresentam sempre diferentes velocidades de reacção.*

— *A crise de 1929-33 existiu em Portugal* e manifestou-se com bastante violência;

— Durante essa crise há uma relação bastante estreita entre as quebras de produção e as baixas de preços e salários (embora se verifiquem então *aumentos de poder de compra para os assalariados).*

— Após a segunda guerra mundial há uma *relativa acalmia no movimento conjuntural, embora não se possa falar do seu desaparecimento,* e em 1967/68 existem sinais de crise, que no campo monetário e financeiro vão continuar e reforçar, sendo o prelúdio da posterior crise iniciada em 1973; a década de 80 também é marcada por crises violentas;

— *Com os sinais de crise em 1967/68 os preços e salários começam a aumentar mais rapidamente* e a crise 1973/76 é acompanhada por uma aceleração da alta persistente dos preços e salários (embora então se tivesse registado uma diminuição do poder de compra), o mesmo se vindo a verificar na crise seguinte (embora com algumas especificidades).

— Assim, os primeiros *sinais de alta crónica de preços e salários* em crise situa-se em 1968 mas *é durante a crise 1973/76 que se manifesta plenamente.*

### 2.3.4. Uma visão de conjunto. Periodização

Enfim, estamos agora em condições de fazer uma síntese das informações anteriores e caminhar para a periodização da dinâmica dos preços e salários, embora tal seja um trabalho ingrato porque as fronteiras dos períodos são sempre movediças e a natureza dos períodos de transição nem sempre surge clara.

O nosso elemento de referência principal é a alta crónica dos preços e os seus diversos tipos, a alta geral no quadro de uma dispersão. E os três aspectos da estrutura de preços e salários estão interligados indissoluvelmente.

Assim temos que

a) A periodização do comportamento dos preços e salários não se faz de acordo com os níveis quantitativos de alta crónica geral dos preços e salários mas antes considerando essencialmente aspectos qualitativos (embora qualitativo e quantitativo estejam relacionados);

b) *podem-se considerar três fases de alta crónica dos preços e salários. A primeira caracteriza-se pela existência exclusiva de uma alta crónica tendencial. A segunda por uma alta crónica anual com agravamento. A terceira acumula este tipo de alta crónica com as da fase descendente do grande ciclo e em crise, com agravamento*. Evidentemente que estes aumentos são sempre gerais, no sentido que atribuímos a tal, acompanhados de uma certa dispersão.

c) Entre cada uma das fases aqui tipificadas encontramos sempre *períodos de transição*. São caracterizados por uma certa imprecisão do início de certos tipos de alta crónica e por um *comportamento transitório específico ao nível da dispersão*. O principal sinal desta especificidade manifesta-se no comportamento dos salários face aos preços, mas não só: maior dispersão entre certos índices, passagem da existência de desfasamento temporal entre preços a diversos níveis do processo de troca para a simultaneidade, etc. Estes períodos de transição têm que ser encarados e compreendidos no relacionamento com os períodos que balizam e não como causas destes.

d) Considerando datas, tomando os períodos de transição como fases autónomas, embora com o sentido atrás referido, nós temos:

| | | |
|---|---|---|
| Fase I | 1906-1939 | 33 anos |
| Transição I | 1939-1951 | 12 anos |
| Fase II | 1951-1961 | 10 anos |
| Transição II | 1961-1973 | 12 anos |
| Fase III | 1973-1983(?) | 10 anos |

Para finalizar esta síntese queremos apenas sublinhar que esta periodização é importante por diversas razões:

— *Mostra a especificidade histórica do actual comportamento dos preços e salários;*

— *Mostra a articulação dialéctica das continuidades com as rupturas ao nível da estrutura dos preços e salários; cada fase engendra durante um período de transição a fase seguinte, que mantém algumas das características anteriores, mas é qualitativamente diferente;*

— *A estrutura dos preços e salários é um indicador da acumulação e do funcionamento das suas leis e os períodos de transição apresentam forte conexão com importantes acontecimentos da sociedade portuguesa*.

Apesar da relatividade desta periodização ela dá-nos uma visão de conjunto e permite-nos orientar o estudo subsequente.

### 2.3.5. Caracterização e periodização da inflação

Podemos agora avançar com relativa facilidade para o nosso objectivo central neste capítulo, a caracterização da inflação em Portugal, embora seja necessário acrescentar alguns elementos.

Em primeiro lugar, como salientámos amiudadamente, as categorias de salários e preços não podem ser compreendidas na sua essência sem o recurso à categoria valor e ao funcionamento da lei do valor num determinado modo de produção.

Apesar de este assunto ser objecto de desenvolvimento detalhado no quarto Capítulo, o afirmado anteriormente é suficiente, desde já, para realçar a importância deste aspecto.

Mais, estamos já em condições de chamar a atenção, na linha de diversas caracterizações Marxistas anteriormente apresentadas, e fortemente expostas, por Lacroix [110], que o específico no actual movimento dos preços (e também dos salários, mas com diferenças) é não ser a expressão de igual movimento (em sentido e intensidade) do valor: os preços sobem enquanto os valores descem. Movimentos divergentes – analisáveis para a globalidade da sociedade ou, pelo menos, para cada economia com uma autonomia relativa –, que podem sofrer desvios num lapso de tempo curto, mas que se apresentam inequivocamente numa análise macrotemporal, exactamente aquela que nos interessa.

Hiato entre a massa de valores e a massa de preços e salários que também não é imputável à diminuição da quantidade de valor do ouro, tal como aconteceu em alguns períodos históricos anteriores. Note-se, no entretanto, que essa relação com o valor do ouro não é de uma forma directa, imediata e mecanicista, como o salienta Vilar na crítica àqueles que apresentam uma visão demasiado simplista do problema:

> "Beaucoup d'économistes ont fait valoir que des thèses reposant essentiellement sur la production de l'or (ou de l'argent, naturellement;

110 Ver Lacroix, "Nous ne savons ..."

> disons: de tout métal monétaire massivement employé) peuvent s'appliquer aux systèmes monétaires anciens, ou le métal l'emporte, mais déjà moins au XIX siècle, et plus du tout au XX, quand la circulation fiduciaire, la monnaie scripturale et le crédit ont transformé totalement la nature de la monnaie. A vrai dire, nous savons bien que, dans l'économie ancienne, l'or et l'argent étaient loin de représenter les seuls moyens de règlement, et il faut toujours distinguer entre les systèmes nationaux de monnaie, et les règlements internationaux, ou l'or peut encore jouer un rôle déterminant. On peut toutefois rechercher une relation entre mouvement des prix et mouvement monétaire qui tienne compte de tous les types de monnaie, à une échelle quelconque (national ou international)" [111],

o que é igualmente concordante com algumas observações sobre a evolução histórica dos preços, constantes dos anexos deste capítulo[112].

E ao salientarmos a "inocência" do ouro (como metal precioso que na fase histórica mais recente do sistema monetário nacional e internacional desempenhou um papel quantitativo e, sobretudo, qualitativo mais relevante que qualquer outro), fazemo-lo numa dupla dimensão:

1) Quantitativa, na medida em que a dinâmica da produtividade (e portanto também do valor) na industria extractiva de ouro não é capaz de fornecer elementos importantes para a explicação do comportamento dos preços

Os dados inequívocos sobre aquela escasseiam, mas de uma forma aproximada poder-se-ia dizer que a grande alteração violenta da sua produtividade dá-se com o início da exploração das minas de ouro da África do Sul (desde fins do século passado até a quarta década do presente) dadas as condições naturais das jazidas[113] e desde então autores estimam que aquela apenas aumentou em cerca de 50%. Por outras palavras, a dinâmica dos preços surge, mesmo quando consideradas estas genéricas subdivisões, como profundamente diferenciada daquela.

111 Ver Lacroix, "Nous ne savons ..." pág.416. Convém insistir que Vilar não se opõe à ideia de que a diminuição do valor do ouro leva ao aumento dos preços , ou vice versa, mas tão somente que tal também depende da influência que o ouro, num determinado momento histórico, desempenha no sistema monetário, das relações que estabelece com os restantes tipos de moeda. Falamos de ouro, e não da prata ou outro metal usado monetariamente, porque aquele foi o último a exercer uma influência decisiva no sistema monetário, que por herança histórica ainda continua a ter. Deve-se interpretar «ouro» em sentido mais lato: «metal que exerce função importante no sistema monetário».

112 Veja-se, por exemplo, o anexo B

113 Sobre o assunto, leia-se, por exemplo Lepidi, "L'Or ...

Sobre este assunto Mandel depois de considerar que a partir de 1971 (altura em que se passa da situação de monopsónio à de monopólio) o valor do ouro é determinado pelas condições nas minas menos rentáveis, afirma:

> "a produtividade do trabalho terá tendência a aumentar mais devagar nas minas de ouro do que na industria e na agricultura contemporâneas"[114]

Na nossa perspectiva não tem sentido, na dimensão quantitativa, fazer qualquer referência às quantidades físicas de ouro extraídas das minas e à percentagem que se dirige para o sistema monetário.[115]

2) Qualitativa, na medida em que se tem que reconhecer que o actual sistema monetário apresenta um conjunto de características específicas que permitem falar da sua crescente desmaterialização, da sua maior autonomização em relação ao ouro (sem que, apesar disso, se torne independente)[116]

Em segundo lugar já constatámos que a expressão fenomenológica desse hiato entre massa de valores e de preços e salários (dada a natureza abstracta da categoria valor, e a ineficácia da medição da evolução da produtividade) é o aumento diferenciado geral crónico dos preços dos produtos industriais e serviços e dos salários, com as características e dimensões históricas anteriormente apontadas.

É certo que as dinâmicas dos preços e salários podem não ser suficientes para captar todas as manifestações do hiato anteriormente referido, como chama a atenção Lacroix, ao referir a pseudo-inflação[117] e a cripto-inflação[118], mas quando a análise é macrotemporal e macroespacial estes fenómenos não assumem uma relevância que ponham em causa as considerações anteriores[119]

Em terceiro lugar já chamámos a atenção para o facto dos preços e salários só adquirirem significado como partes integrantes da globalidade do económico, pelo que aquelas categorias em capitalismo,

114 Mandel, "A subida ... p. 17

115 Abordaremos novamente o assunto ao estudar criticamente a teoria quantitativa da moeda no cap. 3.

116 Voltaremos a abordar o assunto no cap. 4

117 Na terminologia daquele autor estaríamos perante uma pseudo-inflação se houvesse um aumento de preços que resultasse do aumento do valor.

118 Seria a situação de não haver aumento de preços (podendo haver diminuição) mas estes não acompanharem a descida do valor.

119 De facto, a pseudo-inflação só pode ter significado numa dimensão sectorial ou passageira. Quanto à cripto-inflação, a partir do momento em que os preços e salários aumentam, pode-se aplicar o mesmo (6) De Zawalkov, Los Precios ... pág. 5

e sobretudo após a formação do mercado interno nacional, adquirem características novas.

Poderemos ainda acrescentar que

> "El precio como categoria en la economia socialista se diferencia de la categoria semejante en la economia capitalista, por su esfera de surgimiento, contenido e carácter de formacion"[120]

sendo as diferenças mais importantes as seguintes:

— a acção da lei do valor está limitada pela propriedade socialista dos meios de produção (a força de trabalho deixa de ser uma mercadoria, os recursos naturais saem da circulação mercantil e uma grande parte dos serviços saem, também da esfera mercantil e são gratuitos)

— reflecte outro tipo de relações sócio económicas (carácter planificado, inserção em objectivos de desenvolvimento económico e melhoria generalizada das condições de vida da população).

Estas traduzem-se em evoluções dos preços e salários bastantes diferentes das verificadas nos países capitalistas em igual período, bem expresso nos seguintes índices referidos por Gluskov[121] aplicáveis à URSS:

| | | | |
|---|---|---|---|
| Preços: | 1940 | 100 | |
| | 1947 | 298 | |
| | 1977 | 139 | (154 para combustíveis e 123 para artigos de consumo) |
| Salários: | 1940 | 100 | |
| | 1977 | 500 | |

e também pela dificuldade de se considerarem os aumentos quando existem, como é o caso a Hungria e Polónia para citar os mais referidos, como gerais[122], crónicos e, muito menos, ditados determinantemente pelas relações de produção internas (embora as condições internas, por razões históricas e por pressões externas existam, como refere Huszti[123] .

Além disso, mesmo nesses países socialistas em que têm havido aumentos de preços (inferiores aos do mundo capitalista), não há, como ainda refere o mesmo autor, uma "mentalidade inflacioná-

120 De Zawalkov, Los Precios ... pág. 5
121 Ver Gluskov, Como se estabelecen ...
122 Ver Pimenta, "Algumas notas sobre
123 Ver Huszti, "Social and Economie ...

ria", o que não tem um significado em si, mas reflecte o papel social dos preços.

Em quarto lugar constatamos que para o conjunto dos países capitalistas a inflação é uma realidade[124], isto é, tem um carácter mundial, mas que isso não permite encobrir nem as especificidades nacionais[125] nem o papel das relações de produção de cada país na existência do seu próprio processo inflacionista[126].

Nesta articulação do mundial/nacional é necessário ter em conta que a referida unidade mundial resulta de dois diferentes fenómenos articulados:

— todos os países capitalistas apresentam, por definição, relações sociais de produção capitalistas numa certa fase histórica e com especificidades de articulação com os outros modos de produção,
— há mecanismos de propagação das altas de preços bastante diversificados e com manifestações a diversos níveis

Assim, conjugando todos estes elementos poderemos avançar um pouco na caracterização da inflação em Portugal (e não só) dizendo que *a inflação é uma realidade inerente à sociedade capitalista numa sua fase histórica, com unidade na mundialidade daquela formação social e moldada nas especificidades de cada realidade nacional, cuja natureza profunda é o hiato estrutural entre a massa de valores e a massa de preços e salários não imputável à diminuição do valor do ouro, e que se exprime fenomenologicamente no aumento diferenciado geral crónico dos preços no consumidor dos produtos industriais e serviços e dos salários, diacronicamente heterogéneo e decomponível em fases qualitativamente diferenciadas*.

Caracterização da inflação que conduz a considerar que atravessou três fases desde o seu início até aos dias de hoje:

— *Fase de gestação* 1906-1939
— *Fase de nascimento* 1951-1961
— *Fase de amadurecimento* 1973-1983

124 Pensamos que esta afirmação não carece de grandes justificações, mas sobre o assunto pode-se consultar FMI, "Se comprueba...

125 Reputamos este ponto particularmente importante. Sobre este assunto já nos capítulos anteriores dissemos alguma coisa, no anexo G deste capítulo temos ensaios, e no próximo capítulo, a propósito da apreciação de "inflação importada", voltaremos a este assunto

126 De facto, admitimos que cada povo é soberano (ou pode sê-lo) na escolha das relações sociais de produção, desde que concordantes com o grau de desenvolvimento das forças produtivas.

O que diferencia cada uma das fases é a forma como a estrutura de preços e salários se manifesta, analisado por nós no ponto anterior.

Entre estas fases existem períodos de transição, em que se mesclam elementos da fases nova e velha, com concomitantes alterações específicas nos preços relativos.

Ainda sobre estas fases convirá acrescentar uma explicação e dois comentários adicionais:

a) A primeira fase chamamos de gestação porque os elementos caracterizadores da inflação, como viriam a despontar mais tarde de uma forma mais clara, ainda não surgem em plenitude. Podemos dizer que após a crise de 1891 e a formação do mercado interno nacional (com as alterações do processo de acumulação que provocaram) começavam as estar criadas as condições para o aparecimento da inflação. Contudo, só após a crise de 1929-1933 (com o seu aproveitamento em Portugal para a consolidação do fascismo, em sentido global, e como superestrutura de que fez parte integrante o reforço do Banco de Portugal), surgiu, não directamente, e daí a existência da primeira fase de transição, ao amadurecimento da inflação.

b) Quando consideramos a inflação como típica de uma determinada fase histórica do capitalismo queremos significar que tem um início, uma vida e uma morte. A nossa experiência vivida permite-nos interpretar o início e uma parte da vida, mas ainda não a morte. Contudo, tanto é legítimo admitir que esta resulta do próprio fim do capitalismo como de modificações no processo de acumulação capitalista de natureza estrutural. No primeiro caso estaremos perante o fim da inflação como resultado da liquidação das contradições antagónicas do sistema, enquanto no segundo estas expressar-se-ão inevitavelmente de outras formas que continuam a ser estranguladoras do desenvolvimento pleno da economia e da sociedade.

A noção de aumento crónico de preços tem que ser encarada nessa relatividade histórica e não como indicador da inexistência de fim para a inflação, mesmo no quadro do capitalismo.

c) Será lógico admitir que a periodização da inflação reflicta uma periodização da acumulação portuguesa, da natureza e dinâmica interna das relações sociais de produção. Hipótese expressa em todos os resultados considerados ao longo das páginas deste capítulo e que parece encontrar algum sustentáculo

empírico quando comparado com as grandes periodizações da economia[127] e com as possíveis de esboçar para Portugal.[128]

127 Ex. a feita pelos Marxistas para o capitalismo monopolista e o capitalismo monopolista de Estado, a que considera para o período mais recente a transnacionalização do capital como uma fase nova, a esboçada pelos autores franceses assentes no conceito de "regulação"

128 Aqui os trabalhos são mais raros e frequentemente não abraçam todo o período por nós considerado, mas poderíamos referir a título de mero exemplo que Romão no período 1960 até aos dias de hoje considera três períodos na acumulação na economia portuguesa. Os dois primeiros correspondem à nossa segunda fase de transição que, numa análise mais fina, seria susceptível de uma subdivisão e, a última, à fase de amadurecimento da inflação. Ver Romão, "A Economia Portuguesa ..., Romão, Portugal face ... e Romão (aavv), "Croissance et crise ...

# Capítulo 2: Anexos

## 2.A. Justificação dos anexos. Sua apresentação

### 2.A.1. Justificação da sua existência

É neste capítulo que pela primeira vez surge a necessidade de introduzir um conjunto de anexos, de dimensão não despicienda e com um vasto conjunto de informações. Torna-se necessário justificar minimamente a sua existência e explicitar as razões da sua sequência, até porque a sua concatenação lógica diferencia-se da implicitamente apresentada no corpo central deste capítulo.

No processo de investigação tivemos que recolher um conjunto de informações, quase todas de natureza estatística, que, depois de organizadas, tratadas de acordo com os fins em vista e com os métodos disponíveis, estiveram na base das conclusões teóricas que foram expressas neste capítulo. A organização destes materiais, associada ao método de investigação, obedeceu mais à disponibilidade dos dados que a qualquer outra razão.

Assim, por exemplo, enquanto no método de exposição, constante do capítulo, nós fizemos uma periodização dos preços e salários atendendo a critérios conceptuais e à sua lógica interna, e analisamos as características da estrutura de preços, aqui, nestes anexos, os períodos considerados obedecem exclusivamente as disponibilidades estatísticas e procede-se à sua mera descrição.

A disponibilidade para o leitor destes materiais de suporte pareceu-nos justificável por uma razão moral e por preocupações científicas. Com efeito se algumas conclusões foram retiradas a partir do acesso a um determinado manancial de informações e o leitor deve ter a possibilidade, sem esforços adicionais, de verificar a justeza daquelas. Por outro lado, uma investigação científica é sempre mais um ponto de partida que de chegada. Da leitura de um trabalho que transmita novos avanços científicos (o que esperamos que aconteça com o presente, apesar das suas limitações) um novo conjunto de questões despoleta-se e novas pesquisas têm que ser iniciadas. Assim sendo, o fornecimento da informação a todos aqueles

que possam vir a tentar rasgar esses novos horizontes constitui uma poupança de energia social.

Enquanto os capítulos da tese abordam os assuntos centrais de uma forma teórica, seguindo sempre que possível o método de exposição, os anexos compilam todas as informações relevantes que serviram de sustentáculo às conclusões obtidas.

### 2.A.2 Apresentação dos anexos seguintes

Como já vimos o essencial da caracterização da inflação passa pelo relacionamento entre salários e preços, por um lado, e valor, pelo outro. Como aqueles são a expressão fenomenológica é sobre eles que incide as disponibilidades estatísticas (do anexo B ao H). A captação do movimento do valor só é viável indirectamente, a tal se procedendo no anexo I. O anexo J é uma miscelânea.

Durante a abordagem destas problemáticas tivemos a preocupação de relacionar de forma muito estreita as categorias de preços e salários. Contudo as informações sobre uns e outros surgem diferenciadas pelo que aqui se procedeu de forma correspondente: preços dos anexos B a G e salários no anexo H. Se o volume ocupado por uns e outros é diferente tal não resulta de qualquer hierarquização conceptual, mas tão somente de dois factos: há muito mais material disponível sobre preços, nomeadamente de natureza histórica, que sobre salários; muitos aspectos do tratamento sobre os salários pode ser remetido para o anteriormente feito sobre preços.

Na medida em que o essencial da explicação da inflação se encontra em factores de ordem interna, a análise dos preços internos constituí o essencial, ocupando do anexo B ao F. As comparações internacionais, de cariz bastante sintético, indubitavelmente exigindo posteriores análises, ocupam o anexo G.

O levantamento histórico dos preços foi a primeira preocupação. Os materiais foram organizados de acordo com o existente: antes de meados do século XIX as informações estavam bastante dispersas (para além de que sendo um período anterior ao capitalismo em Portugal não constituía uma preocupação central da investigação), pelo que foram globalmente integradas no anexo B; de então até 1914 havia uma grande lacuna de informação que tentamos colmatar, conforme se pode ver no anexo C; depois daquela última data o sistema estatístico nacional começa a publicar dados, os quais foram organizados no anexo D.

Como o comportamento cíclico dos preços (e salários) apresentavam particular relevância, para analisar alguns aspectos (captação do estrutural pelo conjuntural), sobre tal nos debruçamos nos dois anexos seguintes: anexo E para os ciclos médios e o anexo F para os ciclos longos.

## 2.B. Evolução dos preços antes da segunda metade do século XIX

A história dos preços desde o início da nacionalidade ainda está por fazer entendendo por aquela a quantificação e a apreciação qualitativa. Estava totalmente fora dos nossos propósitos a superação dessa lacuna. As apreciações seguintes reflectem indubitavelmente esse facto.

Apesar disso existem diversas apreciações qualitativas sobre os preços[129] e quantitativas, sobretudo a partir do século XVI[130]. Além disso existem diversos estudos sobre vários agregados que exercem uma influência sobre os preços, tais como a emissão monetária, a quebra da moeda. Mais grave é a quase total ausência de informação sobre os salários apesar do carácter secundário dessa categoria por duas razões conhecidas: as relações mercantis ainda não eram dominantes; a força de trabalho apenas surgia como categoria autónoma em alguns poucos sectores da economia, não apresentava no contexto nacional a natureza de mercadoria[131] .

Também muitos estudos existentes, sobretudo para o período mais recente abrangido por este anexo, tem um conjunto de limitações para os nossos propósitos, de que as mais importantes são, por um lado, o carácter empiricista de diversos trabalhos, que não ensaiam, ou fazem-no de uma forma incompleta, a edificação de explicações profundas dos fenómenos e, por outro, a demasiada preocupação por observações de natureza conjuntural.

129 Chamamos particularmente a atenção para Castro, A Evolução Económica ... vol.II e IX História Económica ... vol.II

130 Veja-se por exemplo Coelho, "Preços ..., Godinho, "Flutuações económicas ... Prix et ... "A Revolução dos Preços ... Justino, "Crises e 'Decadência' ..., Serrão (aavv), Dicionário

131 A única série relevante que encontrámos já publicada foi em Godinho, Prix

### 2.B.1. Do século XII ao XV

Dada a escassez de informação sobre os preços neste período, tornou-se particularmente imperioso recorrer a alguns indicadores adicionais. Analisemos, pois, os preços por diversos indicadores.

#### 2.B.1.1. Preços

Só tem sentido falar de preços para mercadorias, pelo que aqueles têm a relevância social e o âmbito geografico-económico que tiver cada mercado específico e o seu conjunto articulado. Por isso não é estranho que para este período sejam os preços dos produtos agrícolas aqueles que mais frequentemente são referidos e só para uma determinada região.

Estávamos ainda muito longe da formação do mercado nacional, pelo que por força de razão, não é possível falar de preços nacionais:

> "No que respeita, por exemplo, ao preço dos cereais, conheceu provavelmente a Idade Media portuguesa três grandes áreas 1. Entre Douro e Minho, Beira e Trás-os-Montes, com certa elevação de preços na cidade do Porto; 2. Estremadura (incluindo o Ribatejo) e Alentejo, possuindo como 'barómetro' as cidades de Santarém e de Évora; 3. Lisboa e o Algarve"[132].

São grandes os entraves à medição da evolução de preços, mesmo de mercadorias particulares por ausência de séries suficientes de dados e pelas dificuldades de junção das diversas informações, pairando sempre um conjunto de dúvidas sobre a validade das conclusões.

Segundo uns[133] entre o século XI e os fins do XIII o preço do trigo expresso em moeda corrente (deduzo) aumentou de 6 a 8 vezes e desde esta última data até meados do século seguinte aumentou entre 1,4 e 2,2 vezes. Segundo outros dados entre 1470 e 1480 o preço do trigo seria de 10 reais e em 1490 de 15 a 20 reais. Assim, para este período mais recente:

> "uma estabilização e mesmo baixa até ao decénio de 1470-80, que a desvalorização da moeda não nos deve fazer esconder. Se de 5 reais, qual era nos fins da penúltima década do século XIV, o preço do trigo passa para 10 reais até 1470-1480, não significa isso que o preço efec-

132 Serrão (aavv), Dicionário ..., entrada "Preços na Idade Média".
133 Idem

tivo tivesse aumentado, visto que a moeda pela mesma época se desvalorizou em mais de metade."[134] .

Segundo outros dados[135] os números-índice do preço prata do trigo para diversas localidades seriam os seguintes:

| | |
|---|---|
| 1190 | 100 |
| 1258 | 141 |
| 1275 | 193 |
| 1389 | 122 |
| 1414 | 104 |

sobre cuja leitura devem existir algumas preocupações porque

"a subida particular do preço da prata foi um facto, sobretudo no terceiro quartel do século XIV (...) pelo que exprimir o preço do trigo neste metal não traduz a real evolução do seu valor real"[136] ,

embora também não seja essa a nossa preocupação.

Deste muito breve percurso sobre preços neste remoto período da nossa história poderemos constatar, para além dos comentários já anteriormente feitos, dois factos:

1. É possível admitir a existência de *subidas e descidas de preços, podendo umas e outras apresentar uma relativa constância*;
2. *Os preços podem ser medidos em diferentes unidades*, o que, por um lado, reflecte com grande transparência a própria natureza do preço e por outro, a *impossibilidade de se falar em sistema monetário* – a eventual existência de diversas moedas ainda não se traduzia numa articulação interna capaz de transformar cada uma *per si* em parte indissociável (tipos de moeda) num todo (sistema monetário).

### 2.B.1.2. Outros indicadores

Um facto que influenciava fortemente os preços expressos em unidades monetárias era a *quebra da moeda*.

Esse procedimento, sobejamente conhecido, era uma expressão "da intervenção coerciva da autoridade monetária, no nosso país o monarca, que fixava o número de unidades a cunhar em cada marco de

134 Idem

135 Castro, A evolução económica ...,

136 Idem, vol.IX, pág. 402

> ouro ou de prata de metal, estabelecendo ainda o preço de compra do metal pelas casas da moeda. Além disso o valor nominal de cada peça era também fixado autoritariamente pelo soberano (incluindo além do valor intrínseco dos metais o próprio custo da amoedação e um valor de imposição, a senhoriagem)"[137]

que então reflectia um fenómeno intrínseco à moeda, pelo menos a partir de uma certa fase do seu desenvolvimento, e que ainda hoje se mantém: a sobredeterminação política da moeda, assunto que oportunamente nos irá ocupar pormenorizadamente.

Essa quebra da moeda constituía uma prerrogativa régia, consuetudinariamente admitida com uma certa periodicidade,

> "podendo esta operação de 'britar a moeda' ser substituída pelo lançamento duma contribuição extraordinária"[138]

Foram utilizados três métodos de quebrar a moeda: a) diminuir a percentagem de ouro ou prata em cada moeda aumentando a dos restantes metais da liga; b) diminuir a quantidade de metal nobre com correspondente impacto no peso da moeda; c) aumentar o valor facial sem alteração no peso e liga. Evidentemente que pode haver uma combinação total ou parcial destes diversos métodos.

A importância desta prática pode ser medida pela relação da moeda portuguesa com outra moeda (embora esta também possa estar sujeita a similares erosões) ou com uma certa quantidade de metal precioso. Embora uma quantificação rigorosa seja extremamente difícil, algumas existem que nos dão uma expressão bastante significativa do fenómeno, como a que consta dos quadros seguintes tomando como referência o marco de prata de 11 dinheiros (230 gramas de prata com uma pureza de 11/12):

**Valorização (número de vezes) do metal prata em relação à moeda**

| | |
|---|---|
| 1263/1252 | 33 |
| 1282/1252 | 25 |
| 1355/1252 | 125 |
| 1387/1252 | 3 500 |
| 1391/1252 | 16 766 |

137 Castro, História Económica ..., vol,II, pág. 268
138 Idem, pág. 270

| | |
|---|---|
| 1415/1252 | 76 900 |
| 1473/1252 | 551 150 |
| 1490/1252 | 664 900 |

Fonte: Castro, História Económica ... II-272

**Taxa média de valorização do metal prata em relação com a moeda portuguesa (% por ano)**

| | |
|---|---|
| 1252–1370 | + 5,7 |
| 1370-1383 | -9,2 |
| 1383-1398 | + 40,1 |
| 1398-1406 | -12,4 |
| 1406-1436 | + 11,1 |
| 1436-1514 | + 1,4 |
| 1252-1514 | + 3,4 |

Fonte: Castro, História Económica ... II-272

Destes quadros resulta com muita clareza a tendência macro-temporal para a desvalorização da moeda nacional embora numa decomposição em períodos mais curtos seja possível vislumbrar movimentos de sentidos inversos.

Embora com todo o cuidado que séries curtas exigem, correndo -se sempre o risco de tomar por tendência o acidental, será também de referir o facto do período em que se registou maior desvalorização da moeda ter sido o de 1383-1398, o qual está associado a grandes dinâmicas sociais.

Com a quebra da moeda os preços aumentavam bruscamente.

Um outro fenómeno, associado ao referido anteriormente, que indubitavelmente tem impactos sobre os preços são as próprias alterações do valor dos metais preciosos, essencialmente a prata e o ouro. é fenómeno testemunhado em múltiplas e variegadas situações[139] de que apenas aqui citamos um exemplo:

> "No segundo quartel deste século [sec. XV] deve ter-se verificado um certo afluxo de ouro e de prata ao País, o que permitiu a revalorização monetária nessa altura operada"[140]

139 Veja-se, por exemplo, Lepidi, L'Or..., Serrão (aavv), Dicionário ..., entrada "Prata" Vilar, L'Or ...

140 Da referida entrada de Serrão (aavv), Dicionário ...

E a alteração do valor de um dos metais era suficiente para influenciar sobre o valor da moeda por dupla via: através do processo de troca entre as moedas em circulação, com predominância de um dos metais ricos; pelo desajustamento, que não era um fenómeno exclusivo desta situação, entre o "preço mercantil" e o "preço monetário" dos referidos metais.

Não existem elementos para uma periodização e quantificação rigorosa, mas é possível dar alguma ideia sobre o seu movimento:

> "No plano geral registe-se que o valor relativo do ouro sofreu uma alta importante entre 1250 e 1320, manteve-se estável em relação à prata até cerca de 1400, voltando o metal amarelo a valorizar-se fortemente desde aí até meados do século XV, tendo-se sensivelmente estabilizado depois e crescido o valor relativo da prata nos primórdios do século XVI. De uma maneira aproximada, o valor do ouro neste período final que se assinalou aqui, o ouro valeu entre 10 a 13 vezes ou mais ainda o valor da prata (relação entre 1:10 e 1:13)"[141]

Não nos é viável isolar o impacto deste fenómeno sobre os preços.

Também a *produtividade* tem impactos sobre os preços, particularmente quando é analisada nesta dimensão macrotemporal a que agora estamos a proceder.

Contudo a possibilidade de quantificar o aumento da produtividade verificada ao longo destes séculos está posta fora de causa. A única coisa que é seguro é a sua tendência ascendente.

Enfim, os diversos preços de uma mesma mercadoria num mercado é a confluência da alteração do seu próprio valor, do valor dos metais utilizados nas moedas, de amplitude inferior a que se viria e registar nos séculos seguintes, do exercício do poder de senhoriagem e das prerrogativas régias em relação á moeda, manifestada de forma mais significativa na quebra da moeda (recorde-se que neste período, no nosso país, não havia moeda-papel).

Se agora considerarmos uma outra dinâmica, numa dimensão temporal diferente será ainda de acrescentar a influência da oferta e da procura, que apresentava então um conjunto de características próprias, historicamente limitadas. Se diversos factos mostram que também então o preço variava no mesmo sentido da procura e em sentido inverso da oferta, as especificidades são muitas, particularmente visíveis quanto à reduzida amplitude das suas variações[142]. Com efeito a *oferta e procura*, mesmo quando localizada

141 Castro, História Económica ..., pág. 264/5

142 Sobre a especificidade da oferta e procura nessa época remota veja-se Castro, a Evolução Económica ... vol.IX, pág. 77 e seguintes.

num mercado específico, limitado no espaço e no tempo e, consequentemente acarretando uma grande carga de aleatoriedade na sua manifestação fenomenológica, são sempre *uma expressão da estrutura global da sociedade*. Neste caso do reduzido desenvolvimento dos transportes, da existência de barreiras senhorias ou dos grémios municipais, dos limites da técnica produtiva, da estabilidade da repartição da riqueza, da autonomia dos fenómenos demográficos, do carácter rudimentar dos meios de comunicação com impacto sobre os gostos, das leis senhoriais (ex. relegos, almotacarias), dos monopólios existentes, etc.

Todos estes aspectos têm que ser estudados bastante mais em detalhe e, sempre que possível, quantificados. Para rematar este apanhado de informações relacionadas com os preços chamemos apenas a atenção para um facto, começando pela referência exemplificativa:

> "Com a eclosão das sucessivas guerras contra Castela aquém de 1369 sucedem-se também emissões enfraquecidas, tanto os novos gentis, moeda de metal fulvo, como sobretudo moedas de prata, caminhando -se no sentido da circulação de meras espécies de bilhão: a barbuda e o grave eram batidos na lei de 3 dinheiros (as restantes 9 partes eram de cobre) com 53 moedas no marco daquela e de 120 peças no marco quanto ao grave; a quebra que aquela moeda traduzia relativamente a antiga moeda era de 10,757 vezes! (18 libras e 14 soldos em moedas antigas equivaliam agora a 195 libras barbudas), sendo a quebra ainda maior quanto ao grave, ambos naturalmente com os seus submúltiplos (meia barbuda e quarto de barbuda). A desvalorização traduz-se como assinala Vitorino Magalhães Godinho, em 6 vezes quanto as barbudas e em 9,5 vezes em relação aos graves, embora os povos calculem a alta dos preços em 4 vezes (...)"[143]

A moeda é componente intrínseca do preço, as suas alterações repercutem-se neste, mas neste movimento existe um conjunto de interferências, cuja interpretação teórica não é passiva. Deixaremos uma leve referência a este assunto para momento oportuno (quando analisarmos a moeda no capítulo 4 embora esteja fora de causa fazer a interpretação histórica do fenómeno aqui referido, que ressurgirá nos períodos de estudo seguintes), dizendo aqui apenas que o que chamamos de «interferência» pode ter natureza muito diversa: ou resulta da actuação conjunta de outro factores influenciadores dos preços, ou e a expressão da existência de um "campo de intermediação" que tanto pode ser de natureza económica, como política ou mesmo ideológica (a aceitação do símbolo).

143 Castro, História Económica ..., pág. 405

### 2.B.2. A revolução dos preços

O estudo do que ficou conhecido na história por "revolução dos preços" é particularmente importante para o nosso propósito, como o seu próprio nome permite deduzir, porque fornece um vasto conjunto de ensinamentos sobre os preços e a sua interpretação e também porque teve impactos sobre a globalidade da dinâmica social.

Deste ponto de vista é importante não esquecer que

> "La 'revolución de los precios' represento uno de los factores de la acumulación originaria del capital, acelerando la descomposición del feudalismo y el desarrollo, en su seno, de las nuevas relaciones capitalistas, que ya habian aparecido en Europa occidental"[144]

ou, como diz Godinho

> "Não há dúvida: a crise de meados do século XVI é uma viragem estrutural"[145]

Permitiu uma acumulação de riqueza monetária, a perda do poder de compra dos rendimentos fixos (ligados as classes em decadência) e a expansão do comércio em varias amplitudes geográficas.

Também está na origem das primeiras formulações da teoria quantitativa da moeda, assim como de outras interpretações.

Não é um fenómeno que possa ser estudado simplistamente:

> "De 1500-25 à 1598-1630: essor de l'Europe et révolution des prix; il importe de bien saisir les rapports entre l'extension du marche mondial (Extrême-Orient, Amérique), la circulation de l'or, de l'argent (qui devient essentiel par sa masse), enfin du crédit, et d'autre part l'apparition de économies nationales en progrès (mercantilisme); il faut voir comment l'afflux indirect des métaux précieux en Europe continentale et en Angleterre peut stimuler la production, tandis que leur afflux direct et massif tue l'économie espagnole, qui semblait avantagée à l'origine"[146]

Nós, nos apontamentos seguintes, não visamos fazer a história da «revolução dos preços», mas tão somente algumas quantificações sobre a evolução dos preços durante este período, aproveitando os materiais laboriosamente compilados por historiadores[147].

De uma forma genérica podemos dizer que o século XVI é caracterizado por uma tendência ao aumento de preços. A taxa média de crescimento do preço do trigo, tomado como exemplo e confirmado por outras informações, é de 2,07% ao ano. Por ocasião da fome de 1521 o pão aumentou quatro vezes em dez anos. Entre 1540/1550 e

144 Avdakov (aavv), História Económica ..., pág. 212

145 Godinho, "Flutuações ..., pág. 270

146 Vilar, Or et ..., pág. 46

147 Será de destacar os trabalhos de Godinho

1580/1590 os preços das especiarias de Cochim aumentaram entre 2 e 2,5 vezes. Mais do que um simples acompanhamento de um fenómeno com uma amplitude geográfica maior:

> "A alta foi portanto mais continua e acentuada nos mercados portugueses, e também mais precoce, do que nos do Norte da França, onde só descola verdadeiramente depois de 1542, vindo a acelerar apenas por alturas de 1560".[148]

A título exemplificativo veja-se a dinâmica do preço do trigo na Ilha de s. Miguel (preço do trigo em reais) durante quase todo o século XVI[149]. A tendência global é de crescimento a taxa anual média de 2%.

Se este é um fenómeno que nos deve reter a atenção, gostaríamos aqui de chamar particularmente a atenção para o facto desta tendência altista dos Preços não anular a existência de grandes movimentos de alta e de baixa, mesmo excluindo anos anormais como os de 1524 e 1575 (anos de fome). Alternância que pode ser medida ano a ano, ou no contexto do movimento cíclico, como consta do quadro seguinte, transcrito da referida fonte:

**Diferença de cada média cíclica para precedente (%)**

| | |
|---|---|
| 1526-1532 | + 42,4 |
| 1533-1537 | – 3,9 |
| 1538-1542 | + 49,0 |
| 1543-1544 | + 5,2 |
| 1545-1547 | + 9,5 |
| 1548-1554 | – 6,3 |
| 1555-1560 | + 29,9 |
| 1561-1565 | + 11,1 |
| 1566-1569 | – 2,6 |
| 1570-1573 | + 5,7 |
| 1574-1581 | – 2,1 |
| 1582-1590 | + 39,2 |
| 1591-1594 | + 7,7 |

Fonte: Godinho, "A Revolução dos ... , pág. 234

148 Godinho, "A Revolução dos preços ..., pág. 236

149 Idem, p. 231/232

Se estes valores apontam para uma dinâmica dos preços extremamente forte, tomando como referência aquilo que se tinha verificado até então, a sua leitura hoje não deixa de sugerir uma certa acalmia, contraponto do que actualmente se passa.

Para a interpretação global deste fenómeno diversos têm sido os argumentos trazidos para a cena da argumentação teórica e

> "a maioria dos historiadores que se ocupam do século, e mesmo dos economistas, têm-no relacionado sobretudo com a inundação de metal branco vindo do México e do Peru"[150] .

É sem dúvida uma alusão correcta, embora não global, mas que carece de uma formulação mais rigorosa na medida em que a referência anterior pode ser susceptível de diversas leituras.

> "A los contemporáneos le resultaban inconcebibles las causas de tan extraío fenómeno, y lo atribuían a intrigas de los monopolios comerciales o, en el caso de España, a la emigración del oro y de la plata al extranjero. Fue Marx quien dio la única explicación acertada, señalando como causa el abaratamiento del oro y de la plata, que, en la mayoría de los casos, no costaban absolutamente nada a los aventureros coloniales, quienes los maltrataban en Europa a cambio de los articulos que necesitaban. Cuando los españoles, acaudillados por Pizarro, conquistaran el Peru, en 1531-1532, los soldados llegaran a herrar a sus caballos con plata. La subsiguiente explotación del trabajo gratuito de los indígenas en las minas de plata de México y de otros países, asi como la amplia utilización del método de la amalgama en la fundición de la plata (añadiéndole una mezcla de mercurio) provocaran un nuevo abaratamiento de los metales preciosos, una rebaja de su valor. En 1545 fueron descubiertos en Bolivia los famosos yacimientos argentíferos de Potosí."[151]

Explicação também aplicável à realidade portuguesa.

Ainda sobre as explicações desta tão famosa revolução dos preços, gostaria de chamar a atenção para alguns factos:

a) A moeda aparece como elemento explicativo importante, mas aquela tem que ser analisada *inserida no contexto social global*;

b) *os aspectos quantitativos e qualitativos dos metais preciosos e da moeda surgem interligados*, simultaneamente, mas só a captação dos segundos permite uma explicação coerente;

150 Godinho, "A Revolução dos preços ..., pág. 236

151 Avdakov (aavv), História Económica ..., pág. 211

c) face à surpresa de um determinado fenómeno surge quase espontaneamente uma tendência para personalizar as responsabilidades.[152]

### 2.B.3. Do século XVII ao fim da primeira metade do século XIX

Embora exista uma lógica interna comum a estes diversos períodos e, o que mais nos interessa aqui, uma concentração de fontes informativas para os preços durante todo este período, por razões de facilidade de exposição faremos uma decomposição.

#### 2.B.3.1. Século XVII

Para uma primeira abordagem consideremos o preço do azeite, conforme consta do quadro seguinte:

**Variação dos preços do azeite (%)**

| Ano | reis | g. prata |
|---|---|---|
| 1626 | -28,26 | -28,01 |
| 1628 | 30,22 | 30,22 |
| 1629 | 22,22 | 22,22 |
| 1630 | 0 | 0 |
| 1631 | 8 | 8 |
| 1632 | 0 | 0 |
| 1633 | -22,22 | -22,22 |
| 1634 | 10,91 | 10,91 |
| 1635 | 0 | 0 |
| 1636 | -25,24 | -25,51 |
| 1637 | 7,97 | 7,70 |
| 1638 | 2,96 | 2,96 |
| 1639 | 8,78 | 8,78 |
| 1640 | 6,06 | 6,06 |

152 Sobre este assunto veja-se igualmente Avdakov (aavv).

| | | |
|---|---|---|
| 1641 | -20,66 | -39,59 |
| 1642 | 12,21 | 12,40 |
| 1643 | 16,22 | 16,03 |
| 1644 | 24,82 | 8,65 |
| 1645 | -15,99 | -15,99 |
| 1646 | 2,16 | 2,16 |
| 1647 | -15,80 | -15,80 |
| 1648 | 7,49 | 7,49 |
| 1649 | 4,03 | 4,03 |
| 1650 | 13,89 | 13.89 |
| 1651 | 0,31 | 0,31 |
| 1652 | 14,12 | 14,12 |
| 1653 | -11,41 | -11,41 |
| 1654 | 11,24 | 11,24 |
| 1655 | 8,33 | 8,33 |
| 1656 | 4 | 2,62 |
| 1657 | -15,18 | -13,81 |
| 1658 | 3,43 | 3,43 |
| 1659 | -11,80 | -11,80 |
| 1660 | 18,16 | 18,16 |
| 1661 | 1,79 | 1,79 |
| 1662 | 8,88 | 8,88 |
| 1663 | -14,13 | -23,59 |
| 1664 | 0,10 | 0.09 |
| 1665 | 1,88 | 1,88 |
| 1666 | 19,21 | 14,81 |
| 1667 | 7,47 | 7,47 |
| 1668 | 5,05 | 5,05 |
| 1669 | -11,67 | -11,82 |
| 1670 | 7,52 | 7,37 |
| 1671 | 2,34 | 2,34 |

| | | |
|---|---|---|
| 1672 | 16,46 | 16,45 |
| 1673 | -14,37 | -22,61 |
| 1674 | 6,88 | 6,88 |
| 1675 | -12,41 | -12,41 |
| 1676 | 4,32 | 4,34 |
| 1677 | 9,72 | 9,70 |
| 1678 | 18,94 | 18,94 |
| 1679 | -23,63 | -23,63 |
| 1680 | 23,96 | 23,96 |
| 1681 | 28,07 | 28,07 |
| 1682 | -29,83 | -29,83 |
| 1683 | 1,66 | 1,69 |
| 1684 | 5,76 | 5,79 |
| 1685 | 2,76 | 2,76 |
| 1686 | -24,77 | -24,77 |
| 1687 | 6,76 | 4,78 |
| 1688 | -13,90 | -13,90 |
| 1689 | 10,94 | 5,30 |
| 1690 | 16,88 | 16,87 |
| 1691 | 19,89 | 18,62 |
| 1692 | -13,13 | -11,85 |
| 1693 | 8,38 | 8,38 |
| 1694 | 28,50 | 28,50 |
| 1695 | 12,12 | 12,12 |
| X1696 | -26,19 | -26,19 |
| 1697 | 7,84 | 7,84 |
| 1698 | 1,99 | 1,99 |
| 1699 | 21,22 | 21,21 |
| 1700 | -16,26 | |
| 1701 | 7,48 | |
| 1702 | 6,12 | |

| | |
|---|---|
| 1703 | 21,24 |
| 1704 | -30,10 |
| 1705 | -10,67 |
| 1706 | 0,54 |
| 1707 | 1,80 |
| 1708 | -13,60 |
| 1709 | 5,51 |
| 1710 | 4,42 |
| 1711 | 44,25 |
| 1712 | 35,21 |
| 1713 | 2,44 |
| 1714 | -13,31 |
| 1715 | 6,36 |
| 1716 | -40,70 |
| 1717 | -18,66 |
| 1718 | 1,83 |
| 1719 | 22,96 |
| 1720 | -18,91 |
| 1721 | -17,10 |
| 1722 | 11,61 |
| 1723 | 3,75 |
| 1724 | 7,66 |
| 1725 | -24,72 |
| 1726 | 0,23 |
| 1727 | -17.15 |

Fonte: Serrão (aavv), Dicionário... entrada "Preços"

Da sua leitura facilmente se deduz que para o período de 1626 -1728 houve uma taxa média anual de crescimento dos preços de 0,8%, só por si bastante significativa pela sua relativa modéstia, por um lado, e por não ter havido a seguir à revolução dos preços uma duradoira inversão do processo da sua evolução.

Esta macrodinâmica foi concomitante com uma alternância de subidas e descidas de preços, captáveis anualmente (51 anos com subidas e 46 com descidas, sendo os restantes de estabilidade total) ou por períodos mais amplos. Assim no período 1625-1641 houve uma tendência a baixa dos preços com uma taxa media anual de -1,86%, para ente 1642 e 1675 passar a haver uma tendência a alta à taxa de 1%. É nos 36 anos seguintes que se verifica a mais forte tendência à alta, com uma taxa média anual de 1,65%. Finalmente de 1712 a 1730 assiste-se a uma forte (poderíamos mesmo falar em muito forte, dados os valores relativos daquela época) tendência à baixa dos preços: -4,20% ao ano. Para a globalidade do período temos a tendência expressável econometricamente por[153].

$$\log PA = \underset{(155,022)}{6,778} + \underset{(10,518)}{076}\, t + e \qquad (t=1 \text{ para } 1625)$$

$R^2 = 0,516 \qquad F = 110,629 \qquad DW = 0,535$

sendo, contudo, mais correcto considerar quatro subperíodos, como dissemos, com as seguintes tendências

1) $\log PA1 = 7,056 - 0,01877\, t + e \qquad R^2 = 0,206 \qquad N = 17$

2) $\log PA2 = 7,295 + 9,82253\,(1/t) + e \qquad R^2 = 0,490 \qquad N = 34$

3) $\log PA3 = 6,240 + 0,01634\, t + e \qquad R^2 = 0,444 \qquad N = 39$

153 Aproveitemos este pretexto para elucidar alguns aspectos relacionados com a utilização da econometria:
a) As regressões são utilizadas para determinar tendências de evolução no tempo (e daí o frequente facto de t ser a variável "explicativa") ou a existência de relações entre variáveis. Esteve sempre fora dos nossos propósitos elaborar modelos econométricos ou testar a nossa tese por essa via (aliás inviável pelo tipo de relações qualitativas em jogo), donde a nossa pouca preocupação em recorrer a métodos econométricos mais sofisticados (como os utilizados por nós noutros trabalhos, aliás contestado por alguns autores que defendem a inoperacionalidade do que vai para além dos métodos econométricos mais elementares).
b) Por isso mesmo recorremos a um conjunto de regressões linearizáveis tipo, não se pondo o problema da justificação prévia de opção, quantas vezes perfeitamente mistificadora;
c) Os valores por baixo dos parâmetros são os t de estimação da probabilidade do parâmetro ser significativamente diferente de zero.
d) As regressões foram feitas em diversos períodos de trabalho de preparação da tese, que se estendeu por diversos anos. Tal fez com que, por vezes, houvesse pequenas diferenças de tratamento, mas pareceu-nos dispensável refazer os cálculos.
e) Muitas vezes, sobretudo quando a variável "explicativa" era t, não se pôs o problema de corrigir a autocorrelação. A sua própria existência era um indicador importante, permitindo medições adicionais. Quando se procedeu à sua correcção utilizou-se o método de K.R. Kaliyala (segundo Koutsoyiannis).
f) Nunca se analisou a homocedasticidade, não porque em alguns casos não fosse importante mas porque os métodos disponíveis exigiam um trabalho que se considerou excessivo face aos objectivos.

4) log PA4 = 2,222 + 501,800 (1/t) + e $R^2$ = 0,735
N = 14

com t = 1 para o início de cada subperíodo.

Os resultados são sensivelmente os mesmos quer se considerem os preços em moeda ou em prata, como é confirmado pelos quadros seguintes.

**Índice de preços do azeite em Lisboa (base 100 em 1672)**

| Anos | Em reis | Em prata |
|---|---|---|
| 1672 | 100 | 100 |
| 1673 | 86,60 | 86,60 |
| 1674 | 92,77 | 92,77 |
| 1675 | 81,93 | 81,93 |
| 1676 | 85,54 | 85,56 |
| 1677 | 94,28 | 94,28 |
| 1678 | 114,01 | 114,01 |
| 1679 | 89,91 | 89,91 |
| 1680 | 114,38 | 114,38 |
| 1681 | 151,73 | 151,73 |
| 1682 | 112,35 | 112,35 |
| 1683 | 114,23 | 114,26 |
| 1684 | 107,83 | 107,83 |
| 1685 | 104,89 | 104,89 |
| 1686 | 81,78 | 81,78 |
| | 81,78 | 80,17 |
| 1687 | 87.50 | 85,78 |
| 1688 | 76,13 | 74,64 |
| | 76,13 | 63,44 |
| 1689 | 84,94 | 70,78 |
| 1690 | 100,60 | 83,82 |
| 1691 J | 122,82 | 101,03 |
| 1692 | 107,68 | 89,73 |
| 1693 | 99,02 | 82,52 |
| 1694 | 131,93 | 109,94 |
| 1695 | 148,95 | 124,12 |

| | | |
|---|---|---|
| 1696 | 114,46 | 95,38 |
| 1697 | 123,80 | 103,16 |
| 1698 | 126,28 | 105,23 |
| 1699 | 156,25 | 130,21 |

Fonte: Serrão (aavv), Dicionário ... ent."Preços"

As conclusões obtidas a partir do preço do azeite em Lisboa (informação mecurial) são quase integralmente confirmadas pelas obteníveis a partir da evolução dos preços dos cereais em Viana do Castelo, conforme se vê pelo quadro seguinte:

**Índice de preços dos cereais (trigo, milho e centeio) em Viana do Castelo Base 100 em 1672**

| Anos | em reis | em prata |
|---|---|---|
| 1672 | 100 | 100 |
| 1673 | 133,11 | 133,11 |
| 1674 | 119,62 | 119,62 |
| 1675 | *120,17 | *120,16 |
| 1676 | 128,18 | 128,18 |
| 1677 | 137,80 | 137,80 |
| 1678 | 135,30 | 135,30 |
| 1679 | 122,50* | 122,50* |
| 1680 | 170,98 | 170,98 |
| 1681 | 128,37 | 128,37 |
| 1682 | 120,30 | 120,30 |
| 1683 | 138,14 | 135,39 |
| 1684 | 149,62 | 146,64 |
| 1685 | 165,95 | 162,65 |
| 1686 | 137,29 | 138,57 |
| 1687 | 89,47 | 90,82 |
| 1688 | 106,97 | 89,14 |
| 1689 | 119,58 | 99,64 |
| 1690 | 150,60 | 125,49 |
| 1691 | 149,28 | 124,48 |
| 1692 | 165,82 | 138,76 |

| | | |
|---|---|---|
| 1693 | 185,45 | 155,45 |
| 1694 | 228,03 | 190,03 |
| 1695 | 231,30 | 192,75 |
| 1696 | 218,79 | 182,32 |
| 1697 | 214,09 | 176,43 |
| 1698 | 294,83 | 245,69 |
| 1699 | 220,43 | 249,70 |
| 1700 | 194,28 | 220,43 |
| 1701 | 172,61 | 143,83 |
| 1702 | 249,85 | 208,20 |
| 1703 | 369,73 | 308,83 |
| 1704 | 328,79 | 273,98 |
| 1705 | 174,32 | 145,26 |
| 1706 | 205,23 | 171,02 |
| 1707 | 220,91 | 184,09 |
| 1708 | 245,83 | 204,85 |
| 1709 | 371,89 | 310,60 |
| 1710 | 448,64 | 373,86 |
| 1711 | 445,45 | 370,34 |
| 1712 | 369,55 | 308,68 |
| 1713 | 227,73 | 189,77 |
| 1714 | 270,61 | 225,50 |
| 1715 | 239,09 | 197,26 |
| 1716 | 247,05 | 205,86 |
| 1717 | 185,53 | 154,60 |
| 1718 | 129,55 | 108,27 |
| 1719 | 166,06 | 138,71 |
| 1720 | 244,02 | 203,32 |
| 1721 | 258,41 | 215,34 |
| 1722 | 229,39 | 191,16 |
| 1723 | 183,64 | 153,03 |
| 1724 | 207,95 | 173,29 |
| 1725 | 247,27 | 206,06 |
| 1726 | 275,45 | 229,54 |
| 1727 | 231,89 | 193,24 |

| | | |
|---|---|---|
| 1728 | 249,70 | 208,08 |
| 1729 | 227,73 | 189,77 |
| 1730 | 242,50 | 202,06 |

Fonte: Serrão (aavv), Dicionário ... ent."Preços"
Obser: O índice foi obtido por média aritmética simples de cada um dos três cereais.
(*) não existem dados para um dos cereais.

Com efeito as tendências principais são as mesmas embora existam algumas diferenças na intensidade dos movimentos anuais (por exemplo, as altas de preços do azeite de 1680, 1691 e 1695 foram muito menos violentas para os cereais em Viana do Castelo, a alta dos preços do azeite em Lisboa durante 1711-1715 existiu também para os cereais em Viana durante quatro anos, mas durante 1709 -1712, na década 1718-1728 houve um período de baixa comum). No entanto, dada a diferente natureza das mercadorias em causa quanto ao seu valor de uso e à distância regional dos dois mercados (apesar de Godinho[154] considerar que tanto Viana do Castelo como Lisboa pertencem ao mesmo grande conjunto geográfico-económico em que o País seria decomponível), será de salientar as semelhanças e as diferenças e tomar a anterior leitura como expressiva de uma realidade com relativa generalidade.

Pensamos que será ainda de salientar algumas curiosidades:

a) Como é sabido, em 1687 apareceu, embora esporadicamente, o papel-moeda em Portugal.

> "Em Portugal a moeda de papel com curso forçado, o papel moeda, só surge esporadicamente para a parte da circulação total em 1687 (em substituição da moeda metálica cerceada, isto é, desvalorizada pelo desgaste material que lhe tinha feito perder parte da sua substância metálica)"[155]

*Não se registam, nesse período, movimentos específicos de preços assinaláveis*.

b) Em 1686 e 1688 nos registos dos preços referidos em Lisboa existem dois preços em prata para um mesmo preço em moeda corrente. Tal facto deve-se a algumas providências legais que então foram tomadas em ralação a moeda:

> "A 17 de Outubro de 1685 adoptaram-se providências contra o cerceio das moedas novas, proibindo se aceitassem, quando cerceadas, tornando os criminosos no cerceamento incursos nas penas dos moedeiros falsos; e aqueles em poder de quem fossem encontradas,

154 Responsável pela referida entrada em Serrão (aavv), Dicionário ...
155 Castro, História Económica ... vol.II, pág. 264

sofreriam degredo para África por quatro anos, além da multa, perdimento da moeda, etc. Os que as possuíssem cerceadas, deveriam entregá-las no prazo de oito dias depois da publicação da lei, recebendo o valor do seu peso.
A 8 de Julho de 1686 revogou-se a disposição de 26 de Maio anterior, mandando que em vez de se marcar e encordoar a moeda antiga, se fundisse, para se cunhar a nova, procurando diminuir, quando possível, o custo do feitio. No regimento de 9 de Setembro do mesmo ano com relação a moeda de prata, diz o cap. 37: «De cada marco, valendo 5$100 reis, se há de fazer em dinheiro 5$300 (...) [o valor intrínseco da nova moeda seria 0,96226 da anterior]».

(...)
A lei de 4 de Agosto de 1688, sem alterar o peso, toque e cunho da moeda de oiro e prata, levantou-lhe 20 por cento no valor passando as moedas antigas com a contramarca de 500 a 600 reis, as de 250 a 300 reis (...)".[156]

c) A análise comparativa da evolução dos preços em reis e em prata em diversas localidades do país, como a que consta do quadro seguinte é insuficiente para generalizações.

**Rácio entre índices de preços em reis e em gramas-prata entre 1672 e 1699 para o azeite em Lisboa (A1) e os cereais em Viana do Castelo (A2) em %**

| Anos | A1 | A2 |
|---|---|---|
| 1672 | 100,00 | 100,00 |
| 1673 | 100,00 | 100,00 |
| 1674 | 100,00 | 100,00 |
| 1675 | 100,00 | 99,99 |
| 1676 | 100,02 | 100 ,00 |
| 1677 | 100,00 | 100,00 |
| 1678 | 100,00 | 100,00 |
| 1679 | 100,00 | 100,00 |
| 1680 | 100,00 | 100,00 |
| 1681 | 100,00 | 100,00 |
| 1682 | 100,00 | 100,00 |

156 (1) Aragão, Descrição Geral ... vol II, pág. 59 e seguintes.

| | | |
|---|---|---|
| 1683 | 100,03 | 98,01 |
| 1684 | 100,00 | 98,01 |
| 1685 | 100,00 | 98,01 |
| 1686 | 100,00 | 100,93 |
| | 98,03 | |
| 1687 | 98,03 | 101,51 |
| 1688 | 98,04 | 83,35 |
| | 83,33 | |
| 1689 | 83,33 | 83,32 |
| 1690 | 83,32 | 83,33 |
| 1691 | 82,26 | 83,39 |
| 1692 | 83,33 | 83,68 |
| 1693 | 83,34 | 83,82 |
| 1694 | 83,33 | 83,34 |
| 1695 | 83,33 | 83,33 |
| 1696 | 83,33 | 83,33 |
| 1697 | 83,33 | 82,41 |
| 1698 | 83,33 | 83,33 |
| 1699 | 83,33 | 83,33 |

No entanto chamamos a atenção parta alguns factos que podem vir a exigir um posterior estudo mais atento:

i) *em Lisboa as modificações do rácio os dois índices de preços (em reis e em prata) só se manifesta nos anos de decisão política sobre a moeda, apesar do evidente cerceamento da moeda*;

ii) a mudança do valor da prata e da paridade entre o ouro e a prata não afecta o referido rácio;

iii) *as desvalorizações oficiais* das moedas foram de 4,2% em 1686 e 20% em 1688 MAS os referidos rácios indicam 2% e 15%; iv) as desvalorizações do rácio em Lisboa foram em 1686 e 1688 mas em Viana foram em 1683 e 1688, e exactamente do mesmo montante.

Este conjunto de questões vem recolocar algumas das problemáticas já levantadas neste anexo para períodos anteriores

### 2.B.3.2. Século XVIII e princípios do seguinte

De uma forma muito genérica podemos dizer que no século XVIII há primeiramente uma tendência para a baixa dos preços e depois de 1730/1740 à estagnação até à oitava década. O fim deste século e o princípio do seguinte é um período caracterizado por um forte aumento dos preços seguido de uma baixa sensível.[157]

O quadro seguinte permite-nos analisar sinteticamente este período:

**Índice do preço (em reis) dos cereais (trigo, centeio e milho no Porto de 1740 a 1840 Base 100 em 1740**

| Anos | Índice | Anos | Índice | Anos | Índice |
|---|---|---|---|---|---|
| 1740 | 100 ,00 | 1774 | 102,3 | 1807 | 206,86 |
| 1741 | 104,52 | 1775 | 94,45 | 1808 | 179,68 |
| 1742 | 82,32 | 1776 | 92,86 | 1809 | 226,70 |
| 1743 | 85,05 | 1777 | 88,98 | 1810 | 309,95 |
| 1744 | 100,94 | 1778 | 109,31 | 1811 | 309,53 |
| 1745 | 85,14 | 1779 | 97,09 | 1812 | 311,49 |
| 1746 | 92,91 | 1780 | 116,73 | 1813 | 269,66 |
| 1747 | 114,95 | 1781 | 106,99 | 1814 | 282,08 |
| 1748 | 83,68 | 1782 | 106,14 | 1815 | 220,42 |
| 1749 | 97,25 | 1783 | 108,88 | 1816 | 220,20 |
| 1750 | 89,24 | 1784 | 118,79 | 1817 | 253,93 |
| 1751 | 81,05 | 1785 | 105,59 | 1818 | 254,05 |
| 1752 | 79,98 | 1786 | 108,01 | 1819 | 161,93 |
| 1753 | 102,44 | 1787 | 96,24 | 1820 | 143,21 |
| 1754 | 84,97 | 1788 | 99,23 | 1821 | 151,67 |

157 Para este período veja-se Godinho, Prix et ..., Justino, "Crises e 'Decadência'...

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1755 | 86,93 | 1789 | 145,50 | 1822 | 165,89 |
| 1756 | 82,58 | 1790 | 142,35 | 1823 | 170,79 |
| 1757 | 101,36 | 1791 | 110,66 | 1824 | 198,14 |
| 1758 | 114,77 | 1792 | 114,85 | 1825 | 177 |
| 1759 | 103,66 | 1793 | 147,56 | 1826 | 181,90 |
| 1760 | 86,24 | 1794 | 147,55 | 1827 | 179,24 |
| 1761 | 86,16 | 1795 | 149,65 | 1828 | 149,62 |
| 1762 | 92,91 | 1796 | 156,66 | 1829 | 152,36 |
| 1763 | 88,81 | 1797 | 150,50 | 1830 | 134,85 |
| 1764 | 100,42 | 1798 | 183,51 | 1831 | 161,90 |
| 1765 | 102,38 | 1799 | 171,19 | 1832 | 161,90 |
| 1766 | 82,32 | 1800 | 185,72 | 1833 | 154,09 |
| 1767 | 86 | 1801 | 205,78 | 1834 | 127,59 |
| 1768 | 108,45 | 1802 | 208,29 | 1835 | 171,44 |
| 1769 | 114,94 | 1803 | 245,69 | 1836 | 186,80 |
| 1770 | 99,40 | 1804 | 204,87 | 1837 | 153,63 |
| 1771 | 98,03 | 1805 | 195,65 | 1838 | 138,86 |
| 1772 | 95,82 | 1806 | 199,41 | 1839 | 142,62 |
| 1773 | 88,43 | | | 1840 | 175,47 |

Fonte: Godinho, Prix et ...
Obser: Medias aritméticas simples dos índices dos três cereais.

De todas as leituras possíveis deste quadro gostaríamos de chamar a atenção para os seguintes factos:

a. Há uma alternância de períodos de subida e de descida de preços.
b. O período que se caracteriza por uma mais notória subida de preços é o de 1788/1812, o que também tem a ver com as invasões napoleónicas, com uma taxa media anual de 4,9%. Se este é o período mais facilmente caracterizável como de aumento de preços, e se for de admitir que os acontecimentos políticos os influenciaram nesse sentido, teremos que admitir a hipótese de

que por razões estritamente económicas todo este período que estamos a analisar seria caracterizável pela tendência à descida de preços, descida francamente duradoira.

c. Uma análise mais fina como a conduzida por Godinho[158] permite obter mais um conjunto de informações:

— sobre a flexibilidade dos preços:
"Sous l'économie d'Ancien Régime (...) se divisent, quant au comportement de leurs prix, en deux secteurs: le souple et le rigide. (...) Le secteur des prix rigides, à rapprocher de celui des salaires, a été presque complètement balayé par les derniers sursauts de la hausse de longue durée au début du XIXe. siècle"[159].

— sobre as diferenças regionais, particularmente salientes antes da alta de preços de fins do século XVIII:
"Dans le nord du Portugal, la plupart des prix sont en baisse quand on entre dans la deuxième moitié du XVIII siècle, tandis que dans le midi ils semblent plutôt en hausse"[160]

— sobre as diferenças de período para período:
"Le résultat global de hausse entre, mettons 1750 et 1782, parait découler surtout d'une poussée que a eu lieu autour de 1760 pour les céréales, y compris le riz et le vin à Porto. Ensuite il n'y a qu'une montée extrêmement lente, voire la marche sur un plateau, sinon descendents; au rebours, pour l'huile d'olive, le lin, le vin à Bragance, c'est surtout après 1770 que les prix montent"[161]

— sobre as diferenças simultaneamente regionais e sectoriais: por volta de 1779 começa a subida dos preços do centeio em Bragança mas do sal em Setúbal só se verifica em 1804; quanto ao movimento de baixa enquanto para o milho em Lisboa começa em 1808 para a manteiga no Porto só começa onze anos depois.

d. Na análise dos movimentos ondulatórios dos preços Godinho constata a *crescente unificação do mercado nacional*:
"De telles ondulations de longue et de moyenne durée s'avèrent assez synchroniques et de même sens pour tous les marchés portugais et toutes les marchandises à partir du déclenchement de la vertigineuse escalade vers 1790" [162]

158 Godinho, Prix et ...
159 Idem, pág. 194
160 Idem, pág. 195
161 Idem, pág. 195
162 Idem, pág. 194

embora Justino chame a atenção para durante o período 1737 a 1812 haver

> «uma determinada identidade de comportamento dos preços nos períodos de alta e uma dessincronia nos períodos de baixa»[163].

e. Constata-se igualmente que os preços das mercadorias importadas de uma forma geral sobem menos que dos artigos de produção nacional.
f. Como constata Justino[164] nas crises há uma tendência para o aumento dos preços, o que não corresponde há existência de qualquer similitude com a situação actual mas com a *natureza das crises pré-capitalistas*.

Relacionado com o funcionamento do sistema monetário será de lembrar que em 1797 ressurge o papel-moeda com a imposição do curso forçado de alguns títulos de dívida pública. É sabido que estas 'apólices pequenas' provocaram o que poderíamos designar por "perturbações" nas moedas (de que daremos conta quando analisarmos os prolegómenos da constituição do Banco de Portugal, em anexo do capítulo 4). Contudo é de constatar que o aumento dos preços começa antes da imposição do referido curso forçado (embora pouco mais se possa concluir porque os preços são expressos em reis, noutra moeda).

## 2.C. A Evolução dos Preços Internos das Mercadorias Vulgares de 1844 a 1913

Ao aproximarmo-nos do século XX as exigências da análise da evolução dos preços aumenta. A comparação entre o que se passava no século passado e aquilo que se verifica nos nossos dias é uma componente importante do esforço de captação das semelhanças e diferenças entre o que se passa actualmente e o que aconteceu no passado.

Estas necessidades chocavam com uma grande falta de informação sobre os preços na segunda metade do século passado e os primeiros anos do presente em alguns aspectos maior que em relação a outros períodos anteriores, talvez devido a uma menor atenção dos historiadores, por um lado, e uma grande desagregação da existente, dificultando uma leitura globalizante.

163 Idem, pág. 195
164 Idem

No meio deste panorama pareceu-nos ser de aproveitar ao máximo o que tinha sido feito por Ferreira[165] através da sua utilização directa e pelo completar das lacunas. Assim fizemos, não só para os preços que aqui nos ocupam, mas também para os salários.

Deste facto resultou o "acidente" de tomarmos 1844 por início, data que impõe algumas precauções na medida em que coincide com importantes manifestações de guerra civil e de luta política. Recorde-se, apenas a título de exemplo, que 1846 é o ano da revolta de Maria da Fonte.

Neste anexo vamos primeiro fazer uma apreciação crítica das fontes e da metodologia. Seguidamente procederemos à apresentação de cada um dos índices globais construídos e sua respectiva leitura. Finalmente tentaremos apresentar uma leitura global sobre o comportamento do preços durante estes 70 anos que precederam, germinando, as transformações do capitalismo típicas do actual século.

### 2.C.1. Fontes históricas e metodologias

Numa época de formação do mercado nacional tornava-se historicamente muito importante ver como evoluíam os preços da mesma mercadoria em diversos mercados e de mercadorias sucedâneas e complementares no mesmo. Por outras palavras, verificar como se comportam os preços no processo de "homogeneização" do espaço económico-social. Contudo tal captação constituiria, só por si, trabalho para outro longo estudo, devido à sua complexidade intrínseca e à recolha de dados que exigiria.

Foi consciente das limitações existentes que nos centramos sobre os preços na cidade do Porto.

As nossas séries de preços de mercadorias, pontos de partida para a elaboração do índices mais sintéticos, podem ser, quanto à sua origem e metodologias a que deram lugar, decompostos em três grupos:

1) dos produtos alimentares de 1844 a 1899
2) dos produtos alimentares de 1900 a 1913
3) dos produtos industriais de 1844 a 1913.

A descrição das suas metodologias de recolha, assim como algumas observações específicas, serão objecto dos subpontos seguintes,

165 Ferreira, Preços de géneros ...

mas caberá aqui tecer algumas considerações sobre o que é comum a todos eles. E isso refere-se à validade das recolhas de preços nos mercados do Porto realizados pela Câmara.

Como já afirmei em trabalho anterior[166] o que ressalta da consulta dos materiais originais é a grande preocupação da Câmara Municipal do Porto em obter uma informação fidedigna da situação dos preços nos mercados da cidade, reforçando os meios estatísticos ao longo do tempo. Assim, enquanto nos dois primeiros livros que constituem uma das fontes[167] (1830-1880) encontramos para cada produto, ordenado por ordem alfabética, um preço em cada mês, nos três seguintes (1881-1889) estão registadas recolhas por mercados abrangendo os dias de feira (3 em 3 dias ou 4 em 4 dias conforme os casos), com indicação do máximo e mínimo para cada produto e dia de observação, com o adicional calculo do preço médio mensal. Essas mesmas preocupações ressaltam dos três livros restantes (1890-1909) com a simples diferença de não haver uma discriminação por mercados. Finalmente no livro nono (1910 -1913) registam-se os preços para todos os dias da semana.

Não temos inventário de todos os produtos comercializados nos mercados da cidade do Porto, ou qualquer inquérito detalhado as despesas familiares, para podermos calcular o grau de representatividade das mercadorias consideradas nos registos camarários, mas estamos em crer, atendendo a certas informações[168] , que poderemos admitir uma razoável representatividade dos produtos considerados nos registos, embora com eventuais desequilíbrios nos diferentes subgrupos que o constituem.

Apesar dos cuidados referidos e das vantagens que os mercuriais apresentam em relação aos livros de registos de compras (capacidade de reflectirem melhor os preços de mercado sem quaisquer distorções impostas por contratos específicos, como os que se verificavam frequentemente no abastecimento de grandes compradores; recolha sistemática, com respeito por certas regras de periodicidade; necessidade de realismo como condição de eficácia da intervenção subsequente) convirá acrescentar que essas informações são passíveis de críticas, das quais seleccionamos as seguintes:

166 Muitos dos aspectos seguintes são uma transcrição do que se escreveu em "Preços e Salários no séc. XIX ...

167 Essas fontes do Arquivo do Gabinete de História da Cidade do Porto são Relações dos preços ...Livro dos Registos ...

168 Veja-se sobre o assunto Crespo (aavv) "A alimentação ... Pereira Livre-Câmbio ... Política e Economia ...

a) Temos poucos conhecimentos sobre as técnicas de recolha (agentes utilizados e formas de actuarem) mas as que conhecemos revelam um grande pragmatismo que não deixa de acarretar algumas deficiências, como se deduz facilmente das instruções seguintes constantes do Código de Posturas do Município do Porto de 1905:

> "escolher os vendedores que reúnam as melhores condições (mais diligentes e esclarecidos e possuindo maior variedade e abundância de artigos) e colher sempre nesses vendedores (...) deverão reportar -se sempre ao mesmo artigo padrão, correspondendo este a uma qualidade, tipo ou tamanho médio a fixar pela pessoa (convirá que seja sempre a mesma) encarregada de solicitar os preços"[169]

b) Esta recolha alicerçada na experiência do inquiridor é tanto mais subjectiva quanto as unidades de medida são muitas vezes pouco precisas (ex. um leitão, uma perdiz, um cento de sardinhas).

c) O preço médio é obtido com base nas duas observações extremas, isto é, tomando exclusivamente os preços mínimo e máximo de cada mercadoria.

Para além destas limitações das fontes deve-se referir a quase sempre impossibilidade de atribuir pesos de ponderação diferentes para cada produto quando se passou para dados sucessivamente mais agregados.

### 2.C.1.1. Sobre os preços dos produtos alimentares de 1844 –1899

O ponto de partida foi Ferreira[170] que apresenta os preços de 63 produtos alimentares (ou neles transformáveis por abate) para o período de 1844-1899, assim decomponível: batata, cebolas e legumes 9; cereais e grão de bico 10, de início, e a partir de certa data 14; carnes 6; animais 4; aves e ovos 11; mariscos e peixes 6; gorduras 3; cera e mel 2; mostarda 1; castanhas e nozes 4; vinhos 4.

Como algumas evoluções de preços surgiam como pouco explicáveis, decidiu-se proceder à consulta das fontes originais, fazendo-o com dois propósitos: a) verificar a correcção dos preços que numa primeira leitura surgiam como anómalos; b) por amostragem confirmar a validade dos dados globais. Como este teste mostrou vali-

169 Ferreira, Preços de Géneros ... pág. 44

170 Ferreira, Preços de Géneros ...

dade global dos dados, tratou-se apenas da verificação do expresso em a)[171].

Dessa verificação resultou a alteração de alguns dados de algumas séries, tais como "favas", "feijão amarelo", "milho grosso", "painço", "trigo", "pão quartado", "carne de vaca", "carne de carneiro", "carne de vitela", "carne de marrã", "espáduas de porco", "carneiros", "frangas", "patos", "perus", "pombos", "azeite", "manteiga", "sebo" e "nozes".

Alguns produtos com uma forte sazonalidade apresentavam dados, em alguns meses, radicalmente diferentes dos restantes. Admitindo que a quantidade vendida desses produto nesses meses era manifestamente inferior à verificada nos restantes, podendo-se mesmo admitir a sua natureza profundamente rara, considerou-se preferível excluir esses dados mensais das séries. Para tal tornou-se necessário analisar quais os meses mais normais de aparecimento de certos produtos.

Após esse estudo considerou-se que para as perdizes apenas se deveriam considerar os preços dos meses de Outubro a Marco, para os caranguejos de Agosto e Setembro, para a lampreia de Janeiro a Abril, para o sável de Fevereiro a Junho, para a castanha pilada de Fevereiro a Abril, para as duas variedades de castanhas verdes de Outubro a Março.

Caminhar para uma informação mais sintética exigia a passagem dos preços mensais a índices de igual periodicidade, o que não se apresentava muito simples por duas razões: não continuidade das séries (enquanto para um conjunto de produtos poder-se-ia considerar a totalidade do período (para 40), para outro só seria possível considerar até 1867 (para 6), para outro ainda apenas a partir de 1868 (para 9), etc.); mudança da unidade de medida das quantidades de cada produto em resultado da adopção do sistema decimal.

Como primeiro passo para a passagem a índice adoptaram-se duas bases: a) a média dos preços de Março, Junho, Setembro e Dezembro[172] de 1867 em todo os casos em que fosse possível; b) média de iguais meses de 1868 nos restantes casos.

Para a passagem dos preços a índices de preços defrontamo-nos com duas situações: a) as duas unidades de medida eram convertíeis

171 Para estes processos utilizamos as referidas fontes do A.G.H. da Câmara do Porto. Apesar destas correcções algumas séries apresentam comportamentos que podemos considerar anormais. O mais flagrante encontra-se nas fortes oscilações dos preços do carneiro (animal), sem qualquer correspondência nos preços da carne desse animal

172 O facto de nem todos os produtos terem preços nesses quatro meses faz com que os índices agregados não apresentem sempre o valor 100 no ano de base. Embora de fácil correcção pareceu-nos despiciendo.

entre si (e aqui convirá dizer que a conclusão sobre esta convertibilidade não foi, em muitos casos, fácil devido ao facto de um mesmo nome de unidade de medida não decimal se aplicar a realidades muito diferentes conforme as regiões); b) essa convertibilidade não era possível. No primeiro caso a passagem não levantava, obviamente qualquer dificuldade. No segundo caso determinou-se a taxa média mensal de variação dos preços durante os dois anos centrados no mês de ruptura e calculou-se um preço de ligação susceptível de permitir uma taxa de conversão. Este último método foi aplicado aos preços das batatas, da espádua de porco, da mostarda, dos diversos tipos de castanhas e das nozes. Como a manteiga a partir de determinada altura surgisse decomposta em duas qualidades diferentes, para dar continuidade a série procedeu-se a média aritmética simples de ambos os preços (só se consideraram os meses com preços dos dois tipos de manteiga). Assim se obtiveram índices mensais de preços para todos os produtos.

### 2.C.1.2.Sobre os preços dos produtos alimentares 1900-1913 e dos produtos industriais 1844-1913

Para obtermos os preços dos produtos alimentares no período 1900 -1913 recorremos as fontes originais já anteriormente referidas, incidindo a nossa recolha em todos os produtos para que já tínhamos dados anteriores. Se nem sempre tal foi possível ainda assim o foi para 53 produtos. Recolhemos apenas dados trimestrais, isto é, referentes a Março, Junho, Setembro e Dezembro. Consideraram-se como preços representativos desses meses os constatados no dia de mercado imediatamente a seguir ao dia 15.

A escassez de artigos que podem ser considerados industriais, mesmo entendendo esta afirmação em sentido bastante lato, tornava bastante difícil a construção de um índice para estes produtos. Recolhemos preços do bragal, do linho, do pano de linho, da telha, do petróleo, do açúcar branco, do açúcar trigueiro, do sabão, do carvão de choça e do carvão de sogro. Os últimos seis só surgem a partir 1881, altura em que desaparece o primeiro.

A recolha de preços também foi trimestral para os meses anteriormente referido, verificando-se diferença antes e depois de 1899. Para o primeiro período tomou-se como preço mensal o montante médio que consta das próprias fontes. Para o seguinte procedeu-se como para os produtos alimentares.

Tanto num caso como no outro o caminho percorrido na redução dos preços a índices de preços e nas sucessivas agregações foi em todo semelhante ao verificado para os produtos alimentares no período 1844-1899, pelo que nos dispensamos de repetir.

### 2.C.1.3. Índices agregados de preços de produtos alimentares

Os produtos alimentares foram, numa primeira fase, agregados na base da classificação adoptada por Ferreira[173], por razões meramente pragmáticas. São os seguintes os índices:

**Índices de preços anuais de agregados de produtos alimentares para 1844-1913**

| Ano | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1844 | 75,7 | 65,9 | | 45,6 | 139,8 | 56,5 | 56,2 | 64,7 | 52,3 | 50,7 |
| 1845 | 69,0 | 53,8 | | 46,7 | 135,2 | 52,4 | 58,5 | 58,9 | 55,1 | 55,5 |
| 1846 | 66,5 | 55,5 | | 46,0 | 134,7 | 50,6 | 79,1 | 65,3 | 63,9 | 56,2 |
| 1847 | 73,3 | 72,1 | | 47,9 | 120,8 | 46,4 | 45,2 | 86,0 | 68,3 | 55,3 |
| 1848 | 72,2 | 70,7 | | 48,0 | 111,3 | 50,6 | 45,9 | 65,8 | 48,1 | 45,9 |
| 1849 | 64,7 | 56,9 | | 47,8 | 114,7 | 53,0 | 47,4 | 69,1 | 49,1 | 47,5 |
| 1850 | 66,3 | 61,5 | | 55,7 | 111,3 | 57,2 | 50,2 | 74,7 | 64,7 | 55,8 |
| 1851 | 77,5 | 73,9 | | 56,8 | 111,2 | 55,5 | 55,5 | 70,0 | 76,6 | 64,4 |
| 1852 | 75,7 | 69,0 | | 56,8 | 112,2 | 56.5 | 73,0 | 65,7 | 78,4 | 48,2 |
| 1853 | 72,7 | 75,1 | | 60,4 | 117,2 | 55,5 | 65,8 | 85,9 | 76,0 | 65,6 |
| 1854 | 96,8 | 105,4 | | 60,8 | 122,2 | 60,2 | 57,2 | 92,4 | 79,0 | 91,1 |
| 1855 | 103,2 | 118,9 | | 68,2 | 106,7 | 68,0 | 58,2 | 78,0 | 73,5 | 116,8 |
| 1856 | 107,4 | 101,5 | | 71,7 | 82,3 | 68,8 | 63,2 | 76,4 | 114,3 | 112,8 |
| 1857 | 108,5 | 107,0 | | 86,3 | 78,7 | 77,7 | 55,8 | 89,0 | 109,5 | 146,4 |
| 1858 | 99,0 | 94,9 | | 87,2 | 71,8 | 65,5 | 62,6 | 85,6 | 74,1 | 130,3 |
| 1859 | 116,5 | 97,9 | | 78,0 | 81,5 | 76,2 | 62,5 | 90,9 | 93,3 | 126,0 |
| 1860 | 91,2 | 91,3 | | 80,7 | 94,4 | 76,3 | 59,9 | 100,3 | 82,3 | 144,6 |

173 Obra citada

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1861 | 87,7 | 86,6 | | 81,3 | 105,1 | 79,7 | 61,8 | 106,3 | 78,1 | 138,8 |
| 1862 | 96,1 | 97,8 | | 86,3 | 84,6 | 74,5 | 62,9 | 99,0 | 82,1 | 147,6 |
| 1863 | 109,4 | 113,8 | | 81,9 | 84,6 | 91,1 | 65,4 | 91,5 | 83,3 | 128,8 |
| 1864 | 116,9 | 106,4 | | 83,0 | 94,0 | 88,2 | 77,5 | 71,6 | 84,1 | 117,5 |
| 1865 | 130,1 | 102,7 | | 105,2 | 116,7 | 110,4 | 84,7 | 70.3 | 97,9 | 114,8 |
| 1866 | 108,2 | 98,6 | | 107,7 | 103,9 | 106,8 | 97,2 | 93,4 | 92,0 | 88,2 |
| 1867 | 99,5 | 100,6 | | 100,0 | 99,7 | 105,7 | 93,6 | 99,0 | 99,6 | 97,7 |
| 1868 | 104,4 | 104,6 | 101,2 | 87,5 | 104,3 | 100,8 | 76,0 | 98,2 | 85,1 | 118,7 |
| 1869 | 113,3 | 96,3 | 98,1 | 85,6 | 127,7 | 99,4 | 72,4 | 86,7 | 75,8 | 109,1 |
| 1870 | 108,2 | 103,9 | 93,2 | 91,9 | 147,6 | 98,8 | 64,4 | 91,7 | 75,6 | 91,8 |
| 1871 | 126,6 | 106,6 | 105,5 | 100,8 | 145,6 | 94,9 | 87,6 | 74,3 | 79,4 | 71,3 |
| 1872 | 112,7 | 96,7 | 96,1 | 107,6 | 145,5 | 101,9 | 87,6 | 75,2 | 99,2 | 71,3 |
| 1873 | 103,8 | 102,2 | 92,1 | 110,8 | 287,0 | 110,0 | 75,8 | 74,3 | 111,1 | 82,3 |
| 1874 | 100,5 | 103,4 | 91,7 | 112,0 | 264,5 | 102,4 | 84,4 | 74,5 | 120,9 | 112,0 |
| 1875 | 125,9 | 88,5 | 90,5 | 104,7 | 163,8 | 106,5 | 97,3 | 76,3 | 107,5 | 113,3 |
| 1876 | 143,7 | 99,0 | 97,0 | 114,2 | 176,0 | 124,0 | 93,1 | 81,0 | 132,0 | 113,3 |
| 1877 | 136,7 | 98,4 | 93,0 | 122,3 | 180,3 | 124,7 | 84,2 | 79,2 | 128,1 | 113,2 |
| 1878 | 122,7 | 109,1 | 96,2 | 124,7 | 168,1 | 118,8 | 68,0 | 83,0 | 138,3 | 113,2 |
| 1879 | 119,5 | 112,8 | 102,4 | 125,8 | 161,9 | 125,0 | 83,8 | 84,4 | 145,0 | 113,2 |
| 1880 | 110,2 | 111,9 | 112,4 | 119,4 | 150,2 | 124,3 | 60,1 | 86,0 | 140,9 | 113,2 |
| 1881 | 88,2 | 94,1 | 94,0 | 108,9 | 126,0 | 117,7 | 79,9 | 77,3 | 166,2 | 106,8 |
| 1882 | 99,3 | 100,6 | 97,4 | 112,6 | 130,0 | 134,9 | 91,6 | 79,5 | 160,2 | 106,8 |
| 1883 | 112,6 | 115,3 | 97,9 | 113,6 | 114,4 | 132,6 | 92,6 | 80,5 | 146,7 | 106,7 |
| 1884 | 112,5 | 102,2 | 90,4 | 115,1 | 136,1 | 129,4 | 82,7 | 77,5 | 165,2 | 106,8 |
| 1885 | 100,6 | 89,3 | 81,8 | 117,8 | 147,4 | 128,9 | 87,9 | 82,0 | 148,9 | 106,8 |
| 1886 | 83,7 | 85,6 | 76,4 | 116,1 | 147,0 | 127,4 | 87,4 | 72,2 | 152,6 | 106,8 |
| 1887 | 96,2 | 85,7 | 78,3 | 105,0 | 130,0 | 122,0 | 72,7 | 71,0 | 136,0 | 101.6 |
| 1888 | 108,1 | 85,4 | 85,0 | 100,9 | 158,4 | 126,9 | 85,0 | 84,6 | 136,2 | 83,5 |
| 1889 | 113,0 | 82,6 | 83,2 | 108,0 | 175,8 | 122,4 | 105,1 | 86,1 | 135,2 | 83,7 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1890 | 113,0 | 94,3 | 84,5 | 116,1 | 188,8 | 126,2 | 99,2 | 125,8 | 134,6 | 94,3 |
| 1891 | 124,7 | 110,8 | 90,7 | 119,8 | 183,0 | 128,6 | 85,4 | 128,0 | 161,0 | 94,3 |
| 1892 | 107,0 | 90,4 | 86,2 | 121,8 | 192,8 | 132,8 | 89,6 | 128,0 | 146,1 | 94,3 |
| 1893 | 101,6 | 91,8 | 86,5 | 130,2 | 213,0 | 134,3 | 99,8 | 128,0 | 108,5 | 94,3 |
| 1894 | 109,1 | 95,9 | 87,9 | 129,3 | 210,5 | 115,6 | 107,8 | 128,0 | 110,5 | 126,0 |
| 1895 | 128,7 | 102,4 | 99,8 | 123,8 | 216,4 | 112,4 | 133,7 | 128,0 | 114,4 | 136,2 |
| 1896 | 116,1 | 106,5 | 94,2 | 120,1 | 215,1 | 107,0 | 132,5 | 105,3 | 101,8 | 102,8 |
| 1897 | 142,4 | 110,8 | 96,1 | 117,8 | 232,7 | 114,1 | 98,4 | 137,9 | 117,9 | 105,3 |
| 1898 | 160,3 | 106,1 | 104,4 | 120,0 | 199,1 | 112,9 | 91,6 | 134,4 | 136,4 | 123,7 |
| 1899 | 178,6 | 110,3 | 101,6 | 119,1 | 194,8 | 104,6 | 101,9 | 111,8 | 117,3 | 113,6 |
| 1900 | 145,4 | 125,1 | 113,0 | 144,3 | 213,1 | 144,4 | 104,5 | 113,8 | 131,4 | 102,8 |
| 1901 | 144,6 | 122,5 | 112,1 | 150,5 | 208,6 | 140,9 | 128,9 | 123,2 | 107,0 | 88,8 |
| 1902 | 137,4 | 122,9 | 111,7 | 145,0 | 286,7 | 144,3 | 116,2 | 116,2 | 129,4 | 98,2 |
| 1903 | 121,2 | 113,1 | 103,1 | 152,8 | 286,2 | 142,5 | 113,5 | 113,8 | 136,5 | 136,7 |
| 1904 | 139,1 | 135,2 | 117,1 | 143,9 | 234,3 | 135,7 | 108,6 | 109,9 | 94,3 | 144,4 |
| 1905 | 133,4 | 117,7 | 111,2 | 133,9 | 243,0 | 140,3 | 88,2 | 116,7 | 119,6 | 85,9 |
| 1906 | 124,4 | 90,1 | 99,8 | 135,1 | 253,5 | 147,8 | 68,5 | 118,7 | 110,8 | 87,0 |
| 1907 | 140,7 | 102,1 | 111,6 | 133,6 | 247,4 | 163,0 | 71,6 | 121,2 | 131,1 | 81,2 |
| 1908 | 147,7 | 128,8 | 123,6 | 145,6 | 236,7 | 154,1 | 69,6 | 121,4 | 119,0 | 86,7 |
| 1909 | 151,5 | 127,3 | 120,1 | 150,2 | 249,7 | 165,0 | 80,1 | 118,1 | 114,5 | 75,9 |
| 1910 | 141,8 | 126,0 | 128,8 | 155,7 | 266,6 | 160,4 | 89,9 | 122,5 | 115,8 | 80,1 |
| 1911 | 150,1 | 141,0 | 132,7 | 170,0 | 297,4 | 168,5 | 102,2 | 145,7 | 126,9 | 94,3 |
| 1912 | 170,1 | 152,8 | 127,0 | | 345,4 | 152,6 | 120,1 | 126,9 | 134,8 | 92,2 |
| 1913 | 221,5 | 170.3 | 142,5 | | 353,6 | 164,7 | 124,0 | 123,9 | 144,9 | 102,6 |

Fonte: Ferreira, Preços ... (com correcções)[174]

Obser: A=Batatas, Cebolas e Legumes; B=Cereais e Grão de Bico (I serie); C=Cereais e grão de Bico (II Serie); D=Carnes; E=Animais; F=Aves; G=Mariscos e Peixes; H=Gorduras; I=Castanha Pilada e Nozes; J=Vinho

174 Como termo de comparação recorde-se o índice ponderado do Ministério de Trabalho e Previdência Social, publicado pelo INE no Boletim Mensal Estatística de Set de 1948: 1900 100; 1902 96; 1904 106; 1905 105; 1909 107; 1910 103; 1914 100; 1916 151.

A engloba os seguintes produtos: batatas, cebolas, feijão amarelo, feijão vermelho e feijão reijado; B engloba aveia, centeio, cevada, milho grosso e painço; C engloba grão de bico, milho grosso, trigo da terra, trigo serôdio e trigo barbela; D engloba as carnes de vaca, carneiro e vitela; em E estão os cabritos, carneiros, coelhos e ovos; em G pescada, sardinhas, lampreia e sável; H engloba azeite e manteiga; I contém nozes e castanha pilada; finalmente J tem dois tipos de vinho: o verde e o maduro.

Em todos os casos adoptaram-se médias aritméticas simples.

Os valores anuais são médias aritméticas simples referentes aos 12 meses (até 1899) ou aos 4 (a partir de então). Tirando o caso da série C, que tem base em 1868, todas as outras têm base em 1867 (o facto de geralmente serem diferentes de 100 resulta da base ter sido a média dos 4 meses de fim de trimestre[175].

### 2.C.2. Análise isolada de cada índice agregado de preços

Conforme os caminhos percorridos na agregação assim os resultados obtidos, o que não constitui novidade. Embora na nossa opinião existam alguns índices que sejam melhores indicadores para os fenómenos por nos analisados pareceu-nos interessante, com a referida preocupação de fornecer dados para posteriores investigações alheias, apresentar aqui os índices sintéticos que merecem maior credibilidade acompanhando-os de alguns comentários.

Vamos analisar quatro índices, três de preços de produtos alimentares e um de produtos industriais. Este último é decomponível em três

175 Os dados anuais e o seu movimento são aqueles que maior relevância apresentam para os nossos propósitos. Contudo queremos aqui deixar alguma indicação do coeficiente de variação dos índices de correcção da sazonalidade, calculados segundo o método de A.Piatier, em %

| | 1844/1899 | 1900/1913 |
|---|---|---|
| A | 3,3 | 2,9 |
| B | 1,4 | 0,8 |
| C | 1,1 | 2,0 |
| D | 0,9 | 1,7 |
| E | 2,5 | 2,5 |
| F | 2,5 | 1,4 |
| G | 24,0 | 21,7 |
| H | 1,0 | 1,4 |
| I | 2,1 | |
| J | 0,7 | 1,2 |

### 2.C.2.1. Índice de preços da alimentação popular (1844/1913)

Segundo Pereira

> "Os cereais ocupavam um lugar primordial na alimentação oitocentista. Em 1870 R. Morais Soares [Relatório da Direcção Geral do Comércio e da Industria acerca dos serviços dependentes da repartição da agricultura desde a sua fundação até 1875, p. 21], calcula a quota anual por habitante de cada um dos alimentos da seguinte forma:

| **Cereais** | **200** | **Kg** |
|---|---|---|
| Milho | 109 | " |
| Trigo | 58 | " |
| Batatas, legumes e arroz | 55 | " |
| Carne | 20 | " |
| Peixe | 6,9 | " |
| Ovos | 12,13 | " |
| Hortaliças | 36,5 | " |
| Frutas | 66,92 | " |
| Substancias oleosas | 3,6 | " |
| Bebidas Alcoólicas | 72,9 | litros |
| litros Açúcar | 4 | Kg |
| Café | 0,28 | " |
| Chá | 0,056 | "[1] |

Adaptando estes dados às disponibilidades estatísticas construímos um índice médio ponderado com a seguinte estrutura: 0,108 para "batatas, cebolas e legumes", 0,424 para "cereais"; 0,071 para "carnes", 0,038 para "marisco e peixe";0,037 para "gorduras"; 0,034 para "castanha e nozes"; 0,248 para "vinho" e 0,040 para "ovos", parte do grupo "aves".

Como para os cereais há duas séries com bases diferentes e estruturas internas também ligeiramente diferentes, poder-se-ia construir dois índices diferentes conforme o índice parcial que se utilizasse. E não se tratava de um mero exercício, na medida em que os cereais têm um grande peso na estrutura do índice. Contudo os dois índices possíveis apresentam entre si um elevado coeficiente de determinação, pelo que embora admitindo alguns desajustamentos, será

relativamente indiferente adoptar um ou outro. Optamos pelo que permite a série mais longa.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

**Índice de preços da Alimentação Popular (dados trimestrais)**

| Anos | I Tri. | II Tri. | III Tri. | IV Tri. | Média |
|---|---|---|---|---|---|
| 1844 | 65,99 | 59,74 | 55,53 | 57.21 | 59,6 |
| 1845 | 57.16 | 54,82 | 53,64 | 55,76 | 55,4 |
| 1846 | 57,56 | 56,96 | 57,68 | 59,18 | 57,8 |
| 1847 | 67,93 | 66,27 | 63,90 | 65,61 | 65,9 |
| 1848 | 65,36 | 62,94 | 57,08 | 58,31 | 60,9 |
| 1849 | 55,06 | 52,98 | 53,70 | 54,38 | 54,0 |
| 1850 | 56,12 | 56,62 | 64,03 | 69,11 | 61,5 |
| 1851 | 71,24 | 69,53 | 67,88 | 67,12 | 69,0 |
| 1852 | 65,70 | 64,73 | 60,98 | 61,86 | 63,3 |
| 1853 | 69,61 | 65,21 | 73,33 | 82,21 | 72,6 |
| 1854 | 84,06 | 85,40 | 97,81 | 113,85 | 95,3 |
| 1855 | 115,37 | 109,99 | 96,02 | 98,71 | 105,0 |
| 1856 | 94,41 | 96,62 | 101,45 | 116,84 | 102,3 |
| 1857 | 118,90 | 112 | 106,90 | 107,22 | 111,3 |
| 1858 | 104,62 | 97,95 | 106,61 | 95,84 | 101,3 |
| 1859 | 102,76 | 104,67 | 105,90 | 105,85 | 104,8 |
| 1860 | 103,16 | 104,42 | 100,92 | 102,63 | 102,8 |
| 1861 | 100,95 | 98,41 | 95,55 | 104,29 | 99,8 |
| 1862 | 103,54 | 108,58 | 110,12 | 114,21 | 109,1 |
| 1863 | 111,65 | 115,51 | 105,26 | 112,27 | 111,2 |
| 1864 | 110,71 | 103,62 | 101,75 | 102,72 | 104,7 |
| 1865 | 107,86 | 109,68 | 105,38 | 105,26 | 107,0 |
| 1866 | 98,72 | 96,94 | 96,78 | 99,77 | 98,1 |
| 1867 | 98,84 | 100,02 | 95,51 | 105,38 | 99,9 |
| 1868 | 109,86 | 107,44 | 95,38 | 103,98 | 104,2 |
| 1869 | 107,29 | 99,57 | 95,07 | 96,33 | 99,6 |
| 1870 | 94,52 | 95,97 | 100,09 | 97,48 | 97,0 |
| 1871 | 99,70 | 99,81 | 88,93 | 93,72 | 95,5 |
| 1872 | 93,27 | 89,95 | 92,27 | 92,23 | 91,9 |
| 1873 | 94,60 | 93,88 | 100,01 | 100,76 | 97,3 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1874 | 106,12 | 104,58 | 104,59 | 106,92 | 105,6 |
| 1875 | 100,33 | 100,77 | 101,60 | 103,67 | 101,6 |
| 1876 | 116,61 | 114,31 | 106,76 | 109,14 | 111,7 |
| 1877 | 109,01 | 109,84 | 103,56 | 108,55 | 107,7 |
| 1878 | 113,37 | 112 | 109,19 | 113,20 | 111,9 |
| 1879 | 113,53 | 114,27 | 113,60 | 112,53 | 113,5 |
| 1880 | 113,21 | 112,22 | 107,82 | 104,97 | 109,6 |
| 1881 | 100,55 | 96,50 | 99,47 | 100,47 | 99,3 |
| 1882 | 103,58 | 102,45 | 107,43 | 107,02 | 105,1 |
| 1883 | 116,30 | 116,18 | 105,71 | 110,63 | 112,2 |
| 1884 | 110,14 | 109,58 | 103 | 101,22 | 106,0 |
| 1885 | 100,95 | 100,85 | 99,39 | 98,87 | 100,0 |
| 1886 | 98,41 | 94,60 | 95,55 | 93,92 | 95,6 |
| 1887 | 95,43 | 97,69 | 93,43 | 88,59 | 93,8 |
| 1888 | 95,85 | 91,84 | 91,14 | 90,80 | 92,4 |
| 1889 | 91,63 | 88,98 | 91,98 | 99,63 | 93,1 |
| 1890 | 101,07 | 98,61 | 104,88 | 107,29 | 103,0 |
| 1891 | 114,81 | 117,92 | 108,93 | 108,38 | 112,5 |
| 1892 | 105,07 | 97,08 | 96,67 | 98,42 | 99,3 |
| 1893 | 101,69 | 98,20 | 100,30 | 103,69 | 101,0 |
| 1894 | 106,88 | 115,04 | 113,52 | 116,89 | 113,1 |
| 1895 | 122,07 | 119,94 | 115,85 | 118,18 | 119,0 |
| 1896 | 105,95 | 107,67 | 111,87 | 115,18 | 110,2 |
| 1897 | 132,30 | 110,55 | 108,82 | 115,55 | 116,8 |
| 1898 | 115,66 | 117,;62 | 127,65 | 126,20 | 121,8 |
| 1899 | 126,71 | 121,85 | 114,08 | 125,48 | 122,0 |
| 1900 | 122,16 | 126,62 | 122,06 | 127,76 | 124,7 |
| 1901 | 127,33 | 122,56 | 114,91 | 118,93 | 120,9 |
| 1902 | 124,95 | 125,73 | 115,17 | 122,50 | 122,1 |
| 1903 | 122,39 | 116,34 | 127,01 | 140,92 | 126,7 |
| 1904 | 144,40 | 136,91 | 135,20 | 131,15 | 136,9 |
| 1905 | 116,30 | 118,87 | 111,94 | 108,51 | 113,9 |
| 1906 | 102,20 | 101,11 | 100,20 | 99,40 | 100,7 |
| 1907 | 103,18 | 99,48 | 112,70 | 112,92 | 107,1 |
| 1908 | 112,33 | 120,33 | 121,75 | 132,64 | 121,8 |
| 1909 | 133,46 | 116,18 | 114,36 | 115,33 | 119,8 |
| 1910 | 120,15 | 114,93 | 118,17 | 126,20 | 119,9 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1911 | 123,52 | 122,78 | 134,90 | 151,14 | 133,1 |
| 1912 | 138,82 | 131,15 | 135,65 | 148,66 | 138,6 |
| 1913 | 156,32 | 146,72 | 161,49 | 162,48 | 156,8 |

Observações: (1) ver metodologia de construção dos índices; (2): Base 100 em 1867

A capacidade deste índice reflectir o andamento dos subconjuntos que o constituem é muito diversificada, como seria de deduzir da grande dispersão de evolução dos preços relativos, tendo os seguintes coeficientes de determinação para as regressões lineares entre taxas de variação anual do índice de preços global e dos respectivos índices parciais: 0,319 com "batatas..."; 0,730 com "cereais"; 0,170 com "carnes", 0,035 com "mariscos ..."; 0,167 com "gorduras", 0,063 com "castanhas ..." e 0,459 com "vinho". As regressões com "animais", "aves" e "cera ..." não são significativas a um nível de significância de 5%.

Para o período 1844-1899 o índice quase não apresenta sazonalidade (o coeficiente de variação dos índices mensais de correcção da sazonalidade é de 0,013)

Considerando a globalidade do período, podemos traçar uma linha de tendência de evolução que pode ser expressa sinteticamente do seguinte modo:

$$\log AP = \underset{(73,307)}{3,90857} + \underset{(13,592)}{0,212292} \log t + e$$

$R^2 = 0,731 \qquad F = 184,743 \qquad DW = 0,499$

donde se deduz[176] uma tendência de atenuação de crescimento dos preços em termos absolutos e relativos ao longo do período em causa, o que resulta sobretudo da clara diferença de evolução entre a fase inicial (1844/57) e a restante.

Deduz-se também a existência de uma alternância de níveis de preços superiores e inferiores à média, que não surge como aleatória, mas antes como a expressão de um determinado fenómeno que simplistamente poderemos designar de movimento "conjuntural", com determinadas regras de funcionamento. Aliás a apreciação mais detalhada deste movimento mostra uma frequente alternância de situações no muito curto prazo e a possibilidade de se admitir após 1890 algumas modificações desse comportamento, pela

176 Dispensamo-nos de apresentar a sua descrição e quantificação porque o movimento conjuntural será matéria de outro anexo

redução da duração de cada ciclo e pela existência de movimentos mais bruscos.

Se considerássemos os dados extremos poderíamos obviamente concluir que entre 1844 e 1913 houve um aumento de preços de 163% o que corresponde a uma taxa de crescimento anual media de 1,4%, o que não deixa de ser significativo, na medida em que se refere a uma época muitas vezes apontada, *a priori*, como de diminuição de preços.

Contudo esta apreciação é demasiado global e não deixa vislumbrar os comportamentos específicos dos subperíodos que constituem toda esta fase histórica, tão recheada de modificações qualitativas (evolução da acumulação capitalista, formação do mercado interno, crises que transformaram significativamente as relações sociais de produção e a situação de Portugal no mundo, alterações políticas muito diversificadas...), e quantitativas.

Vejamos, pois, de uma forma mais detalhada, o que pode ser expresso no seguinte quadro:

| Anos | taxa de variação anual |
|---|---|
| 1849-1857 | +9,4 % [306] |
| 1857-1872 | -1,3 % |
| 1872-1878 | +3,3 % |
| 1878-1888 | -1,9 % |
| 1888-1904 | +2,5 % |
| 1904-1906 | -14,2 % |
| 1906-1913 | +6,5 % |

A sua interpretação não é fácil e ter-se-ia que ter em conta quer elementos económicos quer históricos. Não nos meteremos nessa análise, ficando-nos pela constatação empírica.

Convém ainda salientar que quer nos períodos de aumento de preços quer nos de diminuição verificou-se sempre uma alternância anual de variações positivas e negativas. Nunca há mais de cinco anos consecutivos com variações negativas nem mais de quatro com dinâmica sistematicamente positiva. A duração media dos períodos consecutivos de aumento (+) e de diminuição (–) é baixa:

177 Decomponível num período, 1849-53, de um crescimento muito lento, e num seguinte de violenta subida.

| | + | – |
|---|---|---|
| 1845-1870 | 1,7 | 1,3 |
| 1870-1885 | 1,8 | 2,0 |
| 1885-1913 | 3,2 | 1,8 |

medida em anos, convindo acrescentar que essa *alternância* não parece obedecer a nenhuma lei estocástica claramente identificada ou, eventualmente, a factores económico-sociais predetermináveis (pela sua própria natureza e pelo grau de desenvolvimento da Economia Política).

### 2.C.2.2. Índice de produtos alimentares "total relativo" (1844/1913)

De início construíram-se três índices de preços de média simples: um com todas as séries de índices secundários (isto é, de grupos de produtos) que apresentam continuidade em todo o período; um segundo para 1844-1899 com todas as séries de índices secundários de produtos directamente utilizáveis no consumo (o que levava a exclusão dos animais); finalmente um terceiro com todas as séries de índices secundários que incluem todos os índices primários, Qualquer dos índices foi calculado com as duas bases (a que corresponde, como vimos, séries diferentes de preços nos cereais), mas as opções de diferentes bases são irrelevantes porque as variações anuais de preços são muito semelhantes: os coeficientes de determinação situam-se entre 0,896 e 0,986.

Por razões de continuidade de série optamos pelo primeiro com base em 1867 e designamo-lo de "Total Relativo"[178].

O índice obtido foi o seguinte:

**Índice de preços da alimentação "Total Relativo" (dados trimestrais)**

| Anos | I Tri. | II Tri. | III Tri. | IV Tri. | Média |
|---|---|---|---|---|---|
| 1844 | 77,15 | 68,85 | 59,95 | 61,39 | 66,8 |
| 1845 | 64,38 | 61,80 | 64,26 | 66,96 | 64,4 |
| 1846 | 70,73 | 67,86 | 70,58 | 68,36 | 69,4 |

178 Construído de acordo com a primeira hipótese atrás enunciada.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1847 | 73,38 | 70,21 | 65,16 | 65,48 | 68,6 |
| 1848 | 64,01 | 64,62 | 61,36 | 62,69 | 63,2 |
| 1849 | 61,49 | 60,25 | 60,63 | 61,21 | 60,9 |
| 1850 | 63,90 | 65,08 | 68,25 | 72,61 | 67,5 |
| 1851 | 71,20 | 72,20 | 70,28 | 70,60 | 71,1 |
| 1852 | 71,06 | 70,75 | 69,98 | 70,29 | 70,5 |
| 1853 | 73,09 | 71,92 | 73,51 | 80,33 | 74,7 |
| 1854 | 81,90 | 81,89 | 86,78 | 92,86 | 85,9 |
| 1855 | 94,02 | 88,59 | 80,66 | 87,48 | 87,7 |
| 1856 | 81,59 | 82,45 | 95,73 | 104,41 | 91,1 |
| 1857 | 101,96 | 97,22 | 88,35 | 90.39 | 94,5 |
| 1858 | 87,45 | 85,29 | 87,50 | 85,56 | 86,5 |
| 1859 | 92,14 | 91,41 | 94,62 | 91,69 | 92,5 |
| 1860 | 93,22 | 89,11 | 89,38 | 92,72 | 91,1 |
| 1861 | 96,97 | 90,70 | 87,09 | 92,91 | 91,9 |
| 1862 | 91,58 | 93,62 | 92,59 | 102,45 | 95,1 |
| 1863 | 97,54 | 97,18 | 90,67 | 98,27 | 95,9 |
| 1864 | 98,13 | 92,04 | 90,13 | 93,72 | 93,5 |
| 1865 | 106,12 | 106,87 | 101,82 | 100,81 | 103,9 |
| 1866 | 100,66 | 98,17 | 99,09 | 103,51 | 100,4 |
| 1867 | 99,79 | 100,61 | 97,50 | 103,68 | 100,4 |
| 1868 | 102,89 | 102,87 | 88,92 | 99,35 | 98,5 |
| 1869 | 102,67 | 95,91 | 92,94 | 92,16 | 95,9 |
| 1870 | 95,83 | 97,04 | 96,17 | 103,90 | 98,2 |
| 1871 | 101,25 | 99,20 | 93,71 | 94,44 | 97,2 |
| 1872 | 99,80 | 95,39 | 97,55 | 111,36 | 101,0 |
| 1873 | 118,33 | 115,12 | 118,85 | 118,42 | 117,7 |
| 1874 | 127,96 | 115,78 | 120,60 | 115,27 | 119,9 |
| 1875 | 113,48 | 105,01 | 104,92 | 111,15 | 108,6 |
| 1876 | 121,76 | 120,27 | 119,54 | 123,68 | 121,3 |
| 1877 | 125,44 | 124,68 | 111,60 | 113,22 | 118,7 |
| 1878 | 118,47 | 115,93 | 116,55 | 116,02 | 116,7 |
| 1879 | 122,36 | 121,46 | 117,17 | 113,20 | 118,6 |
| 1880 | 117,25 | 111,39 | 111,08 | 108,65 | 112,1 |
| 1881 | 109,08 | 101,95 | 110,67 | 108,20 | 107,5 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1882 | 112,62 | 111,42 | 116,99 | 112,28 | 113,3 |
| 1883 | 114,40 | 111,90 | 107,56 | 116,69 | 112,6 |
| 1884 | 112,70 | 115,66 | 112,86 | 109,38 | 112,7 |
| 1885 | 113,96 | 112,33 | 113,96 | 113,47 | 113,4 |
| 1886 | 111,34 | 109,33 | 110,89 | 105,04 | 109,2 |
| 1887 | 100,77 | 101,69 | 99,43 | 100,20 | 100,5 |
| 1888 | 111,81 | 107,44 | 107,12 | 111,08 | 109,4 |
| 1889 | 116,06 | 108,04 | 107,86 | 121,60 | 113,4 |
| 1890 | 119,11 | 118,94 | 123,04 | 126,31 | 121,9 |
| 1891 | 127,60 | 128,85 | 125,26 | 129,18 | 127,7 |
| 1892 | 127,31 | 120,49 | 116,84 | 118,57 | 120,8 |
| 1893 | 122,32 | 118,39 | 123,15 | 131,30 | 123,8 |
| 1894 | 128,17 | 126,08 | 122,09 | 128,01 | 126,1 |
| 1895 | 139,56 | 130,35 | 127,67 | 129,12 | 131,7 |
| 1896 | 123,55 | 113,60 | 124,19 | 128,86 | 122,6 |
| 1897 | 138,08 | 125,73 | 128,80 | 130,40 | 130,8 |
| 1898 | 132,42 | 131,43 | 132,78 | 129,21 | 131,5 |
| 1899 | 132,59 | 128,72 | 119,62 | 128,18 | 127,3 |
| 1900 | 128,00 | 122,35 | 119,87 | 135,61 | 126,5 |
| 1901 | 133,91 | 124,91 | 123,01 | 125,60 | 126,9 |
| 1902 | 133,91 | 121,58 | 122,53 | 126,79 | 126,2 |
| 1903 | 127,81 | 119,70 | 128,22 | 139,31 | 128,8 |
| 1904 | 135,87 | 118,80 | 123,80 | 127,03 | 126,4 |
| 1905 | 123,39 | 115,92 | 118,91 | 109,62 | 117,0 |
| 1906 | 110,92 | 111,02 | 109,47 | 109,70 | 110,3 |
| 1907 | 117,15 | 109,99 | 118,64 | 123,73 | 117,4 |
| 1908 | 122,19 | 120,30 | 117,83 | 126,06 | 121,6 |
| 1909 | 131,56 | 121,86 | 120,25 | 117,56 | 122,8 |
| 1910 | 125,81 | 120,68 | 120,39 | 129,28 | 124,0 |
| 1911 | 130,49 | 128,71 | 136,45 | 153,67 | 137,3 |
| 1912 | 144,14 | 128,97 | 131,75 | 137,74 | 135,7 |
| 1913 | 151,24 | 148,08 | 149,92 | 152,46 | 150,4 |

Fonte: ver metodologia de construção dos índices Obser: Base no ano 1867.

Para a globalidade do período podemos traçar a seguinte curva de tendência

$$\log TR = 3{,}91207 + 0{,}222404 \log t + e$$
$$(109{,}037) \qquad (21{,}161)$$

$R^2 = 0{,}868$ F=447,780 DW=0,577

o que permite conclusões similares as obtidas para o índice anterior, com a ligeira diferença de o crescimento ser mais acentuado. O mesmo se poderá dizer da dinâmica "conjuntural".

Se considerássemos os dados extremos anuais poderíamos obviamente concluir que entre 1844 e 1913 houve um aumento de preços de 125%, isto é, 1,2% ao ano.

Contudo uma análise mais pormenorizada volta a confirmar a existência de uma alternância de períodos de subidas e descidas de preços e bruscas alterações de ritmo:

| Anos | tx anual de variação (%) |
|---|---|
| 1844/1849 | – 2,0 |
| 1849-1857 | + 5,7 |
| 1858-1865 | + 1,0 |
| 1865-1872 | – 0,5 |
| 1872-1884 | + 1,1 |
| 1884-1887 | – 3,6 |
| 1887-1899 | + 1,9 |
| 1899-1903 | + 0,6 |
| 1903-1906 | – 5,0 |
| 1906-1913 | + 4,5 |

e em todas as fases existem subidas e descidas anuais de preços: num máximo de cinco anos consecutivos para os aumentos e de quatro anos para os de baixa, sendo a duração média de uns e outros relativamente curtos[179].

179 Refira-se que para o período 1844/1899 a regressão entre variações anuais de preços de alimentação popular e de preços total relativo apresenta um coeficiente de determinação de 0,472 com o coeficiente de variável independente não significativamente diferente de 0 (a 5%)

### 2.C.2.3. Índices de preços da alimentação nobre (1844-1899)

Com base no trabalho de Crespo[180] construímos o índice em epígrafe com base numa média ponderada tendo os seguintes pesos: 0,07371 para a carne de vaca; 0117 para a carne de carneiro; 0312 para a carne de vitela; 0.000224 para os coelhos; 01568 para os frangos; 0,011788 para as frangas; 0,013132 para as galinhas; 00467 para os patos; 0,049 para os ovos; 02 para a manteiga; 03 para a mostarda; 00812 para as perdizes; 0,473 para os mariscos e peixe; 0,089 para as batatas, cebolas e legumes; 0,258 para castanhas piladas e nozes; 0,020 para o vinho.

Para alguns dos produtos não foi possível obter preços para o período 1900-1913.

**Índice de preços da "Alimentação Nobre"**
**(dados trimestrais)**

| Anos | I Tri. | II Tri. | III Tri. | IV Tri. | Media |
|---|---|---|---|---|---|
| 1844 | 60,13 | 52,69 | 45 | 57,02 | 56,8 |
| 1845 | 65,60 | 50,51 | 54,25 | 60,82 | 57,5 |
| 1846 | 66,62 | 72,77 | 74,58 | 70,53 | 69,2 |
| 1847 | 72,80 | 61,78 | 40,41 | 50,02 | 54,8 |
| 1848 | 54,83 | 60,72 | 47,65 | 51,62 | 50,2 |
| 1849 | 50,75 | 50,26 | 43,18 | 47,55 | 49,9 |
| 1850 | 54,82 | 55,99 | 53,15 | 68,42 | 56,4 |
| 1851 | 62,35 | 63,87 | 59,51 | 67,95 | 63,1 |
| 1852 | 74,13 | 70,61 | 71,83 | 72,22 | 71,2 |
| 1853 | 64,89 | 65,90 | 63,11 | 68,66 | 67,6 |
| 1854 | 65,16 | 69,79 | 66,12 | 77,34 | 68,9 |
| 1855 | 75,93 | 67,93 | 68,52 | 73,04 | 70,6 |
| 1856 | 71,81 | 71,40 | 100,87 | 104,42 | 83,7 |
| 1857 | 90,18 | 82,48 | 69,27 | 77,57 | 80,9 |
| 1858 | 75,66 | 68,33 | 71,50 | 81,83 | 73,6 |
| 1859 | 87,32 | 79,43 | 81,85 | 81,88 | 79,7 |

180 Crespo, "A Alimentação ...

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1860 | 72,86 | 67,75 | 70,85 | 81,35 | 73,9 |
| 1861 | 84,41 | 71,14 | 67,63 | 65,18 | 72,4 |
| 1862 | 73,34 | 79,37 | 73,72 | 110,09 | 76,1 |
| 1863 | 87,22 | 79,02 | 68,71 | 87,38 | 78,7 |
| 1864 | 102,16 | 75,39 | 76,15 | 89,87 | 85,7 |
| 1865 | 104,24 | 87,94 | 88,79 | 91,75 | 96,2 |
| 1866 | 98,86 | 89,82 | 102,07 | 118,97 | 98,0 |
| 1867 | 103,99 | 98,52 | 88,55 | 105,77 | 96,8 |
| 1868 | 90,43 | 85,39 | 73,27 | 96,22 | 84,8 |
| 1869 | 98,11 | 74,70 | 71,69 | 69,65 | 81,1 |
| 1870 | 79,78 | 73,14 | 64,71 | 110,77 | 77,0 |
| 1871 | 92,52 | 84,19 | 82,18 | 101,14 | 92,4 |
| 1872 | 103,65 | 80,27 | 88,31 | 100,83 | 95,6 |
| 1873 | 104,20 | 89,25 | 88,75 | 89,28 | 93,2 |
| 1874 | 106,55 | 93,11 | 98,20 | 124,55 | 101,0 |
| 1875 | 117,19 | 99,17 | 97,62 | 113,88 | 105,4 |
| 1876 | 120,68 | 104,31 | 108,85 | 120,97 | 113,9 |
| 1877 | 132,03 | 102 | 91,79 | 96,92 | 107,3 |
| 1878 | 105,95 | 96,09 | 95 | 105,45 | 101,4 |
| 1879 | 115,96 | 108,71 | 102,70 | 97,39 | 110,9 |
| 1880 | 106,41 | 91,55 | 89,58 | 94,44 | 97,4 |
| 1881 | 116,59 | 94,58 | 109,44 | 110,57 | 109,3 |
| 1882 | 119,57 | 107,25 | 122,83 | 118,80 | 115,5 |
| 1883 | 121,86 | 101,45 | 97,88 | 130,56 | 114,1 |
| 1884 | 122,08 | 107,42 | 105,75 | 109,68 | 114,8 |
| 1885 | 120,32 | 98,75 | 108,42 | 126,36 | 111,9 |
| 1886 | 114,41 | 106,30 | 107,72 | 104,44 | 110,4 |
| 1887 | 101,01 | 93,43 | 88,35 | 95,08 | 99,3 |
| 1888 | 128,56 | 96,88 | 100,22 | 104,05 | 106,5 |
| 1889 | 122,35 | 100,45 | 111,21 | 124,88 | 116,6 |
| 1890 | 132,24 | 96,62 | 109,50 | 121,65 | 114,4 |
| 1891 | 126,55 | 113,47 | 104,02 | 135,09 | 116,3 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1892 | 136,94 | 102,25 | 98,17 | 105,22 | 113,3 |
| 1893 | 107,07 | 91,67 | 93,33 | 143,33 | 107,5 |
| 1894 | 115,17 | 101,81 | 94,66 | 116,34 | 113,5 |
| 1895 | 151,60 | 107,86 | 119,79 | 130,92 | 129,4 |
| 1896 | 139,06 | 98,90 | 112,12 | 131,41 | 122,6 |
| 1897 | 122,57 | 100 | 102,98 | 105,04 | 113,2 |
| 1898 | 131,92 | 107,90 | 108,74 | 118,74 | 118,0 |
| 1899 | 130,88 | 104,72 | 113,46 | 115,09 | 119,5 |

Fonte: Ver metodologia de construção dos índices

Obser: Índice de base em 1867. Os valores anuais são a média dos doze meses

Tem uma tendência de crescimento linear:

$$AN = \underset{(27,957)}{56,650} + \underset{(20,131)}{1,245}\, t + e$$

$R^2$ =0,882 F=405,243 DW=0,947

e, considerando a globalidade do período, temos uma taxa média de crescimento anual de 1,4% ao ano.

Este índice apresenta uma grande disparidade de comportamento das variações anuais em relação aos índices anteriormente apresentados (o coeficiente de determinação é de 02 quando se faz a regressão com valores correspondentes do índice de alimentação popular e de 0,128 com o total relativo).

Também aqui se verifica uma alternância de períodos de subida e descida de preços (subida em 1849-56, 1861-66, 1871-76, descida em 1844-49, 185661, 1866-71, sendo 1876-99 de uma quase estabilidade) continuando a vislumbrar-se dentro de cada um mudanças anuais de comportamento: nunca há mais de cinco anos seguidos com subidas ou descidas sistemáticas de preços.

### 2.C.2.4. Índices de preços de produtos industriais

Como já dissemos anteriormente construímos três índices de preços de produtos industriais. Um primeiro agrega os preços dos diversos tipos de tecido (Índice dos pecos dos tecidos); um segundo agrega todos os produtos anteriormente referidos que são comuns ao período 1844-1913 (Índice de preços dos produtos industriais I) e, um

terceiro, abrangendo todos os produtos existentes no período 1881 -1913, tomando aquele primeiro ano para base.

São os seguintes os índices de preços dos "Produtos Industriais I":

**Índice de preços de Produtos Industriais I (dados trimestrais)**

| Anos | I Tri. | II Tri. | III Tri. | IV Tri. | Média |
|---|---|---|---|---|---|
| 1844 | 73,13 | 68,60 | 72,02 | 71 | 71,2 |
| 1845 | 67,40 | 66,29 | 60,51 | 60,05 | 63,6 |
| 1846 | 57,69 | 58,64 | 63,35 | 67,77 | 61,9 |
| 1847 | 71,32 | 73,91 | 72,71 | 69,76 | 71,9 |
| 1848 | 65 ,00 | 61,67 | 61,67 | 62,87 | 62,8 |
| 1849 | 60,05 | 58,89 | 60,05 | 57,50 | 59,1 |
| 1850 | 57,50 | 57,50 | 58,89 | 58,89 | 58,2 |
| 1851 | 58,89 | 58,89 | 57,50 | 57,50 | 58,2 |
| 1852 | 58,89 | 57,74 | 57,74 | 57,74 | 58,0 |
| 1853 | 63,60 | 63,60 | 63,43 | 63,43 | 63,5 |
| 1854 | 58,85 | 58,85 | 60,05 | 60,05 | 59,5 |
| 1855 | 64,63 | 66,94 | 66,94 | 66,94 | 66,4 |
| 1856 | 72,29 | 72,24 | 73,95 | 83,41 | 75,5 |
| 1857 | 64,29 | 60,05 | 61,44 | 61,44 | 61,8 |
| 1858 | 66,02 | 70,63 | 70,73 | 68,33 | 68,9 |
| 1859 | 78,08 | 78,08 | 78,08 | 78,08 | 78,1 |
| 1860 | 79,07 | 86,57 | 85,73 | 85,73 | 84,3 |
| 1861 | 83,07 | 81,73 | 85,63 | 82,85 | 83,3 |
| 1862 | 88,19 | 90,76 | 88,19 | 82,86 | 87,5 |
| 1863 | 83,07 | 90,96 | 94,81 | 102,76 | 92,9 |
| 1864 | 104,19 | 104,19 | 104,19 | 104,19 | 104,2 |
| 1865 | 103,99 | 103,99 | 103,99 | 103,99 | 104,0 |
| 1866 | 101,33 | 101,33 | 103,99 | 103,99 | 102,7 |
| 1867 | 101,33 | 101,33 | 98,66 | 98,66 | 100,0 |
| 1868 | 101,33 | 104,43 | 101,21 | 113,26 | 105,1 |
| 1869 | 119,31 | 103,70 | 93,41 | 93,41 | 102,5 |
| 1870 | 96,08 | 93,41 | 101,66 | 94,69 | 96,5 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1871 | 94,81 | 97,37 | 89,20 | 90,80 | 93,1 |
| 1872 | 92,89 | 94,78 | 97,69 | 113,39 | 99,7 |
| 1873 | 114,77 | 131,96 | 124,51 | 104,31 | 118,9 |
| 1874 | 101,75 | 99,18 | 104,31 | 104,31 | 102,4 |
| 1875 | 105,70 | 107,57 | 108,27 | 109,17 | 107,7 |
| 1876 | 108,96 | 109,66 | 109,45 | 102,41 | 107,6 |
| 1877 | 120,23 | 123,60 | 121,94 | 135,93 | 125,4 |
| 1878 | 120,66 | 117,53 | 116,49 | 119,27 | 118,5 |
| 1879 | 119,73 | 112,12 | 115,31 | 114,79 | 115,5 |
| 1880 | 116,69 | 112,54 | 113,82 | 112,54 | 113,9 |
| 1881 | 121,46 | 122,50 | 120,41 | 126,66 | 122,8 |
| 1882 | 126,49 | 123,19 | 132,80 | 112,50 | 123,7 |
| 1883 | 112,50 | 113,33 | 128,49 | 111,50 | 116,5 |
| 1884 | 111,90 | 104,50 | 106,50 | 112,50 | 108,9 |
| 1885 | 112,50 | 112,50 | 112,50 | 112,50 | 112,5 |
| 1886 | 116,50 | 112,50 | 112,50 | 111,50 | 113,3 |
| 1887 | 111,50 | 126,49 | 124,50 | 118,50 | 120,3 |
| 1888 | 118,50 | 122,50 | 118,50 | 118,50 | 119,5 |
| 1889 | 118,50 | 118,50 | 110,16 | 110,16 | 114,3 |
| 1890 | 110,16 | 110,16 | 110,16 | 110,56 | 110,3 |
| 1891 | 110,16 | 110,16 | 110,16 | 114,16 | 111,2 |
| 1892 | 122,50 | 122,50 | 122,50 | 114,16 | 120,4 |
| 1893 | 116,16 | 114,16 | 114,16 | 114,16 | 114,7 |
| 1894 | 113,16 | 114,16 | 114,16 | 114,16 | 113,9 |
| 1895 | 112,36 | 114,16 | 114,16 | 114,16 | 113,7 |
| 1896 | 112,08 | 119,10 | 119,70 | 122,50 | 118,3 |
| 1897 | 119,70 | 121,70 | 122,50 | 120,90 | 121,2 |
| 1898 | 120,50 | 120,50 | 118,10 | 120,50 | 119,9 |
| 1899 | 116 | 116 | 116 | 120 | 117,0 |
| 1900 | 122 | 122 | 118,80 | 118 | 120,2 |
| 1901 | 116,80 | 120 | 120 | 120 | 119,2 |
| 1902 | 121,20 | 99,20 | 118,80 | 120,40 | 114,9 |
| 1903 | 120 | 95,20 | 120 | 120 | 113,8 |
| 1904 | 120 | 120 | 84,80 | 120 | 111,2 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1905 | 120 | 120 | 115,20 | 120 | 118,8 |
| 1906 | 120 | 120 | 120 | 120 | 120,0 |
| 1907 | 116 | 120 | 120 | 120 | 119,0 |
| 1908 | 120 | 119,20 | 116 | 116 | 117,8 |
| 1909 | 116 | 112 | 112 | 112 | 113,0 |
| 1910 | 100 | 100 | 112 | 112 | 106,0 |
| 1911 | 112 | 112 | 104 | 104 | 108,0 |
| 1912 | 104 | 104 | 108 | 112 | 107,0 |
| 1913 | 112 | 112 | 112 | 112 | 112,0 |

Fonte: Ver metodologia de construção dos índices. Obser: Base em 1867.

A sua tendência global de evolução pode ser expressa do seguinte modo:

$$PII = \underset{(6,723)}{33,452} + \underset{(13,921)}{20,290} \log t + e$$

$R^2$=0,740 F=193,782 DW=0,402

o que reflecte uma tendência de aumento de preços com atenuação das variações absolutas e, obviamente, relativas. Também revela a existência de um movimento já anteriormente designado de "conjuntural". Convirá apenas referir que este movimento "conjuntural" é muito diferente do verificado para os preços da alimentação popular, embora as tendências estruturais sejam as mesmas. Com efeito, também aqui, após 1890 as alterações dos movimentos "conjunturais" são mais frequentes.

Também neste caso além dessa tendência global deve-se referir uma alternância de grandes períodos de subidas e descidas de preços

| Anos | tx de variação anual (%) |
|---|---|
| 1844-1852 | – 2,5 |
| 1852-1868 | + 5,1 |
| 1868-1871 | – 4,0 |
| 1871-1877 | + 5,1 |

| | |
|---|---|
| 1877-1910 | – 0,5 |
| 1910-1913 | + 1,9 |

e em cada um deles uma alternância de variações positivas e negativas anuais. Nunca há mais de 5 anos consecutivos de descida de preços e 3 de subida, sendo a duração média dos de descida de 2,6 anos e os de subida de 1,9, com uma nítida tendência de atenuação das variações após 1878.

Dado o peso que os tecidos apresentam na construção deste índice, o índice do preço dos tecidos apresenta em tudo um comportamento semelhante ao agora descrito.

O índice de preços de "Produtos Industriais II" são os seguintes:

**Índice de preços dos Produtos Industriais II (dados trimestrais)**

| Anos | I Tri. | II Tri. | III Tri. | IV Tri. | Média |
|---|---|---|---|---|---|
| 1881 | 102,10 | 97,93 | 101,86 | 98.09 | 100,0 |
| 1882 | 92,80 | 95,31 | 93,38 | 95,53 | 94,3 |
| 1883 | 99,17 | 100,36 | 100,61 | 98,59 | 99,7 |
| 1884 | 102,19 | 102,23 | 104,63 | 105,29 | 103,6 |
| 1885 | 109,73 | 110,57 | 105,80 | 105,86 | 108,0 |
| 1886 | 108,42 | 107,31 | 107,91 | 105,94 | 107,4 |
| 1887 | 102,70 | 103,13 | 105,21 | 105,13 | 104,0 |
| 1888 | 104,83 | 103,42 | 103,38 | 106,63 | 104,6 |
| 1889 | 107,26 | 109,09 | 111,78 | 112,45 | 110,2 |
| 1890 | 109,72 | 106,36 | 106,80 | 107,02 | 107,5 |
| 1891 | 108,49 | 108,77 | 111,53 | 113,03 | 110,5 |
| 1892 | 111,31 | 109,88 | 107,89 | 111,94 | 110,3 |
| 1893 | 112,29 | 113,78 | 114,09 | 116,48 | 114,2 |
| 1894 | 118,58 | 118,41 | 117,42 | 115,81 | 117,6 |
| 1895 | 116,36 | 116,59 | 116,66 | 118,51 | 117,0 |
| 1896 | 115,38 | 109,70 | 110,93 | 109,99 | 111,5 |
| 1897 | 109,99 | 112,93 | 119,39 | 114,92 | 114,2 |
| 1898 | 111,62 | 119,20 | 116,30 | 121,20 | 117,1 |
| 1899 | 121,42 | 113,15 | 112,26 | 115,65 | 115,6 |
| 1900 | 128,11 | 131,46 | 123,89 | 127,06 | 127,6 |
| 1901 | 130,21 | 130,05 | 124,28 | 122,67 | 126,8 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1902 | 127,76 | 126,17 | 123,82 | 123,82 | 125,4 |
| 1903 | 117,81 | 117,81 | 121,57 | 113,73 | 117,7 |
| 1904 | 97,32 | 103,50 | 102,65 | 103,57 | 101,8 |
| 1905 | 110,49 | 99,50 | 96,98 | 98,65 | 101,4 |
| 1906 | 98,78 | 100,22 | 104 | 102,53 | 101,4 |
| 1907 | 104,35 | 109,20 | 105,84 | 108,73 | 107,0 |
| 1908 | 107,57 | 109,67 | 112,27 | 112,06 | 110,4 |
| 1909 | 113,21 | 108,55 | 110,05 | 109,07 | 110,2 |
| 1910 | 117 | 115,78 | 120,05 | 125,12 | 119,5 |
| 1911 | 119,60 | 109,91 | 127,81 | 125,26 | 120,7 |
| 1912 | 138 | 126,61 | 307,74 | 119,54 | 173,0 |
| 1913 | 125,85 | 130,23 | 124,54 | 126,84 | 126,9 |

Observação: Ver metodologia de construção dos índices. Base no ano 1881.

Apresentam uma tendência global de evolução expressável na seguinte regressão:

$$\log PIII = \underset{(88,543)}{4,54165} + \underset{(3,728)}{0,0705049} \log t + e$$

$R^2=0,310$ $F=13,901$ $DW= 1,131$

que tem um coeficiente de determinação relativamente baixo em resultado do período posterior a 1904.

Não é de admitir a existência de um movimento "conjuntural".

Pode-se considerar a existência de três períodos de alternância de variação dos preços:

| Anos | tx anual de variação (%) |
|---|---|
| 1882-1900 | + 1,7 |
| 1900-1906 | – 3,8 |
| 1906-1912 | + 9,3 |

sendo igualmente de considerar, dentro de cada um destes períodos, várias alternâncias anuais.

Este índice tem um comportamento bastante diferente do índice de preços industriais anteriormente referido e ambos têm fortes diferenças em relação aos índices de produtos alimentares.

### 2.C.3. Apreciação de conjunto

O facto de todos os índices construídos serem índices de preços no consumidor mostra a sua particular utilidade para o nosso objecto de estudo. Dado o seu carácter ponderado é o índice de preços de alimentação popular o que tem maior interesse para a nossa análise.

O comportamento de cada um dos índices apresenta especificidades, o que só por si também são significativas. Contudo, é importante salientar que há um conjunto de traços característicos de todo este período, que passamos a relembrar:

a) Há uma tendência global ao aumento de preços, embora a taxas de variação anual sejam bastante modestas quando comparadas com as de hoje.
b) As diferenças de comportamento dos preços de cada um dos produtos em relação aos outros são bastante acentuadas[181], pelo que será de admitir um comportamento *diferenciado* na dinâmica dos preços específicos bastante acentuado.
c) Em quase todos os casos é de admitir a existência de um *movimento ondulatório dos índices de preços em torno da tendência estrutural de evolução*, movimento que designamos aproximadamente por "conjuntural". Este movimento apresenta uma *nova dinâmica a partir de 1890*.
d) É viável considerar *períodos de anos assinalados dominantemente por uma subida ou uma descida de preços* com os correspondentes anos de viragem de evolução. Dentro de cada período ainda se verificam alternâncias de subidas e descidas de preços de ano para ano, *sendo relativamente curta (inferior ou igual a 5 anos) a duração consecutiva de cada um desses movimentos*.

## 2.D. Os preços após 1914

Nas ciências sociais deve haver um permanente controlo sobre o grau de validade das informações com que se trabalha. No nosso caso isso implica, aqui e agora, uma apreciação crítica sobre os índices de preços internos a partir dos quais vamos trabalhar.

181 Dispensamo-nos de apresentar os dados individuais

O primeiro ponto deste anexo será dedicado ao inventário e descrição dos índices e a um conjunto de observações sobre o seu conteúdo. Após isso entraremos na análise isolada de cada um deles.[182]

### 2.D.1. Inventário e descrição dos índices. Apreciação crítica.

Comecemos por enunciar todos os índices explícitos de preços no mercado interno da responsabilidade do aparelho estatístico oficial, isto é, da Direcção Geral de Estatística, primeiro, e do Instituto Nacional de Estatística, depois.

Não só enunciar mas fazer uma pequena síntese das metodologias de construção, recolha e publicação. É certo que muito do que aqui é dito consta de publicações do INE mas nós pensamos ser útil fazer uma descrição de conjunto.

Tal representa uma economia de trabalho para estudos futuros, que exijam uma visão do conteúdo dos índices; fornece uma apreciação de conjunto e torna mais fácil uma análise crítica global (que tem sido bastante incompleta nos trabalhos publicados), a qual será feita de seguida.

Comecemos por fazer a historia dos *índices de preços por grosso*.

Há dois índices de preços por grosso.

— O primeiro foi construído pelo Banco de Portugal em 1932 (base fixa em 1927). Em 1945 o INE encarregou-se de recolher os referidos preços e publica-los regularmente. A mudança institucional não teve qualquer influência sobre a sua metodologia. O INE reconhecia que o índice até então publicado estava correcto e defendia manter a continuidade da serie.

  Para os anos de 1927 a 1931 só existiam índices para o mês de Junho. Desde Janeiro de 1932 a sua publicação passou a mensal. Até 1945 o INE publica o índice geral, o índice dos produtos alimentares e dos produtos não alimentares. Após essa data o índice é desagregado para os cereais, os outros produtos de origem vegetal, os produtos de origem animal, os metais e materiais de construção, os combustíveis, os produtos químicos e gorduras e outros produtos.

— O segundo foi montado pelo INE e publicado regularmente a partir de Abril de 1953, tendo procedido à elaboração de uma serie retrospectiva para o período 1948 a 1952. Antes de 1975

182 Para 2.D.1 e 2.D.2 vamos utilizar Pimenta (aavv), "Descripcion des índices ...". Um agradecimento muito especial ao Dr. Mendes de Oliveira

tinha como base o ano de 1948 e a partir de então foi alterada para 1963. No Boletim Mensal 4/75 o INE publica o índice para os mesmos meses com as duas bases e apresenta uma série retrospectiva anual de 1964 a 1971 tomando a nova base. A sua publicação foi sempre mensal.

O índice geral é desagregado num dispositivo fundamental e num complementar. O primeiro tem a composição seguinte: "alimentação" (com 8 subrubricas), "bebidas e tabaco" (2), "matérias primas não alimentares com excepção dos combustíveis" (5), "combustíveis e lubrificantes" (3), "produtos da indústria química" (4), "produtos manufacturados" (4). O segundo dispositivo tem, antes de 1976 quatro subrubricas: "produtos do Continente e Ilhas Adjacentes", "produtos fabricados no Continente e Ilhas a partir de matérias-primas importadas" "produtos dos Territórios Ultramarinos" e "produtos do estrangeiro". A partir dessa data a terceira subrubrica desapareceu.

Em síntese, o índice de preços por grosso parece ser um produto das mudanças qualitativas resultantes da crise de 1929/33.

Quanto ao primeiro índice de preços por grosso o INE faz uma muito insuficiente descrição da sua metodologia. Apresentemos de seguida o pouco que é viável.

No seu cálculo consideram-se 48 categorias diferentes de mercadorias. Eis a sua partição pelas secções e seus respectivos coeficientes de ponderação:

| | | |
|---|---|---|
| **Produtos alimentares** | | |
| Cereais | 6 | 34,8 |
| Outros produtos de origem vegetal | 13 | 26,6 |
| Produtos de origem animal | 7 | 3,4 |
| **Produtos não alimentares** | | |
| Metais e materiais de construção | 8 | 7,2 |
| Combustíveis | 3 | 18,9 |
| Produtos químicos e gorduras | 3 | 5,9 |
| Outros produtos | 8 | 3,4 |

Os coeficientes foram calculados em quantidades, sobretudo em quilos ou em litros, para 1926/27 tomando ou o consumo, ou a produção, ou a importação, ou a exportação, ou aquela menos esta,

ou a produção mais importação, ou importação mais reexportação ou ainda produção mais exportação. Os coeficientes são constantes durante todo o período de existência deste índice.

Para a maioria dos produtos só se consideram os preços da última transacção por grosso mas, por vezes, registaram alternativamente o preço de compra a agricultura ou o preço de venda para o mercado externo. Os preços são recolhidos nos dias quinze de cada mês por comunicação escrita das empresas.

Os índices agregados foram calculados com base na seguinte fórmula:

$$( (\Sigma q(p_0/p_n) ) / \Sigma q_0 ) . 100$$

Este índice era publicado no Boletim Mental de Estatística e no Anuário Estatístico, publicações do INE.

O segundo índice de preços por grosso é designado por índice de preços por grosso em Lisboa, o qual ainda hoje existe.

Apesar da limitação geográfica o INE considera-o como um índice de preços por grosso das mercadorias utilizadas no consumo (individual e produtivo) interno e válido para o Continente.

O seu cálculo baseia-se em 236 categorias diferentes de preços e calculado com base em ponderações. Como já dissemos é decomposto segundo dois critérios diferentes. O primeiro considera a natureza dos produtos e o segundo a sua origem.

Para escolher o cabaz de mercadorias o INE percorreu as seguintes fases:

1. Inventário dos produtos susceptíveis de serem comercializados por grosso; para tal procedeu à análise das importações e das produções agrícolas e industriais.
2. Quantificação da importância de cada produto anteriormente escolhido tomando como indicador o valor das vendas; para muitos produtos o INE já tinha informações e para os restantes fez inquéritos.
3. Exclusão dos produtos que têm um mercado por grosso essencialmente dirigido para o mercado externo.
4. Escolha pragmática considerando as informações recolhidas, mas também as dificuldades de obtenção das series de preços.

Os produtos incluídos neste índice têm sido sempre os mesmos desde a sua constituição: 93 produtos, isto é 39%, são classificados no primeiro grupo do dispositivo fundamental, "Alimentação";

39 (17%) no segundo, "Bebidas e Tabaco"; 29 (12%) no terceiro, "Matérias-primas não alimentares, excepto combustíveis"; 17 (7%) na quarta, "Combustíveis e Lubrificantes"; 18 (8%) na quinta, "Produtos da Indústria Química" e 40 (17%) na sexta secção, "Produtos Manufacturados (este título não é claro: esta secção engloba matérias -primas). 162 produtos, isto é 59%, estão classificados na primeira secção do dispositivo complementar; 37 (13%) na segunda; 25 (9%) na terceira e, finalmente 52 (19%) na quarta. 17% dos produtos estão incluídos em mais de uma secção: chá, bacalhau, milho, trigo, peles, combustíveis líquidos, sulfato de amónio, papel. A totalidade, ou quase, do valor das transacções dos outros produtos, afectam apenas uma secção.

Sobre o dispositivo complementar é necessário ainda dizer que a preocupação principal do INE foi a criação do índice de produtos do ultramar.

Tomando o conjunto dos dois dispositivos temos os seguintes coeficientes de ponderação:

| | Secção I | Secção II | Secção III | Secção IV | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Grupo 1 | 3429 | 483 | 129 | 466 | 4507 |
| Grupo 2 | 1151 | 318 | 0 | 0 | 1469 |
| Grupo 3 | 306 | 0 | 495 | 15 | 816 |
| Grupo 4 | 42 | 360 | 0 | 827 | 1229 |
| Grupo 5 | 74 | 229 | 0 | 83 | 456 |
| Grupo 6 | 495 | 251 | 0 | 777 | 1523 |
| **Total** | **5497** | **1711** | **624** | **2168** | **10000** |

Os preços são recolhidos na última transacção no mercado por grosso continental, de preferência em Lisboa (daí a sua designação). Todos os preços de venda para o mercado externo são excluídos e para os produtos importados directamente pelo consumidor produtivo regista-se o preço de importação CIF. É possível agrupar a origem das informações sobre os preços em 6 grupos: As vendas do comerciante por grosso para o comércio a retalho; B os organismos de coordenação económica; C as compras das empresas; D as importações; E as vendas das empresas; F outras. Fazendo a aplicação desta classificação às secções do dispositivo fundamental temos a seguinte repartição de produtos:

| | A | B | C | D | E | F |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 59 | 4 | 4 | 2 | 0 | 24 |
| 2 | 37 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| 3 | 0 | 0 | 13 | 8 | 6 | 2 |
| 4 | 12 | 0 | 0 | 1 | 4 | 0 |
| 5 | 1 | 0 | 5 | 0 | 12 | 0 |
| 6 | 24 | 0 | 3 | 0 | 10 | 3 |
| Total | 133 | 4 | 25 | 11 | 34 | 29 |

Os inquiridores do INE recolhem os preços nos dias 15 de cada mês tomando para cada produto dois postos de venda (entre as empresas com maior número de transacções). Para os produtos que apresentam importantes alterações de preço de um dia para o outro o INE pede ao organismo que controla esses mercados o valor unitário médio.

Há, como para todos os índices de preços, dois problemas difíceis de resolver: as variações sazonais e as mudanças de qualidade. O primeiro, de facto não é resolvido: os preços dos produtos que se tornam raros são à partida excluídos do índice. A mudança de qualidade efectiva ou jurídica (muitos dos produtos do índice tinham mercados regulamentados e as qualidades dos produtos era definida por lei) é resolvida de uma forma ambígua:

> "Para os produtos nesta situação, após a análise dos preços e da importância previsível dos novos tipos comerciais, procedemos à aplicação de um critério de equivalência entre os tipos comerciais antigos e novos, ao cálculo do índice de preços para as variedades consideradas 'equivalentes' e à aplicação destes índices à ponderação fixa de base"[183]

Os coeficientes de ponderação têm sido sempre os mesmos desde 1948/50, pelo que a mudança de base não teve qualquer efeito sobre aqueles. Para a sua construção o INE considerou o conjunto das transacções por grosso para o mercado interno durante o ano de 1948 (para quase todos os produtos) ou os anos 1948/ 50 (para os produtos com bruscas e significativas variações anuais de preços). As transacções foram medidas pelas quantidades físicas e pelo valor de acordo com as estatísticas agrícolas e industriais, os inquéritos no quadro da contabilidade nacional, um inquérito especial para os comerciantes de produtos agrícolas e também recorrendo a informações dos organismos corporativos e de coordenação económica. De início o INE considerou para cada produto o peso relativo de

183 Dos textos do INE

todas as variedades mas, depois, apenas manteve as principais, com os coeficientes aumentados (de forma à sua soma dar os almejados 100%). Os critérios são semelhantes para todos os produtos, mesmo que pertencessem a uma cadeia de produção, com várias entradas no índice (ex. trigo-farinha de trigo-massa).

O índice geral é calculado por meio de índices de acordo com a fórmula seguinte:

$$( (\Sigma\, p_n q_0) / (\Sigma\, p_0 q_0) ) \, 100$$

ou

$$( (\Sigma\, v_0 (p_n / p_0) ) / (\Sigma\, v_0) ) \, 100$$

Este índice é publicado no Boletim Mensal de Estatística e no Anuário Estatístico.

Falemos agora nos *números índices do custo de vida*.

Os números índice do custo de vida da Direcção Geral de Estatística, depois INE, são uma reformulação dos índices com o mesmo nome do Instituto de Segurança Social Obrigatória e Previdência Geral publicados irregularmente no Anuário Estatístico após 1914.

A DGE passou a fazer o seu cálculo mensal a partir de Janeiro de 1929 para o Continente, a cidade de Lisboa e a do Porto. O primeiro foi sempre desagregado no índice de produtos alimentares de origem vegetal, produtos alimentares de origem animal e produtos empregues no aquecimento e na higiene doméstica. Passado algum tempo os índices das cidades passaram a ter uma desagregação similar.

Em Janeiro de 1940 o INE anuncia a mudança de nome do índice, não procedendo a qualquer modificação na sua estrutura ou metodologia para *índice de preços de retalho*, o que foi justificado através de dois argumentos:

a) os índices publicados só incluem uma parte das despesas normais das famílias;
b) o seu cálculo faz-se por meio de uma média simples.

E o INE aproveita a ocasião para fazer a defesa da qualidade do índice.

É o seguinte o número de variedades: 30 para o primeiro subíndice, 21 para o segundo e 10 para o terceiro. Os seus preços, também publicados, representam a média aritmética simples dos preços recolhidos pelos inquiridores nos dias 15 do mês. A cabaz de mercadorias é constante.

A sua base é Junho 1914 (a base dos índices de ISSOPG era Julho 1914).

Aparentemente as variações sazonais não coloca problemas: se uma dada mercadoria não existe no mercado procede-se à média dos restantes preços. Para as mercadorias do cabaz o efeito qualidade não tem significado prático e não é analisado.

Este índice mensal foi publicado no Boletim Mensal de Estatística e no Anuário Estatístico. Nesta ultima publicação também se publicavam as médias anuais.

Vejamos agora o *índice ponderado do custo da alimentação e de alguns artigos de consumo das famílias na cidade de Lisboa*, que resultou da mudança de nome do primeiro índice de preços.

Como ressalta do seu próprio nome estamos perante um índice com coeficientes de ponderação construídos através de um inquérito as famílias na cidade de Lisboa:

a) O inquérito foi realizado em 1938 em duas paróquias da cidade de Lisboa: Santos-o-Velho e Camões.
b) Utilizaram-se 1000 respostas: 274 de Camões e 726 da outra paróquia divididas em 10 classes de rendimento das famílias (as famílias incluídas nas duas classes inferiores representam 50,5% da amostra e as englobadas nas três inferiores já 69,8%). Como amostra considerou-se sempre famílias de 3 a 6 membros (as com 3 ou 4 membros representam 77% da amostra).
c) Uma analise da amostra por profissões revela:

| | |
|---|---|
| operários e artesãos | 17,5% |
| marinheiros | 12,9% |
| empregados | 12,9% |
| forças armadas | 12,6% |
| funcionários públicos | 10,5% |
| domésticas | 9,1% |
| proprietários | 7,5% |
| intelectuais e técnicos | 6,2% |
| camponeses | 0,0% |
| outros | 10,8% |

d) O inquérito às famílias considerava 15 produtos alimentares com 57 variedades e 5 bens e variedades de iluminação e combustível e, depois, o INE acrescentou um produto de higiene com

duas variedades. Para o bacalhau e o peixe fresco consideraram -se todas as variedades vendidas ao público.

e) Os coeficientes de ponderação das mercadorias resultaram do inquérito às famílias, mas o das variedades de cada uma resulta de inquéritos às mercearias na cidade de Lisboa. Para o bacalhau considerou-se as informações da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau e para o peixe fresco cada variedade vendida no mercado de Santos tem um coeficiente unitário.

f) Os coeficientes foram calculados por quantidade, tomando como equivalente o quilo, o litro, a dúzia, o KW e o metro cúbico.

g) Os coeficientes foram sempre invariáveis.

As variações sazonais são pura e simplesmente resolvidas pela exclusão dos respectivos produtos ou, como vimos, pela média simples dos preços do peixe fresco.

A publicação do índice geral e dos parciais é mensal utilizando uma formula similar à primeira referida para o índice anterior. Tem base em 1938.

Este índice era publicado no Boletim Mensal de Estatística e no Anuário Estatístico.

Entremos agora num índice de preços que é particularmente importante para nós. Estamos a falar do *índice de preços no consumidor*.

A construção de um índice de preços no consumidor (IPC) em Portugal só começou em 1948, na sequência de um inquérito às famílias, levado a cabo pelo INE durante o período Julho 1948/ Junho 1949. Esse inquérito visava captar as despesas e receitas de uma amostra de famílias residentes em Lisboa. Também se fizeram inquéritos similares para um conjunto de cidades, construindo-se outros tantos IPCs: no Porto (base 1950/51), Coimbra (1953/54), Évora (1955 /56), Viseu (1955/56) e Faro (1961/62).

A publicação mensal destes índices continuou até à implementação do IPC para o Continente com uma nova metodologia. Contudo em 1975, tal como se fez para o índice de preços por grosso, procedeu-se à mudança de base a que não correspondeu nenhuma mudança de estrutura ou metodologia.

As amostras observadas para cada uma das seis cidades foi constituída por famílias compreendendo um mínimo de três pessoas cujos "chefes", do sexo masculino, pertenciam a sindicatos (sendo, portanto, operários ou empregados de serviço) ou eram funcionários duma categoria pouco elevada. Considerou-se como universo

estatístico apenas alguns sindicatos e alguns serviços públicos. Procedeu-se à eliminação das unidades que não obedeciam às limitações impostas (aquelas cujas membros se podiam abastecer em cooperativas de consumo, aquelas cujos "chefes" eram analfabetos, etc.). Após isso o INE escolheu um conjunto de famílias de forma a ficar com uma "amostra" decomposta em operários/empregados/funcionários de forma semelhante à do "universo".

Os inquéritos iniciaram-se a 1 de Julho e prolongaram-se até 30 de Junho do ano seguinte. Pedia-se às famílias para registarem diária e detalhadamente todas as suas despesas com excepção das da alimentação, as quais eram consideradas em bloco. Foi o que se pode designar por inquérito longo. Para se decompor as despesas alimentares fizeram-se quatro inquéritos minuciosos durante outras tantas quinzenas pertencentes ao período do inquérito de base. A unidade de informação, no inquérito longo foi a "familia-mês" e, nos inquéritos minuciosos, a "familia-quinzena".

Foi a seguinte a dimensão das amostras:

| | Lisboa | Porto | Coimbra | Évora | Viseu | Faro |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número de indivíduos compondo o "universo estatístico" | 56215 | 15839 | 2402 | 2005 | 709(a) | 1468 |
| Número de famílias-mês observadas | | | | | | |
| (inquérito longo) | 2339 | 2592 | 2040 | 1128 | 972 | 1308 |
| media mensal | 195 | 216 | 170 | 94 | 81 | 109 |
| Número de famílias -quinzena observadas | | | | | | |
| Inquérito minucioso | 1258 | 1215 | 985 | 617 | 578 | 575 |
| Média por quinzena | 315 | 304 | 246 | 154 | 145 | 144 |

Obser: (a) Número de famílias

Complementarmente o INE também recolheu dados referentes às receitas, a certas características demográficas e condições de alojamento. No quadro seguinte resume-se os principais aspectos económicos das famílias observadas:

| | Lisboa | Porto | Coimbra | Évora | Viseu | Faro |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Composição da amostra (%) | F 41<br>E 34<br>O 25 | F 2<br>E 20<br>O 78 | FE 42<br><br>O 58 | FE 46<br><br>O 54 | FE 56<br><br>O 44 | F 18<br>E 20<br>O 62 |
| Receita média por "família-mês" (esc.) | 2 566 | 1 607 | 1 836 | 1 912 | 2 226 | 2 226 |
| Idem segundo a classe profissional | n.d. | n.d. | FE<br>2 405<br>O<br>1 424 | FE<br>2 301<br>O<br>1 584 | FE<br>2 950<br>O<br>1 321 | FE<br>2 821<br>O<br>1 853 |
| Despesas médias por "família-mês" (esc) | 2 697 | 1 622 | 1 907 | 1 828 | 2 030 | 2 162 |
| Idem segundo a classe profissional | n.d. | n.d. | FE<br>2 449<br>O<br>1 514 | FE<br>2 166<br>O<br>1 543 | FE<br>2 618<br>O<br>1 296 | FE<br>2 831<br>O<br>1 742 |

Obser: F=funcionários; E=empregados; O=operários; FE=funcionários e empregados; n.d.= não disponível

Após o inquérito o INE procedeu à agregação das despesas em alguns milhares de rubricas e depois à sua classificação.

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura, em percentagem, das despesas:

| | Lisboa | Porto | Coimbra | Évora | Viseu | Faro |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Alimentação (incluindo bebidas) | 52,6<br>(3,0) | 62,6<br>(7,5) | 54,7<br>(4,8) | 50,4 | 44,4 | 45,4 |
| Bebidas | | | | 1,4 | 3,0 | 2,4 |
| Vestuário e calçado | 10,5 | 8,1 | 9,1 | 9,2 | 10,8 | 9,4 |
| Habitação | 11,1 | 9,2 | 9,8 | 9,8 | 10,4 | 11,6 |
| Combustíveis e electricidade | 4,2 | 5,8 | 5,1 | 5,4 | 5,1 | 4,3 |
| Higiene | 1,5 | 1,9 | 2,1 | 3,6 | 2,9 | 3,8 |
| Diversos (incluindo tabaco e desp. fumador) | 20,1<br>(1,2) | 12,4<br>(2,1) | 19,2<br>(1,4) | 11,2 | 14,5 | 13,0 |
| Tabaco e desp. fumador | | | | 2,2 | 1,2 | 2,6 |
| Despesas de capital e transferências (+) | | | | 6,8 | 7,7 | 7,6 |

Obser: (+) Operações de crédito, segurança social, contribuições e impostos, licenças e taxas. Doações.

A observação deste quadro permite constatar que não se utilizou sempre a mesma classificação. A divisão tradicional em seis classes foi substituída, nos três últimos inquéritos, por uma outra que considera separadamente as bebidas e o tabaco e outras despesas dos fumadores e que menciona explicitamente a existência de despesas que não são propriamente de consumo. O problema está em saber qual foi o tratamento reservado a estas despesas nos três primeiros inquéritos.

Sobre os quadros publicados pelo INE referentes as despesas das famílias em Coimbra verifica-se que as contribuições, impostos e despesas com seguros de vida, previdência e similar são englobadas no grupo "diversos" constituindo cerca de 6,2% da despesa total. Nas exposições metodológicas feitas pelo INE a propósito dos índices das duas primeiras cidades não há qualquer referência a este assunto, mesmo nas subrubricas de "diversos". É de admitir que essas despesas ou foram subtraídas ou repartidas pelas outras classes.

Durante todo o período das operações preliminares e de inquérito observaram-se os preços de um grande conjunto de variedades de bens e serviços para se poder definir a base da sua construção.

No conjunto das despesas das famílias observados os diferentes produtos e serviços tem, como se sabe, uma importância relativa muito diferenciada. A escolha dos artigos (de entre todos os que tinham sido objecto de consumo) que foram incluídos no índice obedeceu a um duplo critério: consideração daqueles que ultrapassavam um mínimo previamente estabelecido e, para os bens e serviços não alimentares os que eram de utilização comum. As despesas correspondentes aos artigos não seleccionados foram imputados a um ou mais bens que se consideraram similares. Atendendo a que o INE não dispunha de estudos referentes à correlação entre os diferentes preços ou sobre os efeitos de substituição e complementaridade, será de admitir ter existido uma grande carga de subjectividade neste processo de imputação. Este processo visava assegurar a representatividade de todos os bens e serviços consumidos, incluindo os não englobados no cabaz.

Além disso era necessário escolher as variedades de alguns produtos, na maior parte dos casos alimentares, as quais não tinham sido constatadas através de inquérito. Para tal o INE procedeu a um inquérito sumário junto do comércio local tentando detectar as preferências dos consumidores da camada social observada. É de pôr reticências sobre a sua validade.

A comparabilidade das seis séries de IPC é prejudicada pelo facto dos artigos incluídos no índice não serem sempre os mesmos. Mais,

as diferenças não podem ser exclusivamente imputadas a diferenças regionais de consumo. Para uma visão de conjunto veja-se o quadro seguinte:

| | Lisboa | Porto | Coimbra | Évora | Viseu | Faro |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Alimentação (Bebidas) | 110 (5) | 111 (5) | 116 (5) | 121 | 131 | ++86 |
| Bebidas | | | | 6 | 8 | 7 |
| Vestuário e calçado | 38 | 42 | 36 | 33 | 37 | 32 |
| Habitação | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Combustíveis e electricidade | 5 | 6 | 4 | 6 | 6 | 6 |
| Higiene | 9 | 13 | 10 | 13 | 15 | 16 |
| Diversos (Tabaco e desp. fumador) | 72 (16) | 73 (15) | 84 (16) | 43 | 51 | 50 |
| Tabaco e desp. fumador | | | | 19 | 19 | ++2 |
| TOTAL | 235 | 246 | 251 | 242 | 268 | 198 |

Obser: (+) Indica o numero máximo de artigos, já que estes mudam todos os meses. (++) As diferenças resultam apenas da agregação de varias variedades de um só bem.

Os artigos seleccionados foram agregados em subgrupos, grupos e classes conforme se vê do quadro anterior. Dispensamo-nos de analisar a estrutura interna de cada um deles.

A classificação seguida pelo INE, embora na altura em que foi feita pudesse ser defensável e a alteração dos padrões de consumo posteriores provocou a sua forte erosão. Assim, por exemplo, enquanto a televisão ou a maquina de barbear são excluídos, a máquina de costura está englobada.

O índice era calculado por meio de uma formula tipo Laspeyres. Assim, calculado o IPC, é o rácio de duas despesas: as que o conjunto das famílias da amostra deveriam fazer hoje para comprar as mesmas quantidades e variedades de bens e serviços que consumia no período base e a despesa feita nesse período. O índice reflectiria o movimento dos preços e a sua incidência sobre os consumidores, considerando que este conjunto de famílias são representativas da população de referência e que os hábitos de consumo não mudaram. Este facto torna necessário a actualização periódica da base de ponderação do índice. No entanto o INE só recentemente cumpriu

esta tarefa. Durante trinta anos, aproximadamente, a estrutura de base do IPC não mudou.

Ainda sobre este assunto convém ter em conta que o índice de preços global não é calculado com base nos índices de grupo mas dos preços das variedades e não se constroem índices para cada uma destas. Os pesos de ponderação dos produtos com variações sazonais fazem com que mensalmente haja um peso de ponderação global específico. Além disso houve modificações práticas dos pesos de ponderação, por vezes não reveladas publicamente. No cálculo da base considerou-se o preço médio a partir da média aritmética simples dos preços médios observados em cada mês. Dados os artigos sazonais o número de artigos englobados em cada mês é diferente. Por este facto, em rigor, os números publicados para os diferentes meses não são totalmente comparáveis.

A observação dos preços não se realiza no momento da transacção. O seu registo é feito junto dos estabelecimentos ou pontos de informação seleccionados através de agente do INE ou de resposta a questionário enviado pelo correio.

O índice de preços é mensal. Para alguns produtos (ex. legumes ou peixes) faz-se uma recolha de preços diária ou semanal. Para muitos dos restantes recolhe-se uma vez por mês no dia de trabalho mais próximo do 15. Há ainda alguns cujos preços só são recolhidos trimestral, semestral ou anualmente. O preço considerado para a construção do índice mensal é o último conhecido.

A determinação do preço do alojamento não se faz da mesma maneira para as seis cidades. Para a maior parte delas o preço é calculado trimestralmente através de um inquérito.

Para cada artigo obtém-se pelo menos duas informações de preços.

O número de preços observados (máximo, na medida em que muda todos os meses, era de 610 em Coimbra, 499 em Évora, 525 em Viseu e 526 em Faro, não se conhecendo essa informação para as outras cidades.

Embora as informações referentes aos centros de informação não sejam conhecidas para todas as cidades, é de admitir que o INE escolhesse para informadores estabelecimentos que tivessem um volume de vendas apreciável, preferencialmente especializados por grupos de artigos, cabendo a cada um dar informações sobre um número limitado. Os pontos de venda analisados devem ser razoavelmente distantes uns dos outros quando se referem a artigos idênticos.

E para terminar esta já longa incursão pelos IPC das seis cidades do País atrás referidas, apresentemos a estrutura do índice, mais exactamente os coeficientes de ponderação das classes de artigos[184]

| | Lisboa | Porto | Coimbra | Évora | Viseu | Faro |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Alimentação (Bebidas) | 52,6 ( 3,0) | 62,6 ( 7,5) | 54,6 ( 4,8) | 55,9 | 49,5 | 48,1 |
| Bebidas | | | | 1,6 | 3,4 | 2,4 |
| Vestuário e calçado | 10,5 | 8,1 | 9,1 | 10,1 | 12,1 | 9,6 |
| Habitação | 11,1 | 9,2 | 9,7 | 10,7 | 11,6 | 17,0 |
| Combustíveis e electricidade | 4,2 | 5,8 | 5,1 | 5,8 | 5,7 | 4,4 |
| Higiene | 1,5 | 1,9 | 2,1 | 4,0 | 3,2 | 4,0 |
| Diversos (Tabaco e desp. fumador) | 20,1 ( 1,2) | 12,4 ( 2,1) | 19,4 ( 1,4) | 9,4 | 13,2 | 11,9 |
| Tabaco e desp. fumador | | | | 2,5 | 1,4 | 2,6 |

Como se disse os pesos de ponderação mantiveram-se sempre iguais durante o período de existência destes índices.

Vejamos agora, de uma forma bastante mais sintética, alguns dos aspectos referentes ao *índice de preços no consumidor no continente*.

O seu ponto de partida foi o inquérito as despesas das famílias em várias cidades durante o período de Julho 1973 a igual mês do ano seguinte. Observaram-se, então, as despesas de 15921 famílias, durante uma semana. Os dados referentes às despesas mensais fixas e às compras de bens duradoiros também foram recolhidos. Considerou-se o subconjunto das famílias que tinham de uma a cinco unidades de consumo (segundo a classificação da OIT) com rendimentos anuais entre 30 e 180 contos cujo "chefe" fosse trabalhador por conta de outrem, com exclusão de quadros e técnicos superiores, o qual corresponde a cerca de 70% das famílias observadas.

Na metodologia de construção do novo IPC a inovação maior, para além do seu carácter nacional, foi a classificação das despesas. Consideram-se 5 classes: Alimentação e Bebidas, Vestuário e Calçado, Habitação, Despesas de Habitação e Diversos. Os dois primeiros têm um significado semelhante às do IPC das cidades. Nas despesas ligadas à habitação engloba-se a água, os combustíveis e

184 Convirá aqui dizer que para as cidades de Viseu e Faro o INE não apresenta nas suas publicações os respectivos pesos ou aqueles não correspondem à realidade.

electricidade, as despesas para aquisição de electrodomésticos e despesas domésticas correntes. A higiene e os cuidados pessoais, assim como o tabaco e outras despesas dos fumadores, foram enviadas para Diversos, onde também estão englobadas as despesas de saúde, transportes, comunicações, instrução, cultura e diversões. No que se refere à habitação apenas há a dizer que na falta de métodos rigorosos para a sua quantificação o INE preferiu colocar de lado esta classe.

Eis os pesos de ponderação:

| | |
|---|---|
| Alimentação e Bebidas | 49,62 % |
| Vestuário e Calçado | 9,35 % |
| Habitação | 12,31 % |
| Despesas da habitação | 10,63 % |
| Diversos | 18,09 % |

A cada classe corresponde um sub-índice independente.

Com a exclusão da renda da habitação o índice engloba[185] 276 artigos, assim repartidos pelas quatro calasses: 126, 45, 42 e 63 respectivamente.

Embora o inquérito se tenha realizado nas datas anteriormente referidas, a base considerada foi 1976.

A sazonalidade também aqui foi encarada de forma diferente: os preços dos produtos sazonais são registados desde o seu aparecimento até ao seu desaparecimento e o último preço é considerado durante o período de ausência do produto. Desta forma o cabaz de bens considerado cada mês é sempre igual.

O carácter nacional do índice exigiu algumas adaptações quanto à recolha dos preços. Os preços são observados em 25 centros: 6 na zona de Lisboa, 3 no Porto e 16 em cidades de província, entre as quais Coimbra, Évora, Viseu e Faro. O número de informadores de preços por artigo e por classe para cada centro-testemunho foi determinado segundo um critério de proporcionalidade populacional. Para cada centro, recolhem-se, pelo menos, dois preços por artigo, tendo chegado nos mais populosos a atingir 7 ou 8. O total de preços recolhidos é de alguns milhares. A periodicidade da recolha é variável: para a maior parte dos artigos da primeira classe os preços são observados na última semana completa do mês. Contudo há outros que o são três vezes por mês. Para a maior parte dos artigos das outras classes a observação é trimestral.

185 Até a presente data o INE publica apenas o índice sem habitação

Este índice é publicado desde o início de 1977.

O INE anunciou o projecto de utilizar a base de ponderação do IPC-Continente para modificar os IPC por cidade, mas até agora só construiu índices similares para Lisboa e Porto.

### 2.D.2. Apreciações críticas globais

Cabe-nos agora tecer algumas considerações críticas sobre os índices, fazendo-o de uma forma bastante genérica. Crítica que não invalida o significado dos índices – particularmente quando se procuram dinâmicas nas dimensões temporais utilizadas por nós –, nem nega um esforço de melhoria nos índices mais recentemente criados pelo INE. Finalmente, crítica que não invalida a quase inevitabilidade de alguns erros (que nós próprios também cometemos, por exemplo, ao construir os índices de preços para o século XIX).

1) Para cada tipo de índice é possível construir um ou vários índices ao mesmo tempo. Tudo depende das bases geográficas e sociais escolhidas e das diferenças entre as estruturas dos bens comercializados e entre os preços regionais ou pagos por cada grupo social.

As opções sobre este assunto devem ser claras e justificadas.

O INE parece preferir um critério pragmático, se assim se pode chamar.

Nunca encontramos nas publicações do INE qualquer referência a este problema. E no entanto a opção por diversos índices é aplicável a qualquer dos índices de preços (por exemplo, para os por grosso a existência de um índice abrangendo as mercadorias, eventualmente com o mesmo valor de uso, dirigidas ao mercado interno e outro para as destinadas ao mercado externo), mas é particularmente importante para os índices de preços no consumidor. É sabido que o nível de rendimentos das famílias determina a estrutura das compras e, evidentemente, a estrutura dos artigos do cabaz adoptado para a construção do índice e respectivos pesos de ponderação. Para estes há três hipóteses validas:

— fazer um índice para uma situação média;
— escolher uma família tipo e fazer um índice de acordo com a estrutura do seu consumo;
— escolher duas ou mais famílias tipo e construir um índice para cada uma das estruturas de consumo.

O INE sempre optou pela primeira ou segunda solução ou, ainda, para uma sua combinação. Apenas nos resta dizer que a terceira hipótese é tão válida como as outras duas. Em França o Conselho Económico e Social indica que

> "l'indice de prix pourrait être calculé, à rythme annuel (pour éviter l'engagement de procédures longues et coûteuses) par catégories socio-professionnelles en pondérant les indices pour les coefficients budgétaires de ces catégories"[186]

e na RFA tal sistema já está em prática.

As regiões rurais, os assalariados agrícolas e os camponeses são importantes realidades no nosso País, mas não existe nenhum índice de preços no consumidor que reflicta essa realidade.

É necessário repensar o número de cada tipo de índice atendendo a critérios regionais, estrutura de mercados e grupos sociais e fazer opções justificadas cientificamente.

2) De uma forma geral a denominação dos índices está de acordo com o seu conteúdo, mas há duas excepções:

— o "índice de preços por grosso" que constitui uma herança de um índice do Banco de Portugal não tem nenhuma referência ao quadro geográfico a que se aplica e não é plausível que seja nacional.
— Em Janeiro de 1940 o INE muda o nome de os "números índice: custo de vida" para "índice de preços de retalho". Mas se o primeiro nome é demasiado ambicioso o segundo não é correcto. Com efeito, os preços de retalho opõem-se aos preços por grosso e só é aplicável aos produtos que são objecto de transacções intermediárias num mercado por grosso entre a produção e a venda final Algumas mercadorias englobadas neste índice só tem um mercado. Por exemplo, não se pode falar de um índice de preço por grosso da electricidade ou da água.

3) A selecção dos artigos e variedades que constituem o cabaz a ser considerado pelo índice é feita, como vimos, pela realização de um inquérito em determinado período. A que critérios obedeceu a escolha desses períodos?

A inexistência de estudos detalhados e contínuos sobre a economia portuguesa para o século XX, nomeadamente dos pontos de vista da conjuntura e do consumo, torna impossível um inventário

186 INSEE, Índice ...

completo das observações pertinentes sobre este assunto, mas algumas são imediatas:

— analisar os preços por grosso após a grande crise de 1929/33 com um cabaz de antes da crise, correspondia às possibilidades práticas de momento, mas pode trazer erros; não há dúvida que as estruturas de mercado mudaram.
— outro tanto se poderia dizer sobre o actual IPC-Continente, na medida em que o inquérito às despesas foi realizado em 1973/74 para ser aplicado a partir de 1976; não restam duvidas que houve significativas alterações nos padrões de consumo com a Revolução Portuguesa.
— Escolher os artigos para o IPC das seis cidades em cinco períodos diferentes é acumular as diferenças regionais os enviesamentos resultantes de situações conjunturais diferentes.

Evidentemente que fazemos estas observações porque os artigos escolhidos são sempre os mesmos durante todo o período de vigência do índice.

4) Os critérios de selecção dos artigos dependem dos objectivos do índice e dos meios de informação à partida disponíveis. Para a opção do cabaz de alguns índices também influenciaram critérios práticos.

Os objectivos dos índices não foram sempre claros e os critérios de selecção foram heterogéneos.

A ausência de inquéritos limitou as possibilidades de uma escolha criteriosa nos primeiros índices de preços por grosso e a retalho, assim como a sua parcialidade no IPCAACDL. A escolha das variedades ainda foi muito mais aleatória que a dos artigos.

5) Os defeitos dos coeficientes de ponderação são em grande parte a consequência de alguns aspectos analisados anteriormente. Podem ser sistematizados da seguinte forma:

— utilização de varias agregações, como para o IPG
— soma de quantidades de artigos diferentes com unidades de medida diferentes, como para o IPCAACDL.

— Redistribuição dos coeficientes de despesa correspondendo aos artigos que foram incluídos no inquérito mas não adoptados na estrutura do índice, como para o IPC das seis cidades.

A metodologia de determinação dos coeficientes das variedades dum artigo é muito pouco explicitada, mas é certo que:

— para alguns índices a sua determinação resultou de um inquérito diferente, normalmente junto dos comerciantes, o que coloca questões de articulação de informações diferentes.

— Várias vezes as variedades foram escolhidas na base da "sensibilidade" de alguns.

6) Na recolha dos preços optou-se por uma determinada estrutura geográfica. Não surgem claros os critérios de opção tanto nas macrorregiões como nas microrregiões.

Para as macrorregiões, será oportuno lembrar:

— as regiões do campo são excluídas, assim como as vilas e as cidades mais pequenas (e por isso, talvez, que o autoconsumo e o seu tratamento nos índices de preços não seja objecto de uma reflexão empenhada).

— O INE escolheu o critério da população para agregar os preços e determinar um preço médio a nível nacional (no caso do IPC -Continente). Haviam outras possibilidades: repartição regional do PNBpm, repartição regional do consumo (para o IPC) ou das vendas por grosso (para IPG). A população não parece ser o melhor critério.

Para uma microrregião (por exemplo, uma cidade), também é preciso conhecer a estrutura do habitat e os movimentos pendulares das populações para escolher os pontos de venda (sobretudo para as mercadorias com preços muito variáveis) representativos da população seleccionada e os coeficientes de ponderação correspondentes.

O laconismo do INE sobre o assunto mostra que há uma escolha pragmática baseada no conhecimento imediato do terreno.

7) De uma forma geral, para uma mesma região há vários tipos de comércio de determinadas mercadorias: comerciantes independentes, supermercados, mercados, pequenas e grandes lojas, centos comerciais, etc. Seria necessário adoptar uma classificação e escolher pelo menos dois estabelecimentos de cada tipo para fazer a recolha dos preços.

Em nenhuma parte encontramos referência pelo INE a este problema.

8) O INE reconhece que a utilização de inquiridores é uma solução melhor que o apanhado dos preços feito pelas empresas.

Contudo, uma situação surge como inevitável: o inquiridor torna-se conhecido dos comerciantes e é considerado um agente do Estado, da fiscalização, e isso influência a informação sobre os preços praticados. é uma situação típica nos mercados e pequenas lojas.

9) O facto da periodicidade da recolha dos preços ser diferente de produto para produto também provoca inevitáveis enviesamentos. A periodicidade que se justifica, para conciliar a mutabilidade dos preços com a economia de energia, depende do próprio nível de variação dos preços.

10) A formula de cálculo também não é negligenciável. Alguns estudos recentes[187] mostram que os valores dos índices mudam muitíssimo conforme a fórmula adoptada.

Tradicionalmente as fórmulas mais conhecidas são as de Laspeyres e de Paasche. Outras formulas, como a de Fisher ou de Edgeworth ainda não são generalizadamente utilizadas. Seria conveniente ver as diferenças que resultariam da aplicação de cada uma dessas fórmulas.

11) A extensão e complexidade das informações sobre os preços torna possível a existência de erros no cálculo dos índices. Os sistemas de controle são, pois, necessários para garantir a fiabilidade dos resultados e fazer correcções nos processos de recolha da informação e sua manipulação.

Existem diversos sistemas de controlo (inquérito permanente de opinião sobre a dinâmica dos preços, utilização dos índices de preços na contabilidade nacional, recolha periódica de preços por amostra, etc.) mas nenhum é utilizado.

12) A publicação regular dos índices de preços mensais é positivo. Mas também sobre os aspectos da sua publicação é conveniente dizer alguma coisa:

187 CGT "Índice ..."

— os índices publicados no Boletim Mensal sofreram varias correcções (algumas são sistemáticas como na habitação) mas várias vezes não há qualquer indicação de que se procedeu a uma correcção em relação a um índice já publicado anteriormente.
— Por vezes o mesmo índice publicado no Anuário Estatístico é diferente do anteriormente publicado no Boletim Mensal, mesmo depois de feitas todas as correcções.

Reservamos para o fim os três aspectos principais: a invariabilidade dos coeficientes de ponderação, o problema da sazonalidade e o efeito-qualidade.

13) O INE sempre adoptou a invariabilidade dos coeficientes de ponderação e, correspondentemente o método de Laspeyres. Diferentemente, com a fórmula de Paasche ter-se-ão coeficientes que mudam todos os períodos.

A primeira formula é talvez mais fácil de compreender. Sendo o cabaz de compras sempre o mesmo, basta comparar o seu custo em dois períodos diferentes. Contudo, na medida em que os gostos e preferências dos consumidores e as qualidades dos bens mudam, para além de outros surgirem de novo, faz com que essa comparação se traduza em pouco: esse cabaz já não exprime a estrutura actual do consumo. Pelo contrário, adoptando o método de Paasche tem-se sempre um cabaz representativo do consumo actual, embora surjam outros problemas: distinguir em quanto as variações de preços resultam da mudança de base e da elevação dos preços.

A utilização da formula de Laspeyres é mais prática mas levanta alguns problemas.

Em primeiro lugar é preciso saber qual será o efeito de uma variação de rendimentos sobre o índice. Suponhamos que os preços não mudam e que os rendimentos das famílias aumentaram. Então, a imutabilidade dos coeficientes equivale a crer que a elasticidade rendimento do consumo é nula, que os consumidores continuaram a comprar as mesmas quantidades dos mesmos bens, apesar do aumento dos seus rendimentos. Se a inércia pode justificar esta hipótese no curto prazo, o mesmo não se poderá dizer para a generalidade das situações.

E se os rendimentos diminuem e os preços não mudam? Se essa situação se tornar durável os consumidores procurarão novos padrões de consumo. A hipótese de uma elasticidade rendimento igual a zero não é coerente com a realidade. O menos que podemos

dizer é que esses índices de preços não podem, de forma alguma, ser encarados como índices de custo de vida, ou similar.

Se os preços mudam, mesmo que hajam variações compensatórias dos rendimentos, é bastante duvidoso que os verdadeiros coeficientes de ponderação não se modifiquem. Entre as diversas mercadorias existem sempre relações de complementaridade e sucedaneidade. O IPC será então um mau estimador das verdadeiras variações de preços sofridas pelos consumidores, como procuraremos ilustrar com os exemplos seguintes.

Primeiramente consideraram-se três produtos, A, B e C em que A e C são complementares e B e C sucedâneos. Na quinta coluna do quadro seguinte admitiu-se um certo grau de relação entre os bens (elasticidade cruzada em relação ao preço de C) que será mudada quando do segundo exemplo. Admite-se também que só o preço de C é que mudou em relação ao momento 0 (t=0) e que a elasticidade -preço de C é, em valor absoluto, unitária.

| Bem | $q_{j0}$ | $p_{j0}$ | $D_{j0}$ | $Ep_C$ | $p_{jt}$ | $q_{jt}$ | $D_{jt}$ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **A** | 3 | 5 | 15 | -2 | 5 | 2,08 | 10,39 |
| **B** | 2 | 20 | 40 | 0,1 | 20 | 2,04 | 40,73 |
| **C** | 9 | 5 | 45 | | 6 | 7,50 | 45,00 |
| | | | *100* | | | | *99,12* |
| **A** | 3 | 5 | 15 | -0,1 | 5 | 2,95 | 14,73 |
| **B** | 2 | 20 | 40 | 2 | 20 | 2,89 | 57,78 |
| **C** | 9 | 5 | 45 | | 6 | 7,50 | 45,00 |
| | | | *100* | | | | *117,51* |

Para as duas situações encaradas, tem-se o mesmo IPC (= 109). No entanto, nas hipóteses consideradas o "verdadeiro" índice da despesa dos consumidores seria diferente: 96,1 no primeiro caso e 117,5 no segundo.

A invariabilidade dos coeficientes de ponderação supõe, pois, que as elasticidades cruzadas entre as diversas mercadorias que compõem o cabaz são iguais a zero.

Esta invariabilidade suprime o efeito, na estrutura do consumo, das variações de preços: os preços podem ser diferentes, mas os pesos não mudam, como se aqueles não influenciassem as quantidades procuradas.

14) Como verificamos na descrição dos índices, o INE tem vindo a adoptar diversos métodos de tratamento dos preços das mercadorias com uma forte sazonalidade.

Dois problemas se colocam: o cabaz de mercadorias adquiridas varia ao longo do ano, efectivamente; há que saber que preços reter para certos produtos durante certo período do ano.

Nenhuma das soluções adoptados se apronta como totalmente satisfatória. Assim, por exemplo, no IPC-Continente está-se a considerar como constante determinados preços quando entretanto os consumidores os tiveram que substituir por outros, eventualmente não englobáveis no índice, que têm preços em mudança rápida.

O que sobretudo lastimamos é não ver o INE encarar o problema de frente e tentar quantificar os impactos sobre os preços de cada caminho possível de adopção.

15) Podemos sintetizar o problemática do efeito qualidade da seguinte forma: consideremos dois momentos (*t*) e (*t+1*) e uma variedade do artigo *M* com n qualidades (*a, b, c, ..., n*) que é vendido pelo preço p no primeiro momento e uma outra variedade (*M1*) do mesmo artigo com as qualidades (*a1, b1, c1, ... m1* que substitui a anterior, com o preço *p1*. Qual é a mudança de preço que deve ser registada para o artigo?

Teoricamente há três possibilidades:

a) as comparações não têm sentido e haverá uma interrupção na série dos índices;

b) o índice de preços é calculado pelo rácio *p1/p2* em que *p2* é o preço de uma mercadoria fictícia vendida em (*t*) e que apresenta as qualidades (*a1, b1, c1, ..., m1*);

c) o índice de preços é calculado pela divisão de *p1/p*.

A primeira hipótese é de por de lado porque as mudanças de qualidade são demasiado frequentes, inviabilizando a construção de qualquer série.

A segunda corresponde à opção mais frequentemente indicada pelo INE, quando aborda explicitamente o problema. É uma solução possível mas:

— põe vários problemas técnicos e alguns têm que ser resolvidos sem qualquer cientificidade. Se *n* é menor que *m* podem -se encontrar caminhos de calculo para determinar o "preço"

do artigo fictício, mas na situação inversa não há uma solução totalmente válida;

— só considera as mudanças de qualidade fisicamente visíveis, isto é, não considera as mudanças de qualidade subjectivamente aceites pelos consumidores (produtivos ou individuais) – sem aderência objectiva em resultado de mudanças nos artigos complementares e de substituição ou por mudanças de opinião pública – nem as modificações de qualidade não visíveis.

— só considera alguns aspectos da dinâmica social.

É sobre a dinâmica social que a terceira hipótese encontra a sua fundamentação. Com efeito, na prática das empresas

> «une des principales astuces commerciales qui permettent d'augmenter les prix d'une façon peu visible, consiste pour un produit de même nature, à faire disparaître les modèles des moins chères ou a vendre le même produit plus chère sous une présentation différente, sous le prétexte d'une amélioration inexistence la qualité, ou bien a lancer une nouvelle mode plus chère, rendue obligatoire par la disparition des anciens modèles»[188]

e, evidentemente,

> «le consommateur est obligé d'acheter une variété nouvelle plus chère imposée en remplacement de la variété existante préalablement»[189]

Este problema coloca-se a todos os tipos de índices anteriormente referidos.

A maneira de resolver esta questão influencia em muito o índice de preços.

É necessário fazer um estudo sério do problema, porque à força conceptual da segunda hipótese opõe-se a dinâmica real da terceira.

### 2.D.3. Análise de cada um dos índices

Nos subpontos que se seguem não vamos analisar o comportamento de todos os índices de preços, mas daqueles que, de alguma forma, são os mais representativos e cobrem a globalidade do período.

188 De CGT "Índice ..."

189 Citado por Courtheoux, "Techniques ...", pág. 758

### 2.D.3.1. Índice do custo de vida (1914/28) e índice de preços de retalho (1929/75)

Para este período existem outros índices de preços a retalho, como são o caso do «numero índice do custo de vida» para o período 1929/35 e o «índice ponderado do custo da alimentação e de outros produtos na cidade de Lisboa» para os anos de 1939/72. Sobretudo o primeiro índice tem um comportamento bastante específico em relação aos demais.

Para os índices aqui considerados as diferenças regionais (entre Continente, Lisboa e Porto) tem uma pequena importância. Para o ICV os coeficientes de determinação para as regressões entre variações centradas oscila entre 0,777 e 0,868 e para o IPR entre 0,913 e 0,933.

O Índice de Custo de Vida apresenta uma série suficientemente curta como se pode ver pelo quadro seguinte

**Índice do Custo de Vida (Geral Continente)**
**Base 100 em 1914**

| Ano | I Trim | II Tri | III Tri | IV Tri | Méd. An. |
|---|---|---|---|---|---|
| 1914 | | 100,0* | | | 100 |
| 1915 | | 111,5* | | | 112 |
| 1916 | | 137,1* | | | 137 |
| 1917 | | 162,3* | | | 162 |
| 1918 | | 292,7* | | | 293 |
| 1919 | | 316,8* | | | 317 |
| 1920 | | 551,6* | 730,0 | 902,1 | 736 |
| 1921 | 950,3 | 871,9 | 844,7 | 937,8 | 905 |
| 1922 | 955,5 | 1009,9 | 1203,3 | 1361,1 | 1099 |
| 1923 | 1636,0 | 1714,3 | 1763,5 | 2018,1 | 1728 |
| 1924 | 2284,6 | 2316,0 | 2561,2 | 2346,1 | 2399 |
| 1925 | 2509,1 | 2286,4* | | | 2411 |
| 1926 | 2088,8 | 2103,1 | | | 2110 |
| 1927 | 2395,0 | 2462,6 | | | 2412 |
| 1928 | | 2293,9 | 2313,6 | 2391,9 | 2335 |

Fonte: Boletins Mensais de Estatística. Obser: (*) índices referentes ao mês de Julho Os dados anuais são uma media aritmética simples dos índices mensais disponíveis.

É uma série demasiado curta para algumas leituras, nomeadamente sobre o comportamento conjuntural.

De uma forma genérica podemos dizer que apresenta uma tendência de evolução no tempo expressável por

$$\log ICV = \underset{(23,12)}{4,621} + \underset{(11,41)}{0,268}\, t + e$$

$R^2 = 0,916 \qquad F = 130,11 \qquad DW = 0,356$

o que aponta para uma taxa de crescimento constante de 30,7% ano.

Durante este período *torna-se particularmente difícil detectar quaisquer anos de inversão de evolução dos preços*, embora seja possível considerar um primeiro período que se estende de 1914 até 1925, a que corresponde um aumento de preços de 2310,8% ou seja de 33,6% ao ano (taxa não centrada) e outro deste último ano até 1928 com uma diminuição de 3,1%, ou seja de 1% ao ano. A reduzida duração deste último período e a reduzida taxa de diminuição em comparação com a anterior subida confirmam as reticências anteriormente apresentadas sobre a validade em se falar em "viragem".

Os anos de aumentos mais violentos foram 1918 (com uma taxa centrada de aumento de 57,3%), 1920 (79,6%) e 1923 (44,5%).

*Quase desapareceu o fenómeno de alternância* de anos de aumento e de diminuição de preços. Com efeito a onze anos de subida apenas se segue um ano de descida com um ano de subida, de imediato.

A descontinuidade existente entre os índices de preços agora analisados e os que construímos para o período que vai até 1914 exige muita cautela nas observações que fizermos quanto as semelhanças e diferenças existentes no comportamento dos preços antes e depois de 1914. Contudo, *parece-nos que este indice reflecte um andamento dos preços que se tinha começado a desenhar no período de 1906/1910*.

O Índice de Preços de Retalho é uma série mais longa, como se pode ver pelo quadro seguinte:

**Índice de Preços de Retalho (Total geral Continente)**
**Base 100 em 1914**

| Ano | I Trim | II Trim | III Trim | IV Trim | M. Anual |
|---|---|---|---|---|---|
| 1929 | 2359 | 2306 | 2385 | 2337 | 2361 |
| 1930 | 2253 | 2218 | 2268 | 2213 | 2243 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1931 | 2078 | 1939 | 1943 | 1936 | 1990 |
| 1932 | 1919 | 1904 | 1967 | 2000 | 1949 |
| 1933 | 1931 | 1919 | 1958 | 1956 | 1948 |
| 1934 | 1926 | 1942 | 2042 | 1985 | 1968 |
| 1935 | 1962 | 1973 | 2005 | 1992 | 1982 |
| 1936 | 1952 | 2037 | 2074 | 2030 | 2022 |
| 1937 | 2422 | 2547 | 2533 | 2538 | 2511 |
| 1938 | 2041 | 2029 | 1998 | 1965 | 2037 |
| 1939 | 1900 | 1905 | 1921 | 1949 | 1918 |
| 1940 | 1933 | 1982 | 2065 | 2121 | 2009 |
| 1941 | 2163 | 2195 | 2328 | 2515 | 2268 |
| 1942 | 2607 | 2772 | 2813 | 3008 | 2758 |
| 1943 | 3095 | 3096 | 3156 | 3182 | 3118 |
| 1944 | 3153 | 3221 | 3243 | 3298 | 3208 |
| 1945 | 3432 | 3472 | 3496 | 3599 | 3479 |
| 1946 | 3863 | 3951 | 4047 | 4263 | 3980 |
| 1947 | 4286 | 4068 | 3976 | 3921 | 4103 |
| 1948 | 3855 | 3793 | 3867 | 3972 | 3881 |
| 1949 | 3921 | 3881 | 3914 | 3996 | 3919 |
| 1950 | 3880 | 3784 | 3770 | 3820 | 3819 |
| 1951 | 3862 | 3815 | 3886 | 3956 | 3872 |
| 1952 | 3889 | 3786 | 3918 | 3949 | 3878 |
| 1953 | 3910 | 3883 | 3938 | 3959 | 3913 |
| 1954 | 3948 | 3904 | 3979 | 3989 | 3944 |
| 1955 | 4047 | 4026 | 4121 | 4243 | 4077 |
| 1956 | 4238 | 4269 | 4268 | 4309 | 4256 |
| 1957 | 4281 | 4182 | 4275 | 4262 | 4257 |
| 1958 | 4293 | 4279 | 4372 | 4371 | 4318 |
| 1959 | 4369 | 4315 | 4403 | 4503 | 4375 |
| 1960 | 4533 | 4436 | 4467 | 4522 | 4472 |
| 1961 | 4420 | 4432 | 4465 | 4502 | 4461 |
| 1962 | 4475 | 4398 | 4483 | 4502 | 4459 |
| 1963 | 4557 | 4568 | 4593 | 4660 | 4575 |
| 1964 | 4742 | 4763 | 4876 | 4915 | 4799 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1965 | 4948 | 4911 | 4956 | 5030 | 4955 |
| 1966 | 5027 | 5015 | 5098 | 5202 | 5081 |
| 1967 | 5272 | 5221 | 5345 | 5403 | 5293 |
| 1968 | 5402 | 5336 | 5383 | 5507 | 5398 |
| 1969 | 5471 | 5464 | 5567 | 5741 | 5543 |
| 1970 | 5748 | 5739 | 5870 | 5982 | 5822 |
| 1971 | 6020 | 6184 | 6418 | 6609 | 6552 |
| 1972 | 6677 | 6734 | 6842 | 6954 | 6778 |
| 1973 | 7026 | 7127 | 7464 | 7995 | 7299 |
| 1974 | 9242 | 10024 | 10721 | 11234 | 10064 |
| 1975 | 12056 | 11822 | 12020 | 12521 | 11929 |

Fonte: Boletins Mensais de Estatística e Anuários Estatísticos.
Obser: As medias anuais foram calculadas por media simples dos doze meses.

Apresenta uma tendência de evolução expressável pela seguinte regressão

$$\log IPR = \underset{(105,60)}{7,026} + \underset{(19,05)}{0,031}\, t + e$$

$R^2 = 0,890 \qquad F = 362,73 \qquad DW = 0,316$

que aponta para uma variação anual constante de 3,1%.

Apresenta autocorrelação positiva o que parece indiciar a existência do que temos vindo a designar por comportamento conjuntural: a três anos de valores efectivos superiores à media segue-se um período de 5 de situação inversa. Depois temos em alternância períodos de 1, 5 11 e 20 anos. Estes últimos períodos aponta para uma perda de significado desse movimento enquanto alternância de ritmos de evolução e sentidos de comportamento. Durante este período e para este índice, é possível encontrar alguns pontos de viragem e assim temos

| Período | Variação % | Variação anual % |
|---|---|---|
| 1929/1933 | – 17,5 | – 4,7 |
| 1933/1937 | + 28,9 | + 6,6 |
| 1937/1939 | – 23,6 | – 12,6 |
| 1939/1947 | +113,9 | + 10,0 |

| | | |
|---|---|---|
| 1947/1950 | – 6,9 | – 2,4 |
| 1950/1975 | +212,3 | + 4,7 |

podendo-se decompor este último grande período em varias subperíodos dadas as alterações de ritmo que se verificou. Assim, entre 1950 e 1954 houve um aumento médio de 0,12 ano, nos quatro anos seguintes de 2,06, em igual período seguinte de 1,80%. Entre 1965/69 passou para 2,88% e nos últimos cinco anos atingiu 15,28% ano.

Destes dados resulta com relativa clareza a violência dos aumentos e a sua relativa continuidade, a maior duração dos períodos de aumento em relação aos de diminuição, estando os anos relacionados com uma viragem nesse sentido ligados ou a crise de 1929/33 ou ao fim da segunda grande guerra.

Quando analisamos o comportamento anual dos preços verificamos *uma sensível atenuação do movimento de alternância a partir de 1939 e o seu total desaparecimento a partir de 1962*. Com efeito, a partir de 1939 houve oito anos seguidos de aumento de preços apenas quebrado por um ano de diminuição, após 1950 tivemos dez anos de subida seguida de preços apenas quebrado por dois anos de descidas seguidas. A partir de 1962 nunca mais houve nenhum ano de descida de preços.

### 2.D.3.2. Índice de preços por grosso (1927/1950) e índice de preços por grosso em Lisboa (1948/1980)

Comecemos por estabelecer uma ponte entre os índices antes analisados e aqueles que agora vão ser objecto de descrição: a relação entre variações de preços por grosso e de retalho não é significativa para o período 1929/48 mas é-o para o de 1949/1974 (coeficiente de determinação de 0,708).

O primeiro índice de preços por grosso tem os seguintes valores:

**Índice de Preços por Grosso (I) Base 100 em 1927**

| Anos | I Tri | II Tri | III Tri | IV Tri | Med An |
|---|---|---|---|---|---|
| 1927 | | 100,0 | | | 100 |
| 1928 | | 104,2 | | | 104 |
| 1929 | | 103,9 | | | 104 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1930 | | 98,4 | | | 98 |
| 1931 | | 88,5 | | | 89 |
| 1932 | 92,3 | 89,1 | 87,4 | 88,8 | 90 |
| 1933 | 85,8 | 84,1 | 86,9 | 91,1 | 87 |
| 1934 | 97,5 | 94,4 | 90,7 | 91,3 | 94 |
| 1935 | 90,8 | 85,7 | 80,8 | 83,9 | 86 |
| 1936 | 86,0 | 89,4 | 90,9 | 97,7 | 90 |
| 1937 | 103,8 | 106,4 | 105,3 | 107,2 | 106 |
| 1938 | 104,3 | 101,8 | 100,1 | 100,8 | 103 |
| 1939 | 99,9 | 99,5 | 103,4 | 115,8 | 103 |
| 1940 | 121,0 | 133,1 | 138,4 | 143,4 | 131 |
| 1941 | 151,5 | 152,4 | 154,0 | 158,4 | 153 |
| 1942 | 166,6 | 171,4 | 188,4 | 188,5 | 177 |
| 1943 | 222,7 | 224,5 | 226,2 | 230,4 | 221 |
| 1944 | 244,7 | 253,5 | 250,9 | 250,3 | 248 |
| 1945 | 248,7 | 246,1 | 230,4 | 242,2 | 241 |
| 1946 | 253,8 | 231,7 | 228,0 | 229,7 | 236 |
| 1947 | 256,1 | 252,2 | 242,5 | 239,4 | 248 |
| 1948 | 238,3 | 241,5 | 251,7 | 255,0 | 246 |
| 1949 | 253,5 | 245,0 | 251,9 | 251,50 | 252 |
| 1950 | 244,6 | 247,2 | 257,6 | 254,2 | 249 |

Fonte: Boletins Mensais de Estatística

Obser: Os índices anuais são a media aritmética simples dos índices mensais disponíveis.

Tem uma tendência de evolução no tempo que pode ser expressa da seguinte forma:

$$IPGI = \underset{(3,297)}{44,172} + \underset{(9,216)}{8,641}\, t + e$$

$R^2 = 0,794 \qquad F = 24,9 \qquad DW = 0,198$

o que aponta para uma alta absoluta constante, que é, sobretudo, o resultado dos últimos anos do índice apresentar uma grande estabilidade.

A série é relativamente curta para análises de tipo "conjuntural" mas será de admitir a sua existência.

O período de 1928/35 é assinalado globalmente por uma diminuição de preços de 17,4% (2,7% ano) e os nove anos seguintes por um acentuado aumento (118% ou seja 12,5% ano).

Verifica-se a existência de uma alternância anual de variações positivas e negativas de preços, não havendo mais que seis anos de subida sistemática.

O outro índice de preços por grosso tem a seguinte evolução:

**Índice de Preços por Grosso II (Total Lisboa)**
**Base 100 em 1963**

| Anos | I Tri | II Tri | III Tri | IV Tri | Med An |
|---|---|---|---|---|---|
| 1948 | 81,8 | 82,6 | 85,1 | 85,1 | 83 |
| 1949 | 85,1 | 86,8 | 88,5 | 87,6 | 87 |
| 1950 | 89,3 | 86,8 | 90,1 | 90,1 | 89 |
| 1951 | 94,3 | 94,3 | 95,1 | 95,1 | 95 |
| 1952 | 95,1 | 93,5 | 98,5 | 98,5 | 96 |
| 1953 | 99,3 | 96,0 | 96,0 | 91,8 | 97 |
| 1954 | 92,6 | 93,5 | 91,0 | 91,0 | 92 |
| 1955 | 91,8 | 91,8 | 91,8 | 93,5 | 92 |
| 1956 | 96,0 | 94,3 | 92,6 | 97,7 | 95 |
| 1957 | 97,7 | 96,0 | 96,0 | 95,1 | 97 |
| 1958 | 98,5 | 98,5 | 96,0 | 96,8 | 97 |
| 1959 | 96,0 | 95,1 | 96,0 | 97,7 | 96 |
| 1960 | 99,3 | 98,5 | 97,7 | 97,7 | 99 |
| 1961 | 97,7 | 96,8 | 98,5 | 99,3 | 98 |
| 1962 | 100,2 | 100,2 | 99,3 | 99,3 | 100 |
| 1963 | 101,0 | 100,2 | 99,3 | 101,0 | 100 |
| 1964 | 101,0 | 101,0 | 101,0 | 101,8 | 101 |
| 1965 | 104,3 | 103,5 | 104,3 | 106,0 | 104 |
| 1966 | 107,7 | 106,8 | 107,7 | 111,0 | 108 |
| 1967 | 113,5 | 110,2 | 112,7 | 116,9 | 113 |
| 1968 | 118,5 | 116,9 | 116,0 | 117,7 | 117 |
| 1969 | 120,2 | 120,2 | 121,0 | 126,0 | 121 |
| 1970 | 126,9 | 125,2 | 125,2 | 123,5 | 125 |
| 1971 | 126,9 | 125,2 | 130,2 | 130,2 | 128 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1972 | 135,2 | 134,4 | 134,4 | 138,6 | 135 |
| 1973 | 145,3 | 146,9 | 152,8 | 166,1 | 150 |
| 1974 | 185,3 | 189,5 | 204,5 | 207,0 | 193 |
| 1975 | 219,0 | 219,0 | 219,0 | 231,0 | 218 |
| 1976 | 249,0 | 250,0 | 266,0 | 291,0 | 260 |
| 1977 | 322,0 | 340,0 | 343,0 | 375,0 | 335 |
| 1978 | 389,0 | 425,0 | 461,0 | 524,0 | 448 |
| 1979 | 551,0 | 562,0 | 596,0 | 577,0 | 576 |
| 1980 | 595,0 | 589,0 | 615,0 | 659,0 | 608 |
| 1981 | 698,0 | 711,0 | 787,0 | 802,2 | 739 |
| 1982 | 849,0 | 870,0 | 911,0 | 937,0 | 880 |
| 1983 | 1022,0 | 1072,0 | 1166,0 | 1288,0 | 1103 |

Fonte: Boletins Mensais de Estatística.

Obser: Os índices anuais são a média aritmética simples dos índices de todos os meses disponíveis.

e para o período até 1980[190] apresenta a tendência de evolução expressável por

$$\log IPGL = \underset{(35,94)}{4,094} + \underset{(8,05)}{0,047}\, t$$

$R^2 = 0,676 \qquad F = 64,72 \quad DW = 0,076$

donde ressalta uma tendência a uma taxa de crescimento constante de 4,8% ao ano. Embora apresente uma fortíssima autocorrelação positiva, a não alternância de andamentos superiores e inferiores à média não nos permite falar da existência de um movimento "conjuntural". Também é muito difícil, senão impossível, falar de anos de inversão da dinâmica dos preços, pois só em 1954 e 1955 existem diminuições, apenas podendo-se dizer que os anos de 1965 e 1973 marcam a passagem para períodos de aumento de preços mais acentuados. Assim, para o período 1948/65 há um aumento de preços médio de 1,30% (assinalado com aumentos em 1949 e 1951 de 4,2% e 6,2% respectivamente), o período de 1965/72 regista um aumento médio de 3,71% e os sete anos seguintes de 18,74%, apesar da reduzida subida no último ano.

190 Inicialmente considerou-se o período até 1980. Quando da redacção definitiva acrescentamos os dados dos anos seguintes e verificamos se alteravam ou não as conclusões anteriormente obtidas, mas pareceu-nos desnecessário refazer os cálculos.

A partir de 1961 deixa de existir uma alternância de anos de variações positivas e negativas sistemáticas, embora até então seja possível, e conveniente, considerar a sua existência.

### 2.D.3.3. Índice de preços no consumidor em Lisboa

Como vimos existem seis índices de preços no consumidor para seis cidades no País. O facto de apenas considerarmos aqui os índices da cidade de Lisboa resulta de dois factos. O primeiro, sem dúvida o mais importante, é que o comportamento dos preços nas diversas cidades é muito semelhante, sobretudo quando consideramos o índice de preço no consumidor sem habitação. A comprová-lo estão os dados seguintes:

**Número de observações e coeficientes de determinação das regressões entre variações anuais de preços nas seis cidades**

| | | P | C | E | V | F |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Índice Total | | | | | | |
| L | n | 28 | 25 | 23 | 23 | 17 |
| | CD | 0,23 | 0,93 | 0,96 | 0,91 | 0,59 |
| P | n | | 25 | 23 | 23 | 17 |
| | CD | | 0,95 | 0,91 | 0,88 | 0,65 |
| C | n | | | 23 | 23 | 17 |
| | CD | | | 0,93 | 0,88 | 0,58 |
| E | n | | | | 23 | 17 |
| | CD | | | | 0,89 | 0,61 |
| V | n | | | | | 17 |
| | CD | | | | | 0,71 |
| Índice sem Habitação | | | | | | |
| L | CD | 0,95 | 0,97 | 0,97 | 0,98 | 0,84 |
| P | CD | | 0,97 | 0,94 | 0,96 | 0,94 |
| C | CD | | | 0,95 | 0,98 | 0,87 |
| E | CD | | | | 0,96 | 0,85 |
| V | CD | | | | | 0,87 |

A segunda razão é que o índice de Lisboa sempre teria maior peso de ponderação na construção de qualquer índice de âmbito nacional, fosse qual fosse o critério.

Ao considerarmos este índice podemos, pois, estar a admitir que o índice de preços no Continente, sobretudo urbano, tem uma evolução similar.

O índice de preços é o seguinte

**Índice de Preços no Consumidor sem habitação (Lisboa)**
**Base 100 em 1963**

| Anos | I Tri | II Tri | III Tri | IV Tri | Val. an. |
|---|---|---|---|---|---|
| 1948 | 82,6 | 82,8 | 85,7 | 86,3 | 84 |
| 1949 | 85,9 | 85,8 | 87,4 | 88,4 | 87 |
| 1950 | 88,3 | 86,8 | 86,5 | 87,0 | 87 |
| 1951 | 87,8 | 85,6 | 86,4 | 87,2 | 87 |
| 1952 | 86,4 | 84,4 | 87,6 | 87,6 | 87 |
| 1953 | 88,1 | 87,0 | 87,9 | 87,3 | 87 |
| 1954 | 89,4 | 85,5 | 85,4 | 87,3 | 87 |
| 1955 | 87,5 | 85,4 | 87,1 | 89,6 | 87 |
| 1956 | 91,0 | 89,2 | 89,1 | 91,3 | 90 |
| 1957 | 91,4 | 88,7 | 91,6 | 92,2 | 91 |
| 1958 | 92,9 | 91,5 | 92,8 | 94,0 | 93 |
| 1959 | 94,5 | 90,2 | 93,1 | 96,4 | 93 |
| 1960 | 97,2 | 94,2 | 94,1 | 96,4 | 95 |
| 1961 | 94,5 | 93,6 | 96,9 | 96,6 | 96 |
| 1962 | 98,3 | 96,9 | 97,6 | 98,6 | 98 |
| 1963 | 11,8 | 98,4 | 98,9 | 103,1 | 100 |
| 1964 | 104,2 | 103,3 | 104,4 | 106,0 | 104 |
| 1965 | 107,4 | 106,6 | 108,8 | 109,7 | 108 |
| 1966 | 114,4 | 110,8 | 114,3 | 114,9 | 114 |
| 1967 | 118,3 | 114,5 | 120,3 | 121,9 | 118 |
| 1968 | 123,3 | 120,7 | 123,7 | 126,9 | 123 |
| 1969 | 131,6 | 128 0 | 132 0 | 137,6 | 132 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1970 | 139,7 | 137,6 | 141,1 | 143,9 | 140 |
| 1971 | 148,1 | 148,1 | 154,8 | 159,6 | 151 |
| 1972 | 163,6 | 163,3 | 166,2 | 169,7 | 165 |
| 1973 | 176,1 | 179,3 | 188,6 | 21,5 | 184 |
| 1974 | 222,5 | 23,1 | 259,5 | 26,5 | 237 |
| 1975 | 279,0 | 284,3 | 293,6 | 305,8 | 286 |
| 1976 | 325,0 | 323,3 | 350,0 | 384,0 | 341 |
| 1977 | 427,0 | 433,5 | 429,6 | 444,8 | 428 |
| 1978 | 457,5 | 492,9 | 520,9 | 557,4 | 503 |

Fonte: Boletins Mensais de Estatística.
Obser: Os índices anuais são a media aritmética simples de todos os índices mensais disponíveis.

Para o conjunto do período podemos considerar a seguinte tendência de evolução no tempo:

$$\log IPCshL = 4{,}078 + 0{,}04777\, t + e$$
$$(42{,}59) \quad (9{,}139)$$
$$R^2=0{,}742 \qquad F=83{,}53 \qquad DW=0{,}078$$

o que aponta para uma taxa média de crescimento anual de 4,9%.

Como se verifica apresenta uma fortíssima auto correlação positiva mas tal como no caso do índice anterior *não se pode propriamente falar da existência de um movimento "conjuntural". Também não se pode falar de pontos de inflexão do movimento de variação dos preços*.

Para este período e este índice *a alternância entre variações anuais positivas e negativas quase que desapareceu, deixando completamente de existir a partir de 1954: desde então todos os anos são de aumento de preços*.

A única coisa que e possível detectar são anos de aumento do nível da variação, como é o caso de 1966.

Veja-se o índice de preços no consumidor no Continente a partir de 1977,

**Índice de Preços no Consumidor no Continente sem habitação**
**Índice 100 em 1976**

| Anos | I Tri | II Tri | III Tri | IV Tri | Méd an. |
|---|---|---|---|---|---|
| 1977 | 123 | 128,50 | 130,10 | 137,80 | 127,10 |
| 1978 | 142,50 | 154,10 | 161,70 | 172,60 | 155,60 |
| 1979 | 179,60 | 191,50 | 201,2* | 211,30 | 192,70 |
| 1980 | 219,70 | 223,60 | 228,40 | 239 | 224,90 |
| 1981 | 252,60 | 262,90 | 282,40 | 298,70 | 269,90 |
| 1982 | 321 | 330,80 | 341 | 355 | 331,30 |
| 1983 | 386,30 | 401,40 | 438,10 | 475,30 | 415 |

Fonte: Boletins Mensais de Estatística.

Obser: (*) Nesse mês o INE não publicou o índice. Considerou-se a média aritmética dos dois meses envolventes. Os índices anuais são a média aritmética dos índices mensais disponíveis.

é a clara continuação das características anteriores da dinâmica dos preços.

### 2.D.3.4. Índice de preços implícitos nas contas nacionais

A evolução do índice de preços implícitos nas contas nacionais (sobre cuja metodologia temos grandes dúvidas) é bastante semelhante à do índice de preços no consumidor

$$TV_{IPC} = \underset{(2,257)}{1,547} + \underset{(13,114)}{0,998}\, TV_{IPICN} + e \quad ()$$

$R^2$=0,887 F=171,98 DW=1,661

com TVx = Taxa de variação relativa centrada de x

para 24 observações (1954/77).

Assim sendo não se justifica a sua análise separada.

### 2.D.4. Visão de conjunto

Os elementos que ressaltam com mais clareza destes dados, sobretudo quando se compara os resultados agora obtidos com aqueles que se verificaram para os períodos históricos anteriores são a

ausência de um movimento conjuntural, uma tendência mais sistemática ao aumento de preços com ritmos crescentes, uma ausência de alternância de anos de variação positiva e negativa.

## 2.E. O movimento cíclico e os preços

A falta de estudos sobre o movimento conjuntural da economia portuguesa, a falta de informação estatística suficientemente fidedigna para uma abordagem do tema e, ainda, a complexidade do estudo em causa, e a exigência que apresentava em termos de tratamento econométrico, tornavam à partida de uma grande complexidade esta abordagem, extrapolando em muitos aspectos o âmbito deste estudo.

Com efeito, o estudo cuidado e pormenorizado da conjuntura portuguesa ao longo dos últimos 150 anos constituiria, só por si, matéria para outro trabalho de investigação de envergadura superior ao presente.

Pretendemos com estes prolegómenos justificar minimamente as deficiências e limitações do que consta neste anexo. Infelizmente tivemos que nos contentar com uma visão demasiado simplista e genérica.

Dentro dos diferentes ciclos consideráveis num estudo desta natureza preocupamo-nos quase exclusivamente com o que se costuma designar por ciclos de Juglar já que são os que mais se identificam com o movimento conjuntural que tem como fase essencial as crises periódicas de sobreprodução.

A decomposição do estudo em três períodos não obedeceu, como começamos por justificar para os preços no início destes anexos, a qualquer critério teórico ou de observação à posteriori da dinâmica interna dos preços ou da conjuntura, mas tão somente da disponibilidade de dados.

### 2.E.1. Período 1865-1910

Vamos começar por analisar a evolução conjuntural para seguidamente tecer algumas considerações sobre o comportamento dos preços durante aquela. Para atingirmos o nosso primeiro objectivo começaremos por fazer uma leitura do que estudiosos sobre o assunto têm dito, sem com tal tentar fazer um ponto da situação das pesquisas dessa problemática, para de seguida acrescentarmos alguns elementos que resultaram do nosso modesto labor.

### 2.E.1.1. Evolução da conjuntura

Embora a nossa temática seja o movimento conjuntural no seu conjunto, são as crises que estão no cerne das nossas preocupações, por diversas razões: as crises são o momento mais importante económica e, sobretudo, socialmente, do movimento cíclico; é o comportamento dos preços durante as crises aquilo que procuramos indagar. Por isso, frequentemente seremos levados a substituir o estudo da conjuntura pelo das crises, que afinal são marcos dos ciclos.

No corpo central deste capítulo fizemos uma apreciação crítica das posições de Juglar[191]. Contudo convirá aqui recordar que para ele são anos de crise, para o conjunto dos países que analisa[192], os de 1847, 1857, 1864, 1873 e 1882.

Nesta primeira procura de elementos internacionais de referência recorremos a Gonzalez[193] que, embora sem preocupações de qualquer tratamento econométrico, faz uma boa síntese de muitos estudos sobre o assunto. Nele encontramos a referência às seguintes crises:

— 1847 (ainda com âmbito limitado).
— 1857 (abrangendo todo o continente europeu).
— 1866 (pequena, embora com fortes consequências monetárias).
— 1873 (seguida de uma depressão que se prolonga até 1878-79 em Inglaterra, ocasião em que se verificam as suas mais violentas manifestações).
— 1882 (mais pequena que a anterior e com menor extensão).
— 1890/92 (seguida de uma depressão até 1894/95; bastante profunda, situando-se, muito provavelmente de forma não passiva, na transição do chamado capitalismo pre-monopolista[194] ao capitalismo monopolista).
— 1900 (muito pouco violenta em Inglaterra).
— 1907 (breve mas bastante profunda).

191 Referimo-nos a Juglar, Des crises ...

192 Como o próprio título indica, os países analisados são a França, a Inglaterra e os Estados Unidos

193 Ver Gonzalez, Economia Política ... vol II, pág. 211 e seg.

194 Como é óbvio a designação aqui utilizada é pouco rigorosa, adoptando uma posição teleológica. Precisar esta fase do capitalismo levar-nos-ia muito longe. No cap.4 retomaremos, de alguma forma este aspecto

A posição de Menshikov[195] sobre as crises deste período não é totalmente coincidente. Devido a esse facto e às suas preocupações de quantificação achamos por bem apresentar aqui a sua periodização para a Inglaterra:

— 1825-1826 : com uma diminuição de produção de 8,9%.
— 1836-1837: com 4,9%.
— 1845-1847 : com 3,2%.
— 1857-1858 : com 6,6%.
— 1866-1867 : com 1,6%.
— 1877-1879 : crise periódica[196] com uma diminuição de produção de -9,6%.
— 1883-1886 : também periódica com diminuição de 8,2%.
— 1891-1893 : periódica com diminuição de -,6,8%.
— 1899-1901 : periódica com -2,7%.
— 1902-1904 : neste País foi uma crise intermédia[197].
— 1907-1908 : periódica com diminuição de -5,2%.

Se o nosso objectivo é penetrar no movimento cíclico da economia portuguesa, estas observações sobre a conjuntura internacional e, sobretudo, a da Inglaterra, têm que ser tomadas como simples introdução, mas que, no entanto, não é despicienda. Se ainda hoje é de admitir[198] a existência de um sincronismo entre o movimento cíclico português e o verificado em Inglaterra, certamente que não é fora de propósito admitir tal facto no século XIX, fundamentado em dois pontos[199]: o movimento cíclico de então, que passou a ter um âmbito internacional, apresentava maior sincronismo que o existente após a segunda grande guerra, até a década de 70;[200] a nossa dependência de Inglaterra era ainda mais vincada que hoje.

Aliás não é por acaso que diversos estudiosos da história de Portugal tomam igualmente como referência o contexto internacional.

195 Ver Menshikov, Le cycle ...

196 Adoptamos aqui a terminologia do autor citado que distingue entre crises periódicas (o que corresponde as designadas crises de sobreprodução, terminologia normalmente adoptada por nós) e intermédias. Ver p.43

197 *Idem*

198 Ver Pimenta, O Sistema Monetário Europeu ...

199 Estamos a referir a Castro e a sua obra A Revolução ...

200 Adoptamos aqui a terminologia do autor citado que distingue entre crises periódicas (o que corresponde as designadas crises de sobreprodução, terminologia normalmente adoptada por nós) e intermédias. Ver p.43

É isso que encontramos em Serrão (aavv)[201] onde se consideram as seguintes crises:

— 1846/47 em que o primeiro ano é sobretudo saliente pela crise monetária e financeira, enquanto o segundo tem todas as características de uma crise de sobreprodução.
— 1857
— 1866
— 1873 prolongando-se até 1876 altura em que se regista uma violenta crise financeira
— 1890/1892
— 1913.

O mesmo autor que faz esta periodização tem, numa outra obra uma análise mais pormenorizada que passamos a analisar[202].

A crise de 1946 embora de natureza internacional apresenta um conjunto de especificidades nacionais:

> "A crise que eclodiu em Portugal no ano de 1846 diverge, em certa medida, da crise de superprodução que rebentou na Europa em 1847. E embora esta depressão apresentasse aspectos especulativos muito nítidos, afectou especialmente as industrias produtoras de bens de produção, como a metalurgia, devido ao investimento maciço de capitais nas empresas ferroviárias. Mas, no nosso País, não se iniciara ainda a instalação de linhas de caminho de ferro (...)

Outro aspecto particular a ter em conta, ao considerar as grandes dificuldades que surgiram em Portugal, reside no facto de se terem revelado um ano antes da eclosão da crise europeia. A crise nacional de 1846 surge como um grande descalabro de crédito e das finanças bancárias (...)[203]

Na crise de 1858/1860, depressão cíclica

> "diminui o valor das exportações, os dividendos bancários reduzem-se; a tonelagem das construções navais, de 1857 para 1858, desce cerca de 40%, enquanto de 1850 para 1857 quase triplicará as despesas com caminhos de ferro tendo aumentado rapidamente de 1852 para 1858, diminuem deste ultimo ano até 1861, para voltarem a retomar o movimento ascensional aquém de 1861."[204]

201 Serrão (aavv), Dicionário ... Entrada "Crises Económicas e Financeiras"
202 Estamos a referir-nos a Castro e a sua obra A Revolução …
203 Castro, A Revolução ... pág. 135
204 Castro, A Revolução ... pág. 138

A crise de 1866 tem expressões no aumento da taxa de desconto, no aumento do desemprego resultante da redução da produção em muitas empresas e na diminuição dos salários.

Quanto à crise de 1876 parece ser de salientar a sua forte componente monetária:

> "A crise especulativa, tendo início no Porto, eclodiu em Julho de 1876: o Banco do Porto e o Banco Comercial de Viana e a Casa Carmo, Sobrinho e Companhia suspendem pagamentos, gerando-se o pânico e atingindo a derrocada grande amplitude (suspenderam também pagamentos outros estabelecimentos bancários, como os Banco Lusitano, União, etc.).
>
> (...) quanto aos reflexos da crise de superprodução que surgiu lá fora em 1873, não parece que tenham sido de vulto."[205]

A crise de 1880/81 exprime-se em Portugal em diminuições de comércio.

A crise de 1891 é encarada internacionalmente não só como uma crise de sobreprodução, mas como uma grande crise de sobreprodução. Constitui, como dissemos, um marco histórico. O autor que temos vindo a citar afirma que em Portugal esta é uma crise financeira e não uma crise de sobreprodução.

Vejamos a sua argumentação:

> "posteriormente a esta data surge a grande crise financeira de 1891, que não constitui, exactamente como as de 1846 e de 1876, uma crise de superprodução. Fala-se na crise de 91, mas não podemos interpretar os fenómenos então verificados no sentido duma flutuação cíclica; assiste -se a uma alta de preços, ao aumento da circulação fiduciária além das necessidades do comércio, isto é, à inflação, combinada com sérias dificuldades nas actividades bancárias e na vida financeira do Estado. Não se vai aqui fazer a história da crise financeira de 1891, que aliás foi agravada por certos acontecimentos políticos, sendo os mais conhecidos o ultimato inglês de 1890 e a revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891. Goradas as tentativas para a obtenção dum empréstimo interno no montante de 8000 contos, o governo procurou conseguir disponibilidades através de um empréstimo garantido pelo monopólio dos tabacos.

Este empréstimo foi, de facto, negociado, sendo aprovado por Carta de Lei de 23 de Marco de 1891, mas dominava na companhia, então constituída, o capital estrangeiro (os capitalistas portugueses absorviam 30% de empréstimo, o capital francês 45% e o alemão 25%).

205 Castro, A Revolução ... pág. 141

> Tal concessão, sem salvar a situação financeira do Estado, foi altamente prejudicial ao pais, colocando nas mãos dum estreito circulo de financeiros (com a agravante ainda de a maioria não ser portuguesa) o monopólio de um importante ramo da produção. A acumulação de erros, combinada com negócios especulativos do comércio bancário e outras aventuras (como a do caminho de ferro até à fronteira espanhola, a salamancada, em que se viram comprometidos diversos estabelecimentos de crédito portuenses, tudo isso contribuiu para o desencadeamento da catástrofe. Exactamente como nas crises de 1846 e de 1876, nota-se em 1891 um primeiro período durante o qual o governo procura salvar três ou quatro grandes empresas do país, comprometidas na baixa dos câmbios e inibidas de solver, no estrangeiro, compromissos inadiáveis. Por outro lado, as dificuldades nacionais foram precipitadas tanto pela crise especulativa registada na Inglaterra (que, como se disse atrás, acarretou, em Novembro de 1890, a falência da casa bancária Baring Brothers, a qual financiava o governo português) como pela crise geral de sobreprodução de 1890. Mostrou-o depois claramente a falência da actividade financeira do Estado e da sua política creditícia, em conjunção com especulação bolsista e as diversas negociatas os escândalos e os desastres sucedem-se. É, além do monopólio dos tabacos, o caso do Banco Lusitano, da salamancada, das concessões de caminhos de ferros de Lourenço Marques, da questão da Companhia do Niassa, da corrida ao Montepio, do curso forçado e da inflação monetária, do desgraçado tratado com a Inglaterra, do ineficaz decreto de 7 de Maio, das substituições ministeriais, etc. E nem os auxílios do Banco de Portugal aos estabelecimentos de crédito do Norte, nem a moratória geral decretada pelo governo, nem os pseudo-remédios de Mariano de Carvalho, tratavam a crise; ela era mais profunda do que isso...
>
> É fácil verificar que não se registou em 1891 uma crise específica de superprodução, mas sim uma crise financeira especulativa (...).

Com a crise de 91, quem sofre são, como se disse, a classe trabalhadora e a classe média, mas a acumulação capitalista não foi prejudicada."[206]

A crise de 1907 também não passou despercebida no nosso País, mas as suas manifestações não surgem claras.

Pareceu-nos importante nós próprios tentarmos verificar, embora muito ligeiramente, a dinâmica conjuntural. E isto por duas razões: (1) as análises para a realidade portuguesa surgiam, de uma forma genérica, pouco quantificadas e tomando sempre como ponto de partida o envolvimento internacional[207]; muitas das constatações de existência de crise partiam da análise da evolução dos preços e salários (o que pretendíamos demonstrar era o ponto de partida

206 Castro, A Revolução ... pág. 142/145 (2) Guimarães, História ...

207 Guimarães, História ...

para a demonstração) e das componentes monetárias (ligadas as variáveis anteriores e demasiado indirectas para reflectir globalmente a produção e repartição).

Os indicadores da produção, da repartição ou da troca não abundavam. Com todas as limitações acabamos por utilizar os que se seguem:

l) Vendas em valor da Real Fabrica de Tomar (A)

A importância da indústria têxtil no contexto industrial português da época e a envergadura da fábrica de Tomar levou-nos a considerar estes dados.

Contudo é demasiado arrojado pretender vermos o conjunto da economia pela situação de uma única empresa, por muito importante que seja.

Os dados abrangem o período de 1886 a 1911. Considerámos como tendência de evolução ao longo do tempo

$$\log A = \underset{(111,759)}{12,48440} + \underset{(5,136)}{0,22991} \log t + e$$

$R^2 = 0,524$ $F = 26,375$ $DW = 1,073$

Verifica-se a existência de alternância de variações positivas e negativas e algumas quebras de produção ligeira, mas só no ano de 1901 apresenta sinais de crise.

2) Quintais de algodão em bruto importado (B)

Insistindo ainda na importância da industria têxtil e tendo em conta a nossa dependência de matérias-primas – utilizamos os dados de Pereira[208] referidos em título para o período 1865 a 1905.

Embora sem dúvida mais significativo que os dados anteriores, é sempre perigoso considerar apenas um sector de actividade.

Para o conjunto do período consideramos a seguinte tendência de evolução no tempo:

$$\log B = \underset{(150,346)}{9,30680} + \underset{(27,192)}{0,06698}\, t + e$$

$R^2 = 0,950$ $F = 739,400$ $DW = 0,783$

que aponta claramente para a existência de autocorrelação positiva, eventualmente indicadora de uma dinâmica "conjuntural".

208 De Pereira, Livre ...

Durante o período 1865/73 o que se pode designar por más conjunturas exprimem-se quase exclusivamente por um abrandamento do ritmo de crescimento. O período de 1875/1888 caracteriza-se por uma alternância de rápidas quebras e recuperações, podendo-se apontar 1872/74 como período de crise. Entre 1890 e 1896 registam-se algumas quebras violentas, como em 1891, 1894 e 1896, mas no quadro global de um forte crescimento. 1901 também surge como um mau ano.

3) Quintais de importações de lã em massa lavada ou suarda (C)

Completa a informação do indicador anterior considerando um outro sector da industria têxtil, o sector de lanifícios, de muito grandes tradições na industria portuguesa.

Também aqui utilizamos a informação de Pereira[209] para o período 1865 a 1905.

As observações críticas ao indicador anterior são aplicáveis ao caso presente.

Para o conjunto do período consideramos a seguinte tendência de evolução no tempo:

$$\log C = 9{,}16073 + 0{,}35274 \log t + e$$
$$(60{,}678) \quad (6{,}849)$$
$$R^2 = 0{,}546 \qquad F = 46{,}908 \qquad DW = 0{,}814$$

que também aponta para a hipótese de existência de uma movimento "conjuntural".

São nítidos os sinais de crise em 1868, 1874/76. Após esta entra-se numa fase de recuperação mas com várias "interrupções" (1879, 1882, 1885 e 1887) num movimento muito irregular. O período de 1889/1891 também é característico de crise, vindo a apresentar quebras violentas também em 1894, assim como 1896/1901. Neste ultimo caso a recuperação é quase inexistente.

4) Total de importação de matérias-primas e manufacturas em contos de reis (D).

Este é um indicador mais global que os anteriores.

Apresenta a limitação de ser expresso em termos monetários, mas as estatísticas disponíveis – não só em Pereira[210] donde foram

209 Idem

210 De Pereira, Livre ...

retirados os dados seguintes mas nas fontes originais –, não permitem outra coisa.

A abertura da economia portuguesa ao exterior dá credibilidade a este indicador.

É uma serie relativamente curta (1865-1890) e para o conjunto do período a tendência de evolução no tempo é a seguinte:

$$\log D = 8{,}51282 - 0{,}01308\, t + e$$
$$(217{,}586) \quad (-5{,}164)$$
$$R^2 = 0{,}526 \qquad F = 26{,}674 \qquad DW = 1{,}590$$

Registe-se que, contrariamente aos restantes indicadores, apresenta uma tendência de evolução decrescente e é de rejeitar a hipótese de autocorrelação positiva ou negativa.

Verificam-se sinais de crise em 1867/1869, em 1874/79, em 1882 e em 1887.

5) Importação de máquinas industriais em contos de reis (E)

Consideramos este indicador muito importante porque refere-se ao conjunto da indústria, é a fracção da economia mais sensível às crises periódicas, e analisa-as do ponto de vista do investimento. A abertura da economia portuguesa reforça a representatividade deste indicador.

Apresenta a limitação de estar expresso em termos monetários.

Utilizamos a serie apontada por Pereira[211] para o período de 1865-1905.

É a seguinte a sua tendência global de evolução no tempo:

$$E = 239{,}03727 + 0{,}95847\, t^2 + e$$
$$(4{,}621) \quad (16{,}320)$$
$$R^2 = 0{,}872 \qquad F = 266{,}351 \qquad DW = 0{,}970$$

sendo de salientar a sua sensível tendência de crescimento, a boa validade do ajustamento e a aceitação da hipótese da existência de aurocorrelação positiva.

Surgem sinais de crise em 1865/68 com sucessivas diminuições (-9,76%; -20,34 e -26,33), em 1877/79 (com -71,98% e -18,51%), em 1881/82 (com -54,34% e -45,30%) e 1891/96 com quebras de -53,73%; -9,5% e -7,21%.

211 idem

6) Quintais de importação de máquinas e instrumentos de trabalho para a agricultura (F)

Sem dúvida que a agricultura apresenta um grande conjunto de especificidades no comportamento cíclico, particularissimamente a agricultura ainda com uma forte influência dos modos de produção pré-capitalistas. Contudo as máquinas importadas estão essencialmente ligadas à agricultura já com características capitalistas que, segundo alguns autores, apresenta uma grande importância no advento do modo de produção capitalista em Portugal.

É importante o facto de os dados estarem em quintais.

Também aqui utilizamos os dados apresentados por Pereira[212] para o período de 1865-1900, para o qual encontramos a seguinte tendência de evolução ao longo do tempo, indicadora de uma taxa média de crescimento constante em todos os subperíodos:

$$\log F = 0{,}55587 + 0{,}09974\, t + e$$
$$(34{,}495) \qquad (13{,}133)$$
$$R^2 = 0{,}835 \qquad F = 172{,}479 \qquad DW = 1{,}373$$

A tendência de evolução apresenta-se boa mas é duvidoso admitir a existência de autocorrelação positiva.

Na evolução destes dados verificam-se diversas quebras de produção, sendo os sinais de crise mais claros em 1866/69, 1875 (com uma diminuição de -116,44 %), 1878/79 (com diminuições de -14,83 e -52,71), 1882, 1887, 1891 e 1893/1900

7) Total das importações em mil reis (G)

Dá uma visão de conjunto, mas é demasiado genérico.

Tem a limitação de ser expresso em termos monetários.

Mais uma vez utilizamos os dados de Pereira[213] para o período de 1865 a 1910.

Para o conjunto dos anos apresenta a seguinte tendência de evolução no tempo:

$$\log G = 26504781{,}9433 + 19534{,}9357\, t^2 + e$$
$$(29{,}887) \qquad (21{,}416)$$
$$R^2 = 0{,}912 \qquad F = 458{,}454 \qquad DW = 0{,}859$$

Podem-se constatar alguns sinais de crise em 1867/1869, 1874 (-20,04%), 1883/85, 1891/94 (-11,44% e -24,68%) e 1901/1909.

212 Idem
213 Idem

8) Total das exportações em mil reis (H)

Muito do que se disse para o índice anterior aplica-se igualmente a este.

É, sobretudo, um ensaio para medir a influência da economia externa sobre a nossa.

Ainda mais uma vez utilizamos os dados de Pereira[214] para o período de 1865 a 1910.

Para o conjunto do período é a seguinte a tendência de evolução no tempo:

$$H = 17288732{,}464 + 303805{,}187\ t + e$$
$$(22{,}955) \qquad (10{,}887)$$
$$R^2 = 0{,}729 \qquad F = 118{,}531 \qquad DW = 1{,}440$$

não sendo de admitir com segurança a existência de autocorrelação.

Aparecem alguns sinais de crise em 1866, 1878/79 (apresentando, dois anos depois, nova diminuição), 1887/91, apresentando-se o período seguinte com muito pouca clareza quanto ao movimento da variável.

No quadro seguinte procuramos apresentar uma visão de conjunto da evolução destes indicadores:

| Anos | A | B | C | D | E | F | G | H |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1865 | | - | + | -+ | - | + | - | + |
| 1866 | | + + | + + | + + | -- | -+ | + - | -- |
| 1867 | | + + | + + | -+ | -- | -+ | -- | + - |
| 1868 | | + - | -- | -- | -- | -- | -- | + - |
| 1869 | | + + | + - | -- | + - | -- | -- | -- |
| 1870 | | -- | + - | + + | -- | + + | + - | + + |
| 1871 | | + + | + - | -- | + - | -- | + - | + + |
| 1972 | | + + | + - | + + | + - | + - | + + | + + |
| 1873 | | + - | + + | + + | + + | + + | + + | + + |
| 1874 | | -- | -- | -- | -+ | + + | -- | -+ |
| 1875 | | + - | + + | + + | + + | -- | + + | + + |
| 1876 | | -- | -- | -- | + + | + - | -+ | -+ |
| 1877 | | + + | + - | + - | -+ | + + | -+ | + + |
| 1878 | | -- | + + | -- | + + | -+ | + + | -- |

214 Idem

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1879 | | + - | -- | -- | -- | -- | + + | -- |
| 1880 | | + + | + - | + - | + + | + - | -+ | + + |
| 1881 | | -- | + + | + + | -+ | + + | + + | -- |
| 1882 | | -- | -- | -- | -- | -- | + + | + - |
| 1883 | | + + | + + | + + | + - | + + | -- | + - |
| 1884 | | -- | + + | -+ | + - | -+ | + - | -- |
| 1885 | | + - | -- | + + | -- | + + | + - | + - |
| 1886 | - | + + | + + | + + | + - | + + | + + | + + |
| 1887 | + - | -- | -+ | -- | + - | -- | -+ | -- |
| 1888 | + - | + - | + + | + - | + + | + + | + + | + - |
| 1889 | -- | + + | -+ | + + | + + | -+ | + + | -- |
| 1890 | + - | + + | -+ | -- | + + | + + | + + | -- |
| 1891 | + + | -+ | -+ | | -- | -+ | -- | -- |
| 1892 | -- | + + | + + | | + - | + + | -- | + - |
| 1893 | + + | + + | + + | | -- | -+ | + - | -- |
| 1894 | -- | -+ | -+ | | + - | + + | -- | + - |
| 1895 | + + | + + | + + | | -- | -- | + - | + + |
| 1896 | + + | -+ | -+ | | + - | + - | -- | -- |
| 1897 | + + | + + | -+ | | + - | -- | + - | -- |
| 1898 | -+ | + + | -- | | + + | + - | + - | + + |
| 1899 | + + | + + | + + | | -+ | + - | + + | -+ |
| 1900 | + + | + + | -- | | + + | + - | + + | + + |
| 1901 | -- | -- | -- | | + + | | -+ | -- |
| 1902 | + + | + + | + - | | + + | | -+ | + - |
| 1903 | + + | -+ | -- | | -+ | | + + | + + |
| 1904 | -- | -- | + - | | -+ | | + + | + + |
| 1905 | -- | + - | + - | | + | | – + | -- |
| 1906 | + - | | | | | | -- | + + |
| 1907 | -- | | | | | | + - | – + |
| 1908 | -- | | | | | | + + | -- |
| 1909 | + - | | | | | | -- | + - |
| 1910 | -- | | | | | | + + | + + |
| 1911 | + - | | | | | | | |

Obser: a primeira coluna de cada indicador indica se a variação foi positiva (+) ou negativa (-) ou ainda nula ( ). A segunda coluna indica se o valor efectivo é superior (+) ou inferior (-) à média expressa pela curva de tendência adoptada.

Uma primeira conclusão que se pode tirar deste quadro é que as fronteiras entre as diversas fases do movimento cíclico surgem com muito pouca nitidez a partir do conjunto de indicadores utilizados e, secundariamente, do tratamento estatístico de que foram objecto.

Contudo é possível, com muita cautela, tirar algumas conclusões. Para a indústria têxtil constatamos sinais de crise nos anos de 1874/76, 1882, 1901 e perturbações e quebras visíveis em 1887 e 1894. Saliente-se que o ano de 1891 apresenta alguns sinais de crise mas muito passageira e pouco profunda.

Para o conjunto da indústria podemos considerar como anos de crise os seguintes: 1865/68, 1877/79, 1882 e 1891/96, sendo os mais característicos os dois últimos dos dois primeiros períodos, 1882 e os primeiros cinco anos do último período considerado.

Assim, com todas as ressalvas, podemos apontar os seguintes anos como os mais indicativos de uma situação de crise:

— 1868
— 1874
— 1879
— 1882
— 1887
— 1891 (com excepção para a indústria têxtil)
— 1901.

Considerando estas datas e a periodização das crises que assinalamos anteriormente, expressando a opinião de alguns historiadores, podemos retirar as seguintes conclusões provisórias:

1) O conjunto dos indicadores utilizados pelos diversos autores a que recorremos (situação em outros países e indicadores monetários, predominantemente) e por nós (indicadores parciais ligados dominantemente ao comércio externo) não são suficientes para captar fidedignamente o movimento conjuntural da economia portuguesa.

2) Podemos constatar que há uma grande probabilidade de a conjuntura portuguesa apresentar fortes especificidades na conjuntura internacional, mesmo em relação ao nosso principal comprador e vendedor internacional e centro da dominação capitalista em Portugal, a Inglaterra:

**Periodização**

| Internacional | Portugal |
|---|---|
| 1866/67 | 1868 |
| 1877/79 | 1874, 1879 |
| 1883/86 | 1882, 1887 |
| 1891/93 | 1891 |
| 1899/901 | 1901 |

3) De facto, a crise de 1891 em Portugal não foi uma grande crise de sobreprodução, como em Inglaterra, embora tenha tido violentas repercussões financeiras.

### 2.E.1.2. Evolução dos preços

Chamamos a atenção para as considerações teóricas apresentadas no corpo deste capítulo a propósito das relações entre conjuntura, sobretudo crises, e preços.

Não se pode estabelecer uma relação directa e imediata entre os preços e as situações conjunturais, como o demonstra, por exemplo, os seguintes resultados

| | | | |
|---|---|---|---|
| $TV_{PT}$ | $= f(TV_{IA})$ | N=30 | CD=04 |
| $TV_{PAP}$ | $= f(TV_{IMI})$ | N=40 | CD=05 |
| $TV_{PPIII}$ | $= f(TV_{IMPM})$ | N= 9 | CD=0,432 |
| $TV_{PPIII}$ | $= f(TV_{IMI})$ | N=24 | CD=0,109 |

em que $TV_x$ = Taxa de variação relativa centrada de x ; PT=Índice de preços dos tecidos; PAP=Índice de Preços da alimentação popular; PPIII=Índice de preços dos produtos industriais (II); IA=Importação de algodão; IMI=Importação de maquinas industriais; IMPM=Importação de matérias-primas e máquinas.

Adoptando um relacionamento mais genérico é viável construir o seguinte quadro que compara a dinâmica dos três índices de preços durante os períodos que podem ser considerados de crise:

| Crise | Comportamento dos preços | | |
|---|---|---|---|
| | **Alim.Popular** | **Industrial I** | **Industrial II** |
| **1845/847** | Preço mais baixo em 1949 (antecedendo longa subida) | Baixa de preços de 1848 a 1851 | |
| **1857/858** | descida de preços desde 1857 até 1861 | Não existe descida de preços | |
| **1866/868** | Antecede longa descida de preços até 1872 | Seguida de descida de preços até 1871 | |
| **1874/879** | Período de alternância de subida e descidas de preços. Antecede baixa de 1881 | Período de alternância de subidas e descidas de preços. Antecede a baixa de 1881 | |
| **1882/887** | A partir de 1883 os preços baixam bastante, tendo um mínimo em 1888 | Descida de preços entre 1883 e 1884 e entre 1888 e 1890 | Baixa de preços em 1887 e 1888 |
| **1891/893** | Baixa significativa de preços em 1892 | Os preços sobem até 1892 e só depois desce ligeiramente | Não existe descida de preços |
| **1899/901** | Sobem até 1904 e só nos dois anos seguintes os preços descem | Descida de preços de 1901 até 1904 | Em 1901 os preços começaram a descer até 1905 |

donde facilmente se conclui: 1) nem sempre, mas quase sempre, é possível estabelecer uma relação entre as crises e uma descida de preços; 2) esse relacionamento apresenta características diferentes de crise para crise quanto a intensidade, cronologia, capacidade de reacção.

*Às crises correspondem, durante este período, descidas de preços*. As especificidades sectoriais e regionais da conjuntura, a diversidade de variação dos preços das diversas mercadorias (para além das

deficiências estatísticas dos índices) e a interferência de outros factores aqui não considerados podem, em parte, justificar o segundo ponto atrás referido.

Com todos os cuidados que o carácter primário deste estudo exige, com todas as reticências que fomos apresentando ao longo deste anexo, poderemos concluir que *a relação entre conjuntura e preços durante o século xix não é directa e imediata* como frequentemente é apresentada por muitos autores, particularmente preocupados em princípios gerais e sem uma visão da realidade, mas é de admitir que as crises influenciem o movimento de subida e descida dos preços, actuando como um factor à baixa.

### 2.E.2. Crise 1929/33

As opiniões sobre a crise de 1929/33 por parte daqueles que a viveram e que, de alguma forma, tiveram uma intervenção nesse processo são muito divergentes. Em grande medida devido à sua situação na economia e aos interesses directos que vinculavam.

Assim, por exemplo, enquanto as associações empresariais[215] afirmavam que a crise em Portugal tinha sido catastrófica, para o Banco de Portugal quase tudo corria bem.

Para este último, atendendo ao que exprime nos seus relatórios de actividade, a crise de 1929/33 embora muito violenta para o conjunto da economia mundial apresentou grande benignidade no nosso país. No relatório de 1930 é obrigado a reconhecer que a crise também atingiu a economia portuguesa, mas logo de seguida afirma que as especificidades da nossa economia (existência de colónias e sua natureza rural) a protegeu bastante. No relatório do primeiro semestre se 1931 não se refere à crise. No do ano seguinte chama a atenção para o carácter universal do fenómeno, mas logo aproveita o ensejo para afirmar que em todos os países se está a procurar implementar medidas que em Portugal já estavam em curso, nomeadamente o equilíbrio orçamental (ao lado da política tarifária e acordo de dívida de guerra). Em 1932 diz que o desemprego está a diminuir. No ano seguinte volta a reafirmar esses princípios dizendo que felizmente a economia portuguesa continua à margem das grandes perturbações da crise mundial. No ano seguinte não há nenhuma referência significativa ao problema. Só em 1935, quando a própria crise foi utilizada para reforçar a instauração do regime, se tem que admitir que esta crise do capitalismo foi diferente das

215 Sobre o assunto ver SILVEIRA "Alguns aspectos ...

anteriores, bastante mais grave. Continua a afirmar que a situação melhorou mas apresenta 43.359 trabalhadores no desemprego (valor certamente subestimado).

Enfim, o fascismo pela voz de alguns dos seus representantes oficiais (e recorde-se a importância da política monetária e, portanto, do Banco de Portugal) procurou mostrar que a obra de Salazar permitiu evitar a catástrofe nacional que teria resultado da crise de 1929/33. Apesar de todos os esforços, não conseguiram encobrir que a crise também se verificou em Portugal.

Devido a estas diferenças de opinião e ao carácter mistificador que muitas das posições apresenta, procurámos analisar o fenómeno de forma quantificada. Também aqui chocamos com uma grande ausência de informação e, curiosamente, de estudos. Dizemos curiosamente porque a importância que esta crise apresentou para o capitalismo e para a consolidação do fascismo já deveria ter justificado estudos pormenorizados.

### 2.E.2.1. Evolução da conjuntura

Após um levantamento relativamente exaustivo[216] dos indicadores disponíveis para o estudo desta crise, seleccionamos um conjunto de oito, para os quais fazemos seguidamente a respectiva apresentação e leitura.

1) Total de Produção Mineira em toneladas (A)
São os seguintes os valores:

| Anos | Dados | Variação | Conjunt (+) |
|---|---|---|---|
| 1920 | 196 631 | | 82,67 |
| 1921 | 405 693 | +69,42 | 135,44 |
| 1922 | 365 399 | -10,45 | 106,59 |
| 1923 | 369 714 | +1,17 | 98,01 |
| 1924 | 385 980 | +4,30 | 95,00 |
| 1925 | 357 771 | -7,59 | 82,87 |
| 1926 | 453 484 | +23,60 | 99,79 |
| 1927 | 522 595 | +14,16 | 110,00 |

216 Esse levantamento relativamente exaustivo foi feito por um grupo de alunos no âmbito da cadeira de Economia Marxista

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1928 | 492 871 | -5,85 | 99,76 |
| 1929 | 628 796 | +24,24 | 122,89 |
| 1930 | 656 314 | +4,28 | 124,26 |
| 1931 | 524 264 | -22,37 | 96,43 |
| 1932 | 493 542 | -6,04 | 88,39 |
| 1933 | 442 067 | -11,00 | 77,25 |
| 1934 | 457 747 | +3,49 | 78,17 |
| 1935 | 475 239 | +3,75 | 79,44 |
| 1936 | 518 815 | +8,77 | 84,99 |
| 1937 | 678 907 | +26,73 | 109,12 |
| 1938 | 1 084 865 | +46,03 | 171,26 |

Obs: Rácio (em percentagem) da quantidade produzida com o valor médio expresso pela curva de tendência no tempo a saber:
$\log A = 12{,}37943 + 0{,}33268 \log t + e \quad R^2 = 0{,}622 \quad F = 27{,}959 \quad DW = 0{,}995$
(88,845) (5,288)

Parece ser clara a situação de crise no período 1930/1935 seguida de uma rápida recuperação em 1938.

2) Total da produção de carvão em toneladas (B)

Este indicador é mais parcelar que o anteriormente apresentado, pelo que dispensamos a sua listagem.

Diremos apenas que para o período 1922/1940 não é de admitir a existência de autocorrelação positiva.

Confirma em parte os dados anteriores, ao mesmo tempo que apresenta um conjunto de especificidades: manifestação clara de crise no período 1930/34 com uma depressão nos cinco anos seguintes.

3) Total da produção de pirite em toneladas (C)

Também é uma parcialização do primeiro indicador.

Não apresenta uma evolução no tempo conforme com nenhuma das regressões ensaiadas.

Regista uma quase total paralisação da actividade em 1931, continuando com níveis bastante baixos nos dois anos seguintes e em 1936/37.

4) Total da produção agrícola em litros (D)

É sabido que a agricultura é um mau indicador, para análise da situação conjuntural. O facto de este indicador não apresentar uma tendência de evolução no tempo expressável pelas regressões aplicadas e, sobretudo, o facto de não expressar qualquer situação de crise confirma integralmente aquela afirmação. O objectivo da sua apresentação aqui é outro.

Embora haja uma quebra da produção de 37% em 1933 não existe uma evolução típica de crise. Será mesmo de admitir que foi com base nesta evolução especifica da produção agrícola que o regime se baseou para concluir que a crise internacional não era coisa que nos afectasse.

5) Total da produção de cortiça em toneladas (E)

Embora tivéssemos tido que recorrer a este indicador, dada a escassez de informação estatística, temos que reconhecer que não se trata de um bom indicador.

É possível admitir uma tendência de evolução no tempo do tipo da verificada para o primeiro indicador, embora não se possa com segurança admitir a existência de autocorrelação.

Apresenta sinais de crise nos anos de 1929/32 seguida de uma depressão nos três anos seguintes.

6) Importações totais a preços correntes (F)

Dada a abertura da nossa economia ao exterior este indicador pode reflectir razoavelmente a situação conjuntural. São os seguintes os dados:

| Anos | Dados | Variação | Conjunt (+) |
|---|---|---|---|
| 1920 | 690 997 900 | | 105,84 |
| 1921 | 932 629 600 | +29,76 | 72,60 |
| 1922 | 1 251 825 100 | +29,22 | 77,77 |
| 1923 | 2 299 407 200 | +59,00 | 127,62 |
| 1924 | 2 958 070 700 | +25,06 | 153,43 |
| 1925 | 2 483 932 800 | -17,43 | 123,15 |
| 1926 | 2 342 219 200 | -5,87 | 112,44 |
| 1927 | 2 662 107 700 | +12,78 | 124,75 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1928 | 2 679 069 600 | +0,64 | 123,21 |
| 1929 | 2 528 606 600 | -5,78 | 114,55 |
| 1930 | 2 405 708 600 | -4,98 | 107,65 |
| 1931 | 1 673 582 900 | -35,89 | 74,13 |
| 1932 | 1 707 849 900 | +2,03 | 74,99 |
| 1933 | 1 905 347 600 | +10,93 | 83,04 |
| 1934 | 1 966 285 500 | +3,15 | 85,15 |
| 1935 | 2 294 949 800 | +15,43 | 98,82 |
| 1936 | 1 994 285 282 | -14,02 | 85,45 |
| 1937 | 2 352 879 000 | +16,50 | 100,37 |
| 1938 | 2 300 358 000 | -2,26 | 97,74 |

Fonte: Anuário Estatístico

Obser: (+) Rácio de conjuntura calculado segundo o método já anteriormente indicado para outros indicadores, tendo sido adoptada a regressão:

$\log F = 21{,}65044\ 1{,}35356\ (1/t) + e \quad R^2=0{,}669 \quad F=34{,}390 \quad DW=0{,}857$

(323,880) (-5,864)

Existem claros sinais de crise nos anos de 1929/32, seguido de uma longa depressão de 6 anos.

7) Exportações totais em escudos (G)

A justificação para a utilização deste índice é similar à que já foi apresentada para o indicador anterior.

Explicita igualmente claros sinais de crise, agora para o período de 1929/33, e a depressão, tal como para o caso anterior prolonga-se depois até 1938.

8) Número índice da Bolsa de Lisboa das Acções e obrigações de sociedades extractivas e manufactureiras (H).

Embora tivéssemos sempre preferido utilizar indicadores ligados a produção de uma forma directa ou indirecta, pensamos conveniente apresentar este indicador porque, como se sabe, a crise de 1929/33 apresentou grandes impactos na bolsa e também porque os indicadores anteriores eram anuais, enquanto este é mensal.

São os seguintes os dados:

| Ano | Mês | Índice | Variação % |
|---|---|---|---|
| 1929 | 1 | 100,00 | - |
| | 2 | 102,20 | +2,18 |
| | 3 | 100,00 | -2,18 |
| | 4 | 101,10 | +1,09 |
| | 5 | 100,40 | -0,69 |
| | 6 | 91,70 | -9,06 |
| | 7 | 96,30 | +4,89 |
| | 8 | 98,80 | +2,56 |
| | 9 | 97,70 | -1,12 |
| | 10 | 96,40 | -1,34 |
| | 11 | 93,10 | -3,48 |
| | 12 | 89,70 | -3,72 |
| 1930 | 1 | 91,40 | +1,88 |
| | 2 | 91,50 | +0,11 |
| | 3 | 88,90 | -2,88 |
| | 4 | 89,20 | +0,34 |
| | 5 | 87,10 | -2,38 |
| | 6 | 83,30 | -4,46 |
| | 7 | 79,90 | -4,17 |
| | 8 | 78,40 | -1,90 |
| | 9 | 76,10 | -2,98 |
| | 10 | 75,50 | -0,79 |
| | 11 | 70,30 | -7,13 |
| | 12 | 65,00 | -7,83 |
| 1931 | 1 | 76,50 | +16,25 |
| | 2 | 69,60 | -9,45 |
| | 3 | 67,10 | -3,66 |
| | 4 | 61,50 | -8,71 |
| | 5 | 58,60 | -4,83 |
| | 6 | 56,80 | -3,12 |
| | 7 | 58,90 | +3,63 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | 8 | 56,80 | -3,63 |
| | 9 | 54,50 | -4,13 |
| | 10 | 54,70 | +0,37 |
| | 11 | 55,00 | +0,55 |
| | 12 | 53,80 | -2,21 |
| 1932 | 1 | 60,30 | +11,39 |
| | 2 | 57,60 | -4,58 |
| | 3 | 58,80 | +2,06 |
| | 4 | 52,80 | -10,75 |
| | 5 | 56,90 | +7,47 |
| | 6 | 55,30 | -2,85 |
| | 7 | 47,00 | -16,23 |
| | 8 | 47,50 | +1,06 |
| | 9 | 49,40 | +3.92 |
| | 10 | 52,20 | +5,51 |
| | 11 | 52,00 | -0,38 |
| | 12 | 53,80 | +3,40 |
| 1933 | 1 | 57,60 | +6,82 |
| | 2 | 58,40 | +1,38 |
| | 3 | 57,60 | -1,38 |
| | 4 | 56,60 | -1,75 |
| | 5 | 60,30 | +6,33 |
| | 6 | 61,40 | +1,81 |
| | 7 | 62,70 | +2,10 |
| | 8 | 61,90 | -1,28 |
| | 9 | 62,30 | +0,64 |
| | 10 | 63,10 | +1,28 |
| | 11 | 75,10 | +17,37 |
| | 12 | 72,10 | -4,08 |
| 1934 | 1 | 73,66 | +2,14 |
| | 2 | 73,56 | -0,14 |
| | 3 | 74,13 | +0,77 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | 4 | 80,66 | +8,44 |
| | 5 | 84,74 | +4,93 |
| | 6 | 84,50 | -0,28 |
| | 7 | 84,50 | 0,00 |
| | 8 | 82,85 | -1,97 |
| | 9 | 85,97 | +3,70 |
| | 10 | 90,92 | +5,60 |
| | 11 | 89,89 | -1,14 |
| | 12 | 88,99 | -1,01 |
| 1935 | 1 | 93,39 | +4,83 |
| | 2 | 93,67 | +0,30 |
| | 3 | 103,52 | +9,99 |
| | 4 | 106,71 | +3,03 |
| | 5 | 104,80 | -1,81 |
| | 6 | 107,22 | +2,28 |
| | 7 | 106,93 | -0,27 |
| | 8 | 110,65 | +3,42 |
| | 9 | 109,79 | -0,78 |
| | 10 | 107,79 | -1,84 |
| | 11 | 110,31 | +2,31 |
| | 12 | 110,53 | +0,20 |
| 1936 | 1 | 115,87 | +4,72 |
| | 2 | 100,70 | -14,01 |
| | 3 | 111,16 | +9,87 |
| | 4 | 79,03 | -33,79 |
| | 5 | 110,34 | +33,07 |
| | 6 | 114,99 | +4,13 |
| | 7 | 107,89 | -6,37 |
| | 8 | 106,56 | -1,24 |
| | 9 | 90,72 | -16,06 |
| | 10 | 97,59 | +7,30 |
| | 11 | 109,82 | +11,79 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | 12 | 113,38 | +3,19 |
| 1937 | 1 | 120,75 | +6,30 |
| | 2 | 117,48 | -2,75 |
| | 3 | 100,14 | -15,94 |
| | 4 | 101,93 | +1,77 |
| | 5 | 102,86 | +0,91 |
| | 6 | 108,82 | +5,63 |
| | 7 | 100,93 | -7,52 |
| | 8 | 102,23 | +1,28 |
| | 9 | 107,42 | +4,95 |
| | 10 | 102,59 | -4,60 |
| | 11 | 108,70 | +5,78 |
| | 12 | 102,58 | -5,79 |

Fonte: Anuário Estatístico

Obser: As variações são centradas.

Note-se que não existem informações anteriores a 1929 nas publicações do INE, facto que nos levou a não ensaiar qualquer regressão.

Podemos considerar como início da descida de cotações na bolsa Fev. 1929, sendo o mês de Agosto de 1932 o ponto mais baixo. Só em Março de 1935 é que retoma o nível de 1929.

Em síntese, podemos dizer que a crise de 1929/33 existiu em Portugal, com um período de vigência bastante similar aquele, com prolongamento depressivo até 1938/39.

### 2.E.2.2. Evolução dos preços

Já anteriormente apresentámos índices de preços publicados pelo INE que nos permitiriam analisar a sua evolução durante este período. Contudo, considerámos útil analisar este indicador, referente ao mês de Julho de cada ano, publicado pelas instituições de Previdência (em parte coincidentes com índices apresentados no anexo D:

Base 100 em 1914

| Ano | Índice | Variação | Conjuntura(+) |
|---|---|---|---|
| 1919 | 316,80 | | 123,01 |
| 1920 | 551,60 | 54,08 | 69,19 |
| 1921 | 816,70 | 38,75 | 70,29 |
| 1922 | 1128 | 32,02 | 80,42 |
| 1923 | 1719,50 | 41,55 | 109,49 |
| 1924 | 2652 | 42,66 | 156,61 |
| 1925 | 2286,40 | -14,81 | 127,95 |
| 1926 | 2147,90 | -6,25 | 115,44 |
| 1927 | 2430,10 | 12,33 | 126,58 |
| 1928 | 2293,90 | -5,77 | 116,52 |
| 1929 | 2179,20 | -5,13 | 108,44 |
| 1930 | 2046,30 | -6,29 | 100,10 |
| 1931 | 1811 | -12,20 | 87,32 |
| 1932 | 1777 | -1,90 | 84,62 |
| 1933 | 1789 | 0,67 | 84,28 |
| 1934 | 1763,90 | -1,41 | 82,32 |

Fonte: Anuários Estatísticos

Obser: No indicador de conjuntura utilizou-se a seguinte tendência de evolução:

log IPC = 7,81112 - 2,25994 (1/t) + e $R^2$=0,841 F=74,052 DW=0,799

(94,519) (-8,605)

Como facilmente se verifica existe uma estreita relação entre a conjuntura e a evolução dos preços. Sobretudo a crise é antecedida e acompanhada por descidas de preços. Assim, verificam-se descidas de preços em 1925 e 1926, antes da crise, em 1928 e 1929, isto é, no limiar do eclodir da crise e em 1930, 1931, 1932 e 1934, em pleno processo de crise.

Se é muito clara a existência de um comportamento dos preços e da produção no mesmo sentido durante grande parte das fases do ciclo e, muito particularmente, durante a grande crise de sobre-produção, a verdade é que não é possível estabelecer uma estreita relação do tipo IPC=f( P) em que P é um indicador da produção. Por exemplo uma regressão entre a variação dos preços e a da produção mineira tem como coeficiente de determinação 0,128.

## 2.E.3. A conjuntura após 1955

Infelizmente para o período entre o fim da grande crise de 1929/33 e a década de 50 não existem dados estatísticos disponíveis para uma apreciação global da conjuntura.

Essa a razão deste interregno na sequência de observação. É verdade que seria sempre possível recorrer a informações sectoriais, parcializadas e delas retirar algumas conclusões. Contudo, a existência do período de guerra que nunca poderia ser considerado como paradigma da dinâmica "normal" da economia e o facto do período pós-guerra ser comummente aceite por todos os estudiosos da conjuntura internacional como de relativa ausência de crises, embora a não participação de Portugal na guerra pudesse trazer-nos nessa matéria algumas especificidades, levou-nos a considerar desnecessário empreender um tal trabalho. No Capítulo 4 abordaremos alguns dados para esse período, mas mais numa perspectiva de dinâmica estrutural.

Para este período não há, que conheçamos, nenhum estudo completo sobre a conjuntura da economia portuguesa. Durante muito tempo devido à ausência de crises perturbadoras, à generalização da mitologia de que as crises de sobreprodução eram um monstro do passado e ainda à situação política que se vivia, os estudos de conjuntura, sobretudo numa perspectiva de constatação da realidade, estiveram muito afastadas das preocupações dos economistas. Com a crise de 1973/76 as preocupações ressurgiram, alguns estudos foram elaborados[217], mas ainda não captamos em plenitude a dinâmica conjuntural deste período. Alias, diga-se à guisa de conclusão, como resultará dos dados, tal lacuna não é grave, assim como as crises também não o são.

Há anos fizemos uma primeira análise da conjuntura aplicada à realidade de um sector, o qual foi sempre antecedido por uma visão global. No que se segue aproveitaremos alguns aspectos desse labor[218].

Nos nossos estudos consideramos o período 1955-1980 utilizando, por um lado os índices de produção industrial e, por outro, a contabilidade nacional. Quanto aos índices de produção industrial foi-nos particularmente útil as series publicadas pelo CEP[219],

217 Entre eles, referiremos DIAS (aavv), "A Transmissão ..." GOMES, "Flutuações ..." além das séries cronológicas básicas editadas pelo CEP. Esta escolha baseia-se exclusivamente no facto de termos utilizado esses estudos

218 Referimo-nos a Pimenta (aavv), "Primeiro estudo ..."

219 Séries Cronológicas Básicas de Índices de Produção Industrial, editada um em 1979 com dados desde 1968, cuja fonte era o INE, mas que nunca tinha publicado muitos dados e a retrospectiva

actualizadas com base nos dados do INE. O nosso ponto de partida foram sempre os índices de produção industrial da indústria transformadora corrigidos de dias úteis. A utilização destes índices em vez dos que englobavam também a industria extractiva resultou da consideração de que é na industria transformadora que a dinâmica conjuntural é mais vincada. Por outro lado recorremos a um único indicador porque consideramos correctas as observações a propósito deste assunto tecidas por Menshikov[220].

A partir desses índices procedemos à sua dessazonarização, ao cálculo da tendência de evolução no tempo dos valores mensais e ao cálculo dos respectivos rácios de conjuntura, no sentido que temos dado a esta expressão.

A evolução conjuntural, de fraca intensidade, analisada através deste indicador permite falar em sinais de crise nos períodos 1967/69 e 1973/76.

Estes dados são confirmados pela dinâmica da formação bruta do capital fixo a preços constantes segundo os dados da contabilidade nacional, que aponta também para sinais de crise no período 1960/62.

Existe, pois, uma certa correspondência entre as crises em Inglaterra e nos Estados Unidos e a verificada no nosso país.

Em síntese:

— Em Portugal durante o período 1956/73 não se pode propriamente falar da existência de crise, dando a estas o sentido tradicional de quebra da produção industrial. A economia portuguesa acompanha o mundo capitalista nas especificidades conjunturais do pós-guerra[221]. Contudo nos anos de 1967/68, apesar da possível ambiguidade de interpretação, surge um processo de crise: considerando os índices de produção industrial o ano de 1967 acusa quebras (o que não é confirmado pelo PNBcf a preços constantes).
— Durante o período 1974/76 há uma clara manifestação de crise com diminuição da produção, quebra violenta da FBCF, acompanhado por aumento do desemprego e, como se sabe, de violentas perturbações no sistema monetária[222].

para período 55 a 68.

220 Ver Menshikov, "Le Cycle ... p. 39 e seg.

221 Tentamos fazer uma primeira abordagem do problema em "O Sistema Monetário Europeu ...

222 Sobre este assunto, que não nos interessa aqui directamente, refira-se que compilamos um conjunto de informação sobre isso em "A banca e a política de crédito ...

— Em 1968 há uma diminuição da FBCF mas é possível dar-lhe duas explicações: a) é a expressão da crise de 1966/67; b) é a expressão da incerteza política nesse momento de alternância de chefia do regime.
— A crise de 1973/76 foi seguida dum crescimento da produção muito lenta, de uma paralisação do investimento, sobretudo do investimento privado, e graves dificuldades de absorção da força de trabalho desempregada. Também aqui os factores económicos (internos e externos) e políticos se interligam fortemente.
— Se tomarmos como referência a situação internacional, poderemos admitir que a crise de 1973/76, que se pode considerar uma grande crise, tanto mais relevante do ponto de vista da dinâmica do capital privado quanto foi acompanhada antes e durante por uma forte intervenção do Estado, foi antecedida pela situação de 1968/73 marcada pela crise do sistema monetário internacional, consubstanciada na crise do dólar.

Considerando um período mais recente, que já não foi objecto de um tratamento tão sistemático, seriamos levados a constatar que a década de 80 também foi marcada por profundos sinais de crise[223].

Estamos conscientes que esta análise poderia ser bastante mais desenvolta (apresentação da crise do sistema monetário internacional e seus impactos na realidade portuguesa, análise detalhada da crise de 1973/76, etc.), mas pensamos que o que foi anteriormente referido é suficiente para estabelecer as comparações entre a dinâmica dos preços e a da conjuntura que são, afinal, o que aqui nos preocupa.

E dessa comparação resulta com muita clareza que:

— É quando da crise de 1966/68 que os preços em Portugal começam a subir a ritmos mais elevados.
— A crise de 1974/76 é acompanhada pela aceleração da alta de preços no consumidor.

É certo que em alguns anos da crise de 80 se regista um abrandamento do aumento de preços, mas tal tem um carácter passageiro na realidade portuguesa (note-se, por exemplo, que o ano de 1983 é de grande crise e o aumento de preços no consumidor foi o mais acelerado) e no contexto internacional:

223 Fazemos alguns referências ao problema no nosso livro "Economia Portuguesa.."

> "em 1981 a dinâmica dos preços mundiais foi incomum. Pela primeira vez desde os princípios dos anos 70 os preços do comércio externo capitalista começaram a diminuir, conservando em cerca de 10% as taxas médias da subida dos preços internos nos países capitalistas. Esta situação faz lembrar a conjuntura formada nos anos 60, quando os preços nacionais subiram sobre o pano de fundo da estabilidade relativa dos preços no comércio capitalista mundial. A única diferença foi que, em 1981, os preços internos aumentaram muito mais rapidamente"[224].

e, mais adiante, outro autor acrescenta

> "Uma das particularidades da actual crise é a dinâmica peculiar dos preços das matérias-primas nos mercados mundiais. Normalmente, estes preços eram os primeiros a reagir ao andamento do ciclo, diminuindo na fase descendente e subindo na fase ascendente, com a respectiva alteração dos seus índices de acordo com o índice de preços dos artigos manufacturados. A partir de 1978, contudo, isto alterou-se. Os índices actualizados dos preços [nos parágrafos seguintes fala de preços reais] das matérias-primas continuaram a cair no período de pequena ascensão de 1978, mas subiram durante a presente crise. A tendência indicada registou-se tanto no grupo das matérias-primas como no que diz respeito aos combustíveis e aos minérios, à excepção do petróleo"[225].

## 2.F. Os preços durante as ondas longas

No corpo central deste capítulo já tecemos as nossas reticências ao significado das ondas longas. Contudo não será despicienda uma muito breve análise de como os preços em Portugal evoluíram durante as suas fases. Análise profundamente limitada pelo facto de não haver quase nenhuns estudos sobre este tipo de movimento cíclico em Portugal. O único trabalho que conhecemos sobre o assunto, apenas aplicado à realidade pré-capitalista é o de Godinho[226].

Os autores que conhecemos mais estudiosos deste tema são Bernis[227], Boccara e Mandel. As posições destes diversos autores encontram-se excelentemente sintetizadas em Corona[228], trabalho que seguiremos na periodização que se apresenta de seguida.

224 aavv, "A crise económica mundial ..., intervenção de A. Beltchuk

225 aavv, "A crise económica mundial ..., intervenção de Iu. Levin

226 Godinho, "Prix et .."

227 Que nomeadamente fez a sua tese de doutoramento nesta área: de Bernis, "Proposiciones ...

228 Ver Corona, "Tendências ...

Designando por A a fase ascendente do grande ciclo e por B a fase descendente do mesmo, temos para Mandel a seguinte periodização:

A 1773-1825
B 1826-1847
A 1848-1873
B 1874-1893
A 1894-1913
B 1914-1939
A 1940-1966
B 1967...

e a proposta por Boccara é similar.

Bernis propõe a seguinte periodização:

B 1873-1896
A 1896-1921
B 1921-1933
A 1933-1967.

Da observação da realidade dos outros países constata-se que todos os períodos de fase descendente têm anos de aumento de preços e períodos de crise agudas.

Mas analisemos, já que é isso que nos ocupa, o que se verifica em Portugal durante estes períodos, admitindo que a periodização das fases ascendentes e descendentes dos ciclos de Kondratieff em Portugal corresponde à verificada para os restantes países tomados como amostra.

Adoptando a classificação de Mandel:

| Fase | Período | Índice considerado | Variação do preço anual médio | Max e Min P |
|---|---|---|---|---|
| A | 1848-1873 | I.P. Alim. Popul. | +1,9% | +27,0 % (1854) |
| | | | | -12,0 % (1849) |
| B | 1874-1893 | I.P. Alim. Popul. | -0,2% | +10,1 % (1890) |
| | | | | -12,5 % (1892) |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| A | 1894-1913 | I.P. Alim. Popul. | +1,7% | +12,8 % (1908) |
| | | | | -18,3 % (1905) |
| B | 1914-1939 | I.P. Custo Vida | +25,2% | +79,6 % (1920) |
| | | | | -13,3 % (1926) |
| | | I.P. Retalho | -2,1% | -20,8 % (1938) |
| A | 1940-1966 | I.P. Retalho | +3,6% | +19,5 % (1942) |
| | | | | – 5,6 % (1948) |
| B | 1967-1980 | I.P. Cons. Lis (s/h) | +14,1% | +25,5 % (1974) |
| | | | | 3,7 % (1967) |

Considerando a classificação De Bernis

| Fase | Período | Índice de Preços | Variação do preço anual médio | Max e Min P |
|---|---|---|---|---|
| B | 1873-1896 | I.P. Alim. Popular | +0,5% | +11,3 % (1894) |
| | | | | - 12,5 % (1892) |
| A | 1896-1921 | I.P. Alim. Popular | +2,1% | +12,8 % (1908) |
| | | | | - 18,3 % (1905) |
| | | I.P. Custo Vida | +37,0% | +79,6 % (1920) |
| B | 1921-1933 | I.P. Custo Vida | +14,5% | +44,5 % (1923) |
| | | | | - 13,3 % (1926) |
| | | I.P. Retalho | -4,7% | |
| A | 1933-1967 | I.P. Retalho | +3,0% | +21,6 % (1937) |
| | | | | - 20,8 % (1938) |
| C | 1967-1980 | I.P. Cons. Lisb (s/h) | +14,1% | +25,5 % (1974) |
| | | | | + 3,7 % (1967) |

Entre a fase descendente de 1874-1893 e a de 1914-1939 na periodização de Mandel/Boccara ou entre as de 1873-1896 e 1921 -1933 na de De Bernis são bastante notórias as diferenças: enquanto na primeira há, globalmente uma descida de preços, na segunda há uma subida. Entre a última fase descendente atrás referida e a seguinte existem semelhanças (de que a mais importante é a violenta subida de preços verificada na primeira fase) e diferenças

(antigamente, numa segunda fase, havia uma diminuição de preços, enquanto agora não se verifica isso).

Nas fases A há tradicionalmente uma tendência à alta dos preços, enquanto que na fase B há uma tendência para a paralisação ou atenuação desse movimento, ou mesmo para a baixa dos preços. Aliás alguns estudiosos destes problemas fizeram a periodização dos ciclos longos a partir do movimento dos preços.

Contudo, na primeira fase B do actual século encontramos já algumas características diferentes: num primeiro período verifica -se uma alta dos preços, mas a tendência ao abrandamento e baixa acaba por se impor, embora com atraso.

E que dizer em relação à fase descendente iniciada no fim da década de 60? Dado o pouco tempo decorrido e à situação de mutação que se tem vivido é extremamente difícil dar uma resposta cabal. De início houve uma aceleração dos preços, mas como na fase descendente anterior, mas torna-se difícil dar uma resposta cabal em relação ao que se passa de seguida. Com efeito, se a crise de 1973/76 foi acompanhada de nova aceleração, seríamos levados a admitir que agora não haveria inversão do processo, mas atendendo à atenuação do aumento de preços na crise de sobreprodução seguinte algumas interrogações se levantam. Interrogações com significado para os preços no conjunto dos países capitalistas, mas irrelevante no caso português, já que os preços internos em Portugal não seguiram a dinâmica geral de atenuação do crescimento, aumentando a ritmos crescentemente elevados.

## 2.G. Breve comparação com a dinâmica internacional dos preços

Como temos afirmado frequentemente o nosso objectivo fundamental é o estudo da dinâmica dos preços internos em Portugal explicando-a com recurso predominante às características internas da economia portuguesa. Por razões de delimitação do objecto de estudo não nos ocupamos, senão no indispensável, da inserção da nossa economia no contexto internacional.

Tal opção não pode de nenhuma maneira significar o desprezo por esse contexto internacional que molda, e é moldado, pela nossa realidade interna. É certo que esta inter-influência recíproca tem intensidades diferentes e variáveis conforme o momento histórico, mas esta dialéctica do interno/externo manifesta-se perma-

nentemente. Dialéctica que nunca se exprime por uma imposição absoluta e irredutível de uma das partes.

Estas as razões claras que nos levam a fazer esta muito breve incursão de relacionamento da evolução dos preços internos e externos, que aliás é, como vimos, importante para compreender integralmente a natureza da inflação.

Vamos centrar-nos numa comparação com o que se passa nos restantes países capitalistas[229] (quando evidentemente nos referimos aos tempos actuais), dando particular destaque a alguns com os quais o nosso país tem um relacionamento mais estreito. A exclusão dos países socialistas desta comparação resulta de dois factos concomitantes: 1) nesses países não se pode falar em processo inflacionista como para os países capitalistas, mesmo quando se verificam aumentos de preços com uma certa regularidade; [230] são países com os quais Portugal não tem apresentado similitudes nem tem tido relacionamento.

Num primeiro momento iremos dar um enquadramento muito global, começando em épocas remotas e vindo até aos nossos dias. Numa segunda fase tentaremos fazer uma análise mais pormenorizada, mais quantificada, para o séc. XIX. Finalmente para o séc. XX estabeleceremos algumas grandes comparações e lançaremos algumas hipóteses de interpretação.

Para a globalidade das economias europeias Vilar[231] considera os seguintes períodos de movimento de preços:

— 1315-1348 : baixa dos preços em ouro; alta dos salários.

— 1348-1450 : manipulação monetária; frequência de crises económicas acompanhadas por crises monetárias internas.

229 Em alguns quadros estatísticos posteriores surge "Mundo" e outras designações dessas. De facto não é todo o mundo mas o "mundo do FMI", isto é, engloba apenas os países filiados no FMI. Ai existem alguns poucos países socialistas, mas no conjunto são irrelevantes.

230 Um país em que isto aconteceu foi, por exemplo, a Hungria. Há vários trabalhos sobre o assunto. Num breve artigo sobre o problema ("Algumas notas") constatávamos:

- "Os preços são essencialmente unidades de medida e instrumentos ou condicionados a priori, consciente e racionalmente, pelo plano para distribuir bens, serviços e rendimentos de forma a permitir, a curto ou a longo prazo, uma melhoria de situação das classes trabalhadoras".
- "A extensão do conceito de preço é menor que em capitalismo: é grande o número de bens e serviços que não têm preço, são gratuitos e que englobam o essencial para o desenvolvimento humano (ex. educação, saúde) e outros têm um preço que quase se pode qualificar de simbólico (ex. alimentação nas cantinas das fábricas, transportes urbanos)"
- São aumentos de preços nuns produtos acompanhados de diminuições em muitos outros, enquanto há uma situação deliberada no sentido de um maior aumento de salários e de indemnizações. Uma parte desses aumentos resulta de readaptações do plano e, outras, das relações económicas com os países capitalistas.

231 Ver Vilar, "Or et ..."

— 1450-1500 : tendência à baixa dos preços em ouro.
— 1500-1525 : início da alta de preços em Portugal e Espanha.
— 1525-1630 : "revolução" dos preços na Europa caracterizada por brutal alta de preços; intensificação da circulação de ouro e de prata; desenvolvimento do crédito.
— 1630-1725 : baixa dos preços; redução do nível de actividade económica.
— 1725-1817 : tendência dos preços para subirem; estabilidade monetária; desenvolvimento económico.
— 1817-1914 : tendência à estagnação dos preços com períodos de alta; desenvolvimento do capitalismo internacional; padrão-ouro.

Para um período mais recente e considerando períodos mais curtos, temos

— 1900-1915 : pequena alta de preços.
— 1915-1920 : violenta alta de preços.
— 1920-1932 : diminuição dos preços com alternância de quedas bruscas e lentas.
— 1932-1980 : alta sistemática de preços.

As comparações entre esta dinâmica internacional e a verificada em Portugal é difícil dada a escassez de informação, como já constatamos. Nesta apreciação global podemos considerar que há total concordância de comportamento nos períodos 1525-1630, 1915 -1920; comportamento similar em 1725-1817, 1817-1914 e 1932 -1980; divergências em 1630-1725 (em Portugal há um aumento de preços, embora ténue) e 1920-1932.

Para fazer a comparação no século XIX consideramos o índice de preços em Inglaterra e nos EUA, embora seja o primeiro o que possa assumir maior relevância, dada a predominância da economia daquele país no mundo capitalista da época e as nossas relações económicas com ele.

São os seguintes os índices desses países:

**Índice de preços em Inglaterra e EUA no século XIX**

| Anos | Inglaterra | EUA |
|---|---|---|
| 1848 | 118 | 124 |

| | | |
|---|---|---|
| 1849 | 112 | 120 |
| 1850 | 116 | 125 |
| 1851 | 113 | 129 |
| 1852 | 118 | 125 |
| 1853 | 143 | 133 |
| 1854 | 154 | 138 |
| 1855 | 152 | 138 |
| 1856 | 152 | 138 |
| 1857 | 158 | 137 |
| 1858 | 137 | 124 |
| 1859 | 142 | 122 |
| 1860 | 149 | 122 |
| 1861 | 168 | 123 |
| 1862 | 152 | 144 |
| 1863 | 155 | 181 |
| 1864 | 158 | 232 |
| 1865 | 152 | 264 |
| 1866 | 154 | 240 |
| 1867 | 151 | 210 |
| 1868 | 149 | 196 |
| 1869 | 148 | 187 |
| 1870 | 145 | 174 |
| 1871 | 151 | 166 |
| 1872 | 164 | 169 |
| 1873 | 167 | 168 |
| 1874 | 154 | 162 |
| 1875 | 145 | 155 |
| 1876 | 143 | 144 |
| 1877 | 142 | 135 |
| 1878 | 131 | 124 |
| 1879 | 125 | 118 |
| 1880 | 132 | 130 |

| | | |
|---|---|---|
| 1881 | 127 | 129 |
| 1882 | 126 | 132 |
| 1883 | 124 | 129 |
| 1884 | 114 | 121 |
| 1885 | 108 | 113 |
| 1886 | 104 | 112 |
| 1887 | 103 | 113 |
| 1888 | 106 | 115 |
| 1889 | 109 | 115 |
| 1890 | 108 | 113 |
| 1891 | 108 | 112 |
| 1892 | 103 | 106 |
| 1893 | 103 | 106 |
| 1894 | 95 | 96 |
| 1895 | 94 | 94 |
| 1896 | 92 | 90 |
| 1897 | 93 | 90 |
| 1898 | 97 | 93 |
| 1899 | 102 | 102 |
| 1900 | 113 | 111 |
| 1901 | 106 | 109 |
| 1902 | 105 | 113 |
| 1903 | 105 | 114 |
| 1904 | 106 | 113 |
| 1905 | 109 | 116 |
| 1906 | 116 | 123 |
| 1907 | 120 | 130 |
| 1908 | 110 | 123 |
| 1909 | 112 | 127 |
| 1910 | 117 | |

Fonte: Rocha, "A Reforma Monetária ..."

A correlação entre variações de preços em Portugal e em cada um dos outros dois países não é significativa.

Designando por -1 e +1 os movimentos de descida e subida de preços, respectivamente, podemos estabelecer o seguinte quadro comparativo:

| | Portugal | Inglaterra |
|---|---|---|
| 1848-1857 | +1 | +1 |
| 1857-1861 | -1 | +1 |
| 1861-1870 | -1 | -1 |
| 1870-1872 | -1 | +1 |
| 1872-1873 | +1 | +1 |
| 1873-1878 | +1 | -1 |
| 1878-1888 | -1 | -1 |
| 1888-1896 | +1 | -1 |
| 1896-1904 | +1 | +1 |
| 1904-1906 | -1 | +1 |
| 1906-1907 | +1 | +1 |
| 1907-1910 | +1 | -1 |

pelo que se conclui que durante 38 anos a tendência é similar e em 24 é diferente.

Para o período seguinte preocupamo-nos, sobretudo em comparações globais, embora não deixemos de considerar individualmente alguns países com os quais temos afinidades económicas, geográficas ou outras. Por isso consideramos os índices de preços no mundo, países industrializados, África, etc. fornecidos pelo FMI e cuja metodologia foi sumariamente descrita numa sua publicação[232]

O quadro seguinte é elucidativo quanto ao resultado das comparações usando :

**Comparação internacional de preços**

$$\dot{P}_{Portugal} = a_1 + a_2\dot{P}_{Outros}$$

| Região | $a_1$ | $a_2$ | R2 | F | DW |
|---|---|---|---|---|---|
| Mundo | - 4,276 (1) | + 2,081 (0) | 0,849 | 118,175 | 1,215 |
| Países Indust. | - 2,422 (0) | + 2,339 (1) | 0,802 | 89,171 | 1,104 |

232 Ver FMI, "Se comprueba

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| EUA | - 0,711 (0) | + 2,338 (1) | 0,763 | 70,937 | 1,375 |
| Franca | + 0,506 (0) | + 1,383 (1) | 0,407 | 15,073 | 1,015 |
| RFA | - 0,516 (0) | + 2,920 (1) | 0,362 | 12,472 | 0,528 |
| Espanha | - 1,166 (0) | + 1,062 (1) | 0,559 | 27,925 | 1,078 |
| RU | + 1,031 (0) | + 1,155 (1) | 0,683 | 47,351 | 1,530 |
| P. exp. petrol. | + 1,521 (0) | + 1,258 (1) | 0,732 | 60,059 | 1,139 |
| P. subde. Não petrolífero | - 5,504 (1) | + 0,947 (1) | 0,694 | 49,815 | 0,896 |
| Africa | - 0,724 (0) | + 1,366 (1) | 0,888 | 174,535 | 1,823 |
| Ásia | + 5,148 (0) | + 0,577 (1) | 0,164 | 4,328 | 0,239 |
| Europa | - 02 (0) | + 0,797 (1) | 0,627 | 36,933 | 0,949 |
| Médio Oriente | + 1,681 (0) | + 0,855 (1) | 0,832 | 109,301 | 1,227 |
| Hem. ocidental | - 2,451 (0) | + 0,438 (1) | 0,452 | 18,134 | 0,846 |

Fonte: FMI, International Financial Statistics

Obser: (0) ou (1) a seguir ao parâmetro a1 e a2 significa que aquele não é ou é significativamente diferente de 0 a um nível de significância de 5%.

Assim:

— Todas as correlações entre variações de preços em Portugal e nas outras regiões são significativas, o que corresponde à existência de uma *dinâmica mundial capitalista de aumento de preços*.

— As que apresentam um coeficiente de determinação mais elevado são as realizadas com o "Mundo", "Países industrializados", "África" e "Médio Oriente" o que pode ser atribuído a dois factores distintos, apenas aventados como hipóteses e carecendo de um estudo bastante mais detalhado dos pontos de vista teórico e empírico: (1) a identidade de evolução com as duas primeiras regiões é a expressão da *integração* de Portugal numa área económico-social; (2) a identidade nos dois últimos casos reflecte, eventualmente, a influência da *posição na divisão internacional do trabalho* (subalterna neste caso) obre a dinâmica dos preços internos em cada uma das regiões.

— Existem fortes especificidades em relação ao que se verifica em outros países da Europa (Franca, RFA, Espanha); mesmo com o RU, apesar do alinhamento ser notório, existem bastantes especificidades.

— O nível médio das variações de preços em Portugal é dos mais elevados (até mais elevado que o de Espanha), o mesmo se passando com o desvio padrão.

Estes resultados referentes aos países da Europa confirmam o que já em outro estudo[233] tínhamos constatado para o período 1952-1977, que nos dispensamos de repetir.

Para terminar lembremos apenas que os resultados das comparações seriam diferentes se em vez de considerarmos índices de preços no consumidor, tivéssemos considerado outro tipo de índices (por exemplo por grosso ou de produtos primários) ou, o que teria menos significado, tivéssemos comparado índices de natureza diferente.

## 2.H. A evolução dos salários desde 1844 e sua comparação com outras variáveis

Temos frisado frequentemente que os salários são um preço e como tal têm que ser analisados, pelo que também são indispensáveis para a caracterização e quantificação da inflação. Como a informação estatística referente aos salários é diferenciada, agrupamo-la toda neste anexo.

Numa primeira fase vamos descrever alguns aspectos da metodologia de construção dos índices de salários e proceder à sua análise crítica. Num segundo ponto faremos uma descrição e quantificação de cada um dos índices de salários para de seguida tentar referir sinteticamente os elementos comuns e diferentes de cada um. Num terceiro ponto estabeleceremos algumas comparações com os índices de preços para num seguinte fazermos alguns breves comentários sobre a sua dinâmica conjuntural. Logicamente dever-se-ia ainda tecer algumas considerações com base em comparações internacionais, mas como os ensaios realizados revelaram-se inconcludentes, faremos apenas uma breve referência.

### 2.H.1. Crítica das fontes

Poderemos considerar dois grandes blocos de índices de salários quanto à fonte e metodologia: o dos índices de salários referentes ao século XIX e os ao século XX. Os primeiros exigiram o recurso a fontes históricas e à construção de um índice por nós; os segundos foram criados e publicados pelo INE, embora para se chegar aos índices que de seguida apresentamos se tivesse tido que ter aqui ou ali uma intervenção criadora.

233 Ver Pimenta, "Referências a evolução dos preços"

### 2.H.1.1. Dos salários do século XIX

Tal como já expusemos numa publicação, com os índices de salários para o século XIX por nós construído[234], a nossa preocupação foi construir um índice capaz de reflectir a evolução do custo de reprodução da força de trabalho e comparável com os índices de preços que já anteriormente tínhamos construído. Por isso limitámos a nossa procura a salários registados na cidade do Porto e por trabalhadores exercendo uma profissão, em que fosse inequívoca a venda de força de trabalho e libertos de entraves à sua mobilidade.

Estas as razoes que nos levaram a desembocar na construção de um índice de salários para os trabalhadores empregados nas obras da Câmara Municipal do Porto, designados por pedreiros.

As nossas pesquisas de dados sobre salários em Portugal durante o passado século e durante os primeiros anos do presente não encontraram resposta adequada nas obras da historiografia nacional. Raramente o problema é abordado de uma forma quantificada e, sendo-o, as informações surgem como insuficientes, parcelares e para apenas alguns períodos.

Essas limitações obrigou-nos a recolher dados das fontes originais, recorrendo ao Arquivo do Gabinete de História da Cidade do Porto[235] utilizando os livros de caixa que se estendem por múltiplos volumes.

É curioso referir que esta fonte tem sido bastante subestimada ou ignorada, mesmo por quem se tem preocupado com a necessidade de quantificação dos salários, como Godinho[236]. Convém, pois, começarmos por afirmar que ai é possível encontrar dados de salários para um período bastante longo com garantia de continuidade das séries e para muitas actividades profissionais e categorias. Os limites do nosso trabalho fizeram-nos restringir o âmbito de recolhas – se fôssemos recolher os salários de todas as profissões aí referidas para todos os meses melhor seria só nos debruçarmos sobre tal –, mas cremos que um estudo sistemático de todo esse material, provavelmente extensível a muitas outras regiões, poderá dar um importante contributo para a historiografia dos salários em Portugal, categoria muito importante para diversos estudos históricos e económicos.

Para calcularmos os salários no último mês de cada trimestre recolhemos os salários diários dos trabalhadores classificados como

234 Ver Pimenta, "Salários e Preços ..."

235 Deste ARQUIVO utilizamos os livros de CAIXA referentes às despesas.

236 Na sua obra "Prix et ..."

"pedreiros", discriminados individualmente nas folhas apresentadas pelos responsáveis das obras da Câmara, e que trabalharam no dia 15 do referido mês ou no primeiro dia útil seguinte. O cuidado com que esses documentos estão elaborados, com a indicação do nome do responsável da obra, nomes de todos os trabalhadores utilizados com indicação do salário diário, dias de trabalho realizados e montante a receber posteriormente, confirmado com a rubrica comprovativa do pagamento, parece conferir grande exactidão à informação. Infelizmente a partir de 1898 não existem mais dados.

Contudo não deixa de ser necessário expressar aqui algumas críticas à informação:

— Durante o período considerado houve mudanças qualitativas na classificação de "pedreiro"; enquanto que no início o pedreiro englobava todos os trabalhadores especializados (os restantes eram classificados em "trabalhadores" e "jovens") a partir de certa altura começaram a surgir outras categorias mais especializadas (embora de pouca relevância quantitativa) como sejam os casos dos "aparadores" e "cantoneiros". O ano de 1864 marca, neste aspecto, uma mudança.

— Não existe nenhuma referência ao tempo de trabalho diário, pelo que não se poderá deduzir do salário diário uma taxa de remuneração horária.

— A amostra é bastante variável, englobando desde 6 a 602 trabalhadores, embora com domínio nos níveis intermédios, verificando -se mesmo em alguns meses a inexistência de dados.

Acrescente-se, contudo, que esta variabilidade do números de salários recolhidos é o resultado de dois factores totalmente diferentes: 1) existência de mais ou menos obras; 2) má classificação e arrumação dos documentos.

O quadro seguinte dá uma visão de conjunto da amostra recolhida:

**Dados referentes à amostra de cálculo do salário médio dos pedreiros**

| Anos | Tri | Num. | Min | Max | C. Var. | Sk | Ku |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1844 | 1 | 115 | 140 | 340 | 0,14 | 0,03 | 4,03 |
| | 2 | 126 | 120 | 340 | 0,14 | 0,09 | 4,76 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 3 | 140 | 120 | 340 | 0,14 | 0,04 | 4,61 |
| | 4 | 140 | 140 | 340 | 0,14 | 0,20 | 4,23 |
| 1845 | 1 | 117 | 140 | 340 | 0,14 | 0,05 | 4,29 |
| | 2 | 105 | 140 | 340 | 0,14 | 0,06 | 3,98 |
| 1849 | 3 | 120 | 140 | 500 | 0,17 | 3,19 | 22,65 |
| | 4 | 114 | 140 | 500 | 0,17 | 3,33 | 22,72 |
| 1850 | 1 | 115 | 140 | 360 | 0,14 | 0,85 | 6,12 |
| | 2 | 130 | 140 | 360 | 0,14 | 0,58 | 5,91 |
| | 3 | 157 | 140 | 400 | 0,15 | 1,49 | 7,56 |
| | 4 | 109 | 150 | 360 | 0,14 | 0,92 | 5,50 |
| 1851 | 1 | 129 | 140 | 360 | 0,15 | 0,75 | 5,03 |
| | 2 | 140 | 150 | 360 | 0,15 | 0,80 | 5,30 |
| | 3 | 134 | 150 | 360 | 0,14 | 0,40 | 3,89 |
| | 4 | 131 | 160 | 360 | 0,15 | 0,28 | 3,63 |
| 1852 | 1 | 156 | 140 | 360 | 0,14 | 0,35 | 3,96 |
| | 2 | 131 | 160 | 360 | 0,14 | 0,59 | 3,90 |
| | 3 | 155 | 160 | 320 | 0,13 | 0,09 | 2,93 |
| | 4 | 145 | 140 | 320 | 0,13 | -0,08 | 3,21 |
| 1853 | 1 | 32 | 180 | 300 | 0,11 | -0,36 | 2,72 |
| | 2 | 27 | 140 | 300 | 0,18 | -0,83 | 2,86 |
| | 3 | 68 | 140 | 300 | 0,12 | -0,25 | 3,65 |
| | 4 | 83 | 140 | 320 | 0,13 | -0,18 | 3,38 |
| 1854 | 1 | 50 | 160 | 320 | 0,13 | -0,01 | 3,04 |
| | 2 | 44 | 160 | 320 | 0,14 | -0,29 | 2,75 |
| | 3 | 53 | 160 | 300 | 0,12 | 0,06 | 3,09 |
| | 4 | 66 | 180 | 320 | 0,12 | 0,34 | 2,65 |
| 1855 | 1 | 79 | 180 | 320 | 0,12 | 0,28 | 2,96 |
| | 2 | 81 | 180 | 320 | 0,12 | 0,31 | 2,99 |
| | 3 | 19 | 180 | 320 | 0,14 | -0,12 | 2,52 |
| | 4 | 9 | 200 | 300 | 0,11 | -0,10 | 2,63 |
| 1856 | 1 | 6 | 180 | 260 | 0,12 | -0,31 | 1,85 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 3 | 46 | 180 | 300 | 0,12 | -0,61 | 3,87 |
| | 4 | 25 | 220 | 300 | 0,10 | 0,41 | 2,30 |
| 1857 | 1 | 17 | 240 | 320 | 0,06 | -0,23 | 3,43 |
| | 2 | 10 | 200 | 300 | 0,11 | -1,33 | 3,94 |
| | 3 | 31 | 200 | 360 | 0,12 | -0,34 | 3,32 |
| | 4 | 15 | 200 | 320 | 0,13 | -0,44 | 2,16 |
| 1858 | 1 | 27 | 200 | 360 | 0,14 | -0,16 | 2,40 |
| | 2 | 21 | 220 | 360 | 0,16 | 0,15 | 1,73 |
| 1859 | 3 | 39 | 210 | 380 | 0,13 | -0,17 | 3,21 |
| | 4 | 30 | 240 | 360 | 0,10 | 0,37 | 2,94 |
| 1860 | 1 | 10 | 240 | 300 | 0,07 | -0,20 | 2,26 |
| | 2 | 23 | 260 | 360 | 0,09 | 1,15 | 3,47 |
| | 3 | 33 | 200 | 360 | 0,11 | -0,57 | 3,79 |
| | 4 | 27 | 160 | 380 | 0,18 | -0,74 | 3,38 |
| 1861 | 1 | 30 | 200 | 380 | 0,14 | -0,39 | 2,48 |
| | 2 | 29 | 240 | 360 | 0,11 | -0,65 | 2,60 |
| | 3 | 112 | 220 | 440 | 0,09 | 0,13 | 4,98 |
| | 4 | 82 | 200 | 440 | 0,12 | 0,10 | 4,26 |
| 1862 | 1 | 64 | 200 | 380 | 0,12 | -0,36 | 3,06 |
| | 2 | 83 | 240 | 380 | 0,10 | -0,27 | 2,79 |
| | 3 | 60 | 220 | 380 | 0,11 | -0,50 | 3,64 |
| | 4 | 103 | 240 | 440 | 0,09 | 0,31 | 5,31 |
| 1863 | 1 | 50 | 240 | 380 | 0,09 | 0,31 | 3,30 |
| | 2 | 18 | 260 | 380 | 0,10 | 0,86 | 2,91 |
| | 3 | 20 | 200 | 380 | 0,18 | -0,55 | 2,2 |
| | 4 | 8 | 260 | 340 | 0,10 | 0,66 | 2,08 |
| 1864 | 1 | 43 | 260 | 380 | 0,06 | -0,29 | 4,55 |
| | 2 | 28 | 260 | 350 | 0,07 | -1,46 | 5,06 |
| | 3 | 77 | 200 | 400 | 0,09 | -1,08 | 7,10 |
| | 4 | 33 | 300 | 340 | 0,04 | -0,22 | 2,03 |
| 1865 | 1 | 94 | 240 | 360 | 0,06 | -1,15 | 5,21 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2 | 175 | 180 | 380 | 0,10 | -2,06 | 9,21 |
| | 3 | 191 | 160 | 380 | 0,11 | -2,21 | 8,19 |
| | 4 | 36 | 280 | 360 | 0,07 | -0,48 | 2,03 |
| 1866 | 1 | 10 | 280 | 340 | 0,06 | 0,09 | 2,10 |
| | 2 | 18 | 240 | 360 | 0,07 | -1,44 | 7,19 |
| | 3 | 137 | 220 | 340 | 0,06 | -1,79 | 7,87 |
| | 4 | 101 | 240 | 340 | 0,06 | -1,66 | 6,32 |
| 1867 | 1 | 26 | 240 | 340 | 0,07 | -1,57 | 6,35 |
| | 2 | 78 | 240 | 340 | 0,06 | -2,40 | 9,90 |
| | 3 | 134 | 200 | 360 | 0,08 | -1,72 | 7,42 |
| | 4 | 194 | 200 | 360 | 0,11 | -1,90 | 6,48 |
| 1868 | 1 | 112 | 200 | 340 | 0,12 | -1,79 | 5,36 |
| | 2 | 176 | 160 | 360 | 0,10 | -1,95 | 9,12 |
| | 3 | 293 | 160 | 360 | 0,10 | -1,79 | 6,84 |
| | 4 | 132 | 160 | 360 | 0,12 | -1,70 | 5,71 |
| 1869 | 1 | 169 | 160 | 360 | 0,10 | -1,42 | 6,47 |
| | 2 | 134 | 180 | 360 | 0,12 | -1,05 | 4,28 |
| | 3 | 349 | 140 | 360 | 0,10 | -1,31 | 5,93 |
| | 4 | 187 | 180 | 360 | 0,11 | -0,99 | 4,50 |
| 1870 | 1 | 87 | 220 | 340 | 0,09 | -0,51 | 3,13 |
| | 2 | 71 | 220 | 340 | 0,10 | -0,55 | 2,64 |
| | 3 | 235 | 180 | 540 | 0,13 | 0,22 | 9,99 |
| | 4 | 177 | 180 | 360 | 0,12 | -0,92 | 3,70 |
| 1871 | 1 | 152 | 180 | 360 | 0,10 | -1,23 | 5,95 |
| | 2 | 124 | 140 | 360 | 0,10 | -1,67 | 8,99 |
| | 3 | 186 | 160 | 570 | 0,18 | 1,44 | 9,75 |
| | 4 | 128 | 140 | 360 | 0,10 | -1,40 | 7,79 |
| 1872 | 1 | 147 | 160 | 360 | 0,12 | -1,45 | 6,30 |
| | 2 | 146 | 180 | 360 | 0,08 | -1,64 | 7,96 |
| | 3 | 149 | 220 | 360 | 0,07 | -1,12 | 6,14 |
| | 4 | 136 | 220 | 360 | 0,08 | -1,09 | 5,55 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1873 | 1 | 271 | 200 | 380 | 0,08 | -1,52 | 8,03 |
| | 2 | 25 | 200 | 360 | 0,09 | -2,59 | 11,42 |
| | 3 | 220 | 160 | 400 | 0,11 | -2,18 | 9,41 |
| | 4 | 106 | 280 | 420 | 0,06 | 0,31 | 4 |
| 1874 | 1 | 31 | 220 | 420 | 0,10 | -1,55 | 7,76 |
| | 2 | 117 | 200 | 480 | 0,11 | -1,36 | 8,39 |
| | 3 | 22 | 320 | 440 | 0,09 | 0,49 | 3,03 |
| 1875 | 1 | 6 | 220 | 400 | 0,24 | -0,62 | 1,48 |
| | 2 | 9 | 200 | 440 | 0,17 | -1,59 | 5,08 |
| | 3 | 49 | 200 | 480 | 0,12 | -1,40 | 8,04 |
| | 4 | 20 | 320 | 480 | 0,10 | 0,51 | 3,12 |
| 1876 | 1 | 38 | 140 | 480 | 0,22 | -1,19 | 3,90 |
| | 2 | 70 | 280 | 480 | 0,10 | -0,19 | 3,22 |
| | 3 | 49 | 240 | 480 | 0,14 | -1,03 | 3,82 |
| | 4 | 41 | 220 | 480 | 0,11 | -1,18 | 7,04 |
| 1877 | 1 | 28 | 140 | 460 | 0,23 | -1,23 | 3,59 |
| | 2 | 76 | 300 | 480 | 0,10 | -0,28 | 3,22 |
| | 3 | 53 | 240 | 480 | 0,13 | -0,86 | 4,42 |
| | 4 | 56 | 320 | 500 | 0,10 | 0,17 | 2,41 |
| 1878 | 1 | 35 | 140 | 500 | 0,17 | -1,73 | 7,76 |
| | 2 | 54 | 140 | 600 | 0,18 | -0,64 | 5,61 |
| | 3 | 49 | 280 | 500 | 0,11 | -0,60 | 4,37 |
| | 4 | 41 | 260 | 480 | 0,10 | -0,57 | 4,21 |
| 1879 | 1 | 53 | 280 | 460 | 0,11 | -0,05 | 2,18 |
| | 2 | 66 | 260 | 460 | 0,10 | -0,06 | 3,90 |
| | 3 | 90 | 200 | 480 | 0,13 | -1,54 | 6,40 |
| | 4 | 47 | 240 | 480 | 0,15 | -0,46 | 2,84 |
| 1880 | 1 | 125 | 200 | 480 | 0,15 | -0,93 | 4,38 |
| | 2 | 238 | 220 | 480 | 0,11 | -0,29 | 4,36 |
| | 3 | 189 | 120 | 480 | 0,14 | -1,43 | 7,41 |
| | 4 | 49 | 280 | 520 | 0,12 | 0,14 | 3,59 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1881 | 1 | 142 | 200 | 480 | 0,12 | -0,31 | 4,12 |
| | 2 | 114 | 240 | 440 | 0,11 | -0,38 | 3,23 |
| | 3 | 100 | 260 | 480 | 0,12 | 0,15 | 3 |
| | 4 | 68 | 260 | 500 | 0,13 | 0,07 | 2,85 |
| 1882 | 1 | 116 | 160 | 480 | 0,13 | -0,76 | 6,32 |
| | 2 | 80 | 260 | 480 | 0,12 | -1,20 | 4,91 |
| | 3 | 80 | 260 | 500 | 0,14 | -0,52 | 3,82 |
| | 4 | 26 | 260 | 500 | 0,11 | 0,62 | 6,40 |
| 1883 | 1 | 98 | 200 | 480 | 0,14 | -1,20 | 4,42 |
| | 2 | 78 | 180 | 480 | 0,18 | -0,78 | 2,79 |
| | 3 | 56 | 120 | 480 | 0,16 | -2,01 | 8,80 |
| | 4 | 42 | 120 | 460 | 0,18 | -1,72 | 6,38 |
| 1884 | 1 | 49 | 300 | 460 | 0,08 | 0,16 | 4,40 |
| | 2 | 59 | 140 | 460 | 0,17 | -1,16 | 4,89 |
| | 3 | 59 | 200 | 480 | 0,16 | -1,02 | 4,59 |
| 1885 | 1 | 35 | 200 | 400 | 0,17 | -1,48 | 3,95 |
| | 2 | 48 | 160 | 440 | 0,14 | -1,86 | 8,06 |
| | 3 | 58 | 160 | 480 | 0,28 | -0,81 | 2,52 |
| | 4 | 19 | 140 | 480 | 0,21 | -1,48 | 5,41 |
| 1886 | 1 | 57 | 180 | 480 | 0,16 | -0,75 | 4,50 |
| | 2 | 25 | 240 | 420 | 0,15 | -0,98 | 2,74 |
| | 3 | 61 | 340 | 520 | 0,08 | 0,33 | 5,39 |
| | 4 | 21 | 300 | 480 | 0,10 | -0,59 | 3,65 |
| 1887 | 1 | 52 | 200 | 480 | 0,13 | -1,67 | 7,78 |
| | 2 | 67 | 200 | 500 | 0,12 | -0,39 | 5,90 |
| | 3 | 212 | 140 | 520 | 0,15 | -0,88 | 5,13 |
| | 4 | 99 | 200 | 500 | 0,13 | -0,26 | 5,26 |
| 1888 | 1 | 206 | 200 | 500 | 0,14 | -0,78 | 4,92 |
| | 2 | 147 | 200 | 520 | 0,12 | -0,84 | 6,21 |
| | 3 | 146 | 200 | 500 | 0,13 | -0,50 | 4,90 |
| | 4 | 117 | 180 | 500 | 0,16 | -0,45 | 4,27 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1889 | 1 | 124 | 280 | 480 | 0,11 | 0,12 | 2,86 |
| | 2 | 111 | 220 | 460 | 0,11 | -0,37 | 3,50 |
| | 3 | 172 | 200 | 480 | 0,12 | -0,91 | 4,86 |
| | 4 | 184 | 220 | 540 | 0,13 | -0,16 | 4,07 |
| 1890 | 1 | 228 | 200 | 480 | 0,13 | -0,63 | 3,77 |
| | 2 | 242 | 200 | 480 | 0,12 | -0,8 | 4,20 |
| | 3 | 263 | 200 | 480 | 0,13 | -0,95 | 4,02 |
| | 4 | 249 | 200 | 480 | 0,15 | -0,98 | 4,36 |
| 1891 | 1 | 308 | 240 | 500 | 0,11 | -0,56 | 3,97 |
| | 2 | 353 | 140 | 540 | 0,11 | -0,84 | 5,99 |
| | 3 | 432 | 140 | 500 | 0,12 | -1,39 | 7,57 |
| | 4 | 602 | 200 | 500 | 0,13 | -0,67 | 3,86 |
| 1892 | 1 | 393 | 220 | 500 | 0,12 | -0,38 | 3,66 |
| | 2 | 277 | 200 | 500 | 0,13 | -0,43 | 4,25 |
| | 3 | 296 | 200 | 500 | 0,14 | -0,64 | 4,16 |
| | 4 | 352 | 200 | 500 | 0,14 | -0,46 | 4,45 |
| 1893 | 1 | 332 | 200 | 500 | 0,14 | -0,22 | 5,12 |
| | 2 | 185 | 200 | 500 | 0,12 | 0,09 | 5,29 |
| | 3 | 190 | 200 | 500 | 0,12 | 0,11 | 5,61 |
| | 4 | 201 | 200 | 500 | 0,13 | -0,29 | 5,20 |
| 1894 | 1 | 285 | 200 | 500 | 0,11 | -0,71 | 5,71 |
| | 2 | 104 | 200 | 500 | 0,13 | -0,07 | 5,45 |
| | 3 | 98 | 240 | 480 | 0,12 | -0,10 | 3,43 |
| | 4 | 152 | 220 | 480 | 0,13 | 0,14 | 4,08 |
| 1895 | 1 | 104 | 200 | 500 | 0,14 | -0,10 | 3,87 |
| | 2 | 103 | 280 | 500 | 0,14 | 0,31 | 2,66 |
| | 3 | 95 | 200 | 500 | 0,14 | -0,15 | 4,39 |
| | 4 | 103 | 240 | 500 | 0,13 | 0,27 | 3,74 |
| 1896 | 1 | 105 | 240 | 500 | 0,13 | 0,63 | 4,70 |
| | 2 | 94 | 200 | 500 | 0,11 | -0,40 | 6,15 |
| | 3 | 101 | 240 | 440 | 0,11 | -0,27 | 3,61 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 4 | 97 | 200 | 440 | 0,11 | -0,87 | 5,98 |
| 1897 | 2 | 116 | 220 | 440 | 0,10 | -0,32 | 4,96 |
| | 3 | 118 | 240 | 500 | 0,11 | -0,12 | 5,02 |
| | 4 | 113 | 220 | 440 | 0,11 | -0,66 | 4,30 |
| 1898 | 1 | 150 | 240 | 500 | 0,10 | 0,02 | 4,64 |
| | 2 | 111 | 300 | 500 | 0,11 | 0,64 | 3,81 |
| | 3 | 110 | 280 | 440 | 0,09 | 0,03 | 3,10 |
| | 4 | 103 | 280 | 500 | 0,10 | 0,40 | 4,59 |

Obser: A terceira coluna refere o número de pedreiros analisados. A quarta e quinta colunas referem-se aos salários praticados, informação que é completada pelo coeficiente de variação (desvio padrão dividido pela média). As duas últimas colunas medindo o Skewness e o Kuortosis permite vislumbrar o histograma da amostra.

Recolhemos todos os salários dos pedreiros que trabalhavam numa determinada data e calculámos os valores mensais por meio de uma média aritmética ponderada. Pareceu-nos o critério mais válido, mas convém recordar que existiam outras possibilidades (ex. verificar a evolução dos salários de um conjunto de pedreiros nominalmente identificados).

A análise pormenorizada do quadro anterior poderá ser feita por algum estudioso mais interessado em completar a informação aqui exposta sem grandes dificuldades. Aqui chamaríamos apenas a atenção para o facto de o andamento conjunto do salário máximo e mínimo se reflectir, geralmente, no salário médio; do leque salarial dentro desta categoria profissional ser reduzido (o coeficiente de variação oscila entre 0,04 e 0,28; para a distribuição poder ser considerada simétrica em 46% dos casos (em percentagem igual à moda e superior à mediana).

Obtidos os salários médios dos pedreiros nos quatro meses de fim de trimestre para o período de 1844/1898 tivemos a intenção de testar a hipótese das variações de salários registadas serem o resultado de variações efectivas nas remunerações dos trabalhadores, e não a mera expressão de variações da amostra. Constatamos que para mais de 60% dos anos da amostra seria de rejeitar a hipótese das alterações resultarem exclusivamente de questões de amostragem. Estes resultados confirmaram-nos a conveniência de construir um índice dos salários, o que não exigiu nenhum esforço adicional: tomamos como ano base 1867 para garantir uma mais fácil

comparabilidade com os índices de preços, a que correspondia um salário diário médio de 310,3 reis.

### 2.H.1.2. Dos salários do século XX

Sobre os índices de salários para o período 1919/34 poucas informações obtivemos, sabendo apenas que se referem a salários no Continente para 27 ramos de actividade.

Do que nos foi possível constatar duas coisas ressaltam de imediato: i) nem todos os sectores considerados são importantes, ao mesmo tempo que outros que apresentam um peso relevante na actividade económica nacional são excluídos; ii) existem oscilações da amostra a nível regional (pelo menos essas foram constatadas).

Sobre os restantes índices utilizados, construídos pelo INE e por essa mesma instituição publicados, já é possível ter mais elementos, embora o INE não seja pródigo em explicações e exposições metodológicas. Muitos dos aspectos relevantes estão em Silva[237], pelo que nos dispensamos de voltar a abordar aqui com detalhe. Relembremos apenas que as críticas a que estes índices estão sujeitos referem-se à frequente ambiguidade sobre o conceito estatístico de salário (ganhos, custo da mão-de-obra, remunerações, taxa de salários e, neste último caso, efectivo ou de base); ao carácter exíguo dos inquéritos de partida realizados; à exclusão de determinadas formas de remuneração (ex. operários à peça); a exclusão de alguns sectores de actividade importantes e simultânea consideração de outros secundários, ao mesmo tempo que algumas actividades assumiam uma relevância desmedida (ex. dos transportes no índice de salários de Lisboa); ao recurso à formula de Laspeyres com a correspondente invariabilidade dos pesos de ponderação; ao excessivo pragmatismo na impugnação dos pesos; à ausência de sistemas de controlo, que se faz tanto mais sentir quanto a forma de recolha é por escrito e da responsabilidade da empresa; às deficiências de publicação.

Alguns dos aspectos anteriores podem ser ilustrados pelo que se passa com o índice de salários em Lisboa, tanto mais grave quanto são frequentemente tomados como indicador da situação nacional: a indústria metalúrgica e metalomecânica abrange 24,5% da amostra, a construção 29,3%, os transportes 20,2% enquanto a Fiação, Tecelagem e Acabamento de Tecidos fica-se pelos 2,9%. Acrescente-se que neste índice ainda é bastante notório um diferente tratamento

237 Ver Pimenta (aavv), "A Curva de Phillips ...", Livro II

para as pequenas (desprezadas) e grandes (as únicas consideradas) empresas.

Para o período 1938 a 1964 o INE publica o índice de salários de um conjunto de profissões (também de Lisboa), mas não constrói nenhum índice agregado. Essa tarefa competiu a nós, embora o tivéssemos que realizar de forma não totalmente concordante com as regras. Na impossibilidade de conhecer o peso de cada profissão na força de trabalho global para os anos iniciais do índice, construímos aqueles dois índices utilizando como pesos de ponderação a frequência daquelas no inquérito aos salários em Lisboa a partir da década de 60.

### 2.H.2. Análise isolada de cada um dos índices de salários

Começaremos por analisar os salários no século XIX. Como aqueles são de pedreiros e admitindo a hipótese de esta profissão ter especificidades salariais, na observação do século XX começaremos também por considerar os índices de salários dos pedreiros. Seguidamente apresentaremos a evolução dos índices de salários mais globais (entre os salários do Continente e de Lisboa optamos sempre por estes pelo facto de ser uma série muito maior).No fim tentamos apresentar uma síntese, salientando os elementos mais importantes para o estudo da inflação.

#### 2.H.2.1. O índice de salários dos pedreiros no Porto (1844-1898)

Comecemos por apresentar os índices, que constam do quadro seguinte:

**Salários Médios dos Pedreiros na C.M. Porto (1844/98)**

| Anos | Valores Trimestrais | | | | Med. Anual |
|---|---|---|---|---|---|
| | I Tri | II Tri | III Tri | IV Tri | |
| 1844 | 74,75 | 73,67 | 74,66 | 74,31 | 74,4 |
| 1845 | 75,12 | 76,25 | | | 75,7 |
| … | | | | | |
| 1849 | | | 73,76 | 73,09 | 73,4 |
| 1850 | 72,73 | 71,58 | 74,47 | 75,79 | 73,6 |
| 1851 | 74,16 | 73,78 | 74,66 | 74,84 | 74,4 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1852 | 74,29 | 74,84 | 75,52 | 75,44 | 75,0 |
| 1853 | 77,73 | 76,25 | 75,86 | 76,75 | 76,7 |
| 1854 | 80,55 | 79,89 | 77,08 | 78,79 | 79,1 |
| 1855 | 79,12 | 79,12 | 81,57 | 80,55 | 80,1 |
| 1856 | 71,96 | | 78,17 | 81,97 | 77,4 |
| 1857 | 90,97 | 86,99 | 94,27 | 88,07 | 90,1 |
| 1858 | 91,53 | 92,67 | | | 92,1 |
| 1859 | | | 96,99 | 92,58 | 94,8 |
| 1860 | 88,28 | 96,38 | 96,27 | 93,08 | 93,5 |
| 1861 | 95,80 | 96,66 | 103,65 | 100,12 | 99,1 |
| 1862 | 97,62 | 99,22 | 101,28 | 101,42 | 99,9 |
| 1863 | 97,82 | 98,45 | 94,73 | 92,63 | 95,9 |
| 1864 | 102,81 | 103,68 | 100,51 | 104,08 | 102,8 |
| 1865 | 101,80 | 105,72 | 106,01 | 103,46 | 104,3 |
| 1866 | 100,53 | 101,31 | 99,53 | 100,36 | 100,4 |
| 1867 | 99,88 | 101,45 | 100,56 | 98,09 | 100,0 |
| 1868 | 97,18 | 97,65 | 96,13 | 95,93 | 96,7 |
| 1869 | 94,60 | 92,96 | 93,50 | 93,46 | 93,6 |
| 1870 | 93,99 | 95,12 | 94,52 | 93,09 | 94,2 |
| 1871 | 93,73 | 95,31 | 97,16 | 97,06 | 95,8 |
| 1872 | 96,14 | 99,79 | 100,64 | 102,73 | 99,8 |
| 1873 | 101,42 | 104,91 | 107,48 | 111,40 | 106,3 |
| 1874 | 116,62 | 117,45 | 121,27 | | 118,5 |
| 1875 | 107,40 | 115,99 | 127,44 | 129,20 | 120,0 |
| 1876 | 120,83 | 131,83 | 127,44 | 129,83 | 127,5 |
| 1877 | 115,76 | 131,09 | 129,73 | 134,64 | 127,8 |
| 1878 | 128,70 | 126,61 | 134,01 | 125,90 | 128,8 |
| 1879 | 122,32 | 122,10 | 120,40 | 117,43 | 120,6 |
| 1880 | 116,74 | 119,09 | 120,00 | 126,25 | 120,5 |
| 1881 | 116,04 | 116,50 | 120,70 | 127,56 | 120,2 |
| 1882 | 119,16 | 122,28 | 123,00 | 118,47 | 120,7 |
| 1883 | 121,19 | 116,65 | 121,75 | 117,83 | 119,4 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1884 | 119,68 | 112,83 | 116,76 | | 116,4 |
| 1885 | 111,94 | 118,68 | 103,44 | 117,35 | 112,9 |
| 1886 | 116,90 | 115,74 | 127,83 | 125,51 | 121,5 |
| 1887 | 119,83 | 115,99 | 113,77 | 114,56 | 116,0 |
| 1888 | 114,80 | 118,01 | 115,29 | 115,61 | 115,9 |
| 1889 | 115,99 | 115,94 | 118,09 | 118,45 | 117,1 |
| 1890 | 116,92 | 118,12 | 119,74 | 119,28 | 118,5 |
| 1891 | 122,62 | 121,87 | 120,71 | 112,17 | 119,3 |
| 1892 | 107,12 | 109,75 | 108,80 | 107,19 | 108,2 |
| 1893 | 107,97 | 111,22 | 110,60 | 110,41 | 110,1 |
| 1894 | 109,62 | 111,38 | 113,36 | 112,35 | 111,7 |
| 1895 | 112,71 | 118,31 | 117,01 | 116,43 | 116,1 |
| 1896 | 113,35 | 116,20 | 115,67 | 113,93 | 114,8 |
| 1897 | | 114,60 | 114,52 | 115,14 | 114,8 |
| 1898 | 116,12 | 119,19 | 116,11 | 119,22 | 117,7 |

Fonte: Arquivo Historico ..., Livros de Caixa ...

Obser: Os índices anuais foram calculados por media aritmética simples dos valores dos quatro trimestres.

Tal como expusemos no referido trabalho em que pela primeira vez publicamos estes dados[238]:

— Considerando a globalidade do período em dados anuais e fazendo t=1 para o primeiro ano, podemos traçar uma tendência de evolução, representável analiticamente da seguinte forma

$$\log ISP = 4{,}13980 + 1{,}67171 \cdot 10^{-1} \log t + e$$
$$(115{,}694) \quad (14{,}470)$$
$$R^2 = 0{,}813 \quad F=209{,}383 \quad DW=0{,}399$$

o que aponta para uma tendência de crescimento com atenuação dessa dinâmica ao longo do período, em termos absolutos e relativos.

Existe um movimento oscilatório em torno da tendência que poderemos designar de "conjuntural" expressando uma evolução adicional com leis próprias de comportamento.

238 Ver Pimenta, "Preços e Salários ..."

— Dizermos apenas que entre o primeiro e último anos considerados a taxa de crescimento médio anual foi de 0,9% é manifestamente insuficiente, perdendo-se toda a riqueza de informação compilável através de uma divisão em subperíodos que tenha em conta a dinâmica interna de alteração, o que pode ser resumido no quadro seguinte:

| Anos | Taxa de Variação Anual |
|---|---|
| 1849-1865 | + 2,2% |
| 1865-1869 | - 2,7% |
| 1869-1878 | + 3,6% |
| 1878-1885 | - 1,9% |
| 1885-1891 | + 0,9% |
| 1891-1892 | - 9,3% |
| 1892-1898 | + 1,4% |

donde ressalta, além de outros aspectos que exigiriam uma análise histórica a que não nos propomos, que os períodos de alta são geralmente mais longos que os de baixa.
Para além dos dados anteriores, convirá referir que as variações anuais, quer no sentido da alta quer da baixa, são normalmente de pouca monta, excepto nos anos de 1857 e 1874, para os aumentos, e 1892 para a baixa.

— Há uma frequente *alternância* de variações positivas (com uma duração media de constância de 3,1 anos) e negativas (2,1).

### 2.H.2.2. Índices de salários dos pedreiros no século XX

Para o período de 1938/1954, primeiro ano para que voltam a existir dados referentes aos salários dos pedreiros na cidade de Lisboa, o aumento de salário nominal foi de 5,5% ao ano. Este período pode ser decomposto em vários, sendo de destacar a existência de dois de descida de salários: 1938-1940 e 1949-1953, mas as descidas têm uma pequena expressão. Será de admitir a existência de um movimento "conjuntural", mas dada a pequenez do período considerado não é muito clara a sua natureza. Há uma alternância de variações positivas e negativas anuais mas o que é mais saliente é a verificação de um aumento consecutivo durante nove anos, enquanto as descidas são muito reduzidas.

Este salário reflecte, de algum modo, o comportamento geral dos salários, na medida em que a correlação entre as variações dos salários dos pedreiros e do índice geral tem um coeficiente de determinação de 0,853. A diferença mais nítida é que o índice não acompanha os movimentos da baixa que se registam nos pedreiros.

Para o período 1948-1964 as conclusões são muito similares, sendo de acrescentar que durante os onze anos do período 1954 -1964 se ter verificado sempre uma subida de salários anual, isto é, *deixa de haver alternância* de variações positivas e negativas.

Também aqui este índice reflecte, de certo modo, o andamento geral, na medida em que o coeficiente de determinação da regressão é de 0,774. As diferenças mais nítidas é quanto às datas das variações mais significativas e montante das variações.

Para o período 1963/1980 há uma sistemática e importante alta de salários (uma taxa anual média de 13,2%), isto é, deixa de haver alternância de variações positivas e negativas de salários. Também se deixa de poder falar na existência de um movimento conjuntural.

Neste caso já a dinâmica do salário dos pedreiros e do conjunto é bastante diferenciada. Para iguais tipos de regressões o coeficiente de determinação para o período 1961/1980 é de 0,497.

### 2.H.2.3. Salários industriais no continente

Infelizmente entre 1898 e 1914 não existem informações estatísticas sobre salários.

Quando analisamos este período através dos índices seguintes

| Anos | Índice |
|---|---|
| 1919 | 317 |
| 1920 | 400 |
| 1921 | 750 |
| 1922 | 900 |
| 1923 | 1650 |
| 1924 | 2241 |
| 1925 | 2330 |
| 1926 | 2096 |

| | |
|---|---|
| 1927 | 2183 |
| 1928 | 2111 |
| 1929 | 2272 |
| 1930 | 2279 |
| 1931 | 2116 |
| 1932 | 2002 |
| 1933 | 1995 |
| 1934 | 1954 |

Fonte: Anuário Estatístico

o que ressalta com maior nitidez é a grande instabilidade da dinâmica salarial num quadro global de um violento aumento médio de salários: 16% ao ano. Durante este período continua a existir alternância de variações positivas e negativas de salários.

Este período é decomponível nos seguintes subperíodos tendo em conta os anos de viragem:

| | |
|---|---|
| 1919-1925 | + 39,4 % |
| 1925-1926 | - 10,0 % |
| 1926-1927 | + 4,2 % |
| 1927-1928 | - 3,3 % |
| 1928-1930 | + 3,9 % |
| 1930-1934 | - 3,8 % |

Quanto à existência de um movimento conjuntural as conclusões são ambíguas pois é de rejeitar a existência de autocorrelação, mas, por outro lado, é impossível não relacionar a dinâmica dos salários neste período com a conjuntura que tem como ponto central a crise de 1929-33.

### 2.H.2.4. Índice ponderado dos salários nominais industriais em Lisboa (1938-1954)

Em primeiro lugar apresentemos os índices por nós construídos, com base nas informações profissionais disponíveis:

**Índice de Salários Nominais em Lisboa (média ponderada)**

Base 100 em 1938

| Ano | I Tri | II Tri | III Tri | IV Tri | Med. An |
|---|---|---|---|---|---|
| 1938 | | 100,1 | | 99,8 | 100 |
| 1939 | | 99,9 | | 100,1 | 100 |
| 1940 | | 100,4 | | 101,7 | 101 |
| 1941 | | 103,8 | | 103,8 | 104 |
| 1942 | | 105,3 | | 110,8 | 108 |
| 1943 | 116,5 | 119,5 | 123,6 | 123,9 | 121 |
| 1944 | 130,2 | 133,4 | 136,0 | 138,5 | 135 |
| 1945 | 144,7 | 150,0 | 151,3 | 162,7 | 152 |
| 1946 | 165,6 | 173,7 | 179,0 | 185,9 | 176 |
| 1947 | 192,7 | 194,3 | 195,1 | 196,7 | 195 |
| 1948 | 199,8 | 200,0 | 200,4 | 202,7 | 201 |
| 1949 | 210,5 | 212,7 | 112,6 | 213,3 | 212 |
| 1950 | 212,6 | 213,6 | 213,6 | 211,9 | 213 |
| 1951 | 212,0 | 214,7 | 213,9 | 214,5 | 214 |
| 1952 | 212,9 | 213,1 | 213,7 | 214,9 | 214 |
| 1953 | 215,1 | 216,1 | 216,4 | 215,6 | 216 |
| 1954 | 219,1 | 218,2 | 218,5 | 221,5 | 219 |

Fonte: Boletins Mensais de Estatística.

Obser: As médias anuais são médias aritméticas simples.

Este período é de aumento de salários, com uma taxa média anual de 5%, mas com uma tendência de aumentos absolutos constantes e percentuais decrescentes, expressável pala seguinte regressão em função do tempo:

$$IPSNIL = 78{,}425 + 9{,}460\ t + e$$
$$(10{,}729) \quad (13{,}259)$$
$$R^2=0{,}921 \quad F=175{,}812 \quad DW=0{,}310$$

Poderemos dizer que para o índice global (para os índices de salários profissionais o sentido do comportamento é o mesmo embora com intensidades muito variáveis) há sempre um aumento anual (apenas 1952 constituí excepção com uma diminuição de 0,1%, o

que é manifestamente irrelevante). Por outras palavras, deixa de haver alternância de variações positivas e negativas. O período de altas mais vincadas situam-se no período 1943-1947. Embora apresente autocorrelação positiva é difícil admitir a existência de um movimento conjuntural (para além do mais o período é demasiado curto para permitir grandes leituras neste campo).

### 2.H.2.5. Índice ponderado dos salários industriais em Lisboa (1948 -1954)

Como se pode ver pelos índices de salários por nós construídos de forma similar aos anteriores

**Índice de Salários em Lisboa média ponderada**

Índice 100 em 1948

| Ano | I Tri | II Tri | III Tri | IV Tri | Med. Anual |
|---|---|---|---|---|---|
| 1948 | 98,8 | 98,9 | 99,2 | 103 | 100 |
| 1949 | 104,8 | 105,7 | 106,3 | 106,1 | 106 |
| 1950 | 105,3 | 105,1 | 104,7 | 104,0 | 105 |
| 1951 | 104,1 | 105,7 | 105,7 | 105,7 | 105 |
| 1952 | 106,1 | 106,1 | 106,0 | 105,8 | 106 |
| 1953 | 106,0 | 106,3 | 106,4 | 106,6 | 106 |
| 1954 | 107,7 | 107,5 | 107,6 | 108,3 | 108 |
| 1955 | 108,9 | 109,7 | 110,4 | 110,7 | 110 |
| 1956 | 111,0 | 115,4 | 116,7 | 117,2 | 115 |
| 1957 | 119,5 | 120,3 | 120,7 | 121,8 | 121 |
| 1958 | 122,2 | 122,3 | 122,5 | 122,7 | 123 |
| 1959 | 125,1 | 125,1 | 125,2 | 126,2 | 126 |
| 1960 | 127,1 | 128,0 | 129,5 | 129,6 | 129 |
| 1961 | 132,7 | 132,7 | 136,1 | 136,5 | 135 |
| 1962 | 138,1 | 144,4 | 149,8 | 151,6 | 146 |
| 1963 | 152,7 | 153,9 | 154,9 | 155,4 | 154 |
| 1964 | 157,7 | 160,7 | 163,9 | 165,1 | 162 |

Fonte: Boletins Mensais de Estatística.

Obser: Os índices anuais são médias aritméticas simples.

a dinâmica salarial durante este período é uma clara continuação da do período anteriormente considerado, aliás em parte coincidente.

Há um sistemático movimento de subida de salários, expressável de forma média pela taxa anual de 4,2%. A sua evolução no tempo pode ser expressa da seguinte forma

$$\log IPSI = 4{,}534 + 0{,}028\ t + e$$
$$(193{,}428)\ (12{,}143)$$
$$R^2 = 0{,}908 \quad F = 147{,}549 \quad DW = 0{,}292$$

que aponta para uma tendência de taxa de crescimento constante.

Deixam, pois, de existir sinais de alternância de variações positivas e negativas e não existem sinais de qualquer movimento conjuntural.

### 2.H.2.6. Índice global de salários (indústria e transportes) em Lisboa (1961/1983)

Para este período existem dois índices de salários construídos com metodologias semelhantes: o para a cidade de Lisboa, por nós considerado, e o para a cidade do Porto, tendo este sido construído primeiro. Contudo, ao considerarmos aquele, estamos a trabalhar com um indicador da situação global. Com efeito a evolução de um e de outro é muito semelhante o que se reflecte no facto da regressão entre taxas de variação salarial nas duas cidades apresentar (para o período de 1961/1980) um coeficiente de determinação de 0,823 com ausência de autocorrelação.

Vejamos, pois esse índice:

**Índice Global de Salários (Indústria e Transportes) em Lisboa**

Base 100 em 1968

| Ano | I Tri | II Tri | III Tri | IV Tri | Med. An. |
|---|---|---|---|---|---|
| 1961 | 62,2 | 62,9 | 63,4 | 63,8 | 63,0 |
| 1962 | 64,3 | 67,4 | 68,9 | 69,4 | 68,0 |
| 1963 | 70,0 | 70,7 | 71,3 | 71,7 | 71,0 |
| 1964 | 72,6 | 73,6 | 75,1 | 75,6 | 74,0 |
| 1965 | 76,8 | 78,0 | 78,7 | 80,4 | 79,0 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1966 | 81,8 | 83,0 | 86,4 | 87,8 | 85,0 |
| 1967 | 89,5 | 91,3 | 92,8 | 94,3 | 92,0 |
| 1968 | 95,5 | 97,7 | 102,6 | 104,2 | 100,0 |
| 1969 | 108,1 | 109,9 | 112,0 | 115,7 | 111,0 |
| 1970 | 119,8 | 123,6 | 126,4 | 128,7 | 125,0 |
| 1971 | 132,7 | 136,7 | 141,0 | 141,6 | 138,0 |
| 1972 | 147,0 | 148,7 | 152,2 | 153,8 | 150,0 |
| 1973 | 160,5 | 167,4 | 174,2 | 179,1 | 170,0 |
| 1974 | 192,2 | 220,9 | 242,2 | 247,5 | 226,0 |
| 1975 | 254,6 | 264,5 | 267,7 | 284,5 | 268,0 |
| 1976 | 294,6 | 297,5 | 301,8 | 304,9 | 300,0 |
| 1977 | 322,3 | 331,9 | 342,1 | 346,5 | 336,0 |
| 1978 | 348,9 | 367,1 | 376,1 | 398,2 | 373,0 |
| 1979 | 407,1 | 414,8 | 418,4 | 454,6 | 424,0 |
| 1980 | 493,4 | 503,9 | 520,2 | 554,4 | 518,0 |
| 1981 | 601,5 | 622,4 | 639,0 | 655,9 | 630,0 |
| 1982 | 742,1 | 756,5 | 775,9 | 792,3 | 767,0 |
| 1983 | 858,9 | 881,5 | 914,6 | 924,1 | 895,0 |

Fonte: Boletins Mensais de Estatística

Obser: Índice anual é a media aritmética simples dos índices trimestrais

Para o período 1961-1983 a taxa media de crescimento anual foi de 12,8%, tendência de crescimento que também se expressa claramente na sua evolução no tempo:

$$\log ISITL = 3{,}952 + 0{,}121\ t + e$$
$$(81{,}193)\quad (26{,}940)$$
$$R^2 = 0{,}978 \quad F = 725{,}768 \quad DW = 0{,}331$$

Quando consideramos o período 1961-1980, o mesmo se podendo dizer para os anos seguintes, verifica-se a *inexistência de qualquer descida de salários*.

Há um aumento sistemático anual. Será, contudo de considerar que existem anos que de alguma forma (e dizemos assim porque reconhecemos que este tipo de periodização tem sempre uma

componente subjectiva) marcam uma mudança de aceleração no movimento de subida. É o caso do ano de 1966. Para o período seguinte será legítimo considerar os seguintes subperíodos:

| | |
|---|---|
| 1966-1969 | + 9,5 % ano |
| 1969-1972 | +10,5 % ano |
| 1972-1975[3] | +21,2 %ano |
| 1975-1978 | +11,6 %ano |
| 1978-1980 | +17,9 %ano |

que não permitem, pelo menos com clareza, admitir novos anos de aceleração da subida. Conclusão tanto mais difícil de extrair quanto este período é assinalado por um vasto conjunto de acontecimentos político-sociais com claro impacto salarial (25 de Abril, tectos salariais, etc.).

Embora a regressão anteriormente exposta apresente autocorrelação positiva, não será de admitir a existência de um típico movimento "conjuntural".

Quando analisamos não só o índice de salários global mas também os índices de salários das profissões verificamos que à medida que aumentam as variações salariais aumenta igualmente o comportamento diversificado dos subíndices que o compõem.

### 2.H.3. Uma comparação com os preços

Neste ponto não procuramos proceder a um debate sobre o significado das relações entre salários e preços, assunto que nos ocupou já e que voltará a ser tema de reflexão a propósito da análise crítica de algumas teorias vulgares de explicação da inflação. Procuramos tão somente medir o relacionamento fenomenológico existente entre essas variáveis, trabalho que só por si exigiria um estudo bastante mais detalhado do que aquele a que procedemos aqui, que partiu da consideração de grandes períodos, a globalidade dos sectores e regiões. Também não se apurou até ao pormenor as formas de relacionamento e eventuais desajustamentos temporais.

Este tem sido um assunto que nos tem preocupado bastante[239], mas aqui tentaremos reduzir ao mínimo as considerações. Os ensaios

239 Muitos dos nossos trabalhos visam abordar este assunto. Veja-se, por exemplo:
Pimenta, "Salários, Contratação ... "Salários e Preços ...
Pimenta (aavv) "A Curva de Phillips ...

econométricos esboçados mais não são que simples formas de sistematização das informações disponíveis, as quais tomaram sempre como variáveis as variações de salários e preços.

Tentamos reunir toda a informação disponível sobre salários e preços no quadro seguinte:

**Relação salários-preços**

| Período | b1 | | b2 | | Ṡ Med | Ṗ Med | E(Ṡ/Ṗ) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | t | | t | | | |
| **1849-1898** | | | | | | | |
| Tipo Ṡ = b1 + b2 Ṗ (1) $R^2$ =0,111 F=5,882(+) DW=1,895(!) | | | | | | | |
| | 0,65959 | 1,129 | 0,18256 | 2,425+ | 1,0 | 1,7 | 0,31 |
| **1875-1898** | | | | | | | |
| Tipo Ṡ = b1 + b2 Ṗ (1) $R^2$ =0,223 F=6,026(+) DW=2,353(!) | | | | | | | |
| | -0,29075 | -0,416 | 0,26025 | 2,459+ | -0,1 | 0,8 | -2,08 |
| **1885-1898** | | | | | | | |
| Tipo Ṡ = b1 + b2 Ṗ (1) $R^2$ =0,237 F=3,407 DW=25(^) | | | | | | | |
| | -0,10408 | -0,098 | 0,28086 | 1,845 | 0,3 | 1,5 | - |
| **1919-1934** | | | | | | | |
| Tipo Ṡ = b1 + b2 Ṗ (2)(a) $R^2$ =0,665 F=25,859(+) DW=2,871(^) | | | | | | | |
| | 3,07083 | 0,787 | 0,78222 | 5,085+ | 12,9 | 12,1 | 0,73 |
| Tipo Ṡ = b1 + b2 Ṗ (2)(b) $R^2$ =0,759 F=44,079(+) DW=1,578(!) | | | | | | | |
| | 11,13458 | 0,782 | 0,897 | 6,639+ | 12,9 | 12,1 | 0,73 |
| **1938-1954** | | | | | | | |
| Tipo Ṡ = b1 + b2 Ṗ (3)(c) $R^2$ =0,242 F=4,458 DW=0,557 | | | | | | | |
| | 3,08631 | 2,154+ | 0,42911 | 2,111 | 5 | 4,3 | |
| **1948-1964** | | | | | | | |
| Tipo Ṡ = b1 + b2 Ṗ (4) $R^2$ =0,451 F=11,479(+) DW=1,796(!) | | | | | | | |
| | 1,40297 | 2,079 | 1,22818 | 3,388+ | 3,1 | 1,3 | 0,52 |
| **1961-1978** | | | | | | | |
| Tipo Ṡ = b1 + b2 Ṗ (5) $R^2$ =0,575 F=20,273(+) DW=1,030(^) | | | | | | | |
| | 5,34278 | 3,708+ | 0,48366 | 4,503+ | 11 | 10,7 | 0,47 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | |
| Tipo Ṡ = b1 + b2 Ṗ (6) $R^2$=0,639 F=26,562(+) DW=0,962 | | | | | | |
| 4,71736 | 3,416+ | 0,58579 | 5,154+ | 11,0 | 9,8 | 0,52 |
| **1961-1968** | | | | | | |
| Tipo Ṡ = b1 + b2 Ṗ (5) $R^2$ =09 F=0,045 DW=0,668(^) | | | | | | |
| 6,88944 | 4,319+ | -0,07816 | -0,212 | 6,3 | 3,9 | |
| Tipo Ṡ = b1 + b2 Ṗ (6) $R^2$ =0,235 F=1,535 DW=0,991(^) | | | | | | |
| 4,14006 | 2,019 | 0,67154 | 1,239 | 6,3 | 3,7 | |
| **1961-1973** | | | | | | |
| Tipo Ṡ = b1 + b2 Ṗ (5) $R^2$ =0,324 F=4,801 DW=1,199(^) | | | | | | |
| 5,19671 | 3,379+ | 0,55179 | 2,191 | 8,6 | 5,5 | |
| | | | | | | |
| Tipo Ṡ = b1 + b2 Ṗ (6) $R^2$ =0,662 F=19,542(+) DW=1,097(^) | | | | | | |
| 4,03176 | 3,812 | 0,77801 | 4,421+ | 8,6 | 5,3 | 0,48 |

Obser: (1) Com salários dos pedreiros da CMP e Preços da alimentação popular; (2) com índice de salários industriais no Continente e Índice de preços do custo de vida em Lisboa; (3) com índice médio (ponderado) dos salários nominais em Lisboa e índice de preços de retalho na cidade de Lisboa; (4) com índice médio ponderado dos salários (industria e transportes) na cidade de Lisboa e índice de preços no consumidor (sem habitação) em Lisboa; (5) com Índice Global de salários (Industria e transportes) em Lisboa e Índice de preços da alimentação no consumidor em Lisboa; (6) com Índice global de salários (industria e transportes) em Lisboa e índice de preços no consumidor (sem habitação) em Lisboa.

(a) A regressão com um ano de desfasamento apresenta piores resultados; (b) os montantes de Ṡ e Ṗ foi obtido pelo rácio entre o valor efectivo e o estimado, adoptando o melhor ajustamento no tempo de um grupo de 6; (c) utilizando-se o índice de preços no continente obtém-se resultados semelhantes. (+) Significativa a 5%; (!) não apresenta autocorrelação; (^) teste inconclusivo.

As elasticidades forem calculadas com base em taxas médias de variação.

Conforme se constata destes dados:

— De uma forma genérica sempre que se consideram os grandes períodos *as regressões entre variações de salários e preços são sig-*

*nificativas* a 5%. No período 1938-1954 tal não se verifica mas encontra-se muito próximo do limiar de validade.

O mesmo já não se poderá dizer quando se considera subperíodos com uma dimensão temporal mais reduzida. Assim nos períodos 1885-1898 (que tem como elemento importante a crise de 1891 e os impactos que tal teve em diversos aspectos, nomeadamente quanto à conclusão da formação de um mercado nacional) e 1961-1968 (assinalado por reorganizações do capitalismo português, pela guerra colonial e pela intensificação e modificação qualitativa da emigração) as regressões entre variações de salários e preços não são significativas.

— As variações marginais das taxas de variação dos salários (elasticidade dos salários em relação aos preços) são muito variáveis de período para período, apresentando um grande campo de oscilação. O seu montante mínimo é 0,18 para o século XIX e o máximo 1,23 para 1948-1964. Também o nível de significância destes parâmetros é variável de caso para caso.

Não fizemos os testes econométricos destes parâmetros para ver se o coeficiente é, ou não, significativamente diferentes de 1, mas numa primeira constatação não é difícil verificar que de uma forma geral os seus montantes são afastados entre 22% e 82% da unidade.

— As elasticidades das variações de salários em relação as variações de preços, tomando como referência de cálculo o valor médio do período, são muito diferentes de período para período. No de 1875-1898 apresenta um valor negativo elevado devido ao facto da variação salarial média o ser e de um montante próximo de zero. Em todos os outros casos esta elasticidade é positiva e tem como valor máximo 0,73.

— *A taxa de variação dos salários é quase sempre mais elevada que a dos preços durante o século XX, acontecendo o contrário durante século XIX*. Contudo é a partir de 1961 que essa diferença é mais notória. A conjugação desta informação com as anteriores mostra que existem outros factores (económicos e sociais) que influenciam a dinâmica salarial.

— Não é possível estabelecer uma relação entre a intensidade de variação dos preços e o grau de significância das regressões estabelecidas, como o demonstra todo o século XIX e o período de 1948-1964.

Aliás, neste facto relacionável com aspectos como informação dos agentes, capacidade de previsão e "ilusão monetária" é bastante significativo (na medida em que deita por terra algumas formulações correntes) os resultados obtidos entre variações de salários e de preços no século XIX. Com efeito, numa análise mais fina[240] verificamos que de entre as 49 observações das variações anuais desses dois agregados, correspondentes a tantos outros anos, (1850-1898), existem 67% delas em que os sentidos de variação correspondem ao teoricamente previsível, isto é, ambas as taxas têm o mesmo sinal. Tomando essas 33 observações obtivemos como melhor resultado[241]

$$\log (\dot{ISP} + 10) = 2{,}55459 - 2{,}21183 \,.\, (\dot{IPAP} + 13)^{-1} + e$$
$$(46{,}992) \quad (-13{,}760)$$
$$N=33 \quad R^2=0{,}859 \quad F=189{,}334 \quad DW=1{,}339$$

Mesmo considerando o conjunto de todas as observações os ensaios continuam a ser bastante satisfatórios: para N=49 temos F=112,801. Mais, os resultados com dados anuais são confirmados pelos dados trimestrais tomando as variações em relação ao período homólogo do ano anterior, continuando os melhores resultados a serem os que não tem desfasamento temporal:

$$\log (\dot{ISPT} + 14) = 1{,}62704 + 0{,}33003 \log (\dot{IPAPT} + 20) + e$$
$$(6{,}629) \quad (4{,}012)$$
$$N=137 \quad R^2=0{,}11 \quad F=16{,}099 \quad DW=1{,}180$$

— *Os períodos de não verificação do ajustamento são os que marcam transformações qualitativas nos preços e no conjunto da economia portuguesa: 1885-1898, 1938-54, 1961-68.*

Esta análise genérica poderia ser confirmada por muitos outros resultados, para o que bastaria recorremos aos resultados encontrados por nós nos múltiplos ensaios econométricos da curva de Phillips[242].

240 Aqui voltamos a utilizar Pimenta "Salários e Preços no sec. XIX ..."

241 Ensaiamos 52 tipos de ajustamentos linearizáveis, sendo o que a seguir se apresenta o que deu melhor resultado.

242 Veja-se Pimenta (aavv) "Curva de Phillips ..."
Figueiredo (aavv) "Funções Salariais ..."

### 2.H.4. Comparação com a conjuntura

Dada a similitude de comportamento entre a dinâmica dos salários e a dos preços, muito do que se disse anteriormente para estes tem agora total validade. A comprovação do afirmado encontra-se no quadro seguinte:

| Crises | Salários | |
|---|---|---|
| 1857-1858 | O ano de 1857 foi de grande aumento de salários. O de 1856 tinha sido de diminuição | Comportamento diferente dos preços |
| 1866-1868 | Período de baixa de salários | Comportamento similar ao dos preços embora com desajustamento temporal |
| 1874-1879 | Salários só baixam em 1879 | Comportamento similar ao dos preços |
| 1882-1887 | Baixa de salários em quase todo o período: 1883/4/5 e 1887 | Comportamento similar ao dos preços |
| 1891-1893 | Baixa de salários em 1892 | Comportamento similar ao dos preços |
| … … | | |
| 1929-1933 | Baixa de salários em 1928<br>Baixa em 1931/2/3/4 | Comportamento similar ao dos preços |
| … … | | |
| 1968/... ou 1973/76 | Aceleração dos aumentos de salários | Comportamento similar ao dos preços |

Estes resultados foram por nós confirmados em alguns trabalhos:

— Quando analisamos a dinâmica dos salários no século XIX[243] constatamos que a introdução de variáveis dummy para as crises não apresentava validade, o que remete para a afirmação já feita para os preços, de que não se pode estabelecer uma

243 Veja-se o nosso referido trabalho referente ao séc. XIX

correlação estreita, instantânea e permanente entre situação conjuntural, nomeadamente crise, e dinâmica dos salários, inclusive descida.

— Nos trabalhos sobre a curva de Phillips em Portugal[244] a existência de uma correlação entre situação no mercado de força de trabalho e as variações de salários mostra que estes apresentam sensibilidade conjuntural. Mais, em Portugal esse fenómeno mantém-se até aos dias de hoje, embora agora a dinâmica dos preços tenha uma grande relevância.

Enfim, os salários apresentam sensibilidade às crises com tendência para a sua descida, fenómeno que ainda hoje se mantém.

Quando analisamos a dinâmica salarial, e indicadores associados, como a evolução do poder de compra, o que ressalta mais ao comparar-se o comportamento durante as chamadas grandes crises (1890, 1929 e as da década de 70 e 80) é que enquanto antigamente (isto é, até à segunda crise referida), o poder de compra aumentava durante as crises, actualmente passa-se o inverso. Esta constatação fenomenológica para a realidade portuguesa é certamente temática que deveria dar lugar a profundas reflexões. Aqui pretendemos apenas chamar a atenção que tal facto aponta para um maior peso hoje da conjuntura sobre as variações da taxa salarial, primeira hipótese, ou para uma maior autonomia da situação no mercado da força de trabalho em relação à conjuntura (o que estaria ligado à maior propensão marginal ao desemprego das crises actuais e à maior dificuldade de combater as "distorções" nesse mercado), segunda hipótese, ou ainda à combinação das duas. Talvez esta realidade não seja comum a muitas economias – recorde-se a afirmação frequente de que a curva e Phillips a partir de 1968 deixou de funcionar para esta ou aquela economia – mas é um facto indesmentível na realidade portuguesa.

### 2.H.5. Comparação internacional

Num trabalho que fizemos para o IACEP[245] comparamos as variações de salários nominais e do poder de compra em Portugal e em diversos outros países capitalistas. Constatou-se que é inviável qualquer conclusão[246]

244 Vejam-se os trabalhos referidos sobre esta curva

245 Pimenta, *Dinâmica dos salários em Portugal e* ...

246 Resultados similares, apesar dos países considerados estarem em posicionamentos internacionais diferentes e dos seus relacionamentos com Portugal serem radicalmente diferentes.

## 2.I. Aspectos da influência da produtividade

É quase um lugar comum considerar que a produtividade exerce, por alguma forma, uma influência sobre os preços e os salários. Basta recordarmo-nos da determinação marginalista das curvas de oferta das mercadorias expressão dos custos marginais ou das curvas de procura de mão-de-obra pela produtividade marginal do trabalho, constituindo ambas parte do comportamento racional das unidades produtivas.

E estes considerandos são frequentemente confirmados econometricamente[247] embora também se coloquem dificuldades[248].

A conclusão que normalmente é assumida é a de que há efectivamente uma relação entra produtividade, por um lado, e preços e salários pelo outro (actuando negativamente em relação aos primeiros e positivamente em relação aos segundos) mas que essa relação não é directa, exerce-se como tendência e, frequentemente, de uma forma contraditória. E esta observação de cariz teórico vem adicionar-se à enorme dificuldade que é a construção de um índice de produtividade fidedigno de uma determinada definição daquela, já por si problemática[249].

Neste anexo procuramos verificar para a realidade portuguesa qual o grau de correlação existente entre estas variáveis, apenas para servir de referencia ao grau de fiabilidade de um indicador de produtividade expressando a dinâmica do valor (variável impossível de explicitar).

Tivemos à partida consciência que construirmos um índice de produtividade constituía tarefa bastante longa e, nessa medida, desajustada em relação as modestas pretensões deste anexo, para além das dificuldades de encontrar estatísticas adequadas. Por isso preferimos utilizar os dados constantes de MARTINS (aavv)[250] apesar de ter uma desagregação que a nós não interessava particularmente, de não englobar alguns importantes sectores de actividade, mesmo industriais, e de se referir a um período curto[251] e atravessando uma

247 Sobre este tema veja-se Fontaine, *Les Mouvements ...*
Courbis, *Les Modeles ...*

248 Veja-se o que sobre o assunto dissemos em Pimenta (aavv), A *Curva de Phillips em Portugal (Lisboa e Porto)*. Essas dificuldades são particularmente vincadas para os salários. Para o caso português veja-se, por exemplo, Santos, *O Salário ...*

249 Definição e quantificação tanto mais problemática quando se avança do nível sectorial para nacional. Sobre a caracterização e quantificação de produtividade consulte-se OIT, *La mesure de la productivité ...*

250 Referimo-nos a Martins (aavv), *Evolução da produtividade ...*

251 Estamos neste momento empenhados num trabalho colectivo com vista ao prolongamento daquelas séries até 1980

fase de transição na dinâmica dos preços. Estes eras as deficiências que tínhamos que aceitar em contrapartida do rigor adoptado nos cálculos e à possibilidade de colocar lado a lado um índice de preços de venda, um índice de volume produzido por trabalhador e um índice de remuneração deflacionada por trabalhador para cada um dos sectores.

Vejamos brevemente alguns desses resultados.

### 2.I.1. Influência sobre os preços

Veja-se o quadro seguinte

**Alguns resultados das regressões entre índices de preços e produtividade**

**(g(P) = b1 + b2 k(Pr))**

| **Ind. preço de venda** | **índice do volume de produção por pessoa** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **g(p)= ΔP k(PR)= ΔPr** | | | | **g(p)= ΔP k(PR)= ΔPr** | | | |
| Sectores | $R^2$ | b1 | b2 | DW | $R^2$ | b1 | b2 | DW |
| Lacticínios | 0,002 | – | – | – | 0,257 | ≠ 0 | > 0 | 1,033 |
| Moagem Far. Espoadas | 0,213 | – | – | – | 0,233 | ≠ 0 | < 0 | 0,818 |
| Descasque arroz | 0,006 | – | – | – | 00 | – | – | – |
| Refinação de acucar | 0,003 | – | – | – | 0,762 | ≠ 0 | > 0 | 0,477 |
| Fab. de massas | 0,000 | – | – | – | 0,851 | ≠ 0 | > 0 | 1,131 |
| Alimentos para animais | 0,027 | – | – | – | 0,910 | ≠ 0 | > 0 | 1,259 |
| Cerveja | 0,022 | – | – | – | 06 | – | – | – |
| Tabacos | 0,007 | – | – | – | 0,676 | ≠ 0 | > 0 | 1,342 |
| Curtimenta | 0,029 | – | – | – | 0,884 | ≠ 0 | > 0 | 1,576 |
| Resinosos | 0,002 | – | – | – | 0,038 | – | – | – |
| Tintas | 0,465 | ≠ 0 | < 0 | 1,928 | 0,047 | – | – | – |
| Sabões | 0,006 | – | – | – | 0,040 | – | – | – |
| Barro | 0,216 | – | – | – | 0,795 | ≠ 0 | > 0 | 0,691 |
| Vidro | 0,000 | – | – | – | 0,493 | ≠ 0 | > 0 | 0,737 |
| Olaria | 0,296 | = 0 | < 0 | 2,102 | 0,276 | ≠ 0 | > 0 | 0,876 |
| Cimento | 0,223 | – | – | – | 0,750 | ≠ 0 | > 0 | 0,903 |
| Fibrocimento | 0,158 | – | – | – | 0,441 | = 0 | > 0 | 0,834 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Marmorite | 0,138 | – | – | – | 0,429 | 0 | < 0 | 0,946 |
| Pregos | 0,279 | = 0 | < 0 | 2,941 | 01 | – | – | – |
| Louça | 0,000 | – | – | – | 02 | – | – | – |
| Cutelaria | 0,062 | – | – | – | 0,027 | – | – | – |
| Ferro esmaltado | 0,022 | – | – | – | 0,892 | ≠ 0 | < 0 | 1,062 |
| Fios | 0,354 | = 0 | < 0 | 2,494 | 08 | – | – | – |
| Plásticos | 0,432 | = 0 | < 0 | 0,848 | 0,677 | ≠ 0 | < 0 | 0,304 |

Fonte: aavv, *Evolução da produtividade* ...

Obser: Nas relações entre variações consideraram-se 15 observações e entre índices 17. Nas Massas e Alimentos para Animais houve menos uma observação, na Marmorite menos duas e nos Plásticos menos 3.

A primeira conclusão é a de que a *capacidade de reacção dos preços à produtividade é rara e pequena no curto prazo*: apenas 5 sectores em 24 tem relações significativas e com o sinal correcto, estando neles incluídos sectores modernos como os plásticos.

A segunda conclusão é a de que para o médio prazo a situação é um pouco diversa, mas também aí poderemos concluir que as coisas não se passam exactamente como muitas vezes as formulações genéricas poderiam levar a concluir.

Com efeito, apenas em 15 sectores há correlação entre as variáveis, mas apenas em 5 é que aquela é negativa[252]. Em seis dos restantes será de admitir que o comportamento das duas variáveis resulte da intervenção do Estado na fixação de preços e que em alguns outros o aumento da produtividade tenha servido de atenuação ao aumento de preços.

Estes dados podem ser completados pelo quadro seguinte:

| **Sectores** | | **Variações** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **1953/61** | | **1961/69** | | **1953/69** | |
| | **ΔP** | **ΔPr** | **ΔP** | **ΔPr** | **ΔP** | **ΔPr** |
| Lacticínios | 0,9 | 1,0 | 1,7 | 5,7 | 1,3 | 3,3 |
| Moagem Far. Espoadas | -0,4 | 3,2 | 0,3 | 3,2 | 0,0 | 3,2 |
| Descasque arroz | -0,7 | 0,8 | 3,8 | 0,5 | 1,5 | 0,7 |
| Refinação de açúcar | 0,7 | 7,4 | 2,1 | 3,9 | 1,4 | 5,6 |

252 Entre estes está igualmente englobado os plásticos, que como sabemos, é considerado por diversos autores como uma industria fundamental na própria modificação do processo de produção e na dinâmica pós-crise 29/33.

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Fab. de massas | 0,1 | 2,7 | 1,0 | 6,0 | 0,6 | 4,4 |
| Alimentos para animais | 2,1 | 5,9 | 3,8 | 15,3 | 3,0 | 10,8 |
| Cerveja | -0,7 | 9,3 | 0,4 | 6,2 | -0,1 | 7,7 |
| Tabacos | 1,1 | 7,7 | 0,8 | 7,9 | 1,0 | 7,8 |
| Curtimenta | -3,5 | 7,8 | -0,7 | 2,9 | -2,1 | 4,7 |
| Resinosos | 4,4 | 12,9 | -3,6 | -1,3 | 0,3 | 5,6 |
| Tintas | 0,5 | 10,9 | -0,5 | 5,1 | 0,0 | 8,0 |
| Sabões | 0,9 | 5,2 | 0,9 | -0,1 | 0,9 | 2,5 |
| Barro | 0,7 | 7,9 | 4,2 | 4,4 | 2,4 | 6,1 |
| Vidro | 1,7 | 8,5 | -2,9 | 8,8 | 0,7 | 8,6 |
| Olaria | -2,1 | 7,4 | 2,9 | 6,4 | 0,4 | 6,9 |
| Cimento | 1,4 | 5,3 | 0,3 | 5,5 | 0,8 | 5,4 |
| Fibrocimento | 1,5 | 3,4 | 4,4 | 2,7 | 2,9 | 3,0 |
| Marmorite | -0,9 | 7,9 | 0,2 | 9,2 | -0,4 | 8,6 |
| Pregos | 1,3 | 4,9 | 3,6 | 0,1 | 2,4 | 2,5 |
| Louca | -3,2 | 5,4 | 3,5 | 9,8 | 0,1 | 7,6 |
| Cutelaria | -1,5 | 8,1 | -0,2 | 10,4 | -0,8 | 9,2 |
| Ferro esmaltado | -2,2 | 15,3 | -1,2 | 5,5 | -1,7 | 10,3 |
| Fios | -2,6 | 14,9 | 6,2 | 2,9 | 1,7 | 8,7 |
| Plásticos | -12,5 | 9,9 | -7,2 | 18,3 | -9,0 | 15,5 |

FONTE: aavv, *Evolução da produtividade ...*

Por este quadro constatamos que a evolução dos preços e da produtividade nos dois subperíodos considerados é totalmente diferente, o que chama a atenção para a *especificidade do período* 1961/69, verificada ao nível de outros indicadores.

Quando consideramos a globalidade dos sectores ao nível das taxas médias de variação concluímos que para o período 1953/69, o que não acontece para nenhum dos subperíodos, há uma correlação significativa entre a taxa de variação dos preços (p%) e correspondente taxa da produtividade (Pr%):

$$\Delta P = 3{,}115 - 0{,}431\ \Delta Pr + e$$
$$(3{,}518) \quad (-3{,}543)$$
$$R^2 = 0{,}363 \qquad F = 12{,}55 \qquad DW = 2{,}037$$

E esta regressão apresenta o sinal correcto e está isenta de autocorrelação.

Do conjunto destas informações poderemos tirar duas grandes conclusões.

— A primeira é que *numa análise ao longo do tempo há uma influência da produtividade sobre os preços, mas raramente se manifesta nas adaptações de curto prazo, e há outros factores em actuação que fazem com que, por vezes, aquela seja nula e sempre de uma forma irregular*. Apesar destas limitações serem constantes, a relação negativa entre as duas variáveis manifesta-se mais frequentemente no período 1953/61 que no seguinte, marcado, como sabemos, por mais intensas alterações nos preços relativos.

— A segunda é que as diferenças de produtividade entre sectores explicam no longo prazo, em parte, a dispersão de preços, mas a sua influência não se manifesta em todos os subperíodos considerados.

### 2.I.2. Influência sobre os salários

Os resultados da correlação entre produtividade e salários encontra-se sintetizada no seguinte quadro:

Alguns resultados das regressões entre índices de salários e produtividade (1954/69) (g(S) = b1 + b2 k(Pr))

| Ind. remunerações por pessoa Sectores | índice do volume de produção por pessoa | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | g(s)= ΔS k(PR)= ΔPr | | | | g(s)= ΔS k(PR)= ΔPr | | | |
| | $R^2$ | b1 | b2 | DW | $R^2$ | b1 | b2 | DW |
| Lacticínios | 0,018 | – | – | – | 0,399 | = 0 | > 0 | 0,716 |
| Moagem Far. Espoadas | 0,003 | – | – | – | 0,925 | = 0 | >0 | 2,594 |
| Descasque arroz | 0,039 | – | – | – | 0,128 | – | – | – |
| Refinação de açucar | 0,094 | – | – | – | 0,905 | = 0 | >0 | 0,899 |
| Fab. de massas | 0,018 | – | – | – | 0,872 | ≠ 0 | >0 | 1,731 |
| Alimentos para animais | 0,089 | – | – | – | 0,818 | ≠ 0 | >0 | 1,033 |
| Cerveja | 0,091 | – | – | – | 0,863 | ≠ 0 | >0 | 0,943 |
| Tabacos | 0,137 | – | – | – | 0,954 | ≠ 0 | >0 | 1,708 |
| Curtimenta | 0,610 | = 0 | > 0 | 1,240 | 0,803 | ≠ 0 | >0 | 0,598 |
| Resinosos | 0,219 | – | – | – | 0,376 | ≠ 0 | >0 | 0,293 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Tintas | 0,110 | – | – | – | 0,824 | ≠ 0 | >0 | 0,850 |
| Saboes | 0,028 | – | – | – | 0,239 | = 0 | >0 | 0,248 |
| Barro | 0,177 | – | – | – | 0,950 | ≠ 0 | >0 | 1,889 |
| Vidro | 0,342 | = 0 | > 0 | 2,267 | 0,900 | ≠ 0 | >0 | 0,646 |
| Olaria | 0,000 | – | – | – | 0,951 | ≠ 0 | >0 | 1,769 |
| Cimento | 0,050 | – | – | – | 0,929 | ≠ 0 | >0 | 1,663 |
| Fibrocimento | 0,028 | – | – | – | 0,460 | = 0 | >0 | 0,567 |
| Marmorite | 0,014 | – | – | – | 0,940 | ≠ 0 | >0 | 1,776 |
| Pregos | 0,006 | – | – | – | 0,075 | – | – | – |
| Louça | 0,016 | – | – | – | 0,810 | ≠ 0 | >0 | 1,894 |
| Cutelaria | 0,475 | = 0 | > 0 | 1,540 | 0,863 | ≠ 0 | >0 | 0,461 |
| Ferro esmaltado | 0,004 | – | – | – | 0,956 | ≠ 0 | >0 | 1,472 |
| Fios | 0,017 | – | – | – | 0,771 | ≠ 0 | >0 | 0,812 |
| Plásticos | 0,009 | – | – | – | 0,937 | ≠ 0 | >0 | 1,114 |

FONTE: aavv, Evolução da produtividade ...

Obser: Nas relações entre variações consideraram-se 15 observações e entre índices 17. Nas Massas e Alimentos para Animais houve menos uma observação, na Marmorite menos duas e nos Plásticos menos 3.

Nele podemos constatar que *as influencias de curto prazo são raras e as existentes não têm sinal correcto. A médio prazo as coisas se passam diferentemente* pois ai quase sempre as regressões são significativas e com o sinal esperado, positivo, embora os níveis de significância sejam muito diferentes de caso para caso, assim com as situações de autocorrelação.

Como explicar este último comportamento alinhado? Esse não é objecto deste anexo de mera constatação estatística, mas sinteticamente poderemos dizer que conforme já deixamos expresso em algumas observações no corpo principal deste capítulo e noutros trabalhos[253], tal é mais o resultado da influência de outras variáveis sobre a produtividade e os salários que uma relação de causalidade entre ambas[254].

253 Sobre este assunto ver Pimenta, "Força de trabalho ...
Pimenta, "Os salários-lider em Portugal" Pimenta (aavv), A Curva de Phillips em Portugal (Lisboa e Porto) Pimenta (aavv), "A Curva de Phillips ...

254 São um conjunto de variáveis que fazem parte do processo de acumulação capitalista

Será oportuno também aqui recordar que também SANTOS, num estudo bastante mais agregado e para outro período da economia portuguesa concluiu que a influência da produtividade (medida através de uma regressão entre índices) sobre os salários industriais era pequena.

## 2.J. Trabalhos estatísticos diversos

Este anexo não constitui um uma temática integrada, e os quadros são apresentados quase sem comentários. Constitui apenas o local de apresentação de um conjunto de dados estatísticos ou de notas de maior desenvolvimento, aliviando o texto do corpo principal do capítulo.

Um primeiro conjunto de quadros estão directamente ou indirectamente relacionados com a dispersão e periodização da dinâmica dos preços. Um segundo refere-se à caracterização da dinâmica crónica dos preços, periodização e quantificação da inflação em Portugal.

### 2.J.1. Dados e tratamento estatístico relacionado com a dispersão

Os preços dos produtos agrícolas tem frequentemente uma dinâmica diferente da dos produtos industriais, por razões que nos dispensamos de analisar aqui, tanto mais que não fazem parte da amostra privilegiada para a observação da manifestação fenomenológica da inflação.

Por isso procuramos ver qual a sensibilidade dos preços de alguns produtos agrícolas menos influenciados pela intervenção estatal às condições do próprio sector (quantidades produzidas, variável que já tínhamos constatado em estudo anterior[255], influenciar fortemente o preço do vinho) e de dinâmica global dos preços.

Assim começamos, pelas razões já apontadas, por analisar para o vinho, o que consta do quadro seguinte:

255 Trabalho nosso fortemente influenciado por Alves, O Preço do Vinho...

**Influência da quantidade e do nível geral de preços sobre o preço do vinho tinto**

| | | |
|---|---|---|
| 1949-79 | V.A | $\log P = 2{,}733 - 0{,}703 \log Q + 0{,}983 \log I + e$<br>(2,364) (-6,123) (16,958)<br>$R^2 = 0{,}946$ DW = 1,315 |
| | T.V. | $\dot{P} = 1{,}458 - 0{,}00162\ \dot{Q} + 0{,}058\ \dot{I} + e$<br>(0,376) (-1,416) (2,549)<br>$R^2 = 0{,}189$ DW = 2,002 |
| 1949-58 | V.A. | $\log P = -7{,}512 - 0{,}946 \log Q + 3{,}741 \log I + e$<br>(-1,187) (-6,479) (2,713)<br>$R^2 = 0{,}879$ DW = 2,199 |
| | T.V. | $\dot{P} = -1{,}138 - 0{,}742\ \dot{Q} + 4{,}103\ \dot{I} + e$<br>(-0,230) (-5,226) (1,278)<br>$R^2 = 0{,}799$ DW = 2,199 |
| 1959-68 | V.A. | $\log P = 2{,}903 - 0{,}681 \log Q + 0{,}907 \log I + e$<br>(0,902) (-2,315) (5,638)<br>$R^2 = 0{,}941$ DW = 1,448 |
| | T.V. | $\dot{P} = -3{,}711 - 0{,}00271\ \dot{Q} + 0{,}177\ \dot{I} + e$<br>(-0,702) (-1,998) (2,151)<br>$R^2 = 0{,}444$ DW = 2,627 |
| 1969-79 | V.A. | $\log P = 4{,}311 - 0{,}791 \log Q + 0{,}831 \log I + e$<br>(1,052) (-2,031) (3,922)<br>$R^2 = 0{,}854$ DW = 1,478 |
| | T.V. | $\dot{P} = 14{,}047 - 0{,}429\ \dot{Q} + 0{,}228\ \dot{I} + e$<br>(0,712) (-1,473) (1,789)<br>$R^2 = 0{,}243$ DW = 0,981 |

Obser: P=preço do vinho tinto de consumo corrente; Q=quantidade produzida de vinho tinto de consumo corrente; I=Índice de preços no consumidor.

para de seguida alargar a amostra a outros produtos, no quadro seguinte:

**Regressões entre preços individuais $p_j$ quantidade $q_j$ e índice de preços p**
**$f(p_j) = b1 + b2\ g(q_j) + b3\ h(p)$**

| | Taxas de variação centradas | | | Índices e montantes absolutos | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | $R^2$ | b2 | b3 | $R^2$ | b2 | b3 |
| BATATA | | | | | | |
| 1934-79 | 0,289 | >0 | =0 | 0,892(1) | =0 | >0 |
| 1934-44 | 0,014 | – | – | 0,760(1) | – | – |
| 1944-61 | 0,347 | =0 | >0 | 0,314(1) | – | – |
| 1961-70 | 0,329 | – | – | 0,453(1) | – | – |
| 1961-74 | 0,352 | – | – | 0,847(1) | <0 | >0 |
| 1970-79 | 0,350 | – | – | 0,889(1) | =0 | >0 |
| 1974-79 | 0,877 | – | – | 0,741(1) | – | – |
| AVEIA | | | | | | |
| 1934-56 | 0,074 | – | – | 0,780(5) | <0 | >0 |
| 1934-44 | 0,052 | – | – | 0,757(1) | =0 | >0 |
| 1944-56 | 0,232 | – | – | 0,316(5) | – | – |
| 1957-79 | 0,335 | <0 | >0 | 0,907(4) | <0 | >0 |
| 1961-70 | 0,331 | – | – | 0,544(4) | – | – |
| 1961-74 | 0,345 | – | – | 0,156(4) | – | – |
| 1970-79 | 0,207 | – | – | 0,949(4) | =0 | >0 |
| 1974-79 | 0,872 | – | – | 0,943(5) | =0 | >0 |
| GRÃO DE BICO | | | | | | |
| 1934-56 | 0,132 | – | – | 0,815(6) | <0 | >0 |
| 1934-44 | 0,212 | – | – | 0,859(5) | =0 | >0 |
| 1944-56 | 0,224 | – | – | 0,279(6) | – | – |
| 1957-79 | 0,207 | – | – | 0,972(5) | =0 | >0 |
| 1961-70 | 0,073 | – | – | 0,387(6) | – | – |
| 1961-74 | 0,069 | – | – | 0,893(1) | =0 | >0 |
| 1970-79 | 0,333 | – | – | 0,975(5) | <0 | >0 |
| 1974-79 | 0,545 | – | – | 0,961(6) | =0 | >0 |
| VINHO DE PASTO TINTO | | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1925-79 | 0,614 | <0 | >0 | 0,923(6) | <0 | >0 |
| 1927-34 | 0,733 | – | – | 0,972(1) | <0 | >0 |
| 1927-44 | 0,613 | <0 | =0 | 0,692(6) | <0 | >0 |
| 1944-61 | 0,800 | <0 | =0 | 0,762(6) | <0 | >0 |
| 1961-70 | 0,821 | <0 | =0 | 0,914(6) | <0 | >0 |
| 1961-74 | 0,510 | <0 | =0 | 0,904(6) | <0 | >0 |
| 1970-79 | 0,448 | – | – | 0,803(6) | =0 | >0 |
| 1974-79 | 0,646 | – | – | 0,872(6) | =0 | >0 |

Obser: quando a regressão não era globalmente significativa não analisamos a significância dos parâmetros. (=0) significa que o parâmetro não é significativamente diferente de zero; (<0) significa que o é e tem valor negativo; (>0) o mesmo para valor positivo. O numero a seguir ao segundo coeficiente de determinação indica o tipo de regressão adoptada, com 1=(y,x,z); 2=(y, logx; logz); 3=(y, 1/x, 1/z); 4=(log y, x, z); 5=(logy, logx, logz); 6=(logy, 1/x, 1/z). No caso de regressão entre variações adoptou-se sempre pela linear.

A preocupação fundamental na análise destes dois quadros foi encontrar mudanças de comportamento ao longo do tempo.

Em seguida procuramos analisar, simultaneamente, qual o grau de representatividade dos índices globais em relação aos subíndices que o engloba e detectar se existiam diferenças de representatividade ao caminhar-se do mercado por grosso para o consumidor e, neste, de região para região. Para tal sintetizamos num conjunto de quadros os resultados das regressões entre taxas de variação de índices de preços.

Os dois quadros seguintes referem-se aos índices de preços por grosso:

**Regressões entre subíndices do primeiro índice de preços por grosso (regressões lineares)**

| | | 2 | 3 |
|---|---|---|---|
| 1 | N | 23 | 23 |
| | $R^2$ | 0,642 | 0,781 |
| | b1 | =0 | =0 |
| | b2 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | NA | NA |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 2 | N | | 23 |
| | $R^2$ | | 0,182 |
| | b1 | | =0 |
| | b2 | | ≠0 |
| | DW | | NA |

Obser: 1=Total do índice; 2=Subíndice dos produtos alimentares; 3= Subíndice dos produtos não alimentares. NA=não é de aceitar a hipótese de existência de autocorrelação. b1 é o parâmetro independente

## Regressões entre subíndices do segundo índice de preços por grosso (regressões lineares)

| | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | N | 26 | 26 | 26 | 26 | 26 | 26 |
| | $R^2$ | 0,680 | 0,241 | 0,467 | 0,775 | 0,635 | 0,300 |
| | b1 | =0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | b2 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | A? | A+ | A+ | NA | A? | A+ |
| 2 | N | | 26 | 26 | 26 | 26 | 26 |
| | $R^2$ | | 0,059 | 0,229 | 0,497 | 0,588 | 0,037 |
| | b1 | | ≠0 | =0 | =0 | ≠0 | ≠0 |
| | b2 | | =0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 |
| | DW | | A+ | A? | NA | NA | A+ |
| 3 | N | | | 26 | 26 | 26 | 26 |
| | $R^2$ | | | 02 | 0,055 | 0,014 | 00 |
| | b1 | | | =0 | =0 | =0 | =0 |
| | b2 | | | =0 | =0 | =0 | =0 |
| | DW | | | NA | NA | NA | NA |
| 4 | N | | | | 26 | 26 | 26 |
| | $R^2$ | | | | 0,508 | 0,331 | 0,325 |
| | b1 | | | | =0 | =0 | =0 |
| | b2 | | | | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | | | A? | A? | A? |
| 5 | N | | | | | 26 | 26 |
| | $R^2$ | | | | | 0,623 | 0,277 |
| | b1 | | | | | =0 | =0 |
| | b2 | | | | | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | | | | NA | A+ |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 6 | N | | | | | | 26 |
| | $R^2$ | | | | | | 0,216 |
| | b1 | | | | | | =0 |
| | b2 | | | | | | ≠0 |
| | DW | | | | | | A? |

Obser: 1=Total geral; 2=Alimentação; 3=Bebidas e tabaco; 4= Matérias-primas não alimentares sem combustíveis; 5=combustíveis e lubrificantes; 6=produtos da industria química; 7=produtos manufacturados.

Quanto ao significado dos símbolos ver quadro anterior e acrescente-se que "A+(-)" significa que apresenta autocorrelação positiva (negativa) e "A?" que o valor de DW está na zona de indefinição a 5%.

De seguida analisemos idênticos quadros para o índice de preços no consumidor tomando os índices das seis cidades, justificado pela duração da série e por permitirem comparações regionais. Os dados constam dos seis quadros seguintes:

**Índice de preços no consumidor na cidade de Lisboa (regressões lineares)**

| | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | N | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 |
| | $R^2$ | 0,922 | 0,231 | 0,463 | 0,624 | 0,569 | 0,812 |
| | b1 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 |
| | b2 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | A? | A+ | A+ | A+ | A+ | NA |
| 2 | N | | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 |
| | $R^2$ | | 0,075 | 0,364 | 0,655 | 0,548 | 0,723 |
| | b1 | | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 | =0 |
| | b2 | | =0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | A+ | A+ | A+ | A+ | NA |
| 3 | N | | | 30 | 30 | 30 | 30 |
| | $R^2$ | | | 0,060 | 0,015 | 0,017 | 0,081 |
| | b1 | | | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 |
| | b2 | | | =0 | =0 | =0 | =0 |
| | DW | | | NA | A? | A? | NA |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | N | | | | 30 | 30 | 30 |
| | $R^2$ | | | | 0,191 | 0,346 | 0,44 |
| | b1 | | | | =0 | =0 | =0 |
| | b2 | | | | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | | | A+ | A? | A+ |
| 5 | N | | | | | 30 | 30 |
| | $R^2$ | | | | | 0,496 | 0,611 |
| | b1 | | | | | =0 | =0 |
| | b2 | | | | | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | | | | A+ | A+ |
| 6 | N | | | | | | 30 |
| | $R^2$ | | | | | | 0,549 |
| | b1 | | | | | | =0 |
| | b2 | | | | | | ≠0 |
| | DW | | | | | | NA |

Obser: 1= Total; 2= Alimentação; 3= Habitação; 4= Vestuário; 5= Combustíveis; 6= Higiene; 7= Diversos Para a restante simbologia ver quadro anterior

## Índice de preços no consumidor na cidade de Porto (regressões lineares)

| | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | N | 28 | 28 | 28 | 28 | 28 | 28 |
| | $R^2$ | 0,973 | 0,378 | 0,748 | 0,441 | 0,571 | 0,762 |
| | b1 | =0 | =0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 |
| | b2 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | NA | A+ | NA | A+ | NA | A- |
| 2 | N | | 28 | 28 | 28 | 28 | 28 |
| | $R^2$ | | 0,282 | 0,678 | 0,403 | 0,591 | 0,699 |
| | b1 | | =0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 |
| | b2 | | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | A+ | NA | A+ | NA | A- |
| 3 | N | | | 28 | 28 | 28 | 28 |
| | $R^2$ | | | 0,190 | 0,238 | 0,053 | 0,166 |
| | b1 | | | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 |
| | b2 | | | ≠0 | =0 | =0 | ≠0 |
| | DW | | | NA | NA | NA | NA |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | N | | | | 28 | 28 | 28 |
| | $R^2$ | | | | 0,584 | 0,404 | 0,648 |
| | b1 | | | | ≠0 | =0 | =0 |
| | b2 | | | | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | | | A+ | NA | NA |
| 5 | N | | | | | 28 | 28 |
| | $R^2$ | | | | | 0,379 | 0,396 |
| | b1 | | | | | =0 | =0 |
| | b2 | | | | | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | | | | A? | A+ |
| 6 | N | | | | | | 28 |
| | $R^2$ | | | | | | 0,567 |
| | b1 | | | | | | =0 |
| | b2 | | | | | | ≠0 |
| | DW | | | | | | NA |

Obser: 1= Total; 2= Alimentação; 3= Habitação; 4= Vestuário; 5= Combustíveis; 6= Higiene; 7= Diversos Para a restante simbologia ver quadro anterior

## Índice de preços no consumidor na cidade de Coimbra (regressões lineares)

| | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | N | 25 | 25 | 25 | 25 | 25 | 25 |
| | $R^2$ | 0,954 | 0,611 | 0,491 | 0,533 | 0,436 | 0,851 |
| | b1 | =0 | =0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 |
| | b2 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | A+ | A+ | NA | NA | A+ | NA |
| 2 | N | | 25 | 25 | 25 | 25 | 25 |
| | $R^2$ | | 0,431 | 0,422 | 0,484 | 0,466 | 0,746 |
| | b1 | | =0 | ≠0 | ≠0 | =0 | =0 |
| | b2 | | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | A+ | NA | NA | A+ | NA |
| 3 | N | | | 25 | 25 | 25 | 25 |
| | $R^2$ | | | 0,255 | 0,235 | 0,144 | 0,576 |
| | b1 | | | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 |
| | b2 | | | ≠0 | ≠0 | =0 | ≠0 |
| | DW | | | A+ | A+ | A+ | A? |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | N | | | | 25 | 25 | 25 |
| | $R^2$ | | | | 0,37 | 0,22 | 0,432 |
| | b1 | | | | =0 | =0 | =0 |
| | b2 | | | | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | | | NA | NA | NA |
| 5 | N | | | | | 25 | 25 |
| | $R^2$ | | | | | 0,252 | 0,54 |
| | b1 | | | | | =0 | =0 |
| | b2 | | | | | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | | | | A+ | NA |
| 6 | N | | | | | | 25 |
| | $R^2$ | | | | | | 0,443 |
| | b1 | | | | | | =0 |
| | b2 | | | | | | ≠0 |
| | DW | | | | | | A+ |

Obser: 1= Total; 2= Alimentação; 3= Habitação; 4= Vestuário; 5= Combustíveis; 6= Higiene; 7= Diversos Para a restante simbologia ver quadro anterior

## Índice de preços no consumidor na cidade de Évora (regressões lineares)

| | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | N | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 |
| | $R^2$ | 0,932 | 0,457 | 0,669 | 0,556 | 0,513 | 0,786 | 0,113 | 0,277 |
| | b1 | =0 | =0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 | ≠0 | ≠0 |
| | b2 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 | ≠0 |
| | DW | A+ | A+ | NA | A+ | NA | NA | A+ | A? |
| 2 | N | | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 |
| | $R^2$ | | 0,251 | 0,506 | 0,617 | 0,515 | 0,729 | 0,078 | 0,32 |
| | b1 | | =0 | ≠0 | ≠0 | =0 | =0 | ≠0 | ≠0 |
| | b2 | | ≠0 | =0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 | ≠0 |
| | DW | | A+ | A? | A+ | NA | NA | A+ | NA |
| 3 | N | | | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 |
| | $R^2$ | | | 0,486 | 0,02 | 0,147 | 0,264 | 0 | 0,03 |
| | b1 | | | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 | ≠0 | ≠0 |
| | b2 | | | ≠0 | =0 | =0 | ≠0 | =0 | =0 |
| | DW | | | A+ | A+ | A+ | A? | A+ | A+ |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | N | | | | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 |
| | $R^2$ | | | | 0,232 | 0,152 | 0,485 | 0,122 | 0,1 |
| | b1 | | | | ≠0 | =0 | =0 | =0 | =0 |
| | b2 | | | | ≠0 | =0 | ≠0 | =0 | =0 |
| | DW | | | | NA | NA | NA | A? | NA |
| 5 | N | | | | | 23 | 23 | 23 | 23 |
| | $R^2$ | | | | | 0,401 | 0,583 | 0,456 | 0,249 |
| | b1 | | | | | =0 | =0 | =0 | =0 |
| | b2 | | | | | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | | | | NA | NA | A? | NA |
| 6 | N | | | | | | 23 | 23 | 23 |
| | $R^2$ | | | | | | 0,549 | 0,077 | 0,215 |
| | b1 | | | | | | =0 | ≠0 | ≠0 |
| | b2 | | | | | | ≠0 | =0 | ≠0 |
| | DW | | | | | | A? | A? | NA |
| 7 | N | | | | | | | 23 | 23 |
| | $R^2$ | | | | | | | 0,224 | 0,502 |
| | b1 | | | | | | | ≠0 | ≠0 |
| | b2 | | | | | | | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | | | | | | A+ | A+ |
| 8 | N | | | | | | | | 23 |
| | $R^2$ | | | | | | | | 0,058 |
| | b1 | | | | | | | | ≠0 |
| | b2 | | | | | | | | =0 |
| | DW | | | | | | | | A+ |

Obser: 1= Total; 2= Alimentação 3= Habitação; 4= Vestuário 5= Combustíveis; 6= Higiene 7= Diversos; 8= Bebidas 9= Tabaco; Para a restante simbologia ver quadro anterior

## Índice de preços no consumidor na cidade de Viseu (regressões lineares)

| | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | N | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 |
| | $R^2$ | 0,832 | 0,636 | 0,68 | 0,545 | 0,603 | 0,739 | 0,253 | 0,473 |
| | b1 | =0 | =0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 | ≠0 | ≠0 |
| | b2 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | NA | NA | A+ | A+ | A+ | NA | A+ | NA |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | N | | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 |
| | $R^2$ | | 0,273 | 0,541 | 0,531 | 0,54 | 0,548 | 0,081 | 0,3 |
| | b1 | | =0 | ≠0 | ≠0 | =0 | =0 | ≠0 | ≠0 |
| | b2 | | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 | ≠0 |
| | DW | | NA | A? | A? | NA | NA | A+ | NA |
| 3 | N | | | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 |
| | $R^2$ | | | 0,442 | 0,199 | 0,255 | 0,44 | 0,211 | 0,387 |
| | b1 | | | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 | ≠0 | ≠0 |
| | b2 | | | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | | NA | NA | NA | A+ | NA | NA |
| 4 | N | | | | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 |
| | $R^2$ | | | | 0,196 | 0,557 | 0,583 | 0,164 | 0,157 |
| | b1 | | | | =0 | =0 | =0 | =0 | =0 |
| | b2 | | | | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 | =0 |
| | DW | | | | A+ | NA | NA | A+ | A+ |
| 5 | N | | | | | 23 | 23 | 23 | 23 |
| | $R^2$ | | | | | 0,287 | 0,352 | 0,186 | 0,218 |
| | b1 | | | | | =0 | =0 | =0 | =0 |
| | b2 | | | | | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | | | | A+ | A+ | A+ | NA |
| 6 | N | | | | | | 23 | 23 | 23 |
| | $R^2$ | | | | | | 0,44 | 0,241 | 0,146 |
| | b1 | | | | | | =0 | ≠0 | ≠0 |
| | b2 | | | | | | ≠0 | ≠0 | =0 |
| | DW | | | | | | NA | NA | NA |
| 7 | N | | | | | | | 23 | 23 |
| | $R^2$ | | | | | | | 0,197 | 0,503 |
| | b1 | | | | | | | ≠0 | ≠0 |
| | b2 | | | | | | | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | | | | | | A+ | A? |
| 8 | N | | | | | | | | 23 |
| | $R^2$ | | | | | | | | 0,11 |
| | b1 | | | | | | | | =0 |
| | b2 | | | | | | | | =0 |
| | DW | | | | | | | | NA |

Obser: 1= Total; 2= Alimentação; 3= Habitação; 4= Vestuário; 5= Combustíveis; 6= Higiene; 7= Diversos; 8= Bebidas; 9= Tabaco Para a restante simbologia ver quadro anterior

## Índice de preços no consumidor na cidade de Faro (regressões lineares)

| | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | N | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 |
| | $R^2$ | 0,675 | 0,512 | 0,690 | 0,588 | 0,436 | 0,499 | 0,581 | 0,208 |
| | b1 | =0 | =0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | b2 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | =0 |
| | DW | NA | A+ | NA | A+ | A? | NA | A? | NA |
| 2 | N | | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 |
| | $R^2$ | | 0,059 | 0,648 | 0,762 | 0,330 | 0,293 | 0,305 | 0,251 |
| | b1 | | ≠0 | =0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | b2 | | =0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | A+ | NA | NA | NA | NA | A? | NA |
| 3 | N | | | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 |
| | $R^2$ | | | 0,156 | 0,042 | 0,107 | 0,197 | 0,269 | 0,008 |
| | b1 | | | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | b2 | | | =0 | =0 | =0 | =0 | ≠0 | =0 |
| | DW | | | NA | NA | NA | NA | NA | A? |
| 4 | N | | | | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 |
| | $R^2$ | | | | 0,607 | 0,331 | 0,223 | 0,492 | 0,131 |
| | b1 | | | | ≠0 | =0 | =0 | =0 | ≠0 |
| | b2 | | | | ≠0 | ≠0 | =0 | ≠0 | =0 |
| | DW | | | | A+ | NA | NA | NA | A? |
| 5 | N | | | | | 17 | 17 | 17 | 17 |
| | $R^2$ | | | | | 0,491 | 0,418 | 0,49 | 0,245 |
| | b1 | | | | | =0 | =0 | =0 | =0 |
| | b2 | | | | | ≠0 | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | | | | NA | NA | A+ | A? |
| 6 | N | | | | | | 17 | 17 | 17 |
| | $R^2$ | | | | | | 0,642 | 0,5 | 0,291 |
| | b1 | | | | | | =0 | =0 | =0 |
| | b2 | | | | | | ≠0 | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | | | | | NA | NA | NA |
| 7 | N | | | | | | | 17 | 17 |
| | $R^2$ | | | | | | | 0,466 | 0,544 |
| | b1 | | | | | | | =0 | =0 |
| | b2 | | | | | | | ≠0 | ≠0 |
| | DW | | | | | | | NA | NA |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 8 | N | | | | | | | | 17 |
| | $R^2$ | | | | | | | | 0,039 |
| | b1 | | | | | | | | ≠0 |
| | b2 | | | | | | | | =0 |
| | DW | | | | | | | | A? |

Obser: 1= Total; 2= Alimentação; 3= Habitação; 4= Vestuário; 5= Combustíveis; 6= Higiene; 7= Diversos; 8= Bebidas; 9= Tabaco. Para a restante simbologia ver quadro anterior

Destes quadros não se poderá deduzir a existência de comportamentos diferentes de região para região, embora possam ser apontadas especificidades para Faro, que é mais provável resultarem da metodologia da construção do índice.

Numa tentativa de captar mais rigorosamente os diferentes andamentos dos preços, procuramos construir quadros que dessem uma visão de conjunto desse andamento ao longo de todo o período para o qual temos procurado fazer uma análise da evolução dos preços, isto é , desde meados do século passado até ao presente.

Como já afirmamos a análise da dispersão impunha uma longa amostra de preços individuais que não possuíamos e cujo tempo de constituição seria suficientemente longo para se justificar só por si uma outra tese. Dadas essas limitações nos quadros seguintes procuramos tão somente comparar os comportamentos de subida ou descida de preços nos diversos subíndices[256],o que pode ser facilmente analisado através dos três quadros seguintes:

**Síntese de variações positivas (1) e negativas (0) de preços (1845/99)**

| Ano | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | H | P(ΔP>0) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 45 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | | 3/10 |
| 46 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | | 6/10 |
| 47 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | | 6/10 |
| 48 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | | 2/10 |
| 49 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | | 7/10 |

256 Cujas metodologias de construção e qualidades e vicissitudes já foram anteriormente analisadas.

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 50 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | | 9/10 |
| 51 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | | 6/10 |
| 52 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | | 6/10 |
| 53 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | | 6/10 |
| 54 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | | 8/10 |
| 55 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | | 7/10 |
| 56 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | | 4/10 |
| 57 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | | 8/10 |
| 58 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 1/10 |
| 59 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | | 8/10 |
| 60 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | | 5/10 |
| 61 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | | 6/10 |
| 62 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | | 6/10 |
| 63 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | | 6/10 |
| 64 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | | 5/10 |
| 65 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | | 8/10 |
| 66 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | | 2/10 |
| 67 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | | 4/10 |
| 68 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 5/11 |
| 69 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 5/11 |
| 70 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 6/11 |
| 71 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 6/11 |
| 72 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 7/11 |
| 73 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 7/11 |
| 74 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7/11 |
| 75 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 6/11 |
| 76 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 9/11 |
| 77 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 4/11 |
| 78 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | | 0 | 1 | 1 | 5/10 |
| 79 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | | 1 | 1 | 1 | 7/10 |
| 80 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | | 0 | 1 | 1 | 3/10 |
| 81 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | | 1 | 0 | 0 | 2/10 |

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 82 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | | 0 | 1 | 1 | 9/10 |
| 83 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | | 0 | 0 | 0 | 5/10 |
| 84 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | | 1 | 1 | 0 | 4/10 |
| 85 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | | 1 | 1 | 0 | 6/10 |
| 86 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 1 | 1 | 0 | 2/10 |
| 87 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 0 | 0 | 1 | 3/10 |
| 88 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | | 0 | 0 | 1 | 6/10 |
| 89 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | | 0 | 1 | 0 | 6/10 |
| 90 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | | 1 | 1 | 1 | 9/10 |
| 91 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | | 1 | 1 | 1 | 8/10 |
| 92 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | | 0 | 1 | 0 | 6/10 |
| 93 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | | 0 | 1 | 0 | 7/10 |
| 94 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | | 1 | 1 | 1 | 7/10 |
| 95 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | | 1 | 1 | 1 | 8/10 |
| 96 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 0 | 0 | 0 | 1/10 |
| 97 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | | 1 | 1 | 1 | 8/10 |
| 98 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | | 1 | 1 | 1 | 5/10 |
| 99 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | | 0 | 0 | 0 | 3/10 |

FONTE: Quadros sobre preços no séc XIX Obser: A= Batatas, cebolas e legumes; B= Cereais e grão de bico; C= Carnes; D= Animais; E= Aves; F= Marisco e peixe; G= Gorduras; H= Cera, mel e mostarda; I= Castanha pilada e nozes J= Vinho; K= Cereais e grão de bico II

## Síntese das variações positivas (1) e negativas (0) dos preços (1901/1913)

| Ano | A | B | C | D | E | F | G | H | I | P(VP>0) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1901 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 3/9 |
| 1902 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 5/9 |
| 1903 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 3/9 |
| 1904 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3/9 |
| 1905 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 4/9 |
| 1906 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 5/9 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1907 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 6/9 |
| 1908 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 5/9 |
| 1909 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 5/9 |
| 1910 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/9 |
| 1911 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 9/9 |
| 1912 | 1 | 1 | | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 5/8 |
| 1913 | 1 | 1 | | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 7/8 |

Obser: A= Batatas, cebolas e legumes; B= Cereais e grão de bico; C= Carnes; D= Animais; E= Aves; F= Mariscos e Peixe; G= Gorduras; H= Castanha pilada e nozes; I= Vinho

## Síntese de variações positivas (1) e negativas (0) de preços (1949/1980)

| ANO | I P GROSSO II | | | | | | | IPC LISBOA | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | A | B | C | D | E | F | P(VP>0) | G | H | I | J | K | L | P(VP>0) |
| 1949 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 5/6 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 4/6 |
| 1950 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 3/6 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 3/6 |
| 1951 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 4/6 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 4/6 |
| 1952 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 4/6 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1/6 |
| 1953 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 3/6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 4/6 |
| 1954 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 4/6 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2/6 |
| 1955 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 5/6 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 5/6 |
| 1956 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 5/6 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 5/6 |
| 1957 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 3/6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 |
| 1958 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2/6 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 5/6 |
| 1959 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2/6 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 5/6 |
| 1960 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 4/6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 |
| 1961 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 3/6 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 5/6 |
| 1962 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 4/6 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 4/6 |
| 1963 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 3/6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 |
| 1964 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 5/6 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 5/6 |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1965 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 |
| 1966 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 5/6 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 5/6 |
| 1967 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 4/6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 |
| 1968 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 5/6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 |
| 1969 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 4/6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 |
| 1970 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 4/6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 |
| 1971 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 3/6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 |
| 1972 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 5/6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 |
| 1973 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 |
| 1974 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 |
| 1975 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 4/6 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 5/6 |
| 1976 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 5/6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 |
| 1977 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 |
| 1978 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 5/6 |
| 1979 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6/6 | | | | | | | |
| 1980 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 5/6 | | | | | | | |

Obser: A= Alimentação; B= Bebidas e Tabaco; C= Matérias-primas não alimentares com excepção combustíveis; D= Combustíveis e lubrificantes; E= Produtos da industria química; F= Produtos manufacturados; G= Alimentação; H= Habitação; I= Vestuário; J= Combustíveis; K= Higiene; L= Diversos

A conclusão que parece se poder tirar é que ao longo do tempo aumentou a probabilidade de cada um dos subíndices evoluir no sentido da subida, sem que tal signifique uma certeza desse comportamento.

Significa isto uma diminuição da dispersão, da alteração dos preços relativos? Os quadros anteriores não permitam tirar essa conclusão (ou negá-la).

Esse maior alinhamento entre evoluções de preços também parece ter aumentado entre preços de mercados por grosso e no consumidor, como se pode ver pelo quadro seguinte, que revelam igualmente uma tendência para a simultaneidade

**Relação entre I.P. Grosso (g) e I.P. Retalho (r)**

| Periodo | $\dot{r}_t = b_1 + b_2\,\dot{g}_t$ | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | $R^2$ | DW | $b_1$ | $tb_1$ | $b_2$ | $tb_2$ |
| 1949/60 | 0,003 | 1,345 | 1,157 | 1,859 | 0,037 | 0,167 |
| 1949/68 | 0,052 | 1,063 | 1,406 | 2,754 | 0,178 | 0,97 |
| 1949/74 | 0,787 | 1,297 | 0,404 | 0,574 | 1,053 | 9,208 |
| 1961/74 | 0,890 | 1,962 | 0,193 | 0,209 | 1,164 | 9,868 |
| 1967/74 | 0,896 | 2,039 | 0,064 | 0,033 | 1,187 | 6,578 |
| | $\dot{r}_t = b_1 + b_2\,\dot{g}_{t-1}$ | | | | | |
| 1949/60 | 0,526 | 2,527 | 1,931 | 5,767 | -0,345 | -2,982 |
| 1949/68 | 0,091 | 1,247 | 2,211 | 5,172 | -0,199 | -1,268 |
| 1949/74 | 0,368 | 1,273 | 0,994 | 0,733 | 1,333 | 3,579 |
| 1961/74 | 0,701 | 1,496 | -1,586 | -0,794 | 2,419 | 5,083 |
| 1967/74 | 0,827 | 2,637 | -4,388 | -1,116 | 3,108 | 4,375 |

De seguida analisamos os salários para o período 1938 a 1982, período manifestamente mais curto, mas que não deixa de se centrar nos anos cruciais da nossa análise, cujos dados fundamentais se encontram nos dois quadros seguintes:

**Dispersão das variações salariais por profissões 1938/1964 (a)**

| Ano | Divisão entre variação maior e menor (c) | Dispersão absoluta (d) | Dispersão relativa (e) |
|---|---|---|---|
| 1938 | - | - | - |
| 1939 | +-1,69 | 1,853 | 3,3037 |
| 1940 | +-8,44 | 2,723 | 2,5610 |
| 1941 | +-2,37 | 2,207 | 1,9386 |
| 1942 | +N | 3,577 | 0,8447 |
| 1943 | +N | 6,529 | 0,7672 |
| 1944 | ++ 46,60 | 4,169 | 0,4070 |
| 1945 | ++ 4,93 | 4,699 | 0,3440 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1946 | ++ 5,21 | 5,850 | 0,4356 |
| 1947 | +-48 | 5,703 | 0,6837 |
| 1948 | +-9 | 3,046 | 0,9494 |
| 1949 | +-16,50 | 4,194 | 0,6960 |
| 1950 | +-0,89 | 2,350 | 9,9750 |
| 1951 | +-2,74 | 2,301 | 2,0526 |
| 1952 | +-4,43 | 1,212 | 1,4093 |
| 1953 | +-1,56 | 0,597 | 1,9937 |
| 1954 | +-15,80 | 2,198 | 1,1600 |
| 1955 | ++ 29 | 2,195 | 0,8173 |
| 1956 | +N | 2,840 | 0,7466 |
| 1957 | +-26,50 | 3,613 | 0,8474 |
| 1958 | +-4,00 | 1,317 | 0,9949 |
| 1959 | +-19,88 | 4,167 | 1,2034 |
| 1960 | +-6,88 | 1,575 | 1,1507 |
| 1961 | +-44,33 | 5,798 | 1,2423 |
| 1962 | +-53,33 | 4,769 | 0,6863 |
| 1963 | +-148 | 3,578 | 0,6840 |
| 1964 | +-8,20 | 3,659 | 0,8190 |

Fonte: Estudo n.28 do INE; Anuários Estatísticos; Boletins Mensais de Estatística Obser: Ver observações de quadro anterior

## Dispersão das variações salariais por profissões 1961/1982

| Ano | Divisão entre variação maior e menor (a) | Dispersão absoluta (b) | Dispersão relativa (c) |
|---|---|---|---|
| 1961 | - | - | - |
| 1962 | +-1,79 | 4,704 | 1,0145 |
| 1963 | +-58 | 3,924 | 0,7449 |
| 1964 | +-15,25 | 3,737 | 0,7366 |
| 1965 | +-14,71 | 5,076 | 0,7016 |
| 1966 | +-4,76 | 4,144 | 0,5691 |
| 1967 | +-4,28 | 4,509 | 0,5410 |
| 1968 | +-6,59 | 5,043 | 0,6871 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1969 | +-6,20 | 5,286 | 0,6597 |
| 1970 | ++ 22,56 | 4,204 | 0,3864 |
| 1971 | +-10,03 | 7,437 | 0,5986 |
| 1972 | +-69,75 | 5,351 | 0,5060 |
| 1973 | ++ 21,08 | 6,584 | 0,5021 |
| 1974 | ++ 4,38 | 10,104 | 0,3392 |
| 1975 | ++ 3,82 | 7,607 | 0,4015 |
| 1976 | +-374 | 7,171 | 0,6642 |
| 1977 | +N | 5,301 | 0,5946 |
| 1978 | ++ 12,79 | 4,260 | 0,4712 |
| 1979 | +N | 4,540 | 0,3690 |
| 1980 | +N | 6,928 | 0,3692 |
| 1981 | +N | 6,808 | 0,3709 |
| 1982 | +N | 5,375 | 0,2990 |

Fonte: Anuário Estatístico; Boletim mensal de estatística Obser: (a)Os sinais +, e N significa que a variação é positiva, negativa ou nula, referindo-se à variação maior e menor respectivamente; (b) Desvio padrão; (c) coeficiente de variação.

Deles parece[257] podermos concluir que o aumento das variações salariais aumenta as diferenças de variação de salários de profissão (aumenta a dispersão absoluta medida pelo desvio padrão das variações salariais) mas essas diferenças são menos acentuadas que o aumento médio (daí a diminuição da dispersão relativa).

## 2.J.2. Caracterização e quantificação dos preços e da inflação

### 2.J.2.1. Caracterização da alta crónica

O aumento crónico dos preços e dos salários ocuparam um lugar de relevo no corpo central deste capítulo, sobretudo pela importância que apresentam para a periodização da dinâmica dos preços e salários e, consequentemente, para a caracterização da inflação. Por isso apresentamos no quadro seguinte os diversos tipos de aumento crónico considerados e a sua breve caracterização.

257 Dizemos parece porque só uma amostra mais ampla permitiria conclusões mais cabais.

| Aumento crónico | dos preços ou salários | Caracterização | Sem agravamento | Com agravamento |
|---|---|---|---|---|
| Tendencial (ACT) | P | A tendência de evolução dos preços é tal que a função de ajustamento é crescente ($\dot{\hat{P}} = f(t),\ \text{com}\ f' > 0$) mesmo existindo alguns anos de diminuição de preços, sempre reduzido no conjunto do período de ajustamento (possível $P_t > P_{t+1} \in [a_i, b_i]$ com $[a_i, b_i] < [a, b]$). | A taxa de crescimento dos preços dada pela função tendência diminui ou mantem-se constante ($\forall t\ \dot{\hat{P}}_t \leq \dot{\hat{P}}_{t-1}$) | A taxa de crescimento dos preços dada pela função de tendência aumenta ($\forall t\ \dot{\hat{P}}_t > \dot{\hat{P}}_{t-1}$) |
| | S | Idem com $\hat{S} = f(t)$ | Idem para $\hat{S}$ | Idem para $\hat{S}$ |
| Anual (ACA) | P | Para todo o período considerado os preços num ano são maiores que no ano anterior ($\forall t \in [a, b]\ \ P_t \geq P_{t-1}$) | A taxa de aumento num ano é inferior ou igual à do ano anterior ($\forall t\ \dot{P}_t \leq \dot{P}_{t-1}$) | A taxa de aumento num ano é superior à do ano anterior ($\forall t\ \dot{P}_t > \dot{P}_{t-1}$) |
| | S | Idem para $S_t$ | Idem para $\dot{S}_t$ | Idem para $\dot{S}_t$ |
| Na fase desscendente do grande ciclo de Kondratief (ACB) | P | Com as mesmas características ACA num período integrado na fase B do grande ciclo ($\forall t \in [a, b] \in B\ \ P_t \geq P_{t-1}$) | Como para ACA | Como para ACA |
| | S | Idem para S | Como para ACA | Como para ACA |
| Na crise de sobreprodução (ACC) | P | Com as mesmas características de ACA num período de crise de sobreprodução e de estagnação ($\forall t \in [a, b] \in C\ \ P_t \geq P_{t-1}$) | Como para ACA | Como para ACA |
| | S | Idem para S | Como para ACA | Como para ACA |

Donde se conclui que ACT<ACA<ACB e ACT<ACA<ACC

### 2.J.2.2. Quantificação da inflação

Quando se trata de fenómenos deste teor há sempre uma preocupação em quantificar os fenómenos, mas foi propositadamente que no corpo deste capítulo não procuramos faze-lo em ralação à inflação. As razões para tal procedimento foram as seguintes: procuramos sobretudo uma caracterização qualitativa da inflação em Portugal; essa caracterização englobou tanto a realidade fenomenológica como a metafenomenológica e esta, pela sua própria natureza distancia-se dos processos de quantificação, exige um processo de descodificação por vezes de tal maneira complexo e indirecto, que o recurso à informação estatística perde bastante do seu significado; a quantificação do processo inflacionista coloca problemas estatísticos[258] e teóricos que levam a reduzir a importância dos números encontrados.

Não querendo, contudo, fugir ao problema, aqui deixamos algumas considerações sobre o tema.

O central da caracterização foi o hiato estrutural entre a dinâmica da massa de valores e a massa de salários e preços. Tal faz com que qualquer quantificação do processo inflacionista tivesse que entrar em conta com

— variações da produtividade;

— variações da intensidade de trabalho;

— variações do valor do ouro;

— variações de outros factores que influenciam os preços e salários na medida em que as duas primeiras variáveis influenciam (negativa e positivamente, respectivamente) o valor, enquanto a terceira teria, caso exerça influência sobre os preços[259], uma influência a ser excluída da quantificação da inflação;

— seria na quarta variável que, adicionada à acção das duas primeiras, permitiria quantificar a inflação, se encontraria o cerne da dinâmica fenomenológica do preços de cariz inflacionista.

Será, contudo, escusado redeclarar da dificuldade ou impossibilidade de quantificar com exactidão aquelas três primeiras variáveis.

258 Sobre este aspecto ver, embora se diferencie das nossas preocupações, GOMES, Mais, "Cronologia da inflação ...

259 A resposta a dar depende da posição que assumiremos no capítulo 4 sobre o sistema monetário actual.

Assim, teríamos que nos limitarmos à observação global da dinâmica dos salários e preços, duas categorias que deveriam ser analisadas em bloco, mas cujos critérios de ponderação de um índice conjunto seriam sempre altamente controversos.

Que resta, pois, de possibilidades de quantificação? Apenas o tomar os preços e salários ao longo dos anos, cabendo apenas fazer as seguintes recomendações:

— o melhor indicador da dinâmica inflacionista dos preços é o índice de preços no consumidor;
— o melhor indicador da correspondente dinâmica dos salários é o índice de salários dos trabalhadores por conta de outrem;
— a quantificação da variação tem que ser sempre conjugado com um indicador da dispersão;
— a dispersão entre as variações de preços e as de salários é um aspecto particularmente importante dessa dispersão, embora não exclua os restantes elementos.

Ora estes elementos já foram apresentados ao longo deste trabalho, pelo que não se justificará retomá-los.

# Capítulo 3

## Análise crítica das teorias da inflação mais relevantes para a política económica

Este estudo de procura de uma explicação da inflação em Portugal e, consequentemente daquele fenómeno em geral, admitindo que as leis gerais determinam a globalidade do fenómeno manifestada através das malhas da especificidade nacional, só tem razão de ser na medida em que admitimos, depois de um atento estudo, que nenhuma das explicações correntemente avançadas é capaz de revelar completa e coerentemente aquela realidade.

Assim sendo, impõem-se a hombridade de explicitar quais são os nossos pontos de discordância em relação as diversas teorias que procuram ler a inflação. Torna-se necessário, até como prelúdio para a construção teórica subsequente, proceder à sua crítica, com o sentido positivo que temos vindo a atribuir a tal acto: a crítica faz parte da própria elaboração teórica. E ao faze-lo estamos simultaneamente a desbravar o terreno para a nossa posterior construção teórica[1] e a recolher um conjunto de elementos que é necessário ter em conta, tanto mais que as diversas teorias explicativas, apesar das suas limitações, não deixam de captar algumas facetas, mais ou menos importantes conforme os casos, da dinâmica do real.

Eis pois o objectivo deste capítulo: criticar as diversas teorias explicativas da inflação. Um propósito claro que encontra um vasto conjunto de dificuldades resultantes da grande diversidade de teorias hoje existentes, cada uma delas com muitas particularidades segundo o autor; da dificuldade de traçar fronteiras claras entre elas; de proliferarem cada vez mais as posições eclécticas. E a acrescentar-lhes temos a vastidão da bibliografia sobre este assunto, de tal maneira vasta que poderemos considerar impossível abarca-la na totalidade.

1 Estamos a fazê-lo por duas razoes fundamentais: I) Por razões epistemológicas: a explicação científica da inflação, é para que visamos dar alguns modestos contributos, exige um "corte" com o conhecimento corrente; na medida em que muitas das explicações vulgares da inflação recolhem muitos dos seus elementos daquele tipo de conhecimento, a sua análise crítica contribui para o início do referido corte. 2) Da análise dessas diversas teorias vamos recolher um conjunto de elementos úteis (pelo que positivo ou negativo apresentam) para a nossa própria elaboração.

Tentando resolver estas dificuldades procuramos agrupar as posições dos diversos autores em algumas poucas escolas, seguindo, aliás, a divisão que é mais ou menos frequente na literatura económica, isolar cada uma em relação às restantes, o que só é admissível por facilidade de exposição, e captar apenas o que é essencial em cada uma delas. Esta explicitação, apenas dos seus traços fundamentais, corre risco de levar à apresentação de arquétipos, que nem os seus próprios progenitores reconheceriam, mas pensamos não trair as suas posições. Contudo, para evitar esta "despaternidade" procuraremos frequentemente começar pela apresentação sintética da posição de alguns autores relevantes.

A análise das diversas teorias é o corpo central deste capítulo, que iniciar-se-á com a clarificação prévia de algumas questões e terminará com uma visão de conjunto.

## 3.1. Uma questão prévia: o primado da teoria e a importância dos modelos operacionais

É conhecida a dicotomia dialéctica essência/fenómeno considerada pelo marxismo. Não é aqui o lugar de desenvolver esta temática[2], mas tão somente recordar o primado da essência na explicação dos fenómenos e a insuficiência da observação da realidade fenomenológica para a captação daquela. Daí a importância da teoria, da procura da concatenação lógica e histórica entre as diversas categorias, da explicitação dos aspectos qualitativos.

Por isso no nosso estudo os modelos qualitativos, que explicitam

"l'invariant d'un systeme de transformation"[3],

2 Relembremos como é que o problema é frequentemente colocado, dando a palavra a Rosental (Aavv):

"*Essência E Fenómeno*. Categorias filosóficas que reflectem facetas necessárias inerentes a cada objecto da realidade. A essência constitui o conjunto de propriedades e relações do objecto mais profundas e estáveis, determinante da sua origem, carácter e direcção do desenvolvimento. O fenómeno constitui um conjunto de propriedades e relações do objecto diversas, externas, móveis, imediatamente acessíveis aos sentidos e representa o modo como a essência se manifesta, se revela" (De "Dicionário Filosófico" (...).

Sobre esta temática será útil ler, para além, obviamente de Marx, Engels e Lenine, as paginas 70 a 80 de Vol. II de Castro, Teoria do Conhecimento Científico, na medida em que procura fazer uma leitura dessas duas categorias não à luz da filosofia mas da gnosiologia, ciência do conhecimento corrente

3 De Granger, "Modèles ... . Este autor acrescenta que essa invariância pode ser analisável pelas mudanças de regime do fenómeno. Na lógica da teoria das catastrofes, segundo o mesmo autor no referido trabalho

> "Un modèle ainsi conçu comporte donc deux étapes pour ainsi dire super exposées, donc l'une décrit le jeu de variables stratégiques l'autre celui des variables 'dynamiques' réglant l'évolution du phénomène dans les limites d'un certain champ de stabilité. Sans

e que reconhecem que

> a crítica teórica 'interna' permite desvendar o que está encoberto e abrir a via para uma análise da realidade (...)[4]

assumem uma grande importância.

Sem desprezarmos os modelos quantitativos, nomeadamente quando eles são, de alguma forma, uma emanação dos teóricos, quando eles próprios são o resultado de um processo teórico de descodificação das categorias teóricas, temos que ter bem presente a existência de diversos tipos de modelos com objectivos e natureza bastante diferentes, decomponíveis em dois grandes grupos: os modelos teóricos (essencialmente qualitativos) e os operativos.

É também esta a posição de Courbis quando considera que existem dois tipos de modelos de preços. Num grupo, mais ou menos homogéneo quanto aos propósitos de determinar relações de causalidade entre variáveis, engloba os de inspiração teórica. Num segundo, mais heterogéneo, os de inspiração pragmática, subdividindo estes em modelos de extrapolação

> Il faut tout d'abord s'agir d'une simple corrélation statistique sans signification causale on a alors de simples modèles d'extrapolation[5]

e econométricos que, eventualmente

> Il faut également s'agir d'une relation ayant directement ou indirectement (...) un sens causal[6].

Os modelos que designamos de operatórios podem ser úteis para a política económica nacional e para o comportamento das empresas, que cada vez mais procuram adequar a sua gestão, nomeadamente financeira, ao processo inflacionista. Podem fornecer informações úteis sobre os movimentos de diversas variáveis, mas nunca podem fornecer relações de causalidade e de concatenação lógica entre categorias. Limitam-se a explicitar relações quantitativas resultantes de uma dinâmica passada aliada a uma certa inércia[7]), ou a verificar alterações simultâneas de nível de diversas variáveis[8],

---

> aucunement exclure les considérations quantitatives, en particulier au niveau de cette évolution dynamique, le modele est essentiellement qualitatif en ce qu'il fournit les conditions de cette stabilité et repère les mutations radicales de formes" (P. 11)

4 De Brunhoff, A Oferta ... , pág.. 14

5 De Courbis, Les Modèles ... , pag 149

6 Idem

7 É o caso dos modelos autorregressivos, como os apresentados por: Black, "Inflação ... Girão, "Modelos .... É o que Courbis designa, embora com um conteúdo mais vasto, por modelos de extrapolação. Estes modelos exigem uma concepção teórica prévia: a estabilidade do fenómeno de aumento de preços

8 Como exemplo deste tipo de modelo temos o do Banco de Portugal no seu quadro "Contribuição das varias componentes do custo e da despesa para a variação dos preços implícitos na

ou ainda a identificar o relacionamento entre variáveis em resultado das suas definições[9].

E ao darmos uma total prioridade aos modelos teóricos estamos a proceder de acordo com as exigências da epistemologia (que nos revela claramente que toda a leitura da realidade já é teórica e que a construção do conhecimento científico exige passar para além das aparências) e com os objectivos do trabalho a que nos propomos. Mais, sem esse esforço teórico os próprios modelos operatórios perderiam todo o seu significado. Se admitíssemos, por absurdo, o abandono da teoria, os modelos operatórios, a continuarem a existir, poderiam levar ao relacionamento de variáveis sem qualquer relação lógica[10]. É certo que contra este perigo de queda no "precipício" poder-se-ia argumentar, o que já hoje se faz frequentemente de forma mais ou menos explícita, que o bom senso acabaria por evitá-lo, faria com que aqueles modelos se mantivessem dentro do razoável. Mas não será esse "bom senso" uma expressão do conhecimento comum e não nos mostra a epistemologia que a passagem ao conhecimento científico exige um "corte"[11] com ele?

---

Defesa Final Total" constante de todos os seus relatórios anuais mais recentes. Escolhido um ano ao acaso, aí se diz que as seguintes rubricas comparticipam das responsabilidades da inflação nos pesos respectivos:

| | | |
|---|---|---|
| > | Remuneração do trabalho | 30,0 % . |
| > | Outros rendimentos | 11,5 % . |
| > | Impostos indirectos menos subsídios | 9,8 % |
| > | Importações | 48,7 % . |
| > | Consumo privado | 41,4 % . |
| > | Consumo público | 10,6 % |
| > | Investimento bruto | 24,5 % . |
| > | Exportações | 23,5 %. |

Ora estas constatações estatísticas não são uma demonstração das teorias da procura e dos custos, mas antes o resultado da sua aceitação prévia, tendo como método a quantificação da evolução relativa das diversas variáveis consideradas como explicativas. Se partíssemos de uma hipótese "teórica" como a de que a subida dos preços resulta da mortalidade e admitíssemos quatro causas de morte (câncer M1, doenças de coração M2, acidentes de viação M3 e outras M4 e constatássemos que num dado ano os preços aumentaram 20% e 1000 mortes se repartiam pelas diversas causas de morte em 200, 400, 100 e 300, respectivamente, também poderíamos afirmar que as mortes por câncer explicam em 20% a inflação, etc.

9 É o caso de definir-se índice geral de preços como uma média ponderada dos diversos índices de preços parciais e depois atribuir as variações do índice de preços geral as variações dos índices de preços parciais

10 O exemplo anterior de relacionamento da inflação com as causas de morte pode servir para ilustrar isto. Mas também se poderia referir o facto das regressões entre a pluviosidade acumulada e o aumento de preços na Grã-Bretanha apresentem um coeficiente de determinação elevadíssimo e todos os parâmetros serem significativamente diferentes de zero. Dado o avanço da meteorologia em relação à Economia Política, porque não utilizar as previsões de pluviosidade para ter uma ideia da inflação futura? A relutância em qualquer um de nós responder afirmativamente não resulta da falta de operacionalidade do modelo, pelo menos até prova em contrário, mas dos princípios teóricos que nos orientam.

11 Sobre este importante assunto, a que já fizemos ligeira referência, veja-se Castro, Teoria ...

Eis, pois, um conjunto de razões que nos levam a privilegiar os modelos teóricos sem que tal signifique, insistimos para que não fiquem réstias de dúvidas, abandono dos aspectos quantitativos – que podem estar intimamente ligados aos modelos teóricos – e o desprezo pelos simples modelos operatórios.

## 3.2. O conteúdo da inflação (ou das inflações) nas principais teorias

No capítulo anterior mostramos a variabilidade de conceitos de inflação, a importância de antes de se caminhar para a sua explicação avançar na sua caracterização. Fazê-lo é explicitar o objecto de estudo.

Esta nossa preocupação não é, contudo, frequentemente partilhada pelos diversos autores que estudam a inflação. Mas essa não explicitação do que entendem por inflação, ou inflações conforme os autores, não significa que eles não assumam implicitamente uma determinada caracterização. E ao fazê-lo estão a delimitar à partida o campo de aplicação da sua teoria, sem que disso tenham consciência.

A diversidade de caracterizações implícitas assumidas pelos diversos autores e correntes teóricas não é aspecto secundário. Pensamos, aliás, que é em tal diversidade de objectos científicos que se radica, em parte, a ineficácia de muitos debates. Explicitar o que cada uma das teorias entende por inflação é uma exigência da investigação. Só fazendo-o estamos em condições de entender cada uma das teorias e proceder à sua crítica, de aproveitar melhor os conteúdo de diversas polémicas importantes.

Claro que também aqui nos defrontamos com a grande diversidade de posições e com a vastidão bibliográfica, a que já fizemos alusão a propósito da dificuldade de sistematizar e criticar as diversas teorias, mas, de uma forma bastante esquemática e genérica, apelando igualmente para o que dissemos no capítulo anterior sobre este assunto, podemos agrupar as diversas teorias e definições nas seguintes classes:

a) Para a teoria quantitativa da moeda, a inflação é toda a alta de preços não esporádica:
"Par inflation, j'entend une hausse des prix régulière et soutenue"[12].

12 De Friedman, Inflation et ... , pág. 117

b) Para a teoria da procura, inflação é toda a subida de preços típica de uma boa conjuntura.

Poderá parecer estranho que tal caracterização da inflação se mantenha ainda hoje, quando a conjugação da crise e da inflação é uma triste realidade.

De facto, mesmo quando esta corrente estuda a «stagflation» acaba por ter aquela posição subjacente, como o demonstra, por exemplo[13], Lipsey, que começa por comentar as posições dos "nominalistas" – que são contra as definições – e dos "essencialistas" para optar por uma definição empirista sem nenhuma referência à conjuntura

> "Life would certainly be simpler if we called any positive change in P an inflation and then spoke of fast and slow and short and long lived inflations"[14]

e, de seguida, acabar por voltar inconscientemente à aceitação da caracterização da inflação da corrente em que se integra, na medida em que na explicação da inflação em crise faz intervir um conjunto de variáveis exógenas e apenas uma variável endógena, a conjuntura, incidindo no desfasamento temporal das reacções das diversas variáveis

> "and finally long lags in (...) markets in the response of inflation to aggregate demand"[15]

c) Para a teoria dos custos a inflação é sempre de preços e salários, havendo uma relação quantitativa entre o aumento desses dois agregados.

d) Para os estruturalistas a inflação é uma alta estrutural dos preços. Como

> "Os estruturalistas contestam a falsa universalidade da teoria económica e procuram construir uma teoria que se adapte aos seus próprios problemas e necessidades"[16]

vários trabalhos desta escola procuram essencialmente mostrar porque as subidas de preços são maiores nos seus países.

Eis pois em poucas palavras algumas diferenças de concepção de inflação que marcam as diversas teorias que vamos analisar. O nosso esforço crítico faz-se em dois sentidos: primeiramente veremos em que medida é que cada uma das teorias se ajusta ao seu próprio

13 Quando analisarmos a teoria da procura constataremos a vastidão de exemplos possíveis.

14 De Lipsey, "World ... , pág. 286 (3) Idem, pág. 291

15 Idem, pág.. 291

16 De Nunes, Estruturalismo ... , pág.. 89

objecto teórico; seguidamente confrontamo-la com a caracterização da inflação que consta do capítulo anterior.

## 3.3. Importância relativa das diversas teorias explicativas

Quando fizemos a inventariação da posição dos autores portugueses que se têm debruçado sobre a inflação no nosso país, já obtivemos uma primeira ideia sobre a importância para a política económica de cada uma das teorias explicativas.

Uma análise mais sistemática incide sobre o conjunto dos relatórios anuais do Banco de Portugal nos anos de 1931 a 1979. Assim verificamos que nos relatórios de dezoito anos surgem explicações que se integram na teoria da procura, a teoria dos custos surge durante oito anos e a teoria quantitativa da moeda em treze (frequentemente interligada com a da procura). Também em dezoito anos há justificação da inflação portuguesa com base na internacional (o que remete para a "inflação importada"), enquanto outras explicações só surgem em sete anos. Apesar desta decomposição convém recordar que o mais frequente é o surgimento de posições eclécticas, que também nos merecerão algumas reflexões[17]

Além destas posições consideraremos igualmente as teses estruturalistas na medida em que nos últimos dez anos têm conhecido alguma popularidade entre nós, como também já referimos[18].

Como não há exposições sistemáticas destas diversas teorias realizadas por autores portugueses, recorreremos à literatura estrangeira.

## 3.4. As teorias da procura e dos custos

A importância que em Portugal têm assumido estas duas teorias e a força da evidência empírica que parecem apresentar, justifica o tratamento relativamente longo, no contexto deste trabalho, que nos vai merecer.

Depois de justificarmos porque analisamos estas duas teorias no mesmo bloco, passamos à exposição separada de cada uma delas. Em ambas a dinâmica autónoma dos salários assume uma grande importância relativa, o que exigirá num quarto subponto

17 As posições eclécticas mais frequentes, neste caso, são a combinação da Teoria da Procura com a Teoria Quantitativa da moeda.

18 Mais adiante apresentaremos as razões fundamentais da viragem para as teses estruturalistas.

analisarmos uma parte da dinâmica do "mercado de trabalho". Seguidamente procedemos à sua crítica, através da observação das suas capacidades para explicar a inflação de acordo com a caracterização que apresentamos no capítulo anterior e da sua coerência interna.

### 3.4.1. Introdução

Se o nosso propósito é apresentar separadamente cada uma das teorias, apesar das estreitas relações que entre elas existem, tal torna-se particularmente difícil, como salienta Vizeu, depois de um exaustivo levantamento de critérios para o conseguir:

> "Dado que nenhum dos critérios apresentados até aqui nos forneceu uma maneira adequada de, na prática, distinguir a inflação pela procura da inflação pelos custos, firmou-se com mais clareza a ideia da dificuldade ou mesmo da impossibilidade de o fazer sem que isso signifique a negação da existência de um ou outro tipo de inflação"[19].

É certo que a autora refere-se a "inflações" verificadas e não às teorias mas aquelas são, de facto, um reflexo das próprias concepções teóricas, pelo que o afirmado tem aqui plena aplicação. Por outras palavras, não há "inflação pela procura" ou "inflação pelos custos", mas sim inflação e esta, no quadro teórico actualmente disponível é explicada ora pela teoria da procura ora pela teoria dos custos, ora ainda por qualquer outra.

E quais os critérios apresentados pelos diversos autores para eventualmente distinguirem o que consideram dois tipos de inflação?

a) Segundo Machlup[20] há três tipos de aumentos de procura capazes de provocar a inflação:

— "autónomos", os quais não estão ligados a aumentos de custos passados ou esperados, sendo os aumentos de salários um caso típico frequente;
— "induzidos", que resultam dos aumentos de custos
— "permissivos", de que é um exemplo frequente a política monetária.

assim como três elevações de custos capazes de provocar a inflação:

19 De Vizeu, Contribuições ... , pág.. 97/8

20 Na apresentação da posição dos diversos autores vamos seguir o trabalho referido na nota anterior.

— "agressivas", provocadas por um aumento dos rendimentos reais;

— "defensivas", que visam manter os rendimentos reais;

— "competitivas", resultantes do jogo de mercado.

O tipo de inflação é caracterizado, então, pelo ponto de partida: no caso de um aumento autónomo de procura gerar aumento (competitivo) de custos temos inflação pela procura; se o ponto de partida é uma elevação (agressiva) dos custos, gerando aumentos induzidos e permissivos de procuras, temos inflação pelos custos.

A articulação aumentos agressivos de custo e elevações permissivas de procura revela a ligação entre a inflação pelos custos e a quantidade de moeda

b) Segundo Holzman o volume de emprego seria um critério de diferenciação: enquanto a inflação pela procura não é acompanhada por redução de emprego, a inflação pelos custos é-o.

Contudo, o próprio modelo (de curto prazo) apresentado pelo autor mostra a fragilidade deste critério. A classificação é feita pelas consequências e não pelas causas.

c) Na senda do autor anterior, mas com uma análise de médio prazo, surge Phelps:

> "Phelps apresenta um critério para caracterizar a inflação pelos custos baseado na existência de um ponto limite de desemprego, ou ponto crítico, «the cost-push thereshold», para além do qual não há aumentos de preços por o custo medido em termos de diminuição do produto ser superior aos benefícios dos aumentos de salários e preços"[21]

d) Lerner apresenta também uma variante dos critérios anteriores, começando por definir "elevado pleno emprego" (EPE) como o nível de emprego (E) que efectivamente corresponde ao pleno emprego e "baixo pleno emprego" (BPE) como o nível de emprego que, coexistindo com desemprego, garante a estabilidade dos preços[22].

Depois de tais definições não lhe é difícil concluir que

— E > EPE ==> inflação pela procura
— EPE > E > BPE ==> inflação pelos custos
— E < BPE ==> não há inflação.

d) Hagger segue um critério mais pragmático

21 Idem pág.. 71

22 Sobre este assunto vejam-se os trabalhos de Okun

> "ter-se-á uma inflação pela procura se se puder controlar a inflação somente através de uma política de restrição da procura aplicada ao período em causa. Ter-se-á inflação pelos custos se a política da procura tiver de ser ajudada por outras políticas"[23]

para o que utiliza modelos econométricos.

f) Evans insere-se ainda numa outra perspectiva, como o salienta Vizeu, que nos tem acompanhado neste breve percurso:

> "teremos inflação pelos custos ou inflação pelos salários (por, na sua opinião, os salários serem a principal componente dos custos) quando a curva dos custos marginais se deslocar. Inflação pela procura quando a curva da procura de um produto se deslocar e a empresa estiver a trabalhar na parte crescente da curva dos custos marginais. E, finalmente, inflação pelos lucros quando a elasticidade da procura (e) diminuir para cada preço devido a uma deslocação da curva da procura, o que implicara um aumento do grau de monopólio, definido por (1+1/e). Se isto acontecer os preços aumentarão mesmo quando os custos marginais permaneçam constantes"[24]

Lista que, sem dúvida, não é exaustiva. Contudo a posição dominante é a da dificuldade de distinguir os dois tipos de inflação, expressão da inseparabilidade das duas teorias, como também o afirma Lipsey que começa por reconhecer

> "Current inflation theorists have rejected the cost-push/demand-pull distinction (...) the argument is that the distinction was based on one between demand side and cost-side shifts while in a general model of the whole economy this is not a clear or useful distinction"[25]

para de seguida admitir que o aumento de salários é a componente principal, estreitamente relacionada com a dinâmica descrita pela curva de Phillips e afirmar

> "The distinction between demand-pull ande cost-push is better made as one between market-force and non-market force [capacidade sociologica, por exemplo] theories of inflation"[26]

Todas estes critérios de distinção da inflação pela procura da inflação pelos custos é uma expressão do esforço infrutífero de moldar a realidade de acordo com as teorias concebidas, é uma expressão de idealismo.

A dificuldade de distinção entre as duas teorias (que encaram sempre a inflação como um fenómeno de curto ou médio prazo)

23 De Vizeu, Contribuições ..., pág.. 79
24 Idem pág.. 89/90
25 De Lipsey, "World ... , pag 286/7
26 Idem. pág. 287

resulta, por um lado, das concepções de inflação inerentes a cada uma das correntes[27] e, por outro, dos salários estarem sempre no centro da explicação da inflação pela procura e pelos custos (directa ou indirectamente) e os trabalhadores serem ao mesmo tempo, produtores e consumidores e, como afirmamos noutro trabalho

> "A esta duplicidade dos trabalhadores e seus salários tem correspondido uma dupla forma de enquadrar estes na explicação da inflação reflectindo uma absolutização de apenas um dos parâmetros duma situação global indissolúvel, com as devidas cautelas para manter a análise na esfera da circulação: o trabalhador enquanto produtor é apenas considerado como um custo de produção"[28]

A dificuldade de distinguir as duas teorias explicativas da inflação resulta da unidade das teorias económicas que lhe são subjacentes, mas mesmo assim pensamos que é possível, no plano lógico, distingui-las.

### 3.4.2. Exposição da teoria da procura

Na exposição da teoria da procura começaremos por apresentar a posição de Keynes na sua conhecida obra "How to Pay the War?" na medida em que é das primeiras fundamentações de uma tal teoria. De seguida faremos referência à posição de diversos autores para, num ponto final, sintetiza-la nos seus elementos fundamentais.

#### 3.4.2.1. "How to pay for the the war?" de Keynes

Como o próprio nome indica, este trabalho aplica-se a uma economia de guerra, caracterizada pela modificação das leis psicológicas que conduzem à actividade económica[29] e pelo facto de

> "a renda real disponível para a comunidade 'civil' deve ser necessariamente dissociada da renda monetária para fins de estabilização"[30].

Numa tal economia havendo uma elevação do rendimento monetário, mesmo que o rendimento real disponível pelas famílias não corresponda à produção total,

> "produz-se pois um hiato, fruto dessas contradições bem particulares, mas que, em suma, é de natureza igual àquela que se produz entre

27 Veja-se o que dissemos anteriormente sobre o assunto

28 De Pimenta, "Salários, Contratação ... , pág.. 135

29 Recorde-se que para Keynes as três funções psicológicas fundamentais são a função de consumo, a função de investimento e a função de liquidez.

30 De Barrére, Alain, Teoria ... , pág.. 412

> a renda monetária e a renda real, quando, sendo atingido o pleno emprego, o aumento da procura efectiva, sob o impulso do crescimento da quantidade de moeda, faz subir a renda monetária distribuída, enquanto a renda real permanece estável"[31]

aparecendo, pois, a inflação como resultado do referido hiato, sendo aquela (entendida como aumento de preços) tanto maior quanto o for este. Contudo,

> "o hiato inflacionista não constitui por si teoria da inflação. É uma tentativa para determinar a ruptura de equivalência entre renda monetária e renda real disponível, mas não constitui explicação do próprio mecanismo de inflação"[32]

a teoria resulta da própria justificação do hiato.

Este mesmo raciocínio pode ser apresentado graficamente[33] ou formalizada[34],mas pensamos que a clareza dos princípios que orientam esta posição de Keynes é tal que se torna desnecessário percorrer tal caminho.

O que é fundamental é ficarmos conscientes que esta lógica do hiato entre rendimentos reais e monetários é uma das bases da teoria da procura:

> "Nous mettons dans cette rubrique [inflação de procura pura] un type d'inflation proche de celui des modèles de 'gap inflationiste' (...). La cause motrice est un exces de demande financié par emission de monnaie a cours forcé (le cas typique etant le financement d'une guerre)"[35].

### 3.4.2.2. Um exemplo de modelo dinâmico

Entre os muitos modelos passíveis de selecção optamos pelo de Arkhipoff por ter grandes preocupações com a dinâmica temporal, por tentar enquadrar a explicação da inflação em crise na teoria da procura e, também, por haver um grande contraste entre a simplicidade dos princípios em que se baseia e a complexidade do tratamento matemático a que procede[36].

31 Idem pág.., 413

32 Idem pág.. 415

33 É a forma assumida em quase todos os manuais, pelo que nos dispensamos de apresentar referências bibliográficas.

34 Também as formalizações são frequentes, mas recomendamos a consulta de Boyer (Aavv), Approches ..., vol II

35 De Boyer (Aavv), Approches ..., vol. II, pág.. 44

36 E ao fazê-lo não é pelo gosto dos tratamentos matemáticos complexos ou recheados de variegada simbologia, mas para chamar a atenção para o facto de tal constituir, por vezes, uma

As suas ideias centrais são bastante claras:

— os efeitos multiplicadores podem gerar um aumento da procura para além das possibilidades de oferta:
"Le processus de multiplication engendre le plus souvent un excès de demande que le potentiel productif ne peut satisfaire, au mieux, qu'avec un certain retard, si l'on cantonne à la seule notion de rendement technique. S'ensuit nécessairement une inflation par la demande d'un type très classique"[37]

— a inflação provoca alterações na produtividade e no comportamento dos agentes
"Mais, très rapidement, la hausse des prix confère au capital national une productivité en valeur plus que suffisante, d'ou apparition ou réapparition d'un chômage, dans une conjoncture, qui, normalement aurait cessé d'être inflationniste"[38]

— Podem existir factores para além da procura a determinarem a inflação
"Cependant, comme chacun sait, les causes de l'inflation ne sont pas toutes liées à la demande; certains d'entre elles, qui ne s'inscrivent pas dans les hypothèses du modèle exposé ici, peuvent faire jour, agravant par la même le chômage dont il a été question et maintenant l'économie dans une situation inflationniste"[39].

a partir das quais parte para a formalização matemática que começa com a apresentação de uma contabilidade nacional esquematizada.

Considerando as seguintes variáveis:

R = Rendimentos dos factores de produção
C = Consumo
Y = Produção
I = Investimento
L = Moeda central
V = Moeda bancária
A = Avanços, empréstimos afectadas dos seguintes índices
e = nas empresas
m = nas famílias
q = nos bancos
ie = nas instituições de emissão chega, por definição contabilística, as seguintes equações:

capa encobridora dos princípios em que assentam. O trabalho a que nos referimos é Arkipoff, "Multiplicateur ...

37 Idem

38 Idem

39 Idem

$R + I + L_e + V_e = Y + A$ com $A = A_m + A_q$
e $M_e = L_e + V_e$
e $M_m = L_m + V_m$

$C + L_m + V_m + A_m = R$
$L_q + A_q = V + A_{ie}$
$A_{ie} = L$
$L = L_e + L_m + L_q$
$V = V_e + V_m$
$A_m + A_q + A_{ie} = A + A_{ie}$
$Y = C + I$

Seguidamente, sempre baseado na contabilidade nacional elaborada, introduz três novas variáveis

dW = variação do rendimento (salários, juros, dividendos)
dG = variação das despesas públicas
z = propensão marginal ao consumo

e apresenta o seguinte modelo, que posteriormente vai servir de base em sucessivos acréscimos e modificações:

(a) z é constante
(b) $dC_n = z.dR_n + dG$
(c) $dY_n = dC_n + dI_n$
(d) $dR_n = dY_{n-1} + dW$
(e) $dI_n = dI_{n-}1$
(f) $dI_0 = dIEdR_0 = dW$

sendo os índices referentes ao tempo, a partir do qual calcula os multiplicadores para o momento n, maior ou igual a zero:

$dY_n = ((1-z^{n+1})/(1-z)).(dI + dG) + z.((1-z^{n+1})/(1-z)).dW$
$dR_n = ((1-z^{n})/(1-z)).(dI + dG) + ((1-z^{n+1})/(1-z)).dW$
$dC_n = z.((1-z^{n})/(1-z)).dI + ((1-z^{n+1})/(1-z)).dG + z.((1-z^{n+1})/(1-z)).dW$
$dI_n = dI$
$dSm_n = (1-z^{n}).dI - z^{n}.dG + (1-z^{n+1}).dW$
$dSe_n = z^{n} . (dI + dG) + (z^{n+1} - 1).dW$

cabendo de seguida analisar a evolução da produção:

K = capital
D = Procura a preços constantes
m = coeficiente de amortização
y = produtividade em valor (a preços constantes) e
$I = mK_{-1}$

$d K_n^n = K_n - K_{n-1} = dI(1-m)^n$
$DK_n^n = K_n - K_{-1} = (dI/m)\ (dI/m).(1-m)^{n+1}$

o que implica
$dD_n = dC_n + dI = dY_n = ((1-z^{n+1})/(1-z))\ dI$
$d'Y_n = y\ dK_n$

e para a comparação entre a procura a preços constantes e a produção temos
$i = (dD_n - dD_{n-1})/d'Y_n = 1/y\ .\ (z/(1-m))^n$

Chegado a este ponto coloca a seguinte questão: será a inflação em crise a consequência última do multiplicador? E passa a analisar de seguida a questão considerando

P = Vector dos preços
p = Índice representativo de P
$Y = PQ = f(N,K,P) = p\ (x.N + y.K)$

sendo x e y as produtividades marginais do trabalho e do capital, devendo atender-se a

l = função ligando a oferta máxima de trabalho ao rendimento, aos preços e aos efectivos realmente empregues
$N_i$ = oferta de trabalho incompressível
Salário real = $w_0$ $(N-N_i)$ (oferta de trabalho clássica) ($w_0$ constante)
Rendimento nacional médio = R/N
com
$Y = p\ w_0(N - N_i)\ N$
$l = w\ (N-N_i)$ (w coeficiente positivo dependente de p)

e a partir de aqui constrói um modelo de variáveis de preços e emprego (note-se bem!), tendo o seguinte ponto de partida (também bastante significativo):

$dI = dM$

O desenvolvimento matemático deste modelo permite-lhe chegar à definição de três variáveis estratégicas

(1) $a' = z^n.dM - p_0.y.dK_n = p_0.y.(i-1).dM$

que é o desfasamento dinâmico entre a multiplicação dos rendimentos e a progressão do capital produtivo[40]

(2) $b' = W_0\ p_0\ .x$

que mede a sensibilidade dos trabalhadores à ilusão monetária

(3) $c' = b'.a'\ p_0.y.[y_i(N_0)\ l(N_0)]$

com $y_0 = p_0(xN+yK_0)$

40 (1) Nesta expressão $i=(1/(p_0\ y)\ .\ (z/(1-m))^n$

e que reúne todas as variáveis fundamentais.

Estas três variáveis podem apresentar as seguintes combinações de valores superiores ou inferiores a zero:

| I | II | III | IV | V | VI | VII | VIII |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| + | + | + | - | - | - | + | - |
| + | + | - | + | - | - | - | + |
| + | - | - | - | - | + | + | + |

conduzindo as duas últimas a incompatibilidades matemáticas, devendo por tal ser postas de lado. Todas as restantes situações são viáveis e dinamicamente sucedem-se umas às outras.

Com a introdução de dois factores exógenos (resultando a primeira da consideração de que o clima de alta suscita subidas por contágio e antecipação, e a segunda de aumento dos gastos do Estado (dG) e reintroduzindo as variáveis monetárias (que são consideradas independentes das variáveis económicas) obtem finalmente, mais o seguinte modelo:

(a) $\Delta Am_n + \Delta Aq_n - \Delta Me_n = (1-z^n).dI - z^n.\Delta G + (1-z^{n+1}).\Delta W$
(b) $\Delta Aq_n = \Delta M_n - \Delta Lq_n$
(c) $\Delta M_n = \Delta Me_n + \Delta Mm_n + \Delta Lq_n$
(d) $\Delta Lq_n = 0$
(e) $\Delta Am_n + \Delta Aq_n = \Delta I$
(f) $\Delta Aq_n = \Delta M$

donde tira quatro conclusões:

— $\Delta Am_n = \Delta I - \Delta M$

o que significa que as empresas e os bancos impõem a sua vontade às famílias,

— $\Delta Me = z^n.(\Delta I + \Delta G) - (1-z^{n+1}).\Delta W$

o que mostra que

> "grace à dW les entreprises ont bien la faculté de diminuer à leur gré leurs encaisses, mais non celle de les augmenter"[41]

— $\Delta Mm_n = \Delta M - z^n.(\Delta I + \Delta G) + (1-z^{n+1}).\Delta W$

41 Em Arkipoff, "Multiplicateur ...

o que revela que

> "les ménages, par contre, n'ont la maîtrise de leurs encaisses grâce à du que dans le début du processus; ensuite ils subiront passivement la politique des banques et des entreprises[42]

e, finalmente

— $\Delta Me = z^{n}.(\Delta I + \Delta G) - (1 - z^{n+1}).\Delta W$

Depois de todo este esforço de formalização, que concluir, que resposta dar à pergunta anteriormente formulada sobre a inflação em crise?

As conclusões que o autor retira são:

— o primeiro modelo mostra a possibilidade de uma subida de preços pelo aumento da procura não acompanhada pela produção;

— a introdução das variáveis exógenas (nomeadamente M) mostra a possibilidade do aumento de preços continuar com uma redução do emprego.

Dando ao autor a palavra:

> "Le chômage entraîne-t-il automatiquement une baisse des prix? Certains le pensent qui raisonnent parfois comme suit: un chômage implique une baisse des revenus, donc de la demande, donc des prix. L'erreur de cet enchaînement se situe naturellement dans le passage tenu pour obligé entre chute de l'emploi et chute de revenu puisqu'il est maintenant manifeste qu'il nous faut distinguer entre deux types de chômage ou récession: celui s'accompagnant d'une progression du revenu global (états IV et V) et pour lequel ne joue pas le corollaire de la loi de l'offre et de la demande qui exigerait une chute des prix, et celui qui accompagne (ou est consequence) d'une baisse de la demande globale[43]

### 3.4.2.3. Outras posições

Após os modelos anteriormente apresentados é já possível detectar alguns dos elementos essenciais desta teoria. Para reforçá-lo apresentamos aqui, muito sinteticamente mais duas posições.

A) Courbis[44] depois de apresentar diversos modelos explicativos da dinâmica dos preços, entre os quais destacaríamos, por exem-

42 Idem

43 Idem

44 Veja-se Courbis, Les Modèles ...

plo, o modelo canadiano de Sawyer, faz uma síntese das diversas posições apresentadas, da seguinte forma:

> "Dans les modèles de prix d'équilibre analysés au chapitre 4, les prix sont déterminés en confrontant une offre et une demande (qui sont fonction des prix) considérées en termes physiques et en supposant que l'équilibre est réalisé grâce à une variation des prix relatifs des différents produits. Il peut cependant arriver dans la réalité que l'offre soit inélastique (ou très faiblement élastique) aux variations de prix; ceci par suite de goulots d'étranglement et de rigidités physiques ou du fait d'un comportement autonome des producteurs. Si on suppose que les consommateurs font directement leurs choix en termes monétaires (c'est l'hypothèse keynésienne), la demande à considérer existera au contraire en termes monétaires, c'est-a-dire en valeur. On aura à confronter une offre (rigide) donnée en volume et une demande en valeur. Si cette dernière peut être déterminer *a priori,* on déduit alors directement le niveau des prix qui assure ex-post l'équilibre de l'offre et de la demande en valeur, en même temps qu'un équilibre en volume. Le niveau des prix est ainsi obtenu comme quotient d'une demande en valeur et d'une offre en volume, offre et demande étant déterminées séparément"[45]

B) Ott (aavv) no seu livro didáctico[46] depois de corroborar a imposição de separar as teorias da procura e dos custos, baseado na função de produção e na noção de equilíbrio chega à seguinte expressão fundamental para explicar a inflação:

dlogp = dlogW-dlog(Y/N)

### 3.4.2.4. Visão de conjunto

Com base na análise das posições anteriores e da leitura de bastantes outros trabalhos que apresentam, total ou parcialmente, uma defesa destas posições, estamos em condições de ensaiar uma caracterização da teoria da procura comum a todos os autores.

Pode ser apresentada em três pontos, que só em conjunto devem ser entendidos:

1) Articulação das variáveis

A) Usando as "funções" para exprimir, para além de uma relação unívoca entre variáveis, uma relação de causalidade entre elas, o ponto de partida da teoria da procura é:

45 De Courbis, Les Modèles ... , pág. 123

46 Referimo-nos a Ott (aavv), Macroeconomic ...
com W=salários e Y/N=output por hora-homem.

[1] $p = p(D_m, Z_r)$

[2] $D_m = d(M, G, W, R, \hat{}Y, O_d)$

[3] $Z_r = z(N, O_d)$

com

- $p$ = nível geral de preços
- $D_m$ = procura monetária agregada efectiva
- $R_z$ = oferta real agregada efectiva z
- $M$ = massa monetária em circulação
- $G$ = gastos do Estado[47]
- $W$ = nível médio dos salários
- $R$ = repartição do rendimento
- $\hat{}Y$ = situação conjuntural (rácio da produção efectiva a preços correntes e da produção potencial com plena utilização da capacidade produtiva a preços correntes)
- $O_d$ = outras variáveis capazes de influenciar a procura
- $N$ = emprego
- $O_z$ = outras variáveis capazes de influenciar a oferta

e o seguinte movimento conjunto das variáveis:

$P'_{Dm} > 0$ $\quad P'_{Zr} < 0$

$d'_M > 0$ $\quad d'_G > 0$ $\quad d'_W > 0$ $\quad d'_R$ ? $\quad d'_{\hat{}Y} > 0$

$z'_N > 0$

Estas expressões, cuja simplicidade de leitura dispensa a sua tradução em linguagem corrente, é susceptível dos seguintes comentários e desenvolvimentos:

— Pela expressão[48] verifica-se que o nível geral de preços é determinado pela oferta e pela procura globais.

Assim sendo, poder-se-ia perguntar porque se designa esta teoria por "da procura" e não "da oferta". As razões, que não são despiciendas e traduzem aspectos essenciais desta teoria, são as seguintes:

47 Por simplicidade falamos em gastos do Estado, mas mais rigorosamente deveriamos falar em um certa proporção do saldo das receitas e despesas do Estado, cujo montante dependeria do tipo de receitas e despesas e dos seus diferentes impactos sobre as procuras dos restantes agentes.

48 Os impactos da repartição de rendimentos podem ser muito variados. Assim, por exemplo, uma redistribuição a favor dos capitalistas pode incentivar o investimento e/ou o seu consumo privado, mas vai diminuir o consumo dos trabalhadores e o resultado final depende das propensões marginais a investir e a consumir, sendo esta diferente de classe para classe.

— como já vimos anteriormente, a caracterização da inflação subjacente a esta teoria apresenta-a como um fenómeno de curto ou médio prazo
— nesses prazos a procura (monetária) varia mais e com maior intensidade do que a oferta (real)
— é frequente autores admitirem, complementarmente que

[4] $N = n(D_m^*)$ com $n'>0$

$D_m^*$ = procura monetária antecipada

— O privilégio dado à procura monetária não invalida, obviamente, que também se considere e se destaque a influência da oferta real. Contudo, quando a análise privilegia esta de forma bastante acentuada, com tendência para se inserir mais no longo prazo, já se está resvalando para outras posições teóricas (estruturalistas).
— A lista das variáveis explicativas da procura (expressão [2]) pode ser bastante maior do que a considerada. Contudo, mais importante do que alongá-la, parece-nos ser preferível chamar a atenção para o facto de entre as diversas variáveis explicativas possíveis haver fortes relações. Por exemplo, a quantidade de de moeda em circulação, os gastos do Estado ou a repartição de rendimentos estão relacionados com a situação conjuntural, assim como o nível salarial está relacionado com a repartição de rendimentos.

  Em cada um dos casos o relacionamento tem características próprias.
— Na medida em que este tipo de teorias visam uma explicação de curto ou médio prazo, normalmente não tem grande sentido englobar nas variáveis determinantes da oferta real aquelas que exigem uma consideração de períodos mais latos, como, por exemplo, o stock de capital fixo. Contudo essa e outras variáveis podem ser consideradas explicitamente, sem que isso altere a lógica da explicação.
— Para facilitar a exposição consideramos uma "economia fechada". Contudo a "abertura" do modelo não modificaria a analise que vem sendo esboçada, na medida em que o principal

continuaria a ser o nível interno de preços e as variáveis internas que o poderiam determinar.

Por outras palavras, teríamos

$$[1a]\ p = a.p_{int} + (1-a)\ p_{imp}$$
$$[1b]\ p_{int} = p(D_m\ ,\ Z_r)$$

sendo

$p_{int}$ = nível geral de preços internos

$p_{imp}$ = nível geral de preços internacionais expressos em moeda nacional

considerando esta última variável como exógena[49]

— É possível partirmos das variações de cada uma das variáveis para a formulação das expressões anteriores, o que aliás estaria mais directamente relacionado com a própria definição de inflação, mas tal não modificaria em nada a lógica.

Considerar $\Delta p$, $\Delta D_m$ e $\Delta Z_r$ é normalmente mais viável do ponto de vista estatístico, até porque as variáveis agregadas de que resultam não correspondem a uma existência real, são um simples resultado de agregações. Isso não invalida que os pontos de partida e de chegada sejam sempre um determinado nível das variáveis, estatisticamente quantificáveis.

— É possível, até pelo que afirmamos anteriormente, considerar as variáveis preços, procura e oferta com um determinado nível de desagregação (sectorial, regional ou outra).

Esse é frequentemente o caminho percorrido pelos defensores da teoria do desequilíbrio, ou de uma forma mais geral, de todos os que defendem a articulação da macro com a microeconomia.

A essa formulação, que mantém integralmente a lógica que temos vindo a expor, chamamos "teoria da procura desagregada".

Logo à partida ela exige a seguinte decomposição da primeira expressão:

$$[1c]\ p_i = (\Sigma\ a_i\ .p_i\ )\ /\ (\ \Sigma\ a_i\ )$$

$$[1d]\ p_i = p_i\ (D_{mi}\ ,Z_{ri}\ )$$

49 Esta exogeneidade tem, normalmente duas bases: exterioridade geográfica da economia, acção autonoma do Estado na política cambial.

mas tal só tem significado se considerarmos que a maneira dos preços reagirem aos desequilíbrios entre oferta e procura (chamemos-lhes procuras excedentárias) varia de sector (i) para sector, influenciando, mais ou menos, o resultado geral conforme os respectivos pesos de ponderação (a). Para utilizar a terminologia de Fitoussi chamemos a esse coeficiente que mede a especificidade de cada mercado por coeficiente de flexibilidade (K).

Então

[1e] $p = p(D_m, Z_r, \sigma_k)$

— Como tem estado implícito em toda a análise subsequente, o movimento dos preços resulta de

. a priori $D_m > Z_r$ ou $D_m \leq Zr$
. a posteriori $D_m = Z_r$

com

[5] $Z_m = p_t . Z_{rt}$

referindo-se o índice t ao tempo.

— Assim, o processo de desencadeamento da inflação pode ser esquematizado da seguinte forma:

$$\begin{matrix} \Delta M_{t-a} > 0 \\ \\ \Delta N_{t-b} > 0 \end{matrix} \quad \Rightarrow \quad \begin{matrix} \Delta Dm_t > 0 \\ \\ \Delta Zr_t > 0 \end{matrix}$$

$$\Delta Dm_t > \Delta Zr_t \Rightarrow \Delta p_t > 0$$

...

e a teoria, segundo o que vimos a propósito da posição Keynesiana, elaborar-se-ia justificando os movimentos iniciais das variáveis e explicando porque razão o resultado final era uma procura monetária superior à oferta real, explicando porque razão as diversas elasticidades assumem, numa certa economia, um determinado conjunto de valores.

2) As variáveis que determinam Dm e Zr são independentes do nível de preços. É exactamente essa independência que transforma a relação[50] numa verdadeira relação de causalidade.

As justificações para a exogeneidade das variáveis são múltiplas, nem sempre devidamente explicitadas pelos autores.

Vejamos alguns exemplos, tomando as variáveis que determinam a procura monetária agregada.

Considerar a exogeneidade de M é aspecto bastante frequente na teoria económica, sendo, como veremos, um dos pontos nevrálgicos da teoria quantitativa da moeda. Basta admitir que a totalidade, ou uma parte, da moeda é nacional, que esta é mais moeda que os restantes tipos e que a sua quantidade é determinada pelo Estado, entidade acima das classes sociais e da economia, com um determinado processo autónomo de intervenção que se designa por política económica (especificamente, política monetária).

Contudo, numa teoria que privilegia a procura é difícil, embora não impossível, defender, no campo monetário, o privilégio da oferta. São, pois, frequentes os modelos que privilegiam a endogeneidade monetária, donde podem surgir duas situações:

— a endogeneidade articula-se com a exogeneidade e é a esta que, em última instância, se recorre para justificar a autonomia desta variável;
— a endogeneidade remete para a exclusão da quantidade de moeda em circulação de entre as variáveis explicativas, na medida em que não permite a consolidação de uma relação de causalidade.
— considerar a exogeneidade dos gastos do Estado é um resultado directo da concepção de Estado que pode estar também subjacente à exterioridade da moeda nacional, como acabamos de referir.
— A repartição dos rendimentos podem ter causas exógenas à dinâmica dos preços:
    — resultantes das variações de salários[51],
    — expressão de modificações de tributação directa,
    — etc.

50 Recorde-se que a ligação entre $+\Delta M$ e $+\Delta D_m$ é múltipla, decompondo-se, sobretudo em duas interpretações: a Keynesiana (influência via taxa de juro) e a monetarista (influência via encaixe real de moeda).

51 O que remete para diversos tipos de exogeneidade, como veremos: luta de classes, salários-lider, condições no "mercado de trabalho", política estatal SMNG, etc.

e nesse caso deve ser considerada, mas também pode resultar, pura e simplesmente, da própria variação dos preços. Nesse caso deve ser excluída, pelo menos parcialmente

— A situação conjuntural é uma realidade bastante complexa, ela própria expressão da procura, sobretudo de uma das suas partes, o investimento. Mas, se admitirmos, por exemplo, que

$$\hat{Y} = f(I) = f[g(i,e)]$$

com

I = Investimento

i = taxa de juro (deflacionada)

e = eficácia marginal do capital (deflacionada)

é viável considerar uma determinada autonomia desta variável[52].

3) Há sistematicamente um privilegiar do mercado, encarado como ponto de partida e de chegada para um desequilíbrio, ponto de encontro de uma "economia real" com uma "economia monetária". O preço surge como a garantia do equilíbrio no fim do processo.

### 3.4.3. Teoria dos custos

A grande popularidade da teoria dos custos nos últimos anos, e a frequente inexistência de uma fundamentação minimamente séria em muitos dos seus autores, que simplistamente remetem para as evidências, leva-nos a apresentar uns tantos modelos que formulam esta teoria (o de Nikaido e Kobayashi, o de Shea, o de Munhoz, um apresentado por Trevithick e Mulvey e o modelo escandinavo). Só depois disso apresentamos a nossa leitura de conjunto.

#### 3.4.3.1. O modelo de H. Nikaido e S. Koboyashi[53]

Os autores, que têm uma grande preocupação de rigor, partem dos seguintes quatro pontos:

1) $p_j = (1 + r)\sum_{i=1}^{n} a_{ij}p_i + Wl_j$

(que corresponde a existência de mark-up)

52 Embora seja possível relacionar a taxa de juro e a eficácia marginal do capital com os preços, não o é de uma forma directa e imediata. Claro que este modelo é apenas exemplificativo e nem pode ser apontado para justificar a dinâmica conjuntural, nem para ser uma função de investimento

53 Para esta exposição vamos utilizar Nikaido (aavv), "Dynamics ...

$$p = \sum_{j=1}^{n} c_j p_j$$

$$\frac{1}{w}\frac{dw}{dt} = \max\left[ @\frac{1}{p}\frac{dp}{dt}, 0 \right]$$

(o que reflecte a rigidez da descida dos salários)
com
n sectores produtores de bens de consumo ($c_j$) e constantes
$a_{ij}$ inputs constantes por unidades de outputs
$l_j$ unidades de trabalho por unidade de output
r taxa de lucro normal (seria possível no modelo considerar $r_j$)
$p_j$ preço unitário do bem $c_j$
w taxa de salário nominal

2) O ajustamento das quantidades processa-se primeiro que o dos preços.

3) @ reflecte o poder contratual do capital e do trabalho e pode ser encarada como o resultado de uma variante da curva de Phillips a longo prazo:

@ = x1 + x2.(g/h)
com
x1 e x2 são parâmetros
g = taxa média de lucro = taxa de crescimento = (1/z)(dz/dt)
z(t) = aumento de emprego no momento t
h = taxa de crescimento da força de trabalho

4) O rendimento e integralmente constituído por salários e lucros

g/R + w' = 1
com
R=(1/u)-1
e u obtido de forma a respeitar as seguintes condições, tomada a matriz A = { $a_{ij}$ } com I-A ≠ { 0 }

> the matrix I-(1+r)A has a nonnegative inverse, or, what amounts to the same thing, (1/u)-1 > r >= 0, where u=u(A), the dominant Frobenius eigenvalue of A[54]

w' = w/p
Esta variável w' tem dois níveis particularmente importantes:

54 Do referido trabalho. Fizemos esta transcrição por desconhecermos esse mecanismo matemático e, portanto, termos de aceitar a corecção do processo, o que também tem pouca importância para o que pretendemos aqui demonstrar.

$w'_N$ = taxa normal de salário real
The unique rate or real wage satisfying (r/R)+w = 1[55]

$w'_S$ = taxa de "stagflation" do salário real
"The unique rate of real wage satisfying the equation @=1"[56]
podendo-se ter três situações
$w'_S > w'_N$
$w'_S < w'_N$
$w'_S = w'_N$
o relacionamento das restantes variáveis porque w' tende para a sua taxa normal ($w'_N$).
E depois de considerar todos estes pontos de partida as conclusões como

> The process, starding at a arbitrary initial position $p_j(0)>=0$ (j=1,2,...,n), w(0)>0, continues without limit over time. In particular, w(t) remains positive, so that $p_j(t)$ remains no negative because (dp/dt)>0 whenever p approaches 0 in (15)[57]
>
> It will be shown in the following parts that the eventual state of the process derpends crucially on the magnitudes of the parameters x1, x2, r, h and their relationship"[58] "Suppose that x1+x2(r/h)>1[59] and stagflation is unavoidable (...) The case of a converging spiral is characterized by the condition x1+x2(r/h)<1"[60]

surgem como evidentes e inevitáveis.

### 3.4.3.2. A tentativa de uma teoria diferente; K.-L. Shea

Partindo da aceitação das restrições de Kaldor[61]

> "The first is that real wages cannot fall below a certain subsistence minimum. The second is that the indicated share of profit cannot fall below the level which yields that minimum rate of profit necessary to induce capitalists to invest their capital and which we may call the risk premium rate, r" (..)

55 Do referido trabalho
56 Idem
57 Esta expressão é a seguinte:

$$\frac{dp_i}{dt} = (1+r)\sum_{i=1}^{n} a_{ij}p_i + wl_j - p_i$$

58 Do referido trabalho, pág.. 88
59 Simbologia modificada
60 Idem. Referido trabalho pág.. 100
61 Sobre estas restrições ver Kaldor, "Alternative ...

> The third is that apart from a minimum rate of profit on capital there may ba a certain minimum rate of profit on turnover due to imperfections of competition, collusion agreements between traders, etc. and which we may call m, 'the degree of monopoly' rate"[62]

elabora um modelo baseado nas hipóteses seguintes:

a) Só existem trabalhadores e capitalistas, o que significa que
$W_t L_t$ + lucro normal == $P_t Q_t$

b) Lucro $\geq \max[\bar{Q}; mQ]$ para m<1
Q = output total
m = "profit share"
$\bar{Q}$ e m constantes

c) $\frac{W}{P} \geq g(L) \rightarrow \frac{W_t}{P_{t-1}} = g(L_t) \quad g' > 0$
W = salários nominais
P = nível de preços
L = nível de emprego

d) Há uma luta entre capitalistas e trabalhadores na partilha do rendimento.

e apresenta a situação de inflação através da seguinte expressão

$$\frac{P_{t-1}}{P_t} = \frac{\frac{Q_t^* - \text{lucro real})}{L_t^*}}{g(L_t^*)}$$

em que $Q_t^*$ é o output correspondente ao nível de emprego $L_t^*$

> "The numerator and the denominator of the right hand side represent wages offered and demanded at L . Since at L , wages offered are less than demand, we have
>
> $P_{t-1} / P_t < 1$
>
> which indicates inflation"[63]

### 3.4.3.3. Posição de D. G. Munhoz

Este autor[64] procura sobretudo analisar a experiência brasileira mas, ao mesmo tempo, faz uma generalização teórica.

No processo inflacionista distingue duas fases: a de impulsão primária e a de propagação.

62 Este texto foi retirado do artigo utilizado para análise da posição destes autores, a saber, Shea, "A alternative ... , pág.. 611/2

63 Idem

64 O trabalho de referência foi Munhoz, "Inflação ...

A partir da impulsão introduz-se uma situação inflacionária, no caso de ela não existir até então, ou reforça-se a existente. Essa impulsão pode ser reversível (a que não é justificada por uma elevação dos custos) ou irreversível

> "Os impulsos de carácter não reversível compreendem os aumentos de preços que decorrem de custos de produção/distribuição mais elevados. Assim, os aumentos nos preços de venda (ou nos salários) que se seguem não provocam paralela elevação de renda real dos sectores que o praticam, e não há como tornar o processo reversível, com anulação dos aumentos, a menos que se comprometa a renda real já anteriormente obtida pelo sector"[65].

São exemplos de impulsos reversíveis as imperfeições do mercado, o excesso de procura interna, o excesso de procura externa ou internacionalização das altas de preços no mercado internacional. Dos impulsos irreversíveis as subidas que resultam de restrição involuntária da oferta, dos preços excessivos de outros sectores, da subida dos preços dos produtos importados, do aumento dos impostos, da perda de eficiência.

Esta decomposição do impulso primário é viável, mas nem sempre a fronteira entre os dois tipos é evidente:

> "São todas hipóteses de impulsos possíveis de reversão, desde que a acção reequilibradora seja rápida e casuística em relação à fonte inflacionária. Na ausência de uma política adequada e oportuna, os preços abusivos determinarão aumentos de custos aos demais agentes, com consequente elevação de preços, já caracterizando impulsos não reversíveis nos outros sectores, generalizando-se o efeito inflacionário. Em tais circunstâncias, e se novos desajustes não forem observados, a inflação tenderá a desaparecer apenas a longo prazo, na medida em que aumentos de produtividade venham a permitir que, em outros sectores competitivos, parte dos aumentos de custos sejam lentamente absorvidos"[66]

Após o impulso dá-se a propagação dos mesmos ("que se caracteriza como de causação circular") atingindo toda a economia

> "O processo de continuado aumento de custos (inclusive salários) e de preços toma, portanto, carácter automático, e somente se interrompe, levando à estabilização, se vierem a ocorrer perdas definitivas de rendas reais em algum segmento da sociedade, ou, mais precisamente, de algum agente atuando no sistema económico. Caso contrário o sistema funciona como uma gangarra – com preços e salários se revezando,

65 Idem, pág.. 16
66 Idem, pág.. 15

embora de forma não rítmica, dado que os reflexos cruzados, na economia, ocorrem em períodos não simultâneos"[67].

Neste processo a moeda é neutra mas tem uma função de "lubrificação".

Desta forma a inflação fixa-se ao nível que permite uma contracção dos rendimentos correspondente à elevação dos custos. Aquela surge como elemento de restabelecimento do equilíbrio económico: taxa de inflação de equilíbrio. Contudo é um equilíbrio instável que resulta da elevação das taxas de juro e, sobretudo, da luta entre empresários e assalariados:

"a) se os empresários praticarem sobrepreços, tantando não só manter as margens de lucro, como também absorver parcelas crescentes de rendas reais; b) se os assalariados, e outros grupos de rendas fixas, conse guirem reduzir o intervalo dos reajustes, na tentativa de recuperação da renda real. Se a primeira hipótese parece evidente, pois significa prática de aumento de preços mais que proporcionais ao aumento de custos já na segunda uma explicação adicional se recomenda. Ora, se o equilíbrio do sistema económico se dá a uma determianada taxa de inflação que transfira a sobrecarga para os indivíduos de rendas fixas, a uma reacção destas deve seguir uma resposta mais rapida dos grupos de renda não-fixas, via elevação dos preços, na procura de uma taxa de inflação anual mais alta, suficiente para que a renda real média dos assalariados (etc.) caia novamente até compensar totalmente o aumento de custo inicial"[68]

### 3.4.3.4. Um modelo simples apresentado por Trevithick e Ulvey

Entre os diversos modelos apresentados por estes autores ao longo da sua obra de apresentação de diversas teorias explicativas da inflação[69] há um que, segundo nós, tem a vantagem de apresentar de uma forma bastante simples e precisa parte da lógica subjacente a esta teoria.

Começa por admitir que o rendimento nacional nominal se decompõe apenas em lucros e salários, podendo quer uns quer outros serem apresentados em percentagem do rendimento. Assim

$$Y = Z_B + W_B$$
$$Z_{Bt} = a_2 Y_t \quad \text{e} \quad W_{Bt} = a_1 Y_t \Rightarrow Y_t = (a_1 + a_2)\, Y_t$$

67 Idem, pág.. 19

68 Idem, pág.. 24/5

69 Estamos a referir-nos a Trevithick (Aavv), The Economics ...

pode-se ter uma situação diferenciada *ex-ante* e *ex-post*:

— *ex ante* é possível (embora não exclusivamente) $(a_1 + a_2) > 1$, o que seria uma situação geradora de inflação

— *ex post* $(a_1 + a_2) = 1$

De seguida introduz duas hipóteses: a) os trabalhadores e os capitalistas lutam por uma repartilha do rendimento; b) os trabalhadores tomam como referência o nível de rendimento do período anterior enquanto os capitalistas fazem-no em referência ao período em curso. Simbolicamente

$$W_{B1} = a'_1 Y_0$$
$$Z_{B1} = a_2 Y_1$$

o que significa, adicionalmente, que são os trabalhadores que tomam a iniciativa de iniciar a luta pela repartida do rendimento (a' exprime exactamente isso), apesar de os capitalistas poderem sempre aumentar os preços, como veremos da continuação da exposição do modelo.

Considerando para o período t

$$Y_t = a'_1.Y_{t-1} + a_2.Y_t = (a'_1 / (1-a_2)).Y_{t-1}$$

$$Y_t = Y_0.(a'_1 / (1 - a_2))t$$

Admitindo-se que o rendimento real é constante, temos

$$P_t/P_0 = (a'_1 / (1 - a_2))^t$$

donde

$$\dot{P} = (a'_1 / (1 - a_2)) - 1$$

e

$$a'_1 = 1 - a_2 \quad \Rightarrow \quad \dot{P} = 0$$
$$a'_1 = 1 - a_2 \quad \Rightarrow \quad \dot{P} > 0 \text{ e temos inflação}$$

### 3.4.3.5. O modelo escandinavo

Existem varias variantes do modelo escandinavo[70].

70 Sobre o assunto veja-se
Vizeu, Contribuições ... Vizeu, "O Modelo escandinavo ...

Aqui apenas pretendemos apresentar algumas das suas características essenciais, para o que recorremos ao escrito por nós há algum tempo[71]:

> "a) decompõe a economia dum País num sector competitivo e noutro tradicional;
>
> b) considera a taxa de inflação mundial como exógena, actuando sobre o sector competitivo;
>
> c) a taxa de inflação mundial e a produtividade no sector competitivo determina o incremento da taxa salarial no sector;
>
> d) este estende-se ao conjunto dos dois sectores;
>
> e) as variações de produtividade são exógenas em ambos os sectores, sendo maiores no competitivo.
>
> Em síntese $p_i = p_w + a.(q_c - q_s)$, isto é, 'a taxa de inflação num determinado país $p_i$ é igual à taxa de inflação do nível de preços mundial, $p_w$, mais a diferença entre a taxa de aumento da produtividade do trabalho em ambos os sectores $(q_c - q_s)$ ponderada por (a), a participação do sector tradicional"[72]

### 3.4.3.6. Visão de conjunto sobre a teoria dos custos

Tal como procedemos para a teoria da procura, neste ponto tentaremos captar os elementos fundamentais da teoria dos custos, aquilo que é comum à posição dos diversos autores, mesmo que eles não explicitem integralmente os pressupostos da sua teoria.

Ela pode ser resumida em quatro pontos, tal como se segue:

1) [1] $p = \frac{\sum_{i=1}^{n} a_i p}{\sum_{i=1}^{n} a_i}$

com

p = preço médio unitário para o conjunto da economia
$p_i$= preço médio unitário para o bem i
$a_i$= quantidade transaccionada do bem i

e para simplificar (e tornar viável $\Sigma a_i$) admitimos que todos os bens i=1 i estão expressos na mesma unidade de medida.

O essencial é que:

71 Estamos a referir-nos a Pimenta, "Referências ..., publicado com muitas gralhas e com o corte dos anexos estatísticos

72 Idem, pág.. 71

a) o nível geral de preços é o resultado do que se passa ao nível de cada produto;

b) há uma transposição da lógica microeconómica para os problemas macroeconómicos. Mesmo que se entre em consideração com o relacionamento entre mercados de diferentes produtos, através, por exemplo, das elasticidades cruzadas

$p_j = f(p_i)$ $f' > 0$ ou $f' < 0$

$a_i = a_i(t)$ $a_i < 0$ ou $a_i > 0$

não modifica a lógica.

2) Por definição, o preço de cada bem é igual aos seus custos de produção, atribuindo a estes um conteúdo à Marshall[73], isto é,

$$[2]\quad p_i = a_i p_i^{MP} + \frac{1}{Pr} W_i + L_i' + O_i$$

com

$p_i^{MP}$ = preço médio unitário dos meios de produção consumidos

$a_i$ = peso dos meios de produção na produção do bem i em volume

Pr = produtividade do trabalho

= $Q_i / l_i$ com $l_i$ = quantidade de horas de trabalho utilizadas para produzir a quantidade $Q_i$ de mercadorias i

w = taxa salarial nominal média

$L_i'$ = lucro por unidade de produção (Li' ==> $Ln_i$ )

$Ln_i$ = lucro "normal" por unidade de produção

$O_i$ = outros custos por unidade de produção

devendo-se acrescentar as seguintes explicações e observações:

a) $a_i$ pode ser identificado como o inverso da produtividade dos meios de produção. Como a análise é, geralmente, de curto prazo, pode ser considerada constante.

b) em grande parte dos trabalhos decompõem-se os meios de produção de acordo com a sua origem nacional ou estrangeira, isto é,

$a_i p_i^{MP} = a_{i1} p_i^{MPN} + a_{i2} p_i^{MPE}$ com $a_{i1} + a_{i2} = a$

com

$p_i^{MPE} = f(p_i^{MI}, tc)$

sendo

$p_i^{MP}$ = o preço em dólares no mercado internacional

tc = taxa de câmbio

73 Queremos com isto dizer que o lucro normal é parte integrante dos custos de produção.

c) a produtividade do trabalho é, normalmente, considerada uma variável dinâmica, independente da evolução dos preços.

d) O lucro por unidade de produção pode ser o resultado de vários factores: condições de mercado, política da empresa que fixa os seus preços por mark-up. Em geral admite-se que esse lucro ou é igual ao lucro médio (que então estaria englobado no próprio conceito de custo de produção) ou tende para ele.

e) Nos outros custos de produção podem estar englobadas diversas despesas tais como impostos indirectos ou despesas financeiras, apresentando estas ultimas uma relevância quantitativa crescente.

3) Todo o aumento de preços de um bem i repercute-se no nível geral de preços, o que esta associado a um conjunto de fenómenos como os expressos pelas equações seguintes:

[3] $dp_i$ ==> dp
[4] $Dp_i$ ==> dp
[5] $a_i$ constante

[6] $Dp_i \Longrightarrow \sum_{j=1}^{m1} a_j Dp_j + \sum_{k=1}^{m2} a_k Dp_k$
com

$$\sum_{i=1}^{m3} a_i Dp_i + \sum_{j=1}^{m1} a_j Dp_j > \sum_{k=1}^{m2} a_k Dp_k$$

em que

d = variação entre dois momentos
D = variação entre o último momento (t) e o inicial (0)
$p_j$ = preços que variam no mesmo sentido com $p_i$
$p_k$ = preços que variam em sentido inverso de $p_i$

devendo-se, contudo chamar a atenção para o facto de nas exposições mais simplistas, e que infelizmente são muitas, estas considerações não serem tomadas em consideração.

O importante é conhecer quais as razões que fazem com que inicialmente se verifique um aumento do preço do bem i, havendo várias possibilidades, dando cada autor maior ou menor ênfase a cada um deles:

— $dp_i^{MPN}$
— $dp_i^{MPE}$

— $dW_i > dPr_i$
— $dL_i'$
— $dO_i$

mas é necessário ter em conta as seguintes limitações:

a) Para explicar a alta geral de preços num determinado país o aumento de preços dos meios de produção nacionais podem ser considerados, mas não deixa de haver um certo círculo vicioso.

b) O mesmo se poderá dizer sobre o aumento de preços dos meios de produção estrangeiros quando se procura explicar a inflação como fenómeno mundial (capitalista).

c) O aumento do lucro é raramente considerado porque admite-se que o lucro para além do normal, com toda a ambiguidade que tem este termo, tende a anular-se.

d) São os aumentos dos salários, para além dos da produtividade e os aumentos de custos resultantes da política fiscal ou monetária, aqueles que mais vezes apresentam a capacidade de serem considerados exógenos, pelo menos no impulso inicial, e como tal darem maior coerência à explicação.

e) As antecipações são susceptíveis de ser consideradas e, enquanto realidades psicológicas, admitidas como exógenas[74].

4) Há neutralidade da moeda que se manifesta de duas maneiras:

Simultaneamente considera-se que há sempre a quantidade de moeda necessária para todas as transacções (a preços correntes, obviamente). A moeda não exerce nenhuma influência sobre os preços.

### 3.4.4. Dinâmica salarial

Constatamos ao expor as teorias da procura e dos custos que as variações salariais surgem frequentemente como um dos elementos mais fortemente justificativos do processo inflacionista, tanto mais relevante quanto se for capaz de atribuir essa dinâmica a razões exteriores à variação de preços.

Tal facto justifica que nos debrucemos com um pouco mais de detalhe sobre alguns dos factores explicativos da dinâmica salarial,

74 Elas serão analisadas quando da teoria quantitativa da moeda.

sem se ter a pretensão de esgotar esse vasto tema[75]. E teremos que encará-la tanto a nível nacional como sectorial.

Nos trabalhos relacionados com a inflação as justificações que aparecem para os aumentos salariais são, normalmente as seguintes:

I) As variações salariais resultam fundamentalmente da situação no "mercado de trabalho" ou de outras variáveis com este relacionadas. É a justificação da dinâmica salarial pela lógica da curva de Phillips.

II) As alterações salariais resultam da luta de classes, na qual o papel central compete aos trabalhadores e seus sindicatos.

III) A dinâmica salarial é o resultado da evolução da produtividade.

IV) As variações salariais sectoriais resultam também do poder de arrasto que os salários duns sectores têm sobre os outros. É a lógica dos salários líder.

V) As variações salariais hoje dependem da evolução da economia, ou de algumas das suas variáveis. É a lógica das antecipações ou expectativas.

Será quase escusado acrescentar que muitas vezes o que os autores apresentam são combinações destas diversas vias de explicação.

De seguida apresentamos alguns comentários sobre estas diversas hipóteses, reservando os comentários às antecipações para quando nos ocuparmos da teoria quantitativa da moeda.

### 3.4.4.1. A curva de Phillips

Desta temática que nos tem ocupado bastante noutros trabalhos[76] gostaríamos de salientar apenas alguns aspectos principais, de uma forma bastante sintética.

Quando falamos de uma curva de Phillips queremo-nos referir, no essencial, a uma relação do tipo

$$\dot{W} = f(U) \qquad f' < 0$$

75 Sobre ele nos temos vindo a debruçar imensas vezes nos últimos anos, em resultado de um trabalho colectivo na FEP, mas infelizmente fora do seu quadro institucional, com vista à implementação do modelo REGIS. Na Bibliografia encontram-se referenciados diversos trabalhos meus, como autor ou co-autor, visando estas problemáticas. O conjunto de materiais recolhidos ao longo destes últimos quatro anos deverá constituir matéria de futuro livro.

76 No que se segue apoiamo-nos, transcrevendo frequentemente, o trabalho de que fomos co-autor e relator "A Curva de Phillips em Portugal. Primeiros ensaios de um modelo global".

em que $\dot{W}$ é a taxa de variação do salário nominal horário e U a taxa de desemprego. Relação que pode significar, ou não, uma relação de causalidade (isso já é uma questão de interpretação teórica que abordaremos de seguida). É, sem sombra de dúvida, uma relação operacional de importância económica e política. Diversos autores acrescentam-lhe a condição adicional de $f'' > 0$, mas não lhe é indispensável, como o demonstram diversos trabalhos recentes para diferentes países, o mesmo acontecendo no caso português.

A esse núcleo inicial vêm sendo acrescentadas outras variáveis, esforço que se iniciou com os próprios trabalhos de Phillips e Lipsey, optando-se por relações do tipo

$$\dot{W} = f(U, M) \quad f'_1 < 0$$

em que M designa outras variáveis. A primeira concretização dada foi a de taxa de variação da taxa de desemprego (com resultados muito precários), logo seguida pela taxa de variação dos preços, como se encontra nos trabalhos originais. Posteriormente diversos autores introduziram outras variáveis, indicadoras do lucro, da produtividade, da sindicalização, do salário mínimo nacional, etc. (o que, aliás, permitiria englobar algumas das outras explicações da dinâmica salarial na lógica de Phillips).

Esta transformação foi acompanhada por uma outra que poderíamos representar por

$$\dot{W} = f(g(T_1, T_2, \ldots, T_i), M)$$

em que

$$U = g(T_1, T_2, \ldots, T_i)$$

Assim, a taxa de desemprego é substituída pela utilização simultânea da taxa de desemprego e da taxa de postos de trabalho disponíveis, ou só por esta, pela oferta e procura no «mercado de trabalho», pelos índices de produção industrial ou outros indicadores de conjuntura, etc. Note-se, de passagem, que a introdução do lucro ou da produtividade é muitas vezes interpretado também neste sentido.

Em todos os casos a curva de Phillips é originariamente considerada como uma relação de médio ou longo prazo, no sentido que exprime de uma forma duradoira um mecanismo de ajustamento entre variáveis em mutação microtemporal, considerando como um dado o quadro social envolvente.

Acrescente-se, nesta breve descrição das transformações que uma tal relação tem sofrido, que a passagem da taxa de variação dos preços de variável explicativa para variável explicada é uma adulteração do conteúdo da curva de Phillips e só por abuso de linguagem se lhe pode chamar tal.

A curva de Phillips tem um conjunto de pressupostos, de que os mais importantes são os seguintes:

a) Visa a análise de um aspecto de uma sociedade em que a força de trabalho é uma mercadoria. Tal facto impõe a precaução de não tomar a árvore pela floresta, erigindo a referida relação em elemento fundamental da sociedade e da política, e a consciência de que está confinada às fronteiras geográfico-social-históricas do capitalismo.

b) Pressupõe a capacidade dos agentes económicos, na sua actuação multifacetada, repercutirem os desequilíbrios no «mercado de trabalho», pelo que exige a liberdade de actuação, entendida tanto em termos de regime político-social vigente como de ausência de políticas económicas castradoras da iniciativa das classes sociais em confronto na negociação salarial.

c) Exige também, segundo alguns autores, a possibilidade do mercado de trabalho reflectir as pulsações do movimento conjuntural, isto é, haver uma articulação entre a situação global da economia e as tensões no «mercado de trabalho»

d) A verificação da curva de Phillips para um determinado período exige uma estabilidade relativa da estrutura económica global.

Como é que todos estes aspectos se articulam com a explicação do processo inflacionista?

A importância atribuída ao mercado de força de trabalho, exercendo uma acção directa ou indirecta, pouco importa, na dinâmica salarial e a aceitação, relativamente pacífica, da independência bastante grande, senão integral, daquele mercado em relação as variações (subidas) de preços, permitia atribuir as variações salariais (nacionais, regionais ou profissionais, pois a todos esses níveis a curva de Phillips manifestou potencialidades) um carácter autónomo e independente em relação à dinâmica dos preços. E, como vimos, tal evitava qualquer circularidade do processo e viabilizava a transformação das relações funcionais em relações de causalidade.

Aliás, como defendemos noutro trabalho, pensamos que foi nessa possibilidade de justificação teórica das teorias da procura e dos custos que se radicou bastante a popularidade que os trabalhos de Phillips-Lipsey atingiram:

«A demonstração desta afirmação pode ser feita da seguinte forma:

a) Desde a 2 Grande Guerra que se vinha assistindo a uma tendência do aumento de preços que começava a provocar aqui e além alguns estrangulamentos e tensões sociais.

b) Por razões ligadas à fase de desenvolvimento do capitalismo mundial e, em particular, dos EUA, à correlação de forças das classes sociais e ao tipo de intervenção do Estado e, ainda, à pujança teórica do Keynesianismo generalizaram-se as explicações do aumento de preços pela procura e pelos custos.

c) As teorias da procura e dos custos só assumem um certo nível de coerência interna se for explicitada a exogeneidade das variações salariais e da repartição do rendimento em relação aos mecanismos de formação dos preços. É esse um dos grandes esforços que nos anos que antecedem o artigo de Phillips se verifica nos documentos políticos de explicação das variações de preços.

d) O trabalho de Phillips veio dar consistência à referida exogeneidade, já por vezes explicada de forma semelhante à que consta no artigo, apesar de este só vir a surgir alguns anos depois. A curva de Phillips funcionou como o suporte técnico da passagem da «inflação dos preços» para a «inflação dos preços e dos salários'»[77].

A substituição da variável taxa de desemprego por outras do mesmo teor não alterava essa potencialidade de "exogeneidade".

O mesmo já não se poderá dizer quando da verificação de que as taxas de variação dos preços também eram econometricamente uma variável explicativa da taxa de variação do salário nominal. Dificuldade tanto maior quanto muitas vezes as melhores regressões exigiam a consideração de períodos de desfasamento entre as variações dos preços, primeiro, e dos salários, depois dificuldades crescentes na medida em que a taxa de variação dos preços passam de variável explicativa secundária para principal em muitos períodos e regiões.

Assim, mais não se poderá dizer que a curva de Phillips só parcialmente justifica a exogeneidade das subidas de salários. Justificação parcial mas que tem a vantagem de se enquadrar exclusivamente em variáveis económicas.

### 3.4.4.2. A luta de classes

Já referimos a propósito da multidisciplinaridade que não consideramos a existência de uma clara fronteira entre o "económico" e o

77 De Pimenta (Aavv), A Curva de Phillips em Portugal (Lisboa e Porto), pág.. 27

"social", mas a abordagem deste problema transcende o nosso foro. Apesar disso algumas ligeiras observações:

a) Quando se considera a luta de classes, e por simplicidade se admite a existência de apenas duas classes sociais, logicamente se tornaria necessário tomar em consideração tanto a força dos trabalhadores como a dos capitalistas. Contudo, o que é mais frequente, é considerar apenas a força dos sindicatos, muitas vezes designada por "agressividade dos sindicatos":

> "Hines montre effectivement que si au XIX siècle c'est le niveau de chômage qui pouvait expliquer les mouvements de salaires, il n'en est plus de même pour lui depuis la première guerre mondiale: c'est dorénavant la variation du taux de syndicalisation V{T} qui expliquerait les mouvements da salaires"[78]

Essa maneira de ver a luta de classes, chamemos-lhe parcial, é a expressão de um importante desvio ideológico que se radica em considerar que a luta de classes só existe em certos períodos (como só por vezes houvesse mais-valia), que a acção dos capitalistas é «normal» e passiva (é só económica e não política ou sindical) enquanto que são os sindicatos os que quebram o «equilíbrio».

b) Apesar desta crítica, a consideração dos sindicatos nos modelos económicos não deixa de apresentar aspectos positivos, tais como:

> "- o reconhecimento de que as estruturas económico-sociais têm uma influência decisiva nos mecanismos económicos, a aceitação implícita da interligação do económico e do social, o abandono parcial das leis clássicas de equilíbrio do mercado de trabalho.
>
> - o reconhecimento de que a influência dos sindicatos na actividade económica não pode ser apreciada em termos de variável exógena [como o demonstra Hines [79], como elemento externo perturbador dos mecanismos automáticos, mas antes como o próprio resultado da acumulação capitalista (...)"[80]

c) Partindo da constatação empírica de que nos processos de negociação salarial se defrontam sindicatos e associações patronais (e mesmo que se admitam áreas de contratação individual, estas também acabam por reflectir o que se passar na negociação colectiva) admite-se que

78 Posição de Courbis, citada por nós no trabalho referido na última nota, pág.. 89

79 Hines no seu artigo "Wage Inflation ... mostra que a variação da taxa de sindicalização depende econometricamente do aumento do custo de vida e do nível de lucros como indicador de prosperidade.

80 De Pimenta (Aavv) A Curva de Phillips em Portugal (Lisboa e Porto), pág.. 90/1.

$F_t > F_c \Rightarrow dW_1 > dW_m$

sendo
$F_t$ = força social dos trabalhadores
$F_c$ = força social dos capitalistas
$dW_m$ = variação dos salários resultantes das leis económicas
$dW_1$ = variação dos salários resultantes da luta de classes

Se se admitir que, segundo as leis económicas, os salários deveriam aumentar de acordo com a produtividade, tem-se sempre na luta de classes o factor exógeno capaz de explicar um aumento de salários inflacionista.

### 3.4.4.3. Movimento da produtividade

As variações da produtividade são normalmente consideradas como norma de referência, como fronteira entre os aumentos salariais que são considerados inflacionistas, na lógica destas teorias, e os aumentos salariais que o não são.

Ela poderia também ser directamente inflacionista porque, utilizando os argumentos das duas teorias, uma diminuição da produtividade nacional ou sectorial provocaria simultaneamente aumento dos preços sectoriais e diminuição da oferta, traduzindo-se, um e outro, num aumento geral de preços. Contudo, como essa evolução da produtividade, embora possível de ser considerada num período de crise, não é a que mais se adequa à realidade económica, esse tipo de argumentação não surge.

A produtividade é antes considerada como uma variável explicativa da dinâmica salarial[81], sendo viável aceitar que gere aumentos salariais superiores (porque?) aos seus. Essa sua capacidade de ser variável explicativa é, por exemplo, a tese de Kuh[82].

Já no capitulo anterior tecemos algumas considerações sobre a influência da produtividade sobre os salários, mas aqui acrescentaríamos uma constatação empírica e um apontamento de reflexão.

A constatação é a de que os ensaios econométricos entre produtividade e salários rejeitam, ou remetem para um lugar secundaríssimo, o relacionamento entre essas duas variáveis.

A nota de reflexão é a que Courbis nos deixa:

"La demande de travail par les entreprises résulte en effet de la confrontation entre taux de salaire et productivité marginal; ex-post les salai-

81 Esta é a lógica marginalista

82 Ver Kuh, "A Productivity theory ...

> res sont égaux à la productivité marginal du travail mais ceci n'ent vrai que à l'équilibre: on ne saurait donc (...) expliquer directement les salaires par l'évolution de la productivité moyenne du travail. Les analyses économétriques le confirme d'ailleurs. La corrélation qu'on peut observer à moyen ou long terme signifie d'ailleurs simplement que les comportements et les mécanismes du marché sont tels qu'on a approximativement une certaine structure de coûts et de prix si la part des revenues non salariales et du prélèvement fiscal dans la valeur ajoutée est constante sur moyenne période, l'évolution du salaire réel est en moyenne la même que celle de la productivité du travail et cela quels que soient les mécanismes de formation des salaires"[83].

### 3.4.4.4. Salários-lider

Dizemos que há um fenómeno de liderança salarial quando existe um movimento de difusão, que nunca é instantâneo, um movimento que parte de alguns núcleos impulsionadores e atinge um certo número de núcleos receptores, passando eventualmente por núcleos intermédios. Estes núcleos podem ser sectores, profissões, regiões, empresas ou outros. Tudo depende do universo salarial considerado, da ventilação que se analise.

Os núcleos são conjuntos de salários e, para falarmos em liderança, será de admitir que a totalidade dos salários englobados nos núcleos impulsionadores corresponda a menos elementos que os incluídos nos núcleos receptores. Constitui também uma condição do fenómeno a inexistência de elementos comuns nos núcleos impulsionadores, intermédios e receptores para cada par de impulsionador e receptor.

Um exemplo, considerando que os núcleos são constituídos pelos salários de algumas profissões. Nesse caso o fenómeno de liderança exige que o número de salários profissionais que impulsionam o movimento seja menor que o dos que recebem-no em último lugar. Ao mesmo tempo, se a um determinado núcleo impulsionador corresponde um receptor, não é de admitir a existência de salários de algumas mesmas profissões em dois quaisquer núcleos (impulsionadores, intermédios ou receptores) simultâneos.

Será de admitir que numa determinada estrutura salarial existam salários que não participem do movimento de liderança, sem que isso ponha em causa o fenómeno para o conjunto. Se o movimento a que temos feito referência é de propagação de um determinado nível salarial, nós estamos em presença da existência de salários-

83 Referido por nós no referido trabalho sobre a curva de Phillips, pág.., 89

lider. Se se refere a variações salariais trata-se de variações salariais-lider. Os dois fenómenos não se excluem, embora a sua ligação não seja inevitável. Mesmo a concomitância dos dois movimentos pode impor estruturas específicas para cada um deles.

Quando os núcleos têm ao longo do tempo sempre a mesma estrutura interna, a mesma constituição, estamos perante uma estrutura de propagação invariável. No caso contrário, como é obvio, designamo-la de variável. Convirá acrescentar que quando analisamos os salários em Portugal e restabelecemos para cada período a hierarquia dos níveis salariais entre profissões, facilmente constatamos a relativa estabilidade daquela. Já o mesmo não se poderá dizer para a hierarquia das variações salariais. Fazemos-lhe referência aqui para acrescentar que a probabilidade de encontrar uma estrutura de propagação invariável é maior para os salários-lider que para as variações salariais-lider.

O fenómeno mais frequentemente referido pelos autores que têm abordado esta temática é o de variações-salariais-lider, embora utilizem uma terminologia incorrecta[84]

A existência destes mecanismos de propagação (que são impensáveis sem a existência de condições económicas e força negocial para se verificarem) seriam geradores de aumentos salariais sectoriais (ou regionais, ou profissionais) exógenos às realidades económicas aí vigentes (nomeadamente a produtividade) provocando uma repartição de rendimentos e um aumento de custos irreversíveis. A partir daqui estar-se-ia, mais uma vez, num campo de relações de causalidade.

A única coisa que sobre tal assunto poderemos acrescentar é que não sendo de excluir este fenómeno de liderança ele não parece apresentar uma grande relevância social[85]

84 Não conhecemos nenhum estudo onde se faça uma análise tão exaustiva da caracterização do que se deve entender pelo fenómeno de liderança como aquele a que procedemos em diversos trabalhos sobre o assunto, referidos na bibliografia. E fizemo-lo exactamente porque quando os autores abordavam este problema nem sempre tinham uma consciência clara de qual era o seu efectivo objecto de investigação. Quando falam em salarios-lider estão quase sempre a querer significar variações-salariais-lider.

85 Este foi o resultado a que chegamos nos nossos estudos para a realidade portuguesa. Contudo essa não é a posição de diversos outros autores, nomeadamente dos da teoria da regulação, que fazem da articulação "salários-lider" / "norma social de consumo" uma das componentes fundamentais da interiorização das contradições produção-realização por parte dos monopólios, um dos elementos caracterizadores do que designam por regulação monopolista.

### 3.4.5. Capacidade das teorias da procura e dos custos explicarem a inflação

Já constatamos que cada teoria tem, explicita ou implicitamente, a sua caracterização da inflação, mas o que nos ocupa neste ponto é sobretudo ver qual a capacidade das teorias que temos vindo a referir para explicar a inflação, identificando esse objecto de estudo com a caracterização que apresentamos no capítulo anterior[86].

Para tal vamos referir, mais uma vez, os elementos fundamentais da caracterização da inflação e, ponto por ponto, ver quais são as capacidades de resposta das referidas teorias.

a) "Realidade inerente à sociedade capitalista numa fase histórica"

Em princípio esta característica da inflação não parece poder ser obstáculo a nenhuma das duas teorias.

Quanto à primeira parte da afirmação os obstáculos são nulos, não por serem capazes de abarcarem diversas formações sociais mas tão somente porque toda a sua análise incide sobre a sociedade capitalista.

Sobre a aparição apenas numa certa fase do seu desenvolvimento histórico, diremos que as referidas explicações têm elementos bastantes para o puderem justificar. Assim, por exemplo, podem justificá-lo pela elevação da capacidade de intervenção dos sindicatos a partir de determinada fase histórica, pela criação de novos mecanismos, legais ou não, de regulação salarial, o que seria apoiado pela própria história dos contratos colectivos de trabalho[87]. Também podem explicá-lo pela nova política económica, nomeadamente orçamental, que, como é sabido, é o produto de um novo tipo de intervenção do Estado localizada no período pós-crise 1929/33, o que a faz coincidir com a periodização da inflação.

No entanto ao avançarem por este caminho acabam por criar dificuldades às suas próprias teorias. Revelam que os movimentos das variáveis por eles consideradas "exógenas" apenas admitiam, não sem dificuldades, esse estatuto dado o curto período de tempo considerado. A introdução da dimensão histórica mostra que as referidas variáveis também são a expressão da organização da acumulação capitalista numa certa fase histórica.

86 Ao fazê-lo não estamos a tentar enclausurar estas teorias dentro do "colete de forças" por nós construído, mas a verificar a sua capacidade para abarcar um objecto teórico que corresponde mais fidedignamente ao objecto real.

87 Sobre este assunto, em Portugal, ver Barreto, José, "Sobre a implantação...

Quando se passa do curto ou médio prazo para uma apreciação macrotemporal as variáveis explicativas perdem uma parte da sua exogeneidade.

b) "Com unidade na mundialidade capitalista de essa formação social e modelado pelas especificidades de cada realidade nacional"

Quanto à capacidade para explicarem a inflação num determinado país não surge qualquer dificuldade, sendo sempre possível encontrar na dinâmica das variáveis internas especificidades capazes de justificarem, mais ou menos coerentemente, as diferenciações existentes entre dois ou mais países.

Contudo têm maior dificuldade em justificar a mundialidade do processo capitalista e, sobretudo, de considerar aquela como um elemento unificador e não apenas como o resultado de um somatório das inflações nacionais com um relacionamento entre si, que não ultrapassa o âmbito da "inflação importada". Claro que poderão dizer que em todos os países há políticas semelhantes, que há as mesmas lógicas de formação salarial, mas nem tal é totalmente concordante com a realidade nem é justificação para a unicidade do processo. Também poderão argumentar na base da mundialidade do movimento conjuntural, mas as especificidades deste no período posterior à segunda grande guerra, sobretudo o dessincronismo do movimento cíclico e a inflação em crise, também inviabilizam parcialmente estas vias explicativas. O movimento dos salários também não apresenta uma dinâmica mundial articulada [88]

O recurso explicativo à subida dos preços dos produtos primários e energéticos choca com algumas dificuldades: porquê as subidas de preços são irreversíveis e as descidas não o são? porquê as descidas de preços dos produtos primários coexistem persistentemente com as subidas de preços dos bens de consumo? etc. Para além de se resvalar já para a explicação pela "inflação importada", variante específica da teoria dos custos.

Em síntese, estas duas teorias apresentam algumas dificuldades em justificar a persistência da mundialidade do fenómeno e, sobretudo, em considerá-la como um elemento de unificação das suas diversas manifestações parcelares.

88 Essa foi a única conclusão possível num trabalho por nós realizado para o IACEP

c) "E a sua natureza profunda é o hiato estrutural entre a massa dos valores e a massa dos preços e salários que não são imputáveis à diminuição do valor do ouro"

Nenhuma das duas teorias é capaz de explicar este aspecto da inflação porque elas apenas consideram a realidade fenomenológica e porque elas não consideram os preços das mercadorias, chamemos-lhes vulgares, e os salários como duas categorias unidas no essencial.

d) "que se manifesta fenomenologicamente pela alta geral"

Embora não tivéssemos encontrado em nenhum autor a preocupação de precisar o que se deve entender por alta geral de preços, mesmo quando previamente constataram a existência de dinâmicas próprias de uma fracção da economia para outra, não será difícil admitir que este aspecto da inflação não constitui dificuldade para as duas teorias em analise, pelo menos no seu campo de aplicação nacional.

Mesmo sem uma reflexão séria sobre o seu significado, poder-se-á admitir simplistamente que o impacto das variáveis exógenas sobre a procura ou os custos fazem com que ambas assumam uma dimensão nacional.

e) "crónica"

A teoria da procura encontra dificuldades em explicar a inflação em crise, mesmo entrando em consideração com a existência de desfasamentos temporais entre a reacção da procura à conjuntura e a dos preços à procura, mesmo jogando com as antecipações, mesmo atirando para o Estado a responsabilidade de continuar a praticar em crise certas políticas orçamentais. Também não é pela via da desagregação sectorial e da noção de "inflação de equilíbrio"[89] que parece encontrar uma justificação inteiramente coerente.

O mesmo se poderá dizer da posição de autores como Marczewski

> "Une hausse exogène des prix d'un facteur ou d'un bien produit un double effet: 1) Elle crée un pouvoir d'achat additionnel à la disposition du vendeur. Ce pouvoir d'achat ne correspond à aucune création de biens. Il constitue un écart inflationniste; 2) Elle entraîne une diminution du pouvoir d'achat de l'acheteur qui subit ainsi un écart déflationniste.(...)
>
> On assiste ainsi à la formation de deux flux indépendants qui agissent simultanément sur l'économie: un flux inflationniste, qui fait

89 Conceito de Fitoussi

> hausser les prix, et un flux déflationniste qui ralenti l'activité. Pour que la stagflation qui en résulte disparaisse, il faut que les flux en questions se rencontre et donnent lieu à un circuit inflationniste continu"[90]

É, pois, patente a dificuldade da teoria da procura em explicar a inflação em crise, embora de tal não se possa deduzir a sua falência para os restantes aspectos.

A teoria dos custos procura explicar a «stagflation» quer por fenómenos externos quer pela continuação da força dos sindicatos, no que parece ser mais bem sucedida que a teoria anterior[91].

De uma forma mais geral poder-se-á dizer que o carácter crónico da inflação, impondo uma dimensão temporal que estas teorias à partida não consideravam, e têm dificuldade em abarcar, põe problemas a estas teorias. Os fenómenos por eles considerados como exógenos têm uma dinâmica em relação ao preços que é aleatória (se assim não fosse é porque havia um relacionamento, directo ou indirecto com eles e então deixariam de ser exógenos, e de justificar uma relação de causalidade), o que coloca a dificuldade de saber como é que essa aleatoriedade se articula som a sistematicidade do fenómeno a que dá lugar[92], já que é difícil justificar a repetição sistemática dos fenómenos aleatórios. Mais, o recurso à irreversibilidade dos custos, independentemente de uma apreciação crítica específica de que é susceptível, seria capaz de mostrar porque

$$dp_1 \Rightarrow p_n > p_0$$

mas não justifica

$$dp_1 \Rightarrow dp_n > dp_1 > 0$$

(os índices referem-se ao período de tempo).

f) "diferenciado dos preços dos produtos industriais e serviços"

Esta característica da inflação não coloca nenhuma dificuldade às teorias estudadas. Não é difícil justificar que os aumentos de gastos públicos tenham diferentes repercussões sectoriais

90 De Marczevsky, "Theorie de la stagflation ...

91 Aliás é por causa desse maior sucesso relativo que cada vez mais estas duas teorias se articulam na tentativa de explicarem a inflação nas diferentes fases do ciclo.

92 Uma das tentativas de resolver esta dificuldade é através da irreversibilidade de certos movimentos de custos, mas tal coloca também algumas dificuldades.

e regionais, que a situação conjuntural não apresente sincronismo sectorial, que as variações salariais se processam diferentemente de profissão para profissão, que existem diferentes coeficientes de flexibilidade, etc.

g) "diacronicamente heterogénea e decomponível em fases qualitativamente diferenciadas"

Sobre este ponto ter-se-ia que repetir o que já foi afirmado sobre a dimensão histórica da inflação.

Em síntese, estas teorias não contemplam qualquer relacionamento entre preços, salários e valores, pelo que não são capazes de entender a unidade das duas primeiras. Não apresentam uma visão unificadora da inflação no contexto mundial. Têm muitas dificuldades em abarcar as suas dimensões macrotemporais, tais como a localização histórica e o carácter crónico.

### 3.4.6. Análise crítica das duas teorias

Dadas as grandes identidades entre as duas teorias, muitas das apreciações críticas são aplicáveis a ambas e por aí começaremos o nosso estudo.

Seguidamente teceremos considerações críticas a propósito de algumas especificidades das tuas teorias.

Não esgotamos aqui as apreciações críticas, tanto mais que não consideraremos as posições deste ou daquele autor, mas esperamos captar os aspectos essenciais das duas teorias. Pensamos que apesar do carácter limitado deste ponto ele não deixa de abarcar alguns dos aspectos fundamentais

#### 3.4.6.1. Críticas comuns

A primeira apreciação que se deve retirar destas duas teorias é a de que elas reflectem alguns aspectos da realidade do aumento de preços. Aliás, se assim não fosse não poderiam ter tido as possibilidades que usufruíram, e usufruem, no pensamento económico e nas práticas políticas.

Apesar de sempre termos sido acérrimos críticos destas duas teorias, particularmente da teoria dos custos[93], nunca deixámos de

93 Veja-se, entre outros trabalhos, Pimenta, "Salários, Contratação ...

reconhecer essas suas capacidades mínimas. Por isso já há alguns anos afirmávamos

> "A tese da espiral inflacionista é uma forma capciosa, deformada, mistificadora, (...) de apresentar os efeitos da luta de classes na formação dos preços. É o ponto de vista dos capitalistas, que partem da premissa da imortalidade do capitalismo, da inevitabilidade da sua existência como classe, considerando quem lute contra tal *statu quo* como um usurpador do direito natural, da ordem estabelecida, que é preciso permanentemente restabelecer. É o ponto de vista da classe que tem como objectivo fundamental a maximização do lucro e que portanto não admite qualquer possibilidade da sua redução. Mas, além disso, é a posição de quem não admitindo uma redução dos lucros se defronta com uma incapacidade crescente de obter uma rentabilidade aceitável dos novos investimentos em capital fixo, por outras palavras, é a formulação ideológica de uma classe decadente historicamente, produto da crise geral do capitalismo"[94]

Captam alguns aspectos da realidade, mas atomizam os fenómenos, absolutizam alguns aspectos, estabelecem encadeamentos teóricos falsos entre as categorias.

A consideração dos salários como categoria radicalmente distinta dos restantes preços e com um grande grau de autonomização em relação a eles é uma demonstração de visão atomizada da realidade económica. A importância atribuída às categorias exteriores ao lucro na teoria dos custos é uma manifestação de absolutização de alguns aspectos, forma de esquecer outros. A actuação do Estado nos campos orçamental e fiscal é outra manifestação de atomização (Estado separado do económico) e absolutização. Como exemplo de encadeamento teórico falso referiria as relações entre produtividade e salários, ou ainda a transposição do comportamento sectorial face às variações de custos para o conjunto da economia (o que esta também ligado a atomização da procura em relação à repartição do rendimento e outras variáveis macroeconómicas). Assim, ao negarmos a validade da teoria da procura para explicar a inflação, mesmo na sua acepção, não queremos dizer que o aumento da procura sem existência de alterações na oferta (na produção e nos stocks) não se traduza em variações temporais de preços no sentido da alta, os quais são momentos do processo inflacionista[95]. Assim como ao combatermos a teoria dos custos não deixamos de reconhecer que

94 De Pimenta, "Para uma análise ... , pág.. 52

95 Recorde-se que na nossa caracterização da inflação o seu núcleo duro era a divergência entre a massa de valores e a de salários e preços não imputável a variação do valor do ouro. Ora as variações da procura podem também contribuir para esse hiato. A questão que se coloca é saber como é que tal dinâmica se articula com o carácter estrutural do hiato, o que remete para a articulação produção-circulação-troca-consumo.

microeconomicamente um aumento de custos se possa traduzir, se o proprietário dos meios de produção tiver condições para tal, num aumento dos preços. O que negamos a essas teorias é a compreensão do fenómeno inflacionista, é a capacidade de o explicar globalmente, é a sua incoerência teórica, resultante sobretudo do abandono da realidade metafenomenológica.

As críticas a estas teorias devem, em primeiro lugar, ser dirigidas contra as hipóteses de partida, porque as conclusões já estão incluídas nas afirmações de partida. Basta atentarmos nos modelos anteriormente apresentados para facilmente vermos confirmada esta posição. Repare-se no modelo de Nikaido por exemplo. Depois de se considerar que há uma rigidez à descida dos salários (terceira equação do primeiro bloco) e que estes também dependem do poder negocial das classes em confronto (terceiro considerando) e que os salários são um custo que por definição determina o preço de um bem e, indirectamente, o nível geral de preços (duas primeiras equações do primeiro bloco), depois destes considerandos não era evidente a conclusão? A formulação matemática funciona mais como "capa" de cientificidade do que como linguagem de explanação lógica e aprofundamento teórico. Repare-se no modelo de Arkhipoff. Ao considerar a massa monetária como exógena, o investimento a depender da oferta daquela, os preços a serem consequência do confronto entre oferta e procura a nível nacional e ainda ao admitir a interferência de outros factores, não está já a integrar no modelo quase todos os elementos indispensáveis para as conclusões que obtém? Pensamos que sim e estes exemplos propositadamente recolhidos dos modelos que apresentavam uma mais complexa formulação matemática exprimem algo que pode ser fortemente generalizável.

São essas hipóteses simples constatações empíricas, como frequentemente pretendem os seus autores? Deixando de parte os comentários epistemológicos sobre o tal empiricismo, recorramos a mais um exemplo para mostrar que elas encerram bastante mais do que isso. Para tal, tomemos o modelo de Trevithick já anteriormente referido, que tem a vantagem da simplicidade. Quando atribui aos sindicatos a vontade de alterarem a repartição do rendimento e considera que

$$a'_1 > (1-a_2)$$

provoca um aumento de preços está a pressupor, sem o afirmar, que os capitalistas têm possibilidade de reagir contra essa ofensiva

sindical e manter a sua parte no rendimento nacional (manter $a_2$). Mas isso significa que os capitalistas podem aumentar os preços (manter percentagem no rendimento nacional em resposta à ofensiva sindical implica aumentar preços). Se assim é, porque exigir que o ponto de partida seja um aumento de salários? Se os capitalistas têm sempre a possibilidade de aumentar os preços porque não o fazem sistematicamente para aumentarem a sua parte no rendimento nacional? Mais, essa capacidade de aumento de salários pressupõe que o sistema monetário reage ao aumento de transacções e é neutro.

E poderíamos estender os exemplos demonstrativos de que as "evidências" encobrem múltiplos pressupostos de validade duvidosa. E mais não seria necessário que manipular os modelos que apresentamos anteriormente.

Analisemos agora a validade de alguns dos seus pressupostos fundamentais, dispensando-nos de recordar novamente as suas incapacidades para abarcar todos os aspectos da inflação.

a) Decompõem a economia em "economia monetária" e "economia real". Na teoria da procura a economia monetária tem um papel activo (é a sua dinâmica que impulsiona o processo inflacionista) enquanto na teoria dos custos tem um papel passivo (limita-se a permitir a partilha do rendimento real). Mas em ambos os casos a dicotomia existe.

Em primeiro lugar coloca-se um problema teórico, ligado à lei do valor e à noção de moeda, que já por diversas ocasiões abordamos[96] e que se traduz, como afirma Brunhoff[97], na impossibilidade de uma tal decomposição:

> "L'économie capitaliste est nécessairement une économie monétaire. Et la rupture entre l'économie de troc et l'économie monétaire ne peut se faire de façon complète et sans dommage pour l'étude de la production que si l'on attribue à la monnaie une existence économique déterminée. Ainsi la thésaurisation répond, on le verra, à une demande et à une appropriation de valeur de la part des agents économiques prives, et elle indique la frontière qui sépare l'économie monétaire de l'économie de troc, de sorte que l'équilibre des échanges dans la production capitaliste ne pourra être analysée en termes 'réels' comme si la monnaie n'avait aucun rôle économique."[98]

96 Sobre este tema veja-se Pimenta, "A moeda ... Pimenta, "Para uma análise ... Pimenta, "Salários, contratação ...

97 Este é um dos temas centrais da sua obra.

98 De Brunhoff, La monnaie chez Marx, pag 17/8

problema suficientemente importante para nos vir a merecer no próximo capítulo uma atenção muito particular.

Um segundo problema é o do próprio encadeamento lógico das duas economias. A «economia real» só pode ser encarada como uma abstracção, como o resultado de um deflacionamento, mas então é posterior à categoria preços e não pode servir para a sua determinação. São os preços que permitem calcular a «economia real» e não esta que torna viável a determinação e quantificação daqueles. Por outras palavras, fazer qualquer como

$$Y_r = Y_m / P$$
$$dY_r < dY_m \Rightarrow dP$$

não faz sentido porque se na primeira expressão P tem que ser conhecido para calcular $Y_r$ (primeira expressão) não pode $dY_r$ justificar dP.

b) As relações de causalidade são baseadas no carácter exógeno de diversas variáveis, de que as mais importantes são o comportamento do Estado e a partilha dos rendimentos (salários).

Ora a verdade é que essas duas variáveis não são exógenas. Para justificar a exclusão da primeira poderíamos fazer alusão a toda a teoria do Estado como realidade superestrutural inserida nas próprias relações sociais de produção[99]. E quanto a partilha do rendimento já muitas observações fizemos que vão neste mesmo sentido (salários como preço, influência da taxa de variação dos preços na explicação da taxa de variação da taxa salarial, conjunto de pressupostos em que assenta a possibilidade de uma luta pela partilha do rendimento, etc.) mas aqui gostaríamos de recordar o que há já algum tempo afirmávamos sobre o assunto

> "é inegável que as empresas e os sindicatos têm uma certa capacidade de manobra, particularmente se tiverem grande importância no contexto nacional e sectorial, mas tal facto não autoriza admitirmos que têm capacidade de funcionamento alheio às leis objectivas da economia. O facto da lei do valor se manifestar de forma específica pela lei fundamental do capitalismo, que considera a integração da força de trabalho entre as mercadorias, torna indissociável o funcionamento da lei do valor da luta de classes, mas o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução das mercadorias encontra-se na base do movimento. A luta de classes retarda

99 Sobre este assunto veja-se Brunhoff, Etat et Capital ... . Este tema é também abordado noutros seus trabalhos

> ou acelera o funcionamento da lei do valor, pode criar desajustamentos temporais mas nunca pode ser elemento de permanente 'ruptura de equilíbrios'"[100]

ao que acrescentaríamos que mesmo as políticas de rendimentos e preços só têm viabilidade duradoira de aplicação quando as condições no "mercado de trabalho" o permitem[101].

As próprias lutas dos trabalhadores não podem ser encaradas como independentes da dinâmica de preços, como o salienta Dussault:

> "Les variables économiques les plus couramment retenues comme facteurs explicatifs de la grève sont: le niveau de l'activité économique, la variation du salaire nominal des travailleurs et l'inflation ou, à l'exclusion de ces deux variables, la variation du salaire réel, et, finalement, le niveau ou la variation du salaire relatif des travailleurs.
> (...) En résume, traditionnellement, les auteurs soutiennent les propositions suivantes:
> (1) la probabilité de grève s'accroît avec le niveau de l'activité économique[102]; (2) elle est affecté négativement par les variations du salaire réel; et (3) par le niveau du salaire des travailleurs relativement à celui qu' il désirent, l'écart entre les deux étant d'autant plus marqué qu'est faible le taux de salaire effectif. (4) Les variables économiques sont les plus importantes dans l'explication de la grève quoique certaines caractéristiques relevant des attitudes et des installations peuvent affecter la probabilité que les agents décident d'une grève»[103].

E ao pôr-se em causa a exogeneidade destes fenómenos em relação à dinâmica dos preços, está-se a atingir as relações de causalidade subjacentes a estas posições teóricas, mais não restando delas que relações de simultaneidade: seu esvaziamento teórico e redução a simples modelos operativos (e mesmo assim, com carácter limitado).

100 De Pimenta, "Salários, contratação ... , pág.. 145

101 Essa foi uma das conclusões do nosso companheiro de trabalho no grupo de investigação da FEP, Figueiredo, quando estudou as curvas de Phillips regionais: o rácio entre procura de emprego e oferta de emprego não satisfeitas no fim do período era substituído sem inconvenientes por uma variável "dummy" indicadora da política de tecto salarial.

102 Segundo Kergoat, "Crise economique ... , este aspecto tem que ser analisado historicamente.

103 De Dussautt (Aavv), "Activite de grève ... , pág.. 633/6

### 3.4.6.2. Críticas à teoria da procura

Para além das críticas anteriormente apresentadas[104] e que se lhes aplicam igualmente, é de acrescentar-lhe as seguintes:

a) Ao privilegiar o mercado subestima (ou despreza) a produção e a repartição de rendimentos, sem os quais não é viável entender o significado da procura agregada.

Há já alguns anos tecemos esta consideração num artigo[105] que nos atrevemos a transcrever:

> "Não existem dúvidas que na pratica quotidiana da gestão empresarial as perspectivas de venda cada vez mais alicerçadas, em certos ramos e em grandes empresas, em estudos de mercado têm uma importância nas decisões individuais da quantidade de produção a promover. É certo que as receitas individuais podem ser parcialmente despendidas em diferentes períodos e que as despesas monetárias em bens e serviços são a única via de monetarização da produção e, consequentemente, das receitas. Mas também é certo que a visão global do processo económico não pode ser uma mera generalização da actuação empresarial. As concorrências intrasectorial e intersectorial nacionais e internacionais, o movimento global do capital são contraditórios e, assim sendo, este não pode ser entendido como um mero somatório dos capitais individuais.
>
> Para haver despesas tem que existir uma determinada repartição do rendimento em determinados montantes. Estes montantes estão globalmente estabelecidos pela quantidade de valor criado, o qual só se pode processar na produção - uma análise particular do problema partindo dos mobis empresariais chegaria a esta mesma conclusão.
>
> A repartição do rendimento também resulta das condições estruturais em que se processa a produção e as actividades complementares: da propriedade dos meios de produção e dos bens e serviços produzidos, da evolução tecnológica e estratificação profissional da mão-de-obra, da partilha entre actividades produtivas (criadoras de valor novo) e actividades improdutivas, etc.
>
> Por outras palavras, estruturalmente a despesa é determinada pela produção, pela oferta na linguagem adoptada pelos teóricos dessas correntes, o que corresponde a uma elementar prioridade lógica, verificada historicamente: só se pode ceder a outrem o que previamente foi produzido.
>
> Temos assim que a despesa é estruturalmente determinada pela oferta enquanto que conjunturalmente a oferta seria determinada

104 Embora neste ponto só nos tenhamos ocupado de aspectos teóricos, ao acabar estas notas críticas referentes aos salários e sua dinâmica, caberá dizer que o peso dos salários nos custos de produção tem diminuido em diversos países, nomeadamente nos EUA, núcleo central do imperialismo, e Portugal, ao mesmo tempo que a inflação se acelera.

105 De Pimenta, Salarios, contratação ...

> pela procura. Contudo, a diferença de temporização das duas relações não é significativa a partir do momento em que é claro que a inflação não é um fenómeno exclusivo de 'alta conjuntura' mas um fenómeno permanente.
> O esquema de raciocínio da teoria da inflação pela via da procura aparece, assim, ou invertida ou encerrada num círculo vicioso ao nível da determinação de preços globais"[106]

b) Esta teoria é capaz de explicar as variações de nível de preços mas não o nível de preços[107]

Mais, apesar de pretender ser essencialmente uma teoria criadora de modelos operacionais, não é viável estatisticamente obter curvas de oferta e procura para um produto, logo para o conjunto da economia, pelo que apenas podem medir o excedente (positivo ou negativo) da procura em relação à oferta, o que se traduz numa variação de preços. Aliás o nível geral de preços é algo inexistente, como o salientou Leontieff[108].

A sua limitação às variações é um reflexo de não considerarem as categorias fundamentais para a compreensão dos preços e suas variações.

c) Já anteriormente criticamos o facto destas teorias considerarem o Estado como uma realidade autónoma acima das classes e do económico. E ao fazê-lo estão, frequentemente a admitir que o Estado é um regulador de quantidades monetárias.

Tal também não corresponde igualmente à realidade. Estado exerce uma influência sobre o sistema monetário e a quantidade de moeda, quer exercendo uma actividade imanente quer exterior, mas nunca tem um controlo total, e muito menos no médio ou longo prazo, sobre a quantidade de moeda[109]

106 Idem, pág.. 140/1

107 Na síntese dos aspectos essenciais da teoria da procura colocamos o nível de preços a ser determinado pela oferta e procura, mas já então fizemos alusão que todas essas expressões poderiam ser apresentadas em termos diferenciais. Ora em termos operacionais o que esta teoria capta, e é a única possibilidade, é o diferencial, absoluto ou relativo, entre a oferta e a procura, pelo que só é capaz de explicar as variações de preços.

108 Diz Leontieff "Nos objections sont uniquement dirigées contre l'utilisation irreflechie de ces prix et quantités dans certaines parties de l'analyse theorique generale ou ils ne sont pas à leur place. Il semble que la raison principale de cette erreur reside dans une hypothese toute gratuite selon laquelle ces biens composés ont la même ou du moins a peu pr½s la meme nature que les biens individuels, et se soumettent aux memes lois economiques elementaires que les biens ordinaires. Nous avons essayé de montrer que cette hypoth½se constitue une grave erreur: les grandeurs de ces biens-índices composés ne sont pas mesurables, alors que la caracteristique economique fondamentale des biens ordinaires et de leurs prix est precisement qu'ils sont mesurables" citado por Mouchot, Temps ... , pág. 74

109 Este será um assunto que nos merecerá desenvolvimento no próximo capítulo.

### 3.4.6.3. Críticas à teoria dos custos

Acrescentemos algumas críticas que dizem particularmente respeito à teoria dos custos, embora parcialmente relacionadas com algumas das observações anteriormente formuladas.

1) Se $dO_i = 0$, o que é a hipótese mais generalizadamente aceite porque a análise do processo incide sobre outras variáveis, está-se a explicar a alta dos preços pela alta dos preços (porque pelos aumentos de preços de umas mercadorias é determina os aumentos de outras, porque os salários também são um preço), caindo-se numa tautologia.

2) É possível ter $dW>0$ com manutenção do preço médio na economia, como o já salientamos por diversas vezes:

> "... comete alguns erros importantes: é impossível ver a formação de um preço de produção desinserido da estrutura porque tal é o caminho para encobrir o funcionamento da lei do valor em capitalismo; há que decompor os custos de produção em duas componentes radicalmente diferentes capital constante e capital variável -, única forma de manter bem claro que é o trabalho que cria todo o valor, e não o capital visto instrumentalizadamente; o próprio conceito de lucro normal encobre o seu carácter de partilha de mais-valia.
>
> É, pois, preferível ter presente que

$$Ppi = (CC_i + CV_i)_{tr} + \frac{M}{CC + CV}(CC_i + CV_i)_{av} \quad \forall i$$

$$\sum_{i=1}^{n} Pp_i = \sum_{i=1}^{n} V_i$$

> em que a primeira expressão diz-nos que o preço de produção de um sector é igual ao valor dos capitais constante e variável transferido para o valor das mercadorias produzidas mais o lucro médio proveniente da partilha da mais-valia, e que tende a remunerar de forma igual cada unidade de capital avançado pelos capitalistas; a segunda expressão diz-nos que para o conjunto da mercadorias o total dos preços de produção é igual ao total do valor criado medido em tempo de trabalho socialmente necessário. Como é sabido, a concorrência entre sectores apresenta uma relevância impar nos mecanismos de formação dos preços de produção, e o aumento da composição orgânica aparece quer como um expediente de obtenção de lucros extra dentro de um sector quer como forma de beneficiar mais da transferência de mais-valia entre sectores. Não tem significado a referência à mais-valia apropriada por um sector .
>
> Por estas razões parece salutar apresentar a primeira expressão sob outra forma

$[(K_i+1) / (K+1)].(CV_i/CV).T = Pp_i$

em que K é a composição orgânica (CC/CV) média global, $K_i$ a composição orgânica do sector i, CV e $CV_i$ respectivamente o capital variável global e o do sector i e T a massa total de valor criado e avançado na sociedade.
Comecemos por admitir que há um aumento geral de salários (Novos salários = w. .antigos salários) com uma correspondente diminuição da composição orgânica do capital e da taxa de mais-valia. Atendendo a que ($Pp_i$ novos/$Pp_i$ antigos) pode ser expressa pela relação

$Z = [(yK_i +1).(K+1)]/[(yK+1).(K_i +1)]$ em que y=1/w

chegamos a uma conclusão fundamental: As consequências de um aumento de salários de x% são: '1) Para um capital de composição social média o preço de produção da mercadoria manteve-se constante; 2) Para um capital de composição inferior, o preço de produção da mercadoria subiu, embora o seu aumento não se tivesse na mesma proporção que a diminuição do lucro; 3) Para um capital de composição superior o preço de produção da mercadoria baixou, embora também aqui esta baixa não se tivesse feito na mesma proporção que a do lucro.'
Evidentemente que se podem considerar outras hipóteses, mas o significado geral não é notoriamente alterado. Assim, por exemplo, se das hipóteses simplificadoras anteriores retirarmos a da diminuição da taxa de mais-valia e admitirmos que esta se mantém teremos Z'=jZ com j=((CC+w(CV+M))/T e o preço de produção de cada mercadoria individual depende, para além da composição orgânica de capital do sector e global, do aumento da quantidade de bens produzidos (se aumentarem simultaneamente CV e M é porque aumentou o tempo de trabalho socialmente necessário utilizado na produção de mercadorias).
É certo que são admissíveis outras hipóteses que conduzem a resultados um tanto diferentes. Assim, por exemplo, se se admitir a manutenção da composição orgânica do capital chega-se a expressões do tipo Z=g em que g=(Total dos antigos Pp)/(Total dos novos Pp), aumentando o valor de g quando se admite igualmente a manutenção da taxa de mais-valia [mantém-se a hipótese base geral de que o capital avançado é igual ao capital transferido no período]."[110]

É importante ter em consideração os valores e os preços de produção para compreender a lógica da dinâmica dos preços de mercado e, além disso, as condições sociais que permitem ter preços de mercado diferentes dos preços de produção.

110 De Pimenta, "Para uma análise ... , pág.. 48/51

Este aspecto relaciona-se estreitamente com a crítica seguinte.

3) Não é possível uma generalização do aumento de preços do sector para o aumento de preços do conjunto da economia porque nesta passagem interferem outras variáveis. É particularmente importante considerar que tal alteração de preços sectoriais (no quadro de uma determinada estrutura de produção e troca), choca com uma determinada repartição dos rendimentos e estrutura de consumo.

4) A moeda não é neutra, assunto que analisaremos detalhadamente no próximo capítulo.

5) Como o mostra Jarrett (aavv)[111], entre outros, as variações da produtividade não são independentes da inflação. O referido autor mostra que um aumento da inflação provoca uma diminuição da produtividade, devido à influência que exerce sobre a habilidade e vontade dos trabalhadores, à redução da informação e ao aumento dos investimentos improdutivos, ao aumento da carga fiscal e correspondente diminuição do lucro.

## 3.5. Teoria quantitativa da moeda e monetarismo

A teoria quantitativa da moeda e o monetarismo apresentam exactamente as mesmas bases. O monetarismo é a formulação moderna da velha teoria quantitativa. Por isso consideramos estas duas posições em conjunto. A relevância que a segunda tem tido nos dias de hoje merece que a sua designação surja destacada no título deste ponto.

Depois de tecermos algumas considerações sobre a teoria quantitativa da moeda (TQM) e sobretudo frisarmos um pouco da sua história (o que fazemos num ponto introdutório) avançamos para a apresentação da posição de diversos autores e da nossa síntese. Finalmente procederemos à sua apreciação crítica à luz da real concepção de inflação e da sua lógica interna.

111 Ver Jarrett (aavv), "The Productivity .

### 3.5.1. Introdução

Gostaríamos de iniciar este ponto com duas observações. Uma sobre as igualdades e diferenças entre a teoria quantitativa da moeda e a monetarista e outra sobre a "velhice" da primeira.

Ambas as teorias admitem que um aumento de massa monetária provoca um aumento de preços e que tal relacionamento se processa sem qualquer intermediação. O próprio Friedman, expoente máximo do monetarismo, começa por se afirmar quantitativista e continuador das posições anteriores, ao mesmo tempo que afirma

> "La teoría cuantitativa del dinero es un término evocativo de un enfoque general mas bien que la etiqueta de una teoría bien definida[112]".

Contudo apresentam algumas diferenças, de que a mais importante parece-nos ser que o enfoque principal passa da oferta para a procura de moeda.

Quanto à "velhice" da teoria quantitativa da moeda convirá recordar que a sua primeira expressão (não necessariamente a primeira manifestação da sua lógica, mas aquela que ficou retida na história do pensamento económico) encontra-se em Bodin que, no século XVI, considera que a elevação da quantidade de metais preciosos faz aumentar os preços. E desde então muitos vultos importantes da humanidade a têm subscrito, tais como Hume (para o qual a moeda é um instrumento das trocas e, portanto, um aumento da quantidade de moeda em circulação com a mesma quantidade de mercadorias faz com que estas se exprimam numa nova quantidade de ouro), Locke (para quem o ouro e a prata tem um valor imaginário), Montesquieu (que considera o confronto entre massa de mercadorias e volume de ouro e prata, que admite a existência de uma certa rotação das mercadorias e da moeda e conclui que os preços são estabelecidos de acordo com a proporção entre o total dos bens e das moedas realmente transaccionadas), mesmo Ricardo (que num contexto teórico diferente acaba por aceitar uma lógica quantitativista quando analisa o numerário). E, depois, continua com os marginalistas e muitos outros[113].

Quer isto dizer que a teoria quantitativa da moeda é anterior à inflação e o recurso a ela para explicá-la resulta da aceitação de que uma teoria que "serve" para explicar o aumento de preços "serve" para explicar a inflação.

112 De Friedman, La teoria cuantitativa ... , pag 1

113 Em um texto didáctico para a cadeira de Moeda e Preços fizemos uma análise destas diversas posições. Veja-se, Multon, Poderá ... aavv, L'Inflation

Pensamos que o facto da teoria quantitativa da moeda ter surgido tão cedo no pensamento económico resulta de os preços serem, efectivamente, uma expressão monetária (não nos preocupando agora em saber de quê) e da inevitabilidade da relação entre preços (atendendo igualmente ao número de transacções) e a quantidade de moeda em circulação (dada uma determinada velocidade de circulação desta). Mas resulta também da variação da quantidade de moeda ser uma manifestação visível de um processo mais complexo de transformação (nomeadamente de qualidade e valor).

Como é com Fisher que a teoria quantitativa da moeda surge mais estruturada, e penetra mais profundamente o pensamento económico e a acção política, só consideraremos a posição daquele e posteriores.

### 3.5.2. Exposição da teoria quantitativa da moeda

Nesta breve exposição consideraremos as posições de Fisher, de Keynes na sua obra principal, de Don Patinkin, um autor inovador e grande influência contemporânea e de Friedman. Apresentaremos igualmente um modelo monetarista global, porque dá bastante atenção às relações internacionais. Finalmente faremos uma síntese das diversas posições, tentando captar os traços fundamentais desta teoria.

Nesta exposição, tal como nas que já fizemos para as teorias da procura e dos custos, quando apresentamos um autor não visamos expor toda a sua teoria, mas tão-somente pegar nos elementos daquela que se relacionam directamente com a explicação do aumento de preços.

#### 3.5.2.1. Posição de Irving Fisher[114]

Para compreender plenamente a posição de Fisher em relação as variações de preços é fundamental, previamente, conhecer o significado que ele atribui a um conjunto de conceitos subjacentes à elaboração da sua teoria:

> "economics itself may be defined as the science of wealth, and the wealth may be defined as material objects owned by human being. Of wealth therefore, there are two essential being: materiality and appropriation[115].

114 Baseamo-nos em Fisher, The Purchasing ...

115 Idem, pág.. 1

> "Any commodity to be called 'money' be generally acceptable in exchange, and any commodity generally acceptable in exchange should be called money"[116] "When a certain quantity of one kind of wealth is exchanged for a certain quantity of another kind, we may device one of the two quantities by the other and obtain the price of the latter"[117]
> "The value of any item of wealth is its price multiplied by its quantity"[118]
> "But we shall be chifly concerned in this book with prices of goods in terms of money"[119] "But while a bank deposit transferable by check is included as circulating media, it is not money"[120]
> "Yet while a note is generally acceptable in exchange, a check is specially acceptable only, i.e. only by the consent of the payee"[121]
> "Of real money there are two kinds: primary and fiduciary (...) Primary money has its full value independently of any other money. Fiduciary money, on the other hand, is money the value of which depends partly or wholly on yhe confidence that the owner can exchange it for the other goods"[122] "All money held for circulation, i.e., all money, except what is in the banks and United States governments vaults, is called 'money in circulation'"[123]
> "The important magnitude, called the velocity of circulation, or rapidity of turnover, is simply the quotient obtained by dividing the total money payment for goods in the cause on a year by the average amount of money in circulation by which those payments are affected"[124]

Destas definições chamamos a atenção para a ausência do conceito de valor tal como o temos vindo a caracterizar, a definição de preço sem necessidade de considerar a moeda, a definição desta sem uma fronteira nítida em relação aos outros bens e assente exclusivamente na confiança existente para a sua aceitação nas trocas, assim como a consideração dos dois tipos de moeda. Finalmente repare-se que o conceito de velocidade de circulação é residual.

Após estas definições, já por si bastante significativas, entra na exposição da sua teoria que, à partida, tem os seguintes passos:

a) Para exemplificar as suas posições vai pôr a hipótese de que a quantidade de moeda pode duplicar, sem se preocupar em justificá-lo:

116 Idem, pág.. 2
117 Idem, pág.. 3
118 Idem
119 Idem, pág.. 6
120 Idem, pág.. 11
121 Idem
122 Idem
123 Idem, pág.. 13
124 Idem, pág.. 17

> "Suppose, for instance, that the quantity of money were doubled, while its velocitu of circulation and the quantities of goods exchanged remained the same. Then ..."[125]

b) O ponto de partida da análise é a situação para cada produto e mercado, sendo a situação global a simples expressão da média.

c) Aceita a lógica do que normalmente é designado por multiplicador de crédito, partindo do domínio da moeda não-bancária sobre a moeda bancária:

> "The existence of banks deposits merely magnifies the effects on the level of prices produced by the quantity of money in circulation and does not in the least distort that effect"[126],

para o que igualmente contribui a sua teoria da taxa de juro.
Com efeito, partindo da consideração de uma taxa de juro nominal (que é praticada no mercado e influenciada pela valorização ou desvalorização interna da moeda) e de uma taxa de juro real (calculada em termos de bens), caso haja um atraso no ajustamento da taxa de juro monetária, tal traduz-se num aumento de pedidos de crédito

> "Aussitôt que le taux d'intérêt monétaire devient inférieur au taux réel, le taux de profit augmente. Cela étant, les entrepreneurs demandent d'avantage d'emprunt, en essayant de développer leurs activités. Les revenues et la demande s'accroissent et les prix augmentent"[127] .

chegando de seguida à sua conhecida formulação

$$MV + M'V' = \Sigma\, p_i Q_i = PT$$

com

M = Moeda (nacional)
M' = Depósitos bancários
V e V' = respectivas velocidades de circulação
T = Transacções
P = Nível geral de preços

e de seguida analisa os factores que influenciam, directa e indirectamente, cada variável [128], ao que se lhe segue o esforço de explicação

125 Idem

126 Idem, pág.. 55

127 De Barata, "L'interet ... , pág.. 294

128 Nessa análise, na pág.. 91, faz uma referência que tem particular aplicação a países como o nosso:
"When a single small country is under considertion, it is therefore preferable to say that the quantity of money in that country is determined by the universal price level, rather than to say that its lével of prices is determined by the quantity of money within its borders"

de quais são as relações de causalidades expressas na equação de trocas, de que se salientam os seguintes aspectos:

- O ponto de partida continua a ser o aumento de moeda: $+\Delta M$ e a quantidade de depósitos ou moeda bancária depende da quantidade de moeda, isto é , $+\Delta M \Rightarrow +\Delta M'$

  "Normally the quantity of deposit currency varies directly with the quantity of money"[129]

- A velocidade de circulação depende de hábitos da população, pelo que é relativamente estável:

  "Velocity of circulation (...) depends on countless individual rates of turnover. These, as we have seen, depends on individual habits"[130]
  "The V's cannot be permanently reduced without causing people to have surplus money and deposits, and there cannot be surplus money and without a desire to spend it ... "[131].

- As transacções são independentes da quantidade de moeda

  "We now proceed to show that (except during transaction periods) the volume of trade, (...), is independent of the quantity of money"[132]

- Destes aspectos destaca

  "We may now restate, then, in what causal sense the quantity theory is true. It is true in the sense that one of the normal effects of a increase in the quantity of money is an exactly proportional increase in the general level of prices"[133]

O termo "normal effects" significa que no fim do processo o resultado é o aumento do nível geral de preços, apesar de no período intermédio haver a interferência de outros factores: variabilidade da relação M/M', mudanças de velocidade de circulação e seu impacto sobre a quantidade de moeda, modificações de quantidade de mercadorias, etc.

Para Fisher não restam dúvidas, após a análise do comportamento de cada uma das variáveis, que a relação de causalidade é da variação da massa monetária para a variação dos preços:

"So far as I cas discover, except to a limited extend during transition periods, or during a passing season (e.g. the fall), there is no truth what-

129 De Fisher, The Purchasing ... , pag 150
130 Idem, pág.. 152
131 Idem, pág.. 154
132 Idem, pág.. 155
133 Idem, pág.. 157

ever in the idea that the price level is a independent cause of change in any of the other magnitudes M, M', V, V', or the Q's."[134]
"The price lével is normally the one absolutely passive element in the equation of exchange"[135]

Ainda em relação à sua compreensão sobre a dinâmica dos preços, convém ter presentes os seguintes dois aspectos:

- Faz uma distinção entre a dinâmica dos preços individuais e do nível geral de preços. Aqueles são determinados pela oferta e procura e pelos custos; da evolução de alguns preços individuais nada se pode concluir sobre o que se passa para o conjunto
  "A maior quantidade de moeda invertida em um bem será retirada de outras compras. Em outras palavras, as ondas do mar dos preços apresentam sinuosidades. Isto pode ser visto na equação da troca... Todo o aumento em um dos seus termos, devido ao incremento de qualquer preço individual, deve ocorrer à custa dos termos restantes... O efeito reaccionário do preço de uma mercadoria sobre os preços das demais nunca deve ser perdido de vista... "[136]

  enquanto que o nível geral de preços depende da quantidade de moeda em circulação.

- Admite a dispersão dos preços
  "In this chapter we have seen that prices do not, and in fact cannot, move in perfect unison. The reasons for dispersion are principally three: (1) Many prices are restrained by previous contract, by legal prohibition, or by force of costume. (2) Some prices are intimately related to the money metal (3) Each individual price is subject to special variation under the influence of its particular supply and demand. There exists, however, a compensation in price movements in the sense that the failure of one set of prices to respond to any influence on the price level will necessitate a correspondingly greater change in other prices"[137]

### 3.5.2.2. A posição de Keynes na "Teoria Geral"

O conhecimento da posição Keynesiana na sua obra fundamental é mais do que um esforço de história. Ainda hoje se mantêm bastantes vivas as discussões sobre o conteúdo do Keynesianismo no

134 Idem, pág.. 169
135 Idem, pág.. 172
136 Referido por Moulton, Poderá ... , pág.. 167/8
137 De Fisher, The Purchasing ... , pág.. 196/7

que se refere à sua explicação do aumento de preços, debates que se orientam em dois sentidos complementares: saber se Keynes era quantitativista ou não e saber quais são as semelhanças e diferenças entre o Keynesianismo e o monetarismo.

Só para ilustrar este último debate veja-se quão nuanciadas podem ser as interpretações da obra de Keynes[138], através da posição de Blanville

> "Le choix est pratiquement entre un modele de demande (keynésien) dans lequel la monnaie agit sur l'activité via le taux d'intérêt, et un modèle d'offre (monétariste) dans lequel l'offre de monnaie agit sur l'activité via l'écart entre anticipassions et prévisions d'inflation"[139]

ou de Leonard[140] que considera que há intensas diferenças entre as duas correntes, nomeadamente em três aspectos:

- contra a posição clássica que opõe preço «real» da mercadoria ao nível de preços «monetário», para Keynes todos os preços são monetários;
- os preços monetários estão interligados com a teoria geral de produção;
- contra a posição clássica $M_o \Rightarrow PT/V$ propõe $PT/V \Rightarrow M_d$ e considera o da moeda como reserva de valor.

Quanto ao primeiro ponto de polémica não vamos apresentar a posição de diversos autores, mas tão-somente a nossa própria opinião. Esta resume-se em considerar que Keynes na sua obra principal assume uma posição que esta inteiramente de acordo com a teoria quantitativa da moeda (e por isso a existência deste subponto dedicado à sua posição), tanto mais que o elemento motor do processo de aumento de preços é a oferta de moeda, considerada exógena:

> «A Teoria Quantitativa da Moeda pode ser enunciada como se segue: 'enquanto houver desemprego, o emprego variará proporcionalmente à quantidade de moeda; e quando o pleno emprego é alcançado, os preços variarão proporcionalmente à quantidade de moeda»[141]

O próprio autor admite que a sua posição é quantitativista e mais geral que as formulações anteriores.

---

138 É obvio que aqui não temos a pretensão de analisar a importante obra de Keynes, nem sequer a Teoria Geral, mas tão somente considerar os aspectos relacionados com o assunto que nos ocupa.

139 De Blanville, "Monetaristes ...

140 Ver Leonard, "Remarques sur ...

141 De Keynes, Teoria Geral ... , pág.. 284

Contudo, ao generalizá-la introduz bastantes elementos adicionais e, sobretudo, chama a atenção para o facto da relação aumento de moeda/aumento de preços não ser directa e imediata, exigir um campo de intermediação muito complexo. Ao fazê-lo abre as portas para a teoria da procura que já expusemos.

Feitas estas observações preliminares passemos à referência das suas posições sobre o problema, começando mais uma vez pelos seus pressupostos básicos, sem os quais muitas posições se tornam ininteligíveis.

Começa por admitir que diversos produtos podem ser moeda, passando à caracterização desta:

> "A primeira característica que leva à conclusão anterior é o facto de ter a moeda, tanto a longo como a curto prazo, uma elasticidade de produção igual a zero, ou pelo menos muito pequena, no que respeita ao poder da empresa privada como coisa distinta da autoridade monetária"[142] "ela tem uma elasticidade de substituição igual, ou quase igual, a zero"[143]

e apresenta ainda características que satisfazem a preferência pela liquidez tal como, entre outras, baixos custos de conservação.

O ponto de partida fundamental para a apresentação da sua teoria é a constatação de que existe uma oferta de moeda (M) e uma procura de moeda (L). Esta é decomponível em preferência pela liquidez pelos motivos transacção e precaução, e que depende do nível de actividade económica e do rendimento (L(R)) e a preferência pela liquidez pelo motivo especulação, que depende da taxa de juro (L(r))

A taxa de juro é o resultado do confronto entre a oferta e a procura de moeda (pelo motivo especulação) num quadro de opções de gestão de uma carteira de valores. Assim, os agentes económicos optam (num modelo simples) entre dinheiro e títulos e, ao fazê-lo, estão a condicionar o preço dos títulos e a taxa de juro que vigora no mercado. O Estado ao lançar mais moeda em circulação, ou ao reduzi-la, também vai actuar nesse mercado de títulos e condicionar a taxa de juro[144]. Assim, por exemplo, se numa determinada altura houver um aumento de procura de moeda isso significa diminuição da procura de títulos (ex. de dívida pública) por parte dos agentes que ainda são possuidores de dinheiro e um aumento da oferta daqueles (por parte dos que querem converter títulos em dinheiro). Se o Banco Central não intervier tal conduz a uma descida da

142 Idem, pág.. 222

143 Idem, pág.. 223

144 A análise e sempre feita em termos de "open-market"

cotação dos títulos o que, por definição, se traduz num aumento da taxa de juro. Se numa outra ocasião, sem haver alteração de preferência de liquidez pelo motivo especulação, o Banco Central resolver aumentar a quantidade de moeda em circulação vai aumentar a sua compra de títulos, traduzindo, em aumento das suas cotações e descida da taxa de juro. Em síntese

$r = r(M_o, L_2)$ com $r'_1 < 0$ e $r'_2 > 0$

> "a simples definição da taxa de juro diz-nos, palavra por palavra, que ela é recompensa da renuncia à liquidez por um período determinado; porque a dita taxa não é, em si mesma, outra coisa que o inverso da relação existente entre uma soma de dinheiro e o que se pode obter abandonando por um período determinado o controle dessa quantia em troca de uma dívida"[145]

Como o investimento - categoria fundamental pelos seus impactos sobre o processo produtivo e a procura (com efeitos multiplicadores) - também da taxa de juro, variando em sentido inverso, temos que um aumento da massa monetária exógena

> "em consequência de um incremento de renda nas actividades de mineração do ouro"[146] e "a situação é exactamente a mesma quando as variações de M provem de emissões de papel-moeda feitas pelo Governo ..."[147]

traduz-se numa diminuição da taxa de juro (pelo menos até determinado limite) a que se lhe seguirá um aumento do investimento e de renda, com múltiplos impactos.

Esses impactos serão diferentes conforme a situação conjuntural. Se existe subemprego o efeito principal é o aumento de actividade económica. Se existe pleno emprego a sua consequência fundamental é um aumento de preços[148], o que não acontece de forma directa, como o demonstra o seguinte resultado:

$$e = e_d\,(1 - e_e.e_o + e_e.e_o.e_w)$$

com

$e = (M/p)(dp/dM)$
$e_d = (M/D)(dD/dM)$
$e_e = (D/E)(dE/dD)$
$e_o = (D/O)(dO/dD)$
$e_w = (D/W)(dW/dD)$

145 Idem, pág.. 163
146 Idem, pág.. 194
147 Idem
148 Para o desenvolvimento seguinte veja-se pág.. 291/3

e M,p,D,O,E e W significando oferta de moeda, nível de preços, procura e oferta agregadas, emprego e salários.

### 3.5.2.3. Quantitativismo de Don Patinkin

A análise deste autor tem grandes repercussões no pensamento económico vulgar contemporâneo, apesar de não ser dos mais referenciados. A sua grande importância resulta da interligação que pretende estabelecer entre micro e macroeconomia e da decomposição da economia em diversos mercados interligados.

É na sua análise microeconómico que vamos, logo à partida, encontrar algumas definições relevantes para a nossa temática, tais como as de moeda e de preço.

Para ele a moeda é um bem como qualquer outro, incluindo nesta caracterização o papel-moeda:

> "No se debe olvidar que el papel moneda es un bien como otro cualquiera y, por consiguiente, también tiene su precio de cuenta, que variara de acuerdo con la unidad que empleemos"[149]

tendo como característica o ser utilisado como unidade de conta (no que não tem existência física) e como unidade de troca e medida de valor.

Quanto aos preços considera a existência de quatro tipos:

- de conta $p_1, ..., p_{n-1}, p_n$ sendo n a moeda
- monetários $p_1/p_n, ..., p_{n-1}/p_n, 1$
- reais
- relativos $1, p_2/p_1, ..., p_{n-1}/p_1$

e quando se fala só em preços está-se a querer designar os preços monetários.

Partindo do modelo de Walras considera que os equilíbrios de mercado são garantidos pelos preços relativos e o mercado monetário adapta os preços monetários aos preços reais de equilíbrio:

> "Supongamos ahora que el proceso esta en una situación tal en que se haya alcanzado la posición final de equilibrio de los precios relativos, pero que el nivel medio de los precios monetarios es, por ejemplo, mas bajo de lo que debe ser. Esto implica que el valor real de las existencias monetarias es mas alto del que le corresponde en la posición de equilibrio. Por tanto, existirá una demanda neta de dinero que elevara los precios. Es decir, que cualquier discrepancia entre el nivel absoluto de precios monetarios proclamados y el nivel que debe haber en la posi-

149 De don Patinkin, Dinero ... , pág. 15

> ción de equilibrio generara ciertas fuerzas en el mercado que tenderán a eliminar esta discrepancia. Estos mismas fuerzas también corregirán cualquier tendencia accidental a desviar se del nivel de equilibrio"[150]

Concomitantemente acrescenta algumas hipóteses tais como: todos os preços aumentam ao mesmo tempo e nas mesmas proporções; não existe nenhuma restrição à forma das procuras líquidas de mercadorias reagirem à liquidez real. O resultado de uma duplicação ("por alguna razon externa") de todas as quantidades monetárias possuídas pelos indivíduos é o recomeço do processo de aproximação sucessiva do ponto óptimo porque a esse nível de preços as existências monetárias aumentavam e com elas os rendimentos reais[151] e o aumento da procura de dinheiro, devido ao efeito de liquidez real no mercado monetário[152], pelo que pode concluir que

> "De todo este estudio podemos decir que un aumento en la cantidad de dinero produce un aumento en la misma proporción en los precios monetarios de equilibrio"[153]

Esta análise microeconómica é totalmente concordante, como seria de esperar na lógica de "continuidade" harmónica entre o agente e a economia, com a macroeconómica que assenta na decomposição da economia em quatro mercados[154]

1) Mercado de trabalho

De $Y=@(N,K_0)$, sendo 0 o indicador de início de período, Y o PNB real, N a quantidade de trabalho, K o capital fixo, obtém-se $(W/p)=d@/dn$, donde deduz a procura e a oferta neste mercado, assim como a situação de equilíbrio

$N^d = Q(W/p, K_0)$

$N^o = R(W/p)$

o que significa que os trabalhadores não têm ilusão monetária, donde a situação de equilíbrio

$Q(W/p,K_0) = R(W/p)$

2) Mercado de mercadorias

150 Idem, pág.. 35

151 Ver pág.. 37 da obra citada

152 Ver pág.. 40 da obra citada

153 Don Patinkin, Dinero ... , pág.. 37

154 Após a análise em Don Patinkin dos quatro mercados optamos por seguir de perto Barata, Politica Monetária ... por nos parecer uma boa síntese

A procura global de mercadorias depende da actividade económica, da taxa de juro e da quantidade de moeda real entesourada, à partida

$ME^d = F(Y, r, M_0/p)$

decomponível em procura das famílias (consumo), das empresas e do Estado

$F(Y, r, M_0/p) = g(Y, r, M^H_0/p) + h(Y, r, M^F_0/p) + G_0$

enquanto que a oferta depende da quantidade de trabalho procurada e do capital fixo

$ME^o = Y + @[Q(W/p, K_0), K_0] = S(W/p, K_0)$

obtendo-se a seguinte situação de equilíbrio

$F(Y_0, r, M_0/p) = Y_0$

3) Mercado de título

Designando por $B^d$ a procura de títulos na bolsa e 1/r o inverso da taxa de juro o preço unitário dos títulos é dado por

Bd/r

o valor dos títulos a preços correntes, temos

$B^d/rp = H(Y, 1/r, M^H_0/p)$

"A função B corresponde à preferência pela liquidez de Keynes acolhe também o princípio de que existe uma taxa de juro positiva mínima, r , à qual prestam atenção especial os indivíduos a m fim de compensar as perdas de liquidez implicada pela posse de títulos em vez de moeda"[155]

e

$B^o/rp = J(1/r, Y, M^F_0/p)$

surgindo como situação de equilíbrio

$rp.H(Y_0, 1/r, M^H_0/p) = rp.J(Y_0, 1/r, M^F_0/p)$

4) Mercado monetário

Pelo lado da procura temos uma procura de disponibilidades reais de caixa que varia em sentido inverso da taxa de juro:

$M^d/p = L(Y, r, M_0/p)$

e a oferta de moeda Ms é exógena, donde resulta como situação de equilíbrio

$p.L(Y_0, 1/r, M_0/p) = M_0$

sendo conveniente acrescentar as seguintes observações ao modelo:

155 De Barata, Política Monetária ... , vol. 1, pág.. 120

a) Para Don Patinkin não há desemprego involuntário e a economia encontra automaticamente os caminhos conducentes ao pleno emprego:

> "En sentido absoluto debe desaparecer la noción total de involuntariad porque cada uno necesita hacer lo que esta haciendo en un determinado momento; de otro modo no lo haria"[156]

b) Como afirma Barata

> "A teoria de Patinkin é de tipo 'integrado' mas o elo de ligação entre a esfera real e a esfera monetária não será a taxa de juro [através da função L(i) de tipo Keynesiano] mas sim aquilo a que se chama real cash-balances as disponibilidades monetárias reais"[157]

c) Há três comportamentos psicológicos importantes:

- o efeito de liquidez real que conduz a uma dinâmica do tipo

  $$\Delta p > 0 \Rightarrow \Delta M_0/p < 0 \Rightarrow \Delta M^d > 0 \quad \text{e} \quad \Delta ME^d < 0$$

  em que o aumento de procura de moeda visa reconstituir o stock real e a diminuição de procura de mercadorias, já nosso conhecido;
- o efeito de endividamento real que faz com a um aumento de preço e correspondente diminuição do valor real das dívidas, corresponda um aumento e uma diminuição de crédito (movimentos de montantes diferentes) por parte dos devedores e credores, respectivamente;
- o efeito activo físico que faz com que a um aumento de preços e correspondente aumento dos valores dos activos físicos e da riqueza corresponda um aumento da propensão das empresas a investirem, o que só tem significado no médio ou longo prazo (no curto prazo é igual a zero).

Da conjugação destes elementos não será difícil extrair a dinâmica inflacionista, a qual depende da forma como o aumento de moeda se verifica.

Para o ilustrar peguemos num dos exemplos apresentado pelo próprio[158] (1). Admitamos que o aumento de moeda oferecida resulta do Governo decidir no momento 1 aumentar a

156 De Don Patinkin, Dinero ... , pág.. 227
157 De Barata, Politica Monetaria, Vol. 1, pág.. 117
158 Vejam-se pág.. 161/9 da obra citada

compra de bens, voltando no momento 2 ao nível inicial. Assim no período correspondente ao aumento de massa monetária teríamos:

- aumento de G
- aumento de $M_0/p$
- manutenção de Y, porque há pleno emprego
- aumento da procura de mercadorias sem correspondência da oferta, o que implica aumento de preços
- aumento da procura de títulos devido à variação do encaixe real
- diminuição da oferta de títulos pela mesma razão, o que implica diminuição da taxa de juro
- aumento de procura de moeda

e no período seguinte reinicia-se o caminho para o reequilíbrio inicial, porque então a variação da massa monetária, em relação ao ponto de partida, seria nula. O aumento de preços provocaria

- diminuição de M/p ( é só este efeito de liquidez real que prolonga a pressão inflacionista)
- inversão da oferta e procura de títulos e correspondente impacto sobre a taxa de juro
- etc.

visão dinâmica que confirma a sua leitura estática:

> "... si para la cantidad de dinero M el sistema esta en 0 equilibrio a un nivel de salarios W , un nivel de precios p y 0 0 un tipo de interés r , entonces para la cantidad 2M existiría equilibrio cuando aquellas magnitudes fueran 2W , 2p y r ."[159]

### 3.5.2.4. O Monetarismo. Posição de Milton Friedman

Segundo Laidler[160] o monetarismo é caracterizável em quatro pontos:

1) teoria da procura de moeda, segundo a qual as flutuações da quantidade de moeda são a causa dominante das flutuações do rendimento monetário;

159 De Don Patinkin, Dinero ...
160 Laidler, "Monetarism ...

2) a curva de Phillips ampliada (taxa de variação de preços como variável explicada, expectativas de variação de preços entre as explicativas) fornece a lógica do aumento de preços;
3) teoria da taxa de câmbio flutuante;
4) posição contra as políticas de estabilização e defesa da existência a longo prazo de um suporte monetário.

Todos estes aspectos estão, obviamente, interligados, mas nós vamos preocupar-nos essencialmente com o primeiro ponto e seus impactos sobre os preços, seguindo as posições de Friedman[161].

Comecemos por ver, sinteticamente, a sua posição sobre a inflação:

"En ce qui concerne l'origine du mal, nous devons établir une distinction entre les causes immédiates et les causes lointaines. La cause immédiate de l'inflation est très facile à établir; la difficulté réelle porte sur les raisons de fonds. La cause immédiate de l'inflation est toujours et partout la même: un accroissement anormalement rapide de la quantité de monnaie par rapport au volume de la production. Cette conclusion repose sur de nombreux exemples historiques et se vérifie en effet pour beaucoup de pays, sur des périodes allant jusqu'a des siècles entiers. Il n'existe pas de période d'inflation prolongée si celle-ci a pris des proportions importantes qui ne se soit accompagnée d'un accroissement de la quantité de monnaie plus rapide que celui de la production."[162]

«La question de fonds consiste à se demander pourquoi la quantité de monnaie s'accroît plus vite que la production»[163]

«Reste a savoir pourquoi. Comment se fait-il que le gouvernement, aux Etats-Unis ou ailleurs, laisse augmenter la quantité de monnaie plus rapidement que la production et soit pas conséquent responsable de l'inflation»[164]

«Mais le problème n'est pas de savoir comment arrêter l'inflation. Le problème est d'avoir la volonté politique de le faire»[165].

E deste texto resultam com muita clareza dois pontos:

A) A oferta de moeda, para além de um certo nível, é a causa da inflação.
B) A oferta de moeda depende da vontade política.

161 De Friedman utilizamos para este ponto "Inflation and Unemployment" Inflation et Systemes ... , tradução de Dollars and Deficits, "The role ... Studies in the quantity ... , trabalho colectivo La Teoria Cuantitativa ... , tradução do estudo de Friedman no trabalho colectivo anterior

162 De FriedmaN, M., Inflations et ... , pág. 67

163 Idem, pág.. 73

164 Idem, pág.. 76

165 Idem, pág.. 80

Contudo, esta influência das variações da massa monetária oferecida sobre os preços não é directa. É necessário, igualmente, entrar em consideração com a procura de moeda, função que passamos a analisar.

Os pontos de partida para a sua elaboração são

- a consideração da moeda como um activo, como uma reserva de valor, a ser considerado pelas famílias, empresas não financeiras, bancos e outros intermediários financeiros nas suas gestões da carteira de activos;
- o reconhecimento de que tal gera uma procura de moeda que condiciona a sua velocidade de circulação e, também, de que os factores que determinam a oferta e a procura de moeda são diferentes.

A função de procura de moeda pode ser formalizada do seguinte modo[166]:

$$M_d = f(P, r_o, r_a, (1/P)(dP/dt), W, Y, u)$$

com

P = nível de preços no momento 0
$r_o$ = rendimento real das obrigações
$r_a$ = rendimento real das acções
$(1/P)(dP/dt)$ = rendimento de um bem físico face ao momento 0 (o que exprime que um aumento do crescimento dos preços leva a um aumento do rendimento real dos bens físicos)
Y = rendimento monetário
W = relação entre o capital humano e o capital físico
u = outras variáveis

e

$$f'_p > 0;\ f'_{ro} < 0;\ f'_{ra} < 0;\ f'_{(1/P)(dP/dt)} < 0;\ f'_W > 0;\ f'_Y > 0$$

sendo possível acrescentar outras variáveis, nomeadamente as expectativas, significado que pode ser atribuído a (1/P)(dP/dt):

"Nosotros hemos estado interpretando (1/P)(dP/dt) como el alza esperada de la tasa de precios"[167].

166 Aqui seguimos Friedman, M., La Teoria Cuantitativa ... , mas não utilizamos a mesma simbologia.

167 Idem

Como os agentes não tem ilusão monetária a função é homogénea do primeiro grau em P e Y, tendo-se f(x.P, x.Y) = x.f(P,Y), o que permite obter

$$Y = v(r_o, r_a, (1/P)(dP/dt), Y/P, W, u) \cdot M$$

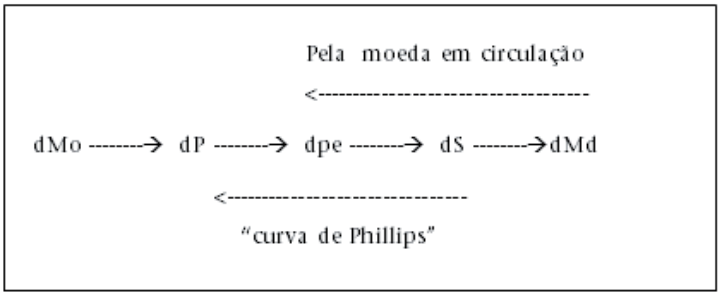
em que v=1/f e mede a velocidade rendimento da moeda. Os ensaios empíricos realizados para a sua medição revelam a sua estabilidade.

E destes elementos se retiram outros elementos desta teoria:

- Há uma função de procura de moeda estável que resulta da racionalidade dos agentes na sua gestão dos activos.
- Um aumento da quantidade de moeda oferecida aumenta a procura monetária e os preços, sendo o impacto sobre aquela um resultado dos encaixes reais desejados, rejeitando qualquer influência pela via da taxa de juro[168].

"To state the general conclusion still differently, the monetary authority controls nominal quantities directly, the quantity of its own liabilities. In principle, it can use this control to peg a nominal quantity an exchange rate, the price level, the nominal level of nominal income, the quantity of money by one or another definition or to peg tha rate of change in a nominal quantity the rate of inflation or deflation, the rate of growth or decline in nominal national income, the rate of growth of the quantity of money. It cannot use its control over nominal quantities to peg a real quantity the real rate of interest, the rate of unemployment, the lével of real national income, the real quantity of money, the rate of growth of the real income, or the rate of growth of the real quantity of money"[169]

Globalmente temos a seguinte dinâmica de aumento de preços:




168 Este é um ponto fundamental para o autor. Com efeito tal garante que a "economia real" não depende de qualquer variável da "economia monetária".

169 De Friedman, M., "The rôle…, pág...11

em que Mo,P,Pe,S,Md são, respectivamente, a oferta de moeda, o nível geral de preços, as expectativas de preços, os salários e a procura de moeda.

### 3.5.2.5. Modelo monetarista global

Todos estes modelos que temos vindo a apresentar tomam pouco (ou nada) em consideração as relações económicas externas. Por isso consideramos oportuno, antes de terminar este desfile de posições alheias, apresentar os modelos que são designados de

> "Monetaristas por reflectirem a ideia de que os fenómenos económicos são melhor analisados em termos de oferta e procura de moeda; globais porque, como primeira aproximação, o mundo é formado por uma economia única integrada e não por economias nacionais separadas"[170]

Considere-se um país (i=1) e o resto do mundo (i=2) e os respectivos stocks de moeda ($M_i$) cujo montante global é dado para todo o mundo, e procuras ($L_i$). Estas dependem do produto real (admite-se a existência de pleno emprego, e, portanto, a sua exogeneidade), do preço (considera-se, para simplificar, a existência de um único bem) e da proporção desejada entre moeda e rendimento ($K_i$): $L_i = K_i P_i Y_i$.

O preço no pais depende do preço no resto do mundo e da taxa de cambio: $P_1 = xP_2$. A taxa de cambio tem grande importância no modelo:

> "A quantidade de moeda é inicialmente dada e os governos abstêm-se de operações sobre a oferta de moeda a não ser quando for necessário para manter a taxa de câmbio, o que significa que a variação da oferta de moeda é dada pelo saldo da balança de pagamentos, B, que aqui coincide com a comercial; por outro lado supõe-se que o stock de moeda tem uma parte fixada internamente, parâmetro político, D (...) e outra cuja variação é determinada externamente, o stock de reserva R (...)"[171].

Eis então o modelo

$$M_1 = D_1 + R_1$$
$$\dot{M}_1 = -x \cdot \dot{M}_2$$
$$\dot{R}_1 = -x \cdot \dot{R}_2$$
$$B = \dot{R}_1 = \dot{M}_1$$

170 De Vizeu, "O nível de preços ... , pág.. 2. Esta e a outra obra da mesma autora, Contribuições ... foram o material de mais directa utilização para a elaboração deste ponto.

171 De Vizeu, "O nível de preços ... , pág.. 3 (igual pág.. 158 de "Contribuições)

$R_t = R_1 + x.R_2$
$M_t = M_1 + x.M_2 = D_1 + R_1 + x,(D_2 + R_2)$
$\dot{M}_1 = b_1 . (L_1 - M_1)$
$\dot{M}_2 = b_2 . (L_2 - M_2)$
$E_1 = P_1Y_1 - H_1$
$E_2 = P_2Y_2 - H_2$
$B = H_1 = -x.H_2$

em que

t = índice indicador de total
b = medida de abertura das economias
E = despesa
H = entesouramento por entrada ou saída de divisas.

Desse conjunto de equações, algumas das quais já são derivadas, é fácil obter

P = (b M + xb M )/(b K Y + b K Y ) 1 1 1 2 2 1 1 1 2 2 2
e se B tender para 0 temos
P = M /(K Y + K Y )
1 t 1 1 2 2

"Se as variáveis exógenas variarem a taxas constantes e dadas então

$\hat{P} = \hat{M} [(M_1/M_t)\hat{Y}_1 + (M_2/M_t)\hat{Y}_2]$

ou seja há inflação mundial quando a taxa de expansão da moeda mundial excede a da expansão do produto médio mundial»[172]

### 3.5.2.6. Visão de conjunto sobre a teoria quantitativa da moeda

Pensamos que os elementos fundamentais da teoria quantitativa da moeda podem ser apresentados nos quatro pontos seguintes:

1) $P = f(M, V)$ $\quad f'_M > 0 \quad$ $f'_V > 0$

com

172 Idem, pág.. 162

P = nível geral dos preços monetários
M = quantidade de moeda em circulação
V = velocidade de circulação da moeda.

Quando apresentamos esta função estamos a querer significar, como o já tínhamos expressado a propósito da apresentação sintética da teoria da procura, muito mais que uma simples relação unívoca entre variáveis. Queremos explicitar que há uma relação de causalidade entre os agregados monetários referidos e o nível de preços. Essa causalidade traduz-se igualmente na ordem lógica de variação das variáveis: só depois de termos dM ou dV é que podemos falar de dP. Por outras palavras, segundo a teoria quantitativa da moeda estamos perante uma verdadeira relação de causalidade e não tem sentido nem confundir esta com simultaneidade[173] nem inverter a ordem de manifestação das variações (é um absurdo falar de teoria quantitativa a posteriori para designar a inevitabilidade do movimento conjunto das referidas variáveis)

Mesmo que haja um certo efeito de feedback das variações dos preços sobre as variações de quantidade de moeda em circulação ou a sua velocidade, como está subjacente às funções de procura de moeda, o ponto de partida para o movimento seguinte é sempre a dinâmica das componentes monetárias, assentes na exogeneidade da oferta, aspecto que referiremos no ponto seguinte.

Note-se que P é o nível geral de preços (preços monetários) e apresenta-se como uma realidade totalmente diferente do conjunto dos preços individuais, assim como da estrutura de preços relativos. Enquanto aquele é uma categoria da "economia monetária" os outros são-no da "economia real", e entre estes dois mundos há claras fronteiras com apenas algumas pontes de ligação (a taxa de juro nas formulações mais Keynesianas, o encaixe real nas mais monetaristas).

Repare-se que o processo de produção e troca das mercadorias está totalmente ausente desta formulação. Quando surge é apenas como contrapartida, como elemento impulsionador de uma taxa de variação que serve de elemento de referência para a evolução dos agregados monetários. Essa ausência da oferta permite admitir diversos tipos de funções de produção, assim como situações de pleno emprego, de "desemprego de pleno

173 Esta posição que é frequentemente assumida, na base do seu empirismo, por M. Friedman

emprego" ou de desemprego. Esse aspecto não altera a lógica da teoria embora os impactos das variações monetárias possam ser diferentes de caso para caso, tanto mais diferente quanto a posição do autor é de admitir maior ou menor campo de intermediação entre a moeda e os preços. A formulação mais generalizada, de cariz clássico e monetarista é a admissão da hipótese de pleno emprego.

A velocidade de circulação da moeda é considerada estável. Uma vezes tal hipótese resulta de pressupostos teóricos outras de constatações empíricas. Em qualquer dos casos ela é sempre, mesmo quando não é explicitado, a negação do seu entesouramento por parte dos agentes económicos.

O motor da quantidade de moeda em circulação é sempre a oferta de moeda, o que significa que, defina-se como se definir a massa monetária, a sua componente fundamental é sempre a moeda nacional (no caso de um modelo fechado) ou a moeda internacional (no caso de aquele ser aberto). O sistema monetário é sempre encarado como um conjunto de moedas (ou moedas e quase-moedas e, ainda, falsas-moedas) como uma relação de hierarquização e de causalidade dinâmica.

Da estabilidade da velocidade de circulação resulta que dM é a variável explicativa fundamental de dP, mas entre as variações de ambas pode existir um maior ou menor campo de intermediação:

$$f(M) = f(g_1 (g_2 (... g_i(M))))$$

sendo a teoria tanto mais "genuína" quanto menor for esse campo. Falamos aqui em genuinidade porque a consideração de que a relação entre quantidade de moeda e nível de preços não é directa pode conduzir à não evidência da neutralidade da moeda, aspecto frequentemente considerado pelos teóricos não Keynesianos desta teoria, e, o que está relacionado com isto, ao derrubamento das fronteiras com a teoria da procura.

2) Exogeneidade da oferta de moeda

Para que a relação anterior se traduza efectivamente em causalidade é fundamental que a massa monetária (mais rigorosamente a moeda nacional ou internacional) varie em resultado de factores que nada tenham a ver com a variação dos preços, o que só é crível se radicarmos aqueles no extra-económico.

Esta exogeneidade muitas vezes não é explicitada e é aceite à partida.

Outras vezes é remetida para o acaso histórico[174] ou para a ficção acientífica[175], mas a suja formulação mais consequente admite que as variações de massa monetária são um produto da vontade política do Estado, entendendo este como uma realidade totalmente autónoma do económico.

3) Coisificação da moeda

Por coisificação da moeda queremos significar que a moeda é sempre considerada como uma coisa, como um objecto, sem grandes diferenças em relação aos restantes bens, que apenas tem a virtude de servir de intermediário das trocas ou de reserva de valor.

Desta não distinção da moeda em relação aos restantes bens e da sua exclusiva identificação com um determinado objecto material (estendendo esta designação ao registo bancário dos depósitos) resulta a admissão da sua fácil e plena manipulação quantitativa.

4) Privilégio do mercado

Depois das afirmações anteriores, nomeadamente sobre a não consideração da produção, pouco há a dizer sobre este ponto.

Chamamos apenas a atenção para o facto de este privilegiar do mercado se manifestar duplamente: pela formação dos preços no encontro da "economia real" com a "economia monetária" e pela acção da oferta e da procura.

Repare-se, contudo, que os mecanismos de mercado conducentes ao equilíbrio parcial ou geral da economia são uma realidade irrelevante para esta teoria. Isso passa-se no interior da "economia real" com recurso ao conceito de preço relativo, não havendo qualquer acção da moeda (embora, também aqui, as posições Keynesianas apresentem particularidades).

174 Esta posição é frequente quando os autores se referem ao tempo da pilhagem do continente americano e da pirataria.

175 São os exemplos, que não deixam de ser significativos, da chuva de notas ou do avião que passou sobre a cidade e deixou cair notas.

### 3.5.3. Capacidade da teoria quantitativa da moeda para explicar a inflação

Seguiremos aqui um caminho semelhante ao percorrido quando da nossa apreciação geral sobre as duas teorias já analisadas.

a) Realidade inerente à sociedade capitalista numa fase histórica

Poderemos dizer que a teoria quantitativa da moeda é incapaz de apreender e interpretar a dimensão histórica do processo inflacionista. A ahistoricidade é uma das suas características: a explicação é sempre a mesma para todas as subidas de preços, sejam parte da "revolução dos preços" do século XVI ou os fenómenos da actualidade.

É certo que o monetarismo explica o comportamento do Estado como emissor excessivo de moeda como um resultado da teoria Keynesiana e esta, obviamente, está perfeitamente localizada no tempo. Contudo, para além de essa ser uma das justificações possíveis da exogeneidade[176], há que não perder de vista que o próprio Keynesianismo é um produto da evolução histórica da sociedade e portanto não pode ser encarada como algo que surgiu exteriormente ao económico. Além disso, os primórdios, embora bastante brandos, da inflação são anteriores a essa corrente.

Mais, a aceleração do processo inflacionista dá-se exactamente numa fase da história do capitalismo em que se assiste ao papel crescente do crédito, por outras palavras, que aumenta a importância da endogeneidade de emissão de massa monetária[177].

b) Com unidade na mundialidade de esta formação social e modelada pelas especificidades de cada realidade nacional

Esta característica da inflação não coloca qualquer problema à teoria quantitativa da moeda. Para explicá-la basta considerar

176 E essa é uma das justificações mais "científicas" como vimos a propósito da exogeneidade ...

177 Apesar deste argumento convirá nunca perder de vista que entre endogeneidade e exogeneidade não existe uma contradição mas antes diferenças de tempo de processamento e de intensidade. Ambos são expressão das mesmas concepções sobre a moeda. Por isso é que todos os modelos que privilegiam a endogeneidade acabam por considerar a exogeneidade como sua parte integrantes e, quantas vezes, motora. Sobre este último aspecto é particularmente útil a leitura de Brunhoff, A Oferta ...

o sistema monetário internacional, a abertura de cada uma das economias e uma certa capacidade autónoma dos bancos centrais dos diversos países de conduzirem uma política monetária. O problema, quando muito, pode-se colocar quanto ao tipo de câmbios que um tal modelo exige.

c) E a sua natureza profunda é o hiato estrutural entre a massa de valores e a massa dos preços e salários não imputáveis à diminuição do valor do ouro

Esta característica da inflação é totalmente inexplicável, diríamos mesmo inconcebível, para a teoria quantitativa da moeda. O valor, como categoria prévia à de preços e salários, como realidade metafenomenológica, está totalmente ausente da sua formulação teórica.

É totalmente incapaz de considerar os aspectos qualitativos da moeda e, como já afirmou Marx: a teoria quantitativa da moeda considera apenas as variações da quantidade de moeda e não compreende que estas são a outra face de uma realidade mais profunda, isto é, da diminuição do valor do ouro (da moeda). Apenas o que é visível à superfície do económico existe, por isso só a quantidade de moeda existe para eles[178].

d) que se exprime fenomenologicamente pela alta geral

Embora não conheçamos nenhum autor que tenha feito uma reflexão crítica sobre o significado da generalidade do aumento de preços, podemos dizer que esta característica não apresenta dificuldades de explicação para a teoria em análise.

e) crónica

Esta característica da inflação coloca à teoria quantitativa a difícil tarefa de explicar como é que uma(s) variação(ções) exógenas que, como já fizemos referência, apresentam sempre uma certa aleatoriedade de manifestação, provoca um fenómeno crónico.

As vias utilizadas para ultrapassar esta dificuldade são a admissão da manifestação sistemática do fenómeno exógeno

178 Chamamos a atenção: esta articulação qualidade/quantidade da moeda e do sistema monetário não é uma questão apenas relevante para o passado. Como veremos no próximo capítulo, é uma das questões centrais de hoje.

(é o caso de considerar que é um produto do Keynesianismo e que este se manifesta sistematicamente[179]) ou da existência de mecanismos de propagação e ampliação do impulso inicial (via expectativas, mecanismos endógenos de emissão monetária, por exemplo).

A inflação em crise não constitui dificuldade, até porque as crises são períodos de reforço da intervenção do Estado e das políticas Keynesianas.

f) diferenciado dos preços dos produtos industriais e serviços

Este tem sido um problema que tem preocupado bastante os quantitativistas, muito provavelmente porque a sua teoria, inicialmente só interessada na generalidade dos aumentos de preços, defrontou-se com a realidade da crescente dispersão.

Assim, por exemplo, é disso que se ocupa Hercowitz[180] que à partida aceita a teoria quantitativa da moeda. Analisando a hiperinflação alemã, depois de aceitar os modelos de informação localizada parcial de Lucas e Barro e das expectativas adaptativas, e de quantificar os acontecimentos inesperados pelas variáveis residuais das regressões, explica a dispersão dos preços:

> "The testing of the dispersion equation showed a statistically significant correlation between unperceived money (...) and price dispersion"[181]

Cukierman (aavv)[182] chega a conclusões similares considerando como amostra um período recente e adoptando um modelo de expectativas racionais:

> "It seems plausible that the extent to which people will differ in the forecasts of inflation will increase with overall macro-economic uncertainty about the rate of inflation. (...)
> a positive relationship exists between the divergence of views about the future rate of inflation and the variance of aggregate demand shocks.

179 O que é difícil de sustentar quer pela política diversificada a que o Keynesianismo dá lugar nas diferentes fases conjunturais, quer pela importância política que as teses monetaristas têm assumido nos últimos quinze anos.

180 Referimo-nos a Hercowitz, "Money ...

181 Idem, pág.. 375

182 Este autor tem-se preocupado bastante com os problemas da dispersão quer em artigos de quantificação econométrica quer de interpretação teórica. Aqui referimo-nos a Cukierman (aavv), "Differential Inflationary ...

> (...) a positive association between that variability of the rate of inflation and the spread of expected inflation over different markets"[183]

g) diacronicamente heterogéneo e decomponível em fases qualitativamente diferenciadas

Coloca os problemas de ahistoricidade a que já aludimos.

### 3.5.4. Crítica desta teoria

Vamos desdobrar as críticas à teoria quantitativa da moeda em dois blocos: (1) um conjunto de observações de especialidade; (2)uma apreciação global.

#### 3.5.4.1. Algumas análises específicas

A teoria quantitativa da moeda tem recorrido frequentemente ao estudo de situações de hiperinflação. Aí procura encontrar a grande justificação para as suas teses. Por isso mesmo começaremos este subponto pela análise critica da capacidade daquela teoria para explicar as referidas situações, colocando-nos, podemos dize-lo, no campo do adversário. De seguida estudaremos alguma coisa sobre dois temas maiores destes autores: as antecipações e o mercado monetário

##### 3.5.4.1.1. A hiperinflação

Não é nosso objectivo fazer um estudo das hiperinflações mas tão somente mostrar que estas são susceptíveis de leituras diferentes das realizadas pelos defensores da teoria quantitativa da moeda, sem dúvida dos que mais se têm ocupado de tal temática.

Desde Cagan[184] que a hiperinflação alemã tem sido frequentemente analisada com vista à confirmação das suas teses, mas elas também têm sido objecto de estudo por parte de outras correntes teóricas. Porque são períodos sociais graves e de exacerbação das contradições, permite uma captação privilegiada de alguns fenómenos.

183 Cukikerman (aavv), ob. cit., pág. 606
184 Veja-se Friedman (aavv), Studies in ...

Comecemos por uma muito rápida referencia descritiva à referida hiperinflação, dando a palavra a Flamant:

> "C'est probablement l'Allemagne entre 1919 et 1923 qui connut l'inflation la plus spectaculaire de l'histoire. Phénomène d'autant plus impressionnant qu'il se produisit en temps. de paix, dans un grand pays industriel, riche et non détruit matériellement par la guerre et sans que le régime économique ait ete disloque comme il avait été en Roussie a la même époque. L'inflation s'y déclencha des la fin des hostilités. L'occupation de la Ruhr par nos troupes en janvier 1923 et la 'résistance passive' qu'elle provoqua précipitèrent la chute de la monnaie. En quelques mois, le mark perdit toute valeur sur le marche des changes: le 15 novembre 1923, le dollar cotait 4,2 trillions 18 (10 ) de marks. La vitesse de circulation devint tellement rapide que la circulation monétaire exprimée en marks-or se réduisit a rien: de 6 milliards de marks-or en 1913, elle n'était plus que de 0,3 milliards en octobre 1923. On peut distinguer trois étapes. Des 1921, le mark cesse de servir de réserve de valeur. A la fin de 1922, s'ouvre une deuxième phase: il n'est plus un instrument de mesure des valeurs: on tend à coter celles-ci en dollars ou autres devises étrangers. La monnaie ne conserve (en partie seulement) que sa fonction minimale d'intermédiaire des échanges. Enfin en 1923, on ne cote plus en marks: on se réfère à des quantités physiques de marchandises. Mais au mois d'août 1923, point culminant de la tournage, l'emballement est tel qu'il décourage (paradoxalement) l'investissement et provoque du chromage. Le moteur est grippe»[185].

Desta situação autores como Evans procuram tirar «evidências» econométricas confirmativas das suas posições (embora com divergências pontuais):

> "None of the models considered in the paper is consistent with Cagan's data for the German hyperinflation. In particular, Cagan's simple adaptative-antecipations mechanism does not appear to describe the formation of antecipations. Moreover, the growth rate of the money supply appears to depend on past inflation rates. We do find, however, that the current growth rate of the German money supply does strongly affect the inflation rate, a finding completely consistent with the existence of a stable demand function for money. We also find no evidence against the hypothesis that the demand for money depends upon rationally anticipated future inflation rates[186]"

contudo autores como Orlean[187] tomando a mesma realidade, mostram com muita clareza que também no caso das hiperinflações o essencial das relações entre a moeda e o aumento dos pre-

185 De Flamant, L'Inflation

186 De Evans, "Time-Series ... , pág. 206

187 Ver Orleans, "Une Nouvelle... , retomado no seu livro conjunto com Aglietta

ços é a modificação qualitativa das relações sociais que a moeda representa.

### 3.5.4.1.2. Antecipações

Vamos agora analisar um pouco das antecipações

> "As expectativas, ou antecipações como também são designadas, são variáveis reflectindo um comportamento actual dos agentes imprimido pela presunção de uma determinada evolução futura das variáveis que lhes são prévias"[188]

Pensamos desnecessário insistir sobre a importância que as expectativas (de preços, de moeda) apresentam nos modelos explicativos da inflação. Basta, por exemplo, para além dos autores já citados, ver Walter[189], Rutledge[190], Horne[191]), Jacobs[192] e Spitaller[193], cujo modelo vamos apresentar de seguida para melhor ilustrar a utilização das expectativas.

O seu modelo é composto de 10 equações, a saber

$$\dot{P} = A_{10}\dot{P}_d + (1 - a_{10})(\dot{P}_f + \dot{E})$$
$$\text{com } 0 < a10 < 1$$

$$\dot{P}_d = a_{11}\dot{\bar{Q}} + a_{12}\dot{W}_{-k} + a_{13}\left(\frac{Y}{\bar{Y}}\right)_{-1} + a_{14}(\dot{P}_f + \dot{E})_{-m}$$
$$\text{com } a_{11} < 0;\ a_{12}, a_{14} > 0;\ a_{13} \neq 0$$

$$\dot{W} = b_{11}\dot{\bar{Q}} + b_{12}\dot{P}^e(s) + b_{13}U_{-i}$$
$$\text{com } b_{11}, b_{12} > 0 \text{ e } b_{13} < 0$$

$$\dot{P}^e(1) = \dot{M}^e(1) - \dot{\bar{Y}}$$

$$\dot{P}^e(s) = d_{10}\dot{P}^e(1) + (1 - d_{10})(\dot{P}^e(1) - \dot{P})_{-j}$$
$$\text{com } 0 < d_{10} < 1$$

$$\dot{M}^e(1) = g_{10}\dot{M}^e(s)$$
$$\text{com } 0 < g_{10} < 1$$

188 De Pimenta (aavv), Curva de Phillips em Portugal (Lisboa e Porto), pág.. 91
189 Ver Walters, "Consistent Expectations ...
190 Ver Rutledge, "Irving Fisher ...
191 Ver Horne, "Rational Expectations ...
192 Ver Jacobs (aavv), "Price Expectations ...
193 Ver Spitaller, "A Model of Inflation ...

$$\dot{M}^e(s) - \dot{M}^e(s)_{-1} = h(\dot{M}(s) - \dot{M}^e(s)_{-1})$$
$$\text{com } 0 < h < 1$$

$$\bar{Y} = ae^{bt}$$
$$\text{com } b > 0$$

$$\frac{Y}{\bar{Y}} = (\dot{Y} + 1)\left(\frac{Y}{\bar{Y}}\right)_{-1} e^{-b}$$

$$U = c_0 + c_{11}\frac{Y}{\bar{Y}}$$

com o seguinte significado para as variáveis

- $P$ = Nível Geral de preços (implícito nas contas nacionais)
- $P_d$ = Nível geral de preços da produção nacional
- $P_f$ = Nível geral de preços dos produtos estrangeiros importados
- $E$ = Taxa de câmbio
- $Q$ = Produtividade (considera-se a taxa de crescimento da tendência de evolução)
- $W$ = Taxa de salário
- $Y$ = PNB efectivo
- $\bar{Y}$ = PNB potencial, com plena utilização da capacidade
- $U$ = Taxa de desemprego
- $M$ = Stock monetário

o expoente e significando que é uma expectativa e o s e l entre parêntesis dizendo se aquelas são de curto ou longo prazo, respectivamente. O índice indica quantos períodos de avanço (+) ou atraso (-) têm a dinâmica da variável assinalada.

Pensamos desnecessário fazer a descrição do modelo. As funções 1 e 8 são de definição, a 2 é a junção de uma serie de eventuais causas da inflação interna (produtividade, salários, conjuntura, preços internacionais), a 3 e a 10 são uma versão da curva de Phillips com aplicação da lei de Okun[194] e a 9 é o resultado de um mero artifício matemático.

As que aqui nos devem reter a atenção são as equações 4, 5, 6 e 7 as quais nos mostram o jogo de expectativas, que pode ser decomposto nos seguintes passos:

194 Para uma apreciação sintética desta lei Pimenta (Aavv), A Curva de Phillips em Portugal (Lisboa e Porto)

- a evolução recente da variação da massa monetária (resultado, pois da política de curto prazo) condiciona as expectativas dos agentes quanto à evolução de curto prazo da massa monetária;
- a evolução das expectativas sobre a evolução de curto prazo da massa monetária condiciona a evolução das expectativas da evolução da massa monetária a longo prazo;
- a dinâmica das expectativas sobre a evolução da massa monetária a longo prazo determina a evolução das expectativas de evolução dos preços a longo prazo;
- a dinâmica das expectativas sobre a evolução dos preços a longo prazo determina a evolução das expectativas de evolução dos preços a curto prazo;
- as expectativas sobre a dinâmica dos preços a curto prazo influenciam positivamente as variações da taxa salarial que, por sua vez, influi a evolução dos preços internos.

O que é notável neste modelo, e que só por si tem um grande significado, é que as expectativas só servem para introduzir a teoria quantitativa da moeda. Por outras palavras, esta teoria apresenta-se como uma expressão empírica da realidade, não porque a dinâmica das variáveis objectivas da economia a comprovem, mas porque os agentes económicos se comportam de acordo com ela, o que exige, obviamente, a sua prévia aceitação ou constatação. Comportamento que, além disso, exige um enormíssimo grau de racionalidade.

Neste modelo opta-se pelas chamadas expectativas adaptativas, mas existem outros tipos de expectativas. Segundo Figlewski existem três:

- as expectativas racionais, segundo as quais
  $P_t = PA_t + E_t$

- as expectativas adaptativas, segundo as quais
  $PA_t - PA_{t-1} = a + b\,(P_{t-1} - PA_{t-1}) + E_t$

- as expectativas regressivas, segundo as quais
  $PA_t - P_{t-1} = a + b\,(P^N_{t-1} - P_{t-1}) + E_t$

com

P = inflação actual

PA= inflação antecipada
E = erro aleatório
N = expoente indicativo de que se trata da taxa de inflação «normal» a longo prazo.

passando à apresentação de alguns conclusões sobre o assunto:

> "Our estimated ... coefficient from the adaptative model (...)provide evidence on the existence of a change in the expectations mechanism and can also be used to test the suggested explanation.
>
> "The hypothesis suggested by Turnovsky and Gibson is that the adaptative coefficient increase with the inflation rate. We find substantial evidence to the contrary "In periods of high uncertainty it is hypothesized that information from the relatively distant past is less important than recent experience. In an adaptative model, expectations can be expressed as a distributed lag with geometrically declining weights, and a larger adaptative coefficient means less weight is being given to past inflation. Therefore, the adaptative coefficient will be positively related to the degree of uncertainty"[195].

Hoje uma grande parte da literatura económica, nomeadamente de origem estadunidense, consagra-se ao debate sobre qual o tipo de expectativas que melhor traduzem a realidade económica, ou que mais fidedignamente permitem fazer previsões. É uma discussão em que não nos metemos porque é um desvio da questão essencial, a qual se radica na averiguação do grau de validade das antecipações.

Um debate completo sobre este tema conduzir-nos-ia muito longe, exigindo a reabertura da longuíssima análise sobre a racionalidade ou não (grau de racionalidade) dos agentes económicos, sobre o significado do "homem económico" e a harmonização dos comportamentos racionais de múltiplos agentes com interesses diferentes a defender[196].

Sobre esse aspecto de fundo, antes de entrarmos em algumas considerações específicas sobre o papel das antecipações na explicação da inflação, queríamos deixar patente que a referida posição clássica é incompatível com a realidade dada a anarquia da produção capitalista e o carácter contraditório entre os interesses em presença, o que impõe uma ruptura entre a dinâmica micro e macroeconómica, a que já anteriormente fizemos referência, da existência de leis objectivas. Isto não significa de forma nenhuma que os agentes económicos não apresentem uma certa racionalidade: definição dos seus

195 De Figlewski (aavv), "The Formation ... , pág.. 8/9
196 Sobre este ultimo ver Hollis (Aavv) O Homem Económico ...

objectivos a atingir e escolha de meios para o conseguir com menos custos. O que dizemos é que esses próprios objectivos e meios não são uma criação do agente mas uma "escolha" que ele faz dentro das opções que o sistema social lhe impõe, é que um agente económico ao proceder desse modo está a entrar em conflito com outras opções de outros agentes, conflito que não é sanável e que leva uma "solução" que resulta do funcionamento do económico no quadro de uma determinada correlação de forças das classes sociais (o que é uma realidade prévia aos agentes) em presença.

No campo restrito da utilização das antecipações para a explicação da inflação diríamos:

a. a) É inegável que a inflação cria o que se pode designar por um "clima inflacionista", que corresponde a uma modificação de comportamento dos agentes, mas é necessário dizer, em primeiro lugar, que as alterações nos comportamentos das classes sociais e suas camadas são muito diversificadas, condicionadas por múltiplos factores[197], não podendo, de forma alguma, identificar-se essa situação com as expectativas e, em segundo lugar, esse próprio clima já é uma consequência da inflação e nunca pode ser entendida como uma causa quando muito tem a ver com a sua ampliação.
b. b) As antecipações são utilizadas frequentemente como expediente fácil para encobrir as leis objectivas, remetendo para o psicológico o que é económico, permitindo frequentemente inverter eventuais relações de causalidade. Já noutros trabalhos[198] procuramos demonstrar histórica e econometricamente a veracidade de algumas destas afirmações. Por isso expliquemos apenas algumas das afirmações anteriores. Designamos de "fácil" porque com a dinâmica do aumento de preços (que se identifica com a inflação para a teoria quantitativa da moeda e outras que utilizam as antecipações) é sempre viável "comprovar" econometricamente o que se pretende (basta ver qual é o valor do parâmetro que conduz à melhor regressão). Dizemos que permite frequentemente inverter as relações de causalidade porque, admitindo que há uma maior probabilidade de uma relação entre variáveis exprimir uma de causalidade, quando a variável explicada apresenta um atraso temporal em relação à

197 Esses factores vão desde a história da inflação passada à estrutura política do Estado, desde a repartição dos rendimentos as características da luta de classes.

198 Veja-se Pimenta (Aavv), Curva de Phillips em Portugal (Lisboa e Porto) ou Pimenta, Salários e Preços ...

variável explicativa, a introdução das expectativas permite por exemplo, alterações do tipo:

$\dot{W}_t = f(\dot{P}_{t-a})$ logo $\dot{W}_t = f(\dot{P}^e_t)$

$\dot{P}^e_t = f(\dot{P}_{t-a})$

### 3.5.4.1.3. Mercado monetário

Os debates sobre o mercado monetário ocupam já hoje um lugar significativo na literatura económica, havendo, contudo, um tratamento diferente da oferta e da procura já que

> «Há conceitos que se situam nos limites das teorias existentes sem nelas chegarem a ser integrados, o que conduz a lacunas teóricas ou a aceitação de compromissos provisórios. A oferta de moeda é um desses conceitos a que corresponde a aparição de fenómenos perturbadores' não enquadráveis nas ideias adquiridas. Há já alguns anos que se desenvolvem estudos sobre o tema e que se investiga quais são os entrelaçamentos de determinações funcionais que permitem ampliar as teorias monetárias vulgares à análise da formação da massa monetária»[199]

E quanto à procura de moeda será de recordar as posições de Keynes, a que já fizemos alusão, os modelos IS-LM[200] tão nossos conhecidos, a que se poderiam juntar os modelos de Friedman, Don Patinkin, já anteriormente referidos por nós, ou Tobin[201], assim como diversos trabalhos econométricos, como os referidos por Laidler, donde se tiram conclusões como

> "Ainsi, l'importance du taux d'interet pour la demande de monnaie est maintenant etablie sans aucun doute possible alors qu'il est um peu moins evident que l'elasticité de la demande de monnaie par rapport au taux d'interet ne tend jamais vers l'infini. De meme, une cer-

199 De Brunhoff, A Oferta ... , pág.. 17

200 Recordemos o modelo conducente às referidas curvas:

C = A + c(Y-T) (função consumo)
I = B - ir (função investimento)
T = tY (tributação)
G = G1 (constante)
Y = C + I + G (definição)
Md/P = mY - lr (Procura real de moeda)
Ms = Msl (constante)
Md = Ms (condição de equilíbrio)
==> Y = A + B + Gl + c(1-t)Y - ir
r = (1/i)(A+B+G1) - ((1-c(1-t))/i)Y curva IS ("economia real")
r = -(1/l)(Ms1/P) + (m/l)Y curva LM ("economia monetária")
e o equilíbrio estabelece-se pela via da taxa de juro, pela igualdade dos dois segundos membros.

201 Esta parece-nos, de entre as funções de procura monetária mais correntes, a mais interessante. Para uma sua exposição sintetica ver Laidler, La Demande..

> taine forme du patrimoine semble nettement preferable à la variable du revenu pour la fonction de demande de monnaie et il ne semble pas y avoir de place pour que les deux variables puissent agir simultanément. Il n'y a qu'une preuve très faible, provenant presque exclusivement des statistiques de l'apres-guerre permettant de croire l'existence d'economies d'échelle pour les encaisses. En ce qui concerne le niveau des prix, il semble bien que la demande d'encaisses lui soit proportionnelle. (...) Il semble qu'il y ait eu un rapport constant entre la demande de monnaie et le taux d'interet pendant les quelques soixante dernières années, et le taux 'normal' de l'interet ne semble pas etre très important. Toutefois, il serait dangereux d'eliminer tout a fait le risque inherent aux ibligations comme influence possible sans avoir de preuves directes provenant d'experiences tenant compte explicitement de cette variable. De meme, si des expressions relativement simples de la fonction de demande de monnaie produisent des relations remarquablement constantes pour l'economie americaine, on ne peut pas dire qu'une fonction plus complexe utilisant un plus grand nombre de variations ne fournirait pas une relation encore plus stable tant qu'on n'a pas reelement essayé de formuler une telle expression. En effet, il y a quelques preuves suffisantes de la variation du rapport entre la demande de monnaie et le niveau des richesses (ou du revenu) pour justifier de nouvelles études"[202]

ou ainda, o que é particularmente importante para nós

> "Une autre variable a d'ailleurs été étudiée à ce propos, le taux de variation des prix, mais elle ne semble pas être importante pour les États-Unis. Or, puisqu'on a trouve qu'elle avait une importance considérable dans les situations hyperinflationniste de l'Europe après la première guerre mondiale et dans le cadre de l'inflation galopante que le Chili a connue plus réçament, c'est sans doute parce que le niveau des prix en Amérique n'a jamais varie suffisamment vite pour que les effets de cette variable soient assez grands pour le mesurer."[203]

Poder-se-ia continuar a apresentar exemplos, mas pouco acrescentaria à nossa análise, já que os dados do problema estão lançados: aceitação da existência de um mercado monetário com uma relativa autonomia onde se confrontam uma oferta, cuja natureza económica é pouco explicitada, e uma procura, havendo entre as duas uma certa hierarquia e interdependência nos pontos de partida (embora estes nem sempre sejam pressentidos). Falamos em hierarquia porque de entre as duas variáveis há, frequentemente, uma que é considerada motora da dinâmica da outra, a oferta. Referimo-nos à interdependência originária porque a endogeneidade do sistema monetário, sempre admitido em maior ou menor grau, é

202 De Laidler, La Demande ... , pág.. 112/3
203 Idem, pág.. 114

simultaneamente procura e oferta de moeda e também porque entre endogeneidade e exogeneidade existe um campo de convergência.

A análise crítica destas posições são poderão ser levadas até ao fim senão após a apresentação de uma teoria do sistema monetário, o que nos ocupará no próximo capítulo, mas desde já podemos apresentar alguns elementos:

1. As análises da procura de moeda representam a absolutização de um aspecto ou de uma função (mais exactamente parte da função de entesouramento) com desprezo de todas as outras.
   Sobre esta temática parecem-nos particularmente oportunas as palavras de Pascallon em conclusão do seu estudo:
   > «A moeda tem uma dimensão 'individual' e uma dimensão social. A teoria económica burguesa baseada no valor-utilidade tem impossibilidade de integrar a moeda na sua dupla dimensão, enquanto tende a privilegiar o individual. Enquanto a escola austríaca 'resolve' o problema desprezando a moeda (= numerário) a partir do reconhecimento do 'real' de do 'monetário' aberto por Fisher as dificuldades aumentam. Fisher 'mede o social' da moeda nos preços gerais (<> preços individuais) e remete a moeda em grande parte para fora da economia (exogeneidade da criação pelo Estado). Keynesianos e neo-clássicos privilegiam a função de reserva de valor, dando uma utilidade da moeda susceptível de uma escolha racional (entre activos) do *homus economicus*: a dimensão social continuaria a ser nos preços e a dimensão particular no impacto de uma oferta que em última instância é sempre exógena e uma procura de moeda. O conceito de procura de moeda é um produto de individualismo e de incapacidade da economia burguesa integrar a moeda[204]

2. A sobredeterminação política da moeda não permite concluir pela exogeneidade da oferta de moeda porque o Estado não é independente da estrutura económica e desenvolve permanentemente uma actuação imanente (que conduz à gestão monetária) e exterior (conducente à política monetária) sendo esta imposta coercivamente com vista ao desvio de contradições.
   Por outras palavras, a dicotomia entre exogeneidade/endogeneidade é falsa, na medida em que as duas têm sempre que coexistir. Não é frutífera em termos teóricos e de interpretação da realidade porque substitui o estudo qualitativo

204 De Pascallon, "La demande ...

dos sistemas monetário e de crédito pela sua apreciação funcional (origem dos fluxos).

3. Na continuidade do ponto anterior diremos que o problema central é o da reprodução do equivalente geral[205], problema radicalmente diferente.

4. Muitas análises da oferta e procura de moeda tem uma deficiente definição do seu objecto e do que efectivamente tratam é da oferta e procura de capital-dinheiro, o qual efectivamente tem um mercado. Capital-dinheiro é apenas uma parte do dinheiro e o seu aspecto determinante é ser capital. Quando a procura de "moeda" é encarada como parte de uma gestão de "activos", esse dinheiro é apenas a forma assumida pelo capital[206].

### 3.5.4.2. Crítica global

Neste ponto vamos apresentar um conjunto de críticas globais, que devem ser adicionadas às muitas que temos vindo a referir.

Antes de avançarmos convirá salientar que a teoria quantitativa da moeda apresenta uma total inviolabilidade no campo quantitativo, exactamente aquele em que os seus acérrimos defensores procuram situar a sua aplicação. E assim é porque a equação de Fisher, anteriormente apresentada e sobejamente conhecida, com maiores ou menores pormenorizações conforme o grau de informação estatística e as características dos sistemas monetário e de credito a que se aplica, verifica-se sempre. O problema que se coloca é o da relação de causalidade entre as variáveis, são os seus pressupostos e encadeamento lógico entre as diversas categorias. E será desnecessário aqui recordar que, do ponto de vista epistemológico, da simultaneidade entre agregados quantitativos, ou outros, não se pode deduzir qualquer causalidade, não é suficiente para dar o atestado de validade a uma determinada teoria.

Apresentemos, pois, algumas observações críticas:

205 Assunto que nos ocupará profundamente no próximo capítulo. Foi em torno deste conceito que escrevi "A crise monetária ...

206 A diferença entre dinheiro e capital-dinheiro não é irrelevante, como veremos igualmente no próximo capítulo.

a) A moeda é uma relação social de produção, não um simples instrumento com uma dimensão quantitativa, donde se conclui que é necessário considerar sempre a articulação produção/sistema monetário/sistema de crédito[207], assunto que nos ocupará detalhadamente no próximo capítulo.

A moeda é uma relação social que preenche um conjunto de funções. que têm de ser consideradas globalmente (e não muito parcialmente como o faz esta teoria) e que a distingue vincadamente dos restantes valores de uso.

Não existe uma hierarquia entre diversos tipos de moeda mas sim uma articulação assente na conversão recíproca entre os diversos tipos de moeda. Não se deve privilegiar a moeda nacional ou a internacional.

As modificações quantitativas da massa monetária ou são o resultado de alterações nos dois sistemas envolventes (de produção e troca, de crédito) ou de modificações qualitativas do próprio sistema monetário, ou ainda dos dois aspectos ao mesmo tempo.

Logo, atendendo a que os preços estão determinados pelas condições de produção (pelo valor), não é legítimo considerar as variações da massa monetária como prévias (logicamente prévias) às variações de preços.

b) Não é capaz de explicar a inflação, como já vimos num ponto anterior. A caracterização da inflação subjacente a esta teoria é muito limitada.

c) A decomposição da economia em "economia monetária" e "economia real" não corresponde a nada de real, como já verificamos a propósito da apreciação das teorias anteriores.

d) Não é possível falar em exogeneidade da moeda e ainda é menos admissível atribuir-lhe a responsabilidade principal no processo de variação das variáveis.

Não é possível porque, como já referimos, o Estado não é apenas exterior ao sistema monetário, articulando permanentemente a gestão e a política monetária, e porque não é um mero regulador de quantidades.

207 Este assunto ocupou-nos no caderno 13 elaborado para a cadeira de Moeda e Preços. Também esteve na base de "A moeda tem ... . Será objecto de tratamento cuidado no próximo capítulo.

Não é admissível porque, mesmo mantendo-nos na lógica limitativa da alternativa exogeneidade/endogeneidade, somos obrigados a reconhecer a maior importância quantitativa da segunda, particularmente no período de maior aceleração do processo inflacionista.

## 3.6. Algumas observações sobre a "inflação importada"

A justificação da inflação no nosso país pela existência de inflação noutros países é um argumento muito utilizado. Por isso mesmo, e também porque o seu estudo específico nos pode fornecer pistas de trabalho interessantes, consideramos útil isolá-la , embora ela não constitua verdadeiramente uma teoria específica e possa ser englobada em alguma das teorias anteriormente apresentadas, nomeadamente na dos custos.

Limitar-nos-emos à sua apresentação genérica e à formulação de algumas ligeiras críticas.

### 3.6.1. Sua apresentação

Em Portugal, e não só, é muito frequente "explicar" a inflação interna pela inflação mundial ou os parceiros económicos mais importantes. É uma forma de remeter a responsabilidade do processo inflacionista para os outros. Quase sempre surge com essa capa ideológica e nem sequer tem a preocupação de constituir um raciocínio bem elaborado ou mais ajustado à realidade. É por isso que nesse processo de "propagação" da inflação dos outros sobre a nossa própria economia se considera apenas a via dos preços dos produtos importados, embora existam, como salienta Rolan, outras, outros mecanismos de propagação:

a) Efeito preço

"Este efecto se produce cuando los precios de los bienes y servicios objeto de comercio internacional, aun cuando disminuyan simultáneamente los volúmenes y, según la elasticidad de la demanda interna, hasta los valores de las importaciones. Se los bienes afectados por esta alza de precios son de consumo final, el efecto se hace sentir directamente en los índices de precios del pais importador. Si los bienes y servicios afectados son insumos, subiron los costos de la producción interna"[208]

b) Efeito procura

208 ROLAN, "Estudios Econometricos ... , pág.. 313

"Supongamos que en el pais A se produce un exceso de demanda que se traduce en importaciones originarias del pais B. En B se ejerce, por una parte, una presion directa de la demanda sobre la oferta y, ademas, atraves de un mecanismo multiplicador, efectos secundarios tanto mas fuertes cuanto mayor sea la ligazon del sector exportador en el resto de la economía"[209]

c) Efeito liquidez

"Si el pais exportador tiene un sistema de cambios flexibles, al incumentarse las exportaciones y empezar a crecer las reservas internacionales, la moneda nacional comenzara a revelarse con respecto a las extranjeras, lo cual neutralizara la tendencia originaria al aumento de las reservas, en forma tal que, en ultimo termino, este componente de la base monetaria permanecerá estacionaria. Pero, si el pais tiene un régimen de cambios rígidos, el crecimiento de las reservas originado en el de las exportaciones no sera objeto de neutralización alguna, con lo cual este componente de la base monetaria crecerá y dara origen a un proceso de cuacion de dinero en forma endogena, fuera del controlo de la autoridad monetaria"[210]

o que leva Bond[211] a explicitar que o processo cumulativo inflação/alteração cambial mostra a importância do regime de câmbios para os pequenos países.

d) Efeito demonstração (Frisch fala de "international inflationary expectation and 'demonstration' effects")[212]

"Bajo presiones de los sindicatos, las subidas de salarios de un pais pueden ser seguidos en otro"[213]

Enfim, a inflação importada remete para as diversas teorias anteriormente apresentadas. O primeiro e quarto efeitos para a teoria dos custos, o segundo para a da procura e o terceiro para a teoria quantitativa da moeda, fazendo no seu seio a síntese dessas diversas teorias, na tentativa de explicação do fenómeno a nível mundial. Explicação que remete, tal como refere Perry, para a necessidade de considerar no processo mundial a origem, a transmissão e a propagação da inflação[214]. É uma explicação que devido à pouca seriedade com que frequentemente é apresentada conduz a leituras simplis-

209 Idem, pág.. 313/4
210 Idem, pág. 314
211 Ver Bond "Exchange rates ...
212 Ver Frisch "Inflation theory ...
213 Roldan, "Estudios ... , pág. 314
214 Ver Perry, "Understanding ...

tas e mistificadoras, como o demonstra por exemplo, Cebula[215] e Considera[216]

Nos modelos já anteriormente apresentados se referiram aspectos desta explicação, pelo que pensamos desnecessário insistir[217].

### 3.6.2. Observações críticas

É inegável que a economia capitalista mundial exerce uma influência sobre a economia de cada país, crescendo com o grau de abertura deste ao exterior. E essa influência externa é tanto mais exógena quanto menor é a influência desse país sobre o conjunto da economia mundial (influência directa ou indirecta).

Contudo essa influência não permite explicar a inflação de cada país com origem no exterior:

a) Esta explicação ao remeter para as teorias anteriormente apresentadas enferma também de muitos dos defeitos a que já anteriormente fizemos alusão (embora nem todos)
b) A integração de um economia no contexto mundial processa-se igualmente por "canais" mais profundos que os referidos por esta teoria explicativa, aspecto que passamos a referir.

Com isto queremos dizer, em primeiro lugar, que a influência da economia mundial capitalista sobre um país como o nosso é o resultado da simultaneidade de relações sociais de produção capitalista, aspecto sobre o qual temos insistido frequentemente:

> "La base essentielle de l'universalité du phénomène se trouve dans l'existence même des rapports sociaux de production capitalistes à un degré déterminé de leur développement, avec une hégémonie quantitative et qualitative des processus de concentration et de centralisation du capital. L'existence simultanée de ce type de rapports dans les divers pays est suffisante pour faire universellement naître une structure donnée des prix, qui reflète même la dynamique profonde de la contradiction entre le caractère social de la production (l'expression capitaliste de la division sociale du travail historiquement établie) et la propriété privée centralisée des moyens de production, du capital, du capital-

215 Cebula (Aavv), "Oil imports ... mostra que nos impactos do aumento do preço do petroleo sobre a inflação dos diversos países, para além deste factor é necessário entrar em conta com a dependência do país dessa fonte energética.

216 Considera, "Preços mark-up ... mostra que o aumento do preço do petróleo teve uma reduzida importância sobre a inflação brasileira.

217 Somos tentados ainda a chamar a atenção para Caceres, "La estanglacion ... não pela importância da obra, mas pelo seu carácter caricato: através de um modelo testado econometricamente procura mostrar que a inflação estaduinense é importada.

> marchandise (l'expression capitaliste de l'indépendance des producteurs correspondante au système marchand). Toutefois, le processus même de la coexistence nationale des formations sociales capitalistes est, avant tout, universel. Les mécanismes de la formation des prix, la reproduction et l'accumulation du capital, se sont principalement des phénomène universels: l'unification des marchés nationaux et mondial est un produit de la société capitaliste dans la phase actuelle de son développement, bien que des points de clivage et de fractionnement y puissent exister"[218]

> E temos insistido neste ponto por duas razões complementares: a) cada povo é senhor e dono do próprio tipo de relações sociais de produção em que estrutura a sua economia e vida, desde que concordante com o grau de desenvolvimento (entendido numa escala internacional) das forças produtivas, e não é segredo para ninguém que as capitalistas não são a única possível[219];

> b) a inflação num país, mesmo quando em parte é o reflexo da inflação mundial (e dizemos em parte porque por muito que uma determinada economia seja aberta, ela imprime sempre ao processo inflacionista nacional e mundial as suas especificidades nacionais), nunca pode ser encarada como um fatalismo histórico-geográfico.

O outro canal profundo, complementar do anterior, por meio do qual se processa o interrelacionamento dialéctico entre a economia nacional e internacional é o da integração do sistema monetário nacional no sistema monetário internacional, o qual, por sua vez, também se foi historicamente moldando em resposta às exigências económicas e políticas dos diversos países que o integram, particularmente dos dominantes[220]

## 3.7. Teorias estruturalistas

As teorias estruturalistas típicas da América Latina, que fizeram escola há algumas décadas, voltaram nos últimos anos a apresentar uma certa moda, nomeadamente no nosso país, por três razões

218 De Pimenta, "Referências ... . Por razoes de erros, já referidos, no artigo publicado, utilizamos a tradução em francês cujo único exemplar (para alem do entregue a Mme Brunhoff) está na biblioteca de FEP

219 Este é um tema que temos abordado frequentemente em artigos, muitos dos quais não constam na bibliografia

220 Sobre o assunto ver Brunhoff, Política Monetária ... , pág.. 64 e seguintes Este tema será retomado e desenvolvido no capítulo 4.

cumulativas: virtudes dessas teorias; falência das teorias académicas mais correntes e surgimento do monetarismo com grande força[221]

Este ressurgir é razão bastante para analisar esta corrente, embora não lhe demos maior desenvolvimento que a importância que tem assumido nas esferas políticas e teóricas no nosso país.

Antes, contudo, de fazer referência às suas posições e aprecia-las criticamente teremos que fazer algumas precisões terminológicas.

### 3.7.1. Precisões terminológicas

A persistência da inflação e a sua resistência às múltiplas políticas de que tem sido objecto, fez renascer, um pouco por toda a parte, as explicações da inflação com base em modelos estruturais, segundo Perroux

> "estado de relações e proporções características de uma economia concreta caracterizada por tal rigidez de preços, custos e procuras que não pode senão provocar a inflação"[222].

Tal fez com que múltiplos modelos que anteriormente se enquadravam nas teorias explicativas anteriormente apresentadas (ex. modelo escandinavo) se passassem a designar de estruturais[223], dando lugar ao que Canaveses chama de "estruturalismo europeu", para o diferenciar do tradicional, de raiz latino-americana:

> "O estruturalismo latino americano, preocupado com a relação existente entre crescimento e inflação, aponta os estrangulamentos sectoriais, especialmente no sector agrícola (...) e no sector externo (...). Estes estrangulamentos teriam por causas mudanças na composição da demanda e na estrutura do sistema produtivo, resultantes de um processo de desenvolvimento económico. O estruturalismo europeu presta mais atenção à relação entre mudanças desiguais nas produtividades sectoriais do trabalho e mudanças uniformes nos salários que, conjuntamente, implicam variações nos preços relativos"[224]

A nossa preocupação é expor e apreciar o estruturalismo latino-americano.

221 Para além destas razões será de acrescentar a timidez de muitos autores em apresentarem-se abertamente como marxistas, produto de uma autocensura que o fascismo e a luta ideológica do capitalismo tem vindo a impregnar nas mentalidades

222 Citado por Vizeu, Contribuições ...

223 Sobre isto ver Barre (Aavv), Les distorsions ...

224 De Canaveses, "A Hipótese ... , pág.. 6/7

### 3.7.2. Caracterização do estruturalismo

Quando hoje analisamos o estruturalismo latino-americano encontramos um elo unificador das posições dos mais diversos autores: a sua oposição ao monetarismo e às políticas preconizadas pelo FMI. Para além disso há, como veremos, um conjunto de elementos mais característicos dessa corrente, mas a diversidade de posições é bastante grande.

Assim, enquanto para Oliveira a componente principal para a explicação da inflação é a variação dos preços relativos e suas respectivas elasticidades[225], Canavese na sua leitura do mesmo autor destaca que

> "os elementos centrais da teoria estrutural da inflação são, dessa forma três: preços relativos que se alteram com mudanças na estrutura económica, inflexibilidade descendente de (alguns) preços monetários, e oferta monetária passiva que cobre com aumentos da quantidade de dinheiro a brecha deflataria originada pela elevação dos preços"[226].

Outros autores como Resende[227] ou Hirschman[228] acentuam a explicação da inflação em termos de conflito social entre grupos.

No entanto é possível encontrar um conjunto de denominadores comuns, como é salientado por Nunes que caracteriza assim estas correntes:

> "Os estruturalistas assentam a sua explicação da inflação na distinção feita pela primeira vez por J. Noyola Vasquez entre pressões inflacionistas (que constituem as verdadeiras causas da inflação e são, ao mesmo tempo, os autênticos obstáculos ao desenvolvimento económico) e mecanismos de propagação da inflação (geralmente identificados com o 'combustível monetário' que alimenta o processo inflacionista). Deve-se a Osvaldo Sunkel, porém, a sistematização mais cuidada das grandes linhas da teoria estruturalista. A partir da distinção entre pressões inflacionistas e mecanismos de propagação, Sunkel distingue ainda, no conjunto das pressões inflacionistas, as pressões estruturais ou básicas, as pressões circunstanciais e as pressões induzidas ou cumulativas"[229]

Nas deficiências estruturais englobam-se todos os aspectos directamente relacionados com a incapacidade de determinados sectores produtivos se adaptarem às modificações da procura, o que tem que ver com o subdesenvolvimento dessas economias, sendo

225 Ver Oliveira, "Un structural ...
226 De Canavese, "A Hipotese ... , pág.. 6
227 Ver Resende, "Incompatibilidade ...
228 Ver Hirschman, "La matriz ...
229 De Nunes, Estruturalismo ... , pág.. 29

de destacar, para além da tendência à degradação da produtividade média,

> "inflexibilidade da oferta, ela própria derivada: a) da rigidez da oferta de alimentos, com origem, entre outros factores, nas deficientes e antiquadas estruturas fundiárias; b) da debilidade, vulnerabilidade externa e instabilidade do sector exportador, responsável pela inelasticidade e pelas flutuações bruscas da capacidade para importar; c) do estrangulamento na oferta de certos bens e serviços, designadamente em matéria de transportes, energia, mão-de-obra qualificada, certas matérias-primas e bens intermediários; d) de situações monopolistas frequentes no sector do comercio externo, da indústria e mesmo da agricultura;"[230]

Nas pressões inflacionistas cumulativas englobam-se factores como distorções introduzidas no sistema de preços, expectativas, alterações de produtividade e desencorajamento de exportações devido aos preços relativos internacionais.

Nos mecanismos propagadores da inflação encontramos as lutas sociais para alterar e/ou salvaguardar os rendimentos reais, a que já nos referimos a propósito de alguns autores. Encontramos igualmente o aumento da massa monetária, a qual tem o papel passivo no processo inflacionista.

O que nos parece mais relevante nestas posições é reterem das teorias da procura e dos custos quase todos os seus elementos, mas hierarquizarem de forma diferente as diversas variáveis, dando um lugar destacado à oferta, o que modifica o período de análise, e de política económica, para o médio e longo prazos.

### 3.7.3. Sua capacidade para explicar a inflação

Não será necessário muito para se chegar às seguintes conclusões sobre a capacidade desta teoria para explicar a inflação.

a) A ligação da inflação a uma certa fase da divisão internacional do trabalho e a incidência sobre as condições de produção num quadro de longo prazo dá a esta teoria uma forte historicidade, mesmo que não explicitada, o que facilita o enquadramento histórico da inflação e a sua eventual decomposição em fases qualitativamente diferentes.

b) Apesar de ligar a inflação em cada país à sua integração internacional, não é muito explicita quanto a mundialidade do fenómeno inflacionista, mais preocupada em explicar o fenómeno

230 Idem, pág.. 30

nos seus respectivos países (os estruturalistas da América Latina mais do que explicarem a inflação procuram encontrar as causas da inflação nos seus países ser maior do que nos restantes). Se aceitarmos a tese de Canavese de que o estruturalismo europeu (no qual se englobaria o modelo escandinavo) e o latino americano apenas se diferenciam na forma, poderemos admitir uma razoável capacidade para explicar a conjugação dialéctica da mundialidade do fenómeno com as especificidades nacionais.

c) Considera os preços como uma estrutura em que os seus diversos aspectos surgem interligados. Embora não explicitem o conteúdo da generalidade do fenómeno, articulam a dinâmica da dispersão dos preços (mudança de preços relativos) com o seu movimento global (geral com carácter crónico), embora estabeleçam entre esses diversos movimentos relações de causalidade discutíveis[231].

d) A ausência de referência ao valor impede de compreenderem plenamente a articulação entre preços e salários e, sobretudo, de centrarem a sua análise no hiato estrutural entre valores e preços.

### 3.7.4. Análise crítica

A teoria estruturalista talvez fosse melhor falarmos no plural apresenta em relação a algumas das teorias anteriormente referidas uma significativa vantagem. Tal não a isenta, como já vimos, de um conjunto de deficiências. Estas não nos vão merecer um grande desenvolvimento, mas parece-nos importante aqui expressar as seguintes:

a) A lógica essencial da teoria estruturalista é a mesma da teoria da procura, com apenas algumas diferenças:

— $Z^r$ tem uma dinâmica autónoma da procura
— a relação $p(D^m, Z^r)$ é de longo prazo
— a variável $O_d$ surge decomposta, ressaltando-se fenómenos como a urbanização ou a dualidade da economia

231 Para os estruturalistas é a alteração dos preços relativos que provoca um aumento geral de preços. A interpretação que demos ao fenómeno no cap. 2, embora noutro contexto, foi diferente.

— equação [3] a variável principal deixa de ser N para o ser $O_z$ que surge z decomposta em reforma agrária, em política de substituição de importações, em posicionamento internacional, em investimento, nível tecnológico e produtividade, etc.
e de todos estes aspectos ressalta frequentemente uma dependência da procura em relação à oferta (produção) de períodos anteriores, relação tanto mais saliente quanto a moeda passa a ter uma posição bastante mais passiva no desencadeamento do processo.

Estas relações com a teoria da procura (embora revelando maior correcção que aquela) mostram que algumas das críticas anteriormente formuladas à Teoria da Procura tem aqui aplicação.

b) Os estruturalistas falam de desenvolvimento económico como forma de combater a inflação, mas frequentemente dão-lhe um conteúdo capitalista, o que falseia, à partida, a possibilidade de solução, como salientávamos há algum tempo:

"Falamos em política estrutural. É certo que ela contrapõe-se à visão de curto prazo das que são vulgarmente preconizadas, mas uma tal terminologia surge ainda bastante vaga. É certo que toda e qualquer medida que tome a inflação como um fenómeno profundo e se oriente para alterações da malha produtiva e do desequilíbrio inter-regional, para a reestruturação do aparelho de crédito e funcionamento do sistema monetário, para o combate às estruturas monopolistas e oligopolistas, para a modificação do sistema fiscal, para a reordenação das relações económicas internacionais ou outros aspectos similares tem maiores possibilidades de êxito na redução da inflação, assim como a expansão da produtividade cria condições para uma atenuação do aumento de preços, embora de forma incerta e irregular. Mas também o é a insuficiência de tais medidas que deixam intacta a contradição fundamental geradora da inflação -- entre o carácter social da produção e a natureza privada da propriedade dos meios de produção --, fonte germinadora de um conjunto de factores impulsionadores centralização do capital e monopólios, Estados capitalistas e política estatal inerente à actual acumulação do capital, etc. -- e da adaptação dos sistemas monetário e de credito nacional e internacional as exigências da acumulação capitalista, com crescentes dificuldades de lucratividade.
Contudo uma política estrutural anti-inflacionista só será concordante com a natureza da inflação se assentar na modificação radical das relações sociais de produção[232].

232 De Pimenta, "Combater a Inflação ...

devendo acrescentar, como então fazíamos, que é viável harmonizar desenvolvimento com combate à inflação, mas sem daí deduzir qualquer relação de causalidade.

## 3.8. Muito breve referência a outras teorias não-marxistas da inflação

Não será necessário insistir sobre a diversidade de posição dos diversos autores. Essas idiossincrasias tornam difícil o seu enquadramento nas diversas teorias.

Mas as que apresentamos são não só as politicamente mais relevantes mas também as posições catalisadoras das mais diversas teorias. Por outras palavras todas as posições sobre a inflação podem ser reduzidas às teorias anteriormente apresentadas ou nas suas formas puras ou em combinações mais ou menos bem elaboradas.

Assim, por exemplo, a teoria sociológica da inflação, centrando a sua causa na luta de classes, ou se reduz a uma combinação da teoria da procura com a teoria dos custos ou a uma variante da teoria estruturalista. A chamada teoria dirigista de Galbraith acaba também por ser uma mescla das duas primeiras.

Diríamos igualmente que também é isso que acontece frequentemente com as teorias que procuram integrar o marxismo e o keynesianismo num corpo único, como é o caso da teoria da regulação[233]. Decompondo a economia em esotérica e exotérica, quando analisam esta caiem nas teorias burguesas que eles em princípio combatem, sobretudo na dos custos (mark-up sem referência aos preços de produção, influência das condições sociais, salários indirectos e nível salarial, capacidade de estabilidade da taxa de lucro durante as conjunturas, mecanismos de salário-lider e acção de uma norma social de consumo) embora procurem estabelecer ligação entre as duas economias e procurem endogeneizar os fenómenos impulsionadores do processo através de uma análise histórica[234].

Frequentemente os autores falam de elaboração de uma teoria "nova" mas os quadros teóricos de referência continuam frequentemente os mesmos.

233 Estas teorias representam, sem dúvida nenhuma, um avanço em relação a muitas outras teorias correntes, mas apresentam um forte carácter mistificador Quando procuram interpretar a realidade apresentam-se mais como marxistas do que como Keynesianos, mas quando se trata de propor políticas económicas a relação inverte-se. Veja-se a este propósito Boyer (Aavv), "La Crise actuelle ... Aglietta (Aavv) La violence ...

234 Dentro desta corrente consideramos, apesar de tudo, que há uma certa diferença, embora não ruptura, entre Lipietz e os restantes

## 3.9. Conclusões

A conclusões fundamentais a retirar de tudo o que tem sido dito ao longo deste capítulo pode sintetizar-se nos seguintes pontos:

. as posições dos diversos autores sobre a inflação podem ser agrupadas num conjunto reduzido de teorias;
. cada uma destas teorias considera alguns aspectos do processo inflacionista, mas não é capaz de explicá-lo integralmente nem de enquadrar os fenómenos considerados num corpo teórico adequado. Podemos acrescentar, assunto que não ficou ainda tratado sistematicamente, que a grande clivagem entre as diversas posições explicativas da inflação é entre os que apenas consideram a realidade fenomenológica (teorias vulgares anteriormente analisadas) e os que consideram a articulação daquela com a realidade metafenomenológica, em que a articulação preços e salários *versus* valor ocupa o lugar central (teorias marxistas).

Neste ponto não vamos desenvolver nenhum destes aspectos, mas tão-somente mostrar quais são as relações de unidade e de contradição entre as diversas teorias vulgares analisadas e as correspondentes posições eclécticas. E explicitar a duplicidade de significado de inflação: económico e ideológico.

### 3.9.1. Unidade e contradição entre as teorias apresentadas

Como temos vindo a salientar, entre as diversas teorias vulgares da inflação existem mais elementos de unidade que de contradição. Com efeito, já a propósito das teorias da procura e dos custos constatamos que é extremamente difícil traçar uma fronteira entre ambas, e também o verificamos mais tarde para a teoria da procura e a teoria quantitativa da moeda, sobretudo quando esta reconhece a existência de um campo de intermediação. O mesmo se verificou a propósito da inflação importada e as restantes teorias, dependendo a identificação do tipo de efeito propagador entre países.

E estes elementos de unidade surgem, não como um fenómeno acidental, como o acaso de identificação de posições, mas antes como a expressão iniludível da essencialidade dessas diversas teorias. Unificadas pela teoria do valor-utilidade e pela imortalidade do sistema capitalista privilegiam o mercado (embora este aspecto

possa ter diversos matizes, indo desde a o confronto da "economia real" com a "economia monetária" à superioridade do "mercado de trabalho" em relação aos restantes) e vão encontrar o essencial da motricidade do fenómeno inflacionista em factores exógenos aos sistema económico (com excepção para os defensores da lógica da curva de Phillips ou de posições estruturalistas). Também todos eles colocam os preços e os salários como duas variáveis em confronto, eventualmente relacionadas quantitativamente pela sua dinâmica. Enfim, todas essas teorias, como já referimos, se limitam à análise da realidade fenomenológica, partindo da simultaneidade entre variáveis ou da verificação empírica para o estabelecimento de relações de causalidade, de fraca consistência.

E a este propósito convirá começar por destacar que toda e qualquer teoria tem sempre a possibilidade de compilar um conjunto de informações estatísticas visando comprovar as suas afirmações, assim como também é sempre possível comprovar a sua inadequação à realidade. Contudo, nem uma nem outra situação é por si suficiente, mesmo no estrito plano lógico, para deduzir a veracidade ou falsidade da teoria[235].

Foi este mesmo facto que levou a que não tentássemos confrontar as diversas teorias referidas com a realidade económico-social portuguesa, apesar do nosso objecto ser o estudo da inflação no nosso país. Não é no campo do confronto com a informação estatística que é viável confirmar ou negar a validade das teorias[236].

Ilustremos com alguns exemplos, que toda a verificação empírica é enquadrável num das teorias anteriormente referidas:

— admitamos que se constata um aumento simultâneo de salários e preços e uma correspondente variação de lucros. Se a taxa de variação de salários não está correlacionada com a taxa de variação de preços poder-se-á admitir que a primeira é exógena e é a que gera a segunda. Se as duas taxas estão relacionadas e a primeira é menor que a segunda concluir-se-á que o aumento dos preços resulta do aumento dos lucros e, no caso inverso, que há uma parte da variação dos salários que é induzido e outra (causa) que é exógeno (salários-lider, expectativas, etc.). Se introduzisse as variações da produtividade o esquema não se modificava: fosse qual fosse a realidade de conjugação salários/preços, era sempre possível utilizar a teoria dos custos.

235 Recorde-se as regras lógicas da implicação

236 Daqui não se pode deduzir, contudo, o desinteresse das informações estatísticas e seu tratamento.

— admitamos que numa determinada economia as variações da massa monetária se processam com desfasamento temporal em ralação as variações de preços, considerados os restantes factores como constantes. Para um defensor da teoria quantitativa da moeda tal é sempre justificável (assim como, por força de razão, no caso de desajustamento temporal inverso) ou por variação prévia da velocidade de circulação ou pela acção das expectativas sobre a dinâmica da massa monetária.
— admitamos ainda que se constata a simultaneidade de uma variação da taxa de juro com o aumento de preços. Se a variação é positiva então a relação pode ser justificada pela teoria dos custos. Se é negativa é justificável pela teoria quantitativa da moeda com recurso à quantidade de moeda em circulação

Tais comentários não significam, de forma alguma, a condenação de toda e qualquer constatação estatística. Tal seria absurdo. Aquela permite sempre elucidar diversos aspectos, pôr em causa um ou outro aspecto das teorias analisadas e, sobretudo, fornecer um conjunto de elementos importantes às teorias económicas com maior solidez teórica.

Assim, por exemplo, a constatação para Portugal de que a elasticidade entre variações salariais e variações de preços é sempre francamente inferior a um, que a curva de Phillips funciona e que as variações salariais são fortemente influenciadas pelas dos preços no consumidor, que os salários não dependem a curto prazo da produtividade e que o fenómeno de salários-lider tem um significado quantitativo-qualitativo pouco relevante no contexto nacional, e é inexistente no plano internacional (em referência ao nosso país), permite lançar por terra muitos dos argumentos das teorias da procura e dos custos e dar uma noção mais clara da dinâmica salarial[237] e dos preços. Quando se constata a variação da velocidade de circulação da moeda ou quando se verifica para uma dada época histórica do nosso país com reduzida força do movimento sindical, grandes alterações de conjuntura e falta de informação de que as variações dos preços e dos salários continuam e comportar-se de forma alinhada[238], estamos a retirar a aplicabilidade de diversos argumentos da teoria quantitativa da moeda à nossa realidade, pelo menos.

A esta unidade entre as diversas teorias corresponde igual fenómeno a nível da política económica anti-inflacionista: preconizam

237 Veja-se na bibliografia os nossos diversos trabalhos sobre estes temas
238 Ver Pimenta, Os preços e salários ...

teorias restritivas ora para reduzir a massa salarial, ora para combater o excesso de procura, ora ainda para diminuir os salários.

As diversas teorias não apresentam entre si contradições. Em relação aos seus diferentes pontos de vista será melhor falar de divergências. E as mais fortes, tanto no campo teórico como político, situam-se entre as teorias estruturalistas da América Latina e as restantes.

### 3.9.2. Eclectismo

Quando analisamos a posição dos diversos autores o que mais frequentemente constamos é a adopção de posições eclécticas. A comprová-lo temos, por exemplo Artus[239] ao explicar a inflação com recurso à procura, à produtividade do trabalho, às taxas de lucro desejadas, ao salários mínimo nacional garantido, à situação no mercado de trabalho, e ainda, aos preços de importação, ou Barthelemy[240] ao considerar três factores de alta (o novo papel desempenhado pelas administrações públicas, a situação no mundo do trabalho e a economia produtiva). Clavijo[241], Scarfe[242], Picard[243], Denizet[244], e muitos outros, que fazem do eclectismo um corpo teórico autónomo.

Entre estes diversos autores é possível considerar dois tipos de eclectismo:

a) o que resulta do recurso a uma teoria para explicar uma determinada situação concreta e a outra para explicar outra situação;

b) a que é a integração simultânea de diversas teorias para explicar um único fenómeno.

A justificação apresentada, quando tal surge, para a existência do eclectismo é a complexidade do fenómeno inflacionista, o que é verdade, mas as suas raízes profundas são a incapacidade de cada uma das teorias de explicar e interpretar todos os aspectos da infla-

239 Ver Artus (Aavv), "L'Explication ...
240 Ver Barthelemy, "Elements ...
241 Ver Clavijo, "Reflexiones ...
242 Ver Scarfe, Cycles ...
243 Ver Picard, "Croissance ...
244 Ver Denizet, La grande ...

ção, a identidade entre todas as teorias vulgares e a incompreensão de que

> "la teoria en general existe únicamente allí donde existe la aspiración consciente, y ejecutada por principios, de comprender todos los fenómenos singulares como modificaciones necesarias de una y la misma substancia universal concreta, en este caso de la substancia del valor: del trabajo humano vivo"[245]

Por estas razoes temos afirmado frequentemente que o eclectismo não é um passo em frente na interpretação do fenómeno inflacionista, mas

> "É antes o reconhecimento da incapacidade de qualquer das teorias vulgares explicar a inflação"[246]

apresentando o erro de toda e qualquer manifestação de eclectismo:

> "O principal defeito metodológico do eclectismo consiste na sua incapacidade para delimitar, no conjunto dos nexos e relações do mundo objectivo, os laços fundamentais do objecto, do fenómeno, relativamente ao meio que o circunda num dado momento; consiste em unir mecanicamente as diversas partes e propriedades dos objectos ou fenómenos. Na esfera da actividade prática e da política, o eclectismo conduz a falhas e erros, dado que impede que se encontre o elo principal na cadeia de acontecimentos"[247]

### 3.9.3. Conteúdo ideológico e económico da inflação

A explicação da inflação pelas teorias analisadas, sobretudo pelas quatro primeiras, permite compreender claramente, sem desenvolvimentos adicionais, a posição de Brunhoff[248])

> "Que designa a «inflação', senão o facto da ideologia economista circunscrever um fenómeno exterior à esfera da gestão do capitalismo? O mal esta aí assinalado como subida global dos preços, progressiva ou explosiva, e é necessário tentar dominá-lo com uma «boa política económica» denominadamente monetária; mas ele é concebido como inextripável, porque estranho aos «mecanismos normais» da «economia».
>
> Assim, em lugar de ver na inflação um dos efeitos das contradições do seu próprio domínio económico e político, induzido por necessidades ilimitadas de financiamento destinado a aumentar o lucro transgre-

245 De Llienkov, Logica ... , pág.. 232

246 De Pimenta, "Salarios, contratação ... , pág.. 148

247 De Laidler, La Demande ... , pág.. 112/3

248 Para compreendermos o que se segue basta considerar o exposto sobre as teorias vulgares.

> dindo tanto quanto é possível as leis do valor, o capitalismo tem necessidade de apresentar a inflação como um mal de origem alheia ao seu 'funcionamento normal'. Isso explica porque é que a inflação, apresentada como conjuntura patológica, não tem nenhuma outra definição além da estatística e do normativo: taxa anual 'excessiva' de subida de preços. E nem se pode mesmo dizer quando esta taxa 'excessiva' torna-se verdadeiramente prejudicial visto que, por exemplo, a percentagem de 4% de aumento anual é hoje considerada como 'tolerável' quando, há alguns anos atrás, o 'normal' era cerca de 2%. A noção de inflação é puramente descritiva. Daí o carácter ecléctico daquilo a que chamamos as 'causas' do fenómeno: excesso de procura em relação à oferta global, subida de custos, aumento excessivo de massa monetária, etc. Pouco importa, pois o que é necessário é designar responsáveis: o Estado, os sindicatos, os monopólios, o Banco Central, os consumidores,... toda a gente mas não o próprio sistema capitalista"[249].

A inflação tem sido apresentada pelas teorias vulgares de uma forma mistificada, sendo mais o produto de lucubrações ideológicas do que de um estudo científico da realidade capitalista, as quais são confundidas frequentemente com o conhecimento vulgar. Em ambos os casos encontram-se fora da construção científica.

Esta dimensão ideológica da inflação, se nos é permitido falar assim, tem também, e daí a sua grande importância, uma expressão ao nível da política económica, ao servir de justificação a políticas restritivas de aumento da mais-valia, como já salientamos:

> "Quer isto dizer que nos defrontamos com um duplo significado da política anti-inflacionista:
> a) Ideológico de desmobilização dos trabalhadores na luta contra o aumento do custo de vida atribuindo a manutenção dos salários reais a razões inelutáveis ou ligando as suas únicas possibilidades de aumento à aceitação das regras de jogo da organização e reprodução do capital -, de ruptura entre eles (produtor/consumidor) e pretexto de contenção dos salários reais;
> b) De política económica anti-crise pela destruição de capital variável"[250]

## 3.10. Explicação marxista: continuidade ou ruptura

A teoria marxista da inflação representa uma ruptura em relação as teorias anteriormente apresentadas, por razões inerentes à própria

249 De Brunhoff, Politica Monetaria ... , pág.. 115
250 De Pimenta, "Salarios, contratação ... , pág.. 134/5

economia política marxista e por forma particular de encarar o processo inflacionista. Entre as primeiras será, obviamente, de destacar a impossibilidade de entender a realidade fenomenológica sem recurso à realidade metafenomenológica, a impossibilidade de estudar os preços e salários sem recurso ao valor-trabalho, assim como a integração da economia política no materialismo histórico. Sê-lo-á igualmente a explicitação das contradições do sistema capitalista e a inviabilidade da sua resolução no quadro do sistema.

Entre as primeiras será de destacar a definição da inflação como um fenómeno global e único, como expressão do funcionamento da sociedade capitalista numa determinada fase histórica.

A pergunta a que as teorias vulgares procuram responder é: "quais são os factores que permitem explicar uma dada inflação?"

A correspondente pergunta para a teoria marxista é (depois de caracterizada a inflação): "quais as transformações do sistema capitalista que fizeram com que o funcionamento da lei do valor se manifeste também através da inflação?"

Ao novo objecto teórico (resultado da preocupação de caracterização da inflação) junta-se uma nova questão e uma nova forma de encontrar a sua resposta, enfim, uma nova problemática.

Na medida em que a explicação marxista da inflação é parte integrante da economia política marxista ela tem, por uma lado, que utilizar todo o instrumental teórico desta e, por outro, reunir num mesmo corpo teórico a dedução lógica a partir da economia política já elaborada, a crítica das teorias económicas burguesas e a informação estatística e econométrica sobre o tema.

Explicação marxista da inflação que, na medida em que permite compreender a inflação, reforça a luta ideológica e que, ao precisar as relações casuísticas, serve de instrumento para a combinação da transformação da sociedade com a resolução da inflação[251], para a planificação num período de transição para o socialismo.

E esclarecidos estes aspectos caberá perguntar: existe já uma explicação marxista da inflação?

A esta pergunta temos respondido que existem já importantíssimos contributos, mas que não existe total concordância entre os diversos autores marxistas, não se podendo falar com precisão numa explicação marxista da inflação. E pensamos que basta ler Aglietta, Becker, Bellammy, Boccara, Boddy, Brunhoff, Burns, Cobhan, Dallemagne, Devine, Dobb, Harris, Hervey, Lipietz, Magdoff, Mandel,

251 Não basta entrar-se num período de transição ao socialismo para a inflação ficar resolvida, como salientamos em "Combater a Inflação ...

Salama, Sweezy, Zarifian[252] entre outros que se têm ocupado directamente da inflação, ou Academia de Ciencias da URSS, Dusmenil, Llano, Semmler[253] ou outros que tem estudado alguns temas relacionados como o da formação dos preços de produção e de mercado, para termos que reconhecer que entre esses diversos autores existem muitos elementos comuns, mas também existem significativas diferenças. Em síntese, estamos bastante de acordo com a conclusão de Vizeu

> "Se não há uma teoria única das crises, dos ciclos mas sim varias extensões e interpretações das referências de Marx sobre o assunto, também não há uma teoria única e destacada[254] para a inflação nem total unanimidade de pontos de vista quanto as explicações apresentadas. Não há mesmo propriamente uma explicação simples, lógica[255] e elegantemente desenvolvida mas um apontar de elementos que contribuem para essa explicação"[256]

Mas esta ausência de uma teoria elaborada, e muito menos aplicada à realidade portuguesa, não significa que não existam já bastantes e importantes contributos que, embora parciais, já revelaram maiores potencialidades interpretativas que as "elegantes" teorias vulgares. Também não significa que a teoria marxista esteja numa crise tão profunda como aquelas. É a demonstração de que não é um dogma, mas antes uma teoria viva que enriquece-se permanentemente pelas novas realidades históricas e pelo amplo e profundo debate teórico.

252 Para ver, sinteticamente a posição destes autores Vizeu, "A Inflação das Economias ...

253 Neste caso estamos a referirmo-nos à formação dos preços de produção

254 Seria legítimo aqui dizer que existe um vasto conjunto de pontos comuns entre os diversos autores.

255 Aqui também discordamos do autor. Há nos "fragmentos" mais lógica que em muitas das "elegantes" teorias vulgares

256 De Vizeu, "A Inflação das Economias ... , pág.. 3

# Capítulo 4

## Contributos para a teorização da inflação em Portugal

No título deste capítulo empregamos o termo "teorização" em vez de "explicação". Ao fazê-lo não estávamos a considerar que existisse entre ambos diferenças, pelo menos significativas, para os nossos propósitos. Para nós a explicação dos fenómenos económicos com que nos defrontamos, aqui a inflação, passa inevitavelmente pela teorização, pela concatenação interna dos conceitos capazes de justificar a necessidade da existência do próprio objecto teórico. Fizemo-lo porque as posições positivistas, subjacentes a potenciais leitores poderiam induzir em erro sobre a matéria constante deste capítulo.

Tentaremos esboçar uma interpretação da inflação em Portugal e fazer um primeiro confronto entre a teorização esboçada e os fenómenos da economia portuguesa.

Falamos em tentativa porque seria veleidade pretendermos elaborar uma teoria acabada sobre tal assunto. E sê-lo-ia pelo grau de desenvolvimento da pesquisa em Portugal[1], pelas necessidades de multidisciplinaridade que não puderam ser englobadas aqui[2], pela complexidade do fenómeno[3] e pela própria limitação das teorias explicativas que mais têm marcado posição no pensamento político-económico sobre esta matéria[4].Sê-lo-ia ainda porque a segunda parte dos nossos propósitos, confrontar a teoria esboçada com os fenómenos da economia portuguesa, exigia um conhecimento aprofundado da história económica (qualitativa e quantitativa) portuguesa deste século, que ainda não está feita e nós não estaríamos em condições de faze-la. Sê-lo-ia também pelo tempo disponível e porque encaramos este trabalho como um mero contributo, como um ponto de partida para investigações que têm de ser feitas.

No caminhar para a interpretação da inflação em Portugal vamos lidar com conceitos teóricos os quais têm que ter, no seu conjunto,

1 Assunto que nos ocupou no primeiro capítulo

2 Idem

3 Tal como a caracterizamos no cap.

4 Conteúdo do nosso cap. 3

coerência interna e capacidade explicativa da realidade, passando esta pela explicitação das relações necessárias entre categorias, pela compreensão da história da sociedade em que vivemos. Compreensão da actualidade, da dinâmica que gerou e de que ela está prenhe, compreensão da capacidade de transformação, de que a sociedade e os homens são permanentes agentes. Tal só é viável alicerçando a nossa teorização na teoria do valor-trabalho, a qual foi elaborada pela primeira vez, de uma forma coerente e sistemática, por Marx, que inevitavelmente seguiremos de perto. Se não houvessem múltiplas leituras da obra deste autor e, sobretudo da teoria do valor, se não considerássemos que a própria categoria de valor , e outras a que ela estão ligadas, têm um significado que evolui com a própria sociedade, bastar-nos-ia remeter para as obras de Marx e, considerando tal matéria como adquirida, avançar nos nossos propósitos. Pelas razões referidas tal não é viável e na primeira parte deste capítulo ocupar-nos-emos exactamente de apresentar a nossa leitura do marxismo e sua adequação à realidade social actual. Mas sobre este assunto importa fazer, desde já, dois reparos. O primeiro é que não tentaremos analisar todos os aspectos da teoria do valor ou do marxismo (propósito ainda mais vasto), mas tão somente aqueles que são estritamente necessários para os nossos propósitos restritos. E estes são a teorização do hiato valor-preço que, como vimos[5], constitui o cerne da natureza da inflação. O segundo diz respeito ao que entendemos por ler Marx. Para nós a obra de este autor é também um produto histórico e uma evolução histórica[6]. Nesta medida lê-lo é ter em consideração as suas posições, nomeadamente as constantes de O Capital[7]. É ser capaz de fazê-lo de uma forma global, e não apenas esgrimindo com esta ou aquela afirmação isolada (o que passaria por admitir que tudo está definitivamente escrito e totalmente correcto, o que seria contra a própria história da edição de O Capital), é relê-lo através da obra teórica e de transformação social dos marxistas, desde então até hoje, é, finalmente termos a "nossa" própria leitura da realidade económica.

No confronto da teoria esboçada com a realidade portuguesa teremos de ter em consideração a caracterização e periodização da inflação anteriormente feita e os fenómenos da economia portuguesa que correspondam ao concreto teórico resultante da anterior elaboração. Tal como dissemos, exigiria um conhecimento detalhado

5 Veja-se a caracterização da inflação no cap. 2

6 Sobre este último aspecto vejam-se, entre as muitas obras possíveis: Lapine, Nicolai, O Jovem Marx Sagnol, Marx, Des 'Grundisse' ...

7 Estamos a englobar em O Capital as Teorias da Mais-Valia

da acumulação capitalista no nosso país durante este século e, o que também seria extremamente importante, a sua articulação com a acumulação capitalista mundial. Estando tal fora das nossas possibilidades, e tratando-se de um primeiro confronto com os fenómenos da economia, escolhemos um dos núcleos importantes para a interpretação da inflação: os sistemas monetário e financeiro. Mais precisamente, o que consideramos o seu núcleo duro: a evolução do banco central.

## 4.1. O ponto de partida: a teoria do valor-trabalho

Hunt começa o seu artigo afirmando:

> "This article is based on two convictions. The first is that Marx's labor theory of value is not only a consistent development of, but indeed cannot even be fully understood apart from, his early philosophical writings on human nature. The second conviction is that this philosophical foundation of his value theory is the key not only to Marx's conception of exploitation but to his conception of capital and capitalism, and, ultimately to all of his social theory."[8]

e este é um ponto de partida subjacente a quase todos os documentos que fazem uma exposição da teoria do valor trabalho, embora raramente o explicitem.

Pela nossa parte diremos que a "consistência" da teoria será testada pelo que se segue, mas que discordamos bastante da segunda convicção. Actualmente os pressupostos subjacentes à teoria do valor não podem ser encarados meramente como princípios filosóficos inseridos num velho debate entre materialismo e idealismo[9]. Têm que ser encarados no campo da epistemologia, ciência do conhecimento científico. Por isso, dentro das fortes limitações que temos em tais matérias, começaremos por expor algo sobre o abstracto e o concreto, a essência e o fenómeno, deduzindo daí a importância da elaboração de uma teoria do valor. Os pressupostos epistemológicos em que baseamos tal conclusão e ela própria, exigem-nos que, seguidamente, teçamos algumas considerações críticas a certas posições, actualmente bastante em voga, que conduzem à negação da importância da teoria do valor. Sendo uma parte importante da história do pensamento económico o confronto entre concepções diferentes da categoria valor, é importante que, antes de avançarmos,

8 De Hunt, E.K., "Marx's concept ...

9 E se o debate entre materialismo e idealismo ocupa o primeiro lugar na história do pensamento filosófico, não menos importante é o confronto entre materialismo metafísico e materialismo dialéctico.

deixemos ditas algumas palavras sobre a opção pela teoria do valor-trabalho.

Sem grandes preocupações de pormenorização procuremos "fotografar" um determinado acontecimento da vida económica, pontual, localizado, limitado. E como os preços são bastante importantes, porque têm que ver com algo que foi o resultado de um processo produtivo, porque se quantifica no acto de troca, porque provoca uma determinada distribuição de recursos, porque é o prelúdio de um acto de consumo[10] e, além disso, são importantes para a caracterização da inflação, como já vimos, vamos tomá-los como ponto de partida da nossa ilustração.

Num mercado de peixe situado na cidade do Porto um determinado casal adquiriu por um determinado preço unitário uma certa quantidade de peixe que depois de tratado e cozinhado fará as delícias do agregado familiar. Neste acto corrente que poderia ser captado por qualquer máquina fotográfica no momento em que a vendedora com uma das mãos entrega o peixe e com a outra recebe uma certa quantidade de notas do Banco de Portugal e de moedas de diversas ligas, nada parece mais simples. Há um comprador e um vendedor, um bem, chamemo-lo assim, e uma certa quantidade de dinheiro.

A partir deste acontecimento corrente muitas interrogações se poderiam colocar. Longe de cobrirmo-las façamos alguns exercícios de reflexão, começando pela actuação do casal que adquiriu o peixe. Se o fez foi porque tinha necessidade de alimentar-se e porque entre o leque de bens utilizados no consumo considerou adequado o peixe. Leque de opções que para aquele casal é um dado, mas que resulta de certos hábitos e costumes secularmente adquiridos, tendo que ver com a situação geográfica do nosso país, com os recursos naturais de que dispõe, com as possibilidades de aquisição a outros países separados por fronteiras político-económicas, com as actividades que se foram desenvolvendo ao longo dos milénios. Considerou adequado o peixe foi por gostos pessoais ou disponibilidades monetárias, os quais levaram-no ao mercado, porque eles próprios não o foram pescar. E não o foram porque têm o seu tempo ocupado com o seu emprego, a lide da casa, o cuidar dos filhos e, enfim, o ir de quando em vez a um espectáculo alternativo à televisão. Bom, até talvez seja esta a razão da sua opção pelo peixe, porque a publicidade ao valor nutriente desse alimento tem sido repetido muito nos últimos tempos, pois os armadores não têm encontrado suficientes

10 É propositadamente que aqui utilizamos uma terminologia imprecisa e vaga.

compradores nem no público nem nas fábricas de conservas ou de farinha de peixe. Deixemos estas lucubrações e fixemo-nos no facto de que comprou o peixe. Mas para o fazer tiveram que dispor previamente de uma certa quantidade de dinheiro disponível. E dizemos dinheiro porque eles, fazendo uma compra isolada num mercado como aquele com características ainda tradicionais, não tinham a possibilidade de trocar o peixe por uma letra a noventa dias, como fez naquela manhã um supermercado ao adquirir várias caixas de peixe àquela mesma vendedora, ou utilizar o cartão de crédito. Mas também aqui não houve problema porque eles, que até não tinham outros rendimentos além do seu salário e do juro que semestralmente vencia uma pequena promissória colocada no banco, tinham recebido os ordenados nas empresas em que trabalhavam. Enfim, podiam comprar o peixe porque tinham trabalhado para o patrão durante todo o mês e, para já, não vislumbravam o perigo de desemprego ou de salários em atraso. Enfim, este casal, parte de uma população com determinadas características demográficas, participavam na troca para virem a realizar um consumo que lhes garantisse a possibilidade de continuarem a participar na repartição do rendimento nacional, participação que também tinha sido prévia ao acto realizado.

Também nos podíamos interrogar por que razão a peixeira vendeu-lhes o peixe e não utilizou ela esse nutritivo alimento para si. Bom, é evidente que ela não poderia alimentar-se só de peixe, nem viver só com alimentos. Tem que comprar roupa, sapatos, batatas e similares e por isso precisa desse dinheiro, que tudo permite comprar, para os adquirir. É disso que necessita, mas para o poder fazer ininterruptamente necessita de todos os dias vender peixe, já que a isso se habituou, e para isso se estabeleceu, e não havia vantagem em cada dia vender bens diferentes. Uma parte do dinheiro hoje obtido vai ser utilizado para ir, amanhã cedo, à lota adquirir mais peixe. E como na lota a concorrência é forte, não fosse ela mulher de iniciativa, experiência, com boa voz e conhecimentos e não conseguiria por vezes obter os tipos de peixe que pretende, aqueles que têm maior aceitação (ela conhece bem os clientes) e lhe permite obter o seu sustento e dos seus, no seu dizer. E como essas croínhas são necessárias nos dias que correm! Já não é só porque muitas vezes não consegue vender o peixe todo e por muito que pinte as guelras com sangue novo os clientes deixam de adquiri-lo. Também não é porque teve que comprar uma carrinha, e os preços das viaturas estão pela hora da morte e à taxa a que está o juro nem pensar em pedir crédito. É porque os impostos estão cada vez mais elevados e

quanto mais aumentam mais a Câmara se lembra de elevar posturas e licenças. Dizem-lhe que tudo isso é porque o FMI anda por aí, o país deve muito ao estrangeiro, se consome mais do que se produz (ela não, pode jurá-lo, cada vez está mais reduzida ao pão, ao leite e à sopa).

E que dizer daquelas notas do Banco de Portugal que ela recebeu e das moedas de diversos metais? Bom para já diga-se que ela só aceita esse tipo de pagamento quando vende no mercado consumidor. Antigamente ainda aceitava cheques, raros diga-se de passagem, que as pessoas não tinham esse costume, mas desde que apanhou um sem cobertura e os tribunais nunca mais decidiam, deixou-se disso. Quando se vencem as letras aceites aos grandes compradores não faz regateio pela aceitação dos cheques, mas aos pequenos...Mais, tanto lhe faz que seja do banco A ou B. Para ela é indiferente. Por acaso é engraçado que nunca se lembra de ter visto nenhum cheque do Banco de Portugal, o tal que emite as notas que têm escrito ouro, mas que ela nunca leu. E também não pensem em virem-lhe trocar o peixe por milho que ela não aceitaria. Claro que também ninguém lhe tinha proposto isso, mas já que estamos nestas divagações isso que fique esclarecido. E aquele peixe que lhe tinha custado na lota 450$, isto sem contar com as despesas de deslocação e conservação, vendeu-o por 600$. E pensar que há uns meses vendia por 550$. Isto para já não falar de quando era pequena, ainda se lembra, era 2$50. Imaginem. Bom, aquele foi 600$, mas por vezes, até no mesmo dia, vende mais barato, outras vezes mais caro. É uma questão de já conhecer o fiscal, de saber a quanto estão a vender as outras peixeiras, de como vão as preferências dos compradores.

E muito mais poderíamos dizer deste acontecimento corrente ou de muitos outros similares com compradores, vendedores, bens transaccionados, moedas e quantidades de moedas diferentes. O que nos interessa captar por detrás desta descrição ligeira e sem grandes esforços de interpretação é que o simples acto de compra e venda de um peixe tem a ver (e para já não nos referimos a qualquer tipo de relacionamento lógico ou temporal) com a luta dos homens contra a natureza para garantir a sua subsistência, com o disporem para tal de um determinado conjunto de meios técnicos, com a existência de uma divisão social do trabalho moldada pelas capacidades de transformação, pela características geográfico-sociais da região e do seu relacionamento com as restantes. Tem que ver com a produção, com a existência de troca num mercado com determinadas características concorrenciais, com a repartição do rendimento, com o consumo. Tem que ver com a reprodução da força de trabalho, com

a propriedade dos meios de produção. Tem que ver com um certo grau de desenvolvimento das trocas, com a existência de moeda e crédito, com a existência de diversos tipos de moeda, com constatação de equivalências recíprocas entre elas, com um determinado resultado histórico de evolução dos sistemas bancário e do crédito. E também tem que ver com a existência de um Estado com receitas e despesas e uma certa intervenção na vida económica, interna e externa. E para não falar das questões demográficas, dos hábitos adquiridos, etc. etc.

Desta descrição pretendemos reter dois factos: na realidade material o concreto é, como diz Rosental (Aavv), na senda de Hegel e Marx,

> "sinónimo de interconexão dialéctica, de integridade que se decompõe em partes"[11],

é unidade da diversidade, é o complexo, é a manifestação singular do geral.

Nenhuma multiplicidade sensorial de fenómenos singulares é capaz de permitir a captação integral pelo sujeito pensante do concreto sensível, há sempre um comportamento activo do sujeito de selecção, a qual pressupõe sempre um conjunto de conhecimentos prévios.

O objecto teórico é uma realidade diferente do objecto teorizado embora seja um seu reflexo.

O concreto do conhecimento é sempre um ponto de chegada, de ascensão do abstracto ao concreto. Esse concreto conceptual reflecte tanto mais o concreto sensível quanto mais da diversidade as concatenações determinantes da unidade.

Como afirma Rosental (Aavv)

> "o concreto do conhecimento é o reflexo da dita interconexão real no sistema de conceitos que reproduzem estrutural e geneticamente o conteúdo objectivo do objecto"[12].

Concreto do conhecimento que, quando resulta da investigação, quando obtido cientificamente, é um concreto conceptual.

Destas duas conclusões se pode retirar uma outra: o acto de conhecimento é sempre um movimento de passagem do concreto ao abstracto e deste a aquele, entendendo que

> "o abstracto não é um contrário do concreto, mas um ciclo no movimento do próprio concreto, é o concreto que se não revela, não se desdobra, não se desenvolve (...) Assim, pois, o conhecimento abstracto

11 De Rosental (Aavv), Dicionário ... , entrada "Abstracto (o) e o concreto"
12 Idem

> contrapõe-se ao concreto como conhecimento unilateral que fixa tal ou tal faceta do objecto à margem de qualquer nexo com as outras facetas, à margem do seu estar condicionado pelo carácter específico do todo"[13].

Retomando o nosso exemplo anterior, ou qualquer outro acontecimento da economia (este próprio domínio do social já é um resultado de abstracção, de isolamento de uma parcela do social, quiçá do universo), conhecer o preço, a compra, a venda, o lucro, etc. etc. não é a sua descrição factual, a descrição da multiplicidade sensorial mas um processo de decomposição da multiplicidade e retenção dos elementos que se consideram capazes de garantir a sua unidade.

Este processo de conhecimento é sempre existente, mas não está à partida garantido que se retenham como "chaves" da unidade da multiplicidade do concreto, as que efectivamente captem o essencial. Não se trata de uma escolha aleatória. Para tal é necessário que a passagem do concreto ao abstracto se processe de acordo com as leis do conhecimento científico e não do conhecimento corrente [14].

> "Il s'agit, en décomposant un tout concret et complexe, de trouver, de découvrir par l'abstraction la base, la tendance qui détermine tous les autres phénomènes" "La force de l'abstraction réside donc dans le fait que grace à elle, la pensée découvre les causes profondes des phénomènes, et tout les rend par la même intelligibles"[15].

O processo de abstracção cientifica é o movimento de captação da essência e, por isso, a abstracção científica reflecte a realidade mais profundamente que a observação imediata. Conhecimento científico e essência estão indissoluvelmente ligados:

> "L'essence et le phénomène différent encore en ceci, enseigne Marx, que la première ne réside pas a la surface des chose et ne se découvre pas immédiatement au regard de l'homme, tandis que le second a le caractère d'une donnée immédiate, étant expression exeterne de l'essence"[16]

conhecimento científico que permite não só captar a essência como compreender as ligações desta com os fenómenos. É a captação dessa própria essência (no movimento do concreto ao abstracto, ligado ao método de investigação) que permite compreender e interpretar os

13 Idem

14 Embora posteriormente retomemos o assunto, para uma teorização do "corte" epistemológico entre conhecimento corrente e conhecimento científico veja-se Castro, Teoria ... , vol III

15 De Rosenthal, Les problémes ..., pág. 352 e 303

16 Idem, p. 276

fenómenos (movimento do abstracto ao concreto, ligado ao método de exposição). Movimento do fenómeno à essência e da essência ao fenómeno[17] que se reproduz sistematicamente e que permite o avanço do conhecimento científico pela captação da essência e do conhecimento corrente pela passagem da essência a fenómeno.

Esta última formulação exige algumas considerações adicionais. A essência é, e pelo afirmado anteriormente não será difícil deduzi-lo, tão real como o fenómeno. Só que a sua captação exige

> "a ultrapassagem dos quadros gnosiológicos de que é portador qualquer adulto da nossa época, nesta passagem a uma anti-evidência, nesta negação dos enunciados provenientes dos quadros normais que o indivíduo utiliza na sua actividade de contacto com o mundo (e que no seu conjunto constituem o 'senso comum'), é nisto que se revela a irrupção do saber científico, o 'corte' epistemológico"[18]

Mas as fronteiras entre o conhecimento científico e o conhecimento corrente não são dadas de uma vez por todas e há uma apropriação, por diversas vias que não interessa aqui explicitar, pelo conhecimento corrente de hoje de aspectos do conhecimento científico de ontem.

Restringir a realidade aos fenómenos seria transpor para o ontológico o que é gnosiológico. Por isso temos vindo a adoptar ao longo deste trabalho a terminologia adoptada por Castro, que nos parece mais consentânea com a realidade. Para designarmos o "mundo" dos fenómenos, dos aspectos da realidade que são captáveis pelo conhecimento corrente falamos de REALIDADE FENOMENOLÓGICA. Para nos referirmos ao "mundo" das essências, da realidade captável pelo conhecimento científico falamos de REALIDADE METAFENOMENOLÓGICA[19].

17 Sobre este assunto parece-nos interessante a seguinte resposta de Engels a Schmidt:
"Les objections que vous faites à la loi de la valeur atteigne tous les concepts, à les considérer du point de vue de la réalité. L'identité de la pensée et de l'être, pour reprendre la terminologie hégélienne, coïncide partout avec votre exemple du cercle et du polygone. Ou encore, le concept d'une chose et la réalité de celle-ci sont parallèles, comme deux asymptotes, qui se rapprochent sans cesse l'une de l'autre sans jamais se rejoindre. Cette différence qui les sépare, c'est précisément celle qui fait que le concept n'est pas d'emblée, immédiatement, la réalité et que la réalité n'est pas immédiatement son propre concept. Du fait qu'un concept possède le caractère essentiel d'un concept, donc qu'il ne coïncide pas d'emblée, prima facie [au premier coup d'oeil] avec la réalité, dont il a fallu d'abord l'abstraire, de ce fait il est toujours plus qu'une simple fiction, à moins que vous n'appelez fiction tous les résultats de la pensée, parce que la réalité ne correspond a ces resultats que par un long détour et, même alors, ne s'en rapproche jamais que de manière asymptotique» (Marx (Aavv), Lettres sur 'Le Capital', p. 416/417)

18 De Castro, Teoria..., V.III, p. 134

19 Para retermos com maior clareza a mobilidade das fronteiras entre estas duas realidades, nomeadamente a propósito dos preços e do valor, basta recordar que na planificação socialista se procura partir do valor (veja-se, entre as múltiplas obras sobre o assunto Csikos-Nagy, Socialist Price ... Zavialkov, Los precios ...) Tal facto, apesar dos debates que continuam a existir sobre a natureza do valor em socialismo e da melhor forma de o reflectir na planificação, revela que o

Este caminhar pelo concreto *versus* abstracto, concreto sensível *versus* concreto do conhecimento, objecto real *versus* objecto teórico, fenómeno *versus* essência, abstracção *versus* abstracção científica, do concreto ao abstracto *versus* do abstracto ao concreto, conhecimento corrente *versus* conhecimento científico, realidade fenomenológica *versus* realidade metafenomenológica a propósito da "fotografia" de um simples acontecimento quotidiano de compra e venda desemboca na conclusão de que uma Economia Política científica, o que é um pleonasmo, tem que passar dos fenómenos à essência e essa passagem é a elaboração da teoria do valor, independentemente do conteúdo que posteriormente se venha a dar àquela. O lucro, o juro, a renda, os preços, etc., enquanto categorias, como concreto conceptual, só surgem como unidade da diversidade, como fenómenos não aleatórios do todo social se estivermos armados de uma teoria do valor.

A teoria do valor não é uma via de explicação exclusiva de um determinado fenómeno, como o preço, mas da totalidade das relações económicas:

> "A propos de "valeur", Kaufmann, dans son premier chapitre (qui contient de nombreuses lacunes et est même remplis de bévues, mais n'est pas dépourvu d'interet) de sa (...)[Théorie des fluctuations de prix], sur la 'valeur', après avoir passé en revue toutes les élucubrations de seconde main de toutes les scolastiques contemporains allemants, français et anglais, fait la remarque suivante, qui est absolument juste: 'En passant en revue les théories sur la valeur... vous ont vu que les theoricients de l'économie politique ont bien compris l'importance de cette catégorie... Bien que... toux ceux qui s'occupent d'économie politique connaissent bien ce fait: dans les formules utilisées pour parler de la valeur, ont grossit à l'extrême son importance, pour l'oublier en réalité aussi rapidement que possible, des que, dans l'introduction, on lui consacre quelques belles formules plus ou moins longues; il est impossible de citer ne serait-ce qu'un seul et unique exemple ou il existerait un rapport organique entre ce qui est dit de la valeur, et ce qu'on dit d'autres questions ou ce qui est dit, dans l'introduction, sur la valeur aurait une quelconque influence sur les analyses qui suivent"[20]

Esta posição de Marx é, simultaneamente uma explicitação do que anteriormente dizíamos e, o que agora nos interessa, uma crítica ainda actual a muitas posições. É esse distanciamento em ralação à teoria do valor que constatamos em muitos trabalhos (marxistas) sobre o capitalismo monopolista, sobre a interpretação da realidade

valor que em capitalismo é uma realidade metafenomenológica caminha para a sua transformação em realidade fenomenológica em socialismo.

20 De Marx, Lettres sur 'Le Capital', p. 286

económica capitalista contemporânea. É ainda esse distanciamento que encontramos em autores como Lipietz[21] que procura teorizar a ruptura (articulada) entre o "mundo" dos fenómenos, das aparências, e o das essências. Se não fosse a popularidade que gozam tais concepções entre alguns estratos da intelectualidade, passaríamos à frente, pois o que já foi dito ficaria como salvaguarda suficiente para tais posições. Mas assim impõe-se que dissequemo-las um pouco, embora a sua crítica completa exigisse um análise pormenorizada do que vulgarmente é designado por "teoria da regulação".

Como Bettelheim refere logo no prefácio do livro de Lipietz[22]

> "Tout d'abord, ce livre [com um título já por si significativo] redonne toute leur portée aux concepts de valeur et de capital en developpant les analyses de Marx sur la notion de valeur en procès [que analisaremos no momento oportuno]. Il montre aussi comment s'articulent les valeurs et les prix nominaux, cela en restituant la distinction proposée par Marx entre l'économie exotérique celle qui se donne immédiatement avoir, avec ses lois apparentes et l'économie ésotérique celle dont le fonctionnement n'apparaît pas directement et dont seule l'analyse dégage les lois profondes, qui dominent celles de l'économie exotérique et dont l'action peut rendre vaines les interventions s'appuyant sur le fonctionnement apparent de l'économie. La mise en lumière des rapports entre ces deux "faces" de la réalité donne son plein sens aux aspects nominaux de l'économie. La prise en compte de ces rapports éclaire le rôle central joué par l'économie exotérique dans la dynamique du mode de production capitaliste, dynamique d'ailleurs affectée par les transformations des formes de régulation du capitalisme."[23]

Ora em relação a esta posição convirá dizer:

— Embora o autor se esforce por remeter para Marx a autoria da distinção entre essas duas economias tal nada tem que ver com o marxismo. É verdade que Marx aqui e além, muito raramente, utiliza a terminologia esotérica e exotérica[24] mas daí não se pode concluir a aceitação da ruptura. O percurso de Marx é bastante distinto, como o demonstram as suas análises e interpretações da "economia vulgar", construções teóricas que apenas consideram o movimento aparente, as conexões exotéricas, para utili-

21 A primeira vez, a nosso conhecimento, que Lipietz fez uma teorização da ruptura entre economia esotérica e exotérica foi no trabalho colectivo Boyer (Aavv), L'Approches ... e, depois, tal ocupa um lugar previligiado em Lipietz, Inflation ... Lipietz, Le monde ... E a partir deste último livro que teceremos a críticas seguintes. Diga-se ainda que se este autor tem a coragem de explicitar a ruptura e procurar teorizá-la. Muitos outros não o fazem.

22 De Lipietz, Le monde ...

23 Idem, p.7

24 Fá-lo, por exemplo, nas Teorias da Mais-valia, vol II, p. 184, falando não de economias exotérica/esotérica mas de "modos de análise" o que se me afigura diferente.

zar esta terminologia. Nesses casos, partindo da teoria do valor, da essência, explica cientificamente a realidade que a economia vulgar pretende interpretar e, simultaneamente, interpreta a falência da tentativa da economia vulgar para o fazer. A posição de Marx não é de reconhecimento da "economia vulgar" mas de crítica à sua incapacidade para interpretar a realidade.

— Ao identificar o "interno" com as "tendências" e as "leis imanentes", por um lado, e o "fenomenal" com

"l'ensemble de représentations que les agents économique créent à propos de leurs propres comportements et des conditions auxquelles ils font face, mais qui sont en fait dictées par les relations internes"[25]

está a tombar no campo do idealismo.

— A decomposição da economia em esotérica e exotérica vai contra os princípios da construção científica, contra as leis epistemológicas.[26]

Das considerações anteriores resulta que consideramos que uma economia política que possua o epíteto de ciência tem que considerar tanto a realidade fenomenológica como a metafenomenológica, tem que captar a essência e tal exige teorizar o valor. Vimos igualmente que essa teorização não pode ser feita pela dupla teorização para cada uma das realidades, mas pela unificação de ambas num todo coerente. Se tal já permite fundamentar uma parte da nossa opção, do que servirá de base ao seguimento do capítulo[27], há que desbravar um pouco mais do terreno pela consideração das opções que a história do pensamento económico nos coloca em relação a essa categoria de valor.

Está fora dos nossos propósitos traçar aqui uma história das teorias do valor (ou das teorias da sua negação), que, alias, é velha e complexa, como o salienta Dostaler e muitos outros autores:

"La valeur est le lieu d'un débat plus que deux fois séculaire, toujours recommencé. Elle est conditionnée par l'image qu'on se fait de la société. Elle la conditionne: immobilité ou transformation. De la, sans

25 De Lipietz, Le Monde..., p. 20

26 Muito mais haveria a dizer sobre estes aspectos, nomeadamente quanto à referida afirmação sobre o "papel central desempenhado pela economia esotérica na dinâmica do modo de produção capitalista", mas pensamos que o afirmado é suficiente para rejeitar tais posições.

27 Mais rigorosamente, desde a primeira linha deste trabalho que nos baseamos na teoria do valor-trabalho, o que, aliás, é concordante com a posição, diversas vezes reafirmada, de que a leitura da realidade, mesmo fenomenológica é sempre uma leitura teórica. Contudo, só agora, nos prelúdios de uma exposição sistemática da referida teoria sentimos a necessidade de a justificar

doute, l'âpreté de ce débat pourtant abstrait. La valeur concerne l'organisation, le fonctionnement et l'évolution de la société"[28]

Acrescente-se que nessa abordagem histórica encontramos alguma dificuldade em englobar as diversas escolas em grupos relativamente homogéneos, estando em aberto muitas opções. Assim, por exemplo, alguns autores consideram que a grande dicotomia é entre «teoria do valor-trabalho» e «teoria do valor utilidade» (Dostaler[29]), sendo a "teoria da produtividade marginal" uma variante desta e o keynesianismo baseada nela (Alter[30])), assim como outras teorias "modernas" (Dostaler[31]), enquanto que para outros estas constituem uma teoria diferente (Napoleoni[32]). Outros autores falam em dicotomia entre teorias da produção e teorias da troca.

Ainda outras versões poderiam ser referidas.

Pela nossa parte parece-nos que a distinção pode ser feita entre as teorias que partem do HOMEM-SER-SOCIAL e as que tomam como modelo o HOMEM-INDIVIDUO-ISOLADO. Esta distinção parece-nos mais útil que a entre valor-trabalho e valor-utilidade porque esta última dicotomia pode fazer-nos olvidar que a teoria do valor-trabalho também considera, e numa posição destacada, a utilidade das mercadorias, as opções de compradores e vendedores, a satisfação das necessidades. Por outro lado corresponde às duas únicas opções possíveis da dicotomia homem/sociedade, já que ambas as teorias, tomando como ponto de partida, como componente determinante, uma das partes, não deixam de ter que considerar a outra, embora este caminhar do homem-indivíduo-isolado para a sociedade e do homem-ser-social para o indivíduo possa ser feito de múltiplas formas.

Na teoria do valor partindo do homem-ser-social englobaríamos as posições de Adam Smith[33], Ricardo[34], e das escolas marxistas e

28 De Dostaler, Marx ..., p. 7

29 Idem

30 Veja-se Alter, "A Teoria da Utilidade Marginal e seus Aspectos Actuais", englobado em Aavv, Historia das Doutrinas Economicas

31 Em Dostaler, Marx ...

32 Veja-se Napoleoni, O Valor ...

33 Os prolegómenos da teoria do valor-trabalho encontram-se em autores anteriores, mas aqui consideramos apenas a partir do momento em que a Economia Política se erigiu como ciência, o que é mais de a apresentação de alguns enunciados científicos (Ver Castro, Teoria do Conhecimento ..., vol III). Sabemos que Adam Smith ainda apresenta um conjunto de incongruências teóricas, que a sua teoria do valor apresenta duplicidades, mas não há dúvida que nele já encontramos alguns dos traços fundamentais do que depois viria a ser elaborado por Marx.

34 Também em relação a este "pai" da Economia Politica há que dizer que a teoria do valor-trabalho ainda apresenta deficiências, mas também, que ela é efectivamente a sua componente fundamental. A leitura ricardiana dos defensores do valor-utilidade é, na nossa opinião, uma leitura distorcida

na teoria do valor baseada no homem-indivíduo-isolado a teorias da utilidade[35], da produtividade marginal[36], da escassez[37] e outras similares.

Colocado o problema com esta grande generalidade também a análise crítica subsequente tem que ser feita da mesma forma, não cabendo aqui fazer apreciações de pormenor[38]. Assim, podemos dizer, que o segundo tipo de teorias do valor enfermam de duas grandes deficiências: subjectivismo e ahistoricidade[39].

Por subjectivismo pretendemos designar o facto da análise se basear no comportamento individual, muitas vezes de um homem que se encontra fora da sociedade[40], de jogar com a dicotomia utilidade/desutilidade, de esta ter uma raiz psico-fisiológica restrita, de considerar a sociedade como um simples somatório de indivíduos[41] num processo que conduz a "atribuir à sociedade normas de conduta de indivíduos isolados (ou grupos de indivíduos) que se encontram fora da sociedade"[42].

Por a historicidade pretendemos designar o facto de esse homem isolado e psico-fisiologicamente só, ser um modelo desinserido de qualquer sociedade concreta, de as categorias económicas, assim como o facto destes homem não terem história nem movimento de

35 As escolas austríaca e de Lausanne são as grandes fontes destas teorias

36 Como diz Alter no já referido trabalho (p. 358) "A teoria da produtividade [por erro tipográfico diz utilidade] marginal conserva todos os princípios fundamentais da teoria da utilidade marginal, modificando-os para aplicá-los aos factores de produção. A produtividade desses factores é encarada como sendo sua utilidade e, analogamente a "lei da utilidade decrescente dos bens" constrói-se a "lei da produtividade decrescente" do trabalho e do capital. Precisamente como pela utilidade marginal do bem se determina o valor de toda a oferta, pelo "produto marginal' do trabalho se determina o salário e pelo 'produto marginal' do capital se determina o lucro, ou o juro, ou seja, pelo produto marginal dos factores de produção se determina a medida da sua 'remuneração'"

37 Napoleoni, na obra já citada, considera que a teoria de Robbins toma o valor como índice de escassez e que aquela não pode ser considerada uma teoria subjectivista (p. 111). Contudo, os próprios elementos que fornece ao expor a posição daquele autor mostram a grande importância das componentes subjectivas, embora lhe incorpore outras.

38 Em nenhum trabalho publicado por nós procedemos a uma análise crítica pormenorizada das teorias do valor, mas fizemo-los a propósito da moeda em, por exemplo "A moeda tem direito ...."

39 Bujarin (leia-se Bukarine) na sua obra Economia Política ... considera ainda uma terceira: partir do consumo quando este é determinado pela produção. Esta crítica que ele dirige à escola austriaca parece-nos correcta, mas perde um pouco o seu impacto quando aplicada a outras variantes que consideram a produção.

40 Não é por acaso que os exemplos dos autores referindo-se ao caminhante no deserto, ao solitário em ilha perdida, ao ermita, etc. surgem.

41 O que leva a privilegiar (ex. teoria do "bem-estar") ou a considerar exclusivamente (ex. Pareto) a conjugação dos interesses de cada indivíduo em relação aos dos restantes.

42 De Alter em Aavv, História ..., p. 339

transformação[43], da "natureza humana" ser considerada como algo eterno e imutável.

Pensamos que estas duas características tornam as teorias do valor englobáveis neste grupo como inaceitáveis, embora não neguemos que apresentam alguns ensinamentos e algumas posições com interesse. E o acto de rejeição não é por questão de princípio, mas porque tais pontos de partida são contrários ao conhecimento científico que já é património da nossa época. Basta pensarmos na evolução filogenética e ontogenética do homem[44] para considerar a incorrecção de tais posições. E se descêssemos à análise concreta de algumas dessas correntes facilmente concluiríamos que ofendem alguns princípios epistemológicos da construção científica[45].

Chegados à opção pelo grupo das teorias que partem do homem-ser-social, é sabido que Adam Smith, Ricardo e Marx são os três autores que se colocam numa linha de desenvolvimento científico, devendo o último ser tomando como o que mais completamente construiu a teoria do valor-trabalho, resta-nos apenas dizer algumas palavras sobre os neo-ricardianos para, definitivamente, justificarmos a nossa opção.

Falar de neo-ricardianismo é por excelência referir a obra de Sraffa[46] que tantas leituras, interpretações, polémicas e confusões tem gerado. A ligeira referência que aqui faremos[47] centra-se numa reflexão sobre o que significa esse trabalho, que já hoje é um marco importante na história do pensamento económico, do ponto de vista da teoria do valor. Para uns "a produção de mercadorias por meio de mercadorias", tal como autor apresenta, é uma confirmação da teoria do valor-trabalho e uma resolução do "erro" de Marx na transformação dos valores em preços de produção. Para outros é uma negação da teoria do valor-trabalho porque não exige a consideração especial do "trabalho". Para outros ainda "o esquema de Sraffa constitui a primeira teoria dos preços totalmente formulada

43 O que é desejado pela grande maioria dos defensores destas posições que assim pretendem construir uma "teoria positiva" aplicável a toda e qualquer sociedade.

44 Sobre o assunto ver Castro, Teoria ..., vols. I, II

45 Estamos a referir-nos, concretamente, à desantropormofisação do conhecimento:
"A tendência desantropomorfisante das representações do conhecimento científico exprime a libertação epistemológica dos limites biológicos, psicológicos, sociais e históricos inerentes à adaptação humana espontânea ao meio externo" (De Castro, Teoria... , Vol. IV, p. 170)

46 Ver Sraffa, Piero; Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias, tradução, 1977, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 119

47 É obvio que um estudo minimamente completo da obra de Sraffa exigiria apresentar o seu trabalho, explicitar os seus pressupostos, verificar a coerência interna e a capacidade de suportar modificações das suas hipóteses de base, estudar as relações entre a sua obra e a de Ricardo assim como o seu posicionamento em relação às correntes do pensamento económico e às polémicas economico-políticas do nosso tempo. Nada disso será aqui feito.

fora de uma teoria do valor, ou pelo menos das duas teorias do valor que estiveram presentes na história do pensamento económico: a teoria marxiana do valor trabalho (precedida pelo 'valor absoluto' de Ricardo) e a teoria do valor como índice de maximização"[48].

Sobre estes aspectos afigura-se-nos o seguinte:

a) É demasiado arrojado a partir da obra de Sraffa deduzir da inutilidade da teoria do valor. É-o porque o seu campo de estudo é bastante limitado (trata apenas da determinação dos preços que incorporam uma dada taxa de lucro) ficando por explicar tudo o resto da dinâmica do económico. Mesmo alguns elementos que integram a sua teoria não são explicados (ex. fixação de uma certa repartição do produto líquido por salários e taxa de lucro) e, embora não rompam a "harmonia" matemática, rompe a capacidade explicativa ao remeter para factores extra-económicos.

b) Apresenta para além da limitação resultante da restrição temática algumas outras, de que uma particularmente grave para os propósitos que nos guiam é estudar apenas preços relativos, o que significa a não consideração da moeda (e por força de razão do crédito) que, indubitavelmente, é uma realidade histórica, social e económica mais relevante que a procura da "mercadoria padrão".

c) Recolhe alguns elementos da teoria do valor-trabalho, como se deduz sobretudo do trabalho ocupar uma posição particular nos inputs[49], conduzindo à possibilidade do primeiro membro da igualdade se transformar apenas na mercadoria "trabalho"[50]

d) Apesar disso não é redutível ao marxismo nem é legítimo tomá-lo para "resolver" o "problema da transformação". E não o é pelo seu campo limitado, pelo abandono da teoria do valor, pela não consideração da moeda, pela inexistência, como salienta Bidet, de uma "teoria da substância"[51]

48 De Napoleoni, O Valor ..., p. 175.
De seguida afirma que o esquema de Sraffa é incompatível com a teoria marxiana e é compatível com a "teoria do valor como índice de maximização".

49 Assim o seu sistema de equações é
$(A_j p_a + B_j p_b + \ldots + K_j p_k)(1+r) + L_j w = J p_j$ com j = 1, 2, ..., k
e não
$(A_j p_a + B_j p_b + \ldots + K_j p_k + L_j w)(1+r) = J p_j$

50 Recorde-se (p. 52)
$L_a w + L_{a1} w (1+r) + \ldots + L_{an} w (1+r)^n + \ldots = A p_a$

51 Voltaremos a este assunto

Eis, pois, porque não englobamos o neo-ricardianismo nas teorias do valor que partem do homem-ser-social e, a nossa teoria do valor se baseia no marxismo.

## 4.2 Elementos para a compreensão do hiato valor/preço

No capítulo 2 constatamos que o ponto nevrálgico da caracterização da inflação encontrava-se no hiato entre a dinâmica dos valores e a dos preços. Visando este capítulo a apresentação de elementos que possam contribuir para a teorização da inflação, passando pela sua constatação na realidade do nosso país, não é de estranhar que centremos a nossa análise nos aspectos da teoria que se relacionem com aquele.

Esta a razão principal para a delimitação do nosso campo de trabalho, mas a ela teríamos sempre que juntar outras:

a) O núcleo duro do que podemos designar pela teorização do hiato é indubitavelmente a teoria do valor. Ora a sua apresentação num trabalho como este não poderia nunca passar pela exposição simplista do encadeado de conceitos como consta de muitos manuais mais ou menos pedagógicos[52]. Seria, e é, necessário analisar cuidadosamente os pontos controversos, reelaborar conceitos e encadeamentos conceptuais, subir do abstracto ao concreto num processo de confrontação que teria que tomar como amostra a sociedade portuguesa. Tal, embora importante, diríamos mesmo imprescindível para a compreensão plena da sociedade em que vivemos, exigiria só por si muitos estudos de dimensão maior que este nosso trabalho global[53]. Quando designamos este capítulo por "contributos" não foi por falsa modéstia mas por clara consciência das limitações deste nosso trabalho.

b) Muitas das problemáticas que irão ser abordadas ao longo deste capítulo seriam das que mais exigiriam um trabalho multidisciplinar, como referimos no nosso primeiro capítulo, pelo

52 Será fácil encontrar na bibliografia a referência a manuais e a livros de divulgação, embora tivéssemos fugido à inclusão de muitos dos trabalhos desse teor. A ideia de manual está associada à conjugação de um método didáctico visando um objectivo científico. Contudo, por vezes, estas duas componentes (cientificidade e didactismo) não são correctamente articuladas e existem simplificações excessivas à custa do rigor de conceitos, o que poderíamos designar por "cristalizações" conceptuais, isto é, as categorias económicas apresentam definições que surgem ao leitor como eternas e imutáveis dentro da formação histórica a que dizem respeito), perdendo a "plasticidade" típica da dinâmica histórica de toda e qualquer relação social

53 A comprovar que não é um exagero estão as teses (para já não falar de muitíssimos livros) tratando apenas de um ou outro ponto muito especifico da teoria do valor ou do movimento do capital.

que à partida não estávamos em condições de apresentar uma "teorização global"[54].

Feito este primeiro reparo e antes de entrarmos na justificação da disposição dos temas abordados neste grande ponto, deixarmos aqui expressas duas observações adicionais:

1) A Economia Política marxista encara sempre as categorias económicas nos aspectos qualitativos e quantitativos, sendo os primeiros o essencial. Por outras palavras, o seu carácter científico exige que se considere privilegiadamente as RELAÇÕES, de que os objectos são uma das formas:

"Les concepts de l'entendement abstrait nous representent donc les essences comme des choses de l'esprit, et les rapports comme une réalité secondaire, voire inessentielle. La pensée commune est entièrement dominée par cette façon de voir. Or penser de façon dialectique, c'est opérer d'emblee un renversement radical de cette relation entre chose et rapport, c'est poser le rapport comme premier, et comme constitutif de la chose: toute chose est elle-meme rapport, non extérieurement mais au dedans d'elle-même, non fortuitement et en apparence, mais nécessairement et en son essence. Autrement dit le rapport n'est pas simple relation exterieur entre chose, il est en elles différence au sein de l'identité, dualité dans l'unité, contradiction interne. Et c'est de la qu'il faut partir pour concevoir la réalité et sa vie concrète[55].

Relações que, por sua vez, estão em relação com outras relações, partes constituintes de um PROCESSO total[56].

Esta ascensão da relação a primeiro plano levou autores como d'Hondt a falar do "desaparecimento das coisas no materialismo de Marx"[57] e outros a escamotearem aspectos quantitativos por detrás dos qualitativos[58], para apenas falar do que se pode considerar como absolutização de um dos aspectos. Quanto a nós[59] há que considerar sempre para cada categoria económica a sua

54 Pensamos que a topologia pode ajudar bastante na reelaboração da teoria do valor, podendo vir a tornar-se, eventualmente, um futuro projecto de trabalho.

55 De Sève, "Une introduction ..., p. 69

56 Veja-se sobre o assunto Sève, "Une introdução ..., p. 71 e restantes páginas aí indicadas

57 Veja-se artigo desse autor com esse mesmo título

58 Como exemplo claro do escamoteamento dos aspectos quantitativos temos a inexistência de uma teoria marxista dos preços. Contudo, é preciso dizê-lo, esse escamoteamento tem, também ele, razões objectivas, não sendo possível atribuí-lo nem a fraquezas da teoria, nem à inércia natural dos marxistas. Na medida em que o marxismo visa acabar com o capitalismo e não geri-lo, os aspectos qualitativos são socialmente mais importantes

59 Obviamente que esta opinião pessoal é comum a muitos marxistas. Aqui utilizamos a terminologia de Sève que nos parece particularmente feliz, mas desde há muito que vínhamos chamando a atenção para a necessidade de considerar tanto a relação social como o objecto que a concretiza, associando a estabilidade da primeira à mutabilidade da segunda, a essencialidade da primeira a fenomenalidade da segunda

essência, que é a relação social que exprime, e esta é a componente primeira, e também a FORMA-RELAÇÃO que assume numa determinada sociedade localizada no tempo (tempo-histórico) e no espaço (geográfico-social) e a FORMA-COISA. E se o qualitativo é o que mais se deve ter em conta na relação, nem por isso esta está isenta da dimensão quantitativa, e as formas continuam a conter essa dupla vertente.

Esta "decomposição" da categoria económica na relação e nas suas formas não é um mero artifício terminológico, ou uma subordinação da construção científica à filosofia[60] ou da teoria da ciência, mas uma exigência da Economia Política como pensamos poder demonstrar ao longo do trabalho subsequente. Apesar disso admitimos não ser despiciendo apresentar aqui e agora, muito sinteticamente, um exemplo ilustrativo da importância do que acabamos de dizer.

Analisando a moeda, o ponto de partida para a sua compreensão é a existência de UMA divisão social do trabalho com produtores independentes[61] que se relacionam entre si através da troca de mercadorias, condição imprescindível da reprodução da vida dos membros da sociedade e desta, divisão que já assumiu um certo desenvolvimento. Por isso nós caracterizamos a moeda como uma relação social de produção. Relação social de produção que se manifesta na troca e que preenche um conjunto de funções sociais. Comum a diversas formações sociais assume em capitalismo (e se quisermos, na sociedade portuguesa) uma determinada forma. Esta não nega a sua natureza essencial de relação mas acrescenta-lhe componentes que permitem uma aproximação ao concreto. Mas essa relação entre os homens exige a "mediação" de um objecto, de uma coisa. Assim, a moeda é uma relação que assume hoje uma determinada forma-relação e também uma forma-coisa; a ligação entre a relação e as suas formas não é exterior mas, pelo contrário, interna. Enquanto para o conhecimento vulgar o ponto de partida principal, ou exclusivo[62], é a forma-coisa, para a Economia

60 Aliás, não podemos esquecer que a filosofia não especulativa como é a filosofia marxista alimenta-se do próprio desenvolvimento científico, para o que muito tem contribuído a Economia Política: por se tratar de uma das ciências sociais com maior maturidade (conjuntamente com a história) e porque "O Capital" é um manancial filosófico

61 Como veremos porque são independentes tornam-se dependentes. Desta dualidade independência-dependência/dependência-independência somos levados a privilegiar a segunda já que coloca em primeiro lugar o posicionamento social

62 E não é apenas o conhecimento vulgar ou, mais precisamente o assumido como tal. Por isso mesmo é que na crítica às teorias explicativas da inflação consideramos como uma limitação de algumas a "coisificação da moeda". Poderiamos agora dizer que aquelas teorias só consideram a forma-coisa de moeda.

Política é um dos aspectos a considerar, e não é nem o primeiro nem o mais importante.

Embora estes tópicos estejam sempre presentes ao longo da exposição, consideramos oportuno fazer nesta introdução esta observação pelo facto de que nem sempre explicitaremos o que agora foi dito[63].

2) Cada categoria está relacionada com todas as outras, como acabamos de ver. Assim, para esgotarmos o estudo de toda e qualquer categoria, seriamos obrigados a referir tudo sobre o capitalismo, formação social que nos ocupa.

Tal seria não só uma negação do método de exposição (com o consequente debilitamento da teorização das concatenações lógicas fundamentais e essenciais) como levaria a abusivas repetições.

Assim, na exposição de cada um dos assuntos, ficaremos sempre bastante aquém da sua apresentação global. Contudo, aqui e além, parecendo-nos fundamental caminhamos um pouco mais para o concreto. Após a apresentação das abstracções essenciais acrescentaremos mais alguns elementos, necessariamente limitados, que nos permitam ir, a pouco e pouco, vendo como é que a teorização "suporta" o concreto.

Finalmente, algumas palavras sobre a disposição deste ponto. Em primeiro lugar começaremos por estudar o valor e a moeda para de seguida abordamos o movimento do capital. Significa isto que estamos perante dois compartimentos estanques? De forma nenhuma:

a) se estudamos à partida a mercadoria é porque

"La richesse des societés dans lesquelles regne le mode de production capitaliste s'annonce comme une 'imense accumulation de marchandises'"[64]

podendo dizer o mesmo da moeda (a economia capitalista é necessariamente monetária);

b) no primeiro ponto englobamos o estudo da força de trabalho que é uma mercadoria específica do capitalismo;

c) o movimento do capital é um movimento de valor (valor em valorização) e, portanto, é inseparável da lei do valor, esboçada a propósito da mercadoria e da moeda.

63 Assim, frequentemente, ao analisarmos uma ou outra categoria económica seremos levados a privilegiar a relação ou a coisa conforme o que for mais importante para a nossa teoria do hiato. Essa atitude, embora sendo tanto quanto possível de evitar, é legítima dado o carácter limitado dos nossos propósitos, mas se, e só se, não significar a globalidade do seu significado

64 Em Marx, Le Capital ..., I-51

Como se justifica esta disposição das matérias e a sua superioridade em relação a qualquer outra? Essencialmente porque, como diz, Lange

«O alcance histórico das diversas leis económicas varia, contudo, conforme a duração de validade das condições que são fonte de sua acção»[65]

e a lei do valor, cuja sua primeira explicitação exige o estudo da mercadoria, é mais geral que as leis do capital e o estudo destas não é possível sem a prévia apreensão daquela[66].

### 4.2.1. Valor (mercadoria e moeda)

Como o nome deste subponto indica, vamos aqui fazer uma primeira abordagem da lei do valor. A consideração simultânea da mercadoria e da moeda é porque só a consideração simultânea destas duas categorias permite compreender a lei do valor.

Após tecermos algumas considerações breves sobre a articulação das leis da "produção mercantil" e as leis do capitalismo, estudaremos a produção de mercadorias e a lei do valor, descendo, de seguida, ao estudo da mercadoria força de trabalho que é uma mercadoria específica. Finalmente estudaremos a moeda.

Esta, como toda e qualquer sequência, apresenta dificuldades, de que as principais são as seguintes:

a) encarando o valor como uma categoria da articulação da produção e da troca, a lei do valor só pode ser explicitada depois de se estudar a produção de mercadorias e a moeda; contudo, será no estudo da produção (embora se refira à troca e se mostre a indissolubilidade dos dois termos da relação) que vamos fazer a primeira explicitação das componentes fundamentais do valor e da enunciação da sua lei;

b) a mercadoria força de trabalho, como mercadoria que é, concorda com as categorias e leis explicitadas a propósito da mercadoria em geral, mas a sua especificidade histórica (do capitalismo) leva à restrição temporal do âmbito de algumas leis; se isso, por si nada tem de mal (embora a força de trabalho e capital sejam duas categorias indissociáveis) apresenta o inconveniente de antecipar a abordagem da moeda, o que leva a recolocar a validade das leis num quadro histórico mais amplo.

65 Em Lange, Moderna Economia ..., 69

66 Apesar de já aqui se englobar a mercadoria força de trabalho, pese as dificuldades de sequência de exposição que tal comporta, como referiremos mais adiante. A lei da mais-valia surge enquadrada pela lei do valor.

Apesar disto persistimos nesta sequência como via de reinsistir na impossibilidade de apresentar preços e salários (embora essas categorias só nos venham a ocupar bastante mais para adiante) como duas categorias diferentes desinseridas da mesma lei de formação. O facto de estarmos a tratar, especificamente do capitalismo, minimiza a segunda debilidade referida.

#### 4.2.1.1. Leis da "produção mercantil" e leis do capitalismo

Desde os primórdios da humanidade que os homens em sociedade lutam contra a natureza levando, simultaneamente, à produção material que garante a satisfação de uma parte das suas necessidades (historicamente condicionadas pelo próprio grau de desenvolvimento da luta pelos bens para a sua satisfação). Leva também ao próprio desenvolvimento das faculdades individuais[67] -- através da produção material os homens se produzem a eles próprios[68] -- e à modificação das relações entre os homens reprodução das relações de produção[69].

A dinâmica da luta da SOCIEDADE perante a NATUREZA, mediada pelas forças produtivas e relações de produção, conduziu a uma DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO assente em PRODUTORES INDEPENDENTES.

67 Sobre este assunto veja-se Marx, Ideologia Alemã. Entre os trabalhos mais recentes veja-se – Castro, Teoria do Conhecimento ..., vol I e II -Sève, Une Introduction ...

68 De Marx, Ideologia Alemã, citado por Sève na obra referida.

69 Isto coloca o problema da relação entre forças produtivas e relações de produção, entre as suas dinâmicas. Neste grau de generalidade o problema é secundário para o nosso estudo mas duas razões leva-nos a aprofundá-lo aqui um pouco mais: a) a defrontá-lo-emos posteriormente numa forma mais concreta, relacionamento entre concentração industrial e luta de classes; b) por existirem velhos debates sobre se o elemento dinâmico são as forças produtivas ou as relações de produção. Porque partilhamos integralmente a posição claramente exposta por Sève (Une Introdução ...) limitamo-nos à transcrição de algumas passagens:

> "Forces productives et rapports de production ne sont que des abstractions en dehors de leur unité contradictoire au sein d'un mode de production historiquement déterminé. Et leur unité ne consiste pas seulement dans leur inséparabilité: pas de forces productives sans rapports de production, pas de rapport de production sans forces productives, mais dans le fait qu'il s'interpénètrent au point de constituer à certains égards une identité" (p. 190) "Ce que détermine les forces productives, ce sont les possibilités ou impossibilités formelles du développement historique. C'est en ce sens qu'elles jouent un rôle fondamental: en longue période, se qui se réalise dans l'histoire tend nécessairement à concorder avec ce qu'elles permettent et ce qu'elles excluent (...) Ce rôle est d'autant plus fondamental que le niveau de développement des forces productives ne détermine pas le mouvement des rapports de production de façon seulement externe (...) mais bien interne: évolution du rapport de forces de classe en présence dépend elle-même en dernière analyse du développement des forces productives" (p. 195) "Simultanément, les rapports de production jouent un rôle historique décisif, en déterminant parmi les possibilités formelles résultant d'un état donné des forces productives lesquelles vont se réaliser, sous quelles formes, en quel sens, à quel rythme" (p. 196)

Entre o grau de divisão social do trabalho, a capacidade de transformação da natureza e a amplitude de inter-relacionamento social dos seus diversos membros há uma estreita correlação positiva. essencial, mas que não analisaremos aqui. Também sobre o que devemos entender por produtores independentes aguardaremos para um ponto seguinte.

O que aqui nos interessa focar é que essa divisão social do trabalho significa que cada um dos produtores (podendo atribuir-se a estes diversos estatutos: indivíduo, clã, tribo, etc. conforme a situação histórica) não produz tudo o que necessita para a sua sobrevivência, gerando-se um processo de troca. Temos aqui todos os ingredientes indispensáveis à explicitação do que se deve entender por PRODUÇÃO MERCANTIL:

> "Segundo Lenine, devemos entender por produção mercantil aquela organização da economia social na qual os produtos são elaborados por produtores individuais e isolados, cada um dos quais se especializa na elaboração de um determinado produto, de tal modo que para a satisfação das necessidades sociais é imprescindível a compra venda dos produtos"[70]

Assim, não constituí um modo de produção específico, sendo o capitalismo um dos englobáveis nesta designação geral. Não só mais um mas o mais desenvolvido historicamente[71]. Explicitar as leis comuns a todos os modos de produção assentes na divisão social do trabalho e em produtores independentes, por outras palavras, os que incluam[72] a produção e troca de mercadorias, é explicitar também as leis (essenciais) do capitalismo, tanto mais que a mercadoria é, então, a forma elementar de riqueza.

Mas se isto é verdade também o é que as leis da produção mercantil só adquirem total consistência e adequação ao concreto em capitalismo[73]. E para ilustrar esta afirmação recordemos apenas a título de exemplo que a formação plena da lei do valor exige uma universalidade das relações de troca e de "livre circulação" da força de trabalho[74] que só em capitalismo existe. Por isso embora a troca das mercadorias de acordo com a quantidade de valor que possuem

70 Em Gonzalez, Economia ... , p. 20

71 Claro que ao fazermos esta afirmação estamos a pressupor, o que sabemos não ser incontroverso, que o socialismo já não se enquadra na produção mercantil, embora possam existir alguns seus subsectores que ainda sejam designáveis dessa forma.

72 Dizemos inclui porque antes do capitalismo a produção e troca de mercadorias ainda não tinha assumido uma universalidade que excluísse, de forma dominante, a produção para seu próprio consumo.

73 Também aqui, como referiremos de seguida, de forma contraditória.

74 Elemento a reter caso se considere a "redução do trabalho complexo a trabalho simples" como movimento autónomo integrante da homogeneização do espaço de quantificação do valor das

seja uma lei da "produção mercantil" Marx considera que existem sociedades (anteriores ao capitalismo) em que predomina o ponto de vista do valor de uso e que é em capitalismo que predomina o do valor de troca[75]. Por outras palavras, as leis da produção mercantil só existem nos modos de produção pré-capitalistas de forma parcial e incompleta. Esta aparente dissonância entre leis mais gerais que as do capitalismo, mas que só se manifestam integralmente quando este é atingido (e aqui poderemos acrescentar que então a plena manifestação da lei do valor acaba por conduzir ao próprio metamorfoseamento do princípio de que as mercadorias se trocam de acordo com as suas quantidades de valor já que os valores se metamorfoseiam em preços de produção), não é a expressão de uma incoerência da teoria, mas sim das contradições internas, objectivas, da mercadoria, sempre existentes, mas assumindo diversas formas conforme o grau de desenvolvimento histórico das forças produtivas e relações de produção que a gerou (e também o metamorfoseamento em preços de produção é uma expressão, contraditória, do funcionamento da lei do valor em capitalismo, como veremos):

> "L'opposition entre société ou prédomine la valeur d'usage et celle ou prédomine la valeur d'échange semble correspondre, à l'intérieur d'un ensemble de modes de production, à l'opposition interne de la production marchande entre valeur d'usage et valeur"[76].

As leis da produção mercantil são leis do capitalismo numa dupla acepção: (1) sendo o capitalismo um modo de produção em que há divisão social do trabalho e produtores independentes aquelas leis também se lhe aplicam; (2) e na medida em que só então as relações mercantis assumem maior universalidade, só então assumem plena maturidade. É exactamente por isso, que Marx escolhe como ponto de partida da sua exposição a mercadoria e logo no seu (primeiro) prefácio ao «O Capital» afirma

> "J'étudie dans cette ouvrage le mode de production capitaliste et les rapport de production et d'échange qui lui correspondent"[77]

sem fazer referência à necessidade de previamente estudar os modos de produção anteriores.

Estudar as leis da produção mercantil é estudar as leis permissivas do capitalismo, embora as formas que estas assumam então

---

mercadorias. É o que normalmente consta dos livros que tratam destes assuntos. Pela nossa parte assumiremos uma posição diferente, como referiremos oportunamente.

75 Referido por Bocarra, Sur la mise en mouvement ..., p. 80 baseado numa citação de Marx no livro I de O Capital

76 De Bocarra, Sur la mise en mouvement..., p. 80

77 Do Prefacio à primeira edição alemã: Marx, Le Capital ..., I-18

estejam também marcadas pelas suas especificidades. Mas este relacionamento entre leis da produção mercantil e leis do capitalismo têm duas consequências importantes: a) não é possível teorizar o movimento do capital sem a lei do valor[78]; b) a lei do valor molda todo o movimento do capital ou, por outras palavras, estudar o capitalismo é estudar as múltiplas formas de manifestação da lei do valor[79].

#### 4.2.1.2. Mercadorias e lei do valor

Aceite a produção mercantil como ponto de partida para a análise das leis económicas que regem o capitalismo, não é estranho que naquela comecemos por estudar as relações de produção que se estabelecem ao nível mais elementar entre os diferentes produtores independentes. Fazê-lo é estudar a mercadoria e, a partir daí, chegar à mais abstracta e simples enunciação da lei do valor

Nesta breve referência[80] à mercadoria começaremos por expor alguns aspectos gerais para de seguida entrarmos no estudo mais fino da mercadoria como valor e valor de uso. Finalmente centrar-nos-emos no que para os nossos propósitos apresenta maior relevância: a quantificação do valor.

##### 4.2.1.2.1. Aspectos gerais

No ponto anterior referimos a dinâmica da divisão social de trabalho e a existência de produtores independentes. Contudo, antes de avançarmos convém reflectirmos um pouco mais sobre esta realidade.

Em primeiro lugar convém ter sempre presente que se trata de uma DIVISÃO SOCIAL e não de uma associação de indivíduos. O ponto de partida é a sociedade não por opção arbitrária ou escolha alicerçada em critérios exteriores à ciência. É-o porque a luta contra a natureza para garantia da sobrevivência foi sempre uma luta de um agregado social e não de cada homem isoladamente. A própria pré-história da referida divisão social do trabalho o demonstra: o regime de comunidade primitiva assente na propriedade colectiva e no trabalho de todos os membros do agregado social na obtenção

78 Por exemplo, não é possível teorizar o credito sem previamente o ter feito em relação à moeda.

79 A lei do valor é todo o movimento do económico e não só dos preços

80 Dizemos que é uma breve referência atendendo a que apenas abordaremos uma parte do que haveria a dizer sobre estas matérias

daquilo que era necessário à sobrevivência da espécie e da própria comunidade é uma facto histórico incontestável. O crescente isolamento dos diferentes produtores que acompanha o aumento da divisão social do trabalho (entenda-se por tal o fraccionamento dos trabalhos, a criação de novas formas de transformação da natureza e o aumento articulado das necessidades humanas e das formas de as satisfazer) não modifica a sua essência social embora lhe modifique as formas: aumenta a mediação na relação entre os homens e a sociedade (pela complexização dos instrumentos de trabalho e pelo encadeamento "vertical" de diversas actividades) e reforça a interdependência dos diversos produtores.

Em segundo lugar reforce-se que é uma divisão social do TRABALHO que é antes do mais um acto de transformação[81]. Na relação com a natureza entendido em sentido lato (porque como diz Nagels uma grande parte dos objectos de trabalho são de "natureza desnaturada, da natureza já empregnada de trabalho humano anterior") a sociedade desempenha o papel activo e a natureza o passivo. E se esta relação activo-passivo deve ser encarda de forma dialéctica, isto é, encarada na sua relação (os homens transformam a natureza e são por ela moldados, incluindo nos próprios processos de transformação) é inegável que o elemento transformador se encontra na sociedade[82].

Juntando estas duas componentes verificamos que o trabalho é, em primeiro lugar, TRABALHO SOCIAL. A sua execução por comunidades ou homens num maior ou menor grau de isolamento não invalida esta realidade. O trabalho individual é parte integrante do

81 Como referimos em Pimenta, Força de trabalho ... , p. 137/8 "O trabalho é, pois, um acto de transformação que tem à partida quatro elementos constitutivos: uma componente subjectiva e consciente: o projecto do homem; uma componente 'acto': o acto de transformar a natureza; uma componente ligada ao resultado: criar um valor de uso particular que possa satisfazer as necessidades do homem; uma componente ligada à qualidade das capacidades utilizadas: o homem, pelo trabalho modifica a sua própria natureza e desenvolve a força de trabalho."

82 Com base neste facto poderíamos encontrar mais uma demonstração da validade da teoria do valor-trabalho. Com efeito, para a produção de qualquer mercadoria intervêm o objecto de trabalho, o meio de trabalho e o próprio trabalho. Numa primeira "análise" poder-se-ia considerar que a mercadoria é produto dos três elementos (alias esse erro foi, como sabemos, frequentemente assumido na teoria económica é a teoria dos três factores produtivos: natureza capital e trabalho). É certo que é necessário a intervenção dos três elementos mas não quer dizer que todos sejam produtivos. Senão vejamos: o objecto de trabalho (no caso de não ser a natureza) e os meios de trabalho também são mercadorias. Pode-se, pois, para elas, repetir o mesmo raciocínio. Indo por indução nesta análise atingimos uma relação homem/natureza. O primeiro, como vimos, é elemento activo e o segundo passivo. Nenhum objecto da natureza participa da troca, na circulação, se não houver interferência do trabalho humano. Se não é objecto de troca não tem significado atribuir-lhe um valor (o valor de uso é sustentáculo do valor mas não o seu fundamento). É a intervenção humana, é a existência de trabalho, que lhe confere a característica de mercadoria e, portanto, o valor desta resulta de possuir trabalho (social). Após esta conclusão, desenvolvendo a análise em sentido inverso fácil é verificar que o trabalho é o único "factor produtivo".

trabalho social o qual é a sua própria razão de existência, afinal como da própria sociedade e do homem. Claro que este primado do trabalho social não nega a existência do trabalho individual, antes o pressupõe e exige considerar o seu relacionamento recíproco.

Este relacionamento entre trabalho social e trabalho individual (podendo-se encarar entre estes dois extremos diversos patamares intermédios conforme o período histórico a que se refira e, em cada um deles, as diversas segmentações da produção, de que um exemplo eloquente é o trabalhador colectivo no qual se alicerça a maioria da produção em capitalismo) remete-nos desde logo para o segundo elemento caracterizador da produção mercantil: a existência de PRODUTORES INDEPENDENTES.

Também aqui se impõe algumas reflexões. Em primeiro lugar não é legítimo, como já referimos, entender o adjectivo de independentes como individuais e isolados. E não estão isolados porque a sua própria possibilidade e forma de actuar está relacionada com a forma como os restantes membros da sociedade o fazem, quer porque com eles constituem um determinado MODO DE PRODUÇÃO, com uma determinada organização, quer ainda porque é o não-isolamento que permite a sua especialização numa determinada actividade. Em segundo lugar o adjectivo só é aplicável ao homem ou agregado social enquanto produtor, mas este é uma TOTALIDADE, de que destacaríamos a relação produtor-consumidor. E no cerne desta encontramos que a independência é dependente, que são produtores independentes, integrados numa divisão social do trabalho que os afasta da produção de tudo o que necessitam para a sua sobrevivência (sempre entendida histórica e socialmente sem qualquer reducionismo ao mínimo vital), porque são dependentes dos restantes produtores independentes para o seu consumo. É porque são independentes que se tornam dependentes e é porque são dependentes que têm a possibilidade de actuar independentes. Há sempre, como dissemos já em nota anterior mas agora se torna mais perceptível, uma relação independência-dependência que actua no duplo sentido mas em que o primado do social, anteriormente fundamentado, nos leva a colocar privilegiadamente como DEPENDENCIA-INDEPENDENCIA. Centrados na relação somos levados a considerar, quando consideramos a divisão social do trabalho em bloco, que o elemento fundamental é a dependência.

As considerações anteriores revelam que estamos inteiramente de acordo com Bidet que mostra a imperiosidade da economia política marxista englobar uma TEORIA DA SUBSTANCIA:

> "On ne saisit pas l'importante innovation que Marx annonce au début du paragraphe 2 du chapitre I ("J'ai, le premier, mis en relief ce double caractère du travail représente dans la marchandise") si l'on prend se paragraphe pour un simple doublet du paragraphe 1 consacré à la valeur d'usage et à la valeur. L'un et l'autre se terminent sur l'idée que le travail est la substance de la valeur et la durée sa mesure. Mais le déplacement de l'analyse du produit (paragraphe 1) à l'acte de produire (paragraphe 2) manifeste mieux l'impossibilité de réduire la substance à sa mesure, ainsi que la nécessité d'une théorie de la substance"[83]

É a relação entre os diversos produtores independentes, componentes da divisão social de trabalho que é a MERCADORIA. Relação social que se reproduz na própria reprodução dos produtores independentes, que adquire consistência na COISA-MERCADORIA (a partir da próxima alínea poderemos começar a designa apenas por mercadoria, embora tudo o que aqui se diz se conserve e se reforce). Esta assume múltiplas formas concretas observáveis em qualquer «corte» diacrónico ou sincrónico, mas mantém sempre a sua essência de relação.

Do anteriormente afirmado parece-nos imediato retirar as seguintes duas conclusões:

1) A mercadoria é uma RELAÇÃO SOCIAL DE PRODUÇÃO (entendidas como relações sociais que se estabelecem entre os homens no processo da sua actividade produtiva material), que centrando-se na relação dependencia-independência, se localiza na ARTICULAÇÃO DA PRODUÇÃO/TROCA.

---

83 Em Bidet, "Marx après ... , p. 128/129
(2) Esta posição parece entrar em contradição com a seguinte afirmação de Marx no início das "Notas Marginais para o 'Tratado de Economia Politica' d"Adolphe Wagner", que aliás é bastante utilizada por Tortajada na sua tese ("Análise des debats ..."): "Je ne parle nulle part de 'substance sociale commune de la valeur d'echange', je dis, au contraire, que les valeurs d'echange (la valeur d'echange n'existe que s'il y en a au moins deux) representent quelque chose qui leur est commun, qui 'est tout à fait independant de leurs valeurs d'usage, i.e. [c'est-a-dire] ici de leur forme naturelle', a savoir la 'valeur'. (...) Je ne dis donc pas que la 'substance sociale commune de la valeur d'echange' est le 'travail'; et comme je traite tout au long, dans une partie speciale, 'la forme de la valeur', c'est-a-dire le developpement de la valeur d'echange, il serait étrange de reduire cette 'forme' a une substance sociale commune', le travail" (Em Le Capital, III-241/242). Sera que a «teoria da substância» é alheia ao marxismo? Embora uma resposta completa a este questão exigisse uma análise cuidada do conjunto da obra de Marx e Engels, cremos não errar respondendo pela negativa. Somos levados a atribuir esta posição de Marx mais aos erros sistemáticos de Wagner (no que aqui se refere, confusão entre valor e valor de troca, entre coisa e relação). É contra a redução de Wagner que se revolta, como se deduz das duas passagens seguintes:
"M. Wagner oublie aussi que ce ne sont ni la 'valeur', ni la 'valeur d'usage' qui figure chez moi comme sujets, mais la marchandise" (III-242)
"la difference qu'il y a entre moi et Ricardo, lequel en effet ne s'est occupe du travail qu'en tant que mesure de la grandeur de la valeur, et, par suite, ne put trouver de lien entre sa theorie de la valeur et la nature de l'argent" (Idem).

Esta afirmação tem como corolário que considerar a produção ou a troca de per si, só pode ser encarado como análise posterior à decomposição da relação nos seus elementos constitutivos. Sem duvida que esta relação[84] que nos merecerá frequentemente a atenção a diversos níveis de ascensão ao concreto é internamente contraditória, mas tal não anula a unidade, antes lhe transmite movimento.

2) O trabalho tem sempre uma dupla dimensão, SOCIAL e INDIVIDUAL, a qual se manifesta internamente a cada uma delas:

"(...) il n'y a pas, à proprement parler, deux sortes de travail dans la marchandise, cependant le même travail y est opposé à lui-même"[85]

A dimensão social do trabalho apresenta-o como TRABALHO ABSTRACTO:

"Il ne reste donc plus que le caractère commun de ces travaux; ils sont tous ramenés au même travail humain, à une depense de force humaine de travail sans égard à la forme particulière sous laquelle cette force a été dépensée"[86]

enquanto a individual lhe dá o carácter de TRABALHO CONCRETO:

«(...) genre particulier d'activité productive, déterminée par son but, par son mode d'opération, son objet, ses moyens et son résultat. Le travail qui se manifeste dans l'utilité ou la valeur d'usage de son produit, nous le nommons tout simplement travail utile»[87].

Trabalho com uma dupla característica. A que resulta da sua dimensão social é a que se manifesta prioritariamente (nunca exclusiva nem independentemente) na relação social mercadoria.

Mas dizíamos que a dupla dimensão social/individual se manifestava INTERNAMENTE a cada uma delas. Embora tal venha a ser objecto de posterior desenvolvimento a um nível mais concreto podemos desde já avançar que sendo o trabalho abstracto que cria o valor e gerando este um conflito entre produtor/consumidor assume igualmente uma dimensão individual. Por outro lado o trabalho concreto cria o valor de uso e é este que substancializa o carácter social da produção.

84 Que posteriormente alargaremos à distribuição

85 Em Marx, Le Capital ... , I 61

86 Em Marx, Le Capital ... , I 54

87 Em Marx, Le Capital ... , I 57

Para terminarmos este primeiro ponto de abordagem de questões genéricas apenas a reafirmação de algo que já foi frequentemente afirmado: não é o trabalho do homem que produz a coisa-mercadoria mas sim o trabalho do homem enquanto componente de uma divisão social do trabalho. Por outras palavras, não é a coisa-mercadoria que «produz» a relação-mercadoria, mas exactamente o inverso. Recorrendo à terminologia académica nem todos os bens (encarados estes como tendo utilidade -- do ar que respiramos ao computador utilizado para redigir este texto -- ou como resultado dum esforço, de desutilidade, mais ou menos escassos, conceito que, aliás, apresenta uma relatividade suficiente para o plasmar a todas as andanças) são mercadorias e só destas se ocupam a Economia Política. E tal não é uma limitação desta mas uma consequência de ser uma ciência social.

### 4.2.1.2.2. A Mercadoria

Porque no ponto anterior já explicitamos alguns dos elementos essenciais da mercadoria como relação social, convém agora avançarmos um pouco mais, privilegiando na abordagem a coisa mercadoria, a que se refere Marx logo no início da sua obra fundamental ao dizer (frase mil vezes repetida por quantos de marxistas ou anti-marxistas se reivindicam):

> "La marchandise est d'abord un object extérieur, une chose qui par ses propriétés satisfait des besoins humains de n'importe quelle espèce"[88].

Sem nos determos na explicitação pormenorizada desta posição (porque consideramos que tudo o que haveria a dizer sobre «objecto exterior», «satisfaz necessidades humanas» já está englobado e desenvolvido no que afirmamos anteriormente) comecemos por explicitar, pois, que a mercadoria É simultaneamente VALOR e VALOR DE USO.

Esta afirmação exige que explicitemos a utilização do verbo ser, o significado de valor e valor de uso enquanto elementos de uma relação que é a própria mercadoria.

Não há mercadoria sem valor e valor de uso, porque não há coisa-mercadoria sem relação-mercadoria e esta, por sua vez, sem divisão social do trabalho e produtores independentes. Assim sendo ,o valor ou o valor de uso não são propriedades que se adicionam à mercadoria (o que transparece da afirmação corrente «tem valor e

88 Em Marx, Le Capital ... , I 51

valor de uso») mas são a própria mercadoria. Acrescentemos, complementarmente a esta posição, que se não há mercadoria sem valor e valor de uso também não há valor ou valor de uso sem mercadoria. E dizemo-lo porque valor e valor de uso surgem-nos aqui como categorias económicas com um significado muito preciso, são categorias científicas e não devem ser assumidas senão dentro do corpo teórico em que se inserem[89]

O valor é a mercadoria ser um resultado do trabalho humano:

> "Considérons maintenant le résidu des produits du travail. Chacun d'eux ressemble complètement à l'autre. Ils ont tous une me même réalité fantomatique. Métamorphosés en sublimes identiques, échantillons du même travail indistinct, tous ces objects ne manifeste plus qu'une chose, c'est que dans leur production une force de travail humaine a été dépensée, que du travail humain y est accumulé. En tant que cristaux de cette substance commune ils sont réputés valeurs"[90]

É, como vimos anteriormente, do trabalho abstracto. Esta dimensão social do trabalho homogeneíza o espaço da sua manifestação (assunto de que nos ocuparemos mais pormenorizadamente numa alínea seguinte) permitindo a quantificação desta face qualitativa da mercadoria, dando lugar à QUANTIDADE DE VALOR. Se o valor é cristalização de trabalho humano social, a quantidade de valor mede-se pela quantidade de trabalho humano social cristalizado.

O valor de uso é a mercadoria apresentar um conjunto de qualidades naturais, de propriedades, que são úteis para satisfazer necessidades humanas, objectiva e socialmente consideradas. Objectivamente, pois, como diz Marx

> "Que ces besoins aient pour origine l'estomac ou la fantasie, leur nature ne change rien à l'affaire"[91]

não havendo lugar a juízos morais, estéticos ou outros. Socialmente porque embora as necessidades sejam sentidas ou por um agregado social ou um indivíduo considerados isoladamente são forjadas socialmente. À partida, na produção, são assumidas como úteis

89 São muito vulgares posições como a seguinte, retirada de ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS, Manual ..., vol I, pág. 80:

> "Muitas coisas que não são produto do trabalho do homem possuem um valor de uso como, por exemplo, a água natural ou os frutos silvestres. Mas nem tudo que possui valor de uso é mercadoria. Para tal é necessário que seja produto do trabalho e que se produza para os outros, para venda"

Ora aqui identifica-se "valor de uso" com "utilidade". Se o valor de uso é produzido pelo trabalho concreto (e só por ele) e este é uma das características do trabalho (uno), como é possível haverem valores de uso que não sejam produto do trabalho do homem? Nesta passagem está-se a "reduzir" o conceito científico de valor de uso à sua acepção no pensamento corrente.

90 Em Marx, Le Capital ..., I 54

91 Idem, I-51

para outrem, para toda a sociedade com a exclusão do produtor. É a referida dimensão social do próprio trabalho concreto, produtor do valor de uso. Ainda sobre esta categoria convirá chamar a atenção que nem é redutível às características materiais da coisa-mercadoria[92] nem ao subjectivismo da satisfação das referidas necessidades. As características materiais só assumem dimensão social, podendo inclusive terem previamente existido no "sigilo", na medida em são adequadas à sobrevivência-reprodução da sociedade e dos indivíduos. Por sua vez as necessidades também só pertencem ao foro da Economia Política a partir do momento em que são componentes das relações sociais de produção, isto é, que dão lugar à produção de objectos-mercadoria adequados à sua satisfação. É na relação, mais uma vez, que se encontra a natureza do valor de uso.

Na unidade da mercadoria a dualidade da sua natureza: valor (ligado ao trabalho abstracto) e valor de uso (ligado ao trabalho concreto). Na unidade a dualidade contraditória:

a) enquanto valor situa-se num espaço homogéneo (quantificável) e enquanto valor de uso fracciona-o;

b) enquanto valor reflecte primordialmente a dimensão social da relação sociedade/natureza e enquanto valor de uso a correspondente dimensão individual;

c) o valor está mais relacionado com a independência dos produtores e o valor de uso com a sua dependência (interdependência);

d) para o produtor da mercadoria ela é predominantemente valor, enquanto para o comprador é-o predominantemente valor de uso.

Parecendo desnecessário debruçarmo-nos mais pormenorizadamente sobre cada uma destas facetas de uma e mesma contradição entre valor e valor de uso, gostaríamos de chamar a atenção para a grande importância atribuída por Marx à primeira, fundando sobre ela a lei do valor:

> "Comme valeurs d'usage, les marchandises sont avant tout de qualité différente; comme valeurs d'échange, elle ne peuvent être que de différente quantité"[93]

A CONTRADIÇÃO entre valor e valor de uso remete, mais uma vez, para a localização da mercadoria na articulação da produção/troca. Mas se as duas categorias referidas se localizam

92 Esta é, por exemplo, a posição assumida por Alter no seu trabalho inserido em Academia de Ciências Sociais da URSS, "História ...

93 Em Marx, Le Capital ... , I 53

privilegiadamente na produção (trabalhar é produzir) a articulação faz-se pela passagem ao VALOR DE TROCA.

Sobre esta última categoria muita coisa há a dizer:

1) Não há valor de troca sem valor e valor de uso. Nesta medida ,ao nível do qualitativo, não é legítimo privilegiar a relação da primeira com qualquer uma das outras duas.

2) Existe uma unidade entre estas categorias que se fundamenta na própria articulação produção/troca, não sendo legítimo privilegiar um dos elementos da relação. Só há valor e valor de uso porque há troca e, portanto, valor de troca (e por isso Marx no seu primeiro capítulo do capital parte do valor de troca para a «descoberta» das outras duas categorias) mas esta só existe enquanto resolução da contradição entre aquelas duas. Essa unidade exige, como acontece, que o valor de troca seja uma categoria diferente: situada privilegiadamente na troca coisifica-se numa PROPORÇÃO de valores de uso, sobressaindo a sua dimensão quantitativa que exigiu a prévia homogeneização do espaço de movimento da mercadoria:

"La valeur d'échange apparait d'abord comme le rapport quantitatif, comme la proportion dans laquelle des valeurs d'usage d'espèce différente s'échangent l'une contre l'autre"[94]

3) Este pendor quantitativo remete para a consideração da relação entre valor de troca e valor, por intermédio da quantidade de valor: as mercadorias (que enquanto valores de uso são diferentes) TENDEM a trocarem-se de acordo (igualando) com as suas respectivas quantidades de valor.

4) O valor de troca é a forma de manifestação da contradição entre valor e valor de uso, evoluindo historicamente. Em capitalismo assume sempre a forma específica de preço.

### 4.2.1.2.3. Quantificação do valor

Depois de termos caminhado da relação social de produção que é a mercadoria para a especificação dos seus elementos constitutivos de que faz parte a própria contradição interna, e nos termos aproximado dos aspectos quantitativos, cabe-nos agora abordar frontalmente a quantificação do valor, mais precisamente, apesar do pleonasmo, da quantificação da quantidade de valor.

94 Idem I 52

É corrente na literatura moderna sobre a teoria marxista do valor afirmar que a quantificação do valor exige uma tripla redução: redução do trabalho concreto ao trabalho abstracto, redução do trabalho complexo ao trabalho simples e, finalmente, redução às condições médias de produção. Por isso convirá desde já assumirmos que consideramos que colocar essa «redução» como condição prévia a qualquer quantificação (como exigência de uma «homogeneização do espaço» sem o qual não é viável funcionar nenhuma unidade de medida e, portanto quantificar) não é correcta. Em primeiro lugar não o é porque, como vimos a propósito do trabalho abstracto e concreto não há lugar a «reduzir» a outrem o que faz parte de si próprio, por outras palavras, não tem sentido passar de um ao outro porque ambos não são mais que características do mesmo e único trabalho. Mais, quando o problema é colocado dessa forma é para «analisar a passagem» do trabalho concreto ao trabalho abstracto quando é esta vertente do trabalho que temo primado da relação. Em segundo lugar, como já resulta das considerações anteriores, uma tal lógica de raciocínio resulta de privilegiar o indivíduo em relação à sociedade. É a procura da ligação do trabalho com determinadas características específicas e um indivíduo com certas aptidões em relação ao acto social global de transformar a sociedade, é procurar detectar qual a ligação entre o trabalho realizado por um indivíduo em determinadas condições específicas de produtividade e intensidade, em relação às condições (médias ou maioritárias) existentes a nível nacional. É caminhar do individual para o social quando o processo histórico (e lógico[95]) é exactamente o inverso. Em terceiro lugar porque a problemática do trabalho simples e complexo ao nível da quantidade de valor criada é, na nossa opinião, um falso problema. Em quarto lugar porque tais análises tendem a confundir a unidade de medida de um certo "espaço" com a própria existência deste: perante a dificuldade de encontrar "a unidade de tempo-padrão" para medir o "espaço do quantum de trabalho" tendem a negar a existência deste. As vertentes qualitativa e quantitativa do valor são indissociáveis e é exactamente a primeira que cria as condições para a segunda. A frequente referência de Marx a que o próprio processo económico espontâneo exprime as quantidades de valor não é uma fuga ao problema mas um privilegiar, correcto, do qualitativo em relação ao quantitativo, do "espaço de quantum de trabalho" em relação à sua unidade de medida.

95 Não estamos aqui a assumir nenhuma posição genérica sobre a similitude ou não da concatenação lógica das categorias com o processo histórico. Estamos a referir-nos exclusivamente a este aspecto

Para além da não aceitação da problemática da "redução" exigindo-nos concentrar a atenção no entendimento do que é tempo de trabalho socialmente necessário, pensamos que a nossa terceira observação anterior exige uma justificação bastante mais detalhada, resumida de seguida.

(1) Como afirmamos há alguns anos, o que não é mais do que uma observação da realidade imediatamente observada

> "Se considerarmos num determinado momento a força de trabalho dos diversos trabalhadores temos um vasto xadrez de matrizes imposto pela divisão social do trabalho e pelas aptidões individuais (também um produto social) em que os aspectos qualitativos sobressaem"[96]

donde se concluí que

> "É possível estabelecer uma hierarquização de graus de complexidade da força de trabalho, embora tenha pontos de ruptura que evite uma hierarquização total. É possível falar em força de trabalho simples para a(s) unidade(s) elementar(es) mas não é possível falar em força de trabalho média, a não ser unilateralmente (aspecto quantitativo)"[97]

Teríamos, assim, uma força de trabalho simples e uma força de trabalho complexa (mais precisamente forças de trabalho com diversos graus de complexidade), englobando-se na primeira a que não exigiu qualquer preparação especial, "non formée"[98], a que é possuída por todo e qualquer trabalhador. Por outro lado a força de trabalho que exigiu uma determinada preparação além do socialmente mínimo[99] é designada de complexa:

> "D'autre part, pour modifier la nature humaine de manière à lui faire acquérir aptitude, précision et célérité dans un genre de travail déterminé, c'est-a-dire pour en faire une force de travail développée dans un sens spécial, il faut une certaine éducation qui coute elle-même une somme plus au moins grande d'équivalents en marchandises. Cette somme varie selon le caractère plus au moins complexe de la force de travail"[100]

Assim, qualitativamente podemos distinguir FORÇAS DE TRABALHO SIMPLES e FORÇAS DE TRABALHO COMPLEXAS, a que correspondem quantidades de trabalho incorporadas na sua produção, e portanto QUANTIDADES DE VALOR DA FORÇA DE TRABALHO diferentes.

Apenas três achegas adicionais:

96 Em Pimenta, Força de trabalho ... , p. 134/135.

97 Idem, p. 135 - Retenhamos esta afirmação para o que diremos no ponto 4 desta crítica.

98 Utilizando as palavras de Marx.

99 Historicamente mutável, nunca nos esqueçamos.

100 Em Marx, Le Capital ... , I 175.

— a fronteira entre forças de trabalho simples e forças de trabalho complexas é mutável historicamente, assistindo-se por exigência do desenvolvimento das forças produtivas e pela estrutura global das relações sociais a uma crescente complexização da força de trabalho simples;
— utilizando uma terminologia matemática que permite explicitar mais claramente a nossa concepção desta realidade podemos dizer que as forças de trabalho se dispõem, quanto à sua complexidade, numa matriz de dimensão (m x n) e não num vector
— a determinação de quais são as forças de trabalho simples e as complexas e, se quisermos, os diversos graus de complexidade, estabelece-se no próprio mercado da força de trabalho, através da sua mobilidade, da maior ou menor capacidade de um dado trabalhador se adequar ao posto de trabalho de outrem.

(2) A uma força de trabalho simples corresponderia à realização de um TRABALHO SIMPLES, assim como o consumo de uma força de trabalho complexa daria lugar a um TRABALHO COMPLEXO.

O trabalho simples e os diversos trabalhos complexos distinguem-se pelas suas diferentes experiências, adequações a determinados objectos e instrumentos de trabalho, capacidades de conceber e realizar o acto a que vão proceder. Significa que falar em trabalho simples e complexo é falar de diferentes trabalhos concretos, sendo, portanto, irrelevante, para o valor e a quantidade de valor[101].

101 Antecipando-nos ao que diremos no próximo parágrafo, avancemos com um exemplo ilustrativo, começando, contudo, por salientar os perigos e dificuldades que a via exemplificativa pode apresentar. Perigos porque muitas vezes fazem descer do conhecimento científico ao conhecimento corrente e, através da introdução de subtis "ses", que aliás teremos que também utilizar aqui, que deslocam a Economia Política para fora da história. Dificuldades, neste caso, porque se torna difícil conceber que duas forças de trabalho com graus de complexidade diferentes actuem na produção da mesma mercadoria ou, se o fazem, com os mesmos instrumentos de trabalho, condição que deve estar presente no exemplo para podermos dizer para tudo o que está para além do tipo de trabalho "considerados constantes os outros elementos ...". Tomemos, pois o caso de dois trabalhadores industriais que exercem a mesma actividade numa cadeia de produção mas em que um teve uma preparação especial englobando desde o estudo do trabalho que executa até à realização de exercícios físicos e psíquicos de forma a melhor o adaptar à tarefa que executa. Graças a essa preparação específica que lhe dá um estatuto de trabalhador mais qualificado que ao outro (se o facto de exercer, externamente, a mesma actividade impedisse de atribuir esse epíteto maiores e mais graves problemas se levantariam à validade destes conceitos) numa hora produz 120 peças, enquanto o outro fica-se pela centena. Admitindo ainda que há no trabalho realizado pelos dois trabalhadores a mesma intensidade, diremos que as 120 peças produzidas pelo "qualificado" tem um quantum de trabalho superior à 100 do outro? Respondemos categoricamente pela negativa. E não só o fazemos como recordamos a seguinte passagem de Marx, logo no início do seu primeiro capítulo (Le Capital ... , I 56):
"La quantité de valeur d'une marchandise varie donc en raison directe du quantum et en raison inverse de la force productive du travail que se realise en elle".

Sem dúvida que o facto de o trabalho ser simples ou complexo tem implicações sobre a quantidade de trabalho cristalizada nas mercadorias produzidas, mas tal não é a expressão do grau de complexidade mas de este estar ligado a diferentes funções, a diferentes meios de produção, etc.

(3) Se as categorias de força de trabalho simples e complexo são relevantes para a quantificação do valor da força de trabalho e, portanto, para uma teoria do salário, as de trabalho simples e complexo são derivadas e irrelevantes para a quantidade de valor das mercadorias produzidas pelo consumo das referidas forças de trabalho.

O carácter secundário destes conceitos é analisado por diversos autores, nomeadamente por Tortajada[102] e Cayatte que afirma explicitamente:

> "Bref, aucun des concepts fondamentaux de la critique marxiste de l'économie politique ne dépend de la règle de réduction"[103]

mas em nenhum se assiste ao seu total desligamento da criação de valor (e também não pensamos que isso seja feito por aqueles que nem sequer referem o problema, nomeadamente em livros de divulgação)

(4) Se sistematicamente se girou em torno deste problema que, por mal colocado, nunca levava a uma resposta satisfatória, foi por duas razões:

— Marx levanta o problema, nomeadamente no primeiro capítulo do livro I de O Capital ao tratar da quantidade de valor das mercadorias:

> "C'est une dépense de la force simple que tout homme ordinaire, sans développement spécial, possédé dans l'organisme de son corps. Le travail simple moyen change, il est vrai, le caractère dans différents pays et suivant les époques; mais il est toujours déterminé dans une société donnée. Le travail complexe (skilled labour, travail qualifié) n'est qu'une puissance du travail simple, ou plutôt n'est que le travail simple multiplie, de sorte qu'une quantité donnée de travail complexe correspond à une quantité plus grande de travail simple. L'expérience montre que cette réduction se fait constamment. Lors même qu'une marchandise est le produit du travail le plus complexe, sa valeur la ramène, dans une proportion quelconque, au produit d'un travail simple, dont elle ne représente par conséquent qu'une quantité déterminée. Les proportions diverses, suivant lesquelles différentes espèces de

102 Veja-se Tortajada, "Analyse ...

103 Em Cayatte, "Travail simple ... , p 229

travail sont réduites au travail simple comme à leur unité de mesure, s'établisse dans la société à l'insu des producteurs et leur paraissent dans la société à l'insu des producteurs et leur paraissent des conventions traditionnelles. Il s'ensuit que, dans l'analyse de la valeur, on doit traiter chaque variété de force de travail comme travail simple"[104]

— Os seus críticos colocaram nesse ponto as suas «cargas de dinamite» da luta teórica, nomeadamente Bom-Bawerk, tornando-o um dos dois eixos de debate da teoria do valor[105].

Para nós as afirmações de Marx sobre esta matéria não modificam o anteriormente afirmado mesmo ao nível estrito de uma interpretação da teoria marxista por diversas razões, a saber:

— o próprio Marx dedica uma importância bastante secundária ao problema, como se verifica pelo seu não tratamento sistemático (remetendo aqui e além para estudos posteriores que nunca chegou, diriamos mesmo que nunca chegaria, a realizar), e pelo numero reduzido de referências a tal tema;
— reconhece que a consideração do trabalho simples ou complexo é irrelevante, nomeadamente para a categoria central do capitalismo, a mais-valia[106]:
"En examinant la production de la plus-value, nous avons supposé que le travail approprié par le capital, est du travail simple moyen"[107];

— ao falar de trabalho simples e complexo atribui-lhe diversos significados, alguns dos quais bastante vagos e imprecisos, ao mesmo tempo que em reedições de obras[108] sente a necessidade de modificar passagens que se referem a este assunto;
— associar ao termo trabalho os dois adjectivos "simples" e "médio" ora juntos ora aplicados indiferentemente choca com a sua própria definição de trabalho simples, a qualificação de médio não tem qualquer significado.

104 Em Marx, Le Capital ... , I 59/60

105 O outro eixo de debate é o chamado problema da transformação dos valores em preços (de produção).

106 Esta posição não é compartilhada por tartajada na obra citada

107 Em Marx, Le Capital ... , I 197

108 Sobre este aspecto, nomeadamente na comparação da primeira edição alemã de O Capital e a primeira edição francesa que, como se sabe, foi revista pelo Marx tem bastante interesse ver Cayatte, "Travail simple ... (obra que, apesar de pequena, reputamos de indispensável para o estudo deste problema) Bidet, Economie et dialectique ...

E se Marx apresenta todas estas dificuldades (que, aliás, não o parecem preocupar) ao tratar esses epítetos do trabalho[109], os seus continuadores até aos dias de hoje não avançaram muito, caminhando essencialmente por duas vias:

> I "O trabalho complexo cria por unidade de tempo um valor de maior grandeza que o trabalho simples. O trabalho complexo representa uma multiplicação do trabalho simples: uma hora do primeiro equivale a várias horas do segundo. Na produção mercantil, baseada na propriedade privada, a redução dos diferentes tipos de trabalho complexo a trabalho simples realiza-se de uma maneira espontânea. A grandeza do valor de uma mercadoria é determinada pela quantidade de trabalho simples socialmente necessário para a produzir"[110].
>
> II "Numa mesma unidade de tempo, o trabalho complexo cria uma medida de valor maior que o trabalho simples, pois na produção de valor do primeiro, reflecte-se, não só a quantidade de tempo investido na elaboração do produto, como também a quantidade de tempo que se investiu em adquirir a preparação necessária para realizar tal trabalho qualificado, e o tempo de trabalho que representaram os gastos em dinheiro feitos com o mesmo fim. (...) Esta redução do trabalho complexo ao trabalho simples tem lugar constantemente e produz-se espontaneamente, através de um processo social que se realiza sem que dele os produtores se apercebam"[111]

Deixando de lado as diferentes medidas (multiplicação, sublinhado, no primeiro, e maior, no segundo) e o facto de o segundo texto justapor à sua justificação mais forte o que consta no primeiro, desenham-se duas vias de "explicação"

— a primeira explica pelos mecanismos espontâneos de mercado;

— a segunda, na linha de Hilferding, pela maior quantidade de tempo de trabalho incorporada na criação da força de trabalho, que dá lugar ao trabalho complexo

mas nenhuma delas é coerente:

> a) a primeira não é efectivamente uma justificação teórica, mas antes a afirmação de que, apesar da nossa incapacidade para perceber porque razão esta maior produção de quantidade de

109 Que surgem com diversas definições como se vê no primeiro dos trabalhos atrás referido e num processo de evolução, como se ressalta no segundo

110 Em Academia de Ciencias da URSS, Manual de ... vol. 1 p. 86

111 Em Gonzalez, Economia politica ... , vol I, p. 34

valor pelo trabalho complexo se realiza, ela existe e manifesta-se espontaneamente";
b) e neste recurso ao mercado parece-nos dar razão a Bohm-Bawerk:
"si ce sont les rapports d'echange effectifs qui indiquent le degré de complexité du travail, la théorie de la valeur-travail ne peut plus prétendre expliquer les rapports d'échange"[112];

Para contrariar esta crítica seria necessário que as relações de mercado fossem prévias, mas então já estaríamos a tratar da força de trabalho e não do trabalho[113];
c) A segunda via de explicação, com mais ou menos formulações matemáticas[114] choca sempre com a crítica de que então o valor criado dependeria do salário e este não pode ser explicado pelo valor; esta crítica, que apresenta fragilidades põe em causa questões fundamentais da Economia Politica: o valor criado pelo trabalho é independente do valor da força de trabalho que foi consumida; o consumo da força de trabalho cria valor (o que é radicalmente diferente de transferir valor)[115]

112 Citado em Cayatte, "Travail simple ... , p. 224n

113 Este aspecto parece-nos importante porque, apesar do arrojo que será afirmá-lo sem um estudo bastante mais cuidado, seriamos tentados, pelas leituras das diversas referências ao trabalho simples e complexo, a admitir que o falso problema é ainda uma reminiscência da confusão entre força de trabalho e trabalho que Marx apresenta nas suas primeiras obras

114 Ao dizer isto estamos a pensar na ardilosa posição de OKISIO que, na linha de Hilferding, procura solucionar o problema da redução através das seguintes três equações:
Ao dizer isto estamos a pensar na ardilosa posição de Okisio que, na linha de Hilferding, procura solucionar o problema da redução através das seguintes três equações:
[1] $t_i = S_j a_{ij} t_j + S_k n_{ik} h_k$
[2] $h_1 = 1$
(o facto de k=1 não é arbitrário mas exigido pelo sistema)
[3] $M_k h_k = M_k + S_i H_{ki} t_i + S_j T_{kj} h_j$
com

- $t_i$ = quantidade de trabalho (reduzido) incorporado no bem (são n)
- $a_{ij}$ = quantidade de b para produzir uma unidade de i
- $r_{ik}$ = quantidade de trabalho de qualificação k (em número de 1) directamente utilizado na produção de i
- $h_k$ = coeficiente de redução dos diferentes trabalhos ao escolhido como padrão (k=1)
- $M_k$ = número de horas de trabalho não qualificado gasto no processo de produção gasto pelos trabalhadores de qualificação k, durante toda a sua vida activa

O segundo termo do segundo membro da equação [3] mediria o valor das mercadorias utilizadas na formação da força de trabalho e o terceiro termo a quantidade de trabalho de diferentes qualificações j requeridos para a formação de trabalhadores de qualificação k. Esta posição é referida por Tortajada.

115 Esta nossa posição não é compartilhada por Cayatte que no trabalho aqui referido abundantemente conclui da seguinte forma:
"Marx semble avoir été gené par le risque de contradiction entre les deux propositions suivantes: la valeur creée ne depend pas de la valeur de la force de travail; le travailleur complexe produit plus de valeur et sa force de travail a plus de valeur. En realite, la première proposition est compatible avec la seconde, à condition de preciser que ce n'est pas parce qu'elle a plus de valeur que

Com o ponto de partida da sociedade, que estabelecemos anteriormente, e com o reconhecimento de que é o trabalho abstracto que cria valor e que este tem uma dimensão quantitativa e, ainda, com o esclarecimento do conteúdo da "redução", estamos em condições de avançar para uma mais rigorosa quantificação do valor, ponto de partida para a quantificação do valor de troca.

É sabido, e pensamos desnecessário descer a grandes justificações na medida em que estamos em terreno relativamente pacífico, que a quantidade de valor das mercadorias corresponde ao TEMPO DE TRABALHO SOCIALMENTE E NECESSÁRIO À SUA REPRODUÇÃO. Em vez de justificarmos esta afirmação previamente, fá-lo-emos nas linhas seguintes ao precisar o significado dos termos empregues.

Que a quantidade de valor seja medida pela quantidade de trabalho e que esta se exprima em TEMPO DE TRABALHO corre por si e não exige mais comentários, para além do lembrar que é uma medição objectiva. Mas detenhamo-nos um pouco mais sobre o seu significado:

a) À partida podemos tomar por tempo de trabalho o que consta dos instrumentos de medição do tempo sideral e tal não colide com a natureza abstracta do trabalho.

b) Mas o tempo de trabalho aplicado à produção é sempre inferior à duração aparente do trabalho, como salienta Palloix[116]. Há uma certa "porosidade" do processo de trabalho apesar de aquela ser sistematicamente eliminada pela máquina. Ora na quantificação do valor o que deve ser considerado é o tempo de trabalho aplicado à produção. Por outras palavras, existe uma diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção e para a quantificação do valor apenas o primeiro interessa.

c) Como veremos a propósito do socialmente necessário, os diversos trabalhadores independentes têm diferentes intensidades de trabalho (que parcialmente estão relacionadas com a referida porosidade) e exercem-se em diferentes condições, pelo que há que estabelecer a sua igualização. Assim, referindo-nos apenas à intensidade de trabalho, uma hora de trabalho de uma certa intensidade representa mais que uma hora de um outro

---

la force de travail complexe creé plus de valeur; la superiorité de sa valeur et la superiorité de la valeur qu'elle cree sont deux consequences distinctes d'une meme cause: le travail depensé dans la formation du travailleur, qui, d'une part, majore le cout (en travail) de production du travail leur et, d'autre part, majoré la valeur du produit fabriqué par le travailleur" (p. 245)

116 Ver Palloix, "O processo de trabalho ...

trabalho menos intenso. E esta igualização de intensidades diferentes tanto se coloca sincrónica como diacronicamente[117].

Assim o tempo de trabalho utilizado na medição da quantidade de valor é diferente do tempo cronológico. Trata-se do que podemos designar por TEMPO ECONÓMICO, que se distingue quantitativamente daquele mas que lhe conserva a mesma base objectiva.

E que se deve entender por SOCIALMENTE NECESSÁRIO?

Segundo Napoleoni, numa análise arguta que ultrapassa a repetição frequente dos mesmos dados, considera que essa expressão tem dois significados

> "Em primeiro lugar, quantidade de trabalho socialmente necessária significa que a quantidade de trabalho a que o valor corresponde é a requerida pelo desenvolvimento das forças produtivas alcançado num determinado momento. (...) Em segundo lugar, socialmente necessário quer dizer que a quantidade global de trabalho social deve distribuir-se pela produção das várias mercadorias em proporções tais que a disponibilidade de cada uma corresponda à procura (se necessário remuneradora) expressa pela sociedade"[118]

Comecemos pelo primeiro significado.

A correspondência entre um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e o tempo de trabalho necessário para a produção das mercadoria, primeiro elemento justificativo da sua designação de necessário, coloca-se para a globalidade da produção

117 Esta duplicidade da igualização é um assunto que exigiria muitos apurados estudos adicionais. Sincronicamente o primeiro problema que se coloca é o de saber se as igualizações se fazem por sector de actividade (conjunto de actividades produtivas ligadas a um mesmo valor de uso) ou por economia nacional ou mundial. Só depois de responder cabalmente a esta questão estaríamos em condições de reduzir os diversos tempos de trabalho individual ao socialmente necessário o que só por si levantaria outro conjunto de problemas. Diacronicamente coloca-se também à partida alguns problemas delicados: em que momento do movimento produção-troca-consumo é que deve ser medida a quantidade de valor (e conforme a resposta assim diversas novas questões a colocar sobre o valor do trabalho morto transferido, entre outras). Depois de respondidos, por exigência das respostas e da comparabilidades de valores em diversos tempos históricos a que correspondem diferentes condições medias de produção, seriamos levados a estudar a comparabilidade das quantidades de valores em diferentes épocas e lugares. E os problemas a resolver continuariam, nomeadamente no cruzamento dos movimentos sincrónico e diacrónico, tanto mais que será de admitir para os diversos sectores diferentes velocidades de transformação histórica. Etc. etc. O conteúdo e a quantificação do tempo económico, como de seguida lhe chamamos, exigiria um estudo bastante aprofundado que, sem dúvida, permitiria retirar importantes ensinamentos sobre o capitalismo, mas que também seria útil para a planificação socialista. Estamos convencidos, embora não estejamos em condições de justificar totalmente e de testar, que esta é uma matéria em que a topologia pode ajudar bastante (desde que, obviamente, não se sobreponha à Economia Política). Pelo menos pode ajudar à explicitação clara das questões, dos problemas a resolver e um problema bem colocado está já meio resolvido. Desta nota pode-se tirar uma conclusão imediata: o que seguidamente se diz sobre alguns aspectos relacionados com estas problemáticas do TEMPO e do ESPAÇO na teoria do valor é algo muito incipiente em relação às necessidades e bem provisório.

118 Em Napoleoni, O Valor ... , p. 57/58

e para cada um dos valores de uso[119]. Como vimos a mercadoria tem uma dimensão social e individual, que também se manifesta no valor e quantidade de valor: por um lado é o resultado do trabalho abstracto e, por outro, só o é efectivamente no processo de troca. Troca que se realiza entre dois valores de uso diferentes[120], existindo o já referido valor de troca que confronta duas quantidades de trabalho abstracto materializadas. Nesta temática da quantidade do valor a divisão social do trabalho surge como fraccionante.

Um mesmo valor de uso é, em cada momento histórico, produzido em condições muito diversas, quanto à PRODUTIVIDADE e à INTENSIDADE de trabalho, duas realidades distintas[121] que se interpenetram no exercício do trabalho. Considerado um determinado espaço económico-político-geográfico, de verificação da correspondência agora em análise, não será difícil de admitir que o nível MÉDIO seja a forma mais adequada de atribuir a cada fase histórica um certo grau de desenvolvimento das forças produtivas[122]. E ao fazê-lo não estamos a optar por uma escolha arbitrária mas a considerar o permanente movimento social, o facto de em cada fase se fundir o passado (o presente é o resultado histórico das contradições sociais passadas que encontraram a sua resolução ou nova forma de manifestação numa certa transformação) e o futuro (resultado das contradições actuais). O problema encontra-se mais no ESPAÇO da sua realização, pois este não é dado à partida e deve ser definido como o de confronto entre os diversos produtores independentes do mesmo valor de uso, para utilizar uma terminologia mais corrente, será aquele em que seja garantida a CONCORRÊNCIA entre os diversos produtores independentes de um mesmo valor de

119 A clivagem entre as diversas mercadorias faz-se através da diferenciação dos respectivos valores de uso

120 Incluindo nesta designação a moeda, que analisaremos num ponto seguinte

121 Como sabemos, produtividade e intensidade do trabalho são duas realidades distintas embora na pratica surjam interligadas. Quando se diz que um trabalhador num determinado momento produzia em 8 horas de trabalho 1000 unidades de uma determinada mercadoria e um outro no mesmo tempo produzia 1500 unidades, diz-se correntemente que a produtividade desse trabalhador é maior em 50%. Contudo tal é incorrecto. Esse aumento da quantidade de unidades produzidas pode resultar de às 8 horas cronológicas da segunda análise corresponder a um tempo económico superior ou de no mesmo tempo económico ter produzido uma maior quantidade de mercadorias. No primeiro caso teríamos um aumento de intensidade sem alteração da produtividade e, no segundo, uma elevação de produtividade com constância de intensidade. A confusão (identificação) da teoria económica vulgar entre intensidade e produtividade resulta da não distinção entre tempo cronológico e tempo económico, ou ao rebaixamento do conceito cientifico de tempo ao do conhecimento vulgar.

122 Acrescente-se que se trata de uma média ponderada pelas quantidades de mercadorias produzidas por cada uma. Recorde-se o afirmado sobre a articulação entre forças produtivas e relações de produção.

uso[123]. A esta concorrência entre os diversos produtores do mesmo valor de uso designaremos por CONCORRÊNCIA I.

A concorrência I surge aqui como uma realidade INTERNA à própria noção de valor. É a expressão da própria existência da divisão social do trabalho e de produtores independentes, da relação social que é a própria mercadoria. Os factores externos (geográficos, tecnológicos, políticos, etc.) são uma componente que provoca rupturas nesse espaço mas não altera a natureza da concorrência. Isto revela que a aquela não pode ser encarada como um factor adicional ao valor e que não se situa exclusivamente na troca mas, mais uma vez, na articulação produção/troca tal como o valor.

Com estes elementos poderemos pois dizer, ainda de forma incompleta, que o quantidade de valor das mercadorias corresponde ao tempo de trabalho (abstracto) necessário para as produzir em condições médias de produtividade e intensidade do trabalho num determinado espaço geográfico-social unificado pela concorrência I.

Caminhemos um pouco mais no sentido do concreto: o trabalho utilizado na produção das mercadorias apresenta-se sob duas formas. Por isso falamos em TRABALHO VIVO e TRABALHO MORTO. Enquanto o primeiro assume a função activa na transformação da natureza (no sentido amplo já anteriormente referido) o segundo fica pela passiva (quando objecto de trabalho) ou é um auxiliar no processo de transformação (quando meios de trabalho) e a esta dupla situação corresponde um duplo posicionamento no referente à quantidade de valor: enquanto o trabalho vivo CRIA valor (de dedução imediata por tudo o que dissemos até aqui e pela definição de valor e quantidade de valor) o trabalho morto só TRANSFERE valor. Os dois tipos de trabalho formam um todo indecomponível, tal como o são o objecto de trabalho, os meios de trabalho e o próprio trabalho e é na sua relação que há o surgimento de um novo valor com uma certa quantidade de valor[124]. Assim o tempo de trabalho médio coloca-se primordialmente para os dois tipos considerados globalmente, mas é fraccionável.

A este propósito tornam-se necessárias algumas observações complementares sobre o que se poderia designar pelo tempo de trabalho morto socialmente necessário:

a) essa transferência é um processo social pelo que tem que integrar, simultaneamente, as "capacidades" individual e social

123 Esta é apenas uma das formas de concorrência. Oportunamente abordaremos outras.

124 Daí a importância que, posteriormente, virá a assumir, o conceito de composição orgânica do capital.

para poder ser utilizado como meios de produção; enquanto as primeiras medem-se pelo DESGASTE FÍSICO as segundas têm a ver como o movimento histórico de transformação das forças produtivas (DESGASTE SOCIAL).

b) Também o trabalho morto socialmente necessário se integra no duplo significado de socialmente necessário, o que significa que não é só pelo facto de determinados meios de produção serem usados na produção de outras mercadorias que há um processo de transferência de valor; para que tal aconteça é necessário que a mercadoria produzida seja socialmente aceite, seja trocada por outro valor de uso.

O anteriormente afirmado traça de uma forma rápida e genérica quais são os caminhos objectivos de quantificação de uma unidade de uma mercadoria com um determinado valor de uso num certo momento, entendendo este como um período de relativa constância na mudança das forças produtivas, mas deixa em aberto o problema da sua quantificação diacrónica[125], que é secundário em relação ao movimento sincrónico e a ele subordinado. Por isso continuamos nesse campo e deixamos dois comentários adicionais:

1) Quando falamos em produtores independentes tanto nos referimos a TRABALHADORES INDIVIDUAIS, como a TRABALHADORES COLECTIVOS[126]. O problema é o mesmo e a solução também.

2) Quando falamos na produção de um determinado valor de uso estamos a pressupor duas coisas: primeiro, que uma mercadoria é diferenciável de outra pelo seu valor de uso; segundo, que duas mercadorias com valores de uso diferentes são o resultado de diferentes processos de produção. Quanto à primeira pensamos não haver dificuldade em reconhecer esse pressuposto. Quanto à

125 Avancemos um pouco mais na colocação do problema, começando por apresentar um exemplo. Considere-se um mesmo valor de uso produzido nos momentos (t) e (t+a), não exigindo tempo de trabalho na armazenagem e conservação. Uma unidade produzida em (t) exigiu (em tempo de trabalho socialmente necessário) 100 unidades de tempo de trabalho económico; em (t+a) bastaram 80 u.t.t.e. Entretanto as condições de produção entre (t) e (t+a) modificaram-se e entre um momento e outro houve alterações de produtividade e de intensidade. Como reduzir as condições médias nos dois momentos a uma mesma unidade? Como afirma Bidet (Economie et Dialectique ... , 53) "D'une part, d'une période à l'autre, la variation de la productivité moyenne (ou sociale) ne modifie pas la grandeur de la valeur produite." mas o mesmo não se poderá dizer em relação à intensidade: se a intensidade média no momento (t+a) é maior que no momento (t) temos que 1 u.t.t.s.n.(t+a) = 1 uttsn(t) . k com k>1 Lipietz procura abordar o problema recorrendo ao conceito de «valor em processo» que atribui a Marx, mas o tratamento que faz desse conceito parece -nos claramente insuficiente e, em diversos aspectos, desligada da lei do valor. Não fazemos uma abordagem completa deste problema, em primeiro lugar porque o consideramos secundário e, talvez por isso, porque é uma problemática em que ainda não penetramos completamente.

126 Ver Marx, Le Capital ..., L II, Cap. XIV

segunda é um facto que há diferentes valores de uso produzidos num mesmo processo, interessando-nos aqui que muitos o são inevitavelmente. Neste caso estamos perante o que vulgarmente é designado por PRODUÇÕES CONJUNTAS. Estas têm sido frequentemente referidas pelos adversários da Economia Politica marxista tomados como paradigmas da incapacidade da teoria do valor-trabalho. Contudo tal ataque[127] ou resulta de má fé deliberada ou de confusão entre valores e preços (concomitantemente com a redução da lei do valor a lei de determinação dos preços). Com efeito, como afirma Valhtukh[128]

"A teoria do valor é habitualmente formulada abstraindo-se do 'problema dos produtos colaterais (tecnologicamente conjugados)' A causa disto não está no facto de, em caso contrário, deixar de se chegar a uma conclusão (tal abstracção não é um método científico e não é usada pela teoria económica marxista-leninista). A abstracção apenas é admissível quando não influi nas conclusões. Em relação a produtos ligados (por exemplo, a carne e o couro na industria frigorifica) afirma-se que a soma dos seus preços (e não de cada preço concreto) tende para o seu valor (ou para a sua modificação). Mas, relativamente aos ramos onde não há produtos colaterais, afirma-se exactamente o mesmo."[129]

Até aqui, caracterizamos a produção mercantil e as categorias que lhe são inerentes recorrendo exclusivamente às noções (reflectindo uma realidade social) de divisão social de trabalho e de produtores independentes. Convirá aqui acrescentar que a história dessas duas faces da mesma realidade está estreitamente associada à da PROPRIEDADE PRIVADA, que adquire particular significado quando analisamos o valor quanto à distribuição[130]

A DISTRIBUIÇÃO do valor é um processo simultâneo ao da produção e troca das mercadorias. A fixação de uma única quantidade de valor para as diversas mercadorias com um mesmo valor de uso situadas num espaço unificado pela concorrência I, quando as condições de produção individuais são diferentes quanto à intensidade e produtividade, tem associada uma redistribuição do valor criado em cada produtor independente por todos os outros. A evidência deste fenómeno[131] dispensa-nos uma análise mais pormenorizada,

127 Nele se inclui Morishima

128 Chame-se aqui a atenção para a péssima tradução deste artigo

129 Em Valhtukh, "A Teoria do valor ..., p. 220

130 Ver Engels, "A origem da família ...

131 Tomemos um exemplo, com dois produtores independentes (A e B), um mesmo tempo de trabalho cronológico para ambos:

| Produtor | Quantidades | t.t.n. | t.t.s.n. | valor criado | valor apropriado |
|---|---|---|---|---|---|

embora convenha não esquecer que do afirmado se deduz que a articulação produção/troca inerente ao valor se estende, igualmente, à distribuição, constituindo produção-troca-distribuição os três momentos de um processo unificado, como várias vezes Marx salienta[132]. Esta unidade revela que em cada categoria está presente (por relacionamento interno) a totalidade do económico. O surgimento da força de trabalho como mercadoria introduz novos elementos neste processo de distribuição, mas a sua análise ficará para um ponto subsequente.

Para terminar esta análise da adequação do tempo de trabalho socialmente necessário ao grau de desenvolvimento das forças produtivas resta-nos aqui colocar uma interrogação: a análise de Marx referente à renda não é extensível à totalidade da economia, por outras palavras, o que faz com que na produção agrícola a quantidade de valor seja medida pelas condições de produção nos piores terrenos enquanto na industria se fale em condições médias?

Claro que esta pergunta aparentemente ingénua poder-nos-ia levar a rediscutir as semelhanças e diferenças entre Ricardo e Marx, o que não nos propomos. De uma forma mais específica, para nos centrarmos no que nos preocupa, podemos colocar a questão anterior do seguinte modo: sendo a existência de monopólio da exploração capitalista da terra a justificação da quantidade de valor ser medida pelas piores condições e vigorando hoje na economia capitalista uma situação de monopólio[133] em muitos sectores industriais, não seria de considerar, pelo menos nesses, as piores condições?

A resposta a esta pergunta não é simples e certamente que exigiria um desenvolvimento maior que o que aqui lhe damos, mas pensamos que o conceito de MONOPÓLIO NATURAL contido nos textos de Marx e que é aplicado à agricultura é diferente do de monopólio aplicado a sectores industriais. Os produtos agrícolas têm a sua quantidade de valor medida pelos terrenos de piores condições porque a superfície da terra é limitada e há monopólio da posse da terra. É necessário considerar ambos os aspectos. Ora fora da agricultura[134] o carácter limitado não existe ou, quando criado pelo próprio monopólio, não é um fenómeno natural (devendo-se

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| A | 20 | 10 | 0, 4 | 10 | 8 |
| B | 30 | 10 | 0, 4 | 10 | 12 |

132 Sobre este assunto é importante analisar a "Introdução à Crítica da Economia Política", em Marx, "Contribuição ...

133 Cujo conteúdo analisar-se-á posteriormente.

134 Por simplicidade falamos da agricultura mas existiram, eventualmente, outras actividades ai englobáveis.

entender esse natural como resultado inevitável da luta da sociedade com a natureza)[135].

Repeguemos no citado texto de Napoleoni.

Analisemos agora o segundo significado, a correspondência entre a quantidade de mercadorias produzidas com um determinado valor de uso e a sua respectiva procura. Teçamos algumas considerações genéricas:

O que se nos apresenta dizer sobre o assunto é sintetizável nos três pontos seguintes:

1) A exigência de uma produção encontrar a sua procura é parte integrante da mercadoria. Esta é, como vimos, valor e valor de uso e o facto de haver um comprador é a expressão de que é valor de uso, de que satisfaz as necessidades de outrem exterior ao produtor, que a contradição entre o valor e o valor de uso não é meramente potencial mas real (social), que a articulação entre produção e troca se realiza. O trabalho despendido por cada produtor independente só é parte integrante do trabalho social se corresponder às necessidades sociais de transformação da natureza, se as mercadorias produzidas forem adquiridas por outrem, se a mercadoria for SOCIALMENTE VALIDADA.

2) A relação entre a oferta e a procura das mercadorias é o essencial, e nenhum dos seus elementos tem existência própria exterior a essa relação. Mas o posicionamento de um em relação ao outro não é simétrico. A produção de mercadorias é simultaneamente, como vimos, produção e distribuição de valor e esta é prévia à procura, donde resulta que a procura é uma expressão .da produção (oferta), enquanto esta é influenciada por aquela. A procura resulta internamente da oferta, enquanto esta só é influenciada externamente por aquela.

Considerando um processo instantâneo, hipótese demasiado simplificadora mas que não altera o que pretendemos ilustrar, a quantidade de valor disponível para a aquisição de mercadorias é igual ao valor criado. Mas a clivagem da produção por mercadorias com diferentes valores de uso transforma essa igualdade numa soma de desigualdades, o que significa que a procura adquire uma autonomia relativa em relação à produção (oferta), a qual é tanto maior quanto menor for a importância do trabalho social cristalizado numa determinada mercadoria em relação ao total, tanto maior quanto menor for a validade da hipótese de instantaneidade do processo.

135 Quando estudarmos os monopólios voltaremos a este problema, pelo menos implicitamente.

A forma de confronto entre a oferta e a procura varia historicamente. As FORMAS-VALOR[136] descritas por Marx são, igualmente, formas de confronto da oferta e da procura.

Das considerações anteriores temos que deduzir o carácter mistificador e limitado da forma como a teoria económica vulgar encara o mercado.

O conceito de mercado, de procura, de confronto entre oferta e procura na Economia Política marxista exige uma ruptura conceptual com as teorias vulgares, mesmo que se reconheça que estas captam -- o que seria inevitável para ter a mínima adesão à prática -- um ou outro aspecto particular.

3) A passagem de uma mercadoria da produção para o mercado é sempre um "salto no desconhecido" dada pela autonomia relativa da procura, mas esse desconhecimento nunca é total aquela também é, em parte, um "salto no conhecido". O grau de "DESCONHECIMENTO/CONHECIMENTO" é determinado pela importância relativa do produtor independente em relação a produção total[137].

Serão as duas vertentes do socialmente necessário consideradas por Napoleoni de importância idêntica? Pensamos que não. Enquanto a primeira permite caminhar no sentido de precisar o conteúdo da quantidade de valor, a segunda já estava contida no conceito de mercadoria (trabalho social, contradição entre valor e valor de uso).

Para acabarmos a nossa análise sobre a quantidade de valor resta-nos explicitar porque falamos em REPRODUÇÃO[138].

136 Neste nosso trabalho só nos ocuparemos da forma-geral e da forma-dinheiro do valor, indispensável para o tratamento da moeda. As restantes formas de valor (forma-simples e forma-total) são irrelevantes para a teoria do hiato. Contudo, porque se trata de matéria de frequente debate, gostaríamos de aqui deixar expresso que encaramos as formas-valor como uma representação esquemática da evolução histórica dos processos de troca (e concomitantemente dos graus de divisão social do trabalho e da importância relativa do valor e valor de uso no referido processo, do grau de socialização do trabalho individual), embora só na forma geral a lei do valor se manifeste plenamente e, portanto, seja viável essa leitura dum passado "acidentado". Discordamos, pois, de posições como a defendida por Aglietta (Aavv) em "La Violence..." que considera as diferentes formas de valor como hipóteses realizáveis numa mesma fase histórica conforme as conjunturas

137 Este aspecto mostra que o parcial domínio dos monopólios sobre o seu mercado, para o que na prática capitalista contribuem acções como os estudos de mercado e influência publicitária sobre os compradores, é uma expressão da lei do valor e não o simples resultado de uma "vontade" alheia a aquela. Mostra igualmente que esse conhecimento é sempre relativo. Há quem fale em internalização das contradições.

138 Em "Le Capital" surgem dois significados de reprodução que são as duas expressões da mercadoria (trabalho individual, trabalho social). Umas vezes é entendido como continuação do funcionamento em sociedade: "Consideré, nom sous son aspect isolé, mais dans le cours de sa renovation incessante, tous procès de production est donc en même temps procès de reproduc-

Diversas mercadorias com o mesmo valor de uso podem ser produzidas em momentos diferentes e transaccionadas todas. Enquanto produzidas, mas não transaccionadas, são um valor potencial que só se torna efectivo no processo de troca.

Eles conduzem à exigência de uma dupla dimensionalidade do espaço da quantidade de valor. À sincrónica, anteriormente referida ,há que acrescentar a diacrónica pela consideração do tempo de trabalho socialmente necessário no momento de concretização da troca, independentemente do momento em que foram produzidas[139].

Para terminar, uma última observação que não vamos desenvolver integralmente.

Ao longo desta nossa exposição já nos defrontamos frequentemente com a interferência da luta de classes e do Estado: na articulação entre forças produtivas e relações de produção, na acção da luta de classes nas relações de produção, e no relacionamento entre grau de desenvolvimento das forças produtivas e a quantificação do tempo de trabalho socialmente necessário; na definição do espaço de manifestação da concorrência I em que as fronteiras nacionais, a legislação sobre a produção e troca nacional e regional, os acordos inter-países podem ser elementos que levem à sua alteração; na redução dos diversos trabalhos a um de intensidade média, assumida como prática social histórica.

Estamos pois de acordo com Bidet quando afirma que

> "la 'valeur-travail' devient categorie d'un rapport economico-politique"[140]

desde que tal não conduza à sobrestimação da luta de classes e, consequentemente, da acção do Estado.

Designemos esta influência da luta de classes sobre a mercadoria e o seu pendor quantitativo dizendo que o valor é SOBREDETERMINADO POLITICAMENTE.

### 4.2.1.3. Força de trabalho e valor

A análise da mercadoria realizada no ponto anterior foi bastante geral abrangendo todos os modos de produção englobáveis na produção mercantil, incluindo o capitalismo. A mercadoria foi apresentada

---

tion" (III p. 9). Outras como nova produção de uma dada mercadoria. × neste sentido que aqui falamos de reprodução.

139 Recorde-se que a armazenagem e conservação é produção (Ver Nagels, Travai ...)

140 Em Bidet, "Economie et Dialectique ... , p. 91

como uma relação social de produção, caracterização suficientemente abstracta para reflectir múltiplas situações concretas.

O estudo que agora vamos fazer sobre a força de trabalho é bastante mais concreto num duplo sentido: a) tem uma localização histórica bastante precisa, capitalismo, embora se possam encontrar raízes nos modos de produção[141] anteriores; b) refere-se a uma relação social de produção bastante mais específica, como veremos.

Decompomos esta matéria em quatro grandes temas. Primeiro analisaremos as diferenças entre força de trabalho e trabalho, categorias tantas vezes confundidas, e verificaremos porque é como é que a primeira é uma mercadoria. Seguidamente fazemos um primeiro tratamento das semelhanças e diferenças da mercadoria força de trabalho em relação a todas as restantes mercadorias, condição de uma teorização que tenha em conta a relatividade das especificidades. Em terceiro lugar faremos leves referências, já que muito do que haveria a tratar já foi dito no esboço de "teoria da substância", ao valor de uso da força de trabalho. Finalmente analisaremos com relativo cuidado a quantificação do seu valor.

Este tema apresenta grande importância para compreendermos integralmente algumas das críticas que fizemos a certas teorias explicativas da inflação e para compreendermos o hiato valor-preços. Contudo terá aqui um desenvolvimento aquém das necessidades porque o muito que temos escrito e publicado sobre esta matéria nos dispensa de uma apresentação e justificação exaustiva de cada ponto[142].

#### 4.2.1.3.1. Força de trabalho como mercadoria

A FORÇA DE TRABALHO é uma categoria diferente do TRABALHO que se radica em aspectos biopsicológicos: a existências de capacidades para conceber e realizar o acto de transformação da natureza é diferente do próprio acto. Contudo não é eterna. Essa diferença só assume dimensão social, tornando-as categorias diferentes da Economia Política, a partir do momento em que dá lugar a relações sociais de produção diferentes. Encontramos duas ordens de razões, de natureza, para distinguir aquelas duas categorias: a) A

141 Seria mais correcto falar de formações sociais na medida em que existe uma sobredeterminação política e não existem "economias puras". Contudo falamos em modos de produção para excluir "impurezas"

142 Ver Pimenta, "Força trabalho ... Pimenta, "Os salários profissionais ... Pimenta, "Os salários na região ... Pimenta (Aavv), Curva de Phillips ...

observação cuidada dos próprios fenómenos sociais do capitalismo; b) a coerência da elaboração teórica. Sobre este último ponto convém apenas acrescentar que não se trata de romper com a realidade fenomenológica ou fazer uma "má abstracção" para harmonizar a teoria, mas caminhar no desenvolvimento desta como reflexo[143] da realidade[144].

Pretendem alguns autores fugir a esta distinção considerando que a transacção entre capitalistas e trabalhadores é diferente: o capitalista não vai ao mercado comprar uma mercadoria mas apenas arranjar quem lhe preste um serviço na sua empresa e o que ele paga não é a capacidade de trabalho do trabalhador mas o serviço que este presta. Esta interpretação que faz do próprio trabalhador um capitalista -- tem uma «empresa» de prestação de serviços -- diluindo as contradições de classe (e que tem alguma aceitação mesmo em alguns autores marxistas de outras regiões do conhecimento cientifico[145]) é falsa: a) o capitalista não está interessado no resultado do acto humano mas no próprio acto humano , porque o resultado já é integralmente controlado por ele; b) romperia, por isso mesmo, com a lógica do processo de troca.[146]

Já anteriormente caracterizamos o trabalho. Façamo-lo agora brevemente para a força de trabalho, embora de uma forma genérica:

> "por força de trabalho ou capacidade de trabalho deve entender-se o conjunto das faculdades físicas e intelectuais existentes no corpo de um homem, na sua personalidade viva, e que ele tem de pôr em movimento para produzir coisas úteis"[147]

donde se deduz que é inseparável do homem, é um produto social como o é o homem, é também uma potencialidade de trabalho futuro com realização. Mas outra condição é necessária para que a força de trabalho potencialmente existente se autonomize como categoria própria e assuma por si mesma uma relevância social: que se separe socialmente do próprio homem. Tal exige a verificação simultânea de duas condições: a) o seu possuidor tenha liberdade pessoal para transaccioná-la (ou não transaccioná-la); b) tenha a necessidade de transaccioná-la: o trabalhador, por hipótese (realista) excluído da posse de meios de produção, só possui a mercadoria força de trabalho e necessita de vendê-la para obter os seus meios

143 Sobre a teoria do reflexo, implícito nesta afirmação, ver Sève, Une Introduction ... (consultar o "vocabulário filosófico" para localizar os capítulos e subcapítulos

144 Ver Pimenta, "Força ... , pontos 1.3. e 2.1.

145 É o caso de alguns historiadores.

146 Ver Pimenta, "Força ... , p. 130/131

147 Isto remete para a ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL, processo histórico que precedeu a formação da grande produção capitalista e separou o produtor dos meios de produção.

de subsistência, venda que é feita por tempo determinado.[148] Estas condições só são integralmente preenchidas em capitalismo (porque formalmente não há esclavagismo e porque há uma separação radical entre quem é proprietário dos meios de produção e quem "manipula" esses meios de produção)..

É a força de trabalho que é uma MERCADORIA e, portando, tudo o que foi anteriormente dito sobre esta é-lhe aplicável, embora devamos acrescentar-lhe um conjunto de elementos mais concretos. Remetamos para a alínea seguinte a comparação e teçamos aqui algumas considerações genéricas:

1) A força de trabalho é uma RELAÇÃO SOCIAL DE PRODUÇÃO resultante da divisão social do trabalho e da existência de produtores independentes; mas que se situa privilegiadamente[149] no interior de cada um destes; é uma relação entre dois diferentes proprietários de mercadorias, cujos valores de uso são complementares e indispensáveis para a transformação da natureza (de meios de produção, de força de trabalho)

2)A força de trabalho é uma mercadoria possuída por cada ASSALARIADO[150] mas que tem as mesmas características gerais em todos: é valor e valor de uso. É valor porque tem incorporado uma certa quantidade de trabalho abstracto. A categoria força de trabalho é, prioritariamente, da CLASSE DOS ASSALARIADOS antes de ser referida a cada homem. Como vimos não é a natureza humana que gera a força de trabalho mas os acontecimentos histórico-sociais que separaram os produtores da posse dos meios de produção e reproduzem-na.

3) O valor de uso é o mesmo para cada força de trabalho individualizada: cria valor[151]. A força de trabalho é, pois, um ÚNICO valor de uso mas a clivagem da concorrência I[152] entre os trabalhadores assalariados fracciona-a, com as consequências que analisamos quanto à consideração da quantidade de valor. A localização e dimensões de cada um dos ESPAÇOS depende de

148 Ver Pimenta, "Força ... , ver 2.2.

149 A força de trabalho como relação não é exclusivamente interna a cada produtor independente porque num determinado grau de desenvolvimento históricos não há relação entre produtores independentes se não houver no interior de cada um e reciprocamente. As especificidade históricas do capitalismo situam-se na forma da relação entre as relações internas e externas (internas no todo social) de cada produtor independente.

150 Entendemos aqui assalariados de uma forma muito genérica, englobando os que recebem "salários" e "ordenados", os empregados e os desempregados.

151 Esta essência única do valor de uso da força de trabalho manifesta-se através de diferentes formas do valor de uso da força de trabalho. Formas diferentes que resultam quer de características da força de trabalho quer do contexto de sua utilização. [n. revisão]

152 Para a mercadoria força de trabalho só há lugar para a concorrência I.

múltiplos factores, mas genericamente poderemos dizer que tende a situar-se numa intercepção por profissões[153] e regiões.

### 4.2.1.3.2. Semelhanças e diferenças em relação com as restantes mercadorias

A força de trabalho apresenta, como vimos, um conjunto de características que a permitem considerar como uma mercadoria[154]. Sobre este aspecto não vamos insistir, centrando-nos nas especificidades (diferenças em relação às restantes mercadorias)[155], de que as mais importantes, algumas das quais já referidas, são:

a) É especifica do capitalismo, pelo que

"Não exprime simplesmente relações mercantis mas sim relações mercantis-capitalistas"[156]

b) É um valor de uso cuja realização cria valor. Quando integrada no movimento do capital é capital variável

c) Os mecanismos de reprodução são moldados pela ligação psico-biológico-social com o trabalhador.

d) A sua troca é um confronto entre duas classes antagónicas[157]

A estas poder-se-ia acrescentar uma outra: a compra é sempre anterior e desfasada em relação ao pagamento[158].

Estas especificidades da força de trabalho têm conduzido diversos autores a considerar que o valor da força de trabalho tem uma quantificação diferente das restantes: a sua quantidade de valor é medida pela quantidade de valor das mercadorias por que se troca;

153 Ver Pimenta (Aavv), Curva de Phillips (Lisboa ..., p. 81-85. Diversos estudos, nomeadamente para a realidade portuguesa, mostram que o fraccionamento do espaço da força de trabalho (por profissões) é independente do fraccionamento do espaço das mercadorias produzidas pela sua utilização (por sectores).

154 Ver Pimenta, "Salários e Preços ... , p. 9/10. Chama-se a atenção para a importância de uma teoria do salário

155 Que tal não seja entendido como uma separação. Consideramos particularmente importante o facto da força de trabalho ser transaccionada tendo nos dois lados do mercado duas classes sociais antagónicas, como se mostra (p 14) no referido trabalho.

156 Em Gonzalez, "Economia Política ... , V. I, p. 107.

157 Ver Pimenta, "Salários e Preços ..., p. 12/14

158 Não é possível dizer, como o faz Gonzalez, Economia ... p. 107 "Vende-se sempre a crédito" porque o credito é uma relação social específica entre capitalistas, como analisaremos posteriormente, e porque o não pagamento no acto da aquisição não dá lugar a juros.

o seu valor é o valor dos meios de subsistência[159], o que remontaria para a dupla definição de valor contida na obra de Adam Smith[160].

As especificidades da mercadoria da força de trabalho não são conducentes a uma tal conclusão. Também em relação a ela há que considerar uma teoria da substância (que não é incompatível com o facto de ser o uso da força de trabalho que dá lugar à "substancia"), há que distinguir, com as limitações anteriormente apresentadas e nunca substituindo os elementos da relação à própria relação, entre valor, valor de uso e valor de troca[161].

### 4.2.1.3.3. Valor de uso da força de trabalho

Aqui apenas bastará insistir que o trabalho é a realização do valor de uso da força de trabalho, remetendo para tudo o que anteriormente se disse[162] e mais uma vez chamar a atenção para a INDEPENDÊNCIA dos processos de criação de valor da força de trabalho e de realização do seu valor de uso. Independência temporal, independência espacial, independência formal (das formas-relações e das formas-coisas). As quantidades de valor da força de trabalho e das mercadorias produzidas pelo trabalho resultante da sua utilização são "variáveis" independentes[163].

O facto do valor da força de trabalho ser inferior ao valor novo criado pela sua utilização não resulta de um relacionamento interno

159 A primeira posição é a assumida por Morishima e por abordagens do "problema da transformação". A segunda é, por exemplo, assumida por Gonzalez, na obra referida, que diz: "O seu valor não é o seu valor e sim o valor dos meios de subsistência necessários à conservação e reprodução do trabalhador, a soma dos valores destes meios de subsistência" (p. 107/108). Entre as duas posições existem diferenças quanto ao ponto de partida mas ao remeterem a quantidade de valor da força de trabalho para o valor de outras mercadorias, acabam por permitir a existência de pontes entre elas.

160 Para a posição de Smith ver Karataev (Aavv), "Historia de las ... . Ao identificar o valor da força de trabalho com a interpretação inconsequente de Smith dá-se o primeiro passo para o abandono da teoria do valor-trabalho aplicado à força de trabalho e ao fazê-lo rompe-se a teoria marxista no seu ponto nevrálgico. Sem dúvida que estes últimos percursos não são realizados pelos marxistas, mas por aqueles que, aproveitando-se das incongruências, a combatem.

161 Registe-se que o valor conduz a um determinado valor de troca, diversos factores, nomeadamente o facto da transacção se realizar entre membros de classes sociais antagónicas numa determinada correlação de forças, levam a que exista sistematicamente um desfasamento temporal (o valor de troca da mercadoria força de trabalho é sempre inferior à sua quantidade de valor) impossibilita as "duas vias" de quantificação do valor

162 Ver Pimenta, "Força de trabalho ... , ponto 2.4.

163 Mesmo que se considere apenas o valor novo criado, isto é, a parcela referente ao trabalho vivo. Sobre a validade de separação entre aquele e o trabalho morto já analisamos anteriormente. A última ligação quantitativa que continuava a persistir relacionava-se com a "redução do trabalho complexo ao trabalho simples" que classificamos como não tendo sentido. Evidentemente que esta independência quantitativa é sempre relativa porque o entrelaçamento de cada relação com todas as outras revela que a independência é a expressão de uma determinada forma de relacionamento total.

entre essas categorias mas do facto da força de trabalho só surgir, e só assim poderia historicamente acontecer, quando as forças produtivas já tinham atingido um determinado grau de desenvolvimento.

#### 4.2.1.3.4. Quantificação do valor

A força de trabalho é valor e a quantidade deste é medida pela quantidade de trabalho socialmente necessário a sua reprodução. Caminhemos progressivamente para a interpretação do seu significado.

(1) De uma forma inicial e genérica poderemos dizer que

> "la valeur de la force de la force de travail est determiné par la valeur des objects de la premiere necessite qu'il faut pour produire, developper, conserver e perpetuer la force de travail"[164]

e que estes «objectos de primeira necessidade» são decomponíveis:

— «regionalmente»: objectos para satisfazer necessidades biológicas, culturais e outras;

— «temporalmente»: referentes ao período prévio ao seu aparecimento no mercado como mercadoria, ao período do seu desenvolvimento, ao período da sua conservação, ao período da sua perpetuação

e ambos remetem para a necessidade de considerar a quantidade de valor da força de trabalho para o conjunto dessa mercadoria situada num determinado espaço, anteriormente referido. Uma fracção de força de trabalho não é perceptível fora da globalidade que lhe dá conteúdo social. E porque a força de trabalho não é uma mercadoria que se produza instantaneamente (a sua relação indissolúvel com o homem leva a que sejam necessários anos para a sua produção e o capital necessita sempre de ter uma determinada massa de força de trabalho disponível, é perfeitamente correcta a afirmação de Brunhoff

> "la valeur d'échange de la force de travail comporte non seulement celle du pain quotidien de l'ouvrier au travail, mais celle de l'entretien du chômer, du malade, des enfants"[165].

Mas nem todos os objectos de primeira necessidade (definida socialmente) entram no valor da força de trabalho. Para tal necessitam de ser valor e, para tal, de serem mercadorias:

164 Em Marx, «Salaires, ... , p. 46/47
165 Em Brunhoff, «Etat et ... , p. 10

> "Marx énumère les valeurs d'usage indispensables à l'entretien et la reproduction de la force de travail ouvrière: du panier des biens nécessaires pour la nourriture, le vêtement et l'habitat, aux dépenses de santé et de formation professionnelle, du minimum physiologique aux éléments socialement déterminés par l'histoire [assunto que abordaremos posteriormente]. Quand ces valeurs d'usage sont marchandises, elles constituent la valeur de la force de travail"[166]

(2) Existem determinadas actividades que sendo produtivas, entram igualmente na quantidade de valor por englobarem um tempo de trabalho quer dos que a as exercem quer dos possuidores da força de trabalho:

> "D'autre part, pour modifier la nature humaine de manière à lui acquérir aptitude, précision et célérité dans un genre de travail déterminé, c'est-a-dire pour en faire une force de travail développée dans un sens spécial, il faut une certaine éducation qui coûte elle-même une somme plus au moins grande d'équivalents en marchandises. Cette somme varie selon le caractère plus au moins complexe de la force de travail [o que se relaciona com o fraccionamento da força de trabalho e definição dos seus respectivos espacos]. Les frais d'éducation [assim como outras], très minimes d'ailleurs pour la force de travail simple [mas, mesmo assim existente], rentrent dans le total des marchandises nécessaires a sa production"[167]

As despesas surgem aqui não para dizer que estas actividades incorporam-se no valor da força de trabalho enquanto despesas mas para mostrar que não basta considerar a actividade em si na sua estrita utilidade: só se integram, pela forma que referimos na medida em que se inserem na dinâmica do modo de produção que gera a força de trabalho, são parcelas do movimento do capital[168].

(3) Além disso,

> "ao contrário das outras mercadorias a força de trabalho encerra assim, do ponto de vista do valor, um elemento moral e histórico"[169]

o que torna a quantificação do valor da força de trabalho particularmente complexa.

O elemento moral nada tem que ver com normas morais exteriores à dinâmica social, mais não sendo do que uma das facetas do

166 Idem, p. 9

167 Em Marx, Le Capital ... , p. 174/175

168 Assim, por exemplo, a guarda dos filhos de um casal operário não se engloba na quantidade de valor da força de trabalho se for feita pelos avós e é-o se for uma actividade de infantário explorada capitalisticamente. Esta questão remete-nos para a problemática do trabalho produtivo/improdutivo, que não trataremos (ver Nagels, "Travail productif ... , Placido, "Trabalho Produtivo ... duas posições em confronto)

169 Em Marx, "O Capital, p. 281

histórico, sobre o qual devemos incidir a nossa atenção, para a própria determinação do socialmente necessário.. Este é desdobrável em múltiplos aspectos:

— Evolução das necessidades humano-sociais (anteriormente existentes ou que surgem em cada fase histórica).
— Evolução das formas de as satisfazer.
— Desenvolvimento da consciência colectiva da classe dos assalariados e da aceitabilidade social de determinados padrões de vida (local de entrecruzamento acentuado do económico, político, ideológico, etc. o que remete para a problemática do relacionamento entre estrutura e superestrutura).
— Impactos sobre as variáveis demográficas.
— Comportamento cíclico da economia[170].
— Evolução da produtividade, alterando a quantidade de valor das mercadorias cujo valor se incorpora no valor da força de trabalho[171].

Para terminarmos este aspectos resta-nos constatar que também aqui encontramos um conjunto de factores que nos conduzem à interligação das componentes económicas com as políticas:

— Na socialização (assumida pelo Estado) de certas despesas de reprodução da força de trabalho (ensino, saúde) e mercadorias (transportes, por exemplo).
— Na socialização da reprodução parcial da força de trabalho desempregada e que ainda não chegou ao mercado de trabalho.
— Na legislação laboral.
— Na dimensão social da quantidade de valor da força de trabalho.
— Na formação dos espaços de homogeneização das quantidades de valor.
— E noutros aspectos de menor relevância.

Por isso, também aqui, poderemos falar de SOBREDETERMINAÇÃO POLITICA, sendo fundamental encontrar sempre a correcta posição na relação entre o económico e o político. Nem é correcto o

170 Referimo-nos ao movimento "ondulatório" da economia, de que as crises de sobreprodução são o momento mais importante.

171 Sobre a quantificação do valor nos nossos trabalhos anteriores, ver particularmente:
"Força de trabalho ... , p. 141/148 "Os Salários na região ..., ponto 2
"Salários e preços ... , p. 27/37

"economismo" que reduz a quantidade de valor da força de trabalho a um cabaz de mercadorias, nem o "sociologismo" que remete a sua explicação para a luta de classes pela repartição do rendimento.

#### 4.2.1.4. A moeda

Não há valor sem moeda.

Neste ponto vamos fazer referência a alguns dos aspectos fundamentais da moeda como categoria económica, reflexo de uma realidade objectiva, com uma história. No anexo a este capítulo fazemos referências, embora esse não fosse o tema, à história da moeda em geral e a alguns aspectos da sua manifestação na realidade portuguesa dos séculos XIX e XX. A abordagem aqui feita é teórico, mas há que estabelecer, parcialmente, ligação entre alguns temas abordados no anexo.

Desdobraremos este ponto em sete subcapítulos, indissociáveis entre si. Após a apresentação de algumas questões gerais entraremos de imediato na caracterização específica da relação social que é a moeda através da apresentação das funções da moeda. O estudo da forma-coisa moeda ocupar-nos-á de seguida pela via da apresentação dos diversos tipos de moeda em articulação. Constituindo estes dois pontos substanciais uma análise predominantemente sincrónica, veremos de seguida alguns aspectos da sua dimensão diacrónica fazendo uma primeira aproximação à reprodução do equivalente geral. Ao longo destes sucessivos pontos criar-se-ão automaticamente múltiplas ligações com o que já anteriormente dissemos sobre a mercadoria, revelando a unidade indissolúvel da mercadoria e da moeda quando se pretende analisar a economia capitalista mas, feita a teoria da moeda, há que analisar o seu relacionamento externo, donde a pertinência de uma primeira referência (completada no estudo do movimento do capital) à inserção da moeda em capitalismo, não sem antes referirmos um tema controvertido, o do valor da moeda. Ao expormos a nossa posição sobre a moeda estaremos ao mesmo tempo a fazer uma apreciação crítica explícita (raramente já que tal nos conduziria para uma excessiva extensão na abordagem deste tema) ou implicitamente a muitas posições assumidas por diversos autores. Contudo, reservamos para uma última alínea a referência a alguns outros temas sobre a moeda hoje em debate.

### 4.2.1.4.1. Aspectos gerais

Um aspecto que nunca pode ser esquecido é que a moeda é uma realidade histórica e, como tal, é um produto da evolução da sociedade, da relação transformadora, e sistematicamente transformada, entre forças produtivas e relações de produção. Nem é invenção de um homem em ilha deserta nem quimera da teoria para facilitar os cálculos. Desde a utilização de produtos alimentares, instrumentos de trabalho, sal e ornamentos como equivalente geral[172], desde

> "Les peuples qui s'adonnent à l'agriculture et à l'élevage choisissent communément comme équivalent général le bétail, le blé ou le riz. Ainsi, Grecs et Romains prennent le boeuf comme premier équivalent général jusqu'aux VI e V siècles avant J-C. Les Hindous voient le nom de leur monnaie nationale, la rupee, dériver du mot 'rupa' qui signifie troupeau. Les Iraniens de l'Avesta, les Germains de la Lex Saxerun ont également choisi le boeuf comme équivalent général, ce qui indique la prédominance de l'élevage à l'époque ou cet équivalent se constitue. Dans l'Afrique du Nord, de l'Est et du Sud, le bétail, a savoir les chameaux, les moutons, les chevres ou les vaches, représentent également l'équivalent général chez des peuples essentiellement éleveurs. Le cheval joue le même rôle chez les Kirghises, le buffle en annam et le mouton au Thibet"[173],

desde o surgir um pouco por toda a parte estas FORMAS ainda incipientes, mas operacionais, do equivalente geral até à formação de um sistema monetário internacional com a complexidade que hoje apresenta há um longo processo de transformação da sociedade.

É uma verdade insofismável, como afirma Stadnichenko que

> "El sistema monetario internacional contemporáneo es el resultado de um largo proceso de desarrollo del dinero y de la circulación monetaria. En la base de dicho desarrollo se encuentran leyes objetivas que han predeterminado la semejanza de las etapas por las que há pasado la circulación monetaria en los diversos países del mundo al suceder se las formaciones economico-sociales"[174]

sendo uma história que pode ser analisada a diversos níveis tendo em atenção os seguintes factos:

a) a história da moeda é indissociável da história geral da humanidade (ou não fosse ela também a expressão da existência de uma divisão social do trabalho e produtores independentes-dependentes);

172 Precisaremos posteriormente o seu significado.

173 Em MANDEL, "Traité ..., Vol I, p. 85

174 Em Stadnichenko, La crisis..., p. 8

b) a história da moeda apresenta uma autonomia relativa em relação à restante história económica (para só nos referirmos a esta)[175];
c) a história da moeda articula-se estreitamente com a da usura e a do crédito;
d) a história do SISTEMA MONETÁRIO é uma parte, localizada no tempo, da história da moeda[176]
e) a história monetária de cada país apresenta uma relativa autonomia em relação à dos restantes países (cujo grau varia de caso para caso), mas a história do sistema monetário internacional não é, antes pelo contrário, a justaposição ou articulação à posteriori dos diversos sistemas monetários nacionais.

Elaborar uma teoria da moeda exige ter em conta esta importante realidade histórica, captar através da complexidade do concreto os aspectos essenciais, as tendências de evolução (a essência da história da moeda encontra-se nas próprias contradições internas da moeda, elemento da relação da moeda com a restante economia). A moeda hoje é parte integrante dessa história e aquilo que é essencial à moeda continua a ter hoje toda a validade, independentemente das formas relacionais ou instrumentais que possa assumir. A ascensão ao concreto da moeda em capitalismo só permite captar o essencial (e nessa medida ser uma verdadeira ascensão, não dando lugar a falsas abstracções) se tiver em conta o que é comum a toda a sua história, o que é a realidade essencial constante (embora atravessada pelo movimento da transformação) articulada à realidade fenomenal transformacional (englobando o próprio desaparecimento). Não pode, pois, constituir estranheza começarmos por estudar a moeda em produção mercantil, antes de fazermos a sua análise (que aliás nos exigirá desenvolvimentos posteriores particularmente significativos) em capitalismo. Por outras palavras

> "une théorie de la monnaie applicable au système capitaliste, doit nécessairement être comprise dans une théorie de la monnaie en général, valable pour toute économie monétaire, autrement dit dans une théorie générale de la monnaie"[177]

175 A autonomia relativa da história da moeda manifesta-se, por exemplo, quando o padrão de preços utilizado é o de uma outra civilização, quando surgem conflitos entre as exigências da acumulação e a situação da moeda (notório em diversos aspectos da história do Banco de Lisboa e do Banco de Portugal).

176 O mesmo se passa com o crédito em relação ao sistema de crédito ou com o banco em relação ao sistema bancário (este aspecto está desenvolvido no anexo).

177 Em Brunhoff, «La Monnaie chez ... p. 14

e é isso, e só isso[178], que Marx faz nos capítulos iniciais da sua obra fundamental.

A moeda existe porque há uma divisão social do trabalho, alicerçada em produtores independentes-dependentes, que já atingiu um grau de desenvolvimento tal que inviabiliza as formas embrionárias de relacionamento entre os referidos produtores, ou no interior de cada um deles, entre diferentes proprietários. Quer isto dizer que a mercadoria e a moeda têm a mesma razão essencial de existência e que a partir de determinada fase histórica a relação produção/troca inerente ao valor assume a forma de RELAÇÃO MERCADORIA-MOEDA, em que os seus elementos, apesar de apresentarem uma autonomia relativa[179], só existem enquanto elementos da relação. Quer dizer igualmente que a moeda também é uma RELAÇÃO SOCIAL DE PRODUÇÃO, acrescida de dois traços específicos:

— Que se manifesta na TROCA
— Preenchendo um conjunto de FUNÇÕES.

Analisemos um pouco mais o significado de ambos e do seu relacionamento. Dizer que se manifesta na troca significa que não constitui directamente componente do processo de produção, de transformação da natureza. Por outras palavras, na relação mercadoria-moeda há um processo de distinção da moeda em ralação às mercadorias, de contraposição, que é expressão da natureza de relação das categorias e que portanto se manifesta independentemente (embora influenciado) das formas-coisa que uma e outra assumam. Essa distinção, contraposição da moeda, encontra a suas raízes na manifestação dessa característica em todo o equivalente num processo de troca

> "l'équivalent ne figure jamais que comme simple quantum d'un objet d'utilité"[180]

adquire o seu máximo desenvolvimento quando

> «Les marchandises expriment maintenant leurs valeurs: 1. d'une manière simple, parce qu'elles expriment dans une seule espèce de marchandises; 2. avec l'ensemble, parce qu'elles l'expriment dans la

178 Não se trata, por tanto, de uma teoria específica da moeda-ouro como o pretendem algumas análises apressadas do problema ou falsamente críticas (porque não consideram o efectivo objecto).

179 A autonomia relativa da mercadoria revela-se, por exemplo, em alguns períodos de hiperinflação a que já fizemos referência, e a da moeda no próprio desempenho de algumas das suas funções.

180 Em Marx, "Le Capital... , I 70

> même espèce de marchandises. Leur forme valeur est simple et commune, conséquemment général»[181].

Por outras palavras, a moeda é um EQUIVALENTE GERAL e

> «La théorie marxiste de la monnaie commence donc par la détermination de la 'forme équivalent général ou monnaie' qui distingue une marchandises de toutes les autres, et toutes les marchandises de la monnaie»[182]

tendo essa distinção que se reproduzir em permanentemente como condição da própria continuação da existência da moeda. Essa produção e reprodução da distinção é a REPRODUÇÃO DO EQUIVALENTE GERAL que, tal como a escolha do equivalente e a sua generalização, é um processo social.[183]

As funções da moeda não são um adicional à sua natureza de equivalente geral, mas uma sua concretização necessária

> "pour rendre compte de la relation qui existe entre cette 'forme' monnaie et les multiples fonctions et aspects de la monnaie"[184].

E, assim sendo, as funções da moeda, que têm que ser consideradas em conjunto e com um determinado relacionamento interno, não são específicas de uma determinada forma particular da moeda. São funções do equivalente geral. As formas que a moeda e, consequentemente, aquele assumam moldam as formas de manifestação concreta das funções da moeda, mas não moldam as próprias funções. Para terminar estas observações gerais introdutórias diremos apenas[185] que a economia capitalista é uma economia necessariamente monetária e, portanto, a teoria da moeda é essencial à própria compreensão do capitalismo.

---

181 Idem, I 78

182 Em Brunhoff, «La Monnaie chez ... , p. 23

183 Esta questão leva-nos à reanálise de alguns aspectos das formas-valor a que já anteriormente aludimos. Primeira questão: que distingue a forma geral da forma dinheiro? Marx responde claramente a essa questão (Le Capital ... , p. 81)
"Ce n'est qu'à partir du moment ou ce caractère exclusif vient s'attacher à un genre special de marchandise, que la forme valeur relative prend consistance, se fixe dans un object unique et acquiert une authenticité sociale".
O que é importante na passagem de uma forma à outra é a própria generalização e consolidação da natureza de equivalente geral. Historicamente essa consolidação realizou-se com a utilização do ouro como equivalente geral, mas essa forma material é secundária (a não ser na medida em que constitui uma realidade histórica). Segunda questão: depois do tempo que passou desde a redacção de «O Capital» não surgiram alterações no sistema monetário que justifiquem a consideração de novas formas de valor? A resposta dada e a natureza desta pergunta (situando a a hipótese de nova forma de valor na evolução da moeda) leva a responder cabalmente pela negativa enquanto se trate de uma análise do capitalismo.

184 Em Brunhoff, La Monnaie chez ... p. 23

185 Já em trabalho anterior nós analisamos esta questão: Pimenta, "A moeda tem ...
Pimenta (Aavv) "O que se passa ...

### 4.2.1.4.2. Funções da moeda

Se, como dissemos, as funções da moeda são uma concretização da sua essência de equivalente geral (contrapor-se a toda e qualquer [outra] mercadoria num determinado período histórico independentemente da sua localização geográfico-social) elas tem que ser encaradas em CONJUNTO. Mas analisá-las desta forma exige considerar quais são as funções principais e as derivadas e estudar as relações existentes entre cada uma dessas funções, tendo em conta os diferentes tipos de relacionamento[186]

São três as funções principais: medida de valor, meio de circulação e entesouramento. Analisemos cada uma per si.

Como justamente salienta Brunhoff[187] a função de medida de valor é deduzida da génese do equivalente geral, como o apresenta Marx com grande clareza:

> "C'est parce que toutes les marchandises mesurent leurs valeurs d'échange en or, dans la proportion selon laquelle une quantité déterminée d'or et une quantité déterminée [no texto tem d'terminée] de marchandises contiennent autant de temps de travail, que l'or devient mesure des valeurs; et c'est d'abord uniquement en raison de cette fonction de mesure des valeurs, fonction dans laquelle sa propre valeur se mesure directement dans le cercle entier des equivalents en marchandise que l'or devient équivalent général ou monnaie"[188]

O duplo percurso de dedução da função de medida do valor confirma, uma vez mais, que o essencial é a relação e não a forma material que assume, que o ouro, em determinada fase histórica, foi o equivalente geral mas que este não está «preso» àquele[189].

Marx, logo de imediato considera que nesta expressão do valor há "un moment qualitatif et un moment quantitatif"[190] e que se ambos são integrantes desta função. O segundo momento conduz directamente à função derivada de PADRAO DE PREÇOS. Mantenhamo-nos, no entanto e de imediato no "momento qualitativo".

Neste "momento"

> "la valeur d'échange de la marchandise se présente sous la forme de matérialisation du même temps de travail uniforme (...) apparaît le caractère général du temps de travail qu'elles contiennent"[191]

186 Ver Brunhoff, La Monnaie chez ... , p. 22/23

187 Idem, p. 25

188 Em Marx, Contribution ... p. 40

189 Por isto, e pelo que já dissemos em notas anteriores nunca sendo de mais repetir aos incautos Marx não faz uma teoria da moeda de ouro

190 Em Marx, Contribution ... , p. 40

191 Idem, p. 40/41

e por isso

> «c'est une illusion du procès de circulation qui fait croire que c'est la monnaie qui rend les marchandises commensurables. C'est au contraire la commensurabilité des marchandises en tant que temps de travail matérialisé, qui, seule, transforme l'or en monnaie»[192]; «la forme monnaie des marchandises est, comme la forme valeur en général, distincte de leur corps ou de leur forme naturelle, quelque chose d'idéal. La valeur du fer, de la toile, du froment, etc, réside dans ces choses mêmes, quoique invisiblement. Elle est représentée par leur égalité avec l'or, par un rapport avec ce métal, qui n'existe, pour ainsi dire, que dans la tête des marchandises (...). L'expression de la valeur des marchandises en or étant tout simplement idéal, il n'est besoin pou cette opération que d'un or idéal ou qui n'existe que dans la imagination»[193].

ou, para concluirmos

> «Dans la fonction des valeurs la monnaie n'est employée que comme monnaie idéale»[194].

De todas estas transcrições que reflectem a realidade qualitativa da função de medida de valor da moeda podemos deduzir que esta surge como uma cristalização de trabalho abstracto num duplo sentido:

a) enquanto equivalente localizado na troca é a efectivação do carácter social do trabalho incorporado nas mercadorias;

b) enquanto geral estabelecendo, portanto, um confronto com todas as mercadorias.

Para ser medida de valor a moeda tem que REFLECTIR valor (por o possuir ou por confrontar-se com ele) mas não necessita de estar presente no processo de troca enquanto valor:

> "Dans la circulation des marchandises entrent avec un prix et la monnaie avec une valeur: le 'problème monétaire par excellence' a été posé et résolu avant même l'entrée en scène de la monnaie"[195]

donde a possibilidade de uma diferença entre o PREÇO MERCANTIL e o PREÇO MONETÁRIO do ouro, e o facto da moeda NÃO TER preço.

Este «momento» qualitativo não autoriza que interpretemos a moeda exclusivamente como um «símbolo de valor» ou como algo

192 Idem, p. 42

193 Marx, Le Capital ... , I 105

194 Idem, p. 106

195 Em Brunhoff, "La Monnaie chez ... , p. 26

que não tem existência real[196]. Este momento é indissociável do quantitativo:

> "D'un coté apparaît le caractère général du temps de travail qu' elles contiennent, de l'autre la quantité de ce même temps de travail matérialisé dans leurs équivalent d'or"[197],

indissociabilidade intrínseca como a relação produção-troca: é qualitativo enquanto cristalização de trabalho humano social porque assume a dimensão quantitativa, porque esse trabalho humano é efectivamente reconhecido como social, porque a contradição entre valor e valor de uso faz com que a quantidade de valor assuma a forma de valor de troca; é quantitativo porque existe uma quantidade de valor indissociável da qualidade da mercadoria ser valor.

Esta relação entre o qualitativo e o quantitativo e a mutabilidade (dada a alteração de quantidade de trabalho inerente à evolução da formação social, como vimos) da quantidade de valor torna quimérico, enquanto realidade histórica, a existência de um padrão invariável de valores.

O PREÇO

> "est la forme métamorphosée sous laquelle apparaît la valeur d'échange des marchandises à l'intérieur du procès de circulation"[198]

embora seja possível (diríamos necessário) existirem diferenças quantitativas entre o preço de uma mercadoria e a sua grandeza de valor, para usar a expressão de Marx[199], isto é, entre os valores de troca num processo triangular ou entre o valor de troca expresso em moeda e o valor de troca expresso na coisa-mercadoria de que é constituída a coisa-moeda[200]. Assim como pode deixar de exprimir o valor quando atribuído a coisas que não são mercadorias, o que só

196 Ver Marx, "Le Capital ... I 106 e Marx (Aavv), Lettres sur ... , p. 109

197 Em Marx, "Contribution ... , p. 41

198 Idem

199 Em Marx, "Le Capital ... I 111

200 Expliquemos o significado deste processo triangular. Como vimos a propósito da teoria do valor das mercadorias a quantidade de trabalho incorporado é um tempo económico que não pode ser medido pelo cronómetro (este apenas pode fornecer uma aproximação muito tosca). Nessa medida não é possível medir directamente a quantidade de valor de uma dada mercadoria. Toda a medição da quantidade de valor metamorfoseia-se imediatamente em preço. Então como é possível dizer que a quantidade de valor e o preço são diferentes? É-o desde logo, por elaboração teórica; os elementos que temos vindo a fornecer ao longo deste capítulo já nos habilita a fazê-lo. E não será viável verificar quantitativamente? Duas hipóteses:
a) Temos Q1M1 = QdD ; Q2M2 = QdD e M1 = Q2M2
b) Temos Q1M1 = QdD ; Q2M2 = QdD ; M1 = QmdMD e Q2M2 = QmdMD
em que MD é a mercadoria que está na base do valor da moeda. A primeira hipótese não tem sentido porque a troca directa entre as duas mercadorias seria a própria negação da existência de um equivalente geral.

reflecte o carácter dominante e determinante da produção e troca de mercadorias.

Embora estes dois aspectos não nos ocupem por agora (o segundo em nenhuma parte do nosso trabalho), porque o primeiro se liga directamente com um dos assuntos que nos merecerá futura atenção (os preços de produção) e porque sobre tal muitas pseudo-interpretações marxistas, ou não, têm surgido, será interessante lembrar esta passagem de Marx:

> "C'est une ambiguïté qui, au lieu de constituer un défaut, est au contraire une des beautés de cette forme, parce qu'elle l'adapte à un système de production ou la règle ne fait loi que par le jeu aveugle des irrégularités qui, en moyenne, se compensent, se paralysent et se détruisent mutuellement"[201].

Analisemos agora a função de padrão de preços, começando por salientar que também para o seu preenchimento não se torna necessária a presença física da moeda (a mercadoria entra na circulação já com um preço) mas que enquanto expressão quantitativa se materializa e ao fazê-lo cria-se o padrão invariável que a circulação exigia mas que o valor não permitia (e daqui outra possibilidade da diferença entre o preço monetário e o preço mercantil a que já fizemos alusão):

> "Une fois supposé le processus par lequel l'or est devenu la mesure des valeurs, et la valeur d'échange le prix, toutes les marchandises ne sont plus dans leurs prix que des quantités d'or figurées de grandeur différente. Sous la forme de ces quantités différentes d'une même chose, l'or, elles s'égalant, se comparent et se mesurent entre elles, et ainsi se développe la nécessité technique [note-se bem, técnica] de les rapporter à une quantité d'or déterminée considérée comme unité de mesure, unité de mesure qui se transforme en étalon, l'unité se divisant en parties aliquotes et celles-ci se subdivisant à leur tour en parties aliquotes. Or des quantités d'or en tant que telles se mesurent par les poids"[202]

mas esta fixação numa determinada quantidade de ouro ou um seu substituto, conjugado com a inevitável intervenção do Estado, conduz ao fraccionamento do espaço de exercício da acção de equivalente geral, a moeda adquire «carácter local e político»[203], o qual só não conduz à negação da essência de equivalente geral porque cada moeda "com as cores nacionais de um país" só o é enquanto parte integrante do conjunto de moedas. Utilizando uma terminologia

201 Em Marx, "Le Capital ... , p. 111/2
202 Em Marx, Contribution ... , p. 44
203 Idem, p. 75

mais correcta, a moeda é um equivalente geral e as suas diversas formas nacionais são TIPOS da moeda (no singular).

Pelo anteriormente afirmado não será difícil deduzir que o

> "prix des marchandises [sont] inversement proportionnels, toutes choses égales d'ailleurs, à la valeur de la monnaie"[204]

Como padrão de preços serve para «contar» e, nessa medida, a moeda surge como UNIDADE DE CONTA.

Analisemos agora a função de MEIO DE CIRCULAÇÃO.

A moeda preenche a função de meio de circulação quando é utilizada na circulação das mercadorias, quando é utilizada na compra e venda das mercadorias. Este processo remete para tudo o que já dissemos sobre o valor e que nos dispensamos de relembrar.

Utilizando uma simbologia que nos será posteriormente bastante útil, diremos que esta função corresponde ao movimento

M (Mercadoria i) D (Moeda) M (mercadoria j)

que

> "en tant que métamorphose totale d'une marchandise, est donc jours en même temps le terme d'une métamorphose totale d'une seconde marchandise et le debout de la métamorphose totale d'une troisième, donc une série sans commencement ni fin"[205]

o que revela que a moeda tem uma dimensão social (passagem sucessiva de umas mãos para as outras como condição da própria realização da função) antes de a ter individual (utilizada para uma dada operação)[206].

A função de meio de circulação é uma consequência da medida de valor (padrão de preços), mas não é só uma manifestação desta: É a garantia prática do funcionamento monetário da moeda enquanto medida de valor.

A função de meio de circulação exige a presença da moeda, mas esta só interessa enquanto intermediária do processo de troca, pelo que não necessita de reflectir uma determinada quantidade de valor. Como diz Marx

> "Le titre et la matière, la substance métallique et le nom monétaire commencent ainsi à se séparer"[207].

---

204 Em Brunhoff, La monnaie chez ..., p. 62

205 Em Marx, "Contribution ... , p. 63

206 Duas observações: a) Este aspecto recoloca com bastante pertinência toda a problemática da dimensão diacrónica do valor, a que apenas fizemos alusão; b) Este aspecto é importante ser retido para tomarmos em consideração quando tratarmos do crédito.

207 Em Marx, "Le Capital ... , p. I 131

Nesta função a moeda torna-se NUMERÁRIO, podendo assumir diversas formas desde a de moeda de ouro desgastada à moeda-papel, desta à nota inconvertível do Estado. Enquanto tal reforça o fraccionamento do equivalente geral atrás referido e dá lugar à existência de diversos tipos de moeda que, por esta função, têm que ter uma existência efectiva e actuante. Reforça as possibilidades de desajustamento entre o preço monetário e o preço mercantil.

Na medida em que esta função pressupõe a de medida do valor, a quantidade de valor da moeda surge como um dado prévio (o que exige a interligação com a função de entesouramento que analisaremos posteriormente) e a circulação apenas faz variar a quantidade de moeda em circulação. Na medida em que não são as mercadorias que circulam porque há moeda (visão individual mistificadora) mas é a moeda que circula porque as mercadorias existem e (inerente à sua existência) circulam, a

> "Somme des prix des marchandises divisée par le nombre des tours des pièces de la même dénomination dans un temps donné = Masse de la monnaie fonctionnant comme instrument de circulation. Cette loi est général»[208].

Lei geral em que os termos da igualdade não são invertíveis e o primeiro surge como determinante do segundo. E esta lei é, como geral, aplicável a todas as formas de moeda (nomeadamente ao numerário) embora as maneiras de se manifestar (muito relacionado com a evolução da função de entesouramento) se modifiquem[209].

O movimento M-D-M pode cindir-se no tempo em

M / (em t)

D M (em t+a)

fazendo com que a moeda em (t+a) preencha a função de MEIO DE PAGAMENTO. Esta função parcialmente derivada da de meio de circulação não se esgota nesta ligação pois interliga-se com o crédito[210] e, consequentemente, com a função de entesouramento.

Analisemos agora, para terminar este percurso pelas funções principais da moeda, a de ENTESOURAMENTO, o que é triplamente importante:

a) porque sem ela não é viável qualquer teorização da moeda;

208 Idem, I 126

209 Não podemos deixar de reconhecer que existem diversas formulações de Marx a este propósito que são ambíguas, nomeadamente na "Contribution ... e nos "Grundiss ... Estamos totalmente de acordo com Brunhoff, quando salienta "Mais l'insufisance des explications données par Marx sur ce point ne doit pas faire perdre de vue la logique de sa conception generale de la monnaie, entièrement opposée a celle de la theorie quantitative" (La Monnaie chez ... , p. 44)

210 Analisaremos este assunto posteriormente.

b) porque é uma função particularmente importante, nomeadamente para a análise de algumas teorias actuais;
c) porque é frequentemente esquecida.

O entesouramento (que, como função, tem que ser encarado no duplo movimento entesouramento-desentesouramento) é a negação da função de meio de circulação, é a sua não efectiva utilização no processo de circulação das mercadorias. Tal como a função de meio de circulação exige a presença física da moeda, mas a passagem de uma função à outra não é um simples movimento automático. Vejamos porquê nos pontos seguintes.

(1) Exige a transformação da própria natureza da coisa-moeda. Como diz Marx

> "L'or s'est d'abord détaché en tant que monnaie du moyen de circulation par le fait que la marchandise interrompait le procès de sa métamorphose et demeurait à l'état de chrysalide d'or"[211]

isto é, o entesouramento faz-se de moeda enquanto equivalente geral, enquanto reflector efectivo de quantidade de valor. Mas este processo de transformação é relativo: o tesouro é de valor, mas está parcialmente integrado no movimento das mercadorias

> "n'est ici en fait que du numéraire latent"[212].

O tipo de transformação inerente ao movimento entesouramento-desentesouramento depende do conteúdo desse entesouramento, podendo assumir duas formas distintas:

— entesouramento como RETIRADA DA CIRCULAÇÃO (das mercadorias);
— entesouramento como constituição de tesouro ou ENTESOURAMENTO PROPRIAMENTE DITO (retirado de qualquer movimento).

É sob esta última forma que a moeda tem que surgir como efectiva representante do valor, ou mesmo valor, nos momentos de não realização das mercadorias, nos períodos de crise.

Recorde-se que a um nível mais concreto entesourar uma moeda é retirar da circulação um (ou vários) tipos de moeda, pelo que o processo de transformação da natureza da moeda passa pela selecção dos tipos de moeda que melhor reflectem o valor e, no caso de uma «falência» colectiva, das mercadorias que fogem a esse processo

211 Em Marx, Contribution ..., p.91
212 Idem, p. 92

(ouro no caso da sua aquisição em barra ser permitido). Deste facto poderemos bastante facilmente deduzir que num processo de enfraquecimento dos diversos tipos de moeda na capacidade de reflectirem o valor, o entesouramento pode gerar um desentesouramento não dirigido para a circulação das mercadorias em geral, mas apenas para aquelas que surgem como substitutas da moeda enquanto equivalente geral. Tal não significa o retorno a formas passadas de valor[213] porque é sempre um movimento parcial e subordinado à forma-dinheiro e porque é a moeda que continua a preencher, através das suas diversas formas, a função de equivalente geral. Mais do que um retorno às formas-valor anteriores é uma incorporação de determinadas mercadorias como QUASE-MOEDA.

(2) O entesouramento é sempre o entrosamento do movimento social das mercadorias e da actuação dos diversos intervenientes no processo económico, o resultado do hiato entre a quantidade de valor das mercadorias e da moeda existentes[214] e da decisão deliberada para impedir a circulação[215]:

> "Pour retenir et conserver le métal précieux en qualité de monnaie, et par suite d'élément de la thésaurisation, il faut qu'on l'empêche de circuler ou de se résoudre comme moyen d'achat en moyen de jouissance"[216].

Enquanto resultado do movimento das mercadorias é um fenómeno essencialmente social (ao nível dos referidos hiatos, dos trabalhos concretos utilizados, da distribuição do rendimento inerente ao processo de produção), mas que também entronca com o comportamento individual quanto às opções de aquisição de diferentes valores de uso. Enquanto resultado de um comportamento individual está sempre relacionado com o movimento das mercadorias, nomeadamente por intermédio do que designamos por quase-equivalentes gerais e pelo crédito.

Este movimento entre numerário/não-numerário e o permanente entrelaçamento do social e do individual na função de entesouramento, o carácter necessariamente monetário da economia capitalista e ainda o carácter essencial desta função, garante

213 Como o pretende Aglietta e Orlean em "Violence ...

214 Ver Pimenta, "Para uma análise ..., p. 41

215 O que remete para a análise das "funções" keynesianas da moeda e os motivos psicológicos conducentes à posse da moeda. Contudo, qualquer aproveitamento conceptual do keynesianismo exige uma reelaboração e integração antes de poder constituir parcela da Economia Politica marxista. Note-se, de passagem, que os conceitos de entesouramento em Marx e keynes são diferentes.

216 Em Marx, "Le capital ... , I 139

da função de medida de valor e, consequentemente das restantes, principais e derivadas:

> "Pour que la masse d'argent courante corresponde toujours au degré ou la sphère de la circulation se trouve saturée, la quantité d'or ou argent qui réellement circule ne doit former qu'une partie du métal précieux existant dans un pays. C'est par la forme trésor de l'argent que cette condition se trouve remplie. Les réservoirs des trésors servent à la fois de canaux de décharge et d'irrigation de façon que les canaux de circulation ne débordent jamais"[217]

revelam bem que a moeda é um factor de DESEQUILÍBRIO[218] e que NÃO É NEUTRA

> "Il en résulte que la monnaie, malgré la caractère secondaire de son importance, n'est pas neutre et ne peut jamais être complètement neutralisée (soit par le développement du crédit ou par la politique monétaire), car elle met en oeuvre certaines décisions privées" [219]

De tudo o que dissemos anteriormente nada permite relacionar a função de entesouramento com a de imobilização do dinheiro, quer pelo duplo movimento entesouramento/desentesouramento que lhe está associado e, é isso que aqui nos interessa particularmente, pelo facto da circulação das mercadorias não ser o único espaço possível de movimento do dinheiro. A moeda é a BASE do crédito, como analisaremos posteriormente, e, por definição, a moeda utilizada, como capital-dinheiro, nos circuitos de crédito, está desligada da função de meio de circulação, por outras palavras, encontra-se na função de entesouramento.[220]

Como dissemos anteriormente a função de MEIO DE PAGAMENTO surgia como função derivada , também o sendo da função de entesouramento. Com efeito esta situa-se a três níveis:

— Derivação da circulação das mercadorias, como interrupção no movimento M-D-M

— Pelo crédito comercial, pois

> "la fréquente répétition de l'achat et de la vente entre les mêmes possesseurs de marchandises (...) Ainsi naît entre les possesseurs de marchandises une relation de créancier a débiteur, qui forme sans doute la base naturelle du système de crédit, mais peut avoir acquis un complet développement avant que ce dernier existe"[221]

---

217 Idem

218 Ver Brunhoff, "L'equilibre ou la monnaie" em Les Rapports ...

219 Em Brunhoff, «La Monnaie chez ... , p. 55

220 Acrescente-se, sem nos preocuparmos para já, que quando relacionada com o crédito a moeda assume a função de MEIO DE FINANCIAMENTO

221 Em Marx, «Contribution ... , p. 106

— Pelo crédito em geral.

A quantidade de moeda preenchendo a função de meio de pagamento que, tal como para o entesouramento, têm que reflectir quantidade de valor, é determinada pelo montante dos pagamentos a realizar, podendo-se dizer de uma forma simplificada (na medida em que ainda não considera totalmente o crédito e o seu carácter de mediador entre a circulação das mercadorias e da moeda) que é determinado pela

> "somme des prix des marchandises aliénées, nom des marchandises a aliéner, comme dans la circulation monétaire simple»[222]

mas tem que se ter em consideração (e, portanto, deduzir) com os movimentos compensatórios que surgem como um novo "filtro" de separação entre as mercadorias, e não só, e a moeda.

No início deste ponto começámos por afirmar que as funções da moeda constituíam um todo que tem uma organização interna resultante da sua articulação. Pensamos que do exposto sobre as funções da moeda ressalta com evidência esta unidade. Porque é medida do valor que é utilizada na circulação das mercadorias e preenche a função de meio de circulação; exigindo-se para tal a possibilidade de retirada da circulação e, portanto, a função de entesouramento. A função de medida de valor não tinha significado, embora sendo prévia, se não levasse à efectividade da troca pelo que a função de meio de circulação consolida a de medida de valor e ao fazê-lo reforça o significado do entesouramento. Por outro lado a função de entesouramento ao regular o confronto de valores da moeda com o das mercadorias é indispensável à de medida de valor e de meio de circulação. Trata-se, efectivamente, de uma unidade que tem a sequência lógica na articulação funcional anteriormente apresentada.

As diversas funções são articuladas e complementares de uma forma contraditória. Existe um conjunto de contradições entre as diversas funções. Penso que a maior parte delas resultam com clareza do que afirmamos anteriormente: contradição entre medida do valor e padrão de preços pela via da mudança/invariabilidade da unidade de medida; contradição entre medida de valor e meio de circulação na dicotomia moeda ideal/moeda real; contradição entre medida de valor e entesouramento na dicotomia desmaterialização/materialização da moeda; contradição entre meio de circulação e entesouramento na dicotomia numerário/equivalente com valor.

222 Idem, p. 107

E isto apenas para nos centrarmos em algumas das contradições, quiçá as mais importantes.

É de salientar, como o fazemos um pouco mais desenvolvidamente no anexo a este capítulo, é que estas contradições entre as funções da moeda são CONTRADIÇÕES INTERNAS da moeda enquanto relação social, determinando o processo de desenvolvimento histórico da própria moeda, de passagem de umas formas a outras, de umas formas de articulação sistemática a outras. São fundamentais porque constituem o elemento permissivo da evolução da moeda que resulta do relacionamento com a esfera da produção das mercadorias e do movimento do crédito.

Dentro destas contradições e deste movimento histórico salientaríamos, como particularmente relevante, a tendência à desmaterialização do sistema monetário que resulta das funções de medida de valor e meio de circulação (dois tipos diferentes de desmaterialização porque aquela não exige a presença física da moeda, porque esta a exige mas pode assumir a forma de numerário; que se completam e reforçam na medida em que podem assumir a mesma forma-coisa), por um lado e a materialização compensatória imposta pelo entesouramento, pela necessidade de o ouro reflectir valor:

> "Selon Marx, le papier-monnaie est de la vraie monnaie, relativement à l'or il est signe d'or, c'est-a-dire que la demonetarisation de l'or remplace par du papier implique une 'monétisation compensatrice, par le rôle que joue l'or indirectement"[223].

### 4.2.1.4.3. Tipos de moeda

O preenchimento da função de equivalente geral (a de contrapor-se a toda e qualquer outra mercadoria) é feito por intermédio de diversas formas de materialização da relação social de produção que é a moeda. É a cada uma destas formas que designamos por tipos de moeda[224].

Falamos em tipos (no plural) porque o fraccionamento (da forma-coisa do equivalente geral) exige a pluralidade o que, aliás, corresponde à realidade histórica. Se olharmos hoje para o sistema monetário nacional encontramos as "moedas" divisionárias, as notas do Banco de Portugal, os depósitos dos bancos comerciais no banco central, os depósitos nos diversos bancos. Se olharmos

223 Em Brunhoff, "La monnaie chez ..., p. 42/3

224 Aqui há que ter em atenção que a linguagem utilizada no conhecimento corrente, que aliás tivemos que reflectir, é enganadora. Coloca a palavra "moeda" no plural em múltiplas situações

para o sistema monetário internacional encontramos ainda as notas dos bancos centrais dos diversos países, as unidades de conta de conjuntos de países, etc. Esta diversidade de tipos de moeda não é apenas uma realidade actual. Sempre existiu, com maior ou menor fraccionamento. Assim, para o período que antecedeu a formação do Banco de Portugal encontramos no nosso País a moeda de ouro nacional, a libra, a moeda de prata, as moedas em outros materiais não preciosos, os bilhetes do Estado, as notas do Banco de Lisboa, as notas dos bancos do Norte, o ouro, etc.

Falamos em tipos de moeda (no singular) porque nenhum destes tipos de moeda preenche por si só as funções inerentes à de equivalente geral. Cada tipo de moeda está condicionado (economico-politico-geograficamente) na sua capacidade de se contrapor às restantes mercadorias. Só o conjunto dos diversos tipos de moeda é capaz de preencher a função de equivalente geral, é capaz de ser moeda.

São possíveis múltiplas classificações dos tipos de moeda. Sem considerarmos que seja superior teoricamente a qualquer outras, ser-nos-á particularmente útil agrupar os diversos tipos de moeda em três: moeda bancária, moeda nacional e moeda internacional.

#### 4.2.1.4.4. Uma precisão do conteúdo da reprodução do equivalente geral

A reprodução do equivalente geral é a permanente renovação da distinção em relação às mercadorias, garantindo a possibilidade de se contrapor a todas elas. A um nível um pouco mais concreto essa permanente distinção é a continuação do preenchimento de todas as suas funções específicas. Subindo ainda mais ao concreto é a continuação da garantia de que os diversos tipos de moeda são convertíveis entre si. Por outras palavras, para a moeda continuar a ser moeda tem de continuar a preencher globalmente as suas funções e isso significa que os diversos tipos de moeda são partes da moeda. É o conjunto de acontecimentos e práticas sociais indispensáveis a esta continuação que constitui a reprodução do equivalente geral, figura central de qualquer estudo diacrónico que tenha que considerar a moeda.

O que dissemos anteriormente sobre as funções e tipos de moeda dispensa-nos de grandes justificações em torno das afirmações contidas no parágrafo anterior. Será, contudo, de dizer algo mais sobre um aspecto. Quando algumas páginas atrás fizemos a primeira

referência a este conceito dissemos que a reprodução do equivalente geral não era um processo inevitável. Ao grau de abstracção a que então nos situávamos tal afirmação poderia ter surgido desprovida de sentido. Agora tal surge com bastante clareza: a) se existem contradições entre as diversas funções, conduzido a movimento contraditórios das próprias formas monetárias, não será de estranhar que surjam sempre possibilidades de ruptura; b) se os diversos tipos de moeda têm diferentes fontes de emissão obedecendo a critérios diversos, diríamos mesmo independentes (independência relativa, claro está), nada garante à partida a sua sistemática adequação. As retiradas de circulação de moedas de metal desgastadas, as falências de bancos e a destruição das respectivas moedas, a não aceitação internacional de algumas moedas nacionais são exemplos de não reprodução do equivalente geral. Sem dúvida que esse processo de não reprodução não é frequente, se o fosse era posta em causa a própria circulação das mercadorias e o próprio capitalismo, mas a ameaça de tal é permanente, agudizada nos períodos de crise monetário-financeira.

E a moeda exige sempre uma intervenção do Estado que assume diversas formas ao longo dos anos (desde a cunhagem de moeda à fixação das taxas de redesconto) pelo que existe uma SOBREDETERMINAÇÃO POLITICA DA MOEDA.

> "Cela ne veut pas dire que l'Etat dirige la monnaie ou se trouve en mesure d'en contrôler la quantité globale et par la (pour ceux qui adoptent la thèse quantitative), la valeur. Non, cela signifie seulement que l'Etat participe nécessairement à la reproduction de l'équivalent général"[225]

Sem entrarmos na distinção entre GESTÃO MONETÁRIA e POLÍTICA MONETÁRIA[226] diremos que esta última assume, nos momentos de crise, uma significativa relevância nos períodos de maior ameaça de ruptura do equivalente geral.

### 4.2.1.4.5. Valor da moeda

Ao longo desta exposição defrontamo-nos frequentemente com o problema do valor da moeda, tendo nós chegado à conclusão que ela tinha que reflectir valor. Enquanto a moeda se materializava no ouro ou na prata ou com ela se relacionava de uma forma mais ou

225 Em Brunhoff, "Etat et ... , 33/4

226 Sobre a distinção entre Gestão Monetária e Política Monetária veja-se, entre outras coisas: Brunhoff, "Política ... , "Introdução" e "Capítulo IV" Brunhoff, Oferta ... , ponto III.2. Brunhoff, "Etat et ... , cap. II

menos directa, o valor da moeda podia sempre ser avaliado pelo valor do metal precioso, mesmo quando existia uma diferença entre o preço monetário (aquele que era estabelecido politicamente, que constava das peças de moeda) e o seu preço mercantil (o que vigorava no mercado). O problema surge, no entanto, à medida que se tem caminhado para a desmaterialização do sistema monetário, a qual levou ao afastamento do ouro[227] do sistema monetário, pelo menos enquanto meio de circulação e padrão de preços.

Quando hoje olhamos para o sistema monetário podemos dizer que a moeda reflecte valor? Sem dúvida nenhuma. Tal é inerente à sua natureza de equivalente geral. Contudo esta resposta[228] é a mais difícil porque, desde logo, coloca o problema de saber como se pode medir esse valor. Sem dúvida que esta segunda é de uma natureza menos essencial que a primeira: passamos da essência para a medição do seu pendor quantitativo, mas nem por isso deixa de colocar sérias dificuldades.

Normalmente são dadas duas respostas:

— O valor da moeda mede-se indirectamente através dos preços das mercadorias.

— O valor da moeda mede-se pelo "preço mercantil" do ouro.

Seja qual for a opção que se fizer há, logo à partida, algumas exigências teóricas a ter em consideração:

a) não se trata de medir o valor de cada tipo de moeda (aliás os seus valores recíprocos ressaltam, mais directa ou indirectamente conforme os tipos e as conjunturas) mas do conjunto dos tipos de moeda, o que exige considerá-los simultaneamente;

b) as dificuldades da quantificação não põem em causa a existência do fenómeno a considerar;

c) As conjunturas e a sobredeterminação política surgem sempre como elementos de perturbação no relacionamento do símbolo de valor com o seu valor, como salienta Brunhoff a propósito de certas moedas nacionais utilizadas nos pagamentos internacionais:

"Se à moeda dominante se podem atribuir certas características da moeda universal, a saber, instrumento de circulação, reserva de valor, meio de pagamento universal, poderá ela representar o papel de ouro moeda mercadoria, ou seja, o do padrão, como pensa Preobrajenski?

227 Não é uma posição unânime. Por exemplo Zarifian (Inflation et Crise...) manifesta-se contra ela.

228 Lipietz em "Terá a verdadeira moeda ... " responde que a moeda que representa um valor-em-processo-de-realização pode desempenhar a função de "verdadeira moeda". Contudo, para alem das críticas que já anteriormente lhe dirigimos será de atender que na análise que faz da moeda considera apenas algumas das funções, as do "mundo exotérico".

> Poderá ela permitir a verificação da lei do valor para as moedas nacionais, a começar por si própria que é também moeda nacional?
> São possíveis duas hipóteses: Primeiro caso: Forte dominação económica do país de moeda dominante; há um mercado nacional de divisas nacionais de sanção fictícia e a reprodução do equivalente geral não se verifica. (...)
> Segundo caso: Fraca dominação; (...) A sanção no mercado mundial, pelo facto da reprodução do equivalente geral não se verificar para esta moeda, consiste em diminuir nominalmente o seu peso de ouro (visto que já não há convertibilidade do dólar em ouro) mas sobretudo desvalorizá-lo relativamente às principais moedas capitalistas"[229].

De entre as duas opções pensamos preferível a segunda já que a primeira tende a cair em alguns círculos viciosos de solução difícil. E a fundamentar a nossa opção estão os factos seguintes:

— Para calcular o valor da moeda no seu conjunto há que considerar em bloco os diversos tipos de moeda nacional no seu confronto com o valor[230] e o ouro, possuindo um mercado mundial relativamente unificado (pelo menos desde 1968/71 e, até então, havia a convertibilidade do dólar) está em condições de faze-lo

— Se o ouro foi afastado das funções de meio de circulação e meio de pagamentos internacionais não foi integralmente afastado do sistema monetário internacional, continuando a preencher um conjunto de funções no seu interior (reservas dos bancos centrais, por exemplo) e exterior (a evolução do mercado do ouro está bastante relacionado com a situação do sistema monetário);

— Se hoje não existe uma convertibilidade garantida politicamente e existem interferências várias no funcionamento do mercados nacionais e mundial do ouro (desde as conjunturas especulativas à proibição de compra e venda de ouro) tal não impede que no mercado a moeda se continue a confrontar com o ouro a existência de um "ágio" sempre foi um fenómeno efectivo, mesmo quando o ouro circulava em peças monetárias ou as notas eram convertíveis.

Já em artigo anterior abordava sinteticamente esta questão dizendo então que

> "Se é certo que a partir de determinada fase histórica a moeda de papel deixou de ser convertível em ouro, mais precisamente, deixou de haver a possibilidade legal de cada seu possuidor a trocar por ouro, não é

229 Em Brunhoff, "Política monetária ... , p. 64

230 Mesmo que optássemos pelos preços ter-se-iam que considerar os preços das mercadorias com um mercado mundial relativamente unificado.

> menos verdade que continua a ser possível saber qual é a quantidade de ouro que uma determinada quantidade de moeda de papel é capaz de adquirir. A convertibilidade legal foi substituída pela convertibilidade teórica, substituição esta que implica, pelo menos a impossibilidade prática de uma conversão total da moeda de papel em ouro. A passagem de um tipo ao outro de convertibilidade é o primeiro passo de uma evolução do grau de inconvertibilidade prática limitada: da possibilidade dos bancos centrais converterem dólares em ouro[231] (desde os acordos de Bretton Wood em 1944 até 1968-71: período de inflação a um número) à impossibilidade dessa convertibilidade e funcionamento do mercado livre do ouro (a que há simultaneidade com a inflação a dois números)"[232]

Reconhecemos que mesmo a opção que fizemos coloca múltiplos e complexos problemas, tanto maiores quanto nos aproximamos do concreto. Gostaríamos, contudo, de expressar aqui uma questão que para a teorização do hiato é particularmente relevante: se com o sistema monetário actualmente existente surgem estas dificuldades para medir o valor da moeda num determinado momento, numa análise temporal torna-se mais fácil verificar a existência de um aumento ou uma diminuição (determinar o sentido do movimento) do valor da moeda. Veremos isso a propósito da pseudo-validação social das mercadorias em ponto posterior.

#### 4.2.1.4.6. Moeda e capitalismo

O estudo da moeda em capitalismo será feito simultaneamente com o do movimento do capital. O que aqui dizemos funciona como uma mera introdução e como uma reflexão muito localizada.

De uma forma genérica podemos afirmar que tudo o que até agora se disse sobre a moeda tem total aplicação à sua existência em capitalismo, embora assumindo formas específicas. Uma das muitas especificidades, a única que aqui referiremos, é a de que a moeda fica então ligada a dois movimentos diferentes:

[1] M - D - M
[2] D - M - D

Enquanto no primeiro o movimento é gerado pelo facto dos valores de uso da mercadoria de início e da mercadoria final terem valores de uso diferentes, no segundo o movimento é gerado pela diferença quantitativa do valor da moeda no início e no fim. No

231 Para só falar no período recente.
232 Em Pimenta, "Para uma análise ... , p. 42.

primeiro caso é um movimento de valores e no segundo de valores integrados num processo de valorização (capital). Como veremos com mais detalhe posteriormente, mas é, desde já, visível, os dois movimentos podem interligar-se, constituindo um movimento único que mais não é que a relação de ambos.

Mas, mais do que esta análise, o que aqui, a propósito da moeda, salientamos, é que enquanto no primeiro caso o movimento da moeda é determinado por uma produção PASSADA de mercadorias, no segundo é para gerar (determinado por) uma produção FUTURA de mercadorias.

Nesse duplo movimento está a semente do movimento do sistema monetário: do padrão-ouro ao padrão-divisa, da moeda-ouro à moeda-crédito, do "currency principle" ao "banking principle", etc.

#### 4.2.1.4.7. Questões polemicas

Três questões são hoje muito debatidas:

— Qual a relação entre a "economia real" (de preços relativos) e a "economia monetária" (de preços absolutos) ?

— Qual o papel da moeda em relação ao equilíbrio dos mercados?

— Há ou não neutralidade da moeda?

A resposta a estas questões já foi dada ao longo das diversas páginas anteriores, por vezes mesmo de forma explícita, pelo que não será interessante retornar ao tema, a não ser para não deixar questões em aberto. Sinteticamente:

— Não é viável falar em "economia real" e "economia monetária" porque a economia actual, e não só, é necessariamente monetária (o que significa que "economia real" seria quando muito uma criação teórica sem aderência à realidade e elaborada posteriormente à "economia monetária", os preços relativos surgiriam só através da prévia existência de preços absolutos).

— A moeda está sempre ligada ao desequilíbrio.

— A moeda nunca é neutra.

### 4.2.1.5. Lei do valor

Formular agora a lei do valor não é acrescentar nada de novo ao que já foi anteriormente dito. É apenas resumir, sintetizar, captar os

elementos essenciais. E ela pode ser enunciada como a lei económica da produção mercantil segundo a qual a produção e a troca de mercadorias se efectuam na base da quantidade de trabalho socialmente necessário nelas incorporado.

Apenas gostaríamos de chamar a atenção para três aspectos:

— É uma lei que se refere ao funcionamento global da economia
— É uma lei da produção mercantil (a lei fundamental) pelo que tem integral aplicação em capitalismo, independentemente da forma que assuma.
— Esta articulação leva a que se definam os limites de formulação e actuação da lei fundamental do capitalismo.

### 4.2.2. Movimento do capital

Tendo começado por estudar o valor com uma elevada abstracção, produção mercantil, começaremos neste ponto a aproximarmo-nos dos concreto, considerando exclusivamente a sociedade capitalista, o movimento do capital. Movimento porque é o valor nas suas passagens de umas formas às outras, em processos de concorrência múltipla, nas manifestações de complementaridade e ruptura entre os diversos capitais individuais. Movimento simultaneamente diacrónico e sincrónico, mas que será analisado ora numa dimensão, ora noutra, ora em ambas simultaneamente. É um estudo que aproxima o concreto pensado do concreto real, mas que continua a ser uma simplificação do concreto. Movimento que é permitido pelas contradições internas da mercadoria e do valor, é a sua expressão. Do capital porque agora o valor está inserido num processo de valorização, de criação de novo valor.

A análise que se segue refere-se especificamente ao CAPITALISMO.

Também aqui não vamos fazer uma análise completa de todos os aspectos. Centrar-nos-emos nos que são relevantes para a nossa "teoria do hiato". Por isso começaremos por ocuparmo-nos do movimento global do capital e das leis da acumulação (natureza e ciclo do capital, leis da acumulação) para de seguida nos embrenharmos na problemática dos preços e salários em capitalismo (taxa média de lucro, preços de produção e mercado e primeiras considerações sobre o preço de monopólio) e do crédito (ligação ao movimento do capital, natureza, banca, articulação com a moeda e inserção no movimento global) e, para terminar, referiremos as continuidades

e ruptura do movimento global do capital, isto é, os esquemas de reprodução e as crises, merecendo estas maior atenção.

#### 4.2.2.1. Movimento global e leis da acumulação

Neste subponto começaremos por precisar o que se deve entender por capital. Depois descreveremos o seu movimento e, finalmente, referiremos as leis da acumulação, centrando-nos nas problemáticas da composição orgânica do capital, tendência ao decrescimento da taxa de lucro e concentração e centralização do capital.

##### 4.2.2.1.1. Natureza do capital

Já anteriormente fizemos referência que em capitalismo o movimento típico do valor é da forma

D - M - D

que, dada a identidade de valores de uso no início e no fim do movimento, só adquire significado se a quantidade de valor no fim for maior que no início, o que também era válido se considerássemos o movimento numa forma ainda mais reduzida (D - D). Então temos

D - M - D' (D' > D)

que só pode ser concordante com a lei do valor se essa diferença no início e no fim do processo resultar dum acto de produção que incorpora, necessariamente, um processo de trabalho: só o trabalho cria valor e na circulação há uma troca de quantidades de valor iguais. Como em capitalismo o trabalho é sempre a realização do valor de uso da força de trabalho o referido movimento de valor é indissociável da circulação da mercadoria força de trabalho.

Ao nível do movimento de cada uma das fracções do capital, como veremos, é possível considerar a inexistência de um processo de produção (caso do capital financeiro, na terminologia de Marx, o capital bancário, ou o capital portador de juro) mas tal possibilidade radica-se, também ela, numa autonomia relativa de fracções do capital que continuam a exigir a existência de um processo de produção. Por outras palavras, a análise do movimento anteriormente apresentado e a exigência de um processo de produção é uma realidade que assume a sua plenitude quando se considera o movimento global do valor em capitalismo e, consequentemente, é nesse âmbito de globalidade que, em primeiro lugar, adquirem significado os conceitos que integram o referido movimento, a saber:

— Os valores que integram o referido movimento, independentemente das formas que assumem, têm a particularidade de serem elementos de um processo de criação de mais valor, de serem valores num processo de valorização. Esses valores apresentam assim uma determinada forma específica, que designaremos por CAPITAL. Assim sendo, tal como em relação ao valor, o capital é essencialmente uma relação social de produção que unifica pelo seu movimento a relação no interior de cada produtor independente (relação entre o proprietário dos meios de produção e o proprietário da força de trabalho)com a relação entre diferentes produtores independentes (relação entre produtores de diferentes valores de uso). Cada uma das partes do movimento são a própria relação entre produção e troca: a primeira partindo da troca (em que os capitalistas surgem como compradores e os assalariados como vendedores) para a produção (realização do valor de uso da força de trabalho, consumo produtivo) e a segunda da produção (produção de valor) para a troca (venda de valor de uso). O capital é uma relação social de produção que encontra a sua especificidade, na existência e circulação da mercadoria força de trabalho.

— A diferença D'-D para o conjunto da economia é a MAIS-VALIA, expressão quantitativa do processo de valorização. Resultando do processo de produção realizado num quadro social em que

> "L'ouvrier travail sous le contrôle du capitaliste auquel son travail appartient (...) En second lieu, le produit est la propriété du capitaliste et non du producteur immédiat, du travailleur"[233]

radica-se na independência entre o valor da força de trabalho e o valor criado pela realização do seu valor de uso e no facto de, com o grau de desenvolvimento das forças produtivas existentes em capitalismo. Logo este último valor ser sempre superior ao primeiro. Logo essa diferença de valor, esse sobretrabalho realizado num tempo excedentário em relação a um tempo necessário para produzir uma quantidade de valor igual à quantidade de valor da força de trabalho, é apropriada pelo capitalista[234]. A mais-valia surge como a

233 Em Marx, Le Capital ... , I 187

234 É frequente dizer-se que a mais-valia resulta de "trabalho não pago". Essa forma de a apresentar causa-nos alguns incómodos. Em primeiro lugar porque o pagamento é um acto do processo de troca, ou com ele directamente relacionado, e o que na troca se transacciona não é o trabalho mas a força de trabalho. Em segundo porque associa-se moralmente a "roubo" o que nada tem que ver com a exploração, que, para existir, pressupõe uma troca de equivalentes. Em terceiro lugar, e em complemento da razão anterior, porque pode levar a subentender-se a possibilidade do seu fim em capitalismo, o que seria profundamente errado.

> quantificação de valor inerente à relação no interior de cada produtor independente e à apropriação privada dos meios de produção. Insistimos, relação quantificada que só adquire total significado quando considerada para o conjunto da economia. Qualquer fracção deste pressupõe já a existência de um processo de distribuição (e redistribuição) que faz a essência (mais-valia, valor novo criado na articulação produção/troca) surgir numa das suas expressões fenomenológicas (mais-valia APROPRIADA: lucro industrial, lucro comercial, renda, juro, podendo-se ainda considerar subdivisões mais concretas). Sem dúvida que podemos fazer simplificações de exposição considerando a mais-valia num determinado SECTOR (conjunto de capitais que produzem mercadorias com um mesmo valor de uso) ou região, mesmo numa empresa, mas nunca poderemos esquecer que se trata de uma simplificação do real e que tem sempre que ser encarada como produção (e apropriação) de uma parte da mais-valia global. Assim como o valor é uma categoria que adquire primeiramente significado no conjunto de relações sociais, assim como o capital é a unificação das diversas relações de produção entre produtores independentes, também a mais-valia é antes de mais uma categoria referente à globalidade do económico (fraccionada pela apropriação).

Assim capital, força de trabalho e mais-valia são os três elementos de uma única e mesma relação, são as três expressões de uma mesma realidade. Contudo, essa unidade relacional não deve fazer esquecer a existência de uma certa estrutura interna, de um único encadeamento lógico conceptual, que encontra a sua sequência fundamentada na existência de dois momentos no relacionamento entre capitalista e assalariado:

> "Dans tous ses textes économiques importants Les Grundisse, Le Capital, les Theorien Marx met en relief, explicitement ou implicitement, les deux moments de l'échange entre le capital et le travail.
>
> Dans le très important chapitre des Grundrisse sur le capital, il insiste particulièrement sur ces deux aspects: 'Si nous considérons l'échange entre le capital et le travail, on constate qu'il se scinde en deux procès qui ne sont pas uniquement formellement distincts, mais qui sont également différents, voire même opposés:
>
> 1. Le travailleur échange sa marchandise, le travail, la valeur d'usage qui, en tant que marchandise, a également un prix, contre une somme déterminée de valeurs d'échange, contre une somme déterminée d'argent que le capital lui cède. 2. Le capitaliste reçoit en échange le travail

> lui-même, c'est-a-dire le travail comme activité valorisante, comme travail productif; autrement dit, il reçoit en échange la force productive qui conserve et multiplie le capital (...)
>
> Dans le premier livre du Capital, ces deux moments sont discutés dans deux sections différentes. Le premier trouve sa place dans la deuxième section, ou une troisième partie (qui dans les éditions françaises constitue un chapitre a part) est consacrée à l'achat et la vente de la force de travail; le second moment est analyse dans le premier chapitre de la troisième section, qui s'intitule, dans les éditions françaises: "La production de valeurs d'usage et la production de la plus-value" et dans l'édition allemande: 'Procès de travail et procès de valorisation"[235]

Significa isto que o valor da força de trabalho, a sua quantificação, é uma categoria prévia à determinação da mais-valia, realidade que nenhuma formulação matemática com jogos de passagem de variáveis do primeiro para o segundo membro, ou vice-versa, pode encobrir. A compra da força de trabalho e a apropriação da mais-valia integram o processo de distribuição em que convergem as leis objectivas do económico e a luta de classes (a própria intervenção desta é uma manifestação das leis objectivas). As primeiras manifestam-se nas contradições da mercadoria, nas leis de determinação da quantidade de valor e do processo de troca, incluindo da força de trabalho. A segunda emerge da sobredeterminação política do valor e da força de trabalho e da circulação da força de trabalho ser entre duas classes diferentes e objectivamente antagónicas. Convergência de duas forças que estão, logo à partida, relacionadas pela articulação contraditória entre forças produtivas e relações de produção, por um lado, e entre estrutura e superestrurura, por outro.

Estas duas vertentes da mais-valia manifestam-se nos mecanismos de fixação da massa de mais-valia a um determinado nível e na variação da taxa de mais-valia, como expressão específica da taxa de exploração.

Assim a fixação da mais-valia a um determinado nível resulta do trabalhador ter que trabalhar para o capitalista um determinado tempo cronológico com uma determinada intensidade, isto é, de ter que trabalhar um determinado tempo económico que é superior ao ao incorporado na sua força de trabalho (MAIS-VALIA ABSOLUTA) cuja produtividade que permite que o valor da força de trabalho seja inferior ao valor das mercadorias produzidas pela sua utilização (MAIS-VALIA RELATIVA). Estes dois aspectos fazem parte

235 Em Nagels, Travail Productif ... , p. 212/3 No primeiro texto de Marx que é citado continua a existir uma confusão terminológica (que ao nível dos conceitos começa a dissipar-se) entre força de trabalho e trabalho.

do mesmo processo que constitui a mais-valia e coexistem sempre, mas a importância que cada um tem para a fixação da mais-valia a um nível diferente depende da economia e da fase histórica em que se encontra[236].

A TAXA DE MAIS-VALIA é a expressão quantificada da distribuição de valor entre os proprietários do capital (proprietários do valor que se insere no processo de valorização D - M - D' já referido) e os possuidores da força de trabalho (proprietários de um valor que se insere no processo de circulação M - D - M também já analisado), entre capitalistas e assalariados. A sua quantificação faz-se pela razão entre a massa de mais-valia apropriada pelos capitalistas e o valor da força de trabalho, ou, se quisermos reportarmo-nos ao mesmo momento do processo de valorização, entre a quantidade de TRABALHO NECESSÁRIO e a quantidade de TRABALHO SUPLEMENTAR. Tal como o conceito de mais-valia, esta taxa só tem significado para o conjunto da economia[237]. A luta pela sua alteração passa pela variação do trabalho necessário e do trabalho suplementar ou só de um deles, partindo a iniciativa de uma ou ambas as classes intervenientes.

Quando definimos a taxa de mais-valia estamos a abstrair-nos do tempo que decorre entre o momento em que se verifica D e o outro em que se manifesta D', mas tal não é indiferente para a prossecução da luta pela distribuição. De facto, para o possuidor do capital não é indiferente D resultar de um processo de produção anterior ou de uma acumulação prévia, sendo este aspecto relevante para os mecanismos de crédito. Assim quanto menor for o tempo que medeie entre D e D' menor é a quantidade de capital que tem inicialmente que avançar (e se no processo de produção só interviesse o trabalho talvez nem precisasse de nenhum capital avançado se a ROTAÇÃO do capital fosse muito grande, visto a força de trabalho nunca dar lugar a um pagamento no acto da sua transacção). Fixado um determinado período de tempo, por exemplo um ano, para o capital é relevante relacionar a quantidade de valor da força de trabalho comprada no momento inicial com a massa total de mais-valia produzida (e apropriada já que para o conjunto da economia não há diferença quantitativa) durante o ano, relação que designamos de TAXA ANUAL DE MAIS-VALIA. É relevante para o proprietário

236 Nestas considerações, que tomam como referência o "tempo de trabalho" e não o "valor", admitimos a hipótese simplificadora de que o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma determinada mercadoria em geral e da força de trabalho, mercadoria específica, são iguais.

237 Para diferenças entre taxa de mais-valia e taxa de exploração vejam-se as nossas considerações em "Notas sobre a evolução ... "

dos meios de produção e também o é para os trabalhadores porque a variação da velocidade de rotação do capital é em parte coincidentes com os mecanismos da mais-valia absoluta.

A taxa anual de mais-valia é quantitativamente igual à taxa de mais-valia vezes o número de rotações do capital variável. Quanto às variações, há aspectos de harmonização, o que resulta da quantificação e do anteriormente afirmado, mas também focos de antagonismo e conflito, o que é a expressão da não neutralidade da velocidade de rotação do capital: uma parte dos mecanismo de aumento da rotação do capital, nomeadamente do tempo de circulação, provoca alterações no próprio valor da força de trabalho (ex. publicidade, turnos).

A luta económico-social em torno da taxa de mais-valia (está fora do horizonte da nossa análise a luta pelo fim da própria mais-valia) manifesta-se no conjunto da economia mas tem a sua expressão em áreas fraccionadas por múltiplos critérios, permitindo alterações da apropriação do valor diferentes de sector para sector (para só considerar este fraccionamento). Obviamente que este aspecto mais próximo do concreto tem que estar presente, e só mostra a unidade objectiva das classes sociais em presença, mas tal não invalida que quando estamos ao nível relativamente abstracto da produção de mais-valia tenhamos que considerar a globalidade do económico. Quando passamos desta para a realidade de cada sector defrontamo-nos de imediato, como vimos, com a distribuição de valor entre os diversos produtores independentes, resultantes das diferenças entre os tempos de trabalho necessários para produzir cada mercadoria em cada produtor e o tempo de trabalho socialmente necessário. O que é importante nesta análise de cada produtor independente é que a quantidade de mais-valia produzida é maior nos que têm um tempo de trabalho individual superior ao socialmente necessário mas são os que se encontram na situação inversa que se apropriam da maior parte (a que vulgarmente, até utilizando a terminologia de Marx, é designado por mais-valia extra) desse valor. A concorrência I faz parte do conceito de mais-valia (que engloba a mais-valia relativa determinada por essas alterações de produtividade) em articulação com a relação entre capitalistas e assalariados. As relações capitalista *versus* assalariado e capitalista *versus* capitalista surgem integradas no mesmo processo influenciando-se mutuamente, o que, aliás, não é mais do que uma expressão da articulação produção/distribuição/circulação[238].

238 Na terminologia de alguns autores marxistas actuais trata-se da relação entre "relação salarial" e "relação concorrencial". Embora consideremos que estes conceitos têm algumas potencialidades,

E como diz Marx

"Le but de la production capitaliste est ce surplus et non pas le produit. Le temps de travail nécessaire de l'ouvrier, et par la son équivalant dans le produit qui sert à le payer, n'est nécessaire que tant qu'il produit du travail supplémentaire»[239]

podendo-se designar esta formulação por LEI DA MAIS-VALIA. Expressa que o objectivo do capital é assegurar a apropriação da maior quantidade possível de mais-valia, para o que intervém a acção de cada uma das suas fracções e a sua globalidade, num movimento que tem que ver com todas as esferas do económico. Apropriação que pressupõe criação.

#### 4.2.2.1.2. Ciclo do capital

Em tudo o que dissemos anteriormente se deduz que o movimento D - M - D' tem uma contextura interna muito preenchida. Na medida em que dissemos que a diferença entre as quantidades de valor inicial e final não pode resultar senão de um processo de produção temos (D - ...P... - M - D'). Se atendermos a que a produção exige trabalho e meios de produção e que para o capitalista ter trabalho tem que adquirir força de trabalho temos (D - M (Ft+Mp) ...P ... M - D'). Finalmente atendendo a que na troca não se cria valor temos o movimento descrito da seguinte forma:

$$D - M \left| \begin{matrix} Ft \\ \\ Mp \end{matrix} \right. \quad ...P... \; M' - D'$$

que descreve o movimento global do capital tal como o observávamos. A este movimento de conjunto designamos por CICLO do capital. Apresenta um certa VELOCIDADE de rotação, que é medida pelo tempo cronológico que medeia entre D e D', rotação que tem que ser encarada para o conjunto do capital envolvido e não só para cada uma das suas parcelas.

O ciclo do capital pode ser apresentado de diversas formas tendo cada uma delas a vantagem de salientar um determinado aspecto do movimento do capital, mas aqui bastar-nos-á reter esta, pois tem a

o seu frequente uso para denegrir categorias e relações fundamentais do marxismo leva-nos a não utilizar esta terminologia. Só o poderíamos fazer com segurança após uma longa análise crítica.

239 Em Marx, "Theories ... I 237

vantagem de reflectir o movimento global e colocar no inicio e no fim D e D', o que nos será útil para o estudo do crédito.

Contudo analisemos um pouco mais a parte final. Se compararmos M' com M ou D' com D verificamos, como dissemos, que existe uma diferença que corresponde à mais-valia. Assim

$$D - M \begin{vmatrix} Ft \\ \\ Mp \end{vmatrix} \ldots P \ldots \begin{vmatrix} Mmv \\ + \\ M \end{vmatrix} - \begin{vmatrix} Dmv \\ + \\ D \end{vmatrix}$$

Se o ciclo do capital seguinte cujo D inicial foi gerado pelo ciclo anterior não englobar Dmv estamos numa situação de REPRODUÇÃO SIMPLES. Se englobar uma parte ou a totalidade de Dmv existe ACUMULAÇÃO (utilização de uma parte da mais-valia anteriormente criada no processo de produção) e estamos numa situação de REPRODUÇÃO ALARGADA.

Em todas as fases do ciclo do capital há capital, mas este vai assumindo sucessivamente diferentes formas (que num corte sincrónico revelar-se-ia como a sobreposição, em cada momento, de todas as formas de fracções do capital):

(1) na passagem da circulação para a produção, e reciprocamente, assume as formas de CAPITAL-DINHEIRO, de CAPITAL PRODUTIVO e de CAPITAL MERCADORIA, três formas que possuem conteúdos diferenciados. Enquanto a primeira e a última têm uma contextura interna simples (corresponde a uma única forma de valor) a segunda apresenta uma estrutura interna diversificada resultante da estrutura do processo de produção, já analisado.

O capital-dinheiro é um valor que tem uma dupla natureza: é dinheiro e é capital.

Porque é dinheiro permite adquirir as mercadorias necessárias ao processo de produção, pode ser guardado para utilização futura, para aumento do D inicial, e, também, cristalizar o valor das mercadorias produzidas na forma universal de valor e, por isso, é capital.

Porque é capital esse dinheiro é um momento da criação de mais-valia. O dinheiro surge como condição permissiva da existência de capital, mas este é que molda a sua função social. Interligação semelhante revela-se no capital-mercadoria.

(2) No capital produtivo que, contrariamente aos anteriores, é um processo de transformação (os outros são de metamorfoseamento de forma), há que considerar a utilização da força de trabalho, a realização de trabalho, por um lado e a utilização

dos meios de produção, por outro. Já encontrámos esta dicotomia quando considerámos o trabalho morto e o trabalho vivo. Por um lado temos um processo de criação de valor independente do valor da mercadoria transformada (e por isso falamos de CAPITAL VARIÁVEL) e, por outro, uma transferência de valor já anteriormente criado, um processo em que a quantidade de valor final corresponde ao inicial (e por isso falamos de CAPITAL CONSTANTE). Esta dicotomia do capital produtivo em variável e constante é essencial porque se foca na origem do valor.

A relação, em termos de quantidades de valores de uso, da força de trabalho e dos meios de produção, exprime a existência de uma determinado desenvolvimento das forças produtivas (número de máquinas por homem) embora não seja elemento suficiente para a sua caracterização. Reflecte a ESTRUTURA TÉCNICA DO CAPITAL, cuja sua expressão em valor é a relação entre o capital constante e o capital variável (avançados), designada por COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL.

(3) Se encararmos o capital produtivo enquanto à rotação, podemos dividi-lo em capital FIXO e CIRCULANTE. Se num único processo produtivo se realizar a rotação integral do seu valor estamos perante o capital circulante. No caso de, participando por inteiro, só transferir uma parte do seu valor num processo de produção, continuando a possuir um valor de uso autónomo e diferenciado, estamos perante o capital fixo.

Esta diferença entre fixo e circulante apenas tem que ver com a forma como uma determinada parcela do capital produtivo "transfere" o seu valor ao produto. É alheia ao valor de uso e tem que ver com o seu posicionamento no processo de transformação, grau de complexidade deste e diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção. A transferência parcial de valor no caso do capital fixo (resultante do desgaste físico e da obsolescência).

Enquanto a divisão em constante e variável, ligada à origem do valor, ao trabalho abstracto, adquire particular significado para o movimento global do capital, não esquecendo a sua dimensão individual, esta última dicotomia está mais relacionada com as características específicas de cada processo de produção, sem contudo, esquecer a dimensão global[240].

O ciclo do capital global é uma aglutinação contraditória de ciclos do capital parcial. Aglutinação porque o valor do capital social é a soma dos valores dos capitais parciais (para simplificar

240 Coloca problemas e definições de que agora não nos ocuparemos

chamemos-lhes individuais). É contraditória porque os diversos capitais individuais estão em concorrência entre si, têm tempos de rotação diferentes e momentos desfasados para cada uma das fases. Esta situação, juntamente com o facto de cada fase do ciclo ter as suas características próprias, torna possível (e a maximização da mais-valia exige-o) a autonomização de fracções do capital, a sua especialização em determinadas operações, em determinadas fases e formas de valor. Assim o movimento anterior pode-se decompor em

D' - D autonomização na circulação do capital-dinheiro de uns ciclos do capital para outros;

M' - D' autonomização da circulação do capital-mercadoria e seu metamorfoseamento em capital-dinheiro (que antecedeu historicamente o capital produtivo, aspecto que não analisaremos)

M...P...M' autonomização do processo produtivo

permitindo acelerar a rotação do capital e diminuir os seus custos de circulação.

A primeira fracção do capital dá lugar ao capital BANCÁRIO[241].

A segunda ao capital COMERCIAL.

A terceira ao capital INDUSTRIAL.

Pelo que dissemos até agora torna-se fácil compreender que, apesar da indissolúvel unidade destas diversas parcelas o seu núcleo fundamental é o capital industrial, tornando-se agora mais claro que, mesmo os movimentos isolados do capital da forma (D-M-D') ou (D-D') exigem o processo de produção.

A propósito da taxa anual de mais-valia, distinguimos entre montante de capital avançado e montante de capital que circula. Esta diferença reaparece agora. Quando consideramos um determinado período temos uma determinada quantidade de capital avançado, uma determinada quantidade de capital que circula e uma determinada massa de mais-valia criada. Para cada capital individual temos uma massa de mais-valia que é criada e uma massa de mais-valia que é apropriada[242].

Para o capitalista o que surge, fenomenologicamente, é que:

— se apropria de uma determinada quantidade de mais-valia (à mais-valia apropriada chamamos LUCRO)

241 Na terminologia de Marx essa fracção da capital especializada em D' - D é capital FINANCEIRO. Contudo, depois de Lenine tal termo passou a ter um outro significado na literatura marxista (= entrelaçamento [fusão para outros] entre o capital BANCÁRIO e o capital industrial). Assim o que Marx designava por financeiro passou a designar-se por bancário.

242 Não entrando com os capitais autónomos

— essa apropriação esta relacionada com uma determinada quantidade de CAPITAL AVANÇADO
— desse capital avançado há em cada processo de produção uma determinada rotação, conduzindo aos CUSTOS DE PRODUÇÃO.

Em relação a estas categorias fenomenológicas há que fazer alguns comentários:

1) Existe um relacionamento estreito entre estes conceitos, que são os considerados pelo capitalista, e os abstractos anteriormente apresentados. O lucro é a expressão na esfera da circulação da mais-valia apropriada:

"Le profit, tel qu'il se présente à nous d'abord, est donc la même chose que la plus-value: il en est simplement une forme mystifiée, qui n'ait cependant nécessairement du mode de production capitaliste"[243].

O capital avançado, sem decomposição das suas parcelas, é a expressão fenomenológica da unidade dos processos de relação capitalista *versus* assalariado e capitalista *versus* capitalista. Decompô-lo atendendo à sua contribuição para a produtividade ,resulta da concorrência ser o elemento mais evidente na circulação/distribuição. Da indiferenciação da origem do valor resulta, de imediato, a unificação de C+V no custo de produção de cada mercadoria. Da unidade da relação produção/troca e do facto de esta ocupar o ultimo momento, exactamente quando a distribuição do valor se manifesta no processo de apropriação, faz com que

"L'excédent de valeur ou plus-value, réalisé lors de la vente de la marchandise apparaît au capitaliste comme un excédent du prix de vente sur la valeur, et non comme un excédent de la valeur sur le coût de production, de sorte que pour lui la plus-value contenue dans la marchandise ne se réalise pas par la vente mais naît de la vente elle-même."[244]

2) Estas categorias fenomenológicas não surgem, pois, desligadas, com um movimento autónomo, em relação às categorias metafenomenológicas anteriormente consideradas. São uma sua expressão. A teoria do valor permite explicar cientificamente estas categorias (interpretar os conceitos do conhecimento corrente nos do conhecimento científico) e interpretar, também cientificamente, o carácter mistificador que apresentam. O facto dos «agentes» económicos lidarem com determinados conceitos e a teoria do valor permitir interpretá-los e mostrar a sua

243 Marx, Le capital ... VI-56
244 Idem, VI 57

natureza mistificada e, simultaneamente, mostrar que a teoria tem em conta o concreto mas que não fica presa as sua formas fortuitas.

O que nos interessa aqui e agora reter é que para o capitalista a eficiência da sua actividade surge expressa no rácio da quantidade de mais-valia apropriada, da quantidade de lucro, em relação à quantidade de valor avançado, cabendo neste, quando muito, uma distinção entre fixo e circulante:

> "Le taux de profit indique au contraire que ce excédent se comporte d'une manière identique envers des portions de capital de même grandeur, ce dernier se présentant, de ce point de vue, absolument aucune autre différence interne que celle qui sépare le capital fixe et circulant. Et cette différence même n'apparaît que parce que l'excédent est calculé de deux manières. Premièrement comme simple grandeur: ce qui excède le coût de production. Dans ce premier mode de calcul, le capital circulant tout entier antre dans le coût de production, tandis que du capital fixe il n'y entre que l'usure. En outre, en second lieu, on calcule le rapport de cet excédent de valeur à la valeur totale du capital avancé. Ici entre en ligne de compte la valeur de tout le capital fixe et celle du capital circulant"[245]

A TAXA DE LUCRO referente a um determinado período (para simplificar, um ano) surgiria, no estrito sentido de como os possuidores do capital a encaram, como

$$Tl = Lc / (Cf + Cc)_{av}$$ [246]

mas uma tal representação encerraria a sua quantificação e caracterização no mundo das aparências. Assim é preferível, e necessário para a continuação da pesquisa científica, apresentá-la do seguinte modo

$$Tl = Mv / (C + V)_{av}$$ [247]

sendo Mv apropriada durante um determinado período e C e V os capitais constante e variável, respectivamente.

Aqui e agora a taxa de lucro interessa-nos essencialmente como conceito, não havendo grandes preocupações de quantificação, mas talvez seja útil desde já lembrar que quantitativamente pode ser apresentada sob diversas formulações matemáticas, todas elas indicando que o primeiro membro da equação depende conceptualmente do segundo. É particularmente útil teórica e praticamente considerar

245 Idem, VI 66

246 Lc = Lucro, Cf = Capital Fixo e Cc = Capital Circulante. av = avançado

247 Mv = Mais-valia, C = Capital constante, V = Capital variável

Tl = Tam / (K + 1)

sendo Tam a taxa anual de mais-valia, e K a composição orgânica do capital, o que nos exprime que o montante da taxa de lucro (seja a que nível de globalidade ou fraccionamento do capital for) depende do grau de exploração dos trabalhadores e da estrutura técnica do capital.

Para terminarmos este ponto lembremos a propósito do ciclo do capital que diversos autores anteriores e posteriores a Marx, referem, a este propósito, a existência de um problema monetário: «donde vem o dinheiro necessário para monetarizar a mais-valia?». Este problema é um falso problema, como o salienta Brunhoff

> «Le problème du financement de la plus-value n'existe pas comme problème monétaire ou financier. En effet, si l'on demande d'ou vient l'argent nécessaire pour 'monnayer la plus-value', il faut aussi se demander d'ou vient l'argent qui sert a financier l'achat de M au point de départ du cycle A-M. En généralisant ainsi le problème, on le supprime»[248]

Numa resposta mais de pormenor temos que ter em conta diversos factores:

a) a «produção» de moeda tem uma relativa autonomia em relação à produção de mercadorias, como vimos;

b) as funções de meio de circulação e de entesouramento coexistem sempre;

c) a diferença entre o capital avançado e o que entra em cada rotação faz com que a quantidade de capital-dinheiro no início do movimento possa ser maior que no fim de cada rotação;

d) uma mesma quantidade de dinheiro pode ser utilizada para volumes diferentes de trocas, alterando-se a sua rotação;

e) entre os diversos ciclos do capital individual existem diferenças temporais na passagem de umas formas de valor a outras, a que corresponde sempre libertações/ocupações de capital-dinheiro;

f) Os mecanismos de crédito adequam circulações monetárias às necessidades futuras.

Dispensamo-nos de apresentar outros. O que por detrás de uma tal questão se encobre, é uma incompreensão da natureza do sistema monetário.

Sem dúvida que podemos ter uma ruptura no metamorfoseamento do valor, uma não passagem de capital-mercadoria a capital-dinheiro[249], mas tal não se deve à inexistência de moeda mas sim ao

248 Em Brunhoff, "La monnaie chez ... , p. 82

249 Veremos este assunto quando tratarmos das crises.

seu entesouramento o qual, por sua vez remete para o movimento global do capital. E mais uma vez encontramos a não neutralidade da moeda.

#### 4.2.2.1.3. Leis da acumulação

Já sabemos o que devemos entender por acumulação, movimento específico do capital e, essencialmente, da mais-valia, expressão da lei da mais-valia e, consequentemente, da lei do valor em capitalismo. A acumulação realiza-se, pois, no quadro de relações sociais de produção, na sua multidimensionalidade, as quais não são meramente exteriores e enquadradoras, mas antes interiores ao próprio movimento de acumulação.

As LEIS da acumulação são as tendências do movimento do capital resultantes daquela ou, por outras palavras, as tendências de movimento sincrónico e diacrónico do valor num processo de valorização resultante do funcionamento da lei do valor em capitalismo.

Marx, no título do capítulo XXV de "O Capital" fala de "Lei Geral da Acumulação Capitalista". Tal significa, correctamente, que as diversas tendências do movimento do capital constituem um todo, estão interligadas entre si, são expressões particulares de um mesmo fenómeno. Estamos de acordo com esse entendimento, particularmente relevante quando as tendências se desenham macrotemporalmente, mas também é verdade que entre aquelas surgem desfasamentos temporais e espaciais, podendo-se falar de uma autonomia relativa de cada uma delas. Por isso preferimos falar no plural, até porque nesta exposição englobamos tendências que são descritas noutras partes de O Capital.

As leis que nos parecem fundamentais são as seguintes:

— tendência ao aumento da composição orgânica do capital
— crescimento desigual das diversas fracções do capital
— produção de um exército industrial de reserva
— concentração e centralização do capital.

Nesta nossa analise vamos ocupar-nos exclusivamente da primeira e quarta[250].

250 Sobre o exército industrial de reserva ver os nossos trabalhos sobre a curva de Phillips

#### 4.2.2.1.3.1. Tendência ao aumento da composição orgânica do capital

Esta lei, como todas as leis da acumulação, descrevem tendências, que só se manifestam num movimento desigual conforme a fracção do capital e o período histórico analisado, num quadro de manifestação sistemática de contratendências. Assim sendo, a análise desta lei não pode ser feita pela observação estatística da realidade fenomenológica, o que exigiria uma "descodificação de conceitos" que também seria teórica e uma linearidade do movimento que não existe.

A composição orgânica do capital só tem sentido para o capital produtivo e, por isso mesmo, esta tendência ao aumento da composição orgânica do capital só tem significado para o capital industrial, mais especificamente para o capital produtivo, facto que se tem que ter sempre presente.

A tendência ao aumento da composição orgânica do capital, do peso do capital constante em relação ao capital variável ($dC/dV > 0$) é acompanhada por um aumento da importância do capital fixo (necessariamente constante) em relação ao capital constante circulante.

Como sabemos o primeiro rácio decompõe o capital, a relação social, nas duas componentes diferentes quanto à criação de valor, de mais-valia, enquanto o segundo tem a ver com a circulação do valor durante o processo produtivo. Contudo, ambos os aumentos têm a mesma origem:

— O desenvolvimento das forças produtivas, em relação antagónica com as relações sociais de produção, cria as condições para a utilização em maior escala de instrumentos de trabalho com crescente capacidade de transformação da natureza, assim como de mercadorias anteriormente produzidas a partir desta e, como sabemos, no quadro do movimento do capital esses instrumentos de trabalho são dominantemente capital constante fixo assim como a natureza humanizada é frequentemente capital constante circulante;

— As relações de produção capitalistas possuem núcleos vitais que podem permitir a expansão dos referidos rácios:
  . a relação entre capitalistas e assalariados nos dois momentos anteriormente descritos manifesta-se pela taxa de mais-valia e o aumento desta passa também, e dominantemente em largos períodos, pela mais-valia relativa, o que exige aumentar

a produtividade, primeiramente no sector produtor de bens de consumo e, de seguida, no sector produtor de meios de produção;

. a apropriação individual da mais-valia interliga-se com a concorrência I, que tem que ver com diferentes produtividades e estruturas técnicas do capital individual;

. como veremos posteriormente, a concorrência II (entre capitalistas produtores de valores de uso diferentes) faz com que sejam os sectores de maior composição orgânica do capital aqueles que usufruem de um maior diferencial positivo entre os preços de produção (conceito que nos merecerá a maior atenção em ponto seguinte) e o valor. Além disso, na pluralidade de taxas de lucro sectoriais -- expressão sincrónica mais concreta da lei geral e diacrónica, da formação da taxa média de lucro -- as que se mantêm mais elevadas, mais estáveis e duradoiras ,são as dos sectores que apresentam maiores "barreiras de entrada", que incluem o desenvolvimento tecnológico e o capital avançado necessário.

Os aumentos de produtividade resultantes do aumento destes dois rácios conduz a uma diminuição do valor da força de trabalho e dos meios de produção e, desde que actue mais intensamente nestes ,gera uma contra-tendência na evolução dos referidos rácios. A contra-tendência é confirmação da tendência, não da sua negação.

E o que podemos dizer sobre a constatação estatística?

Quase todos os autores que têm tratado estes aspectos estarão de acordo que

> "Si en el siglo XIX se marco una firme tendência al aumento de la composición de valor del capital tanto en la industria manufacturera como en el conjunto de la economía nacional de EEUU en el siglo XX se impuso la tendencia a la estabilidad y, en ocasiones, incluso al descenso de dicho índice"[251]

Contudo há que ter em atenção que essa própria estabilidade em grandes períodos resulta da manifestação de tendências e contra-tendências em períodos mais curtos e

> "Seria, sin embargo, incorrecto absolutizar el hecho de la estabilización de la composición orgánica del capital en el siglo XX y no tener en cuenta que detrás de el se ocultan procesos complejos y contradictorios. Ante todo, en una serie de ramas económicas de EEUU, en este siglo, prosiguió un incremento casi continuo de la composición orgánica del capital, debito a la enorme economía de trabajo vivo (agri-

251 Em Inozemtsev (Aavv), "Economia Politica ... , p. 390

> cultura, minería, etc.). Es todavía mas importante tomar en consideración lo seguiente. Uno de los factores decisivos que provocaron un viraje en la tendecia del cambio de la composición organica del capital en EEUU fue esa forma de economía en el capital constante que es la reducción del peso de sus elementos pasivos (construcciones y instalaciones). En consecuencia entre el valor de la parte activa del capital productivo equipos y los salarios se significo en las principales ramas de la production material de los EEUU hasta el último tiempo por cierto incremento"[252]

Na Europa a destruição do aparelho produtivo pelas duas guerras deste século levou, certamente, a uma dinâmica mais intensa do crescimento da composição orgânica, mas não temos dados sobre tal.

Uma consequência desta tendência de aumento da composição orgânica do capital é a de decrescimento da taxa de lucro, o que é uma das questões mais polémicas.

Comecemos por considerar a formulação de Marx:

> "Si l'on admet en outre que cette modification graduelle dans la composition du capital ne se produit pas seulement dans les sphères de production isolées, mais qu'on la retrouve plus au moins dans toutes, ou du moins dans les sphères-clés de la production, qu'elle implique donc des modifications dans la composition organique moyenne de l'ensemble du capital d'une société déterminée, il faut bien que cet accroissement progressif du capital constant par rapport au capital variable ait nécessairement pour résultat une baisse graduelle du taux de profit général, le taux de la plus-value ou encore le degré d'exploitation du travail par le capital restant les mêmes"[253]

que remete para a manifestação do fenómeno no conjunto da economia.

Com a hipótese simplificadora da constância da taxa de mais-valia e admitida a realidade da tendência ao aumento da composição orgânica do capital a LEI DA TENDÊNCIA AO DECRESCIMENTO DA TAXA DE LUCRO verifica-se inevitavelmente, independentemente das outras hipóteses adicionais que se coloquem. A crítica que lhe tem sido dirigida situa-se, essencialmente a dois níveis:

— não verificação da tendência de aumento da composição orgânica do capital

— irrealismo da hipótese de constância da taxa de mais-valia (e ainda mais da taxa anual de mais-valia).

252 Idem, 394/395

253 Em Marx, Le capital ... , VI 226

A análise pormenorizada destas posições, desde Robinson a Morishima, passando por Sweezy e Baran exigiria quase outra tese, até porque em torno deste problema entroncam diversas questões teóricas, mas gostaríamos de acrescentar as seguintes observações críticas:

— Em relação à não verificação da tendência de aumento da composição orgânica, gostaríamos de acrescentar que a concepção, cara a Baran e Sweezy, de que em capitalismo monopolista o aumento da composição orgânica do capital é para substituir máquinas por máquinas e não homens por máquinas, nem corresponde integralmente à realidade, embora esta estivesse encoberta por uma relativa prosperidade capitalista no período depois da segunda grande guerra até meados dos anos 60[254], e não nega o aumento do peso relativo do capital constante.

— Em relação à segunda crítica estamos de acordo com ela, como estamos certos que o Marx também estaria, mas tal não nega a tendência ao decrescimento da taxa de lucro como o demonstra José, Martins que a partir da formulação da taxa de lucro da seguinte forma

$$p' = m''/(q'' + (1-m''))$$[255]

afirma que

> «Se ensaiarmos valores, podemos confirmar sem dificuldade que seja qual for o nível e variação da taxa de mais-valia, a subida não limitada da composição orgânica implica uma convergência uniforme da taxa de lucro para 0»[256].

Aliás, independentemente das formulações matemáticas mais ou menos elaboradas, é fundamental termos presente dois factos:

— a nível individual o aumento da composição orgânica do capital pode trazer, normalmente traz, um aumento da mais-valia apropriada e, portanto, um aumento da taxa de mais-valia; o capitalista só estará disposto a esses aumentos do capital constante se esperar um aumento da taxa de lucro individual. Contudo, tal não se processa da mesma forma para o conjunto do capital social. Existe uma contradição entre a taxa de lucro individual e as taxas de lucro social. A luta pelo aumento da primeira conduz à diminuição da segunda.

254 O livro "Capitalismo Monopolista" de Baran e Sweezy foi escrito em 1966

255 $m''= mv/(v+mv)$ e $q''=c/(v+mv)$

256 Em José, "A lei da queda tendencial ... , EC 48. Temos dúvidas sobre a definição de composição orgânica do capital apresentada pelo autor.

— a mais-valia resulta só e exclusivamente do capital variável e, portanto, a diminuição deste na estrutura técnica do capital conduz a uma diminuição absoluta ou a uma diminuição do ritmo de crescimento. É certo que os movimentos de valor também podem alterar esta evolução, funcionar como contratendências, mas não anula a tendência dominante, nomeadamente macro-temporal.

A concepção de Baran de que
"o excedente tende a elevar-se tanto absolutamente como relativamente, à medida que o sistema se desenvolve"[257]

está ligada à concepção de que os monopólios (ou "oligopólios") podem fixar o preço que entenderem, o que não é correcto, como veremos, embora a imposição de determinados preços dentro de determinados limites objectivamente condicionados, possa funcionar como contratendência. Aliás as CONTRATENDÊNCIAS manifestam-se sempre, fazendo parte integrante do próprio carácter tendencial da lei (que não resulta só disso):

"Para Marx o problema a equacionar de mais difícil solução não era o da queda da taxa de lucro mas sim o da queda menos significativa ou menos rápida do que seria previsível esperar como resultado da análise de aspectos centrais do processo social de produção capitalista nomeadamente o progresso contínuo da produtividade social do trabalho e, em especial, a utilização de enorme e crescente massa de capital fixo. A solução encontrada para aquele problema traduziu-se na identificação de diversos factores de influência contrária à da queda da taxa de lucro que entravam e até suprimem o efeito daquela queda como lei absoluta e lhe conferem apenas o cariz de lei tendencial"[258]

havendo outros autores que chegam a centrar no grau de realização das contratendência o essencial do movimento da lei:

"A descida da taxa de lucro será assim a consequência necessária do aumento das dificuldades à acção plena das contratendências, dado o desequilíbrio crescente entre a produção e as possibilidades da sua realização, que caracteriza o desenvolvimento do processo de acumulação"[259]

Recorde-se que as contratendências referidas por Marx são o aumento do grau de exploração do trabalho, a redução do salário abaixo do seu valor, ambos tendentes a aumentar a taxa de mais-valia, a baixa de preço dos elementos do capital constante, a

257 Em Baran, Capitalismo ... , p. 79
258 Em José, " A lei ... , p. 12
259 De texto dactilografado de Mendonça sobre este tema

superpopulação relativa, o comércio externo e o aumento do capital por acções. Estas contratendências podem ter maior ou menor peso, conforme a época histórica a que nos reportamos, e outras se lhe podem juntar, entre as quais salientaríamos a intervenção do Estado:

> "Les monopoles utilisent l'Etat avec tout son arsenal de régulation et de contrôle pour s'opposer à la tendance à la diminution du taux moyen de profit"[260]

Ainda sobre esta lei -- cuja importância não é tão grande como a que lhe é atribuída por alguns dos seus críticos, pois o fim do capitalismo não é o resultado do esgotamento da lucratividade mas da luta de classes -- diríamos apenas que este movimento tendencial da taxa de lucro identifica-se com o próprio andamento conjuntural da taxa de lucro (só há uma taxa de lucro para o conjunto da economia e todos os fenómenos reflectem-se nela).

Para terminarmos este ponto, chamamos a atenção para o facto das alterações na estrutura técnica do capital se relacionarem com alterações na LUTA DE CLASSES, consequência das modificações introduzidas na relação entre capitalistas e assalariados nos dois momentos do processo: no da troca, com a reprodução do fraccionamento do mercado de trabalho.

> «Os elementos principais que caracterizam as condições de valorização do capital, de há um século a esta parte, referem-se às condições de produção/reprodução de um duplo mercado de trabalho com: uma mão de obra relativamente qualificada, capaz de negociar taxas de salários bastante elevadas, mas que representam uma fracção cada vez mais limitada do conjunto das forças de trabalho; e por outro lado uma mão-de-obra não qualificada (constituída originalmente a partir dos modos de produção pré-capitalista) que se adquire a baixo, ou muito baixo, preço»[261]

e na sua organização dentro da empresa: qualificação/desqualificação, fraccionamento/aglutinação de funções, etc. Neste último aspecto[262] a introdução e generalização de novos métodos de organização do trabalho (taylorismo, fordismo e neofordismo) veio introduzir significativas diferenças no relacionamento dos trabalhadores dentro da empresa, na sua aproximação ou distanciamento, nas condições de trabalho e impactos sobre a sua situação psicofisiológica, provocando alterações nas reivindicações dos trabalhadores e na sua organização e capacidade de acção.

260 Em Tcheprakov, "Capitalisme ... , p. 297

261 Em Palloix, "O Processo de ... , p. 167

262 Sobre este assunto ver o referido artigo de Palloix

Se seria incorrecto explicar integralmente as alterações na luta de classes a partir da estrutura técnica do capital, não o seria menos desprezar tal contexto, que mostra que aquela não pode ser encarada como algo exterior às contradições e dinâmica do económico, embora mantenha sempre uma certa autonomia.

#### 4.2.2.1.3.2. Concentração e centralização do capital

A problemática da concentração e centralização do capital é apresentada por Marx conjuntamente com o aumento da composição orgânica do capital, mas pode ser entendida com uma certa autonomia. Assim, por exemplo, alguns autores[263] relacionam também a concentração com as economias de escala.

A concentração e a centralização são realidades diferentes. A primeira é o resultado da acumulação de parte da mais-valia enquanto que a segunda é a junção de capitais previamente existentes. Os dois fenómenos estão intimamente ligados, mas é a concentração que impulsiona a centralização[264].

A evidência com que esta lei se tem manifestado em capitalismo, sob diversas formas (na parte final do século passado e início deste através da integração horizontal, a partir dos anos 20 através da integração vertical e a partir dos anos 60 da diversificação), com especificidades regionais, dispensam demonstrações muitos pormenorizadas. Aliás a própria lei, no plano teórico, apresenta-se também com grande clareza. Basta aqui lembrar, como salienta Lenine[265], que esse processo de concentração e centralização abrange todos os sectores fundamentais, desde a produção das principais matérias-primas aos circuitos comerciais e à banca. Centrada nas grandes metrópoles imperialistas espalha-se por todo o mundo capitalista num partilha/repartilha colonial e neocolonial, estende a sua acção a toda a sociedade:

> "Le monopole, quand il s'est formé et brassé des milliards, pénètre impérieusement dans tous les domaines de la vie sociale, indépendamment du régime politique et de toutes autres 'contingences'"[266].

O que nos parece particularmente interessante a este propósito, servindo de prelúdio para a problemática dos preços de monopólio que trataremos em ponto seguinte, é tentarmos precisar um pouco

263 Ver Inozemtsev, N. (Aavv), "Economia Politica ...
264 Ver Pimenta, "Economia Portuguesa ... , p. 34/35
265 Ver Lenine, "L'Imperialisme ...
266 Em Lenine, "L'Imperialisme ... p. 256

mais a configuração do monopólio e do tipo de concorrência que lhe está, ou não, associada.

Marx ao enunciar a lei da concentração e centralização do capital tem clara consciência de que o capitalismo tenderia a evoluir no sentido da formação de grandes empresas[267], mas raramente trata o assunto e quando o faz tem mais em atenção o que designa por MONOPÓLIO NATURAL "c'est-a-dire qui résultent du mode de production capitaliste lui-même"[268]. Hilferding e, posteriormente, Lenine serão os primeiros grandes teorizadores dos monopólios e do capitalismo monopolista. Contudo nas obras deste último, e nomeadamente na que trata mais sistematicamente do problema[269], não apresenta uma caracterização dos monopólios enquanto estruturas. Analisa o processo, refere um enorme manancial de informação e um conjunto de elementos importantes para a caracterização dos monopólios, mas não diz rigorosamente o que se deve entender por tal, o que aliás está na base de uma frequente falta de tratamento do assunto por parte dos marxistas ou, noutros casos, da apresentação de definições deficientes nos planos lógico e económico[270]. Esse deve ser o primeiro caminho a percorrer por nós, começando por servir-nos das próprias indicações fornecidas por Lenine:

— O monopólio é o resultado de um processo de concentração do capital exigindo que este já tenha atingido um certo grau de desenvolvimento; a centralização reforça essa tendência.

— O monopólio é frequentemente associado com a grande empresa, embora os limites mínimos da sua classificação, analisados através de indicadores da produção e da circulação, não sejam escla-

267 Também por isso seria errado considerar que Marx descreve ou analisa só a situação de livre concorrência

268 Em Marx, "Le Capital ... VI 211

269 Obviamente referimo-nos a "L'Imperialisme ...

270 Em Llano, (El imperialismo: capitalismo ... ), por exemplo, afirma-se:
"Los monopolios son grandes empresas o la union, mediante acuerdos, de empresas que concentran en sus manos tal parte en la production y venta de una o varias mercancias que les permite imponer precios monopolistas y obtener altas ganancias en forma continuada" (p. 49)
o que leva a definir monopolio a través do preço de monopólio que só existe porque há monopólio. O elemento definidor principal pressupõe o definido.
Em Borisov (Aavv) ("Diccionário ...) define-se monopólio capitalista como
"convenio, union o agrupacion de capitalistas que concentran en sus manos una gran parte de la produccion y de la venta de mercancías con el fin de asegurarse elevadas ganancias monopolistas" (p. 155)
o que leva à mesma incorrecção. A concepções de preço de monopólio e de lucro de monopólio impuseram-se de tal forma na literatura marxista (não necessariamente na Economia Política) que lhe deu um estatuto autónomo. Autonomia que foi conquistada à custa de uma perca de espírito crítico, de reflexão face aos textos de Marx e Engels, profusamente citados, e de adequação às novas realidades históricas do capitalismo.

recidos; surge ligada à ideia de domínio na esfera económica em que actua, sem tal querer dizer exclusividade.

— O monopólio tem que ver com sectores de actividade, combinações de sectores, países.

— Frequentemente tem um notável equipamento técnico embora outros factores da sua actividade permitam que os monopólios actuem no plano económico para entravar artificialmente o progresso técnico.

— É a negação da concorrência.

— É um reforço importante da socialização da produção.

— O "gestor" tem uma visão de conjunto do funcionamento da economia, não actua em total obscuridade em relação ao mercado, às fontes de matérias-primas, aos transportes, aos circuitos financeiros; através do capital financeiro tem um conhecimento da situação de muitas outras empresas.

— É propriedade privada, com a apropriação privada da produção.

— Actua sobre os preços.

— Agrava a anarquia da produção ("le monopole crée dans certaines industries augmente et agrave le chaos inhérent à l'ensemble de la production capitaliste"[271]) aumentando a intensidade das crises.

— Estende-se ao capital bancário havendo entre este e o capital industrial um entrelaçamento.

— Está associado, em termos de dinâmica económica global, à exportação de capitais:

> "Ce qui caractérisait l'ancien capitalisme, ou régnait la libre concurrence, c'etait l'exportation des marchandises. Ce que caractérise le capitalisme actuel, ou règnent les monopoles, c'est l'exportation des capitaux"[272]

Nesta listagem de elementos caracterizadores do monopólio existem alguns que são complementares entre si (ex. resultado da concentração do capital e continuar a ser propriedade privada; ser grande empresa com importante domínio sobre a produção e troca e o aumento da socialização) outros surgem numa aparente contradição se alguns dos termos não forem convenientemente precisados (ex. negação da concorrência pode surgir como incompatível com a continuação da anarquia da produção se não tivermos em conta

271 Em Lenine, L'Imperialisme ..., p. 226
272 Idem, p. 260

que se trata da negação de certas formas da concorrência existente até então e que

> «En même temps, les monopoles n'éliminent pas la libre concurrence dont ils sont issus; ils existent au-dessus et à coté d'elle, engendrant ainsi des contradictions, des frictions, des conflits particulièrement aigus et violents»[273]

reforçando-se, simultaneamente, o crescimento desigual), outros surgem pouco convincentes para adquirirem a validade de característica geral (ex. a retracção do crescimento técnico embora se reconheça que aquela é limitada e que nunca o capitalismo conheceu um desenvolvimento tão acelerado) e outros surgem como secundários (ex. localização económica) ou inadequados para uma caracterização genérica do MONOPÓLIO, embora indispensáveis para descrever o ambiente economico-social global em que se insere, ou para o estudo da economia mundial (ex. exportação de capitais).

E que dizer sobre a influência dos monopólios sobre os preços? Embora tal venha a ser matéria de tratamento posterior poderemos desde já adiantar que nos trabalhos de Lenine tal ocupa um lugar secundário na caracterização do monopólio e que, quando muito, surge ligado ao fenómeno de um certo domínio sobre o sector e a realidade envolvente.

Continuando a dissecar estes elementos, facilmente se conclui que mais do que a dimensão da empresa e a sua importância num determinado espaço da sua actividade é importante a unificação num mesmo capital, a unificação numa única gestão, de diversas empresas situadas em múltiplas esferas de actividade. Por outro lado, não é possível estabelecer uma meta quantitativa a partir da qual uma determinada empresa num sector específico, para só falar nesta situação mais simples, pode ser considerada como um monopólio. Tal depende do desenvolvimento das forças produtivas, do sector de que se trata, da sua inserção, ou não, numa gestão única mais vasta[274]. Além disso, se uma empresa tem um número reduzido de trabalhadores ou um valor acrescentado sectorial reduzido, mas consegue ter um relativo domínio sobre as condições envolventes, situação pouco normal mas possível, ela pode ser considerada um monopólio.

Da conjugação de todos estes dados se concluiria que três elementos surgem como particularmente importantes para a caracterização

273 Idem, p. 286/7

274 Recorde-se a tendência recente do grande capital para evitar a constituição de grandes unidades produtivas e do fraccionamento da produção e troca traduzir-se frequentemente em fraccionamento empresarial

dos monopólios, diferentes dos monopólios naturais de que falava Marx:

1) É o resultado do movimento do capital, da concentração e centralização sob diversas formas. Manifesta-se em variados espaços económicos e em múltiplas esferas da produção, distribuição e circulação;

2) O entrelaçamento do capital bancário e do capital industrial, designado por Lenine de capital financeiro, constitui o seu núcleo decisivo;

3) Existe uma gestão unificada das diversas parcelas integradoras do capital monopolista que garante, por razões internas e externas, um relativo domínio sobre as condições envolventes do exercício de actividade de cada unidade situada na produção, troca ou circulação.

Estes três elementos estão profundamente interligados, o que não nega a existência de factores de separação entre eles.

Para avançarmos mais na compreensão da natureza dos monopólios será necessário abordar a outra questão a que anteriormente nos propusemos, a concorrência verificada quando existem e dominam os monopólios, mas antes gostaríamos de referir mais alguns pontos sobre o relativo domínio das condições envolventes.

Dizemos que o domínio parcial sobre as relações envolventes é determinado por condições internas devido ao peso que a empresa pode ter no sector, pelas relações dela com outras a montante e a jusante, pelas informações que lhe são fornecidas pelo capital financeiro em que se insere:

> "Mieux peut-être que de longs développements, ces simples chiffres montrent comment la concentration des capitaux et l'accroissement des opérations bancaires modifient radicalement le rôle joué par les banques. Les capitalistes épars finissent par ne former qu'un seul capitaliste collectif. En tenant le compte courant de plusieurs capitalistes, la banque semble ne se livrer qu'a des opérations purement techniques, uniquement subsidiaires Mais quand ces opérations prennent une extension formidable, il en résulte qu'une poignée de monopolistes se subordonne les opérations commerciales et industrielles de la société capitaliste tout entière; elle peut, grâce aux liaisons bancaires, grâce aux comptes courants et à d'autres opérations financières, connaître tout d'abord exactement la situation de tels ou tels capitalistes, puis les contrôler, agir sur eux en élargissant ou en restreignant, en facilitant ou en entravant le crédit, et enfin déterminer entièrement leur sort, déterminer les revenus de leurs entreprises, les priver de capi-

taux, ou leur permettre d'accroître rapidement le leur dans d'énormes proportions"[275]

Para tal também influem condições externas como a existência de acordos entre monopólios, relações entre estes e o Estado, acesso privilegiado à informação..

Esse domínio parcial sobre as condições envolventes, nomeadamente sobre a situação previsível do seu mercado, é parte integrante da lei do valor, como vimos pela articulação entre «salto no conhecido»/»salto no desconhecido», não se podendo, pois, inferir nem que tal leve à negação da lei do valor, posição raramente assumida entre os marxistas, apesar de fazerem análises que quase o pressupõe, nem ao desaparecimento das contradições internas do capitalismo, por vezes admitido no reconhecimento de uma sua relativa interiorização monopolista[276].

Como afirma Delilez

"Le fonctionnement d'une affaire, sa rentabilité dépend donc non seulement des conditions internes d'exploitation (relations capital-travail, organisation, gestion interne, modifications de l'appareil de production) mais des relations externes qui tendent à se combiner en un système unique (relations de marché, crédit, financement). De ce point de vue, le capital financier n'apparaît au niveau des entreprises que comme un cadre extérieur, contraignant certes, mais s'imposant, en quelque sorte, du dehors"[277]

e

«L'intériorisation des contradictions entre les capitaux, loin de l'atténuer, accuse au contraire le caractère anarchique du système capitaliste»[278]

O poder dos monopólios tem sempre relatividade:

"However, this kind of economics and social power, derived from the control over many production processes, masses of workers, means of production and over large financial resources, does not necessarily mean power over all markets in which they operate. It is a power production relations more than over exchange relations. Therefore it seems necessary to distinguish 'monopoly power' from the 'power of large units of capital', which is not defined in relation to market structure, but more in terms of the notion of a unit of capital" [279]

275 Em Lenine, "L'Imperialisme ..., p. 232/233

276 Sobre a noção de interiorização ver Delilez, "Les monopoles ... , p. 133. A "teoria da regulação" considera que os monopólios interirizam a contradição fundamental do capitalismo e através da sua gestão resolvem-na (atenuam-na).

277 Em Delilez, "Les Monopoles ... p. 170/1

278 Idem, p. 176/7

279 Em Semmler, "Competition Monopoly, and Differential of Profit Rates: Theoretical ... , p. 49

Esse domínio parcial das condições envolventes do contexto empresarial está particularmente relacionada com as BARREIRAS DE ENTRADA. Quer dizer, quando se procura identificar os monopólios com um conjunto de fenómenos da vida económica (rácios de concentração, barreiras de entrada, despesas de publicidade, economias de escala medidas pelo mínimo de eficiência, custos de crédito, matérias-primas e patentes, montante bruto de investimento, custos absolutos, diferenciação de produtos), barreiras existentes (investimentos nos custos de venda, despesas de investigação e desenvolvimento, eficiência mínima de escala, exigências de capital), acordos empresariais e, finalmente, condições de produção e utilização das mercadorias (rácio capital/output, produtividade, custo unitário em salário) verifica-se que aquele que mais se relaciona com o referido domínio é a existência de barreiras de entrada, como o demonstra Semmler que, num muito cuidadoso e aprofundado estudo, acaba por concluir[280]:

> "concentration and entry barriers can lead to two temporary consequences: a decrease of market competition within (and/or among) industries and a rise of market prices above prices of production. However, entry barriers are also exit barriers, a decreasing number of firms within an industry does not necessarily entail a declain competition, and the increasing immobility of physical capital may be accompanied by an increasing mobility of money capital. Monopoly profit seems to be related to special conditions and cases; however, in the long-run it is threatened by self-expansion and competition from other capitals"[281].

> "the smaller dispersion of the profit rates of big corporations in comparison with small firms is only an expression of the fact that the profit rates of the big firms are much closer to the average rate of profit. whereas the profit rates of the small firms fluctuate much more around the average rate of profit (...) different rates of profit among firms is not necessarily a sign of monopoly power"[282]

> "empirical finding often reveal a strong correlation between concentration entry barriers and mark-up (...) Nevertheless, significant positive results are not equivalent to differential of profit rates due to concentration and entry barriers"[283] [Pode reflectir racios de capital/output ou composição organica do capital diferentes]. "Thus we can conclure that empirical observations about differents mark-ups in co-called

280 Apesar da extensão da transcrição a sua grande importância parece justificá-lo. Estamos a considerar a taxa de lucro como indicador, e só isso, desse domínio.

281 Em Semmler, "Competition, Monopoly and differential profit rates a reconsideration ... , 750

282 Idem p. 751

283 Idem

> oligopolized and non-oligopolized industies and different changes in mark-ups in the long-run or in the course of the business cycle do not confirm increasing market power of profit rates in so-called oligopolized sector"[284]
>
> Administered prices, mark-up pricing and target rate-of-return pricing do not result merely from a decreasing number of firms in an industry"[285].

Feita esta primeira abordagem sobre a natureza dos monopólios, que levou aqui e ali a antecipar alguns pontos em relação ao que diremos sobre os preços de monopólio, convém precisar alguma coisa sobre a CONCORRÊNCIA MONOPOLISTA ou, forma da concorrência inerente à existência de monopólios.

Quer se considere a concorrência I ou II (referindo-se a segunda à existência de um espaço de actuação de cada unidade de capital entre sectores, um relacionamento entre unidades de capital afectas à produção de capital-mercadorias com valores de uso diferentes) tem-se que ter sempre presente, como já vimos a propósito da primeira,

> "competition is related not only to the circulation of commodities but also to production, realization and distribution of the economic surplus (to the surplus value in the Marxian theory)"[286]

Assim sendo, a existência de uma concorrência é condição necessária à efectivação da lei do valor. Se afirmamos que a lei do valor continua a funcionar (e a própria emergência de monopólios é uma sua manifestação) então somos obrigados a admitir que continua a existir uma concorrência mesmo quando existem monopólios. E descendo desse nível de abstracção rumo ao concreto, e dando à concorrência o significado que lhe é atribuído pelo conhecimento corrente que reflecte parcial e deformadamente a realidade, verificamos continuarem a existir diversas formas de concorrência:

— entre os monopólios e as restantes empresas que com eles se encontram no mesmo sector de actividade (já referimos a propósito de Lenine),
— entre monopólios actuando no mesmo ramo de actividade, quer em relação a outras empresas monopolistas já existentes (cujas relações podem passar por acordos) quer às que poderão vir a existir (as barreiras de entrada são sempre relativas:

284 Idem p. 752
285 Idem
286 Idem p. 741

> "Certes, un monopole, en régime capitaliste, ne peut jamais supprimer complètement et pour très longtemps la concurrence sur le marché mondial (c'est la, entre autres choses, une des raisons qui fait apparaître l'absurdité de la théorie de l'ultra-impérialisme»[287]

Este aspecto da concorrência esteve durante décadas encoberto, mas a passagem de câmbios fixos a flutuantes (ligado a um fraccionamento do mercado mundial), a reorganização neocoloniaslista e a crise, que sob diversas formas se vem manifestando desde 1968 até ao nossos dias, vieram mostrar, com uma nova evidência, a continuação da concorrência entre empresas monopolistas. Não basta observar a evolução nos últimos anos da concorrência entre empresas do sector automóvel?

— entre empresas de sectores diferentes mas com as mesmas necessidades de matérias-primas, energia ou de tecnologia.

E convirá termos sempre presente que Marx

> "refuse et dépasse l'opposition entre concurrence et monopole. Observant les premières manifestations de la concentration, il affirme que 'le monopole produit la concurrence; la concurrence produit le monopole' (...) monopole et concurrence ne peuvent s'appréhender en dehors d'une analyse de l'évolution à long terme des structures"[288]

o que está ligado a uma certa concepção de concorrência que nos parece mais globalizante e concordante com a teoria do valor-trabalho[289].

Mesmo os autores que consideram que o essencial da fase monopolista é a existência de acordos e a fixação de preços pela liderança de algumas empresas são obrigados a reconhecer que a solidez de tais medidas depende do grau de concentração da procura, das diferenças territoriais, das diferenciações na produção, das barreiras de entrada, da estrutura de custos, da elasticidade da procura, da dinâmica do desenvolvimento, etc.

É certo que a continuação da existência da concorrência implica necessariamente uma modificação de aspectos da sua manifestação. Autores defendem

> "... las grandes compañías monopolistas. Estas prefieren responder a las oscilaciones breves de la demanda no con una modificación de precios, sino con un cambio en el nivel de utilización. Por eso, a diferencia de las condiciones del libre capitalismo de la libre competencia, las

287 Em Lenine, "L'Imperialisme ..., p. 298
288 Em Borrelly, "Les disparités ... p. 34/5
289 Ver o mesmo p. 32/37

> oscilaciones de los precios en los sectores monopolizados disminuyen sensiblemente frente a las del volumen de la producción; los precios de monopolio adquieren una relativa estabilidad y independencia respecto de las oscilaciones a corto plazo de la demanda y la oferta"[290]

o que reflecte parcialmente a realidade, isto é, corresponde as situações em que a concorrência é menos aguda. Os períodos de crise são de agravamanto das contradições do capitalismo e fazem emergir as "velhas" formas de concorrência.

Quando os monopólios assumem uma importância tal que moldam toda a vida económica e social, podemos falar de CAPITALISMO MONOPOLISTA. Entre os conceitos de capitalismo monopolista e imperialismo existem muitas semelhanças, não havendo necessidade de o transcrever[291].

Sobre este assunto gostaríamos apenas de relembrar também que a concentração e centralização do capital, a agregação dos trabalhadores em grandes unidades produtivas conduz a um reforço da luta de classes, como Marx e Engels recordam frequentemente ao longo dos seus trabalhos[292]

Sendo os monopólios um produto da evolução do capitalismo e mantendo todos os seus elementos essenciais (divisão social de trabalho e produtores independentes, produção de mercadorias e troca contra moeda, existência da mercadoria força de trabalho e da independência do seu valor em relação ao valor criado[293], movimento do capital e, obviamente, manutenção da propriedade privada) não será difícil deduzir que em capitalismo monopolista se mantêm válidas as leis do valor e da mais-valia, as leis da acumulação, embora assumam formas próprias, o que não é nada despiciendo, que serão objecto de análise cuidada posterior.

### 4.2.2.1.3.3. Notas sobre a desvalorização

A desvalorização acelerada do capital é tema bastante polémico e só lhe fazemos referência porque é frequentemente apontado por autores identificados com o marxismo[294].

Analisando algumas noções de equilíbrio económico, como o de Hicks

290 Em Inizemtsev (Aavv), "Economia Politica ... p 191

291 Ver Lenine, "L'Imperialisme ...

292 Ver Marx (Aavv), "Manifesto ...

293 Já noutros locais fizemos a análise crítica do conceito de salários-lider que se liga a este mesmo assunto. Ver Pimenta, "Salários líder ...

294 Em Aglietta, La devalorisation ...

> "le système est en équilibre tant que les gains des entrepreneurs sont tels que ceux-ci n'ont aucun intérêt à augmenter ou diminuer l'échelle de leurs opérations"[295]

e recordando que o equilíbrio é um conjunto completo de decisões e de transacções que se reproduzem de período para período, Aglietta sintetiza a sua posição afirmando

> "on va chercher à montrer que la notion d'équilibre de longue période comme centre de gravité du système économique n'est pas satisfaite, que l'horizon des projets d'investissement est la variable clé grâce à laquelle on peut saisir le mouvement heurté de l'accumulation, que la dévalorisation du capital est la modalité d'adaptation du système à la volatilité de l'horizon économique, enfin que la manière dont la dévalorisation du capital est financiée dans le capitalisme contemporain explique la disparition des crises financières du passé mais se trouve être l'un des facteurs les plus puissants de la pérennité de l'inflation"[296]

Assente numa teoria do desequilíbrio em economia monetária, definindo investimento como toda a utilização da moeda num processo de produção caracterizador de um circuito privado, em que as perspectivas futuras de receitas são confrontadas com as obrigações futuras de pagamento, chega à noção de desvalorização, entendida simultaneamente como progresso e desperdício social

> "Cette interaction entre la mutation des normes sociales de production et d'échange et la variabilité de l'horizon économique des projets privés est le processus de dévalorisation du capital"[297]

A existência da «perda de valor» imputa-se sobre o rendimento real da sociedade, assim como todo o consumo improdutivo, mas o facto das empresas serem capazes de imporem como custos o que é desperdício social (preços de monopólio) aquelas estabelecem uma correspondência entre o seu cash-flow nominal captado e os horizontes económicos das utilizações de capital.

> "La possibilité d'une telle occurrence est évidemment la socialisation des pertes réelles par un régime de création monétaire très plastique. La hausse général et continue des prix nominaux est la conséquence de l'improvisation des pertes dans les coûts qui permet d'éviter l'apparition de déficits. Il y a donc création monétaire sans contrepartie productive, dans le seul but de financier, c'est-a-dire de socialiser les pertes. (...) destruction de la confiance dans la monnaie sur laquelle le fonctionnement du system économique repose"[298]

295 Idem, p. 398
296 Idem, p. 390
297 Idem, p. 400
298 Idem

Desbravando esta intrincada linguagem que frequentemente procura encobrir o empirismo subjacente, a problemática da desvalorização acelerada e dos seus impactos sobre os preços é uma manifestação parcelar da problemática da concentração e centralização e aumento de composição orgânica, mas abordado em termos de uma fundamentação microeconómica da macroeconómica em que os choques entre investidores, em termos keynesianos, são analisados como articulação dos sistemas monetário e de crédito.

É certo que apresenta dois contributos positivos para uma explicação marxista:

1) A «desvalorização» neste tipo de explicação deve ser questão a ter em conta em algumas problemáticas dos preços de monopólio, do aumento da composição orgânica, da concentração e centralização;

2) O tempo de trabalho socialmente necessário incorporado no valor das mercadorias está em permanente mutação, incluindo a da parte do capital constante transferido. Num período de alteração da sua transferência de valor para as mercadorias produzidas, surge um hiato entre os preços fixados com base nos custos de produção e os valores (considerando invariável o valor das próprias mercadorias que constituem o capital constante, considerando uma diminuição do tempo de trabalho transferido socialmente necessário, as empresas que fixaram as amortizações no período anterior passam a ter custos insuficientes em relação ao valor) mas a respectiva análise assenta num conjunto de parâmetros que nada têm que ver com a teoria de Marx: não tem qualquer referência à lei do valor, coloca o crédito e o pagamento como componentes nevrálgicas do ciclo do capital, assenta a explicação no comportamento dos agentes, que usufruem de antecipações, submergindo a lei da mais-valia, reduz o sistema monetário à moeda nacional, desligada da reprodução do equivalente geral.

Diferente significado têm as teorias da «sobreacumulação e desvalorização» utilizadas por Boccara e outros:

> "Au lieu d'étudier la reproduction d'ensemble du capital social comme unité d'un procès d'accumulation et d'un procès de baisse tendanciel, on peut ainsi l'étudier comme unité d'un procès de suraccumulation et d'un procès de dévalorisation. Le procès de suraccumulation, c'est le procès d'accumulation, compte tenu de la baisse tendanciel, c'est-a-dire la reproduction d l'excès de capital par rapport au taux de profit recherché. Le procès de dévalorisation c'est le procès de baisse tendan-

> ciel compte tenu de l'accumulation, c'est-a-dire la reproduction de la soumise en valeur du capital qui s'accumule"[299]

que embora apresentando algumas deficiências se colocam numa posição marxista.

#### 4.2.2.2. Preços e salários em capitalismo

A Economia Política marxista não tem uma teoria dos preços mas tem um conjunto de elementos que permitem caminhar nesse sentido. Neste ponto referimos algumas dessas contribuições, procurando reter o essencial em torno de temas que têm sido objecto, por vezes, de grandes debates.

Como o título indica falamos de preços e salários não porque procuremos estabelecer uma relação entre esses dois agregados mas apenas porque os salários também são um preço.

O elemento essencial deste capítulo é a concorrência II.

##### 4.2.2.2.1. Taxa média de lucro

Já anteriormente definimos sector atendendo à especificidade do valor de uso produzido e à existência de um espaço unificado de produção, distribuição e circulação da quantidade de valor expresso pela manifestação da concorrência I. É o que de uma forma mais restrita e incompleta Aglietta pretende dizer com

> "La branche est l'espace économique formé par les capitaux qui sont soumis à une même norme de production et d'échange"[300]

apesar das nossas reservas ao conceito de «norma», tão importante para a escola da regulação.

Esta caracterização do sector parece-nos não levantar dificuldades, mas convém fazer dois reparos:

— por vezes na Economia Política marxista fala-se em sector para designar um conjunto de produtores independentes (capitais quando se refere ao capitalismo) que produzem um conjunto de valores de uso; a concorrência I já não pode ser englobado na sua concretização; por exemplo é diferente falar do sector produtor de sabonetes (se todos os sabonetes forem considerados no mercado como um único valor de uso, isto é, para utilizar uma terminologia mais académica, se todos os tipos de

299 Em Barrere, Christian, Crise..., p. 25
300 Em Aglietta, Regulation et ..., p. 247/8

sabonetes tiverem entre si uma elasticidade de substituição unitária) ou do sector produtor de bens de consumo, englobando nesta designação múltiplos valores de uso; se quiséssemos ser rigorosos deveríamos falar de sectores no sentido anteriormente atribuído e «sectores múltiplos» para referirmos a estas segundas designações;

— não se deve confundir esta definição de sector com a que é adoptado na contabilidade nacional, pelo que aqui não distinguiremos entre sector e ramo.

Feito estes reparos temos que considerar um outro tipo de concorrência:

> "Chez A. Smith le nombre des 'rivaux' n'est que l'une des conditions de la concurrence et ce nombre est peut-être moins essentiel finalement que ne le soient une bonne connaissance des occasions de profit dans les diverses industries et l'absence de privilège ou des corporations, c'est-à-dire l'absence de restrictions à la liberté de changer son activité, ce que nous pourrions aujourd'hui appeler la liberté d'entrer et de sortir de l'industrie. (...) Lorsque K. Marx distinguera la concurrence des producteurs et la concurrence des capitaux, ou selon une autre expression, la concurrence intra industrielle et la concurrence inter-industrielle, il ne fera que nommer la distinction précédente"[301]

Temos que considerar a concorrência inter-sectores de actividade, que designaremos por CONCORRÊNCIA II, que apresenta grandes diferenças em relação à concorrência I:

> "(...) d'une part le temps social homogène qui définit l'espace de la valeur, d'autre part le temps de la valorisation du capital qui recherche une unité entre le travail passé cristallise dans les moyens de production et le travail social actuel"[302]

e seria extremamente perigoso confundi-las sob a capa fictícia do mesmo nome.

A concorrência II é complementar e exterior à lei do valor. Complementaridade que resulta da unidade do movimento do capital. Enquanto a anterior estava identificada com o espaço de valor esta está com o espaço do capital e apresenta-se mais como possibilidade do que como realização. Esta concorrência expressa-se em cada momento como uma possibilidade de novos capitais entrarem num determinado sector de actividade, dando lugar a um conjunto de acontecimentos quando se efectiva. E esta nova entrada de capitais não tem que ser proveniente de outros sectores de actividade.

301 Em Borrely, Les disparites ... , p. 33/4

302 Em Aglietta, Regulation et ..., p. 234

Esse confronto entre sectores, através das diferentes taxas de lucros existentes, surge apenas como potência, como dissemos, podendo o movimento ter outras origens, mesmo no interior do próprio sector. Com efeito, o risco de entrada de novos capitais num determinado sector pode levar as unidades produtivas aí localizadas a aumentarem o seu capital, conduzindo a uma situação igual à que aconteceria se entrassem novas unidades produtivas oriundas de outros sectores, a uma diminuição da taxa de lucro.

Pelo anteriormente afirmado podemos concluir que as barreiras de entrada são um dos factores mais condicionantes da efectivação da concorrência II, da transferência de capitais de uns sectores para outros ou de entrada de novos capitais num determinado sector, resultante de uma ausência de acumulação noutro mas que, ao mesmo tempo que é impulsionador da concorrência proveniente, diríamos perversamente, do próprio sector: a reprodução das barreiras de entrada gera consequências similares à sua anulação na evolução da taxa de lucro nesse sector, embora apresente uma diferença essencial: está associada a uma apropriação da mais-valia entre os mesmos capitalistas anteriormente existentes. É a posse privada do lucro que faz com esse movimento «perverso» se manifeste e se realize.

Também não será difícil concluir que os tempos de realização desta concorrência II é muito diversificado conforme o sector de actividade e a época histórica a que nos reportemos. A dimensão das barreiras de entrada, a periodicidade exigida para a sua reprodução, a dimensão do capital fixo, que simultaneamente é uma barreira de entrada e «barreira de saída» dada a grande dificuldade da sua adaptação à produção de capital-mercadoria com diferente valor de uso ,a amplitude e orientação do crédito, e muito outros factores, que vão desde a informação disponível sobre a actividade económica até ao dinamismo dos empresários, pode condicionar a velocidade de passagem da possibilidade à efectivação. Depende igualmente do espaço económico-geográfico que essa concorrência define.

É essa concorrência II que suporta a existência de uma tendência à formação de uma TAXA MÉDIA DE LUCRO que deve ser encarada referida ao conjunto da economia[303]:

> "il ne s'agit donc pas seulement de faire la moyenne des taux de profit différentes des diverses sphères de production, mais aux contraire

303 Os espaços económico-geográficos das concorrências I e II são diferentes.

> de tenir compte des poids différents avec lesquels ces taux différents entrent dans la moyenne[304]»

e, por isso,

> «Le taux général [ou média] du profit est donc déterminé par deux facteurs: 1) Par la composition organique des capitaux dans les diverses sphères de production, partant par les divers taux de profit des sphères particulières; 2) Par la répartition de la totalité du capital social dans ces différentes sphères, donc par la grandeur relative du capital investi dans chaque sphère particulière, autrement dit à un taux de profit particulier»[305]

Desta concorrência II participam todos os capitais que não estão afectos a um monopólio natural, quer seja capital industrial, comercial ou bancário.

Este movimento tendencial de formação de uma taxa média de lucro pressupõe a existência de diferentes taxas de lucro nos diferentes sectores. É o resultado de um conjunto de características da própria concorrência II com especificidades e formas de manifestação próprias, como referimos anteriormente. Quando cada sector tem as suas taxas de crescimento, barreiras de entrada, capacidades de as reproduzir, níveis de concentração, criação de mais-valia, graus de «transparência» e outros aspectos específicos, quando tudo isto se traduz em tempos de alteração de taxas de lucro muito diferentes, quando cada sector se situa em espaços económico-geográficos de confronto igualmente específicos, a existência da concorrência II, tendente à igualização da taxa de lucro e à existência de diferentes taxas de lucro, surgem como síntese de todos esses elementos complementares.

Em reforço dessa unidade entre a igualização da taxa de lucro e a existência de taxas diferentes temos ainda a acção do Estado:

> "L'Etat est toujours intervenu et continu à intervenir massivement dans la phase de création ou de lancement d'une industrie, dans cette période les taux de profit ne sont pas suffisamment élevés pour attirer les capitaux, mais il intervient aussi aujourd'hui lorsque les taux de profit se sont effondrés, risquant d'entraîner des retraits de capitaux qui détruiraient la cohérence de l'économie national"[306].

Deduzir da existência simultânea de diversas taxas de lucro sectoriais o irrealismo da lei da tendência à formação da taxa média de lucro é não compreender a natureza da concorrência II, é não

304 Em Marx, "Le Capital ..., VI 179
305 Idem
306 Em Borrelly, "Les disparites ..., p. 227

compreender a diferença entre o seu carácter potencial e sua realização, é admitir uma instantaneidade de manifestação impossível, é não compreender, por vezes, a diferença entre concorrência I e concorrência II. Para terminarmos este ponto temos que concluir e constatar que os monopólios também se inserem nesta concorrência II, a qual se realiza na reprodução das barreiras de entrada (e, normalmente, os monopólios têm grande capacidade para o fazer). As barreiras de entrada não existem sempre e de forma imutável e o aumento do crédito relacionado com a concentração (aspecto que analisaremos posteriormente) reforça as possibilidades desta concorrência. A concentração do capital gera, contraditoriamente, factores conducentes a uma diminuição e a um aumento da concorrência II e, como mostra Semmler, já citado, após uma cuidadosa recolha de informação teórica e empírica, os monopólios não eliminam essa concorrência:

> "As discussed above, we indeed can expect differential profit rates in a actual economic system due to (1) productivity and cost differentials of firms within industries; (2) the disequilibrium of supply and demand and different turn-over times of capital in different industries, and (3) barriers to mobility of capital between industries. Thus, for a certain length of time, we may have profit rates in industries above or below the average"[307],

apenas a modificando nas formas e tempos.

A taxa média de lucro não pode ser encarada como um mero elemento teórico de referência sem uma adesão à dinâmica real do capital ou, pelo menos, à sua dinâmica global, como o encara Inozemtsev (Aavv)

> "la formación de precios en la época del capitalismo monopolista se aproxima al modelo del precio de producción elaborado con el rigor científico en el tercer tomo de El Capital de Marx. Esta aproximación, sin embargo, no se produce llana y directamente[308]

mas como algo que continua a ter aderência à realidade no meio de múltiplos movimentos contraditórios e sob diversas formas, algumas das quais moldadas pela concentração e centralização do capital

#### 4.2.2.2.2. Preços de produção

Comecemos por considerar a seguinte posição de Ricardo

307 Em Semmler, "Competition monopoly, and differential profit rates a reconsideration ...", p. 753
308 Em Inozentsev (Aavv), "Economia Política..., p. 202

> "Dans la précédente section, nous avons admis que les instruments et les armes nécessaires pour tuer le daim et le saumon avaient une durée égale, et étaient le résultât de la même quantité de travail. Nous avons reconnu en même temps que les variations dans la valeur relative du daim et du saumon dépendaient uniquement des différentes quantités de travail consacrées à les obtenir; mais à tous les ages de la société les instruments, les outils, les bâtiments, les machines employés dans les différentes industries peuvent varier quant à leur durée et aux différentes portions de travail consacrées à les produire. De même les proportions dans lesquelles peuvent être mélangés les capitaux qui paient le travail, et ceux engages sous forme d'outils, de machines, de bâtiment, varient à l'infini. Cette différence dans le degré de persistance des capitaux fixes, et cette variété dans les proportions, ou ils peuvent être combinés avec les capitaux engagés, font apparaître ici une nouvelle cause propre à déterminer les variations survenues dans la valeur relative des marchandises. Cette cause, qui se joint à la somme de travail consacrée à la production des marchandises, est l'abaissement ou l'élévation de la valeur du travail"[309]

que é o início da secção IV do primeiro capítulo, no qual Ricardo não distingue adequadamente valor e valor de troca, valor e preço, os dois tipos de concorrência a que fizemos alusão, para além de ter subjacente a não distinção entre força de trabalho e trabalho.

Marx reconhecendo estes erros salienta que

> «Or, il fallait analyser d'abord comment se constituent le *général level of prices* dans le même employment et le *general lével of profit* dans les différents employments»[310]

por isso todo o seu percurso até chegar a formação dos preços em capitalismo é diferente.

Sendo a concorrência II exterior à formação e quantificação do valor, ele só se incorpora na explicação da dinâmica capitalista após a teoria do valor e a explicitação da natureza do capital. Por outras palavras,

> "il est donc tout à fait conforme à la réalité de considérer que la valeur des marchandises précède, du point de vue non seulement théorique, mais aussi historique, leur prix de production"

Assim no Cap IX do Livro III de O Capital Marx estuda simultaneamente o estabelecimento de uma taxa geral de lucro e a transformação dos valores das mercadorias em preços de produção (dos capitais-mercadorias, acrescentaríamos nós) no qual ressaltam três preocupações:

309 Em Ricardo, Des Principes ..., p. 40
310 Em Marx, Theories ..., II 236

1) mostrar a relação entre mais-valia e lucro, entre valores e preços de produção;
2) revelar que os preços de produção exigem um grau superior de desenvolvimento social;
3) explicitar que da dinâmica dos custos de produção e preços de produção ressaltam um conjunto de concepções ideológicas.

Na linha da primeira surge a própria definição de preço de produção:

> "Les prix obtenus en faisant la moyenne des différents taux de profit dans les diverses sphères de production et en l'ajoutant aux prix de revient dans ces sphères sont les prix de production"[311]

pelo que

> «le prix de production de la marchandise s'est développé comme une forme métamorphosée de la valeur[312]»

chamando sistematicamente a atenção para o facto de entre valor e preço de produção se colocar apenas uma diferença entre o local de produção e o de apropriação da mais-valia, havendo uma divergência quantitativa no quadro de uma unidade essencial:

> "Le coût de production d'une marchandise ne dépend que de la quantité de travail payé qu'elle contient; la valeur dépend de la quantité totale de travail, payé et non payé, qu'elle contient; le prix de production dépend de la somme du travail paye et d'une quantité de travail non paye déterminée pour chaque sphère particulière, indépendamment de celle-ci"[313].

É na mesma linha de preocupações que analisa um exemplo numérico reconhecido pelo próprio autor como sendo apenas uma aproximação que não se ajusta à realidade

> "Il faut se rappeler cette signification altérée du coût de production et penser qu'une erreur est toujours possible quand, dans une sphère de production particulière, on pose le coût de production de la marchandise comme égal à la valeur des moyens de production consommés au cours de sa production"[314]

refere frequentemente que para o conjunto da economia a soma dos valores é igual à soma dos preços de produção e a soma dos lucros à soma das mais-valias. Contudo, mantendo esta igualdade, reconhece que a outra teria que ser corrigida dado que uns sectores

311 Idem, VI 174
312 Idem, VI 179
313 Idem, VI 181
314 Idem, VI 181

produzem mercadorias utilizados em outros, pelo que seria necessário eliminar as duplicações:

> "En appliquant ce calcul à la totalité du produit social, il faut faire des rectification de façon que, sur le plan de la société tout entière, (...)"[315]

pelo que nos parece correcta a interpretação dos autores que igualizam a soma dos preços de produção do produto liquido ao valor novo criado[316].

Para terminarmos este aspectos chamamos a atenção para o facto de Marx encarar os preços de produção, tal como o valor, como "eixo de referência" objectivamente determinado e condicionante das manifestações da realidade:

> "la loi général ne s'impose comme tendance dominante qu'approximativement et de manière complexe et se présente comme une moyenne de fluctuation éternelles qu'il est impossible de fixer rigoureusement"[317]

A segunda preocupação ressalta da ligação entre a formação dos preços de produção e o movimento do capital, o que tem merecido a nossa atenção em diversos pontos.

A terceira surge em diversas passagens do capítulo. Entre as quais salientamos

> "La différence effective de grandeur existant non seulement entre taux de profit et taux de plus-value, mais entre profit et plus-value dans les sphères de production particulières, dissimule complètement la nature réelle et l'origine du profit"[318]

o que revela a grande vitalidade da teoria do valor: esta não só permite captar a essência como explicar porque os fenómenos assumem uma determinada forma e evolução e a sua leitura, por parte dos «agentes» envolvidos, conduzem a interpretações que não correspondem à realidade.

A transformação dos valores em preços de produção tem sido das matérias do marxismo mais contestados pelos adversários seus adversários e, também, dos que têm sido objecto de mais interpretações entre os seus defensores. É natural que assim aconteça porque neste ponto converge todo o instrumental conceptual da teoria do valor e da teoria do capital, e aquele só pode ser integralmente compreendido e desenvolvido desde que inserido no materialismo histórico-dialéctico. Qualquer desvio idealista (exemplo: sobrestimação

315 Idem, VI 177

316 Tal como Lipietz, Dusmenil, José, por exemplo

317 Em Marx, "Le Capital ..., VI 178

318 Idem, VI 184

do comportamento dos «agentes» económicos no quadro de uma quase-economia-exotérica), ahistórico (exemplo: incapacidade de diferenciar o geral da produção mercantil e o específico do capitalismo ou as diferentes durações históricas das diversas leis ou formas de manifestação) ou de ausência de dialéctica (exemplo: não atribuição das contradições internas à própria natureza da realidade e seu carácter motor no movimento) que por vezes surgem despercebidos na apreciação de um determinado ponto específico da teoria do valor ou do movimento do capital ressaltam no problema da transformação como uma grande dificuldade: o desprezo de qualquer componente do materialismo histórico-dialéctico enviesa a integração das relações no todo processual e torna incompreensível o problema da transformação[319]

As críticas dirigidas a Marx neste aspecto orientaram-se em dois sentidos principais.

Primeira crítica. Incompatibilidade entre a teoria do valor esboçada no livro I e a dos preços de produção constante do III. Grande parte das críticas são decalcadas da assumida por Bohm-Bawerk:

> "Ou bien les produits finissent vraiment, avec le temps, par s'échanger dans le rapport des quantités de travail correspondantes, et la grandeur de la rente obtenue dans un mode de production se mesure réellement par la quantité de travail fournie. Mais alors le nivellement du profit du capital est impossible. Ou bien ce nivellement a lieu et il est alors impossible: d'abord, que les produits s'échangent d'une façon continue en proportion du travail qu'ils contiennent; ensuite, que la quantité de travail fournie déterminé exclusivement la grandeur de la rente obtenable"[320].

Tudo o que temos vindo a dizer até agora parece-nos dispensar fazer a análise crítica desta concepção.

Segunda crítica. Incompatibilidade entre as duas relações quantitativas, isto é, entre a quantidade do valor e as correspondentes quantidades dos preços de produção.

Este tipo de crítica, que vai desde Tugan-Baranowsky ou Ortkiewicz e até Morishima, passam por formulações matemáticas mais ou menos complicadas, umas articulando a passagem de valores a preços de produção com os esquemas de reprodução outras metendo-se no quadro da primeira[321].

319 Assim, por exemplo, parecem-nos abusivas as formulações matemáticas que partem do "valor individual" para o "valor social"

320 Em Dostaler, Valeur et Prix ..., p. 24/5

321 Ver Dostaler na obra citada

A crítica resultante destas posições pode ser, com mais ou menos variantes, sempre formulada da seguinte forma:

> "Bortkiewick démontre rigoureusement la fausseté du théorème suivant lequel la somme des prix est égale à la somme des valeurs et, en même temps, la somme des profits à celle des plus valeur. Néanmoins, étant donné que les résultats significatifs sont le rapports de prix et de valeur, à l'intérieur de chaque modèle, on peut choisir des unités de mesure des valeurs et des prix qui fassent correspondre deux grandeurs totales (comme celles des prix et des valeurs"[322]

Este tipo de críticas silenciam ou confundem dois aspectos:

— O próprio Marx reconhece a insuficiência da sua análise quantificada e aponta os rumos para o seu aperfeiçoamento. E nesse caminho é o próprio que salienta, como vimos, que para a quantificação ao nível de toda a sociedade é necessário eliminar certas repetições, por um lado, e que as proporções das relações entre os agregados em valores e em preços de produção são normalmente diferentes, por outro. Por isso, intitular de «erro de Marx» o que é reconhecido pelo próprio como algo que exigiria um tratamento mais cuidado é um abuso.

— Estas análises chegam, como se salienta no texto anterior, a uma bifurcação de caminhos conducentes sempre a uma incongruência: ou não se chega à compatibilidade entre as duas somas de agregados ou se atinge tal pela criação de uma unidade de medida artificial construída de acordo com as exigências do cálculo matemático e desinserida da realidade histórica como é a moeda. E ao enveredarem por esse caminho[323], aliás sabiamente percorrido por Sraffa que continua sempre como "musa" inspiradora, desprezam a moeda como realidade histórica e com ela a categoria de valor absoluto. Deslocam-se para o campo dos valores (de troca) e preços relativos, constituindo, como insistimos frequentemente, uma deturpação de Marx. Por isso não é estranho que tais caminhos conduzam, frequentemente, a tentativas de integração da Economia Política marxista nas teorias do equilíbrio geral.

Estas análises matemáticas que não repudiamos, longe disso, embora consideremos que o seu instrumental deva ser outro, cai

322 Em Dostaler, Valeur et Prix ..., p. 132

323 É o caso de alguns defensores de Marx, tais como Lipietz, Dusmenil e José mas que ao procederem assim estão a tombar subrepticiamente no neo-ricardianismo.

frequentemente em diversas lacunas ou deficiências, entre as quais serão de referir as seguintes:

— os preços de produção são antes de mais uma relação social de produção, uma relação social entre produtores independentes, entre diversos intervenientes nas relações económicas, relações sociais que apresentam a mesma essência do valor mas que assumem uma maior complexidade resultante do seu carácter mais concreto;

— frequentemente assume para os valores e para os preços uma mesma lógica de relacionamento entre o social e o individual que conduz a erros mais ou menos sub-reptícios. Enquanto os valores individuais são só perceptíveis a partir da dinâmica global da sociedade (o que frequentemente é esquecido pelas formulações matemáticas) os preços de produção, exigindo previamente a apropriação da mais-valia e, portanto, a troca, exige um encaminhamento conceptual inverso.

— Os valores e os preços são realidades diferentes que não são comparáveis entre si. Ou são medidas em unidades diferentes (valor em tempo de trabalho económico, preços em moeda) ou ao procurar-se uma mesma unidade de medida uma das categorias desaparece: se se medirem os "preços" em tempo de trabalho estes desaparecem e estamos a quantificar valores por muitos enviesadas que as suas quantificações surjam, se se medirem "valores" em moeda estes desaparecem para dar lugar a preços que, por definição, são a expressão monetária do valor. Este um cuidado que se tem que ter em qualquer tentativa de formalização.

Partindo da teoria do valor e do capital que temos vindo a esboçar, interpretando cuidada e escrupulosamente o texto de Marx sobre este problema, recorrendo às formulações matemáticas mais concordantes com a teoria do valor[324] e não procurando comparar o que é incomparável (o que não significa que não tenha que existir previamente), é possível, como o faz Valtukh

$$r\sum_{j=1}^{n}(C_j + V_j) = \sum_{i=1}^{n}\bar{p}_i Y_i^S$$

A massa do lucro à escala de toda a economia é igual à soma dos preços do sobreproduto em que está materializado o sobretrabalho

324 Um exemplo em que a formulação matemática quase inevitavelmente se afasta da análise teórica é ao identificar o valor da força de trabalho ou o seu salário como um cabaz de mercadorias

da classe operária, isto é, em que está encarnada a massa da mais-valia criada no conjunto da sociedade[325] [326]

325 Em Valtukh, "A teoria do preço... p. 133

326 Vejamos como o autor chega a esta formulação:

Hipóteses

H1 : As condições tecnológicas de cada sector são médias
H2 : Economia fechada
H3 : n mercadorias, produzindo-se uma e só uma em cada sector
H4 : Período de um ano; período de produção inferior a um ano
H5 : Constância da proporção entre a produção de todas as mercadorias
H6 : Englobando os stocks a oferta é igual à procura
H7 : Há um sistema tecnológico por ramo permitindo definir coeficientes de gastos directos
H8 : Tempo de circulação nulo
H9 : Alguns dos produtos líquidos por sector são positivos
H10: Tempo de produção é positivo (existência de capital avançado diferente do transferido)
H11: montante salarial igual para todos os sectores

Variáveis

$Q_j$ = Produção do ramo j (UN)
$a_{ij}$ = coeficientes de gastos directos de meios de produção i por unidade de produto j (+ indicador específico de usura) (UN) ($a_i$ quando se refere à força de trabalho)
$l_j$ = gasto de força de trabalho por unidade j (UN)
$Y_j$ = produto líquido no sector j
$x_{ij}$ = quantificação da velocidade com que o elemento i é compensado em natureza no ramo j (parte do capital avançado transferido) (UN)
$p_j$ = preço de produção no sector j
$b_j$ = coeficientes dos gastos totais de trabalho por unidade produzida

expoente l indica que se refere à força de trabalho e a ausência de coeficientes ou o uso de letras maiusculas indica que se tratam de matrizes. (UN) indica que é medido numa unidade natural Assim, temos

$$[01]\ Q_i = \sum_j a_{ij}Q_j + Y_i \quad (\text{ou } Q = AQ + Y)$$

[02] $lQ = L$ (l=vector; L=toda a quantidade de trabalho vivo gasto na produção das mercadorias)

$$[03]\ p^l = \sum_i a_i^l p_i$$

$$[04]\ p_j = \sum_i a_{ij}p_i + l_j p^l + \frac{C_j + V_j}{Q_j} r$$

$$\text{com } C_j = \sum_i \frac{a_{ij}Q_j p_i}{x_{ij}};$$

$$V_j = \frac{l_j Q_j p^l}{x_j^l} \text{ e}$$

$r$ = taxa média de lucro

$$[05]\ b_j = \sum_i a_{ij}b_i + l_j$$

(b pode ser encarado como o valor unitário e tem uma unidade de medida diferente; o autor não explica como chega a esta expressão por considerar a demonstração sobejamente conhecida)

$$[06]\ lQ = L = bY$$

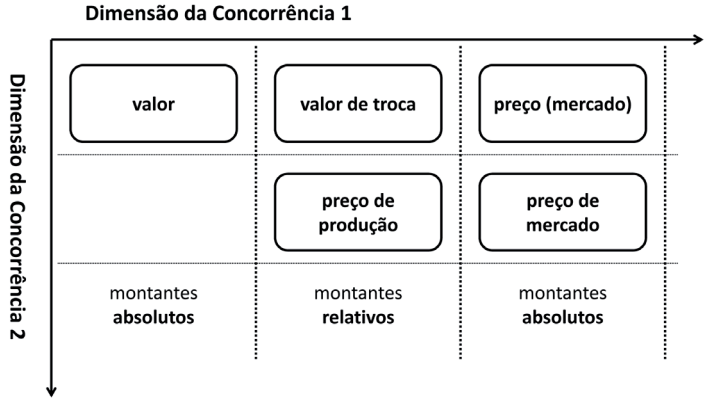
mostrando de seguida a existência de diferenças nos montantes dos rácios de agregados quando calculados em valores e preços de produção, o que corresponde à posição de Marx.

Para finalizar esta matéria, acrescentemos que os PREÇOS DE MERCADO são os preços de produção enviesados pela passagem à troca, enviesamento duplo:

— resultante do carácter tendencial da lei de formação da taxa média de lucro e da coexistência de taxas de lucro sectoriais muito diferenciadas;

— proveniente das diferenças entre oferta e procura, com o sentido que já anteriormente demos a estes conceitos do "mercado".

Podemos, de forma simplificada, representar estas diversas coordenadas da seguinte forma:




[07] $Y_i^l = \sum_j l_j Q_j a_i^l$

[08] $Y = Y^l + Y^s$ em que
"O vector $Y^l$ é a descrição matemática do conceito teórico de produto necessário para o conjunto da sociedade; O vector $Y^s$ é a descrição análoga do conceito de sobreproduto" (p.132)

[09] $bY = bY^l + bY^s = L$
representação do trabalho necessário e do sobretrabalho;
$L = L^l + L^s$

[10] $\sum_{j=1}^{n} Q_j p_j = \sum_{j=1}^{n} Q_j \sum_{i=1}^{n} a_{ij} p_i + \sum_{j=1}^{n} Q_j l_j \sum_{i=1}^{n} a_i^l p_i + r \sum_{j=1}^{n} (C_j + V_j)$
que resulta da multiplicação de [04] por $Q_j$ e de [03]

[11] $\sum_{i=1}^{n} Q_i p_i = \sum_{j=1}^{n} p_i \sum_{i=1}^{n} a_{ij} Q_j + \sum_{i=1}^{n} p_i Y_i^l + \sum_{i=1}^{n} p_i Y^s$
e das expressões [10] e [11] se chega à igualdade apresentada no texto.

#### 4.2.2.2.3. Primeira reflexão sobre o conceito de "preço de monopólio"

O conceito de "preço de monopólio" tem adquirido na literatura económica uma quase autonomia em relação a restante teoria, o que permite, como vimos, diversos autores utilizá-lo para definir a própria realidade que o geraria. E essa capacidade de exprimir só por si uma realidade não tem aplicação apenas nos temas que nos tem vindo a ocupar até agora, mas em muitos outros, nomeadamente na explicação da inflação. Esta relativa autonomia que é, em parte, uma herança da teoria económica anterior à construção da economia política marxista resulta de uma fuga ao corpo científico desta. Assumindo uma evidência empírica, ou julgando-se tal, entra no corpo teórico por enxerto, exteriormente, exigindo uma adaptação do restante a si mesmo. Não é por acaso que os autores se vêm com uma certa frequência em dificuldade de adequar os "preços de monopólio" com a teoria do valor e, portanto, os preços de produção. A maior ou menor fraqueza das formulações que aceitam o enxerto teórico e a maior ou menor evidência que aquele conceito comporta faz com que os autores oscilem entre o dizerem que a teoria do valor ou a lógica dos preços de produção já não têm hoje aplicação e a tentativa de compatibilização com aquela, o que surge sempre de uma forma pouco clara, como é exemplo este conjunto de passagens

> "En las condiciones del imperialismo, las mercancias se realizan no segun el valor, y ni a precios de producción, que garantizan solo la ganancia media, sino a precios monopolistas que aseguran la reposición de los gastos y la superganancia monopolista. Para los precios monopolistas les es característico la desviación prolongada, estable del valor (...) Los precios monopolistas, que surgen históricamente sobre la base de los precios de producción, son solamente la modificación ulterior de la ley del valor. (...) los monopolios no eliminan la producción mercantil, el mercado, el intercambio y la competencia. Entonces, la ley del valor también continua actuando como una ley objetiva de la producción mercantil, aunque en una situación mucho mas contradictoria en comparación con la época del capitalismo premonopolista"[327]

em que sob a aparência do uso da dialéctica se encobre um titubear teórico notório, notando-se aquele nas incongruências que um tal texto não deixa de evidenciar, revelando uma lacuna de reelaboração da teoria do valor à luz da realidade económico-social que se considera nova. Sendo o valor uma relação social de produção se

327 Em Llano, "El Imperialismo ..., p. 366/8

esta se altera também aquela se altera. A este propósito parece-nos extremamente interessante o seguinte texto de Marx

> "Ceux qui font dériver la rente foncière du monopole se trompent lorsqu'ils croient que le monopole permet au propriétaire foncier de faire monter le prix de la marchandise au-dessus de sa valeur. Il consiste au contraire à maintenir la valeur de la marchandise au-dessus de son prix moyen; non pas de vendre la marchandise au-dessus de sa valeur, mais à sa valeur"[328].

Por isso nós temos vindo a interrogar sistematicamente sobre a natureza dos monopólios e a necessidade ou não de reformular a teoria do valor à luz dessa nova realidade, apesar de qualquer autor marxista não ter a mínima dúvida que o imperialismo é capitalismo monopolista e para o ser tem que ser capitalismo.

Recordemos que dessa interrogação que temos vindo a colocar já obtivemos um conjunto de respostas:

— os monopólios, no sentido corrente do termo, não podem ser considerados monopólio natural, a que Marx ligou a redefinição do conceito de tempo de trabalho socialmente necessário, o resultado da acumulação capitalista e do processo de concentração e centralização do capital;

— o seu elemento diferenciador é um maior conhecimento e capacidade de intervenção sobre a realidade envolvente da empresa, mas sem deixar de se inserir na relação «conhecimento/desconhecimento» inerente à própria lei do valor, sem anular o «salto no desconhecido»;

— as barreiras de entrada são o seu «elemento protector», mas têm sempre uma eficácia e duração relativa, quer pela força da concorrência entre monopólios que continua a existir, quer pela sua coexistência com pequenas empresas, quer ainda pelos «efeitos perversos» que a reprodução das barreiras de entrada gera;

— a concorrência II mantém-se e a alteração dos seus tempos e formas é inerente à sua própria existência.

Tudo isto leva-nos a afirmar que a existência de monopólios é compatível com a lei do valor e os preços de produção o que, por outras palavras, conduz à relativização da acção dos monopólios sobre as diversas categorias económicas, por muita força e importância social que estes tenham, por mais entraves históricos que o Estado apoie.

328 Em Marx, "Theories ..., II 98

Significa isto que negamos qualquer influência dos monopólios sobre os preços das mercadorias por eles transaccionados? É obvio que não. Apenas dizemos que essa influência sobre os preços é extremamente complexa e relativa, que pode haver períodos de desajustamento, mas a eles seguem outros de ajustamento.

O primeiro aspecto dessa complexidade é que «preço de monopólio» não pode ser identificado com elevação de preço. E não o pode ser porque em diversos períodos históricos os monopólios, isolada ou colectivamente, actuaram sobretudo no sentido da descida dos preços, não tanto por aumentos de produtividade mas como arma para vencer a concorrência. Os testemunhos históricos de tal são imensos, o que não deixa de se reflectir na obra de Lenine que está longe de associar monopólios com aumento de preços[329]. Épocas históricas que viram em alguns sectores o seu renascimento durante a crise de sobreprodução que temos vivido nesta década de 80. Época histórica que se teve um fim, o que não cremos de forma absoluta, exigiria uma explicação teórica para esse mesmo fim.

Também não o pode ser porque se os monopólios podem tender a impor aumentos de preços nos seus outputs quando a concorrência o permitir e as elasticidades da procura a tal se adeqúem, não deixam de fazer pressões sobre os preços dos inputs em sentido inverso, o que se relaciona com a continuação de um movimento oscilatório "tradicional" dos preços de muitas matérias-primas, mais uma vez acentuado na actual crise. Mas esse próprio movimento surge profundamente desigual e contraditório, quer pela intervenção de monopólios em sectores a montante e a jusante, quer pela existência de um outro conjunto de factores que tendem a fazer com que os salários subam quando há uma concentração, quer ainda pela interferência dos Estados e seu relacionamento internacional.

329 Quando percorremos a totalidade da obra de Lenine verificamos que os "preços de monopólio" é assunto que ele não aborda nunca sistematicamente. As referencias à influência dos monopólios sobre os preços são passageiras, como podemos ver pelo seguinte inventário:
Vol II p. 412: as grandes empresas surgem associadas a preços mais elevados por razões "exteriores": "Le gros industriel, ces frais sont beaucoups moins elevés par unité produite que pour le petit; que le premier achète les matières-premières meilleur marché et vend sont produit plus chère, parce qu'il sait (et peut) choisir le moment et le lieu" o mesmo acontecendo em Vol III, p. 371, Vol. XVIII p. 275. Vol XXII p. 323 o capitalismo monopolista surge como coexistindo com a vida cara mas sem que haja uma explicitação das suas relações internas (e é bom não esquecer que este livro foi escrito num período de economia de guerra), o mesmo acontecendo em Vol XXIX p. 118/9, havendo já referências em Vol XX p. 238
Em Vol XXII p. 224 relaciona os monopólios com a descida de preços "baisse systématique des prix (pour ruiner les 'outsiders', c'est-à-dire les entreprises independantes du monopole" o mesmo acontecendo em Vol XXIII p. 46 Só em Vol XXII p. 298 associa monopólio, preço de monopolio e aumento de preços de uma forma orgânica embora tenha logo de seguida que reconhecer que tal é limitado pela continuação da concorrência (mundial)

Existem efectivamente movimentos de subida de preços impostos pelos monopólios mas tal fenómeno é sempre localizado[330], com uma duração mais ou menos prolongada, mas sempre limitado e coexistente com outros movimentos.

O segundo aspecto dessa complexidade é que esses enviesamentos dos preços de monopólio em relação aos preços de produção estão associados a uma distribuição do valor, como tem sido reconhecido quase unanimemente:

> "Le prix de monopole de certaines marchandises transférerait seulement une partie du profit réalisé par les autres producteurs de marchandises sur les marchandises à prix de monopole. La répartition de la plus-value entre les différentes sphères particulières en subirait indirectement une perturbation localisée, mais la limite de la plus-value elle-même n'en serait pas modifiée"[331]

o que coloca limites à manifestação dos «preços de monopólio» no sentido da subida, tanto mais que em capitalismo monopolista o domínio da economia pertence aos monopólios, mais precisamente aos grupos monopolistas, restringindo-se a dimensão da mais-valia não criada por eles mas por eles apropriada. É sabido que a intervenção do Estado modificou-se, passando de uma mera gestão económica para uma POLÍTICA ECONÓMICA que visa sobretudo desviar contradições e solucionar em parte essas contradições, mas ela não deixa de se manifestar: a prática sistemática de uma subida de preços, por muito contraditória e temporária que se apresente em cada caso, entra em contradição com os limites da distribuição do rendimento.

Por outras palavras, a contradição entre subida sistemática de preços e limites da massa de mais-valia criada exteriormente aos monopólios e susceptível da sua apropriação coloca estes perante a necessidade de se apropriarem de um valor ainda inexistente, de promover hoje uma distribuição de valor futuro. Tal existia latente desde os primórdios da concentração e centralização do capital, mas nem sempre se manifestou com a mesma intensidade, por um lado, nem foi susceptível de uma solução (também por si geradora de novas contradições, como veremos), por outro. Não tinha a mesma intensidade porque inicialmente a preocupação essencial era aniquilar as unidades produtivas que não tivessem sido objecto da mesma concentração, meio de aumentar o seu poderio (aspecto que, obviamente, ainda hoje se mantém numa nova escala de prioridades)

330 Nesse aspecto damos razão a Castro, "O que e a inflação ..., assunto que já abordamos no primeiro capítulo.

331 Em Marx, "Le Capital ..., VIII 237

e porque o grau de concentração e centralização ainda não tinha estreitado acentuadamente a mais-valia apropriável. Não era susceptível de solução porque o sistema monetário, articulado ao valor passado, não o permitia e o crédito ainda não tinha tido um desenvolvimento e integração no capital financeiro que permitisse romper essa situação.

A passagem do comportamento dos monopólios para uma nova fase em que as subidas de preços assumem, dentro da sua relatividade, uma particular importância esta, preferencialmente ligada à uma alteração no funcionamento do sistema monetário, a qual tem por centro o capital financeiro. E dentro desta nova lógica que temos que analisar a problemática dos "preços de monopólio".

#### 4.2.2.3. Crédito

Anteriormente fizemos referências ao crédito mas sempre de forma ligeira. Cabe agora fazer um estudo mais aprofundado, havendo que ter sempre em atenção o que também se encontra exposto no anexo a este capítulo. Com efeito, naquele estudamos a realidade portuguesa do sistema bancário a partir da história do banco central e ao faze-lo tivemos que referir aspectos teóricos gerais e a sua aplicação ao concreto funciona como seu aprofundamento. Não negando a existência de algumas repetições, diríamos inevitáveis, este ponto e o anexo surgem como textos complementares em graus de concretização diferentes.

Surgindo o credito como um movimento exclusivo de dinheiro, um dinheiro que gera dinheiro, como a lenda do pirilampo, há que começar por desmistificar a aparência, relacionar o crédito com a produção, com o movimento do capital. Feito essa diligência prévia de desbravamento do terreno teórico impõe-se caracterizar o crédito, a sua natureza, preocupando-nos de seguida com a parcela mais significativa do sistema financeiro no caso da economia portuguesa, o sistema bancário. Por último analisaremos as relações entre crédito e moeda, embora elas comecem a surgir desde a primeira referência ao crédito, dedicando particular atenção ao que designamos, utilizando a terminologia e conceptualização de Brunhoff, a ante-validação social das mercadorias.

##### 4.2.2.3.1. Movimento do capital e credito

Quando consideramos o movimento do capital

D – M ...P... M′ – D′
D′ – M′ ...P... M″ – D″
M″ – D″ – M″

em que o primeiro é de um produtor de meios de produção e o segundo de um produtor de bens de consumo, correspondendo o terceiro movimento ao típico da produção mercantil em geral, em capitalismo referido à venda da força de trabalho pelos trabalhadores e sua posterior aquisição de bens de consumo, verificamos que existem três momentos passíveis de crédito, no caso de considerarmos uma economia fechada.

A primeira refere-se a D do primeiro ciclo ou a D' do segundo que é um CREDITO DE FINANCIAMENTO à produção, que substituindo-se à prévia acumulação de capital-dinheiro por parte de cada capitalista industrial, aumenta a velocidade de rotação de todo o seu capital e, portanto, aumenta a taxa de lucro.

A existência deste credito esta intimamente relacionado com a característica do capital industrial e o seu movimento:

> "selon la durée de la période de rotation et le rapport réciproque de ses deux composants, période de travail et période de circulation, l'élément de la valeur-capital avancée, qui doit être sans cesse avance et renouveler sous la forme argent varie en fonction du capital productif qu'il met en mouvement, c'est-a-dire en fonction de l'échelle de production ininterrompue"[332]

Mas o crédito de financiamento é simultaneamente um crédito de realização para outros capitalistas, como se pode ver pela relação entre o segundo ciclo do capital e o primeiro, embora a relação entre o crédito e a realização seja mais indirecto. Exige um maior tempo de mediação, porque à partida os capitais que surgem com ele relacionados na realização estão indeterminados num leque de hipótese alternativas.

Ainda a este propósito convirá recordar que

> "Marx ne fait pas une théorie monétaire de l'accumulation, qui tomberait sous le coup d'une double critique, celle de surestimer ou de mésestimer le roule de la monnaie. Ils s'agit ici du financement de l'accumulation dans une économie monétaire, ou la circulation de la monnaie se combine avec celle du capital. La théorie de la monnaie ne se confondant pas avec celle de la production il n'y a pas de théorie monétaire de la 'réalisation de la plus-value' ou de l'accumulation du capital"[333]

332 Em Marx, "Le Capital ..., V 72
333 Em Brunhoff, "La Monnaie chez ... , p. 100

Uma segunda hipótese de intervenção do «crédito» é no terceiro movimento haver uma antecipação em de D "em relação à venda de M". Neste caso estamos perante uma relação social de tipo diferente já que o receptor, chamemos-lhe assim, não é um capitalista (ou pelo menos não actua como tal). Estamos perante uma situação de CREDITO AO CONSUMO que também é um «crédito» de realização e é uma reminiscência da usura[334]. A ligação ao movimento do capital é indirecta e, como veremos, a utilização do conceito de crédito a esta situação só é admissível na medida em que a usura surge, em capitalismo, numa situação subordinada em relação ao crédito.

A terceira hipótese é uma forma directa de crédito de realização: a circulação do capital-mercadoria sem intervenção da moeda nesse momento, dando-se o pagamento numa altura posterior. É o CREDITO COMERCIAL que dá lugar à emissão de uma quase-moeda, no sentido marxista do termo. Funciona como um crédito de realização financiado pelos produtores. Por esta dupla realidade

> "Le crédit commercial se trouve donc à la frontière du système monétaire et du système de crédit" [335]

e

> «Incorporé dans le second, il y introduit-la 'contradiction' inhérente à la fonction de la monnaie comme moyen de paiement»[336]

O crédito comercial dando lugar à monetarização dos títulos de crédito, à conversão da quase-moeda em moeda ocupa lugar particularmente destacado na dinâmica da MOEDA-CRÉDITO (moeda criada em resultado de um crédito):

> "La monnaie de crédit a sa source immédiate dans la fonction de l'argent comme moyen de payement. Des certificats constant les dettes contractées pour des marchandises vendues circulent eux-mêmes à leur tour pour transférer à d'autres personnes les créances. A mesure que s'étend le système de crédit, se développé de plus en plus la fonction que la monnaie remplit comme moyen de payement"[337]

Se estes casos apresentados não esgotam a totalidade das situações de crédito elas referem as mais significativas quantitativa e qualitativamente[338]. Elas revelam que o crédito tem que ser sem-

334 A usura é um movimento circular de dinheiro, pelo que está desinserida do movimento do capital

335 Em Brunhoff. "La Monnaie chez .... p. 116

336 Idem

337 Em Marx, "Le Capital..., I 144

338 Em determinadas épocas o crédito ao Estado, que pode estar ligado à produção mas só indirectamente, pode assumir uma grande importância, como aliás se verificou em algumas fases da nossa história

pre analisado tendo em conta a dinâmica do capital industrial. O crédito surge e desenvolve-se, modificando e subordinando a usura que o antecedeu, ligado ao movimento global do capital. O crédito assume diversas formas quanto a localização no ciclo do capital e intervenção das fracções de capitalistas mas surgem relacionadas entre si.

É certo que o crédito adquire uma autonomia relativa, resultante em primeiro lugar da existência de desfasamentos temporais entre os movimentos de capital-dinheiro e os do capital produtivo. Também o adquire pela existência de uma massa de CAPITAL FICTÍCIO com um determinado movimento

> "Capital ficticio: capital en forma de títulos de valor, que proporcionan un ingreso a quien los posee. Los Títulos de valoraciones, obligaciones de las empresas capitalistas y de los emprestimos del Estado, cedulas de imposición de los Bancos hipotecarios carecen de valor intrínseco (...) A diferencia del capital real invertido en las diferentes ramas de la economía, el capital ficticio no constituye una riqueza real, y por este motivo no desempeña función alguna en el proceso de la reproducción capitalista"[339]

que só indirecta e parcialmente se relaciona com o capital productivo. Além disso o crédito gera crédito.

Contudo, essa autonomia do crédito em relação à produção é relativa porque sendo o juro uma parte da mais-valia e sendo esta exclusivamente criada na produção, essa "bola de neve" do crédito está sempre condicionada pela massa de mais-valia produzida e pelos mecanismos da sua distribuição. Esta dependência da produção de mais-valia e a necessidade dos créditos serem pagos fazem com que o grau de autonomia do crédito seja limitado. É nos períodos de crise que essa ligação do crédito à produção se manifesta em toda a sua intensidade, em todo o seu dramatismo:

> "La crise du système du crédit représente, selon Marx, une régression de toute l'organisation financière capitaliste, un 'revirement subit du système de crédit en système monétaire'"[340]

A consideração de uma economia aberta exigiria tomar estes movimentos à escala internacional, o que tem especificidades, e as possibilidades de desarticulações entre estes diversos tipos de credito à escala nacional.

339 Em Borisov (Aavv), "Diccionario..., p. 18
340 Em Brunhoff, "La Monnaie chez ..., p. 176

### 4.2.2.3.2. Natureza do crédito

O crédito é uma relação social entre capitalistas, entre os capitalistas possuidores de capital-dinheiro que enquanto dinheiro está entesourado e os capitalistas industriais que necessitam desse capital--dinheiro para iniciar (ampliar, acelerar) o processo produtivo de forma a dar lugar (aumentar) a taxa de lucro. Assim, a primeira característica do crédito é ser uma relação social entre capitalistas financeiros e capitalistas industriais.

É certo que uma ascensão ao concreto introduz relações chamadas de credito que fogem deste tipo de relacionamento, mas tal ou resulta da autonomização de certas actividades, exemplo crédito comercial, ou resulta do facto do «capital portador de juro» ser anterior ao nascimento do crédito, categoria típica do capitalismo

> "Le capital productif d'intérêt, ou pour le designer sous sa forme antique, le capital usuraire, fait partie avec le capital commercial, son frère jumeau, des formes antédiluviennes du capital qui précèdent de loin le mode de production capitaliste et se retrouvent dans les structures sociales les plus diverses au point de vue économique"[341]

continuar a surgir e manifestar-se em capitalismo embora de forma subordinada[342]

Em relação a este aspecto acrescentemos apenas que a diferença entre o capitalista financeiro e capitalista industrial é funcional e não pessoal.

Essa relação social entre capitalistas consubstancia-se num movimento circular de capital-dinheiro. Movimento circular que transparece na representação D-M-D' no duplo sentido do capital-dinheiro ser o ponto de partida e de chegada e da sua propriedade ser do capitalista financeiro. Todo o movimento de crédito exige, desfasado no tempo, a passagem de capital-dinheiro do capitalista financeiro para o industrial e deste para o primeiro. Quando não existe este movimento circular, possibilidade permanente, há uma ruptura do crédito, o que passa pela sua destruição, mais ou menos violenta, e pela sua redução, mais ou menos radical, à sua base monetária (daí, como vimos, o carácter limitado da autonomia do crédito).

341 Em Marx, "Le Capital ..., VII 253

342 A este propósito recorde-se a seguinte passagem de Brunhoff (em "La Monnaie chez ... , p. 113):

> "C'est pourquoi l'analyse des structures specifiques du credit se situe dans le cadre d'une théorie monetaire du credit, qui permet de comprendre les survivances comme l'usure, et les regressions du systeme du crédit moderne lui-même qui se manifestent au cours de l'evolution conjoncturelle"

Este movimento circular do capital-dinheiro está associado à apropriação de uma parte da mais-valia pelo capitalista financeiro sob a forma de juro, sendo esse o terceiro aspecto caracterizador do crédito, obviamente indissociável dos restantes.

Em síntese, o crédito é uma relação social entre capitalistas financeiros e capitalistas industriais consubstanciada num movimento circular do capital-dinheiro portador de juro.

Não vamos aqui fazer qualquer análise da diversidade/unidade dos múltiplos canais de crédito nem sobre os mecanismos de determinação dos níveis das diversas taxas de juro. Apenas gostaríamos de referir que a existência de diversos canais e instituições de relações de crédito (bolsa, banca, outros intermediários financeiros, por exemplo) não nega a existência de um certo movimento unitário das relações de crédito, tanto mais vincado quanto maior for a mobilidade do capital-dinheiro na passagem de uns para os outros circuitos. Mais, a diversidade de taxas de juro é essencialmente o resultado das diferentes relações do movimento de capital-dinheiro como o movimento do capital produtivo e dos entraves às referidas transferências, assim como dos movimentos de oferta e procura de capital-dinheiro (o que é bastante diferente de oferta e procura de dinheiro, formulação que rejeitamos), para além da intervenção política.

A taxa de juro está limitada pela taxa de lucro embora aquela possa ser superior passageiramente em resultado de múltiplos factores conjunturais ou políticos.

### 4.2.2.3.3. Capital bancário

Por capital bancário designamos a fracção do capital que se autonomiza nos movimentos do capital-dinheiro:

> "Une certaine fraction, sous forme de capital-argent, se sépare donc du capital total et devient autonome; sa fonction exclusive, du point de vue des capitalistes est d'assumer les opérations susdites pour l'ensemble des capitalistes industriels et commerciaux (...) Les mouvements de ce capital-argent ne sont donc, eux aussi, que des mouvements d'une fraction devenue autonome du capital industriel dans le cours de son procès de reproduction"[343]

sendo os bancos e, a partir de um certo grau de desenvolvimento, o sistema bancário, as instituições geradas por tal autonomização.

343 Em Marx, "Le Capital..., VI 324

O capital bancário é um dos canais dos circuitos de crédito, que assumiu, e assume, na economia portuguesa um carácter determinante.

O desenvolvimento dado no anexo a este aspecto dispensa-nos grandes análises aqui e agora.

Apenas uma nota final. A formação do capital financeiro no sentido dado por Lenine reforça o entrelaçamento entre o capital bancário e o capital industrial num triplo sentido:

— o capital industrial pertencente ao grupo monopolista que possui também o capital bancário pode reforçar o seu acesso ao crédito;
— a gestão dos capitais industrial e bancário surge unificada, com todas as consequências já anteriormente referidas;
— os circuitos de crédito surgem desiguais com um com uma vantagem para os capitalistas industriais ligados ao grupo.

### 4.2.2.3.4. Moeda e credito

Do que foi dito até agora fácil é concluir que a moeda e o crédito são duas relações sociais radicalmente diferentes e que tal se mantém mesmo que a forma-coisa seja a mesma. Relações sociais radicalmente diferentes entre as quais existe uma relação lógica e histórica: não pode haver capital-dinheiro sem haver moeda e esta preexiste historicamente. O crédito é um movimento circular que nunca pode ser equivalente geral e que o exige na função de meio de pagamento.

Por outras palavras, moeda e crédito são realidades diferentes com um relacionamento mútuo cujo vector fundamental encontra-se na base monetária do crédito que engloba o afirmado por Barrere, Ch.

> "Le crédit est scission entre la métamorphose idéale d'une marchandise en équivalent général et sa métamorphose réelle, transformation de la marchandise en signe de crédit, signe de crédit qui sera transformé à son tour en argent réel; Scission entre vente et paiement de la marchandise, c'est-a-dire transfert d'une valeur. Il a donc pour base la fonction de moyen de paiement de la monnaie"[344]

mas tem um conteúdo mais vasto.

O crédito só é perceptível se integrado numa teoria monetária do crédito:

344 Em Barrere, Christian, "Crise ..., p. 31

> "En partant du crédit pour aller à la monnaie, on ne retrouve que le crédit»[345].

Este vector fundamental do relacionamento foi magistralmente apresentado por Brunhoff

> "Le crédit ne contient pas la monnaie, il la suppose. Car il ne peut remplir les fonctions d'étalonnage des prix et de règlement des achats. Même si l'on admet que le "crédit fait la monnaie', la monnaie diffère du crédit. Et cela quelle que soit sa forme, marchandise, billet ou écriture bancaire. Le crédit ne se déduit pas de la monnaie, même s'il greffe sur certaines de ses fonctions. Comme système de paiement diffère incluant un taux d'intérêt, il est lié à la circulation du capital. Les formes ante capitalistes du crédit n'ont pas le caractère du système du crédit propre au capitaliste"[346].

O facto de actualmente quase todo o tipo de moeda ser moeda-crédito não invalida o anteriormente afirmado, embora mostre que a relação é multidireccional e contraditória.

Este carácter contraditório do relacionamento tem que ver com a coexistência e entrelaçamento dos movimentos, já nossos conhecidos

M - D - M

D - M - D'

e o facto de cada um deles apontar para lógicas diferentes de relacionamento do valor e da moeda no tempo.

No primeiro movimento a moeda é posterior à produção de valor cristalizado na mercadoria o que, em termos de sistema monetário, significa que a relação monetária só se pode estabelecer quando há uma base valor pré-existente, o que corresponde ao «currency principle» ou ao padrão-ouro[347]

No segundo movimento a moeda é anterior à produção de valor cristalizado na mercadoria, surge como possibilidade (sempre susceptível de não realização) de criação de valor futuro, o que em termos de sistema monetário significa que a relação monetária se pode estabelecer antes da base valor, como promessa do surgimento desta, o que corresponde ao "banking principle" ou, para utilizar uma terminologia retirada da realidade presente, ao padrão-divisa.

---

345 Em Brunhoff, "Rapport ... , p. 87

346 Idem, p. 88/9

347 Com efeito no padrão-ouro a quantidade de moeda em circulação depende da quantidade de ouro existente em reserva que, por sua vez, depende da produção de ouro, no caso de ser um pais que o possua, e da situação passada da balança de pagamentos a qual reflecte as condições de produção.

Estes dois movimentos, estas duas forças no sentido da reorganização do sistema monetário internacional coexistem sistematicamente, como tivemos oportunidade de ver a propósito da história de aspectos do nosso sistema bancário, constante do anexo. Coexistem ora em termos de organização do sistema monetário (como é o caso do padrão-divisa-ouro) ora como diferença entre a estrutura existente e as práticas realizadas.

Esta permanente coexistência de dois movimentos contraditórios mostra que não existe um movimento linear e uniforme exclusivamente num sentido e que as práticas e organizações vão sofrendo os impactes das conjunturas que evidenciam mais um ou outro movimento. Contudo as necessidades da acumulação reveladas pelo duplo movimento de aumento do capital avançado (tendência ao decrescimento da taxa de lucro, por um lado, e aumento da velocidade de circulação e mobilidade intersectores permitido pelo crédito), o movimento de concentração e centralização do capital, em que o capital financeiro tem uma posição determinante às escalas nacional e internacional, reforçada pela intervenção do Estado (também passa pela hierarquização-consolidação do sistema bancário por intermédio do banco central), e ainda a relativa prosperidade por que passou a economia capitalista após a segunda grande guerra até aos fins da década de 60 fizeram com que o crédito se expandisse enormemente. Hoje o segundo movimento assume uma posição hegemónica na organização e reorganização do sistema monetário internacional e nacional.

#### 4.2.2.3.5. Validação e pseudo validação social das mercadorias

Esta contradição interna (na medida em que o crédito tem uma base monetária) entre a moeda e o crédito é uma das manifestações da contradição fundamental do capitalismo, da contradição entre o carácter social da produção (expressa na imposição monetária e validação do trabalho social, e também na validação estatal do sistema monetário) e o carácter privado da sua apropriação (dinâmica da moeda-crédito e gestão capitalista do sistema monetário). Esta ligação da contradição entre moeda e crédito à contradição fundamental do capitalismo revela que os sistemas monetário e financeiro são partes integrantes da dinâmica social global, não funcionando como elemento adicional interferindo na acumulação de forma exterior. Mostra igualmente, é isso que nos parece particularmente importante aqui afirmar, que a relação entre a moeda e o crédito

não pode ser encarada enquanto alteração de quantidades de uma das componentes. As alterações quantitativas dos agregados monetários ou financeiros gerados pela sua contradição interna existem e são uma expressão das alterações qualitativas, das modificações das relações sociais de produção no seu cerne.

O crédito introduz novas formas de relação entre os produtores independentes permitindo, desde a primeira hora da sua existência, a substituição temporária da VALIDAÇÃO SOCIAL das mercadorias pela ANTE-VALIDAÇÃO PRIVADA das mercadorias. O desenvolvimento do sistema de crédito, o reforço do papel do sistema bancário, a sua hierarquização e ligação ao Estado fazem esta antevalidação evoluir para a ANTE-VALIDAÇÃO SOCIAL das mercadorias, a qual pode, em certas circunstâncias assumir a forma de PSEUDO-VALIDAÇÃO SOCIAL das mercadorias[348].

Vejamos com algum cuidado estes diversos conceitos, o seu posicionamento histórico e as relações existentes entre si.

O primeiro já não constitui mistério para nós. Já vimos que as mercadorias só o são se forem validadas socialmente, se o trabalho nelas incorporado for reconhecido como social, se a mercadoria se confrontar e se trocar pelo equivalente geral, pela moeda. Por isso a moeda, enquanto equivalente geral, é a contrapartida dessa validação social que uma vez realizada é irreversível. No movimento

M - D (D=moeda enquanto relação social que garante a validação social das mercadorias)

há a venda definitiva da mercadoria, há a sua realização como valor para o seu produtor e a realização do seu valor de uso para o comprador. Está definitivamente reconhecido o trabalho abstracto enquanto tal.

Com o crédito a transacção da mercadoria faz-se em duas etapas: numa primeira a mercadoria troca-se contra crédito e numa segunda o crédito é pago. Só nesse momento o movimento de venda torna-se irreversível, o trabalho incorporado nas mercadorias é efectivamente reconhecido como social. Como diz Brunhoff

> "La monnaie de crédit privée figure à la base de la pyramide. Elle se forme et se détruit principalement dans les transactions entre banques et entrepreneurs. Un entrepreneur emprunte des moyens de paiements a sa banque pour régler les dépenses de préfinancement. Il devra rembourser la banque au terme d'un délai fixé par contrat, et pourra le faire s'il a vendu sa marchandise La banque qui effectue le prêt émet de la monnaie que anticipe la production et la vente de la marchandise.

348 Foi Brunhoff que em sucessivos trabalhos foi apresentando e desenvolvendo esta nova conceptualização, sendo nosso propósito neste trabalho precisá-la, clarificá-la em alguns pontos, enriquece-la com a ascensão ao concreto, referir como se manifestou no nosso país

> Cella correspond bien au mouvement de circulation du capital, dont la première transaction est A-M: le capital-argent A peut appartenir à l'entrepreneur lui-même ou être emprunté. Au terme du circuit A-M-A', la banque doit être remboursée par l'entrepreneur dont la dette est alors vraiment réglé: la validation privée anticipée des activités de l'entreprise par le crédit, est devenue une validation sociale effective"[349]

À primeira etapa corresponde uma antevalidação privada e à segunda, pagamento do crédito, a validação social.

Esta situação pode surgir em dois contextos diferentes, apresentados sintética e simbolicamente das seguintes formas:

1) M - Dc - D (Dc=Moeda comercial; D mantém a significado anterior) em que com M - Dc só se tem uma venda provisória, uma validação provisória assente na garantia privada de que aquela moeda-crédito, moeda comercial, será oportunamente trocada por equivalente geral, por moeda enquanto relação social que garante a validação social das mercadorias. Nesse momento ainda só temos a referida ante-validação privada da mercadoria, tornando-se validação social quando se verificar Dc - D.

Acrescente-se que as formas-coisa das relações sociais expressa em Dc e D são distintas.

2) M - Dc - Db - D (Db=Moeda bancária ; restante simbologia igual) em que a ante-validação privada passa por duas fases, duplica-se numa relação de crédito entre comprador e vendedor e entre este e o banco. O movimento Dc - Db contribui para o alargamento da relação social relacionada com a venda da mercadoria, na medida em que a moeda-crédito Db, tem uma área de circulação mais vasta. Por outro lado pode permitir dilatar o desfasamento temporal entre a ante-validação e a validação. Contudo, quer o movimento M - Dc como Dc - Db são ainda momentos da ante-validação privada e só o último movimento Db - D constitui a validação, torna irreversível o reconhecimento do trabalho abstracto.

A passagem da forma 1) para a forma 2) não é um mero exercício simbólico, mas um longo e complexo processo de desenvolvimento social. O movimento Dc - Db pressupõe a existência de bancos, uma actividade de monetarização da moeda comercial e uma aceitação social da sua moeda, que corresponde à possibilidade do movimento de validação. E para que tal movimento tenha relevância social é necessário que os bancos já tenham assumido um certo grau de implantação social. Basta recordamos o carácter tardio da constituição do Banco de Lisboa, a longa e lenta marcha para o despontar

349 Em Brunhoff, Etat et Capital ..., p. 34

de um conjunto relativamente significativo de bancos em Portugal e ainda as grandes reticências durante muito tempo existentes em relação à prática de desconto de efeitos comerciais, ou o seu carácter frágil, para termos uma ideia da morosidade e dificuldade da passagem de uma a outra forma de ante-validação privada.

Acrescente-se, para precisar a ideia, que Db é uma moeda bancária específica e não a moeda bancária em geral. Esta concepção genérica só é viável a partir do momento que as diversas moedas bancárias, oriundas de diferentes bancos, sejam convertíveis entre si, o que à partida não está garantido, como também vimos no referente à realidade portuguesa.

Essa convertibilidade recíproca entre as diversas moedas bancárias só se faz através da mediação da moeda nacional, da moeda da responsabilidade do Estado emitida directamente por ele ou por intermédio do Banco Central:

> "La possibilité de convertir les diverses monnaies bancaires privées en une monnaie commune émise par l'Etat s'est trouvée assurée par le développement du système bancaire reliant les banques privées à la Banque centrale selon des règles déterminées"[350].

Esta convertibilidade reciproca das diversas moedas bancárias entre si não invalida a existência de diversas moedas bancárias e o facto de estas serem diferentes da moeda nacional. A «homogeneização» entre as diversas moedas bancárias só é conseguido com o reforço da possibilidade da moeda bancária se converter em moeda nacional.

Se olharmos para a nossa história monetária verificamos quão longo foi o caminho a percorrer entre o momento em que a moeda «nacional» afecta à actividade do Banco de Portugal coexistia com as moedas bancárias, até ao momento em que assumiu as funções efectivas de moeda nacional, com restrição da actividade emissora de diversos bancos, desde esse momento que coexistia com um receio e raridade do redesconto até ao momento em que este passou a ser uma das práticas fundamentais do banco central. Por outras palavras o surgimento da moeda nacional (também moeda-crédito) num novo patamar da pirâmide monetária está ligado à passagem da existência de bancos isolados à sua articulação em sistema, com um grau de coesão que vai evoluindo, à sua consolidação por intermédio da sua hierarquização, surgindo um banco central com uma actividade de coordenação e apoio cada vez mais intensa.

350 Idem, p. 35

Nesta nova situação a ante-validação privada dá lugar à ante-validação social das mercadorias como momento prévio à validação social.

Simbolicamente

M - Dc - Db - Dn - D (Dn=moeda nacional, outras mantêm os significados anteriores)

em que M - Dc e Dc - Db são dois momentos da ante-validação privada, Db - Dn constitui a ante-validação social e só finalmente em Dn - D temos a validação social, quando o movimento do valor é irreversível.

Esta nova fase (Db - Dn) é importante porque qualitativamente a moeda nacional é diferente das restantes, pela sua ligação ao Estado que a garante, pela «propriedade» social que assume, pela sua mais ampla circulação, pela sua articulação com as moedas nacionais dos outros países e com a moeda internacional, no caso de existir. Além disso alarga o prazo entre a circulação inicial da mercadoria e a sua efectiva validação. Além disso, embora a relação social desempenhada por Dn e D sejam diferentes, suas essências sejam diferentes, a partir do momento em que deixou de haver padrão-ouro e deixou de haver uma moeda internacional (o que hoje existem são moedas nacionais que também circulam internacionalmente) a forma-coisa dos dois tipos de moeda (Dn e D) passam a identificar-se no quadro de uma economia nacional. Identidade de forma tão importante que a partir do momento em que se verifica a reprodução do equivalente geral, a reprodução de D, consubstancia-se na própria convertibilidade recíproca entre os diversos tipos de moeda, na convertibilidade recíproca ente Db, Dn e as restantes moedas nacionais.

Esta ante-validação social pode colocar problemas

> "fait problème puisqu'elle ne correspond pas à la réalisation monétaire effective de la marchandise"[351]

quando a moeda nacional acompanha o movimento das moedas-crédito privadas no sentido de garantir ficticiamente uma transacção das mercadorias, quando a situação global da acumulação é de ruptura no metamorfoseamento do capital-mercadoria em capital-dinheiro. Nesse caso estamos perante uma pseudovalidação social das mercadorias. Por outras palavras é uma passagem de moeda bancária a moeda nacional no quadro de uma ruptura na circularidade do crédito e, portanto, de ruptura no movimento Dn - D.

351 Em Brunhoff, Rapport d'argent ..., p. 124

Como vimos a propósito do sistema bancário português, o surgimento desta possibilidade de pseudo-validação social das mercadorias, de existência de uma conversão de moeda bancária em moeda nacional, com a preocupação fundamental de garantir a continuidade do sistema bancário, a sua liquidez -- peça fundamental da acumulação em períodos em que esta se encontrava ameaçada --, pressupõe uma organização do sistema bancário em que o banco central deixa de intervir como banco, com uma certa rentabilidade que tem que ser garantida, para passar a assumir a função de garante da continuação do sistema monetário nos moldes existentes, como defensor da adequação do sistema monetário às necessidades da acumulação. Por outras palavras, a ante-validação social e a pseudo-validação social configuram-se simbolicamente de uma só maneira, mas a possibilidade de aquela se tornar nesta corresponde a uma evolução longa do sistema monetário, como ressalta da experiência portuguesa. Evolução que depende, simultaneamente das condições internas e externas. Nestas deve estar garantida a possibilidade das contradições monetárias internas nos seus impactos com os restantes sistemas monetários não levar à ruptura de convertibilidade, o que passa inevitavelmente pelo alargamento do crédito internacional.

Feita esta breve digressão pela articulação entre moeda e crédito e pelos novas relações sociais a que está ligada, impõe-se anteciparmos um pouco o que abordaremos num ponto seguinte (a propósito das crises) e interrogarmo-nos o que é que acontece em cada uma das situações descritas no caso de existir uma ruptura no metamorfoseamento do capital-mercadoria em capital-dinheiro, se se romper, o que pode ser desfasado em relação à anterior ruptura, a circularidade do crédito.

Comecemos por uma resposta muito sintética.

1) No primeiro caso a mercadoria não é validada socialmente. No caso de tal situação não ser isolada e esporádica mas generalizada, sistemática e em cadeia durante um determinado período, o que é mais concordante com a situação de crise com que relacionamos o problema, a empresa produtora vai à falência. No caso de crise há uma destruição de valor na mercadoria.

2) No segundo caso a mercadoria não é validada socialmente porque o comprador-devedor não paga. A empresa produtora vai à falência porque a compradora o foi. Há uma destruição de valor em M com a simultânea destruição da moeda comercial existente sem base monetária.

3) No terceiro caso a situação é similar à descrita no anterior mas com maior grau de complexidade:

> "Il faut qu'a l'échéance, A1-A [Dc-D] s'effectue (conversion de la créance en monnaie) pour que M-A (conversion de la marchandise en monnaie) se réalise. Ici la monnaie moyen d'achat A1 peut être une traité commercial, une lettre de change, mais non de or qui est immédiatement un moyen de paiement. Si le créancier (vendeur de M) fait escompter sa traite A1 par une banque, il peut lui même disposer tout de suite d'argent A2 [Db] avant d'avoir été réglé par son débiteur. C'est la banque qui devient porteuse de la relation du crédit A1-A à la place du créancier initial, et donc indirectement porteuse de la relation M-A. En cas de remboursement par l'acheteur-debiteur, le reflux se réalise; faute de quoi la banque fait faillite"[352]

e a destruição de valor na mercadoria é antecedida pela destruição de valor da moeda comercial e da moeda bancária, havendo uma redução do crédito comercial e bancário à sua base monetária. Essa era a situação típica quando os bancos já existiam, descontavam efeitos comerciais e permaneciam isolados uns dos outros. A emissão de moeda bancária para além das possibilidades de pagamento (e ao considerarmos tal temos que atender à possibilidade de uma parte desses créditos terem como objectivo o capital fictício) conduzia à falência do banco e à destruição da sua moeda, à destruição de uma parte do valor da moeda em circulação que se cristalizava num determinado tipo localizado, mantendo a restante o seu valor. No anexo encontramos diversas referencias a esta situação.

4) No quarto caso a situação é bastante diferente:

> "Lorsque les billets de la Banque centrale fonctionnent comme moyen de paiement à la place de l'or, au plan national, cette monnaie d'Etat inconvertible est doublement dissocié de la marchandise: 1. elle n'est pas l'expression d'une monnaie-marchandise à venir, ce en quoi elle se distingue de la monnaie des banques. Son émission représente un écart sans précédent entre marchandise et monnaie, même si elle s'effectue à la demande des banques ayant besoin d'un refinancements ou d'un prêt en dernier ressort.
>
> Il en résulte un nouveau assouplissement des limites marchandes de la production capitaliste, par l'extension accrue des possibilités de crédit à l'échelle nationale. La polarité créances-monnaie s'estompe quand la monnaie bancaire privée est convertible en monnaie d'Etat avec des aménagements et des garanties divers. En même temps, l'affaiblissement de la circulation marchande s'exprime comme affaiblissement de la monnaie émise par l'Etat: car

352 Idem, p. 111

> c'est la forme de monnaie permettant la plus grande extension du crédit qui supporte le plus directement les difficultés de crédit en rapport avec celles de la circulation marchande. De même que dans le cas précédent la banque privée était devenue porteuse de la relation de crédit à la place du créancier initial, la Banque centrale porte maintenant cette relation en dernière instance. La crise monétaire s'exprime alors de façon différente, comme affaiblissement de la valeur relative de la monnaie national"[353]

O facto de haver uma identidade da forma-coisa entre a moeda nacional e a moeda-equivalente geral no quadro de um país, faz com que numa situação de ruptura não haja perca de valor da mercadoria porque esta foi trocada contra moeda nacional. Estamos numa situação de pseudo-validação social das mercadorias: validação pela razão anteriormente apontada; pseudo porque a circularidade do crédito continua na mesma a ser interrompida, o pagamento a não realizar-se e a validação a não efectivar-se. Assim sendo a perca de valor dá-se na moeda nacional em geral. A generalização da ante-validação social das mercadorias provoca nos períodos de ruptura de metamorfoseamento de forma do capital uma pseudo-validação social das mercadorias, a que corresponde uma transferência de perda de valor da mercadoria para a moeda nacional em geral, sem correspondente destruição de uma parte da forma-coisa. A desvalorização localizada numa determinada situação espalha-se a toda a moeda nacional, embora sem homogeneização e simultaneidade dada a ligação aos circuitos privados (monopolistas) de crédito.

Tentemos captar esta situação um pouco mais de perto:

— o primeiro aspecto a reter é a identidade da forma-coisa entre moeda nacional e moeda enquanto relação social que garante a validação social das mercadorias, enquanto moeda representante de ouro, se quisermos. No anexo fazemos uma alusão circunstanciada a essa situação que corresponde a um processo de longa aproximação da moeda-crédito e da moeda símbolo de valor, pelo que nos dispensamos a sua reanálise aqui;
— o segundo trata-se da perda de valor da moeda nacional. Comecemos por um exemplo numa economia aberta: se uma país vende mercadorias a outro e dá lugar a sucessivos movimentos dos tipos que foram referidos, o posterior não pagamento por parte do comprador-devedor acarreta dificuldades na convertibilidade

353 Idem, p. 112/3

da moeda do país credor em relação às restantes, uma desvalorização da moeda. Para compreendermos o fenómeno no quadro de uma economia fechada, comecemos por recordar duas situações retiradas, embora com um nível de apresentação genérico, da história do nosso sistema monetário-financeiro:

- quando um banco tinha uma emissão de moeda-bancária sem correspondência com a sua base monetária havia uma destruição total dessa moeda no caso de falência ou o estabelecimento de um ágio na sua troca por mercadorias, pagamento de dívidas ou na conversão em outros tipos de moeda; e tal verificava-se mesmo quando esse banco era apoiado pelo Estado, mas não se integrava num sistema bancário hierarquizado e o apoio não se convertia numa identidade;
- quando o banco central passou não só a ser o banco emissor mas o garante em última instância do funcionamento de todo o sistema bancário, quando a sua moeda não é apenas mais uma moeda bancária mas identifica-se com a moeda nacional e é instrumento de crédito em crise, é garante da sobrevivência do conjunto das moedas bancárias, deixa de haver falência (não há falência, no plano interno e só aí, do banco central) e ágio na troca pelas outras moedas. Esta ausência não é o resultado do funcionamento das leis objectivas da economia (porque o político se entrelaçou mais fortemente com o económico, porque o banco emissor surge como um prolongamento do Estado), mas da intervenção do político. As leis objectivas mantém-se e apenas as formas da sua manifestação se alteram: passa a haver uma destruição de valor da moeda nacional, atingido por inteiro o sistema monetário em sucessivos fluxos e refluxos.

#### 4.2.2.4. Continuidade e ruptura

Sendo o capitalismo a formação social que levou à máxima extensão a divisão social da produção baseada na propriedade privada e em produtores independentes nas tomadas de decisão é a que apresenta um maior grau de anarquia da produção. Esta funciona sempre como uma ameaça de ruptura entre a produção e a circulação, entre a articulação dos diversos sectores produtivos, a qual tem sempre um certo grau de concretização em todos os sectores e em alguns em especial (assim como regiões). Contudo existe uma coerência a que já fizemos alusão a propósito da articulação produção/

distribuição/circulação e da relatividade do salto no desconhecido, assim como da não independência entre oferta e procura embora com graus de aleatoriedade que tem que ver com a fracção da economia que se considere.

É exactamente essa coerência global possível que Marx procura mostrar nos ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO, em que a mais significativa, em termos de aderência à realidade, é o que se aplica à reprodução ALARGADA, a que se processa num quadro de acumulação.

Baseado na divisão da economia em dois grandes sectores (no segundo sentido que já referimos anteriormente) concordante com a grande divisão do capital produtivo do ponto de vista da criação do valor, mostra que é possível o funcionamento global da economia, desde que se respeitem determinadas proporções entre os sectores[354].

Do ponto de vista monetário apenas reforça a conclusão anteriormente assumida da unidade entre as diversas funções da moeda ou, por outras palavras, que a função de circulação das mercadorias é indissociável da de entesouramento[355]. O reforço da articulação entre estas duas funções remete de imediato para a não neutralidade da moeda, para o conflito entre social e particular nas decisões de entesouramento e desentesouramento, para a possibilidade daquele, determinado por factores objectivos, funcionar como elemento de ruptura na circulação das mercadorias, o que desde logo distância os esquemas de reprodução de Marx de qualquer forma de explicitação da designada "lei de Say".

Nos esquemas de reprodução não existe uma intervenção do crédito, o que não significa que seja uma categoria dispensável em capitalismo. É muito importante no processo de aumento da taxa de lucro, pelo que a economia capitalista é necessariamente creditícia.

Os esquemas de reprodução já englobam a possibilidade formal de ruptura na metamorfose do valor da mercadoria em moeda, o que mais não é do que uma expressão da contradição entre valor e valor de uso. Essa não venda das mercadorias, quando verificada de uma forma global, atingindo com maior ou menor intensidade todos os sectores, corresponde à situação de crise. Não havendo, como vimos, um problema monetário da realização da mais-valia no ciclo do capital e sendo a produção/distribuição/circulação três esferas do económico que só assumem sentido na relação recíproca, essa não venda das mercadorias, essa não transformação do capital-

354 Com isto não negamos outras aplicações teóricas e práticas dos esquemas de reprodução.

355 De facto a troca de mercadorias exige sempre a troca de mercadorias que aumentam ou substituem o capital constante, o que exige previamente o entesouramento.

mercadoria em capital-dinheiro só se pode verificar porque há entesouramento. Por definição de força de trabalho e valor da força de trabalho tal entesouramento não pode partir dos assalariados. Por exclusão de partes -- estamos a tratar de uma economia capitalista "pura" --, tal resulta dos capitalistas, não tanto enquanto consumidores improdutivos[356] mas enquanto proprietários do capital. Por outras palavras, a origem da ruptura na circulação do valor está na não aplicação da totalidade ou parte do capital-dinheiro correspondente à mais-valia no início de um novo processo produtivo. Tal só acontece porque a taxa de lucro não surge como suficientemente compensatória para os capitalistas (quer pelos seus valores passados, quer pelas tendências de evolução desenhadas). Assim reencontramos mais uma vez o problema da evolução da taxa de lucro, da sua dinâmica conjuntural, estreitamente associada à dinâmica da composição orgânica do capital. A periodicidade destas crises[357], próxima da duração média do capital fixo (em termos físicos e de obsolescência, alias dinamizada pelas próprias crises) mostra que a diminuição da taxa de lucro está estreitamente relacionada com a variação periódica e ondulatória da composição orgânica do capital e do peso do capital fixo no conjunto do capital constante[358].

Estas crises surgem pois como inerentes à acumulação capitalista

> "Dans l'esprit de Marx donc, les cycles et les crises sont des formes de l'évolution de la reproduction capitaliste ou la limite d'auto croissance du coût du capital, principal moteur et objectif de la production capitaliste, est surmontée périodiquement"[359]

e existem porque existe capital a mais, tomando como referência o que conduziria a uma taxa de lucro considerada satisfatória. Há capital produtivo a mais, há também capital-mercadoria a mais (em relação à capacidade de absorção do mercado) e capital-dinheiro a mais (em relação às possibilidades de aplicação). Por isso estas crises inerentes ao capitalismo são crises de SOBREPRODUÇÃO.

As formas de manifestação podem ser múltiplas, conduzindo a dinâmicas específicas conforme os sectores, provocando desequilíbrios inter-sectoriais e subconsumos improdutivos. Pode a

356 O movimento cíclico da economia também se manifesta claramente no volume de bens de consumo duradoiros, mas aqui não consideramos esse aspecto.

357 É viável, e conveniente em análises mais finas do movimento cíclico, considerar diversos movimento cíclicos com diferentes tempos, mas aqui não entraremos nessa abordagem.

358 Está fora do nosso propósito apresentar as diversas explicações das crises reconhecendo que mesmo entre os marxistas há divergências de opinião. Tal afastar-se-ia do nosso objecto de estudo.

359 Em Menchikov, Le cycle ..., p. 17

intensidade de falências, variações de stocks, desemprego, variação dos salários e alterações dos preços ter uma comportamento mais ou menos específico. Pode haver maior ou menor sincronismo sectorial ou nacional. Pode ser mais ou menos intensa quer por razões internas à própria acumulação quer por razões externas[360]. Podem as formas serem múltiplas, mas o essencial é que estas crises são uma ruptura no movimento M' - D' de sobreprodução

— inerentes à dinâmica global da economia
— tem como expressão fenomenológica fundamental a diminuição do investimento privado de extensão
— são um momento de um movimento cíclico da economia decomponível em quatro fases: crise, depressão, recuperação, expansão.

Não será de espantar que as crises de sobreprodução tenham consequências sobre a moeda e o crédito. Também não o é que estas se manifestem de múltiplas formas (alteração da taxa de juro primeiro no sentido da subida e depois da descida, diminuição da liquidez do sistema bancário, insuficiência monetária para pagamento das dividas, alterações nas taxas de câmbio, ...), que apresentem uma autonomia relativa (quanto ao momento e intensidade de manifestação) e que, embora determinadas pela crise de sobreprodução global, se repercutam sobre a dinâmica do ciclo produtivo (abrandando ou intensificando os movimentos próprios de cada fase, provocando crises intermédias, ...). Tudo isso é uma aplicação à crise de sobreprodução do que temos vindo a dizer sobre a moeda e o crédito desde o inicio deste capítulo.

O que é essencial aqui retermos é que a crise de sobreprodução, embora tendo o seu núcleo duro na produção, tem expressões monetárias e financeiras importantes como prelúdio, acompanhamento e prolongamento (que podem assumir em determinadas situações uma relevância muito grande, como se verifica desde 1968, para o que contribuiu o dessincronismo do movimento cíclico e as modificações na correlação de forças internacional), que conduz inevitavelmente a uma ruptura na circularidade do crédito e que

360 Após a segunda grande guerra, em consequência essencialmente da grande destruição de capital então verificada, houve uma atenuação, diferente de eliminação, do movimento cíclico. Então muitos teóricos consideram que as crises pertenciam ao passado, mas tal não correspondia à realidade, o que veio a sofrer a demonstração máxima nas crises que têm atingido a economia mundial capitalista desde 1968/73 até hoje

> "quand la crise met provisoirement le système du crédit hors d'état de servir il y a simultanément une crise monétaire et une crise financière"[361].

Mais,

> «la crise du système du crédit représente, selon Marx, une régression de toute l'organisation financière capitaliste, un 'revirement subit du système de crédit en système monétaire'»[362]

Numa situação de ante-validação social das mercadorias a crise conduz em parte à destruição do circuito de crédito e à destruição do valor da mercadoria (nem toda a circulação de mercadoria com base na moeda-crédito conduz à emissão de moeda nacional), por um lado, e a passagem à pseudo-validação social da mercadoria, por outro:

> "Mais cette crise spécifique ne se traduit pas par une rupture de la circulation marchande mais par un affaiblissement général de celle-ci; l'effet de la non validation est dilue et s'étend en une pseudo ou quasi-validation des travaux privés en travail social. En outre, se dessinent ici toutes les possibilités de discrimination entre producteurs (selon que leurs marchandises se vendent au-dessus ou se dessous de leurs valeurs)"[363],

conduzindo, como vimos, à perda de valor da moeda.

Chama-se apenas a atenção para dois factos: a dessincronia do movimento cíclico faz com hajam sempre impactos típicos da crise sobre o sistema monetário e financeiro, embora de forma menos acentuada; estes impactos actuam sempre sobre a perda de valor das mercadorias e a perda de valor da moeda nacional, dependendo a repartição das perdas de múltiplos factores.

Por isso essa crise específica no quadro da ante-validação social das mercadorias aparece sob a forma de inflação, mas esta não é temporalmente específica das fases de crise de sobreprodução.

## 4.3. Conclusão

Convém agora fazermos uma síntese dos passos fundamentais percorridos ao longo deste capítulo, aprofundar um pouco mais alguns aspectos, tirar as conclusões correspondentes e, depois disso, estabelecermos o elo de ligação com o que foi dito no capítulo 2.

361 Em Brunhoff, "La Monnaie chez ..., p. 173/4
362 Idem, 176
363 Em Brunhoff, "Les Rapports ..., p. 125/6

Falamos em conclusão porque é o retirar do anteriormente afirmado o que nos é relevante para a compreensão da inflação em Portugal, explicita de uma forma dirigida a um fim muito do que tem vindo a ser dito ao longo das páginas deste trabalho. Simultaneamente, só parcialmente é conclusiva porque dos caminhos percorridos até agora muitas pistas novas de investigação despontaram, porque estamos conscientes que algumas das conclusões, mais que verdades assentes de uma vez por todas, dentro de um determinado quadro histórico, são hipóteses parcialmente fundamentadas pelo estudo realizado, que exigiriam labores complementares de confirmação. Em ciência um ponto de chegada é sempre um ponto de partida.

Feitos estes reparos estamos em condições de avançar para a sistematização do que tem sido feito ao longo deste capítulo. E os aspectos que nos parecem fundamentais são os seguintes:

a) Através da caracterização que fizemos de monopólio concluímos que a acumulação capitalista não conduz à negação das leis formuladas pela Economia Política marxista. Inclusive as LEIS DE FORMAÇÃO DOS PREÇOS DE PRODUÇÃO CONTINUAM COM INTEIRA VALIDADE.

b) O desenvolvimento do crédito impôs modificações no funcionamento do sistema monetário e na forma de relacionamento da moeda com as mercadorias, no processo de validação destas, mas tal não correspondeu a uma alteração qualitativa da natureza da moeda e do seu funcionamento, AS LEIS DE VALIDAÇÃO SOCIAL DAS MERCADORIAS MANTIVERAM TODA A SUA VALIDADE.

c) Não existe uma economia pura, não existe um funcionamento do económico desligado e independente do político e todas as categorias fundamentais estão SOBREDETERMINADAS POLITICAMENTE, podendo, além disso, estarem ligadas a formas de intervenção múltiplas. Acrescente-se que estas actuações são sempre de dois tipos: GESTIONÁRIAS, resultado da própria componente política dos agregados económicos e da intervenção do Estado no sentido de garantir a continuação do seu funcionamento no rumo desenhado no passado; POLÍTICAS, resultado da existência de contradições internas objectivas, da ausência de mecanismos automáticos de auto-eliminação, antes de agravamento, e da necessidade de uma intervenção coerciva do Estado em determinados momentos, com vista à conservação ou consolidação do sistema capitalista no seu conjunto (através do desvio das contradições, através da imposição ao conjunto

das classes sociais, mesmo de algumas das que representa, de rumos diferentes).Formas de intervenção que coexistem permanentemente mas que possuem níveis de importância relativa e hierarquização/subordinação diferentes conforme as fases históricas atravessadas pelo capitalismo. Após a crise de 1929/33 há, numa análise macrotemporal, um predomínio da política económica.

d) A explicação do hiato entre valores, por um lado, e preços e salários, por outro, encontra-se na ARTICULAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO, ENTRE AS LEIS DA ACUMULAÇÃO E AS LEIS DO SISTEMAS MONETÁRIO, e quer umas quer outras alicerçam-se à lei da mais-valia e na lei do valor.

Retendo estes elementos poderíamos sintetizar o núcleo duro deste capítulo dizendo que:

a) A LEI DO VALOR é a lei fundamental da «produção mercantil» e como tal mantém toda a validade na explicação da dinâmica do capitalismo, fase histórica socialmente mais desenvolvida daquela, enquadrando a própria lei fundamental do capitalismo, a lei da mais-valia.

b) A PRODUÇÃO, A REPARTIÇÃO, A CIRCULAÇÃO E O CONSUMO (sobretudo o produtivo) são quatro esferas do económico intimamente interligadas e a dupla dimensão do trabalho, enquanto social e individual, assim como a natureza de relação social inerente a toda e qualquer categoria económica (que assumem formas múltiplas enquanto relação e enquanto coisa) faz com que as categorias de valor, moeda e preço, sendo esta particularmente importante para os nossos objectivos, sejam de articulação da produção com a troca. Articulação que corresponde às suas naturezas internas, das quais ressalta igualmente uma hierarquização dos pólos da relação com hegemonia da produção.

c) A análise do funcionamento da lei do valor em sistema capitalista, passou fundamentalmente pelo estudo das implicações da aplicação da mais-valia à produção (a qual é determinada por razões objectivas ligadas aos dois tipos de concorrência) e pelas leis da acumulação, das quais se destacou como fundamental a lei da concentração e centralização do capital, a formação de monopólios, não como fenómeno acidental e esporádico, mas como realidade dominante, a tal ponto que desde os finais do século XIX podemos considerar que o capitalismo entrou numa sua nova fase histórica, a de CAPITALISMO MONOPOLISTA.

O capitalismo nesta nova fase funciona de acordo com as leis gerais do capitalismo, mas apresenta formas novas de manifestação, um conjunto de especificidades.
d) O QUE CARACTERIZA O MONOPÓLIO é ser um resultado do movimento do capital, da concentração e centralização abrangendo as esferas da produção, distribuição e circulação, com entrelaçamento do capital bancário com o capital industrial. É existir uma unidade de gestão das diversas parcelas integradoras do capital monopolista que garante, por razões internas e externas, um assinalável domínio sobre as condições envolventes do exercício de actividade em cada unidade situada na produção ou circulação.

Os impactos dos monopólios sobre a economia são múltiplos, sendo de destacar os seguintes:

— uma influência relativa directa sobre a fixação dos preços a montante e a jusante que lhe permite uma redistribuição da mais-valia. Tal não autoriza, de forma alguma, falar em «preços de monopólio». Esse domínio de cada um dos monopólios entra em confronto com igual domínio dos restantes, choca com o crescente estreitamento do sector não monopolista e com o limite da massa global de mais-valia, está condicionado pelo funcionamento da formação dos preços de produção. A lei destes mostra que os lucros dos monopólios estão estreitamente relacionados com as barreiras de entrada; a maior dimensão destas nos sectores monopolizados permitem um retardar da concorrência II, mas não corresponde à sua eliminação: a concorrência monopolista continua a existir, alguns factores, como a expansão do crédito, aumentam a mobilidade do capital, e a reprodução das barreiras de entrada geram efeitos perversos.
— o desenvolvimento do capitalismo monopolista faz com que os monopólios se encontrem confrontados com três factores conducentes à diminuição da sua taxa de lucro: i) Tendência ao decrescimento da taxa de lucro global da sociedade, expressão das leis da acumulação; ii) estreitamento do sector não monopolista; iii) aumento da luta de classes em resultado concentração operária com correspondente reforço da organização sindical, a qual se processa pela intensificação das antigas formas de acção reivindicativa dos assalariados e pelo surgir de outras, expressão simultânea do reforço sindical-político, das novas formas de organização do trabalho e do estreito relacionamento entre

os monopólios e o Estado. Os monopólios procuram combater estes entraves à sua maximização da taxa de lucro por três vias, significativamente diferentes:

. accionando as contratendências ao decrescimento da taxa de lucro, procurando, entre elas, embora nem sempre a mais importante, impor sistematicamente preços mais elevados o que, devido à concorrência, conduz a efeitos frequentemente divergentes entre o que se passa em cada empresa e no conjunto da economia, chocando com as limitações da manipulação directa dos preços, a que já fizemos referência;

. intervindo o Estado mais intensamente no económico, inserindo-se directamente no processo produtivo, reforçando a política económica e a intervenção sobre o sistema monetário, tudo tendo em vista a maior transferência de mais-valia para o sector monopolista;

. procurando impor determinados padrões de consumo que façam reverter o aumento dos salários para o aumento das vendas, mas tal é bastante limitado.

— UMA INFLUÊNCIA DECISIVA SOBRE OS SISTEMAS MONETÁRIO E FINANCEIRO que se processa por múltiplas vias:

. Pela natureza do crédito, isto é, pela sua ligação ao processo produtivo, pela relação com a acumulação capitalista, por um lado, e pela dimensão privada dos seus circuitos, pelo outro;

. Pelo capital financeiro;

. Pelo relacionamento entre monopólios e Estado e sobredeterminação política da moeda.

Esta influência sobre o sistema monetário e financeiro esta condicionada pela contradição entre o carácter social da produção (validação social) e o carácter privado da sua apropriação (manipulação do crédito), o que se manifesta particularmente nos períodos de ruptura de circulação do capital. Embora limitada, esta via de acção dos monopólios sobre os preços, pela ligação do sistema monetário às futuras condições de produção e não às verificadas no passado, revela-se como a de maior plasticidade, sistematicidade e em plena concordância com o desenvolvimento das leis objectivas do sistema capitalista.

e) A expressão da lei do valor na esfera da circulação encontra como elemento fundamental a REPRODUÇÃO DO EQUIVALENTE GERAL NO QUADRO DO MOVIMENTO DO CAPITAL,

isto é, no contexto da crescente articulação entre a moeda e o crédito. Sendo estes relações sociais diferentes, surgem interligados pela base monetária do crédito e pela moeda-crédito. Da evolução desse relacionamento surgem novas formas de reprodução do equivalente geral, reprodução da sua especificidade, da continuidade do preenchimento das suas múltiplas funções, da convertibilidade recíproca entre os diversos tipos de moeda ,com deslocamento da sanção da relação entre moeda bancária/moeda nacional para a relação entre moeda nacional/moeda internacional, com expressões institucionais, cujo elemento principal se encontra na formação do sistema bancário, na hierarquização e dominação crescente do banco central ao nível das funções exercidas, na generalização da antevalidação privada, primeiro, e da antevalidação social, depois. Por essa via, de dimensão mundial e com especificidades nacionais (resultantes das formas de articulação das moedas nacionais, do grau de desenvolvimento da economia de cada país, de estrutura do sistema financeiro e do seu grau de desenvolvimento histórico), foram mudando as importâncias relativas entre as validações e as antevalidações, e as possibilidades de estas se converterem, dados os tipos de moeda forjados historicamente, em pseudovalidação social das mercadorias. Em todo este processo o Estado desempenha um papel importante, consolidando formas de reprodução do equivalente geral ou impedindo outras. No quadro da antevalidação social das mercadorias estão criadas as condições para uma parte da desvalorização do capital recair sobre a moeda nacional, processo que se pode intensificar nos períodos de crise de sobreprodução (durante os quais há efeitos contraditórios sobre os preços: descida pelos mecanismos de mercado, de subida pela generalização de pseudovalidação).

f) Entre as leis da acumulação capitalista e as formas de evolução dos sistemas monetário e financeiro e da reprodução do equivalente geral não há uma simples simultaneidade. Quando considerado o processo na sua globalidade pode-se afirmar que são aquelas, e sobretudo a formação dos monopólios, que impulsionam as transformações no sistema monetário e as accionam em cada momento, embora se reconheça um certo grau de autonomia da moeda e de crédito.

As leis da acumulação são o FACTOR IMPULSIONADOR e as novas formas de funcionamento do sistema monetário o FACTOR PERMISSIVO.

Num elevado grau de abstracção podemos dizer que:

A INFLAÇÃO É A EXPRESSÃO AO NÍVEL DOS PREÇOS E SALÁRIOS DO FUNCIONAMENTO DA LEI DO VALOR NO QUADRO DA GENERALIZAÇÃO DA PSEUDOVALIDAÇÃO SOCIAL DAS MERCADORIAS IMPOSTA PELA CONCENTRAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL.

Impõe-se agora ver como esta caracterização muito abstracta de inflação se articula com a anteriormente apresentada no capítulo 2. Contudo, antes disso convirá fazer três reparos:

A) O primeiro diz respeito à articulação entre moeda nacional e internacional. Esta tem a sua expressão imediata na convertibilidade entre a moeda (mais exactamente, tipo de moeda) de um dado país e as moedas (tipos de moeda) internacionais, quer sejam de natureza «universal», supranacional ou simples moedas nacionais aceites internacionalmente. A taxa de câmbio é a expressão quantitativa dessa convertibilidade que reflecte simultaneamente um conjunto de determinantes económicas, estruturais e conjunturais, e uma variegada gama de factores políticos, desde a correlação de forças no plano internacional até aos acontecimentos do quotidiano, mesclando-se não poucas vezes com o acidental ou o aleatório.

Mas a articulação dos sistemas monetário interno de um país e o internacional tem que ver com um leque bastante mais vasto de variáveis, situações e comportamentos, como temos vindo a referir frequentemente. Essa articulação é componente permanente da reprodução do equivalente geral e influência (sendo influenciada) as formas de convertibilidade entre os diversos tipos de moeda internos de um país, o ponto de maiores probabilidades de ruptura na reprodução do referido equivalente geral (quanto à convertibilidade entre os diversos tipos de moeda e quanto às contradições e unidades das diversas funções). A dinâmica potencial e efectiva do crédito e, consequentemente, a estrutura dos sistemas monetário, financeiro, e bancário influência intensamente a opção dominante (sempre conflitual e contraditória) entre «currency principle» e «banking principle».

A existência de articulação e de influência reciproca entre os tipos de moeda nacional e internacional é extensível a toda e qualquer economia capitalista (só desta estamos a tratar), mas as formas que assume e o significado economico-social que tem é bastante diferente conforme o país. Se este é economicamente

dominante e com condições específicas para prolongar monetária e financeiramente esse domínio, tem grande capacidade para impor (embora não de forma linear e desligada de reacções em sentido inverso) aos outros as exigências monetário-financeiras do seu próprio processo de acumulação. Em contrapartida, um país como o nosso é quase um mero receptor, o que significa que ACABA POR MOLDAR O SEU SISTEMA MONETÁRIO E FINANCEIRO AS EXIGÊNCIAS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA DOS PAÍSES DOMINANTES. Coloca-se directamente ao serviço dessa cumulação directamente (por múltiplas vias, de que a mais importante é o crédito externo) e indirectamente (sendo solidária num vasto conjunto de "regras de jogo" do sistema monetário internacional).

Significam estas considerações que num país como o nosso não é possível estabelecer uma relação estreita e limitada entre a acumulação interna e a estrutura e funcionamento do sistema monetário também interno. Embora este seja sempre o factor permissivo do processo inflacionista e seja imposto pelas exigências da acumulação num quadro de centralização do capital, o facto dessa influência poder vir do exterior pela via do sistema monetário internacional torna possível, diríamos mesmo inevitável, QUE O FACTOR PERMISSIVO ANTECEDA O IMPULSIONADOR E, DE ALGUMA FORMA, O ESTIMULE.

B) O processo inflacionista gera os seus próprios mecanismos de intensificação, a sua própria DINÂMICA AUTO-ACUMULATIVA, que vai desde a criação de "uma mentalidade inflacionista" até a uma evolução salarial em crise não conducente à criação das condições para a saída desta. Ilustremos este último exemplo O que tradicionalmente acontecia nas crises, nomeadamente na de 1929/33 que serve sempre de referencia para estas análises, era haver uma quebra nos salários (nominais), mas a diminuição dos preços nos consumidor ser ainda mais acentuada, traduzindo-se ambos os movimentos num aumento do poder de compra dos trabalhadores, pelo menos dos que tivessem conseguido manter o emprego. Esta situação era favorável a um alargamento do mercado do sector II com impactos em cadeia sobre o conjunto da economia. A inflação rompe este processo, leva à procura de outros mecanismos de expansão do mercado, onde o crédito acaba por desempenhar um importante papel, com efeitos de "feedback" sobre a situação que o ampliou.

C) A generalização da pseudo-validação social das mercadorias só se pode estabelecer de uma forma duradoira, influenciando

sistematicamente, quando essa situação é uma expressão das necessidades da acumulação. Contudo, mesmo quando essas condições ainda não estão criadas podem surgir situações, nomeadamente de cariz político, que levem transitoriamente a uma tal generalização, podendo até acontecer que acabem por estimular o surgimento, e desenvolvimento, dos factores impulsionadores. Algumas destas situações são o empolamento do crédito ao Estado por razões várias, e os períodos de guerra. Tais fenómenos, embora possam ser considerados economicamente como acidentais, não são corpos estranhos à nossa caracterização teórica da inflação, embora os factores impulsionadores surjam aqui com uma outra dimensão social e temporal.

A comparação entre a caracterização da inflação que demos no capítulo dois e a nossa explicação teórica global (num elevado nível de abstracção e capaz de ter múltiplas formas) surge bastante evidente e, por isso mesmo, pensamos desnecessário grandes desenvolvimentos. Porque o factor impulsionador determinante e duradoiro é a acumulação e, sobretudo, a concentração e centralização, não pode constituir estranheza que a inflação seja uma realidade inerente à sociedade capitalista numa sua fase histórica e que seja decomponível em fases qualitativamente diferenciadas (não só em virtude do referido factor, mas também em consequência das alterações do factor permissivo). Porque a reprodução do equivalente geral exige a convertibilidade recíproca entre tipos de moeda nacional e internacional, porque a acumulação em cada país não é analisável isolada do mundo exterior, é natural que o fenómeno encontre a sua unidade na mundialidade capitalista embora moldada na especificidade de cada realidade nacional. Porque a inflação é o resultado da modificação da articulação entre validação social das mercadorias (incluindo a força de trabalho) e ante-validação das mesmas, podendo-se traduzir em pseudo validação; porque tal não interrompe a dinâmica estrutural do valor mas repercute-se na sua expressão monetária; porque tal se coloca na problemática da reprodução do equivalente geral num período influenciado pelo "banking principle", é evidente que a natureza profunda da inflação é o hiato estrutural entre a massa de valores e a massa de preços e salários não imputável a diminuição do valor do ouro. Que esse facto se exprima por um aumento crónico mais não é que a expressão do carácter estrutural e irreversível da acumulação. Que seja geral é o reflexo do domínio dos monopólios na economia e da atenuação das suas lutas (enquanto lados opostos num mercado) quando as mercadorias são

transaccionadas no mercado consumidor. O ser diferenciado resulta da coexistência do sector monopolista com outros, da continuação da concorrência, embora em novos moldes, da multiplicidade de centros de poder económico-financeiro, e também do crédito se dirigir preferencialmente para determinados circuitos e núcleos[364].

E não só a explicação da inflação no nosso país é concordante com a caracterização anteriormente feita como é possível estabelecer elos de ligação entre as suas fases e a história do Banco de Portugal[365], núcleo duro do nosso sistema monetário-financeiro, amostra não aleatória da dinâmica da moeda e do crédito. À fase de gestação sucede a exclusividade de emissão de 1887/1891 e tem na sua fase final a reestruturação de 1931, que embora fiel ao padrão-divisa-ouro vai fazer com que amadureçam as condições para a sua liquidação, a qual se começa a dar mais acentuadamente no período de inflação que designamos de nascimento, sendo o último ano desse período concordante com a mais declarada integração no sistema de padrão-divisa-ouro. Depois desse passo, 1973 marca simultaneamente o início da fase de amadurecimento da inflação e de opção efectiva pelo padrão-divisa, prolongando-se ambos até aos dias de hoje.

Sem dúvida que não encontramos uma sobreposição de datas entre a periodização da inflação e a dinâmica do Banco de Portugal. Tal não espanta se atendermos a que os indicadores utilizados para um e outro fim são radicalmente diferentes, que o Banco é aqui tomado apenas como um indicador e que não entramos com dados sobre a acumulação e monopolização da economia, por razões já anteriormente referidas. Consciente da importância que poderia ter um tratamento mais vasto da informação, impossibilitado de tratar pormenorizadamente todos os aspectos o que se nos afigurou mais importante foi encontrar-se uma lógica entre as duas periodizações (da variação dos preços e salários e das formas de validação social das mercadorias). Lógica tanto mais evidente se tomarmos em consideração que as transformações qualitativas no sistema monetário foram sempre antecedidas por insensíveis, mas reais e importantes, alterações quantitativas e que as fases intermédias do processo inflacionistas (relativamente longas para assumirem relevância por si) também são importantes.

364 Apesar destas componentes explicativas da relação entre perda de valor da moeda via pseudo-validação e dispersão, pensamos que esse problema devia ser mais estudado.

365 Essa historia encontra-se, como e sabido, no Anexo a este capitulo, onde se poderão encontrar mais elementos em reforço do aqui afirmado.

Estas relações entre a explicação teórica da inflação e sua caracterização essencialmente fenomenológica, entre os períodos da inflação portuguesa e os da vida dum núcleo fundamental do factor permissivo acalentam a veracidade das hipóteses de trabalho avançadas e trabalhadas, mas deixa muitos e complexos problemas em aberto: desde a articulação entre esta essencialidade com as suas expressões fenomenológicas, até ao aprofundamento da relação entre desvalorização da moeda e sua não homogeneização expressa na alteração dos preços relativos, desde o relacionamento histórico pormenorizado entre a evolução do sistema monetário e da inflação até, e sobretudo isso, à introdução da historia da acumulação portuguesa. Por todos estes ponto em abertos e pelas muitas pistas de trabalho que se abrem é que afirmemos que esta conclusão é parcialmente inconclusiva.

# Capítulo 4 - Anexo[366]

366 Para a elaboração deste capítulo contámos com a colaboração de Dr. Victor Mendes e de outro economista que preferiu o anonimato.

### 4.A.1. Justificação do anexo [367]

Depois do que ficou dito a propósito dos anexos do capítulo dois pouco mais há a acrescentar para justificar a não inclusão da matéria deste no corpo central do capítulo.

O conteúdo do capítulo é essencialmente teórico, e este, que visa traçar uma breve história do Banco de Portugal, mais não é de que um seu suporte histórico-factual.

Ao estudar estes aspectos do sistema bancário está-se, simultaneamente a analisar o essencial do sistema financeiro, já que este é muito pouco desenvolvido. Apenas para ilustrar esta afirmação ,tomando como referência os últimos anos da década de 60 e primeiros da seguinte, normalmente considerados de "euforia" bolsista, diga-se que o total de transacções de títulos na bolsa representava em 1966 5% do saldo no fim do ano do total da carteira comercial, 1% do total de desconto durante o ano e 12% do total de outros empréstimos realizados pelo sistema bancário durante o ano. Seis anos mais tarde aquelas percentagens eram, respectivamente, de 8, 3 e 10%.

### 4.A.2. Introdução

Nesta breve introdução apenas procuramos traçar de uma forma muito sintética os objectivos do presente estudo assim como fazer um apressado ponto da situação das pesquisas, eventualmente completadas pelas referências bibliográficas.

367 Quem chegou a esta parte da tese já certamente constatou que este anexo é matéria indispensável para fundamentar, no concreto da realidade portuguesa, algumas das temáticas teóricas mais arduamente desbravadas ao longo do corpo central deste capítulo. Acrescente-se que as nossas preocupações, mesmo quando apresentamos séries estatísticas, são captar aspectos qualitativos.

### 4.A.2.1. Objectivos do trabalho

Como temos vindo a verificar, o estudo da inflação conduz sistematicamente ao conhecimento aprofundado da categoria moeda e, numa fase seguinte, do sistema monetário - sistema de relações sociais de produção sobredeterminadas politicamente que permanentemente se defronta com contradições na reprodução do equivalente geral e que está sujeito a uma dinâmica visando o seu desvio e o do crédito.

Este permanente regresso à moeda e ao crédito é a expressão da impossibilidade de uma pesquisa científica sobre os fenómenos da sociedade capitalista sem entrar em linha de conta, sem se apoiar, na teoria do valor-trabalho, assunto a que já nos referimos. As transformações do capitalismo que estão na base do complexo processo que caracterizamos por inflação exigem a própria transformação das formas (em relação dialéctica com o conteúdo) de funcionamento da lei do valor. A moeda é, em síntese, o factor permissivo fundamental da inflação, como temos vindo a insistir.

Neste anexo consideraremos como adquiridos todos os conhecimentos sobre a natureza da moeda, do crédito, enfim do funcionamento da lei do valor em capitalismo (assuntos que aliás nos mereceram particular destaque no corpo deste capítulo) e o nosso objectivo específico, aqui e agora, é analisar alguns aspectos do sistema de crédito em Portugal e sua articulação com o sistema monetário.

Não há capitalismo sem moeda. Como também abordamos num outro estudo[368], em capitalismo não há uma economia real eventualmente monetarizável, nem uma dualidade real-monetário, porque a economia é necessariamente monetária. Ao mesmo tempo o capital, que também é uma relação social, é uma categoria central do capitalismo, assume cíclica e permanentemente a forma de capital-dinheiro e este é o suporte do crédito. O crédito está presente na acumulação capitalista como um acelerador do processo de reprodução.

Embora as categorias moeda e crédito sejam tão importantes elas são estudadas muito esporadicamente e, quase sempre, de uma forma muito especializada, muito hermética, talvez porque as teorias económicas de raiz positivista e solipsista e as preocupações estritamente políticas dominaram o pensamento económico, nomeadamente nos meios académicos.

368 Ver Pimenta, "A moeda ...

Num país com um sistema financeiro muito pouco desenvolvido o sistema bancário surge no centro da articulação dos sistemas monetário e de crédito, seja pela sua génese, seja pelas suas funções actuais. E, por sua vez, o banco central é o núcleo duro: a sua vida (ou não-vida) é ponto nevrálgico dos movimentos contraditórios da moeda e do crédito, por outras palavras, é um local privilegiado do permanente esforço de reprodução do equivalente geral no quadro da acumulação, ponto de encontro da endogeneidade-exogeneidade monetária e do "económico" com o "político".

Tentamos fazer uma investigação histórica, mas não somos historiador. Duma maneira geral limitámo-nos a tentar quantificar a actividade do Banco de Portugal, encontrar as suas raízes qualitativas, explicitar as tendências de evolução e as rupturas específicas e globais (sem grande sucesso em diversas ocasiões, diga-se de passagem), sem ensaiarmos estabelecer relações de causalidade entre esta dinâmica secular e a dinâmica global da sociedade portuguesa e internacional.

O método de investigação está presente em grande parte da estrutura deste escrito.

Fugimos à estrita descrição, pelo que procuramos quase sempre fazer a teorização dos resultados obtidos, expressão de uma reflexão crítica. No mesmo sentido introduzimos um ponto teórico-histórico que funciona como ensaio de justaposição, neste caso, das concatenações lógicas e históricas.

Os dados principais, embora não exclusivos, são as contas constantes dos balanços anuais do referido banco. Pensamos que são suficientes para dar uma informação sobre as tendências estruturais da sua evolução e de alguns aspectos de conjuntura. A integração completa do banco central nos sistemas monetário e de crédito exigiriam uma quantificação deste que retiraria o significado à opção que fizemos por esta amostra não aleatória.

Enfim, trata-se de um tipo de estudo que deveria continuar no quadro de um grupo interdisciplinar.

### 4.A.2.2. Ponto da situação das pesquisas

Os estudos sobre os sistemas monetários e de crédito em Portugal existem mas apresentam sempre uma natureza muito parcial, seja pelas suas temáticas seja pelos períodos de análise que consideram. São raríssimos e marginais os trabalhos que integram a história do nosso sistema bancário na teoria do valor-trabalho.

Sem grandes intenções de exaustividade e, sobretudo, sem a preocupação de procurar elementos em fontes históricas, nomeadamente no próprio Banco de Portugal, alguns dos trabalhos versando este tema, publicados ou não[369], encontram-se na bibliografia.

### 4.A.3. Algumas observações teóricas e históricas

Em vez de entrarmos directamente na história factual do Banco de Portugal ou das instituições que o precederam, achamos por bem neste ponto retomarmos algumas das ideias já expostas no corpo central deste capítulo a propósito da moeda, do crédito e do sistema bancário e referirmos algumas grandes tendências da história da banca e do sistema bancário.

E duas preocupações nos guiam: 1) mostrar a estreita identidade entre a sequência lógica de concatenação teórica dos conceitos e a sequência histórica das funções bancárias; 2) revelar as linhas de força da história do sistema bancário para que mais facilmente se compreenda em que medida é que aquilo que sucedeu em Portugal constituiu um movimento específico ou não.

#### 4.A.3.1. Considerações teóricas sobre a actividade bancária

O banco é o resultado de um complexo conjunto de movimentos económicos que têm a sua expressão imediata na moeda, na usura e no crédito, gerando cada uma destas realidades heranças históricas diferenciadas.

Primeiramente ensaiaremos traçar o quadro destes movimentos, o que consta deste subponto. Como dissemos, consideramos como adquiridos todos os conhecimentos sobre a moeda, a usura e o crédito mas não perderemos a oportunidade para recordar alguns aspectos fundamentais que se ligam mais directamente com a nossa temática. Somos obrigados a pedir desculpa por algumas repetições, mas preferimos isso a este texto anexo surgir desconexo, com sistemáticas referências para o seu exterior.

De seguida, no próximo subponto, verificaremos qual é o grau de concordância com o movimento histórico.

Hoje um banco é um elemento do sistema bancário e este surgiu como o resultado inevitável da conjugação dos movimentos económicos, sociais e políticos que iremos referir, mas esta identidade

369 Em relação a trabalhos não publicados cabe-nos agradecer a colaboração de alguns colegas que tinham estudos na gaveta e que tiveram a amabilidade de os ceder

quase automática que hoje estabelecemos entre o elemento e o conjunto é também um produto histórico.

Avancemos, pois. A moeda, relação social da fase desenvolvida da produção mercantil, preenche um conjunto de funções centrais e derivadas que estão na base das primeiras actividades que podem ser designadas, hoje, de bancárias. E dizemos que "podem ser chamadas", em vez de pura e simplesmente designá-las de bancárias, porque elas são bastante mais antigas que a terminologia utilizada, sendo esta relativamente recente, como se depreende de diversos estudos:

> "A palavra banco, como quase todos os termos do comércio cambial, derivado do italiano, tem uma origem das mais modestas. Nas cidades italianas da idade média havia por costume cada negociante, ou pelo menos cambista, ter um lugar público, geralmente no local onde se realizavam as feiras, uma mesa ou espécie de banco, sobre o qual efectuava os seus pagamentos e recebia o produto dos seus negócios"[370] [371].

Embora localizemos operações hoje chamadas de bancárias milhares de anos antes da nossa era, anteriores ao aparecimento generalizado da moeda, a terminologia "bancária" data do Renascimento.

Feitas estas observações vejamos algumas das funções mais directamente importantes para os nossos objectivos.

> (A) Uma das funções centrais da moeda é, nós já o sabemos, o entesouramento. É condição indispensável para a realização de outras funções, nomeadamente a de medida do valor. As formas, intensidades e manifestações do entesouramento são diferentes segundo os instrumentos utilizados para a consubstancialização da relação social monetária, segundo os tipos de moeda e mecanismos de reprodução do equivalente geral mas, até por isso mesmo, continua presente ainda hoje[372]. É certo que o entesouramento não significa a imobilização da moeda, mas tão somente a ausência da função de meio de circulação. No entanto ela dá lugar ao tesouro no sentido corrente do termo:
>
> "Il s'immobilise ou se transforme, comme dit Boisguillebert de meuble en immeuble, de numéraire en monnaie ou argent, des que la série, des métamorphoses est interrompue, des qu'une vente n'est pas suivie d'une achat subséquent"[373]

370 De leitao, "Do crèdito ..., p. 10

371 Sobre este assunto ver Martins, Oliveira, "Economia ...

372 Como de passagem já referimos, vários aspectos das "funções de procura de moeda" são formas indirectas de medir o entesouramento, embora referida de uma forma imprecisa

373 De Marx, "Capital..., vol I, pág. 135

No início da produção mercantil, mas já em período da forma desenvolvida do valor, começamos a encontrar a imobilização de valores sob diversas formas que, na forma valor geral, se virá a cristalizar nos metais preciosos, sobretudo na prata e no ouro[374]. Na forma valor dinheiro o tesouro é constituído em moeda ou na correspondente mercadoria-metal por passagem da moeda a esta.

De início o tesouro era a expressão do atraso da produção mercantil:

"C'est surtout dans l'enfance de la circulation qu'on n'échange que le superflu en valeurs d'usage contre la marchandise monnaie. L'or et l'argent deviennent ainsi d'eux-mêmes l'expression sociale du superflue et de la richesse"[375]

Com o desenvolvimento da produção mercantil o papel do tesouro muda, assim como a própria função de entesouramento: continua como reguladora da função de medida de valor mas também é um suporte de compras futuras e de certas passagens a capital-dinheiro.

Enfim, o entesouramento mantém a sua essência mas o desenvolvimento social impôs mudanças de forma e de agentes. A multiplicação dos produtores em geral, a compra e venda da mercadoria força de trabalho e a distanciação dos pagamentos são factores conducentes à generalização do tesouro ou, para mais uma vez utilizar a terminologia de Marx[376], do entesouramento propriamente dito.

Todos estes aspectos dão lugar à possibilidade de alguns membros da sociedade preencherem a função de CAIXA.

(B) A possibilidade de um desfasamento temporal entre o movimento da mercadoria e o do dinheiro (M-D-M) dá lugar à função derivada de meio de pagamento.

Em capitalismo esta função adquire uma nova importância: é o fecho do movimento circular do crédito. No entanto ela é-lhe prévia e é inerente à produção mercantil. Alguns agentes económicos podem especializar-se como INTERMEDIÁRIOS DOS PAGAMENTOS, nomeadamente quando há uma grande distância geográfica entre compradores e vendedores. Esta especiali-

374 Esta cristalização nos metais preciosos não é obra do acaso ou de qualquer significado daqueles materiais para os intervenientes da actividade económica. Sem abordarmos de uma forma cabal este problema diremos apenas que tem que ver com a grande densidade de quantidade de valor e com algumas das suas características enquanto valores de uso.

375 De Marx, "Capital..., vol I, p. 136

376 Diga-se que não consideramos esta terminologia muito feliz

zação e os mecanismos de pagamento podem assumir diversas formas, como por exemplo a letra de câmbio no Renascimento.
"Les banquiers assuraient, dans chaque foire, les règlements. Ceux-ci ne connaissaient pas seulement les dettes contractées à la foire même; ils s'appliquaient aussi aux obligations contractées à des foires precedentes ou hors foire[377]»

Mas a sua essência é sempre a mesma.
(C) Essas duas funções da moeda são diferentes, mas são as partes integrantes da reprodução do equivalente geral. São diferentes mas uma exige a outra, articulam-se.
(D) É ainda a reprodução do equivalente geral que está em causa na permanente contradição entre o «direito de senhoreagem» da emissão monetária e a universalidade da relação monetária, a sua capacidade para ser uma moeda universal:
"De même que la fixation du prix du numéraire, le travail technique du monnayage incombe à l'Etat. De même que comme monnaie de compte, l'argent acquiert comme numéraire un caractère local et politique, il parle des langues différentes. La sphère dans laquelle l'argent circule comme numéraire, étant une sphère de circulation intérieur des marchandises circonscrite par les frontières d'une communauté, se distingue donc de la circulation générale du monde des marchandises"[378]

Os conceitos de interior e exterior, e mesmo de universalidade, evoluíram historicamente com a dimensão do mercado interno e do mercado mundial, com as rotas de comércio local, nacional e mundial, com a organização política, etc. mas o problema continua ainda hoje a existir e manifesta-se de duas maneiras:

— existência de uma taxa de câmbio entre duas moedas de circulação regional diferente:
— capacidade de manter a convertibilidade das moedas nacionais ou, de uma forma mais genérica, manter a solvabilidade internacional.

Evidentemente que a taxa de câmbio e a sua aplicação concreta só é possível porque há solvabilidade internacional, que o privado só é realizável com o social. No entanto são dois fenómenos com níveis específicos de manifestação, com intervenções próprias. O primeiro é «resolvido» por cada produtor independente e o segundo pelo representante colectivo detentor do controlo da sobredeterminação política da moeda.

377 De Dauphin-Meunier, "Histoire..., p. 48/9
378 De Marx, "Contribution ..., p. 75

As formas de estabelecimento das taxas de câmbio evoluíram com os tipos de moeda: em padrão-ouro com a circulação de moedas de ouro estávamos perante um problema de pesos legais e efectivos das moedas, de ligas e de qualidade do metal ou ainda de conversão dos dois metais nobres nos períodos de bimetalismo; em padrão-divisa-ouro estamos perante o funcionamento do mercado de divisas e a intervenção política dos países dominantes no sistema, o que continua, com uma relação de forças diferente, em padrão-divisa. Mais uma vez estamos perante um caso de evolução de forma, com inevitáveis relações recíprocas com o conteúdo, assim como de tipos de intervenção: em padrão-ouro com a circulação de moedas a fixação das taxas de câmbio é um assunto «privado», mas com a desmaterialização do sistema monetário ele passa a ser cada vez mais público. Os agentes mudam as relações que estabelecem e os procedimentos, mas as funções continuam a ser as mesmas: REGULADOR DA TAXA DE CAMBIO e CONVERTIBILIDADE DE UMA MOEDA NOUTRA de área geográfica ou de circulação diferente.

Estas duas funções são partes integrantes da SOLVABILIDADE INTERNACIONAL, que tem um conteúdo bastante mais vasto: exige de cada país a posse de uma certa quantidade de moeda aceite pelos credores internacionais. Cada tipo de sistema monetário tem formas específicas de manifestação da solvabilidade internacional e também as suas permanentes ameaças de ruptura: «fuga» de moedas de prata ou ouro, «lei de Greshan»[379], ausência de reservas de ouro ou divisas, etc.

Mas estas questões monetárias são a expressão do movimento das mercadorias, da inserção de cada país na divisão internacional do trabalho, das possibilidades de ruptura da circulação mercantil. Ontem com as crises agrícolas ou de origem política, hoje, em capitalismo, com as crises de sobreprodução, há contradições que se manifestam no plano monetário e que devem ser objecto de uma intervenção específica.

(E) Para terminar esta referência às raízes monetárias das actividades ditas bancárias, devemos dizer alguma coisa sobre a desmaterialização da moeda e sua relação com os diferentes tipos de moeda, assim como sobre as novas contradições que essa evolução acarreta.

Para preencher a função de medida do valor a moeda deve ter valor mas essa medição não pode ser encarada como uma expe-

379 Colocamos entre aspas por duas razões: (1) o referido neste enunciado não tem que se verificar obrigatoriamente; (2) não se trata verdadeiramente de uma lei na acepção científica do termo, mas tão somente uma descrição de factos

rimentação física vulgar. O valor é uma categoria abstracta que se metamorfoseia permanentemente nos preços. A moeda preenche a função de padrão de preços porque mede os valores e há uma permanente unidade entre estas duas funções, unidade hierarquizada, também contraditória:

"L'écart entre prix et valeurs n'empêche donc pas la monnaie de servir de mesure des valeurs. Cette fonction dépende à la fois de l'équilibre et de la différence formelle des marchandises et de la monnaie: ses conditions de fonctionnement comportent leurs propres limites générales, dont l'écart entre prix et valeur est une manifestation"[380]

As duas funções não exigem a presença da moeda. A fixação dos preços, expressão do valor, estabelece-se através de uma comparação ideal com a moeda.

A expressão mais clara desta situação surge quando os preços são fixados numa moeda que já não circula:

"C'est ensuite la monnaie de compte abstraite, inaltérable qui sert à la fois de référence de valeur, à un moment ou la monnaie courante se dévalorise constantement et ou l'on est revenu à une économie de troc et de référence de change, dans le domaine de plus en plus restreint de l'économie monétaire ou circulent des monnaies de toute origine"[381]

E o exemplos históricos são muitos, sejam na antiguidade clássica[382] sejam em períodos mais recentes, como salientam alguns historiadores especialistas da moeda:

"La monnaie-nom (monnaie nominal, monnaie de compte) est une expression de valeur qui ne correspond à aucune pièce effective. Elle n'a qu'un seul des trois rôles classiques, celui de 'mesure de valeur'.

Le système dérive des habitudes gardées quand un système de monnaie disparaît (comme nous continuos souvent à compter en anciens francs). À l'origine une 'livre' était une livre-poids d'argent. Cette unité, devenue trop forte, a été abandonnée; mais on a continué de donner le nom de 'livre' à une unité de prix. Cela a abouti au paradoxe qu'une once d'argent a pu avoir plusieurs 'livres', alors que la livre-poids est un multiple de l'once. C'est le symbole du détachement entre monnaie-mesure et monnaie-objet. Pendant des siècles, en France (et ailleurs) toute marchandise a été évaluée en livres alors qu'aucune pièce effective (sauf en rares moments) n'avait cette valeur. Cela suppose qu'a chaque règlement, on évaluait en livres et divisions de livres (sous, derniers) aussi bien la marchandise échangée que les pièces circulantes qui servaient a effecteur de règlement (pièces très variées)"[383]

380 De Brunhoff, "La monnaie chez Marx, p. 29

381 de Thomas, "Inflation ..., p. 27

382 Sobre este assunto ver esta referida obra na página seguinte

383 De Vilar, "Or..., p. 25/26

Em contrapartida as funções de meio de circulação, sobretudo, e também de meio de pagamento, já exigem a presença da moeda: a medição do valor das mercadorias foi feita antes da circulação, embora pressupondo-a, antes da confrontação efectiva com a moeda, que então é um intermediário das trocas, é numerário[384].

É certo que esta contradição entre a moeda-valor ideal e a moeda-numerário coloca muitos problemas que exigem o aprofundamento da teoria e da história, mas agora apenas nos interessa reafirmar a sua unidade entre elas e a TENDÊNCIA A DESMATERIALIZAÇÃO:

"Grâce a cela, plus commodément encore qu'aujourd'hui, les gouvernements "manipulaient" la monnaie. Il leur suffisait de changer du jour au lendemain, par décision du pouvoir, l'équivalence légale entre la monnaie-nom qui mesurait tous les prix, et les pièces réelles en circulation"[385]

Estes aspectos da moeda criam a possibilidade de EMISSÃO DE MOEDA REPRESENTATIVA DE UM VALOR:

«Somente com a evolução dos negócios, passaram depois ao recebimento de depósitos em espécie e à emissão dos primitivos certificados representativos das entradas regulares. Quanto à moeda papel, acredita-se que já era conhecida na Pérsia, bem antes da era cristã; e que, dois séculos antes de Cristo a China já havia utilizado pedaços de seda com essa finalidade. É certo que os chineses usaram bilhetes de pagamento chamados fei-thsian (moeda voadora), em 807, no nono século da nossa era, e pianthsian (moeda corrente) em 960. No século XIII, Marco Polo em sua excursão ao Extremo Oriente, constatou a existência de uma moeda feita de casca de amoreira cortada em pequenos quadrados e tendo o sinete e a assinatura de vários funcionários.

De qualquer forma, entretanto, a mais antiga cédula que se conhece é aquela cujo espécimen se encontra na vitrina da sala dos Selos do Museu Britânico, em Londres: é precedente do Celeste Império, tendo sido emitida sob o reinado do imperador Hung-Wu, da 21a. dinastia chinesa, em 1450, sendo, portanto, anterior em duzentos anos à emissão feita na Suécia. No mundo ocidental, empregaram-se em Veneza, no século XIII certificados nominativos que, no século XV, passaram a ser emitidos ao portador; em 1609, o Banco de Amsterdam expediu notas que faziam ágio sobre a moeda metálica, por ser esta sempre mais ou menos depreciada pelas constantes aparaduras[386]. Também emiti-

384 É possível atribuir a esta unidade da "moeda-nome" e da "moeda-sinal", para utilizar a terminologia de Vilar, a razão de uma certa inércia nos movimentos dos preços em moeda corrente utilizada nas trocas.

385 De Vilar, "Or..., p.26

386 Este aspecto chama atenção para o facto de que há muitos fenómenos hoje considerados exclusivamente da moeda-papel que tem os seus antecedentes noutros sistemas monetários.

ram o banco de Hamburgo, de 1629, e o Banco de Roterdão, em 1635. Mas somente em 1661 surgiu, pela primeira vez, posta em circulação pelo Banco de Estocolmo, a nota bancária com as suas características modernas, isto é contendo a designação de um valor expresso em quantia redonda e não representando puramente, como as que a antecederam, um depósito regular de espécies metálicas. Contudo, essa moeda teve vida curtíssima, porque, em 1668 sob a nova denominação de Riksen Standers Bank", aquele estabelecimento passou para o domínio do Estado, perdendo o direito de emissão"[387]

Esta tarefa foi preenchida por instituições privadas, nomeadamente em complemento da sua actividade de caixa, ou semi-públicas e do Estado, em complemento também da sua actividade de caixa ou como complemento do seu "direito de senhoreagem".

A função de entesouramento está em contradição com a circulação de numerário, contradição enfraquecida pelo desenvolvimento da produção mercantil, como já observamos mas, ao mesmo tempo reforça a permanente existência de um tesouro, de uma certa quantidade de moeda que está em caixa. A função dita bancária correspondente a esta manifestação das leis monetárias, com a desmaterialização, dá lugar à EMISSÃO DE MOEDA GARANTIA DE PAGAMENTO.

É certo que a natureza desta emissão é diferente da de emissão de moeda representativa de valor

"Le papier monnaie d'Etat a cours forcé est la forme accomplie du signe de valeur et la seule forme de papier monnaie qui prenne directement naissance dans la circulation métallique, ou dans la circulation simple des marchandises elles-mêmes. La monnaie de crédit appartient à une sphère supérieur du procès de production sociale et elle est régie par de tout autres lois"[388]

mas as duas têm diversas unidades formais: as instituições e agentes criadores podem ser os mesmos, podem tomar a forma de numerário, são utilizadas na troca de mercadorias.

A lei do valor fornece, como vimos, os elementos para a explicação dos dois movimentos diferentes e contraditórios que estão na origem do que hoje se pode designar por moeda nacional e moeda bancária. A contradição está sempre presente e é uma expressão particular da contradição social-privado que surge mais intensamente em capitalismo, o que foi sublinhado por nós a propósito da teoria quantitativa da moeda:

387 De Magalhães, Dos Bancos..., p. 17/18
388 De Marx, Contribution... , p. 83

> «o enfraquecimento [diríamos hoje manifestação diferente] da lei do valor não significa a sua anulação, mas a sua manifestação de uma forma mais profundamente contraditória, pois é uma manifestação do agravamento da contradição entre o carácter social da produção (validação estatal do sistema monetário) e o carácter privado da sua apropriação (dinâmica da moeda-crédito e gestão capitalista do sistema monetário)»[389]

> Esta contradição ameaça permanentemente a possibilidade de convertibilidade recíproca dos diferentes tipos e espécies de moeda que circulam numa região, digamos num país. E aumenta com o alargamento do mercado, com o desenvolvimento da usura e do crédito e pode tomar uma expressão dramática durante as crises, nomeadamente as crises capitalistas de sobreprodução. Evitar a ruptura não resulta da acção espontânea dos mecanismos idealizados pelo "equilíbrio geral", mas é o resultado, sempre contraditório, da intervenção de representantes colectivos. A garantia da CONVERTIBILIDADE DAS MOEDAS PRIVADAS E PÚBLICAS é ainda uma outra manifestação das actividades ditas bancárias.

Este conjunto de considerações mostra que AS ACTIVIDADES DITAS BANCÁRIAS EXERCIDAS POR UM DETERMINADO "AGENTE ECONÓMICO" COMEÇAM POR SE RELACIONAR COM ASPECTOS LIGADOS À PROPRIEDADE PRIVADA DA MOEDA intermediário de pagamentos, caixa, avalizador de pagamentos internacionais) MAS A DIMENSÃO SOCIAL DA MOEDA IMBRICAM-NAS COM AS IMPOSTAS PELO FUNCIONAMENTO GLOBAL DA ECONOMIA (solvabilidade internacional, convertibilidade recíproca das moedas).

Feita esta análise sumária da moeda, analisemos agora algumas poucas coisas sobre a usura para, de seguida, fazermos referência ao crédito.

Com efeito, a usura é outro dos factores determinantes do nascimento e desenvolvimento das actividades ditas bancárias.

Falamos de USURA para designar os movimentos circulares de dinheiro portador de juro e que não estão integrados no movimento cíclico do capital, no movimento D-M ...P... M'-D':

> "Le capital productif d'intérêt, ou par le designer sous sa forme antique, le capital usuraire, fait partie avec le capital commercial, son frère jumeau, des formes antédiluviennes du capital qui précédent de loin

389 De Pimenta, "Explicação ... , p. 47

> le mode de production capitaliste et se retrouvent dans les structures sociales les plus diverses au point de vue économique"[390]

o que exige, como Marx salienta no parágrafo seguinte, que a moeda tenha desenvolvido as suas diversas funções.

É certo que

> "L'usure suivit 'dans les pores de la production capitaliste'[391]»

mas ela é sobretudo uma categoria pré-capitalista, existe durante toda a produção mercantil, desenvolve-se com a forma-valor dinheiro e acelera (e simultaneamente é acelerado através da centralização de fortunas monetárias e criação de uma riqueza monetária independente da propriedade da terra) com a acumulação primitiva.

Toma sobretudo a forma de EMPRÉSTIMOS GARANTIDOS. O Estado e as personalidades importantes são os clientes principais. O FINANCIAMENTO DO TESOURO PÚBLICO foi sempre um dos aspectos principais. Dum ponto de vista qualitativo é viável generalizar o que dissemos sobre o assunto para o período do capitalismo:

> «O Estado, quer como organismo económico quer como organismo político, não só recorre ao crédito como tem possibilidades dentro dos interesses de classe que representa mas indubitavelmente gozando de um certo grau de autonomia de fazê-lo em condições particulares quanto a condições, prazos e volumes»[392]

salvaguardando as diferentes funções sociais do Estado em cada uma das fases do desenvolvimento histórico da humanidade.

Evidentemente que a usura é um dinamizador da emissão de moeda garantia de pagamento e agudizador das contradições na reprodução do equivalente geral, isto é, da convertibilidade dos diferentes tipos de moeda. Os obstáculos da usura e esta reprodução é a manifestação simultânea dos impactos indirectos sobre as funções bancárias antes analisadas e da importância e objectivos dos empréstimos ao Estado.

Como se sabe, à usura estava associado um determinado juro que, não limitado pela massa de mais-valia criada no processo produtivo, atingia taxas elevadíssimas. As actividades chamadas bancárias passaram a ter esse dado em grande consideração.

Mas é com o CRÉDITO que os bancos encontraram efectivamente a sua origem, embora herdem muitíssimo da actividade de outras instituições pré-existentes.

390 De Marx, "Capital ..., vol. VII, p. 259
391 De Brunhoff, "La monnaie..., p, 113
392 De Pimenta, "Explicação... , p.58

O crédito é também capital portador de juro, tal como a usura, mas

> "Le développement du crédit s'effectue par réaction contre l'usure. Mais il ne faut nullement se méprendre sur le sens de cette évolution et l'interpréter comme le faisaient les écrivains de l'Antiquité, les pères de l'Eglise, Luther ou les premiers socialistes. Elle signifie très exactement la subordination du capital productif d'intérêt aux conditions et aux besoins du mode de production capitaliste, et rien de plus"[393]

após um processo conducente

> «a subordonner par la violence le capital porteur d'intérêt au capital»[394]

A teoria do crédito é já bastante nossa conhecida, tendo ocupado uma boa parcela do corpo central deste capítulo, mas para a boa continuação dos trabalhos é conveniente recordar os traços principais:

— O crédito é uma categoria típica do modo de produção capitalista baseado no movimento do capital-dinheiro. A metamorfose da moeda em capital-dinheiro é uma expressão da mercantilização da força de trabalho, da produção de mais-valia, enfim, da existência do capital.

— O crédito tem uma base monetária e o seu movimento é determinado, em última instância, pela dinâmica da produção; o crédito é uma relação entre um capitalista que têm uma certa quantidade de capital-dinheiro disponível e não utilizável de imediato no seu ciclo de capital (capitalista financeiro) e um capitalista que tem necessidade de capital-dinheiro para o seu processo produtivo (capitalista industrial). Esta relação manifesta-se exteriormente pela circularidade do movimento do capital-dinheiro e pela apropriação de uma parte da mais-valia pelo capitalista financeiro. Os circuitos do crédito são demasiado diversificados mas há uma unidade dos mercados de capital-dinheiro com uma correspondente unidade relativa de taxas de juro:

> "L'unité des marchés de capitaux repose ainsi à la fois sur la forme de la marchandise offerte et demandée, sur la fonction des agents offreurs et demandeurs, tous capitalistes, et enfin sur le rôle centralisateur des banquiers"[395].

A usura fica subordinada ao movimento do crédito.

393 De Marx, "Capital ..., vol VII, p. 259
394 De Marx, "Les Théories ..., vol III, p. 618
395 De Brunhoff, "La monnaie..., p. 127

— A conjuntura capitalista impõe uma permanente ondulação do crédito e das taxas de juro. As crises de sobreprodução são a fase mais dramática e são também a permanente reposição das leis do capitalismo, das manifestações da lei do valor sobre o crédito, que tende a adquirir uma relativa autonomia.

Como dissemos, o crédito é uma expressão autónoma do movimento do capital. Deste, do ciclo do capital, resulta uma permanente libertação temporária de capital dinheiro que é o resultado de diversos fenómenos: 1) numa visão estática temos a mais-valia expressa em moeda (D'-D) que não é redistribuída ou utilizada de imediato (no processo produtivo ou no consumo pessoal dos capitalistas); 2) o movimento D ... D' é o início e o fim dum processo produtivo, produção de capital-mercadoria e exige a presença de capital constante fixo que, por definição, tem um período de consumo produtivo maior que as restantes parcelas de capital produtivo, a que corresponde igual período de reposição do valor; 3) numa visão dinâmica, já implícita no ponto anterior, será mais correcto falar de sobreposição dessincrónica de vários ciclos do capital em cada unidade produtiva, assim como se terá que ter em conta desfasamentos entre as aquisições de capital produtivo e a sua efectiva utilização. Ao mesmo tempo há uma necessidade de capital-dinheiro disponível pois, do ponto de vista do capitalista individual, este é o ponto de partida para o ciclo do capital, é a condição prévia para a produção, para montar uma empresa, para aumentar o capital em movimento ou, ainda, para acelerar a rotação do capital total.

O desfasamento temporal entre o momento de utilização da força de trabalho e o momento de pagamento dos salários está também na base de libertação de capital-dinheiro. O seu aumento ao longo da história do capitalismo, cujas razões não vamos aqui analisar, exigiu também um aumento do entesouramento de dinheiro por parte dos assalariados. Em resumo, a produção capitalista cria as condições para um movimento do capital-dinheiro dos capitalistas financeiros para os capitalistas industriais, o movimento M-D-M no quadro do movimento D-M-D' conduz ao permanente entesouramento e desentesouramento que é, como vimos aprofundadamente, a negação da neutralidade da moeda.

Há

"une certaine fraction, sous forme de capital-argent, se sépare donc du capital total autonome"[396]

396 De Marx, Capital..., vol VI, p. 324

o que dá lugar aos «movimentos puramente técnicos» de centralização e distribuição desta fracção do capital.

> "Par la division du travail, ces opérations techniques qu'entraînement les fonctions du capital sont assurées dans la mesure du possible pour toute la classe capitaliste par une catégorie d'agents ou de capitalistes que se chargent exclusivement de cette fonction et la concentrent entre leurs mains"[397].

Com o entesouramento por parte dos assalariados, pela razão invocada, o capital procura a integração desse dinheiro no movimento do capital e o capital bancário[398] está bem colocado para o fazer.

Eis, finalmente, a função típica do capital bancário: ser um INTERMEDIÁRIO AUTÓNOMO DOS MOVIMENTOS DO CAPITAL DINHEIRO. Esta actividade aproveita-se das de caixa e intermediário nos pagamentos, mas modifica a sua natureza e a "posição social" do dinheiro. A actividade bancária deixa de estar ligada à riqueza pessoal de um indivíduo ou instituição para o estar ao preenchimento de uma função técnica no quadro da divisão de funções entre capitalistas.

As manifestações da usura continuam e também são uma intermediação, mas as formas privilegiadas de aplicação do capital-dinheiro são a monitorização do crédito comercial, o crédito bancário e o crédito obtido na bolsa de títulos. Aqui não consideraremos o último, e permitam-nos ainda algumas breves palavras sobre os dois primeiros.

Sabemos que o crédito comercial está ligado à circulação das mercadorias,

> "Le crédit commercial se trouve donc à la frontière du système monétaire et su système de crédit. Incorpore dans le second, il a introduit la "contradiction" inhérente à la fonction de la monnaie comme moyen de paiement"[399]

A MONETARIZAÇÃO DO CRÉDITO COMERCIAL pelo desconto é a expressão da maior aceitação social da dívida dos bancos em relação à dos outros capitalistas, consequência das funções exercidas por aqueles num dado quadro geográfico-social, no contexto da indissolubilidade das dimensões social/particular da moeda e da forma de reprodução do equivalente geral -- convertibilidade recíproca dos diversos tipos de moeda --, base do sistema de crédito.

397 Idem, p. 325

398 As divergências terminologias entre marxistas sobre o "capital bancário" e o "capital financeiro" são conhecidas. Em nota do capitulo quarto abordamos esta questão.

399 De Brunhoff, La monnaie... , p. 116

Esta actividade bancária é uma clara manifestação da sua dependência em relação à produção e circulação das mercadorias.

O CRÉDITO BANCÁRIO tem os seus «pais» nos empréstimos garantidos (que aumentam de importância nos períodos de crise), nos empréstimos ao Estado (que acompanham aquele ao longo da sua vida) e às personalidades importantes, mas a sua natureza é bastante diferente. Os objectivos são a acumulação capitalista e a sua garantia encontra-se na produção de mais-valia. E

> "Le crédit bancaire a donc pour base solide une offre sociale de disponibilités monétaires centralisé par les banques"[400].

Centralização do capital-dinheiro, funcionamento circular do sistema de crédito, por outras palavras produção e transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, são manifestações do capitalismo nas fases caricaturalmente designadas de «normais», mas as crises de sobreprodução, tão normais quanto as outras fases dos ciclos capitalistas, são permanente ameaça para a reprodução do crédito. Os bancos e as suas actividades correm então o risco de falência de uma forma mais intensa.

Os montantes e repartição desses créditos evoluem com a acumulação. A concentração e centralização do capital industrial e a crescente importância absoluta e relativa do capital fixo também impuseram uma concentração e centralização do capital bancário, também forjada pela concorrência verificada nesse sector, a qual tem características próprias. Os bancos também se tornam CENTROS FINANCEIROS DOS GRUPOS MONOPOLISTAS, centros nevrálgicos na interpenetração do capital industrial com o capital bancário.

E este novo posicionamento do sistema bancário e a unificação da gestão do capital bancário e industrial, para além de outros aspectos, encorajam a reorientação de tendências permanentes

> "D'autre part, ces systèmes menant plus loin. Ils mettent à la disposition des capitalistes industriels et commerciaux tout le capital de la société disponible et même potentiel qui n'est pas encore, activement engagé, de sorte que ni le préteur, ni l'utilisateur de ce capital n'en sont les propriétaires ou les producteurs. Par la, ils suppriment le caractère privé du capital et contiennent en puissance, mais en puissance seulement, la suppression du capital lui-même. Le système bancaire enlève des mains des capitalistes prives et des usuriers la répartition du capital en tant qu'affaire particulière, que fonction sociale. Mais, en même temps, ceci fait de la banque du crédit le moyen le plus puissant de faire

400 Idem, pág. 135

> dépasser à la production capitaliste ses propres limites et en fait un des véhicules les plus efficaces des crises et de la spéculation"[401]

com reforço do elemento «potencial» permitido pela própria natureza do capital bancário

> "Donc, la majeur partie du capital du banquier est purement fictive et consiste en créances (traites), fonds de l'Etat (qui représentent du capital dépensé) et actions (assignations sur un revenu à venir)"[402]

Ao mesmo tempo a extensão das suas actividades transforma-os em CENTRAL CONTABILÍSTICA DA ECONOMIA:

> "Car la possibilité économique d'une telle mesure a été crée justement par le capitalisme, qui, dans son développement, en est arrivée aux lettres de change, aux actions, aux obligations, etc. Il ne reste ici qu'a unifier la comptabilité: et si l'Etat démocratique révolutionnaire décidait la convocation immédiate (...) d'assemblées des directeurs et des employés dans chaque ville et de congrès dans chaque région et dans tout le pays, pour la fusion immédiate de toutes les banques en un seule banque d'Etat, cette reforme serait accomplie en quelques semaines[403] (...) les avantages de la nationalisation des banques seraient immenses (...). Quant a l'Etat, il aurait pour la première fois, la possibilité d'abord de connaître toutes les principales opérations financières, sans dissimulation possible, puis de les contrôler, ensuite de réglementer la vie économique, enfin d'obtenir des millions et des milliards pour les grandes opérations d'Etat»[404].

Façamos aqui uma pequena pausa de recapitulação. Ao longo das últimas páginas indicamos diversas funções da banca: caixa, intermediário nas trocas, fixação da taxa de cambio, convertibilidade de uma moeda numa outra e solvabilidade internacional, emissão de moeda representativa de um valor, emissão de moeda garantia de pagamento, convertibilidade das moedas privadas e públicas, empréstimos garantidos, financiamento do tesouro público, intermediário autónomo dos movimentos de capital-dinheiro, monetarização do crédito comercial e crédito bancário, centralização contabilística da economia

Os bancos não são as únicas instituições de crédito e existem várias outras formas de financiamento mas eles tem um papel muito importante e as suas funções são uma confirmação da junção de elementos pré-capitalistas, capitalistas e pós-capitalistas:

401 De Marx, "Capital ..., vol. VII, p. 266
402 Idem, pág. 131
403 De Lenine, "La Catastrophe ..., p. 360
404 Idem, pag 361

> "C'est pourquoi dans le capitalisme même le crédit, constitue en système, réunit des éléments composites, anti-capitalistes (la monnaie, le commerce d'argent) et (...) post-capitalistes (le circuit du crédit étant 'une circulation supérieur, réalisée par intermédiaires, renfermée sur elle-même, et déjà placée sous contrôle social') Adapte aux besoins du capitalisme, le crédit n'est jamais véritablement contemporain du capital. Le système de financement ne du mode de production capitaliste, reste un bâtard"[405]

É certo que todas estas funções são típicas dos bancos, mas estes não são uma categoria homogénea. Não queremos aqui fazer um debate sobre as possíveis classificações das instituições bancárias porque quase todas as utilizadas não têm nada a ver com os objectivos e conteúdo deste trabalho. Do anteriormente afirmado bastanos concluir que algumas funções são uma emanação da «iniciativa privada» enquanto outras são uma delegação de poderes do representante colectivo dos interesses dominantes, do Estado.

A garantia da unidade do mercado interno e a importância da reprodução do equivalente geral no quadro de uma sociedade com imposição monetária faz da solvabilidade internacional, da emissão de moeda nacional e da convertibilidade dos diversos tipos de moeda num quadro nacional actividades dos bancos com beneplácito estatal. O financiamento do tesouro público encontra-se numa situação de fronteira. Estas funções e o surgimento deste tipo de bancos de beneplácito estatal é o produto da agudização das contradições monetárias e financeiras, expressão autónoma das contradições sociais. Historicamente essas funções estão estreitamente relacionadas com as relações de produção capitalistas, embora se possam encontrar algumas sementes nos modos de produção pré-capitalistas.

A interpenetração desses dois tipos de bancos é simultânea com a formação e consolidação dos mercados nacional e mundial, o aumento da importância das funções de intermediário de capital-dinheiro e de concessão de crédito, no quadro do movimento cíclico da economia. Todos estes aspectos contribuem para a passagem dos BANCOS isolados a um SISTEMA BANCÁRIO.

A história desta passagem não é sempre a mesma, mas em todos os casos é muito claro que o sistema bancário é bastante mais que a simples junção dos bancos pré-existentes. Algumas funções mudam (quantitativamente amplia-se o crédito e qualitativamente modifica-se pela generalização de «crédito de crise»), surgem novas actividades (ex. redesconto), a interpenetração das actividades «privadas»

405 De Brunhoff, La monnaie... , p. 76

e «sociais» aumenta (ex. os bancos passam a ser cadeias de políticas monetárias), as formas de reprodução do equivalente geral evoluem e as transformações impostas pelas crises também se modificam. Quase todos estes aspectos são conhecidos e basta estabelecer uma comparação considerando as duas situações extremas: os bancos estão isolados uns dos outros e não existem nenhumas relações económicas entre eles; os bancos estão integrados num sistema hierarquizado tendo no cume o Banco Central[406], responsável pela condução da gestão monetária e da política monetária.

Para ilustrar as principais diferenças antes citadas é necessário dizer alguma coisa sobre a integração do sistema bancário nos mecanismos de intervenção do Estado sobre a economia e a propósito das novas formas de reprodução do equivalente geral.

> Esta integração é recente. Se hoje se ouvir dizer algo como "O Estado deve garantir a unidade do crédito. Deverá, mas não pode; se ele disser que é capaz de o fazer, os factos hão-de desmenti-lo; se lhe impuserem legalmente essa obrigação, não há-de cumpri-lo"[407]

surge como estranho mesmo para um liberal. A razão encontra-se nas modificações introduzidas pela acumulação capitalista nos bancos e no sistema bancário.

A natureza de classe do Estado e o seu dever de preservar os interesses fundamentais do capital impôs desde sempre uma certa intervenção ao nível das relações sociais de produção. No que à moeda e ao crédito se refere, ela aproveitava o "direito de senhoreagem" sobre a emissão monetária e a influência directa ou indirecta sobre alguns bancos. Esta intervenção é, antes de mais, uma resposta às solicitações do movimento do capital mas também, numa segunda fase, a tentativa de resolução das contradições que se manifestam. A fraqueza dos canais de intervenção monetária e financeira que impunham até aos grandes defensores do liberalismo do século XIX, a defesa da contingentação das importações para evitar a ruptura do equivalente geral estava em crescente contradição com a agudização das contradições do capitalismo: o aumento da produção, a extensão dos mercados, a formação e consolidação do mercado interno nacional e mundial são aspectos da crescente natureza social da produção (logo da moeda) e do aprofundamento da sua contradição com a apropriação privada (logo do crédito, entre outros aspectos). A formação e consolidação do sistema bancário hierarquizado foi o meio de resolver as dificuldades particularmente graves com, e após,

406 Aqui só nos estamos a referir a nível de um país
407 De Freitas, J.J. Rodrigues, "A Circulação ... , p. 6

a crise de 1929/33: crise de sobreprodução muito grave numa época em que a possibilidade de transformação social já estava demonstrada. O Banco Central continuou a fazer uma GESTÃO MONETÁRIA de acordo com as solicitações impostas pelo movimento do capital e as necessidades dos bancos, em contacto estreito com os capitalistas industriais, mas também foi obrigado a transformar-se no veículo de transmissão das imposições exógenas, das sanções da POLÍTICA MONETÁRIA destinada a desviar as contradições.

> "La 'dominante publique' est un reflet, au niveau de la souveraineté politique, de la nécessité d'une garantie sociale des monnaies comme forme de l'équivalent général (...) Puisque la dominante privée en matière de monnaie est déterminante, mais ne s'exerce que sous contrainte sociale; puisque la dominante publique comporte une contradiction, comme validation politique de l'usage privé de monnaie, l'histoire monétaire ne peut être celle d'une alternance des dominantes publique et privée. Elle ne peut être que celle du changement des formes de la sanction qui permet le maintien de l'usage de monnaies différentes comme expressions de l'équivalent général"[408]

Sobre as novas formas de reprodução do equivalente geral muito já foi dito e outra parte já é sobejamente conhecida, mas convirá recordar uma nova manifestação. A permanente convertibilidade das moedas bancárias na moeda nacional impõe um deslocamento no tipo de moeda que sofre os impactos da reposição da lei do valor .Passa-se da falência dos bancos e da moeda bancária para o enfraquecimento da moeda nacional:

> "La polarité entre monnaie et crédit, expression particulière du rapport monnaie-marchandise, s'exprime comme la nécessaire articulation entre formes différentes de monnaie (A1, monnaie 'commerciale', A2, monnaie bancaire privée, A3 incarnation sociale de A). La forme monétaire de la crise de réalisation consiste en la dévalorisation de la monnaie commerciale est en celle de la monnaie bancaire privée, qui ne peut plus faire fonction d'équivalent général (...) La polarité créances-monnaie s'estompe quand la monnaie bancaire privée est convertible en monnaie d'Etat avec des aménagements et des garanties divers. En même temps, l'affaiblissement de la circulation marchande s'exprime comme affaiblissement de la monnaie émise par l'Etat: car c'est la forme de monnaie permettant la plus grande extension du crédit qui supporte le plus directement les difficultés du crédit en rapport avec celles de la circulation marchande. De même que dans le cas précédent la banque privée était devenue porteuse de la relation de crédit à la place du créancier initial, la Banque centrale porte maintenant cette relation en dernière instance. La crise monétaire s'exprime alors de façon différente, comme affaiblissement de la valeur relative

408 De Brunhoff, "La monnaie ... , p. 116/7

de la monnaie nationale, qui a pour expression une hausse des prix des marchandises.[409](2)

E ficamos por aqui nesta breve visão teórica sobre as razões profundas das actividades bancárias.

### 4.A.3.2. Considerações históricas sobre a actividade bancária

Resta-nos verificar se a história confirma as relações teóricas que desenvolvemos no ponto anterior.

Evidentemente que a resposta integral a esta problemática exigiria uma história da banca bastante detalhada, o que está longe das nossas capacidades e do conteúdo de uma introdução como esta.

Primeiramente façamos uma constatação. Algumas funções ditas bancárias tem uma origem histórica que precede a moeda. Assim, por exemplo, na Babilónia, onde durante muito tempo a cevada funcionou como padrão de trocas[410] e onde "pouco a pouco a prata substituiu o grão, mas em peso e não em moedas"[411] começou-se a desenvolver operações ditas bancárias:

> "elles reçoivent des fonds a titre de placement et paient des intérêts sur ces fonds; elles acceptent en dépôt, moyennant un droit de garde, des marchandises et des abjects précieux; elles font des prêts garantis par des constitutions de gage et d'anticheres. Mais elles ont imagine des pratiques nouvelles: elles se sont faites les caissiers de leur clientèle; avec les fonds reçus en dépôt elles effectuent des paiements pour le compte des clients; elles procèdent a des transferts et à des règlements à Larsa pour le compte d'un client de Babylone; elles font office de notaire; leurs animateurs inventent le procède de l'acceptation, en mettant leur signature sur une tablette pour garantir le paiement du prix d'une acquisition immobilière et s'engage personnellement a régler le vendeur en cas de défaillant ce de l'accequereur"[412]

Esta constatação histórica é uma negação das ligações entre moeda e as funções ditas bancárias que referimos no ponto anterior? Pensamos que não. A moeda tem a mesma origem que as mercadorias mas corresponde à forma-valor mais desenvolvida da produção mercantil. As funções da moeda não são propriedades de uma «matéria física», ou das categorias a priori, mas manifestações da lei do valor. As funções ditas bancárias ligadas à moeda são também um produto histórico com raízes nas formas-valor precedentes.

409 Idem, p. 112/113
410 Ver Contenau, La Vie..., pág. 97
411 Idem
412 De DAUPHINE-MEUNIER, Histoire... , p. 10

Mas é com a aparição social da moeda que o comércio do dinheiro e a usura se desenvolvem.

Na Grécia do tempo de Péricles

> «A dificuldade consistia em trocar essas moedas de sistemas diferentes umas pelas outras. No mercado, a diversidade das moedas favorecia a fraude"[413]
>
> "Les banquiers grecs étaient d'abord des marchands d'argent"[414]
>
> «É na época de Péricles que desponta o empréstimo a juros. Até então, apenas se praticava a tesaurisação e o eranos, isto é o empréstimo sem juros. Mas eis que a recrudescência da actividade económica exige 'investimentos' e para compensar os riscos de perdas, parece legítimo, apesar dos protestos de certos filósofos, que o prestamista receba um tanto a mais. A partir do fim do século V, aparecem os banqueiros (...) revelam-nos a existência de fortunas colocadas quase inteiramente em empréstimos»[415]

nomeadamente no comércio marítimo e no de escravos. Os empréstimos ao Estado, sobretudo nas épocas de guerra ou das grandes obras, como as da Acrópole, assumem grande importância.

> "Les banquiers grecs ont encore invente le chèque. Isocrate (436-338) dans son trapezitique, signale cet instrument bancaire comme le meilleur moyen de soustraire une somme d'argent aux risques d'un voyage"[416]

Nesta época há ainda a referir os bancos públicos, a partir do século IV, que são constituídos pelos Estados e as cidades:

> "Ils voulaient notamment normaliser le taux de l'intérêt et les modalités des emprunts[417].

Fora desta época e civilização encontramos sempre actividades de comércio de dinheiro e de usura, em relação directa com a extensão e intensidade da circulação de mercadorias.

Os bancos públicos são um modelo para os bancos de Estado do Egipto ptolemaico que tinham as funções anteriores e, além disso,

> "ouvraient des comptes aux particuliers et faisaient toutes les opérations courantes de crédit a court et moyen terme (...) recevaient même les récoltes en dépôt et effectuaient des livraisons (diastolika) sur l'ordre des déposants"[418].

413 De Flacelière, "La Vie ..., p. 136
414 De Dauphin-Meunier, "Histoire..., p. 18
415 De Flacerière, "La Vie ..., p. 137/8
416 De Dauphin-Meunier, "Histoire..., p. 20
417 Idem, p. 17
418 Idem, p. 21

Na época romana os bancos públicos são os receptores dos impostos. Os bancos asseguravam também as transferências de dinheiro dum ponto do Império para outro, desenvolviam a contabilidade e os mecanismos de compensação. Os bancos são, por vezes, organizados sob a forma de sociedades por acções.

O maior encerramento da economia europeia durante os primeiros séculos da Idade Media produziu uma redução da actividade dita bancária, mas no século XI continuava a existir o comércio de moeda e a usura em outras regiões do globo:

> "Estes estabelecimentos como os de Josef Ibn-Pinchas, de Aarao-Ibl-Imran, banqueiros de Bagdad, intitulavam-se 'cambistas da Porta'. Estas casas chegavam a fazer empréstimos ao vizir. Na mesma época, assinalam-se Judeus como arrematantes de impostos e comerciantes de escravos por grosso no Irão e na Ásia Central; no século XIII mencionam-se alguns judeus de Bukkara como grandes capitalistas, arrematantes de impostos e banqueiros, operando na China conquistada pelos Pongois. Em Ispaha, havia uma antiga colónia de banqueiros e de comerciantes judeus. Controlavam a industria de tapetes de Tustar, no Khuzistan; eram igualmente judeus que exerciam o controle das pescarias de pérolas no mar Vermelho e que comerciavam com a Caxemira e com o Ocidente cristão, duas regiões ainda fechadas aos Mulçumanos. (...) Era proibido ao prestamista receber do credor um peso de ouro superior ao empréstimo; o mesmo acontecia, com qualquer outro metal, produto ou mercadoria; mas não se julgue, por tal motivo, que a lei religiosa impedia o comercio do dinheiro. Longe disso; bastava simplesmente, para que a operação fosse regular, evitar que o juro fosse estabelecido na mesma matéria que o capital emprestado. (...) bom número de particulares poupavam para colocar no comercio os seus capitais (...) Quanto aos banqueiros, uma das suas principais ocupações consistia precisamente em medir, por processos algébricos muito seguros, o titulo das ligas[419].

acompanhando a actividade comercial.

Os mosteiros tinham actividades ditas bancárias e também faziam "mort-gage", espécie de hipoteca, e a compra de rendas reais.

Com as cruzadas o comércio e as actividades ditas bancárias tiveram um novo impulso e

> "Les Templiers apparaissent comme les grands banquiers de l'époque (...) Les Templiers, pour ne pas laisser inactives les ressources dont ils disposaient, les employaient en prêts et avances à des emprunteurs solvables (...) Le Temple compta au moment de sa plus grande puissance, neufs mille succursales commanderies) reparties en dix provinces"[420]

419 De Mazaheri, La Vie..., p. 321/3
420 De Dauphin-Meunier, Histoire..., p. 41/4

Os Templários utilizaram a contabilidade em partidas dobradas.

Os banqueiros de feira, as cartas de cambio e o endosso são também algumas «invenções» desta época.

No século XIII os bancos florentinos constituíam «companhias de banco», os depósitos eram à ordem ou a prazo e haviam taxas de juro credoras. As obrigações amortizáveis surgem assim como o crédito à produção. A Casa de San Giorgio exerce todas essas actividades e, de certa maneira, inicia a transição para os bancos modernos:

> "Jouissant de la confiance du public, la Casa recut bientôt des dépôts privés volontaires et les fit fructifier. Elle peut à ce titre être considérer comme le premier grand établissement de crédit. De 1408 a 1444, puis de 1586 à sa disparition, elle accepta les dépôts, non seulement des créanciers de l'Etat, mais aussi du grand public; elle effectua des opérations de virement, de prêts et d'escompte, constituant, grâce à la sagesse et à l'intelligence de ses administrations, une force financière de premier plan"[421].

Os Medicis e os Fugger são os marcos iniciadores dos bancos modernos (entendendo-se por tal a institucionalização do capital bancário) com

> "les Hoechestetter que disputèrent aux Fugger le monopole du cuivre et celui du mercure, les Welser qui contrôlèrent pendant un siècle le commerce du Nouveau-Monde, les Tucher qui, par l'intermédiaire de Gresham, avancèrent des fonds à Elisabeth d'Angleterre, les Herwart dont les descendants établis à Lyon comptèrent parmi les grands financiers du règne de Louis XIV"[422]

embora a autonomia do «capital bancário» em relação ao capital comercial e ao industrial ainda fosse muito diminuta.

A expansão dos bancos modernos faz-se com o crescimento da função de intermediário dos movimentos de capital-dinheiro, a que alguns autores chamam de "democratização da poupança".

> "Alors qu'auparavant, les banquiers travaillaient surtout avec leurs ressources propres, grossies de quelques dépôts effectues par des prélats ou des seigneurs, les Allemands vont maintenant faire appel a l'épargne privée de toutes classes de la populations, rechercher les petits dépôts. Pour attirer cette épargne, il lui serviront un intérêt fixe, soit de foire en foire, soit par an"[423].

O crédito público com as características actuais começa a manifestar-se no século XVI.

421 Idem, p. 58
422 Idem, p. 71
423 Idem

Após esta data, já marcada pela acumulação primitiva, pelo início do capitalismo, e também pelas «crises financeiras» nascem, embora de forma ainda muito insípida, os sistemas bancários. Acontece de forma articulada com o aumento da importância das novas funções bancárias ligadas ao movimento do capital-dinheiro e às modificações, lentas, do sistema monetário. O Banco de Amesterdão é geralmente considerado o primeiro marco já claramente dentro da nova era:

> "Son origine se place 1609 (donc, comme pour la Compagnie des Indes, au début du XVII siècle). Cette origine ne correspond pas à un épisode de prospérité, mais au contraire à un épisode de troubles monétaires: des banques privées pullulaient, et jouaient à l'excès sur la diversité des monnaies et leur contenu-argent; ces banquiers 'biquettaient' comme on disait, c'est-a-dire retenaient les pièces lourdes, les plus riches en métal, et relançaient dans la circulation les pièces les plus légères. On installa alors, dans diverses villes, des banques municipales qui pussent jouer le rôle de 'caisser général' pour les commerçants"[424]

e não é exemplo único na Europa. A aparição generalizada das sociedades anónimas e das acções, também acarretou importantes modificações no movimento do capital-dinheiro e na forma jurídica dos bancos, adaptando-os às suas novas funções. No século XVII o Banco de Veneza vulgarizou a moeda de papel representativa de um depósito.

O movimento regular do capital-dinheiro no ciclo do capital e na actividade bancária permitiu, cerca de 1650, a mobilização dos capitais depositados, apenas se acautelando a existência de uma reserva, cada vez mais pequena, à medida que aumentava a velocidade do movimento do capital-dinheiro e a articulação interna do sistema bancário:

> "Palmstruch, fondateur de la Banque de Stockolm, fut le premier à transformer, vers 1650, le certificat de dépôt d'espèces monnayées en un véritable titre de crédit, en dispensant la Banque de l'obligation de conserver en caisse la totalité des espèces déposées par les clientes"[425].

As novas necessidades do capitalismo nascente, e a importância que assumia em Inglaterra, em breve impôs as referidas estruturações bancárias. Guillerme III

> «incumbiu o gentilhomem Willian Patterson de lhe apresentar um plano de instituísse um organismo capaz de concomitantemente, pôr cobro à desordem reinante no sistema monetário e fornecer-lhe os fun-

424 De Vilar, Or... , p. 251
425 De Dauphin-Meunier, Histoire..., p. 84

> dos que necessitava para a continuidade financiamento de seu esforço bélico contra a França»[426]

que também era expressão da necessidade da passagem de um conjunto de bancos isolados para um sistema bancário.

O Banco de Inglaterra, criado no século XVIII, modelo para tantos outros bancos

> "mérite d'être considérée comme la première Banque d'émission moderne parce qu'elle fut la première à émettre de véritables billets de banque et à lier l'émission à l'escompte d'effets commerciaux"[427]

E depois de uma evolução das suas funções, no

> «alvorecer do século XIX o Banco de Inglaterra já se tinha afirmado como emissor único em sua jurisdição, banqueiro do Estado e depositário dos encaixes dos bancos comerciais»[428]

Refira-se de passagem que o Banco de Inglaterra foi sempre um exemplo a considerar, embora não único, em todas as discussões e na legislação em Portugal sobre estas temáticas.

A "Clearing House" criada em 1760 é também uma manifestação da "democratização" da actividade bancária e da interpenetração das funções dos diversos bancos. Cada vez mais os bancos particulares se constituíam sob a forma jurídica de sociedades anónimas e o Estado passou a intervir na tentativa de evitar males mais graves como as "crises financeiras".

Na Europa o capitalismo é o modo de produção dominante no século XIX e isso marca decisivamente a banca, como não podia deixar de ser:

> "Au début du XIX siècle, la technique bancaire moderne est constituée. Les banques ont a leur disposition des instruments d'une haute perfection: la lettre de change endossable, le billet de banque, le cheque et le titre. Grâce a ces instruments, elles vont pouvoir s'associer plus étroitement encore que par la passe a l'activité économique générale et même, dans une large mesure, diriger cette activité"[429]

Mas o século XIX e início do seguinte é também o período das primeiras crises de sobreprodução acompanhadas (com significativos desfasamentos temporais em alguns casos, de crises monetárias e financeiras, com falências bancárias) da multiplicação, sob diversas formas, de bancos emissores, de estruturações e articulações entre bancos com hegemonização de alguns, de crescentes intervenções

426 De Magalhães, Os Bancos... , p. 18
427 De Dauphin-Meunier, Histoire... , p. 87
428 De Magalhães, Os Bancos..., p. 20
429 De Dauphin-Meunier, Histoire ..., p. 95

do Estado. Enfim, é o período de formação dos sistemas bancários nacionais com as características actuais. A crise 1929/33 impôs as «últimas» modificações[430].

E de tudo o que dissemos resulta com bastante clareza que não é possível dissociar actividade bancária da actividade económica global, podendo a mesma função do ponto de vista formal ter conteúdos económico-sociais bastante diversos de época para época. Fazer uma história do sistema bancário (mais exactamente dos bancos) a partir da análise das suas funções é incorrecto.

Uma sua história funcionalista permite encontrar as suas raízes na antiguidade mas esquece a sua integração nas formações sociais e a sua modificação qualitativa em acompanhamento das relações sociais.

Rigorosamente, para se falar de banco é preciso que as operações ditas bancárias resultem da sua intermediação nos movimentos do dinheiro (capital-dinheiro) que é propriedade de outrem; que seja uma actividade autónoma. Ora estes dois aspectos são recentes, como vimos. O processo de passagem das actividades ditas bancárias das mãos dos homens ricos para sociedades anónimas que encontram o seu poderio nas próprias funções exercidas[431], foi um processo lento, o mesmo se passando com a autonomização da banca em relação ao comércio.

### 4.A.3.3. Considerações sobre os bancos centrais

Se a nossa amostra não-aleatória para o estudo do sistema bancário incide particularmente sobre o banco central é forçoso dizermos mais alguma coisa sobre a sua evolução histórica.

Como vimos a aparição do banco central em capitalismo é o resultado da convergência de diversos factores interdependentes e hierarquizados: desenvolvimento da produção mercantil, formação do mercado interno e expansão das transacções internacionais; sobredeterminação política da moeda, contradição produção-moeda-crédito e necessidade de garantir a reprodução do equivalente geral; crises de sobreprodução e crises monetárias e financeiras. A resistência de um banco e das diversas fracções do sistema bancário às crises são a melhor demonstração das suas capacidades para serem "agentes monetários".

Segundo alguns autores

430 Claro que este termo tem um conteúdo muito relativo: a realidade esta em permanente mudança

431 Apesar disso não significar uma "despersonalização" do capital

> "Existe, entretanto, uma notável falta de qualquer exame sistemático das bases da alegada superioridade do sistema bancário central sobre os sistemas descentralizados"[432]

mas a história mostra que não há dois caminhos possíveis de percorrer (descentralização/centralização) mas que as leis objectivas do capitalismo exigem a formação de um sistema bancário unificado e centralizado, independentemente da forma que assuma. Quando relemos as discussões sobre este problema, desenroladas no século passado, constatamos que os argumentos são sempre de cariz político, sem grandes raízes económicas:

1) "pode-se multiplicar os bancos; seria imprudente multiplicar os sistemas. Um dia, talvez, todos esses estabelecimentos e mais os que forem surgindo poderão se coordenar e formar um sistema planetário. É conciliar a acção local e o poder central e prever a variedade na unidade"[433]

2) "existem os bancos centrais porque não estamos dispostos a que o volume de moeda e de crédito, nem os custos de crédito sejam determinados pelas forças não controladas da procura e da oferta privada"[434] como a que se desenrolou em Portugal, nomeadamente durante a década de "70" do anterior século. Eis mais um exemplo eloquente, agora de um grande defensor da descentralização, bem demonstrativo da incapacidade de discernir os dados sociais, embora refira uma ou outra faceta com laivos verdadeiros[435]:

> "Suponha que a lei, para nos garantir de inundações, que são verdadeiros abusos de concorrência das nuvens, e também dos confluentes dos rios e até dos vales, ordenava a unidade de cada estação, e certa média de temperatura e água nos dias de inverno, da primavera, do estio e do outono. Certamente parecia desrazoada esta pretensão, por não estarem os céus, os mares e a terra à disposição da soberania popular portuguesa. Todos acreditariam que as forças da natureza não se subordinariam aos mandatos do poder legislativo. Quem sabe? Talvez que essas forças logo em seguida mandassem chover, além do limite marcado, em S. Bento e no palácio da Ajuda.
>
> Pois se esta pretensão de legisladores lhes parece insensata, não me parece menos a de garantir a unidade do crédito de um banco; esse crédito não se pode fixar na data da lei, nem determinar pelo serviço de um comissário; o banco vai operar no mercado, onde trabalham os mais variados elementos económicos, políticos e morais; não é um Deus para os dominar; é uma entidade sujeita a errar e a falecer; pode

432 De Magalhães, "Os Bancos ..., p. 116

433 Idem, citando Rossi

434 Idem, citando Schneider. Os dois textos são exemplos da natureza "política" das análises dessa época, sem quase nenhuma referência as leis económicas

435 Como é a impossibilidade de o Estado contrariar as leis objectivas

> supor-se poderosíssimo, e talvez acorde débil no dia seguinte. A lei não lhe obteve seres infalíveis para a direcção deles, nem lhe alcançou boa fortuna para todas as operações[436]

A imposição histórica é clara. Até os países com uma estrutura política federada, com uma multiplicidade de bancos em actividade e plena concorrência foram obrigados a estrutura-los num sistema bancário mais ou menos centralizado. A Suíça e os EUA (de que de seguida diremos mais alguma coisa com carácter exemplificativo) aí estão a demonstrá-lo.

Os EUA conheceram o primeiro banco em 1782 e em 1863 já haviam 1492 "state banks", isto é constituídos com a permissão do governo de cada estado federado, mas este período conheceu fases de grandes perturbações: em 1840 950 bancos suspenderam os pagamentos, em 1857, quando da crise haviam cerca de 1500 bancos e cada um tinha em média nove denominações diferentes para as suas notas, 1857-1863 regista frequentes falências. Em 1863 a disciplina de emissão é um imperativo national et o "National Bank Act" cria uma dualidade de tipos de bancos ("state banks"/"national banks") e dá a exclusividade de emissão aos segundos, que se multiplicam rapidamente passando de 66 em 1863, para 467 no ano seguinte, 1294 em 1865 e 3731 em 1900, acompanhado de uma unificação dos tipos de notas e a distribuição por requisições contra algumas garantias. As catástrofes monetário-financeiras continuaram como o demonstra o pânico financeiro de 1907. E

> "em 23-12-1913 o Presidente Wilson assinalou o "Federal Reserve Act", submetendo o dólar a um novo regime de emissão e instituindo no país um sistema bancário centralizado (Federal Reserve System), que passou a funcionar em 1914 sob a forma de doze bancos de reserva federal, um para cada distrito bancário em que foi dividido o território nacional. A coordenação desses bancos ficou a cargo de um Conselho de Reserva Federal ("Federal Reserve Board")[437]

que aumentou os poderes e formas de intervenção, sobretudo após a crise 1929/33, como consequência das expressões do funcionamento da lei do valor:

> "Em 1921 existiam 30 000 bancos. De 1921 a 1931 tornaram-se insolventes 6787; em 1931 mais 2298 encerraram as suas portas; em 1932 outros 1456 deixaram de funcionar e em 1933, mais 683 bancos faliram."[438]

436 De Freitas, J.J. Rodrigues, A Circulação ..., p. 10/11
437 De Magalhães, "Os Bancos ... , p. 34
438 Idem, p. 75

Em 1914 o Federal Reserva System apenas manipulava a taxa de redesconto, mas em 1917 também já fazia créditos, em 1923 começaram as operações de "open market", em 1934 pode mudar as taxas de reserva, em 1942 controla o crédito ao consumo e faz ainda outras operações de controle. Hoje o sistema bancário ainda não é totalmente centralizado, mas a sua estrutura já é em pirâmide, chamemos-lhe assim.

Enfim, a centralização já hoje é uma realidade e convirá dizer alguma coisa sobre as linhas de força do seu movimento.[439]

Em primeiro lugar é preciso dizer que a criação do banco central é um produto da formação social capitalista e da sua dependência política dum Estado. O Banco de Inglaterra foi o primeiro. Os séculos XIX e XX estão assinalados pela criação de bancos centrais, considerando o significado inicial do termo[440]:

| | |
|---|---|
| 1811/1850 | 9 |
| 1851/1900 | 20 |
| ... | |
| 1921/1930 | 32 |
| 1931/1940 | 17 |
| 1941/1950 | 23 |
| 1951/1960 | 31 |
| 1961/1967 | 28 |

Todos os bancos centrais constituíram-se por iniciativa dos poderes públicos e a formula mais típica é a sua constituição (ou continuação de instituição bancária já existente) com capitais privados e com um certo controlo do Estado (França 1800, Holanda 1814, Noruega 1816, Dinamarca 1813, Java 1824, Grécia 1841, Bélgica 1850, etc.) ou até por capitais estrangeiros (Turquia 1856, Nicarágua 1921, etc.). Mas também surgiram alguns como bancos do Estado (Suécia 1803, por exemplo) ou com capital misto (Bolívia 1911, México 1925, por exemplo). Mas em todos os casos os bancos centrais tiveram sempre uma "função pública" cada vez mais reforçada. O controlo crescente do Estado sobre as suas actividades foi a base para a sua nacionalização em alguns países (Holanda 1945, França 1946, por exemplo), mera formalização de uma realidade de facto.

439 Seremos muito sintéticos e, inevitavelmente incompletos.

440 De Magalhães, "Os Bancos..

A constituição dos bancos centrais foi precedida pela actividade bancária, mas rapidamente os dois tipos de bancos se articularam.

A primeira característica histórica de todos os bancos centrais foi a EMISSÃO MONETÁRIA, quase sempre com o monopólio da sua emissão, acompanhada pelo crédito ao Estado e o serviço de tesoureiro da Fazenda Publica. Eram então chamados bancos de emissão ou bancos nacionais.

> "Só dos primórdios do século XX é que data a conceituação clara das funções bancárias centrais, bem como do banco central moderno, com as suas características importantíssimas, que passaram a distingui-lo do banco de emissão ou do banco nacional de que proveio: não tem fins de lucro, mas objectivos de ordem publica; não se dedica unicamente à emissão de notas e a empréstimos ao Estado, mas é o banco dos bancos e, também e principalmente, a única fonte do crédito de emergência e o aparelho regulador do volume e das condições da moeda e do crédito"[441]

As duas grandes guerras deste século e a crise 1929/33 funcionaram como aceleradores do processo de transformação.

As FUNÇÕES dos bancos centrais podem sistematizar-se da seguinte forma:

> "Todos esses bancos foram adquirindo, em diferentes graus, outras funções, além das de emissão de notas e de adiantamentos normais ao Estado: 1) financiamento do tesouro público e dos bancos, em épocas de guerra e de depressão (crédito de emergência); 2) empréstimos aos bancos comerciais e a outras instituições financeiras, sob a forma de redesconto de títulos ou de adiantamentos em conta corrente, com garantias; 3) custódia de uma importante parte das reservas de caixa dos bancos comerciais 4)compensação de cheques; 5) manutenção do padrão monetário adoptado pelo Estado; 6) direcção da política de crédito "[442]

Acrescentemos alguma coisa sobre estas duas ultimas funções: o fim do padrão-ouro mudou algumas actividades do banco central, nomeadamente os mecanismos de garantia da solvabilidade internacional. No início do século XX o Banco Austro-Húngaro

> "defendeu a tese de que a função do banco central não era a convertibilidade em ouro, mas a de assegurar a cotação da moeda no mercado internacional"[443]

e essa prática, que então surgia como tese inovadora, generalizou-se, o que permitiu a definição de uma política monetária e financeira

441 Idem, p. 136
442 Idem, p. 138
443 Idem, p. 140

mais ampla: estabilidade dos preços, atenuação das flutuações cíclicas, desenvolvimento económico.

Os "instrumentos" de política monetária e financeira mudaram: primeiro o domínio do redesconto, depois as reservas obrigatórias e o "open-market". As características de cada país e as novas situações que surgiram conduziram sempre a novas práticas.

### 4.A.4. Antecedentes históricos do Banco de Portugal

Remonta ao século XIII os primeiros indícios de uma actividade dita bancária no nosso território e no século seguinte tais práticas intensificaram-se bastante. Em 1490 uma ordem real versando as referidas actividades mostra já um certo entrelaçamento entre o Estado e tais práticas.

As navegações portuguesas deslocaram para o nosso País várias rotas do comércio internacional, permitiu uma importante acumulação de dinheiro e o desenvolvimento de algumas actividades que estarão no centro da actividade bancária. Não é pois de espantar que num documento, por exemplo, o padre António Vieira peça ao rei D. João IV para autorizar os cristãos-novos a abrirem uma banca imitando congéneres estrangeiras. O que é de espantar é que não se tenha criado então nenhum banco. De espantar, mas justificável: a nossa dependência externa, a adjudicação do comércio de dinheiro a estrangeiros com mais experiência e a feudalidade das nossas relações sociais até uma data avançada impediram a criação de bancos em Portugal[444].

Contudo a maturidade, embora lenta e dependente, das relações de produção capitalistas exigiam bancos. A crise financeira do Estado reforçava esta necessidade e o empréstimo público de 1796 de 10 milhões de cruzados, aumentado no ano seguinte para 12 milhões e atingindo 14 em 1799, desencadeou a nova situação. Os títulos deste empréstimo eram moeda papel fiduciária, aceite obrigatoriamente em metade dos pagamentos, e impôs modificações sensíveis no sistema monetário.

> "Vários eram os problemas financeiros em que Portugal se debatia em fins do século XVIII: a desvalorização do papel moeda, a escassez de capitais para empréstimo, os juros elevados, as dificuldades no desconto de letras, etc. Para os enfrentar, levantou-se a questão da fun-

444 Claro que esta afirmação genérica não invalida a prática de algumas actividades bancárias e surgimento de algumas instituições, como o recorda Macedo ("Elementos para ..., p. 11).

dação de um banco, a exemplo do que sucedia 'nas outras praças da Europa'"[445]

As propostas e tentativas de constituição da primeira instituição bancária são múltiplas:

em 1798/9 D. Rodrigo Sousa Coutinho propõe também a criação dum banco para emprestar dinheiro ao Estado e gerir a sua divida, ideia que já tinha estado presente na mente de Diogo Preston em 1653, para descontar efeitos comerciais, para receber depósitos em moeda-metal, para emitir notas pagáveis a curto prazo;

— em 1800 apareceram dois projectos de criação de bancos, que não avançaram

— em 1808, com o rei português vivendo no Brasil por causa das invasões napoleónicas, criou-se o Banco do Brasil

— em 1815 o mercador escocês Joao Fletcher propôs a constituição de uma instituição bancária com objectivos comerciais, aceite parcialmente pelo Estado, mas não concretizado;

— em 1818 João Henriques de Sequeira propunha também a criação de um Banco de Socorro ou Banco de Empréstimos sobre Penhores, o que foi recusado.

Após a revolução liberal, as Cortes Constituintes analisaram durante o ano de 1821 vários projectos de extinção do papel-moeda. Todas essas propostas passavam pela criação de um Banco com essa função principal, embora também tivesse outras de natureza comercial.

Por iniciativa do Estado, mas com capitais privados, em 31 de Dezembro de 1821 constitui-se o primeiro banco português, o Banco de Lisboa.

Trata-se de um acontecimento monetário e financeiro que correspondeu a algumas imperiosidades económicas do comércio e da produção, mas que também encontrava várias resistências: o documento de constituição propunha dez mil acções de 500$000 pagáveis em metade em moeda-papel, mas dois meses após o seu lançamento, quando acabou a subscrição, o capital era francamente inferior.

Num país agrícola e comercial (essencialmente com as colónias), numa situação de dependência externa, consolidada pelo tratado de Metween, e que só catorze anos depois viria a ter instalada a primeira máquina a vapor, a criação do Banco de Lisboa teve iniciativa estatal.

445 De Macedo, J. Borges, Elementos para ... , p 9

A Carta-Lei de 31 de Dezembro de 1821 que constituía "uma incorporação intitulada Banco de Lisboa" por um período de 20 anos e sob a protecção das instituições políticas, definia os seus objectivos:

— contribuir para a amortização do papel-moeda pela realização de empréstimos à "nação" (Art. 24)
— descontar e negociar letras de cambio e todos os papeis utilizados no comércio caucionado por bens do aceitante (Art. 8)
— emprestar dinheiro contra mercadorias e outros bens móveis recebidos em depósito (Art. 9)
— comprar e vender papel-moeda, papeis de crédito público, ouro e prata (Art. 11)
— aceitar depósitos de particulares em conta corrente (Art. 12)
— pedir empréstimos aos particulares (Art. 13)
— emprestar ao Estado (art. 16)
— emitir uma certa quantidade de notas bancárias, pagáveis ao portador em metal ou letras à vista (Art. 17) aceites pelo Tesouro Público (Art. 18)

E o artigo 23 definia que durante 20 anos não fosse criada nenhuma outra instituição com iguais privilégios.

No Regulamento de 25 de Junho de 1822 estes diversos aspectos são concretizados. Assim, o seu artigo LII definia como actividade principal o desconto de vários tipos de letras e o Regulamento Económico de 21 de Dezembro de 1822 criava a repartição do desconto de letras e empréstimos sob penhora. As facilidades de desconto não eram as mesmas para todos os tipos de documentos.

Refira-se ainda que era a direcção do banco é que determinava o ágio para as compras e vendas de papel-moeda.

Da análise destas funções conclui-se que o Banco de Lisboa quando da sua nascença apresentava já um conjunto de características tipicamente capitalistas, nomeadamente

— subscrição privada de capital;
— prioridade declarada ao desconto;
— clara separação de todas as actividades comerciais (Art. 15 da Carta-Lei de 31 de Dezembro de 1821), embora ainda apresente aspectos pré-capitalistas;
— a importância da penhora e da hipoteca em quase todas as operações com particulares;

— a aceitação de depósitos de bens móveis.

Os empréstimos ao Estado, que ocupa uma destacada posição, pelo menos quantitativa, na legislação monetária e financeira da época, terão a mesma natureza (capitalista/pré-capitalista) que tiver o Estado.

Esta época de constituição do Banco de Lisboa foi, logo de seguida, marcada por várias convulsões político-sociais (independência do Brasil em 1822, movimento absolutista "Vila-Francada" em 1823, "Abrilada" em 1824 e reentrada de D. Miguel em 1828 guerra civil entre 1828 e 1834, movimento popular "setembrista" para restabelecer o liberalismo, em 1836), mas a evolução do Banco de Lisboa, quando considerada macrotemporalmente, parece independente desses acontecimentos[446].

Embora não seja a legislação que molda a realidade económico-social, mas exactamente o inverso, é através daquela que muitas vezes é mais fácil captar alguns aspectos históricos. O carácter introdutório deste trabalho permite que também nós sigamos tal via, para já, referindo alguma da legislação económica saída entre 1821 e 1846:

— Uma carta-lei de 7 de Junho de 1824 reafirmava as funções do Banco de Lisboa, mantendo-lhe o privilégio por um período de 30 anos, confirmava as suas funções de cofre do dinheiro público, assim como todas as funções apresentadas em 1821, com excepção das apresentadas no art. 13 (pedir empréstimos aos particulares);
— Em 16 de Março de 1825 reconhecia-se o regulamento de constituição da caixa filial do Porto (continuação das actividades do Banco de Lisboa no Porto com uma completa subordinação de gestão à capital);
— Por decretos de 26 de Setembro de 1826 e 22 de Maio de 1827 o Banco de Lisboa ficava responsabilizado pela carimbagem do papel-moeda;
— Por decreto de 15 de Dezembro de 1827 aumentava-se o seu capital

446 Não queremos significar que o Banco de Lisboa fosse uma torre de marfim isolada do contexto em que se inseria. O que se verifica é que, por um lado, da análise dos relatórios e contas não se retiram referências relevantes aos acontecimentos políticos que se iam sucedendo e, por outro, que por entre esse conjunto de acontecimentos a actividade económica, com mais ou menos retrocessos, ia seguindo o seu rumo para o capitalismo amadurecido.

— Um decreto de 23 de Julho de 1834 propõe a extinção do papel-moeda, ficando o Banco de Lisboa encarregue de trocá-lo por moeda com um desconto de 20%;
— Em 22 de Março de 1837 solicita-se à Câmara do Porto para que faça o depósito dos dinheiros públicos na Caixa Filial do Porto;
— Em 21 de Agosto de 1843 afirma-se que nos pagamentos fiscais só são aceites as notas do Banco de Lisboa.

Enfim, toda uma legislação que confirma os aspectos orientadores da sua constituição.

Se o Banco de Lisboa foi a instituição principal que depois deu o Banco de Portugal, não podemos esquecer a outra empresa com a qual aquele se fundiu, a Companhia Confiança Nacional que foi constituída em Setembro de 1844 tendo como objectivos estatutários

> "fazer todos os negócios lícitos que a sua direcção julgar convenientes"[447]

e rapidamente de integrou nas actividades bancárias.

A Lei de 12 de Março de 1845 confirma o contrato para formar Caixas Económicas (em Lisboa, Porto, nas capitais das regiões administrativas e em todas as outras cidades do país), e, segundo aquela, as referidas Caixas eram

> "principalmente destinadas a receber pequenas quantias ao alcance de todas as classes, abonando-lhes juros"[448]

actividade já com características marcadamente capitalistas.

Um ano depois desencadeava-se a crise de 1846/8 que iria mudar significativamente a estrutura da reduzida banca portuguesa. Comecemos por reproduzir o que os historiadores dizem sobre esta crise, completando transcrições que já fizemos no capitulo 2:

> "A crise de 1847-48 tem sido considerada como o exemplo mais flagrante dum caos económico originado pela super-especulação; até meados do século, os ciclos caracterizaram-se pela nitidez que revestiram os aspectos financeiros; observa-se uma deslocação constante dos meios de produção, originada por um movimento alternado de sub-investimento e de superespeculação. Isso corresponde, grosso modo,

447 Este pequeno extracto mostra que a Confiança Nacional, contrariamente ao Banco de Lisboa, articulava a actividade bancária com a comercial.

448 Nota-se aqui uma grande preocupação pela captação das pequenas poupanças, o que pode reflectir a importância que estas podiam ter para o processo de acumulação. Posteriormente o Banco de Portugal viria a demonstrar durante uma muito tempo grande preocupação em mostrar que a sua actividade também se dirigia ao pequeno interveniente na vida económica, como o demonstra o calculo do valor médio das letras de cambio e a preocupação em mostrar que o seu valor é inferior ao do ano transacto ou, no caso contrário, porque é que teve tal evolução.

> ao período de expansão geral do sistema e explica-se pelo facto de o campo aberto à acumulação de capitais não se dilatar na mesma proporção do próprio crescimento dos capitais acumulados. Daí que grandes massas de capitais se dirigissem para um número muito restrito de ramos de actividade, sobretudo para os transportes; é por isso que, quando o ciclo atinge o ponto de crise se assiste a uma queda vertical dos investimentos e que, quando a actividade económica se reanima, se observa uma especulação desenfreada. O panorama específico das flutuações cíclicas mundiais neste período explica-se, na verdade, pela escassez de campos de actividade produtiva, quando o alargamento da produção é imposto ferreamente pelo sistema capitalista, embora estes aspectos específicos não exijam qualquer mecanismo teórico especial para a sua compreensão. A natureza da crise cíclica é idêntica, quer apareçam ou não, em plano destacado, os aspectos financeiros. Sublinha-se isto porque é importante para compreender as crises económicas portuguesas.[449]

nomeadamente esta de que estamos a tratar.

Com efeito, os problemas financeiros são claros:

— em 23 de Maio de 1846 um decreto permite a suspensão dos pagamentos das notas do Banco de Lisboa durante três meses e impõe a aceitação generalizada da sua circulação; esta decisão é considerada sem perigo de maior porque quase todas as riquezas públicas têm ligações com a banca; porque os pagamentos do Tesouro e dos particulares estão dependentes da própria aceitação das notas e porque a dívida do Tesouro Publico[450] é maior que o necessário para garantir a cobertura das notas.

— três dias depois toma-se igual decisão extensiva à Companhia Confiança Nacional;

— em 20 de Agosto impõe-se a continuação da suspensão por mais 40 dias;

— no primeiro dia de Outubro prolonga-se tal período até ao fim do ano civil;

— em 14 de Novembro impõe-se mais uma vez a obrigatoriedade de aceitação das notas do Banco de Lisboa:

"Art 1. Toda a pessoa que, por qualquer modo, ou sob qualquer pretexto, enjeitar as Notas do Banco de Lisboa, enquanto tiverem curso forçado, incorrerá além da pena de degredo que a Ordenação do Reino,

449 De Castro, "A Revolução ... , p. 122/123

450 Uma ideia, com força legal, com que nos vamos defrontar frequentemente é a de que a dívida do Estado é um garante para operações de emissão, o que significa que apresenta sempre viabilidade de ser paga, até porque o pode ser feito a curto prazo se tal for necessário. É uma manifestação de que o Estado 'não vai à falência'. A teoria e a prática mostram que aquele princípio que quantas vezes orientou a actividade bancária no nosso país e noutros, não apresenta coerência.

no Livro 4. Titulo 22. commina aos que engeitam moeda de El-Rei, na de uma multa de 50$000 reis a 500$000 reis para a Fazenda Publicca, a arbitrio do Juiz reguladora em atenção ao valor da transacção, e à fortuna do transgressor"[451]

Se atendermos a que o decreto definindo a fusão do Banco de Lisboa e da Companhia Confiança Nacional e constituição do Banco de Portugal é de cinco dias depois deste último, fácil é concluir que aquele nasceu numa época de grandes perturbações financeiras, numa situação de grande fragilidade dos sistemas monetário e de crédito.

Para terminar este rápido esboço, 0 qual abarca um quarto de século, analisemos alguns dados quantitativos.

Algumas das informações estatísticas mais importantes são as que constam dos quadros seguintes, referentes aos depósitos e reservas

**Depósitos e Reservas do Banco de Lisboa (1822/1846)**

(1000 reis)

| Ano | A | B | C | D |
|---|---|---|---|---|
| 1822 | 134243 | 198971 | 968750 | 477930 |
| 1823 | 502626 | 515362 | 1050000 | 510233 |
| 1824 | 442140 | 676610 | 1399000 | 589736 |
| 1825 | 418816 | 658701 | 1540000 | 211200 |
| 1826 | 568311 | 735669 | 536000 | 595200 |
| 1827 | 470060 | 644646 | 293000 | |
| 1828 | 190458 | 328904 | 540000 | 172800 |
| 1829 | 236250 | 357934 | 387000 | 336000 |
| 1830 | 257926 | 388291 | 529000 | 585600 |
| 1831 | 175449 | 339289 | 247000 | 393600 |
| 1832 | 174680 | 166932 | 347000 | 177600 |

451 A forma violenta como é feito revela a grande resistência do mundo dos negócios e da população em geral, à circulação das notas do Banco de Lisboa.
É sabido que numa situação de crise, para além do mais, há uma procura de ouro e outros metais preciosos. Aliás, os períodos de inconvertibilidade são de desaparecimento das moedas de ouro da circulação, "lei" de Greshan em que o papel-moeda desempenha a função de má moeda.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1833 | 260517 | 262998 | 186400 | 67200 |
| 1834 | 557775 | 665481 | 1399200 | 621178 |
| 1835 | 711731 | 1139134 | 1193000 | 590440 |
| 1836 | 520525 | 1066502 | 782600 | 452600 |
| 1837 | 441438 | 845388 | 564800 | 326400 |
| 1838 | 385036 | 1117593 | 400600 | 1118800 |
| 1839 | 367623 | 880915 | 353000 | 1219200 |
| 1840 | 369262 | 1292230 | 367400 | 1344000 |
| 1841 | 336743 | 1111830 | 327400 | 585600 |
| 1842 | 388889 | 1149064 | 370400 | 624000 |
| 1843 | 364829 | 1181984 | 370400 | 624000 |
| 1844 | 371631 | 1254805 | 380400 | 1296000 |
| 1845 | 206682 | 1076440 | 345400 | 643200 |
| 1846 | 156448 | 503808 | 230400 | 38400 |

Fonte: PERES, Historia ...

Obs: A=Deposito dos particulares em papel; B=Deposito dos particulares em moeda; C=Reservas de caixa em papel; D=Reservas de caixa em moeda

(importantes contrapartidas da emissão de notas, que consta do quadro seguinte)

**Notas emitidas e em circulação pelo Banco de Lisboa (1822/46)**

(1000 reis)

| Ano | E | F |
|---|---|---|
| 1822 | 1057853 | 428247 |
| 1823 | 1051958 | 829046 |
| 1824 | 1753085 | 1671341 |
| 1825 | 4227946 | 2353210 |
| 1826 | 4536211 | 1750195 |
| 1827 | 5183405 | 1841357 |
| 1828 | 4726877 | 358973 |

| | | |
|---|---|---|
| 1829 | 4704374 | 507686 |
| 1830 | 4681536 | 639600 |
| 1831 | 4653245 | 761280 |
| 1832 | 4604093 | 696154 |
| 1833 | 4550659 | 826982 |
| 1834 | 4547184 | 1183920 |
| 1835 | 4835818 | 2124394 |
| 1836 | 4947643 | 2063467 |
| 1837 | 4968739 | 1745251 |
| 1838 | 5302829 | 2416013 |
| 1839 | 5888429 | 2559149 |
| 1840 | 6332549 | 3213893 |
| 1841 | 6579974 | 2742134 |
| 1842 | 7129161 | 2738807 |
| 1843 | 7818441 | 3077165 |
| 1844 | 8181801 | 3438100 |
| 1845 | 9317962 | 3669514 |
| 1846 | 5714069 | 3428885 |

Fonte: PERES, "História ...

Obs: E=Notas emitidas; F=Notas em circulação

O quadro seguinte, apresentando as variações centradas dos agregados anteriormente apresentados permite ter de imediato uma visão do comportamento anual:

**Variações anuais percentuais dos depósitos, reservas e notas do Banco de Lisboa (1822/46)**

| Ano | A | B | C | D | E | F |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1823 | 115, 7 | 88, 6 | 8,0 | 6, 5 | -0, 6 | 63, 8 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1824 | -12, 8 | 27, 1 | 28, 5 | 14, 5 | 50,0 | 67, 4 |
| 1825 | -5, 4 | -2, 7 | 9, 6 | -94, 5 | 82, 8 | 33, 9 |
| 1826 | 30, 3 | 11 | -96, 7 | 95, 2 | 7,0 | -29, 4 |
| 1827 | -18, 9 | -13, 2 | -58, 6 | | 13, 3 | 5, 1 |
| 1828 | -84, 7 | -64, 9 | 59, 3 | | -9, 2 | -134, 7 |
| 1829 | 21, 5 | 8, 5 | -33,0 | 64, 2 | -0, 5 | 34, 3 |
| 1830 | 8, 8 | 8, 1 | 31,0 | 54, 2 | -0, 5 | 23,0 |
| 1831 | -38, 1 | -13, 5 | -72, 7 | -39, 2 | -0, 6 | 17, 4 |
| 1832 | -0, 4 | -68, 1 | 33, 7 | -75, 6 | -1, 1 | -8, 9 |
| 1833 | 39, 4 | 44, 7 | -60, 2 | -90, 2 | -1, 2 | 17, 2 |
| 1834 | 72, 7 | 86, 7 | 153.0 | 161.0 | -0, 1 | 35, 5 |
| 1835 | 24, 3 | 52, 5 | -15, 9 | -5, 1 | 6, 2 | 56, 9 |
| 1836 | -31,0 | -6, 6 | -41, 5 | -26, 4 | 2, 3 | -2, 9 |
| 1837 | -16, 4 | -23, 1 | -32, 3 | -32, 4 | 0, 4 | -16, 7 |
| 1838 | -13, 6 | 27, 7 | -34, 1 | 109, 7 | 6, 5 | 32, 2 |
| 1839 | -4, 6 | -23, 7 | -12, 6 | 8, 6 | 10, 5 | 5, 8 |
| 1840 | 0, 4 | 37, 9 | 4,0 | 9, 7 | 7, 2 | 22, 7 |
| 1841 | -9, 2 | -15 | -11, 5 | -78, 6 | 3, 8 | -15, 8 |
| 1842 | 14, 4 | 3, 3 | 12, 3 | 6, 3 | 8,0 | -0, 1 |
| 1843 | -6, 4 | 2, 8 | 0,0 | 0,0 | 9, 2 | 11, 6 |
| 1844 | 1, 8 | 6,0 | 2, 7 | 70,0 | 4, 5 | 11, 1 |
| 1845 | -57,0 | -15, 3 | -9, 6 | -67, 3 | 13,0 | 6, 5 |
| 1846 | -27, 7 | -72, 5 | -39, 9 | -177, 5 | -47, 9 | -6, 8 |

Obs: São variações centradas

Desses dados, que não temos a pretensão de analisar em pormenor e ano a ano mas tão somente extrair algumas conclusões gerais, concluímos que

1) Os depósitos em moeda metálica são quase sempre mais elevados que em papel e a sua importância relativa aumenta:

| Anos | B/A |
|---|---|
| 1822/25 | 1, 37 |
| 1826/30 | 1, 43 |
| 1831/35 | 1, 37 |
| 1836/40 | 2, 50 |
| 1841/46 | 3, 44 |

e só em 1832 os depósitos dos particulares em papel era mais importante não tanto pela subida destes, mas pela descida dos depósitos em moeda;[452]

2) Os anos de redução mais abrupta dos depósitos (depósitos em moeda) foram 1828 e 1846 (1828, 1832 e 1846). São sobretudo épocas de crise. Sobre a primeira data será interessante recordar que

"Um edital do Banco de Lisboa de 6 de Dezembro de 1827 suspendeu a conversão das notas em virtude de se ter esgotado a reserva de prata. Esta situação teve origem nos financiamentos do banco ao Estado e a particulares que excediam as possibilidades imediatas de solvabilidade, embora houvesse capitais suficientes para satisfação dos encargos existentes"[453]

3) Para a evolução das reservas de caixa encontramos os mesmos períodos críticos já analisados para os depósitos, nomeadamente 1827, 1831/33, 1836/37, 1845/46 e ainda 1841.

4) A quantidade de notas em circulação aumentou, apenas com um período de redução durante 1828/33:

(1000 reis)

| Anos | Média anual |
|---|---|
| 1822/25 | 1 320 461 |
| 1826/30 | 1 019 562 |
| 1831/35 | 1 118 546 |
| 1836/40 | 2 399 555 |
| 1841/46 | 3 182 434 |

452 Desconhecemos as razões destes movimentos

453 De Castro, A Revolução ... , 131

reflectindo tudo isto uma situação de fragilidade que transparece com clareza do quadro seguinte:

**Percentagem de notas em relação as reservas no Banco de Lisboa (1822/46)**

| Ano | G | ∆G(%) | H | ∆H(%) |
|---|---|---|---|---|
| 1822 | 89, 6 | | 29, 6 | |
| 1823 | 162, 5 | 57, 8 | 53, 1 | 56, 9 |
| 1824 | 283, 4 | 54, 2 | 84,0 | 45, 1 |
| 1825 | 1114, 2 | 118, 9 | 134, 4 | 46, 1 |
| 1826 | 294,0 | -116, 5 | 154, 7 | 14, 1 |
| 1827 | | | 628, 4 | 121,0 |
| 1828 | 207, 7 | | 50, 4 | -170, 3 |
| 1829 | 151, 1 | -31, 6 | 70, 2 | 32, 9 |
| 1830 | 109, 2 | -32, 2 | 57, 4 | -20, 1 |
| 1831 | 193, 4 | 55, 6 | 118, 8 | 69, 7 |
| 1832 | 392,0 | 67, 8 | 132, 7 | 11,0 |
| 1833 | 1230, 6 | 103, 4 | 326, 1 | 84, 3 |
| 1834 | 190, 6 | -146, 4 | 58, 6 | -139, 1 |
| 1835 | 359, 8 | 61, 5 | 119, 1 | 68, 1 |
| 1836 | 455, 9 | 23, 6 | 167, 1 | 33, 5 |
| 1837 | 534, 7 | 15, 9 | 195, 8 | 15, 9 |
| 1838 | 215, 9 | -84, 9 | 159,0 | -20, 8 |
| 1839 | 209, 9 | -2, 8 | 162, 8 | 2, 3 |
| 1840 | 239, 1 | 13,0 | 187, 8 | 14, 3 |
| 1841 | 468, 3 | 64, 8 | 300, 3 | 46, 1 |
| 1842 | 438, 9 | -6, 5 | 275, 4 | -8, 7 |
| 1843 | 493, 1 | 11, 6 | 309, 4 | 11, 6 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1844 | 265, 3 | -60, 1 | 205, 1 | -40, 6 |
| 1845 | 570, 5 | 73,0 | 371, 1 | 57, 6 |
| 1846 | 8929, 4 | 176,0 | 1275, 6 | 109, 8 |

Obser: G = Percentagem de notas em circulação em relação as reservas de caixa em moeda; H = Idem em relação ao total de reservas

de caixa donde se constata que

5) a percentagem de notas em circulação em relação às reservas de caixa em moeda, verdadeira garantia num período de convertibilidade monetária, é sempre muito elevada. Só no primeiro ano a quantidade de notas em circulação é inferior às reservas. Em 1825, 1833 e 1846 a quantidade de notas é 11, 12 e 89 vezes as referidas reservas.

Esta diferença entre a quantidade de notas "convertíveis" em circulação e as possibilidades de uma convertibilidade efectiva manifesta-se desde o primeiro momento.

A análise quantitativa confirma a situação de debilidade que já tínhamos verificado pela breve análise da legislação.

Em síntese, o Banco de Portugal resulta de uma actividade bancária incipiente num sistema económico atrasado e dependente rumo ao capitalismo, marcado sobretudo por uma forte interferência estatal (iniciativa de criação, "controlo", dívida do Estado, resolução da situação de papel-moeda dívida pública), contrapartida da debilidade do mercado financeiro. Ainda marcado por práticas pré-capitalistas a sua natureza e actividade insere-se bastante no novo sistema. Centrando geograficamente a sua actividade nas zonas nevrálgicas do ponto de vista económico-social (Lisboa e Porto) e ainda com fraccionamento do mercado nacional, aponta já para a unificação deste. A actividade de emissão de notas virá a ser uma das suas características diferenciadoras dos restantes bancos, no futuro, e é desde já uma actividade relevante. Desde o início apresenta fragilidades no quadro de um sistema de padrão-ouro, verificando-se um conflito quantitativo entre as regras de funcionamento daquele e as exigências de crédito, sobretudo estatal, que se manifestou nos períodos de crise por uma ruptura qualitativa: suspensão temporária do padrão-ouro. O Banco de Portugal nasce sobre esse fogo de ruptura em crise, embalado pelo sonho da possibilidade de resolução institucional daquele problema e da sempre possível solvabilidade

estatal efémero suporte da convicção de retorno ao padrão-ouro numa situação de desenvolvimento "normal".

### 4.A.5. Aspectos breves do Banco Portugal desde a sua constituição até à reforma de 1887

Este período é rico de ensinamentos porque são os primeiros passos de uma instituição com as características do Banco de Portugal, porque é uma época da nossa historia marcada por múltiplos acontecimentos, nomeadamente na área da formação e consolidação do capitalismo, porque começam a acontecer as crises capitalistas de sobreprodução, impondo múltiplas modificações sociais. Tal facto exigiria da nossa parte, se a preocupação central fosse fazer uma história desta instituição bancária ou do sistema monetário-financeiro português, uma análise bastante cuidada e pormenorizada, o que se afiguraria, é preciso dizê-lo desde já, difícil na medida em que há falta de informação estatística[454]. Contudo, visando este anexo tão-somente apoiar o estudo do processo inflacionista português que tem nascimento bastante posterior, a análise a fazer aqui continua a revestir a generalidade e sumariedade dos pontos anteriores.

Pelo decreto de 19 de Novembro de 1846 constituiu-se o Banco de Portugal pela fusão das duas instituições de crédito antes indicadas: o Banco de Lisboa e a Companhia Confiança. Esse decreto foi confirmado pela Carta de Lei de 25 de Dezembro do mesmo ano.

Da análise da situação contabilística dessas duas empresas, utilizando a informação fornecida por O. Martins[455], verifica-se uma maior actividade (ou resultado da actividade, o que pode ser ligeiramente diferente) do Banco de Lisboa (o total do activo da C. Confiança é apenas 75% do daquele), um grande peso da dívida do Estado às duas instituições (5.574.641 mil reis ao Banco de Lisboa e 5.811.500 à C. Confiança, não contando com pequenas rubricas das classes inactivas e activas), um significativo peso dos empréstimos sobre penhores na primeira das instituições, não se verificando o mesmo na segunda, e um elevado montante de notas em circulação por parte do Banco de Lisboa.

454 Segundo a informação constante de uma capa da publicação "Situação Bancária" haveria uma publicação com informações monetária referentes a este período, mas não conseguimos encontrar-lhe traço nas principais bibliotecas de Lisboa e Porto. Evidentemente que seria sempre possível ir directamente às fontes e mais uma vez fazer papel de historiador, mas o carácter introdutório da abordagem deste período fez-nos afastar qualquer tentativa nesse sentido

455 De Oliveira Martins, "A Circulação ... , p. 290

O novo banco deveria existir durante trinta anos, gozando de exclusividade de emissão de notas ou obrigações para todo o país, com excepção de igual direito de emissão do Banco Comercial do Porto[456], que seriam consideradas como moeda-metal nos pagamentos ao Estado não acontecendo o mesmo no movimento inverso (o que revela a desconfiança do "público" em relação as referidas notas e o reconhecimento por parte do Estado de que os seus débitos eram um relevante contributo para essa situação). Tinha a exclusividade de constituição de caixas económicas nas localidades em que fossem instaladas num período de três anos (o que poderia ter tido grande relevância na captação de dinheiro em todo o território nacional e servir como monopólio nos fluxos inter-regionais e das regiões para o Estado). Os dinheiros públicos seriam canalizados para a nova instituição bancária, o que constitui mais um elo de ligação entre o Estado e o banco. As operações bancárias permitidas por lei eram as seguintes:

— descontar títulos de crédito
— fazer empréstimos sobre ouro, prata, jóias e outras mercadorias e títulos de crédito
— fazer hipotecas
— emprestar sob penhora das suas próprias acções em algumas condições
— comprar e vender ouro e prata
— guardar em depósito dinheiro e títulos de crédito de particulares cobrar e pagar por outrem, assim como comprar e vender acções

não sendo difícil relacionar tais actos com tudo o que anteriormente dissemos sobre as actividades bancárias. Chamava apenas a atenção para o facto de poder comprar ouro e prata, os dois metais que então constituíam o suporte dos sistemas monetários: tal estava relacionado com o bimetalismo e o monometalismo e, eventualmente, com a articulação entre moeda "nacional" e "internacional"[457].

456 Até 1858 a emissão do Porto era apenas facultada a esse banco (Vide Oliveira Martins, "Circulação ... , pág. 299)

457 O novo Banco iria começar a "integrar-se" nessa actividade de articulação da moeda nacional com a internacional, na solvabilidade do "País" nos pagamentos internacionais, mas tal só poderia adquirir mais força a partir do momento em que tivesse a exclusividade de emissão monetária.

Esse documento legal fixava também a quantidade de notas do Banco de Lisboa e impunha ao Banco de Portugal a obrigatoriedade de as amortizar.

Reconhecendo a importância já então assumida pela dívida do Estado, o art. 26 cria um fundo especial de amortização da dívida do Estado.

Como

> "O Banco de Portugal (...) tinha nascido e sido sancionado por um governo de ditadura e só recebeu confirmação legal em 1850, pela carta de lei de 16 de Abril, que manifestou algumas das disposições estabelecidas pelo decreto de 19 de Novembro de 1846"[458].

e este último documento apresentava algumas diferenças, mas de pormenor, sendo apenas de referir que a hipoteca ligada ao desconto não se aplicava ao Estado (recorde-se que o "empréstimo ao governo s/penhores de inscrições" era a rubrica mais importante de todo o balanço do Banco de Lisboa aquando da constituição do Banco de Portugal) e admite a possibilidade de existirem outros bancos ou estabelecimentos com a permissão de emissão[459].

A legislação económica ligada à actividade do Banco de Portugal durante os primeiros anos deste período versa muito frequentemente, reflectindo a sua efectiva importância social, a circulação das notas do Banco de Lisboa, particularmente a sua aceitação.

Inicialmente as notas do Banco de Lisboa (com difícil aceitação por parte de credores e vendedores após a crise de 1846 e correspondentes dificuldades de convertibilidade e moratórias, embora após estas se tivesse regressado ao convertibilidade[460]) eram consideradas por lei tão boas como o metal, mas em Dezembro de 1847 já se admitia a existência de um preço de mercado (o que obviamente poderia ser diferente do nominalmente estabelecido), o que era reconhecido legalmente. Depois impõe-se a obrigatoriedade da sua aceitação até 1/3 do montante de pagamento, depois 1/2, depois ainda 1/4, etc. Em um exposição da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de 10 de Março de 1847 considerava-se:

> "O excessivo preço a que tem chegado o desconto das Notas do Banco de Lisboa, constitui uma verdadeira calamidade pública"

458 Da legislação

459 Só entre 1858 1876, segundo a informação de Oliveira Martins surgiram a emitir o Comercial (já anterior, como vimos), O Mercantil (a partir daquela data), União (1862), Aliança (1864), do Minho (1865), Utilidade Publica (1868), de Guimarães (1874) e Comercial de Braga (nesta mesma data).

460 A qual iria durar 30 anos

e de seguida defendia-se o restabelecimento da circulação metálica[461]

> "Vossa majestade bem conhece que na adopção das medidas propostas não podiam os Ministros de Vossa Majestade deixar de ter particularmente em vista o importante fim de restabelecer quanto antes a circulação metálica do Paiz, eliminando della, por uma forte e sucessiva amortização, as Notas do Banco de Lisboa, cuja progressiva depreciação tantos prejuizos esta causando ao commercio, e à Nação em geral".

Esta luta legal mostra a importância das leis económicas e a impossibilidade de o Estado "esquecer" essas leis, mesmo que a acção política possa obstaculizar o seu curso[462].

Conjuntamente com estas questões de circulação de notas bancárias refira-se que também os empréstimos do Estado ocupam uma posição qualitativamente importante na legislação. O desequilíbrio orçamental do Estado é uma situação sistemática e o endividamento do Tesouro Público uma constante, como se pode ver no quadro seguinte:

**Receitas e despesas do Estado (não compreendendo empréstimos) de 1851-52 a 1887-88 (contos)**

| Ano económico | Receitas | Despesas | |
|---|---|---|---|
| | Total | Total | Encargo da dívida |
| 1851-52 | 11 594 | 11 228 | 1 551 |
| 1852-53 | 13 496 | 13 121 | 2 845 |
| 1853-54 | 17 456 | 14 063 | 2 521 |
| 1854-55 | 13 813 | 13 727 | 3 007 |
| 1855-56 | 12 200 | 13 355 | 2 839 |
| 1856-57 | 17 571 | 14 668 | 3 110 |
| 1857-58 | 12 432 | 17 897 | 3 606 |

461 Do Relatório do Banco de Portugal

462 Neste caso reflecte a contradição objectiva entre ligar o crédito à situação passada da economia (crédito como "emanação" do produtivo e monetário em geral) e a garantia de continuar-se futuramente a produzir e a criar mais-valia (aspecto particularmente posto em causa nos períodos de crise) o que leva à expansão do crédito. É a luta entre convertibilidade e inconvertibilidade a que já fizemos alusão no corpo deste capítulo.

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1858-59 | 12 553 | 17 937 | 3 622 |
| 1859-60 | 12 298 | 20 617 | 4 151 |
| 1860-61 | 13 003 | 16 100 | 4 033 |
| 1861-62 | 13 716 | 20 941 | 4 307 |
| 1862-63 | 14 618 | 22 329 | 5 293 |
| 1863-64 | 15 674 | 21 755 | 5 734 |
| 1864-65 | 17 766 | 21 475 | 5 924 |
| 1865-66 | 15 471 | 21 284 | 5 855 |
| 1866-67 | 14 966 | 22 837 | 6 207 |
| 1867-68 | 16 544 | 29 580 | 6 928 |
| 1868-69 | 16 514 | 21 278 | 6 774 |
| 1869-70 | 18 026 | 33 091 | 10 278 |
| 1870-71 | 18 100 | 22 045 | 8 377 |
| 1871-72 | 19 291 | 25 465 | 11 046 |
| 1872-73 | 21 649 | 25 072 | 10 173 |
| 1873-74 | 24 632 | 28 550 | 12 103 |
| 1874-75 | 23 743 | 29 097 | 10 355 |
| 1875-76 | 25 753 | 31 491 | 10 040 |
| 1876-77 | 25 859 | 36 762 | 10 301 |
| 1877-78 | 25 490 | 33 966 | 10 913 |
| 1878-79 | 27 330 | 34 290 | 10 789 |
| 1879-80 | 23 782 | 31 904 | 11 899 |
| 1880-81 | 25 849 | 34 026 | 12 095 |
| 1881-82 | 28 649 | 36 152 | 13 455 |
| 1882-83 | 30 825 | 34 546 | 12 743 |
| 1883-84 | 29 737 | 35 066 | 12 370 |
| 1884-85 | 31 402 | 39 715 | 15 280 |
| 1885-86 | 31 618 | 41 046 | 14 128 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1886-87 | 34 767 | 41 886 | 14 976 |
| 1887-88 | 38 116 | 45 004 | 17 487 |

Fonte: Fuchini, "O Presente...

Da legislação deste período será ainda de referir a Carta de 6 de Maio de 1857 através da qual só se mantém a exclusividade da emissão monetária para a região administrativa de Lisboa (desde 1835 que o Banco Comercial do Porto também tinha a possibilidade de emissão de notas, mas só após o ano seguinte à data deste documento é que se generalizaram no Porto e no Norte os bancos emissores de tais títulos monetários). O decreto de 3 de Setembro de 1874 em que prorroga a existência do Banco de Portugal por mais 50 anos, se mantém a exclusividade de emissão na região de Lisboa e se garante a possibilidade de as suas notas, pagáveis à vista ou ao portador, circularem no restante país mas sem exclusividade.

A segunda metade da década de 60 e a primeira da seguinte foi marcada por uma grande euforia nas actividades bancárias. Como inventaria Coelho[463] enquanto só em 1835, treze anos depois da constituição do Banco de Lisboa - surge o segundo banco (Banco Commercial do Porto) e serão necessários mais nove para surgir a Companhia Confiança Nacional e enquanto só em 1856, 61 e 63 surgirão mais três bancos (Mercantil, União e Alliança, respectivamente), em 1864 constituem-se quatro (Nova Companhia Utilidade Publica, Banco do Minho, Banco Ultramarino, Banco Lusitano), em 1873 mais cinco (Banco de Guimarães, Banco Commercial de Braga, Banco Comercial de Vianna, Banco do Porto e Banco Portuguez), em 1874 mais oito (Banco Industrial, Banco da Regoa, Banco do Douro, Banco de Vila Real, Banco da Povoa, Banco da Covilha, Banco de Coimbra e Banco Comercial de Lisboa) e em 1875 estavam doze em instalação (Banco Comercial de Lisboa, Banco Commercio e Industria, Banco Commercio de Guimaraes, Banco Mercantil de Viana, Banco do Alentejo, Banco Nacional, Banco Mercantil de Braga, Banco Villanovense, Banco de Chaves, Banco de Bragança, Banco de Vianna, Banco de Barcellos e Banco Agricola e Industrial da Extremadura).

Mas após a euforia veio a crise a que já fizemos alusão no capítulo anterior. E

> "O panico dos credores foi tam grande en 1876 como o tinha sido em 1874-1875 o enthusiasmo dos subscriptores; não se haveria manifes-

463 De J.J.Pinto Coelho, Os Bancos em Portugal ...

> tado maior, se os barbaros de qualquer região estivessem já invadindo o paiz, e cada portuguez se apressasse a deixar a patria legando-lhe o po dos sapatos e levando comsigo a coragem de credor e o dinheiro de cosmopolita precatado"[464]

e assim, pelo Decreto de 18 de Agosto de 1876 (no seu Artigo l)

> "O vencimento e pagamento de letras, notas promissórias, depósitos, títulos comerciais e fiduciários entre particulares, bancos, companhias ou sociedades, é suspenso e prorrogado por sessenta dias, a contar do dia de hoje; e durante o mesmo prazo ficam suspensos os efeitos jurídicos dos protestos, e não correm as prescrições dos referidos títulos"

o que foi então aproveitado pelos defensores da multiplicidade de bancos emissores (o que pressupõe o desconhecimento da diferença entre moeda bancária e moeda nacional nessa fase de desenvolvimento) para reforçar a sua posição:

> "N'esta ruina de crèdito deu-se um facto que o publico mal fara, se esquecer. Hão-de vir muitas pessoas bradar contra a emissão, e expor a necessidade de limital-a ou de a tornar monopólio de um grande banco. Este assumpto não pode ser tractado aqui. Dizemos só que não há na crise de 1876 um único phenómeno que falle mais a favor da unidade que da multiplicidade da emissão. Em Lisboa, onde há a unidade, o banco de Portugal suspendeu pagamentos e logo à primeira corrida. No Porto sustentaram-se alguns durante uns poucos de dias, e quase todos pagaram esses títulos. Sucedeu como em 1846: o banco de Lisboa foi mais fraco do que o Commercial do Porto"[465].

Mas contrariamente a esta posição, a Lei de 7 Abril de 1877 confirma a garantia dada pelo governo aos empréstimos feitos pelo Banco de Portugal a diferentes estabelecimentos de crédito (356 990 mil reis durante Maio e Junho do ano anterior aos estabelecimentos bancários do Porto e 1.100.000 durante Agosto e Setembro a vários estabelecimentos) e também aprova os empréstimos ao governo e a alguns bancos e companhias.

E esta lei mostra bem a influência das crises económicas e financeiras na reestruturação do sistema bancário, pois é a primeira vez que de uma forma explícita o Banco de Portugal torna-se um pouco banco dos outros bancos. É a própria actividade económica que acaba a pouco e pouco por moldar a necessidade de legislação consolidando institucionalmente as transformações qualitativas. É, no entanto, ainda necessário vários anos para ver esta actividade institucionalizar-se e tornar-se uma prática corrente em todas as fases do ciclo.

464 De Freitas, "Crise Monetaria ... , p. 19
465 Idem, pág. 68

Apesar desta interrupção da convertibilidade durante uns meses ela é retomada durante o período agora em análise numa base de bimetalismo.

E em 29 de Julho de 1887 surge a lei que constitui o prelúdio da reforma de 1887 que nos ocupará no ponto seguinte.

### 4.A.6. Análise do período 1887/1930

Antes de mais convém algumas palavras justificativas da adopção deste período, apesar de estarmos pouco vinculados, como já referimos, à utilização do método de exposição.

O ano de 1887 marca o início da atribuição ao Banco de Portugal da exclusividade de emissão de notas bancárias e, consequentemente, a sua crescente identificação como moeda nacional, o que vem a caracterizar a actividade daquele banco em todos os anos subsequentes. Por sua vez 1930 antecede a sua reestruturação com vista a transformá-lo de simples banco emissor em banco central, embora o primeiro aspecto tivesse sido o prelúdio dessa nova situação.

É certo que existem diversas alterações económicas e legislativas durante este longo período marcado por múltiplos acontecimentos (crises, alterações políticas, guerras, entre outros aspectos) mas podemos considerar que ele possui uma unidade interna suficiente para ser tratado em bloco.

#### 4.A.6.1. Uma visão da actividade bancária por anos

Para iniciarmos esta apreciação minimamente quantificada da actividade do Banco de Portugal, que se desdobrara em três blocos, comecemos por apresentar uma visão de conjunto e uma apreciação dos aspectos mais salientes por anos.

Essa visão de conjunto inicial pode ser fornecida pelo quadro seguinte que reúne para os anos inicial e final do período e para outros intermédios desfasados de um lustro, as contas do balanço do Banco de Portugal que representam pelo menos 10% do montante total do activo.

**Rubricas mais importantes de alguns balanços do B. Portugal (1887-1930)**

| Ano | A | P | Conta | % do Activo |
|---|---|---|---|---|
| 1987 | x | | Carteira comercial | 17 |
| | x | | Caixa metal | 13 |
| | x | | Efeitos depositados | 13 |
| | x | | Caixa notas | 10 |
| | | x | Capital | 31 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em circulação | 22 |
| | | x | Credores de efeitos depositados | 13 |
| | | x | Contas diversas | 11 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em caixa | 10 |
| 1890 | x | | Efeitos depositados | 21 |
| | x | | Caixa notas | 16 |
| | x | | Carteira comercial | 16 |
| | x | | Contratos especiais com o estado - classes inactivas | 11 |
| | | x | Capital | 26 |
| | | x | Credores de efeitos depositados | 21 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em circulação | 16 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em caixa | 16 |
| | | x | Correspondências c/c | 11 |
| 1985 | x | | Efeitos depositados | 25 |
| | x | | Caixa notas | 19 |
| | x | | Tesouro publico c/corrente | 12 |
| | x | | Contratos especiais c/Estado diversos | 11 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em circulação | 40 |
| | | x | Credores de efeitos depositados | 25 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em caixa | 19 |
| | | x | Capital | 10 |
| 1900 | x | | Efeitos depositados | 29 |
| | x | | Caixa notas | 21 |
| | x | | Tesouro publico c/ corrente | 14 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em circulação | 36 |

| Ano | A | P | Conta | % do Activo |
|---|---|---|---|---|
| | | x | Credores de efeitos depositados | 29 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em caixa | 21 |
| 1905 | x | | Efeitos depositados | 31 |
| | x | | Caixa notas | 18 |
| | x | | Tesouro publico c/corrente | 14 |
| | x | | Carteira comercial | 11 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em circulação | 36 |
| | | x | Credores de efeitos depositados | 31 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em caixa | 18 |
| 1910 | x | | Efeitos depositados | 37 |
| | x | | Tesouro Publico c/ corrente | 14 |
| | x | | Carteira comercial-letras do pais e outras | 10 |
| | x | | Caixa-notas | 10 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em circulação | 40 |
| | | x | Credores de efeitos depositados | 37 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em caixa | 10 |
| 1915 | x | | Efeitos depositados | 39 |
| | x | | Contas de crédito e suprimentos | 18 |
| | x | | Carteira comercial - letras do pais e outras | 15 |
| | x | | Tesouro publico c/c | 11 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal emissão | 57 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em circulação | 49 |
| | | x | Credores de efeitos depositados | 39 |
| 1920 | x | | Efeitos depositados | 43 |
| | x | | Contratos especiais com o Estado: empréstimos ao governo (L 29/4/18) | 38 |
| | x | | Carteira comercial - letras do pais e outras | 15 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal emissão | 51 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em circulação | 47 |
| | | x | Credores de efeitos depositados | 43 |
| 1925 | x | | Efeitos depositados | 35 |
| | x | | Contratos especiais com o Estado - empréstimos ao governo (L. 29/4/18) | 32 |

| Ano | A | P | Conta | % do Activo |
|---|---|---|---|---|
| | x | | Correspondencias em c/c | 10 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal Emissão | 56 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em circulação | 44 |
| | | x | Credores de efeitos depositados | 35 |
| | | x | Contas diversas | 14 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em caixa | 12 |
| 1930 | x | | Efeitos depositados | 38 |
| | x | | Contratos especiais com o Estado - empréstimos ao governo (L. 29/4/18) | 31 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal emissão | 50 |
| | | x | Notas do Banco de Portugal em circulação | 43 |
| | | x | Credores de efeitos depositados | 38 |

Fonte: Balanços do Banco de Portugal, Relatório anual de gerência

É certo que a modificação da estrutura do referido balanço ao longo dos anos pode modificar um pouco o significado do conteúdo deste quadro, assim como o facto de uma conta do activo ou passivo ter a sua contrapartida integral numa única conta do passivo ou activo leva a algumas repetições escusadas, mas nem por isso o seu conteúdo deixa de ser bastante claro e elucidativo.

Em primeiro lugar é de chamar a atenção para o grande peso que durante todo este período é representado pelos efeitos depositados e credores de efeitos depositados, o que reflecte o peso que os serviços bancários de intermediário nos pagamentos representou durante todo este período. Não só foi uma constante da actividade do Banco de Portugal, como a sua importância aumentou ao longo dos anos.

Em segundo lugar ressalta a importância da actividade emissora, componente fundamental para distinguir este banco dos restantes. Importância que aumentou muito desde o momento em que lhe foi atribuída a exclusividade (note-se, apesar dos perigos de apenas se tomar dois anos como referência da dinâmica de um período), aquelas representavam (em circulação) 22% em 1887 e quarenta e dois anos depois atingia o peso de 43%).

Em terceiro lugar ressalta a relevância assumida pela dívida do Estado ao banco, nomeadamente a dívida de curto prazo. A guerra de 1914/1918 aumenta a importância relativa desta rubrica da

actividade bancária que desde o início da sua existência marcou a actividade do banco. Contudo sobre este aspecto convirá chamar a atenção que o quadro anterior não reflecte cabalmente os débitos do Estado à banca porque aqueles encontravam-se dispersos por diversas rubricas do balanço, ora criadas exclusivamente para reflectir esses débitos ora integradas noutras de cariz genérico. O surgimento de uma dada conta de débito ao Estado com uma grande importância resulta por vezes de documentos legais que agregam numa única conta o que anteriormente estava disperso.

Em quarto lugar a carteira comercial também é uma conta importante, mas quantitativamente subalterna em relação às anteriores e com diminuição de importância.

Em quinto lugar é de referir a rápida diminuição de importância do capital e da caixa-metal no conjunto da actividade bancária o que reflecte que, cada vez mais, a importância do banco era expressão da sua posição de intermediário nos movimentos de capital-dinheiro e que a base metal da sua exclusividade de emissão era cada vez mais fraca.

Finalmente é de referir, em reforço da nossa anterior posição de relativa homogeneidade do período considerado, que durante todos os anos considerados não existem grandes alterações na importância relativa das contas principais embora hajam alterações pontuais e por vezes a emergência de uma nova conta.

Numa análise anual mais fina convirá começar por destacar o bloco de leis iniciais que dá ao Banco de Portugal a exclusividade de emissão de notas no Continente, Açores e Madeira. Trata-se da lei de 29 de Julho de 1887 -- autorizando o Estado a elaborar contrato com o Banco de Portugal, ou outro, com aquele fim durante um determinado período -- o contrato de 10 de Dezembro de 1887, que confirmou a referida aceitação por aquele banco -- e, finalmente, o acordo de 8 de Julho de 1891 e decreto do dia seguinte, que regulamentou o desaparecimento da emissão dos outros sete bancos emissores, centrados no Norte do país.

Antes, contudo, de algumas referências mais de pormenor a esta legislação, convirá alertar para o facto que ela mais não fez do que dar força coerciva -- e nessa medida significa, efectivamente, uma alteração qualitativa na estrutura bancária portuguesa com importantes impactos nos sistemas monetário e financeiro -- ao que vinha acontecendo, pois a hegemonia do Banco de Portugal em relação aos restantes já se vinha desenhando quer pelo relacionamento que estabelecia com os restantes bancos, quer pela estreita ligação ao Estado, nomeadamente por via creditícia. Talvez nesta alteração de

correlação de forças anterior a esta lei tivesse, também, interesse considerar o jogo de capacidade económica e força política de Lisboa e Porto, que aliás transparece de posições sobre a centralização, ou não, já por nós apresentadas, mas tal transcende claramente o âmbito deste trabalho.

Relacionado com este aspecto, a prioridade do económico em relação ao legislativo, será igualmente de referir o facto de ter sido necessário quase quatro anos para o que já estava estabelecido ser regulamentado. E não é por acaso, certamente, que tal sucede no ano de crise monetária e financeira, como foi o de 1891: o fogo dos acontecimentos impôs que politicamente se avançasse. Diríamos por outras palavras, que o Estado como garante da continuidade do sistema económico então vigente teve que impor coercivamente a uma parte da burguesia que também representava (burguesia nortenha, se assim podemos falar) um conjunto de medidas que aquela não aceitava.

Nos debates que acompanharam a primeira das referidas leis e a apreciação que os accionistas do Banco de Portugal fizeram sobre os termos do contrato a firmar com o Estado, estiveram sempre presentes os exemplos francês e inglês, com predominância deste. Todo o debate entre "currency principles" e "banking principles" foi retrazido para o cenário dessas assembleias, acabando a lei por consignar um sistema misto: emissão fixada até ao dobro do capital efectivo do banco e o restante com uma reserva metálica obrigatória. Autores como Stuart Mill, Tooke e Huskisson são referidos frequentemente em reforço de esta ou aquela orientação.

A consciência sobre as funções bancárias são já bastante claras como transparece da proibição de acumulação das suas responsabilidades "centrais" com actividades comerciais e de posições como a seguinte

> "As instituições bancárias não são destinadas a criar capital. Limitam-se unicamente a utilisá-lo e a distribuí-lo segundo as necessidades do movimento geral (...) Os bancos de circulação ou de emissão (...) de facilitar o uso do capital existente, desenvolvendo as suas faculdades de permutação"[466]

mas o mesmo não se poderá dizer sobre a natureza da emissão monetária.

Com efeito, debatendo-se num dilema entre o reconhecimento de que em crise só haveria segurança com total convertibilidade e de que tal constitui a liquidação das vantagens da circulação fiduciária,

466 De Relatório do Banco de Portugal 1887 (2a. ed. 1912)

o que reflecte uma contradição objectiva da economia, tem dificuldade em encontrar um fio condutor. Além disso não é claro nos debates o reconhecimento de uma diferença entre a nota bancária e os diversos tipos de moeda emitidos pelo Estado:

> "Tendo sempre o Estado reservado para si o direito realengo da amoedação e exercendo a circulação fiduciária funções auxiliares [?] idêntico [?] as da circulação metálica, gravíssimo perigo haveria em deixar o regime das emissões em completa independência, como atributo ordinário de qualquer industria livre"[467]

atribuindo de seguida ao Estado o papel de sábio condutor da emissão, o que seria de pôr em causa pela experiência passada (pelo menos nos cânones de convertibilidade que se acabava por aceitar):

> "Se a medição do valor deve ser uniforme e constante como todos os padrões de medida, e se a moeda e a nota de banco, como diz Huskisson, representam ambos um padrão comum para a valorização de todos os produtos, é de rigorosa necessidade que o Estado fiscalize superiormente a estabilidade desse padrão, para defesa da liberdade e da segurança e para garantia dos interesses gerais e legítimos da colectividade"[468]

Seguindo a Lei de 29 de Julho de 1887 ao longo dos seus diversos artigos, ressalta com particular interesse para a nossa análise os seguintes pontos:

— O governo propunha-se negociar um contrato de acordo com o Banco de Portugal, mas caso este não aceitasse poderia fazê-lo com qualquer outro. Este aspecto é, em primeiro lugar, o reconhecimento político da necessidade de garantir a uniformização da circulação fiduciária, desenvolver a circulação e garantir a sua segurança, para utilizar a mesma terminologia de então, expressão da consolidação do mercado interno nacional. Em segundo lugar é o reconhecimento da posição privilegiada, pelas razões já anteriormente referidas, do Banco de Portugal.

— Exige que o banco tenha em funcionamento caixas filiais ou agências em todas as capitais de distrito, do que depende a atribuição da exclusividade de emissão, o que é uma confirmação do aspecto anteriormente referido sobre o mercado nacional.

— Segundo o Art. 12. das bases

> "O banco terá durante quarenta annos, no continente do reino e ilhas adjacentes, a faculdade exclusiva de emittir notas com curso legal, pagáveis à vista e ao portador e representativas de moeda de oiro"

467 Idem
468 Idem

assunto a que nos temos vindo a referir.

— O "controlo" das quantidades de emissão era feito pelo montante do capital social (Art. 5.), pela existência do que eram considerados valores de fácil realização (um terço em moedas ou barras de oiro, podendo descer em situações excepcionais (?) para limites inferiores) (Art. 13) e ainda pela obrigatoriedade de cobertura integral em moedas ou barras de oiro nos cofres do banco no montante de emissão para além do dobro do capital realizado (Art. 14).

— O banco fica vinculado a preencher um conjunto de actividades para o Estado, nomeadamente o pagamento dos vencimentos das classes inactivas existentes em data então especificada, o exercício das funções de banqueiro do Estado e de caixa do Tesouro na metrópole e a abertura de uma conta corrente com o Governo. Este conjunto de privilégios a que o Estado se autoatribui é uma clara expressão da sua posição privilegiada na obtenção de créditos e da capacidade de influenciar o próprio funcionamento dos sistemas monetário e financeiro. É também uma clara emanação de todo o passado do Banco.

— É considerado competência do banco descontar, comprar e vender certos títulos de crédito e oiro e prata, emprestar sobre penhores, abrir créditos e contas corrente sob caução, conceder créditos no país ou no estrangeiro, autorizar saques para operações cambiais, fazer cobranças e pagamentos, receber numerário em conta corrente, guardar certos metais, títulos e jóias, utilizar créditos em praças estrangeiras para importar ouro e prata, encarregar-se de cobranças e pagamento do Estado assim como de operações de crédito deste. É um conjunto de funções que conjugam ainda algumas reminiscências do passado, nomeadamente pela importância quantitativa que algumas delas virão a assumir, com outras tipicamente capitalistas. As funções que lhe são atribuídas ligadas à hipótese de manutenção do padrão-ouro são já uma forma da importantíssima função de articulação da moeda nacional com a moeda internacional.

Embora a organização interna do banco não esteja no âmbito das nossas preocupações, a não ser na medida em que se reflicta na sua actividade económica, será aqui de referir, para terminar este breve comentário, que

"As assembleias geraes ordinárias serão compostas dos duzentos e quarenta maiores accionistas do banco, por acções nominativas ou ao

> portador" e "as assembleias geraes extraordinárias, serão compostas de todos os accionistas do banco, que tiverem cincoenta acções ou mais" (...)"Nenhum accionista terá mais de um voto seja qual for o número de acções que possuir"[469].

Os outros documentos legais relacionados com esta exclusividade de emissão monetária não alteram no essencial o conteúdo deste primeiro diploma.

Quase quatro anos passados sobre esta reforma do sistema monetário português a economia portuguesa entraria em grave crise financeira, que viria a marcar de forma duradoira as características dos sistemas monetário e financeiro português. Em Abril e Maio do ano de 1891 sucedem-se os documentos legais (sobre as operações de desconto e os cheques, trocando durante três meses as notas de ouro por notas de prata, concedendo uma moratória de 60 dias nas transacções bancárias) para em 21 de Junho culminar com o fim da convertibilidade da moeda do Banco de Portugal: é decretada a inconvertibilidade até, segundo então se dizia mas sem futura aplicação, se realizar a reforma do contrato com o Banco.

Esta inconvertibilidade, que na época representava indubitavelmente um mal, era adocicado pelo facto de que assim o Banco

> "pode, directa ou indirectamente, auxiliar pelo redesconto, por empréstimos sob penhores e por outras operações quase todas as instituições bancárias do país, e grande número de fabricas e companhias"[470]

É, mais uma vez, o surgir do dilema entre convertibilidade *versus* crédito de crise ou, por outras palavras, crédito determinado pelo passado *versus* atendendo ao futuro.

É após a declaração de inconvertibilidade e a entrada de Portugal numa situação de padrão-divisa ouro liderada pela libra esterlina, que o Estado negoceia o contrato com os bancos emissores do Norte com vista a implementar a exclusividade atribuída ao Banco de Portugal.

E no ano seguinte é confirmada a referida inconvertibilidade (Decreto 5/4/82) embora dizendo-se sempre que era uma medida passageira. Em 1895 considera-se que a economia já se restabeleceu da crise, mas não se tomam medidas para regressar ao padrão-ouro ou, pelo menos, ao bimetalismo. Está consolidado o novo sistema.

Só em 1906 as notas dos ex-bancos emissores do Norte estarão totalmente resgatadas.

469 Das referidas bases

470 O que mais uma vez chama a atenção para a contradição objectiva entre crédito determinado pelo passado (certo) ou futuro (incerto, mas que se deseja certo).

Os anos seguintes são de relativa tranquilidade quanto aos assuntos que nos ocupam, embora marcando por significativas convulsões políticas, de que o Banco de Portugal parece passar ao lado. É com o desencadear da guerra de 1914-18 que se voltam a acumular os problemas, sendo logo o primeiro daqueles anos marcado por graves problemas cambiais com prorrogações sucessivas de pagamento de operações cambiais e de crédito. Do nosso ponto de vista tem interesse referir a criação da Junta Reguladora da Situação Cambial e, sobretudo isso, o facto de ser presidida pelo Banco de Portugal. Essas prorrogações estender-se-ão aos anos seguintes.

Os anos de guerra, de grandes dificuldades financeiras, foram de generalização das operações de redesconto, como se salienta no relatório de 1918

> "Utilizando as novas faculdades de emissão, que para as transacções com o público foram fixadas ao Banco pelo recente contrato com o Estado, a administração pôde dar no ano findo notável desenvolvimento as operações de desconto e redesconto, prestando assim, nesta sua principal missão, aos diferentes ramos de actividade económica do país os serviços que na conjuntura estavam indicados"

e é confirmado dois anos depois:

> "Foi principalmente no redesconto, e perante as dificuldades que as circunstâncias originaram em diversos estabelecimentos bancários, que a benéfica e decisiva intervenção do Banco de Portugal se fez sentir, elevando-se esta casa, de um modo talvez imprevisto, a toda a altura da sua primacial função económica.[471]

O novo contrato entre o Banco de Portugal e o Estado, a que anteriormente se fez alusão, é o de 29 de Abril de 1918, o qual apresenta os seguintes aspectos relevantes:

> "a) Divisão da emissão de notas representativas de ouro em duas partes:

— Emissão para suprimentos ao Estado, no montante de 150 mil contos, alargável ate ao dobro ate 31 de Dezembro de 1919 e em mais de 60 mil contos por ano até ao ano depois de finda a guerra, caucionada com títulos da dívida pública (mais precisamente do empréstimo consolidado interno de 3% 1852);

— Emissão para operações comerciais, no montante máximo de 100 mil contos, coberta com ouro ou cambiais [esta identidade entre ouro e cambiais é bem representativa do sistema de padrão-divisa ouro e contrasta com as formulações quiméricas de regresso ao bimetalismo] no mínimo de 15% do seu valor;

471 Do relatório do Banco de Portugal

b) Continuação da emissão de notas representativas de prata com cobertura integral e de notas especiais para os Açores;
c) Possibilidade de emissão de notas com valores superiores a 100$000. (Apareceram, na verdade, notas representativas de ouro de 1000$00 em 1920 e de 500$00 em 1922)"[472]

Em 1922 o Banco de Portugal organizou, na sua sede e na Caixa filial do Porto, um "serviço de compensação" para cheques entre bancos e casas bancárias. Esta nova actividade tem um efeito quantitativo imediato: reduzir a quantidade de moeda em circulação necessária (refira-se apenas a título de exemplo que o montante de cheques e outros títulos compensados em 1923 era 3, 5 vezes o montante das notas em circulação no ano anterior). Mas, mais do que isso, o início dessa actividade reflecte:

— uma crescente articulação entre os diversos bancos, a consolidação do sistema bancário;
— uma hegemonia do Banco de Portugal (essa actividade de câmara de compensação liga-se, por exemplo, embora com desfasamentos temporais, à existência de depósitos dos restantes bancos naquele.

Passados três anos, o exercício das operações do comércio bancário é regulamentado pelo Decreto 10634 em que se reforça a actuação de redesconto do Banco de Portugal e se proíbe o desconto directo em Lisboa e Porto, o que vem na linha do que temos vindo a afirmar sobre a tendência.

Enfim, esta análise sintética mostrou-nos que durante este período o Banco de Portugal diferenciou-se dos restantes pela exclusividade de emissão monetária e pelas crescentes actividades de redesconto e de articulação dos diversos bancos, partes de um sistema bancário. O relacionamento estreito com o Estado continuou e reforçou-se com a guerra. Todo este processo de unificação e hierarquização realizou-se no quadro do fim do bimetalismo e do monometalismo e a inserção de Portugal no padrão-divisa-ouro liderado pela libra esterlina, liderança que reflectia a posição da economia inglesa no contexto mundial, mas também, a posição de dependência do nosso país em relação àquela, que ficou bastante manifesto com a crise de 1891, crise de viragem mundial para o capitalismo monopolista.

472 De Valério (Aavv), "O Banco de Portugal ... , p. 53. Acrescente-se que este decreto deu lugar a duas fontes de emissão, que quase se pode dizer que se traduz na emissão de um duplo tipo de moeda ("do Estado"/"do banco").

### 4.A.6.2. Análise por rubricas do balanço

Cabe-nos agora proceder a uma análise por rubricas do balanço, apenas as mais relevantes, utilizando aquelas como indicadores de actividades bancárias diferenciadas.

Como analisamos anteriormente, uma das primeiras funções ditas bancárias foi a de caixa, a qual pode ser, de alguma forma, analisada através do saldo no fim do ano da conta de "Depósitos", conforme consta do quadro seguinte:

**Banco de Portugal (1888-1930)**
**Depósitos (escudos)**

| Ano | Montante |
|---|---|
| 1888 | 1 739 431 |
| 1889 | 2 869 520 |
| 1890 | 1 904 444 |
| 1891 | 2 254 346 |
| 1892 | 2 061 968 |
| 1893 | 2 267 877 |
| 1894 | 2 549 916 |
| 1895 | 1 604 327 |
| 1896 | 2 470 135 |
| 1897 | 2 289 476 |
| 1898 | 2 896 951 |
| 1899 | 3 152 204 |
| 1900 | 3 364 606 |
| 1901 | 2 257 024 |
| 1902 | 2 451 435 |
| 1903 | 1 582 948 |
| 1904 | 1 756 600 |

| | |
|---|---|
| 1905 | 2 256 854 |
| 1906 | 2 242 936 |
| 1907 | 1 600 827 |
| 1908 | 2 565 312 |
| 1909 | 1 707 565 |
| 1910 | 2 407 262 |
| 1911 | 3 818 119 |
| 1912 | 5 201 773 |
| 1913 | 4 704 847 |
| 1914 | 5 613 877 |
| 1915 | 4 954 817 |
| 1916 | 5 566 633 |
| 1917 | 7 664 875 |
| 1918 | 17 388 004 |
| 1919 | 23 460 341 |
| 1920 | 25 260 135 |
| 1921 | 53 780 851 |
| 1922 | 58 918 975 |
| 1923 | 52 448 042 |
| 1924 | 83 578 251 |
| 1925 | 80 327 357 |
| 1926 | 85 797 400 |
| 1927 | 97 910 073 |
| 1928 | 77 302 057 |
| 1929 | 93 819 644 |
| 1930 | 140 056 725 |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

Durante o período considerado os depósitos aumentaram 80, 5 vezes, o que corresponde a uma taxa anual de 11%, mas nunca atingiu uma grande relevância no conjunto das actividades do banco: 4% do activo em 1888 e 3% no ano final.

Para uma análise mais fina podemos considerar o seguinte quadro síntese[473]:

| Ano | A | B | C |
|---|---|---|---|
| 1888 | | | 4, 0 |
| 1890 | 0, 05 | -0, 00 | 3, 7 |
| 1895 | -0, 03 | -0, 06 | 1, 2 |
| 1900 | 0, 15 | 0, 15 | 1, 8 |
| 1905 | -0, 08 | -0.06 | 1, 2 |
| 1910 | 0, 01 | 0, 00 | 1, 2 |
| 1915 | 0, 16 | | 2, 1 |
| 1920 | 0, 39 | -0, 05 | 1, 9 |
| 1925 | 0, 29 | -0, 01 | 1, 9 |
| 1930 | 0, 09 | 0, 13 | 3, 0 |

sendo notória a tendência de diminuição a preços constantes em quase todos os sub-períodos. Desconhecemos em que medida esta tendência é o resultado da situação económica do país ou da concorrência das outras instituições bancárias mas, de qualquer forma, podemos concluir pela relativa irrelevância da função de caixa.

Uma outra das primeiras funções ditas bancárias foi a de intermediário dos pagamentos, o que pode ser analisado, de alguma forma, através da conta de efeitos depositados (ou credores de efeitos depositados). Os dados anuais constam do quadro seguinte:

**Banco de Portugal (1888-1930). Efeitos depositados (escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|
| 1888 | 5 557 488 | 1910 | 72 106 889 |
| 1889 | 5 278 637 | 1911 | 74 577 098 |

473 Neste, e nos quadros seguintes similares: A = taxa média de crescimento anual a preços correntes; B = taxa média de crescimento anual a preços constantes (tendo-se utilizado o índice de preços construído por nós, o índice de custo de vida e o índice de preços de retalho, todos eles constantes dos anexos ao nosso capítulo dois); C = percentagem dessa rubrica no activo (passivo) do Banco de Portugal nessa data.

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1890 | 11 111 043 | 1912 | 76 908 596 |
| 1891 | 15 675 347 | 1913 | 74 432 678 |
| 1892 | 32 748 246 | 1914 | 82 171 913 |
| 1893 | 41 886 244 | 1915 | 91 495 538 |
| 1894 | 40 156 385 | 1916 | 90 510 019 |
| 1895 | 35 069 866 | 1917 | 88 844 578 |
| 1896 | 41 643 366 | 1918 | 237 801 621 |
| 1897 | 41 965 670 | 1919 | 333 148 046 |
| 1898 | 43 453 696 | 1920 | 552 496 190 |
| 1899 | 55 824 016 | 1921 | 675 083 494 |
| 1900 | 56 346 784 | 1922 | 921 751 046 |
| 1901 | 56 271 835 | 1923 | 1 342 287 138 |
| 1902 | 57 320 735 | 1924 | 1 428 630 366 |
| 1903 | 66 651 320 | 1925 | 1 458 018 737 |
| 1904 | 63 064 601 | 1926 | 1 585 411 181 |
| 1905 | 57 343 812 | 1927 | 1 888 238 620 |
| 1906 | 63 214 954 | 1928 | 1 791 287 595 |
| 1907 | 77 262 421 | 1929 | 1 384 477 626 |
| 1908 | 70 319 864 | 1930 | 1 736 180 714 |
| 1909 | 64 597 225 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

O que ressalta de imediato é o elevado montante desta conta e o seu muito rápido crescimento. Do primeiro facto é sintomático que em 1888 representasse 12,8% do activo e em 1930 37, 8%. Do segundo não só este aumento da importância relativa como o aumento de 312,4 vezes durante o período o que corresponde a uma taxa media anual de 15 %. Evidentemente que uma análise a preços constantes indicaria uma taxa de crescimento anual inferior, mas a anterior não deixa de ser representativa da importância desta actividade.

Para uma análise mais pormenorizada podemos começar por elaborar um quadro similar ao que fizemos para a conta anterior:

| Ano | A | B | C |
|---|---|---|---|
| 1888 | | | 12, 8 |
| 1890 | 0, 41 | 0, 34 | 21, 3 |
| 1895 | 0, 25 | 0, 22 | 25, 2 |
| 1900 | 0, 40 | 0, 09 | 29, 4 |
| 1905 | 0, 00 | 0, 02 | 30, 7 |
| 1910 | 0, 05 | 0, 04 | 36, 7 |
| 1915 | 0, 05 | 38, 8 | |
| 1920 | 0, 43 | -0, 02 | 42, 6 |
| 1925 | 0, 21 | -0, 04 | 35, 1 |
| 1930 | 0, 04 | 0, 05 | 37, 8 |

donde ressalta o crescimento mesmo a preços constantes em quase todos os subperíodos, particularmente acelerado nos primeiros sete anos a seguir ao contrato de 1887. Se admitirmos que a importância desta rubrica e a sua evolução é o reflexo da cobertura do território metropolitano pelo Banco de Portugal e o seu bom posicionamento externo, é fácil explicar o referido ascenso inicial (a melhor cobertura nacional acompanhando a exclusividade) e a quebra posterior a 1915 (guerra e quebra da actividade económica).

Uma análise mais pormenorizada em termos conjunturais mostra que a posição em relação à tendência média é particularmente elevada nos períodos de crise[474] o que permite relacionar as dificuldades de cobrança com a entrega dessa actividade à instituição bancária.

A função de regulador das moedas e dos câmbios, assim como a intervenção na garantia da convertibilidade internacional da moeda e respectiva solvabilidade, já foram por vezes referidas no ponto anterior (actividades que o banco ia cada vez mais assumindo) é de difícil quantificação. Uma hipótese de o fazer seria pela análise das reservas de metal precioso, mas com a inconvertibilidade passou a ser difícil captar tal indicador.

Uma aproximação pode ser conseguida pela Caixa (sem as notas do próprio banco) que consta do quadro seguinte

474 Por isso dispensamo-nos de salientar a técnica utilizada, alias já referida a propósito de outras aplicações, no capitulo 2 e a expressão do respectivo ajustamento econométrico.

**Banco de Portugal (1888-1930)**
**Caixa (sem as notas do B.P.)**
**(escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|
| 1888 | 5 682 559 | 1910 | 11 050 289 |
| 1889 | 5 096 603 | 1911 | 12 700 924 |
| 1890 | 4 493 698 | 1912 | 15 500 120 |
| 1891 | 4 348 755 | 1913 | 16 374 209 |
| 1892 | 6 960 419 | 1914 | 13 769 289 |
| 1893 | 8 913 565 | 1915 | 12 054 057 |
| 1894 | 10 798 607 | 1916 | 11 908 540 |
| 1895 | 12 103 704 | 1917 | 21 318 510 |
| 1896 | 13 315 029 | 1918 | 25 788 130 |
| 1897 | 13 207 715 | 1919 | 27 017 501 |
| 1898 | 13 686 719 | 1920 | 27 556 954 |
| 1899 | 13 695 945 | 1921 | 27 314 959 |
| 1900 | 13 251 044 | 1922 | 26 777 320 |
| 1901 | 12 297 591 | 1923 | 13 344 755 |
| 1902 | 10 912 081 | 1924 | 9 533 391 |
| 1903 | 11 521 762 | 1925 | 10 412 795 |
| 1904 | 10 987 549 | 1926 | 9 691 513 |
| 1905 | 11 922 919 | 1927 | 9 244 237 |
| 1906 | 11 297 680 | 1928 | 9 357 673 |
| 1907 | 9 901 499 | 1929 | 9 008 637 |
| 1908 | 9 420 034 | 1930 | 9 020 633 |
| 1909 | 12 289 229 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

Note-se antes de mais que até 1913 esta rubrica encontra-se na conta do activo "Caixa-Metal" e, a partir desta data, na de "Caixa". Esta mudança de designação é o reconhecimento do fim da convertibilidade, de facto inexistente desde 1891, embora ainda se continue a fazer "bluff" falando de restauração daquela.

Dele se deduz sem grandes esforços a sua reduzida importância no conjunto do balanço do banco, excepto no primeiro ano (em 1888 representava 13, 10% mas em 1930 descia para 0, 2%) e o seu reduzido crescimento a preços correntes e, certamente, diminuição a preços constantes.

A elaboração de um quadro mais globalizante como fizemos para as rubricas anteriores confirma integralmente esta análise, sendo o período de 1891-5 a única excepção de comportamento:

| Ano | A | B | C |
|---|---|---|---|
| 1888 | | | 13, 10 |
| 1890 | -0, 11 | -0, 15 | 8, 61 |
| 1895 | 0, 22 | 0, 18 | 8, 70 |
| 1900 | 0, 02 | 0, 01 | 6, 90 |
| 1905 | -0, 02 | -0, 00 | 6, 38 |
| 1910 | -0, 02 | -0, 03 | 5, 63 |
| 1915 | 0, 02 | 5, 11 | |
| 1920 | 0, 18 | -0, 19 | 2, 12 |
| 1925 | -0, 18 | -0, 35 | 0, 25 |
| 1930 | -0, 03 | -0, 01 | 0, 19 |

Relacionado com esta função bancária, assim como com a tentativa de garantir a convertibilidade recíproca dos diversos tipos de moeda que circulam no território nacional estão as "Notas em circulação" cujos valores anuais registados em balanço constam do quadro seguinte:

**Banco de Portugal (1888-1930)**
**Notas em circulação (escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|
| 1888 | 9 508 356 | 1910 | 78 071 499 |
| 1889 | 10 082 860 | 1911 | 82 421 473 |
| 1890 | 8 604 786 | 1912 | 84 603 039 |
| 1891 | 34 760 638 | 1913 | 86 559 240 |
| 1892 | 50 217 740 | 1914 | 96 458 984 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1893 | 52 252 695 | 1915 | 115 019 949 |
| 1894 | 53 131 945 | 1916 | 140 377 915 |
| 1895 | 55 921 539 | 1917 | 193 131 127 |
| 1896 | 58 933 962 | 1918 | 273 834 165 |
| 1897 | 65 059 585 | 1919 | 370 627 200 |
| 1898 | 69 655 013 | 1920 | 611 002 359 |
| 1899 | 68 568 014 | 1921 | 736 900 463 |
| 1900 | 68 136 755 | 1922 | 1 054 112 841 |
| 1901 | 68 757 291 | 1923 | 1 419 912 185 |
| 1902 | 69 021 453 | 1924 | 1 762 625 732 |
| 1903 | 69 477 941 | 1925 | 1 820 899 434 |
| 1904 | 67 807 332 | 1926 | 1 853 827 199 |
| 1905 | 67 813 795 | 1927 | 1 857 410 607 |
| 1906 | 68 602 032 | 1928 | 1 989 628 269 |
| 1907 | 70 966 815 | 1929 | 2 045 535 658 |
| 1908 | 70 162 029 | 1930 | 1 994 417 464 |
| 1909 | 70 032 156 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

Sucessiva legislação foi criando condições legais para o aumento da circulação monetária e isso traduziu-se no facto do seu montante a preços correntes ser no último ano 209, 8 vezes o inicial, correspondendo a uma taxa média anual de 13, 6%. Aumentou igualmente a importância relativa desta actividade no conjunto das funções exercidas pelo Banco de Portugal, passando de um peso de 21, 9% no total do activo em 1888, mais baixo dois anos depois, para 43, 4% em 1930.

Tem aqui particular interesse um quadro mais sintético:

| Ano | A | B | C |
|---|---|---|---|
| 1888 | | | 21,9 |
| 1890 | -0,05 | -0,10 | 16,5 |
| 1895 | 0,45 | 0,41 | 40,2 |
| 1900 | 0,04 | 0,03 | 35,5 |
| 1905 | -0,00 | 0,02 | 36,3 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1910 | 0,03 | 0,02 | 39,8 |
| 1915 | 0,08 | | 48,8 |
| 1920 | 0,40 | -0,04 | 47,1 |
| 1925 | 0,24 | -0,02 | 43,9 |
| 1930 | 0,02 | 0,03 | 43,4 |

donde ressalta uma tendência de diminuição a preços constantes nos períodos de crise, embora aquela se venha a atenuar. É um reflexo importante de o comportamento do Banco de Portugal ainda se pautar bastante pelo padrão-ouro apesar deste já não existir, aspecto que consideramos da máxima importância.

A análise do rácio de dinâmica conjuntural não acrescenta informações adicionais.

Convém agora chamar a atenção para a importância da dívida do Estado, aspecto que analisaremos de seguida, para a emissão monetária e o crescente alheamento desta em relação ao capital próprio do banco.

Para o primeiro aspecto analisemos o seguinte quadro:

**Banco de Portugal (1888-1930). Notas/Divida liquida do Estado (escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|
| 1888 | 2,49404 | 1910 | 1,83871 |
| 1889 | 1,97395 | 1911 | 1,95737 |
| 1890 | 1,20929 | 1912 | 2,05555 |
| 1891 | 1,86010 | 1913 | 2,1009 |
| 1892 | 1,80625 | 1914 | 2,37391 |
| 1893 | 1,56386 | 1915 | 2,91343 |
| 1894 | 1,49026 | 1916 | 4,84731 |
| 1895 | 1,54553 | 1917 | 6,81373 |
| 1896 | 1,51119 | 1918 | 1,29976 |
| 1897 | 1,43202 | 1919 | 1,22080 |
| 1898 | 1,46711 | 1920 | 1,25094 |
| 1899 | 1,51188 | 1921 | 1,18537 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1900 | 1,45045 | 1922 | 1,23097 |
| 1901 | 1,48686 | 1923 | 1,31982 |
| 1902 | 1,50591 | 1924 | 107.635 |
| 1903 | 1,55312 | 1925 | 1,12694 |
| 1904 | 1,49071 | 1926 | 1,19242 |
| 1905 | 1,52436 | 1927 | 1,20837 |
| 1906 | 1,55947 | 1928 | 1,20419 |
| 1907 | 1,62623 | 1929 | 1,25783 |
| 1908 | 1,59005 | 1930 | 1,40823 |
| 1909 | 1,63892 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

do qual se deduz rapidamente que a dívida liquida do Estado tem uma importante responsabilidade na circulação de notas (40% em 1888 e 71% em 1930), mantendo uma percentagem relativamente constante ao longo dos anos, com excepção do período de guerra: curiosamente nessa altura diminuiu o peso da dívida estatal na circulação monetária, correspondendo a apenas 15% em 1917.

O segundo aspecto encontra-se sintetizado no quadro seguinte:

**Banco de Portugal (1888-1930)**
**Notas/(Capital + Reservas) (escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|
| 1888 | 0,64434 | 1910 | 4,71753 |
| 1889 | 0,68222 | 1911 | 4,91381 |
| 1890 | 0,57542 | 1912 | 4,98630 |
| 1891 | 2,32152 | 1913 | 5,05218 |
| 1892 | 3,33161 | 1914 | 5,56518 |
| 1893 | 3,51433 | 1915 | 6,61419 |
| 1894 | 3,55285 | 1916 | 8,22581 |
| 1895 | 3,69523 | 1917 | 11,32214 |
| 1896 | 3,89780 | 1918 | 16,11871 |
| 1897 | 4,28114 | 1919 | 21,79156 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1898 | 4,55786 | 1920 | 35,48838 |
| 1899 | 4,46204 | 1921 | 42,32053 |
| 1900 | 4,41622 | 1922 | 59,58788 |
| 1901 | 4,42652 | 1923 | 80,53061 |
| 1902 | 4,37842 | 1924 | 104,53099 |
| 1903 | 4,35691 | 1925 | 107,78175 |
| 1904 | 4,19479 | 1926 | 110,07068 |
| 1905 | 4,14507 | 1927 | 110,26687 |
| 1906 | 4,19035 | 1928 | 118,17837 |
| 1907 | 4,29258 | 1929 | 122,47129 |
| 1908 | 4,26882 | 1930 | 119,26878 |
| 1909 | 4,26003 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

os dados são suficientemente concludentes para dispensar qualquer análise.

Convirá apenas referir que tal não é indicador de uma fragilidade da emissão monetária, aspecto que tem que ser analisado assente noutros parâmetros. A actividade bancária efectiva, característica do capitalismo, desliga-se cada vez mais da riqueza do "banqueiro".

Analisemos, pois, a função de financiamento do tesouro público, relevante actividade bancária que se encontra na fronteira entre a usura e o crédito, como observámos oportunamente.

As operações bancárias com o Estado encontram-se dispersas por diversas rubricas do balanço, constituídas e agrupadas mais de acordo com diplomas legais do que com o seu significado económico. A análise de cada uma das contas por si nunca permitiria captar totalmente o essencial. Por isso achamos preferível agrupa-las na seguinte conta:

**Banco de Portugal (1888-1930). Divida do Governo (escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|
| 1888 | 4 402 855 | 1910 | 46 326 908 |
| 1889 | 6 007 947 | 1911 | 45 873 184 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1890 | 8 015 561 | 1912 | 44 857 885 |
| 1891 | 19 577 039 | 1913 | 44 876 338 |
| 1892 | 28 680 829 | 1914 | 43 297 817 |
| 1893 | 34 922 694 | 1915 | 41 723 247 |
| 1894 | 37 611 324 | 1916 | 37 764 924 |
| 1895 | 38 025 789 | 1917 | 40 120 201 |
| 1896 | 39 963 912 | 1918 | 225 680 566 |
| 1897 | 46 503 853 | 1919 | 317 620 618 |
| 1898 | 50 460 428 | 1920 | 504 042 525 |
| 1899 | 51 045 398 | 1921 | 643 806 931 |
| 1900 | 51 312 235 | 1922 | 930 444 654 |
| 1901 | 50 865 777 | 1923 | 1 331 756 082 |
| 1902 | 50 560 143 | 1924 | 1 684 032 482 |
| 1903 | 50 034 161 | 1925 | 1 682 973 385 |
| 1904 | 49 405 129 | 1926 | 1 650 110 727 |
| 1905 | 48 773 893 | 1927 | 1 613 729 253 |
| 1906 | 48 889 832 | 1928 | 1 734 945 037 |
| 1907 | 47 391 832 | 1929 | 1 760 980 777 |
| 1908 | 47 738 926 | 1930 | 1 541 002 581 |
| 1909 | 46 676 013 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

Antes de mais algumas observações sobre o significado desta rubrica. A dívida do Estado foi calculada somando todas as rubricas do activo do Banco de Portugal que correspondiam a dívidas do Estado, independentemente da sua natureza jurídica ou económica: "Contratos Especiais com o Estado e suas dependências -- Classes inactivas" (com movimento entre 1888 e 1896 e fraccionada a partir de então nas duas seguidamente referidas), "Contratos especiais com o Governo Classes Inactivas lei de 29/7/887" (com existência no período 1897 a 1917), "Contratos Especiais com o Estado Classes inactivas lei de 18/9/1891" (com a mesma data de início de publicação mas terminando dois anos mais cedo), "Contratos Especiais com o Estado e suas dependências - diversos" (que vem em 4/Dez/91 a aglutinar verbas que até então estavam noutras rubricas,

pois em contrato daquela data o governo reconhece dívida de 7 000 000$ e indica que deve sair da conta corrente e ir para conta específica), "Tesouro Público c/corrente" (que juridicamente constitui um crédito a curto prazo, mas que na pratica nem sempre assim aconteceu) em 1893/94 fraccionada em "Tesouro Público c/corrente" e "Tesouro Público c/corrente suplementar" "Tesouro Público c/corrente Crédito Agrícola" (1918 a 1930), "Contratos Especiais com o Estado Empréstimos ao Governo, Lei de 29/4/18 e seguintes" (que mais não é do que a junção de diversas dívidas anteriores numa única rubrica como se deduz pelo art. 1 da referida lei), "Contas Especiais com o Estado Suprimento ao Governo (22/12/23)", "Contratos Especiais com o Estado Suprimentos ao governo (lei 1501 de 22/12/23)" (que apenas tem valores em 1923), "Contratos Especiais com o Estado empréstimos ao Governo (21/7/26) Capital" (que resultou de um novo empréstimo destinado a obras de fomento nas colónias, cujos juros se encontram na conta seguinte) e "Contratos Especiais com o Estado empréstimos ao Governo (21/7/26) Juros".

Considerando tanto as contas do activo e do passivo, embora legalmente não fosse possível proceder ao "encontro de contas" chegamos, de seguida aos resultados que constam do seguinte quadro:

**Banco de Portugal (1888-1930) Divida "líquida" do Governo (escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|
| 1888 | 3 812 422 | 1910 | 42 459 826 |
| 1889 | 5 107 947 | 1911 | 42 108 155 |
| 1890 | 7 115 561 | 1912 | 41 158 212 |
| 1891 | 18 687 479 | 1913 | 41 200 841 |
| 1892 | 27 802 069 | 1914 | 40 632 925 |
| 1893 | 33 412 540 | 1915 | 39 479 154 |
| 1894 | 35 625 789 | 1916 | 28 959 941 |
| 1895 | 36 182 643 | 1917 | 28 344 403 |
| 1896 | 38 998 156 | 1918 | 210 679 229 |
| 1897 | 45 431 740 | 1919 | 303 593 567 |
| 1898 | 47 477 564 | 1920 | 488 433 657 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1899 | 45 352 583 | 1921 | 621 659 791 |
| 1900 | 46 976 242 | 1922 | 856 324 967 |
| 1901 | 46 243 021 | 1923 | 1 075 831 609 |
| 1902 | 45 833 430 | 1924 | 1 637 580 409 |
| 1903 | 44 734 266 | 1925 | 1 615 790 590 |
| 1904 | 45 486 454 | 1926 | 1 554 667 268 |
| 1905 | 44 486 679 | 1927 | 1 537 111 695 |
| 1906 | 43 990 507 | 1928 | 1 652 241 995 |
| 1907 | 43 638 717 | 1929 | 1 626 229 226 |
| 1908 | 44 125 481 | 1930 | 1 416 257 830 |
| 1909 | 42 730 512 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

Esclareçamos de imediato o conteúdo desta conta. Por divida "líquida" pretendemos expressar a diferença entre o total das dívidas do Estado ao Banco de Portugal, constantes do activo e as deste aquele, do passivo. à "Dívida do governo" apresentada no quadro anterior deduziram-se as seguintes verbas: "Obrigações das classes inactivas" (constituída por títulos de renda vitalícia e recibos de reformados, aposentados, jubilados e veteranos; não constitui uma dívida do banco ao Estado, mas é um resultado da dívida e do lançamento de obrigações para conceder crédito ao Estado e, além disso, a entrega de uma sua parte a este, juridicamente inviável, diminuiria a dívida estatal; esta rubrica em 1900-1914 desdobra-se e nesse período nós consideramos a seguinte), "obrigações das classes inactivas em circulação", "Junta de Crédito Público c/ de depósito" (a Junta de Crédito Público foi constituída em 14 de Agosto de 1893 visando contrair crédito e pagar juros e segundo o art. 3 da Convenção n. 4 regulando o serviço do banco em relação à conta de depósito do crédito publico, datada de 12/9/883, o Banco obriga-se a fazer a compensação entre esta conta e as dívidas do Estado, donde a reduzida importância desta rubrica), "Contratos especiais com o Estado-Junta de Crédito Agrícola c/fundos celeiros", Fundos de amortização e reserva" (fundo constituído por "títulos de crédito ouro de reconhecida segurança e destinado ao reembolso da dívida do Estado ao mesmo banco e cumulativamente à garantia de circulação fiduciária", ainda se pensava (?) viável o retorno ao padrão-ouro; existiu entre 1916 e 1930), "Tesouro Público depósito de obrigações de CFP

3% (D. 9/6/1916)", "Tesouro Publico c/c-ouro", "Fundo Ouro c/do governo português (29/12/1922)", "Governo Português c/depósito (L. 1501 28/11/23)" e "Tesouro Publico c/c".

Como a evolução dos dois agregados é bastante similar, bastar-nos-á fazer referências a estes últimos dados.

De imediato ressaltam os elevados montantes da dívida líquida do Governo, o seu grande e crescente peso no conjunto da actividade bancária (8, 8% em 1888 e 30, 8% em 1930) e a elevada taxa de crescimento: o montante do último ano considerado é 371,5 vezes o do primeiro ano, correspondendo a uma taxa de crescimento de 15% ao ano.

Para uma análise ligeiramente mais fina veja-se o quadro seguinte:

| Ano | A | B | C |
|---|---|---|---|
| 1888 | | | 8,79 |
| 1890 | 0,37 | 0,29 | 13,63 |
| 1895 | 0,38 | 0,35 | 26,02 |
| 1900 | 0,05 | 0,04 | 24,48 |
| 1905 | -0,01 | 0,01 | 23,82 |
| 1910 | -0,01 | -0,02 | 21,64 |
| 1915 | -0,01 | | 16,74 |
| 1920 | 0,65 | 0,13 | 37,66 |
| 1925 | 0,27 | 0,00 | 38,93 |
| 1930 | -0,03 | -0,01 | 30,82 |

donde ressalta que os maiores aumentos se registaram nos primeiros sete anos dos novos privilégios do Banco de Portugal, seguido do período final de guerra e anos subsequentes. Desde 1895 que se verifica uma tendência de atenuação da importância da dívida, mas a guerra veio pôr-lhe fim. A diminuição no ano de 1930 em relação a 1925 é sobretudo a expressão da relativa estabilidade da dívida a preços correntes até 1919 e da diminuição registada no último ano.

Para terminarmos este percurso ao longo das diversas funções bancárias através das contas do Banco de Portugal resta-nos analisar os empréstimos garantidos, típico da usura mas ultrapassando o conteúdo e domínio desta, a actividade de crédito bancário e a monetarização do crédito comercial.

Para analisar as duas primeiras actividades que se encontram misturadas ao nível das rubricas do balanço, podemos começar por ver o que se passa com os empréstimos sobre penhores, constantes do quadro seguinte:

**Banco de Portugal (1888-1930)**
**Empréstimos s/penhores (escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|
| 1888 | 1 395 026 | 1910 | 1 560 729 |
| 1889 | 2 311 069 | 1911 | 1 536 083 |
| 1890 | 2 222 889 | 1912 | 1 259 188 |
| 1891 | 3 701 392 | 1913 | 1 303 011 |
| 1892 | 4 031 835 | 1914 | 1 445 923 |
| 1893 | 3 771 529 | 1915 | 1 316 002 |
| 1894 | 2 971 822 | 1916 | 1 246 917 |
| 1895 | 3 021 734 | 1917 | 839 254 |
| 1896 | 1 210 650 | 1918 | 1 292 861 |
| 1897 | 1 205 413 | 1919 | 1 358 347 |
| 1898 | 1 167 341 | 1920 | 3 831 829 |
| 1899 | 1 054 398 | 1921 | 3 068 019 |
| 1900 | 1 015 102 | 1922 | 595 436 |
| 1901 | 1 240 827 | 1923 | 1 014 791 |
| 1902 | 1 508 805 | 1924 | 911 366 |
| 1903 | 1 486 210 | 1925 | 1 779 150 |
| 1904 | 1 410 408 | 1926 | 2 068 375 |
| 1905 | 1 305 323 | 1927 | 487 152 |
| 1906 | 1 594 166 | 1928 | 238 630 |
| 1907 | 1 935 964 | 1929 | 321 530 |
| 1908 | 1 599 871 | 1930 | 366 403 |
| 1909 | 1 764 085 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

O que nos parece importante reter desses dados é a reduzida importância dessa actividade no conjunto (3, 2% do activo em 1888

e 0, 0% em 1930, situação que já se verificava algum tempo antes), a sua diminuição ao longo do tempo com acelerado decréscimo em 1896, 1922 e nos quatro últimos anos.

Outro tanto se poderá dizer da conta de créditos e suprimentos permitida pela lei de 1887:

> "Abrir créditos em conta corrente e conceder suprimentos uns e outros sob cauções de qualquer título do Estado, letras do Tesouro e obrigações emitidas pela companhia geral de crédito predial português ou garantido pelo Estado"

cujos valores conta do quadro seguinte:

**Banco de Portugal (1888-1930) Créditos e Suprimentos "líquidos" (escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|
| 1888 | 2 273 504 | 1910 | 16 448 867 |
| 1889 | 937 736 | 1911 | 19 818 710 |
| 1890 | 2 039 500 | 1912 | 21 603 203 |
| 1891 | 4 054 115 | 1913 | 20 191 095 |
| 1892 | 3 001 601 | 1914 | 35 299 808 |
| 1893 | 2 947 018 | 1915 | 41 668 897 |
| 1894 | 2 321 841 | 1916 | 42 320 400 |
| 1895 | 2 011 718 | 1917 | 41 726 678 |
| 1896 | 1 840 661 | 1918 | 590 403 |
| 1897 | 3 041 739 | 1919 | 714 731 |
| 1898 | 2 409 088 | 1920 | 1 469 698 |
| 1899 | 3 285 222 | 1921 | 1 432 203 |
| 1900 | 2 952 028 | 1922 | 109 394 |
| 1901 | 3 353 409 | 1923 | 2 180 504 |
| 1902 | 4 337 045 | 1924 | 11 539 811 |
| 1903 | 5 234 747 | 1925 | 7 343 789 |
| 1904 | 4 435 468 | 1926 | 3 309 758 |
| 1905 | 2 777 913 | 1927 | 1 015 915 |
| 1906 | 2 443 222 | 1928 | 408 167 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1907 | 4 890 070 | 1929 | 560 304 |
| 1908 | 9 835 319 | 1930 | 226 368 |
| 1909 | 7 738 181 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

Por "líquido" pretendemos significar a diferença entre essas duas contas, do activo e do passivo, respectivamente.

Enfim, tomemos a carteira comercial que abarca o desconto de letras de câmbio e da terra, promissórias garantidas, títulos públicos ou garantidos, mas em que as primeiras têm grande importância:

**Banco de Portugal (1888-1930)**
**Carteira comercial (escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|
| 1888 | 7 325 502 | 1910 | 22 307 661 |
| 1889 | 9 745 648 | 1911 | 23 182 913 |
| 1890 | 8 548 807 | 1912 | 22 657 796 |
| 1891 | 13 526 802 | 1913 | 23 861 575 |
| 1892 | 15 043 427 | 1914 | 22 283 505 |
| 1893 | 11 610 022 | 1915 | 36 366 498 |
| 1894 | 12 258 479 | 1916 | 66 738 124 |
| 1895 | 12 920 875 | 1917 | 110 401 189 |
| 1896 | 14 773 218 | 1918 | 52 315 578 |
| 1897 | 12 623 148 | 1919 | 72 195 489 |
| 1898 | 14 857 839 | 1920 | 145 333 095 |
| 1899 | 15 547 679 | 1921 | 138 923 700 |
| 1900 | 16 982 695 | 1922 | 158 233 166 |
| 1901 | 18 345 230 | 1923 | 159 299 971 |
| 1902 | 19 544 733 | 1924 | 165 382 257 |
| 1903 | 19 341 129 | 1925 | 151 499 929 |
| 1904 | 18 730 034 | 1926 | 220 347 354 |
| 1905 | 20 860 476 | 1927 | 274 409 593 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1906 | 22 887 792 | 1928 | 246 204 193 |
| 1907 | 23 283 795 | 1929 | 379 576 924 |
| 1908 | 18 943 156 | 1930 | 435 047 697 |
| 1909 | 17 696 337 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

Para o seu cálculo adicionámos as seguintes contas (com existência apenas durante uma parte do período considerado: "Carteira comercial", "Carteira comercial letras do país e outras", "Carteira Comercial bilhetes do Tesouro-ouro" e "Carteira Comercial - Bilhetes Tesouro Interno descontados".

Como se verifica os seus montantes são elevados e o seu crescimento a preços correntes significativo (taxa média anual de 10, 2%), mas o peso desta actividade no total do activo tendeu a diminuir ao longo dos anos passando de 16, 89% no primeiro para 9, 46% no último, aspecto que é confirmado pelos seguintes dados:

| Ano | A | B | C |
|---|---|---|---|
| 1888 | | | 16,89 |
| 1890 | 0,08 | 0,02 | 16,38 |
| 1895 | 0,09 | 0,06 | 9,29 |
| 1900 | 0,06 | 0,05 | 8,85 |
| 1905 | 0,04 | 0,06 | 11,17 |
| 1910 | 0,01 | 0,00 | 11,37 |
| 1915 | 0,10 | | 15,42 |
| 1920 | 0,31 | -0,09 | 11,20 |
| 1925 | -0,01 | -0,20 | 3,65 |
| 1930 | 0,23 | 0,25 | 9,46 |

Dos dados relatórios anuais será de deduzir que o reduzido crescimento em quase todos os subperíodos, e o decrescimento no período de guerra e seguinte, reflecte a referida disciplina de padrão-ouro e a prioridade do crédito ao Estado. A grande diminuição no período 1920-25 terá também a ver com esse fenómeno durante os primeiros anos e, no último, com a proibição do desconto directo nas praças de Lisboa e Porto, a que já fizemos alusão.

A debilidade de crescimento surge ainda mais notória se compararmos a evolução da carteira comercial com a da economia

nacional. A fazer fé nos dados de Valério, o PIBpm a preços correntes entre 1913 (primeiro ano para que há dados) e 1924 (último antes da referida proibição) aumentou 21, 6 vezes, enquanto a carteira comercial ficou-se pelas 6,9%.

Uma análise qualitativa exigiria considerar qual é o peso do redesconto dentro desta rubrica, mas os relatórios do Banco de Portugal são omissos sobre tal matéria, sobretudo no que se refere à sua quantificação. Contudo, como já aludimos, encontramos referências ao assunto nos relatórios de 1891, 1918, 1920 e 1928, o que poderá apontar para a sua intensificação nos períodos de dificuldades.

Por outras palavras, quando Salazar sentencia que

> "O Banco terá de se ir sucessivamente aproximando do tipo de banco central"[475]

ligando tal à operação de redesconto, mais não estava que a consolidar uma tendência que já se vinha desenhando.

Em síntese, as suas funções quantitativamente mais importantes durante este período foram as de banco emissor, a de banqueiro do Tesouro Público e a de intermediário dos pagamentos. Contudo iam desenhando-se outras actividades qualitativamente relevantes para a reestruturação do sistema bancário de forma a vencer as limitações do padrão-ouro a que continuava a vincular-se em grande medida, apesar da convertibilidade interna estar definitivamente liquidada. E essas novas actividades são o redesconto e uma intervenção activa nos aspectos cambiais.

### 4.A.6.3. Aspectos complementares

Neste breve ponto procuraremos relacionar a actividade do Banco de Portugal, que foi anteriormente apresentada, com o seu meio envolvente: com algumas componentes do sistema monetário e financeiro, num primeiro passo, e com a situação da economia portuguesa, num segundo. A falta de informação estatística para este período, sobretudo a de natureza agregada, assim como o carácter secundário deste ponto leva-nos, por um lado, a sermos bastante sintéticos e, por outro, a nem sequer pôr a hipótese de fazer referências ao enquadramento internacional que, embora de interesse menos imediato, não deixa de ser importante pelo inter-relacionamento que estabelece com a acção do Banco.

Façamos essa abordagem:

475 De Salazar, citado por Valério (Aavv), "O Banco ..., pág. 50

a) Só para o período posterior a 1919 conseguimos reunir informações estatísticas minimamente fidedignas e regulares sobre alguns pontos do comportamento dos restantes bancos.
Nem sempre as informações estatísticas fornecidas por diversas fontes ou pela mesma em diferentes anos, coincidem, mas podemos constatar que para aquela primeira data o montante de depósitos à ordem e a prazo nos bancos é aproximadamente 14 vezes o constante do balanço do Banco de Portugal e que o saldo das letras sobre o país daqueles é mais de duas vezes o de carteira comercial deste. Passados oito anos os depósitos eram 10 vezes superiores (cabendo 7 partes aos depósitos à ordem) e a carteira comercial mantinha-se pelo mesmo nível.
Esses números dão-nos uma ideia do grau de importância do Banco de Portugal no sistema bancário nascente em termos quantitativos, a adicional, aos qualitativos já anteriormente apresentados. Diga-se apenas, de forma complementar, que admitindo que o Banco de Portugal tinha uma maior cobertura do território nacional, os números anteriores reflectem ainda um maior volume de transacções dos restantes bancos nos núcleos principais da actividade económica de então.
b) Encontrando-se o sistema monetário português em padrão-libra-ouro desde 1891, tem particular interesse analisar qual foi a evolução da taxa de cambio portuguesa em relação aquela moeda, sendo de recordar, como o faz Carqueja[476], que o dólar era uma moeda mais estável:

**Taxa de câmbio na praça de Lisboa (Libra)**

| Ano | Câmbio | Ano | Câmbio | Ano | Câmbio | Ano | Câmbio |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1890 | 52,925 | 1900 | 37,969 | 1910 | 49,026 | 1920 | 13,094 |
| 1 | 47,888 | 1 | 37,652 | 1 | 49,083 | 1 | 6,115 |
| 2 | 40,970 | 2 | 41,943 | 2 | 48,248 | 2 | 3,614 |
| 3 | 42,854 | 3 | 42,998 | 3 | 45,688 | 3 | 2,194 |
| 4 | 41,471 | 4 | 44,334 | 4 | 42,386 | 4 | 134$96 |
| 5 | 42,114 | 5 | 50,068 | 5 | 35,657 | 5 | 97$38 |
| 6 | 41,005 | 6 | 52,372 | 6 | 34,248 | 6 | 94$77 |
| 7 | 36,502 | 7 | 51,693 | 7 | 31,206 | 7 | 94$75 |

476 Vide Carqueja, "Economia ... vol. III, p. 403

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 8 | 33,761 | 8 | 46,149 | 8 | 30,386 | 8 | 98$67 |
| 9 | 37,406 | 9 | 46,279 | 9 | 29,248 | 9 | 98$75 |
| | | | | | | 1930 | 98$88 |

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal

Obser: É uma taxa média entre a cotação de compra e de venda de todos os meses do ano. Até 1923 a câmbio incerto (numero de pences comprados com 1$) e, após aquela data, a câmbio certo

Como se pode verificar, há uma quase sistemática desvalorização: de 1890 a 1892, sem dúvida relacionado com a crise monetária e financeira, embora esta estivesse estreitamente relacionada com acontecimentos na economia (e na política) inglesa; de 1895 a 1901, com descidas de cotação do escudo em relação à libra menos violentas que no período anterior, de 1906 a 1908; de 1911 a 1923 de forma muitíssimo abrupta, podendo-se fazer apelo explicativo para a acumulação de factores relacionados com a guerra. mas ficando por explicar porque razão estes se repercutiram mais na economia portuguesa (durante 1914-1923 a cotação da libra aumentou 7,25 vezes em relação ao escudo, mas nesse mesmo período o dólar aumentou 21,9 vezes); e nos anos seguintes até 1927 a desvalorização continua.

Em síntese, em 1913 o escudo, em termos deste mercado cambial, valia apenas 86% do seu valor em 1890 e em 1923 (apenas referido por ser o último ano de registo do cambio ao incerto) 5% do seu valor imediatamente antes da guerra. Só em 1925 entra-se numa relativa estabilidade (o período é relativamente curto para fazer análises).

É obvio que se analisarmos o ágio do ouro chegaremos, grosso modo, aos mesmos resultados, embora hajam diferenças de quantificação:

**Relação entre valores ouro e moeda corrente à paridade de 4$50 (1911): ágio do ouro**

| Ano | % |
|---|---|
| 1900 | 40, 522 |
| 1905 | 6, 596 |
| 1910 | 1, 856 |

| | |
|---|---|
| 1915 | 50, 268 |
| 1920 | 520, 941 |
| 1925 | 2 086, 440 |
| 1930 | 2 308, 333 |

Fonte: Estatísticas Monetárias e Financeiras

Diferenças que resultam de o ouro ter um carácter mais "universal" que a libra. Reflecte também a "desvalorização interna" e não está exclusivamente vinculada à libra, mas a todas as moedas.

Não nos cabe aqui tentar encontrar os nódulos explicativos desta evolução, mas tão somente deixar esta quantificação como advertência para a crescente perda de posição de Portugal no novo padrão monetário em que se inseria.

c) Um aspecto importante, como aliás resulta da exposição do corpo central deste capítulo, seria articular a evolução das contas do Banco de Portugal e das suas funções com o que se passa no conjunto da economia portuguesa. Contudo, uma tal análise não pode ser realizada com o pormenor que desejaríamos porque a escassez de dados fidedignos é muito grande. Restanos pois, afirmar, de uma forma demasiado global, que o desenvolvimento da economia portuguesa entre as crises de 1891 e 1929/33 faz-se com um reforço qualitativo da intervenção do Banco de Portugal conducente à hierarquização do sistema bancário, num regime de padrão-libra ouro ainda muito estrangulado pelo padrão-ouro.

A análise da importação em tonelagem de máquinas e equipamentos mostra que em 1900 aquela rubrica se encontrava ao nível de 9831 toneladas ano, que, com fortes movimentos oscilatórios atingiu 14725 em 1909 (atingindo montantes superiores nos anos intermédios) para então se assistir a um forte movimento ascensional até 1913 (atingindo 29401). Depois de uma quebra durante o período de guerra, sendo 9987 no período de 1919, ascende a 29112 em 1923, 29659 em 1926 e 34707 em 1929.

Assim, se não é possível estabelecer uma relação anual entre reforço da hierarquização do sistema bancário e acumulação, tanto mais que os períodos de crise, ruptura da acumulação, são os que mais exigem do banco central, não há dúvida que se verifica simultaneidade entre os dois fenómenos.

### 4.A.7. Breves notas sobre o período 1931/1974

O ano de 1931 foi assinalado, no que se refere ao Banco de Portugal, por um novo enquadramento jurídico da actividade do banco, reforçando-lhe as características de banco central, mantendo-o, contudo, enquadrado numa lógica clássica. Essa reforma, que iria manter-se ao longo dos anos com pequenas modificações foi o resultado conjunto, e em certos aspectos contraditório, das tendências objectivas que já anteriormente se vinham a desenhar, -- independentemente dos enquadramentos legais em que se movimentasse -- o que não significa, de forma alguma, que estes fossem irrelevantes -- do regime ditatorial imposto alguns anos antes, sob lemas de "equilíbrios" financeiros, da crise de 1929/33, que então também se manifestava em Portugal de forma aguda -- embora o regime a tivesse aproveitado para impor uma lógica de comportamento económico capitalista diferente do novo quadro que ia surgindo um pouco por todo o lado e, ainda, do fim da convertibilidade da libra a que nos mantínhamos ligados.

Sendo esse ano de tanta relevância não constitui estranheza que seja tomado como ponto de partida para as reflexões, inevitavelmente breves e incompletas, que se seguem.

Dissemos que a reforma então elaborada se manteve ao longo dos anos. Mais, pensamos que ela moldou todo o período que se lhe segue até 1973, apesar de se terem verificado alterações significativas na estrutura e funcionamento do banco e no sistema monetário nacional e no seu enquadramento, aspectos a que faremos referência nas linhas seguintes. Assim sendo, talvez fosse mais correcto tomar este ano como marco final do período de análise. De facto o ano de 1974 já é bastante marcado pela profunda crise internacional e nacional que então se viveu, emergindo à superfície do económico as grandes crises monetárias que afectaram o dólar e o sistema de que este era suporte, e pela revolução portuguesa. Mas como é em 1975 que se dá a nacionalização do banco central e a correspondente alteração do seu funcionamento, preferimos englobar o ano de 1974 ainda neste período, servindo, eventualmente, para medir os elementos objectivos de alteração que teriam que vir a assumir forma legal no ano seguinte.

Justificado o período resta-nos dizer que, tal como no ponto anterior, vamos considerar três subpontos: um que procura fazer referências às modificações da actividade do banco por anos, um outro em que se tenta captar tal através das rubricas quantificadas, e não só, da sua actividade e, para terminar, uma tentativa

de enquadramento desses aspectos num quadro económico mais vasto.

### 4.A.7.1. Referências globais

Num período em que o sistema monetário de padrão ouro ia morrendo um pouco por todo o lado (a começar com as crescentes dificuldades de convertibilidade da libra, moeda ainda dominante na arena internacional, que iria desembocar na declaração da sua inconvertibilidade) em Portugal apostava-se no retorno ao padrão-ouro e à sua lógica de funcionamento económico, o que vai ser conseguido em grande parte apesar daquela tentativa ter abortado.. Tal transparece de toda a legislação de então, como no decreto 19871[477]:

> "Temos de começar por escolher as moedas de ouro que devem constituir o sistema português. E ainda que não haja probabilidade de virem a ser cunhadas em prazo curto a lógica do sistema [monometalismo de ouro] obriga-nos a tomar a esse respeito algumas posições".

O decreto 20683 viria a "suspender temporariamente" (essa a afirmação que sempre se faz em momentos solenes!), a convertibilidade. Essa suspensão iria sendo prorrogada até 1933, data em que foi posta de lado, provavelmente forçados pela inconvertibilidade da libra. Mas a intenção ficou e a lógica de actuação económica também.

Na instauração do novo sistema o decreto 19896 de 9 de Junho de 1931 tem um lugar de destaque, como aliás é reconhecido pelo próprio legislador ao afirmar logo nas linhas iniciais que

> "esta reforma fecha um ciclo de quarenta anos que começou precisamente com a crise de 1891".

O seu objectivo fundamental é restabelecer a convertibilidade das notas (ou, pelo menos, a sua estreita ligação ao ouro) sendo para tal necessário o restabelecimento dos equilíbrios financeiros, a começar pelos do Estado. Por isso no preâmbulo começa por fazer uma crítica à situação monetária e financeira vivida pelo país ao longo do referido período de quarenta anos, afirmando-se:

> "Os males de que temos sofrido aumentaram de intensidade e grandeza, mas são substancialmente os mesmos em todo este período, e tem a sua razão de ser nas situações criadas ao Banco de Portugal pela incon-

477 Este princípio do retorno ao padrão ouro já está presente nos dois decretos anteriores, a que aludiremos seguidamente.

> vertibilidade das suas notas e por sucessivos contratos com o Estado nos quais a faculdade emissora foi sucessivamente alargada."

para o que também contribuíram os males cambiais.

Considerando que as condições prévias a uma estabilização já estavam realizadas (orçamento e contas públicas equilibradas, liquidação da dívida flutuante externa e diminuição da interna, estabilidade cambial e disponibilidades de ouro e restauração do crédito público dentro e fora do país) centra as suas preocupações na implementação das técnicas de estabilização que assenta em três temas interligados: quantidades de moeda em circulação, reservas existentes e valor do escudo.

No sentido de encontrar solução para a primeira questão, acaba com as duas fontes de emissão monetária que tinham sido criadas em 1918, reconhece que as notas, na ausência de moeda de ouro, desempenham o papel de moeda principal e opta-se pela imposição de um limite máximo à emissão monetária[478]. Contudo esse montante pode ser aumentado por acordo com o Governo, podendo o Banco desde que este garanta uma cobertura integral em ouro amoedado ou em barra (Art. 12). Esta atitude é perfeitamente compatível com o artigo seguinte:

> "O Banco de Portugal, quando os portadores das notas o exigirem reembolsá-los-á em espécies ou em divisas ouro sobre o estrangeiro, à escolha do Banco, e em harmonia com o artigo 1. deste decreto [que fixa a paridade]"

embora por força do artigo 29 nunca viesse a ter aplicação.

Ainda a este propósito convirá lembrar que a imposição de um limite de emissão resultou do reconhecimento do facto de

> "que o Banco de Portugal tem sido desde a sua fundação mais um banco comercial de depósito e desconto que um banco central, e nestas condições são um tanto ou quanto de recear influências do mercado no sentido de uma expansão excessiva de crédito e da criação de meios superabundantes de troca"

e no montante estabelecido para o limite máximo considerou-se o princípio de

478 Como se afirma no próprio decreto esse limite máximo foi fixado em 2 200 000 contos. Neste e noutros pontos da análise do Banco de Portugal o facto de apresentarmos referencias legais, ou outras, sem a concretização numérica das afirmações não é uma atitude de desprezo por aquilo que é estabelecido, mas tão somente uma atitude deliberada no sentido de não prender o leitor a pormenores de secundaríssima ordem. Um dos males de muitos dos textos que conhecemos sobre a história do Banco de Portugal é a sua excessiva ligação à legislação e aos pormenores desta, obscurecendo uma visão de conjunto.

> "que nos convenha tenha no país um poder aquisitivo superior ao que tem em relação à moeda estrangeira".

Quanto às reservas, constatando

> "que a existência de ouro nas caves do banco, exercendo apenas uma pequena acção psicológica de presença, chega a ser completamente indiferente sob o ponto de vista da estabilidade cambial"

e sabida a importância que aquelas tem em período que se pretende de padrão-ouro, impõe-se níveis elevados, podendo ser constituídas por ouro ou divisas estrangeiras, embora estabelecendo proporções e regras.

E, completando a resolução dos três problemas atrás referidos, fixa, logo no Art. 1. o peso e liga do escudo ouro (ao mesmo tempo que se atribui aos soberanos e meios soberanos ingleses em ouro curso legal.

Atribuindo-se ao Banco de Portugal

> "a missão de assegurar a estabilidade do novo valor da moeda legalmente fixado"

tornava-se imprescindível proceder à sua reestruturação, atribuindo-lhe um papel de emissor e controlador da emissão, o que o liga desde logo à solvabilidade internacional e aos problemas de câmbio. Reforça o seu papel de banqueiro dos restantes bancos, como se salienta num parágrafo a que atribuímos muita importância:

> "Não nos é possível dum momento para o outro fazer do Banco apenas banco de redesconto, abandonando ele inteiramente a província onde a banca particular não está presente ou não está suficientemente desenvolvida, ou mesmo Lisboa ou o Porto em que a acção directa do instituto emissor deve continuar pelo desconto, não só até à liquidação da situação actual, mas até à reforma, inteiro saneamento e consolidação dos bancos comerciais. Mas, traçada a grande orientação e lançados os seus fundamentos, o Banco terá de ir sucessivamente aproximando do tipo de banco central que possa exercer, na política monetária do País, a alta missão directiva que se faz mester e a função de regulador e distribuir do crédito bancário"

Além destas funções continua a ser o banco do Estado, embora havendo desde então novas regras de funcionamento.

Este documento legal foi depois complementado pelo Decreto 19962 que constitui o projecto de reforma dos estatutos do Banco de Portugal, que continua a ser uma sociedade anónima, não sendo permitido ao Estado nem às autarquias locais ou aos estabelecimentos dependentes do Estado adquirir directa ou indirectamente acções do Banco (Art. 12).

Conforme se afirma logo no seu início, o banco tem

> "como principal missão manter por todos os meios ao seu alcance a estabilidade do valor-ouro das suas notas"

para o que

> "regulará (...) a circulação monetária e a distribuição do crédito no território continental e insular".

mantendo a exclusividade de emissão de "notas representativas de moeda-ouro" com curso legal.

A convertibilidade das notas em ouro para quantias superiores a 200 contos constava do referido documento, mas, como já referimos, não chegou a ter aplicação. A libra continua a desempenhar um papel importante no nosso mercado cambial.

As reservas são fixadas em pelo menos 30% da importância das notas em circulação e das responsabilidades à vista.

O Art. 30 estabelece as operações que o banco pode efectuar:

— descontar títulos de crédito e bilhetes do tesouro (embora possa continuar a fazer o desconto directo, este surge limitado porque

> "O quantitativo do desconto directo feito pelo Banco em Lisboa e Porto não poderá exceder em cada ano o máximo utilizado no ano anterior")

— comprar e vender platina, ouro e divisas

— emprestar sobre penhores

— conceder créditos em praças nacionais e estrangeiras por meio de cartas circulatórias ou mandatos especiais

— ter contas e obter créditos no estrangeiro

— fazer cobranças, pagamentos e transferências

— aceitar depósitos

— receber e guardar em depósito jóias, metais e papeis de crédito e similares

— funcionar como tesoureiro do Estado

— intervir nos empréstimos que o Governo venha e negociar.

E as estas funções acrescente-se que

> "O Banco é autorizado a redescontar no estrangeiro"

o que reforça o papel de banqueiro dos bancos e o integra, de alguma forma, no processo de hierarquização internacional nascente.

Entre as actividades que são vedadas ao Banco encontram-se muitas das que já tínhamos analisado para períodos anteriores e que

tem que ver com a sua autonomia em relação as práticas industriais e comerciais, princípio típico da banca do sistema capitalista. Também estava proibido de conceder juro pelos depósitos à ordem.

Quanto aos aspectos orgânicos chamaria apenas a atenção para a existência de uma "comissão de estabilização":

> "Haverá uma comissão com a função especial de, permanentemente, dirigir a política do Banco relativa à estabilização monetária regulando designadamente o preço e o volume global de crédito sob qualquer das suas formas, e de fazer executar todas as operações referentes à mesma estabilização"

e a passagem das correspondências privadas a agências.

Sobre aquela convirá chamar a atenção que a fixação da taxa de redesconto era extremamente importante pelas suas repercussões. Num sistema em que não havias taxas de reserva bancárias obrigatórias, em que o "open market" tinha pouca viabilidade de aplicação devido à fragilidade do mercado de títulos, a taxa de redesconto, pela qual os restantes bancos tinham que alinhar as taxas praticadas por si, era, para alem da persuasão[479], o único instrumento de política monetária.

Assim se inicia um período marcado por um comportamento do Banco de Portugal moldado pelos princípios clássicos de fidelidade à lógica do padrão-ouro: limitação da emissão de acordo com as disponibilidades em ouro ou em valores nele convertíveis, garantia da estabilidade cambial e, obviamente, subordinação do crédito interno a aquela situação prioritária. E tudo isto num período de princípio de ruptura aberta da libra e do dólar (no plano interno) e em plena crise 1929/33, sobre a qual se diria quatro anos mais tarde no Relatório do Banco de Portugal:

> "Não se trata já de uma crise, obedecendo aos moldes clássicos, que passaram, com o seu ritmo certo, desde meados do século XIX, as paginas dos tratados, mas antes de condições novas de vida nova, num mundo renovado: que não há a discutir se é pior ou melhor, mas que é seguramente diverso... e onde é preciso viver"

Portugal continua muito ligado à libra, pela importância das nossas relações económicas com a Grã-Bretanha e por princípios estabelecidos no próprio Estatuto do Banco de Portugal, mas desde 1931 começamos a desligar-nos daquela moeda e a reforçar as nossas ligações ao dólar:

> "Continua a considerar-se que a decisão tomada de acompanhar a libra foi correcta (...) Assim se concordou, ainda em 1931, que o escudo

479 Esta via de "política monetária" é referida, e tem alguma validade, por Wallich em O Sistema ...

> abandonaria a libra sempre que esta se cotasse a menos de 3, 32 em relação ao dólar"[480]

Este é um início de uma longa história que faz com que em Julho de 1933 se decidisse que o escudo se desligasse da libra quando a cotação de Londres sobre Paris fosse igual ou superior a 84, 74 francos, que leva a um acordo entre o Banco e o Governo em 1939 para

> "alterar um pouco a base da relação escudo-libra e atenuar no escudo as flutuações depressivas que a libra viesse a sofrer em Nova York"[481]

e que continuou[482].

É em 1935 que, pela Lei n. 1894, se faz a reforma do crédito, a qual tem pouco a ver com o Banco de Portugal.

As alterações dos estatutos que se fizeram em 1936, 1939 e outras datas surgem relativamente irrelevantes do ponto de vista económico.

A guerra veio alterar os quantitativos de alguns fluxos, nomeadamente ligados as relações externas, mas não veio trazer alterações qualitativas de monta. Será apenas de referir que em 1942 o Decreto Lei 32078 afirma que o comércio externo de ouro em barra ou amoedado só pode ser realizado por intermédio do Banco de Portugal.

É em 1946 que há que assinalar uma alteração aos Estatutos com significativas repercussões. Com efeito, aumenta a reserva para 50% das notas em circulação; as notas de bancos estrangeiros deixam de poder constituir parte da reserva; deixa de poder comprar e vender platina; pode comprar e vender títulos do Estado Português; em vez de falar em empréstimos sobre penhores passa a falar de empréstimos caucionados (podendo as divisas também serem utilizadas para tal); reforça as operações de crédito com as restantes instituições bancárias ao mesmo tempo que limita o desconto directo; aumenta o crédito concedido ao Estado em conta corrente gratuita; e abre as portas para a articulação com as novas instituições internacionais

> "Assegurar, por via de adequadas operações de crédito (...) os meios necessários à comparticipação, aceite pelo Estado, no capital de organismos internacionais destinados a facilitar compensações e pagamentos entre países que exprimam em ouro a definição dos seus padrões monetárias"[483].

480 É uma afirmação retirada do relatório do Banco de Portugal relativo a 1932

481 Retirado de Filomeno Leite, "Compendio ... , pág. 127

482 Sobre esse assunto ver ainda o mesmo autor nas paginas 126 e seguintes

483 Se tal disposição legal surge quase de imediato após a constituição do FMI e do BIRD, a adesão de Portugal a essas instituições só se viria a realizar quinze anos mais tarde

Esta última preocupação expressa, a ligação a moedas com convertibilidade em ouro, vai ser uma constante e, por isso, quando em Agosto do ano seguinte há a suspensão da convertibilidade de libras em dólares foi transmitido às instituições de crédito que não comprassem libras e não vendessem dólares, e no ano seguinte novas recomendações se faziam para preservar os dólares, francos suíços e coroas suecas.

Em 1950 tornamo-nos participantes activos do Plano Marshall indo aproveitar da ajuda directa (empréstimos, doações e ajuda condicional) e indirecta (direitos de saque bilaterais e multilaterais), mas esse acontecimento não traz modificações do Banco de Portugal dignas de registo, apesar da crescente ligação a instituições internacionais, como a União Europeia de Pagamentos. Ligação que só daria um passo em frente com a adesão ao FMI e ao BIRD em 1961[484], solicitada em 4 de Agosto de 1959. Entretanto em 1960 o Governo celebra com o Banco de Portugal um contrato destinado

> "a regular o cumprimento das obrigações que para o estado resultou da sua adesão ao acordo que cria o FMI"

comprometendo-se o banco a assegurar as relações com o FMI, a desempenhar as funções privativas de depositário, a assegurar ao Estado os meios necessários para a realização da quota. Por alteração dos estatutos, nesse mesmo ano, alarga-se, em conformidade, a composição das reservas. O decreto-lei 43341 autoriza o governo a participar no FMI (quota de $60 milhões) e no BIRD ($80 milhões) e os decretos-lei 43337 e 43338 confirmam as respectivas adesões.

Este período, que coincide com o início da guerra colonial e com o surgir de desequilíbrios financeiros[485] é marcado por várias mexidas no que à moeda e ao crédito se refere. Assim, por exemplo, em 1962 cria-se o Fundo Monetário da Zona Escudo[486], tomam-se algumas medidas relacionadas com isso e, alteram-se relevantemente os estatutos do Banco de Portugal (decreto-lei 44 432).

Neste decreto é muito clara uma tendência de "desprivatização" crescente:

> "Certo é que a lei orgânica do Banco, como sociedade que é, de direito privado, poderia evoluir, no seu melhoramento, por força e acção dos próprios meios sociais de que dispõe como entidade privada. A intima ligação, porém, ou a verdadeira afectação do mais importante sector das suas actividades aos destinos e finalidades de um dos mais importantes ramos da administração financeira do Estado, impõe a coordena-

484 Tendo sido o pedido de adesão formulado no ano anterior

485 Sobre este assunto veja-se Pimenta, "Algumas notas ...

486 DE que faremos mais algumas referências no ponto seguinte

> ção e verdadeira harmonia entre o próprio teor dos estatutos do Banco e os termos do contrato que, para um futuro período de estabilidade, deve ser firmado com o Estado"

e nele se consubstancia um conjunto de tendências que se vinham desenhando. Por isso no seu Art. 4. afirma-se:

> "O Banco de Portugal, durante esta prorrogação do seu privilégio [de emissão] e, portanto, até 30 de Junho de 1991, exercerá, na metrópole, as funções de banco emissor, central e de reserva e as de caixa geral do Tesouro e de cofre central do Tesouro nos distritos administrativos, segundo as normas legais, contratuais e estatutárias que regem ou venham a reger aquele privilégio e funções.
> (...) Para cumprimento da obrigação que por este modo assume, o Banco de Portugal assegurará a regularidade e a continuidade do serviço público de emissão de notas e desempenhará as funções de banqueiro do Estado; e, sob a orientação superior do ministro das Finanças:
> a) Promoverá a coordenação da circulação monetária com as necessidades da actividade económica;
> b) Regulará o funcionamento do mercado monetário;
> c) Assegurará as liquidações das operações cambiais requeridas pela economia nacional, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e dos acordos de compensação e de pagamentos bilaterais ou multilaterais assinados pelo Governo, ou pelo Banco com autorização deste;
> d) Actuará como prestamista do sistema bancário"

actuação que não pode ter movimento inverso, porque não pode redescontar no país títulos da sua carteira comercial, o que alias não é novo.

Neste decreto-lei gostaríamos apenas de referir mais dois parágrafos que são bem ilustrativos da especificidade do Estado entre os credores:

> "Como, porém, a paridade anterior era de $1=25$, e dada ainda a correspondência do peso actual do escudo em ouro fino, em relação ao preço do ouro resultante da expressão 1 onça troy = $35 U.S.A., verifica-se uma importante mais-valia em relação ao ouro na posse do Banco que cobre e excede o débito do Estado ao Banco de Portugal.
> Nestas condições, e nos termos do contrato que vai ser firmado, fica saldado o referido débito (...)"

Neste novo quadro de início de dificuldades financeiras sucedem-se os diplomas legais. Em 1964 (Lei 2124) defende-se a continuação da "revisão e adaptação da estrutura financeira"; em 1965 regula-se o mercado cambial; em 1966 aumenta-se a quota no FMI a adere-se a Sociedade Financeira Internacional; em 1967 cria-se o "serviço de centralização de riscos de crédito", visando, como o seu

nome indica, centralizar os elementos informativos respeitantes aos riscos da concessão e aplicação de crédito bancário, vindo o Banco de Portugal a assegurá-lo (o que poderia reforçar muito a sua informação sobre a realidade económica internacional, o que está ligado a certas possibilidades de funções anteriormente analisadas por nós[487]); em 1971 volta a aumentar a quota no FMI e, entretanto ,verificam-se alterações aos estatutos, algumas relevantes economicamente (decreto-lei 219/70) outras não (em 1972).

Por este último decreto-lei no artigo 27 dos Estatutos, que se refere as reservas, para além do ouro e das moedas estrangeiras directamente convertíveis em ouro, passa-se a englobar as "moedas dos países participantes do FMI".

Se recordarmos que estamos em plena crise do dólar não será difícil compreender que tal significava uma inflexão em ralação ao padrão-ouro que se pretendia respeitar e um reforço da ligação dos sistemas monetário e de crédito nacional e internacional capitalista.

Com o conjunto imbricado de acontecimentos que moldaram o ano de 1974, surgiram modificações na sua actividade, reconhecidas no seu relatório, que aliás aponta para a preparação de alterações estatutárias, mas estas não se consubstanciaram em documentos legais.

Feita esta incursão, que já vai longa, pela legislação, resta-nos dar uma visão de conjunto um pouco mais quantificada sobre a dinâmica das principais contas do balanço do Banco de Portugal, ainda numa visão de conjunto. Por isso reunimos no quadro seguinte todas as contas do activo e passivo do banco que representavam mais de 10% do total, para um conjunto de anos.

Convirá apenas, antes de avançarmos, referir que não podemos desse quadro fazer uma análise de pormenor, mas tão-somente retirar tendências. E isso por três razões:

a) o grau de agregação e desagregação das diversas contas é diversa;

b) ao longo dos anos verificaram-se alterações na estrutura do balanço do referido banco e, em consequência disso,

c) o montante do activo reflecte tanto a intensidade da intervenção da instituição na economia como a sua própria estrutura interna (refira-se a título de exemplo que certas contas como as de efeitos depositados, que como vimos tinham, tradicional-

487 Estamos a referir-nos concretamente à visão de conjunto da economia, pelo menos no que ao crédito se refere, que tal pode permitir.

mente, montantes elevados, passaram a contas de ordem não influenciando, portanto, o montante do activo e passivo). Apesar dessas limitações parece útil a sua apresentação.

**Percentagem no activo das principais rubricas do balanço do Banco de Portugal (1931/1974)**

| Ano | A | P | Nome da conta | % |
|---|---|---|---|---|
| 1931 | X | | Caução dos débitos do Tesouro (Art. 21 Dec 19869 9/6/31) | 33 |
| | X | | Dividas do Estado | 23 |
| | X | | Outras verbas do activo | 15 |
| | | X | Notas do Banco de Portugal - em circulação | 45 |
| | | X | Tesouro c/caução de contratos | 33 |
| | | X | Outras verbas do passivo | 12 |
| 1935 | X | | Divida do Estado | 24 |
| | X | | Outras verbas do activo - diversos | 12 |
| | X | | Outras verbas do activo - efeitos depositados | 11 |
| | | X | Notas do Banco de Portugal - em circulação | 51 |
| | | X | Outras verbas do passivo - diversos | 15 |
| | | X | Outras responsabilidades escudo a vista - depósitos em conta corrente - outros depósitos | 11 |
| | | X | Outras verbas do passivo - credores de efeitos depositados | 11 |
| 1940 | X | | Encaixe-ouro | 20 |
| | X | | Divida do Estado | 17 |
| | X | | Disponibilidades ouro no estrangeiro e outras reservas (Art. 27 de Est. e Dec. 22496) | 14 |
| | X | | Outras disponibilidades em varias moedas | 13 |
| | X | | Outras verbas do activo diversos | 13 |
| | | X | Notas do Banco de Portugal - em circulação | 48 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | X | Outras responsabilidades escudo a vista - depósitos e conta corrente - Bancos e banqueiros | 14 |
| | | X | Outras verbas do passivo diversos | 13 |
| 1945 | X | | Outras disponibilidades em ouro e varias moedas | 47 |
| | X | | Disponibilidades ouro no estrangeiro e outras reservas (Art. 27 de Est. e Dec. 22496) | 34 |
| | | X | Notas do Banco de Portugal - em circulação | 39 |
| | | X | Outras responsabilidades escudo a vista - depósitos e conta corrente - Bancos e banqueiros | 38 |
| | | X | Outras responsabilidades escudo a vista - Depósitos e conta corrente Bancos e banqueiros | 13 |
| 1950 | X | | Outras garantias - Diversas disponibilidades em ouro e moeda estrangeira | 36 |
| | X | | Reservas (1933) Disponibilidades em moeda estrangeira | 20 |
| | X | | Reservas (1933) Ouro em barra e amoedado | 20 |
| | X | | Valores depositados | 10 |
| | | X | Notas do Banco de Portugal - em circulação | 48 |
| | | X | Outras responsabilidades escudos a vista - depósitos e Contas corrente - Tesouro público c/c | 22 |
| | | X | Outras verbas do passivo | 12 |
| | | X | Credores de valores depositados | 10 |
| 1955 | X | | Outras garantias - Diversas disponibilidades em ouro e moeda estrangeira | 31 |
| | X | | Reservas (1933) Disponibilidades em moeda estrangeira | 22 |
| | X | | Reservas (1933) - Ouro em barra e amoedado | 22 |
| | X | | Valores depositados | 10 |
| | | X | Notas do Banco de Portugal - em circulação | 43 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | X | Outras responsabilidades escudos a vista - depósitos e conta corrente - bancos e banqueiros | 29 |
| | | X | Credores de valores depositados | 10 |
| 1960 | X | | Reservas (1933) - ouro em barra e amoedado | 27 |
| | X | | Outras garantias - diversas disponibilidades em ouro e moeda estrangeira | 21 |
| | X | | Reservas (1933) - Disponibilidades em moeda estrangeira | 17 |
| | X | | Valores depositados | 12 |
| | | X | Notas do Banco de Portugal - em circulação | 47 |
| | | X | Outras responsabilidades escudo a vista - depósitos e conta correntes - Bancos e banqueiros | 22 |
| | | X | Credores de valores depositados | 12 |
| 1965 | X | | Reservas (1933) - Ouro em barra e amoedado | 23 |
| | X | | Outras garantias - diversas disponibilidades em ouro e moeda estrangeira | 18 |
| | X | | Reservas (1933) - Disponibilidades em moeda estrangeira | 17 |
| | X | | Valores depositados | 15 |
| | X | | Outras garantias - carteira comercial | 11 |
| | | X | Notas do Banco de Portugal - em circulação | 47 |
| | | X | Outras verbas do passivo | 15 |
| | | X | Credores de valores depositados | 15 |
| | | X | Outras responsabilidades escudos a vista - depósitos e conta corrente - bancos e banqueiros | 13 |
| 1970 | X | | Reservas (1933) - ouro em barra e amoedado | 26 |
| | X | | Outras verbas do activo - diversos | 20 |
| | X | | Outras garantias - diversas disponibilidades em ouro e moeda estrangeira | 17 |
| | X | | Valores depositados | 11 |
| | | X | Notas do banco de Portugal - em circulação | 41 |
| | | X | Outras verbas do passivo | 28 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | X | Outras responsabilidades escudos a vista - depósitos e conta corrente - bancos e banqueiros | 13 |
| | | X | Credores de valores depositados | 11 |
| 1973 | X | | Outras garantias diversas - disponibilidades em ouro e moeda estrangeira | 22 |
| | X | | Reservas (1933) - Ouro em barra e amoedado | 20 |
| | X | | Reservas (1933) - Disponibilidades em ouro e moeda estrangeira | 19 |
| | X | | Outras garantias carteira comercial | 10 |
| | X | | Outras contas de ordem - valores depositados | 10 |
| | X | | Outras contas de ordem - outras contas de ordem | 10 |
| | | X | Notas do banco de Portugal - em circulação | 44 |
| | | X | Outras responsabilidades escudo a vista - depósitos e conta corrente - bancos e banqueiros | 18 |
| | | X | Outras verbas do passivo | 12 |
| | | X | Contas de ordem - credores valores depositados | 10 |
| | | X | Contas de ordem - outras contas de ordem | 10 |
| 1974 | X | | Outras garantias - carteira comercial | 31 |
| | X | | Reservas (1933) - Disponibilidades em moeda estrangeira | 18 |
| | X | | Reservas (1933) - ouro em barra e amoedado | 18 |
| | X | | Contas de ordem - valores depositados | 10 |
| | | X | Notas do banco de Portugal - em circulação | 53 |
| | | X | Outras responsabilidades escudo a vista - depósitos e conta corrente - bancos e banqueiros | 13 |
| | | X | Outras verbas do passivo | 10 |
| | | X | Contas de ordem - credores de valores depositados | 10 |

Fonte: Balanços do Banco de Portugal

E que conclusões podemos obter a partir deste quadro?

Em primeiro lugar que as notas do Banco de Portugal ocupam sempre uma posição destacada no conjunto das actividades do banco, sendo, frequentemente, a rubrica hegemónica em termos quantitativos (em termos de saldos de fim de ano, obviamente). A partir de 1940 vem-se-lhe juntar também os depósitos de bancos e banqueiros que, do ponto de vista do sistema monetário apresenta grandes afinidades com a conta anteriormente referida (ambas dizem respeito à moeda nacional). Em contrapartida, as disponibilidades em ouro e divisas, agrupadas em diversas contas todas elas relevantes, apresentam até 1973 um peso bastante grande e hegemónico, e no ano da revolução portuguesa, embora mantendo valores percentuais bastante elevados, é suplantada pela carteira comercial, conta que, aliás, desde 1965 vinha assumindo uma posição mais destacada. Por outro lado, a dívida do Estado nos primeiros anos ainda apresenta alguma relevância, mas depois vai diminuindo de peso, assumindo montantes de pouca monta a partir de 1940, ao mesmo tempo que, de quando em vez, como em 1945, a situação credora do Tesouro surgia com bastante destaque. A actividade de intermediário, reflectida nos efeitos depositados e respectiva contrapartida continua a ter posição destacada, mas já menor que no período anterior a 1931. De quando em vez emerge alguma outra conta como é o caso dos depósitos dos particulares em 1935.

Em todo o período se destacam as actividades emissoras e de articulação (se analisarmos outros parâmetros exteriores a esta informação não podemos falar de controlo ou hegemonização) do sistema bancário, ao mesmo tempo que mantém as funções de banqueiro do Estado e de intermediário nos pagamentos, mas com uma importância bastante mais reduzida. Por outro lado, a carteira comercial, cada vez mais ligada ao redesconto, começa na fase final do período a aumentar de importância.

Se articularmos estas informações com as anteriormente referidas poderemos deduzir que existe uma relativa homogeneidade de situação durante todo o período considerado, mas que se pode considerar o início de uma nova fase imediatamente após a segunda grande guerra - que corresponde a alterações importantes no sistema monetário internacional a que, à primeira vista, não nos ligamos, e a uma situação favorável nas nossas relações externas[488]. Na década de 60 registou igualmente um conjunto importantes de alterações de natureza quantitativa e qualitativa. Entre estas será de destacar a maior integração de Portugal no sistema monetário internacio-

488 Sobre isso veremos alguma coisa no ponto seguinte.

nal, ao mesmo tempo que começavam a surgir algumas clivagens nos tão apregoados equilíbrios financeiros. Finalmente, podemos considerar que 1974 já é de transição para uma nova situação.

### 4.A.7.2. Análise de algumas contas

Tal como procedemos para o período anterior, conscientes de que a análise geral feita deixou diversas questões em aberto e, sobretudo, uma necessidade de quantificações mais pormenorizadas, vamos proceder a uma análise da actividade do banco durante este período verificando o que se passou ao nível de diversas contas.

Obviamente que não temos nem a pretensão de apresentar a quantificação de todas alas[489] nem de fazer, para cada uma das expostas, uma análise pormenorizada de cariz histórico. Mais uma vez temos que nos limitar a um estudo das mais relevantes qualitativa e quantitativamente, tomando como amostra os saldos no fim do ano, que estão inscritos no balanço do Banco de Portugal, e apenas procurar captar as grandes linhas da sua evolução.

Para o período de 1887 a 1930 apresentamos as diversas contas segundo uma sequência histórica das diversas funções da actividade bancária em geral.

Neste ponto, porque essa ordenação já foi feita e o banco já apresenta uma maior maturidade, seguiremos um outro critério: por importância decrescente de actividade do Banco de Portugal durante este período.

Assim, começaremos por analisar a actividade emissora, seguindo-se-lhe as actividades relacionadas com a inserção dos sistemas monetárias e de crédito nacionais nos internacionais. Em terceiro lugar diremos alguma coisa sobre a sua função de Banco do Estado e, de seguida, de banco dos bancos. Finalmente faremos outras breves referências.

#### 4.A.7.2.1. Actividade emissora

Para começar a estudar a actividade emissora vejamos os dados referentes à quantidade de notas do Banco de Portugal, as únicas em circulação durante este período:

489 Embora tivesse que ter passado pela sua quantificação para proceder ao trabalho de interpretação e selecção do essencial

**Notas do Banco Portugal em circulação (1931-1974)**
**(escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|---|---|
| 1931 | 2 061 786 078 | 1946 | 8 793 302 560 | 1961 | 17 108 548 420 |
| 1932 | 2 001 442 937 | 1947 | 8 751 834 650 | 1962 | 17 876 181 890 |
| 1933 | 1 989 252 780 | 1948 | 8 696 105 420 | 1963 | 19 313 035 860 |
| 1934 | 2 136 837 713 | 1949 | 8 455 974 680 | 1964 | 21 212 610 970 |
| 1935 | 2 204 605 172 | 1950 | 8 526 155 790 | 1965 | 23 637 499 790 |
| 1936 | 2 256 775 184 | 1951 | 9 362 433 670 | 1966 | 25 319 789 330 |
| 1937 | 2 223 724 869 | 1952 | 9 528 040 620 | 1967 | 26 497 259 750 |
| 1938 | 2 278 532 911 | 1953 | 9 841 897 170 | 1968 | 28 453 090 000 |
| 1939 | 2 550 410 686 | 1954 | 10 512 814 920 | 1969 | 31 018 792 580 |
| 1940 | 2 903 438 207 | 1955 | 11 074 891 530 | 1970 | 33 758 741 180 |
| 1941 | 4 488 221 536 | 1956 | 11 636 253 850 | 1971 | 36 370 389 320 |
| 1942 | 5 481 058 695 | 1957 | 12 365 098 760 | 1972 | 41 455 788 320 |
| 1943 | 6 909 768 888 | 1958 | 12 989 655 060 | 1973 | 49 372 844 740 |
| 1944 | 7 642 342 330 | 1959 | 13 877 456 930 | 1974 | 74 614 325 190 |
| 1945 | 8 165 613 090 | 1960 | 14 781 336 320 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

Uma análise conjuntural para o período 1888 a 1974 não acrescenta muitas Informações, pelo menos para uma análise com as características da actual. Saliente-se apenas que o valor mais alto do rácio se encontra em 1944 e o mais baixo em 1971.

Para uma análise mais de conjunto veja-se o seguinte quadro:

| Ano | A | B | C |
|---|---|---|---|
| 1931 | | | 44,8 |
| 1935 | 0,02 | 0,02 | 51,1 |
| 1940 | 0,06 | 0,05 | 48,0 |
| 1945 | 0,23 | 0,10 | 39,2 |
| 1950 | 0,01 | -0,01 | 48,2 |
| 1955 | 0,05 | 0,05 | 43,2 |
| 1960 | 0,06 | 0,04 | 46,9 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1965 | 0,10 | 0,07 | 47,1 |
| 1970 | 0,07 | 0,02 | 40,5 |
| 1973 | 0,14 | 0,04 | 43,8 |
| 1974 | 0,51 | 0,17 | 52,9 |

Obs: *A* refere-se à taxa média de crescimento anual a preços correntes. *B* é a mesma taxa a preços constantes. *C* é a percentagem dessa rubrica no total do activo (ou passivo). Nos quadros seguintes similares mantém-se esse mesmo significado

Deste quadro o que ressalta em primeiro lugar é a grande taxa anual de emissão monetária durante o período da segunda grande guerra. Tal facto é o resultado de dois fenómenos articulados:

— durante todo o período de 1931/1974

— o principal factor de emissão foi o saldo da balança de pagamentos;

— no período da guerra houve uma melhoria nas nossas relações externas.

São estes dois factos que são referidos por Beleza:

"Eis-nos, portanto, em condições de compreender o aumento de emissão no período 1939/46. Esse aumento de emissão, ainda agora o dissemos, foi devido ao ouro e divisas recebidos do estrangeiro, que excedeu, e em muito, o ouro e divisas com que entretanto, solvemos os nossos débitos internacionais.

E porque? Em primeiro lugar, porque passamos a exportar certas mercadorias com particular interesse para os países envolvidos na guerra, em maior quantidade, e, dada a maior procura, potenciada por uma fortíssima concorrência facilmente compreensível, por preço muito superior. Tal incremento apagou a diminuição de certas outras exportações. Por outro lado, importamos menos, embora mais caro.

A isto se veio juntar, ainda, a forte positividade das balanças dos serviços com os gastos dos refugiados e viajantes, os fretes de marinha e outros serviços; dos rendimentos, com juros dos depósitos, contas correntes, empréstimos, títulos de dívida publica estrangeiros, etc.; e dos capitais, com a notável entrada de capitais estrangeiros então verificadas"[490]

O segundo é o aumento das taxas de crescimento a partir de 1960, com uma clara alteração, mesmo a preços constantes, no último ano considerado.

Mas as notas não são o único tipo de moeda pelo qual o Banco de Portugal é responsável, não é a única expressão de moeda nacional. Os depósitos dos bancos e banqueiros no banco central tam-

490 De Beleza, "A Moeda ... , pág. 34

bém se enquadram nessa designação, pelo que será lícito termos uma ideia da sua dinâmica:

**Outras responsabilidades escudo à vista Depósitos e conta corrente - Bancos e Banqueiros (1931-1974)**
**(escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|---|---|
| 1931 | 247 742 317 | 1946 | 7 618 815 166 | 1961 | 5 108 383 089 |
| 1932 | 310 717 675 | 1947 | 6 299 438 010 | 1962 | 5 633 876 594 |
| 1933 | 305 056 562 | 1948 | 4 214 456 480 | 1963 | 5 688 701 566 |
| 1934 | 397 544 422 | 1949 | 3 151 471 505 | 1964 | 6 605 455 918 |
| 1935 | 267 900 707 | 1950 | 3 832 164 990 | 1965 | 6 562 678 858 |
| 1936 | 472 891 709 | 1951 | 5 354 241 383 | 1966 | 6 381 912 430 |
| 1937 | 709 789 728 | 1952 | 5 821 127 846 | 1967 | 8 088 424 550 |
| 1938 | 645 452 473 | 1953 | 7 032 758 290 | 1968 | 9 751 882 168 |
| 1939 | 602 981 185 | 1954 | 7 580 889 961 | 1969 | 9 596 546 361 |
| 1940 | 851 098 356 | 1955 | 7 473 522 907 | 1970 | 11 202 837 346 |
| 1941 | 2 433 318 374 | 1956 | 7 927 048 674 | 1971 | 14 972 044 714 |
| 1942 | 4 189 050 815 | 1957 | 7 473 922 891 | 1972 | 19 832 084 125 |
| 1943 | 5 257 719 450 | 1958 | 7 643 317 672 | 1973 | 19 762 549 072 |
| 1944 | 6 776 357 020 | 1959 | 7 554 961 050 | 1974 | 18 516 483 443 |
| 1945 | 7 984 845 573 | 1960 | 7 039 363 742 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

Uma primeira constatação é a de que a consideração desta rubrica que, do ponto de vista qualitativo, e não só, é particularmente importante, não altera as conclusões centrais anteriormente obtidas. Até numa análise conjuntural vamos encontrar os anos do início da década de quarenta como um ponto de elevada situação conjuntural e na década de 60 os anos com indicador mais baixo.

Contudo o quadro de síntese que se apresenta de seguida

| Ano | A | B | C |
|---|---|---|---|
| 1931 | | | 5,4 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1935 | 0,02 | 0,02 | 6,2 |
| 1940 | 0,26 | 0,26 | 14,1 |
| 1945 | 0,56 | 0,40 | 38,4 |
| 1950 | -0,13 | -0,15 | 21,6 |
| 1955 | 0,14 | 0,14 | 29,1 |
| 1960 | -0,01 | -0,03 | 22,3 |
| 1965 | -0,01 | -0,04 | 13,0 |
| 1970 | 0,11 | 0,06 | 13,4 |
| 1973 | 0,21 | 0,10 | 17,5 |
| 1974 | -0,06 | -0,27 | 13,1 |

revela algumas especificidades deste tipo de depósitos de que as mais salientes são as taxas negativas de crescimento a preços constantes na década de 60 e em 1974. Apesar disso não constitui uma clara inversão do processo, até porque o seu peso no conjunto do activo é menor que o da conta anteriormente considerada. Também aqui é de salientar o elevado acréscimo no período de 1940/45.

Mas como explicar as referidas especificidades? Para tal há que ter em atenção que durante muito tempo[491] os bancos não eram obrigados a ter depósitos no Banco Central, apenas o tendo por vantagens no funcionamento da câmara de compensação ou em resultado do redesconto, a que recorriam pouco nos períodos de relativa estabilidade. Assim sendo, nas épocas de maior pressão do capital no sentido do sistema bancário conceder crédito, exactamente algumas das alturas em que haveria tendência para o aumento das notas em circulação, era natural que se registasse uma diminuição nesta rubrica.

Se estas duas formas da moeda nacional são um suporte fundamental da circulação do capital não podemos esquecer que as formas de compensação entre pagamentos, de que a mais importante é o funcionamento da Câmara de Compensação, constitui uma maneira de a dispensar enquanto meio de pagamento. E embora não seja totalmente legítimo estabelecer uma comparação entre os valores admitidos e os saldos apurados nas referidas Câmaras e a quantidade de notas em circulação no fim do ano ou, para o mesmo

491 Diga-se que não encontramos até 1969 nenhuma legislação impondo a obrigatoriedade de realizarem depósitos no Banco de Portugal. Contudo, como não fizemos uma busca exaustiva neste campo não podemos ser categóricos.

quantidade de moeda nacional[492], não é de todo despiciendo, a título de exemplo, referir que os valores admitidos e os saldos apurados eram, respectivamente 3,36 e 1,4 vezes a quantidade de notas em circulação em 1933, 3,93 e 1,2 em 1945, 6,80 e 1,7 em 1960 e 14, 82 e 3,14 em 1973. Tais números parecem-nos reflectir uma pressão do capital sobre o sistema monetário no sentido de este poder vir a responder mais às suas solicitações.

E quais as principais contrapartidas desta emissão monetária? Poderemos dizer que, contrariamente ao que se tinha verificado no período de 1887 a 1930, a balança de pagamento é o principal factor de emissão monetária, como aliás resulta com uma relativa evidência dos dados seguintes:

**Notas/Reservas em ouro e moeda estrangeira (A) e (Notas+Bancos e Banqueiros)/Reservas em ouro e moeda estrangeira (B) (1931-1974)**

| | A | B |
|---|---|---|
| 1931 | 2,10 | 2,35 |
| 1935 | 1,20 | 1,35 |
| 1940 | 1,00 | 1,30 |
| 1945 | 0,45 | 0,88 |
| 1950 | 0,63 | 0,91 |
| 1955 | 0,57 | 0,94 |
| 1960 | 0,72 | 1,06 |
| 1965 | 0,83 | 1,06 |
| 1970 | 0,79 | 1,05 |
| 1973 | 0,71 | 1,00 |
| 1974 | 1,39 | 1,74 |

Fonte: Balanços do Banco Portugal

De facto, mais que nos centrarmos em relação à dinâmica destes dados num ou noutro período específico parece-nos indispensável retermos a ideia de um alinhamento da quantidade de moeda

492 Essa comparação não é totalmente legítima porque enquanto as rubricas da Câmara de Compensação se referem a movimentos durante o ano, as rubricas do balanço do Banco de Portugal são, obviamente, de saldo no fim do ano.

nacional pelas reservas em ouro e moeda estrangeira, o que corresponde à aplicação rigorosa da lógica do padrão-ouro que, como já anteriormente tínhamos referido, norteou todo este período.

Adicionalmente registe-se apenas que desde 1950 assistimos a um maior peso do conjunto da moeda nacional havendo uma clara aceleração no ano de 1974.

Wallich tem inteira razão quando afirma

> "Admitindo como excepcional esta experiência do tempo da guerra, é muito embora, evidente que a balança de pagamentos tem, na situação monetária de Portugal, um papel dominante"[493].

A título de passagem, porque é demais evidente para insistirmos, refira-se que a emissão monetária nada tem a ver com o capital da própria instituição emissora, apesar de ter sido relacionado com tal que se procedeu a um aumento do capital. A ilustrá-lo estão os dados seguintes:

**Notas/(Capital+Fundo Reserva)**
**(1931/1974)**

| | |
|---|---|
| 1931 | 12 |
| 1935 | 12 |
| 1940 | 16 |
| 1945 | 43 |
| 1950 | 43 |
| 1955 | 54 |
| 1960 | 68 |
| 1965 | 70 |
| 1970 | 87 |
| 1973 | 112 |
| 1974 | 161 |

Fonte : Balanços do Banco de Portugal

### 4.A.7.2.2. Relações externas

Na sua actividade de relacionamento do sistema monetário nacional com o internacional tinham uma particular importância as reservas em ouro e moeda estrangeira, na medida em que tal constituía a

,493 De Wallich, "O Sistema Financeiro ... , pág. 18

garantia da solvabilidade internacional e da capacidade de intervenção no mercado de câmbios se tal se tornasse necessário.

De ouro e moeda estrangeira. É esta conjugação dos dois tipos de moeda universal, apesar de a partir de certo momento dos quarenta e três anos considerados nesta análise terem havidos esforços internacionais no sentido de retirar ao ouro o seu histórico estatuto, não deixa de ser curiosa. De facto se tal mais não faz do que exprimir os factos verificados nos pagamentos internacionais, não deixa de entrar um pouco em conflito com as pretensões de restabelecimento interno do padrão-ouro.

Mas vejamos os seus montantes:

**Reservas em ouro e moeda estrangeira**
**(1931-1974)**
**(escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|---|---|
| 1931 | 981 211 743 | 1946 | 18 704 777 751 | 1961 | 18 143 235 105 |
| 1932 | 1 180 854 673 | 1947 | 15 875 900 785 | 1962 | 22 772 556 229 |
| 1933 | 1 339 706 280 | 1948 | 12 733 216 881 | 1963 | 23 772 781 697 |
| 1934 | 1 713 749 961 | 1949 | 12 445 714 376 | 1964 | 27 002 610 493 |
| 1935 | 1 836 688 005 | 1950 | 13 539 069 970 | 1965 | 28 558 417 221 |
| 1936 | 2 025 793 534 | 1951 | 15 965 892 117 | 1966 | 31 707 122 153 |
| 1937 | 2 077 489 241 | 1952 | 16 200 916 401 | 1967 | 35 667 904 266 |
| 1938 | 2 118 708 156 | 1953 | 17 694 013 697 | 1968 | 39 343 087 175 |
| 1939 | 2 416 317 954 | 1954 | 18 840 659 819 | 1969 | 41 257 369 709 |
| 1940 | 2 893 589 521 | 1955 | 19 303 967 122 | 1970 | 42 766 198 140 |
| 1941 | 6 333 672 956 | 1956 | 19 914 625 245 | 1971 | 51 424 483 999 |
| 1942 | 10 837 134 757 | 1957 | 19 739 150 022 | 1972 | 61 315 028 888 |
| 1943 | 13 732 297 860 | 1958 | 20 369 539 151 | 1973 | 69 268 847 161 |
| 1944 | 16 347 456 204 | 1959 | 21 066 960 526 | 1974 | 53 609 992 401 |
| 1945 | 18 314 993 181 | 1960 | 20 644 274 415 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

Anote-se desde já quais foram as contas do balanço do Banco de Portugal que foram agregadas para obter estes resultados: Encaixe ouro-caixa ouro metal (com valores no período 1931/39); Encaixe

ouro-caixa ouro depositado noutros bancos (1931/37); Disponibilidades ouro no estrangeiro - correspondentes no estrangeiro - c/ reserva (1931); Disponibilidades ouro no estrangeiro - efeitos sobre o estrangeiro - c/reserva (1931 e 1936); Disponibilidades ouro no estrangeiro - notas e moeda estrangeira - c/reserva (1931/37 e 1939); Disponibilidades ouro no estrangeiro - títulos de crédito - c/reserva (1931/39); Outras disponibilidades em várias moedas (1931/44); Disponibilidades ouro no estrangeiro e outras reservas -correspondentes no estrangeiro - c/ordinária-c/reserva (1932/1939); Disponibilidades ouro no estrangeiro e outras reservas - correspondentes no estrangeiro - c/remessas da nossa reserva (1932, 1934, 1935 e 1939); Outras verbas do activo - ágio do ouro (1933/39) que cobre a diferença entre o valor a que o ouro estava registado e o seu novo valor; Encaixe-ouro (1941/45); Disponibilidades ouro no estrangeiro e outras reservas (1941/1945); Outras disponibilidades em ouro e várias moedas (1945); Reservas ouro em barra ou amoedado (1946/1974); Reservas - disponibilidades em moeda estrangeira (1946/74); e Outras garantias - diversas disponibilidades em ouro e moeda estrangeira( 1946/1974).

Destes dados dois factos globais são de destacar: os elevados montantes assumidos por esta rubrica, e o seu não menor peso relativo no total da actividade do Banco de Portugal, e a tendência do seu crescimento ao longo dos anos, mesmo em períodos de relativa dificuldade cambial internacional. Aliás esses dados são mais visíveis no quadro de síntese seguinte:

| Ano | A | B | C |
|---|---|---|---|
| 1931 | | | 21,32 |
| 1935 | 0,17 | 0,17 | 42,56 |
| 1940 | 0,10 | 0,09 | 47,79 |
| 1945 | 0,45 | 0,30 | 88,12 |
| 1950 | -0,06 | -0,08 | 76,60 |
| 1955 | 0,07 | 0,07 | 73,35 |
| 1960 | 0,01 | 0,00 | 65,50 |
| 1965 | 0,07 | 0,04 | 56,92 |
| 1970 | 0,08 | 0,03 | 51,39 |
| 1973 | 0,17 | 0,07 | 61,51 |
| 1974 | -0,23 | -0,40 | 38,04 |

Mais uma vez o período da segunda guerra surge como o início de um reforço das reservas e o de 1974 como de transição a uma nova situação. Eis as duas vertentes da situação de grande relevância nesta rubrica.

Montantes elevados que reflectem uma situação de grande estabilidade externa, claramente visível se os compararmos com os nosso compromissos internacionais

**Responsabilidades em moeda estrangeira (1931-1974) (escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|---|---|
| 1931 | 13 840 226 | 1946 | 254 343 712 | 1961 | 9 416 439 |
| 1932 | 4 484 956 | 1947 | 251 300 762 | 1962 | 361 124 260 |
| 1933 | 142 586 | 1948 | 241 278 628 | 1963 | 310 080 377 |
| 1934 | 39 055 | 1949 | 2 569 143 | 1964 | 220 394 127 |
| 1935 | 32 498 970 | 1950 | 119 658 619 | 1965 | 222 229 065 |
| 1936 | 41 316 097 | 1951 | 145 527 959 | 1966 | 290 615 454 |
| 1937 | 53 581 854 | 1952 | 24 586 474 | 1967 | 158 469 321 |
| 1938 | 179 044 510 | 1953 | 27 936 632 | 1968 | 103 281 046 |
| 1939 | 398 786 951 | 1954 | 11 962 842 | 1969 | 125 726 808 |
| 1940 | 332 349 692 | 1955 | 35 847 800 | 1970 | 65 912 527 |
| 1941 | 264 684 926 | 1956 | 4 429 531 | 1971 | 60 258 457 |
| 1942 | 239 224 052 | 1957 | 33 389 897 | 1972 | 50 436 413 |
| 1943 | 251 129 735 | 1958 | 25 102 978 | 1973 | 32 670 488 |
| 1944 | 259 440 014 | 1959 | 354 434 407 | 1974 | 8 634 307 |
| 1945 | 246 691 125 | 1960 | 5 078 841 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

Constata-se que o seu peso percentual em relação às reservas é sempre muito baixo. Mesmo a elevadíssima percentagem registada em 1940 é relativamente pequena. Aliás o quadro síntese seguinte é bastante elucidativo

| Ano | % das reservas em ouro e moeda estrangeira |
|---|---|
| 1931 | 1,41 |
| 1935 | 1,77 |
| 1940 | 11,40 |
| 1945 | 1,35 |
| 1950 | 0,88 |
| 1955 | 0,19 |
| 1960 | 0,02 |
| 1965 | 0,78 |
| 1970 | 0,15 |
| 1973 | 0,05 |
| 1974 | 0,02 |

Nesta situação não pode constituir surpresa que o escudo fosse uma moeda de fácil aceitação internacional, embora estivesse sempre longe de gozar de posições hegemónicas, com uma estabilidade em relação ao dólar e uma sistemática melhoria de cotação em relação à libra, como se vê no quadro seguinte:

**Taxas médias de câmbio na praça de Lisboa (1931/74)**

| Ano | Libra | Dólar | Ano | Libra | Dólar | Ano | Libra | Dólar |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1931 | 106$144 | 23$861 | 1946 | 100$500 | 24$940 | 1961 | 80$830 | 28$860 |
| 1932 | 110$032 | 31$601 | 1947 | 100$500 | 25$018 | 1962 | 80$830 | 28$800 |
| 1933 | 108$946 | 26$603 | 1948 | 100$500 | 25$065 | 1963 | 80$830 | 28$870 |
| 1934 | 110$200 | 21$867 | 1949 | 95$127 | 26$162 | 1964 | 80$830 | 28$940 |
| 1935 | 110$200 | 22$479 | 1950 | 80$920 | 28$900 | 1965 | 80$830 | 28$900 |
| 1936 | 110$200 | 22$172 | 1951 | 80$920 | 28$900 | 1966 | 80$830 | 28$945 |
| 1937 | 110$200 | 22$291 | 1952 | 80$920 | 28$900 | 1967 | 79$532 | 28$960 |
| 1938 | 110$190 | 22$553 | 1953 | 80$920 | 28$900 | 1968 | 69$024 | 28$830 |
| 1939 | 109$938 | 24$944 | 1954 | 80$920 | 28$900 | 1969 | 68$515 | 28$679 |
| 1940 | 102$699 | 27$560 | 1955 | 80$920 | 28$900 | 1970 | 68$851 | 28$743 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1941 | 100$500 | 25$198 | 1956 | 80$920 | 28$900 | 1971 | 69$171 | 28$308 |
| 1942 | 100$500 | 25$054 | 1957 | 80$920 | 28$900 | 1972 | 67$976 | 27$166 |
| 1943 | 100$500 | 25$050 | 1958 | 80$920 | 28$900 | 1973 | 60$256 | 24$629 |
| 1944 | 100$500 | 24$977 | 1959 | 80$840 | 28$780 | 1974 | 59$568 | 25$523 |
| 1945 | 100$500 | 24$920 | 1960 | 80$830 | 28$790 | | | |

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal

Estes são os aspectos mais relevantes, mas convirá fazer uma muito breve referência quantificada, de complemento ao que já foi afirmado no subponto anterior, às relações do Banco de Portugal com o FMI e a zona escudo.

Quanto ao FMI há a salientar a nossa adesão tardia e a não utilização das vias de crédito dessa instituição, pelo que apenas surgem como contas expressando essas relações as das entregas realizadas pelo banco em ouro e em escudos

**Estado c/entregas ao FMI (1931-1974)**
**(escudos)**

| Ano | Montante |
|---|---|
| 1961 | 372 208 426 |
| 1962 | 459 999 290 |
| 1963 | 449 074 290 |
| 1964 | 449 074 290 |
| 1965 | 449 074 290 |
| 1966 | 561 324 291 |
| 1967 | 561 324 290 |
| 1968 | 561 324 291 |
| 1969 | 561 324 291 |
| 1970 | 561 324 290 |
| 1971 | 875 824 291 |
| 1972 | 875 824 291 |
| 1973 | 875 824 291 |
| 1974 | 850 824 291 |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

assim como as responsabilidades contraídas perante essa instituição. No quadro seguinte apresentamos as responsabilidades quer em relação ao FMI quer perante o BIRD, ao qual aderimos na mesma ocasião:

**Instituições Internacionais**
**(1931-1974)**
**(escudos)**

| Ano | Montante |
|---|---|
| 1961 | 206 989 950 |
| 1962 | 235 704 678 |
| 1963 | 19 683 250 |
| 1964 | 19 176 909 |
| 1965 | 18 964 113 |
| 1966 | 24 003 155 |
| 1967 | 22 905 343 |
| 1968 | 22 161 667 |
| 1969 | 21 970 612 |
| 1970 | 22 136 366 |
| 1971 | 34 353 868 |
| 1972 | 36 189 417 |
| 1973 | 38 710 941 |
| 1974 | 19 229 426 |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

> Algumas palavras sobre o Fundo Monetário da Zona Escudo.
> De acordo com o Art. 7 do Decreto Lei 44703
> "O Banco de Portugal, como banco central e de reserva da zona do escudo abrirá em seus livros contas de reserva, as províncias ultramarinas, em nome dos Bancos emissores ultramarinos, como agentes dos referidos fundos cambiais"

constituídos em ouro, divisas e escudos. Os seus montantes constam da primeira coluna do quadro seguinte.

Por outro lado a conta de compensação registaria os movimentos de moeda entre Portugal e as colónias, constando no activo e no passivo do banco de Portugal, estabelecendo o Art. 25 do Decreto-lei 44703 que

> "As contas de compensação serão movimentadas a crédito: a) pelas importâncias das entregas de residentes no território em que as mesmas contas estão abertas, em favor de residentes no território a que tais contas respeitam; b) por importâncias respeitantes a transferências de contas de reserva (...) c) Por efeito de operações de compensação e de regularização (...)

e o artigo seguinte

> "As contas de compensação serão movimentadas a débito:
> a) Pelo quantitativo da redução que for determinada por encontro de saldos que tiverem duas contas de compensação recíprocas; b) Pelas importâncias relativas a transferências para as contas de reserva (...)
> c) Por efeito de operações de compensação e de regularização (...) c) Por efeito de quaisquer operações acerca das quais acordem as entidades monetárias dos territórios interessados (o Banco de Portugal e os competentes fundos cambiais)"

sendo a diferenças entre as rubricas activas e passivas o constante da segunda coluna, sendo de referir os saldos activos até 1965 e passivos até 1971.

A terceira coluna, relacionado com as funções assumidas pelo Banco de Portugal na zona escudo, não exige nenhuma referência especial.

Todas essas rubricas, cujos montantes se encontram no quadro seguinte:

**Outras responsabilidades escudos a vista - depósitos e contas correntes províncias ultramarinas c/reserva (A), Colónias c compensação (B), Outras garantias - títulos de obrigação do Fundo monetário da Zona escudo (C) (1931-1974) (escudos)**

| | Montante | | |
|---|---|---|---|
| Ano | A | B | C |
| 1963 | 79 128 222 | 30 681 365 | 217 000 000 |
| 1964 | 134 215 438 | 8 821 515 | 217 000 000 |
| 1965 | 185 897 780 | 48 151 484 | 217 000 000 |
| 1966 | 92 650 439 | -47 417 539 | 217 000 000 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1967 | 155 246 000 | -82 346 191 | 434 000 000 |
| 1968 | 365 070 599 | -93 102 508 | 434 000 000 |
| 1969 | 229 939 047 | -75 710 367 | 434 000 000 |
| 1970 | 189 272 399 | -106 842 681 | 434 000 000 |
| 1971 | 527 774 167 | -41 156 398 | 434 000 000 |
| 1972 | 2 285 942 667 | 5 000 000 | 934 000 000 |
| 1973 | 1 053 278 533 | 0 | 934 000 000 |
| 1974 | 446 604 882 | 0 | 934 000 000 |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

assim como a conta do passivo intitulada "Fundo Monetário da Zona Escudo" apresentam uma reduzida importância no conjunto da actividade do Banco de Portugal.

### 4.A.7.2.3. Banqueiro do Estado

Se esta era uma importante função do banco central, nomeadamente no caso português, devido ao facto de esse banco conceder importantes créditos, tal não acontece neste período, embora juridicamente tal actividade assuma, como vimos, um lugar destacado.

Essa situação é bastante visível no quadro dos montantes da dívida pública:

**Dívida pública (1931-1974)**
**(escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|---|---|
| 1931 | 1 069 514 149 | 1946 | 1 319 000 361 | 1961 | 1 687 765 411 |
| 1932 | 1 055 375 908 | 1947 | 1 286 040 611 | 1962 | 674 694 682 |
| 1933 | 1 052 725 533 | 1948 | 1 276 381 550 | 1963 | 592 227 389 |
| 1934 | 1 049 444 546 | 1949 | 1 246 572 602 | 1964 | 566 982 788 |
| 1935 | 1 046 823 159 | 1950 | 1 246 581 895 | 1965 | 536 314 188 |
| 1936 | 1 044 201 070 | 1951 | 1 253 356 478 | 1966 | 437 205 641 |
| 1937 | 1 041 592 602 | 1952 | 1 430 499 814 | 1967 | 393 417 951 |
| 1938 | 1 038 328 922 | 1953 | 1 421 114 704 | 1968 | 170 498 100 |
| 1939 | 1 035 733 099 | 1954 | 1 402 574 539 | 1969 | 167 428 800 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1940 | 1 033 143 767 | 1955 | 1 383 808 906 | 1970 | 157 262 400 |
| 1941 | 1 030 560 907 | 1956 | 1 379 388 627 | 1971 | 142 121 610 |
| 1942 | 1 027 984 505 | 1957 | 1 364 234 087 | 1972 | 137 364 500 |
| 1943 | 1 025 414 544 | 1958 | 1 756 234 441 | 1973 | 155 587 500 |
| 1944 | 1 022 851 007 | 1959 | 1 733 003 365 | 1974 | 830 567 400 |
| 1945 | 1 020 293 880 | 1960 | 1 719 677 829 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

Estes montantes foram o resultado da adição de cinco rubricas do balanço com períodos de registo diferentes, como diferentes foram os planos de contas adoptados. São elas Tesouro público c/ corrente (1931); Dívida do Estado (1931/1945); Outras garantias - títulos de dívida pública portuguesa (1946/74); Outras garantias - dívida do Estado (1946/61) e Outras garantias - promissórias do fomento nacional.

Neste quadro se regista o reduzido montante da dívida pública e a sua nítida tendência de decrescimento até 1973, altura em que se assiste a uma inversão do processo. Estes dados estão, grosso modo, sintetizados no quadro seguinte:

| Ano | A | B | C |
|---|---|---|---|
| 1931 | | | 23,24 |
| 1935 | -0,01 | 0,00 | 24,25 |
| 1940 | 0,00 | -0,01 | 17,06 |
| 1945 | 0,00 | -0,11 | 4,90 |
| 1950 | 0,04 | 0,02 | 7,05 |
| 1955 | 0,02 | 0,02 | 5,40 |
| 1960 | 0,04 | 0,03 | 5,45 |
| 1965 | -0,21 | -0,23 | 1,06 |
| 1970 | -0,22 | -0,27 | 0,18 |
| 1973 | 0,00 | -0,06 | 0,13 |
| 1974 | 4,34 | 3,14 | 0,58 |

Mais, a partir de 1942, com excepção de alguns poucos anos, os débitos do Banco de Portugal ao Estado em resultado das suas actividades em relação à Junta de Crédito Público e ao Tesouro Público, são quantitativamente mais importantes que a dívida do Estado ao banco como se verifica pelo quadro seguinte:

**Débitos do B. Portugal ao Estado (1931/1974)**
**(escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|---|---|
| 1931 | 2 788 711 | 1946 | 2 976 209 876 | 1961 | 1 592 390 007 |
| 1932 | 210 363 116 | 1947 | 1 712 354 356 | 1962 | 2 135 875 007 |
| 1933 | 193 335 338 | 1948 | 526 338 691 | 1963 | 2 270 092 981 |
| 1934 | 329 126 840 | 1949 | 236 706 302 | 1964 | 2 098 833 271 |
| 1935 | 486 746 959 | 1950 | 452 584 390 | 1965 | 3 630 041 891 |
| 1936 | 415 543 938 | 1951 | 1 003 850 323 | 1966 | 4 732 233 642 |
| 1937 | 316 766 943 | 1952 | 1 398 544 766 | 1967 | 5 122 703 011 |
| 1938 | 384 712 798 | 1953 | 1 396 058 804 | 1968 | 4 319 628 688 |
| 1939 | 198 591 471 | 1954 | 1 650 612 724 | 1969 | 5 381 976 677 |
| 1940 | 311 061 220 | 1955 | 1 491 170 057 | 1970 | 4 808 404 400 |
| 1941 | 399 872 074 | 1956 | 1 469 519 687 | 1971 | 5 739 387 059 |
| 1942 | 2 019 087 815 | 1957 | 1 709 788 893 | 1972 | 4 058 915 890 |
| 1943 | 2 342 433 679 | 1958 | 2 148 835 599 | 1973 | 5 964 037 302 |
| 1944 | 2 661 978 911 | 1959 | 1 875 148 134 | 1974 | 3 631 669 451 |
| 1945 | 2 797 875 604 | 1960 | 2 392 024 840 | | |

Fonte: Balanços do Banco Portugal

Estes valores foram obtidos pela adição das seguintes duas rubricas do passivo: Outras responsabilidades escudo à vista - depósitos e conta corrente Junta do Crédito Público e Outras responsabilidades escudo à vista - depósitos e conta corrente - tesouro público c/c.

A comparação entre as duas rubricas, para alguns anos, resume-se no seguinte:

| Ano | % da dívida pública |
|---|---|
| 1931 | 0,26 |
| 1935 | 46,50 |

| | |
|---|---|
| 1940 | 30,10 |
| 1945 | 274,29 |
| 1950 | 36,31 |
| 1955 | 107,76 |
| 1960 | 139,10 |
| 1965 | 676,85 |
| 1970 | 3057,57 |
| 1973 | 3833,24 |
| 1974 | 437,25 |

sendo notáveis os valores atingidos entre 1965 e 1973. Os dados de 1974 vêm confirmar mais uma vez que estamos perante uma situação de mudança que só se irá manifestar plenamente no período subsequente.

#### 4.A.7.2.4. Banco dos Bancos

A actividade de banco dos restantes bancos, actividade caracterizadora de um banco central, tem duas vertentes. Por um lado significa que funciona como fonte de crédito em ultima instância, que é um intermediário nas relações da restante banca com o estrangeiro, que é local de conversão da moeda bancária em moeda nacional, que retém depósitos dos bancos e os utiliza em processos de compensação. Por outras palavras, terem um comportamento tipicamente bancário em relação aos restantes bancos, é um núcleo importante da gestão monetária. Por outro, em consequência dessa posição privilegiada e com o objectivo de continuar a tê-la como salvaguarda do próprio sistema monetário, funciona -- com maior ou menor autonomia e no nosso caso sempre em estreita "colaboração com o Ministério das Finanças --, como canal de imposição de políticas monetárias, sendo, neste período, a taxa de redesconto, neste período, uma das formas de a concretizar.

Aqui não vamos abordar esta dupla dimensão e mesmo em relação à primeira, de que já se referiram diversos aspectos ao longo deste ponto, vamos apenas dizer alguma coisa em relação ao desconto e redesconto.

O Banco de Portugal no seu balanço não diferencia entre o desconto directo e o indirecto, pelo que talvez seja conveniente come-

çar por analisar o montante global da carteira comercial, de acordo com o seguinte quadro:

**Carteira comercial (1931-1974)**
**(escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|---|---|
| 1931 | 345 430 855 | 1946 | 375 581 294 | 1961 | 4 398 745 825 |
| 1932 | 342 929 533 | 1947 | 396 510 084 | 1962 | 3 720 351 264 |
| 1933 | 331 919 137 | 1948 | 439 004 734 | 1963 | 4 001 799 887 |
| 1934 | 317 816 093 | 1949 | 479 714 873 | 1964 | 3 291 760 379 |
| 1935 | 339 939 983 | 1950 | 581 599 523 | 1965 | 5 389 951 064 |
| 1936 | 341 900 581 | 1951 | 717 912 235 | 1966 | 5 312 269 006 |
| 1937 | 334 112 836 | 1952 | 919 241 576 | 1967 | 4 747 090 564 |
| 1938 | 487 363 370 | 1953 | 718 478 507 | 1968 | 4 681 336 483 |
| 1939 | 420 444 301 | 1954 | 965 647 421 | 1969 | 6 799 912 301 |
| 1940 | 386 134 342 | 1955 | 934 616 414 | 1970 | 9 250 951 438 |
| 1941 | 312 761 563 | 1956 | 1 248 779 221 | 1971 | 9 283 442 425 |
| 1942 | 235 658 208 | 1957 | 1 952 981 860 | 1972 | 9 646 985 571 |
| 1943 | 237 399 161 | 1958 | 2 035 689 421 | 1973 | 11 561 269 514 |
| 1944 | 260 832 341 | 1959 | 2 001 279 201 | 1974 | 44 173 028 549 |
| 1945 | 297 632 415 | 1960 | 2 477 593 390 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

Como a carteira comercial surge, conforme os anos, em quatro rubricas diferentes foi necessário agregá-las para obter estes valores. Essas contas designam-se por Carteira comercial - letras do país e outras (1931/45); Carteira comercial - bilhetes tesouro interno descontados (1933); Outras garantias - carteira comercial (1946/74); Outras verbas do activo - carteira comercial (diversos) (1946/48).

O facto de o montante de 1973 ser 33, 5 vezes o de 1931 ou o do ano seguinte ser 127,9 vezes, mostra bem o notório crescimento desta rubrica, tanto mais significativo quanto reflecte, embora indirectamente e com sinuosidades, a dinâmica do capital.

Pensamos que isto significa que esta função acaba -- por maiores coletes de força que o sistema monetário lhe ponha, o que não deixa

de a afectar séria e duradoiramente --, por impor a sua dinâmica monetário-financeira.

Estes dados estão sintetizados no quadro seguinte

| Ano | A | B | C |
|---|---|---|---|
| 1931 | | | 7,50 |
| 1935 | 0,00 | 0,00 | 7,87 |
| 1940 | 0,03 | 0,02 | 6,37 |
| 1945 | -0,05 | -0,15 | 1,43 |
| 1950 | 0,14 | 0,12 | 3,29 |
| 1955 | 0,10 | 0,10 | 3,64 |
| 1960 | 0,22 | 0,19 | 7,86 |
| 1965 | 0,17 | 0,14 | 10,74 |
| 1970 | 0,11 | 0,06 | 11,11 |
| 1973 | 0,08 | -0,01 | 10,26 |
| 1974 | 2,82 | 1,97 | 31,34 |

onde se verifica a existência quase sistemática de taxas de aumento positivas e elevadas, mesmo a preços constantes, e um aumento da importância desta actividade no conjunto das funções do Banco, verificando-se em 1974 uma fortíssima aceleração dessas tendências.

Os relatórios anuais do Banco de Portugal são bastante pobres em informações sobre o redesconto. Tudo levava a admitir que o peso do redesconto aumentou. Segundo dados que nos foram fornecidos por aquele o saldo no fim do ano do redesconto era 20% da carteira comercial em 1950, 66% em 1960, 83% em 1973 e 95% no ano seguinte.

### 4.A.7.2.5. Outras actividades

Entre as outras actividades parece-nos de interesse ver a do banco na concessão de créditos para além da monetarização do crédito comercial e a sua actividade de "captação de poupanças".

Para analisar o primeiro vector vejamos o quadro seguinte

**Empréstimos caucionados (1931-1974) (escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|---|---|
| 1931 | 325 | 1946 | 4 200 000 | 1961 | 1 090 050 000 |
| 1932 | 0 | 1947 | 1 800 000 | 1962 | 1 126 000 000 |
| 1933 | 0 | 1948 | 8 200 000 | 1963 | 1 166 055 000 |
| 1934 | 0 | 1949 | 9 400 000 | 1964 | 1 359 360 000 |
| 1935 | 12 363 000 | 1950 | 8 700 000 | 1965 | 1 762 095 000 |
| 1936 | 8 160 000 | 1951 | 60 200 000 | 1966 | 1 653 345 000 |
| 1937 | 14 570 000 | 1952 | 68 700 000 | 1967 | 1 579 195 000 |
| 1938 | 6 915 000 | 1953 | 60 200 000 | 1968 | 1 739 900 000 |
| 1939 | 32 200 000 | 1954 | 60 700 000 | 1969 | 1 907 500 000 |
| 1940 | 56 250 000 | 1955 | 152 050 000 | 1970 | 2 153 250 000 |
| 1941 | 23 953 510 | 1956 | 267 100 000 | 1971 | 1 881 550 000 |
| 1942 | 8 923 141 | 1957 | 271 800 000 | 1972 | 1 990 100 000 |
| 1943 | 200 000 | 1958 | 330 400 000 | 1973 | 2 229 539 100 |
| 1944 | 200 000 | 1959 | 532 300 000 | 1974 | 3 683 400 000 |
| 1945 | 1 200 000 | 1960 | 940 900 000 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

Os resultados anteriores foram obtidos por agregação das contas Empréstimos e Suprimentos (1931 e 1935/45); Outras garantias - empréstimos e suprimentos (1946/61) e Outras garantias - empréstimos caucionados (1962/74).

A síntese encontra-se no quadro seguinte:

| Ano | A | B | C |
|---|---|---|---|
| 1931 | | | 0,00 |
| 1935 | | | 0,28 |
| 1940 | 0,35 | 0,35 | 0,92 |
| 1945 | -0,54 | -0,58 | 0,00 |
| 1950 | 0,49 | 0,46 | 0,04 |
| 1955 | 0,77 | 0,77 | 0,59 |
| 1960 | 0,44 | 0,41 | 2,98 |
| 1965 | 0,13 | 0,10 | 3,51 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1970 | 0,04 | -0,01 | 2,58 |
| 1973 | 0, 01 | -0, 08 | 1, 97 |
| 1974 | 0, 65 | 0, 28 | 2, 61 |

Podendo-se rapidamente concluir-se da reduzida importância desta actividade, sobretudo em comparação com as restantes. Isso não invalida que em alguns subperíodos, particularmente nas décadas de 50 e 60, tenha apresentado elevadas taxas anuais de crescimento a preços constantes.

Quanto à sua função de intermediário de pagamentos, que tanta relevância tinha assumido em 1888/30, verifica-se agora uma diminuição da sua importância.

Finalmente, em relação à actividade de depósitos, expressa em valores absolutos no quadro seguinte

**Outras responsabilidades escudos a vista - Depósitos e conta corrente - Outros depósitos (1931-1974) (escudos)**

| Ano | Montante | Ano | Montante | Ano | Montante |
|---|---|---|---|---|---|
| 1931 | 22 208 602 | 1946 | 79 303 628 | 1961 | 80 907 694 |
| 1932 | 18 719 781 | 1947 | 52 112 659 | 1962 | 129 237 849 |
| 1933 | 30 334 561 | 1948 | 48 788 527 | 1963 | 39 399 760 |
| 1934 | 20 587 214 | 1949 | 54 382 059 | 1964 | 87 147 881 |
| 1935 | 17 889 510 | 1950 | 56 044 396 | 1965 | 85 198 212 |
| 1936 | 18 353 550 | 1951 | 54 595 049 | 1966 | 73 562 504 |
| 1937 | 16 429 341 | 1952 | 85 836 758 | 1967 | 97 622 229 |
| 1938 | 21 008 523 | 1953 | 59 999 350 | 1968 | 98 073 979 |
| 1939 | 24 555 770 | 1954 | 47 768 648 | 1969 | 64 457 450 |
| 1940 | 38 916 783 | 1955 | 39 964 173 | 1970 | 76 973 535 |
| 1941 | 57 150 732 | 1956 | 234 046 554 | 1971 | 37 885 972 |
| 1942 | 51 964 466 | 1957 | 109 590 679 | 1972 | 82 095 028 |
| 1943 | 66 813 193 | 1958 | 103 328 082 | 1973 | 65 693 144 |
| 1944 | 78 868 271 | 1959 | 106 215 817 | 1974 | 161 372 171 |
| 1945 | 131 182 161 | 1960 | 108 431 713 | | |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

pouco há a dizer para além de que têm uma reduzida importância. Acrescente-se apenas que enquanto em 1931 os outros depósitos eram 9% do montante dos depósitos dos bancos e banqueiros, em 1973 era apenas 0, 3% e no ano seguinte de 0,9%.

#### 4.A.7.2.6. Síntese

Que dizer desta viagem através de algumas das principais contas? Que as três actividades principais foram a emissora (englobando aí as duas formas de moeda nacional), a de garante da solvabilidade internacional e a de banqueiro dos restantes bancos. Que houve uma subordinação dos sistemas monetário e de crédito às reservas em ouro e divisas, isto é, à situação da balança de pagamento, que surge como a fonte emissora fundamental. Vivendo-se em regime de padrão-divisa-ouro, cada vez mais alinhado com o dólar, e por isso mesmo dando ao sistema de crédito uma maior flexibilidade (que neste caso se exprimia no facto de um aumento de divisas se poder traduzir num aumento de notas em circulação, correspondendo, portanto, a um desligar, directo e estrito do ouro), continua estreitamente ligado na sua actuação aos padrões de comportamento típicos do padrão-ouro. Que neste longo período é possível considerar subperíodos, tal como já foram apresentados no ponto anterior.

### 4.A.7.3. Notas para um enquadramento

Se é certo que durante este período assistimos a um aumento da importância qualitativa do Banco de Portugal também constatamos, sem que tal constitua uma negação do anterior, a uma redução da sua importância quantitativa. E para o demonstrar peguemos em dois indicadores: carteira comercial e depósitos.

Sobre os primeiros, o BNU constatava-o em 1951 ao afirmar

> "Em 31 de Dezembro de 1930, em plena crise económica de 1929/1932, o Banco de Portugal era detentor, por desconto directo ou redesconto, de 44, 21% da carteira comercial de todos os institutos bancários da Metrópole portuguesa. Nas vésperas da segunda grande guerra, com o robustecimento da economia nacional, essa percentagem tinha decaído para 26, 44%; em 1946 já não era mais de 8, 68%"[494]

494 De Banco Nacional Ultramarino, "O Sistema ..., pág. 4

e, segundo os dados do INE referentes ao fim do ano de 1973 a carteira comercial do Banco de Portugal[495] é de 7% do total consolidado das instituições de crédito e parabancárias.

Sobre o segundo há que dizer que o peso dos depósitos dos bancos e banqueiros apresentou durante vários anos um aumento do peso quantitativo no total dos depósitos à ordem, mas também aqui se assiste, o que aliás não nos pode surpreender, a uma diminuição da sua importância. Isto concomitantemente com a reduzida importância da captação de "poupanças" feita pelo Banco de Portugal. Em fins de 1973 o total dos depósitos à ordem deste banco, apesar de ter a exclusividade de alguns tipos de depósitos, só representava 17,9% do total dos existentes nas instituições de crédito e parabancárias.

Esta redução da importância quantitativa no conjunto dos sistemas monetário e de crédito é, por uma banda, o resultado das exigências da acumulação e, por outra, a consequência do alargamento da acção qualitativa do próprio Banco de Portugal. Realidade que não deixa de entrar em conflito com as regras rígidas de funcionamento em padrão-divisa-ouro orientado pelos princípios do padrão-ouro: orientar o crédito de acordo com o passado da economia.

As alterações que se foram registando na própria actividade do Banco de Portugal durante este período (depois da guerra, na década de 60, em 1974) são também a expressão desse conflito (mais uma vez a luta entre as lógicas do "currency principle" e do "banking principle") entre moeda nacional e moeda bancária, por um lado, e entre moeda nacional e internacional, por outro, que, por sua vez, já são filtros da dinâmica interna de acumulação e da inserção do país no divisão internacional capitalista do trabalho.

A subperiodização a que chegamos dispensa-nos referências mais detalhadas à articulação entre a actividade do Banco de Portugal e a situação geral da economia.

### 4.A.8. Notas sobre o período 1975/1982

Vamos agora entrar no período mais recente da vida e actividade do Banco de Portugal, que apresenta uma homogeneidade imposta pela nacionalização deste banco emissor, primeiro, e do restante sistema bancário nacional, depois. Nacionalizações que estão ligadas, e esse é o aspecto importante, a uma nova lei orgânica do Banco de Portugal.

495 Inteiramente coincidentes com os apresentados anteriormente

O número reduzido de anos a que se refere, o facto de ser um período marcado por graves crises de sobreprodução no mundo capitalista, acompanhadas de um grande leque de fenómenos novos não despiciendos e de fortes impactos no sistema monetário e financeiro, as significativas mudanças de política monetária, contrariamente a uma "estabilidade" anterior e, ainda, o facto de todos nós termos sido actores ou espectadores dos acontecimentos desta época, gravando na memória e na maneira de sentir múltiplos factos, tudo isto constitui um conjunto de factores tendentes a fazer com que da nossa parte houvesse espontaneamente um inclinar para a análise dos aspectos conjunturais, sem que tal signifique uma impossibilidade de teorização do presente ou detecção de tendências estruturais.

Contudo, sem fugirmos integralmente a esta tendência, também aqui nos preocupamos mais com as linhas de força fundamentais. E tal como nos períodos anteriores começaremos por uma apreciação da legislação e do conjunto de contas ao longo dos diversos anos, para de seguida debruçarmo-nos um pouco mais sobre algumas das principais rubricas do balanço.

Durante os anos de 1974 e 1975, anos iniciais deste novo período, houve muita legislação focando aspectos monetários e financeiros, tais como a utilização dos cheques, controlos cambiais, regulamentação e encerramento da bolsa de valores, etc. Mas pensamos que os três principais documentos foram o de nacionalização do Banco de Portugal, o de nacionalização do sistema bancário nacional e a nova lei orgânica. Aliás esses serão durante todo o período os textos legais fundamentais a que apenas se virá juntar, ao longo dos anos, aplicações do aí contido, tal como reforço da ligação ao FMI, alterações nos montantes das rubricas utilizadas como instrumentos de política monetária, controlos cambiais, alterações da dívida do Estado, revalorizações do ouro, etc.

O Banco de Portugal foi nacionalizado pelo Decreto Lei 452/74 de 13 de Setembro, o que foi considerado quase como o reconhecimento legal de uma situação de facto. Então não se considerava que tal correspondesse a qualquer alteração vincada da sua actividade, como se expressa no seu artigo 2:

> "O Banco de Portugal continua a exercer todas as funções que lhe estão cometidas por força da lei, de contratos com o Estado e dos seus estatutos"

embora dois artigos à frente se referisse a oportuna aprovação de nova lei orgânica. A data então anunciada para esta não foi cumprida e

como a 14 de Marco do ano seguinte o Decreto-Lei 132-A/75 nacionalizou os restantes bancos nacionais, inserindo-se tal numa dinâmica económica e social que levava já a novos comportamentos do Banco de Portugal, o Decreto-Lei 644/75 de 15 de Novembro de 1975 ao aprovar a nova Lei Orgânica do Banco de Portugal introduziu profundas alterações no seu comportamento, aspecto que nos merece uma análise mais pormenorizada.

Esta necessidade de adequação da lei à realidade é reconhecida logo de início:

> "as sucessivas modificações ocorridas na vida política portuguesa e a evolução do processo de transformação do sistema económico do País impuseram o reforço e alargamento das funções do Banco com o objectivo de orientar e controlar o funcionamento do sistema de crédito à luz de novos condicionalismos"

Segundo o Art. 4 o Banco de Portugal deveria actuar de forma a assegurar o desenvolvimento do País e, simultaneamente,

> "zelar pelo equilíbrio monetário interno e pela solvência exterior da moeda".

Duas funções que poderão ser compatíveis mas que, no quadro do capitalismo que então já se vivia, cada vez o era menos. E da contradição entre ambos haveria uma tendência para o Banco de Portugal, como gestor monetário com responsabilidades políticas, privilegiar a segunda. Se a primeira correspondia as necessidades de melhoria das condições de vida, a segunda era a inevitável expressão da sobrevivência monetária. O carácter autónomo do Banco de Portugal em relação a qualquer forma de planificação ou de orientação da política de desenvolvimento económico, que é mais que uma política de combate pontual à crise embora a possa englobar, levou sempre a privilegiar a segunda componente

As funções essenciais do Banco de Portugal passavam pela continuação da exclusividade de emissão de notas e das actividades de banqueiro do Estado e de gestor das disponibilidades externas do País e intermediário nas relações monetárias internacionais, além do funcionamento das câmaras de compensação e concessão preferencial do crédito ao restante sistema bancário; e pela implementação de um novo conjunto de actividades e funções tais como a de consultor do Governo no domínio financeiro, orientador e controlador da política monetária, de promoção de formas de cooperação entre as diversas instituições bancárias e a de controlar a actividade dos mercados monetários, financeiro e cambial, para além da cen-

tralização e compilação das estatísticas monetárias, financeiras e cambiais.

Mas mesmo as funções anteriores sofreram significativas alterações. É o caso da emissão monetária que deixou de ter limites impostos por variáveis económicas, sendo transferido para o político. Com efeito, o Art. 13

> "A emissão monetária do Banco, constituída pelas notas em circulação e demais responsabilidades-escudos à vista, é objecto de um programa anual, a rever trimestralmente, o qual deverá prever a evolução dessa emissão e respectivos factores, de maneira a coordenar a gestão das reservas cambiais e o crédito a conceder pelo Banco com as necessidades de estabilização e desenvolvimento da economia"

e no seguinte define-se o que se deve entender por reservas cambiais.

A esse controlo político junta-se que

> "A emissão monetária do Banco, na parte que ultrapassar o nível das reservas cambiais deverá ter cobertura integral"

de um conjunto de valores, mas como estes não são considerados pela sua liquidez, mas antes pela sua ligação às necessidades de crédito (créditos sobre o Estado, carteira comercial, créditos às instituições de crédito, cheques em escudos, créditos de sistemas de compensação, títulos de fundos monetários de zonas monetárias)[496], as possibilidades económicas de expansão monetária surgem quase como ilimitadas[497]. Para voltarmos a uma velha linguagem, podemos dizer que se trata da aceitação, no essencial, do "banking principle".

É no campo da política monetária e financeira, que tão relevante papel veio a assumir nos anos subsequentes, que houve um maior alargamento dos poderes do Banco, competindo-lhe, de acordo com o Art. 27, fixar as taxas de desconto e outras, definir critérios reguladores das operações de crédito, determinar as taxas mínimas de reserva e a composição das disponibilidades de caixa, estabelecer directivas para os restantes bancos, fixar as taxas de juro e similares, condicionar as operações activas das instituições bancárias, assegurar os serviços de centralização de informações e de riscos de crédito.

Aumentou o seu controlo cambial (até porque não há um mercado de câmbios) competindo-lhe

> "fixar os câmbios e dar-lhe divulgação diária, podendo, no respeitante ao câmbio e notas e moedas, delegar a sua competência".

496 A única excepção são as moedas divisionárias e comemorativas

497 Como vimos no corpo deste capítulo o crédito ilimitado é uma ficção. O que queremos exprimir é a possibilidade de uma sua grande expansão

Ainda no campo da legislação refira-se a adesão de Portugal à Conta de Saque Especial pelo Decreto-Lei n. 339-B/75 de 2 de Julho, mais importante do ponto de vista do seu significado (reforço das ligações com o FMI, maior integração nas redes de crédito internacional) que dos montantes que viria a atingir a nossa participação (os Direitos de Saque Especiais no activo de 1982 é de 221 mil contos e Estado - c/atribuições de direitos de saque especial, obviamente do passivo, era de 5 239 mil contos.

Este novo quadro jurídico, expressão difusa das novas realidades económicas, deu lugar a uma actividade que está sinteticamente expressa no quadro seguinte que resume às rubricas do balanço do Banco de Portugal que tem mais de 10% de peso no total do activo (ou passivo):

**Principais contas (1975/1982)**

| Ano | A | P | Nome da conta | % |
|---|---|---|---|---|
| 1975 | X | | Carteira comercial - redesconto | 52 |
| | X | | Disponibilidades em ouro e moeda estrangeira | 24 |
| | X | | Títulos de dívida pública portuguesa | 20 |
| | | X | Notas em circulação | 69 |
| 1976 | X | | Carteira comercial - redesconto | 46 |
| | X | | Títulos de divida publica portuguesa | 31 |
| | X | | Disponibilidades em ouro e moeda estrangeira | 18 |
| | | X | Notas em circulação | 50 |
| | | X | Responsabilidades em moeda estrangeira | 14 |
| | | X | Depósitos e contas correntes em escudos - instituições do sistema de crédito nacional | 12 |
| | | X | Outras verbas do passivo - provisões | 10 |
| 1977 | X | | Títulos da divida publica portuguesa | 44 |
| | X | | Carteira comercial - redesconto | 33 |
| | X | | Disponibilidades em ouro e moeda estrangeira | 18 |
| | | X | Notas em circulação | 40 |
| | | X | Responsabilidades em ouro e moeda estrangeira | 20 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | X | Depósitos e contas correntes em escudos - instituições do sistema de crédito nacional | 10 |
| 1978 | X | | Títulos de divida publica portuguesa | 48 |
| | X | | Disponibilidades em ouro e moeda estrangeira | 23 |
| | X | | Carteira comercial - redesconto | 22 |
| | | X | Notas em circulação | 36 |
| | | X | Responsabilidades em ouro e moeda estrangeira | 23 |
| | | X | Depósitos e contas correntes em escudos - instituições do sistema de crédito nacional | 13 |
| 1979 | X | | Títulos de divida publica portuguesa | 63 |
| | X | | Disponibilidades em ouro e moeda estrangeira | 21 |
| | | X | Notas em circulação | 37 |
| | | X | Responsabilidades em ouro e moeda estrangeira | 18 |
| | | X | Depósitos e contas correntes em escudos - Entidades domiciliadas no pais - instituições monetárias | 18 |
| 1980 | X | | Disponibilidades em ouro e moeda estrangeira | 63 |
| | X | | Títulos de divida publica portuguesa | 25 |
| | | X | Notas em circulação | 33 |
| | | X | Depósitos e conta corrente em escudos entidades domiciliadas no pais instituições monetárias | 18 |
| | | X | Outras verbas do passivo - provisões | 18 |
| | | X | Responsabilidades em ouro e moeda estrangeira | 11 |
| 1981 | X | | Disponibilidades em ouro e moeda estrangeira | 54 |
| | X | | Títulos de divida publica portuguesa | 30 |
| | | X | Notas em circulação | 28 |
| | | X | Depósitos e contas correntes em escudos | 23 |
| | | X | Outras verbas do passivo diversos | 17 |
| | | X | Outras verbas do passivo provisões | 13 |
| 1982 | X | | Disponibilidades em ouro e moeda estrangeira | 54 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | X | | Títulos de divida publica portuguesa | 33 |
| | | X | Outras verbas do passivo - diversas | 27 |
| | | X | Depósitos e contas correntes em escudos Entidades domiciliadas no pais - Instituições monetárias | 24 |
| | | X | Notas em circulação | 24 |

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal

Nele constatamos a grande importância do redesconto (mesmo quando não figura entre as rubricas principais. Tal deve-se à situação conjuntural e às políticas preconizadas, mas mantinha-se em aberto a possibilidade do sistema bancário recorrer ao banco central por essa via), o reaparecimento da dívida pública numa posição destacada, a relevância da actividade emissora, assim como dos depósitos dos restantes bancos. As disponibilidades em ouro e moeda estrangeira mantém níveis elevados assim como, em diversos anos, as responsabilidades em ouro e moeda estrangeira.

Depois desta apreciação genérica passemos a uma apreciação de algumas contas.

Comecemos por analisar a evolução da quantidade de notas em circulação constante do quadro seguinte:

| **Ano** | **Montante** |
|---|---:|
| 1975 | 114 996 986 480 |
| 1976 | 113 278 941 210 |
| 1977 | 117 893 469 770 |
| 1978 | 127 488 631 970 |
| 1979 | 151 761 136 140 |
| 1980 | 176 751 439 100 |
| 1981 | 201 471 076 130 |
| 1982 | 236 244 837 740 |

Fonte: Relatório do Banco de Portugal

Verifica-se que aumentou 105% a preços correntes, mas isso correspondeu a uma diminuição da emissão monetária a preços constantes de -45%. Contudo esta evolução não resulta, como vimos, de limitações económicas à actividade do Banco de Portugal, no novo quadro de padrão-divisa, mas de restrições impostas pelo político.

Bastante mais acelerada foi a evolução da outra forma de moeda nacional, como se verifica pelo quadro seguinte:

**Depósitos e contas correntes em escudos - instituições do sistema de crédito nacional 1975/83 (escudos)**

| Ano | Montante |
|---|---|
| 1975 | 13 904 143 420 |
| 1976 | 26 709 746 017 |
| 1977 | 29 774 823 018 |
| 1978 | 44 754 010 768 |
| 1979 | 74 446 085 828 |
| 1980 | 95 017 357 851 |
| 1981 | 172 246 855 520 |
| 1982 | 241 671 834 005 |

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal

Por ele se verifica que o montante no último ano é 17,4 vezes o do primeiro, o que significa que a preços constante o é 4,6 vezes.

Numa análise simplista das contrapartidas desta emissão monetária comparemos as duas formas de moeda nacional com as reservas em ouro e divisas (A1 e A2), com a dívida pública (B1 e B2) e com o redesconto (C1 e C2): %

| Ano | A1 | A2 | B1 | B2 | C1 | C2 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1975 | 290 | 35 | 351 | 42 | 132 | 16 |
| 1976 | 280 | 66 | 165 | 39 | 108 | 26 |
| 1977 | 218 | 55 | 89 | 23 | 121 | 31 |
| 1978 | 156 | 54 | 76 | 27 | 167 | 59 |
| 1979 | 177 | 83 | 59 | 27 | 533 | 249 |
| 1980 | 53 | 28 | 135 | 72 | 790 | 418 |
| 1981 | 51 | 43 | 91 | 76 | 599 | 504 |
| 1982 | 44 | 44 | 72 | 73 | 751 | 755 |

Destes singelos dados podemos começar por concluir que ao longo destes poucos anos houve uma acentuadíssima modificação da relação entre estas variáveis, conjugação da dinâmica da conjuntura e da política económica, na qual a política monetária a financeira teve uma posição cimeira. Evolução que passa de uma situação em que a emissão monetária surge mais ligada ao redesconto para uma outra em que quase deixa de haver qualquer relação entre essas duas variáveis, surgindo uma maior identidade quantitativa com o crédito ao Estado e as reservas de ouro e divisas, embora a evolução desta rubrica tenha algumas especificidades que analisaremos[498].

O período é demasiado curto para detectar grandes tendências, mas poderemos dizer que embora o sistema monetário em que nos inserimos seja de padrão-divisa, e disso nos aproveitemos alargamento ao nível do crédito internacional[499], a emissão monetária e o crédito interno surgem em progressivo estrangulamento, dando a primazia ao relacionamento com as reservas cambiais, caminhando-se a partir de 1976 para uma lógica "clássica", mais conforme com o padrão-ouro, embora assumindo maior flexibilidade.

Este facto coloca em lugares particularmente destacados a evolução destes três agregados que serviram como termos de comparação. Comecemos por nos referir ao redesconto.

Basta olharmos para o quadro seguinte

**Desconto (A) e Redesconto (B)**
**1975/82 (escudos)**

| Ano | A | B |
|---|---|---|
| 1975 | 897 626 743 | 86 630 752 042 |
| 1976 | 226 470 167 | 104 562 386 747 |
| 1977 | 76 245 049 | 97 096 496 309 |
| 1978 | 34 128 038 | 76 113 415 312 |
| 1979 | 21 222 133 | 28 426 168 231 |
| 1980 | 5 045 943 | 22 351 478 220 |
| 1981 | 3 804 658 | 33 620 956 129 |
| 1982 | 3 369 525 | 31 450 322 191 |

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal

498 Estamos a referir-nos à revalorização do ouro.

499 Sobre este assunto ver Pimenta, "Economia Portuguesa ...

para rapidamente concluirmos que a actividade do Banco de Portugal reflectida na conta Carteira Comercial está hoje quase integralmente ligada ao redesconto culminando uma longa e penosa caminhada histórica, como vimos. Mais do que a sua evolução, marcada fortemente pela conjuntura, é de realçar o facto do Banco de Portugal ser quase exclusivamente um banco dos restantes bancos actuando no território nacional.

E quanto as reservas cambiais? Comecemos por dar uma olhadela para o quadro seguinte:

| Ano | Montante (escudos) |
|---|---|
| 1975 | 39 660 255 084 |
| 1986 | 113 278 941 210 |
| 1977 | 53 852 385 676 |
| 1978 | 81 482 985 868 |
| 1979 | 85 532 074 133 |
| 1980 | 331 563 747 175 |
| 1981 | 394 282 997 475 |
| 1982 | 534 552 394 768 |

Fonte: Balanço do Banco de Portugal

Poderíamos ser tentados a considerar que houve uma evolução positiva, mas a realidade é bem outra, como ressalta do facto de em todos estes anos o saldo da balança de pagamentos ser negativa e de a dívida externa aumentar.

Esta evolução manifesta-se também na desvalorização do escudo ao longo deste período, como se pode ver pelo quadro seguinte, onde se apresenta nas duas primeiras colunas as cotações médias na praça de Lisboa da libra e do dólar e na última um índice da anterior conta a dólares constantes:

| Ano | Libra | Dólar | DOME (Índice) |
|---|---|---|---|
| 1975 | 56$80 | 25$67 | 100 |
| 1976 | 54$67 | 30$34 | 86 |
| 1977 | 67$09 | 38$41 | 91 |
| 1978 | 84$59 | 44$09 | 120 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1979 | 104$10 | 49$08 | 113 |
| 1980 | 116$72 | 50$22 | 427 |
| 1981 | 124$33 | 61$71 | 413 |

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal

restando apenas explicar o salto em 1980. Este resultou da revalorização das reservas de ouro:

> "Com efeito, nos termos do Decreto-Lei n. 107/80, de 10 de Maio, o Banco passou a contabilizar os stock de ouro com base no valor de 254, 92 dólares dos EUA por onça troy de ouro fino"[500]

a qual foi utilizada em 74% para "liquidar" dívida do Estado.

Depois destas considerações verificamos que a anterior hipótese de retorno a uma lógica de padrão-ouro surge bastante despida de sentido por duas razões:

a) não existe estabilidade cambial, elemento importante embora não nuclear, desse regime monetário;

b) o "alinhamento" quantitativo com as reservas não exprime um equilíbrio entre quantidade de moeda interna e solvabilidade internacional, por outras palavras, não é a expressão de uma entrada de divisas ou ouro.

Acrescente-se que as responsabilidades em moeda estrangeira também aumentaram 11, 7 vezes, como ressalta do quadro seguinte que, para além dos seus montantes absolutos em escudos, apresenta a sua importância relativa em relação as respectivas reservas:

| **Ano** | **B** | **%** |
|---|---|---|
| 1975 | 8 211 674 114 | 21 |
| 1976 | 32 323 388 228 | 80 |
| 1977 | 60 151 767 131 | 112 |
| 1978 | 79 039 627 299 | 97 |
| 1979 | 74 140 040 030 | †87 |
| 1980 | 57 738 313 282 | 17 |
| 1981 | 65 084 726 832 | 17 |
| 1982 | 95 906 262 020 | 18 |

Fonte: Relatório do Banco de Portugal. Obser: † A partir desta data o balanço fala em responsabilidades em ouro e divisas, enquanto antes não referia o ouro

500 Do Relatório do Banco de Portugal desse ano

Quanto à dívida pública, terceira rubrica daquele conjunto ela teve a seguinte evolução

**Títulos de dívida pública 1975/82 (escudos)**

| Ano | Montante |
|---|---|
| 1975 | 32 749 928 167 |
| 1976 | 68 740 429 774 |
| 1977 | 131 422 842 657 |
| 1978 | 166 020 388 624 |
| 1979 | 257 432 761 158 |
| 1980 | 130 781 154 176 |
| 1981 | 221 127 272 166 |
| 1982 | 325 433 771 225 |

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal

que corresponde a um aumento de 883% a preços correntes e de 165% a preços constantes. Por outro lado a soma das contas do passivo Tesouro Público c/c e Junta de Crédito Público apresentavam em 1982 um montante que era 3 e 37 vezes os seus montantes em 1975 e 1976, respectivamente.

E estas são as contas que melhor reflectem a actividade do Banco de Portugal durante este período além das relacionadas com o FMI a que já fizemos alusão.

Quanto aos empréstimos caucionados não foi possível verificar a sua evolução dado o seu desaparecimento a meio do período.

### 4.A.9. Nota final

Não compete ao conteúdo deste anexo repetir as conclusões que já constam do corpo deste capítulo, mas poderemos, e deveremos, em muito breves palavras tirar um conjunto de conclusões, a saber:

a) A evolução das actividades ditas bancárias não é aleatória, mas antes o resultado da evolução objectiva da moeda, usura e crédito, campos específicos e com uma relativa autonomia de

manifestação do modo de produção e da evolução das relações sociais de produção.
b) Existe concordância entre a evolução histórica das referidas funções e a concatenação lógica das categorias, o que exprime a adequação da teoria à realidade.
c) Na actividade das instituições bancárias no contexto de um país verificou-se uma tendência para a unificação e hierarquização, em parte, com movimentos autónomos, mas em parte também, coincidentes. A unificação manifestou-se na passagem da actividade isolada de cada banco para o encontrar de formas de coordenação e inter-ajuda entre eles e a formação de um sistema bancário, cada vez mais entrelaçado nos mecanismos monetário-financeiros verificados entre eles, por um lado, e no apoio encontrado num banco que progressivamente vai assumindo uma posição diferente pelo tipo de actividades que exerce. A hierarquização manifesta-se pelo movimento de verificação da maior solidez de alguns bancos, no nosso caso o Banco de Lisboa, por razões próprias, ou pelo apoio que tinham do Estado, pela exclusividade de emissão monetária, pela prestação de crédito a outras instituições bancárias em certos momentos críticos, pela atribuição de funções ligadas à solvabilidade internacional, pela especialização no redesconto e, ainda, pelos poderes para impor uma determinada política monetária, movimento esse que, pela ordem apresentada, levava um determinado banco a progressivamente ir acumulando todas essas actividades. De banco como os outros a banco mais forte com beneplácito estatal, de banco emissor à exclusividade de emissão, de banco central a canal de imposição política. Esta também foi a trajectória do Banco de Portugal.
d) É em 1887, com a concessão da exclusividade de emissão, que se inicia mais claramente a sua actividade como banco especial. Entre 1891 e 1930 vive em regime de padrão-divisa-ouro, como ligação íntima à libra, mas ainda apegado às regras do padrão-ouro, cada vez mais rompido pelas necessidades de crédito do Estado. Entre 1931 e o início da década de 60 continua-se a viver em regime de padrão-divisa-ouro mas com atenuação das ligações à libra e reforço dos laços com o dólar, apoiados num equilíbrio orçamental e numa estabilidade cambial que permite instaurar uma lógica de padrão-ouro. Desde então até 1973 vive-se um período em que esta lógica é cada vez mais rompida pelas maiores necessidades de crédito interno e externo (e aqui corresponde ao estreitamento de relações com FMI e BIRD). 1974 ter-

mina essa fase, que se poderia considerar de transição, e entra-se numa outra, interna e internacionalmente, que podemos designar de padrão-divisa, que tem como vectores a expansão do crédito, interno e externo, e a instabilidade cambial. As políticas fortemente restritivas ligadas ao desequilíbrio da balança de pagamentos corresponde a uma manifestação de padrão-ouro, mas as restantes condições de restabelecimento deste estão definitivamente rompidos.

# Postfácio

2016

Desde a conclusão desta tese até ao momento da sua disponibilização pública, respeitando integralmente as ideias iniciais, decorreu mais de três décadas.

A realidade social mudou. Continuamos em capitalismo, na sua fase imperialista, mas tendo associada um conjunto de novas características, que podemos designar por globalização. Portugal modificou a sua inserção na economia mundial e europeia. Uma nova crise mundial de grande proporção relembrou as características fundamentais do capitalismo e uma nova correlação de forças político-social que fez assumir novas e dramáticas características. Passou-se de uma fase em que a inflação era um problema central para os cidadãos para outra em que a «deflação» (termos de significado ambíguo) está no centro das atenções políticas.

Daqui temos que concluir que os assuntos tratados na tese não estão actualizados, mas daí não se pode concluir da sua inadequação à realidade. Há aspectos que mantêm, na nossa opinião, toda a actualidade e outras que exigem repensar algumas problemáticas.

Que podemos hoje considerar como válido e o que exige uma reanálise teórica?

Consideramos que o trabalho faz um levantamento histórico da realidade económico-social portuguesa, com frequente recurso à quantificação, que mantém toda a validade histórica (essencialmente sobre a dinâmica dos preços dos bens e dos salários, sobre as diversas ondas cíclicas e sobre o sistema monetário e bancário português, ao longo dos séculos). Consideramos que a definição de inflação apresentada é bastante importante e rigorosa ainda hoje, contrastando com a leviandade com que esse conceito é hoje referido (confundindo conceitos e não observando a realidade). A teoria do valor marxista tem a vantagem de relembrar a importância dessa interpretação da Economia, Ciência Económica, e consegue superar algumas das dificuldades com que esse paradigma se confrontou. Mais, mostra a sua capacidade explicativa, bastante actual, a sua indispensabilidade na leitura e interpretação do capitalismo actual.

Contudo a sua tese fundamental parece errada. A inflação, no significado que lhe é dado na tese, é explicada pela pseudovalidação social das mercadorias. Ora esta está associada à expansão do crédito e à (im)possibilidade do seu pagamento. É então legítimo hoje perguntar: como explicar que a inflação se tenha atenuado, exactamente num período em que houve uma financiarização da economia, uma expansão do capital fictício e do crédito?

Responder a essa pergunta daria hoje lugar a uma nova tese sobre a inflação em Portugal e na Europa. Contudo atrevemo-nos a considerar que essa divergência entre o estudo e a dinâmica social resulta de uma incompletude das teses formuladas (o que significa que elas podem não estar erradas, mas incompletas) e da formulação de uma hipótese de trabalho errada: a base monetária do crédito. Hoje seria necessário, eventualmente, reanalisar a articulação entre a moeda e o crédito, revelar a diversidade desse «crédito» e efectivar a interdisciplinaridade com a Política (Ciência Política).

## Bibliografia

[ 0001 ] A. M. 'Regime Bancário. O Primeiro Banco de Portugal' Debate, 3/Set/1960
[ 0002 ] ABEL, Andrew B. 'Taxes, Inflation and the Durability of Capital' Journal of Political Economy, V 89-n 3, 1981-Junho 548-560
[ 0003 ] ABRAHAM-FROIS, G. (Aavv) Theorie de la Valeur, des Prix et de l'Accumulation 1976, Paris, Economica, 379
[ 0004 ] ACADEMIA DE CIENCIAS DA URSS; Tradução, Manual de Economia Politica 1972, Lisboa, Estampa, Vol.5
[ 0005 ] ACADEMIA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA URSS; Historia das Doutrinas Economicas 1967, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 437
[ 0006 ] ACEJO, Aristides Gil 'Evolucion de la crisis del dolar en el ultimo ano' Economia y Desarrollo, n. 64, 1981 Setembro, 73-84
[ 0007 ] ACKLEY, G. ' Administered Prices and the Inflationary Process' American Economic Review, 1959, Maio
[ 0008 ] ADEKUNLE, Joseph O. 'Rates of Inflation in Industrial, Other Developed, and Less Developed Countries, 1949-65' Staff Papers, 1968, 531-557
[ 0009 ] AFTALION Monnaie, Prix et Change 1948, Paris, Sirey
[ 0010 ] AGLIETTA, Michel (Aavv) La violence de la monnaie 1982, Paris, PUF, 302
[ 0011 ] AGLIETTA, Michel 'La devalorisation du capital: etude des liens entre accumulation et inflation' Economie Appliquee, XXXIII, n.2, 1980, 387-424
[ 0012 ] AGLIETTA, Michel 'L'evolution des salaires en France au cours des vingt dernieres annees' Revue Economique, n.1, 1971
[ 0013 ] AGLIETTA, Michel 'Monnaie internationale et regimes de change Reflexions theoriques et enseignements historiques' Cahier de l'ISMEA, MO-1, Tomo XII, n. 10/12, Dez 78 2231-2265
[ 0014 ] AGLIETTA, Michel 'Monnaie et inflation quelques lecons de l'experience americaine des dix derniers annees' Economie et Statistique, 77, 1976-Abril, 49
[ 0015 ] AGLIETTA, Michel Regulation et Crises du Capitalisme L'experience des Etats Unis 1976, Paris, Calmann-Levy, 334
[ 0016 ] AGLIETTA, Michel 'Role du dollar et hegemonie financiere des Etats Unis' Economie et Statistique, n.97, 1978, Fevereiro, 93
[ 0017 ] AGUIAR, Joaquim Augusto 'Estrutura da Distribuição Sectorial das Remuneracoes' Revista Bancaria, 30, 1972, 5-85
[ 0018 ] AGUIAR, Osvaldo 'Os bancos na economia portuguesa' Rumo, 13(147), 1969-Maio, 356-378
[ 0019 ] AGUILAR, Alonso 'La crisis economica y el capitalismo monopolista de Estado' Economia y Desarrollo, n.33, 1976, Fevereiro, 49-72
[ 0020 ] AKERMAN, J Structures et Cycles Economiques 1955/57, PARIS, PUF, 2 tomos
[ 0021 ] ALARÇÃO, J. 'Estimativa do nivel de vida da população operaria portuguesa' Revista de Economia, VolI, FascI, Marco, 1948, 12-24
[ 0022 ] ALARÇÃO, J. 'Subsidios para o Estudo dos Termos Fundamentais da Economia Portuguesa' Estudos de Economia, V.III, F.II, Junho 1950, 83-86
[ 0023 ] ALBUQUERQUE, J. R. Teoremas de Economia Marxista 1974, Lisboa, Arma Critica
[ 0024 ] ALMEIDA, Joao Ferreira (Aavv) 'A propósito do problema da causalidade em Ciencias Sociais' Análise Social,
[ 0025 ] ALMEIDA, Maria Henriqueta de Factores Determinantes das Diferenciacoes Salariais Inter-Industrias n.21, 1974, Lisboa, Ministerio do Trabalho, 70
[ 0026 ] ALTHUSSER, (Aavv) Lire le Capital1968, Paris, Maspero
[ 0027 ] ALVES, Antonio Monteiro O Mercado do Vinho em Portugal Análise

econometrica 1a., 1965, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 238
[ 0028 ] AMORIM, Diogo Pacheco de 'Inflação Importada' Comercio Porto, 14/Julho/1964
[ 0029 ] AMORIM, Diogo Pacheco de 'Inflação'Comercio Porto, 16/Nov/1965
[ 0030 ] AMORIM, Diogo Pacheco de 'Moeda de Prata' Centro de Estudos Economicos-INE, n.5, 1947 99-115
[ 0031 ] AMORIM, Diogo Pacheco de 'Preços e Cambios' Comercio do Porto, 11/Nov/1958
[ 0032 ] AMORIM, Diogo Pacheco de 'Preços ' Centro de Estudos Economicos, n.2, 1945, 89-101
[ 0033 ] ANDERSEN, Palle Schelde (Aavv) 'Politique des Revenus en theorie et en Pratique' Etudes specialesde l'OCDE, 1980, Julho, 33-54
[ 0034 ] ANDRADE, Jose Robin de 'Precoes inflacionistas e disciplina do crèdito em Portugal' Tempo e Modo, n.32, Nov.1965, 1105-1107
[0035] ANTUNES, Carlos Jorge Sistemas de Contabilidade Nacional-O Caso Portugues 1983, Lisboa, Banco de Fomento Nacional, 296
[ 0036 ] APOSTEL, Leo 'Logique et Dialectique' In Logique et Connaissance Scientifique, Pleiade, 1967 357-374
[ 0037 ] ARAGAO, A.C.Teixeira de Descrição Geral e Historica das Moedas Cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal Porto, Livraria Fernando Machado
[ 0038 ] ARKHIPOFF, Oleg 'Multiplicateur, Inflation et Stagflation' Revue de Science Financiere, 2, 1974
[ 0039 ] ARNAUD, Pascal 'Ambiguites theoriques et incoherences politiques: le monetarisme applique a des economies semi-industrialisees' Critique de l'Economie Politique, n.s., 23-43
[ 0040 ] ARNAUD, Pascal Amerique Latine-La formation de l'economie nationale Argentine et Mexique 1a., 1983, Paris, , Ed.Publisud, 154
[ 0041 ] ARQ.GAB.HIST. DA CIDADE DO PORTO Livro dos Registos dos Preços
[ 0042 ] ARQ.GAB.HIST. DA CIDADE DO PORTO Relacoes dos Preços dos Generos, 1 a 9,
[ 0043 ] ARTUS, Patrick (Aavv) 'L'Explication de l'inflation par le modele METRIC' Cahiers de Seminaires d'Econometrie, 21, 33-65
[ 0044 ] ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE 'Relatorio da OECE sobre a Economia Portuguesa.Apesar do Aumento do Crèdito Bancário não se Registam Pressoes Inflacionistas' A Industria do Norte, 107(445), Jan/1957, 27-28
[ 0045 ] ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA 'Estrutura e Conjuntura nas Economias Mundial e Portuguesa' Colecção Estudos de Economia Aplicada, 10/11, 1960, 146
[ 0046 ] AUJAC, Henri 'L'influence du comportement des groupes sociaux sur le developpement d'une inflation' Economie Applique, 4, 1950
[ 0047 ] AUPETIT, Albert Essai sur la theorie Generale de la Monnaie Economie Rationnelle 1957, PAris, Libr. Marcel Riviere, 166
[ 0048 ] AVDAKOV (Aavv) Tradução, Historia Economica de los Paises Capitalistas 1961, Mexico, Ed. Grijalbo, 586
[ 0049 ] AZCUY, Antonio 'La produccion mercantil y la mercancia' Economia y Desarrollo, 31 e 32, 1975, Out., Dez.
[ 0050 ] AZEVEDO, J. Candido 'Porque sobem os Preços?-Critica as teorias classicas e neoclassicas da inflação' Seara Nova, 1510, 1971, Agosto, 16-23
[ 0051 ] AZEVEDO, J.Candido 'Porque sobem os Preços? O que e a inflação?-ou a propósito da compreensao da dinamica capitalista' Seara Nova, 1515, 1972, Janeiro, 23-28

[ 0052 ] AZEVEDO, J.Candido 'Os capitias Externos em Portugal' Seara Nova, 1517, 1972, Marco, 11-16
[ 0053 ] AZEVEDO, J.Candido 'A Inflação Americana' Seara Nova, 1500, 1970, Out, 333-334
[ 0054 ] AZOUVI, Alain 'Progres technique et rapports de production:de la theorie a l'enquete' Critique de l'Economie Politique, n.serie 10, 1980, Marco 3-28
[ 0055 ] B.P.A O Sistema bancário portugues enquadramento institucional e notas complementares 1979, Porto, Banco Portugues do Atlantico, 86
[ 0056 ] BACHA, Edmar L. (Aavv) 'Mercados Financeiros Internacionais: Uma Perspectiva Latino-Americana' Estudos Economicos, 1981, Dez., 1981, Dezembro, 53-92
[ 0057 ] BAILEY, Martin J. National Income and the Price Level A Study in Macroeconomic Theory 2a., 1971, Toquio, Megraw-Hill Kojakusha lda., 278
[ 0058 ] BAIN, J. Barriers to New Competition 1956
[ 0059 ] BAIRD, Charles W. 'Knut Wieksell on the Integration of Monetary and Value Theory' The Swedish Journal of Economics, Vol.LXXI, 1970, 101-110 [ 0060 ] BALLADUR, Jean-Pierre 'Analyse factorielle des correspondances' Annales de l'INSEE, 4, 1970, Setembro, 47-80
[ 0061 ] BANCAL, Jean L'Economie des sociologues 1a., 1974, PUF, 329
[ 0062 ] BANCO DE PORTUGAL Assembleia Geral Ordinaria do Banco de Portugal 1924, Lisboa, Banco de Portugal
[ 0063 ] BANCO DE PORTUGAL Legislação do Banco de Portugal Lisboa, Banco de Portugal
[ 0064 ] BANCO DE PORTUGAL Relatorios Anuais de 1887/1982
[ 0065 ] BANCO NACIONAL ULTRAMARINO 'Sistema Bancário Portugues' Boletim Trimestral do BNU, 7, 1951-Set, 1-19
[ 0066 ] BAPTISTA, Mario 'A inflação e os seus condicionalismos. Entre salarios e Preços: "quem atirou a primeira pedra"' Capital, 14/Out/1971
[ 0067 ] BAPTISTA, Mario 'A inflação e os seus condicionalismos. As incidencias economicas das despesas militares' Capital, 16/Dez/1971
[ 0068 ] BAPTISTA, Mario 'A inflação e os seus condicionalismos. O "preco" individual do esforco de desenvolvimento' Capital, 18/Nov/1971
[ 0069 ] BAPTISTA, Mario 'A inflação e os seus condicionalismos. Se a doenca e grave não bastam os analgesicos' Capital, }, 4/Nov/1971
[ 0070 ] BAPTISTA, Mario 'A inflação e os seus condicionalismos. As transaccoes externas. As pressoes inlfacionistas.' Capital;, 3 e 10/Fev/1972
[ 0071 ] Baran, Paul (Aavv) Tradução, Capitalismo monopolista 1966, Rio de Janeiro, Zahar, 383
[ 0072 ] BARATA, J. P. Martins Fluxos Financeiros Regionais Obstaculos estruturais as accoes de Desenvolvimento Regional 1a., 1981, Lisboa, IED, 45
[ 0073 ] BARATA, Jose Martins 'Custos e Economias de Escala nas Banca Portuguesa: O período da concentração financeira' Estudos de Economia, V.I, n.2, 1981, Jan-Abr, 197-216
[ 0074 ] BARATA, Jose Martins 'O fracasso da desvalorização do escudo' Economia-EC, 17, 1978-Novembro, 53/74
[ 0075 ] BARATA, Jose Martins 'L'interet, la monnaie et l'activite economique-Les theories wieksellienne et fisherienne. Application a l'inflation francaise' Devue d'Economie Politique, 3, 1981, 289/309
[ 0076 ] BARATA, Jose Martins Politica Monetariada teoria a realidade 1a., 1979, Lisboa, Ed. Caminho
[ 0077 ] BARBOSA, Daniel Maria Vieira Novos Ramos da Politica Economica 1966, Lisboa, Ed. Panorama, 42

[ 0078 ] BARBOSA, Daniel Maria Vieira Na Pasta da Economia. Discursos. Declaracoes e Sumular das Conferencias com a Imprensa 1948, Lisboa, Portugalia Editora, 269
[ 0079 ] BARBOSA, Fernando de Holanda 'Inflação, taxa de juros e o fenomeno da ultrapassagem' Estudos Economicos (IPE-USP), Vol.12, 1, 1982, 51-61
[ 0080 ] BARRE, Raymond (Aavv) Les distorsions structurelles de l'inflation 1978, Paris, Sirey, 161
[ 0081 ] BARRE, Raymond Economie Politique Paris, PUF, 2 vol
[ 0082 ] BARRERE, Alain La crise n'est pas ce que l'on croit Paris, Economica
[ 0083 ] BARRERE, Alain Desequilibres economiques et contre-revolution Keynesienne Keynes: seconde lecture Paris, Economica
[ 0084 ] BARRERE, Alain Tradução, Teoria Economica e Impulso Keynesiano 1a., 1961 Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 663
[ 0085 ] BARRERE, Christian Crise du Systeme de Crèdit et Capitalisme Monopoliste d'Etat 1977, Paris, Economica, 267
[ 0086 ] BARRERE, Christian 'Materiaux pour le developpement des concepts de crise et de regulation' Issues, 1, 4o.Trim., 83-149
[ 0087 ] BARRETO, Jose 'Sobre a implantação da contratação colectiva na Europa e em Portugal' Análise Social, Vol.XVI, 64, 1980, 699-711
[ 0088 ] BARROS, Jose Augusto Correia de 'Uma Politica de Abastecimento e Preços' Revista do Centro de Estudos Economicos, C.Est.Ec., 1950, 7-34
[ 0089 ] BARTHELEMY, Serge 'Elements et Hypotheses pour une Interpretation synthetique de l'inflation' Revue Economique, V.29, n.3, 1978, Maio, 421-463
[ 0090 ] BATCHELOR, R.A. (Aavv) 'Unemployment and Unanticipated Inflation in Postwar Britain' Economica, Vol.47, 179-192
[ 0091 ] BATRA, Raveendra N. (Aavv) 'Theory of the Multinational Firm: Fixed versus Floating Exchange Rates' Oxford Economie Papers, Vol.31, 2, 1979-Julho, 258-269
[ 0092 ] BAUDELOT, Christian (Aavv) 'Les salaires de 1950 a 1975' Economie et Statistique, 113, 1979, Julho, 15-27
[ 0093 ] BEAUVAIS, L. 'Les limites des pouvoirs de la banque centrale dans la regulation monetaire interne' Cahiers de l'ISMEA, MO-1, XII-10/12, 1978-Dez, 1741-1766
[ 0094 ] BECKER, James F. Tradução, Economia Politica Marxista uma perspectiva Paris, Economica
[ 0095 ] BEHMAN, Sara 'Wage Changes, Institutions, and Relative Factor Prices in Manufacturing' The Review of Economics and Statistics, Vol.LI, 3, 1969, Agosto 227-237
[ 0096 ] BELEZA, Miguel 'Wages and marginal productivity in Portuguese manufacturing' Economia, Vol.IV, 2, 1980, Maio, 271-298
[ 0097 ] BELO, A. Esteves (Aavv) 'Inflação e sua medida o caso portugues' Estudos de Economia, Vol.VI, F.I, Marco, 1953, 25-48
[ 0098 ] BELO, Manuel 'Uma Politica de Deflação? ' Diario de Lisboa, 236/Junho/1955
[ 0099 ] BENASSY J-P 'Regulation of the wage-profits conflict and the unemployment Inflation dilemma in a dynamic desequilibrium model' Economie Appliquee, 3, 1976
[ 0100 ] BENASSY, J-P (Aavv) Croissance, Inflation, Crise dans la Regulation des Economies Capitalistes Nov. 81, CEPREMAP, 280
[ 0101 ] BENASSY, J-P (Aavv) 'Regulation des economies capitalistes et inflation' Revue Economique, 3, 1979, 397-441
[ 0102 ] BENASSY, J-P 'Cost and Demand Inflation Revisited: a Neo-Keynesian Approach' Economie Aplliquee, T.XXXI, 1-2, 1978, 135
[ 0103 ] BENASSY, J-P 'The Disequilibrium approach to monopolistic price setting and

General Monopolistic Equilibrium' Review of Economie Studies, 1976, Fev.
[ 0104 ] BENASSY, J-P 'Les fondements microeconomiques de la macroeconomie' Revue Economique, 1976, Set.
[ 0105 ] BENASSY, J-P 'Neokeynesian Disequilibrium theory in a Monetary Economy' Review of Economie Studies, 1975-Outubro
[ 0106 ] BENASSY, J-P 'Theorie neo-keynesienne du desequilibre dans une economie monetaire' Cahiers d'Econometrie du CNRS, 1976
[ 0107 ] BENETTI, Carlo Tradução, Valor e Repartição 1978, Coimbra, Centelha, 255
[ 0108 ] BERGER, Pierres La Monnaie et ses Mecanismes 2a., 1967, Paris, Pr. Universitaire de France, 125
[ 0109 ] BERNIS, G. de Proposiciones para una analisis de la crisis actual en terminos de regulacion del Capitalismo 1977, Mimeo, Doctorado, Faculdad de Economia
[ 0110 ] BERNIS, G. de 'De quelques questions concernant la theorie des crises' Economie et Societes, 25, 1983, 1277-1329
[ 0111 ] BERTHOUD, Armand 'Monnaie et Illusion Lecture Kantienne de la forme de la valeur' Raison Presente, 70, Junho 1984, 53-65
[ 0112 ] BESSA, Daniel 'A integração na economia mundial: sua relevancia para a explicação do processo inflacionario portugues' Conferencia do CISEP, 2653-2681
[ 0113 ] BESSA, Daniel 'O processo inflacionario portugues' Análise Social, XVIII-70, 1982, 35-106
[ 0114 ] BESSA, Daniel 'A segunda crise da teoria economica' Estudos de Economia, 3, 1982-Junho, 329-354
[ 0115 ] BESSA, Daniel 'Teorias explicativas da inflação: apreciação critica' Análise Social, 63, 1980, 455-497
[ 0116 ] BIDET, Jacques Economie et Dialectique dans 'Le Capital' 1983, Paris, Tese em Paris X, 765
[ 0117 ] BIDET, Jacques 'Marx apres Sraffa. La valeur selon Marx" La Pensee, 227, 1981, Outubro, 127-139
[ 0118 ] BIRNIE, A. Tradução, Historia Economica da Europa 1964, Zahar
[ 0119 ] BISPHAM, J.A.(Aavv) Incomes Policy and Inflation 1972, Manchester, Manchester University Press, 283
[ 0120 ] BLACK, George H.J. (Aavv) 'Inflação em 1983: Ensaio de Previsao não causal' Estudos de Economia, 3, 1983-Junho, 267-293
[ 0121 ] BLACK, S.W. (Aavv) 'The Formulation of the Dependent Variable in the Wage Equation' The Review of Economic Studies, V.XXXIX, 1972, 55-59
[ 0122 ] BLAIR, J. H. Economic concentration: structure, behavior and policy 1972, Harcourt Brace Jovanovich
[ 0123 ] BLANVILLE, Benjamin 'Monetaristes et Keynesiens: au-dela des partis pris politiques, quelles divergences theoriques ?' Critique de l'Economie Politique, n.s, 45-67
[ 0124 ] BLEJER, Mario I (Aavv) 'Inflacion y Variabilidad de los precios relativos en la Economia Abierta' Monetaria, 2, 1981, Junho, 159-178
[ 0125 ] BLEJER, Mario I (Aavv) 'On the Real Effects of inflation and Relative-Price Variability: Some Empirical Evidence' The Review of Economics and Statistics, 4, 1981-Nov., 539-544
[ 0126 ] BLUNDELL-WIGNALL, Adrien (Aavv) 'Simulations de Politique budgetaire a l'Aide du modele des liaisons internationales etabli par l'OCDE' Etudes Speciales de l'OCDE, 1980, Julho, 2-31
[ 0127 ] BOCCARA, Paul (Aavv) Le Capitalisme Monopoliste d'Etat 1a., 1971, Paris, Editions Sociales, II-445

[ 0128 ] BOCCARA, Paul 'Caracteres generaux de l'Etat Capitaliste et de son articulation au mode de production' La Pensee, 217/218, 1981, Fevereiro, 81-99
[ 0129 ] BOCCARA, Paul Etudes sur le Capitalisme Monopoliste d'Etat. Sa Crise et son Issue 1a., 1973, Paris, Editions Sociales, 446
[ 0130 ] BOCCARA, Paul 'Inflation Acceleree, suraccumulation et Politique des revenues' Economie et Politique, Maio, 1976, 5-27
[ 0131 ] BOCCARA, Paul Sur la Mise en Mouvement du "Capital" Premiers Essais 1a., 1978, Paris, Editions Sociales, 334
[ 0132 ] BOCCARA, Paul 'Six Questions sur l'Or' Economie et Politique, 1980, Marco, 13-15
[ 0133 ] BOCCARA, Paul 'Travaux statistiques sur le "systeme produtif" francais et theorie des facteurs de la crise de structure (1a.Partie)' Issue, 1, 4o.Trimestre, 5-82
[ 0134 ] BOHM-BAWERK Tradução, Capital e Interes
[ 0135 ] BOND, Marian E. 'Exchange Rates, Inflation, and Vicous Circles ' Staff Papers, V.27, n.4, 1980, Dezembro, 679-711
[ 0136 ] BONTE, Pierre (Aavv) 'Anthropologie politique: quelques travaux recents sur l'Etat ' La Pensee, 217/8, 1981-Fevereiro, 65-80
[ 0137 ] BORISOV, E. F. (Aavv) Tradução, Diccionario de Economia Politica 1966, Montevideo, Pueblos Unidos, 251
[ 0138 ] BORRELLY, Rolande Les disparites sectorielles des taux de profit 1975, Grenoble, Pr.Universitaires de Grenoble, 255
[ 0139 ] BOUKHARINE, N. Tradução, L'Economie Politique du Rentier-Critique de l'Economie Marginaliste 1972, Paris, Et.Docum.internationales
[ 0140 ] BOURDON, Fracoise 'Analyse statistique des salaires verses par region et par activite' Estudos policopiados do GAMA, 198, 1978, Janeiro, 59
[ 0141 ] BOURGUES, P Les Salaires sont-ils responsables de l'inflation? 1a., 1978, Paris, Editions Sociales, 181
[ 0142 ] BOUTEILLER, Jacques (Aavv) 'Structures industrielles, marche du travail et differences de salaires Le cas de la France et de l'Allemagne' Annales de l'INSEE, 16-17, 1974, Dezembro, 25-63
[ 0143 ] BOWLES, Samuel (Aavv) 'Labour heterogeneity and the labour theory of value: a reply' Cambridge Journal of Economics, 3, 1981, Set., 285-288
[ 0144 ] BOYER, Robert (Aavv) 'Accelerationde l'Inflation et Montee du Chomage' Texto policopiado, 48
[ 0145 ] BOYER, Robert (Aavv) Approches de l'inflation: exemple francais 1978, Paris, CEPREMAP, 1213
[ 0146 ] Boyer, Robert (Aavv) La Crise Actuelle: d'une analyse Historique a une vue prospective 1983-Janeiro, PAris, CEPREMAP, 60
[ 0147 ] BOYER, Robert (Aavv) 'L'estimation de fonctions d'emploi pour trois secteurs industriels dans six pays europeen: leur stabilite apres 1973' Annales de l'INSEE, 1980
[ 0148 ] BOYER, Robert (Aavv) 'Favoriser la Productivite pour accroitre l'Emploi? A propos de quelques idees recues' CEPREMAP, 8309, 1983, Abril, 40
[ 0149 ] BOYER, Robert (Aavv) 'Formation de capital, prix relatifs, inflation' Economie et Statistique, 77, 1976, Abril, 29
[ 0150 ] BOYER, Robert (Aavv) 'Indexation de fait et inflation: l'exemple francais 1968-1975' CEPREMAP, 1978, Marco, 34
[ 0151 ] BOYER, Robert (Aavv) 'Marx, La technique et la dynamique longue de l'accumulation' Separat CEPREMAP, 1983, 63
[ 0152 ] BOYER, Robert (Aavv) 'Productivite dans l'industrie et croissance a moyen terme' CEPREMAP, 1980, Outubro, 52

[ 0153 ] BOYER, Robert (Aavv) 'Productivite et Emploi: Evolution Recente et Perspectives Un bilan des travaux recents et d'une premiere etude statistique sur six pays de la CEE' CEPREMAP, 1979, Nov., 35
[ 0154 ] BOYER, Robert 'Les Salaires en longue periode ' Economies et Statistique, 103, 1978, Setembro, 59
[ 0155 ] BOYER, Robert 'Les Transformations du rapport salarial dans la crise: une interpretation de ses aspects sociaux et economiques ' Critique de l'Economie Politique n.s., 15/16, 1981, Junho, 185/228
[ 0156 ] BRANCO, Carlos de Barros Soares Aspecto da Questao Monetaria Portuguesa 1950, Lisboa, Banco de Portugal, 176
[ 0157 ] BRAS, Antonio Alves 'Nem a Industria nem o Comercio Podem Baixar os Preços dos Artigos Domesticos' Diario Ilustrado, 8/Marco/1960
[ 0158 ] BRAVERMAN, H. 'Labor and Monopoly Capital' Monthly Review, 1974
[ 0159 ] BRECHER, Richard A (Aavv) 'Stagflation in an Open Economy' Oxford Economic Papers, 2, 1979-Julho, 165-176
[ 0160 ] BRECHT, Bertolt Tradução, Poemas Lisboa, Presenca, 115
[ 0161 ] BRENDER, Anton 'Analyse Cybernetique de l'intermediation financiere' Economies Societes, XIV-11/12, Dez.1980, 1600-1813
[ 0162 ] BRESSON, Yoland 'Capital temps et repartition des revenus. De la remie en cause des fondements theoriques de la micro-economie a une nouvelle loi macro-economique des revenus'Economie Appliquee, 2-3, 1981, 517-546
[ 0163 ] BRINNER, Roger E. 'The death of the Phillips Curve reconsidered' Quarterly Journal of Economies, Vol.91, 1977, Agosto
[ 0164 ] BRONFENBRENNER, M (Aavv) 'A Survey of Inflation Theory' American Economie Review, Vol.53, 4, 1963, Setembro, 593/661
[ 0165 ] BROOMAN, Tradução, Macroeconomia 1966, Rio de Janeiro, Zahar
[ 0166 ] BROWN, Phelps 'Levels and movements of industrial productivity and real wages internationally compared' Economic Journal, 1973, Marco
[ 0167 ] BROZEN, Y. 'The Persistance of High Rates of Return in High Stable Concentration Industries' Journal of Law and Economics, 1971, Outubro
[ 0168 ] BRUNHOFF, Suzanne de Capitalisme Financier Public Influence economique de l'Etat en France (1948-1958) 1a., Paris, Soc.d'Ed.d'Enseig.Superieur, 210
[ 0169 ] BRUNHOFF, Suzanne de Etat et Capital-Recherches sur la politique economique 1a., 1976, Grenoble, Pres.Univ.Grenoble/Maspero
[ 0170 ] BRUNHOFF, Suzanne de 'Luta de Classes e Luta contra a Inflação' Novos Cadernos D. Quixote , 26, 1975, 37-45
[ 0171 ] BRUNHOFF, Suzanne de La Monnaie chez Marx 2a., 1973, Paris, Editions Sociales, 197
[ 0172 ] BRUNHOFF, Suzanne de Tradução, A Oferta de Moeda critica de um conceito 1a., 1973, Lisboa, Editorial Estampa, 259
[ 0173 ] BRUNHOFF, Suzanne de Tradução, Politica Monetaria-uma tentativa de interpretação marxista 1974, Lisboa, Assirio e Alvim
[ 0174 ] BRUNHOFF, Suzanne de 'Questioning monetarism' Cambridge Journal of Economics, 6, 1982, 285-294
[ 0175 ] BRUNHOFF, Suzanne de Les Rapports d'Argent 1979, Paris, Maspero
[ 0176 ] BRUNHOFF, Suzanne de 'Valor da Força de Trabalho, Salario e Intervenção do Estado' Revista Tecnica do Trabalho, 4, 1980, Junho, 153-166
[ 0177 ] BRUNO, M. 'Import Prices and Stagflation in the Industrial Countries: A Crosse-section Analysis' Economie Journal , 90/359, 1980, Setembro, 479-492
[ 0178 ] BRUNSTAD, Rof Jens 'The Distribution os Excess Demand for Labor and the Phillips Curve' The Scandinavian Journal of Economics, 2, 1980, 199-215

[ 0179 ] BRUSH, Brian C. 'The Influence of Market Structure on Industry Advertising Intensity'
[ 0180 ] BRUTER, Claude 'La theorie des Catastrophes: defense et illustration' Economie Appliquee, 2-3, 1971, 441-468
[ 0181 ] BUENO, Erami 'El metodo de modelacion' Economia y Desarrollo, 24, 1974, Agosto, 31-52
[ 0182 ] BULKLEY, G. 'Personal Savings and Anticipated Inflation' Economie Journal, V.91-361, 124-135
[ 0183 ] BURMEISTER, Edwin (Aavv) 'Price Expectations and Stability in a Short-Run Multi-Asset Macro Model' American Economic Review, 1, 1977, Fev., 213-218
[ 0184 ] C E E Desordre Monetaire Avis 1973, Bruxelles, C E E
[ 0185 ] C G T 'Indice des Prix' Texto policopiado, Paris, CGT, 27
[ 0186 ] C. D. 'Politica anti-inflacionista-politica de produtividade' Diario Popular, 3/Fev/1969
[ 0187 ] CABRAL, Manuel Villaverde O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX 2a., 1977, Lisboa, A Regra do Jogo, 361
[ 0188 ] CABRAL, Manuel Villaverde Portugal na Alvorada do Século XX Forças Sociais, Poder Politico e Crescimento Economico de 1890 a 1914 1979, Lisboa, A Regra do Jogo, 473
[ 0189 ] CABRITA, Henrique 'A quantidade de Moeda e os Preços' Comercio do Porto, 15/Dez/1948, 5-6
[ 0190 ] CABRITA, Henrique 'O Sistema dos Preços e o Nivel dos Valores na Actual Economia Portuguesa' Comercio do Porto, 2 (I), 1948, 15/Nov, 12-13
[ 0191 ] CACERES 'La Estanglacion: un analisis basada en la Economia Internacional' El Trimestre Economico, V.XLIV, 1977, Junho
[ 0192 ] CADILHE, Miguel (Aavv) 'Remuneração, Inflação e Fiscalidade em Portugal: 1973 e 1977' Economia, vol.II, 2, 1978, Maio, 297-306
[ 0193 ] CADILHE, Miguel 'O Arranque da inflação portuguesa' Bol.Trim.BNV, 91, 1972, 3-36
[ 0194 ] CAETANO, Marcelo Jose das Neves Alves 'Moeda e Poder de Compra' Diario Popular, 3/Dez/1958
[ 0195 ] CAMPOS, Gaspar de 'Inflação em Portugal' Debate, 3 a 10/6/67
[ 0196 ] CAMPOS, Gaspar de 'A Inflação em Portugal. Instrumentos de politica economica' Debate, 8/Jul/67,
[ 0197 ] CAMPOS, Gaspar de 'A Inflação em Portugal. Realidades politicas' Debate, 1/Julho/1967
[ 0198 ] CANAVESE, Alfredo Juan 'A Hipotese Estrutural na Teoria da Inflação' Estudos Economicos IPE/USP, V.10, n.3, 1980, 5-20
[ 0199 ] CAPIAN, Alain 'La socialisation du salaire' Revue Economique, V.32, n.6, 1981, Novembro, 1087-1112
[ 0200 ] CARCOPINO, Jerome Tradução, A vida quotidiana em Roma no Apogeu do Imperio 1a., Lisboa, Livros do Brasil, 370
[ 0201 ] CARDO, Joao 'Porque sobem os Preços? ' Gazeta do Sul, 2/Ab/1972
[ 0202 ] CARLING, Alain 'Value and Strategey' Science & Society, XLVIII-n.2, 1984
[ 0203 ] CAROSI, PAULO Curso de Filosofia 1963, Ed. Paulistas, 678
[ 0204 ] Carqueja, Bento Economia Politica 5 vol., 1930, Porto, Comercio do Porto, 5 vol.
[ 0205 ] CARREAU, D Le Systeme Monetaire Interantional-Aspects Juridiques Paris, Dunod
[ 0206 ] CARRIAZO, George 'Los Paises subdesarrollados en el sistema monetario Internacional Capitalista' Com.ao II Cong.Ec.Terc.Mundo, 1981, 27
[ 0207 ] CARTAPANIS, Andre Elements pour une interpretation positive du change Jan

1984, Seminaire de l'ISMEA, 47
[ 0208 ] CARVALHAS, Carlos 'Causas e consequencias da Inflação' Seara Nova, 1507, 1971-Maio, 44-45
[ 0209 ] CARVALHAS, Carlos 'Inflação: tema incomodo' Diario Lisboa, 27/Nov/1970
[ 0210 ] CARVALHAS, Carlos 'O novo aumento da taxa de desconto do Banco de Portugal' Seara Nova, 1528, 1973, Fevereiro, 3-6
[ 0211 ] CARVALHO, Carlos 'Inflação e custo de vida' Vida Mundial, 33 (1691), 5/Nov/1971, 26-28
[ 0212 ] CARVALHO, Odete Esteves de (Aavv) Aspectos da distribuição dos rendimentos em Portugal no período 1973-1978 1980, Lisboa, Ministerio do Trabalho, 60
[ 0213 ] CARVALHO, Odete Esteves de Distribuição e Redistribuição dos Rendimentos em Portugal -"Agricultura e Actividades não agricolas 1976, Lisboa, Ministerio do Trabalho, 62
[ 0214 ] CARVALHO, Odete Esteves de Remuneracoes Femininas e diferenciacoes salariais entre Mulheres e Homens estudo analitico 1974, Lisboa, Ministerio do Trabalho, 92
[ 0215 ] CARVALHO, Ribeiro de 'Salario Minimo e Despedimentos' Seara Nova, 1548, 1974, Outubro, 8-10
[ 0216 ] CASTELA, M. Jorge C. 'Contratação Colectiva: negociação e conflito' Estudos de Economia, V.IV, n.3, Junho 1984, 361-383
[ 0217 ] CASTRO, Armando (Aavv) A Inflação e os trabalhadores 1973, Lisboa, Seara Nova, 112
[ 0218 ] CASTRO, Armando Desenvolvimento Economico ou Estagnação? 1970, Lisboa, Pbl.Dom Quixote, 150
[ 0219 ] CASTRO, Armando A Economia Portuguesa no século XX 1973, Lisboa, Edicoes 70
[ 0220 ] CASTRO, Armando A Epistemologia das Ciencias Sociais do homem e suas relacoes com a Psicologia 1976, Lisboa, Assirio e Alvim, 76
[ 0221 ] CASTRO, Armando Estudos de Economia Teorica e Aplicada1a., 1968, Lisboa, Seara Nova
[ 0222 ] CASTRO, Armando Estudos de Economia Teorica e Aplicada 2a., 1977 Lisboa, Seara Nova, 396
[ 0223 ] CASTRO, Armando A Evolução Economica de Portugal dos Séculos XII a XV 1a., 1966/1970 Lisboa, Portugalia Editora, 11 vol.
[ 0224 ] CASTRO, Armando 'Evolução da Sociedade portuguesa desde os fins da monarquia a 1970' Vertice, XXXI-323, 1971, Abril, 266-301
[ 0225 ] CASTRO, Armando 'As Financas Publicas na Economia Portuguesa da Primeira metade do século XIX' Comunicação ao Coloquio, 1981, 11
[ 0226 ] CASTRO, Armando Historia Economica de Portugal 1a., 1981, Lisboa, Ed. Caminho, 2 vol.
[ 0227 ] CASTRO, Armando 'A Inflação analisada pelo Dr. Armando CASTRO' Vida Mundial, 29/X/71, 4 a 8
[ 0228 ] CASTRO, Armando 'A Interdisciplinaridade nas ciencias sociais: o caso da economia' Praxis, 1 e 2, 51/9, 37/42
[ 0229 ] CASTRO, Armando 'Ligeiro Comentario Critico a uma Critica' Seara Nova, 1972, Jan.
[ 0230 ] CASTRO, Armando 'Origem e Destino da teoria subjectiva do valor' Revista de Economia, v.I, Fc.III, Set.1948, 137-149
[ 0231 ] CASTRO, Armando O Pensamento Economico no Portugal Moderno 1a., 1980, Lisboa, Inst.Cultura Portuguesa
[ 0232 ] CASTRO, Armando 'O Porto na Transição para o Sistema Economico

Contemporaneo (Do 1o. para o 2o. quartel do século XIX)' Separata da Revista de Historia, vol.II, 1979
[ 0233 ] CASTRO, Armando 'A propósito da compreensao teorica da natureza e origens da Inflação' Seara Nova, 1510, 1971, Agosto, 24-29
[ 0234 ] CASTRO, Armando O que e a Inflação? Por que sobem os Preços? 4a., Lisboa, Edicoes 70
[ 0235 ] CASTRO, Armando A Revolução Industrial em Portugal no século XIX 2a., 1971, Porto, Limiar, 255
[ 0236 ] CASTRO, Armando 'Situação economica nacional. Aumento de salarios consequencia (e não causa) da evolução dos Preços' Diario Popular, 8/Out/1967,
[ 0237 ] CASTRO, Armando 'Situação monetaria determinante da actual tendencia de evolução dos Preços' Diario Popular, 27/Ag/1967
[ 0238 ] CASTRO, Armando Teoria do Conhecimento Cientifico 1a., Porto, Limiar, 4 vol.
[ 0239 ] CASTRO, Armando 'Teoria Economica Academica e a Explicação da Alta Geral de Preços' Opiniao, 1, 2/Jun/1973
[ 0240 ] CASTRO, Armando 'Tracos gerais da evolução economico-social portuguesa no século XIX' Ensaios Historia Economica Social, 1 ed-1967, Lisboa, Portugalia
[ 0241 ] CASTRO, Armando 'A transição do feudalismo para o capitalismo' Ens.Hist. Ec-Social, 1967, Ed. Portugalia
[ 0242 ] CASTRO, Bento Maria de Meireles Leite de 'O Sistema Bancário da Metropole Portuguesa' Análise Economica, 4, 1957-Novembro, 1-81
[ 0243 ] CATEPHORES, George 'On heterogeneous labour and the labour theory of value' Cambridge Journal of Economics, V.5, n.3, 1981, Setembro, 273-280
[ 0244 ] CATINAT, Michel (Aavv) 'Estimation d'un modele de demande de travail a court terme' Annales de l'INSEE, 38/39, 1980, 153-191
[ 0245 ] CAYATTE, J. L. 'Methode de calcul du degre de complexite de la force de travail' Revue Economique, V.32, n.3, 1981, Maio, 563-580
[ 0246 ] CAYATTE, J. L. 'Travail Simple et travail Complexe chez Marx' Revue Economique, 2, Março 1984, 221-225
[ 0247 ] CEBULA, Richard J. (Aavv) 'Oil Imports and Inflation: an empirical international analysis of the 'imported' inflation theorie' Kyklos, 33-4, 615/22
[ 0248 ] CEDEL, M 'O ouro, o dolar e nos' Seara Nova, 1469-1470, 1968, Mar-Abr.
[ 0249 ] CEE 'L'Union economique et Monetaire europeenne' Doc.3, 1979
[ 0250 ] CEE-Com.Ec.Soc.Comm.Europ. Desordre Mometaire Avis 1973, Bruxelles, CEE
[ 0251 ] CERVELA, Luis Linares 'Las categorias esencia y fenomeno en el analisis del salario' Economia y Desarrolo, 64, 1981-Setembro, 37-50
[ 0252 ] CGTP 'Evolução do nivel de vida dos trabalhadores depois do 25 de Abril e a politica de rendimentos dos sucessivos governos constitucionais' Alavanca, 1979, Maio, 15
[ 0253 ] CHAILLOU, J. 'Valeur Travail, taux de plus-value, theorie generale, theoreme d'existence' Revue d'Economie Politique, 92-2, 1982, Abril, 245-254
[ 0254 ] CHAMBERLAIN, E. H. The Theory of Monopolistic Competition 1983, Cambridge, Harvard University Press
[ 0255 ] CHAND, Sheetal K. 'A Neoclassical theory of Stagflation' The Scandinavian Journal of Economics, vol.82, 3, 1980, 313-331
[ 0256 ] CHANIER, P. 'Ce que la logique peut apporter aux sciences economiques' Economie et Societe, Tomo XVI, 3, 1982, Mar., 197-294
[ 0257 ] CHARPIN, Jean Michel 'Relance et inflation une approche quantitative' Economie et Statistique, 77, 1976, Abril, 17
[ 0258 ] CHESHIRE, P.C. 'Labour-market theory and special unemployment : the role of demand reconsidered' Regional Wage Inflation and Unemployment, Londres,

Ed. Martin, 189-207
[ 0259 ] CHOW, Gregory C. 'Estimation and Central os Rational Expectation Models' American Economie Review, v.71, n.2, 1981-Maio, 211-216
[ 0260 ] CLAASSEN, E-M 'Deux vues Differentes sur la Monnaie' Revue d'Economie Politique, 1970
[ 0261 ] CLAASSEN, Emil 'Integração Monetaria e Estabilidade Monetaria: os criterios de uma estruturação monetaria' Estudos de Economia, v.II, n.1, Set-Dez, 1981
[ 0262 ] CLARK, G. L. 'The regional impact of stagflation: a conceptual model and empirical evidence, for Canada' in Reg.Wage Infl.and Unemployment, Londres, Ed. Martin, 136-159
[ 0263 ] CLAVIJO, Fernando 'Reflexiones en torno a la inflacion mexicana 1960-1980' El Trimestre Economico, XLVII-188, Dez. 1980, 1023/54
[ 0264 ] CLOWER, Robert 'The Anatomy of Monetary theory' American Economic Review, v.67, n.1, 1977, Fevereiro, 206-212
[ 0265 ] COELHO, Jose Joaquim Pinto Os Bancos em Portugal em 1875-Reflexoes sobre o rapido augmento do numero das Instituicoes Bancárias e Breve Exame destas Instituicoes no fim do anno de 1874 1875, Livraria Internacional
[ 0266 ] COELHO, Virginia 'Preços do Azeite em Lisboa: 1626-1733' Rev.de Historia Economica e Social, 4, 1979
[ 0267 ] COHEN-SKALLI, Bernard (Aavv) 'Fonctions d'emploi a court terme et cycles de productivite: un essai de synthese' Annales de l'INSEE, 38/39, 1980, 123-151
[ 0268 ] COLLINS, N (Aavv) Concentration and Price-Cost-Margin in Manufavturing Industries 1968, University of California Press
[ 0269 ] COMANOR, William S. (Aavv) 'Advertising Market Structure and Performance' The Rev.of Econ.and Statistics, XLIX-4, 1967, Novembro, 423/440
[ 0270 ] COMENTADOR 'A Formação dos Preços' Diario Ilustrado, 10/Fev/1960
[ 0271 ] CONDE DE STUCKY DE QUAY 'Desenvolvimento e Inflação' Jornal Portugues de Economia e Financas, 12(132), Julho 1964, 33-34
[ 0272 ] CONDE DE STUCKY DE QUAY 'A Inflação, Vantagens e Inconvenientes' Jornal do Comercio, 26/Ag e 19/Set, 1960
[ 0273 ] CONSIDERA, Claudio Monteiro 'Preços, Mark up e Distribuição Funcional da Renda na Industria de Transformação: Dinamica de Longo e de Curto Prazo' Pesquisa e Planejamento Economico, V.11, n.3, 1981, Dez., 637-702
[ 0274 ] CONTENAU, Georges Tradução, A vida quotidiana na Babilonia e na Assiria 1a., Lisboa, Livros do Brasil, 336
[ 0275 ] CORDEIRO, Luciano A Crise e os Bancos 1877, Livraria Pacheco e Carmo
[ 0276 ] CORONA, Leonel 'Tendencias Tecnologicas en la Crisis Capitalista Contemporanea' Comunic.no II Cong.Ec.Terc.Mundo, Abril 1981, 35
[ 0277 ] CORREIA, Francisco Antonio Historia Economica de Portugal-Vol II 1931, Lisboa, Emp.Nacional de Publicidade, 315
[ 0278 ] CORRY (Aavv) 'The Phillips relation:a theoretical explanation' Economica, v.34, n.134, 1967-Maio
[ 0279 ] CORTES, Ulisses 'Mantem-se a Politica de Estabilização de Preços Prosseguida pelo Governo' A Industria do Norte, 104(407), 1953-Nov., 4-8
[ 0280 ] CORVOVA, Efren 'La Negociation Colective dans les pays Industrializes' Revue International du Travail
[ 0281 ] COSTA, Affonso Estudos de Economia Nacional-I O problema da emigração 1911, lisboa, Imprensa Nacional, 188
[ 0282 ] COSTA, Ramiro da O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal 1975, lisboa, Assirio e Alvim, 117
[ 0283 ] COTTA, A. Tradução, Dicionario de Economia 1977, Lisboa, Dom Quixote

[ 0284 ] COURBIS, (Aavv) 'Etude Econometrique de la dynamique des taux de salaires regionaux' Estudos policopiados do GAMA, 205, 1978, Fev., 45
[ 0285 ] COURBIS, R (Aavv) 'The Regis Model, a simplifier version of the regional-national Regina Model' XVIII th Eur.Cong.of the reg.science as, 1978-Setembro
[ 0286 ] COURBIS, R Les Modeles de Prix 1977, Paris, Dunod
[ 0287 ] COURBIS, R. 'Determination des salaires et competitivite' in Comp.et Crois.en ec.concur., cap.3, Paris, Dunod
[ 0288 ] COURTHEOUX Le Salaire Minimum 1978, Paris, P U F, 126
[ 0289 ] COURTHEOUX 'Techniques de l'INSEE et points de vue syndicaux sur la mesure des prix' Revue Economique, 5, 1975
[ 0290 ] CRESPO, Jorge (Aavv) 'A Alimentação no Colegio Real dos Nobres de Lisboa (1766-1831)' Rev. Historia Economica e Social, 7, 1981, Jan.-Junho, 93-110
[ 0291 ] CRUZ, Machado 'Relacoes Economia e Direito em Sistema Capitalista' Vertice, 1976, Outubro
[ 0292 ] CSIKOS-NAGY B Socialist Price Theory and Price Policy 1975, Budapeste, Akademiai Kiade, 371
[ 0293 ] CUKIERMAN, Alex (Aavv) 'Differencial Inflationary Expectations and the Variability of the Rate of Inflation: Theory and Evidence' The American Economic Review, 1979, Setembro, 595 a 609
[ 0294 ] CUKIERMAN, Alex (Aavv) 'Relative Price Variability and Nonuniform Inflationary Expectations' Journal of Political Economy, v.90, n.1, 1982, Fevereiro, 146-157
[ 0295 ] CUKIERMAN, Alex 'The relationship between relative price and the general price level: a suggested interpretation' American Economie Review, vo. LXIX, 1979, Junho, 444-7
[ 0296 ] CUNHA, Paulo de Pitta e 'Consideracoes sobre o processo inflacionista em Portugal' Revista Bancaria, 21, 1970-Set, 1-23
[ 0297 ] CUNHA, Paulo de Pitta e 'O Reajustamento do valor externo do escudo: a nova relação paritaria de 27, 25' Revista Bancaria, 26, 1971, Outubro, 5-27
[ 0298 ] CUNHAL, Alvaro Revolução Portuguesa-O Passado e o Futuro 1a., 1976, Lisboa, Ed. Avante
[ 0299 ] CUNHAL, Alvaro Rumo a Victoria 1a., 1964, Lisboa, Ed.Avante
[ 0300 ] D'HONDT, Jacques 'La disparition des choses dans le materialisme de Marx' La Pensee, 219, 1981, Abril, 43-61
[ 0301 ] DAGUM, Camilo 'L'inflation structurelle: un modele econometrique' Economies et Societes, T.IV, n.3, 1970
[ 0302 ] DALTON, James A. (Aavv) 'The Concentration-Profitability Relationship: is there a Critical Concentration Ratio ?' The Journal os Industrial Economics, 2, 1976, Dez, 133-142
[ 0303 ] DAUPHIN-MEUNIER, A Histoire de la Banque 5a., 1975, Paris, P U F, 126
[ 0304 ] DAVID, J. H. 'Structures bancaires et controle monetaire: le cas de la France' Cahier de l'ISMEA, MO-XII-10, 1978, 2189-2195
[ 0305 ] DAVIES, Stephen 'Choosing Between Concentration Índices: The Iso-Concentration Curve' Economica, Vol. 46, 1979, Fevereiro, 67-75
[ 0306 ] DE VROEY, Michel 'The double dimension of inflation: Excess Money and Price Rigidity' Inst. Sciences Economiques, Junho 1983, 29
[ 0307 ] DEAN, James W 'The Inflation Process: Where Conventional Theory Falters' American Economic Review, V.71 n.2, 1981-Maio, 362-367
[ 0308 ] DEL Llano, Eduardo 'La crisis general del capitalismo y su agudizacion en la etapa actual' Economia y Desarrollo, 38, 1976, Dezembro, 147-154
[ 0309 ] DELAUNAY, Jean Claude Essai Marxiste sur la Comptabilite Nationale Elements

d'une theorie du systeme francais actuel de comptabilite nationale 1a., 1971, Paris, Editions Sociales, 255
[ 0310 ] DELEPLACE, G. 'Biens a double destination et polarisation des taux de profit: une analyse sectorielle' Cahiers d'Economie Politique, 2
[ 0311 ] DELEPLACE, G. 'Marche et concurrence chez Marx (remarques sur Le Capital, Liv. III, Cap. X)' Cahiers d'Economie Politique, 6, 1981
[ 0312 ] Delilez, Jean-Pierre Les Monopoles essai sur le capital financier et l'accumulattion monopoliste 1a., 1972, Paris, Editions Sociales, 205
[ 0313 ] DENIS, Henri "L'Economie" de Marx. Histoire d'un echec Paris, P U F
[ 0314 ] DENIS, Henri Tradução, Historia do Pensamento Economico Lisboa, Livros Horizonte, 770
[ 0315 ] DENIZET La grande Inflation Salaire, Interet et Change 1a., 1977, Paris, P U F, 158
[ 0316 ] DERUELLE, Dominique 'Determination a court terme des hausses de salaire: etudes sectorielles et regionales' Annales de l'INSEE, 16-17, 1974, Dezembro, 97-162
[ 0317 ] DERUELLE, Dominique 'Diffusion des hausses de salaires dans l'industrie chimique' Annales de l'INSEE, 7, 1971, Agosto, 3-42
[ 0318 ] DERUELLE, Dominique 'Hausses a court terme du salaire nominal, tension du marche du travail et mouvements des prix et du SMIG' Revue Economique, 1975, 365-409
[ 0319 ] DI RUZZA, Fortune 'Quelques questions a propos des modeles d'equilibre economique general' La Pensee, 203, 1979, Fevereiro, 82-94
[ 0320 ] DIAS, Ana Maria (Aavv) A Transmissao dos Impulsos Conjunturais a Economia Portuguesa 1968-1975 Lisboa, CEP, 2 vol.
[ 0321 ] DIAS, Mario Caldeira 'O significado economico das Subvencoes ao Emprego' Estudos de Economia, 1, 1980, 83-97
[ 0322 ] DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVICOS HIDRAULICOS 'Estudo sobre a variação de Preços por Grosso do Instituto Nacional de Estatistica' B.Tr.Inf. Dir.-G. Servicos Hidrau., 3, 1961/Outubro, 58-64
[ 0323 ] DIXIT, Avinash 'Recent Developments in Oligopoly theory' American Economic Review, Vol.72, n.2, 1982, Maio, 12-17
[ 0324 ] DOCKES (Pierre), Aavv 'Mutation du capitalisme ou crise et capitalisme monopoliste transnational' Economie et Societe , XIV n.5/7, 1980, JUlho, 905-946
[ 0325 ] DOMINGUEZ, Esteban Morales 'Sobre las consecuencias de una crisis economica' Economia y Desarrollo, 58, 1980, Agosto, 109-148
[ 0326 ] DON PATINKIN Tradução, Dinero Interes y Precios 1959, Madrid, Aguilar, 528
[ 0327 ] DON PATINKIN Studies in Monetary Economics 1972, Londres, Harper & Row, 262
[ 0328 ] DORNBUSCH, Rudiger (Aavv) Macroeconomics 1978, MeGraw-Hill Kogakusha
[ 0329 ] DOSTALER, Gilles Marx, La Valeur of l'Economie Politique 1978, Paris, Ed. Anthropos, 198
[ 0330 ] DOSTALER, Gilles Valeur et Prix Histoire d'un debat 1a., 1978, Montreal, PUQ/PUG/Maspero, 175
[ 0331 ] DUARTES, Hugo Pons 'Crisis energetica: falacia o realidad?' Economia y Desarrollo, 64, 1981-Setembro, 189-194
[ 0332 ] DUHARCOURT, Pierre (Aavv) 'Approfondissement de la crise et evolution de la conjoncture' Economie et Politique, 1 976, Dezembro, 61-85
[ 0333 ] DUMENIL, Gerard (Aavv) 'Valeurs et prix de production. Le cas des productions jointes' Revue Economique, Vol.33, n.1, 1982, 30-70

[ 0334 ] DUMENIL, Gerard 'Le Concept de loi economique dans le capital' Paris, Maspero
[ 0335 ] DUMENIL, Gerard De la valeur aux prix de production-une reinterpretation de la transformation 1980, Paris, Economica, 135
[ 0336 ] DUSSAUTT, Francois (Aavv) 'Activite de greve: un test des hypotheses explicatives traditionelles' The Canadian Journal of Economics, V.XIII, n.4, 1980, Nov., 632-644
[ 0337 ] DUTT, Amitava K. 'Stagnation, income distribution and monopoly power' Cambridge Journal of Economics, 8, 1984, 25-40
[ 0338 ] ECKSTEIN, Otto (Aavv) 'Long Term Properties of the Price-Wage Mechanism in the United States, 1891 to 1977' The Review of Econ.and Statistics, vol.LX-3, 1978-Ago., 323-333
[ 0339 ] ECONOMICUS 'A Elevação do Custo de Vida. Causas e Medidas a Tomar' Diario (Lourenco Marques), 20/Nov/1964
[ 0340 ] ECONOMICUS 'Questoes Economicas. Moeda o Preços. O custo de Vida. Os Salarios. A Produção' Sol, 14/Fev/48
[ 0341 ] EFIMOV, N. Tradução, Historia Moderna 2a., 1963, Rio de Janeiro, Vitoria, 252
[ 0342 ] ENÇÃOVA, David (Aavv) 'Pouvoir de monopole et repartition salaires-profits' Revue Economique, vol.33-1, 1982-Jan., 107-131
[ 0343 ] ENGELS, Friedrich Tradução, A Origem da familia, da propriedade privada e do Estado Rio de janeiro, Ed. Vitoria, 154
[ 0344 ] EPSTEIN, Barbara 'Imperfect international markets and monopolistic prices to developing countries: a study' Cambridge Journal of Economics, vol.6-n.1, 1982, Marco, 33-52
[ 0345 ] ERDOS, Peter Tradução, Contributions to the Theory of Capitalist Money, Business Fluctuations and Crises 1971, Budapest, Akademiai Kiado
[ 0346 ] ERDOS, Peter 'The Law of Value and the real Wages in Capitalism' Acta Oeconomica, 3-4, 1974, 309-320
[ 0347 ] ERNST, John R. 'Simultaneous Valuation Extispated A Contribution to the Critique of the neo-Ricardian Concept of Value' Review of Radical Politique Economies, vol.14-2, 1982, 85-94
[ 0348 ] EVANS, Paul 'Time-Series Analysis of the German Hyperinflation' International Economic Review, V.19, n.1, 1978, Fev, 195-209
[ 0349 ] FACARELLO, Gilbert 'La loi de la valeur et le probleme de la coordination des activites economiques' Homme et la Societe, 67/68, Jan/Junho 1984, 153/177
[ 0350 ] FALÇÃO, J.M.Silva (Aavv) 'Sobre a Observação Estatistica das Financas Publicas' Revista de Economia, 5(4), 1952-Dez, 193-228
[ 0351 ] FED.REG.NORTE SIND.EMP.ESCRITORIO 'O Congelamento de salarios e Preços sera solução para o nosso problema? ' Diario Lisboa, 27 Dez.1971
[ 0352 ] FEDOSSEIEV P. 'A unidade e a interacção das Ciencias Naturais e Sociais' Ciencias Sociais, 2(19), 1983, 14-26
[ 0353 ] FEIGE, Edgar L. (Aavv) 'The Casual Causal Relationship between Money and Income: Some Caveats for Time Series Analysis' The Review of Economics and Statistics, vol.LXI-4, 1979-Nov, 521-533
[ 0354 ] FEIGE, Edgar L. (Aavv) 'Multinational Inflation under Fixed Exchange Rates: Some Empirical Evidence from Latent Variable Models' The Review of Economics and Statistics, V.LXIII-1, 1981-Fev., 11-19
[ 0355 ] FEITOR, Renato 'A Crise do Sistema Monetario Internacional' Economia e Socialismo, 5, 6-7
[ 0356 ] FELDSTEIN, M. 'Inflation and Stock Market' The American Economie Review, Vol LXX, 1980-Dez, 839-847
[ 0357 ] FERGUSON, (Aavv) 'On the Dynamics of Inflation and Unemployment in a

Quantity theory Framework' Economica, vol.46
[ 0358 ] FERREIRA, Celso 'Banca nacionalizada: donde vem-para onde vai? ' Economia e Socialismo, 17
[ 0359 ] FERREIRA, J.A.Pinto Preços de Generos Alimenticios Comerciados nos Mercados do Porto no sec. XIX (1844-1899) Subsidios Estatisticos para a Historia Economica da Cidade 1a., 1972, Porto, Camara Municipal do Porto, 321
[ 0360 ] FERREIRA, Vasco Taborda 'Causas da Inflação ' Diario de Noticias, 17/Nov/1959
[ 0361 ] FIGLEWSKI, Stephen (Aavv) 'The Formation of Inflationary Expectations' The Rev of Eco. and Stat.i, v.LXIII, 1981-Fev., 1-10
[ 0362 ] FIGUEIREDO, Antonio C. 'Estimativa do desemprego lei de Okun' Texto dactilografado, 5
[ 0363 ] FISCHER, Norman 'The Ontology of Abstract Labor' Review of Radical Political Economics, vol.14, n.2, 27-35
[ 0364 ] FISHER, Irving The Purchasing Power of Money-its determination and relation to crèdit interest and crises 3a., 1913, New York, The Macmillan Company, 515
[ 0365 ] FITOUSSI, J-P Inflation, Equilibre et Chomage Paris, Cujas, 289
[ 0366 ] FITZSIMONS, R.B. 'Les entreprises multinationales et la speculation monetaire' Problemes Economiques , 1258, 1972, Fev., 2-5
[ 0367 ] Flacelière, Robert Tradução, A vida quotidiana dos Gregos no Século de Pericles 1a., Lisboa, Livros do Brasil, 350
[ 0368 ] FLAMANT, Maurice L'Inflation 4a., 1977, Paris, Presses Univ.de France, 124
[ 0369 ] FLORES, Ignacio Cepeda 'Algumas Caracteristicas de la Crisis Internacional' Com.II Cg.Ec.del Tercer Mundo, 1981, 45
[ 0370 ] FMI 'Se reconoce el riesgo que representan las condiciones del mercado de euromonedas' Boletin del FMI Suplemento, 1979, Setembro
[ 0371 ] FMI 'Apesar de ciertos progresos, persisten las dificultades en la economia mundial' Boletim del FMI, 10 Agosto 1981, 261/266
[ 0372 ] FMI 'Aumentation las presiones en favor del proteccionismo en un contexto de mayores desequilibrios de pagos' Boletin del FMI, 10 Agosto 1981, 229/236
[ 0373 ] FMI 'La competencia entre los bancos mejora las condiciones del crèdito internacional' Boletin del FMI Suplemento, 1979, Setembro
[ 0374 ] FMI 'Se comprueba el aumento de la inflacion' Boletin del FMI, 1979, Novembro
[ 0375 ] FMI 'El crèdito de consorcios bancarios a los paises desarrollados disminuye en 1979' Boletin del FMI Suplemento, 1979, Setembro
[ 0376 ] FMI 'Los desequilibrios de los pagos aumentan la demanda y la afluencia de fondos al mercado' Boletin del FMI Suplemento, 1979, Setembro
[ 0377 ] FMI 'Entro en funcionamiento el sistema monetario europeo que remplaza a la serpiente' Boletin del FMI, 1979, Marco
[ 0378 ] FMI International Financial Statistics Supplement on Price Statistics 2, 1981, Suplement Series F M I
[ 0379 ] FMI 'En 1978 los paises en desarrolo llegan a absorber el 13 por ciento del crèdito' Boletin del FMI Suplemento, 1979, Setembro
[ 0380 ] FMI 'En 1981 se produzio una pronunciada baja del indice de precios de los produtos basicos' Boletin del FMI, 1982, Abril, 110
[ 0381 ] FMI 'El sistema monetario europeo entrara en vigor el 1 de enero com ocho miembros iniciales' Boletin del FMI, 1978, Dezembro
[ 0382 ] FOLEY, Duncan K. 'The Value of Money, the Value of Labor Power and the Marxian Transformation Problem' Review of Radical Political Economics, V.14-n.2, 1982, 37-47
[ 0383 ] FONSECA, Carlos da Historia do Movimento Operario e das Ideias Socialistas em Portugal 1a. , Lisboa, Publicacoes Europa-America, 4 vol.

[ 0384 ] FONTAINE, Claude Les Mouvements de Prix et leur dispersion (1892-1963) Essai d'analyse et documents statistiques 1a., 1966, Paris, Colin, 299
[ 0385 ] FOSTER, Edward 'Tha Variability of Inflation' The Review of Economics and Statistics, 3 vol.LX, 1978-Junho, 346-350
[ 0386 ] FOUQUET, D. (Aavv) 'DMS: modele de prevision a moyen terme' Economie et Statistique, 79, 1976, Junho
[ 0387 ] FOXLEY, Alejandro 'Inflacion con recesion: las experiencias del Brasil Y Chile' El Trimestre Economico, XLVII-188, 1980, Dezembro, 919-980
[ 0388 ] FRANCO, Antonio L. de Sousa 'Sobre as politicas financeiras em Portugal desde o liberalismo' Ciencia e Tecnica Fiscal, 157/158, fev. 1972, 7-34
[ 0389 ] FREITAS, J. J. Rodrigues de A Circulação Fiduciaria e a proposta de lei acerca do Banco de Portugal 1877, Porto, Livraria Mare, 26
[ 0390 ] FREITAS, J. J. Rodrigues de Crise Monetaria e Politica de 1876 Causas e Remedios 1876, Livraria Mare
[ 0391 ] FREITAS, Joao Abel 'Lucratividade na Industria Transformadora com Base no Stock de Capital Fixo' Comunicação a Conferencia do CISEP, Abril 1983
[ 0392 ] FREITAS, Joao de A Crise Monetaria e a Circulação Fiduciaria em Portugal 1893, Lisboa, Imprensa Portuguesa
[ 0393 ] FRIEDMAN, B.M. 'Price Inflation, Portfolio Choice, and Nominal Interest Rates' The American Economic Review, vol.70, 1980-Marco, 32-48
[ 0394 ] FRIEDMAN, Milton (Aavv) A Monetary History of the United States 1867-1960 1963, Pr. PRECO Univ. Pres. Nat.Bur. Ec.Mes.
[ 0395 ] FRIEDMAN, Milton Tradução, Inflation et Systemes Monetaires 1976, Paris, Colmann-Levy, 380
[ 0396 ] FRIEDMAN, Milton 'Inflation and Unemployment' Journal of Political Economy, 3, 1977
[ 0397 ] FRIEDMAN, Milton Tradução, La Teoria Cuantitativa del Dinero-Una nueva exposicion 1971, Mexico, Cent.Est.Mon.Lationamericanos, 28
[ 0398 ] FRISCH, Helmet 'Inflation theory 1963-1975: a second generation survey' Journ. of Econ.Literature, 1977, Dez, 1128-1316
[ 0399 ] FUCARACCIO, Angel 'Hacia una reconsideracion de los esquemas de reproduccion de Marx' El Trimestre Economico, XLVIII-185, 1981, Marco, 197-222
[ 0400 ] FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MAO DE OBRA Análise e Sintese de Elementos Estatisticos sobre Salarios (disponiveis ate 30-6-70) 14, Lisboa, F.Desenv.da Mao de Obra, 445
[ 0401 ] FURTADO, Celso 'Transnacionalização e monetarismo' Pensamiento Iberoamericano, 1, 1982-Junho, 13-45
[ 0402 ] FUSCHINI, Augusto O Presente e o Futuro de Portugal 1899, Comp. Tipografica
[ 0403 ] GADREY, J. 'Une Solution iterative au probleme de la Transformation' Revue d'Economie Politique, vol.90-2, 1980, 179-189
[ 0404 ] GALBRAITH, John Kenneth Tradução, A Crise Economica de 1929 anatomia de uma catastrofe financeira 4a., 1972, Lisboa, Dom Quixote, 286
[ 0405 ] GARBARINO, J.W. 'A Theory of interindustry wage structure' Quarterly Journal of Economics, 1950, Maio
[ 0406 ] GARBERO, Piero (Aavv) Inflazione Teorie e Politiche Economiche Alternative 1980, Torino, Loescher Editore, 480
[ 0407 ] GARCIA, S. 'Reflexiones sobre la inflacion' Teoria y Practica de los Precios, 2-79, 1979, Fevereiro, 1-78
[ 0408 ] GARELI, F Tradução, Pour une Monnaie Europeenn Paris, PUF
[ 0409 ] GASPARD, Michel (Aavv) 'Le Modele DAS: un instrument d'analyse de la

dynamique des salaires annuels' Stat.& Etud.Finan.-Min.Econ., 45, 1980, 44
[ 0410 ] GAUDEMAR, J-P Mobilite du travail et accumulation du capital 1976, Paris, Maspero
[ 0411 ] GEITHMAN, Frederick E. (Aavv) 'Concentration, Price, and Critical Concentration Ratios' The Review of Economics and Statistics, LXIII-3, 1981-Agosto, 346-353
[ 0412 ] GEROSKI, P.A. 'Specification and Testing the Profits -Concentration Relationship: some experiments for the UK' Economica, vol.48-191, 1981-Agosto, 279-288
[ 0413 ] GINTIS, Herbert (Aavv) 'Structure and Practice in the Labor Theory of Value' Review of Radical Political Economics, XII-4, 1981, 1-26
[ 0414 ] GIORGIO, Rota Inflazione per PRECO chi? Interessi e responsabilita dietro la recento inflazione italiana 1978, Torino, BDL, 71
[ 0415 ] GIRAO, Jose Antonio 'A Inflação. Algumas possiveis consequencias' Diario de Noticias, 23/Fev/1965
[ 0416 ] GIRAO, Jose Antonio 'Modelos de previsao de curto prazo para os consumidores' Economia, V.III, n.2, 1979-Maio, 239-264
[ 0417 ] GIRAO, Jose Antonio Natureza do Problema Agricola em Portugal (1950-1973): Uma Perspectiva Lisboa, Inst. Gulbenkian de Ciencia
[ 0418 ] GIRON, Alicia 'La Deuda Externa del Tercer Mundo De la Institucionalidad a la transnacionalidad de la deuda externa y sus problemas ' Com.ao II Cong.Ec.Terc. Mundo, 1981, 30
[ 0419 ] GISSER, Micha (Aavv) 'A Note on Inflation and Concentration ' Journal of Political Economy, vol 87, 1979, Out., 1377-1382
[ 0420 ] GLUSHKOV, N. 'Como se establecen los precios en la URSS' Teoria y pratica de los Precios, 3, 1979, Marco, 33-42
[ 0421 ] GODELIER, Maurice Tradução, Racionalidade e Irracionalidade Economica Tempo Brasileiro
[ 0422 ] GODINHO, Vitorino Magalhaes Os Descobrimentos e a Economia Mundial 1a., 1963, Lisboa, Editora Arcadia, 2 vol.
[ 0423 ] GODINHO, Vitorino Magalhaes 'Flutuacoes economicas e devir estrutural do século XV ao século XVIII' Ensaios II, Lisboa, Sa da Costa, 245-280
[ 0424 ] GODINHO, Vitorino Magalhaes Introdução as Ciencias Sociais 1a., Lisboa, ISCEF, 286
[ 0425 ] GODINHO, Vitorino Magalhaes Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850 1a., 1955, Paris, Armand Colin, 371
[ 0426 ] GODINHO, Vitorino Magalhaes 'A revolução dos Preços e as flutuacoes economicas no século XVI' Ensaios II, Lisboa, Sa da Costa, 223-244
[ 0427 ] GODINHO, Vitorino Magalhaes 'Sobre a pesquisa interdisciplinar em Ciencias Humanas' 1964
[ 0428 ] GOLD, David A 'Recent Developments in Marxist theories of the Capitalist State' Monthly Review, 5/6, Outubro, 1975
[ 0429 ] GOLDSTEIN, Morris Relacion de correspondencia entre la inflacion y el desempleo: estudio de las pruebas econometricas para paises seleccionados 1972, Maxico, Cent.Est.Monet.Latinoamer.
[ 0430 ] GOMES, Jose (Aavv) Parte dos Salarios no Rendimento Nacional 1a., 1972, Famalicão, ed. autor, 103
[ 0431 ] GOMES, Maia 'Cronologia da Inflação um comentario e critica' Estudos de Economia, V.II, n.2, 225/232
[ 0432 ] GOMES, Maia 'Flutuacoes e crescimento conjuntural. Ensaio de delimitação para a economia portuguesa (1950/80)' Comunicação ao CISEP, 261/294
[ 0433 ] GOMES, Soeiro Pereira Praca de Jorna Obras completas, Lisboa, Ed. Avante

[ 0434 ] GONCALVES, Domingos Oehen 'A oferta de moeda e o nivel de Preços na economia portuguesa' Revista Bancaria, 5(15), 1969, 21-38
[ 0435 ] GONZALEZ, Humberto Perez Tradução, Economia Politica do Capitalismo Breve Exposição da doutrina economica de Marx 1a., 1977, Lisboa, Seara Nova, 2 vol.
[ 0436 ] GONZALEZ, Lazaro Introduccion al Estudio de la Economia del Trabajo 1979, Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 259
[ 0437 ] GOTUR, Padma 'Taxas de juro e desenvolvimento' Financas e Desenvolvimento, vol.3 n.4, Dez.83, 33-36
[ 0438 ] GOUDRIAAN, J. 'Vers une tecnique monetaire rationelle' Economie Aplliquee, XIX, n.1, 44
[ 0439 ] GRACUS 'Salarios e Preços' Diario de Lisboa, 28/Maio/1963
[ 0440 ] GRANDA, Alfonso Regalado 'El establecimento de un sistema de precios planificados en la Economia Nacional como parte de la implantacion gradual del Sistema de Direccion y teoria y pratica de los Precios' Teoria y Pratica de los Precios, 1, 4 8-93
[ 0441 ] GRANDMONT, J.M. 'Short-Run Equilibriem Analysis in a Monetary Economy' In Allocation under Uncertainty Equil., 1974
[ 0442 ] GRANGER, Gilles G. 'Modeles qualitatifs, modeles quantitatifs dans la Connaissance Scientifique' Sociologie et Societes, vol.XIV-1, 1982-Abril, 7-14
[ 0443 ] GRANGER, Gilles-G Epistemologie Economique 1967, Paris, Gallimard, 1019-1055
[ 0444 ] GREEN, Rosario 'Bancarizacion de la Economia Mundial, Deuda Externa del Tercer Mundo y Nuevo Ordem Internacional' Com.ao II Cong.dos Eco.do Terceiro Mundo, 1981, 41
[ 0445 ] GREJSER, Herbert 'Inflation, productivity and relative prices: a statistical study' Review of Econom.and Stat., vol. XLVII, 1965, Fev., 76-80
[ 0446 ] GRJEBINE, A. (Aavv) La Reforme du systeme monetaire international Paris, PUF
[ 0447 ] GRUBEL, H.G. Reforma Monetaria International Labor
[ 0448 ] GUEDES, Armando Marques 'A Difusao do Cheque' Diario de Noticias, 9/Maio/1950
[ 0449 ] GUEDES, Armando Marques 'Porque não Houve Banqueiros Portugueses no Nosso Grande Século de Quinhentos ?' Jornal Portugues de Economia e Financas, 3(33), 15/Ab/1956, 8-11
[ 0450 ] GUERRA, Eduardo 'Custo de Vida e especulação' Seara Nova, 44(1435), Maio 1965, 142
[ 0451 ] GUERRA, Eduardo 'A economia portuguesa em 1967' Seara Nova, 46, Julho 1968, 218-223
[ 0452 ] GUERRA, Eduardo Evolução da Economia Portuguesa (1963-1966) e outros estudos s.e., 1967, Lisboa, Seara Nova, 249
[ 0453 ] GUGLIELMI Les Experiences de la Politique Monetaire 1973, Paris, PUF
[ 0454 ] GUIMARAES, Manuel da Silva Historia de uma Fabrica A Real Fabrica de Thomar 1a., 1976 Santarem, Ed.da Junta Dist.Santarem, 351
[ 0455 ] GUITON, Henry La Monnaie Paris, Dalloz
[ 0456 ] GURLEY (Aavv) Tradução, La Monnaie dans une theorie des Actifs Financiers 1973, Paris, Cujas
[ 0457 ] GUTIERREZ, Alfredo Gonzalez 'El papel del Financiamiento en el Desarrollo Economico' Com.II Cong.Ec.Terc.Mundo, 1981, 40
[ 0458 ] LA GRANDVILLE, Olivier Une Generalisation de la courbe de Phillips 1981, Paris, Dunod, 411-415
[ 0459 ] H. C. 'Causas da alta dos Preços de retalho' Diario Popular, 28/Dez/1965
[ 0460 ] H. C. 'Tensao Inflacionista ' 13/Ag/1958

[ 0461 ] HABERLER, Gottfried (Aavv) Inflation and the Unions Three studies in the effects of labour monopoly power on inflation in Britain and the USA 1972, London, The Inst.of Ec.Affairs, 88
[ 0462 ] HAGELMAYER, Istvan 'Inflacion exterior y regimen de cambios sobre la economia interna' Economia y Desarrollo, 54, 1979, Outubro, 39-58
[ 0463 ] HAHN, F. H. 'Monetarison and Economie Theory' Economica, v.47, n.185, 1980, Fev., 1-18
[ 0464 ] HAHNEL, Robin 'The Rate of profit over the business cycle' Cambridge Journal of Economics, v.6, n.2, 1982, Junho, 185-194
[ 0465 ] HARDOUIN, J-C. 'Un reexamen du paradoxe de Gibson sur les relations entre les taux d'interet et les mouvements de prix' Economia et Societe, XIV-2/4, 1980, Abril, 439-482
[ 0466 ] HARRIS, L. 'O Conteudo economico e classista do monetarismo' Revista Internacional, 9(111), Set.1983, 53/58
[ 0467 ] HARRIS, Milton (Aavv) 'A theory of Wage Dynamics' The Review of Economic Studies, v.XLIX, 157, 1982, Julho, 315-334
[ 0468 ] HARRIS, Milton (Aavv) 'A theory of Monopoly Pricing Schemes with Demand Uncertainty' American Economic Review, V.71-n.3, 1981-Junho, 347-365
[ 0469 ] HART, R. A. 'Regional wage-change transmission and the structure of regional wges and unemployment' in Reg.Wage Inf.and Unemployment, 1981, 17/45
[ 0470 ] HAUSMANN, R. (Aavv) Esoteric vs. Exoretic Economic Laws: The Forgotten Dialectic Marx on the divergence between value-production and nominal revenues 1a., 1981, Paris, CEPREMAP, 48
[ 0471 ] HAWTREY, R. G. The Gold Standard in theory and pratice 5a., 1947, Londres, Longmans, Green and C, 280
[ 0472 ] HAWTREY, R. G. Tradução, El Patron Oro en la teoria y en la practica 1951, Madrid, Aguilar, 270
[ 0473 ] HAYEK, F. A. 'Unions, Inflation and Profits' in the Public Stake in Union Power, Charlo, 1950, UVP
[ 0474 ] HEAL, Geoffrey (Aavv) 'The relationship between Interest Rates and Metal Price Movements' Review of Economic Studies, v.XLVII, 1980, 161-181
[ 0475 ] HENDRICKS, Wallace 'Unionism, Oligopoly and Rigid Wages' The Review os Economics and Statistics, v.LXIII-2, 1981-Maio, 198-205
[ 0476 ] HENDRY, David F. 'Econometries-Alchemy or Science?' Economica, v.47, n.188, 1980, Novembro, 387-406
[ 0477 ] HERCOWITZ, Zvi 'Money and the Dispersion of Relative Prices' Journal of Political Economy, V.89-n.2, 1981-Abril, 328-356
[ 0478 ] HINES, A. G. 'Wage Inflation in the United Kingdom 1948-1962: A Disaggregated Study' Economic Journal, v.LXXIX, 1969, Março, 66-89
[ 0479 ] HIRSCH, Fred 'The Ideological Underlay of Inflation' in Political Economy of inflation, Cambridge, Harv.Press
[ 0480 ] HIRSCHMAN, Albert O. 'La matriz social y politica de la inflacion: Elaboracion sobre la experiencia latinoamericana' El Trimestre Economico, XLVII-187, 1980, Setembro, 679-710
[ 0481 ] HOFFMAN, J. 'Sobre o problema da teoria marxista da politica' Revista Internacional, 7(109), 1983-Julho, 25-29
[ 0482 ] HOLLIS, Martin (Aavv) Tradução, O Homem Economico Racional: Uma Critica Filosofica da Economia Neoclassica 1a., 1977, Rio de Janeiro, Zahar
[ 0483 ] HOLMES, James M. (Aavv) 'The relation between unemployment and excess demand for labor: a examination of the theory of Phillips Curve' Economica, v.37, n.147, 1970, Agosto

[ 0484 ] HOOD, Wm. C. 'Capital Internacional, Crèdito e DES' Financas e Desenvolvimento, v.3, n.3, 1983, Setembro, 6-9
[ 0485 ] HORNE, Jocelyn 'Rational Expectations and the Depris-Williams Inflationary Expectations Series' The Economic Record, V.57, n.158, 1981, Setembro, 261-268
[ 0486 ] HUDSON, Michael 'O Monetarismo: panaceia da crise?' Revista Internacional, 6 (84), 1981-Junho, 68-73
[ 0487 ] HUGONNIER, Bernard 'As teorias explicativas da inflação enquanto fenomeno estrutural' Folha Textil, Ab. 1977, 29-38
[ 0488 ] HUH Kyung Mo 'Contracomercio: comercio sem dinheiro? ' Financas e Desenvolvimento, v.3, n.4, Dez 83, 14-16
[ 0489 ] HUME, David Tradução, Ensayos Economicos 1928, Sociedad Espanola de Libraria
[ 0490 ] HUME, David Political Discourses
[ 0491 ] Hunt, E. K. 'Marx's concept of Human Nature and the Labor Theory of value' Review of Radical Political Economics, V.14, n.2, 1982, 7-25
[ 0492 ] HUSZTI, E. 'Social and Economie influence of inflation in Hungary' 1959-1978
[ 0493 ] I N E 'Alguns Aspectos dos Preços no Período 1948-1957' Boletim Mensal de Estatistica, 29 (11), 1957, Novembro, 2-7
[ 0494 ] I N E Anuarios Estatisticos
[ 0495 ] I N E Bibliografia Sobre a Economia Portuguesa 1958, Lisboa, Cent.Est.Econom., INE
[ 0496 ] I N E Boletins Mensais das Estatisticas Industriais
[ 0497 ] I N E Boletins Mensais de Estatistica
[ 0498 ] I N E Contas Nacionais
[ 0499 ] I N E Estatisticas Industriais
[ 0500 ] I N E Estatisticas Monetárias e Financeiras
[ 0501 ] I N E Estatisticas das Sociedades
[ 0502 ] I N E Indice Ponderado do Custo da Alimentação de alguns artigos de Consumo D0omestico na cidade de Lisboa 1942, Lisboa, I N E
[ 0503 ] I N E Indice de Preços no Consumidor 19078, Lisboa, I N E
[ 0504 ] I N E Indice de Preços por Grosso 1954, Lisboa, I N E
[ 0505 ] I N E Inquerito as Condicoes de vida da população da cidade de Coimbra 1953-1954 1958, Lisboa, I N E
[ 0506 ] I N E Inquerito as condicoes de vida da população da cidade de Evora 1955-1956 1960, Lisboa, I N E
[ 0507 ] I N E Inquerito as condicoes de vida da população da cidade de Faro 1961-1962 1970, Lisboa, I N E
[ 0508 ] I N E Inquerito as condicoes de vida da população da cidade de Vizeu 1955-1956 1963, Lisboa, I N E
[ 0509 ] I N E Inquerito ao Custo de Vida na Cidade de Lisboa 1948-1949 1953, Lisboa, I N E
[ 0510 ] I N E Inquerito ao Custo de Vida na cidade do Porto 1950-1951 1955, Lisboa, I N E
[ 0511 ] I N E Inquerito as Despesas Familiares (1973-1974)
[ 0512 ] I N E 'Os Preços no Período 1900-1947' Boletim Mensal Estatistica, 20(9), Set 1948, 517-520
[ 0513 ] Inozemtsev, N (Aavv) Economia Politica del Capitalismo Monopolista Contemporâneo 1980, Moscovo, Ed. Progresso, 2 volumes
[ 0514 ] INSEE Pour Comprendre l'Indice des Prix Paris, INSEE
[ 0515 ] ITOH, Makoto 'On Marx's theory of Accumulation: a reply to works' Science and Society, V.XLV, n.1, 1981, 71-85
[ 0516 ] IZE, Alain 'Un analisis de la inflacion en Mexico' Monetaria, V.III, n.2, 1980,

Junho, 191-210
[ 0517 ] J. C. de A. 'O que e a Inflação' Seara Nova, 1510, 1971-Agosto, 22-23
[ 0518 ] JACKSON, Dudley (Aavv) Do Trade Unions Cause Inflation ? 1972, Cambridge, Cambridge University Press
[ 0519 ] JACOB, R. L. (Aavv) 'Price Expectations in the United States 1947-75' The American Economic Review, V.LXX, 1980-Junho, 269-277
[ 0520 ] JACOBSSON, (Aavv) 'Labor Market Conditions Wages and Inflation-Swedish Experience 1955/67' Swedish Journal of Economics, 2, 1969
[ 0521 ] JAGUARIBE, Helio 'El pensamiento social y politico de Marx' El Trimestre Economico, V.XLVI, 1979, Outubro, 805-829
[ 0522 ] JARRETT, J. Peter (Aavv) 'The Productivity Inflation Nexus in Canada 1963-1975' The Review of Economics and Statistics, LXIV-3, 1982-Agosto, 361-367
[ 0523 ] JEVONS, The Theory of Political Economy 1965, Augustus m. Kelley
[ 0524 ] JOHANSEN, Leif 'L'Interaction dans la theorie economique' Economie Aplliquee, XXXIV, 2-3, 1981, 229-263
[ 0525 ] JOHSON, P.D. (Aavv) 'The Balance of payment; an analytic exercise' Manchester School of Economic, v.XLIII, 1975, 105-133
[ 0526 ] JOJA Tradução, A logica Dialéctica Lisboa, Arcadia, 146
[ 0527 ] JONHSON, G.G. 'Aspectos da rede de seguranca dos bancos internacionais' Financas e Desenvolvimento, V.3, n.3, 1983, Set., 30-33
[ 0528 ] JONHSON, Harry G. Inflation and the Monetarist Controversy 1972, Amsterdam, North-Holland Publ.Company, 108
[ 0529 ] JONHSON, J. 'A Macro-Model of Inflation' The Economic Journal, 1975, Junho, 288-308
[ 0530 ] JONHSON, John Tradução, Metodos Econometricos 1a., 1977 Sao Paulo, Atlas Editora, 318
[ 0531 ] JONUNG. Lars (Aavv) 'Wages and Prices in Sweden, 1912-1921' Scadinavian Journal of Economics, v.81, n.1, 1979, 60-71
[ 0532 ] JOSÉ, Martins 'A Lei da Queda Tendencial da Taxa Media de Lucro Breves Notas para a discussão sobre alguns aspectos' EC, 48, 5-17
[ 0533 ] JOSÉ, Martins 'A Lei da Queda Tendencial da Taxa Media de Lucro Breves notas para discussao sobre alguns aspectos (II)' E C, 50, Out 1984, 29-39
[ 0534 ] JOSÉ, Martins 'A Lei da Queda Tendencial da Taxa Media de Lucro Breves Notas para a discussao sobre alguns aspectos (III)' EC, 51, 5-17
[ 0535 ] JUGLAR Des Crises Commerciales et de leur retour periodique en France, en Angleterre et aux Etats Unis 1889, Librairie Guillaumin et Ca.
[ 0536 ] JUNIOR, Caio Prado Dialéctica do Conhecimento 4a., Editora Brasiliense, 736
[ 0537 ] JUNIOR, Caio Prado Historia Economica do Brasil Ed. Brasiliense
[ 0538 ] JUNIOR, Caio prado Esboco dos Fundamentos da Teoria Economica Ed. Basiliense
[ 0539 ] JVOSTOV, V.M. (Aavv) Tradução, Historia Contemporanea 1a., 1964, Rio de Janeiro, Vitoria, 232
[ 0540 ] KAHN, J Tradução, Para Compreender as Crises Monetárias 1972, Lisboa, Estampa
[ 0541 ] KALDOR, N 'Alternative Theories of Distribution' Review of Economic Studies, Vol.61, 1955-56
[ 0542 ] KALDOR, N. 'Economic Growth and the Problem of Inflation, Part II' Economica, v.XXVI, 1959, Nov., 287-298
[ 0543 ] KALECKI, Michat Selected essays on the dynamics of the Capitalist Economy 1933-1970 1971, London, Cambridge University Press, 195
[ 0544 ] KALECKI, Michat Tradução, Teoria de la dinamica economica. Ensayo sobre

los maximientos ciclicos y a largo plazo de la economia capitalista 1a., 1956, Mexico, Fondo de Cultura Economica, 179
[ 0545 ] Karataev (Aavv) Tradução, Historia de las doctrinas Economicas 1964, Mexico, Grijalbo, 1214
[ 0546 ] KEARL, J. R. 'Inflation and Relative Price Distortion: the case of housing' The Review of Economics and Statistics, v.LX, n.4, 1978-Nov, 609-614
[ 0547 ] KENWAY, Peter 'Marx, Keyner and the possibility of crisis' Cambridge Journal of Economic, V.4, n.1, 1980, Marco, 23-36
[ 0548 ] KERGOAT, Jacques 'Crise Economique et Combativite ouvriere' Crit.de l'Economie Politique, 7 a 10, 1980, 94-121
[ 0549 ] KEYNES, John Maynard How to Pay for the war? London, Macmillan
[ 0550 ] KEYNES, Jonh Maynard Tradução, Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro 1957, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 365
[ 0551 ] KHAN, Mohsin (Aavv) 'Determinantes do balanco de pagamentos de paises em desenvolvimento' Financas e Desenvolvimento, v.3, n.4, Dez 83, 2-5
[ 0552 ] KHAN, Mohsin 'Monetary shocks and the Dynamics of Inflation' Staff Papers, v.27, n.2, 1980, Junho, 250-284
[ 0553 ] KHVOSTOV, V. M. Tradução, Historia Contemporanea 1a., 1964, Rio de Janeiro, Vitoria, 232
[ 0554 ] KIERZKOWSKI, Henryk 'Short-run Inflation-employment Trade-off and the Natural Level of Employment' Economica, v.47, 193-199
[ 0555 ] KNOWLES, O Desenvolvimento Economico durante o século XIX 1940, Coimbra, Coimbra Editora Lda.
[ 0556 ] KOLM, S. Christophe 'L'avenir du Capitalisme American' Revue d'Economie Politique, 1970, Dezembro
[ 0557 ] KOLM, S. Christophe 'La theorie de la courbe inflation-chomage' Revue Economique, n.2, 1970
[ 0558 ] KONDRATIEFF, Nicolai D. Tradução, in las Ondas Largar de la Economia 1946, Madrid, Revista do Ocidente
[ 0559 ] KORLIRAS, Panayotis G 'Disequilibrium theories and their Policy Implications: Towards a synthetic Disequilibrium Approach' Kyklos, v.33, n.3, 1980, 449/474
[ 0560 ] KOSKELA, Erkki (Aavv) 'The Variance Hypothesis on the Output-Inflation Trade off: Evidence from Scandinavia' The Scandinavia Journal of Economics, v.82, n.4, 1980, 481-495
[ 0561 ] KOSZEGI, L. 'Les mouvements recents des prix et des revenus en Hongrie' Revue International du Travail, v.III, n.2, 1975, Fev., 181-205
[ 0562 ] KOTZ, David M. 'Monopoly, Inflation and Economic Crisis' Review of Radical Political Economics, V.14, n.4, 1982, 1-17
[ 0563 ] KOUTSOYIANNIS, A. Theory of Econometric 2a., 1981, Nova Iorque, The Macmillan Press, 681
[ 0564 ] KRACAVINA, L. N. Infliatsia y usloviykh soyremennovo kapitalizma 1a., 1980, Moscovo, Ed. Financas, 254
[ 0565 ] KRASSAVINA L. M. 'L'Etat et le reglement de l'inflation dans les conditions du capitalisme monopoliste d'etat' Cahiers de l'ISMEA Serie MO n.1, 10-11-12, 1978-Dez., 2315-2338
[ 0566 ] KUH, Edwin 'A Productivity theory of Wage Levels, an alternative to the Phillips Curve' Review of Economic Studies, 1976, Outubro
[ 0567 ] KUIPERS, S. K. 'On the estimation and stability of demand for money functions for the Netherlands 1952-1976' 1917-1942
[ 0568 ] KUZNETS Secular Movements in Production and Prices
[ 0569 ] LABAREDAS, Maria Rosalina 'A luta contra a fascização dos sindicatos, resistencia

operaria e violencia fascista' O Fasc.em Port.-Act.Col.Fac.Letras, Março 80, 259-268
[ 0570 ] LACROIX, Michel 'Nous ne savons pas mesurer l'inflation-Reflexions sur la valeur-travail et le prix' Raison Presente, 1974, 59-67
[ 0571 ] LAFONT, J. (Aavv) Redeploiement Industriel et Espace Economique 1a., 1980, Paris, CEPREMAP, 413
[ 0572 ] LAIBMAN, David 'Technical Change, the Real Wage and the Rate of Exploitation' Review of Radical Political Economis, V.14, n.2, 1982, 95-105
[ 0573 ] LAIDLER, David 'La Courbe de Phillips augmentee des anticipations et les differents interpretations theoriques' Problemes Economiques, 1742, 1981, 7 Outubro, 21-26
[ 0574 ] LAIDLER, David Tradução, La Demande de Monnaie theories et verifications empiriques 1974, Paris, Dunod, 156
[ 0575 ] LAIDLER, David 'Monetarism: An Interpretation and an Assessment' Economic Journal, V.91, n.361, 1981, Março, 1-28
[ 0576 ] LANCRY, Pierre-Jean 'De quelques problemes methodologiques en analyse systemique' Economie Apliquee, XXXII, 2-3, 1979, 509-526
[ 0577 ] LANGE, Oskar Moderna Economia Politica Principios Gerais 1963, Rio de Janeiro, Fundo Cultura, 370
[ 0578 ] LAPINE, Nicolai Tradução, O Jovem Marx 1a., 1983, Lisboa, Ed. Caminho, 339
[ 0579 ] LARRIBAU, Jean 'Note sur le Neo-Quantitativisme (Don Patinkin) ou de Quelques Paralogismes en theorie Monetaire' Revue de Science Financiere, V.LXI, 2, 1969, Abril, 440-478
[ 0580 ] LARRIBAU, Jean 'Note Complementaire sur le Neo-quantitativisme (Don Patinkin)' Revue de Science Financiere, V.LXII, 1, 1970, Janeiro, 31-43
[ 0581 ] LAULANIE, Jean-Francois de 'Monnaie-Crèdit, Actifs Financiers et Prix' Revue Economique, 1975, 36-65
[ 0582 ] LE PORS, A. Les bequilles du capital 1977, Seuil
[ 0583 ] LECAILLON, Jacques (Aavv) 'Part des salaires dans le revenu national et developpement economique' Revue Internationale du Travaill, v.III-n.5, 1975, Maio, 427-445
[ 0584 ] LECAILLON, Jacques 'La propagation des hausses de salaires' Revue d'Economie Politique, T.XXXVI, 5, 1976, Outubro, 679-701
[ 0585 ] LECAILLON, Jacques Les Salaires Paris, Cujas
[ 0586 ] LEIBENSTEIN, Harvey 'The Inflation Process: A Micro-Behavioral Analysis' The American Economic Review, V.71, 2, 1981-Maio, 368-373
[ 0587 ] LEITAO, Antonio Candido de Almeida Do Crèdito e da Circulação Fiduciaria 1899, Coimbra, Liv.de J.Diogo Pires
[ 0588 ] LEITAO, Maria Lucia (Aavv) Análise das Disparidades Salariais no pos 25 de Abril 1a., 1982, Lisboa, Mor.Edit./I.Est.Desenv., 89
[ 0589 ] LEITE, Filomena S. Economia Politica 1935
[ 0590 ] LEITE, Filomena S. Saneamento do Escudo 1946, Lisboa, E N P
[ 0591 ] LEITE, J. P. Costa Organização Bancaria Portuguesa 1926, Coimbra, Coimbra Editora
[ 0592 ] LEITE, (Lumbrales), Joao Pinto da Costa Problemas Monetarios do Apos-Guerra 1964, Lisboa, DGCI, 145
[ 0593 ] LELURT, 'Le Systeme de Bretton-Wood et la pratique monetaire internationale' Revue de Science Financiere, 1, 1977
[ 0594 ] LEMAIRE, B. 'Vers une solution dynamique du probleme de la transformation' Revue d'Economie Politique, 2, 1982, Abril, 170-202
[ 0595 ] LENINE Tradução, Cahiers de l'imperialisme OC 39, Paris, Ed. Sociales, 895

[ 0596 ] LENINE Tradução, La Catastrophe Imminente et les Moyens de la Conjurer Ed. Progres
[ 0597 ] LENINE Tradução, De l'Etat Moscou, Ed. do Progres
[ 0598 ] LENINE Tradução, Le developpement du capitalisme en Russie OC 3, 1977, Moscou, Ed. du Progres, 717
[ 0599 ] LENINE Tradução, L'Etat et la Revolution Moscovo, Ed. du Progres
[ 0600 ] LENINE Tradução, L'Imperialisme, Stade Supreme du Capitalisme OE 1, 1968, Paris, Ed.Progresso
[ 0601 ] LENINE Tradução, Materiaux pour l'elaboration du Programme du P.O.S.D.R. OC 6, Moscou, Ed.du Progres, 9-74
[ 0602 ] LENINE Tradução, Pour caracteriser le Romantisme Economique OC 2, 1975, Moscou, Ed.du Progres
[ 0603 ] LENINE Tradução, Programme Agraire de la Social-Democratie dans la Premiere Revolution Russe de 1905-1907 1975, Moscovo, Ed. Progres
[ 0604 ] LENINE Tradução, A propos de la Question dite des Marches OC 1, Moscou, Ed. du Progres
[ 0605 ] LEON, Hector Heras 'La cuantitativo y la cualitativo en el Tomo I de El Capial' Economia y Desarrollo, 48, 1978, Agosto, 70-79
[ 0606 ] LEONARD, Jacques 'Remarques sur le statut de la theorie des prix dans la "Theorie generale" de Keynes' Revue d'Economie Politique, n.6, 1981, Dez, 931-946
[ 0607 ] LEPERS, Jean Marc Le Signe Absolu: la monnaie Paris, Ass.Rech.Et.Cap.Ec.Pol., 67
[ 0608 ] LEPIDI L'Or 3a., 1971, Paris, Pres.Univ.France, 125
[ 0609 ] LERNER, Abba (Aavv) 'Anti-Inflation Incentive' Kyklos, V.35, Fc.1, 1982, 39-52
[ 0610 ] LEVADOUX, Bernard 'Marxismes et crises: quelques enseignements d'un vieux debut' Economie et Societe, XIV-5/7, 1980, Julho, 947-972
[ 0611 ] LEVY-GARBOUA, Vivien (Aavv) Macro-economie contemporaine 1980, Paris, Economica, 658
[ 0612 ] LEVY-LEBLOND, J.M. 'Des mathematiques catastrophiques' Critique, 33, 1977, 430-441
[ 0613 ] LEWIS, W.Arthur 'Rising Prices:1899-1913 and 1950-1979' The Scandinavian Journ.Econ., V.82, n.4, 1980, 425-436
[ 0614 ] LHOMME, Jean (Aavv) 'Economia Politica e Sociologia Economica' in Tratado de Sociologia, 1968, 473-520
[ 0615 ] LIPIETZ Alain 'Le Fordisme peripherique etrangle par le Monetarisme Central' CEPREMAP, 1983, 28
[ 0616 ] LIPIETZ, Alain 'Accumulation, Crises et Sorties de crise: quelques reflexions methodologiques autour de la notion de Regulation' 1984, 44
[ 0617 ] LIPIETZ, Alain 'The so-called transformation Problem Revisited' Journal of Economic Thing, 2, 1981
[ 0618 ] LIPIETZ, Alain 'Conflits de repartition et changements techniques dans la theorie marxiste' Economie Appliquee, T.XXXIII, 2, 1980, 511-537
[ 0619 ] LIPIETZ, Alain Crise et Inflation pourquoi ? 1a., 1979, Paris, Maspero, 381
[ 0620 ] LIPIETZ, Alain 'Le Debat sur la valeur: bilain partiel et perspectives partiales' Comunicação ao Coloquio, Dez.1983
[ 0621 ] LIPIETZ, Alain 'Derriere la Crise: La Tendance a la baisse du taux de profit-L'apport de quelques travaux francais recents' Econometric Society-Summer Meeting , 1981, 25
[ 0622 ] LIPIETZ, Alain 'la mondialisation de la crise general du Fordisme (1967-1984)' Separata CEPREMAP, 1984, 43
[ 0623 ] LIPIETZ, Alain 'Nouvelle solution au probleme de la transformation: le cas du

capital fixe et de la rente' Recherches Economiques de Louvain, V.45, n.4, 1979, Dec, 371-389
[ 0624 ] LIPIETZ, Alain 'Tera a verdadeira moeda de ser uma verdadeira mercadoria?' Praxis, 9/10, 1980, Marco, 55
[ 0625 ] LIPIETZ, Alain 'Vers une mondialisation du Fordisme' Comm.Symp.Inter.de SFAX, CEPREMAP, 1981, 28
[ 0626 ] LIPSEY, Richard (Aavv) 'Incomes Policy: A reappraisal' Economica, 1970, Maio
[ 0627 ] LIPSEY, Richard 'Presidential Address:The understanding and control of inflation: is there a crisis in macro-economics ?' The Can.Journal of Economics, V.XIV, n.4, 1981, Novembro, 545-576
[ 0628 ] LIPSEY, Richard 'The Relation between Unemployment and the Rate of Change of Money Wage Rates in the United Kingdom, 1862-1957: A Further Analysis' Economica, V.28, n.110, 1960, 1-31
[ 0629 ] LIPSEY, Richard 'World Inflation' The Economic Record, 1979, Dezembro
[ 0630 ] LISBOA, Joao de 'Combate a Inflação dos Preços' Tribuna, 8/Nov/1971
[ 0631 ] LLANES, Deborah 'Apuntes sobre el ciclo economico contemporaneo' Economia y Desarrollo, 29, 1975, Junho, 47-80
[ 0632 ] LLANO, Eduardo del El Imperialismo: Capitalismo Monopolista 1976, Havana, Editorial Orbe, 595
[ 0633 ] LLIENKOV, E. V. Tradução, Logica Dialéctica. Ensayos sobre Historia y Teoria 2a., 1984, Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 265
[ 0634 ] LORANGER, J. G. 'Le rapport entre la pseudo-monnaie et la monnaie: de la possibilite a la realite des crises' Critique de l'Ec.Politique, n.s., 114-132
[ 0635 ] LOUREIRO, F. Pinto Problemas contemporaneos. Aspectos economicos e sociais da evolução portuguesa 1965, Lisboa, Cent.Est.Pol.-Sociais, 116
[ 0636 ] LOUREIRO, F. Pinto 'Em torno da inflação' Epoca, 5/Fev/1971
[ 0637 ] LUCAS, Yvette 'Utilisation Capitaliste des forces productives et ses effets sur la personnalite des travailleurs' La Pensee, 207, 1979, Outubro, 84-98
[ 0638 ] LUCAS-DUBRETON, J. Tradução, A Vida Quotidiana em Florenca no Tempo dos Medicis 1a., Lisboa, Livros do Brasil, 324
[ 0639 ] LUCKETT, Dudley G. Money and Banking 1a., 1976, Tokyo, McGraw-Hill, 585
[ 0640 ] MACEDO, Jorge Borges de Elementos para a Historia Bancaria de Portugal: 1797-1820 Lisboa, Cent.Est.Historicos(IAC), 75
[ 0641 ] MACEDO, Jorge Braga de A Divida Externa Portuguesa 1970, Lisboa, CEF-DGCI, 511
[ 0642 ] MACEDO, Jorge Braga de Interdependencia Economica, Sistema Monetario Internacional e Integração Portuguesa 1a., 1977, Lisboa, Banco de Fomento Nacional, 383
[ 0643 ] MACKAY, D.I. (Aavv) 'Wage Inflation and the Phillips Relationship' The Manc. Sch.Ec.Soc.Studies, Vol. XLII, 1974, 136-161
[ 0644 ] MADDOCK, Rodney (Aavv) 'A Child's Guide to Rational Expectations' Journal of Economics Literature, Vol.XX, n.1, 1982, Marco, 39-51
[ 0645 ] MAGALHÃES, Augusto F. R. Os Bancos Centrais e a sua função reguladora da Moeda e do Crèdito 1970, Casa do Livro
[ 0646 ] MAGALHÃES, Eduardo Calvet de 'Alta de Preços e aumento de salarios' Vida Mundial, 21/Jan/1972
[ 0647 ] MAGALINE, A. D. Lutte de classe et devalorisation du capital Paris, Maspero
[ 0648 ] MAGNIFICO, G. 'Situazione monetaria internazionale: e prospettive' Giornale Dezli Ec.Anna.Economia, n.1-2, 1980-Fevereiro, 1-22
[ 0649 ] MAIER, Charles S 'The Politics of Inflation in the Twentieth Century' in Political Economy of Inflation, Cambridge, H.U.P., 307

[ 0650 ] MALINVAUD, E. 'Wages and Unemployment' Economic Journal, V.92, n.365, 1982, Marco, 1-12
[ 0651 ] MANDEL, Ernest La crise 1974/82: les faits, leur interpretation marxiste Paris, Flammarion
[ 0652 ] MANDEL, Ernest 'A Recessao e a Combatividade da Classe Operaria' Novos Cadernos D.Quixote, 26, 1975, 57-64
[ 0653 ] MANDEL, Ernest 'A Subida do ouro' Perspectiva Mundial, n.1, Marco 1980, 16-22
[ 0654 ] MANDEL, Ernest Troisieme Age du Capitalisme Paris, U G E, 3 vol
[ 0655 ] MANDEL. Ernest Traite d'Economie Marxiste 1962, Paris, Union Generale d'Editions, IV vols.
[ 0656 ] MANDELBROT, Benoit 'Sur l'Epistemologie du hasard dans les sciences sociales. Invariance des lois et verification des predictions' Encyclopedie de la Pleiade, 1967, 1097-1112
[ 0657 ] MANN, H. Michael 'Seller Concentration, Barriers to Entry, and Rates of Return in Thirty Industries, 1950-1960' Review of Economics and Statistics, Vol.48, Agosto, 296/307
[ 0658 ] MARC, Alfred L'Evolution des Prix depuis cent ans 2a., 1966, Paris, Pres. Universitaires de France, 127
[ 0659 ] MARC, Michele Saint 'Un contre-pouvoir monetaire: l'offre de monnaie et son acceleration par les particuliers' Cahiers de l'ISMEA, Ser.MO n.1, 1978-Dezembro, 2197-2229
[ 0660 ] MARCELINO, Aida Maria (Aavv) Análise das Diferenciacoes Salariais no Continente (Jan 1974/Jan 1975) 1977, Lisboa, Ministerio do Trabalho, 83
[ 0661 ] MARCHAL, Andre 'Sociologia das Flutuacoes Economicas' in Tratado de Sociologia, 1968, 573-599
[ 0662 ] MARCHAL, Andre Systemes et structures economiques 1a., 1959, Paris, P U F
[ 0663 ] MARCUE, Carlos Perzabal 'Las categorias economicas como expresion de relaciones sociales de produccion' Economia y Desarrollo, 32, 1975, Dezembro, 29-54
[ 0664 ] MARCZEWSKI, Jean 'Theorie de la stagflation et experience comparee de la France et de l'Allemagne 1971/1979' Economie Appliquee, XXXIV, 4, 1981, 667-696
[ 0665 ] MARJOLIN, Robert (Aavv) 'Relatorio sobre o Mercado Monetario e as condicoes de Crèdito' Revista Bancaria, 24/5/6, 1971
[ 0666 ] MARJOLIN, Robert Prix, monnaie et production Essai sur les mouvements economiques de longue duree 1941, Paris, 370
[ 0667 ] MARK, Blaug La methodologie economique Paris, Economica
[ 0668 ] MARQUES, Alfredo (Aavv) 'Croissance et Crise de l'Economie Portugaise' Estudos de Economia, V.IV, n.1, Out/Dez 1983, 51-73
[ 0669 ] MARQUES, Alfredo 'Do carácter estrutural da crise e da sua especificidade em Portugal' Vertice, 456/7, Dez 1983, 55-63
[ 0670 ] MARQUES, Barbedo 'O Produto Nacional e os Preços' Diario Popular, 12/ Marco/1957
[ 0671 ] MARQUES, Francisco Rodrigues 'Quem Faz a Vida Cara' Diario de Coimbra, 24/ Maio/1959
[ 0672 ] MARSHALL, Alfred Economics of Industry 1964, Macmillan e Ca.
[ 0673 ] MARSHALL, Alfred Tradução, Principios de Economia Epasa
[ 0674 ] MARTENS, M 'Question ecrite n.806/76 e Reponse' J.Off.Comm.Europeennes, 1977, Abril, 4, 3-4
[ 0675 ] MARTIN, R. L. 'Wage-change interdependence amongst regional labour markets:

conceptual issues and some empirical evidence for the United States' Reg.Wage Infl.Unemployment, 1981, 96-135
[ 0676 ] MARTINS, Amilcar Soares (Aavv) Evolução da produtividade, do emprego e da remuneração em 24 sectores da industria transformadora (1953-1969) 1972, Lisboa, I N I I, 250
[ 0677 ] MARTINS, J. Teixeira 'Notas sobre o Estado' Vertice, 1978, Maio, 289-303
[ 0679 ] MARTINS, Oliveira A Circulação Fiduciaria Memoria apresentada a academia Real das Ciencias de Lisboa 3a., 1923, Lisboa, Parc.Antonio Maria Pereira, 320
[ 0680 ] MARTINS, Oliveira Economia e Financas 1956, Lisboa, Guimaraes e Ca.
[ 0681 ] MARTINS, Oliveira Literatura e Filosofia Lisboa, ed.Guimaraes
[ 0682 ] MARTYNOV, V. 'Exacerbação dos antagonismos do capitalismo' Ciencias Sociais, 3(20), 1983, 49-64
[ 0683 ] MARX, Karl (Aavv) Tradução, Critique des Programmes de Gotha et d'Erfurt 1966, Paris, Editions Sociales, 158
[ 0684 ] MARX, Karl (Aavv) Tradução, Lettres sur "Le Capital" 1964, Paris, Ed. Sociales
[ 0685 ] MARX, Karl Tradução, Le Capital Critique de l'Economie Politique 1969, Paris, Ed. Sociales, 8 vol
[ 0686 ] MARX, Karl Tradução, O Capital-Livro I 1o., 1974, Coimbra, Centelha, 302
[ 0687 ] MARX, Karl Tradução, Capitulo Inedito d'O Capital 1975, Publ. Escorpiao, 152
[ 0688 ] MARX, Karl Tradução, Contribution a la critique de l'Economie Politique 1957, Paris, Editions Sociales, 305
[ 0689 ] MARX, Karl Tradução, Grundrisse 1968, Paris, Anthropos, 4 vol.
[ 0690 ] MARX, Karl Tradução, Manifesto do Partido Comunista 1975, Lisboa, Ed. Avante
[ 0691 ] MARX, Karl Tradução, Miseria da Filosofia Resposta a Filosofia da Miseria de Pierre-Joseph Proudhon 1965, Rio de Janeiro, Ed. Leitura, 221
[ 0692 ] MARX, Karl Tradução, Salaire, Prix et Profit 1969, Paris, Editions Sociales, 92
[ 0693 ] MARX, Karl Tradução, Theories sur la Plus-Value (Livre IV du "Capital") 1974-1976, Editions Sociales, 3 Vol.
[ 0694 ] MARX, Karl Tradução, Trabajo Asalariado y Capital Madrid, Ricardo Aguilera, 63
[ 0695 ] MATA, Eugenia (Aavv) 'O Banco de Portugal, Unico banco emissor' Rev.Historia Economica e Social, 10, Dez, 1982, 49-70
[ 0696 ] MATEUS, Abel 'Inflação, Salarios e desvalorização' Economia, Vol.IV, n.2, 1980, Maio, 299-338
[ 0697 ] MATEUS, Augusto 'Politica Economica, Dinamica de Inflação e Repartição do Rendimento em Portugal (1974-1979)' Estudos de Economia, Vol.I, n.3, 1981, Agosto, 319-354
[ 0698 ] MATTICK, P. 'Some aspects of the value-price problem' Economie et Societes, S.XV.6-7, Julho 1981, 725-781
[ 0699 ] MATYAS, Antal History of Modern non-marxien economic 1980, Budapeste
[ 0700 ] MAURISSON, Patrick 'Prix d'Offre et egalisation des taux de profit: essai sur la formation des prix chez Marx' Cahier d'Economie Politique, 6, 1981
[ 0701 ] MAYOROV, Boris 'Nueva fase de la crisis monetaria del capitalismo' Economia y Desarrollo, 24, 1974, Agosto, 135-156
[ 0702 ] MAYOROV, Boris 'Los problemas monetario-financeros de los paises subdesarrollados' Economia y Desarrollo, 49, 1978, Outubro, 85-100
[ 0703 ] MAZAHERI, Aly Tradução, A vida quotidiana dos Muculmanos na Idade Media (século X século XIII) 1a., Lisboa, Livros do Brasil, 351
[ 0704 ] MEDEIROS, Fernando A Sociedade e a Economia Portuguesas nas origens do Salazarismo 1a., 1978, Lisboa, A Regra do Jogo, 413
[ 0705 ] MEIRELES, Henrique 'A crise da Filosofia marxista e o Marxismo' Vertice, 456/7, Dez 1983, 69-99

[ 0706 ] MELITZ, Jacques 'L'analyse monetaire et l'inflation' Economie et Statistique, 77, 1976, Abril, 78
[ 0707 ] MELITZ, Jacques 'Offre de Crèdit et Offre de Monnaie ' Revue Economique, 1975, 705-732
[ 0708 ] MELLOW, Wesley 'Unionism and Wages: a Longitudinal Analysis' The review of Economics and Statistics, LXIII-1, 1981-Fevereiro, 43-52
[ 0709 ] MENARD, Claude 'Equilibre, desequilibre, temps: un peu d'histoire' Economie Appliquee, XXXII, 2-3, 1979, 229-252
[ 0710 ] Menchikov, S. Tradução, Le Cycle Economique Phenomenes nouveaux dans le developpement economique du capitalisme 1a., 1976, Moscovo, Ed. du Progres, 525
[ 0711 ] MENDONCA, Antonio A. 'A actualidade da teoria economica de Marx' E C, 44, Agosto 1983, 25-32
[ 0712 ] MENDONCA, Antonio A. 'A teoria do valor na ciencia economica' Estudos de Economia, vol.II, n.3, 1982, Junho, 388-395
[ 0713 ] MENDONCA, Antonio A. 'Violencia da moeda ou violencia da teoria ?' Estudos de Economia, Vol.IV, n.1, Out.Dez. 83, 117-121
[ 0714 ] MENSHIKOV, S. 'Las Crisis Ciclicas y la inflacion en los paises capitalistas y perspectivas de la Economia de los Estados en Desarrollo' Com.ao II Cong.Ec.del Tercer Mundo, 1981
[ 0715 ] MEYER, Robert A. 'The Effectiveness of Price Regulation' The rev.of Ec.Statistics, Vol.LXII-4, 1981-Nov., 555-566
[ 0716 ] MINISTERIO DO TRABALHO Problematica do Salario Minimo Nacional (Ensaio elaborado em Dez 1969) 1977, Lisboa, Min. do Trabalho, 143
[ 0717 ] MISTRAL, J. (Aavv) 'Acceleration de l'inflation et Montre du Chomage-Association paradoxale ou consequence du caracteristiques du capitalisme contemporain ?' 1978, Novembro, 48
[ 0718 ] MONTA, Henriques 'Vencimentos, Salarios e Preços' Jornal da Beira, 12/Set/1958
[ 0719 ] MONTEIRO, Martin Noel 'Inflação: grandes e pequenas causas' Diario Popular, 21/Dez/1972
[ 0720 ] MONTEIRO, Martin Noel 'A propósito da inflação e das causas por que sobem os Preços' Jornal do Comercio, 12/Jan/1971
[ 0721 ] MONTEVERDE, Alonso Aguilar 'La crisis actual del capitalismo' Economia y Desarrollo, 61, 1981, Abril, 51-66
[ 0722 ] MONTEVERDE, Alonso Aguilar 'Inflacion y crisis' Economia y Desarrollo, 59, 1980, Dezembro, 157-184
[ 0723 ] MONZA, Alfredo 'Breve Nota sobre el problema de la transformacion' El Trimestre Economico, Vol.XLVI, 1979, Marco, 141-147
[ 0724 ] MORALES, Josefina 'las matematicas, los modelos y la economia politica' Economia y desarrollo, 62, 1981, Maio, 115-145
[ 0725 ] MOREIRA, J.Mimoso 'O Surto Inflaccionista' O Lobito, 20/Nov/1964
[ 0726 ] MOREIRA, V. Tribuna 'Sobre as formas, ou estadios de desenvolvimento, do capitalismo' Vertice, 1971, Marco, 217-240
[ 0727 ] MORENO, George Carriazo 'El capitalismo monopolista de Estado y la regulacion de las relaciones monetárias internacionales' Economia y Desarrollo, 51, 1979, Fevereiro, 85-106
[ 0728 ] MORENO, George Carriazo 'El capitalismo monopolista de Estado y la regulacion de la economia capitalista' Economia y Desarrollo, 48, 1978, Agosto, 80-97
[ 0729 ] MORENO, George Carriazo 'La desmonetizacion del oro: una realidad ?' Economia y Desarrollo, 46, 1978, Abril, 85-100
[ 0730 ] MORENO, George Carriazo 'Evolucion y perspectivas del sistema monetario

internacional capitalista' Economia y Desarrollo, 63, 1981-Julho, 97-132
[ 0731 ] Morishima, Michio (Aavv) Valor, Exploração e Crescimento Marx a Luz da Teoria Economica Moderna 1980, Rio de Janeiro, Zahar Edit., 232
[ 0732 ] Morishima, Michio 'Marx a la lumiere de la theorie economique moderne' Economie Appliquee, 4, 1975
[ 0733 ] Morishima, Michio Marx's Economics A dual theory of value and Growth 3a., 1977, Cambridge, Cambridge University Press, 198
[ 0734 ] MORLEY, R 'Profit, Relative Prices and Umenployment' The Economic Journal, vol.89, 1979, Setembro, 582-600
[ 0735 ] MORVAN, Y, La Concentration de l'industrie en France Paris, Colin
[ 0736 ] MOUCHOT, Claude Temps et Sciences Economiques 19078, Paris, Ed. Economica, 200
[ 0737 ] MOULTON, H.G. Tradução, Podera a Inflação ser controlada ? 1964, Fundo de Cultura,
[ 0738 ] MOURA, Francisco Pereira 'Ciclos Politicos e Modelos Politico-Econometricos' Estudos de Economia, Vol.I, n.3, 1981-Agosto, 265-284
[ 0739 ] MOURA, Francisco Pereira Licoes de Economia 1a., 1964, Lisboa, Classica Editora, 447
[ 0740 ] MOURA, Francisco Pereira 'Politicas de Estabilização e Desenvolvimento' Estudos de Economia, V.III-n.2, Jan-Mar 1983, 131-140
[ 0741 ] MOURA, Francisco Pereira Por onde vai a economia Portuguesa ? 19069, Lisboa, Publ.Dom Quixote, 205
[ 0742 ] MOURA, Francisco Pereira Por onde vai a Economia Portuguesa ? 4a., 1974, Lisboa, Seara Nova, 375
[ 0743 ] MOURA, Francisco Pereira Problemas Fundamentais de Economia 2a., 1962, Lisboa, Livraria Classica Editora, 254
[ 0744 ] MULVEY, Charles (Aavv) 'Estimating the Union/Non-union Wage differentian: a statistical issue' Economica, V.47, n.185, 73-80
[ 0745 ] MUNDELL, Robert A. Monetary theory 19071, Pacific Palisades, Goodyear Publ. Company, 189
[ 0746 ] MUNDELL, Robert Tradução, Croissance et inflation des relations entre developpement monnaie e0t balance des paiements 1977, Paris, Dunod, 214
[ 0747 ] MUNHOZ, Dercio Garcia 'I0nflação Impulsos de Custos Reversiveis e Não Reversiveis e a Taxa de Inflação de Equilibrio' Es0tudos Economicos, v.9 n.2, 1979, 5-45
[ 0748 ] MURPHY, Michael M. 'Price Controls and the Behavior of the Firm' International Economic Review, vol.21, n.2, 1980, Junho, 285-292
[ 0749 ] MURTEIRA, Bento J.F. 'Sobre a Evolução dos Preços do Centeio no Distrito de Braganca (1701-1788)' Economia e Financas, 21(2), 1953, 284-300
[ 0750 ] MURTEIRA, Mario A Determinação do Salario na Industria 1968, Lisboa, Morais, 225
[ 0751 ] MURTEIRA, Mario 'Estado, crise e regulação na Europa do Sul (uma reflexao comparada sobre a experiencia portuguesa)' Análise Social-3a.serie, V.XX, n.80, 1984, 29-40
[ 0752 ] MURTEIRA, Mario 'Politica nacional de salarios e produtividade' Análise Social, 269-271
[ 0753 ] MURTEIRA, Mario 'Ruptura e regulação da economia portuguesa nos anos 70' Economia e Socialismo, 57/58, 1982-Julho, 5-18
[ 0754 ] McDONALD 'The Dynamic Interaction Between the Phillips Relation and the IS-LM Model' Economic Record, 1978, Dez.
[ 0755 ] McELROY, F. W. 'A Simple Method of Causal Ordering' International Economic

Review, Vol.19, n.1, 1978, Fevereiro, 1-23
[ 0756 ] McENALLY, Richard W. 'Competition and Dispersion in Rates of Return: A Note' Journal of Industrial Economics, XXV, n.1, 1976, Setembro, 69-75
[ 0757 ] NAGELS, Jacques Genese, Contenu et Prolongements de la Notion de Reproduction du Capital selon Karl Marx, Boisguillebert, Quesnay, Leontiev 1970, Bruxelles, Universite Livre de Bruxelles
[ 0758 ] NAGELS, Jacques Travail Collectif et Travail Productif dans l'evolution de la pensee marxiste 1974, Bruxelle, Ed. l'Univ.de Bruxelles, 324
[ 0759 ] NAPOLEONI, Claudio O Valor na Ciencia Economica 1977, Lisboa, Ed. Presenca, 193
[ 0760 ] NIEHANS, Jurg 'Economics: History, Doctrine, Science, Art' Kyklos, V.34, n.2, 1981, 165-177
[ 0761 ] NIKAIDO, Hukukane (Aavv) 'Dynamics of wage-price spirals and Stagflation in the Leontief-Sraffa System' International Economic Review, V.19, n.1, 1978, Fevereiro, 83-102
[ 0762 ] NIKITINE Principes d'Economie Politique Moscovo, Ed. Progres
[ 0763 ] NIKITINE, S. (Aavv) 'A Inflação e a classe operaria' Revista Internacional, 7(25), 1976-Julho, 87-91
[ 0764 ] NOGARO, Bertrand Tradução, Curso de Economia Politica 1951, Lisboa, Cosmos, 2 vol.
[ 0765 ] NORDHAUS, William D. 'Inflation, theory and Policy' American Economic Review, V.66, n.2, 1976, Maio, 59-64
[ 0766 ] NORDHAUS, W. D. (Aavv) 'Pricing in the Trade Cycle' Economic Journal, 1972, Setembro
[ 0767 ] NUNES, Avelas Estruturalismo-Monetarismo: Significado de uma Polemica 1979, Coimbra, Fac.Direito de Coimbra
[ 0768 ] O'CONNOR, J The Fiscal Crisis of the State 1973, Nova Iorque, St. Martins Press
[ 0769 ] O. C. 'Tendencias inflacionistas e custo de vida' Diario Popular, 29/Junho/1966
[ 0770 ] OCDE La Demande de Monnaie dans les Principaux pays de l'OCDE Etudes Speciales, OCDE, 39-63
[ 0771 ] OCDE Inflation The Present Problem 1970, OCDE
[ 0772 ] OCDE Modele des Liaisons Internationales etabli par l'OCDE Etudes Speciales, 37
[ 0773 ] OCDE Portugal varios anos, Paris, OCDE, 87-88
[ 0774 ] OCDE 'Le probleme de l'investissement industriel' L'Observateur de l'OCDE, 1979, Marco, 15-17
[ 0775 ] OCDE Le Role de la Politique Monetaire dans la Regulation de la Demande L'Experience de six grans pays 1975, Paris, OCDE, 149
[ 0776 ] ODHNER, Erik (Aavv) 'Profits, Investment Fonds, and Wages in the Competing Sector' in Wage Formation and the Economy, Allen Unwin, 1973, 113-145
[ 0777 ] ODHNER, Erik (Aavv) 'Wage Policy in the Post-War Period' in Wage Formation and the Economy, 1973, 28-57
[ 0778 ] ODHNER, Erik (Aavv) 'Wages, Profits and Prices in the Sheltered Sector' in Wage Formation and the Economy, 1973, 177-186
[ 0779 ] OECONOMICS 'O Problema do Alto dos Preços. O Panorama dos Preços em Portugal' Diario Ilustrado, 2/Julho/1961
[ 0780 ] OIT Los Salarios
[ 0781 ] OIT Un Systeme integre de statistique des Salaires Manuel de methodologie Geneve, Bur.Intern.du Travail, 262
[ 0782 ] OKUN, A. 'Efficient Desinflationary Policies' American Economic Review, 1978, Maio, 1978, Maio

[ 0783 ] OKUN, A. Potential GNR: Its Measurement ans Significance 1962, Amer. Stat. Ass. Proceedings
[ 0784 ] OLIVE, Gaston 'L'Inflation : de quoi parlons-nous ?' Economie et Statistique, 77, 1976, Abril
[ 0785 ] OLIVEIRA, Artur Agueda 'Um Estudo Sobre o Centeio' Centro de Estudos Economicos, 7, 1948, 120
[ 0786 ] OLIVEIRA, Joao Craveiro Lopes de A Evolução da Divida Publica Portuguesa nos ultimos cem anos e o Convenio de 1902 1949, Lisboa, Soc. de Geografia de Lisboa, 229
[ 0787 ] OLIVEIRA, Jose Goncalo Correia de 'Politica de Preços' Boletim de Informação (Lisboa), 6(148), 15/Julho/1966
[ 0788 ] OLIVEIRA, Julio H. G. 'On Structural Inflation and Latin American Structuralism' Oxford Economic Papers, 1964, Outubro
[ 0789 ] OLIVEIRA, Julio H. G. 'On Passive Money' The Journal of Political Economy, V.LXXVIII, 1970, 805-814
[ 0790 ] OLIVEIRA, Mendes (Aavv) Primeiros Estudos sobre a Curva de Phillips em Portugal Algumas Apreciacoes e Quantificacoes sobre a Aplicabilidade da curva de Phillips nacional e regional na economia portuguesa 1981, T.dact.para IACEP
[ 0791 ] OMINAMI, C. Croissance et Stagnation au Chili: elements pour l'etude de la regulation dans une economie sous-developpee 1980, Paris, These a L'Universite Paris X
[ 0792 ] ONO, YOSHIYASU 'Price Leadership: A theoretical Analysis' Economica, 49, n.193, 1982, Fevereiro, 11-20
[ 0793 ] ORLEAN, Andre 'Auto-Validation des Changements de parite en regulation monopoliste' V.33, n.2, V.33, n.2, 1982, Marco, 323-338
[ 0794 ] ORLEAN, Andre 'Etat et Regulation monetaire-quelques reflexions theoriques fondees sur une etude de longue periode de l'Histoire monetaire Allemande' Cahiers de l'ISMEA, MO-1, XII-10/12, Dez 1978, 1979-2001
[ 0795 ] ORLEAN, Andre 'Inflation et souverainete monetaire' Critique de l'Economie Politique, n.s., 93-113
[ 0796 ] ORLEAN, Andre 'Une Nouvelle Interpretation de l'hyperinflation Allemande' Revue Economique, V.30, n3., Maio, 1979, 518-538
[ 0797 ] ORLEAN, Andre 'Specialisation et taux de change: une vue d'ensemble' Seminaire de l'ISMEA, Jan 1984, 23
[ 0798 ] OTT, David J. (Aavv) Macroeconomic Theory 1a., 1975, Tokyo, MecGraw-Hill, Inc, 401
[ 0799 ] PALACIOS, M. S. 'Marx: sobre trabalho produtivo e improdutivo' Seara Nova, 1596/1597, 1978, 9-15
[ 0800 ] PALDAM, Martin 'The International Element in the Phillips Curve' The Scandinavian Journal of Economics, v.82, n.2, 1980, 216-239
[ 0801 ] PALLOIX, Christian 'Economie d'endettement international ou Economie de Crèdit International? Des limites de l'analyse de l'Imperialisme ' Com. coloquio"Le Nouv.Ordre Mond.", Set. 1983, 25
[ 0802 ] PALLOIX, Christian 'O Processo de Trabalho do fordismo ao neofordismo' Revista Tecnica do Trabalho, 1416, Set 1984, 154-177
[ 0803 ] PANICO, Carlo 'Marx's analysis of the Relationship between the rate of interest and the rate of profits' Cambridge Journal of Economic, V.4, n.4, 1980, Dezembro, 363-379
[ 0804 ] PARAIRE 'Essai sur la portee et les moyens de logiques en economie' Economies et Societes, T.XVI, n.3, Marco 1982, 355-377
[ 0805 ] PARETO, Vilfredo Manuel d'Economie Politique 1966, Geneve, Liv. Droz

[ 0806 ] PARGUEZ, Alain 'Ordre Social, monnaie et regulation' Economie Appliquee, XXXIV, 2-3, 1981, 383-448
[ 0807 ] PARK, Richard W. 'Inflation and relative price variability' Journal of Political Economy, v. LXXXVI, 1978, Fev, 79-96
[ 0808 ] PARKIN, Michael 'Incomes Policy: Some Further Results on the Determination of the Rate of Change of Money Wages' Economica, 1970, Novembro, 386-401
[ 0809 ] PARKIN, Michael 'A Monetary Analysis of the Generation and Transmission of World Inflation: 1958-1971' The American Economic Review, v.67, n.1, 1977, Fevereiro, 164-171
[ 0810 ] PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES A Banca ao Servico do Povo 1975, Lisboa, Ed. Avante
[ 0811 ] PASCALLON, P. 'La demande de Monnaie-Analyse critique d'un concept' Economie Appliquee, 1978
[ 0812 ] PASSET, Rene 'L'Evolution actuelle des Sciences physiques et biologiques et son implication pour la science economique' Problemes Economiques, 1723, 1981, 13 Maio, 9-16
[ 0813 ] PAZOS, Felipe Chronic Inflation in Latin America Nova Iorque, Praeger
[ 0814 ] PEREIRA, A. Ramos 'Introdução ao Estudo da Banca' Revista de Economia, 7(2), 1954-Junho, 81-90
[ 0815 ] PEREIRA, A. Ramos 'Principios Fundamentais da Banca Moderna' Revista de Economia, v.VI, F.IV, Dez, 1953, 225-232
[ 0816 ] PEREIRA, Alvaro Mamede Ramos O Sistema de crèdito e a estrutura bancaria em Portugal 1969, Lisboa, Gab.Invest.Econ.do ISCEF, vol 2
[ 0817 ] PEREIRA, Caetano 'Continua a Mare Alta da Subida ... Nos Preços dos Generos de toda a Necessidade' Jornal de Evora, 11/Fev/1964,
[ 0818 ] PEREIRA, Joao Martins Industria, Ideologia e Quotidiano (ensaio sobre o capitalismo em Portugal) 1a., 1974, Porto, Ed. Afrontamento, 251
[ 0819 ] PEREIRA, Manuel Henrique 'O fenomeno da inflação' Diario do Norte, 1/Fev/1970
[ 0820 ] PEREIRA, Manuel Jacinto 'As despesas militares e a inflação' Servico de Administração Militar, 16(6), Marco 1965, 254-263
[ 0821 ] PEREIRA, Mirian Halpern Politica e Economia Portugal nos séculos XIX e XX 1979, Lisboa, Livros Horizonte, 149
[ 0822 ] PEREIRA, Mirian Halpern Assimetrias de Crescimento e dependencia externa 1974, Lisboa, Seara Nova
[ 0823 ] PEREIRA, Mirian Halpern Livre-Cambio e desenvolvimento economico em Portugal na segunda metade do século XIX 1971, Lisboa, Cosmos
[ 0824 ] PEREIRA, Mirian Halpern 'As Origens historicas do subdesenvolvimento portugues' Análise Social, v.XIV, n.53, 1978, 7-20
[ 0825 ] PEREIRA, Mirian Halpern A Politica Portuguesa de Emigração 1850-1930 1a., 1981, Lisboa, A Regra do Jogo, 259
[ 0826 ] PEREIRINHA, Jose A. 'Evolução Salarial em Portugal na decada de 70' Estudos de Economia, v.I, n.1, 1980, 69-82
[ 0827 ] PERELMAN, Michael 'Capital, Constant Capital and the Social Division of Labor' Review of Radical Political Economies, V.13, n.8, 1981, 43-53
[ 0828 ] PERES, Damiao Historia do Banco de Portugal (1821/1846) 1971, Lisboa, Banco de Portugal
[ 0829 ] PERETZ, Paul 'The Political Economy of Inflation' Ph.D.Thesis, 1976, Chicago
[ 0830 ] PEREZ, Manuel 'Valeur et prix: un essai de critique des propositions neo-ricardiennes' Critiques de l'Economie Politique, 10, n.s., 1980, Marco, 122-149
[ 0831 ] PERROUX, F (Aavv) Inflation, dollar, euro-dollar Paris, Gallimard

[ 0832 ] PERROUX, F Recherches Interdisciplinaires. L'idee de regulation dans les Sciences 1977, Paris, Ed Maloine, 258
[ 0833 ] PERRY, George L. 'Under standing World Inflation' American Economic Review, Vol.LXV, n2, 1975, Maio, 120-124
[ 0834 ] PERSICO, P. 'Inflazione e Prezzi relativi o degli effeti di scala sur livello assoluto dei prezzi in Italia' Gio.d.Economisti e Annali di Economia, n.1-2, 1981-Jan, 65-80
[ 0835 ] PHELPS, Edmond S. 'Money Wage dynamics and labor market eauilibrium' Journal of Political Economy, v.76, 1968
[ 0836 ] PHILLIPS, A. W. 'The Relation Between Unemployment and the Rate of Change pf Money Wage Rates in the United Kingdom, 1861-1957' Economica, 1958, Nov, 283-299
[ 0837 ] PHILLIPS, Almarin 'A Critique of Empirical Studies of Relations Between Market Structure and Profitability' The Journal of Industrie Economics, XXIV-4, 1976, Junho, 241-249
[ 0838 ] PIAGET, Jean Logique et Connaissance Scientifique 1967, Paris, Ed. Gallimard, 1345
[ 0839 ] PICARD, Pierre 'Croissance et inflation dans un modele de desequilibres' Revue Economique, Vol.32, n.6, 1981, Novembro, 1013-1044
[ 0840 ] PIERO, Garbero (Aavv) Inflazione Teorie e politiche economiche alternative 1980, Torino, Loescher, 480
[ 0841 ] PIERRE-YVES, Henin Macrodynamique:Fluctuation et croissance 2a., 1981, Paris, Economica, 512
[ 0842 ] PIMENTA, Carlos (Aavv) A Curva de Phillips em Portugal (Lisboa e Porto) 1a., 1983-Fev, Lisboa, IACEP, 213
[ 0843 ] PIMENTA, Carlos (Aavv) 'A Curva de Phillips em Portugal: Primeiros Ensaios de um modelo global' Comunicação ao CISEP, ISE
[ 0844 ] PIMENTA, Carlos (Aavv) 'Description des índices de prix internes et quelques remarques sur leurs methodologies' Texto dactilografado, 55
[ 0845 ] PIMENTA, Carlos (Aavv) 'Notas sobre a Evolução Recente da Partilha do Rendimento entre Capital e Trabalho' Revista Tecnica do Trabalho, 3, 1980, Marco, 95/154
[ 0846 ] PIMENTA, Carlos (Aavv) 'Primeiro Estudo sobre a Conjuntura do sector textil' Economia Textil, 4, Marco 81, 152
[ 0847 ] PIMENTA, Carlos Prim.Est.sobre a C. Phillips Port.-Sint.Signif.Ec., Eco.Pol.curva de Phillips na sua vers.Inic.post.desenv..Explic.das sua hip.cond.ec.-socias a sua verificação 1981, Text.dactil.para IACEP
[ 0848 ] PIMENTA, Carlos 'A Alegoria dos Preços no Consumidor 1980' Rev. Tec. Trabalho, 5/6, 1980, Dez, 173-177
[ 0849 ] PIMENTA, Carlos 'Algumas notas sobre os Preços na Hungria' Opiniao, 153, 2/9/76
[ 0850 ] PIMENTA, Carlos 'A banca e a politica de crèdito alguns apontamentos gerais sobre crèdito' E C, 10, 1977, Setembro, 19-35
[ 0851 ] PIMENTA, Carlos 'Breve histoire des explications des variations, salariales et des theories de l'inflation avant l'article de A.W. Phillips' Est.Aplic.modelo REGIS a Portugal, 1981, 42
[ 0852 ] PIMENTA, Carlos Combater a Inflação, Promover o Desenvolvimento 42, 1983-Abril, Economia EC 4-21
[ 0852A ] PIMENTA, Carlos Economia Portuguesa Uma experiencia, uma análise 1984, Lisboa, Ed. Caminho, 223
[ 0853 ] PIMENTA, Carlos 'Força de trabalho e trabalho' Revista Tecnica do Trabalho, 2,

1979, dez., 115-158
[ 0854 ] PIMENTA, Carlos 'Inflação e Demagogia-Breve apontamento sobre a Resolução n.56-A/80' Revista Tecnica do Trabalho, 4, 1980, Junho, 167-168
[ 0855 ] PIMENTA, Carlos 'Le Marxisme et la Courbe de Phillips sur les salaires et le chomage: remarques theoriques et sur la societe portugaise' Texto dactilografado
[ 0856 ] PIMENTA, Carlos 'A moeda tem 'direito de citadania'' Praxis, 2, 1978, Marco, 22/36
[ 0857 ] PIMENTA, Carlos Monopolios e Politica Antimonopolista no Portugal de Hoje 1a., 1975, Porto, Limiar, 195
[ 0858 ] PIMENTA, Carlos 'Para uma análise marxista da inflação' E C, 13, 1978, Marco, 31-63
[ 0859 ] PIMENTA, Carlos 'A politica Economica e as transformacoes sociais: Experiencia da Revolução Portuguesa' C.ao II Cong.Ass.Ec.Terc.Mundo-Cuba, 1981-Abril, 60
[ 0860 ] PIMENTA, Carlos 'Referencias a evolução dos Preços em Portugal e no Mercado Comum' E C , 26-27, 1980, Julho, 65-88
[ 0861 ] PIMENTA, Carlos 'Salarios, Contratação Colectiva e Inflação' Revista Tecnica do Trabalho, 1, 1979, Junho, 131-150
[ 0862 ] PIMENTA, Carlos 'Os Salarios Profissionais Lider o caso portugues ' Revista Tecnica do Trabalho, 14/16, Set 1984, 181-238
[ 0863 ] PIMENTA, Carlos 'Os salarios na Regiao Norte-Conhecer para Transformar' Cadernos Ciencias Sociais, 2
[ 0864 ] PIMENTA, Carlos 'O Sistema monetario europeu e a revolução portuguesa' EC, 20, 1979, Maio, 5-17
[ 0865 ] PIMENTA, Carlos 'As vias de ampliação do mercado interno' E C, 17, 1978, Nov., 13-24
[ 0866 ] PINCON, R. 'Une analyse econometrique de l'evolution du taux d'interet du marche monetaire' Economie et Societe, XIV, 2, 3, 4, 1980, Abril, 603-622
[ 0867 ] PINDYCK, Robert S. (Aavv) Econometric Models and Economic Forecasts 1a., 1976, Tokyo, McGraw-Hill, Inc, 580
[ 0868 ] PINTADO, V. Xavier Structure and Growth of the Portuguese Economy 1964, Genova, EFTA, 240
[ 0869 ] PINTADO, Valentim Xavier (Aavv) 'Os movimentos da alta de Preços ' Jornal do Comercio, 5/Fev/1969
[ 0870 ] PINTO, A. Rosa 'A Inflação Monetaria ' Debate, 17/Junho/1972
[ 0871 ] PINTO, Jose Madureira Ideologias: Inventario Critico dum Conceito 1a., 1978, Lisboa, Edit.Presenca/GIS, 146
[ 0872 ] PINTO, Luis Maria Teixeira Aspectos da Politica Economica Portuguesa (1963-1964) 1965, Lisboa, Imprensa Nacional, 323
[ 0873 ] PINTO, Luis Maria Teixeira 'Prevenção e Repressao. Objectivo: Combater a Elevação do Custo de Vida' Diario de Noticias, 7/Nov/1964
[ 0874 ] PITCHFORD, J. D. 'Cost and Demand Elements in the Inflationary Process' Review of Economic Studies, 1957-Fev
[ 0875 ] PLASSARD, E (Aavv) 'Les Chretiens et l'inflation' Chronique Sociale de France, 4, 1974
[ 0876 ] POIARES, J.L. Almeida 'Notas sobre o Mercado Monetario e a Politica Monetaria em Portugal' Revista Bancaria, 26, 1971, Outubro, 41-59
[ 0877 ] POISSON, Adrien Le Pouvoir d'Achat 2a., Paris, CGT, 188
[ 0878 ] PORTO, Militao 'A inflação e os salarios' Tribuna Livre, 28/Out/1972
[ 0879 ] POULANTZAS, Nicos Tradução, O Estado, O Poder, O Socialismo 1a., 1978, Lisboa, Moraes Editores, 255
[ 0880 ] POULANTZAS, Nicos Tradução, Poder Politico e as Classes Sociais 2a., 1977,

Lisboa, Dinalivro, 441
[ 0881 ] QUALLS 'Concentration Barriers to Entry and Long Run Economic Profit Margins' The Journal of Industrial Economics, 1972, Abril
[ 0882 ] QUALLS 'Stability and Persistence of Economic Profit Margins in Highly Concentrated Industries' Economic Journal, V.40, n.4, 1974
[ 0883 ] RAMALHEIRA, Alberto (Aavv) 'Acumulação de Capital e Financiamento' Economica Lusitania, 2o., 1966-Dezembro
[ 0884 ] RAMALHEIRA, Alberto 'Custo de vida e salarios' Empresa, 11, Jan-Fev/1967, 23-30
[ 0885 ] RAMALHO, Maria Madalena Algumas Causas da Inflação Lisboa, Ministerio do Trabalho
[ 0886 ] RAMOS, Antonio Brito O Emprego no Sector Terciario Metropolitano 1974, Lisboa, Ministerio do Trabalho, 103
[ 0887 ] RAMOS, Gilberto 'A Economia Portuguesa e a Inflação' Seara Nova, 1517, 1972, Marco, 3-7
[ 0888 ] RAPAZ, Virgilio J. 'Um panorama da teoria monetaria pos-Keynesiana' Economia, II, 2, 1978-Maio, 201-260
[ 0889 ] REES, Albert 'The Phillips Curve as a menu for policy choice' Economica, 37, 147, 1970, Agosto
[ 0890 ] REGO, Zozimo Pimenta de Castro 'Algumas Notas sobre a Evolução dos Preços e Salarios na Agricultura entre 1934 e 1957' Sep.da Rev.do Cent.Est.Ec.-INE, 21, 1958, 191-250
[ 0891 ] REGUEIRA, Alberto 'A Inflação portuguesa.Reflexoes sobre a sua natureza e as orientacoes de politica a ensaiar' Brotoria, 92(12), 1971-Dezembro, 588-602
[ 0892 ] REINGANUM 'A Simple Model of Equilibrium Price Dispersion' Journal os Political Economy, Agosto 1979, 851/858
[ 0893 ] REIS, Carlos Amado 'Da inflação' Voz, 19/Marco/1965
[ 0894 ] REIS, Jaime 'O atraso economico portugues em perspectiva historica (1860-1913)' Análise Social3a. serie, V.XX, n.80, 1984, 7-28
[ 0895 ] REIS, Jaime 'A Lei da Fome: as origens do proteccionismo cerealifero(1899-1914)' Análise Social, IV, 60, 1979-4o.Trim., 745-793
[ 0896 ] RESENDE, Andre Lara 'Incompatibilidade Distributiva e Inflação Estrutural' Estudos Economicos, 1981, Dezembro, 133-150
[ 0897 ] RHOADES, Stephen A. 'Concentration, Barries to Entry, and Rates of Return Revisited' The Journal of Industrial Economies, 193-199
[ 0898 ] RIBEIRO, Elivan Rosas 'A Mulher-Algumas notas sobre o seu papel na reprodução da mercadoria força de trabalho' EC, 46, 1983, Dezembro, 29-38
[ 0899 ] RIBEIRO, Elivan Rosas 'A teoria das crises em Baran, Sweezy e Magdoff' E C, 44, Agosto 1983, 33-42
[ 0900 ] RIBEIRO, Ferreira 'A Conta Geral do estado e a inflação' Seara Nova, 44/1437, Julho 1965, 195 e 215
[ 0901 ] RIBEIRO, Ferreira 'Inflação, custo de vida e poder de compra' Seara Nova, 44(1438), Ag/1965, 225-226
[ 0902 ] RIBEIRO, Ferreira 'Nova terminologia na problematica economica portuguesa. Inflação' Seara Nova, 44(1431), 6 e 31/Jan/1965,
[ 0903 ] RIBEIRO, J. J. Teixeira Teoria Economica dos Monopolios 1934, Coimbra, Coimbra Editora, 252
[ 0904 ] RIBEIRO, Maria Eduarda (Aavv) 'Politicas de rendimentos: as experiencias de alguns paises industrializados' Análise Social, XVI, 64, 1980, 745-778
[ 0905 ] RIBEIRO, Maria Eduarda Fixação e Actualização do Salario Minimo e Problemas Conexos 1971, Lisboa, Min.Corp.Prev.Social, 69

[ 0906 ] RIBEIRO, Nelson (Aavv) 'A Critica da Crise' Vertice, 456/7, Dez 1983, 27-54
[ 0907 ] RIBEIRO, Nelson 'A Crise actual:Acidente ou Necessidade?' EC, 45, Out.1983, 50-60
[ 0908 ] RIBEIRO, Sergio Índices de Preços no Consumidor 19/AB/1968, Diario de Lisboa
[ 0909 ] RIBEIRO, Sergio 'Inflação-Conjuntura delicada?' Seara Nova, 1482, 1969, Abril, 123-124
[ 0910 ] RIBEIRO, Sergio O Orcamento, a "Politica" e a "Economia" 1a., 1969, Lisboa, Seara Nova, 80
[ 0911 ] RIBEIRO, Sergio A politica economica portuguesa.Dialogo entre dois economistas 1969, Lisboa, Seara Nova, 90
[ 0912 ] RICARDO, David Tradução, Des Principes de l'Economie Politique et de l'Impot 1971, Flammarion, 376
[ 0913 ] ROBINSON, Joan The Economics of Imperfect Competition 1933, Londres, Macmillan
[ 0914 ] ROBINSON, Joan Tradução, Um Estudo de Economia Marxiana 1977, Lisboa, Dinalivro
[ 0915 ] ROBINSON, Joan 'Marx, Marshall Keynes tres concepcoes do capitalismo' Cadernos Praxis
[ 0916 ] ROBINSON, Joan 'Review of "the Economics of Inflation" by Bresciani Turroni' Economic Journal, 1938, Setembro
[ 0917 ] ROBINSON, Joan 'Time in Economie Theory' Kyklos, V.33, Fc.2, 1980, 219-229
[ 0918 ] ROCHA, Albino Vieira da Situação Economica de Portugal A Alta dos Preços 1913, Coimbra, Franca & Armenio, 207
[ 0919 ] ROCHA, Albino Vieira da A Reforma Monetaria e as financas de Portugal 1913
[ 0920 ] ROCHA, Bento Coelho da 'Custo de Vida, Preços e Salarios' Diario da Manha, 23/Marco/1960
[ 0921 ] ROCHA, Bento Coelho da 'Miserias e Grandezas das conjunturas de Ordem Inflacionista' Diario de Luanda, 27/Jan/1954
[ 0922 ] RODRIGUES, Elia Maria População Potencialmente Activa sua situação passada, presente e futura 1974, Lisboa, Ministerio do Trabalho, 37
[ 0923 ] RODRIGUES, Victor M.C. 'Os efeitos induzidos no saldo da balanca comercial por uma desvalorização do escudo: um modelo aplicado' Economia, v.II, 3, 1978, outubro, 375-406
[ 0924 ] RODRIGUEZ, Carlos Rafael 'La verdadera relacion entre los salarios y los precios' Economia y Desarrollo, 57, 1980, Junho, 23-36
[ 0925 ] RODRIGUEZ, Jose L. 'El financiamiento Externo para el desarrollo' Com.ao II Cong.Ec.do ter.Mundo, 1981, 40
[ 0926 ] ROJO, Luis Angel 'Sobre el Estado Actual de la Macroeconomia' Pensamiento Iberoamericano, 1, 1982-Junho, 45-71
[ 0927 ] ROLDAN, Alfredo E. 'Estudios Econometricos de la inflacion en algunos paises LatinoAmericanos' Monetaria, Vol.II, n.3, 1979, Setembro, 309-346
[ 0928 ] ROLL, Erich Tradução, Historia do Pensamento Economico 4a., 1950, Lisboa, Cosmos, II-334
[ 0929 ] ROMA, C.Morato De la Monnaie 1a., 1861, Lisboa, Imp.Soc.Typogr.Fr.-Portug., 103
[ 0930 ] ROMAO, Antonio 'Inflação e Modelo de Acumulação' Economia e Socialismo, 15, Junho 1977, 3-12
[ 0931 ] ROMAO, Antonio Portugal Face a CEE Uma avaliação global do processo de integração economica (1960-1980/2) 1a., 1983, Lisboa, Livros Horizonte, 339
[ 0932 ] ROMAO, Isabel 'Discriminacoes salariais contra as Trabalhadoras Portuguesas e Remuneracoes Praticadas' Cadernos Condição Feminina 6, 1977-Agosto, 91

[ 0933 ] ROMAO, Isabel 'Situação de Trabalho das mulheres portuguesas' Cadernos Condição Feminina 4, 1976-Dezembro, 88
[ 0934 ] ROMAO, Isabel 'Situação de Desemprego das Mulheres Portuguesas' Cadernos Condição Feminina 5, 1977-Junho, 50
[ 0935 ] ROMEO, Carlos 'Sobre el desarrollo de la teoria del valor y los precios' Economia e Desarrollo, 28, 1975, Abril, 49-72
[ 0936 ] ROSA, Eugenio A Economia Portuguesa em Numeros 1975, Lisboa, Moraes Editores, 144
[ 0937 ] ROSA, Eugenio Fracasso da Politica de Direita 16 Meses de Governo PS 1978, Lisboa, Seara Nova, 371
[ 0938 ] ROSA, Eugenio O Fracasso dos Governos de Direita em Portugal 1a., 1982, Lisboa, Ed.1 de Outubro, 251
[ 0939 ] ROSA, Eugenio 'O que e a Inflação e porque sobem e como sobem os Preços' Diario de lisboa, 20/Janeiro/1972,
[ 0940 ] ROSA, Eugenio Portugal: Dois Anos de Revolução na Economia 1a., 1976, Lisboa, Diabril, 340
[ 0941 ] ROSA, Eugenio Problemas Actuais da Economia Portuguesa 1974, Lisboa, Seara Nova, 190
[ 0942 ] ROSA, Eugenio 'Sera a divida publica uma das causas da inflação ?' Diario de Lisboa, 11/Julho/1972
[ 0943 ] ROSANVALLON, P. 'Le Developement de l'economie souterraine et l'avenir des societes industrielles' Le Debat, 1980, Junho
[ 0944 ] ROSAS, Joao Augusto Dias Coordenadas da politica economica portuguesa 1970, Lisboa, 22
[ 0945 ] ROSAS, Joao Augusto Dias Rumos da Politica Economica 1972, Lisboa, Min.das Financas e Economia,
[ 0946 ] ROSENBERG, Sam (Aavv) 'A Conflict Theory Approach to Inflation in the Postwar U.S. Economy' The American Economic Review, v.71, n.2, 1981-Maio, 42-47
[ 0947 ] ROSENTHAL, (Aavv) Tradução, Dicionario Filosofico 1972, Lisboa, Estampa, 5 vol.
[ 0948 ] ROSENTHAL, M. des Problemes de la Dialectique dans le Capital de Marx 1959, Moscovo, ed.Lingua Estrangeira, 483
[ 0949 ] ROSS (Aavv) 'Wage Determination, Inflation and the Industrial Structure' American Economic Review, v.LXIII, 1, 1973
[ 0950 ] ROUZAUD, Catherine Les origines de la notion de prix. Reexament critique pour la problematique de la mesure de la valeur 1976, Tese en Sc.Economique
[ 0951 ] RUEFF, 'Defense et Illustration de l'etalon-or' in l'Age de l'Inflation, 47-77
[ 0952 ] RUIZ, Carlos 'Notas sobre Dinero e Inflacion' Economia y Desarrollo, 40, 1977, Abril, 127-158
[ 0953 ] RUIZ, Orlando Martinez 'Notas sobre el concepto de convertibilidad de las divisas' Economia y Desarrollo, 64, 1981-Setembro, 85-102
[ 0954 ] RUTLEDGE, John 'Irving Fisher and Autoregressive Expectations' American Economic Review, V.67, n.1, 200-205, 200-205
[ 0955 ] S., J.L. 'Origens do Crèdito Agricola: Os Celeiros Comuns' Seara Nova, 1454, 1966, Dezembro, 363-364
[ 0956 ] SA, Jorge de 'Formação Economica e Social e Fase de Transição' Seara Nova, 1572, 1976, Outubro, 17-23
[ 0957 ] SA, Victor de A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestacoes das ideias Socialistas em Portugal (1820-1852) 1969, Lisboa, Seara Nova
[ 0958 ] SACHS, Jeffrey 'The Changing Cyclical Behavior of Wages and Prices:1890-1976'

The Amer.Ec.Review, 1980, Marco
[ 0959 ] SAGNOL, Marc 'Des Grundrisse au Capital' La Pensee, 228, 1982-Agosto, 17-28
[ 0960 ] SAINT-MARC, Michele 'Un contre-pouvoir monetaire: l'offre de Monnaie et son acceleration par les particuliers' Cahiers de l'ISMEA, MO-1, XII-10/12, 1978-Dez, 2197-2229
[ 0961 ] SALAMA, Maurice Les Marches Financiers dans le Monde 1a., 1980, Paris, P U F, 124
[ 0962 ] SALAMA, Pierre (Aavv) Une Introduction de l'Economie politique 1975, Paris, Maspero, 205
[ 0963 ] SALAMA, Pierre 'A nouveau sur la tansformation des valeurs en prix de production' Cahiers d'Economie Politique, 3, 77-88
[ 0964 ] SALAMA, Pierre Sur la Valeur 1975, Paris, Maspero
[ 0965 ] Salazar, Antonio Oliveira O Agio do Ouro, sua natureza e suas causas (1891-1915) 1916, Coimbra
[ 0966 ] SALIN, Pascal 'As Taxas de cambio flutuantes serao eficazes?' Folha textil, 13, Julho 1977
[ 0967 ] SAMPAIO, Francisco 'Historia Economica Análise critica a tabela de Preços dos cinco mercados reguladores (Viana, Caminha, Arcos, Monção, Ponte de Lima) entre 1858-1868' Separata da Revista Caminiana, 3-4, Junho 1981, 44
[ 0968 ] SANCHEZ, Jose J. Feria 'La planificacion de los precios en las condiciones actuales de nuestra economia' Economia y Desarrolo, 62, 1981, Maio, 59-82
[ 0969 ] SANIO, Erhard Geld und wahrung-Aktuelle Probleme 1978, Verlag Marxistische Blotter
[ 0970 ] SANTOS, A. Carlos 'Crise da critica e ideologia da Crise' Vertice, 456/7, Dez 1983, 5-26
[ 0971 ] SANTOS, Albano 'A Evolução das Despesas Publicas em Portugal Aspectos de longo prazo' Estudos de Economia, Vol.IV, n.4, Set.1984, 487-500
[ 0972 ] SANTOS, Albano O Salario na Industria Transformadora Ensaio 1980, Lisboa, Ministerio de Trabalho, 166
[ 0973 ] SANTOS, Jorge 'A Distribuição Lognormal: sua aplicação a dados portugueses de Distribuição do Rendimento' Estudos de Economia, V.III, n.2, 1983-Marco, 201-218
[ 0974 ] SANTOS, Mario Cardoso dos (Aavv) 'Evolução da produtividade do trabalho, da remuneração e do emprego na industria tranformadora' Análise Social, VII, 27-28, 1969, 551-559
[ 0975 ] SANTOS, Oscar Pino 'La Crisis del Capitalismo' Com.ao II Cong.Ec.do Terceiro Mundo, 1981, 60
[ 0976 ] SANTOS, Piteira 'O fascismo em Portugal: conceito e pratica' in O Fascismo em Portugal, 1982, 9-18
[ 0977 ] SANTOS, Piteira Geografia e Economia da Revolução 1820
[ 0978 ] SANTOS, Teixeira 'La Courbe de Phillips: Genese, Evolution et Critique d'une relation entre le chomage et le taux de variation des salaires nominaux' Texto dactilografado, 37
[ 0979 ] SARAIVA, . Jose Luis Ferreira 'Fontes utilizadas para Medida do desemprego' Bol. Mens.de Estatistica , n.11-Anexo, 3-17
[ 0980 ] SARGAN, J. D. 'A Model of Wage Price inflation' Review of Economic Studies, V.XLVII, 1980, 97-112
[ 0981 ] SAUVY, Alfred Conjoncture et Prevision Economiques 7a., 1969, Paris, Pres.Univ. de France, 127
[ 0982 ] SAYAD, Joao 'Inflação e Agricultura' Pesquisa e Planejamento Economico, V.9, 1979, Abril, 1-32

[ 0983 ] SCARFE, B. Cycles, Growth and Inflation 1977, McGraw-Hill
[ 0984 ] SCHADLER, S. 'Taxas de juro e taxas de cambio' Financas e Desenvolvimento, V.4-n.2, Junho 1984, 7-11
[ 0985 ] SCHMITT, Bernard Or, Dollar et Monnaie Supranationale Paris, Colmann-Levy
[ 0986 ] SCHMITT, Bernard La Monnaie Europeene 1977, Paris, Pres.Univ.de France
[ 0987 ] Schneider, Erich Tradução, Teoria Economica 1a., 1962, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 4 vol.
[ 0988 ] SCHNEIDER, Susan O Marques de Pombal e o Vinho do Porto-Dependencia e Subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII 1a., 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, 289
[ 0989 ] SCHWARTZMAN, David 'The Effect of Monopoly on Price' Journal of Political Economy, V.67, 1959, Agosto, 352/361
[ 0990 ] SCHWEINBERGER, Albert G. 'The Theory of Factor Price Differentials-The Case of constant absolute differentials' Journal of International Economics, 1979-Fev., 1979-Fev., 95-115
[ 0991 ] SEABRA, Fernando M. A. Centro de Estudos Economicos-INE, 6, 1948, 41
[ 0992 ] SEABRA, Fernando M. A. 'Desenvolvimento Economico e Inflação' Centro de Estudos Economicos, 18, 1975, 291-309
[ 0993 ] SECRET.EST.INF.E TURISMO Alguns Elementos sobre a Economia Portuguesa 1969, Lisboa, SEIT, 172
[ 0994 ] SEMMLER, Willi 'Competition, monopoly, and Differential Profit Rates A Reconsideration of the Classical and Marxian Theories' Rev.Int.di Science Ec.Commerc., 8, 1982, Agosto, 737-762
[ 0995 ] SEMMLER, Willi 'Competition, Monopoly, and Differential of Profit Rates: Theoretical Considerations and Empirical Evidence' Rev.of Rad.Pol.Eco.(URPE), 4, 1982, 39-52
[ 0996 ] SERRAO, Joel (Aavv) Dicionario de Historia de Portugal 1979, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 6 vol.
[ 0997 ] SÈVE Une Introduction a la Philosophie marxiste suivie d'un vocabulaire philosophique 2a., 1980, Paris, Ed. Sociales, 716
[ 0998 ] SGRO, Pasquale M. (Aavv) 'On the Long-Run Growth Effects of a Minimum Wage for a Two-Sector Economy' The Economic Record, V.57, n.157, 1981-Junho, 180-185
[ 0999 ] SHEA, Koon-Lam 'A Alternativa Theory of Inflation' Kyklos, V.34, n.4, 611-627
[ 1000 ] SHERMAN, Howard J. 'Value and Market Allocation' in Critique of Economic Theory, 1973, 347-364
[ 1001 ] SILBERT, Albert 'Contribution a l'etude du mouvement du prix des cereales a Lisbonne (du milieu du XVIII au milieu du XIX eme siecle)' Revista de Economia, V.VI-F.II, 1953, Junho, 65-80
[ 1002 ] SILBERT, Albert Le Portugal Mediterraneen a la fin de l'ancien regime 2a., 1978, Lisboa, Inst.Nac.Inv.Cientifica, 1217
[ 1003 ] SILVA, Adroaldo Moura da (Aavv) 'Inflação e Preços relativos: o caso brasileiro 1970/1979' Estudos Economicos (IPE-USP), V.12-n.1, 1982, 5-30
[ 1004 ] SILVA, Carlos M. Pereira 'Sur l'origine, l'organisation et le developpement de la Banque du Portugal' Texto policopiado
[ 1005 ] SILVA, Conceição Primeiros Ensaios da curva de Phillips em Portugal: Inventariação das series Estatisticas consideradas importantes para as estimacoes econometricas da curva de Phillips. Apreciacoes criticas. 1981.Agosto, Texto dactilografado, 49
[ 1006 ] SILVA, Fernando Emidio da Divida Publica Portuguesa (Reformação; Saneamento) 1951, Lisboa, Imprensa Nacional, 135

[ 1007 ] SILVA, Maria Luisa P. A Acção Sindical e a Negociação de Salarios Lisboa, Inst. Damiao Gois, 82
[ 1008 ] SILVA, Maria Manuela 'Contribuição ao Estudo da Estrutura do Salario na Industria Transformadora Portuguesa' Rev.Cent.Est.Econ.-INE, 17, 1957
[ 1009 ] SILVEIRA, J.H.Fradesso da Mappas das Medidas do Novo Systema Legal Comparados com as antigas nos diversos concelhos do Reino e Ilhas 1868, Lisboa, Imprensa Nacional
[ 1010 ] SILVEIRA, Joel Frederico da 'Alguns aspectos da politica economica do fascismo: 1926-1933-Da crise de sobreprodução ao condicionamento industrial' in O Fascismo em Portugal, 1982, 341-402
[ 1011 ] SIMONSEN, Mario Henrique 'Politica Anti-inflacionista: A contribuição brasileira' Revista Bancaria, 33, 1973, Setembro, 5-42
[ 1012 ] SMITH, Warren L Macroeconomics 1970, Richard D. Irwin
[ 1013 ] SNOPEK, Pedro Paz 'La Actual Crisis del Mundo Capitalista y la Crisis Monetaria Internacional: los problemas monetario-financeiros del Tercer Mundo' Comunic. ao II Cong.dos Ec.Terc.Mundo, 1981, 68
[ 1014 ] SOARES, Mario 'A Comunicação do primeiro ministro ao Pais' Diario de Noticias, 26-8-1977
[ 1015 ] SOUSA, Alfredo de 'Produtividade, salario e lucro' Análise Social, 79-95
[ 1016 ] SOUSA, Alfredo 'Inflação e Desenvolvimento em Portugal' Análise Social, V.IX, 34, 1972, 317-369
[ 1017 ] SOUSA, F. F. Contrainte Exterieur et Regulation Macroeconomique dans les Economies semi-industrialisees-le cas de Portugal 1983, Paris, Tese 3o. Ciclo Sorbonne, 800
[ 1018 ] SPINELLI, Franco L'inflazione-Aspetti teorici ed empirici 1980, Milao, Vita e Pensiero, 226
[ 1019 ] SPITALLER, Erich 'A Model of Inflation and Its Performance in the Seven Maion Industrial Countries, 1958-76' Staff Papers, V.25, n.2, 1978, Junho, 254-277
[ 1020 ] SPITALLER, Erich 'Prices and Unemployment in Selected Industrial Countries' Staff Papers, V.XVIII, 1971, 528-569
[ 1021 ] Sraffa, Piero Ecrits d'Economie Politique 1975, Paris, Economia, 118
[ 1022 ] Sraffa, Piero Tradução, Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias 1977, Rio de Janeiro, Zahar Ed.
[ 1023 ] Stadnichenko, A Tradução, La Crisis del Sistema Monetario del Capitalismo 1975, Moscovo, Editorial Progresso, 277
[ 1024 ] STANDING, Guy 'La Notion de Chomage Volontaire' Problemes Economiques, 1749, 1981, 25 Nov, 10-18
[ 1025 ] STEEDMAN, Ian (Aavv) The Value Controversy 1a., 1981, Londres, Verso Editions, 300
[ 1026 ] STEIN, Jerome L. 'Monetarist, Keynesien, and New Classical Economics' The American Economic Review, V.71-n.2, 1981-Maio, 139-144
[ 1027 ] STIGLER, George J. 'Perfect Competition, Historically Contemplated ' The Journ. of Pol.Economy, V.LXV, n.1, 1957, Fevereiro, 1-17
[ 1028 ] STONEBRAKER, Robert J. 'Corporate Profits and the Risk of Entry' Review of Eco. and Statistics, 1, 1976, Fevereiro, 33-39
[ 1029 ] STRASZHEIM, Donald H. (Aavv) 'An econometric analysis of the determination of prices in manufacturing industries' The Review of Economic, V.LVIII, 1976, 191-201
[ 1030 ] SUTTON, Jonh 'A Formal Model of the Long-run Phillips Curve Trade-off' Economica, V.48, n.192, 1981-Novembro, 329-344
[ 1031 ] Sweezy, Tradução, Teoria do Desenvolvimento Capitalista 1967, Rio de Janeiro,

Zahar
[ 1032 ] TARLING, R (Aavv) 'Regional earnings determination in the United Kingdom engineering industry, 1964-1979' in Reg.Wage Inf.and Unemployment, 1981, 60-74
[ 1033 ] TATOM, John A. 'The 'Problem' of Procyclical Real Wages and Productivity' Journal of Political Economy, V.88, n.22, 1980, Abril, 385-394
[ 1034 ] TAVARES, Carlos 'As Reservas de Ouro e o Desenvolvimento em Portugal' A Industria do Norte, 4, 1983, 46/53
[ 1035 ] Tcheprakov, Victor Tradução, Le Capitalisme Monopoliste d'Etat 1963, Moscovo, Ed. Progres, 470
[ 1036 ] TCHERNIKOV, G. 'La Crise Economique et l'approfondissement des luttes de classe dans les pays capitalistes' Mouvements Syndical Mondial, 1975, Janeiro, 5-10
[ 1037 ] TEIXEIRA, Octavio 'Evolução da balanca de pagamentos externa de Portugal' Economia EC, 12
[ 1038 ] TELLES, Bazilio Carestia da vida nos campos 1904, Livraria Chardrom
[ 1039 ] TELO, Antonio Jose Decadencia e Queda da I Republica Portuguesa (1o.Vol) 1a., 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, 379
[ 1040 ] TENGARRINHA, Jose 'As greves em Portugal: uma perspectiva historica do século XVIII a 1920' Análise Social, 67-68, 1981, 573-601
[ 1041 ] TENREIRO, A. Guerra 'Preços e Salarios' Voz da Lavoura, 1(7), Julho 1959, 19-20
[ 1042 ] TENREIRO, A. Guerra 'Os Vinhos Correntes' Rev.Cent.Est.Ec.-INE, 11, 1950, 7-66
[ 1043 ] THOM, Rene 'Crise et Catastrophe' Communications, 25, 1976
[ 1044 ] THOMAS, J. G. 'Illusion monetaire et illusions monetaristes' Revue d'Economie Politique, 6, 1981, Dezembro, 947-965
[ 1045 ] THOMAS, J. G. Inflation et Nouvel Ordre Monetaire 1977, Paris, P U F
[ 1046 ] THOMAS, R.L. 'The Cross-Sectional Phillips Curve' The Manch.Sch.Ec.Soc. Studies, V.XLII, 1974
[ 1047 ] THOMPSON, Earl A. 'Who should control the Money Supply' American Economic Review, V.71, n.2, 1981-Maio, 356-361
[ 1048 ] TOBIN, J. 'The Monetarist Counter-Revolution Today-An Appraisal' Economic Journal, V.91, n.361, 1981, Marco, 29-42
[ 1049 ] TONNELAT, Jacques 'Entropie, desordre et tendance vers l'equilibre' Economic Appliquee, XXXII, 2-3, 1979, 535-542
[ 1050 ] TORRES, Flausino 'Preços Altos ... Preços Baixos!' Republica, 15/Set/63
[ 1051 ] Tortajada, Raymond Analyse des debats sur la reduction du travail complexe au travail simple 1974, Tese Sc. Econ. Sorbonne,
[ 1052 ] TOYODA, Toshihisa 'Price Expectations and the Short-run and Long-run Phillips curves in Japan, 1956-1968' The Review of Economics, V.LIV, 1972, 267-274
[ 1053 ] TREVITHICK, (Aavv) The Economics of Inflation 1975, Martin Robertson, 185
[ 1054 ] TRIBUNUS 'A Alta de Preços e as Insuficiencias da Produção Interna' Diario de Lisboa, 4/Julho/1956
[ 1055 ] TRIBUNUS 'A Inflação e as Politicas Anti-Inflacionistas' Comercio do Porto, 9/Ab/1957
[ 1056 ] TRIBUNUS 'A Politica de Salarios e as Suas Relacoes com o nivel de Preços' Diario de Lisboa, 2/Julho/1958
[ 1057 ] TRIBUNUS 'Preços e Salarios' Diario Lisboa, 28/Jan/1958
[ 1058 ] TRIBUNUS Problemas da Economia Portuguesa 1a., 1957, Lisboa, Sa da Costa, 290
[ 1059 ] TRIFFIN, Robert 'El futuro del sistema monetario internacional' Monetaria, V.III, n.2, 1980, Junho, 125-154

[ 1060 ] TRIFFIN, Robert Monopolistic Competition and General Equilibrium Theory 1940, Cambridge, Havard University Press
[ 1061 ] UEBE, Gotz 'A Comment on 'A Simple Method of Causal Ordering' International Economic Review, V.21, n.1, 1980, Fevereiro, 243-4
[ 1062 ] ULLMO, Yves 'Existe-t-il une crise de la macro-economie ?' Problemes Economiques, 1723, 1981, 13 Maio, 3-9
[ 1063 ] ULRICH, Ruy Ennes Crises economicas portuguesas 1902, Coimbra, Imprensa da Universidade, 243
[ 1064 ] ULRICH, Ruy Ennes Economia Politica-Crèdito, 1945
[ 1065 ] ULRICH, Ruy Ennes Economia Politica (Moeda, Preços, Crèdito) 1938
[ 1066 ] ULRICH, Ruy Ennes Economia Politica (O Salario) 1949, Lisboa, s. e., 225
[ 1067 ] ULRICH, Ruy Ennes Manipulacoes Monetárias e Preços 1948, Coimbra, Coimbra Editora, 14
[ 1068 ] UNGERN-STERNBERG 'Inflation and Saving: International Evidence of Inflation-Induced Income Losses' Economie Journal, V.91, n.364, 1981, Dez, 961-976
[ 1069 ] Valério, Nuno 'O Produto Nacional de Portugal entre 1913 e 1947 Uma primeira aproximação' Revista de Historia Economica e Social, 11, Junho 1983, 89-102
[ 1070 ] VALHTUKH, K. 'A Teoria do preco de produção de Marx numa exposição' Ciencias Sociais, 4(9), 1980, 124-140
[ 1071 ] VALHTUKH, K. 'A Teoria do Valor e os seus criticos (Resposta a M. Morishima)' Ciencias Sociais, 1, 1983, 213-231
[ 1072 ] VALLEE, R. Theorie des systemes 1976, Paris, GMEUPI
[ 1073 ] VALTUKN, K 'Resposta a P. Samuelson' Ciencias Sociais, 2(19), 1983, 214-219
[ 1074 ] VARGA, Eugene Tradução, Essais sur l'Economie Politique du Capitalisme 1967, Moscovo, Ed. du Progres
[ 1075 ] VASQUEZ, Julio A. Diaz 'Notas sobre el sistema de precios en la Economia Socialista' Economia y Desarrollo, 25, 1974, Outubro, 23-56
[ 1076 ] VAZ, Domingos Faria Valores de Produção dalguns Produtos Agricolas do Continente nos anos de 1927 a 1948 n.17, 1950, Lisboa, INE, 77
[ 1077 ] VAZ, Julio 'Causas, e circulo vicioso, da inflação'Diario do Minho (Braga), 17/Ag/1967
[ 1078 ] VIEIRA, Dorival Teixeira Evolução do Sistema Monetario Brasileiro1981, Sao Paulo, Inst.Pesquisas Economicas, 348
[ 1079 ] VIEIRA, Eurico Colares (Aavv) 'Acerca da Previdencia Nacional'Estudos de Economia, V.VI-F.IV, Dez 1953, 185-223
[ 1080 ] VIEIRA, Eurico Colores 'Facetas monetárias da Inflação Portuguesa'Capital, 14/Jun/1971
[ 1081 ] VILAR, Pierre Tradução, Desenvolvimento Economico e Análise Historica1a., Lisboa, Ed. Presenca, 272
[ 1082 ] VILAR, Pierre Or et Monnaie dans l'Histoire1974, Paris, Flammarion,
[ 1083 ] VINING, Daniel (Aavv) 'The relationship between relative prices and the general price level'American Economic Review, V.LXVI, 1976, Setembro, 699-708
[ 1084 ] VITAL, Maria Odete (Aavv) Aspectos Globais do Problema do Emprego em Portugal Continental1974, Lisboa, Ministerio do Trabalho, 27
[ 1085 ] VITELLO, Vincenzo O Pensamento Economico Moderno1975, Lisboa, Estampa, 182
[ 1086 ] VIZEU, Clementina 'A Inflação das Economias Industriais Modernas segundo os autores marxianos marxistas'Trabalho Complementar de doutoramento, 1980, 50
[ 1087 ] VIZEU, Maria Clementina Rodrigues Contribuicoes da Teoria Economica para a Politica Anti-inflacionista1979, Tese de dout.Economia no ISE

[ 1088 ] VIZEU, Maria Clementina 'O Modelo Escandinavo, o orcamento e a politica anti-inflacionista'V.I, n.1, V.I, n.1, 1980, 7-21
[ 1089 ] VIZEU, Maria Clementina 'O nivel de PREÇOS num modelo monetarista global'Economia, V.III, n.1, 1979, Janeiro,
[ 1090 ] VOGEL, R. C. 'The Dynamics of Inflation in Latin America'American Economic Review, V.LXIV, n.1, 1974, Marco, 102/114
[ 1091 ] VON FURSTENBERG, George (Aavv) 'The Inflation Process in Industrial Countries Individually and Combined'Kyklos, V.33, n.2, 1980, 261-286
[ 1092 ] WALLICH, Henry C. O Sistema Financeiro Portugues1982, Lisboa, Banco de Portugal, 55
[ 1093 ] WALTERS, A. A. 'Consistent Expectations, Distributed Lags and the Quantity THeory'The Economic Journal, V.81, n.322, 1971, Junho, 273-281
[ 1094 ] WEEKS, Jonh 'The Process of Accumulation and the Profit squeeze Hypothesis'Science and Society, V.XLIII, 3, 1979, 259-280
[ 1095 ] WEINSTEIN, Oliver 'Egalisation du taux de profit et mobilite du Capital'Cahiers d'Economie Politique, 2
[ 1096 ] WEINTRAUB, E. R. Tradução, Fondements micro-economiques. La microeconomie et la macroeconomie sont-elles compatibles ?Paris, Economica
[ 1097 ] WEINTRAUB, E. R. Microfoundations-the Compatibility of Microeconomics and Macroeconomics1a., 1979, Cambridge, Cambridge Universty Press, 175
[ 1098 ] WESTON, F. (Aavv) Trends and Causes of Concentration. A Survey. The Impact of Large Firms on the U.S. Economy1973, Nova Iorque
[ 1099 ] WHITE, William H. 'The Case for and Against Disequilibrium Money'Staff Papers, V.28, n.3, 1981, Setembro, 534-572
[ 1100 ] WICKSELL, K. Lectures on political economy8a., 1967, Londres, Routledge and Kegan Paul Ltd
[ 1101 ] WINDEN, Frans Van 'The Interaction Between State and Firm'Oxford Economic Papers, V.32, n.3, 1980, Nov, 428-452